REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUPL. "A" AO Nº 51 - QUINTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (66,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 4
Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (36,120)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25

Líder
Humberto Costa - Bloco (115,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Rodrigo Rollemberg (65,98)
Inácio Arruda (89,94,117)

.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (115,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,70,99)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (65,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,83)

Líder do PCdoB - 2
Vanessa Grazziotin (1,91,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,117)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,75)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,83)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SDD) - 16

Líder
Wilder Morais - Bloco (95,112,118)

Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,122)
Jayme Campos (28,106,110,123)
Alvaro Dias (73,124)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,124)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (95,112,118)

Líder do SDD - 1
Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de março de 2014 5
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2014 16
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de março de 2014 40
Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de março de 2014 49
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2014 73
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de março de 2014 89
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2014 118
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de março de 2014 138
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de março de 2014 175
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2014 213
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de abril de 2014 228
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de março de 2014 269
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de abril de 2014 276
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2014 292
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2014 317
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2014 336
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2014 347
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2014 359
1.1.5.1 – Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos
Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de fevereiro de 2014 384
1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2014 388
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2014 402
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2014 429
Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de março de 2014 451
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2014 471
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2014 482
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2014 497
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2014 514
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2014 536
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2014 553
1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de março de 2014 **(Realizada em conjunto com a 8ª reunião da CDH) (vide item 1.1.6)**
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de março de 2014 577
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de março de 2014 607
Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de março de 2014 **(Realizada em conjunto com a 8ª reunião da CAE) (vide item 1.1.1)**
1.1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2014 624

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2014..... 643
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de março de 2014..... 667
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2014..... 684
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2014..... 704

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dezoito de março do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Inácio Arruda, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Cidinho Santos, Antonio Carlos Rodrigues, Gim e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Romero Jucá e Francisco Dornelles. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 4ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 12 de 2014 (Aviso nº 62/2014-MF), de 28 de fevereiro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de janeiro de 2014, bem como tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e Carta, de 13 de março de 2014, do Prefeito Municipal de Sorocaba, contendo manifestação acerca do programa de refinanciamento das dívidas municipais, promovido pela União, conforme disposto na Medida Provisória nº 1969/99. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente designa, de acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Cidinho Santos como membro da Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual na vaga, antes ocupada pelo Senador Blairo Maggi, de suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força. Designa, ainda, para compor o grupo de trabalho aprovado pelo Requerimento nº 82 de 2013-CAE, que tratará do tema Política Tributária e Sustentabilidade, representantes do Instituto Ethos, do Sindifisco, dos Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, do Centro de Estudo em Sustentabilidade da FGV, e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, juntamente com Senadores membros da Comissão a serem definidos. Informa, ainda, que o Senador Rodrigo Rollemberg é o coordenador do grupo de trabalho. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei do Senado nº 323 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que "veda a exigência da substituição tributária prevista no artigo 150, § 7º, da Constituição, para os optantes do Simples Nacional instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006", tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, o Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 9 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 8,500,000.00 (oito milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná – PROFISCO/PR'", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Anunciada a matéria, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, relator da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 15/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 591 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Russo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contigenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. Anunciada a matéria, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Ricardo Ferraço, Kátia Abreu, Waldemir Moka, Luiz Henrique, Ana Amélia e Gleisi Hoffmann. A matéria é retirada de pauta. São apreciados, ainda, os seguinte itens extrapauta: **Item 4**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 15 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de

2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 9 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 8,500,000.00 (oito milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná – PROFISCO/PR'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 15 de 2014-CAE. **Item 5**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 16 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 85, de 2013-CAE, que a realização de audiência pública desta Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater sobre os avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali, Indonésia, e das perspectivas futuras de normatização do comércio multilateral, principalmente com a eliminação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, com a presença do Embaixador Roberto Azevedo, Diretor-Geral da OMC, seja realizada em conjunto com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Anunciada a matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 16 de 2014-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 17, 18, 19 e 20 de 2014. O Requerimento n° 17 de 2014, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para tratar do tema "Perspectivas e oportunidades de reforma para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço". Para tanto, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: senhor Marcos Lisboa, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e Vice-presidente do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa; senhor Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; senhor Mansueto de Almeida, especialista em Políticas Públicas e Desenvolvimento; e senhor José Roberto Afonso, especialista em Finanças Públicas. O Requerimento n° 18 de 2014, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir e discorrer sobre a política de preços de combustíveis no Brasil e seus impactos sobre a economia. Para isso, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: senhora Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP; senhor João Roberto Rodrigues, Ex-Ministro de Estado da Agricultura e Presidente da Academia Nacional de Agricultura; senhor Mailson Ferreira da Nobrega, Ex–Ministro da Fazenda e Sócio-diretor da Tendências Consultoria; e senhor Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Presidente do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE. O Requerimento n° 19 de 2014, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença do Secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, para explicar a operação do Governo Federal de R$ 12 bilhões para aporte de recursos no setor elétrico. E o Requerimento n° 20 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 44, de 2013, a qual estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no exercício de 2014, seja a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

1 – Aviso do Ministério da Fazenda nº 12, de 2014, de 28 de fevereiro de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de janeiro de 2014, bem como tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2 – Correspondência.

Carta de 13 de março de 2014 da Prefeitura Municipal de Sorocaba, contendo manifestação acerca do Programa de Refinanciamento das Dívidas Municipais promovido pela União, conforme disposto na Medida Provisória nº 1.969, de 1999.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

De acordo com o art. 89, inciso VI, designo o Senador Cidinho Santos como membro da Subcomissão Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual, na vaga antes ocupada pelo Senador Blairo Maggi, suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força.

Grupo de trabalho.

Designação da composição do grupo de trabalho aprovado pelo Requerimento nº 82, de 2013, CAE, que tratará do tema Política Tributária e Sustentabilidade.

Conversaremos com as Srªs e os Srs. Senadores que queiram participar desse grupo de trabalho, juntamente com instituições da sociedade civil, representantes do Instituto Ethos, representantes do Sindifisco, representantes dos Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, representantes do Centro de Estudo em Sustentabilidade da FGV, representantes do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

O Senador Rodrigo Rollemberg é o coordenador desse grupo de trabalho.

Vamos começar pelo item 2.

O Senador Armando Monteiro, Relator do item 1, está a caminho. Portanto, começaremos pelo item 2.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço vênia e desculpa a V. Exª porque, no ambiente de extrema democracia reinante que V. Exª criou nesta Comissão, V. Exª nos preveniu que iria pautar como prioridade o item 3 da nossa pauta, relatado pelo extraordinário Senador José Pimentel, que propiciou uma intensa discussão nesta Casa, nesta Comissão, na semana passada.

Eu sugeriria a V. Exª, se possível, inverter a pauta para apreciarmos o item 3, evidentemente se o Senador José Pimentel estiver em condições de relatá-lo e de debatê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo, creio que o item 2, na verdade, será bem rápido. Ele já foi lido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Trata de votação de empréstimo para o Paraná.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem, só para ajudar. Eu vou retirar de pauta o item 3, porque as tratativas que nós estamos fazendo sobre o aporte de recursos para a defesa agropecuária nós não concluímos. Por isso, estamos retirando de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pimentel, V. Exª conduziu um acordo costurado com o Governo. Acho que foi um belo momento na reunião passada. Valeria a pena deixarmos o item 3 para V. Exª, na hora em que chegarmos nele, anunciar esse acordo que foi feito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Foi um trabalho parlamentar de V. Exª extraordinário, juntamente com a Senadora Kátia Abreu, o Senador Moka e o Senador Vital do Rêgo.

Então, acho que esse foi um momento importante dos trabalhos desta Comissão. Acho que seria importante deixarmos na pauta para, na hora em que chegarmos ao ponto explicitarem o acordo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na linha do que V. Exª está defendendo, também fiz parte dessa construção tão bem conduzida pelo Senador Pimentel, pela Senadora Kátia e pelo Senador Moka. Até por que no desdobramento desse entendimento, tinha ficado medianamente decidido que nós incorporaríamos esse texto, inclusive na Medida Provisória nº 628, da qual sou Relator. Estou surpreso também com a decisão, até porque foi uma construção coletiva feita aqui a muitas mãos. Trata-se de um tema importante e quero me associar à manifestação de V. Exª para que possamos levar a cabo efetivamente o que combinamos. A minha expectativa era de que incorporaríamos isso na Medida Provisória nº 628, da qual sou Relator.

Mas teremos tempo, quero crer, em instantes, para fazermos esse debate de modo mais preciso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Vital do Rêgo, então, me autoriza passar para o item 2.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu só suscitei a questão porque tinha sido advertido pelo Senador Pimentel de que ele estava concluindo esses entendimentos. Para nós, que temos o interesse de ver a solução apresentada pela Senadora Kátia Abreu prevalecer, os caminhos podem ser vistos de qualquer forma, mas o final é o que nós desejamos: a valorização do agronegócio brasileiro e a prevenção para as moléstias, que são tão comuns nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo. Então, vamos ao item 2, que, na verdade, já foi lido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2014
– Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US$ 8.500,000.00 (oito milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná – Profisco/PR".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Observações: Em 11/03/2014, foi concedida vista coletiva.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; representando o Estado do Paraná, o Sr. Amauri Escudero Martins, Secretário de Representação do Paraná, além de Drª Andrea Gouveia.

O relatório foi lido pelo Relator na 4ª Reunião, realizada em 11 de março, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Com a palavra o Relator, Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu já tive a oportunidade de apresentar o meu voto no caso do empréstimo do Paraná. De modo que não tenho nada a acrescentar àquilo que já foi dito na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente, eu peço urgência para a deliberação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Alvaro Dias.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 15, de 2014, CAE, que requer urgência para a matéria.

Vamos ao item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, de 2011
– Não terminativo –

Altera a redação do §2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.

Autoria: Antonio Russo

Relatoria: José Pimentel

O relatório já foi lido.

Eu vou passar a palavra para o Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso, que conduziu uma negociação a partir da última reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero registrar que o importante debate que esta Comissão fez sobre este projeto, na semana passada, permi-

tiu a construção de um acordo que envolve um aporte de R$100 milhões a mais no Orçamento da União, neste ano de 2014, destinado à defesa animal e também da agricultura.

Esse entendimento tem como objetivo dar conta da demanda apresentada pelas entidades – CNA, a Contag – e os vários setores da agricultura, do agronegócio e da agropecuária brasileiros, e o Mapa, o Ministério da Agricultura. Então, esse entendimento, inicialmente, no debate que havíamos feito, deveria ser incorporado em uma medida provisória, a isso que o nosso Senador Ricardo Ferraço aqui faz referência. Em seguida, foi feita uma compreensão de que essa matéria precisa passar por um PLN. Porque nós vamos ter de cancelar recursos já existentes no Orçamento da União e remanejar para uma outra rubrica. Por isso é que se vai necessitar de um PLN.

Como o PLN não chegou até ontem aqui no Congresso Nacional, nós estamos retirando o projeto para que não atropele parte do acordo, porque o acordo envolve três itens: o aporte dos recursos, a manutenção do veto apresentado à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e a não alteração da LRF. Portanto, a base do acordo é a mensagem do nosso Governo através de PLN, que será encaminhado ao Congresso Nacional.

O acordo sobre o montante dos 100 milhões, que é a necessidade, está feito. O que está pendente são os cancelamentos para viabilizar os R$100 milhões.

Por isso, eu peço ao Senador Ricardo Ferraço que compreenda que a não ida para a medida provisória é por conta do instrumento formal que tem de ser um PLN, por se tratar de cancelamento e não apenas de acréscimo. E para que o acordo seja feito na sua totalidade, ele inicia com o PLN chegando ao Congresso Nacional. Por isso é que eu estou pedindo para retirá-lo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É apenas para cumprimentá-lo. Eu acho que essa iniciativa de V. Exª resolve. O problema aqui é encontrarmos uma solução. E V. Exª encontrou uma solução, ao que me parece, no eixo adequado, para que possamos impedir esse contingenciamento que evita, que impede que políticas preventivas no campo da sanidade vegetal e animal, que têm consequências imediatas na saúde do povo brasileiro, possam ter solução de continuidade.

Dessa forma, nós estamos associados a V. Exª, à Senadora Kátia e ao Senador Moka, na expectativa de que, para 2015, nós possamos, em algum momento, quem sabe na LDO, criarmos condições e ambiente para que o contingenciamento não alcance essas importantes medidas na sanidade vegetal e animal em nosso País.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Sr. Presidente, eu queria apenas reiterar aqui as palavras do Senador Pimentel, dizer da minha alegria de ver o interesse brasileiro, dos Senadores pelo assunto, devido à importância que hoje isso adquiriu já no coração e na cabeça de todo o Congresso Nacional, a importância da defesa agropecuária. Ela não diz respeito mais aos produtores rurais, ela diz respeito a muito mais do que isso, que é a economia nacional, as exportações, as nossas reservas, e me tranquiliza muito que esse conceito já esteja totalmente concretizado no Congresso.

Agradeço ao Senador Pimentel pela interlocução, pelo esforço em encontrar uma solução. E tenho certeza de que isso já tem praticamente solução definida, apenas acertando os detalhes, para que a nossa defesa agropecuária seja fortalecida e não fragilizada. O Senador Moka também foi um interlocutor muito importante em todo esse processo, assim como o Senador Blairo Maggi, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Enfim, todos aqueles que estão aqui e que participaram, todos os Senadores foram da maior importância para que nós chegássemos a esse acordo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer o seguinte: quando o parlamento resolve encaminhar determinados assuntos, e o faz realmente com uma interlocução, como ocorreu no caso do Senador José Pimentel, nós fomos recebidos prontamente pela Ministra Ideli; estava lá o pessoal do Ministério do Planejamento, da Agricultura. É um encaminhamento que facilita.

Eu quero agradecer de público aqui a presteza com que o Relator da medida provisória, o Senador Ricardo Ferraço, também se prontificou de imediato a encaminhar uma alternativa, uma solução.

É claro que nós temos uma solução que é imediata: repor os R$100 milhões do contingenciamento. Isso vai demandar exatamente essa questão orçamentária que estamos correndo atrás, para este ano. Mas nós precisamos resolver isso do ponto de vista da legislação. Acho que recursos como o de contingenciamento são preventivos. Não se pode contingenciar um recurso que, se não estiver no momento certo e na hora certa, depois que entra, por exemplo, uma febre aftosa, não tem mais o que fazer. Por isso que nós temos que resolver, e a sugestão do próprio Líder José Pimentel é que a gente possa resolver isso quando do PPA. Penso que essa é uma alternativa interessante, Senador Ricardo Ferraço.

Por isso é que nós aqui concordamos com o encaminhamento. Vamos tentar a solução orçamentária, mas deixando claro, pelo menos da minha parte, que não havendo uma solução eu vou votar com o projeto, vou deixar claro isso. Quero uma solução, vou apostar na solução, mas não tenho como, se depender de uma votação desse projeto, não tenho como votar contra esse projeto, mas tenho como perseguir uma solução que evite a votação desse projeto, que é o que nós estamos querendo fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu já tive a oportunidade de mencionar, na reunião passada, que esse é um assunto da maior relevância, não é uma questão de Governo, é uma questão de Estado. Todos nós sabemos que o êxito das exportações de carnes, seja de frango, seja de suíno, seja de gado, depende fundamentalmente de uma política de defesa sanitária que, aos olhos dos compradores e na mente dos dirigentes da política agropecuária dos países desenvolvidos, que são os principais aquisitores desses produtos nacionais, não apenas seja, mas pareça eficiente.

Esse é um assunto fundamental. E eu quero repetir, aqui, o exemplo do que fizemos em Santa Catarina.

Logo que assumimos o governo, instituímos um levantamento agropecuário. Contratamos centenas de estudantes universitários, que foram treinados e, munidos de *palmtop* e de GPS, e que não só fizeram a medição de cada propriedade rural, como um levantamento profundo da realidade de cada uma dessas propriedades.

Isso foi base para um segundo programa: o programa de brincagem de todos os animais. Santa Catarina tem, hoje, todos os animais com o *chip* na orelha, de modo a que nós saibamos a movimentação desses animais, quem os vendeu, para onde vendeu, qual é a sua origem. Isso nos garantiu o certificado, pela Organização Mundial de Saúde Animal, de Estado livre de aftosa sem vacinação, o que abriu as portas, fantasticamente, do nosso Estado para exportações, para mercados muito exigentes em termos de cuidados sanitários animais, como o Japão, que, hoje, é o grande comprador de carne suína do nosso Estado.

Esse é um assunto fundamental. Por isso, para garantir a sanidade animal, nós instituímos barreiras nas fronteiras do nosso Estado com a Argentina e com os Estados limítrofes. Essas barreiras funcionam, eficientemente, para impedir a entrada de animais com doenças.

Garantir recursos não é apenas importante, mas transformar a defesa animal numa prioridade nacional; equipar; prover de servidores concursados competentes; instituir uma política descentralizada, fortalecendo os Estados, porque são os Estados que executam essa política; fazer convênios com cada um dos 27 Estados, para que eles recebam recursos dentro de um programa pré-definido, em que eles tenham que cumprir metas, a fim de que se garanta, em todo o território nacional, uma política sanitária animal.

Por isso, tem razão o Senador Moka: o acordo conduzido pelo Ministro José Pimentel é um acordo importante para garantir mais recursos neste ano, se bem que não são, ainda, os recursos necessários para se ter efetivamente uma boa fotografia internacional da defesa sanitária animal brasileira. Mas é preciso que se assegure que, doravante, os recursos para esse programa não possam ser, a título nenhum, objeto de contingenciamento.

São essas as ponderações, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente....

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia. Depois, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria tão somente ratificar as argumentações tão precisas do Relator, Senador Luiz Henrique.

Queria também cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pelo voto em separado, que ampliou o debate sobre essa matéria e também o resultado final, porque é melhor um acordo do que um embate. Tenho aprendido, ao longo desses três anos de convivência aqui com os colegas, que esse caminho foi dado.

O Senador Moka já tinha me falado sobre isso, e não temos dúvida de que o Governo... Estou vindo agora de uma visita que fiz ao Ministro Antônio Andrade, a quem eu agradeci o apoio dado à agricultura, e estou confiante no papel que exercerá o Ministro Neri Geller, que é do Mato Grosso, um Estado extremamente relevante na agropecuária brasileira. S. Exª tem um compromisso pessoal, um compromisso profissional, um compromisso de Governo de inteiro apoio à política de defesa agropecuária vegetal e animal.

Então, quanto ao encaminhamento dado, queria cumprimentar não só o Senador Luiz Henrique, mas especialmente o Presidente Lindbergh Farias pela construção desse processo.

Cumprimento também o Ministro Neri Geller – penso que a Presidente teve, digamos, uma sábia escolha –, porque é uma pessoa vocacionada e muito profissional no entendimento dos problemas que temos na agropecuária .

Então, parabéns a todo o conjunto dos colegas Senadores que trabalharam nesse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, também quero apenas cumprimentar o nosso Líder, Senador Pimentel, por ter encaminhado a matéria a um acordo.

Quero dizer que as colocações do Senador Luiz Henrique e a experiência que ele teve em Santa Catarina, uma das mais bem-sucedidas em termos de vigilância sanitária, podem ser referência para que nós construamos um plano nacional com foco, meta, resultado e que envolva todos os Estados brasileiros, principalmente os Estados produtores.

Acho que nós poderíamos aproveitar – estava aqui conversando com a Senadora Kátia Abreu e com o Senador Moka – para fazer uma audiência na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos, com a agricultura – poderíamos aproveitar a posse do Ministro Neri Geller pela sua experiência e dedicação – e também com a área de vigilância sanitária do Ministério e trazer a experiência de Santa Catarina, Senador Luiz Henrique, os técnicos que implementaram essa experiência lá. Poderíamos fazer uma audiência conjunta para propor que isso seja referência na construção do próximo Plano Safra, que o Ministro disse que gostaria de lançar já em abril ou no início de maio.

Então, acho que, se nós pudéssemos fazer essa discussão na CAE, seria importante, porque essa questão tem um impacto fundamental na economia do nosso País. Queria deixar essa sugestão e, mais uma vez, enaltecer a preocupação desta Comissão e também a dedicação dos Senadores a esse assunto, que é de grande relevância para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann.

Nós vamos retirar a matéria de pauta.

Acho que a última reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos foi produtiva. Foi uma sugestão do Senador Luiz Henrique que houvesse o entendimento.

E eu quero parabenizar aqui novamente o Líder do Governo no Congresso, Senadora Kátia Abreu e Senador Moka, que, com um conjunto de Parlamentares, está conduzindo esse acordo de forma a enfrentar o problema e, ao mesmo tempo, não alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que foi um caminho acertado, que está sendo construído pela Liderança do Governo no Congresso.

Retiramos de pauta o item 3.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, de 2011 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera a redação do §2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contigenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.
Autoria: Senador Antonio Russo
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Contrário ao Projeto.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu consulto a Presidência da Comissão e também o Plenário se é possível incluir extrapauta uma decisão, que depende apenas desta Comissão, para o convite ao Presidente da OMC, Roberto Azevêdo, porque será uma reunião conjunta de três comissões. Já foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores, com o nosso Presidente Ricardo Ferraço, e na Comissão de Agricultura, com o Presidente Benedito de Lira. Falta agora a Comissão de Assuntos Econômicos para ratificar essa decisão conjunta.

Então, eu queria agradecer ao Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, é importante essa deliberação, porque o Embaixador Roberto Azevêdo se dispõe a vir a esta reunião conjunta das comissões no próximo dia 27, quinta-feira. Então, é importante essa deliberação para nós ouvirmos do Embaixador Roberto Azevêdo sobre os avanços obtidos na reunião de Bali e as perspectivas para a efetivação de avanços na Rodada de Doha.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia, V. Exª será atendida.

Temos o item 1, sobre distribuição tributária, mas o voo do Senador Armando Monteiro atrasou, ele está a caminho, e não vamos poder entrar nesse tema.

São 10 horas e 51 minutos. Às 11 horas está marcada audiência com o Presidente do Banco Central, de forma que eu vou ler os requerimentos. Nós temos uma tradição de ler numa semana e votar na outra. Mas nesse caso da Senadora Ana Amélia eu quero aceitar a sugestão da Senadora, porque a audiência pública com o Embaixador Roberto Azevêdo já vai ser realizada na próxima quinta. Então, nesse caso, excepcionalmente, nós queríamos, aceitando pedido da Senadora Ana Amélia, ler e votar esse requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16, de 2014

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 85, de 2013-CAE, que a realização de audiência pública desta Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater sobre os avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali, Indonésia, e das perspectivas futuras de normatização do comércio multilateral, principalmente com a eliminação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, com a presença do Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da OMC, seja realizada em conjunto com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Os Srs. Senadores que concordam que coloquemos esse item em votação permaneçam como estão. (*Pausa.)*
Aprovado.
Em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia, subscrito também pelo Senador Waldemir Moka.
Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª tem conduzido, e a meu juízo, muito bem, debates importantes nesta Comissão, como esse que teremos a seguir com a principal autoridade monetária do País, o Presidente do Banco Central.

Sr. Presidente, eu tenho três requerimentos sobre a mesa que eu gostaria que V. Exª pudesse fazer a leitura deles, para que nós pudéssemos deliberar na próxima reunião, a fim de que esta Comissão possa discutir os efeitos de uma decisão que o Supremo Tribunal Federal poderá tomar em relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Há um outro requerimento sobre os efeitos dos preços controlados na economia brasileira de combustíveis e derivados e de energia. E também há um requerimento sobre os aportes que o Tesouro tem feito, ou está por fazer, ao setor elétrico. São temas que considero importantes, relevantes, com efeitos e consequências na economia brasileira.

Eu queria requerer a V. Exª que pudesse, pelo menos, lê-los, para que na próxima reunião nós pudéssemos deliberar.

É o requerimento e o pedido que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado Senador Ricardo Ferraço. Faremos isso imediatamente.

REQUERIMENTO N° 17 de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para tratar do tema "Perspectivas e oportunidades de reforma para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço". Para tanto, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcos Lisboa, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e Vice-presidente do Insper-Instituto de Ensino e Pesquisa; Sr. Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sr. Mansueto de Almeida, especialista em políticas Públicas e Desenvolvimento, e Sr. José Roberto Afonso, especialista em Finanças Públicas.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Esse foi o primeiro requerimento do Senador Ricardo Ferraço.
Passemos à leitura do segundo requerimento.

REQUERIMENTO N° 18 de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir e discorrer sobre a política de preços de combustíveis no Brasil e seus impactos sobre a economia. Para isso, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: Srª Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP; Sr.João Roberto Rodrigues, Ex-Ministro de Estado da Agricultura e Presidente da Academia Nacional de Agricultura; Sr. Mailson Ferreira da Nobrega, Ex–Ministro da Fazenda e Sociodiretor da Tendências Consultoria; e Sr. Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Presidente do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Passemos, agora, ao último requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

REQUERIMENTO N° 19 de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito dessa Comissão de Assuntos Econômicos, para explicar a operação do Governo Federal de R$12 bilhões para aporte de recursos no setor elétrico.
Considerando a motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença do Secretário Nacional Arno Hugo Augustin Filho.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Esses são os três requerimentos de autoria do Senador Ricardo Ferraço.
Vamos ao último requerimento.

REQUERIMENTO N° 20 de 2014

Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 44, de 2013, a qual estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no exercício de 2014, seja a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.
Autoria: Senador Lindbergh Farias.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Encerramos a leitura dos requerimentos.
Chegou o nosso Senador Armando Monteiro, que é o Relator do item 1 da pauta, sobre Substituição Tributária.
Senador Armando Monteiro, são 10 horas 58 minutos.
O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – A assessoria do Ministro Tombini me encontrou lá embaixo, dizendo que ele ainda demora uns 15 minutos. Eu não preciso de mais de cinco minutos aqui para ler o relatório. Vou fazer um resumo.
O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, passo a palavra ao Senador Armando Monteiro.
Item 1 da pauta, em que S. Exª é o Relator.
O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu agradeço.
O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Item 1.
ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2010 – Complementar
– Não Terminativo –

Veda a exigência da Substituição Tributária prevista no artigo 150, §7º, da Constituição, para os optantes do Simples Nacional instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Autoria: Senador Alfredo Cotait
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Com a palavra o Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu vou passar logo às considerações de mérito, para poupar tempo.

A matéria traz à discussão um grave problema que remanesce em relação ao tratamento diferenciado e favorecido que deveria ser dado às micro e pequenas empresas.

É notório que a possibilidade de aplicação do instituto de Substituição Tributária pelos Estados em relação aos optantes do Simples Nacional tem mitigado sensivelmente, eu diria comprometido, o alcance e sobretudo os benefícios trazidos pelo regime diferenciado tanto no aspecto financeiro quanto no aspecto burocrático, já que os submete a uma série de obrigações acessórias

Segundo pesquisa do Sebrae, entre 2008 e 2011, o valor total do recolhimento da Substituição Tributária no âmbito das micro e pequenas empresas alcançou R$4 bilhões, um crescimento de 75%, bem acima da expansão da receita de ICMS gerada no âmbito do Simples com sua alíquota diferenciada, que foi de 45,5%. O número de empregos aumentou em 17%, e o número de empresas optantes por esse regime cresceu 51,3%.

Uma simulação realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) mostra que a carga tributária sobre uma empresa enquadrada no Simples quase dobra com a Substituição Tributária. Eu lembro até que a Senadora Gleisi Hoffmann fez referência a esse estudo na semana passada.

O Instituto fez o cálculo em relação a uma empresa com o faturamento de R$ 1,2 milhão por ano, que tenha 70% da sua venda sujeita à Substituição Tributária.

Pelo Simples Nacional, Senador Lindbergh, essa empresa, que paga uma parcela fixa sobre o faturamento, desembolsaria, em impostos, o equivalente a 8,33% das suas receitas. Desse volume, apenas 2,92% seriam de ICMS.

Com a mudança para a Substituição Tributária, a mesma empresa teria que pagar o equivalente a 14% em impostos. A parcela paga somente com o ICMS quase dobraria.

Dessa forma, a carga tributária sobre as micro e pequenas empresas tem crescido significativamente, dado que a alíquota do recolhimento pela Substituição Tributária no ICMS é expressivamente maior do que a alíquota do Simples.

Segundo estimativas recentes do Sebrae, a carga do ICMS nas empresas optantes do Simples chega a representar 6,77% da receita bruta das empresas optantes do Simples Nacional – enquanto a alíquota máxima de ICMS prevista na Lei Complementar Federal nº 123/2006, é de 3,95%. Certamente o instrumento de Substituição Tributária tem contribuído de forma relevante para esse cenário.

A pesquisa do Sebrae também mostra que essa política é irracional dado que dos seis Estados com menor carga tributária sobre as micro e pequenas empresas, cinco deles estão na liderança na geração de empregos, com resultados superiores à média nacional.

E o contrário também é válido: dos seis Estados com maior tributária sobre os pequenos negócios, quatro deles estão nas últimas colocações da geração de empregos, situando-se abaixo da média nacional. Portanto, a pesquisa demonstra a existência de uma correlação negativa entre a carga tributária sobre as micro e pequenas empresas e a geração de empregos.

Além disso, a assimetria de tratamento na legislação do ICMS tem gerado uma disparidade de carga tributária e de obrigações acessórias entre os Estados da Federação. Essa situação se confronta com o preceito constitucional e nacional do tratamento tributário diferenciado e favorecido para as microempresas e pequenas empresas, conforme previsto no art. 146 da Constituição Federal, que norteou a Lei do Simples Nacional.

Dessa forma, o instituto da Substituição Tributária no ICMS precisa de um disciplinamento. Só que a fórmula eleita para fazê-lo no PLS, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que é o PLS Complementar, é demasiadamente simplista e não tem chance de prosperar, no nosso entendimento, de prosperar, visto que a discussão envolve também o interesse dos Estados. Por esse motivo, com a mesma boa intenção do autor do PLS, apresentamos substitutivo que nos parece conciliar melhor os interesses do contribuinte e dos Estados.

A nossa proposta visa garantir um alívio tributário para os optantes do Simples, por meio de significativa redução da carga tributária do ICMS, mas de maneira que essa redução possa ser suportada pelos Tesouros estaduais. Para tanto, limita-se a pauta de produtos sujeitos à Substituição Tributária àqueles produtos em que já existe consenso – caso das mercadorias e serviços relativos a combustíveis, cigarros, águas, refrigerantes, cervejas, motocicletas, máquinas e veículos automotivos, produtos farmacêuticos, produtos de perfumaria, e outros tantos, sem alterar, nesses casos, a margem de valor agregado, que é uma margem definida pelos Estados.

Em relação a todos os outros setores restantes, a aplicação das alíquotas praticadas no Simples Nacional aos optantes do regime, estabelecendo ainda prazo de transição de 24 meses, período em que o Estado está autorizado a aplicar a alíquota máxima do ICMS, prevista no regime simplificado de tributação, em relação a todas as empresas, independentemente do seu porte.

Outra melhoria importante decorrente da fixação da alíquota nos moldes propostos é a diminuição da burocracia em relação ao recolhimento do tributo devido por Substituição Tributária por parte dos optantes do Simples, que foi um dos objetivos norteadores de todo o projeto, a simplificação.

Atualmente, as micro e pequenas empresas sujeitas à Substituição Tributária são obrigadas a realizar cálculos complicados para apurar o imposto a ser recolhido, por conta das grandes variações de alíquotas por setores e por Estado.

Não é razoável exigir que as micro e pequenas empresas gastem tanto tempo e recursos para cumprir essa obrigação acessória, sobretudo depois do êxito alcançado pelo Simples Nacional, que permite o recolhimento unificado e simplificado de oito tributos numa única guia: seis tributos federais, o ICMS e o Imposto Sobre Serviços.

A propósito, além da simplificação das alíquotas, com o novo §8º acrescentado ao art. 13, não restará mais nenhuma dúvida sobre a forma do cálculo do imposto para o substituído tributário imediatamente posterior à substituição, seja ele optante do Simples Nacional ou não.

Além disso, fixa-se prazo mínimo de 90 dias, contados a partir do primeiro dia do mês do fato gerador da obrigação tributária, para estabelecer a data de vencimento do imposto devido por Substituição Tributária. Pois esse, Sr. Presidente, é um outro aspecto perverso. Hoje, os micro e pequenos empresários são obrigados a antecipar o recolhimento do imposto, ou seja, pagam muitas vezes antes de receber a própria mercadoria.

Outra restrição que fazemos em relação ao projeto original é quanto à técnica legislativa empregada, que não incorpora as novas medidas ao texto base do Simples Nacional, a Lei Complementar (LCP) nº 123, de 14 de dezembro de 2006, como prescreve a LCP nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. O substitutivo proposto promove a necessária correção.

Quanto à responsabilidade fiscal, como a medida tem caráter geral, por interpretação do §1º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, não é exigível a adoção das medidas de compensação previstas no *caput* daquele artigo.

Diante dos argumentos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2010 – Complementar, com a emenda substitutiva que foi apresentada.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Vejam bem: esse é um tema... Eu vou conceder vista coletiva e quero marcar para o próximo dia 1º de abril... Na próxima terça-feira, vai haver aqui a reunião com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que começa às 10 horas da manhã. Eu quero marcar para a outra terça-feira, dia 1º de abril, como primeiro item, a discussão da Substituição Tributária. Quero deixar isso já marcado. O relatório já foi lido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O que fazer?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – O dia 1º de abril pode se tornar crível...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O que fazer?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Presidente, então, o senhor vai abrir vista coletiva, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Exatamente. Exatamente, Senador Pimentel.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu não entendi. A discussão dessa matéria ficará para...?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Dia 1º de abril.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não é audiência com o BNDES?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não. Dia 25, na próxima terça-feira, será audiência com o BNDES. Por isso é que essa pauta...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, por que nós não abrimos a próxima terça especificamente com esse projeto, dada a sua relevância?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu acho que era importante, Presidente, até porque o pedido de vista...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu também acho, Presidente. Eu queria fazer...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em seguida, fazemos a audiência com o Presidente do BNDES, o Prof. Luciano Coutinho. É a sugestão que encaminho a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu aceito. Então, faremos o seguinte: eu peço à secretaria que envie ofício ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para que comece a audiência, lá, às 11 horas.

A nossa reunião, o Senador Luiz Henrique está sugerindo para as 9 horas, mas há reunião na Comissão do Meio Ambiente e Fiscalização e nós temos um acordo feito com eles de que começaríamos às 10 horas, porque eles trabalham ali às 9 horas e é televisionado às 9 horas. Então, nós começaríamos, na próxima terça-feira o debate dessa matéria, dia 25, sobre Substituição Tributária.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Ótimo. Não, era só para reforçar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Acatamos a proposta da Senadora Gleisi e do Senador Ricardo Ferraço.

Foi concedida vista coletiva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2014, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e onze minutos do dia dezoito de março do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias e, em seguida, do Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Antonio Carlos Rodrigues e Gim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como atender ao Requerimento nº 14/2014-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel, que solicita a realização de Audiência Pública para esclarecer a operação da Caixa Econômica Federal, referente às cadernetas de poupança inativas, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. A Presidência convida o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil, e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica, para comporem a Mesa. Após a exposição do Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Randolfe Rodrigues, Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, José Agripino e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente no exercício da Presidência e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Luiz Henrique** , Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Assunto/finalidade: discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como atender ao Requerimento nº 14/2014-CAE, que solicita a realização de Audiência Pública para esclarecer a operação da Caixa Econômica Federal, referente às cadernetas de poupança inativas.

O requerimento de realização de audiência é do Senador José Pimentel. E o nosso convidado é o Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

S. Exª o Ministro Alexandre Tombini já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço aos ilustres ex-Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, e ao Senador Luiz Henrique, nosso Vice-Presidente da CAE, que conduza o convidado ao plenário desta Comissão. (*Pausa.*)

Comunico que se encontram presentes ainda, e eu gostaria de convidá-los para compor a Mesa, o Sr. Altamir Lopes, da Diretoria de Administração (Dirad), e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos de Araújo, Diretor de Política Econômica (Dipec).

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Ministro Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos.

Muito obrigado pela presença, Ministro.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para fazer sua exposição.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh Farias; Exmo Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Luiz Henrique; Exmas Sras Senadoras e Exmos Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, é sempre uma grande honra retornar a esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, hoje para prestar esclarecimentos a V. Exªs e à sociedade brasileira em atendimento ao contido na Resolução do Senador Federal nº 32, de 2007, que alterou o art. 99 do Regimento Interno desta Casa, para discorrer sobre os fundamentos econômicos, a forma de condução da política monetária e os resultados da Economia das ações do Banco Central do Brasil. E também me colocar à disposição para atender ao Requerimento nº 14, de 11 de março deste ano, desta Comissão.

O meu pronunciamento está dividido em três partes. Foi distribuído a V. Exªs um conjunto de dados, auxiliar ao pronunciamento, para depois ser utilizado também na fase dos debates.

Na primeira parte do meu pronunciamento, farei uma breve exposição sobre a economia internacional, que passa por um período de transição, com perspectivas de maior crescimento neste e nos próximos anos. Essa transição implica na normalização das condições monetárias e, consequentemente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu queria pedir silêncio aos Srs. Senadores. Está difícil aqui para o nosso Ministro Alexandre Tombini.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Essa transição por que passa a economia internacional implica na normalização das condições monetárias e, consequentemente, no realinhamento dos preços dos principais ativos financeiros, o que, naturalmente, gera um aumento da volatilidade em todos os mercados. Esse processo não deve ser confundido com vulnerabilidade de economias emergentes.

Eu gostaria de enfatizar a V. Exªs que o Brasil está muito bem preparado para enfrentar essa transição, com robustos fundamentos econômicos e financeiros, e que o resultado dela será positivo para a economia global.

Na segunda parte da minha exposição, pretendo discorrer sobre atividade econômica no Brasil. A economia brasileira também passa por uma transição. O crescimento de 2013 foi marcado por uma alteração na composição da demanda, com ampliação dos investimentos e moderação do consumo das famílias.

Prospectivamente, estimamos que o ritmo de crescimento em 2014 deve se manter em patamar próximo ao do ano passado. O avanço de investimentos, principalmente em logística e infraestrutura, somado a esforços de qualificação da mão de obra, tende a se traduzir em ganhos de produtividade para a economia brasileira,

Por fim, na terceira parte do meu pronunciamento, falarei sobre a dinâmica dos preços e a condução da política monetária no País.

O Banco Central tem agido para segurar a convergência da inflação na trajetória de metas. Como tenho relembrado em várias oportunidades, os resultados da política monetária sobre a inflação são cumulativos e se manifestam com defasagens. Dessa forma, parte dos efeitos do ciclo monetário sobre os preços ainda está por vir. Não obstante, a política monetária no contexto atual deve se manter especialmente vigilante.

Exmas Sras Senadoras e Srs. Senadores, o mundo passa por um período de transição, com perspectiva de maior crescimento econômico e intensificação do comércio internacional.

As projeções de organismos internacionais apontam um crescimento global em torno de 3,7% em 2014, e 3,9% em 2015, contra uma expansão de 3,0% da economia global no ano passado.

O comércio internacional, por sua vez, deve expandir-se 4,5% e 5,2%, respectivamente, em 2014 e 2015, de acordo com esses organismos internacionais.

Essa transição tem sido liderada pela recuperação da economia dos Estados Unidos, mas há sinais de algum crescimento em outras importantes áreas como a Zona do Euro, o Reino Unido e o Canadá. No caso da

Zona do Euro, a perspectiva de crescimento ainda é modesta, heterogênea e com vários potenciais riscos e vulnerabilidades.

Há previsão de um crescimento de apenas 1% em 2014, mas isso representa, para a região, uma significativa melhora em relação ao ano passado, quando se observou retração na atividade econômica da ordem de 0,4%.

A Alemanha continua sendo a força motriz, enquanto vários países, principalmente da periferia europeia, sofrem com os processo de ajustes com baixas taxas de crescimento ou mesmo retração. Isso tudo ocorre em um ambiente de altas taxas de desemprego, principalmente de jovens, sistema financeiro ainda com vulnerabilidades, e que vai passar, este ano, por uma avaliação da qualidade de seus ativos, e também a região se caracteriza por algum risco de deflação em alguns dos países da Zona do Euro.

A economia chinesa, por sua vez, consolida o ritmo de crescimento em torno de 7% a 7,5% ao ano. É um crescimento menor do que o observado nos últimos 14 anos, mas representa hoje contribuição maior para a economia mundial se comparada ao início deste século. A China de hoje é três vezes e meia maior do que era no começo do século XXI. Em síntese, a principal notícia sobre economia mundial é seu processo de recuperação. E uma das consequências é a transição de volta à normalidade das condições monetárias internacionais, especialmente nos Estados Unidos.

No entanto, é importante que as autoridades monetárias tenham cautela e flexibilidade na condução desse processo, inclusive para fazer ajustes caso necessário.

Como tenho enfatizado no Brasil e nos eventos e fóruns de que participo no exterior, a normalização das condições monetárias globais é positiva, pois significa que a maior economia está acelerando seu ritmo de crescimento, e isso tem potencias desdobramentos favoráveis para países avançados e emergentes.

Essa normalização das condições monetárias leva ao realinhamento dos preços dos principais ativos financeiros, inclusive o câmbio.

Esse é um processo natural, de certa forma esperado e previsível. Começou com a discussão da redução do ritmo de afrouxamento monetário, em maio de 2013, após vários anos de políticas monetárias expansionistas.

O aumento da volatilidade dos mercados financeiros internacionais, que observamos desde maio de 2013, é reflexo desse processo. É uma consequência típica de períodos de transição, e geralmente são repletos de incertezas quanto à magnitude e à velocidade dos ajustes. Esse processo e suas consequências não devem ser confundidos com vulnerabilidade. A propósito, nós, Banco Central do Brasil, fomos os primeiros a ressaltar esse fato, o que contribui para afastar a falsa tese de vulnerabilidade ou fragilidade generalizada das economias emergentes.

O Brasil, em particular, tem robustos fundamentos econômicos e financeiros. É comprovadamente resistente a choques externos, possui colchões e instrumentos e tem um sistema financeiro sólido.

Possuímos US$377 bilhões de reservas internacionais. Somos credores externos líquidos. Nosso endividamento externo é baixo, e os compromissos de curto prazo são relativamente pequenos. A parcela da dívida pública interna em mãos de não residentes é de apenas 17%, e o nosso sistema financeiro está entre os mais capitalizados, líquidos e de maior nível de provisão, com baixa dependência de recursos externos e disposição a outras moedas.

O nosso balanço de pagamentos apresenta uma composição saudável, compatível com o estágio de desenvolvimento de nossa economia e com os desafios de financiamento do investimento que demandamos.

O déficit nominal das transações correntes, em 2014, deverá ser, em termos nominais, inferior ao observado em 2013. E cerca de 80% desse déficit deverão ser financiados por investimentos estrangeiros diretos.

A balança de bens e serviços será beneficiada, a médio prazo, tanto pelo maior vigor do comércio mundial, como pelo novo patamar de câmbio.

Ex^mas^ Senadoras, Ex^mos^ Senadores, por todos esses sólidos fundamentos, não há que se falar em fragilidade ou vulnerabilidade da economia brasileira. A propósito, o relato que tenho recebido nas conversas que mantenho regularmente com representantes do mercado aponta para o reconhecimento da resiliência e diferenciação de nossa economia.

Isso tem sido corroborado pelos dados. Os fluxos de investimento estrangeiro, por exemplo, intensificaram-se. Em fevereiro, houve ingresso líquido de US$9,2 bilhões de capitais estrangeiros em renda fixa, bolsa, investimentos estrangeiros diretos e empréstimos. Nos primeiros oito dias úteis de março, já ingressaram mais de US$4,6 bilhões nessas rubricas.

Não obstante esses sólidos fundamentos, ressalto que a economia mundial está em transição, que é um processo de realinhamento de preços relativos dos principais ativos e, por isso, aumentou a volatilidade dos mercados financeiros internacionais.

O Brasil tem respondido a esse processo de forma clássica, técnica. Estamos apertando a política monetária para fazer a inflação convergir para a trajetória de metas, a taxa de câmbio tem flutuado, atuando como

primeira linha de defesa contra choques externos, e temos usado os colchões, em particular as reservas internacionais, para suavizar o processo de ajuste de preços relativos e seu impacto na economia real.

Em relação ao cenário doméstico, o crescimento em 2013 foi marcado por uma alteração, como mencionei há pouco, na composição da demanda, com a ampliação dos investimentos e moderação do consumo. Essa mudança contribuiu para a sustentabilidade do processo de crescimento, na medida em que representa maior capacidade de oferta futura.

Prospectivamente, estimamos que o ritmo de crescimento em 2014 deve se manter em patamar próximo ao do ano passado. O consumo seguirá crescendo, sustentado pela expansão do emprego, pelos aumentos reais de salários e pela ampliação moderada do crédito.

O investimento ganha impulso favorecido pela execução dos projetos de infraestrutura, já contratados no âmbito do programa de concessões, e pela ampliação das áreas de exploração de petróleo, entre outros.

Pela ótica da oferta, o cenário de maior crescimento global, combinado à depreciação já observada do Real, deverá propiciar ganhos de competitividade para a indústria e para a agropecuária. O setor de serviços, por sua vez, será beneficiado este ano pela realização da Copa do Mundo.

Nos últimos anos, um dos fatores que mais contribuiu para o crescimento no Brasil foi a absorção de mão de obra. Atualmente, estamos próximo ao pleno emprego. Em 2013, o nível de desemprego foi o menor da nossa história recente. E para o Brasil crescer a taxas mais altas é preciso estimular fontes complementares de crescimento.

A propósito, já há indicadores que apontam para a melhora da competitividade da indústria. O setor industrial investiu em máquinas e equipamentos e o custo unitário do trabalho em termos reais caiu em 2013, o que representa uma mudança em relação aos anos anteriores.

A produtividade da indústria cresceu 2,4% em 2013. Esse incremento representa também uma inflexão em relação ao que vinha sendo observado nos últimos anos. De certa forma, isso é resultado de políticas públicas de incentivo ao investimento e à qualificação da mão de obra e do reposicionamento da indústria nacional, que vem buscando ganhar eficiência.

Aumentar a produtividade e a competitividade é fundamental para que a indústria brasileira possa aproveitar as oportunidades que surgem nos mercados doméstico e internacional.

Quanto ao setor agrícola, a produção de grãos continua em plena expansão e deve bater novo recorde em 2014. A última estimativa do IBGE aponta para expansão de 1,1% da produção de grãos, com destaque para o aumento da safra de feijão e arroz, respectivamente, de 27,1% e 6,3%, produtos típicos da dieta da população brasileira. No lado das *commodities*, a estimativa é de expansão de 8,3% da produção de soja, principal produto agrícola da nossa pauta de exportação.

A expansão da safra agrícola brasileira tem sido reconhecida por elevados níveis de produtividade e deve ser amplamente favorecida pelas obras de infraestrutura em curso, especialmente no setor portuário, rodoviário e ferroviário.

Como mencionei na última vez que estive nesta Comissão, um bom exemplo é o impacto potencial da ampliação e modernização prevista para a BR-163, que ligará o Centro-Oeste do Brasil, forte produtor de grãos, aos portos das Regiões Norte e Nordeste.

De acordo com estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as melhorias na BR-163, viabilizando o escoamento da safra pelos portos do Norte e do Nordeste, podem representar entre três a cinco dias a menos de viagem à Europa, o que representa redução significativa de custos, além de contribuir para desafogar o fluxo, por exemplo, no Porto de Santos.

Há, portanto, na economia doméstica, sinais de mudanças na composição da demanda e da oferta agregadas.

A velocidade de materialização das mudanças acima citadas e dos ganhos delas decorrentes depende, também, do fortalecimento da confiança das empresas e das famílias.

A propósito, é importante deixar claro que o Brasil tem conduzido uma ampla agenda de reformas estruturais. Várias das reformas que outros países estão fazendo agora nós já fizemos há alguns anos.

No atual estágio, no entanto, o foco são reformas que visam a qualificar a mão de obra, ampliar os investimentos e aumentar a produtividade da economia brasileira. No que concerne à qualificação da mão de obra, destacam-se as 8 milhões de vagas no Pronatec e as 100 mil bolsas de estudos no Programa Ciência sem Fronteiras.

Quanto aos investimentos, temos um amplo programa de concessões. Desde o segundo semestre de 2013, foram realizados vários leilões e, consequentemente, contratados vultosos investimentos, com destaque para os 4,2 mil km em rodovias, os 11 terminais portuários de uso privado, totalizando aproximadamente R$8 bilhões em investimento e movimentação estimada de 116 milhões de toneladas por ano e dois aeroportos internacionais (Galeão e Confins) com investimentos estimados em R$9,2 bilhões, o que se soma a outros qua-

tro aeroportos (Brasília, Viracopos, Guarulhos e São Gonçalo do Amarante) licitados nos anos anteriores e com obras já em fase de execução, cujos investimentos totais são estimados em R$ 16,9 bilhões.

Todas essas iniciativas visam a tornar a economia brasileira muito mais produtiva e competitiva. Ao contrário de economias avançadas, que já contam com ampla oferta de infraestrutura e abundante mão de obra qualificada, no Brasil há muito que avançar nesses dois fatores. Por isso, as oportunidades aqui são maiores, assim como os potenciais retornos, tanto para as empresas e investidores, quanto para toda a economia.

O potencial de ganho de produtividade da economia brasileira é enorme. O que precisamos, e que o Governo Federal está fazendo, é criar condições para que todos esses investimentos se concretizem.

Exmas Senadoras e Exmos Senadores, antes de partir para o tema da inflação, gostaria de falar sobre o mercado de crédito no Brasil. Há dois pontos que eu gostaria de abordar: a perspectiva de expansão do crédito em 2014 e o comportamento da inadimplência.

A expectativa é de que o crédito cresça em torno de 13% este ano, ritmo que representa uma expansão sustentável. Por um lado, continuaremos observando uma expansão mais robusta no crédito imobiliário, cujo estoque ainda é baixo, principalmente quando comparado aos padrões internacionais.

As concessões de crédito ao consumo, por sua vez, mantêm uma tendência de desaceleração, em parte motivada pelas próprias instituições financeiras, em parte, pela desalavancagem das famílias.

Por outro lado, deveremos observar um gradual reposicionamento no sistema financeiro nacional. Os bancos públicos, por orientação do controlador (União) deverão concentrar suas atividades em seus nichos tradicionais, após desempenharem um importante papel contracíclico no período pós-crise de 2008.

Quanto à inadimplência, observamos retração nos últimos dois anos em praticamente todas as modalidades de crédito.

A inadimplência fechou 2013 no seu mínimo recente. Desde meados de 2012, têm registrado trajetória declinante em todos os principais segmentos de crédito, mas, sobretudo, no crédito livre. Nos últimos meses de 2013 e neste início de 2014, tem se estabilizado em níveis baixos; significativamente inferiores aos observados no início do ano passado. O endividamento das famílias, excluindo o financiamento imobiliário, encerrou 2013 no menor nível dos últimos três anos.

Esse comportamento favorável da inadimplência é resultado da combinação de vários fatores, como a sustentação do crescimento do emprego e da renda, a adoção de importantes ações macroprudenciais e iniciativas de educação financeira.

As ações macroprudenciais contribuíram para frear a expansão das concessões de créditos de maior risco, ao mesmo tempo em que incentivaram uma maior seletividade das instituições financeiras na contratação de novas operações, com adoção de parâmetros mais adequados às características dos diferentes segmentos de tomadores e das garantias apresentadas.

Paralelamente, observou-se uma crescente convergência da demanda e da oferta de crédito em modalidades como os empréstimos consignados e habitacionais, que tendem a apresentar menor risco para o sistema financeiro e menor custo para os tomadores.

De forma complementar, diversas iniciativas de educação financeira e uma maior conscientização das famílias têm contribuído para a expansão do crédito com mais qualidade. A consolidação da inadimplência em patamar baixo contribui para aumentar ainda mais a higidez do Sistema Financeiro Nacional.

Exmas Senadoras, Exmos Senadores, em relação à inflação, o Banco Central tem agido para assegurar a sua convergência à trajetória de metas. O atual ciclo de aperto monetário, iniciado em abril do ano passado, já resultou em elevação de 3,5 pontos percentuais na meta da taxa Selic.

A esse respeito, um aspecto importante e para o qual o Banco Central tem chamado atenção, reside no fato de que os efeitos das ações de política monetária sobre a inflação são cumulativos e se manifestam com defasagens.

Dessa forma, parte significativa da resposta dos preços ao atual ciclo de aperto monetário ainda está por se materializar. Não obstante isso, a inflação plena recuou um ponto percentual nos últimos sete meses, sendo que, no caso específico dos preços livres, o recuo alcança dois pontos percentuais. Por sua vez, a inflação dos preços administrados aumentou aproximadamente dois pontos percentuais no mesmo período, indicando que está em curso o processo de realinhamento desses preços.

Importante destacar que o citado recuo da inflação cheia ocorreu em contexto de depreciação cambial, que, diga-se de passagem, superou 15% apenas nos últimos doze meses.

Como o Banco Central tem enfatizado, a depreciação cambial constitui fonte de pressão inflacionária no curto prazo. No entanto, os efeitos secundários dela decorrentes tendem a se materializar em prazos mais longos, mas podem e devem ser limitados pela adequada condução da política monetária.

E assim tem sido feito.

Exmas Senadoras e Exmos Senadores, a alta variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos doze meses contribui para que a inflação ainda mostre resistência, que, a propósito, tem se mostrado ligeiramente acima daquela que se antecipava.

Somem-se a isso pressões localizadas que ora se manifestam, especialmente no segmento de alimentos in natura. Em princípio, trata-se de um choque temporário e que tende a se reverter nos próximos meses. Mesmo assim, a política monetária deve atuar de modo a garantir que os efeitos desse choque se circunscrevam ao curto prazo.

Em resumo, ressalto que em momentos como o atual, a política monetária deve se manter especialmente vigilante, de modo a minimizar riscos de que níveis elevados de inflação persistam no horizonte relevante para a política monetária.

Exmas Senadoras, Exmos Senadores, essas foram as minhas considerações iniciais.

Reafirmo que o Brasil encontra-se bem posicionado para enfrentar os desafios desse período de transição da economia mundial e que o Banco Central tem agido para assegurar a convergência da inflação à trajetória de metas.

Coloco-me a inteira disposição de V. Exª, Sr. Presidente, para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço ao Ministro, Presidente Alexandre Tombini.

Vamos começar pelos Senadores inscritos, tendo em vista acordo feito na última reunião, em que S. Exª retirou o requerimento. Refiro-me ao Senador Randolfe Rodrigues. Eu proponho bloco de três Senadores. *(Pausa.)*

O Senador Pimentel propõe um bloco único. No caso, vamos avaliando esse bloco e, se for o caso, interrompemos e o transformamos em dois blocos.

A ordem é a seguinte: Senador Randolfe Rodrigues; Senadora Gleisi Hoffmann; Senadora Vanessa Grazziotin, não está presente; Senador Ricardo Ferraço; Senador Armando Monteiro; Senador José Agripino; Senador José Pimentel; Senador Humberto Costa e Senador Suplicy.

Temos, aqui, a regra da alternância dos Partidos, que eu não acho, inclusive, a mais justa. Às vezes, temos Senadores que estão desde o começo aqui, mas é uma regra que existe e, para alterá-la, nós teríamos que mexer no Regimento.

Então, o primeiro Senador inscrito é Senador Randolfe Rodrigues. Mas, antes...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, V. Exª informou ao Presidente Alexandre Tombini que a arguição do Senador Randolfe Rodrigues seria tão especial sobre a política monetária não apenas do Brasil, mas a internacional e do FED... Porque todos nós estamos aqui aguardando a arguição do Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Trata-se de requerimento sobre o relatório do FED, sobre a posição do Brasil, mas S. Exª retirou esse requerimento e vai fazer aqui sua intervenção em cima disso.

Para mim é uma honra ter como Vice-Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos o Senador Luiz Henrique. Nós estamos usando a prática sempre nesta Comissão de fazer o revezamento da Presidência. De forma que eu vou estar aqui, mas vou passar a Presidência ao Senador Luiz Henrique para, logo em seguida, passar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradecendo ao Presidente, Senador Lindbergh Farias, passo a palavra ao primeiro interrogador o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente em exercício, Senador Luiz Henrique, Senador Lindbergh, Presidente desta Comissão, quero agradecer – não será tão especialíssima –, Presidente Alexandre Tombini, o seu comparecimento a esta Comissão.

V. Sª faz uma descrição da economia brasileira. Permita-me não discordar dos dados de V. Sª, mas não me parece que nós temos um perfil tão otimista da economia. Eu queria ter uma expectativa tão otimista quanto a que V. Sª apresenta para todos nós.

Eu quero iniciar esta minha fala, Presidente Tombini, fazendo referência a uma questão que não tem a ver diretamente com a atuação do Banco Central, mas que eu acredito tenha um impacto em todas as esferas da economia e da sociedade brasileira. Eu me refiro à possibilidade, que eu considero cada vez mais crescente, de termos uma grave crise no suprimento de energia elétrica.

Ainda há pouco, nós, na Comissão de Fiscalização, tentamos fazer a convocação do Ministro de Minas e Energia. Foi adiada essa convocação para a semana que vem. Eu espero que seja possível a presença do Ministro de Minas e Energia na Comissão de Fiscalização.

Há um ano, a Presidente da República ocupou uma cadeia nacional de rádio e televisão para anunciar a queda de 20% nas tarifas de energia elétrica. Eu acredito que era necessário a Presidente voltar a convocar

uma cadeia de rádio e televisão para anunciar se há ou não o iminente risco de racionamento ou a situação exata da crise do setor elétrico em nosso País. Eu falo isso, Presidente, porque a energia elétrica é um insumo vital que não pode depender da sorte. Quanto mais tempo perdermos, em virtude dessa eventual crise, um colapso nesse sistema pode produzir uma grave crise social e uma recessão de consequências gravíssimas para a nossa economia, com reflexos evidentes sobre a estabilidade macroeconômica, o desempenho das nossas contas externas e, obviamente, sobre a atuação do Banco Central.

Quero me referir também ao que já foi dito aqui por meus colegas e foi objeto de polêmica nesta Comissão que é o meu requerimento originário de convocação, de convite a V. Sª para falar sobre o último relatório do banco central americano, do FED.

Ora, Presidente, o FED fez o seu último relatório, que é do conhecimento de V. Sª, sabe melhor do que eu, e de sua competente equipe do Banco Central – o Banco Central tem uma equipe de técnicos que eu conceituo como uma das melhores equipes de técnicos de todo o Estado brasileiro, entre todos eles, que conhece muito bem a metodologia em que se baseiam os parâmetros objetivos do FED e sabe muito bem que o FED, o banco central americano não é uma simples agência de risco internacional. A posição do FED é uma sinalização aguardada por todo o mundo capitalista internacional. E sabe que a metodologia do FED se baseia em parâmetros concretos, que essa metodologia se baseia em dados, como V. Exª sabe muito bem, como saldo em conta corrente como proporção do PIB, dívida bruta do setor público como proporção do PIB, inflação anual média do último triênio, variação, no último quinquênio, do crédito bancário do setor privado como proporção do PIB, relação entre dívida externa total e exportações e razão entre as reservas internacionais e o PIB.

Pois bem. Ocorre, Sr. Presidente, que o Ministro da Fazenda, obviamente, como V. Sª sabe, contestou os dados do FED e apresentou outros indicadores a estes, falando do resultado fiscal, crescimento do PIB em 2013 e fluxo de investimento estrangeiro direto. A esses dados apresentados pelo Ministro da Fazenda, o renomado economista Armando Castelar, que já foi chefe do Departamento Econômico do BNDES, apresentou outro indicador, chamado Indicador Ampliado de Vulnerabilidade. Esse Indicador Ampliado de Vulnerabilidade, que se encontra no *blog* de Armando Castelar, essa planilha que ele apresenta deu um resultado que coloca que o nosso País, nos resultados do FED, é o segundo mais vulnerável do mundo. Com base nos dados apresentados pelo Ministro da Fazenda do Governo brasileiro e segundo essa planilha apresentada, o Brasil se apresenta como o país mais vulnerável do mundo, superando a Turquia.

Não me parece ser um bom caminho brigar com os números apresentados, com os indicadores. Acho que temos indicadores e números concretos e acho que temos que debater com os números, com a realidade e com os indicadores apresentados.

Ora, o nosso saldo comercial, que V. Sª mesmo apresentou aqui, vem decrescendo: US$29,8 bilhões em 2011, US$19,5 bilhões em 2012 e US$2,6 bilhões em 2013. Está negativo em 2014. Nosso déficit em serviços e renda permanece elevadíssimo. Em 2008, o Brasil registrava déficit em conta corrente. V. Sª mesmo relata aqui que já acumularam mais de US$287 bilhões em seis anos. Além desses montantes em si, preocupa a trajetória que estamos percorrendo, pois os déficits são crescentes ano a ano. Começamos com US$28 bilhões negativos em, 2008, e chegamos a US$81,3 bilhões negativos, em 2013. Nosso déficit também cresce significativamente como proporção do PIB, tendo atingido o perigoso índice de 3,5% no ano passado.

O próprio Banco Central, Sr. Presidente, reconhece que o passivo externo total da economia brasileira é de US$1,6 trilhão, cerca de cinco vezes o valor de nossas reservas. O maior crescimento desse passivo tem ocorrido nos investimentos em ações e títulos de renda fixa, que são os fundos que, como V. Sª muito bem sabe, apresentam maior volatilidade. O que ocorre é que o investimento estrangeiro no setor produtivo não é mais suficiente. Nós estamos com nossa economia e nossas reservas cada vez mais dependentes do capital volátil. Em 2013, recebemos US$34,7 bilhões desse capital volátil de curto prazo. Em 2014, o cenário se repetirá, pois o rombo nas contas externas vai oscilar entre US$78 bilhões, pela estimativa do próprio Banco Central, e US$101 bilhões, pelas estimativas preponderantes do mercado financeiro. O que ocorre é que nós estamos baseados no capital volátil.

O que percebemos é que é uma trajetória preocupante. Nossas transações de bens e serviços não estão tendendo a um equilíbrio, como a história nos mostra, o que me parece apontar para uma crise potencial. Nossas reservas não foram formadas com recursos próprios. O que me parece, o que está cada vez mais patente é que as nossas reservas, nos últimos 20 anos, foram formadas com empréstimos, financiamentos e investimentos. Empréstimos, financiamentos e investimentos são recursos de terceiros. Portanto, esses tipos de recursos são vulneráveis à reversão dos fluxos internacionais. Este é o problema da nossa economia, este é o problema das nossas reservas: elas são vulneráveis a qualquer ataque especulativo externo. Esse é o problema do diagnóstico apresentado pelo FED, da vulnerabilidade das nossas reservas. Portanto, Sr. Presidente desta Comissão e Presidente Alexandre Tombini, quero concluir com as seguintes perguntas:

– se o Banco Central do Brasil já redigiu ou pretende redigir uma resposta à posição do Banco Central dos Estados Unidos, refutando a incômoda posição de segundo país mais vulnerável do mundo a uma crise externa;

– se o Banco Central do nosso País considera confortável a evolução recente da conta corrente do nosso balanço de pagamentos;

– se o Banco Central do Brasil considera confortável financiar nosso déficit externo com capitais de curto prazo, portanto, capitais mais vulneráveis, que aumentam nosso passivo externo liquido, o que já é um múltiplo de nossas reservas;

Deixe-me repetir essa última pergunta:

– se o Banco Central do Brasil considera confortável financiar nosso déficit externo com capitais de curto prazo, que aumentam nosso passivo externo liquido, o qual já é um múltiplo de nossas reservas;

– se o Banco Central do Brasil considerou razoável que um dos países mais bem preparados para enfrentar o novo quadro internacional, segundo o Ministro Mantega, seja obrigado a pagar a maior remuneração do mundo para colocar seus títulos. Obviamente, a consideração de um dos países mais bem preparados foi do Ministro da Fazenda em relação ao nosso País;

– como o Banco Central está se preparando para fazer frente aos impactos macroeconômicos de uma provável crise no setor elétrico, ainda este ano, incluindo aí a possibilidade de retirada súbita de capitais voláteis.

Uma pergunta que não tratei na exposição, mas que diz respeito diretamente ao núcleo das ações do Banco Central:

– se a instituição considera sustentável uma política antiinflacionária que, em boa medida, se baseia na contenção artificial de preços administrados pelo Governo; e, por fim,

– se ainda para estabilizar o câmbio, o Banco Central vem realizando operações que, na prática, significam a venda de dólares das reservas brasileiras no mercado...

Vou mais devagar nessa última. A anterior, conseguiu? Então, pronto, vou para a última:

– e ainda para estabilizar o câmbio, o Banco Central vem realizando operações que, na prática, significam a venda de dólares das reservas brasileiras no mercado futuro.

– qual o montante das reservas já se encontra comprometido por essas operações?

– qual o prazo médio das operações?

– com que limite trabalha o Banco Central nessas operações?

Por fim:

– a continuidade dessas operações não é mais um elemento que compromete a solidez das nossas reservas?

São essas as nossas perguntas.

Obrigado, Presidente Alexandre Tombini; obrigado, Presidente Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann;

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer uma saudação ao Ministro Alexandre Tombini e agradecer sua presença nesta Comissão bem como aos Diretores do Banco Central, Carlos Hamilton e Altamir Lopes.

Parabenizo-o pela exposição objetiva, clara, contundente, mostrando que o Brasil está preparado para enfrentar as crises. Parabenizo também a gestão de V. Exª, que tem tido efetividade na política monetária. Temos um IPCA acumulado dos 12 meses, que recuou dos 6,7%, em junho de 2013, para 5,68% em fevereiro de 2014. Além disso, a atuação da autoridade monetária tem garantido a estabilidade de câmbio no País. Com certeza, isso é fundamental para que estejamos mantendo nosso cenário de desenvolvimento com empregabilidade e com a proteção da renda do povo brasileiro. Então, eu queria parabenizar a atuação a autoridade monetária brasileira e lamentar que o Senador Randolfe Rodrigues prefira dar mais crédito à avaliação da autoridade monetária americana, lamentar profundamente. Porque já debatemos nesta Comissão, o FED não é uma instituição supranacional. O FED é uma instituição de um país, portanto, tem o olhar daquele país e defende os interesses daquele país.

Estamos em um mundo de economia globalizada em que o Brasil disputa com outros países investimentos internacionais. Obviamente que quando vulnerabilizada uma economia, essa economia deixa de disputar com tanta força os investimentos. Então, acredito que as avaliações feitas pelo banco central americano defendem interesses daquele país e que nós deveríamos ter muito cuidado ao nos referirmos a elas para fazer críticas à situação brasileira. Aliás, 15 dias após o relatório do banco central americano, dizendo que o Brasil era um dos países mais vulneráveis entre os emergentes, e não entre todos os países do mundo, como alegou o Senador,

nós tivemos números consistentes – portanto, não vamos brigar com os números – que mostram que a nossa economia tem avançado e que o Brasil está preparado para enfrentar a crise.

O primeiro deles foi a notícia do crescimento da economia de 2013, de 2,3 pontos percentuais, quando todo mundo apostava que a nossa economia não passaria de 2% o crescimento, aliás, menos do que isso. Os vaticínios eram de que nós, talvez, chegaríamos um pouquinho mais do que chegamos em 2012. Havia quase que uma torcida para essa situação. Agora, o Banco Central divulga, em janeiro, que o IBCBR cresceu já 1,26% em relação a dezembro e 2,29% em 12 meses. E V. Exª reafirma aqui que 2014 deve haver um crescimento da economia muito próximo ao que foi em 2013.

Nós tivemos uma formação bruta de capital fixo que cresceu quatro trimestres consecutivos. Uma indústria que cresceu 2,9% em janeiro frente a dezembro; meio por cento de crescimento acumulado em 12 meses. Bens de capital expandiram-se em 10% na comparação mensal. O comércio varejista cresceu 04 ponto por cento na comparação mensal; expansão de 6,1% frente ao mesmo mês do ano passado, e 4,3% em 12 meses.

A safra é recorde de grãos. Em 2014, nós iremos chegar a 190 milhões de toneladas, o que é extremamente expressivo.

O nosso desemprego alcançou o menor valor histórico para o mês de janeiro: 4,8%. E ontem, nós tivemos a divulgação dos empregos formais, os dados do Caged, que apontam a criação líquida de 260 mil novos postos de trabalho com carteira assinada em fevereiro de 2014. É o melhor resultado da nossa série mais recente. Ano passado, nós tivemos pouco mais de 100 mil empregos.

A inflação acumulada, como já disse, teve um decréscimo considerável. E V. Exª traz uma informação importante para nós que é a entrada de investimento direto no País. Em fevereiro, US$9,2 bilhões, e, em março, US$4,6 bilhões.

Uma semana após a divulgação do relatório do FED, houve a divulgação do relatório do Banco Central mostrando que nos tínhamos um saldo positivo de entrada de dólares no País. Portanto, os vaticínios da vulnerabilidade do FED não se mostraram nos números da economia brasileira.

Então, eu queria lamentar muito a avaliação que traz aqui o Senador Randolfe e também a avaliação que ele traz de economistas liberais a respeito do desenvolvimento da nossa economia. Porque, tanto a exposição de V. Exª como os números que têm sido visto, de fato, pela economia, demonstram exatamente o contrário do que aquilo que o relatório do FED colocava.

Também vejo que há, agora, uma calma em relação às avaliações da economia brasileira. Nós vivemos um momento em que parecia que a economia ia acabar, que o Brasil não tinha nenhuma condição de fazer frente a choques internacionais, que o Brasil não tinha robustez no seu sistema financeiro, que o Brasil não tinha colchão, enfim, tudo estava uma catástrofe. O PIB veio e mostrou exatamente o contrário e os números estão mostrando o contrário. E parece que agora o foco é outro; o foco agora é o setor elétrico brasileiro.

Nós vamos vaticinar um monte para chegar à mesma conclusão da economia: nós não vamos ter problemas de racionamento, nós não vamos ter problema de fornecimento e nós não vamos ter aumentos significativos na conta de luz. É isso o que vai acontecer, porque o Brasil está preparado, tem uma infraestrutura elétrica de geração de energia, de distribuição, de transmissão, que foi construída ao longo desses anos.

Então, me parece que nós vamos mudando de assunto. Conforme vão se resolvendo alguns assuntos, nós vamos mudando para outros para ver se de fato o que se está pretendendo que aconteça no Brasil realmente aconteça. Mas, de novo, nós vamos ter frustração dessas investidas porque o setor elétrico brasileiro, o setor de energia está muito preparado, inclusive para a crise hídrica que está enfrentando agora.

Mas, Sr. Presidente, quero aproveitar para deixar duas perguntas que penso podem ser bastante esclarecedoras para esta Comissão e para o Senado da República.

A primeira, em relação à cesta que traz o resultado da inflação. V. Exª falou dos produtos *in natura,* que têm um choque conjuntural, e que a autoridade monetária vai atuar, mas que têm um choque conjuntural. Isso nos preocupa bastante porque em outros países esses produtos não compõem a avaliação do índice inflacionário. Nós temos, por exemplo, uma situação que é o deflator implícito do PIB, que tem crescido sistematicamente acima do IPCA, o que pode levar a uma subestimação do PIB real da economia brasileira. De 2000 a 2013, o IPCA variou 27% frente a 71% do deflator implícito. Somente em dois anos, o IPCA variou acima do deflator implícito, que foi em 2000 e 2013.

Então, a variação desses 12 meses de IPCA, excluindo-se o grupo de alimentos e bebidas, é de 5,05%, ante 5,68% do índice cheio. Então, a variação dos preços dos alimentos está sujeita a efeitos climáticos adversos, que não estão sob o controle da política econômica do Governo. Como que nós podemos fazer frente a isso? Há um estudo do Banco Central, da autoridade monetária ou uma reavaliação sobre os produtos que compõem a cesta para medição do índice da inflação?

A outra pergunta que eu gostaria, até a título de esclarecimento, Ministro, é que nos falasse um pouquinho sobre dívida líquida e dívida bruta. O Governo tem conseguido – sei que não é matéria da autoridade monetária, mas como é matéria de política fiscal e sei que a política fiscal é importante para as decisões da autoridade monetária, eu gostaria de ouvir V. Exª –, o Brasil tem conseguido fazer o controle de sua dívida, nós estamos num dos menores índices de dívida líquida PIB (35%), e me parece também que estamos num índice muito equilibrado da dívida bruta, que desde 2006 mantém um patamar muito próximo, ou seja, não tivemos grandes variações. E, no entanto, tivemos sempre uma grande grita ou, recentemente, uma grande grita sobre o crescimento da dívida bruta, como se não nos bastássemos controlar a nossa dívida líquida e sim controlar a nossa dívida bruta. E tem uma parte da dívida bruta que não está sob o nosso controle, que me parece que é a composição maior. Então, eu gostaria que V. Exª falasse um pouquinho sobre isso, essa relação, e a situação da dívida bruta do Governo brasileiro hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à nobre Senadora Gleisi Hoffmann e concedo a palavra, na ausência da Senadora Vanessa Grazziotin, que deve estar sendo prejudicada pela coincidência de trabalhos de outra comissão neste momento, daí sua ausência, ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento o nosso querido Presidente do Banco Central, assim como a sua equipe, que, mais uma vez, nos honra com sua presença nesta Comissão, para que nós possamos dialogar sobre temas da nossa conjuntura monetária, fiscal, sobretudo considerando V. Exª o coordenador da nossa autoridade monetária no País.

Evidentemente que eu não me associo àqueles que apostam no quanto pior, melhor. Eu me associo à manifestação da Senadora Gleisi Hoffmann, que pôde trazer aqui uma síntese de alguns números bastante robustos, que têm dado condição ao nosso País de atravessar uma conjuntura bastante globalmente turbulenta, sobretudo após a crise do subprime, em 2008. O nosso País tem se destacado, efetivamente, nessa trajetória. Estamos atravessando o Rio Jordão, a respeito das dificuldades e da conjuntura que o mundo está enfrentando.

Ainda assim, Sr. Presidente, há algumas questões que nós gostaríamos que merecesse a abordagem de V. Sª, sobretudo após as recentes mudanças no quadro de conselheiros do FED. O banco tem mantido, de maneira sustentada, a retirada dos incentivos monetários, e isso tem efeitos sobre a nossa economia.

Algumas questões nós gostaríamos que V. Sª pudesse abordar. Primeiro, juros. Nos últimos 12 meses, a taxa Selic saiu de 7.25 ao ano para 10.75 ao ano, uma elevação de 50% na taxa de juros nos últimos 12 meses. Por que isso não deu conta de reduzir a inflação?

Com a retirada dos estímulos monetários por parte do governo norte-americano, da autoridade monetária norte-americana, teremos que subir ainda mais as taxas de juros?

Por que nossa inflação, no Brasil, a juízo de V. Sª, continua tão resiliente?

Com relação à inflação, o Banco Central, efetivamente, não tem cumprido a sua meta nos últimos quatro anos e, provavelmente, tudo indica que não cumprirá também em 2015.

Inflação no patamar de 6% ao ano é algo adequado para um país das condições do Brasil – sem considerar, evidentemente, a inflação de 7.3 nos preços livres, não administrados? V. Exª considera esses dados adequados para a transição que estamos enfrentando?

Por que a meta brasileira de 4.5 ao ano é tão mais alta que nos países em desenvolvimento, que tem se situado na faixa média de três pontos percentuais ao ano?

Por que temos metas de inflação e inflação maior do que nos países em desenvolvimento?

O senhor concorda com o represamento dos preços administrados no Brasil?

Como o Banco Central observa a pressão sobre os preços de combustíveis e de energia elétrica e, mais recentemente, os choques de oferta vindos do setor de alimentos *in natura*?

Enfim, quantos são, quais são e quão severas são as pressões sobre a inflação de 2014 e 2015?

Que atenuantes a nossa autoridade monetária está identificando como prioridade?

Ainda no câmbio, Sr. Presidente, qual o impacto de uma mudança de patamar da taxa de câmbio, como decorrência desse processo de mudança da política monetária dos Estados Unidos ao qual mencionamos sobre a dívida pública brasileira?

Qual o valor e o perfil das operações de *head* com o uso de derivativos cambiais, contratadas junto ao Banco Central, no intuito de conter a desvalorização do real?

Essas operações não deveriam ser descontadas do valor de reservas internacionais, para que tivéssemos, eventualmente, mais informação/transparência sobre os impactos dessas operações?

Por que o Conselho Monetário Nacional perdeu o seu brilho nos últimos anos? Salvo melhor juízo, não temos observado reuniões formais do Conselho Monetário Nacional. É correta a interpretação de que a instituição vem sendo esvaziada e que as reuniões não mais vêm seguindo os ritos definidos na norma e no texto legal?

Como podemos avançar no fortalecimento das instituições do sistema financeiro no Brasil?

A autonomia legal do Banco Central, a juízo de V. Sª, deveria fazer parte dessa agenda institucional?

Como o Banco Central – não sei se está tendo tempo e oportunidade de V. Sª anotar com rigor, mas eu posso, em seguida, passar para V. Sª, para que V. Sª eventualmente possa me honrar com essas questões que eu gostaria de merecer o posicionamento de V. Sª – analisa a trajetória da dívida pública no Brasil?

A política fiscal, os incentivos ao endividamento de Estados e Municípios e o consequente crescimento da dívida bruta no período recente vêm comprometendo, a juízo do V. Sª, o controle da inflação?

Segundo o Fundo Monetário Internacional, somente em 2012, o aumento da dívida bruta no Brasil foi de três pontos percentuais do Produto Interno Bruto. O Fundo Monetário já nos classifica como o país com maior dívida bruta entre os emergentes. Qual seria o impacto sobre a dívida federal da possível retroatividade na troca do indexador da dívida negociada com os Estados e Municípios no final dos anos 90? Eu me refiro ao PLC 99, que se encontra em votação ou discussão na Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, estará sendo submetida à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República. O senhor tem participado desse debate? Qual a posição de V. Sª a respeito a respeito do PLC 99?

O senhor concorda em explicitar os subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União como despesa primária no Orçamento?

Como avalia V. Sª os aportes do Tesouro Nacional para o BNDES, que já totalizam mais de R$320 bilhões desde 2009?

Essa hipertrofia do BNDES atrapalha, a juízo de V. Sª, o desenvolvimento do mercado de capitais de longo prazo no País?

Por que ainda faltam recursos para quem precisa de financiamento privado de longo prazo e por que tantos recursos têm deixado a Bolsa de Valores no Brasil...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu estou preocupado com o nosso Presidente. Ele está ali em um ritmo frenético. Mas eu quero socorrê-lo no sentido de que você possa ou fazer mais pausadamente essas observações...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, eu vou entregar a V. Sª a cópia...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Ah, sim. Vai entregar. Está certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço o concurso do meu querido e estimado Senador Armando Monteiro para que o nosso Presidente possa nos honrar com essas questões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como V. Sª avalia se são concretos os riscos de correção dos saldos das contas do Fundo de Garantia, em julgamento no Supremo Tribunal Federal? Qual o valor real desse esqueleto e como os bancos se preparam para uma eventual decisão do Supremo Tribunal Federal?

São essas, Sr. Presidente, as perguntas que eu gostaria de me dirigir a V. Exª.

Vou passar às mãos de V. Sª esse documento, para que nós possamos receber a atenção com relação a essas questões que me chamam a atenção e que me parecem altamente relevantes neste momento da nossa economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Dr. Tombini.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Ricardo Ferraço.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu me sinto quase que contemplado com as perguntas que o nosso Senador Ferraço pode endereçar a V. Exª, dado o espectro amplo que elas alcançam.

Mas eu queria me centrar na questão da inflação e queria indagar a V. Exª sobre alguns aspectos. Primeiro, mais uma vez concordando com o Senador Ferraço, o Brasil, dentre os emergentes, é um país que tem inflação alta para os padrões internacionais, sobretudo o nível médio de inflação dos países emergentes. E se indaga sobre as causas estruturais desse fenômeno, porque, olhando a própria trajetória do sistema de metas de inflação, que foi instituído em 1999, nós tínhamos o centro da meta de inflação em 8%, tivemos um movimento de queda do centro da meta até 2003, quando chegamos ao menor número, salvo engano, 3,25%, e, desde 2005, estacionamos em 4,5%, com um intervalo de 2%, que também foi mantido, ou seja, a banda de

2%. E num período largo, o período de oito anos, o centro da meta está congelado. Parece que isso se descola inclusive dos ciclos econômicos, das flutuações que ocorreram no ambiente internacional, porque nós temos aí um período de oito anos.

Fica a impressão de que, de algum modo, o Banco Central, a autoridade monetária, reconhece alguns fatores que são pouco resilientes nesse quadro estrutural da inflação no Brasil, e não persegue, de maneira mais efetiva, na medida em que um dos objetivos da política de metas é ancorar a expectativa e definir para adiante, um objetivo.

O fato de o centro da meta estar estacionado há oito anos indica que há algo aí ou que demonstra certa resignação da autoridade monetária, talvez reconhecendo que esses fatores estruturais de alguma maneira não podem ser vencidos pela própria política monetária, ou reconhecendo, por exemplo, que é um fenômeno que tem uma rigidez introduzida no sistema.

Então eu queria perguntar ao Presidente Tombini a que se deve isso fundamentalmente. V. Exª acha que existe, por exemplo, aquele velho problema de que a política fiscal não ajuda? Mas houve momentos nesse período em que a política fiscal foi mais consistente com os objetivos da política monetária. Olhando esse período de 2005 para cá, produzimos superávits mais robustos, e, no entanto, o centro da meta se conserva em 4,5% com a banda de 2%.

Admitindo, Presidente, esses fenômenos mais estruturais da inflação brasileira, como identificá-los? Seria, por exemplo, uma questão associada à produtividade da economia brasileira? É um problema de produtividade basicamente? Ou ainda o fato de que não desmontamos aqueles mecanismos de indexação, que ainda estão presentes na economia? Preços importantes, aluguéis, mensalidades escolares, tarifas de uma maneira geral, muitas estão ainda com um mecanismo de indexação que, vamos dizer, anula um pouco os efeitos da própria política monetária?

E, finalmente, Presidente, saber se o Congresso Nacional, na sua expectativa, pode efetivamente colaborar no sentido de dar maior potência à política monetária pela via de certo aprofundamento das reformas institucionais olhando o lado fiscal. Por exemplo: a questão do limite de crescimento do gasto público, que é algo que não se obteve ainda; a questão dessa política de reajuste do salário mínimo, que agora tem prazo para ser revista, mas que, de qualquer modo, tem que estar associada ao salário médio da economia, olhando essa questão de maneira sob o prisma da lógica econômica; e algumas medidas de limitação do endividamento bruto, por exemplo, um teto para a dívida bruta, que nós não temos.

Então eram essas as questões, Presidente, que eu gostaria que merecessem uma avaliação sua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Armando Monteiro.

Concedo a palavra – em função da ausência do Senador José Agripino pelo mesmo motivo que já assinalei em relação à Senadora Vanessa Grazziotin – ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique; prezado Senador Lindbergh Farias; prezados Diretores Altamir Lopes e Carlos Hamilton; caro Presidente Alexandre Tombini, Ministro como Presidente do Banco Central, primeiro, quero ressaltar que é muito significativo que a economia brasileira esteja com a menor taxa de desemprego – 4,8% registrada em janeiro – desde que se iniciou a série da medida da taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas do Brasil na série histórica iniciada em 2002. Trata-se de um dado muito positivo. É importante também que, ainda que moderadamente, a economia esteja crescendo, mas será ótimo se pudermos acelerar este crescimento, ao mesmo tempo conseguindo manter a estabilidade de preços dentro da meta e, se possível, de forma ainda melhor do que tem sido efetivado.

Os dados da última ata do Copom mostram ainda alguma preocupação com certos setores no lado da economia externa. Os números sugerem um déficit de transações correntes acumuladas em 12 meses no valor de US$81,6 bilhões em janeiro, correspondentes a 3,7% do PIB, enquanto que os investimentos estrangeiros totalizaram US$65,4 bilhões na mesma base de comparação, 2,9% do PIB.

Não ficaria o País mais dependente de capitais de curto prazo especulativos para financiar as suas contas externas? Será que corremos um risco de aumento de nossa vulnerabilidade? Nesses últimos meses, o Banco Central vem aumentando as taxas de juros, iniciando um ciclo de aperto monetário com o objetivo de alcançar a meta inflacionária. Qual o impacto desse aperto monetário sobre o equilíbrio das contas externas? Será possível reverter simultaneamente o processo de deterioração das contas externas?

Eu tenho também uma indagação relativamente à teoria econômica, pois as explicações sobre o comportamento da política monetária e os seus efeitos sobre a inflação e a atividade econômica têm enfatizado sobretudo a evolução da taxa de juros e não tanto a oferta da moeda na economia. Eu agradeço se V. Exª puder

nos das informações a respeito de como a oferta da moeda na economia tem crescido em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto.

Trata-se de uma pergunta que normalmente, pelo menos até alguns anos atrás, V. Exª como economista há de convir, seria um objeto de preocupação principal. Eu, que tenho uma simpatia, digamos, pelos economistas keynesianos e pós-keynesianos, ao mesmo tempo, sempre acompanhei o debate com economistas, como aqueles que enfatizavam que seria muito importante sempre examinar a evolução da oferta da moeda em relação ao crescimento do PIB. Então, seria interessante que isso pudesse ser aqui considerado e nos dada a informação – até como economista tenho curiosidade de conhecer.

Gostaria também de pedir a sua avaliação da possível repercussão da aprovação do projeto de lei, de que é relator o Senador Luiz Henrique, referente às dívidas dos Estados e Municípios que o Senado está apreciando e deve votar proximamente. Na medida em que essa proposição poderá melhorar a situação econômica de alguns Estados e de Municípios importantes na economia brasileira – e isso poderá, portanto, melhorar a sua respectiva situação econômica –, como avalia as consequências dessa proposição, com os cuidados que está tendo o Senador Luiz Henrique? Que repercussão terá, na sua avaliação?

Faço essa pergunta porque houve assim como que uma preocupação, no mês passado, ou até antes, da parte do Ministro da Fazenda e de alguns que disseram que seria melhor aguardar a votação dessa matéria porque poderia ter repercussão com respeito à avaliação que as instituições de avaliação do crédito ou da situação da economia brasileira fazem a nosso respeito. Ora, como já se passou algum tempo e estamos agora prestes a tomar uma decisão, acho que a avaliação de V. Exª poderá ser muito importante para todos nós.

Muito obrigado.

São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Presidente Tombini, a presença de V. Sª aqui se faz periodicamente para trazer informações sobre a política monetária do País, da responsabilidade do Banco Central. Mas especificamente para esta reunião, V. Sª está convidado a trazer esclarecimentos sobre uma operação da Caixa Econômica Federal que encerrou mais de 496 mil contas, provocando uma matéria de uma revista de circulação nacional que questionou o encerramento de quase 500 mil contas, como que criando um clima no Brasil de confisco de poupança – eram contas de poupança –, como se fosse a reedição de um fato que estarreceu o País no passado com o confisco de poupança.

É claro que à classe política cabe a responsabilidade de promover esclarecimentos de fatos que estarrecem a opinião pública, como é esse caso. Essa matéria foi manchete de jornal durante algum tempo e ela saiu da pauta, mas ela não pode sair da pauta sem esclarecimentos. E essa, na minha opinião, é a principal razão da vinda de V. Sª para trazer, dentre outros esclarecimentos, esclarecimentos sobre este fato. Foram 496.776 contas de poupança que teriam sido fechadas por não terem tido movimentação durante três anos ou mais.

A CGU fez um relatório e declarou claramente – relatório de 87 páginas –, com detalhes, que a operação de fechamento não tem respaldo legal. E isso por si só já é uma coisa muito grave. A CGU diz que o fechamento das 496 mil contas não teve respaldo legal e que o fechamento das contas não ocorreu pela falta de movimentação, mas por incorreções cadastrais, o que remete à obrigação da Caixa Econômica Federal, se havia incorreções cadastrais, de comunicar ao Banco Central, por antecipação, para que o Banco Central pudesse interferir, pudesse intervir.

O Banco Central, pelo que eu tenho conhecimento, num primeiro momento, logo trouxe uma nota de explicação que dizia: "No caso específico da Caixa Econômica Federal, não há qualquer prejuízo para correntistas e poupadores da instituição e, portanto, não há que se falar em confisco." A motivação para encerramento das contas não foi por falta de movimentação, como disse a notícia num primeiro momento. Não foi a falta de movimentação, mas irregularidades cadastrais.

Em outro momento, na mesma nota do Banco Central, está dito: "A Caixa Econômica Federal está providenciando a regularização de alguns dos procedimentos internos utilizados no encerramento de contas irregulares, bem como ajustes contábeis no seu balanço." Porque o fechamento das quatrocentos e tantas mil contas envolveu R$719 milhões; descontado o imposto, R$420 milhões, que foram incorporados ao lucro da Caixa Econômica Federal. Foram incorporados ao lucro! Isso passou a ser lucro da Caixa Econômica Federal.

Para alguns poupadores – e aí é o momento para esclarecimento –, houve o simples cancelamento das contas, e isso produziu R$420 milhões de lucro na Caixa Econômica Federal, que deve ter se sentido mais confortável perante o Acordo de Basileia, porque melhorou o seu desempenho, com um número criado através de uma iniciativa que, na minha opinião, tem que ser explicada. Tem que ser explicada por quê? Porque a Caixa

Econômica tinha a obrigação, tendo em vista que ocorreram incorreções cadastrais, de comunicar ao Banco Central, e o Banco Central tinha a obrigação de promover *démarche* no sentido de esclarecer o que está havendo, que incorreções cadastrais são essas.

A primeira pergunta que eu faço a V. Exª é a seguinte. O art. 13 da Resolução do Banco Central nº 2.025/93 diz claramente que a instituição financeira deverá encerrar conta de depósito em relação à qual verificar irregularidades das informações prestadas julgadas de natureza grave, comunicando o fato de imediato ao Banco Central do Brasil. Ou seja, a Caixa Econômica, para fechar as contas, tinha que comunicar ao Banco Central de imediato.

A pergunta: a Caixa Econômica informou a Banco Central que estava, em 2012 – não agora, não foi em 2013, foi em 2012 que elas foram fechadas –, encerrando aquelas 496 mil contas? É a primeira pergunta que faço. O Banco Central possui diretriz de fiscalização. Qual foi a atitude da Diretoria de Fiscalização do Banco Central, diante da eventual comunicação da Caixa Econômica Federal? Essa Diretoria fez as devidas diligências em 2012? Exigiu que a Caixa Econômica fizesse um esforço de comunicação com os depositantes afetados antes de encerrar as contas? Houve algum esclarecimento?

Eram 496 mil correntistas, entre cinco e cem mil reais, aplicadores e poupadores que tiveram as suas contas encerradas unilateralmente. Houve alguma comunicação? Porque eu não sei e eu acho que o País não sabe se houve comunicação entre a Caixa Econômica e os poupadores, se o Banco Central obrigou a Caixa Econômica adotar as providências que a lei manda. A Caixa Econômica deu prazo para que as irregularidades fossem sanadas, já que eram irregularidades cadastrais? A Caixa deu um prazo para que os donos das contas pudessem sanar essas irregularidades?

Vamos lembrar aqui que o parágrafo único do art. 3º da Resolução do Banco Central nº 3.006, de 2000, diz:

Parágrafo único. A comunicação prévia da intenção de rescindir o contrato de que trata o art. 12, inciso I, da Resolução nº 2.025, de 1993, com redação dada pela Resolução nº 2.747, de 2000, deve conter referência expressa à situação motivadora da rescisão, bem como estipular prazo para eventual regularização da pendência.

Ou seja, dar um prazo para que, se havia irregularidade cadastral, o mutuário, dono da conta, pudesse regularizar, para não ter a sua conta fechada, para que não pudesse surgir, na opinião pública, a ideia do confisco da poupança.

O art. 15 da Resolução do Banco Central nº 2.025 diz:

> *Art. 15. As instituições financeiras deverão designar, expressamente, um diretor que deverá zelar pelo cumprimento das normas de abertura, manutenção e movimentação das contas de que trata esta resolução.*
> *Parágrafo único. O nome do diretor designado nos termos deste artigo deverá ser informado ao Banco Central do Brasil, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de publicação desta resolução.*

Ou seja, o nome do diretor do banco, no caso, da Caixa Econômica, deveria ter sido comunicado ao Banco Central: fulano de tal adotou as providências de fechamento; fulano de tal, diretor da Caixa Econômica Federal.

Se a Caixa informou ao Banco Central, cumpriu o que diz a Resolução nº 2.025 e, por conseguinte, a diretoria diz que a ação do Banco Central foi desidiosa, teria sido desidiosa, caso contrário, que providências o Banco Central tomou com relação ao art. 15, acima, no sentido de responsabilizar o diretor identificado, da Caixa Econômica Federal? Alguém foi responsabilizado ou tudo foi tratado como um grande mal-entendido entre companheiros, entre entidades parceiras, Banco Central e Caixa Econômica Federal? Se os procedimentos, inclusive sequestrar os recursos para a conta de lucro são irregulares, e essa prática prevaleceu até agora, se nenhuma atitude legal contra o responsável vier a ser tomada pelo Banco Central, cria-se, claro, a expectativa de que outros bancos, especialmente os menores, podem adotar procedimentos idênticos de confisco sem consequências legais. Se essa moda pega, em vez de 49 mil contas, 490 mil contas, daqui a pouco pequenos bancos estarão fazendo o mesmo porque o Banco Central não teria exercido o seu papel de fiscalizar, denunciar, normatizar, corrigir erros.

Por isso é importante que o País saiba que medida legal tomou o Banco Central neste caso.

Eu não queria ser mais extenso porque acho que essa é a colocação central e que traduz a preocupação que, mais do que minha, é do Brasil, com relação a um tema que foi muito abordado sob a manchete "Confisco de poupança voltou", e acho que esta é uma grande oportunidade para que nós possamos esclarecer aquilo que foi feito ou que deverá ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador José Agripino.

Assinalo a presença aqui, nesta Comissão, do ilustre Presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara dos Deputados, Deputado Edson Bez de Oliveira.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Professor Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, caro amigo Tombini, sempre é bom estar aqui, sempre é bom ouvi-lo, até porque sempre nos passa a ideia de uma tranquilidade. Mas eu quero puxar para ter essa tranquilidade com mais tranquilidade. Por isso quero fazer uma pergunta... Já que não há vulnerabilidade, por que nossos títulos públicos estão tão caros, mais do que em outros países, uma vez que tudo indica que eles refletem a expectativa do mercado em relação à vulnerabilidade?

Por que esse receio de que vamos ter um *downgrade* no risco? Por quê? Sempre se está falando isso. Apenas conspiração da mídia ou alguma razão?

Por que vamos crescer tão pouco ou temos que crescer tão pouco nos próximos anos ao comparar com outros países, inclusive nossos vizinhos?

Quero saber se há alguma análise – e peço desculpa se algum Senador já perguntou, porque não pude estar aqui por estar na Comissão de Educação uma grande parte de sua fala – que assuma que foi um erro reduzir os juros naquele momento? Ou assume-se que naquele momento tinha que ser reduzido e nesse momento tem que subir?

Finalmente, tenho uma pergunta, talvez ao professor, não ao Presidente: por que essa persistência, quais as causas da persistência da inflação? Eu não falo dos controles da inflação porque aparentemente ela não se descontrolou ainda, mas não é a que a gente deseja, tanto que se espera 4,5%. A gente está beirando os 6% há um bom tempo.

Quais são as causas, na sua opinião? A estrutura faz com que os preços relativos terminem impactando os preços médios; nós estamos importando inflação de outros países através dos insumos que nós usamos na nossa indústria – eu não falo através do câmbio, porque aí é um problema nosso. Ela é resultado de circunstâncias como a seca do Nordeste e a chuva no Sul?

Eu já não ponho mais que ela seria resultado da cultura da inflação, porque essa a gente conseguiu barrar faz algum tempo. Apesar de que eu quero dizer, Presidente, o senhor que mora aqui, que alguns dias atrás eu fui a um supermercado simples e os preços eram colocados em etiquetas, e já estavam substituindo uma em cima da outra. Claro que eu não sei se alguns eram de cinco anos atrás ou de cinco meses, não fui olhar, não arranquei. Mas quais são as causas que o economista Tombini aponta para essa persistência da inflação que nós estamos tendo?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Cristovam Buarque.

Encerradas as inscrições, concedo a palavra a S. Exª o Presidente do Banco Central, Prof. Alexandre Tombini, para as suas considerações.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Temos uma coleção de questões importantes levantadas pelos Exmºs Senadores e Senadoras.

Começando pela sequência, o Senador Randolfe Rodrigues colocou uma série de questões vinculadas a estudos de organismos de outras autoridades sobre a questão brasileira e fez referência a aspectos que ele reputa como indicadores de vulnerabilidades do nosso País.

São várias questões. Vou procurar endereçá-las de uma forma corrida, digamos assim, para passar à essência dos nossos argumentos nessa discussão. Como eu disse, nós estamos, hoje, num período de transição da economia global. Houve a grande crise financeira internacional de 2008/2007. Já lá se vão seis, sete anos desse processo. A resposta dos países foi uma resposta sem precedentes na história recente da economia global, tanto com políticas monetárias quanto com políticas fiscais.

Essa crise deixou legados. Nós tivemos, primeiro, uma desalavancagem brutal no mercado de crédito internacional, iniciando pelos Estados Unidos, essa crise se espalhando, principalmente pela Europa. A reação coordenada em grande medida pelo G20 foi importante, lá nos idos de 2009, para impedir que aquele processo de recessão degenerasse numa grande depressão econômica. Isso foi possível. As economias reagiram, em especial as emergentes. Nós tivemos condições de reagir a esse processo com uma certa velocidade, incluindo o Brasil, com uma grande reação em 2009/2010. Depois, nós tivemos o aparecimento do legado, um importante legado fiscal, especialmente na Europa.

Nós tivemos uma segunda volta dessa crise, muito intensa, em meados de 2011. Em parte, nesse processo, o Banco Central ajustou a sua política monetária naquele período, já fazendo referência a uma questão colocada agora, por último, pelo Senador Cristovam. Mas, enfim, houve uma reação das economias. As economias emergentes saíram na frente, reagiram. Não eram, digamos, a origem do problema. Conseguiram reagir, tinham espaço para reagir e o fizeram.

Houve uma grande sincronia nessa reação. A economia global saiu, digamos assim, do seu período mais crítico, porém deixou um legado fiscal importante na Europa, que até hoje está sendo tratado, agora numa fase

posterior, de menores riscos, sempre algum risco existe, como mencionei nas minhas palavras iniciais sobre a questão de vulnerabilidades naquela zona econômica importante.

Nesse momento, já de algum tempo, mais especificamente maio de 2013, inicia-se um processo de reversão das condições monetárias que foram tão... Os países se valeram de políticas que não haviam sido testadas. No campo monetário, a maioria das economias avançadas chegou ao limite inferior da taxa nominal de juros. Não havia como abaixar essa taxa além do que já havia sido abaixado, então recorreram a outros mecanismos, como, por exemplo, fazer grandes compras de ativos diretamente no mercado, jogar a liquidez de mercado e, com isso, afetar não só a taxa de curto prazo da autoridade monetária, mas todas as demais taxas de juros, para tentar restabelecer o crescimento econômico e sair dessa crise.

V. Exª conhece bem a história recente dessa questão. O que aconteceu? As economias avançadas não reagiram, porque os mecanismos formadores, por exemplo, do crédito, que haviam sido abalados pela crise de 2008, não estavam funcionando. Então, a despeito dessa injeção de liquidez, o crédito doméstico nas economias avançadas não reagiu. Logo, uma parte relevante dessa liquidez internacional que estava sendo colocada no mercado para tentar resolver a situação foi parar onde? Nas economias emergentes, que ofereciam maiores oportunidades, taxas de crescimento, enfim, todo tipo de oportunidade que uma economia oferece em relação às economias maduras.

No Brasil, nós tivemos a cautela de, no momento de grande expansão dos fluxos internacionais, iniciar um processo de desaceleração desses fluxos. O Brasil continua recebendo investimento estrangeiro. Vou voltar em seguida a esse ponto. Por três anos seguidos, nós recebemos investimentos da ordem de US$65 bilhões, ano a ano. Ou seja, aqueles 200 e tantos bilhões a que V. Exª se referia, nos últimos seis anos, em investimentos estrangeiros foram diretos foram 300 bilhões que o País recebeu, que é a referência a esse que seria o fluxo de capital mais estável nesse período.

Então, nós recebemos muitos recursos, nós nos utilizamos de medidas de natureza macroprudencial. O Banco Central realmente comunicou nas nossas discussões – se nós voltarmos às discussões de 2011, 2012 – que nós tínhamos uma preocupação prudencial, porque sabíamos que um dia esse ciclo seria revertido. E sempre nos preocupamos com a capacidade da economia de absorver grandes fluxos e, depois, haver uma reversão desses fluxos.

A despeito de todas as medidas que foram tomadas, nós vemos hoje uma redução na entrada de fluxo em função do novo quadro internacional, uma modificação no preço dos ativos depois da entrada de tanta liquidez, o que valorizou uma série de ativos. Eu me referi aqui, várias vezes, a ativos financeiros, a ativos imobiliários, uma convergência muito rápida, mais rápida do que seria recomendável pelos fundamentos econômicos.

Nós tomamos providências para desacelerar esse fluxo de entrada. É difícil dizer, porque em economia nós nunca temos o contrafactual, qual seria a situação do Brasil hoje se nós não tivéssemos desacelerado esse ingresso de recursos e tivéssemos nos deparado hoje... Porque o Brasil é o maior mercado emergente do globo. É um mercado emergente que se financia no exterior, que é ativo em relação aos mercados internacionais. Nós temos muitas oportunidades, recebemos muitos fluxos, e, a despeito da desaceleração induzida por políticas macroprudenciais e por medidas de preços que não foram simpáticas, reconheço, mas necessárias, para que nesse período de normalização nós tivéssemos condições de lidar com esses... Não digo fluxos de saída, mesmo porque não tem saído dinheiro, está entrando agora, mas com a desaceleração dos fluxos de ingresso no País.

Então, quando a gente fala que a questão... E eu tenho respondido internacionalmente. No G20 agora, estavam presentes todas as autoridades que V. Exª mencionou e, representando o Brasil, nós. Eu respondi, por exemplo, a um argumento que é usado hoje: o ajuste de preços relativos, ou seja, refletindo essa nova condição financeira global, não é parte do problema, ele é parte da solução. Quando falamos de preços relativos, estou-me referindo, inclusive, a taxas de câmbio, que no Brasil andaram bastante. Uma coisa é no momento estar recebendo muitos fluxos, a sua moeda estar supervalorizada e haver uma parada desses fluxos. Aí temos um problema, porque o ajuste de preços relativos será violento.

O que temos feito? Primeiro, as políticas adotadas para desacelerar o ingresso, reconhecendo que esses ingressos eram extraordinários e temporários. Então, isso foi feito, diminuiu o tamanho do problema com o qual temos que lidar hoje. Segundo, estamos respondendo de uma forma clássica a essa mudança nas condições financeiras internacionais. Ou seja, basicamente, se você olhar o manual de economia vai dizer: "Bom, mudaram as condições, todas as políticas vão ser ajustadas." Então, você diz: "Mas há outras economias que não estão ajustando". Terão que ajustar. Nós falamos disso recentemente, tivemos uma sequência de economias reajustando suas políticas para fazer frente ao novo quadro.

Nós estamos ajustando nossas políticas de um lado, de outro o nosso regime é um regime que, por definição, nos ajuda a absorver choques externos. Temos um regime de câmbio flutuante. Não estamos aqui defendendo um regime utilizando as reservas cambiais a que V. Exª fez referência. Nós não estamos usando as

reservas para defender um preço. O preço do câmbio é um preço fundamental flutuante. Não estou dizendo que vai flutuar mais, vai depreciar além do que já o foi. Isso é o mercado que vai dizer, serão as condições que virão à frente.

Mas quero dizer que esse regime de câmbio flutuante ajuda a proteger a economia brasileira. Tem suas consequências, falarei de inflação em seguida. Parte das causas da inflação recente tem a ver com isso, mas é uma mudança de preço relativo necessária e milita no sentido de reduzir eventuais vulnerabilidades da economia brasileira neste ponto no tempo.

E o terceiro flanco dessa política seria a questão de usar os colchões de proteção que acumulamos nos bons tempos – reservas internacionais, que não são recursos baratos, mas são recursos necessários, é como pagar um seguro – para neste momento nós conseguirmos entregar uma parte dessa proteção na forma, por exemplo, dos contratos derivativos –, que são liquidados em moeda nacional, como V. Exª bem sabe, não são liquidados em moeda estrangeira, mas em moeda nacional – para oferecer proteção, suavização das mudanças necessárias de preços relativos que precisamos neste momento.

Então, é clássica essa resposta. O Brasil tem transitado bem nesse novo período.

V. Exª se referiu ao estudo. O estudo tem vários problemas, não entrarei aqui em discussões. Falamos com autoridades, eu já tive oportunidade de falar isso em fóruns multilaterais. Ontem mesmo, conversava com o Secretário do Tesouro norte-americano em São Paulo. Aqui mesmo falei de várias economias internacionais, falei de algumas fragilidades que vemos em relação à Europa.

Isso do debate internacional. Lógico que esse tipo de estudo tem suas fragilidades e não ajuda. Isso foi dito claramente e houve alguma resposta. Enfim, certamente os mercados responderam justamente na direção oposta. Ou seja, do começo do ano para cá, a despeito da volatilidade que houve especialmente em janeiro, final de janeiro, a moeda brasileira tem se comportado tão bem quanto outras, melhor do que várias, emergentes ou não. Nós temos tido uma redução marcada do risco país. Nós estamos recebendo fluxos. V. Exª vai dizer: "Mas com esse diferencial de juros..." Mas há um mês, com diferencial de juros, não entraram. Então, você vê naqueles fluxos que dependem de uma visão sobre o País, seja um empréstimo, sejam investimentos estrangeiros diretos, sejam investimentos em renda fixa, esses fluxos estão fortes.

Bom, V. Exª então coloca a questão: "Não estaríamos entrando num território de fragilidade, ou seja, financiando um déficit em conta corrente com recursos mais voláteis?"

Eu queria lhe informar que os investimentos estrangeiros diretos em janeiro fecharam os 12 meses em US$65,4 bilhões. Ou seja, estão financiando uma parcela expressiva do déficit em conta corrente. Mas, mesmo que não estivessem financiando uma parcela tão expressiva como estão no momento, eu diria que os fluxos internacionais, tanto para renda fixa... Não vamos falar de bolsa aqui, no momento está entrando, mas não a ponto de provocar uma reação na bolsa brasileira. Outras bolsas também estão sofrendo, bolsas de economias emergentes e de economias maduras estão sofrendo no momento. Enfim, esses fluxos que dependem de uma visão sobre o País estão muito fortes.

Por que a preocupação é muito menor hoje do que era em 2008 e 2009? Porque hoje nós estamos já no processo de normalização das condições financeiras internacionais. Não estamos iniciando o processo, ou seja, as injeções de capital e de liquidez não estão ocorrendo. Nós estamos passando por um processo de normalização. Nós sempre atuamos nesse ambiente.

Como nós atuávamos nesse ambiente até 2007, 2008? Nós acumulávamos esse nosso colchão, que, em relação ao tamanho da economia, está num padrão moderado em comparação ao internacional e nos dá uma tranquilidade para conseguirmos transitar em vários cenários, sem ter que recorrer a fontes multilaterais de suavização de mudança em preços relativos, falando numa linguagem mais técnica. Nós, no passado, fizemos isto: por meio de intervenções no mercado, nós acumulamos essa liquidez que estava ingressando no País.

Ou seja, num ambiente de normalização, no futuro, se houver uma inversão do cenário, no sentido de voltarem fluxos mais fortes para as economias emergentes, aquela lógica é válida. Nós nunca dissemos aqui, o Banco Central nunca disse que deixou de ter uma política de acumulação de reservas internacionais, desde que as condições de mercado permitam. Nós estamos em outro padrão, agora trabalhando nessa transição, suavizando os impactos na economia real dessa transição em torno de uma forma bastante clássica.

Assim eu digo: com uma mudança que já houve em preços relativos, ou seja, uma depreciação de ativos de economias emergentes, com as condições iniciais que nós temos no País, por exemplo, a parcela da dívida doméstica em mãos estrangeiras é pequena, das menores. Há um gráfico, inclusive, de um artigo do FMI, nos gráficos que passei para V. Exªs, que mostra que o Brasil destoa, se diferencia, com uma menor participação de não residentes na dívida interna. Então, esse é um fator de alguma segurança nas condições iniciais.

Outro fator de segurança nas condições iniciais, além de todas as mudanças de preços relativos que já ocorreram, a nossa capacidade de enfrentar isso de uma forma clássica tem a ver com a pequena dependên-

cia do Sistema Financeiro Nacional em fontes externas de recursos. Mesmo os bancos estrangeiros que aqui operam, operam captando recursos no mercado nacional no varejo para financiar operações de crédito, para financiar operações de financiamento.

Temos hoje a dependência. No sistema financeiro, as fontes de recursos não passam de 9% financiados com recursos externos. Ou seja, nós não estamos dependendo desses fluxos para gerar o crédito interno.

Por essas e por outras, nós temos uma postura em relação aos desafios desse período com uma tranquilidade.

Não sei se eu tranquilizo aqui o Senador Cristovam, mas a nossa tranquilidade não é desconhecimento dos desafios, pelo contrário, é a nossa capacidade de transitar nesse novo quadro. E obviamente V. Exª conhece; o Banco Central do Brasil é um dos bancos centrais mais ativos em mercados internacionais. Nós temos uma inteligência de mercados, como poucos outros bancos; temos um ativo que precisamos preservar, que são as reservas internacionais, que estão aplicadas, que nos dão um conhecimento, um nível de informação bastante granular em relação ao que se passa nos mercados financeiros internacionais.

Então, temos sim, como V. Exª mencionou, Senador Randolfe, qualificação também nessas áreas de interação com os mercados, que nos permite, enfim, avaliar os riscos e tomar decisões que sejam sólidas e se sustentem ao longo do tempo, nessa área que é uma área sensível.

V. Exª menciona outras questões em relação à taxa de remuneração, a questão dos preços administrados, a prática de venda de dólares por meio de contrato. Creio que V. Exª tenha se referido aos derivativos em que nós temos atuado. São liquidados em reais.

Nós temos o nosso balanço do Banco Central, que é cotado em reais, ou seja, uma parte da valorização do ativo subjacente nós usamos por meio da emissão desses contratos. Inclusive, no momento, há situações amplamente favoráveis ao Banco Central. Não necessariamente tem que ser isso. Nós temos um impacto sobre o restante da economia que é justamente para nos permitir que essas mudanças de preços relativos sejam suavizadas.

Em relação aos preços administrados, eu falava aqui na minha intervenção inicial que esses preços já subiram nos últimos três meses dois pontos percentuais. Saíram de aproximadamente 1,5%, nos doze meses que se encerraram em dezembro do ano passado, e, hoje, no acumulado de fevereiro, esses preços estão com doze meses acumulados em 3,7%.

Eu faria referência a que o processo de realinhamento está ocorrendo. A nossa visão, do Banco Central, explícita já há algum tempo, é de que nós temos uma variação nos preços administrados projetada para este ano de 4,5% também para o ano que vem, vindo de 1,5% em 2013. Então, isso já está nas nossas contas.

A todo trimestre nós fazemos uma revisão geral dos nossos números. Nós vamos divulgar o relatório de inflação no final deste mês, e possivelmente haja alguma revisão aqui ou acolá em relação a esses preços.

Eu creio que eram essas as questões do Exmº Senador. Eu fico à disposição também bilateralmente para aprofundar alguns desses temas.

A Senadora Gleisi Hoffmann fez seus comentários. Agradeço pelas palavras generosas dirigidas ao Banco Central. Em relação às perguntas específicas, V. Exª fez menção ao custo, à diferenciação de inflação do IPCA com o deflator implícito. O deflator implícito carrega um peso maior de investimentos, carrega um peso maior dos produtos no atacado. Esses produtos sofrem uma influência mais direta e imediata das variações cambiais, que são variações que nós tivemos em grande volume nos últimos três anos. Então, isso parte dessa diferença.

Em relação à inflação, não fiz menção no meu discurso, mas mais para a nossa referência, eu vou falar um pouquinho disso depois, respondendo às questões posteriores, mas não há nada que nos condene a ter inflação acima do centro da meta. Nós vamos perseguir e continuamos perseguindo.

Estivemos bastante próximos, em meados de 2012, tanto as projeções de inflação quanto as inflações implícitas, quanto à própria inflação corrente em meados de 2012 estava muito próxima do centro da meta. Incidentalmente, se pegarmos uma inflação, por exemplo, da Fipe/USP, que foi uma inflação bastante usada na economia brasileira, todos nós conhecemos esse indicador, essa inflação encerrou o ano passado na faixa de 3,88%, em doze meses. Em fevereiro, salvo engano, está no nível de 3,99%. Ou seja, é uma inflação ao consumidor que já foi amplamente utilizada no País, que está, digamos, abaixo do que seria o centro da meta.

A nossa meta não está calcada no IPC da Fipe, está calcada no IPCA. Tem uma outra composição, uma outra cesta, uma outra abrangência nacional, é de um a quarenta salários, tem uma outra representatividade. Enfim, não há nada que nos condene a não ter uma inflação de 4,5%. No futuro, continuamos perseguindo essa nossa meta.

V. Exª também mencionou a questão da dívida líquida e da dívida bruta. Como V. Exª fez referência, nós temos uma relação dívida líquida/PIB que caiu, em 2009, 42%. Com a crise, houve impactos sobre receitas; ela

sobe um pouco em relação ao ano anterior. Mas, em 2010, 39%; 2011, 36,4%; 2012, 35,3%; e 2013, 33,8%. Ou seja, ela continua numa trajetória descendente.

V. Exª fala: "Mas o importante é a dívida bruta e não a dívida líquida." Não. Há questões óbvias em relação à dívida líquida. Por exemplo, se pegarmos a dívida bruta e tirarmos as reservas internacionais – que todo mundo conhece –, nós temos um quadro, e o quadro brasileiro é bom, muito bom em comparação aos internacionais. Se pegarmos a nossa dívida bruta, também, entre 2012 e 2013, ela cai. Ela de fato cai muito em 2010; sobe em 2011 ligeiramente; sobe em 2012; cai no ano passado. Ou seja, nós não temos um problema de sustentabilidade da dívida.

A questão que se trata aqui, que alguns avaliam, diz respeito, digamos, por exemplo... Do nosso lado nos interessa saber qual é o impulso fiscal para o nosso trabalho de contenção, de reequilíbrio de demanda e oferta. Então, outra dimensão. Mas questão da sustentabilidade da dívida não há, e, certamente, o Governo tem tomado medidas recentemente para fazer com que esse processo se consolide. Então, eu acho que isso é importante ter em mente.

Em relação ao nosso trabalho, nós temos dito que a política fiscal está convergindo, nessa visão do Banco Central, para uma posição de neutralidade do ponto de vista estrutural. Ou seja, entre um período e outro, ela não adiciona mais carga sobre a demanda agregada, de forma que nós tenhamos que compensar com uma política monetária. Então, esse movimento está ocorrendo.

O Governo, a Administração tem falado sobre reposicionamento de bancos públicos e também milita no sentido de consolidar esta visão, que é uma visão importante – o País fez muito progresso nisso –, de controle fiscal e de redução desses indicadores para o futuro.

Bom, creio que eram essas as questões que V. Exª colocou. Mas uma vez, obrigado pelas palavras.

O Senador Ferraço deixou um papel aqui com algumas questões. Vamos ver se nós conseguimos, também, atacá-las em forma de uma narrativa única. São várias...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o Senador Ferraço tem um compromisso na Embaixada dos Estados Unidos e pediu que justificasse a sua ausência no momento em que V. Exª respondesse às indagações do ilustre Senador.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente, eu só consulto, desculpa, mas até por uma questão de tempo e de encaminhamento, se não é o caso de encaminhar – a menos que o Plenário se interesse pelas respostas – diretamente ao Senador Ferraço as respostas dessas questões.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu fico à disposição, como V. Exªs definirem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Submeto ao Plenário se concordam com a posição da ilustre Senadora Gleisi Hoffmann.

Não havendo quem queria discutir, declaro aprovada a sugestão.

S. Exª o Presidente do Banco Central encaminhará, então, respostas ao Senador Ferraço.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito bem.

Então, pela ordem, Sr. Presidente, o Senador Armando Monteiro fez algumas indagações sobre inflação, sobre a meta de inflação, sobre...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, estando ausente também, pelo mesmo motivo – acredito –, o Senador Armando Monteiro, nós adotaríamos a mesma decisão que adotamos em relação às indagações do Senador Ferraço.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito bem.

Então, vamos ao Senador Suplicy, sobre a sua primeira indagação se o País não estaria entrando num território de vulnerabilidade em relação a capitais de mais curto prazo, fazendo referência à resposta ao Senador Randolfe, temos um quadro em que cerca de 80% do déficit em conta corrente está sendo financiado por investimento estrangeiro direto. Esse quadro não mudou, no início de 2014, mas, ainda que mude um pouco à frente, estamos hoje recebendo capitais de um quadro internacional em transição. Não é mais aquele quadro de expansão de liquidez; o quadro agora é de transição para uma maior normalização das condições monetárias. Então, nesse novo ambiente internacional, nós sabemos como lidar com fluxos internacionais, mais ou menos seguindo uma estratégia que vínhamos seguindo até 2007/2008, em relação à absorção desses fluxos.

A constituição do nosso colchão. Enfim, se as condições de mercado mudarem a ponto de haver um quadro influxo de capitais dentro desse novo quadro, nós certamente adotaríamos uma posição prudente, como adotamos no passado, de continuar constituindo o colchão de reservas internacionais. A economia vai crescendo, em relação ao tamanho da economia, ainda que se acumulem reservas, não necessariamente está acumulando posições excessivas. A nossa história recente indica como é importante a formação desse colchão, nesse momento.

Em relação ao impacto do apego às condições monetárias sobre as contas externas, há esses fluxos que estão vindo ao País recentemente – eu não diria que é uma tendência, mas é uma constatação, nos últimos meses, a retomada de fluxo, dentro desse novo quadro. As políticas que vêm sendo adotadas militam também no sentido de reduzir para o futuro o desequilíbrio em conta corrente. É natural, eu disse isso na minha intervenção, que um país emergente, que tem toda essa demanda por financiar investimentos, absorva um pouco mais de poupança externa, manifestada por um déficit em conta corrente um pouco maior, mas administrável. Temos hoje em torno de 3,6 de déficit de conta corrente. As políticas, o ajuste da taxa de câmbio real, porque a inflação vem sendo contida em relação ao tamanho da desvalorização ou da depreciação da moeda, há uma mudança do câmbio real da economia, isso, junto com a política monetária mais apertada, milita no sentido de conter a expansão do déficit em conta corrente.

Temos uma questão que não foi colocada aqui, mas aproveito a oportunidade para compartilhá-la: há uma defasagem entre o ajuste e o preço relativo; ou seja, o ajuste da taxa de câmbio, a depreciação da moeda nacional e seu impacto sobre as contas externas. O impacto é no sentido de reduzir o nível de importações e de expandir as exportações, ou seja, de ter uma conta comercial mais favorável. Só que nós sabemos, na teoria econômica, da curva J, que toma tempo até que esse processo de depreciação tenha impacto sobre as importações e sobre as exportações. O Prof. Cristovam certamente se lembra da condição de Marshall-Lerner também, em que alguns atribuem essa defasagem entre o câmbio afetando a melhora das contas externas com a elasticidade preço da exportação: o preço está mais favorável, se exporta mais; mas, se a elasticidade for menor que um, o aumento da exportação, em moeda conversível, talvez não seja tão forte quanto à redução nas importações, em função da elasticidade preço das importações. Ou seja, uma taxa de câmbio mais depreciada torna mais caras as importações, e a tendência é que se reduza o volume de importações, mas demora um tempo, há contratos envolvidos.

Então, essa condição, basicamente, diz que a soma das elasticidades de exportação e de importação, a variação da taxa de câmbio deveria ser maior do que um para que uma depreciação afetasse favoravelmente o déficit comercial ou o superávit comercial e a conta corrente.

Então, nós estamos vivendo esse processo de defasagem. É óbvio que vai afetar e afeta, no sentido favorável, a balança, principalmente num quadro em que a economia internacional começa a se recuperar, e nós vemos uma revisão consistente das previsões de comércio internacional por parte dos organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, por exemplo.

Então, as políticas estão militando no sentido de reduzir ou de conter a expansão do déficit em conta corrente, há defasagens envolvidas, mas não nos podemos esquecer da substância que está militando no sentido de tornar esse problema mais administrado.

Muito bem, quanto aos agregados monetários, nós temos aqui o valor em 2013, o M1, um agregado monetário bastante utilizado, V. Exª conhece, cresceu 8,3%. A base monetária, que é um agregado monetário mais restrito, cresceu 6,9% – começo de período contra final de período de 2013. O PIB nominal cresce 9,4%. Crescimento de 2,3% mais o deflator. Então, isso está por trás, ou seja, o crescimento da base. E o do M1 está indo até um pouco menos do que o crescimento do PIB nominal.

Os agregados monetários nós ainda olhamos, utilizamos. Porém, enfim, os agregados monetários, de certa forma, abandonaram os bancos centrais, no sentido de que nós conseguimos medir a oferta de moeda, conseguimos controlar a oferta de moeda, mas a demanda por moeda, para os seus vários fins, é mais instável, principalmente num mundo sujeito a inovações monetárias e financeiras.

Então, para se usar como instrumento de política, a taxa de juros é controlável. O Banco Central consegue controlar com precisão a taxa interbancária de um dia, mas não conseguimos controlar, digamos, a diferença entre oferta e demanda de moeda, porque nós não controlamos a demanda por moeda. Então, a controlabilidade do instrumento é menor do que a taxa de juros. Por isso essa prevalência do instrumento "juros" nos bancos centrais modernos. Porém, como V. Exª bem viu, os bancos centrais dos países avançados, já não tendo mais instrumentos, taxas de juros para usar, recorreram a injeções de liquidez diretamente nos mercados.

Dito isso, tem sido bastante utilizada essa questão de injetar moeda liquidez diretamente nos mercados, mais por falta de instrumento, taxa de juros, que chegou a um limite inferior.

Bem, em relação à questão do projeto de lei – não é minha área –, eu tive a oportunidade de falar sobre esse assunto da última vez. Enfim, eu tenho preocupação em relação ao arcabouço institucional que foi montado no País em relação ao controle das contas públicas nos três níveis de governo. Acredito que qualquer iniciativa que seja percebida como potencialmente fragilizando esse arranjo, eu vejo com muita cautela.

É um assunto que V. Exª tem discutido aqui, mas essa é a minha visão, que já coloquei na última vez em que passei por aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Creio que ainda há mais dois Senadores, pelas minhas contas, o Senador Agripino, que desta vez não tem questionamento sobre a parte econômica, faz referência ao requerimento convite, que temos nesse momento aqui, à disposição, para atender.

Naturalmente, V. Exª bem sabe que, por uma responsabilidade em relação à estabilidade sistêmica, em relação à questão da fidúcia no sistema financeiro, o Banco Central não divulga os seus procedimentos internos em relação a casos específicos. Naturalmente, nós temos nossos procedimentos, que são utilizados para nos assegurarmos de que as resoluções do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional são observadas com rigor. Então, certamente, no caso específico, nós estamos conduzindo o assunto nessa dimensão.

E dito isso, em deferência a V. Exª, naturalmente o Parlamento tem a sua capacidade requisitória em relação a qualquer informação, mas para que não paire qualquer conteúdo especulativo em relação a essa questão, nós temos uma governança bastante forte decidida pela diretoria colegiada, conduzida pela área de fiscalização; nós temos vários comitês em relação a questões específicas, em que os casos específicos são aprofundados, e isso está funcionando, funciona no Banco Central.

Em relação ao caso específico, o que eu posso lhe dizer neste momento é que, de fato, V. Exª tem aí alguns números, o número de contas encerradas por irregularidades cadastrais da ordem de 496 mil contas de poupança de um total de 52 milhões aproximadamente. Ou seja, esse processo de, digamos assim, encerramento de contas é um procedimento previsto, inclusive de certa forma incentivado. Agora, em relação ao caso específico, V. Exª mencionou, por exemplo, a questão do resultado. Sem entrar em detalhes, o que houve foi uma realocação contábil desse que deveria ser um item contábil de permanência, no balanço, e foi realocado para conta de resultados. O Banco Central determinou a cessação dessa prática, o que foi atendido, e naturalmente os procedimentos consagrados na contabilidade. Refiro-me, por exemplo, ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que incorpora no ordenamento nacional esses procedimentos que são emanados do comitê de pronunciamentos contábeis internacionais, o IASB, no nosso padrão contábil nacional. Nós seguimos o IFRS, um padrão contábil internacional. Há o CPC 23, que dá, digamos, as diretrizes de como fazer os devidos ajustes quando há incorreções nos registros contábeis. Isso está sendo procedido por determinação do Banco Central.

V. Exª mencionou os valores, já líquido de imposto. Então, esse...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Seriam 420 e não 52; 420 líquidos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Quatrocentos e vinte milhões.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – É por aí. Não tenho os números aqui comigo neste momento, mas os grandes números são esses. Então, isso está sendo revertido conforme o CPC 23, seguindo as determinações também do Banco Central. Ou seja, acho que o título da matéria a que V. Exª se referia está inadequado, porque não houve o que a matéria disse que ocorreu, mesmo porque todas as reversões necessárias dentro desse processo, que foi de saneamento de um lado... Agora, a determinação da cessação da prática contábil da reversão do que ocorreu lá atrás e aqueles que tiveram problemas em relação a esse ocorrido foram prontamente atendidos pela Caixa Econômica Federal.

Em relação ao que nós estamos fazendo, nós temos, na fiscalização, nosso plano anual de supervisão; todos os procedimentos estão sendo acompanhados. E certamente essas correções estão sendo implementadas. Então, não há a questão que V. Exª mencionava, referindo-se à reportagem. O Banco Central, sim, tomou as providências como regulador, e esse processo continua em função especificamente dos controles internos das instituições, para tratar de problemas complexos. Esse é um problema complexo, e é necessário que haja controles internos rigorosos para conduzir esse tipo de operação.

Nós continuamos olhando essa questão. Nós temos nossos procedimentos. Hoje, temos procedimentos com inúmeras instituições dentro do sistema financeiro. É um ritual que faz parte do processo de supervisão. Como mencionei a V. Exª, nós temos uma governança que inclui um comitê de aprofundamento de trabalhos em casos específicos e que conta com 13 servidores. Esses processos, uma vez levados a curso, são conduzidos por uma estrutura de governança independente, como falei para V. Exª, e são definidos pela diretoria colegiada, mas são adotados pelo corpo funcional.

Então, em relação a esse tema, para tranquilizá-lo, as questões que deveriam ser remediadas estão sendo remediadas. Não há prejuízo, não vamos deixar que haja prejuízo para nenhum depositante, como tem sido o caso. A reação tem sido pronta, e os nossos procedimentos internos continuam.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Eu queria fazer uma observação a mais, sem querer ser impertinente, Presidente Tombini.

O fato ocorreu em 2012, e não sei se a correção a que o Banco Central se refere foi feita concomitantemente com a ocorrência do fato, que está claramente configurado como uma ilegalidade, como a própria CGU disse. Gostaria de saber se o Banco Central foi rápido na tomada de providência, até para gerar uma atitude de

correção de rumo exemplar, que mostrasse ao restante da rede bancária privada e pública que o Banco Central estava atento para as incorreções de procedimentos, até porque as normas que são referidas – e a Caixa Econômica estaria revendo procedimentos relativos ao não cumprimento de normas – são normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, são normas antigas, são normas do conhecimento da Caixa Econômica.

A minha dúvida é relativa à tomada de providência rápida do Banco Central, porque o fato só aconteceu em função da denúncia que a revista de circulação nacional trouxe. Em função da denúncia é que o Banco Central tomou providências. Durante um bom tempo, os R$420 milhões líquidos ficaram com aplicação dupla, ficaram constando do lucro da Caixa Econômica, que já foi modificado – o procedimento foi modificado –, e ficaram, segundo manifestação do Banco Central, à disposição para devolução ou para alocação de novo aos seus proprietários, que seriam os 496 correntistas. Ou seja, num bom momento, num largo momento, aquele dinheiro esteve duplamente disponível, pois esteve à disposição do lucro da Caixa Econômica e à disposição dos correntistas que teriam sido, supostamente – não quero fazer qualquer afirmação leviana –, ludibriados.

Agora, a minha preocupação se refere à providência em tempo, à providência tempestiva do Banco Central, com uma ação que gerasse posicionamento exemplar, para que fatos como esse não pudessem, por hipótese alguma, ocorrer no restante da rede bancária, sob pena de se ver fraturada a credibilidade de uma coisa que é importantíssima em qualquer economia do mundo, que é a instituição poupança.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito bem, Senador!

Se me permite, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado.

A ação do Banco Central é tempestiva, é anterior a qualquer reportagem a que V. Exª fez referência. Nós temos nossos mecanismos, e esses mecanismos foram acionados.

A questão da correção, da realocação contábil, a que V. Exª faz referência, como eu lhe disse, segue procedimentos internacionais e está sendo ajustada dentro do que reza o Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Há lá um pronunciamento específico sobre esse tema. Isso está sendo observado e nós estamos acompanhando esse processo.

Então, para tranquilizá-lo, o nosso trabalho inicia-se muito antes de qualquer reportagem, as incorreções estão sendo reparadas e nós vamos acompanhar esse processo, nós temos nossos procedimentos. V. Exª, certamente, teria acesso a maiores detalhes dentro do poder confiscatório desta Casa no futuro. Mas, em linhas gerais, é isto: título inadequado, os equívocos estão sendo reparados e as consequências estão sendo avaliadas para nossa governança interna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – O que eu quero dizer a V. Exª, só para completar, é que eu confio no Banco Central do Brasil. Eu confio. Estou satisfeito com as manifestações, que, com certeza absoluta, devem ter criado desconforto ao Banco Central. Eu até admito, estou fazendo uma assertiva, mas quero dizer que confio na instituição Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª tem a palavra para responder às indagações feitas.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – V. Exª se referiu a algumas questões que já foram atendidas aqui. Uma diz respeito à visão sobre as vulnerabilidades... Enfim, posso explorá-las novamente aqui, mas vou direto para as questões adicionais, que se referem, por exemplo, ao que ocorreu em meados de 2011... Eu falava aqui da recidiva da crise financeira internacional, que se manifesta ali no verão do Hemisfério Norte, em meados de 2011, com a discussão do teto da dívida nos Estados Unidos, com o legado fiscal batendo muito fortemente na Europa, e aquilo, no nosso ponto de vista, nos permitiu fazer um ajuste nas condições monetárias.

Depois que passou, vinham os choques, a própria depreciação no câmbio, houve outras implicações, e nós tivemos que reverter. Em nenhum momento o Banco Central assumiu compromisso com o seu instrumento. O instrumento tem que ser usado para atingir o objetivo.

V. Exª menciona a persistência da inflação. É algo em que temos trabalhado. Talvez uma questão estrutural nesses últimos anos, quer dizer, a incorporação de 40 milhões de pessoas no mercado de trabalho, no mercado consumidor, abriu um leque de oportunidades no Brasil, diferentemente do que ocorreu em outras economias, mas com alguns desafios, como, por exemplo, a questão de uma maior participação do setor de serviços na economia, que tem por definição uma produtividade menor do que a atividade agropecuária e a da indústria, em termos gerais. Não estou falando no nosso caso específico, mas é a regra geral. Nós tivemos uma demanda muito grande no segmento de serviços. A resposta veio, mas veio com defasagem. A oferta de serviços anda com mais defasagem. Podemos colocar que a infraestrutura, que agora está sendo mexida com mais força, com 40 milhões de pessoas disputando o consumo, não só o consumo privado, mas também as

questões ligadas à logística e à infraestrutura têm algum impacto. Então, nós vimos a inflação de serviços subir bastante nesses últimos anos, e a queda tem sido gradual.

Naturalmente, com essa mudança de preço relativo, que V. Exª bem conhece, com a mudança de preços relativos em favor, por exemplo, do setor de comercializáveis, com a desvalorização da moeda em função desse quadro internacional, é natural, neste momento, que os preços dos bens transacionáveis tenham um comportamento menos benigno que tinham. Mas, num mundo sem fricção, eu diria que a inflação dos preços não comercializáveis tende a se ajustar ao longo do tempo.

Com esse processo, enfim, nós temos visto algum ajuste muito tênue. Naturalmente, este ano nós temos grandes eventos aqui que pressionam um pouco essa inflação de serviços. Mas, falando em questões estruturais, nós temos essa grande absorção, que ocorreu mais fortemente nos últimos cinco ou seis anos, de novos consumidores, novos demandadores de serviços e uma resposta da oferta com defasagem. Nós temos que equilibrar, usar a política macroeconômica, a política de administração da demanda para controlar esse desequilíbrio, tanto que temos feito isso.

Como falava agora, respondendo a uma questão da Senadora Gleisi Hoffmann, vemos a inflação, o preço ao consumidor da Fipe fechou, no ano passado, em torno de 3,88% e ela está acumulada, em 12 meses, em 3,99%, ou seja, não há nada que nos condene a ter uma inflação no âmbito do consumidor diferente, por exemplo, do centro da meta.

Naturalmente, nesse período, diferentemente de outros ciclos de aperto, começamos a ajustar as condições em abril. Antes disso, lembro ter vindo aqui e engajado um debate construtivo com V. Exªs, onde mencionamos que antes disso a nossa narrativa em relação à inflação já havia mudado, desde fevereiro de 2013. V. Exª bem se recorda que, em maio de 2013, inicia o processo de discussão sobre a normalização das condições monetárias, do chamado *tapering* nos Estados Unidos. Isso gerou esse ajuste em preço relativo. Só nos últimos 12 meses, a despeito da nossa política de aperto das condições monetárias, apenas o real se depreciou em torno de 15%, um pouco mais de 15%.

Então, diferentemente de outros ciclos, onde havia perda de juros e uma condição de liquidez internacional mais favorável, as duas variáveis andavam juntas e, nesse caso, há esse vento de proa no processo. Mas o que temos feito e temos que fazer sempre é evitar os efeitos de segunda ordem dessa depreciação. Há os choques de alimentos, enfim, V. Exª mencionou, a que fiz alusão mais recente dos produtos *in natura,* que, em princípio, em tese, têm que ser temporários, certamente o trabalho do Banco Central é no sentido de fazer com que ele seja temporário. V. Exª falava em chuvas em regiões, mas naturalmente a seca afetou os grãos e o retorno das chuvas afeta o hortifrutigranjeiro. Enfim, não vamos entrar em detalhes aqui, mas esses choques, por definição, devem ser temporários. Trabalhamos e temos trabalhado para que da mesma forma como os preços sobem e afetam a inflação, que eles tenham vida curta e se circunscrevam aos movimentos de curto prazo.

Creio que são essas algumas das questões que o Senador Cristovam fez.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Peço desculpas, todos estão com fome aqui para eu insistir, mas a primeira questão e depois uma sugestão.

Pela sua análise daria para eu dizer que uma das causas da inflação é a incorporação de R$40 milhões sem um correspondente aumento na produtividade, que fez com que a oferta permanecesse sem crescer e nos setores específicos dessa população? É uma pergunta.

E para ganhar tempo, uma sugestão: tem havido um grande debate, inclusive uma proposta de audiência que seria bom que o senhor pudesse vir, para debater aquele relatório do FED dos Estados Unidos. Acho e uma sugestão que não sei se já dei à Senadora Gleisi, o Banco Central já fez um documento contestando aquilo, analisando aqueles países e a nós próprios numa ótica diferente do FED? Se não fez, gostaria de sugerir; se já fez, gostaria de receber, porque procurei por aí e não encontrei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao Presidente.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em relação à questão da produtividade, acho que tivemos uma mudança relevante na estrutura econômica brasileira nesse processo, com a maior participação do setor de serviços na matriz econômica brasileira, em relação aos demais setores em função dessa incorporação.

O setor de serviço, por definição, tem produtividade diferenciada dos demais setores. Não que não possa evoluir, mas tem.

Creio que, nesse processo de absorção de mão de obra e crescimento, estamos em nível de pleno emprego, poderíamos dizer, olhando para frente, a agenda tem que ser agenda de produtividade. Acho que essa agenda está colocada, o Governo tem tomado medidas no sentido de, por meio de concessões e de outros instrumentos, revitalizar e expandir a nossa tão necessária infraestrutura em transportes e em logística. Enfim,

está sendo feito, tem que haver um foco nisso, é importante. Isso vai ajudar. Diferentemente das economias maduras, em que há também necessidade de atualizar a infraestrutura, mas se já existe um consolidado em infraestrutura, não se ganha muito, em termos de produto potencial, ao investir em infraestrutura. Num país emergente como o Brasil, ganha-se. Nós temos condições de crescer nosso produto potencial com base no que os economistas chamam de Produtividade Total dos Fatores (PTF), aquela produtividade que tem a ver com logística, com questões institucionais, com transportes, enfim, com infraestrutura em geral.

E temos que ter um programa, como temos, e para a frente também, de qualificação da mão de obra. Ou seja, não basta agregar o recurso humano ao mercado de trabalho, à formalização, mas também treinar esse indivíduo para ter uma produtividade de trabalho maior. Isso está sendo feito, e temos que ter consistência nisso para a frente.

Em relação ao FED, eu tive a oportunidade de responder ao Senador Randolfe Rodrigues. Eu tenho respondido isso em foros internacionais. Ontem mesmo, estive com o Secretário do Tesouro norte-americano em São Paulo. Naturalmente tenho um diálogo fluido com o FED. Aqui mesmo eu falei de vulnerabilidade de outras economias, que há discrepância, certamente, em relação ao trabalho do FED. É um trabalho particular, em que associa, por exemplo, depreciação da moeda com vulnerabilidade. Em relação à depreciação da moeda, num período particular. Eu ia esquecendo, por exemplo, que o Brasil tem a moeda que mais se apreciou na fase boa do ciclo. Então, eu não vou entrar em detalhes. Nós temos um papel muito preliminar que precisa ser trabalhado, não para responder ao FED especificamente, mas para fazer referência à questão da vulnerabilidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas não justificaria responder aquele documento? Porque aquele é um documento...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu creio que seria valorizar um documento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) –... no mundo inteiro.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Seria valorizar um documento. Os mercados reagiram uma semana a esse documento. Os fluxos estão muito fortes em relação ao Brasil. Eu acho que é uma perda de tempo reagir a isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu posso estar enganado, mas documentos do FED têm repercussão internacional. Um documento do Banco do Brasil tem repercussão internacional, hoje. Da China, também, da França, e dos Estados Unidos mais que todos. Aquilo repercutiu e criou uma desconfiança dentro do próprio Brasil nos setores investidores. Por isso o documento do Banco Central, enfático, cuidadoso. Seria bom um debate até mesmo teórico entre duas visões diferentes de um mesmo problema, que é a vulnerabilidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço.

V. Exª pede a palavra pela ordem?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu justifiquei a ausência de V. Exª por essa louca coincidência de trabalho de comissões ao mesmo tempo. V. Exª não esteve presente na hora de ser chamada para interpelar porque estava trabalhando em outra comissão, e eu enfatizei isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E mais, Presidente, Senador Luiz Henrique,...

Antes de mais nada, quero cumprimentar o Presidente Tombini, que está aqui, e os demais diretores do Banco Central.

Estávamos, a Bancada inteira do Estado do Amazonas, com o Governador do Estado, trabalhando e visitando todas as Lideranças, sobretudo da Câmara dos Deputados, tentando fazer com que o projeto de emenda à Constituição, de autoria do Executivo, que prorroga a Zona Franca de Manaus por 50 anos, seja votada amanhã, como previsto na pauta. Há um pequeno problema, um pequeno grande problema, em relação à Lei de Informática, pois esse segmento sempre quer pegar carona com a Zona Franca, mas creio que resolvemos.

Sr. Presidente, obviamente, são 13h45, eu não vou aqui fazer questionamentos. Lamento profundamente porque me inscrevi cedo e queria falar de algumas preocupações, talvez bem diversas das que foram manifestadas aqui. Primeiro, justificava-se que a inflação... Eu acho que a Presidenta Dilma tomou uma decisão justa e correta para com o País, para com o povo, de diminuir as taxas de juros, elevando-as ou colocando-as num patamar similar às taxas que se praticam no mundo inteiro. Até que a inflação começa a subir e dizem que é por causa da taxa de juros baixa, que anima o mercado. Aí sobe a taxa de juros de novo, Senador Luiz Henrique, e a gente vê que a inflação não cede.

Mas, enfim, isso é um bom debate, deve ter sido tratado aqui, mas eu não poderia deixar de falar a respeito disso e dizer que trabalhamos muito com essa expectativa de que o Brasil possa se colocar em um patamar assemelhado ao de outras nações, porque falamos muito em gastos com despesas correntes, falamos muito

em desperdício de recursos, que o salário não pode aumentar porque é alto. E agora até acabar por não renovar a lei que garante a recuperação do poder de compra do salário mínimo, essa é a última novidade, porque dizem que é inflacionário, até isso, o mínimo que o trabalhador neste País tem direito se questiona, então eu vejo que o Brasil tem que ter posições muito firmes.

Por isso, Presidente Tombini, eu quero dizer que tenho muita expectativa com a reunião dos BRICS, que vai ter espaço no Brasil logo após, já no término da Copa do Mundo. Acho que a criação do banco, de uma agência ligada aos países que compõem os BRICS vai ajudar muito à Nação e aos senhores, porque é assim: não pode isso, dinheiro para isso e não pode dinheiro para aquilo.

A Senadora Gleisi, que estava aqui e que deixou há pouco o Ministério, sabe o que significa isso, as limitações do Governo. Mas, para pagar juro, cada vez o montante é maior de recursos públicos, do povo.

Portanto, espero que, em breve, a gente possa construir, o Governo que aí está, juntamente com o Banco Central, um novo cenário, um novo momento de muita confiança, mas favorável ao desenvolvimento, à geração de emprego aos trabalhadores.

Então, cumprimento os senhores todos e o Sr. Alexandre Tombini pelo trabalho que desenvolve.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa Grazzioti; agradeço a presença aqui do Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica; Dr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central; agradeço a presença e as explicações que foram dadas por S. Exª o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini.

E, antes de encerrar os trabalhos, comunico aos ilustres membros desta Comissão que, na próxima semana, teremos duas audiências públicas muito importantes: no dia 25, terça-feira, às 11 horas, será realizado um debate com o Prof. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES; e no dia 27, quinta-feira, às 14h30, o debate será com o Embaixador Roberto Azevedo, Presidente da Organização Mundial de Comércio.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente ...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidente, eu quero apenas, antes de encerrar, dizer que, entre os outros que V. Exª citou, está aqui presente o Deputado Picler, do Paraná, a quem eu cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Muito bem-vindo, Deputado.

Declaro então encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 50 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Jorge Viana, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Ana Amélia, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Antonio Carlos Rodrigues e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Cidinho Santos. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 4ª e 5ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 15 de 2014 (Aviso nº 217-Seses-TCU-Plenário), de 12 de março de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, em atendimento ao Ofício nº 1678 (SF), de 9 de agosto de 2012, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 026.023/2012-1, na Sessão Ordinária de 12/3/2014, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1** – Projeto de Lei do Senado nº 323 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que "veda a exigência da substituição tributária prevista no artigo 150, § 7º, da Constituição, para os optantes do Simples Nacional instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006", tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 25/3/2014, são apresentadas as Emendas nºs 1 (Substitutivo), de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, e 2, de autoria do

Senador Eduardo Suplicy. Anunciada a matéria, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e os Senadores José Pimentel, Eduardo Suplicy, Alvaro Dias e Armando Monteiro. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para análise das emendas. **Item 2**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 17 de 2014, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para tratar do tema "Perspectivas e oportunidades de reforma para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço". Para tanto, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: senhor Marcos Lisboa, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e Vice-presidente do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa; senhor Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; senhor Mansueto de Almeida, especialista em Políticas Públicas e Desenvolvimento; e senhor José Roberto Afonso, especialista em Finanças Públicas. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 17 de 2014-CAE. **Item 3**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 18 de 2014, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir e discorrer sobre a política de preços de combustíveis no Brasil e seus impactos sobre a economia. Para isso, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: senhora Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP; senhor João Roberto Rodrigues, Ex-Ministro de Estado da Agricultura e Presidente da Academia Nacional de Agricultura; senhor Mailson Ferreira da Nobrega, Ex–Ministro da Fazenda e Sócio-diretor da Tendências Consultoria; e senhor Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Presidente do Instituto Brasileiro de Economia – IBRE. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 18 de 2014-CAE. **Item 4**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 19 de 2014, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença do Secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, para explicar a operação do Governo Federal de R$ 12 bilhões para aporte de recursos no setor elétrico. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 19 de 2014-CAE. **Item 5**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 20 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 44, de 2013, a qual estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no exercício de 2014, seja a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 20 de 2014-CAE. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 6**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 21 de 2014, de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg e outros, que requer, na forma do disposto nos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e nos arts. 90, III e 99, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia convidado, em audiência conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e outras comissões, para prestar informações sobre o episódio da aquisição pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), da Pasadena Refining System Inc. (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 21 de 2014-CAE. **Item 7**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 22 de 2014, de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg e outros, que requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e nos arts. 93 e 99, do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) convidada para, em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e outras comissões , prestar informações sobre o episódio da aquisição, pela Petrobras, da Pasadena Refining System Inc. (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 22 de 2014-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 4ª e 5ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o Aviso nº 15, do Tribunal de Contas da União:

AVISO Nº 15, DE 2014

Aviso nº 15, de 12 de março de 2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, em atendimento ao Ofício nº 1.687, de 9 de agosto de 2012, cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC 026.0232012-1, na sessão ordinária de 12 de março de 2014, acompanhado do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O item 1 trata de substituição tributária; o Senador Armando Monteiro já está chegando.

Passemos aos Requerimentos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero aqui fazer um apelo e uma solicitação. Agora há pouco, na CMA, aprovamos, por acordo feito com o Líder do PT, com o Senador Valdir Raupp e com todos os Senadores presentes, dois requerimentos de convites ao Ministro Edison Lobão e à Presidenta da Petrobras, Graça Foster, para prestarem esclarecimentos acerca da compra da refinaria de Pasadena.

Nós, do PSD, tomamos a decisão de que nós, antes, não descartamos apoiar a instalação de uma CPI, mas antes de qualquer medida nesse sentido, gostaríamos de ouvir as explicações da Presidenta da Petrobras.

Eu entendo que isso interessa a todos; interessa ao Governo, interessa à Petrobras dar os esclarecimentos necessários de forma serena e profunda.

E para evitar que a Presidenta da Petrobras e o Ministro das Minas e Energia tenham que vir várias vezes ao Congresso, por acordo, decidimos fazer esse convite – esses requerimentos deverão ser apresentados em várias comissões –, para, de forma conjunta, nos reunir até para otimizar. Não tem sentido o Ministro e a Presidenta da Petrobras virem várias vezes ao Senado Federal.

Portanto, sei que é praxe desta Comissão ler o requerimento em uma reunião e votá-lo na próxima reunião, eu consulto S. Exªs se há acordo em relação a esses dois requerimentos, para que, no início desta reunião, ou antes de entrarmos na pauta, possamos apreciar esses dois requerimentos de convite.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg, há acordo. Houve um acordo agora há pouco na CMA também. Então, como há acordo de todos, vamos fugir a regra desta Comissão, que é ler o requerimento numa reunião e só votar na outra para apreciar, aqui, os dois requerimentos de convite, tanto à Presidenta da Petrobras, quanto ao Ministro das Minas e Energia.

Em discussão os requerimentos do Senador Rodrigo Rollemberg de convite à Presidenta da Petrobras e ao Ministro das Minas e Energia.

Algum Senador quer falar sobre o tema? *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de acordo. Acho importante que possa haver a oportunidade de tanto o Ministro Edison Lobão quanto a Presidenta Graça Foster estarem aqui no Senado Federal para esclarecimento aprofundado das questões que foram levantadas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Apenas para manifestar meu apoiamento ao requerimento. Eu gostaria, inclusive, de subscrevê-lo, se não houver objeção, porque entendo que o Senado e a sociedade brasileira estejam a merecer estes esclarecimentos. No regime democrático não há nenhuma dificuldade de as autoridades prestarem esclarecimentos. Aliás, essa é uma das funções do Senado da República e uma das funções do Legislativo na República.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, subscrito pelo Senador Pedro Taques, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 21, de 2014

Requer, na forma do disposto nos arts. 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e nos arts. 90, III, e 99, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Sr. Ministro de Estado de Minas e

Energia convidado, em audiência conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e outras comissões, para prestar informações sobre o episódio da aquisição pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), da Pasadena Refining System Inc. (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 22, de 2014

Requer, na forma do disposto no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e nos arts. 93 e 99 do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) convidada para, em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e outras comissões, prestar informações sobre o episódio da aquisição, pela Petrobras, da Pasadena Refining System Inc. (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.
ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 17, de 2014

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para tratar do tema "Perspectivas e oportunidades de reforma para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço". Para tanto, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcos Lisboa, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e Vice-Presidente do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa; Sr. Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sr. Mansueto de Almeida, especialista em Políticas Públicas e Desenvolvimento; e Sr. José Roberto Afonso, especialista em Finanças Públicas.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento.
O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg.
SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para lembrar que os dois requerimentos recém-aprovados de convite ao Ministro Edson Lobão e à Presidente da Petrobras, Graça Foster, são para audiência pública conjunta com as demais comissões que assim o aprovarem. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle já os aprovou, mas quero submetê-los ao Plenário para que, se outras comissões o aprovarem com o mesmo teor, que essa audiência seja conjunta.
O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito bem lembrado.
Coloco para apreciação dos Srs. Senadores a realização de reunião conjunta.
Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.
ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 18, de 2014

Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir e discorrer sobre a política de preços de combustíveis no Brasil e seus impactos sobre a economia. Para isso, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: Srª Magda Maria de Regina Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); Sr. João Roberto Rodrigues, Ex-Ministro de Estado da Agricultura e Presidente da Academia Nacional de Agricultura; Sr. Maílson Ferreira da Nóbre-

ga, Ex–Ministro da Fazenda e Sociodiretor da Tendências Consultoria; e Sr. Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Presidente do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE).
Autoria: Ricardo Ferraço.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado o Requerimento nº 18, de 2014, da CAE.
Último requerimento, também do Senador Ricardo Ferraço.
ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 19, de 2014

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença do Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, para explicar a operação do Governo Federal de R$12 bilhões para aporte de recursos no setor elétrico.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

A matéria está em discussão. Encerrada a discussão.
Em votação.
Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.
A Comissão aprova o Requerimento nº 19, de 2014, da CAE.
ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 20, de 2014

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 44, de 2013, a qual estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal), que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no exercício de 2014, seja a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.
Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Em votação o requerimento.
Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado o Requerimento nº 20, de 2014, da CAE.
Vamos ao item 1 da pauta, relatório já lido pelo Senador Armando Monteiro.
ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2010 – Complementar
– Não Terminativo -

Veda a exigência da substituição tributária prevista no artigo 150, §7º, da Constituição, para os optantes do Simples Nacional instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Autoria: Senador Alfredo Cotait
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações: *Em 25/03/2014, são apresentadas as Emendas nºs 1 (Substitutiva), de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, e 2, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.*

O relatório já foi lido pelo Relator na 5ª Reunião, realizada em 18 de março, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Seria importante que o Senador Armando Monteiro estivesse presente nesta reunião para que nós pudéssemos discutir o relatório apresentado por S. Exª.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Senador Armando Monteiro pelo esforço de S. Exª em propor a esta Casa uma redação que pudesse garantir o Simples Nacional, ou seja, as alíquotas diferenciadas

para a micro e pequenas empresas optantes do Simples e, mesmo assim, garantir o direito de os Estados colocarem a substituição tributária.

Entretanto, Sr. Presidente, ao avaliar a proposta do Senador Armando Monteiro, penso que é uma proposta que traz muita complexidade: difícil, burocratiza e coloca às empresas a responsabilidade de implementar o que ele orienta na medida legislativa. Ou seja, ficarão a cargo das empresas fazerem os cálculos em relação à devolução ou compensação dos tributos, ou se elas estão, realmente, enquadradas no direito do Simples como optantes.

Então, penso que da forma como está redigida – e sei que houve um esforço, inclusive em discussão com os Secretários de Fazenda, e agora também o Senador Pimentel me fala que houve uma reunião do Confaz a respeito da matéria – os Secretários de Fazenda dos Estados têm uma visão muito mais pró-arrecadação dos Estados e, óbvio, vão fazer uma sugestão em que vão tentar garantir o direito às empresas optantes do Simples, mas com tanta burocracia que a medida se tornar inexequível. Parece-me que é um pouco a proposta apresentada pelo Senador Armando Monteiro.

Eu apresentei uma emenda a esse relatório do Senador Armando Monteiro resgatando a proposta que tramita na Câmara dos Deputados. Um projeto de lei mais amplo, que faz uma reavaliação da lei complementar da micro e pequena empresa.

O que coloca em relação à substituição tributária esse projeto que tramita na Câmara – que me parecer ser o mais correto –? Primeiro, ele coloca onde cabe substituição tributária. Ou seja, ou substituição tributária ou regime de antecipação do recolhimento de impostos. Onde cabe? Em combustíveis, cigarros, águas, refrigerantes, cervejas, motocicletas, máquinas e veículos automotivos, produtos farmacêuticos e produtos de perfumaria, de toucador e de higiene, autopeças, pneus novos de borracha, câmaras de ar de borracha, embalagens para bebidas, tal qual coloca o substitutivo do Senador Armando Monteiro. Só que ao invés de ele excepcionalizar outros produtos, ou dizer que tem de fazer cálculos nos produtos que são optantes pelo regime do Super Simples, o projeto coloca o seguinte: que o Confaz poderá, por resolução – e aí não é uma resolução por unanimidade, coloca por três quintos de aprovação –, poderá prever a extensão da substituição tributária. Ou seja, tira dos Estados, individualmente, o poder de prever substituição tributária, coloca para o Confaz, com um quórum qualificado de três quintos, e diz o seguinte: ele pode prever outros produtos além desses, desde que em casos que são aconselháveis a substituição. Primeiro, os produtos devem ter produção concentrada, comercialização pulverizada e relevância na arrecadação de impostos. Segundo, deve ser considerada a capacidade econômica do substituto tributário. Terceiro, devem ser estabelecidas margens de valor agregado em nível nacional ou regional e, quarto, deve ser aplicado o fator de redução da margem de valor agregado, quando a substituída tributária for microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional.

Penso que essa proposição facilita a implantação da substituição tributária e, ao mesmo tempo, resguarda o direito das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples. Ou seja, diz onde pode e diz que, se quiserem expandir, têm que levar em consideração esses critérios e têm que ser aprovado pelo Confaz. Aí, nós não colocamos em cima das empresas – sejam elas pequenas ou micro, ou seja as grandes –, responsáveis pelo recolhimento na origem, o encargo de fazer os cálculos, de fazer a fiscalização sobre a substituição tributária e também o impacto na legislação da micro e pequena empresa.

Apresentei essa emenda, que é o texto que está hoje na Câmara dos Deputados. Gostaria muito de ter essa conversa com o Senador Armando Monteiro para ver se ele aceitaria a emenda, para que nós pudéssemos avançar.

Agora, de qualquer sorte, eu acho muito importante esta Casa deliberar sobre essa matéria. O Senado da República, o Congresso Nacional têm que mostrar que têm preocupação sobre isso, afinal, nós temos um dispositivo constitucional que determina que a micro e pequena empresa tenham tratamento diferenciado. Nós temos uma lei complementar que regulamenta essa disposição constitucional e nós estamos vendo que essa determinação constitucional está sendo alterada por legislação estadual, muitas vezes por decreto do Poder Executivo do Estado. Então qual é a garantia que as micro e pequenas empresas têm depois de tanta luta para poder ter um tratamento tributário diferenciado?

Por isso, Presidente, eu considero esse tema um dos temas de maior relevância de ser discutido por esta Comissão e pelo Congresso Nacional. Gostaria muito que nós pudéssemos hoje ter um encaminhamento mais efetivo sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu quero registrar, como faz a nossa Senadora Gleisi Hoffmann, que esse é um dos temas mais importantes que nós temos no Congresso Nacional para deliberar.

Primeiro, porque as micro e pequenas empresas são aquelas que mais geram emprego no Brasil. Se nós abrirmos a geração de emprego de 2011 para cá, se nós dependêssemos das empresas que estão no lucro real e no lucro presumido, o Brasil teria saldo negativo de empregos.

No último ano, em 2013, esse saldo negativo seria da ordem de 460 mil empregos, embora tenhamos feito uma desoneração da contribuição patronal para a Previdência Social da folha para o faturamento, com ganho significativo para as empresas do lucro real e do lucro resumido, que têm uma empregabilidade maior, mas, na verdade, isso não teve um retorno na geração de emprego.

Ao contrário disso, quando nos aprovamos o Simples Nacional, lá em dezembro de 2006, nós tínhamos um milhão, trezentos e trinta e sete mil micro e pequenas empresas formais no Brasil. Nesse janeiro de 2014, nós fomos para oito milhões, quinhentos e duas mil micro e pequenas empresas formais, responsáveis pela geração de emprego formal no Brasil de mais de 1,1 milhão de empregos em 2013. Ou seja, as micro e pequenas cobriram o saldo negativo das médias e grandes e ainda houve um saldo a favor do emprego formal de um milhão e cem mil.

Essa política da substituição tributária tem tirado os efeitos positivos do Simples Nacional para micro e pequena empresa sobre o ICMS. Foi a maneira que os governos estaduais, particularmente os secretários de Estado, encontraram para neutralizar os efeitos positivos para a micro e pequena empresa.

O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), agora em fevereiro de 2014, concluiu um relatório muito detalhado sobre renúncia de ICMS, Estado por Estado, produto por produto, o seu impacto nas receitas estaduais, o impacto no repasse para os Municípios, porque 25% do ICMS renunciado retira dos Municípios, e esses Estados estão procurando cobrir essa política de incentivo para as grandes empresas em cima das empresas do Simples Nacional.

Aqui, fica muito claro que, em 2012, último ano da arrecadação consolidada, os Estados arrecadaram R$318 bilhões em ICMS. E a renúncia total em 2012 somou R$52 bilhões, ou seja, 16% do ICMS arrecadado no ano de 2012 voltaram para a própria empresa através daquele mecanismo do empréstimo, para compensar esses valores feitos.

Com isso, há também um desnível entre as Regiões. Na Região Norte, a renúncia do ICMS foi de 39,9%, porque ali há a Zona Franca de Manaus, que tem um impacto significativo. O nosso Nordeste, o meu Nordeste teve uma renúncia de 14%; o Sudeste teve uma renúncia de 10%; e o Sul teve uma renúncia de 27,2%, e ali observamos que os Estados, hoje, passam por uma forte crise. Tivemos um debate recentemente sobre o Estado do Paraná nesta Comissão. O Estado do Rio Grande do Sul tem 24,8%, quase 25% de renúncia fiscal, e isso demonstra o desequilíbrio da receita dos Estados da Região Sul. Quando vamos para a Região Centro-Oeste, a renúncia é de 31,2%, ou seja, para cada R$3,00 que são arrecadados de ICMS, o Centro-Oeste devolve R$1,00 para as grandes empresas e retira exatamente das micro e pequenas empresas.

Estamos fazendo um debate quanto a essa matéria específica sobre a substituição tributária, que tem a ver com essa política de incentivo fiscal. É a chamada guerra fiscal, que, hoje, é generalizada, entre os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal. Há o agravante de que esse tema, que era um tema prioritário das Regiões Norte e Nordeste nos anos 80 e no início dos anos 90, passa a representar, neste século XXI, uma política feita por todos os Estados, com impacto maior nas regiões mais ricas, retirando-se a Zona Franca de Manaus.

Volto a registrar: são os três Estados do Sul que têm a maior renúncia de ICMS, com efeito direto nas suas economias, objeto do debate que estamos fazendo sobre a renegociação das dívidas dos Estados. Ao mesmo tempo, há uma política totalmente desequilibrada, em benefício dos grandes empreendedores e em detrimento dos micro e pequenos empreendedores.

Por isso, Sr. Presidente, vamos pedir a V. Exª, se nossos Pares concordarem, que retire de pauta esse tema, até porque, na última quinta-feira e na última sexta-feira, houve uma reunião do Confaz em que se avançou bastante sobre o tema do comércio eletrônico.

Está chegando aqui o nosso Relator. Já retiro o pedido.

Esse tema foi objeto também de debate. Foi apresentado um texto substitutivo que não atende à demanda que vem do foro das micro e pequenas empresas, mas pelo menos já existe a sinalização de que precisamos aprofundar esse debate.

Nosso Relator, Senador Armando Monteiro, inicialmente, tínhamos sugerido ao Presidente que retirasse da pauta de hoje a matéria, mas, já que V. Exª aqui chegou e é nosso parceiro e profundo conhecedor desse tema, tendo acompanhado também o debate no Confaz nos últimos dias, V. Exª poderia nos dar alguns subsídios no debate.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, ao Senador Alvaro Dias e, depois, ao Relator Armando Monteiro, quero dizer o seguinte:

o simples fato de termos pautado a discussão sobre a substituição tributária aqui já trouxe consequências. O assunto foi tratado na reunião do Confaz, que fez uma proposta concreta, que deve ser observada e debatida aqui pelos membros desta Comissão.

Então, com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro, acho importante o espírito de urgência para examinarmos a matéria com responsabilidade. Acho importante a contribuição da Senadora Gleisi Hoffmann como possível alternativa. Mas, tal como assinala o Senador José Pimentel, é importante também que tenhamos a consideração para a sugestão que o Confaz – pela avaliação unânime dos 27 secretários de Fazenda de todos os Estados e do Distrito Federal – encaminhou ao Presidente do Senado, inclusive a todos nós, Senadores e Deputados. Estamos examinando essa matéria.

Até como forma de atenção aos secretários de Fazenda, eu gostaria de subscrever a proposta de emenda que eles encaminharam para que o nosso Relator, o Senador Armando Monteiro, possa examinar tanto a proposição da Senadora Gleisi Hoffmann quanto essa que os secretários de Fazenda encaminham, em que justificam que as alterações propostas são necessárias para reduzir as perdas que os Estados teriam com a aprovação do projeto original ou o substitutivo do Relator.

O intuito da substituição tributária responde hoje por mais de 30% em média da arrecadação dos Estados. Os Estados e o Distrito Federal vêm suportando, nos últimos anos, perdas e receitas transferidas da União e decorrentes de outros fatos que envolvem guerra fiscal, prejudicando o cumprimento das obrigações constitucionais e legais, especialmente nas áreas de saúde, educação, segurança e dívida pública.

A emenda que os secretários apresentam promove adaptações no projeto original para reduzir as perdas e receitas dos Estados e do Distrito Federal, que ocorrerão, sendo fundamentais para a manutenção do equilíbrio fiscal nos Estados conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. As modificações visam a garantir o princípio federativo, a autonomia dos Estados e a manutenção das competências tributárias.

Então, subscrevo, mas como contribuição ao debate das sugestões, tanto da Senadora Gleisi Hoffmann quanto daquelas que o nosso querido Relator, Aramando Monteiro, estará examinando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Alvaro Dias, antes de passarmos a palavra ao Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, muito mais importante do que criar um ministério, como o da microempresa, é adotar mecanismos que a favoreçam para o estímulo e o desenvolvimento.

Ora, é claro que o ideal seria uma ampla reforma tributária que considerasse todos os pontos. Nós falhamos quando procuramos, a prestações, promover reforma no sistema tributário, mas essa é uma realidade posta, é um fato consumado. Assim trabalha o Congresso, já que, no sistema previdencialista, quase imperial como o nosso, grandes reformas, como a tributária, só ocorrerão quando houver interesse direto de quem preside o País, coordenando o processo e propondo alternativas ao Congresso Nacional na busca do consenso.

É claro que essa matéria é complexa, mas o Relator, Senador Armando Monteiro, a tratou com a necessária prudência em relação à sua complexidade. É exatamente em razão da complexidade da matéria que o Relator procura, em seu substitutivo, conciliar o interesse do contribuinte e dos Estados. E de forma inteligente. Desse modo, o substitutivo visa a garantir um alívio tributário para os optantes do Simples por meio de significativa redução da carga tributária, especialmente de ICMS, mas de maneira que ela possa ser suportada pelos Tesouros estaduais. Para tanto, limita-se à pauta de produtos sujeitos à substituição tributária, aqueles produtos em que já existe consenso. É o caso das mercadorias e serviços relativos a combustíveis, cigarros, água, refrigerantes, cervejas, motocicletas, máquinas e veículos automotivos, produtos farmacêuticos, produtos de perfumaria, de toucador e de higiene, autopeças, pneus novos de borracha, câmaras de ar de borracha, embalagens para bebidas, cimento e tubos de PVC –, sem alterar a margem de valor agregado.

Em relação aos restantes, estabelece-se a aplicação das alíquotas praticadas no Simples Nacional aos optantes do regime, estabelecendo ainda prazo de transição de 24 meses, período em que o Estado está autorizado a aplicar a alíquota máxima do ICMS do regime simplificado em relação a todas as empresas independentemente do seu porte.

Outra melhoria importante decorrente da fixação da alíquota nos moldes propostos é a diminuição da burocracia em relação ao recolhimento do tributo devido por substituição tributária por parte dos optantes do Simples.

Além desses ajustes meritórios, o substitutivo corrige erros e técnica legislativa. É evidente que nós não poderíamos votar favoravelmente se considerássemos os prejuízos que o Estado auferiria com esta mudança na legislação, mas entendemos que há um retorno imediato com o aumento da arrecadação estadual, em

razão do estímulo que se oferece, especialmente às microempresas, que agregam um valor econômico indispensável à nossa economia.

Portanto, Sr. Presidente, nós opinamos pela aprovação deste substitutivo e esperamos que isso venha a ocorrer após os entendimentos que serão mantidos entre os governistas desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro, na verdade, são duas emendas. Uma emenda da Senadora Gleisi Hoffmann, e agora chegou também a mesma emenda do Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu quero reconhecer que esta matéria é complexa, porque há, como disse bem o Senador Alvaro Dias, uma necessidade em equilibrar um pouco a melhoria do ambiente de operação das micro e pequenas empresas com, evidentemente, a questão dos Estados, o impacto que isso pode produzir nas finanças dos Estados. Portanto, precisamos encontrar um ponto de equilíbrio.

Agora, eu ia sugerir a V. Exª que, diante das emendas que foram apresentadas agora – lamentavelmente, não pude tomar conhecimento prévio delas –, V. Exª retirasse de pauta. Eu farei um exame rapidamente das emendas e daquilo... Estou recebendo também uma manifestação dos secretários de Fazenda de todos os Estados – acabo de receber. Então, vou apreciar as emendas da Senadora Gleisi e do Senador Suplicy. Portanto, peço um tempo para fazer essa análise.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria só solicitar a V. Exª e também ao Senador Armando Monteiro que nós pudéssemos pautar para a próxima semana o tema. V. Exª teria condições de nos trazer essa avaliação, Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu vou examinar. Portanto, eu acho que o compromisso que temos não é fundamentalmente um compromisso de prazo, embora seja relevante, mas é o compromisso de fazer algo que represente um aperfeiçoamento da proposta.

Eu espero – só estou tomando conhecimento da emenda agora – que eu possa ter, nesse prazo, condições de poder me pronunciar. Mas, podemos, evidentemente, precisar de um pouco mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – De qualquer forma, eu vou colocá-lo na pauta da próxima semana, Senador Armando Monteiro. Se V. Exª pedir mais tempo, a gente retira da pauta e transfere a matéria para outra semana. Mas estará na reunião da próxima semana também como ponto de pauta.

Eu já falei isto, mas eu acho muito importante repetir: um simples debate nesta Comissão de Assuntos Econômicos tirou o Confaz e os Secretários de Fazenda de uma zona de conforto e os trouxeram ao debate.

Eu acho muito importante esse diálogo também. De forma que a gente volta ao tema na reunião da próxima semana, esperando a posição do Relator.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Se me permite, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Só para encerrar esta discussão. Eu concordo com o Senador Armando Monteiro que nós temos que buscar uma solução bastante fundamentada, mas eu diria que há um problema de tempo, porque os decretos que estendem a substituição tributária estão atingindo as micro e pequenas empresas. Talvez, quando nós revertermos essa situação, para muitas delas, a gente já não consiga mais a recuperação. Preocupa-me deveras a situação da economia dos Estados; preocupa-me a situação das finanças, mas, muito mais, a situação da economia, porque essas micro e pequenas empresas é que geram emprego, é que dão condições de desenvolvimento. E nós aprovamos uma lei complementar, este Congresso aprovou, na Constituição, um tratamento diferenciado para as micro e pequenas. Assim, nós não podemos agora olhar os Estados tendo uma atuação para tentar fazer a sua arrecadação crescer – o que acho é legítimo –, mas com base em um dispositivo constitucional que previa um tratamento diferenciado.

Então, preocupa-me, Senador Armando Monteiro, e é por isso que eu faço um apelo a V. Exª.

A emenda que eu apresentei é tão somente o texto que está no projeto de lei complementar que tramita na Câmara dos Deputados, do Deputado Eugênio, que está sendo debatido naquela Casa, tratando especificamente da substituição tributária. Aliás, delega ao Confaz o poder de discutir e também de definir quais produtos se pode estender a substituição tributária. Já coloca uma lista, arrolando quais podem, quais produtos a que já se aplica – como é o caso que V. Exª colocou em seu substitutivo –, e diz que o Confaz, a partir dali, poderá estender essa lista, desde que observe alguns critérios.

Parece-me que esse encaminhamento é melhor do que darmos às empresas, grandes ou pequenas, o encargo de ter que fazer os cálculos, as compensações, e fiscalizar o que é aplicável ou não em termos de substituição tributária.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Senadora, eu quero dizer a V. Exª que eu tenho uma longa militância nessa causa da micro e pequena empresa; portanto, não é algo ocasional. Nós lutamos, em 2002, quando conquistamos o regime simplificado de tributação, nós tivemos uma posição na época – que o Senador Pimentel conhece – de absoluto compromisso com esta causa, de melhorar o ambiente de operação das empresas. Eu tive a honra inclusive de presidir o Conselho Nacional do Sebrae. Portanto, é uma luta que travamos há muitos anos.

Agora, nós precisamos dar passos concretos nessa direção, e que sejam sustentáveis efetivamente.

Então, eu quero dizer que vou me debruçar no exame dessa emenda, acho que há um aspecto aqui que não compreendi, quando V. Exª diz que as empresas terão que fazer os cálculos. Eu não entendi, porque nós remetemos as tabelas do próprio Simples, na origem.

Mas acho que essa medida que, por exemplo, estabelece a necessidade de o Confaz deliberar nas hipóteses de alargamento da utilização do instituto me parece ser algo muito interessante, porque não pode ficar, evidentemente, a critério de cada Estado, de forma arbitrária, poder fazer isso.

E lembro que um dos objetivos do regime simplificado de tributação na origem era criar um ambiente uniforme no País. E, na medida em que há essas assimetrias de tratamento, nós estamos criando dificuldades. Portanto, eu vi logo, rapidamente, esse aspecto muito positivo de que, para alcançar outros produtos amanhã, isso tem que ser objeto de uma deliberação e de um quórum especial de deliberação no Confaz.

Então, eu vou examinar com a maior rapidez; espero, na próxima semana, já trazer uma posição.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – (*Fora do microfone.*) – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Eu só queria colocar uma preocupação, Senadora Gleisi Hoffmann: esse tema é por demais complexo, mas a emenda que V. Exª aprovou fala do quórum qualificado para deliberações do Confaz; colocar no meio dessa discussão alteração no princípio da unanimidade para deliberações do Confaz, a meu ver, vai criar outro debate aqui, que pode, em vez de fazer o projeto tramitar com velocidade, paralisar-nos de vez. Isso porque esse é um debate que divide Estados, é um princípio que eu considero fundamental no debate da Federação brasileira.

Então, só trago aqui essas preocupações e sei que vamos fazer esse debate nas outras reuniões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (8ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (8ª REUNIÃO), DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 25 DE MARÇO DE 2014, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e, em seguida, do Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senadores Alvaro Dias, Antonio Carlos Rodrigues, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Inácio Arruda, Ivo Cassol, Jorge Viana, José Pimentel, Kátia Abreu, Luiz Henrique, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Bauer, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de debater os financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – em projetos de infraestrutura no exterior, nos modais rodoviários, ferroviários, aeroportuários, hidroviários e outros investimentos na área de logística, bem como debater os seguintes temas: a) investimento, financiamento e o BNDES; b) infraestrutura e logística: reflexos na competitividade, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 2 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia; e 3 de 2014, de iniciativa do Senador José Pimentel; e ao Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 22 de 2014, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, tendo como expositor o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Alvaro Dias, Eduardo Suplicy, Ana

Amélia, Jorge Viana, Armando Monteiro, Kátia Abreu, Inácio Arruda. A Presidência procede, ainda, a leitura de perguntas feitas por meio do portal e-cidadania. Antes de encerrar a reunião, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da presente Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias** , Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Luiz Henrique**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

(Texto sem revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Imediatamente, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 8ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Pauta: Audiência Pública

Assunto/Finalidade: Debater os financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de infraestrutura no exterior, nos modais rodoviários, ferroviários, aeroportuários, hidroviários e outros investimentos na área de logística, bem como debater os seguintes temas: a) investimento, financiamento e o BNDES; b) infraestrutura e logística: reflexos na competitividade.

Os requerimentos de realização da audiência são o Requerimento nº 2, de 2014, da Senadora Ana Amélia; o Requerimento nº 3, de 2014, do Senador José Pimentel; o Requerimento nº 22, de 2014, da Senadora Ana Amélia.

O convidado é o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Comunico que, durante esta audiência pública, utilizaremos a plataforma e-Cidadania, portal de interatividade do Senado Federal que possibilita o acompanhamento da transmissão ao vivo desta reunião, bem como a participação popular por meio de envio, via internet, de perguntas ao convidado, o Sr. Luciano Coutinho.

O convidado já se encontra em plenário.

Peço que o Prof. Luciano Coutinho tome seu lugar aqui, na mesa. (*Pausa.*)

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por 30 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Com a palavra, o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O SR. LUCIANO COUTINHO – Exmo Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente desta Comissão; Srs. Senadores aqui presentes...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO COUTINHO –...: Senador Armando, Senador Eduardo, Senador Humberto, Senador José, Senador Alvaro, é um grande prazer retornar a esta Casa, conforme nosso compromisso de sempre estar presente nesta instituição, especialmente na CAE, sempre que convidado. É um prazer esclarecer e desenhar aqui as perspectivas de desempenho da economia brasileira e do BNDES.

Farei uma rápida exposição, conforme combinado. Nós vamos discorrer rapidamente sobre as perspectivas de investimento no Brasil, sobre a importância de bancos de desenvolvimento, sobre a contribuição do BNDES para o investimento e para o emprego, sobre as prioridades. E daremos ênfase, em função das requisições que recebemos, às exportações de serviços de engenharia e de construção.

Eu gostaria de chamar a atenção para o desempenho do crescimento brasileiro de 2013, do crescimento da formação bruta do capital fixo, que alcançou 6,3%, sendo o componente do PIB que mais cresceu e, portanto, auxiliou o alcance do crescimento da economia de 2,3%.

Notem ali que a última barra se refere às importações, o balanço entre importação e exportação, com as importações maiores. Em geral, as importações reduzem PIB, enquanto as exportações ajudam o crescimento do PIB.

No outro lado da figura, nós temos o crescimento da indústria, especialmente o crescimento por categoria de uso, em que nós vemos o forte crescimento, em 2013, da indústria de bens de capital, que é a primeira faixa acima, e o que é consistente com o crescimento da formação bruta do capital, mostrando que foi o crescimento do setor de bens de capital que assegurou um crescimento positivo da indústria de transformação em 2013.

Se nós olharmos agora perspectivas, nós veremos que o investimento, segundo o panorama de projetos e intenções de investimentos captados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o período de 2014/2017, mostra um crescimento significativo dos planos de investimento, totalizando 1,463 trilhão nesse quadriênio, com o crescimento médio do investimento em torno de 5,4%. Quero sublinhar principalmente o crescimento na área de infraestrutura, especialmente de logística, e o crescimento na cadeia de óleo e gás.

Próximo, por favor.

Uma rápida radiografia do BNDES. Primeiro, na tabela acima, mostra uma comparação do BNDES com outras instituições de desenvolvimento similares. Quero chamar a atenção para o fato de que outros países em desenvolvimento e países desenvolvidos têm instituições semelhantes ao BNDES, sendo instituições de grande porte. Chamo a atenção principalmente para o banco de desenvolvimento da China e para o KfW, que é o banco de desenvolvimento da Alemanha. São instituições que têm um volume de ativos significativo, têm um papel importante no financiamento, inclusive também no financiamento às exportações dos seus respectivos países, e o BNDES se compara de forma inteiramente consistente com esses números em termos de retorno. Tem uma taxa de inadimplência mais baixa e tem um número de funcionários relativamente menor, mostrando ser uma instituição muito eficiente.

Se nós olharmos a tabela abaixo, nós vamos ver a participação, na barra verde, do estoque de crédito de cada um dos bancos de desenvolvimento sobre o estoque de crédito do País. E nós vemos também que o BNDES está compatível. Em termos de estoque de crédito, nós estamos um pouquinho abaixo do China Development Bank e significativamente abaixo do KfW, que é a barra azul.

Em termos de participação na concessão do crédito... Desculpa, a barra azul é a participação sobre o PIB; a barra vermelha é a participação sobre o crédito. O BNDES tem uma participação sobre o PIB consistente com a dos outros bancos de desenvolvimento, sendo até um pouco menor. Em relação à participação do crédito, o BNDES tem uma participação um pouco maior, quando comparado a outros, e isso se deve ao fato de que nós precisamos criar uma base de crédito de longo prazo privada para o País. Por razões históricas, a poupança brasileira é muito concentrada em aplicações de curto prazo, o que dificulta que bancos privados possam oferecer crédito de longo prazo e, por resultado, o BNDES termina tendo uma participação mais expressiva, mas essa participação tenderá a se tornar um pouco menor à medida que o crédito privado venha a se desenvolver.

Próximo.

Queremos agora mostrar a relevância do BNDES para a formação e a manutenção de empregos. Segundo a metodologia tradicional, nós temos contribuído para a criação bruta de empregos e temos contribuído para apoiar o crescimento do emprego formal na economia brasileira. Tem sido uma das mais importantes mudanças qualitativas no Brasil nos últimos anos o crescimento do emprego formal e a melhoria da distribuição da renda salarial.

Se olharmos agora nossos desembolsos em relação ao PIB – nós estamos aqui em cima –, podemos ver que o BNDES subiu o seu desembolso em relação ao PIB, chegando a 4,4 em 2010; moderou substancialmente em 2011; e recuperou moderadamente o crescimento em 2012 e 2013, mostrando uma disposição para trabalhar em conjunto com o setor financeiro privado.

A barra azul mostra o desembolso do BNDES. Em termos de reais de 2013, estamos ainda ligeiramente abaixo do volume desembolsado em 2010, o que é consistente com esta curva, corrigido, em termos reais, mostrando uma moderação relativa do comportamento do Banco nos últimos anos.

Olhando o desempenho recente, quero sublinhar aqui que, desde meados do ano passado, houve uma certa acomodação das consultas, mantendo-se ainda num patamar elevado, em cerca de 275 bi por ano. Nós estamos, portanto, caminhando para uma estabilização do desempenho da instituição, considerando o volume de projetos que o País tem apresentado. E temos trabalhado para, através de uma nova política operacional, que já é efetiva, ampliar a participação do mercado e a participação privada e aumentar a participação das operações do BNDES com base em moedas de mercado, de forma consistente com a política fiscal brasileira de poupar a necessidade de recursos em TJLP. Então, esta é outra das principais iniciativas deste ano, qual seja de buscar sustentar um volume de operações compatível com a sustentação de investimentos ou com a expansão de investimentos, sem que isso represente pressões inconsistentes sobre a política fiscal.

Olhando o desempenho recente, queremos sublinhar aqui o crescimento continuado do desembolso à infraestrutura, que hoje representa a primeira posição. Projetamos um crescimento firme da infraestrutura em 2014, uma recuperação do crescimento da indústria, e devo considerar que esse forte crescimento da indústria em 2010, do desembolso para a indústria, se deveu em boa medida ao suporte a operações de exportação num momento de séria crise cambial do País, em 2009, e parcela de 2010. Na verdade, a forte crise financeira no sistema bancário internacional exigiu que mantivéssemos o suporte às exportações brasileiras nesse período. Removido esse componente, à medida que o mercado bancário voltou a financiar a exportação, a indús-

tria tem crescido também, embora a indústria, como todos sabemos, tenha mantido desde então uma certa oscilação nas suas taxas de crescimento, sem uma tendência muito forte de crescimento.

Quero sublinhar também o crescimento dos desembolsos para comércio e serviços. Aqui nós temos muitas atividades importantes para a geração de emprego, principalmente comércio varejista, comércio atacadista, setor de transportes e vários outros setores importantes. O crescimento bastante forte do apoio à formação de capital fixo no sistema agropecuário, dado que o BNDES responde pelo suporte ao investimento fixo do sistema agropecuário, e operações de apoio aos Estados brasileiros, ao investimento no Estado brasileiro.

O Banco continua uma instituição saudável. Os seus ativos totais, em dezembro de 2013, somavam R$782 bilhões; um patrimônio líquido de R$60 bilhões; uma inadimplência muito baixa – historicamente, a mais baixa; um resultado líquido perfeitamente satisfatório; R$8,150 bilhões de lucro; uma rentabilidade plenamente satisfatória e até superior a dos congêneres bancos de investimento. E os nossos índices todos, a situação de capitalização medida pelo índice de Basileia é extremamente confortável, em 19%, quando o índice exigido é de 11% – nós estamos bastante confortáveis acima.

O nosso capital principal, que deve estar em 10% do patrimônio, portanto, do volume, quando a legislação estabelece 4,5% como mínimo, capital de nível um. Então, todas as situações são bastante favoráveis.

A exposição do Banco está dentro de todos os limites e, portanto, a instituição está saudável e habilitada a perfazer o seu papel como banco de desenvolvimento do País.

Quais são as grandes prioridades estruturais do Governo que o Banco tem trabalhado, de forma muito firme, na sua concepção?

Primeiro, aceleração dos investimentos em infraestrutura para vencer os gargalos e dificuldades de infraestrutura do País.

Segundo, a sustentação de um grande esforço de continuidade do processo virtuoso de inclusão produtiva, geração de empregos, apoio a pequenas e médias empresas, como forma de suportar um mercado interno saudável e uma sociedade mais justa e menos desigual.

Terceiro, um esforço muito firme de manutenção e melhoria da competitividade dos vários setores da economia brasileira através de programas que permitem o reequipamento, a inovação tecnológica, o aumento da produtividade dos diversos setores da economia brasileira. E tudo isso precisa estar involucrado em três princípios: uma prioridade à inovação tecnológica e à produtividade, o respeito e a promoção da sustentabilidade ambiental e o apoio firme ao desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do País. São esses os princípios fundamentais da política da instituição.

Em relação à infraestrutura, os desembolsos do BNDES têm contribuído para ampliar a participação dos investimentos infraestruturais no País e que têm subido de forma consistente – e continuarão subindo – em função do novo programa de concessões, especialmente na área de logística, que abre ao setor privado novas fronteiras de investimento rentável nessas atividades.

Um exemplo claro: de todo incremento, entre 2007 e 2013, na área de geração hidrelétrica, o BNDES financiou 97% desse aumento de capacidade desses projetos; na área de PHCs, 61%; na área de energia eólica, 55%; nos investimentos da indústria automobilística, praticamente a metade. É claro que o mercado participa dessas iniciativas, dependendo do setor econômico, seja com recursos próprios, seja com crédito privado.

Nos setores, entretanto, mais intensivos em capital – por exemplo, em setores menos intensivos em capital, o mercado participa mais –, como celulose, que são plantas gigantescas, com longo período de maturação, a participação do BNDES é maior. Isso tudo mostra a relevância da instituição na criação de capacidade produtiva no País e de infraestrutura e de energia no País nos últimos anos.

Também, se considerarmos o financiamento a bens de capital, especialmente em período mais recente, a participação do Banco é relevante no financiamento à formação de capital no Brasil.

Temos aqui uma combinação de fontes: o cliente pode comprar à vista, pode comprar financiado com financiamento bancário, pode fazer um *leasing*, pode recorrer a um consórcio, mas o sistema BNDES/Finame continua sendo um grande esteio à comercialização ampla de equipamentos e bens de capital. E eu quero sublinhar que dois terços desse financiamento são contratados com pequenas e médias empresas. Há, portanto, um papel democratizador do acesso ao crédito para reequipamento, através das linhas de crédito do BNDES. Isso se reflete no aumento dos desembolsos para micro, pequenas e médias empresas, que alcançou R$63 bilhões em 2013, beneficiando 275 mil empresas!

Como eu já disse aqui em outra ocasião, se nós excluirmos os segmentos que, por natureza, apenas existem em grandes empresas, como a infraestrutura à exportação, e excluirmos os desembolsos aos Estados – onde não se aplica a categoria empresa –, se nós olharmos indústria, comércio e serviços, vamos ver que a participação hoje das micro, pequenas e médias empresas é ligeiramente superior à das grandes empresas. Portanto, nós temos feito um grande esforço de abertura às micro, pequenas e médias empresas.

Em relação às microempresas, eu quero sublinhar o cartão BNDES, que, no ano passado, desembolsou R$10 bilhões para empresas muito pequenas, com um crédito médio de R$14 mil na operação para empresas muito pequenas. Nós conseguimos crescer sete vezes o número de micro e pequenas empresas apoiadas no período 2007/2013.

Falando agora das regiões do País. Eu tenho o orgulho de mostrar aqui, que, para as Regiões Norte e Nordeste, regiões mais pobres, o BNDES tem conseguido sustentar um desembolso igual à média da participação do PIB dessas regiões, ou ligeiramente superior à participação do PIB dessas regiões. Portanto, nós estamos, com justiça, dedicando a essas regiões uma cota-parte dos nossos desembolsos, proporcional à participação do PIB dessas regiões.

Temos buscado também apoiar sustentabilidade ambiental. Aqui os nossos desembolsos para os projetos de energia renovável, para os projetos de eficiência energética, para os projetos de preservação ambiental, incluindo o Fundo Amazônia, que é relativamente pequeno. Mas há vários outros projetos de recuperação para a agricultura sustentável e para vários outros processos que aumentam a produtividade do sistema e, portanto, contribuem para tornar mais intensiva e mais produtiva a nossa atividade agrícola, exercendo menos pressão sobre o extensionismo, todos esses fatores têm se sintonizado à política de sustentabilidade ambiental.

Em relação à inovação, quero sublinhar também o forte crescimento dos desembolsos à inovação nos anos recentes. Especialmente, sublinho o programa Inova Empresa, que é uma grande iniciativa conjunta do Governo, de vários Ministérios sob o comando do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. É um programa de R$32 bilhões dedicados ao setor privado para investimentos em pesquisa e desenvolvimento das empresas – o BNDES participa com aproximadamente metade desse valor –, e temos nos empenhado fortemente em tornar esse programa eficaz tanto na nossa operação direta, representada pela barrinha verde, quanto através do suporte à Financiadora de Estudos e Projetos, a Finep, nossa grande parceira nessa iniciativa. Temos, portanto, o orgulho de mostrar a melhoria, o crescimento muito forte.

Agora me dedicarei a expor, Srs. Senadores, sobre um dos motivos ao meu convite para vir aqui: a questão da contribuição do BNDES às exportações de alto valor agregado em engenharia e construção, em serviços de engenharia e construção.

Eu queria mostrar, primeiro, o panorama do mercado mundial desses serviços. Queria mostrar primeiro, neste gráfico, a impressionante expansão das exportações totais de serviços da China, alcançando um volume superior a US$60 bilhões, mostrando uma firme arrancada. Quero mostrar também que a Alemanha é uma grande exportadora de serviço; tem mantido um patamar elevado. Mostro também o crescimento da Coreia e o papel importante da Espanha; a exportação tem sido uma saída para o crescimento da Espanha, diante das dificuldades. E, no nosso caso, há um crescimento firme, porém moderado, mas que ainda nos coloca numa posição relativa pequena, quando comparado ao contexto da exportação de serviços global.

Por exemplo, se compararmos o *market share* das exportações brasileiras na América Latina, veremos que, entre 2006 e 2012, o Brasil subiu a sua participação de 9,5 para 17,8; a China subiu de 4,9 para 12,1; vários outros países subiram. Alguns países europeus, como Itália e França, perderam posição; a Espanha perdeu muito pouco, e os Estados Unidos perderam posição. Aqui mostra um mercado de exportação de serviços muito disputado.

Ali, não sei por que razão, não está aparecendo ali...

(Fora do microfone.)

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não está aparecendo ali a África. (*Pausa*.)

Vamos ver se você consegue colocar isso, mas vou dizer: o Brasil em relação à África, tem uma posição pequena. Saímos praticamente de um número negligível, em 2006, praticamente simbólico, para um *market share* de 4% na áfrica.

A China hoje, entre 2006 e 2012, saltou de 28% para 45%...está aqui. O Brasil saiu praticamente de um número negligível para 4,1%. A China, que é hoje a principal exportadora de serviços para a África, subiu de 28% para 45%. Uma parcela importante do desempenho da China na exportação do serviço se deveu a essa forte penetração no mercado africano.

Eu também queria chamar a atenção para a perda de *market share* da Alemanha e dos Estados Unidos. Houve certa estabilidade da Coreia, forte perda da França. A Itália, que perdeu na América Latina, ganhou na África. Mas mostro aqui um mercado muito competitivo, muito competitivo.

Quero chamar a atenção também para que todos os países têm agências de crédito de exportação, seguro de crédito à exportação e praticam algumas políticas. Por exemplo, a China dedicou um crédito médio de 45 bilhões/ano em exportação de serviços através do China Eximbank e do Sinosure, que é a empresa de seguros dedicada ao comércio exterior.

Os Estados Unidos, 18,7% através do Eximbank americano; a Alemanha, através do KfW e da agência seguradora, 15,6%; a França, através da Coface; a Itália, através do seu sistema; a Índia, através do seu Eximbank; o Japão, o Reino Unido. O Brasil ainda é um *player* relativamente pequeno e enfrenta um mercado muito disputado na exportação de serviços de alto valor agregado.

Aqui está o nosso desempenho, nossa exportação vem crescendo. A importação de serviços também vem crescendo, e é natural na medida em que temos projetos mais complexos em infraestrutura, na cadeia de óleo e gás e em várias outras cadeias. É natural que a importação de consultorias e de serviços sofisticados de engenharia aumente. Mas temos sido capazes de aumentar a nossa exportação de maneira que, na pauta de serviços do Brasil, que é uma pauta altamente deficitária, em que as viagens internacionais correspondem a um déficit muito elevado na pauta de serviços, seguros, transportes, temos déficits importantes na pauta de serviços. Um dos poucos itens superavitários da nossa pauta de serviços são os serviços de engenharia. Portanto, me parece muito relevante que o Brasil possa ampliar o seu espaço na exportação de serviços de engenharia, na medida em que essa é uma atividade geradora de divisas para o País e é uma atividade que também gera muitos benefícios para o Pais.

Outros dados importantes são os desembolsos do BNDES na exportação e o crescimento das exportações. Outra vez eu chamo atenção aqui para que, em 2010, estávamos suprindo uma forte falha de mercado, que foi o fato de que o crédito à exportação secou em 2009, e tivemos que ajudar o sistema de exportação. Depois nós nos retiramos, mas temos mantido o essencial, que é o financiamento de longo prazo à exportação de bens e serviços produzidos no Brasil e exportados para o exterior, que é a chamada operação de pós-embarque para serviço para América Latina e a África. Aqui estão as principais categorias de serviços exportados: energia, portos e aeroportos, transporte, rodovias, saneamento, edificações industriais etc. E temos também uma carteira diversificada em América Latina e em África e mostra o crescimento da exportação.

Eu quero sublinhar uma coisa que não é bem compreendida na exportação do serviço de engenharia. Primeiro, quero explicar que a sistemática brasileira não implica um empréstimo ou uma operação de crédito em moeda estrangeira a outro país. Não se trata disso. Não há remessa de divisas para outro país perfazer um apoio a um projeto. Qual é a sistemática brasileira? Como é a sistemática brasileira? O BNDES libera, em reais, recursos ao exportador brasileiro. O exportador brasileiro perfaz serviços de engenharia, compra equipamentos os mais variados no País em moeda brasileira, e esse fluxo de serviço gera emprego e renda no País porque mobiliza uma cadeia produtiva, gera emprego e renda no País e, ademais, vai gerar um fluxo de receita em divisas fortes para o País.

Nós estamos fazendo aquilo que todos os países fazem: estamos financiando a exportação de bens e serviços e gerando empregos no Brasil. Nessa operação, não estamos financiando os gastos locais no exterior; estamos financiando gastos no Brasil. Estamos financiando indústria e serviços no País, que são exportados e geram depois uma receita pelo importador lá no exterior, seja ele pessoa jurídica pública ou uma pessoa privada. Esse tipo de exportação é realizado, por exemplo, na exportação de aeronaves para uma operadora privada no exterior ou para uma operação de exportação de bens e serviços de engenharias, que é prestada no país e no exterior e que gera benefícios dentro do País, dentro do Brasil.

Então, é importante que isso seja entendido, porque não há uma remessa de divisas para o exterior nesse tipo de operação. O que há é, sim, um ingresso de divisas; há um financiamento em reais ao qual vai corresponder depois o ingresso de divisas. Então, é importante ter em mente a natureza dessa operação. Eu quero dizer aqui que o Brasil é até mais restritivo do que outros países. Vários outros países daquela lista que disputam esse mercado, muitas vezes, não só financiam os seus próprios bens e serviços, mas também oferecem um financiamento livre para o país receptor, para o projeto do país receptor usar inclusive para gastos locais, coisa que não é praticada pela nossa política.

Bom, aqui mostro um pouco dos efeitos estimados sobre a cadeia produtiva. Vemos aqui que os serviços de engenharia mobilizam uma cadeia produtiva importante no País, que é a produção de bens de capital, de equipamentos, seja de encomenda ou seriados, que, por sua vez, demanda siderurgia e metalurgia, de equipamentos elétricos, de componentes e equipamentos químicos, de serviços tipicamente de engenharia e outros materiais, inclusive vestuário, que fazem parte da exportação desses serviços.

Aqui uma estimativa feita do número de trabalhos gerados pela exportação de serviços de engenharia ao longo dos anos, totalizando quase 1,7 milhão no último ano.

Portanto, é uma atividade relevante para o País, que é a quinta economia do mundo e ainda se posiciona de forma relativamente tímida no que diz respeito à exportação de serviços. Vários dos nossos concorrentes têm dezenas de empresas dedicadas à exportação de serviço, especialmente o serviço de engenharia, e não temos mais do que meia dúzia, digamos, de empresas ativas. Portanto, me parece uma agenda relevante fomentar a exportação de serviços dessa categoria.

Para finalizar a minha exposição, peço desculpas ao Presidente. Creio que devemos reforçar o consenso de que o País precisa investir mais nos próximos anos, que o investimento é o principal veículo para a sustentação do nosso crescimento. Precisamos poupar mais e investir mais. O País tem, sim, muitas oportunidades de investimento rentável e capacidade de atrair investimento direto e tem sido capaz de atrair um grande volume de investimento direto, e continuará, no meu entendimento, a ter uma grande capacidade de atração de investimento. O nosso Banco tem buscado servir essa agenda do País e cumprir a sua tarefa. Obviamente, há uma imperiosa necessidade de desenvolvimento de bases financeiras privadas para compartilhar com o BNDES a tarefa de financiar o longo prazo, de financiar projetos que demandam horizonte de prazo muito longo.

Finalmente, sobre a exportação de serviços, queria repetir que ela representa uma das mais altas competências de qualquer País. O Brasil ainda é relativamente um *player* pequeno nesse mercado. Essas atividades intensivas em engenharia e inovação têm alta prioridade na nossa política. Sempre dentro do nosso marco legal, seguimos a lei, seguimos os acordos internacionais e respeitamos as instituições e as leis dos países clientes para onde exportamos.

Era isso que eu teria a expor hoje.

Tenho imenso prazer em responder às dúvidas e curiosidades e prestar esclarecimentos aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço ao Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho.

Vamos começar o debate.

Quero organizar aqui em blocos de três Senadores. O primeiro inscrito é o Senador José Pimentel, que foi autor do requerimento; o segundo, Senador Alvaro Dias; e o terceiro, Senador Eduardo Suplicy.

Quero novamente comunicar que, durante essa audiência pública, utilizaremos a plataforma e-cidadania, o portal de interatividade do Senado Federal que possibilita acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como a participação popular por meio do envio, via internet, de perguntas ao convidado, Sr. Luciano Coutinho.

Com a palavra o primeiro Senador inscrito, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, quero inicialmente parabenizar a forma como o BNDES é administrado. Nosso Prof. Luciano Coutinho tem tido um cuidado de, ao tempo em que faz um empréstimo, garantir o seu retorno.

Exatamente por isso, conforme aqui demonstrado, quem tem o cuidado de acompanhar as contas do BNDES ver que nós temos um dos menores índices de inadimplência e isso permite ao Banco praticar uma taxa de juros compatível com as nossas necessidades porque o retorno é bastante significativo.

Por isso, Dr. Luciano Coutinho, parabéns pela forma como V. Sª conduz esse importante banco de desenvolvimento e o Brasil precisa cada vez mais do seu fortalecimento e da sua estruturação.

Ao mesmo tempo chama a atenção a quantidade de funcionários *versus* o seu papel, comparando com outros bancos. De outros países com o mesmo perfil, temos um percentual de trabalhadores bastante reduzido – assim podemos dizer – para o volume da sua carteira operacional, mas isso é também compatível com a sua forma de planejamento, com as suas metas, com seus objetivos e, consequentemente, o seu resultado.

Quero também registrar que, nesse período de crise econômica internacional, de 2008 para cá, foi o nosso BNDES, ao lado da Caixa Federal e Banco do Brasil, que garantiram o crédito interno até que o mercado aberto, ou seja, o mercado privado, do sistema financeiro, a indústria privada do sistema financeiro comece a participar. Mas, nos empréstimos de longo prazo, a participação do capital privado no Brasil ainda é insignificante e nós precisamos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos aprofundar esse debate, porque nós temos a segurança jurídica, temos um arcabouço legal muito forte que permitem que a indústria financeira do Brasil operar com mais tranquilidade.

Eu queria perguntar ao nosso professor: a recente classificação que o Brasil recebeu nas suas contas que impacto isso terá no custo no nosso dinheiro e, em especial, no investimento externo direto? Se puder nos ajudar, eu sei que nosso professor é um estudioso dessas matérias, para que possamos planejar nossas ações aqui no Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Dr. Luciano Coutinho, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, uma constatação inicial: revendedores de veículos reclamam que os seus negócios acabam comprometidos porque o BNDES alega escassez de recursos para financiar transações que fomentariam o desenvolvimento, como, por exemplo, a comercialização de caminhões, de tratores e outros veículos.

Antes disso, empresários da área da hotelaria se queixavam de dificuldades na busca de empréstimos junto ao BNDES para construção de hotéis no País.

Nessa inversão de prioridades, nós verificamos que o BNDES empresta valores expressivos ao exterior, ou através de empresas ou diretamente a governos. A alegação que ouvimos agora do Presidente Luciano Coutinho é que se trata de exportação de serviços. Nós estamos exportando serviços que não temos aqui, pelo menos em grau de qualidade que se exige.

Nós financiamos um porto um Cuba e os nossos portos encontram-se sucateados; as filas enormes de navios ou de caminhões proporcionam um enorme prejuízo aos produtores nacionais.

Nós financiamos metrô em Caracas e, no Brasil, os nossos metrôs não se concluem. O de Curitiba, por exemplo, já se anunciaram, por mais de uma vez, recursos, e eles evidentemente não aparecem porque metrô não há. Os metrôs no Brasil, todos, estão com atrasos enormes.

Nós temos apagões em série em nosso País e financiamos hidroelétricas na Venezuela.

Enfim, poderíamos enumerar outros exemplos, até porque em determinado momento, não me lembro em que ano, o cômputo dos valores remetidos ao exterior chegava a US$7 bilhões; hoje não sei; até gostaria de saber, se o Presidente puder nos informar, qual a soma de recursos emprestados pelo BNDES ao exterior atualmente e nos últimos anos, desde o governo Lula, pelo menos.

Ocorre que esses empréstimos, que são realizados tendo como intermediários empresários da construção pesada, quase sempre proporcionam, segundo a Transparência Brasil, alimento à corrupção internacional. Alega-se que as empresas que levam o suporte financeiro para a construção das obras ganham a primazia de construí-las e, evidentemente, inflando preços, valores finais, custos finais destas obras.

O que é mais grave, Sr. Presidente, é que se adotou a modalidade do empréstimo secreto. Eu vejo um desrespeito à Constituição do nosso País, que impõe transparência e publicidade dos atos na administração pública; e de outro lado compromete a Constituição no que diz respeito à liberdade do Parlamentar, ou à prerrogativa do Parlamentar de obter informações do Executivo que cabe a ele fiscalizar.

Nesse caso dos empréstimos secretos a Cuba e a Angola, nós recorremos à Lei de Acesso à Informação. E a resposta que obtivemos é de que a legislação daqueles países impede a divulgação dos empréstimos realizados com prazos de carência, taxas de juros, objetivos definidos, retorno, etc. Todas as informações que se exigem para que a transparência seja respeitada.

Nesse caso, há, portanto, comprometimento da minha missão de Parlamentar. Quando eu requeiro uma informação sigilosa do Coaf, por exemplo, eu a recebo em envelope com tarja de sigilo e assumo um compromisso de preservar o sigilo. Mas nesse caso, o Governo está negando a informação. E desta forma, a Lei de Acesso à Informação, que foi notável avanço, está sendo boicotada pelo próprio Governo.

Enfim, fazemos aqui mais uma tentativa de obter de V. Sª as informações sobre esses empréstimos secretos. Quais são os prazos de liberação de recursos e pagamento dessa dívida assumida por esses países? Quais foram os juros, a correção monetária? Quais são os encargos totais desses empréstimos? A operação contou com recursos do Tesouro Nacional? Quais são as garantias? É verdade que há uma vinculação entre o pagamento do empréstimo e a receita do Porto de Mariel, por exemplo? Enfim, são todas essas questões que a exigência de transparência recomenda sejam esclarecidas ao povo brasileiro. Nós esperamos que o Governo os esclareça sobre todas estas questões.

Há aqui também, Sr. Presidente, uma indagação para a qual gostaríamos de obter resposta. Se o BNDES, usando recursos públicos... Porque são recursos do Tesouro Nacional. O banco é saudável financeiramente, o banco tem uma potencialidade de fomentar a economia do País, extraordinária, mas conta com recursos do Tesouro. Constantemente, o Congresso Nacional aprova medidas provisórias transferindo recursos do Tesouro Nacional para o caixa do BNDES. Esses recursos também têm origem no FGTS e no FAT. São recursos, portanto, dos trabalhadores. E esses empréstimos são conferidos com taxas privilegiadas de juros, que atendem a interesses localizados, especialmente a grupos econômicos poderosos no nosso País, que se valem do tráfico de influência ou da proximidade com os que ocupam o Poder na Nação.

Eu quero indagar a V. Sª se não considera isso um desvio de finalidade. Nós negamos recursos a pequenos empreendedores que, certamente, fomentariam o desenvolvimento gerando emprego, renda, receita, desenvolvimento para o País e estamos concentrando recursos exatamente para atender empresas do tipo JBS, cuja proximidade com o Poder é conhecida e reconhecida por todos neste País. Não há quem, neste País, que tenha algum grau de lucidez que não saiba da relação desta empresa com os ocupantes do Poder no Brasil. Enfim, são essas as questões.

Mas há outra questão mais dirigida a V. Exª, e eu peço licença para, com todo o respeito, oferecer espaço para que possa esclarecer. No último domingo, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica reportagem, assinada pelo jornalista João Villaverde, que aponta distanciamento do Presidente do BNDES do Palácio do Planalto e

enumera algumas das razões desse distanciamento. Coloca como indício a eventual relação da LCA – que V. Exª criou em 1995 e a presidiu até julho de 2007, quando assumiu a presidência do BNDES – e empresas beneficiadas pelo BNDES, e diz que essa seria supostamente, uma das causas desse afastamento do Presidente do BNDES do Palácio do Planalto.

Eu faço essa indagação respeitosamente, até para que V. Exª tenha a oportunidade de esclarecer os fatos indicados nessa reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, que considero da maior importância. V. Exª tem uma história de lisura, de comportamento ético, que reconheço, porque o conheço há muito tempo e sei do seu comportamento ético, essa é a sua trajetória. É por esta razão que faço essa indagação: para que não reste dúvida sobre a sua postura à frente do BNDES. São questões delicadas, mas que devem ser postas diante de V. Exª

Eu aguardo, portanto, Sr. Presidente, as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Senadora Ana Amélia, o próximo inscrito – eu já os havia anunciado os três inscritos – era o Senador Eduardo Suplicy, mas como chegou a V. Exª, Senadora Ana Amélia, que também é autora do requerimento, passarei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, logo em seguida, a V. Exª, Senadora, antes de ouvirmos o Presidente do BNDES.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, Senador Lindbergh Farias, Vice-Presidente Senador Luiz Henrique, querido Presidente Luciano Coutinho, primeiro os meus parabéns pela forma com que ao longo desses anos todos tem presidido o BNDES, e também por sempre vir aqui com essa disposição de transparência. Obviamente todos notamos, como acaba de fazer o Senador Alvaro Dias, a sua retidão, assertividade e pronto para esclarecer todos os pontos, e nos trazendo hoje um quadro muito saudável da evolução do BNDES.

Preparei algumas perguntas. Algumas delas foram tocadas na sua exposição, mas acredito que possa desenvolver alguns desses pontos mais aprofundadamente.

O meio ambiente tem-se convertido em uma preocupação constante do mundo atual. Já não basta perseguir apenas o crescimento com distribuição de renda se o custo do progresso for a destruição da qualidade de vida no campo e na cidade, em decorrência da poluição, do desmatamento e de outras formas de agressão ao meio ambiente. Por isso, eu gostaria que V. Sª pudesse aprofundar, ainda mais, de que forma o BNDES tem contribuído para favorecer as alternativas de crescimento ambientalmente sustentáveis; quais são as condicionantes ambientais para a aprovação de projetos pelo banco; que linhas de financiamento estão disponíveis para investimentos na recuperação do meio ambiente e quais as suas condições financeiras, se elas são diferentes daquelas oferecidas pelos bancos privados.

Segundo: sabemos que as grandes empresas são fundamentais para o desenvolvimento e estabilidade econômica do País – e dos países –, mas também que parcela significativa das novas oportunidades de emprego e renda tem sido ofertada pelas pequenas e médias empresas. Então, se puder aprofundar o quanto o BNDES tem contribuído para facilitar o financiamento das pequenas e micro empresas e que resultados práticos vêm sendo obtidos por essas políticas.

O senhor já nos informou que chegam a 274 mil pequenas e médias empresas, mas, dadas as observações Alvaro Dias, comparando o quanto vai de recursos para as grandes empresas, se puder nos dar um quadro de quanto esse volume destinado às pequenas e médias empresas se compara ao volume destinado, digamos, às grandes empresas, no espírito da transparência.

Também agradeço muito se puder nos informar a respeito do apoio financeiro às formas cooperativas de produção. Acredito que o Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, um grande entusiasta do apoio às formas solidárias de produção, às formas cooperativas, tenha bom relacionamento com o BNDES. Na medida em que surgem oportunidades para novas cooperativas, de que forma o BNDES também está abrindo essas possibilidades, até para aqueles que hoje dirigem cooperativas possam ter conhecimento do eventual acesso a financiamento.

Estive presente no BNDES alguns anos atrás, quando Muhammad Yunus, do Grameen Bank, esteve lá. Houve, na sede do Rio de Janeiro, uma troca de ideias muito interessante, em que ele estimulou que no Brasil também houvesse aquelas operações de microcrédito, a exemplo das experiências, no Brasil, do Banco Palmas, muito conhecido. Outro dia estive com o Senador Pimentel, no início deste ano, e tivemos informações muito interessantes por parte do Sr. Joaquim de Melo. Seria muito interessante se puder também nos dizer de que forma o BNDES tem canalizado recursos, seja diretamente do BNDES ou através de outras instituições, como o próprio Banco Palmas e outras de natureza semelhante e que possam nos fazer lembrar da experiência do Grameen Bank. Em que medida aqui no Brasil estamos tendo também o desenvolvimento?

Eu também havia preparado aqui o pedido de que possa nos dar as mais informações, as mais transparentes possíveis, sobre os investimentos internacionais. Inclusive, se puder nos dar exemplos do apoio que o BNDES está dando aos... Em verdade, acredito que são investimentos brasileiros realizados em Cuba, na Venezuela e outros que aqui têm sido objeto de reflexões de Senadores, como acaba de fazer o Senador Alvaro Dias. Acho importante que possa aqui nos dar a informação a respeito desses empréstimos nas áreas da América Latina e da África, conforme assinalou.

E como avalia a situação da economia brasileira do ponto de vista de quão saudável ela está? Ainda hoje as manchetes de jornais informam que houve uma diminuição da qualificação do Brasil no que diz respeito ao seu *rating* de crédito. Como V. Exª, Presidente Luciano Coutinho, é uma das pessoas que todos sabemos que mais bem conhece o estado da economia brasileira e como sabemos todos da sua interação tão positiva nas reflexões com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, com a própria Presidenta Dilma Rousseff e a Ministra Miriam Belchior e, enfim, com todos os principais ministros da área econômica, V. Exª é um dos interlocutores, se puder nos dar sua avaliação... Terá sido adequada essa diminuição da qualificação do Brasil no que diz respeito ao seu *rating?* Porque o quadro que nos dá da economia brasileira e do BNDES é de investimentos crescentes, por exemplo, a expansão dos investimentos na formação de bens de capital e assim por diante.

E, finalmente, se pode nos dar uma informação sobre as fontes de recurso do BNDES. Em que medida elas têm se modificado em anos recentes? Considera-se que elas têm sido suficientes para o cumprimento dos objetivos da instituição? Deveríamos estar pensando, eventualmente, em novas fontes de financiamento?

São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia, que é também autora do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias; caro Vice-Presidente Luiz Henrique; Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente desta Casa; caro Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho, também agradeço sua presença todas as vezes que o convidamos para comparecer a esta e a outras comissões, e a esta audiência, particularmente, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores, por iniciativa, entre outros colegas, minha também.

Dr. Luciano, acompanhei sua exposição indiretamente, pois estava num compromisso na Procuradoria Geral da República, e o senhor enfatizou uma questão que foi tema em um debate que tivemos no plenário do Senado, com o Senador Armando Monteiro, lembro bem, quando eu abordei a questão já citada aqui por alguns Senadores sobre o financiamento do BNDES ao porto de Mariel, a questão da relevância, foi o que V. Exª sublinhou, inclusive no gráfico apresentado, quanto ao número de postos de trabalho suportados pela exportação de serviços de engenharia: US$1,743 bilhão. A gente sabe disso. E eu não discuto isso, porque exportar serviço dá a relevância de um país que está protagonizando no mercado globalizado. Então, em primeiro lugar, isso é fundamental. Nós estamos exportando conhecimento, *expertise* naquilo que nós temos, em hidrelétrica, em rodovias, em ferrovias, tudo que temos. Essa não é a questão. Devemos continuar fazendo isso.

O problema, para mim, é a exclusão dos projetos iguais no Brasil. Então, pode se financiar o dobro para o exterior desde que igual quantia ou quantia maior, dadas as carências que temos em logística... E esse é o ponto. Nós teremos essa safra sendo colhida agora com problemas graves de escoamento. Não temos armazenagem, nossos portos estão muito deficitários em relação ao tamanho do crescimento. Então, nossa produção agrícola é constrangida pela limitação da área de logística. O que o BNDES vem fazendo para financiar a logística? Todo o sistema logístico, no sistema portuário, não só na navegação de cabotagem, mas também a presença em outras áreas do transporte fluvial, na ferrovia, nas próprias rodovias, no setor energético. Porque no setor energético, temos agora a recorrência de falta de energia, de apagões. Então, essa é questão que tenho para o senhor, reconhecendo realmente a... Não só no financiamento concedido à Cuba, que pode ser dado a qualquer país, porque, renovo, é dar igual valor aos investimentos tão carentes no nosso País. É essa coisa que a sociedade precisa saber.

Tenho uma informação, Presidente Luciano Coutinho, porque estive visitando o polo naval em Rio Grande, e lá fui informada pelos agentes operadores do sistema portuário do Rio Grande do Sul – temos o terceiro mais eficiente, ou o segundo, enfim, um dos melhores e mais eficientes portos, um porto público, e fazemos questão de ressaltar isso – de que o escoamento da safra que começa a ser intensificado, como eu disse, não é a única preocupação dos terminais portuários das Regiões Sul e Sudeste. As notícias de financiamento de um novo porto uruguaio pelo BNDES fizeram com que representantes da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) e da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público pedissem explicações ao Ministro dos Portos.

Essa reunião foi motivada por notícias desse financiamento em obras a serem construídas no Porto de Rocha, no Uruguai, muito próximo do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Trago isso porque sou Senadora pelo Rio Grande e tenho pelo porto do Rio Grande uma grande atenção e um grande interesse.

"O Uruguai tem direito de ter novos portos, e esse não é o problema. O fato é que nós vamos financiar concorrentes enquanto temos grandes carências em acesso terrestres e aquaviários e na infraestrutura portuária", destacou o Presidente da ABTP, Wilen Manteli. Para o executivo, os portos de Rio Grande, Itajaí, Senador Luiz Henrique, Imbituba, do seu Estado, São Francisco do Sul, os três em Santa Catarina, muito movimentados, e Paranaguá, no Paraná, dos Senadores Alvaro, Requião, Senadora Gleisi, serão os mais afetados com a implantação do complexo de águas profundas no Uruguai. E, dependendo da capacidade de movimentação e armazenagem de cargas, os reflexos poderão ser sentidos também no Porto de Santos.

Então, como aconteceu em relação ao Porto de Mariel, em Cuba, a questão é que isso via na contramão, Dr. Luciano Coutinho, do que o Governo defendeu no ano passado, que é um novo marco regulatório para atrair investimentos para os portos do sistema portuário brasileiro.

Então, essa é a grande questão. Estou lhe fazendo essa pergunta.

Na área de logística, além da questão da energia elétrica, eu queria falar do biodiesel.

Eu queria lhe perguntar também, sobre esses financiamentos, se, no caso desse financiamento do porto de Mariel, a decisão do BNDES obedeceu a critérios estritamente técnicos ou teve um componente político e quais as razões eventualmente desse componente político.

Lembro também que, no caso desse financiamento do BNDES ao porto do Uruguai, não só essas duas entidades que citei, mas também ontem recebi do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, assinada pelo Presidente Bruno Lima Rocha, a seguinte observação: "a legislação brasileira, em especial a Lei nº 9432, de 1997, protege a bandeira brasileira por ser de interesse do País. Essa proteção é mais intensa na navegação de cabotagem, deixando aberta a navegação de longo curso, excetuando os casos onde houver acordos firmados pela União, em que proteção da nossa bandeira passa a ser regra exatamente como na cabotagem".

Tendo como pano de fundo os fatos relacionados pela entidade, concluímos que a conjunção da posição assumida pelo Uruguai contra o princípio estabelecido no acordo do Mercosul em relação às suas bandeiras e a criação de um porto para receber navios de grande porte naquele país, levará esse porto a ser um concentrador de cargas, um *hub port,* recebendo, assim, este porto, as cargas transportadas pelos navios de empresas de navegação estrangeira. Essas cargas poderão ser distribuídas em navios menores dessas mesmas empresas estrangeiras, a partir do Uruguai para o Brasil e outros países do Mercosul, isto é, assistiremos ao estabelecimento de um serviço de *feeder* desde aquele país com forte e danosa concorrência à bandeira brasileira, já que essa carga passa a ser uma carga de longo curso, oriunda de um país que não faz parte do acordo do Mercosul para navegação marítima e também não é submetido a qualquer acordo bilateral de divisão de cargas com o nosso País. Se esse porto vier a ser viabilizado, será forte golpe à cabotagem brasileira, que tem, na carga *feeder,* parte importante das suas operações.

Então são três entidades se manifestando sobre o mesmo tema e eu queria também... Renovando, eu entendo que exportar serviços é extremamente relevante, mas eu, como Senadora do Rio Grande do Sul, diante desse processo dos outros, quero saber se vamos ter igual valor de investimento do BNDES na logística que está tão deficiente nesses vários setores.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia, antes de passar para o Presidente do BNDES, devo dizer que estamos aqui usando a plataforma e-Cidadania, o portal de interatividade do Senado Federal. E há aqui uma questão do Bruno Lima Rocha no mesmo sentido: "Quanto ao financiamento do porto de águas profundas no Uruguai, o senhor sabe que o Uruguai não é signatário do acordo de navegação marítima do Mercosul? Desde o porto no Uruguai navios menores dessas empresas internacionais sairão do porto para distribuir as cargas para portos no Brasil e Argentina, sem que se constituam empresas de navegação no Brasil, com bandeira internacional, fazendo concorrência predatória à cabotagem!" Eu já coloco, como tratou do mesmo tema, essa pergunta de Bruno Lima Rocha.

Eu passo imediatamente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... (*Fora do microfone.*)

... pela ordem. É que eu não citei os nomes: Bruno Lima Rocha, do Syndarma, o Wilen Manteli, da ABTP, e o Sr. Sérgio Salomão, da Abratec. Então, só para referir os autores dessa demanda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Com a palavra o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Muito obrigado, quero agradecer os Senadores pelas questões.

Vou começar com o Senador Pimentel. Senador, vou responder pela ordem. Queria agradecer pelas suas questões, pelo reconhecimento da eficiência e da gestão do banco.

V. Exª fez uma pergunta sobre o impacto da decisão ontem da classificadora de risco a respeito do Brasil. Eu quero dizer que a melhor resposta para isso está sendo dada pelo mercado brasileiro. O mercado recebeu com tranquilidade, esse fato já estava precificado, a Bolsa continua firme, contrariamente a algumas expectativas, a taxa de câmbio recuou para 2,31 – pelo menos as cotações que estavam antes de eu chegar aqui, não sei se mudaram nos últimos minutos. Mas isso mostra a maturidade e a tranquilidade do mercado brasileiro em processar essa notícia. É uma classificadora de risco entre outras. As outras duas importantes mantiveram a sua avaliação do Brasil. Eu respeito a classificadora que reduziu, mas tenho total confiança na firmeza da política fiscal brasileira, cuja consistência o futuro mostrará, e os resultados demonstrarão que a política é de controle de condições, de controle das condições de endividamento etc.

"Manterão essas condições saudáveis de capacidade de atrair investimentos que o Brasil tem demonstrado?" foi a questão que o senhor levantou. Portanto, aparentemente, até agora, o impacto sobre custo de capital não é relevante ou já estava precificado.

A sua questão a respeito do investimento direto eu respondo da seguinte maneira: também o impacto será pequeno ou negligível. Em grande medida, porque as oportunidades de investimento no Brasil são muito amplas. Nós temos oportunidade de investimento extraordinárias em petróleo e gás e na cadeia produtiva de petróleo e gás. Temos oportunidade de investimento extraordinária no agronegócio brasileiro e na logística necessária associada a dar escoamento a esse agronegócio e, portanto, todos os projetos logísticos importantes que têm carga em ferrovia, rodovia e portos representam oportunidades. O Brasil tem grandes oportunidades em energia e conta com o privilégio de poder ter uma matriz energética super diversificada, com muitas oportunidades rentáveis de investimento.

O Brasil tem um mercado interno que permanece firme. Apesar de tudo, o emprego crescendo. Apesar do crescimento relativamente reduzido do PIB, no ano 2012, e se recuperou um pouco em 2013, o crescimento do emprego e da renda se sustentam. O mercado interno continua um mercado atrativo, temos assistidos a um grande número de consultas de investimento, inclusive de investimento direto estrangeiro, temos grandes projetos em andamento, inclusive, por exemplo, na cadeia automotiva, de forma que manifesto aqui minha confiança de que o investimento direto continuará firme auxiliando o financiamento do balanço de pagamentos no Brasil.

Vejo também que a relativa depreciação da taxa de câmbio que ocorreu desde o início do processo de *tapering* e que foi mitigado pela ação do Banco Central, criou também uma situação muito mais competitiva para as exportações brasileiras. Creio também que as exportações constituirão um vetor de oportunidade para o crescimento do Brasil. Estamos muito longe de qualquer situação dramática de crise. Temos oportunidade e determinação firme de sustentar uma política fiscal que respaldará a política macroeconômica brasileira de forma consistente.

É esse o meu comentário.

O Senador Alvaro Dias fez uma série de questões.

Senador, quero primeiro esclarecer que as questões relativas ao financiamento de caminhões em janeiro e fevereiro corresponderam a, como se diz em economês, um *carry-over*, um volume que não conseguimos atender em dezembro, porque, como houve a mudança de taxas, houve um acúmulo de pedidos de operação. Tivemos cerca de 3.7 bilhões de operações que ficaram de dezembro para janeiro e fevereiro. Essas operações criaram um transtorno transitório, que já foi superado. Regularizamos essas operações, especialmente financiamento e caminhões, e estamos fluindo normalmente o financiamento de máquinas, equipamentos e caminhões. Portanto, esse foi um período de ajuste transitório, que, aliás, tende a ocorrer quase todos os anos em que há uma concentração muito forte no último mês do ano.

Em relação à questão de hotelaria e turismo, o Banco tem apoiado através do programa de turismo, cerca de R$3 bilhões em investimentos, recentemente, na área de turismo, especialmente na área de hotelaria. Houve um programa de ampliação da capacidade hoteleira voltado para cidades que receberão a Copa do Mundo. Esse programa fluiu bem e decidimos manter condições básicas de apoio a esse programa. Terei interesse em receber qualquer empresário, como faço de forma sistemática, buscando receber a todos os interessados, diretamente, sem intermediários, que queira apresentar projetos à instituição.

Com relação à questão dos financiamentos à exportação, gostaria, Senador, de reiterar aqui que não estamos efetuando operações de crédito do BNDES a algum Estado soberano ou a outro Governo. Não estamos fazendo empréstimo. Estamos, como expliquei, financiando o exportador brasileiro, em reais, sem transferir divisas para o exterior, o que, depois, irá gerar um fluxo de pagamentos para o País. Essas operações são tradicionais do Brasil. O BNDES faz essas operações de financiamento na América Latina...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Só um aparte, Presidente, com a sua permissão.

É evidente, eu entendi e até, na indagação, considerei o fato. Apenas apontou como inversão de prioridades. Nós financiamos exportação de serviços para aeroporto, por exemplo – que se fala agora, já que antes eu falava do metrô e do porto – e não temos aeroportos em condições no Brasil. Estamos privatizando os nossos aeroportos.

Esta é a questão: se podemos financiar a construção de obras lá fora, por que não financiamos a construção das obras no Brasil?

É evidente, V. Exª citou alguns países, mas veja a situação econômica desses países em relação ao nosso – China, França etc. O estágio de avanço, de desenvolvimento econômico daqueles países, ou estágio dos serviços prestados naqueles países...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, isso equivale a uma reinscrição do Senador Alvaro?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu acho, Senador Armando Monteiro, com todo respeito, quando nós adotamos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Alvaro Das...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Quando nós adotamos esse comportamento de que quatro, cinco Senadores perguntam e, depois, o interpelado responde tranquilamente, nós não chegamos a conclusão nenhuma. Por isso que eu interferi, mas vou deixar de interferir doravante, já que esse é o modelo aqui praticado, as pessoas se conformam com isso. Eu não me conformo com esse modelo. Acho que nós devemos estimular o debate. Isso, sim, é produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Exª, Senador Alvaro Dias, e devolvo a palavra ao Presidente do BNDES, Prof. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu queria dizer, Senador, o seguinte: a exportação de serviço representou 5% do desembolso do BNDES aproximadamente no ano passado. Portanto, 95% do esforço do BNDES estava dedicado ao Brasil.

O BNDES financiou direta e indiretamente R$62 bilhões a infraestrutura, que estava lá no gráfico que eu mostrei. Dentre essas operações, nós estamos fazendo um grande esforço e acelerado de investimento nos nossos aeroportos.

Acho que o aeroporto de Brasília, que todos nós aqui frequentamos, é um exemplo muito claro da capacidade da engenharia brasileira de fazer, com o aeroporto funcionando, um grande esforço de construção simultânea de dois terminais. Nos outros aeroportos já concessionados à iniciativa privada junto com a Infraero, que são os aeroportos de Viracopos e Guarulhos, o mesmo processo acelerado de investimento está ocorrendo e virá a ocorrer no aeroporto de Confins e no aeroporto do Galeão. Então, nós estamos lidando de maneira muito firme, os investimentos em aeroportos estão crescendo e os nossos financiamentos para recuperar – e mais do que isso –, revitalizar e estabelecer um padrão internacional de qualidade nos nossos aeroportos estão em curso.

Em relação aos portos, eu quero também dizer – e aqui aproveitaria para esclarecer e tranquilizar a Senadora Ana Amelia e também ao Senador Alvaro Dias – que nós temos, hoje, uma carteira crescente de projetos em portos no BNDES. Temos uma carteira que, hoje, já monta a R$19,6 bilhões em investimentos portuários, compreendendo nove complexos portuários no Brasil, com 22 projetos, porque parte desses projetos está em terminais, dentre eles, o nosso porto de Rio Grande.

Queremos, e estamos abertos dentro do novo marco, a ampliar ainda mais os investimentos portuários, que são necessários. Nós precisamos aumentar a eficiência, a capacidade de nossos sistemas portuários.

E temos feito esses sistemas e esses aportes em todas as regiões do País. São portos no Nordeste, portos no Sul, portos no Sudeste.

Temos, em perspectiva e consulta, novos processos que ainda não estão nessa conta e nós esperamos ao longo desse ano ampliar as nossas perspectivas de investimento nos sistemas portuários.Nesse sentido, Senadora, o Porto do Rio Grande merecerá toda nossa atenção. Eu terei enorme prazer em receber as pessoas que manifestaram essa preocupação. Minhas portas estão abertas para uma audiência com essas pessoas, a fim de darmos a devida atenção ao Porto de Rio Grande.

Aproveito também para esclarecer que embora eu entenda que o governo uruguaio solicitou ao Governo brasileiro – assim imagino – alguma sondagem em relação ao porto no Uruguai, nós ainda não temos nenhuma consulta específica a respeito do porto no Uruguai. Então, Senadora, a nossa agenda é totalmente coincidente com a sua agenda. O que precisamos é acelerar, ampliar a escala e tornar os nossos portos muito eficientes, obviamente sem negar ao Uruguai que faça o seu porto. Mas temos que zelar para que nossos portos sejam

qualificados, eficientes, ampliados e capacitados. E essa é uma agenda prioritária do Governo da Presidenta Dilma. É uma agenda prioritária que esse processo de investimento em portos seja acelerado.

Retomo, então, Senador, outras questões do Senador Alvaro Dias relativas ao tratamento dado a operações com Cuba e Angola quanto às cláusulas de *spread*, condições de garantias, etc. Aí, Senador, gostaríamos, primeiro, de dizer que a Lei de Acesso à Informação estabelece, no seu art. 23, que podem ser apostas restrições à divulgação de informações que incidam sobre interesses do Brasil na sua relação com países parceiros e sobre operações com esses países. Eu não tenho aqui exatamente a íntegra do artigo, mas este dá respaldo. É com base no próprio artigo que o Governo, através do Ministério do Desenvolvimento e da Câmara de Comércio Exterior, classificou essa informação como restrita, em função da proteção – eu entendo –, através de entendimentos bilaterais, a características e condições. Quer dizer...

Agora, eu quero esclarecer o seguinte, essas operações são fortemente disputadas. Existem muitas empresas disputando cada um dos projetos num determinado país. Para uma empresa brasileira ganhar esses projetos, precisa oferecer preços de mercado competitivos. E uma vez que ela tem o projeto, torna-se elegível para que o BNDES possa examinar a sua consistência, a sua factualidade. E eu posso assegurar, Senadora e Senador, que o BNDES sempre dá um tratamento estritamente técnico ao processo de exportação de bens e serviços. Nós avaliamos a capacidade, a consistência do exportador de serviços prestar aquele serviço dentro do processo do sistema normal de garantias.

É preciso entender que o Brasil dispõe de um Fundo de Garantia à Exportação, o qual respalda uma boa parte das operações do BNDES. E eu quero esclarecer também que o índice de inadimplência das operações de comércio exterior, de financiamento às exportações do BNDES é igualmente baixíssimo, é 0,05. Eu não tenho aqui o número preciso, mas é um número igualmente baixíssimo.

Quero lembrar também que grande parte dessas operações transitam, no caso da América Latina, dentro de um grande convênio entre Bancos Centrais chamado CCR (Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos). E sempre que a operação transita dentro desses convênios, a liquidez e a honra desses pagamentos são asseguradas. Em 40 anos de existência do regime do CCR, nunca houve um único inadimplemento. Então, buscamos cercar essa operação de todas as suas condições de cautela e de segurança.

Finalmente, gostaria de esclarecer ao Senador uma coisa muito simples que a imprensa tem ignorado, embora tenhamos explicado repetidamente. Nenhuma operação da BNDESPAR, de consolidação empresarial ,foi feita com recursos subsidiados ou recursos em TJLP. São operações de mercado a custos de mercado.

Nós devemos lembrar que o BNDES tem várias formas de captação de recursos. O BNDES capta recursos no exterior, em parte apoiam suas operações de exportação, emite papéis no exterior, capta recursos, capta recursos com instituições internacionais; o BNDES capta recursos, portanto, no mercado internacional de bônus; o BNDES capta recursos no mercado brasileiro, então, uma parte irrelevante. Além disso, a subsidiária, o banco de investimento do BNDESPAR tem uma grande carteira. E essa carteira permite que, nos bons momentos, a gente venda, realize recursos e possa reinvestir. De forma que, nos últimos anos, a BNDESPAR gerou R$25 bi de recursos próprios através do giro da sua carteira. Então, ela tem capacidade própria de investimento, e esses investimentos são estritamente feitos em base de mercado a critério de mercado. Portanto, eu queria explicar que não há origem, nesse tipo de operação, em recursos que venham do fundo de amparo ao trabalhador ou do Tesouro Nacional. O BNDES praticamente não tem recurso do FGTS, que estão principalmente dedicados à habitação e à Caixa Econômica.

Portanto, Senador, acho que aqui respondo objetivamente a algumas de suas questões.

V. Exª fez, ao fim, uma questão a respeito de uma matéria de jornal. Eu não vou comentar porque acho que é uma matéria que não tem consistência. Mantenho o meu relacionamento com as altas autoridades do Governo, é um relacionamento absolutamente tranquilo e sem nenhuma dificuldade.

Acerca da sua questão a respeito da minha antiga empresa de consultoria, agradeço ao Senador ter reconhecido publicamente a minha conduta honrada e ética. Não fora assim, estaríamos em rota de confronto pessoal e V. Exª me conhece há muitos anos e sabe da minha vida. Eu quero apenas esclarecer o seguinte: antes de vir para o Governo, vendi toda a minha participação e me desliguei completamente da empresa. Não mantenho nenhum relacionamento com ela. E dentro, obviamente, da minha conduta estritamente ética, não mantenho nenhum tipo de relacionamento direto ou indireto com os próprios clientes. Eu nem sei, hoje, quem são os clientes. Não mantenho nenhum relacionamento. Nem creio que a matéria do jornal insinuou isso. V. Exª talvez tenha lido de uma forma mais... Ou talvez tenha ouvido a intenção capciosa da matéria, que eu não interpretei assim. Eu interpretei que a matéria quis dizer que a consultoria foi bem-sucedida por sua própria competência, mas não de se atribuir isso a mim. Isso não tem a menor consistência. E quem conhece a minha conduta, se V. Exª perguntar ao setor privado brasileiro, saberá e terá a resposta a respeito disso. Então, respondo com muita tranquilidade a essa questão.

Em relação ao Senador Eduardo Suplicy, eu queria agradecer, Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Se possível, faltou uma indagação sobre os valores já remetidos ao exterior na forma desses empréstimos.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sim, acho que eles estavam na tabela ali, Senador. Foram apresentados os valores totais desembolsados ano a ano. Desculpe, isso me falhou, mas está aqui, na tabela... V. Exª receberá a apresentação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Pode deixar, Sr. Presidente, eu busco lá, então.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não, está aqui. Aqui está a série, no eslaide 27, toda a série da carteira de pós-embarque. Não tem a série de desembolso, mas nós podemos mandá-la, porque ela é pública. Ela está no *site* do banco, não há o que esconder. Ali está o crescimento da carteira. Nós teremos prazer em lhe fornecer a informação do desembolso. Então, não há, de nossa parte...

Senador Eduardo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com licença do Senador, apenas uma dúvida.

O senhor, na pergunta sobre os números, falou que 62 bilhões são os financiamentos do BNDES em infraestrutura no Brasil. Desse total, aí o senhor fala que em carteira há projetos de 19,6 bilhões no sistema portuário. São nove projetos. Então, esses 19 bilhões estão dentro dos 62 bi. Do restante desses 62 bilhões, dos 19 bilhões, para o que é? Para energia, para aeroporto? Para o que é?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Espere, Senadora. Dentro dos 62 bilhões, é desembolso do BNDES.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim.

O SR. LUCIANO COUTINHO – O BNDES, em geral, financia de 60% a 70% dos projetos, portanto, o valor total de investimento é muito maior, provavelmente supera... Os 60, nós tínhamos que multiplicar por 1,4 ou 1,5, e ele vai para 110, 120 bi. Então, o que eu mencionava nos 19,6, é o valor total de investimentos em portos que está na nossa carteira. Isso vai demandar algo entre 50 e 60...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não é desembolso.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Como os portos atraem muito interesse da banca privada porque é um investimento rentável, nós achamos que nós devemos ser moderados e, digamos, financiar metade disso e contar com apoio da banca privada para financiar outro pedaço. Então, digamos que desses 19,6, nós possamos financiar 9...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Bilhões de reais.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Nove a dez bilhões de reais. Essa é uma conta não precisa, mas eu posso lhe dar informação precisa a respeito disso. O que eu quero lhe dizer é que essa carteira está em crescimento e que nós apoiaremos firmemente essa carteira. E nós esperamos que, nos próximos anos, a fração de portos dentro do total de investimento vá crescer em função do crescimento das consultas dos últimos tempos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

Obrigada, Senador.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Bem, desculpem.

O Senador Eduardo Suplicy fez várias questões.

Primeiro, Senador, queria agradecer suas questões e lhe dizer a respeito do desenvolvimento sustentável. Temos várias linhas de suporte ao desenvolvimento sustentável. Mostrei ali que nós desembolsamos cerca de 25 bilhões em desenvolvimento sustentável no ano passado. Onde estão essas linhas principalmente? Primeiro, um forte apoio às energias renováveis, inclusive energia eólica, PCHs e outras formas de energia renovável eficientes.

Estamos também querendo suportar outras novas formas de energia renovável que demandam muita inovação, como energia solar, etc., que esperamos venham a ser uma promessa para o futuro.

Além disso, temos uma série de linhas voltadas à restauração florestal e ao restabelecimento de ecossistemas, e quero mencionar o Fundo Amazônia como uma das principais ferramentas. E é uma ferramenta não reembolsável para projetos na franja da Amazônia. Mas também quero chamar a atenção para as linhas de suporte à agricultura sustentável e à agricultura familiar sustentável. Nós temos grande interesse em ampliar a agricultura de baixo carbono, a agricultura sustentável.

Temos também outra linha importante, outro fundo importante, que é o Fundo Clima. O Fundo Clima nos permite priorizar inovação tecnológica associada à sustentabilidade ambiental, em torno à prioridade de redução de emissões em processos industriais, ao aumento de eficiência no uso de energia, ao aumento da eficiência energética. O Fundo Clima também permite realizar operações de suporte ao desenvolvimento integrado de projetos agrossustentáveis. Então, nós temos várias linhas e temos nos empenhado em cumprir

esses compromissos com a sustentabilidade. Eu terei muito prazer em enviar os relatórios detalhados da nossa política de sustentabilidade.

Em relação ao financiamento das micro e pequenas empresas, Senador, eu mencionei lá, no ano de 2013, 275 mil. Mas, na verdade, se nós somarmos ao longo do tempo – e muitas dessas empresas não necessariamente tomam empréstimo todos os anos –, nós temos atendido mais de um milhão de empréstimos, olhando um período mais longo. Muitas dessas empresas nunca tomaram crédito. Isto é importante: empresas que não tinham tido acesso ao crédito. O cartão BNDES tem sido um fator de acesso ao crédito. Nós temos hoje cerca de 650 mil cartões emitidos para empresas.

Quero lembrar aqui a nossa preocupação com a pequena agricultura familiar e com pequenas cooperativas, inclusive urbanas. O BNDES se notabilizou pelo apoio a catadores de lixo, cooperativas de catadores de lixo. Nós temos também um forte apoio a cooperativas, especialmente cooperativas em áreas de muito baixa renda. No passado, cerca de R$225 milhões dedicados.

Também temos uma operação importante, o microcrédito, através de várias entidades. Eu não tenho agora na memória, mas temos cerca de 180 milhões em operações de microcrédito. Cento e oitenta e sete milhões – estou sendo aqui corrigido pela minha equipe, porque dei um número um pouco abaixo. Cento e oitenta e sete milhões em operações de microcrédito. São operações muito pequenas. Nós estamos falando de uma operação que às vezes é de R$5 mil, para um pequeno salão de beleza na periferia de uma grande cidade, ou para uma pequena cooperativa.

Eu quero dizer que, para um banco que não tem rede de varejo, tem apenas a sua sede no Rio de Janeiro, tem apenas 2.800 funcionários, fazer esse esforço de chegar, através de parceiros, uma operação de microcrédito, é uma coisa que nos dá muito orgulho, porque nós conseguimos arrancar essas operações de um volume pequeno, abaixo de 50 milhões/ano, para estarmos chegando perto de 250 milhões/ano em operações de microcrédito.

É claro que as operações de microcrédito são mais fáceis para os grandes bancos que têm muito rede de varejo. Mas o BNDES não se omitiu, e nós temos trabalhado no campo social, sob diversas modalidades. Temos, sob inspiração do Prof. Paul Singer, buscado apoiar a economia solidária nesse sentido.

O Senador me perguntou também a respeito de oportunidade de investimento, avaliação da política brasileira. Na mesma linha, eu creio que já respondi ao Senador José Pimentel, na mesma direção. Eu acredito que esse comentário já foi feito. Não vejo um impacto significativo sobre o investimento direto estrangeiro e vejo que a economia brasileira tem preservado um grande número de oportunidades e de capacidade de atrair o investimento.

Finalmente, Senador, a sua última pergunta é relativa à questão de fontes de recursos para o BNDES ou fontes de recurso. Eu creio que eu gostaria de colocar essa questão num contexto mais amplo. Nós precisamos, sim, priorizar a criação de *funding* de longo prazo para o sistema financeiro brasileiro, especialmente para o sistema privado. Eu já expliquei isso talvez em outra ocasião. O Brasil tem a quase totalidade da sua poupança aplicada em instrumentos financeiros de curto prazo.

Por conta do longo período de ameaça inflacionária alta, de alta instabilidade nos anos 80 e parte dos anos 90, nós criamos mecanismos de correção e de proteção; criamos, na verdade, uma certa fixação do poupador brasileiro em ter liquidez plena. Depois de um certo tempo, as operações passam a ter liquidez diária; há um período de carência e depois é liquidez diária.

De maneira que, no passivo do nosso sistema bancário, a parcela de recursos dos bancos que está sujeita a ter liquidez diária é muito alta, e isso impede que os bancos possam emprestar a longo prazo. Os bancos maiores que conseguem um *mix* de captação um pouco mais a médio prazo, hoje, conseguem emprestar a dois, três anos. Mas, infelizmente, por razões estruturais, eu não estou aqui fazendo crítica alguma ao sistema bancário, por razões estruturais, sistêmicas, não é possível ao sistema creditício brasileira oferecer prazos de 10, 15, 20, 25, 30 anos. O BNDES, por exemplo, trabalha com um prazo médio superior a 12 anos. Médio! Nós temos empréstimos para grandes hidrelétricas de 20, 25 anos, para rodovias, para grandes projetos que necessitam de prazos muito longos.

Então, nós precisamos aqui de uma agenda positiva para o País, que é criar, através de reformas e instrumentos, através de tratamento tributário, uma indução para que o sistema de poupança brasileiro migre para prazos mais longos. Uma forma é oferecer ativos de maior rentabilidade, confiáveis, com prazos mais longos, porque também não faz sentido querer que o poupador migre para prazos mais longos se você não oferece as alternativas. Então, um lado é oferecer as alternativas.

De outro lado, é criar o tratamento regulatório e tributário. O Governo começou a fazer avanços nesse sentido com a Lei nº 12.431. Então, eu creio que aqui há uma agenda muito importante, e essa agenda precisa avançar, porque, sem ela, fica difícil conciliar um processo de suporte ao investimento. Porque há um consen-

so relevante no Brasil de que o nosso País precisa poupar mais e investir mais. Para poupar mais, o que significa puxar a taxa de investimento de 18, 19 para 22, 23, nós precisaríamos estar agregando mais quatro pontos percentuais do PIB, ao ano, a mais poupança e a mais investimento.

Não seria sensato que esse acréscimo do investimento viesse todo de poupança externa, porque significaria um déficit em conta corrente altamente vulnerável. É preciso vir da poupança interna. Então, nós precisamos estimular e criar condições para o avanço da poupança.

Eu lhe agradeço essa pergunta porque eu sou alguém que tem essa profunda convicção e tem trabalhado nessa direção.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente da Casa, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer ao Dr. Professor Luciano Coutinho e cumprimentá-lo. V. Sª vem aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado num momento em que o Brasil inteiro, de alguma maneira, pelo menos as pessoas mais ligadas às questões econômicas, se pergunta por que do rebaixamento do Brasil por uma agência internacional.

Eu faço essa preliminar porque eu não acho estranho que, por conta de suas motivações e seus interesses, uma agência internacional rebaixe o País. O que eu acho estranho é que ela desconfie; ela pode estar atendendo a interesses.

Eu não acho estranho porque essas mesmas agências tinham plena confiança na economia americana, davam nota máxima para os Estados Unidos e lá nós tivemos a maior crise há poucos anos, em 2008, que abalou o mundo inteiro. Então, eu acho que quando a gente por esse aspecto, a gente consegue ficar bem tranquilo em relação à desconfiança de algumas agências internacionais que analisam o risco de países.

É óbvio que o Brasil hoje disputa o mundo. É óbvio que o Brasil hoje é um desafio para todos nós. O que eu acho estranho, Prof. Luciano, são os brasileiros desconfiarem do seu próprio País.

E eu acho que sua vinda aqui hoje esclarece uma série de pontos. Com todo o respeito aos colegas Senadores, a quem faz parte do bloco de oposição, este é um caminho ruim para o nosso País: a gente desconfia primeiro, desconfia depois, segue desconfiando, para depois ficar convencido de que tem que diminuir o grau de desconfiança.

A vinda de V. Sª aqui hoje esclareceu algo, e de maneira absolutamente pedagógica: há uma inverdade que fica parecendo uma verdade – e não é: que o Brasil financia infraestrutura em outros países, que gera emprego em outros países, desenvolve outros países, em detrimento de financiar a infraestrutura no nosso País. V. Sª desmontou isso, mas, lamentavelmente, por conta de tantos artigos, por conta de tantos discursos, essa inverdade fica parecendo verdade, e muitos brasileiros acreditam que é isso que está acontecendo.

V. Sª deixou bem claro que o Brasil financia empregos no Brasil, financia empresas brasileiras, aquisição de bens e serviços no Brasil, e esse serviço é prestado no Exterior. Isso é feito em reais, e as divisas entram em dólares – o que é um ótimo negócio, do ponto de vista da geração de emprego, do ponto de vista do fortalecimento de nossas empresas. E o banco também ganha.

Mais ainda: V. Sª deixou bem claro que o nosso País ainda é tímido nesse tipo de política. Tímido! A China está saltando, a França, os Estados Unidos e outros países estão diminuindo a sua presença nesse tipo de serviço vinculado principalmente à área de engenharia mundo afora. Tomara que ganhem repercussão grande os dados e informações que V. Sª trouxe sobre esse aspecto.

Está bem claro: o Brasil não financia empresas e infraestrutura lá; o Brasil financia suas próprias empresas, gera emprego aqui dentro, equipamentos são produzidos aqui e pagos aqui, e o Brasil ganha e recebe divisas em dólar quando faz esse tipo de trabalho. E é um percentual próximo de 5% daquilo que o BNDES movimenta. Foi o que eu tirei.

Segundo aspecto. Há uma inverdade que também fica parecendo verdade no Brasil: o BNDES só financia os grandes. Primeiro, o financiamento para a agropecuária é algo recente, e eu particularmente acho muito interessante, porque não é possível que o setor que mais colabora nas exportações no Brasil não tenha também acesso ao principal banco do nosso País. Isso não tem nada demais. Essa é uma política adequada. Agora, fica parecendo que todo o dinheiro do BNDES vai para financiar algumas empresas: uma JBS, esta, aquela ou aqueloutra do agronegócio.

Eu fiz as minhas contas aqui. Não sou matemático, mas V. Sª trouxe uns dados, eu fiz as contas e parece-me que hoje nós temos condições de esclarecer, no português coloquial, que isso não é verdade.

Eu fiz a soma – se eu estiver equivocado, por gentileza, peço a sua colaboração. Somei aqui: investimentos em infraestrutura, responsabilidade direta do BNDES, R$62 bilhões; indústria, R$58 bilhões; comércio e serviços,

R$41 bilhões; agropecuária, R$18 bilhões – há a parte pública, de R$10 bilhões, que deixei fora; somando-se isso, dá, de forma arredondada – R$179 bilhões –, R$180 bilhões em 2013, salvo engano. Cento e oitenta bilhões. Aí fui mais à frente um pouquinho, e vi que, aqui numa das planilhas, consta que microempresas, pequenas empresas e médias empresas levam R$63 bilhões. Então, dos R$179 bilhões, as microempresas, as pequenas empresas e as médias empresas levam R$63 bilhões, com o crescimento, no Governo da Presidenta Dilma, de quase 50% desse valor que vai para as micro e pequenas empresas – o que eu acho muito interessante. E com algo explícito, porque no governo do Presidente Lula saiu de uma situação muito vexatória para números bem significativos, de R$45 bilhões, em 2010. Então, eu não tenho dúvidas em afirmar que V. Sª desmistificou algo. Fica parecendo que o BNDES não tem o S, do Social. Acho que aqui ficou bem claro que o S, do BNDES, é muito forte, está muito presente, materializado em números, com pequenas empresas, com microempresas.

O outro aspecto e último, que queria ressaltar, é algo que se cobraria. Lamentavelmente, a gente não cobrou aqui, mas V. Sª até colocou, com muita propriedade, na exposição, que é se o mais importante banco do país, um dos maiores do mundo, está inovando ou não, se ele está se vinculando a essa agenda que o mundo hoje discute, mas tenta fugir dela, que é a busca da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável, da inovação, do que se chama de economia verde. E vejo que também o BNDES trabalha fortemente com esses dois aspectos, o da economia verde, que é algo que vale o registro, e o outro do ponto de vista da inovação, em parceria com a própria Finep. Isso mostra, talvez, que o nosso Banco, o BNDES, está se credenciando para pôr os dois pés, de fato, no século XXI.

Então, eu queria, aqui concluídas as observações que estou fazendo, apresentar também aqui dois dados. V. Sª, na exposição, apresentou que 12% dos empregos gerados ou mantidos no Brasil estão diretamente vinculados aos investimentos que o BNDES faz. Acho que vale a gente registrar isso. Doze por cento de todo o emprego gerado no País ou mantido está diretamente vinculado aos projetos financiados pelo BNDES. Não sei se tem algum banco, em qualquer lugar do mundo, que possa apresentar tais estatísticas, mas acho difícil. Outra coisa é que 4% do nosso PIB, mais ou menos, 3,9% do que temos de PIB é o que o BNDES movimenta de recursos. É isso, Prof. Luciano? Só para esclarecer, ou a vinculação... Desculpa, o nosso orçamento é equivalente a 4% mais ou menos do PIB, salvo engano. Acho que é isso. Está aqui no começo, num gráfico aqui. O desembolso do BNDES e sua participação no PIB é em torno de 3,9% ou 4% do PIB nacional, o que hoje está chegando perto dos R$2,3 trilhões.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Dois pontos três trilhões de dólares.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exatamente. Estou dizendo que o nosso PIB está chegando a US$2,3 trilhões. Então, acho que um banco que ocupa 3,9% desse montante...

Eu penso que um instrumento tão poderoso, que no governo do Presidente Lula foi prestigiado, foi incorporado na política de retomada do País, que saiu de um PIB de US$500 bilhões para esses quase US$3 trilhões, o BNDES, tem de vir aqui, além dessa exposição brilhante, para que a gente possa tomar posse dessas informações, levar à tribuna do Senado e pôr como um exemplo para o mundo de um banco que está fazendo tudo certo. Eu, realmente, acho que talvez o BNDES agora tenha um grande concorrente e está deixando de ser uma vitrine, que é a Petrobras. Acho que é um dos piores exemplos que temos para dar de um certo desamor, de um certo descompromisso de setores da sociedade brasileira com aquilo que temos de mais precioso para gerar emprego, para gerar renda, promover desenvolvimento.

Então, eu só queria fazer um questionamento: qual é o plano do BNDES para os próximos desafios de que o nosso País precisa? Quanto ainda o BNDES pretende crescer na sua contribuição para o desenvolvimento do País? Se V. Sª pudesse dizer que a nossa participação no PIB está em tanto, temos um plano daqui a cinco ou dez anos alcançar isso, a nossa participação na área social de inovação queremos aumentar. Quanto a essas macro metas, o que V. Sª tem a falar para que possamos entender um pouco qual é o plano, quais os próximos passos que o BNDES pode dar além desses que já tem dado para alavancar o crescimento e a sustentabilidade do crescimento no Brasil?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao ilustre Senador Jorge Viana.

Concedo a palavra ao ex-Presidente da CNI, representante do Estado de Pernambuco, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Meu Presidente Luiz Henrique, Presidente Luciano Coutinho, primeiro quero me congratular com a exposição que é sempre muito consistente, muito clara e creio que foi uma contribuição importante para a melhor compreensão desse tema, que está ligado à exportação de serviços pelo Brasil.

Acho que é fundamental que o Brasil incremente a exportação de serviços, porque tudo isso significa que a engenharia brasileira, em última instância, alcançou um grau de maturidade que nos impele a buscar

mercados fora do Brasil. Portanto, nada mais natural do que associar à presença dessas empresas o esforço de associar financiamento.

Todos sabem que quando se disputa uma concorrência internacional cada um dos *players* tenta associar financiamento à sua proposta. Portanto, não haveria como o Brasil ampliar essa presença sem ter, evidentemente, na retaguarda, um banco com as características do BNDES. Então, é inquestionável a importância estratégica e a necessidade de ampliar essa presença.

De outro modo, ficou claro também que não há concorrência de projetos. Você não coloca, não faz esse apoio em detrimento de um projeto do Brasil. Ficou claro que a participação ainda é pequena no conjunto dos desembolsos do banco, que se move pela existência de projetos. Então, se no Brasil, em algumas áreas, tem-se um ambiente regulatório, uma dificuldade que, de alguma maneira, condicione a inexistência de projetos, não significa dizer que o banco vai ficar aguardando, como banco, que o Brasil crie, vamos dizer, um ambiente que, ao final, estimule esse processo.

Então, está muito claro que o banco, como banco, tem que analisar projetos e esses projetos, mesmo os que se destinam à exportação, têm um impacto relevante na economia brasileira.

Queria aproveitar rapidamente para colocar um ponto que foi colocado pelo Presidente Luciano, fazendo uma reflexão sobre esse tema. Desde 2000, quando analisamos a taxa de poupança *versus* a taxa de investimento, o que se verifica é que, nos últimos anos, esse *gap* tem aumentado e hoje alcança, em função da posição de 2013, 4,5%, ou seja, o Brasil investe 18,4% e poupa 13,9%.

O Presidente aludiu muito bem que isso quem preenche é a poupança externa, mas a poupança externa, ao final, tem uma consequência, porque se esse fluxo for maior isso tenderá apreciar a taxa de câmbio, portanto, anulando os efeitos dessa depreciação benigna que ocorreu nos últimos anos, e deixa o Brasil também muito à mercê dos fluxos de poupança externa, que são afetados pelas políticas monetárias dos países de origem. Então, é uma vulnerabilidade. Quanto mais se amplia esse grau, mais vulnerável fica.

Como disse o Presidente Luciano está associada à questão da poupança doméstica, que é claramente insuficiente. Então, queria perguntar ao presidente como podemos estimular no Brasil a formação de poupança? Essa é uma questão estrutural. Temos a poupança do Estado, temos a poupança das famílias, temos a poupança das empresas. Então, eu queria pedir ao Prof. Luciano Coutinho que nos desse aqui uma indicação.

Parece-me que a poupança das empresas, de alguma maneira, é, no Brasil, prejudicada pela elevadíssima carga tributária que existe no Brasil. Então, a meu ver, uma das dificuldades para que você possa ter uma maior poupança formada pelas empresas é o tamanho da carga tributária no Brasil.

De outro lado, quando se fala da poupança das famílias, eu creio que o sistema previdenciário no Brasil tem uma característica que também não estimula a formação de poupança. Então, eu queria perguntar ao Presidente como nós podemos atuar para elevar a taxa de poupança doméstica do País, que é fundamental para criar as bases do modelo de financiamento, de um padrão de financiamento para a economia brasileira no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Armando Monteiro.

Concedo a palavra à última oradora, mas que é sempre a primeira entre nós, a voz marcante do setor agropecuário, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Obrigada, Presidente, Senador Luiz Henrique, pelas palavras tão gentis; como sempre, um lorde, Senador da melhor qualidade.

Presidente Luciano Coutinho, obrigada pelas explicações e, aqui, por sua presença.

Assim como Armando Monteiro e outros Senadores, eu também não vejo nenhum problema no financiamento de infraestrutura em outros países, mesmo porque isso está variando em torno de 14%. E um país que pretende ser um Líder da América Latina e Caribe, se não tiver poder financeiro, se não tiver poder econômico, jamais terá poder político. Então eu acho muito importantes esses financiamentos. Com uma ressalva: nós precisamos analisar a taxa de retorno, as garantias oferecidas. E, se for um bom projeto, qual é o problema?

Aqui mesmo, no Brasil, nós temos agências do mundo inteiro financiando projetos no Brasil. No Rio de Janeiro, está instalado o Banco de Desenvolvimento chinês que pretende gastar alguns bilhões de dólares no Brasil com empresários e também com os Governos dos Estados e com a União.

Então, eu acho importante a questão da transparência, Presidente. Eu acho que essa transparência é desnecessária, traz as desconfianças que... Talvez traga um resultado equivocado esta ideia de alguns – e acho que é real – de que os parâmetros não são conhecidos desses financiamentos – o projeto, a taxa de retorno e as garantias oferecidas.

Com relação aos investimentos aqui comentados – dos portos do Brasil que estão precisando de investimentos –, eu quero apenas ressaltar que foi motivo de um trabalho nesta Casa – meu pessoalmente – de sete anos para que nós pudéssemos abrir os portos do Brasil, para que nós pudéssemos mudar decretos, instruções normativas, especialmente dos últimos anos, para alterar e poder permitir o investimento privado.

Nós conseguimos em 2012. O Congresso Nacional colaborou, com algumas adversidades, com bloco contrário, mas nós conseguimos avançar, e isso não atrapalha. Esses investimentos eu não creio que atrapalhem.

Com relação ao Porto do Uruguai, em Montevidéu, aqui comentado pela Senadora Ana Amélia, preocupa-me e eu tenho uma interrogação – não uma preocupação, mas uma interrogação: de onde virá a carga para esse Porto de Montevidéu? Eu não consigo encontrar essa carga. E gostaria de saber se esse financiamento está ligado à empresa Hidrovias do Brasil. Então, de onde viria essa carga?

Eu sei que é um porto de contêineres, de águas profundas; é um porto muito interessante. Assim como o Porto de Rio Grande, é um porto eficiente, extraordinário. Agora, também, se não for o BNDES, outro banco com certeza irá financiar esse porto no Uruguai, porque ele tem alguma atratividade. Só me preocupa o peso dessa carga. Eu ainda não consegui vislumbrar.

Quanto à questão das entidades contrárias, como a Abratec, gosto sempre de repetir que foi o *lobby* mais forte dentro do Congresso Nacional para não abrir os portos do Brasil A Abratec, além de não querer porto no Brasil, ainda está dando palpite fora do País com relação à construção de portos.

Então, o que interessa num porto é quem precisa levar essa carga para fora, não é o porto em si, o dono do porto. Ele precisa ser eficiente para ser competitivo. Nós temos que ter uma pluralidade, temos que ter diversidade de formas e de condições de exportar o nosso produto de forma competitiva. Eu gosto muito da concorrência, a concorrência faz o sapo pular, isso é uma expressão que vejo no interior do meu Estado. Essa competição é saudável e precisamos estar atentos a essa situação da competitividade.

Resumindo essa área de financiamento do BNDES, 14% é uma coisa razoável.

Bom, com relação ao rebaixamento de um degrau, Presidente, nós observamos aquilo que o senhor disse, não tivemos um susto grande do mercado, as bolsas subindo e o dólar baixando, mesmo porque eu acho que dois motivos principais concorreram para isso. Primeiro, que já era esperado; segundo, que o rebaixamento veio acompanhado de uma perspectiva de estabilidade, não de uma perspectiva negativa.

Mas nós sabemos que o principal motivo desse rebaixamento está escrito no relatório, que é justamente objeto da nossa audiência pública, que são os investimentos dos bancos oficiais, especialmente Caixa Econômica e BNDES.

O que fazer diante desse impasse? Estamos precisando de muitos investimentos na infraestrutura, na logística para complementar essa ausência de investimento de poupança interna e, ao mesmo tempo, nós fomos rebaixados por esse excesso de empréstimo, segundo essa agência, a expansão parafiscal, é assim o termo que está colocado.

Como nós vamos contornar isso? Como o BNDES e a Caixa Econômica pretendem contornar? Nós sabemos da importância dos programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida, da logística do País, não existe nada mais importante que isso, apesar de que as concessões voltaram a ser feitas neste Governo e elas estão em andamento, mas a maioria das empresas, por outro lado, também é financiada pelo BNDES. Apesar de serem privadas, vão devolver os recursos, financiamento, mas existe uma dúvida e uma preocupação que precisa ser respondida.

Terceiro ponto, Sr. Presidente, é um assunto de que já tratamos pessoalmente no BNDES no Rio de Janeiro, que é a necessidade de financiamento – que essas empresas de análise não ouçam essa proposta aqui agora –, o financiamento de capital de giro para as médias agroindústrias do País. De vez em quando estamos vendo empresas de frango serem vendidas em Santa Catarina, que podem não ser empresas nacionais, mas são empresas regionais da maior importância e estão sendo repassadas e engolidas pelas grandes empresas, que têm uma facilidade de capital de giro maior e são empresas que têm um bom sangue, que têm um bom estômago, que têm uma boa saúde. Esse capital de giro normalmente vem apenas associado ao financiamento inicial, quando vai construir a fábrica vem o investimento e um capital de giro. Depois, os próximos capitais de giro que puderem vir vêm com um juro muito alto, um juro exorbitante e elas não conseguem sobreviver.

Há diversidade para um país gigante como o nosso, que, como os outros países gigantes na produção de alimentos, já está na mão de 14 empresas mundiais que fazem o que querem com a agropecuária do mundo, nós gostaríamos de valorizar e fortalecer as empresas regionais do Brasil de frango, de porco, de carne bovina, do café, do cacau, do leite, dos laticínios... Então, precisamos encontrar um caminho – BNDES, Banco do Brasil – para fortalecer as médias agroindústrias do Brasil em termos de capital de giro, não estou falando de investimento.

Por último, acho que seria um passo bastante importante e amadurecido do nosso Brasil se tivéssemos regras mais rígidas do BNDES, exigências mais rígidas no que diz respeito à condição de inovação e tecnologia que as empresas deverão forçadamente ter para tomar recursos do BNDES.

O que eu quero dizer com isso? Se não há inovação, se não há tecnologia, nós podemos estar jogando no ralo dinheiro de empresas que não são competitivas, de empresas que estão amassando o barro e que não estão procurando se modernizar.

Quero aqui ressaltar, mais uma vez, o agronegócio brasileiro, que realmente vem fazendo a diferença, justamente pela aplicação sistemática durante anos em inovação e tecnologia.

Isso não é o normal da indústria brasileira, mas temos setores não competitivos, que sabem que não são competitivos, que estão usando esses recursos e não estão buscando ou estão com dificuldades, vamos assim dizer, de buscar essa inovação.

Acho que esse critério deveria ser incluído no que diz respeito à aplicação de parte desses recursos à inovação, para que essas empresas possam se modernizar e dar um retorno interno maior ainda para os brasileiros e para toda a sociedade.

Muito obrigada, Luciano.

Registro aqui o nosso trabalho. Estamos incentivando, Presidente Luiz Henrique, que casas de carnes, churrascarias brasileiras possam ir para a China para mostrar aos chineses qual é a *performance* do nosso churrasco. Fazer com que eles aprendam a delícia da nossa culinária, justamente para que possamos aproveitar esse grande consumo de carne, já que a classe média chinesa está crescendo, mais de 500 milhões de chineses, mais de 300 que estão vindo do campo para a cidade, e nós não podemos perder isso para a Austrália totalmente. Precisamos estar lá, e o Presidente Luciano Coutinho tem dado toda a atenção a essas empresas para se instalarem na China como vitrines da carne brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço à ilustre Senadora Kátia Abreu.

Antes de passar a palavra ao Presidente do BNDES, Prof. Luciano Coutinho, para os seus últimos comentários, dentro de um compromisso firmado aqui pelo Presidente Lindbergh Farias e de acordo com a resolução que aprovamos do Senado, de autoria do hoje Governador Raimundo Colombo, de que fui relator, o de garantir a participação popular no processo legislativo como um todo, vou ler aqui algumas perguntas formuladas por internautas.

A primeira, vinda da Conectas Direitos Humanos: "Como tem sido a relação do BNDES com o BID, com o Estado peruano e com a Odebrecht, no projeto Chaglla, no Peru, uma vez que o BID aplica salvaguardas e políticas de transparência e acesso à informação nos projetos que financia? O BNDES tem se adequado a essas políticas?"

Do internauta Fernando Tavares Correia: Qual a visão do Governo brasileiro em financiar quase que integralmente a matriz energética da Argentina? Qual a exposição atual do BNDES com esse país?"

Do cidadão Arthur de Freitas Silva: "Na cidade de Rio Verde, Goiás, várias empresas utilizam linha de crédito do BNDES para financiamento de bens de capital e ampliação da infraestrutura institucional. É relevante lembrar que em 2013 grande parte das empresas que solicitaram Finame são médias e pequenas."

Ainda da Conectas Direitos Humanos: Qual o propósito da abertura de escritório do BNDES em Joanesburgo e quais os tipos de financiamento que serão prioritários para o banco na África?"

Finalmente, do cidadão Wudson ***Paschoalino***: "Qual o montante de dinheiro desembolsado pelo BNDES para projetos de construção de arenas que receberão os jogos da Copa do Mundo em 2014? Qual arena recebeu mais recursos? Qual o critério usado para escolha dos projetos? Qual grau de risco de financiamentos e quais as garantias exigidas?"

As demais perguntas oferecidas por internautas já foram objeto de resposta e explicações por parte do Sr. Presidente do BNDES.

Por último, quero dar o meu testemunho. Eu tenho aqui ao meu lado um dos mais exemplares cidadãos brasileiros. Além de cidadão de grande cultura, de uma formação rara no nosso País, o Professor Luciano Coutinho é cidadão brasileiro da mais alta idoneidade.

Quando Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, tive a sorte de contar com a sua colaboração como Secretário Executivo do Ministério. E foi na parceria com ele, com o hoje Ministro Celso Amorim e com o Professor Milton Seligman e outros tantos que o Brasil ganhou finalmente uma política de desenvolvimento científico e tecnológico.

Concedo a palavra para as suas apreciações finais ao Prof. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Agradeço, Senador.

Responderei pela ordem as perguntas. Quero primeiro agradecer o Senador Jorge Viana pelas suas considerações esclarecedoras. V. Exª fez uma pergunta voltada para o futuro, sobre como eu enxergo os desafios do País e os desafios do BNDES. E eu gostaria de responder que um dos desafios mais importantes não é agigantar ou aumentar o BNDES, mas é aquilo que eu mencionei – criarmos o suporte de um sistema de poupança de longo prazo no País que permita desenvolver um sistema de financiamento privado parceiro e complementar no BNDES.

Isso não se fará da noite para o dia, mas é um processo factível, possível, e nós temos que trabalhar, porque não há razão para que a poupança brasileira continue toda estacionada em instrumentos e ativos de muito curto prazo. Então, creio que aqui há uma grande agenda.

Também imagino que o BNDES seja uma instituição de alta qualidade, e eu quero aqui reconhecer a excelência dos seus quadros técnicos e da sua capacidade de formulação. Mas, num sistema democrático, um

banco de desenvolvimento precisa reconhecer o fato de que as grandes políticas dependem de um mandato popular, de um Congresso Nacional, de uma legitimação pela sociedade.

Portanto, o banco é uma ferramenta relevante, deve ajudar na formulação, mas ele precisa estar sintonizado à política de desenvolvimento do País, que é um conjunto que reúne o mandato popular dado ao Chefe do Executivo, dado ao Congresso Nacional e dado a várias outras instituições da sociedade brasileira.

Eu posso dizer que existem desafios muito grandes que são consensuais no País. E, para eles, estamos trabalhando. São desafios, e o BNDES sintoniza o Governo e as suas prioridades.

Quero dizer que um grande desafio é, sem dúvida nenhuma, aumentar a poupança e o investimento sob proporção do PIB. O Brasil precisa investir mais, e esta é a única maneira compatível com a estabilidade, porque mais investimento cria mais oferta. Ela gera forças deflacionárias no médio e no longo prazo e, ao mesmo tempo, cria eficiência e produtividade para a economia como um todo.

Então, aumentar o investimento é um grande objetivo. E, dentro dele, eu vejo que hoje a prioridade em infraestrutura é uma prioridade inquestionável. Notadamente, a prioridade é a logística, além da energia e das outras prioridades do País.

Creio também que há pouca dúvida de que o apoio à competitividade e à revitalização da nossa indústria através da inovação é outra grande prioridade que o País deveria buscar, olhando inclusive o quadro de concorrência internacional e dos nossos países concorrentes, tanto países em desenvolvimento quanto países desenvolvidos.

Finalmente, creio que há outra dimensão inescapável, preciosa e talvez tão importante quanto as outras duas ou mais importante que as outras duas. É que um banco de desenvolvimento como o BNDES não pode estar senão sintonizado ao grande objetivo de inclusão social, mais igualdade ou menor desigualdade de distribuição de renda e mais sustentabilidade em todos os processos no País.

Esses são grandes objetivos do nosso planejamento corporativo tal como ele está hoje e eu os vejo como grande desafio para o futuro dentro dessa concepção democrática do processo de definição de projetos nacionais de desenvolvimento. O que é que nós queremos para o nosso País? Essa é uma resposta que o País precisa dar através de seus mecanismos democráticos e o seu banco de desenvolvimento precisa responder essas questões e tem condições de responder e de trabalhar nessa direção.

O Senador Armando Monteiro, a quem quero agradecer também, fez uma pergunta talvez das mais difíceis, que é o reconhecimento do *gap* entre poupança doméstica e investimento no País. Pelo critério IBGE, esse *gap* chega hoje a 3,6%; pelo critério Banco Central, chega perto de 4,5%. Então, depende do critério, mas o que interessa é que é um *gap,* já é suficientemente grande e não é sensato que continue crescendo porque isso representaria um aumento vulnerabilizante da nossa capacidade de crescer por um déficit em conta corrente crescente. Portanto, é imperiosa a agenda de mais poupança doméstica.

Acredito que a poupança doméstica, a poupança nos países, a poupança tem três grandes componentes, como V. Exª mencionou. A primeira é a poupança do setor privado. Ora, em geral, na maioria das economias, o setor privado, na forma de lucros retidos ou recursos próprios do sistema empresarial privado ou semiprivado público, responde por metade da poupança nacional. Isso significa que mais lucro, o número um..., precisamos ter mais lucro porque lucro reinvestido é poupança nacional. Isso significa olhar no tratamento; talvez, isso remeta ao grande desafio de racionalizar a estrutura tributária brasileira, um desafio muito difícil, que não é de um ou de outro. Então, é um desafio relevante.

Creio que, dentro da distribuição de carga tributária, a indústria, pelas cadeias produtivas mais longas, pelos sistemas às vezes de não desoneração de certas cascatas tributárias, talvez a indústria seja a mais relativamente carregada, e nós precisamos de fato pensar como aperfeiçoar o nosso sistema tributário. Esse é um grande... E o outro é reconhecer que o lucro é uma grande mola propulsora do desenvolvimento na medida em que ele é a fonte principal de recursos para o próprio processo de investimento e ele, portanto, precisa ser olhado dessa forma.

Segundo, a poupança familiar, na qual incluo a poupança institucional organizada. O Brasil tem um sistema que vem se desenvolvendo de várias formas de poupança; a poupança familiar brasileira está estruturada em vários instrumentos. Uma parte deles está institucionalizado e responde ao objetivo de longo prazo, como é o sistema de fundos de pensão, fundos de seguro e determinadas formas de seguro poupança, que tem uma visão de longo prazo.

Eu advogo que essas formas de poupança devem ser mais reforçadas de vários pontos de vista, mas há outro pedaço da poupança familiar brasileira que está estacionado, como eu disse, em instrumentos de muito curto prazo e que tudo que pudermos fazer para criar as condições de migração dessa base de poupança vai resultar num estoque de poupança não utilizado hoje e que pode migrar para dar suporte a operações de crédito e financiamento de longo prazo. Então, essa é uma segunda peça relevante.

Terceiro, é que é de fato uma agenda de alto interesse público melhorar a poupança pública em todos os níveis. Quanto mais eficiente for o sistema público no sentido dos seus gastos correntes e mais habilitado a financiar investimentos, melhor a composição da poupança.

Eu creio que não há mágica senão enfrentar essas questões. Isso requer uma reflexão sobre uma agenda de longo prazo para o desenvolvimento do País e ela deve ser objeto, de fato, de uma discussão pública de alto e relevante interesse para o futuro do nosso País.

Quero ainda, Senadora Kátia, agradecer-lhe todas as questões. Tenho total concordância com o compromisso com a transparência e com a abertura e a isenção no tratamento a todos. No que diz respeito ao nosso BNDES, temos praticado isso. Em relação ao porto, V. Exª fez uma observação muito sábia. Nós ainda não recebemos nenhuma consulta e eu não saberia responder à sua questão, mas o que eu posso lhe assegurar é que qualquer projeto apresentado ao banco passa por uma análise técnica em relação a sua consistência. Essa é uma questão que terá que ser respondida em relação à viabilidade econômico-financeira de qualquer projeto.

Eu creio que a escala do porto terá que ser modulada em relação a sua capacidade de carga, senão será um investimento de retorno negativo. Então, V. Exª, que conhece tão bem a vida econômica, sabe que não poderá ser diferente disso.

V. Exª também fez uma pergunta similar à do Senador Armando Monteiro – e eu creio que respondi – no sentido de como o BNDES poderá, em face das necessidades de investimentos do País, e eu tenho dito que nós temos buscado moderar a escala da nossa atuação, sem prejudicar o investimento. Já adotamos neste ano uma nova política operacional que poupa recursos em TJLP e busca administrar de maneira criteriosa, dando para as infraestruturas, para inovação e para inclusão produtiva para as empresas de baixa renda, para regiões mais pobres as condições melhores, graduando o uso da TJLP e utilizando para outras prioridades mais moeda de mercado, mais moedas que o BNDES busca no mercado. É claro que o custo médio fica um pouco mais alto, mas o que nós queremos é que, apesar disso, o investimento continue crescendo. Este é o nosso grande desafio operacional neste ano: é estar sintonizado com as orientações da nossa Presidenta e do nosso Ministro da Fazenda, cumprindo e ajudando a dar consistência à política fiscal. Nós já estamos praticando essa política. Essa política já está operacionalmente efetiva desde o início deste ano.

V. Exª também fez uma observação absolutamente válida sobre a questão do reforço e da atenção para com as médias empresas do agronegócio. Nós acreditamos que as médias empresas só ficam no sanduíche, porque elas nem sempre têm acesso aos programas de crédito dos pequenos. Muitas vezes, esperamos que elas possam ser supridas pelo sistema bancário. Creio que nós precisamos dar atenção.

Nós temos, na nossa missão, uma dificuldade com relação à capital de giro. Nós já conversamos a respeito. O BNDES é um banco fundamentalmente de apoio ao investimento e à formação de capital e, quando ele aumenta a capacidade de investimento da empresa, ele aumenta junto o capital de giro, porque uma empresa maior precisa de mais giro.

Mas o fornecimento de giro puro para as empresas sempre foi uma recomendação que nós nos levamos a abster desse processo, porque nós estaríamos entrando em competição direta com o sistema bancário. Entretanto, acho que essa é uma agenda válida. Em momentos de falha de mercado ou de estresse, eu acho que essa é uma agenda que deve ser revisitada, talvez, de preferência, não através do BNDES, mas, através de outros mecanismos. Mas eu quero acolher sua preocupação e dizer que é uma preocupação mais do que válida, uma preocupação urgente, que deve ser endereçada com atenção.

Quero agradecer, Senadora.

Finalmente, Senador Luiz Henrique, quero agradecer suas palavras.

Aqui há várias questões que eu gostaria de esclarecer rapidamente.

Mas eu queria dizer a todos, que fizeram por internet, à Conectas Direitos Humanos, que nós estaremos à disposição para nos reunirmos pessoalmente com os senhores.

Quero dizer, primeiro, aqui, em relação ao projeto Chaglla, no Peru, que ele é um projeto privado, um projeto executado por uma grande construtora brasileira, que é a Odebrecht, e que nós temos trabalhado junto, é um cofinanciamento, nós trabalhamos em conjunto com o Banco Interamericano. Ele é um projeto que busca cumprir todas as salvaguardas ambientais e sociais, e nós temos um profundo compromisso com essas salvaguardas. E nós gostaríamos de ouvir, se os senhores têm alguma preocupação ou observação a respeito – nós gostaríamos de ouvir.

A questão também sobre financiamentos na Argentina, a Argentina tem uma carteira, uma exposição de cerca de US$ bi; o Brasil tem um apoio importante à Argentina na área energética, mas é dentro da mesma linha de exportação de serviços. Nós não estamos transferindo dinheiro para a Argentina, nós apoiamos a exportação brasileira de serviços, de equipamentos para a Argentina.

Há uma pergunta aqui também do Arthur Freitas, de Rio Verde, a respeito da questão da Finame: eu quero reconhecer que, de fato, boa parte, grande parte da Finame serve às pequenas empresas, e eu vejo aqui seu reconhecimento.

Finalmente, a pergunta sobre, as duas últimas perguntas: o escritório de Joanesburgo é um escritório que visa a aumentar e facilitar o relacionamento do BNDES na África, buscando estreitar o relacionamento com os bancos africanos, com os bancos multilaterais e regionais africanos, de tal maneira que, no futuro, a exportação de serviços de engenharia e construção do Brasil possa ser operacionalizada com mais eficiência através de representantes e parceiros, seja com bancos multilaterais, seja com outros bancos. Então, ele tem um sentido estratégico de marcar também a nossa presença no continente africano, onde temos um *market share* muito pequeno nesses serviços, como eu mostrei.

A última questão, relativa às arenas, nós poderemos explicar também detalhadamente. Os recursos, nós estabelecemos um teto, um máximo tecnicamente estabelecido por arena, digamos assim, as condições básicas FIFA; dentro desse orçamento, um teto máximo de R$400 milhões; nem todo esse recurso foi usado; uma parte desses recursos foi repassada através de outros bancos; uma parte desses recursos foi através de PPPs.

Eu terei muito prazer em esclarecer ao Sr. Wudson ***Paschoalino***, por internet, detalhadamente, até porque essa informação é pública. Nós fomos auditados de maneira muito próxima, intensa, tanto pela CGU quanto pelo TCU, no que diz respeito à regularidade, à consistência dos financiamentos a todo o processo da Copa, especialmente as arenas. Nós teremos muito prazer em lhe esclarecer.

Eu agradeço a todos os Senadores...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Agradeço a todos. Agradeço aqui ao Senador Inácio...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu quero também fazer um agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, eu concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, brevemente, porque a hora já não permite mais, eu queria fazer um agradecimento ao Presidente do BNDES, que destacou a sua assessora Helena Maria Martins Lastres para acompanhar uma importante reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional em Recife, onde estivemos presentes eu, o Senador Armando e outros Senadores, especialmente do Nordeste brasileiro, discutindo a questão do desenvolvimento regional e das expectativas sobre o desenvolvimento regional.

Há muita cobrança do Nordeste em relação ao BNDES para que a gente possa aportar mais recursos no Nordeste. É evidente que é uma questão que exige também um preparo e um trabalho grande na nossa região. É mais ou menos o seguinte: o BNDES não se nega, mas precisa ter os projetos adequados e bem resolvidos. Acho que isso é muito importante.

Queria agradecer também a presença do Paulo Guimarães, que é o Chefe do Departamento do Nordeste. Os dois fizeram exposição e foram muito bem recebidos. Houve uma sabatina, um bom debate lá em Recife. Foi muito frutífera a nossa reunião com a Sudene, mostrando que ela deve ter um outro papel, e o BNDES pode, sim, contribuir muito com a nossa região.

Também quero fazer o registro de que o debate aqui foi muito positivo, Luciano, e as respostas. Eu acompanhei a primeira bateria, mas fui obrigado a me ausentar para outra comissão. Voltei correndo pelo menos para fazer este agradecimento a você, mostrar que esse trabalho do BNDES em relação à questão externa faz parte também do posicionamento do Brasil, que continua a ser um país superavitário na região. Nós precisamos estimular os países vizinhos a trabalhar mais com o Brasil, a vender mais para o Brasil. O Brasil tem que comprar mais desses países. Então acho que é boa, é positiva a política que nós estamos fazendo. E o BNDES, digamos assim, é esse instrumento.

Uma questão que está pendente, que não é diretamente uma questão do BNDES, Luciano, mas é uma questão que nós temos que tratar no Brasil, são as condições favoráveis que existem neste País para aumentarmos a nossa taxa de investimento. O Banco joga um grande papel nisso, pode jogar mais, pode ser um instrumento ainda mais poderoso para alcançarmos taxas bem maiores, como é a nossa necessidade, e estarmos mais preparados para essa realidade. Veja que hoje, com taxas de investimento ainda pequenas, nós chegamos a uma situação de pleno emprego. Ter empresas em condições de disputar essa nova realidade também é uma questão de preparo.

Veja que o Brasil se manteve como o quarto maior comprador de automóveis do mundo, mas não tem um carro brasileiro. Todos os carros continuam sendo montados no Brasil. Não tem um motor brasileiro ainda nem uma indústria brasileira capaz de oferecer esse carro para o mundo, apesar de a universidade tê-lo desenvolvido. Unicamp, UFC e outras universidades brasileiras já desenvolveram tecnologia nessa área. Nós continuamos sendo importadores de equipamentos na área eólica e também na área solar. Então precisamos ver como tratamos as nossas empresas, se encubamos a empresa, se não pode haver problema político e ide-

ológico em alguns setores. Encubar nas universidades e garantir que as nossas empresas possam deslanchar também em áreas das quais estamos comprando. Quer dizer, estamos fazendo o esforço de vender serviços em uma área e, por outro lado, nós estamos comprando montanhas, o que mexe com a nossa balança comercial.

Então eu queria cumprimentá-lo e agradecer em nome da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional o empenho do BNDES nos debates que realizamos em Recife. Eles são muito importantes para nós.

Sei que V. Exª vai estar numa mesa de debates com a Bancada do Nordeste no dia 9. Infelizmente estarei fora do País, numa missão sobre a questão urbana e da nossa região sul-americana, mas gostaria de agradecer esta oportunidade que tivemos de estar com o BNDES lá em Recife.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Inácio Arruda.

Consulto o Senador Humberto Costa, que também estava atendendo a outra Comissão, e estava inscrito, se...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – *(Fora do microfone)*... reunião da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então agradeço a V. Exª.

Não sei se o Presidente quer fazer comentários ainda a respeito da colocação feita pelo Senador Inácio Arruda.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Muito brevemente, quero dizer ao Senador do meu empenho. Trabalhar pelo Nordeste é algo que faz parte até da minha natureza como nordestino. Há o tempo todo empenho.

Não pude participar dessa reunião, porque a data foi mudada. Na data original eu me desloquei para lá e a reunião foi mudada. Como foi feita em outra data, eu tinha uma incompatibilidade séria de agenda, não pude comparecer, mas mandei pessoal qualificado. Tenho inteiro e enorme interesse em aprofundar essa agenda, que é uma agenda também da comissão legislativa. Estou à disposição para aprofundar.

Então, estou inteiramente convergente com essa percepção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradecendo ao Prof. Luciano Coutinho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de encerrar os trabalhos, comunico – e é muito importante essa comunicação – que na próxima quinta-feira, dia 27 de março, às 14h30 será realizada audiência pública com a presença do Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial de Comércio, que vai nos oferecer informações preciosas sobre os avanços obtidos da Conferência de Bali.

Nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a disponibilidade do Prof. Luciano Coutinho e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Wellington Dias, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e das Senadoras Angela Portela, Ana Rita e Ana Amélia. Justificaram ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2012 – Complementar – Não Terminativo. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei nº 340, de 2012-COMPLEMENTAR. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 7, de 2014-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim, de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2012-Complementar. A matéria fica sobrestada, nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Au-

diência Pública em data oportuna. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, de 2013 – Não Terminativo. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências, para fixar o piso nacional de salário do Administrador. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Casildo Maldaner. Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2013 – Não Terminativo. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar as operações de crédito consignado do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2013, com a Emenda que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Casildo Maldaner. Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013 – Não Terminativo. **Autoria:** Senador Aécio Neves. Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2011 – Terminativo. **Autoria:** Senador Ivo Cassol. Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011, e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2012 – Terminativo. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador José Pimentel, que lê o Relatório em substituição ao Senador Sérgio Petecão. Retirado de Pauta a pedido do Relator "ad hoc" para reexame do Relatório. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2013 – Terminativo. **Autoria:** Senador Mário Couto. Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora. EXTRAPAUTA – ITEM 8. REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, de 2014. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg e outros. Requeiro, nos termos regimentais, sejam designados dia e hora desimpedidos dessa Comissão de Assuntos Sociais para realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 340 de 2012 que "acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências". Para tanto, sugiro os seguintes convidados: 1. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Augusto César Leite de Carvalho; 2. Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; 3. Representante das Centrais Sindicais. Resultado: Aprovado. ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Em aditamento ao Requerimento nº 1, de 2014-CAS, de minha autoria, que dispõe sobre a realização de audiência pública para tratar sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no país, requeiro seja incluído o nome do Sr. Carlos Augusto Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre a Política Nacional de Antídotos. Para tanto sugiro sejam convidados: – Representante do Ministério da Saúde – Representante da Anvisa; – Prof. Dra. Solange Cristina Garcia – Professora de Toxicologia da Universidade Federal do Rio Grande

do Sul (UFRGS) – Prof. Dr. Fábio Bucaretchi – Centro de Informações e Assistências Toxicológicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); – Prof. Dra. Marlene Zannin – Centro de Informações Toxicológicas da Universidade de Santa Catarina (UFSC); – Sr. Daniel Junqueira Dorta – Presidente da Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTOx). Resultado: Aprovado. ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, de 2014. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. Requeiro nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS para debater sobre questões relacionadas à doença de Huntington. Para tanto, solicito que sejam convidados (as) para oradores (as): José Eduardo Fogolin Passos – Coordenador Geral de Média e Alta Complexidade – Ministério da Saúde; Antônio Lopes Monteiro – Representante da Associação Brasil Huntington – ABH; Pedro Brandão – Médico – Neurologista; Edilia Miranda Paz – Vice Presidente da UPADH – União dos Parentes e Amigos dos doentes de Huntington; Erica Kokay – Deputada Federal; Representante do Ministério da Previdência Social. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Paulo Davim, Jayme Campos, José Pimentel, Cyro Miranda, a Senadora Ana Amélia, e o Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de sete itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo quatro não terminativos e três terminativos.

Eu tenho na mesa, por escrito, requerimento da Senadora Lúcia Vânia pedindo a retirada de pauta, na condição de relatora, para reexame, do item 4 e do item 7.

Regimentalmente, a Presidência tem de conceder, de ofício, a retirada de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013.

Observações: – *Em 19.02.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.*

– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2013
– Terminativo -

Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: – *Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.*
– Votação nominal.)

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2012
– Não terminativo -

Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado durante a relação de emprego, e dá outras providências.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2012 – Complementar.
Observações: – Em 19.02.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede vista ao Senador Paulo Paim nos termos regimentais.
– Votação simbólica.

Eu consulto o Senador Paulo Paim se há alguma manifestação decorrente do seu pedido de vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu pedi vista desse projeto porque trata de mudança na CLT, e conversando inclusive com o Senador Rodrigo Rollemberg, já que o projeto é do Senador Valadares, do seu Partido, ele achou por bem que fizéssemos uma audiência pública.

Eu acatei esse encaminhamento e foram colocados o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Augusto César Leite de Carvalho, e um representante da CNI.

Eu estou colocando um terceiro que seja representante – e eu acordo com eles – das centrais sindicais. Ficariam três convidados. Isso eu combino com as centrais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Presidência vai aproveitar para já aprovar o requerimento do Senador Paulo Paim, nesta audiência:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, sejam designados dia e hora desimpedidos dessa Comissão de Assuntos Sociais para realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 340, de 2012, que "acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências". Para tanto, sugiro os seguintes convidados: 1. Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Augusto César Leite de Carvalho; 2. Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); 3. Representante das Centrais Sindicais.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o requerimento, se assim desejar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, já está muito bem explicado por V. Exª. Esse é o objetivo do requerimento. Uma iniciativa do Senador Valadares, no meu entendimento, positiva, mas como há controvérsia sobre a análise final, achamos por bem ouvir as partes envolvidas. Nada melhor do que um representante dos trabalhadores, dos empregadores e do próprio Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria, objeto de análise, fica sobrestada, nos termos do art. 335 do Regimento, aguardando a realização de audiência pública em data oportuna.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Como V. Exª falou em requerimento, existem requerimentos pautados, e eu queria saber se serão feitas as leituras e a aprovação após essas matérias?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Após as matérias.

Eu vou pedir a Senadora Ana Amélia que relate o item 2 da pauta. (*Pausa.*)

O Senador Casildo está a caminho, mas eu acho que já aguardei…

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vamos adiantar, vamos adiantar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências, para fixar o piso nacional de salário do Administrador.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa.

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou direto à análise, ainda reduzindo as questões regimentais relacionadas à competência.

A matéria diz respeito à fixação de piso salarial profissional, no caso o dos administradores (ou técnicos de administração). Em sua justificação, o autor se refere à solicitação de entidades de classe daquela categoria no sentido de se garantir piso salarial a seus integrantes.

Argumentam e se referem, igualmente, ao piso salarial de engenheiros, arquitetos, agrônomos, químicos e médicos veterinários, que adotam como paradigmas.

Em que pese a boa intenção do eminente autor, entendemos que o projeto não deve prosperar. O estabelecimento de piso salarial para categoria, em nível nacional, apresenta grandes dificuldades materiais de implantação.

Um dos motivos é que esse procedimento ignora a realidade de que o mercado de trabalho deve se fundamentar, em princípio, na liberdade de contratação. Isso tem como correlato a relativa flutuação dos salários em função da oferta e demanda de empregos e de trabalhadores para ocupá-los.

Ora, o estabelecimento de um piso nacional de salário teria por corolário, na prática, um excessivo enrijecimento dessa dinâmica de mercado. Não se pode, é claro, se afastar o estabelecimento de um piso salarial para uma determinada categoria, mas ele deve ser adotado não por lei, mas pela livre negociação coletiva entre entidades representativas dos trabalhadores e de empregadores.

Apenas essa forma de adoção de piso possui a necessária flexibilidade para que o patamar salarial mínimo observe tanto as condições do mercado de trabalho quanto as peculiaridades regionais. Assim, em condições de grande demanda de trabalhadores, o piso será elevado, ao passo que, em condições de excesso de oferta de empregados, ele tenderá a estacionar.

Além disso, o reajustamento automático do valor do piso consiste em gatilho salarial, cuja adoção deve ser rechaçada em virtude das negativas associações que esse mecanismo possui com o processo hiperinflacionário vivido pelo Brasil em tempos ainda recentes.

Deve ser ressaltado, ainda, que o piso salarial dos engenheiros e demais categorias estabelecido na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, encontra-se em situação de incerteza jurídica, já tendo sido considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em razão de sua vinculação ao salário mínimo.

Além disso, o estabelecimento de exceção às pequenas e médias empresas evidencia outra das dificuldades de aplicação do projeto, uma vez que a Constituição não alberga a possibilidade de distinção legal entre trabalhadores em razão, unicamente, do tamanho ou faturamento de seus empregadores. Os direitos atribuídos por Lei a uma categoria devem ser estendidos, em princípio, a todos os seus componentes, o que, no caso, poderia representar um peso excessivo para essas empresas.

Finalmente a fixação de pisos salariais foi delegada aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos do que dispõe o art. 1º da Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, *verbis*:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Assim, desde 2000, o Congresso Nacional não tem mais estabelecido piso salarial mediante lei, uma vez que esta competência foi delegada às Assembleias Legislativas Estaduais e à Câmara Legislativa do Distrito Federal, que podem melhor parametrizar os efeitos econômicos e sociais desta decisão.

Voto.

Do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013.

Esse é o voto que faço como Relatora *ad hoc* do relatório do Senador Casildo Maldaner, com muita honra, como delegado por V. Exª, Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero agradecer à Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*.

Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em primeiro lugar, quero agradecer a Senadora Ana Amélia por ter sido Relatora *ad hoc*.

Eu já havia conversado com o Senador Casildo Maldaner. Aceito todos os argumentos. Acho que tem razão. É um projeto que tinha uma intenção, mas, com esse arrazoado, fica realmente prejudicado.

Até por economia processual, como não é terminativo nesta Comissão, eu vou, posteriormente, retirá-lo para que não tenham trabalho, porque ele vai receber a rejeição das outras Comissões e não vamos insistir numa coisa que não é possível e ficar aumentando a pauta das outras Comissões.

Portanto, agradeço à Senadora Ana Amélia e ao Senador Casildo Maldaner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Cyro Miranda, é importante essa colocação. Quer dizer, retirar o projeto, quando realmente o autor se convence disso, é importante, até porque diminui mesmo o número de trabalho, de projetos que tramitam.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria também aduzir os cumprimentos ao Senador Cyro Miranda, que confirma a visão de pragmatismo, de racionalidade e de inteligência. Ele atendeu politicamente a uma demanda de uma categoria, fez o seu dever, fez o dever de casa, levando adiante a demanda recebida da categoria que está fazendo o pleito, que são os administradores. Mas diante da argumentação e da fundamentação nas questões legais e nas questões da própria economia brasileira de que são aspectos diferentes da lei, mas são relevantes igualmente, penso que é uma atitude que não se esperaria diferente, partindo do Senador Cyro Miranda.

Como Relatora *ad hoc*, agora tomei conhecimento da matéria.

O que S. Exª disse é o que consubstancia uma atitude inteligente e responsável.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório que é pela rejeição do projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Eu pediria à nossa assessoria que pudesse conversar com o Senador Cyro Miranda no sentido de que esse projeto não precise ir até a CAE, porque ele mesmo está manifestando o desejo de retirá-lo.

Item 3 da pauta, também não terminativo.

Eu pediria ao Senador Humberto Costa para ser Relator *ad hoc*.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar as operações de crédito consignado do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2013, com a Emenda que apresenta.
Observações: – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa.
– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vem a esta Comissão Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2013, do Senador Paulo Paim, cujo objetivo é isentar o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) das operações de crédito consignado previstas na legislação.

A proposição é composta por dois artigos. O art. 1º altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários, e dá outras providências, para acrescer-lhe art. 6º-A, contendo a isenção pretendida, que abrangeria operações de crédito com consignação em folha de salário, vencimento, soldo, provento, reforma ou pensão.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, que prevê que a lei passará a vigorar na data da sua publicação.

A justificação do projeto de lei menciona os benefícios alcançados com o crédito consignado em folha, que foi importante para a revitalização da economia durante e logo após a crise financeira internacional e que permanece gerando maior nível de consumo e de renda, bem como maior arrecadação de tributos.

A justificação também cita o fato de que a consignação reduz o risco da operação, resultando em juros relativamente baixos, o que propicia maior acesso dos trabalhadores de baixa renda a bens de consumo. Segundo o autor, os efeitos benéficos do crédito consignado poderiam ser ainda maiores, se fosse afastada a incidência do IOF, que encarece o custo do crédito ao tomador.

Quanto ao montante da renúncia tributária, acompanha o processado a Nota Coget/Coest nº 079/2013, elaborada pela equipe da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que estima os valores em R$2,3 bilhões em 2013, R$2,52 bilhões em 2014 e R$ 2,8 bilhões em 2015.

A proposição foi apresentada no dia 18 de setembro de 2013. Lida, foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à segunda apreciação em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito às relações de trabalho, à seguridade social, à previdência social e outros correlatos. À Comissão de Assuntos Econômicos caberá, na forma do despacho inicial, a apreciação do projeto em caráter terminativo, incluindo os aspectos econômicos, financeiros e fiscais da proposição.

Do ponto de vista social e das relações de trabalho, o projeto é meritório. As camadas sociais beneficiadas são compostas de trabalhadores, aposentados e pensionistas, cujos rendimentos já sofrem tributação na fonte pelo imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e cujas compras são oneradas por diversos tributos indiretos, como o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Serviços (ISS) e as Contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins). Esses grupos, portanto, já contribuem generosamente para financiar o Estado brasileiro.

Ademais, julgamos a queda do custo do crédito oportuna, considerando a situação atual, em que muitas famílias encontram-se endividadas. Qualquer redução de custos, ainda que modesta, será de extrema valia para o trabalhador e o aposentado brasileiro.

No entanto, é necessário assinalar que a redação do art. 1º do PLS contém duas pequenas impropriedades. A primeira consiste em omitir os aposentados do rol dos beneficiários da redução de IOF proposta. Certamente era intenção do autor incluir esse grupo entre os beneficiários. A segunda é incluir na lista o termo "reforma", como se se tratasse de espécie de provento. Sugerimos, ao final, emenda para resolver essas questões.

Voto.

Em vista dos benefícios sociais esperados, opinamos pela aprovação do PLS nº 382, de 2013, nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº ...-CAS

Dê-se ao art. 1° do Projeto de Lei do Senado n° 382, de 2013, a seguinte redação:

Art. 6º-A. É isenta do IOF a operação de crédito condicionada a pagamento mediante consignação em folha de pagamento de salário, vencimento, soldo ou provento de aposentadoria, pensão ou reforma.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o presente relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2013, com a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Vamos ao item 5 da pauta. Temos quórum, é um projeto terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011, e da Emenda nº 1-CAE.

Observações: – Em 26.03.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011, com a Emenda nº 1-CAE.

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para ser o Relator *ad hoc*, já que V. Exª está me pedindo agilidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não, não. Eu estava dizendo que o Senador Roberto Requião desceu (*Fora do microfone.*) o malho nas minhas costas semana passada, no plenário.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É terrível isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Mas relatarei.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – Resta saber se foi merecido ou não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria, antes de fazer o relato da matéria, fazer uma solicitação a V. Exª. Todos nós aqui aquiescemos com a retirada de pauta do item 4. Eu queria apenas pedir a V. Exª que, se fosse possível, quando tivermos esse projeto de volta, ele fosse pré-agendado, que não se colocasse como ponto extrapauta para discussão, já que é um projeto muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, até pela importância e pela discussão já gerada nesta Comissão, a Presidência tem o compromisso de agendar previamente e informar todos os membros desta Comissão. Não entrará como projeto extrapauta, até pela questão do interesse e da polêmica havida aqui.

V. Exª tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu tinha certeza de que não seria outra a posição de V. Exª.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 340, de 2011, de autoria do Senador Ivo Cassol, que "altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde".

O art. 1º da proposição confere nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 3º, bem como à alínea "c" do §1º e ao §4º do art. 5º da referida Lei nº 6.194, de 1974, nos seguintes termos:

– assegura à vítima o reembolso, no valor de até R$2.700,00, de despesas médico-hospitalares e suplementares, desde que devidamente comprovadas e efetuadas em serviço de saúde em caráter privado, vedada a cessão de direitos;

– determina o ressarcimento das despesas de assistência médica e suplementares ao fundo municipal ou estadual de saúde respectivo, quando o atendimento for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS);

– estabelece que a fatura ou outra forma de comprovação legalmente válida de despesas efetuadas com o atendimento médico da vítima, até o limite mencionado anteriormente, fornecida pelo fundo municipal ou estadual de saúde, nos casos em que a vítima tiver sido atendida em serviço próprio, contratado ou conveniado ao SUS, passa a ser documento para pagamento da indenização aos beneficiários;

– dispõe, por fim, que, se houver dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas e suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internação ou tratamento, se houver, fornecido pelo serviço de saúde que prestou o atendimento, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.

O art. 2º do projeto – cláusula de vigência – determina que as alterações legais retromencionadas entrem em vigor 365 dias após a publicação da lei.

O autor da proposta sustenta que o ressarcimento das despesas com o atendimento de vítimas de acidentes de trânsito realizado pelos sistemas públicos de saúde municipal e estadual pode minimizar os graves problemas financeiros enfrentados pelo SUS.

O PLS nº 340, de 2011, foi previamente examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1-CAE. Essa emenda apenas modificou a cláusula de vigência, determinando que a lei originada pelo projeto entre em vigor na data de sua publicação.

A proposição seguiu para esta CAS, onde será objeto de decisão em caráter terminativo.

Análise.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que a matéria conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão.

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) é um seguro de responsabilidade civil, restrito à cobertura de danos pessoais, que todo proprietário de veículo automotor terrestre é obrigado a contratar, independentemente de o veículo contar ou não com um seguro mais abrangente.

Fortes razões de interesse público – entre as quais o aumento significativo dos acidentes de trânsito, combinado com o fato de que a assistência às vítimas ou a suas famílias sempre ficava na dependência de ações judiciais longas e custosas – motivaram a instituição de um seguro nesses moldes, conferindo-lhe caráter eminentemente social.

São princípios básicos do DPVAT:

– as indenizações previstas por morte, por invalidez ou as despesas com assistência médico-hospitalar devem ser pagas independentemente da apuração de culpa e da identificação dos veículos envolvidos no acidente;

– as indenizações são devidas integralmente a cada vítima, independentemente de quantas pessoas tenham sido vitimadas no mesmo acidente;

– a documentação necessária para requerer o pagamento das indenizações limita-se à comprovação do acidente e à qualificação dos interessados.

A arrecadação, a destinação e o repasse dos recursos advindos do pagamento de prêmios do DPVAT seguem os critérios e procedimentos estabelecidos na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e em normas complementares constantes de decretos e resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Ao valor do prêmio cobrado de cada proprietário de veículo automotor arrecadado anualmente, são dadas as seguintes destinações, nos termos do Decreto nº 2.867, de 8 de dezembro de 1998:

– parcela de 45% do valor bruto, ao Fundo Nacional de Saúde, "para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito";

– parcela de 5%, ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), "para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito";

– parcela restante de 50%, ao conjunto de companhias seguradoras que administram o DPVAT, destinada à cobertura dos seguintes itens: despesas com sinistros (assistência médica prestada fora do SUS

e indenizações por morte e invalidez); despesas operacionais; despesas administrativas; outros repasses obrigatórios; e lucro das seguradoras.

Vê-se, portanto, que 45% do valor dos prêmios arrecadados já são transferidos para o SUS – por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS) –, para cobertura dos gastos com o atendimento médico. Nesse sentido, não cabe ressarcimento, pois já houve pagamento antecipado. Ressalte-se que o FNS transfere regularmente recursos para os fundos municipais e estaduais de saúde para aplicação em ações e serviços públicos de saúde, o que inclui o atendimento às vítimas de acidentes de trânsito.

Além disso, essa matéria já foi objeto de manifestação desta Casa quando da apreciação da Medida Provisória (MPV) nº 451, de 2008, convertida na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

A Lei nº 11.945, de 2009, retirou dos hospitais "credenciados junto ao SUS" a possibilidade de serem ressarcidos por gastos com atendimento a vítimas de acidentes de trânsito. Até a edição da MPV nº 451, de 2008, aqueles estabelecimentos conseguiam, por meio de procuração assinada pelo paciente, requisitar ressarcimento pelo atendimento prestado ao consórcio de operadoras do seguro.

A determinação atual – aprovada pelo Congresso Nacional – baseia-se no pressuposto de que o pagamento das despesas da assistência médica e suplementar (DAMS) prestada pelo SUS deve ser feita exclusivamente com os recursos repassados pelo sistema DPVAT ao FNS. Caso contrário, estaria configurado duplo pagamento.

Ademais, nos anos anteriores à edição da Lei nº 11.945, de 2009, houve crescimento elevado do número de pedidos de ressarcimento de DAMS, com o agravante de que 85% desses pedidos não eram feitos pelos beneficiários do DPVAT, mas pelos hospitais que os atenderam. Assim, em vez de apresentarem suas faturas ao SUS – com o qual mantinham convênio ou contrato –, os serviços preferiam requerer a indenização diretamente ao consórcio de seguradoras que administra o seguro.

O uso de tal artifício foi interpretado como "distorção em relação aos objetivos do seguro". Justamente para acabar com ela, foi estabelecida a vedação legal ao ressarcimento direto ao serviço contratado ou conveniado ao SUS.

Nesse sentido, entendemos que a aprovação do PLS nº 340, de 2011, representaria duplo pagamento ao SUS pelos serviços prestados de atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito. Somos pela rejeição do projeto, portanto.

Outrossim, em virtude da conclusão a que chegamos – pela rejeição da matéria quanto ao mérito, a despeito das nobres razões que motivaram a iniciativa –, sentimo-nos dispensados de manifestação sobre os demais aspectos previstos na competência terminativa desta Comissão.

Lembramos, por derradeiro, que, com a rejeição do projeto, resta prejudicada a Emenda nº 1-CAE.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011, e da Emenda nº 1-CAE.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.

Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Cyro Miranda. E em seguida, o Senador José Pimentel.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu estou convencido do arrazoado, em que pese o alto grau de respeito pela capacidade do Relator Rollemberg.

Mas, se existem já 45% para o Fundo, 5% que vai para o Contran ou Denatran, esses outros 50% seriam para ser pagos. Se todos requeressem, eles teriam pagado, e os outros 50% também ressarcidos ao acidentado. Como há um percentual muito alto de quem não reclama, e o SUS que banca, nada mais justo: já que não vai para o acidentado, que vá para o SUS.

Peço vista porque quero ver se salvo, então, esse projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista concedida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, vista coletiva.

O último item da pauta, e eu, mais uma vez agradeço, porque, mesmo esta semana sendo de dificuldades, nós aqui, na Comissão, graças à determinação dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, sempre conseguimos votar. Isso é que é importante.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2012
– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012, e das duas Emendas que apresenta.
Observações: – Em 12.02.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.
– Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Por favor, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como não foi encerrada a discussão, quero discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, vou nomear o Senador José Pimentel como Relator *ad hoc* e, logo em seguida, já na condição de Relator *ad hoc*, concedo a palavra para discutir a matéria, ou para encaminhar ou o que V. Exª achar necessário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, o parecer foi lido na reunião anterior. Foi pedido vista, e deixamos para continuar a discussão nesta reunião. Portanto, como Relator *ad hoc*, mantenho o parecer já lido. No entanto, tenho divergências acerca dessa matéria, primeiro porque, na previdência pública, temos dois grandes ramos: um, dos trabalhadores contributivos e os empregadores contributivos; dois: temos uma outra parcela, que é o chamado segurado especial, cuja contribuição é eventual, não é obrigatória.

Nesse grupo do segurado especial, em que a contribuição é eventual, estão os agricultores familiares. E aprovamos a Lei nº 11.718, em 2008, definindo o que é o agricultor familiar como o que tem até quatro módulos fiscais de terra e trabalha na sua família, com a sua família – todo ele é beneficiado – e a sua contribuição é um percentual sobre a comercialização da produção. E, quando ele não tem produção, particularmente na Região Nordeste, por conta da seca – estamos há três anos sem safra naquela região – ele não contribui.

O segundo grupo de segurados especiais são os seringueiros, os garimpeiros, que também contribuem com certo percentual durante o período da sua lavra. O exemplo concreto é Serra Pelada, que tivemos uma produção muito alta de minérios naquela região e hoje está totalmente subaproveitado.

Temos aqui também o pescador artesanal, que contribui no período do defeso, no restante do período, não contribui. Temos também os quilombolas e os povos indígenas. Essa redação, nos moldes em que está posta, asseguraria os trabalhadores assalariados (urbanos e rurais) e o contribuinte individual porque ele é contínuo. Mas esse segurado especial ficaria dependendo de recursos do Tesouro e sairia da contribuição, que hoje é solidária. E o princípio previdenciário brasileiro, até o teto do Regime Geral, é o princípio da solidariedade, em que aqueles que estão no mercado de trabalho contribuem para garantir o benefício daquele que ontem estava no mercado de trabalho e que hoje está aposentado. E a geração futura assim procederá.

Esse projeto, nos moldes em que está posto, quebra essa solidariedade.

Por isso, encaminho voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, eu preciso esclarecer. A primeira pergunta que quero fazer é a seguinte... Eu o nomeei Relator *ad hoc*. Na condição de Relator *ad hoc*, V. Exª pode pedir a retirada do projeto para reexame e, quem sabe, até discutir e colocar... Eu acho que isso seria o melhor encaminhamento, até porque nós não teríamos ninguém melhor do que V. Exª para falar sobre essa matéria, uma vez que V. Exª tem uma larga experiência exatamente por ter sido Ministro da Previdência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Acolho a sugestão de V. Exª. Vou retirar o projeto para reestudar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, retirado de pauta, para reexame, pelo Senador José Pimentel, na condição de Relator *ad hoc*.

Por último, requerimento da Senadora Ana Amélia.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, de 2014

Em aditamento ao Requerimento nº 1, de 2014-CAS, de minha autoria, que dispõe sobre a realização de audiência pública para tratar sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no País, requeiro seja incluído o nome do Sr. Carlos Augusto Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.
Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aqui é um aditamento, caro Presidente Waldemir Moka, a um requerimento para tratar do sistema regulatório de pesquisa clínica de medicamentos no País. Eu queria apenas fazer a inclusão do nome do Sr. Carlos Augusto Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

Eu gostaria, Senadores, de aproveitar a oportunidade para dizer, com muita satisfação, Senador Presidente, que nós estamos... Já foi aprovada, por esta Comissão, a realização de uma audiência pública, que já está marcada para o dia 18 de março, para tratar da questão das pesquisas clínicas, das pesquisas com novas drogas, muito importantes não só do ponto de vista científico, mas também para a esperança de muitos pacientes portadores de moléstias que precisam de uma inovação na área medicamentosa.

Eu queria registrar… Penso que seja uma deferência à Comissão de Assuntos Sociais, ao Senado Federal, porque eu recebi a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, o Conep, em meu gabinete, quando eu fiz o requerimento, liderada pelo coordenador do Conep, Dr. Jorge Alves de Almeida Venâncio, pelo Secretário Adjunto do Conep, Dr. Carlos Guedes Lanna, pela Secretária Executiva do Conep, Eline Jonas, pela Coordenadora Adjunta do Conep, Gabriela Marodin, pela Coordenadora Geral de Pesquisas do Ministério da Saúde, Drª Márcia Motta, e pela representante do Conselho Nacional de Saúde, Alessandra Gisele Matias.

Eu penso que essa atitude equivale àquilo que a Anvisa fez com essa Comissão quando, em audiência pública, debatemos a lenalidomida. Foram situações um pouco diferentes, mas, no seu mérito, tiveram a mesma coisa: um respeito do Conep ao trabalho dos Parlamentares.

Então, eu queria fazer este registro, salientando sobretudo a atuação do Dr. Jorge Venâncio, que assumiu há pouco, em relação à redução dos estoques dos protocolos para pesquisa médica. Ele já me apresentou um relatório antecipando, um grande avanço nesses aspectos.

Penso que essa audiência, caro Senador Moka, será de grande valia, porque isso ajuda muito aos médicos pesquisadores, mas, sobretudo, aos pacientes que aguardam a possibilidade de cura com as novas drogas que estão em avaliação.

Então, esse é o motivo de incluir… Até foi sugestão de um dos representantes aqui, o Dr. Carlos Guedes Lanna, a inclusão do nome do Dr. Carlos Augusto Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A audiência pública já está marcada para o dia 18 de março.

Então, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento de inclusão do nome do Sr. Carlos Augusto Gadelha permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um último requerimento, último item da pauta, também da Senadora Ana Amélia.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre a Política Nacional de Antídotos. Para tanto sugiro sejam convidados: – Representante do Ministério da Saúde – Representante da Anvisa; – Prof. Dra. Solange Cristina Garcia – Professora de Toxicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Prof. Dr. Fábio Bucaretchi – Centro de Informações e Assistências Toxicológicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); – Prof. Dra. Marlene Zannin – Centro de Informações Toxicológicas da Universidade de Santa Catarina (UFSC); – Sr. Daniel Junqueira Dorta – Presidente da Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTOx).
Autoria: Senadora Ana Amélia

Senadora Ana Amélia, para encaminhar o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando aconteceu aquela tragédia em Santa Maria e mais de duzentos jovens foram vítimas de um incêndio grave, alguns morreram por intoxicação dos gases que foram exalados do incêndio, gases altamente tóxicos, percebeu-se, através dos especialistas, que nós cuidamos muito da questão toxicológica dos animais peçonhentos – e aí temos o Butantã, que faz um trabalho fantástico –, mas não temos antídotos para os químicos em relação à intoxicação.

Nos Estados Unidos, existe, no *kit* de socorro do Corpo de Bombeiros, a vitamina B12, que parece ser – não sou especialista – um medicamento para neutralizar a intoxicação dos agentes químicos. Uma professora da Universidade Federal de Santa Maria me alertou sobre isso.

O Senador Paulo Paim, pelo que fui informada, tratou, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, de um debate sobre esta matéria. Penso que, aqui, agora, na Comissão que trata de questões de saúde, com as autoridades ligadas a esse assunto, temos que aproveitar a tragédia de Santa Maria para produzir também talvez uma prevenção e um método, uma política nacional de antídotos para a questão toxicológica dos agentes químicos envolvidos, não só a fumaça tóxica, mas outros.

Aqui está o ex-Ministro da Saúde, Humberto Costa, que pode nos auxiliar também em relação a isso, porque, se nós tivéssemos a prevenção, talvez muitas vítimas que morreram intoxicadas pudessem ter recebido esse socorro, ter ministrada essa vitamina B12, para minorar, resolver ou se curar com mais facilidade aqueles que sobreviveram àquela tragédia. Então, essa é a razão de discutir essa política nacional de antídotos em nosso País.

Eu penso que é oportuno e seria uma contribuição também até para evitar novas tragédias como essa, ou, pelo menos, minorar a questão das pessoas que estão contaminadas por agentes químicos.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, na mesma linha da Senadora Ana Amélia, de fato, nós fizemos esse debate na Comissão de Direitos Humanos. Inclusive, eu trouxe os familiares das vítimas, que vieram em uma delegação. E depois desse processo, eu fui a Santa Maria e fiz lá na cidade, a pedido dos familiares das vítimas, uma audiência pública.

Desse processo, resultou a apresentação de um projeto de lei que vai exatamente na linha do que a Senadora Ana Amélia falou. Eu vejo positiva a iniciativa de uma audiência pública aqui também nesta Comissão, até porque, Senadora Ana Amélia, nesse dia, esse próprio projeto que visa a regulamentar essa questão dos antídotos vai ser aproveitar, para que eles deem opinião se o projeto que já apresentei resolve no campo da legislação ou se precisaríamos aperfeiçoá-lo.

Estive lá, inclusive, neste fim de semana, passei a sexta-feira na universidade. A indignação na cidade continua e não poderia ser diferente. Como disse uma mãe lá, não é que nós estejamos só derramando lágrimas; já é um rio de lágrimas que não vai parar enquanto o Poder Público não tomar medidas para que os culpados do acidente respondam pelo que fizeram; e as medidas no sentido de termos um Código Nacional que assegure que nas casas de espetáculos esses fatos não venham mais a acontecer.

E há o projeto de lei que é uma sugestão deles, o qual eu apresentei e que está tramitando na Casa. Aí, neste dia nós aproveitaríamos, Senadora Ana Amélia, para que os nossos convidados pelo seu requerimento possam também falar sobre esse projeto tão importante no combate aos incêndios nas casas de espetáculos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Senadora Ana Amélia, minha querida Senadora, eu gostaria de entender o requerimento de V. Exª. É um requerimento de audiência pública para discutir os antídotos para eventuais intoxicações por incêndio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não só por incêndio, Senador Paulo Davim, todos os agentes químicos, porque nós temos uma política muito eficiente, em que o líder é o Instituto Butantã, em relação aos antídotos para animais peçonhentos. É o escorpião, é a cobra – cobra mata muito também –, é a questão de aranhas e outros insetos. Então nós temos realmente uma política muito eficaz na área dos peçonhentos, mas não temos uma consolidação de atendimento de emergência para antídotos destinados a agentes químicos. É o gás tóxico, produtos tóxicos que sejam inalados ou sejam absorvidos pela boca, líquidos, etc.

Então não existe uma norma, uma regra, uma política para isso, pelo menos foi o que eu recebi de informação de especialistas na área da toxicologia. Inclusive, dou como exemplo esse dos Estados Unidos, em que os bombeiros carregam, em casos de incêndio, no *kit*, uma dose de vitamina B 12 – e eu não sei para que antídoto é isso –, que é aplicada naquela vítima de incêndio para a melhor recuperação ou como antídoto re-

almente para intoxicação mediante esse agente químico, seja fumaça, seja outro tipo de produto químico que cause intoxicação nas pessoas.

Assim, esse é o motivo para debater o assunto de política nacional de antídotos específicos para os agentes químicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, V. Exª está esclarecido?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu acho que é válida a discussão porque existe muita panaceia nessas questões e na hora em que se faz uma audiência pública se esclarece.

Eu me lembro bem que houve um incêndio em São Paulo, no Edifício Joelma, e as vítimas desciam e o Corpo de Bombeiros dava leite, como se o leite fosse um antídoto. Porque, na verdade, a gente sabe que não é isso; isso é uma panaceia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Gente, vamos deixar, porque a audiência pública vai entrar nessa discussão, com certeza.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pois é, mas eu estou dando o exemplo, Sr. Presidente, para reforçar a importância dessa audiência pública, para de uma vez por todas discutirmos o que cabe ou não cabe em uma regulamentação de ação de combate, de antídotos para intoxicação química.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que o requerimento está perfeito. Nós temos um caso lá próximo à cidade de Bataguassu, mas é um descarregamento de curtume que é altamente tóxico. Às vezes, por exemplo, o cianeto, se inalado, a pessoa tem morte ali mesmo. Agora há lesões de parênquima pulmonar, de tracto respiratório que, aí, se você ministrar a tempo isso, você vai evitar lesões maiores, complicações maiores.

É por isso que eu acho que a audiência pública realmente vai ajudar.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Nada como ter na Presidência um médico e, ao lado, outro médico.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, aí é mais palpiteiro mesmo, não tenho essa competência, mas eu entendi qual é o objeto.

Então, em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O Senador Paulo Paim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, só para…

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, o PL a que eu me referi é o PL nº 56 e eu vou mandar uma cópia para cada um dos Senadores para ajudar no debate.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, só para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – O Cyro Miranda comentava comigo que o Moka é médico, e eu falei que é médico, é produtor rural sem ter um palmo de terra, etc., etc. E daí ele falou: e o Vital? Aí eu falei: o Vital, como disse o Moka, é médico e advogado. Aí ele fez mais um adendo: e um grande Senador competente. Então, como estamos aqui realmente recheados de pessoas competentes…

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Jayme, e com muito cartaz no Planalto, porque o chamam lá de Vitalzinho. Só uma observação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, um requerimento que está aqui é da minha autoria e pediria aos senhores que me ajudassem a aprová-lo.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, de 2014

Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater sobre questões relacionadas à doença de Huntington. Para tanto, solicito que sejam convidados(as) para oradores(as): José Eduardo Fogolin Passos – Coordenador Geral de Média e Alta Complexidade – Ministério da Saúde; Antônio Lopes Monteiro – Representante da Associação Brasil Huntington – ABH; Pe-

dro Brandão – Médico – Neurologista; Edilia Miranda Paz – Vice Presidente da UPADH – União dos Parentes e Amigos dos doentes de Huntington; Erica Kokay – Deputada Federal; Representante do Ministério da Previdência Social.
Autoria: Senador Waldemir Moka

É de minha autoria e peço aos Srs. Senadores que me ajudem a aprová-lo.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, Senador, além de saudar de maneira muito afetuosa o nosso querido Presidente da CCJ, Vital do Rêgo, ratificando a tudo que o Senador Jayme Campos fez referência, quero fazer uma nova solicitação ao Poder Judiciário, ao Supremo Tribunal Federal, ao Governo.

Recebi uma mensagem de Francisco Barros, com uma foto que ele enviou de um ex-comandante da Varig beneficiário do Aerus. Esse comandante perdeu até a casa, Senador, está morando em cima de uma mala, foi para uma rua. E no dia 28, quando começa o Carnaval, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, deverá haver novamente uma manifestação dessas pessoas octogenárias, com mais de 80 anos, 70 anos, esperando uma solução para isso.

A Ministra Cármen Lúcia já leu o seu relatório, que foi primoroso. Estávamos lá eu e o Senador Paulo Paim. Assistimos a todo o voto da Ministra Cármen Lúcia. O Ministro Joaquim Barbosa deveria colocar a matéria em pauta, até agora isso não aconteceu. É uma matéria que trata, como tratamos agora da questão das vítimas, do vale de lágrimas das pessoas do incêndio da Kiss, também há um vale de lágrimas dos aposentados do Aerus.

Então, essa mensagem do Francisco Barros, que é integrante, também está desolado de ver a cena desse ex-comandante da Varig ao relento, porque perdeu a casa e todos os bens.

Acho que a Comissão de Assuntos Sociais tem de tratar dessa questão com grande empenho, em função da situação de desespero que essas pessoas estão vivendo hoje.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, vou na mesma linha do apelo ao meu Presidente da CCJ, se me permitir…

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos fazer uma reunião conjunta aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª sabe o carinho que tenho pelo seu mandato, pela sua história, tive a alegria de relatar projeto seu, inclusive da sua mãe, que é Deputada, que apresentou também projeto, que relatei e aprovamos, com enorme orgulho.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só quero pedir, mais uma vez, sei que não precisaria pedir, a importância da votação na CCJ da renegociação da dívida dos Estados. A partir dali, podemos cumprir o acordo firmado no Plenário para que possamos… O prazo foi dia 5, mas todos os Líderes me disseram: Paim, tudo bem que é dia 5, mas não esquece que do dia 28 ao dia 5 é o Carnaval. Que possamos, enfim, no mês de março, votar no Plenário, como sinto que é a vontade de toda a Casa e da construção que está sendo feita com o próprio Governo. Mas depende da votação da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Vital do Rêgo e, logo em seguida, Davim.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, agradecendo o afeto e o carinho aos meus Pares e dizendo que esta Comissão sempre está muito bem representada tendo à frente um homem como V. Exª, Senador Moka, eu quero me reportar a duas questões. A primeira, do Senador Paulo Paim, e dizer que hoje, havendo quórum para iniciarmos a reunião, espero que o terceiro item da pauta na Comissão de Constituição e Justiça sejam exatamente as emendas do Senador Randolfe Rodrigues, cujo relatório, do Senador Luiz Henrique, já está pronto para ser votado, cumprindo assim um compromisso que as comissões têm com o Brasil – com o Plenário, mas com o País –, um compromisso de, até o dia 27 de março, esta matéria estar absolutamente resolvida na Casa. Temos até o dia 27 de março, e a Comissão de Constituição e Justiça está cumprindo aquilo a que se comprometeu quando do acordo da votação das emendas do Senador Randolfe Rodrigues.

Quero dizer a V. Exª que, no seio do seu requerimento, quando fala das doenças de Huntington… E V. Exª sabe como hoje o País despreza as doenças raras. Não há políticas no SUS para tratar desse assunto com

a seriedade que outros países estão tratando. Agora mesmo, em um dos *halls* de entrada do nosso Anexo I, existe uma exposição somente de pessoas portadoras de doenças raras. Há um projeto de nossa autoria que regulamenta essa matéria à luz do que acontece nos grandes centros mundiais, que trata dessa questão.

Peço à Comissão para interceder junto à Presidência da Casa, aproveitando inclusive esse requerimento do Senador Presidente, porque uma dessas questões trata da Huntington, que é também uma doença pouco esclarecida no meio da sociedade. Há uma confusão no diagnóstico. Peço que essas doenças sejam tratadas e que existam estímulos para a produção de medicamentos que possam ir ao encontro da saúde desses portadores de doenças raras.

Por isso, faço um apelo a V. Exª, para que consulte a Secretaria-Geral da Mesa, saiba onde está tramitando esse projeto, para que CAS, no momento em que está discutindo este requerimento, avoque esse projeto para torná-lo mais uma bandeira vitoriosa da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Deixe-me dar uma informação importante a V. Exª. V. Exª vai ficar feliz. Ontem, quando a Presidência da Casa pediu à Comissão de Assuntos Sociais que fizesse uma seleção de prioridades, o projeto está aqui, e eu priorizei esse projeto de doenças raras, até pela importância que sei que tem. E o projeto trata exatamente desse assunto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim e, em seguida, a V. Exª.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar o Senador Vital do Rêgo pela iniciativa e V. Exª também, por ter priorizado uma matéria de tamanha importância. Como foi dito, há uma carência de políticas voltadas para as doenças raras.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de convidar os Senadores, sobretudo os integrantes da Comissão de Direitos Humanos, para uma audiência, hoje à tarde, às 17h30min, com o Superintendente da Polícia Federal.

No ano passado, tivemos a CPI do Tráfico de Pessoas – tráfico nacional e internacional de pessoas –, e acompanhamos vários casos no Brasil inteiro, mas há um caso, Sr. Presidente, que foi emblemático: o desaparecimento de cinco crianças em Natal, um caso típico de tráfico de crianças. A Polícia Civil, a polícia investigativa do Estado, começou os trabalhos de investigação, e a CPI conseguiu com que a Polícia Federal e a Interpol entrassem no caso. Tivemos audiência com a então Ministra Gleisi, a Ministra Maria do Rosário, o Ministro Eduardo Cardozo, enfim, de forma que conseguimos sensibilizá-los, e a Polícia Federal entrou realmente no caso.

No entanto, lá se vai mais de ano, e ainda não tivemos nenhuma informação concreta deste caso, que é um caso emblemático de tráfico de pessoas no Brasil. E aí nós estamos indo hoje à tarde, a Comissão de Direitos Humanos, à Superintendência da Polícia Federal, para recebermos alguma informação concreta do andamento dessa investigação, a propósito de que neste ano, o tema da Campanha da Fraternidade é Fraternidade e Tráfico Humano. Então, esse tema seria no ano passado, mas, por coincidência com o Encontro Mundial da Juventude, foi transferido para este ano.

Mais uma razão, para que esta Casa, a Comissão de Direitos Humanos, a Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo e, sobretudo, aquelas pessoas que integraram a CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas continuemos a dar seguimento, acompanhando os processos que estão tramitando.

Enfim, a CPI acabou, mas estamos acompanhado, a Comissão de Direitos Humanos está acompanhando o desdobramento do que foi solicitado por esta Comissão. Então, nada mais justo, nada mais oportuno do que esta Casa, a Comissão de Direitos Humanos, acompanhe os casos que ficaram pendentes, sobretudo atendendo ao apelo da Campanha da Fraternidade, que é Fraternidade e Tráfico Humano. Temos que compreender que é um assunto muito sério, grave. O Brasil tem mais de 200 rotas de tráfico de pessoas. Esse é um tipo da atividade ilícita, a segunda mais lucrativa do mundo; são US$30 bilhões, só perde para o tráfico de drogas. E o Brasil figura…

Esta semana mesmo, a União Europeia divulgou um dado colocando o Brasil como o segundo País no tráfico de mulheres do mundo. E o Brasil continua liderando as estatísticas de tráfico de pessoas, tanto de mulheres quanto de crianças. Portanto, não podemos deixar de priorizar esse tema, não podemos deixar de valorizar e envidar esforços, para que façamos a nossa parte e construamos instrumentos para combater esse crime abominável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É que o tema de que eu iria falar dependia da presença do Presidente da CCJ, que saiu. Então, Senador, abro mão, agradecendo e cumprimentando-o por ter esgotado a pauta hoje, Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e dois minutos do dia doze de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim, Wellington Dias, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Gim, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Aécio Neves e Magno Malta. A Presidência registra a presença dos Senhores Alexandre Camanho de Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça Militar; José Carlos Couto Carvalho, Subprocurador-Geral da Justiça Militar; Antônio Pereira Duarte, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; e Desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle, do Tribunal de Justiça da Paraíba. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: ITEM 1) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2013 – Complementar. Ementa do Projeto: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências. Autoria do Projeto: Presidente da República. Relatoria das Emendas: Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Contrário às Emendas de Plenário nºs 6, 7 e 8. Resultado: Adiado para 26/03/2014. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2012 – Não Terminativo. Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal. **Autoria:** Senador Roberto Requião e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Contrário à Proposta. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, de 2013 – Não Terminativo. Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009 – Não Terminativo. Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2010 – Não Terminativo. Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2009, e da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2010. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS 138/2009, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário ao PLS 21/2010. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2011 – Não Terminativo. Institui a obrigatoriedade de as instituições bancárias instalarem equipamento de auto-atendimento adaptado para utilização por deficientes visuais. **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. 2ª PARTE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2014 – Não Terminativo. Submete, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, o nome do Senhor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com vinte e seis (26) votos favoráveis. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2014 – Não Terminativo. Submete, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor JOSÉ BARROSO FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Marques Soares. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga (Substituído

por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Romero Jucá. **Relatório:** Votação secreta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor JOSÉ BARROSO FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, com vinte e quatro (24) votos favoráveis e dois (2) votos contrários. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Cyro Miranda. O Senhor Senador Cyro Miranda devolve a Presidência para o Senador Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e trinta e cinco minutos do dia doze de março de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2013; ITEM 6) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, de 2011; ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2004; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2004; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2004; ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2007; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2007, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2009, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2010, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 2010; ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2013; ITEM 14) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, de 2009; ITEM 15) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 17, de 2009; ITEM 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, de 2011; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2007; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, de 2007; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 496, de 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradecendo aos Srs. Ministros, às autoridades do Poder Judiciário, vamos continuar a reunião.

Temos mais duas sabatinas, a partir de agora.

Há número regimental. Declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Fede*ral.

A presente reunião será divida em duas partes: a primeira parte destina-se à deliberação das Mensagens nº 6 e 7, ambas de 2014; e a segunda parte, à deliberação dos itens 1 a 21.

Convido para se fazer presente à Mesa o Sr. Douglas Alencar Rodrigues, nosso sabatinado Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

Convido também o Sr. José Barroso Filho, que concorre, nesta sabatina, à condição de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Segunda Parte. Sabatinas: Itens 1 e 2

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2014
– Não Terminativo -

Submete, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, o nome do Senhor DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, decorrente da aposentadoria do Ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2014
– Não Terminativo -

Submete, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor JOSÉ BARROSO FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Alberto Marques Soares.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria a*d hoc*: Senador Romero Jucá

Passo a palavra inicialmente ao Dr. Douglas Alencar Rodrigues para sua exposição preliminar.

O SR. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES – Exmº Sr. Senador Vital do Rêgo, eminente Presidente desta egrégia Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado da República, Exmºs Srs. e Srªs Senadores e Senadoras, peço permissão para saudar também o Dr. Barroso, colega magistrado, Juiz Auditor Militar da União.

Ao iniciar minha intervenção, Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu agradecimento pessoal ao Senador Eunício Oliveira pelas palavras generosas com que S. Exª descreveu minha trajetória profissional no relatório que fez distribuir a V. Exªs no âmbito desta Comissão.

Sr. Presidente, também pediria vênia, permissão, para saudar os inúmeros magistrados que aqui se encontram presentes e gostaria de fazê-lo na pessoa do Sr. Paulo Luiz Schmidt, eminente Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho.

Sou natural de Goiânia, capital do pujante Estado de Goiás, mas aqui em Brasília construí minha carreira, aqui me formei e aqui construí minha família. Sou o primeiro magistrado nascido no Estado de Goiás que comparece a esta egrégia comissão experimentando a possibilidade, a expectativa de ascensão ao Tribunal Superior do Trabalho.

Vivencio, Srªs e Srs. Senadores, neste instante, o momento que, além de marcado por profunda emoção pessoal, se reveste de grande importância para os jurisdicionados, um momento permeado de grande emoção, especialmente pela presença de tantos amigos que nos acompanham ao longo desses mais de 23 anos de exercício de jurisdição, esse momento que remarca a relevância do papel institucional do Senado Federal no sistema de freios e contrapesos de controles recíprocos entre os poderes da República.

Seguramente, a alta relevância do papel desenvolvido pelos tribunais superiores no contexto da organização social brasileira reclama e legitima a presença de V. Exªs neste processo. De forma sábia, o constituinte originário estabeleceu um processo complexo de recrutamento dos magistrados que devem atuar nos órgãos de cúpula do sistema judiciário brasileiro. São magistrados que, no exercício da jurisdição e no interesse imediato do próprio Estado, tutelam a integridade da ordem jurídica, assegurando isonomia no tratamento jurisdicional aos cidadãos, são magistrados que operam com a construção de teses jurídicas, com objetivo de afastar, em última instância, no âmbito de suas competências, dúvidas e incertezas sobre o sentido de alcance do direito vigente.

Daí, Srªs e Srs. Senadores, o concurso salutar de todas as esferas do poder público na seleção desses magistrados, o Poder Judiciário formando as listas tríplices, o Poder Executivo selecionando um entre os indicados e o Poder Legislativo que dá a palavra final, chancelando ou não as manifestações dos demais poderes, após aferir as aptidões técnica e ética dos indicados para o exercício jurisdicional qualificado.

Não gostaria, Sr. Presidente, de cansar V. Exªs, os ilustres Senadores, porque sei que o tempo é muito importante, com referências pessoais à minha trajetória na magistratura, na docência, no movimento associativo dos juízes, apenas gostaria de enfatizar a dimensão dos desafios contemporâneos que se colocam para o Poder Judiciário do Trabalho e para cujo enfrentamento o concurso deste Congresso Nacional se revela imprescindível.

Com orçamento que suplanta no ano em curso a casa dos R$15 bilhões, a justiça do trabalho conta com mais de 3.200 magistrados, distribuídos entre 1.504 varas instaladas e 24 tribunais regionais do trabalho. Dados que foram compilados e divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça, relativos ao ano de 2012, revelam que foram distribuídas 3.859.000 novas ações e, ao final daquele ano de 2012, contávamos na justiça do trabalho com estoque de 3.253.098 ações pendentes.

No órgão de cúpula do judiciário trabalhista, ainda segundo dados estatísticos divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2012, foram recebidos 183.303 casos novos e, ao final daquele ano, remanesciam pendentes de julgamento 212.097 casos. Apesar da grandiosidade desses números, o desafio central para o Judiciário trabalhista, segundo me parece, envolve a própria efetividade da jurisdição.

Os mesmo dados estatísticos divulgados pelo CNJ relativos ao ano de 2012 indicam um expressivo índice de congestionamento para as ações que se encontram em fase de execução. Esse índice atingiu a cifra de 68%. Isso significa em rigorosa síntese, em rápidas palavras que, de cada lote de 100 ações que ingressam na fase de execução ou na fase de cumprimento da sentença, apenas 32 ações são efetivamente concluídas, com a satisfação dos créditos reconhecidos judicialmente.

Os números do Judiciário trabalhista são de fato expressivos, indicando a dimensão dos desafios para os seus integrantes. Capitaneados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pela Associação Nacional dos Juízes do Trabalho, temos todos buscado colaborar para a superação dessa preocupante realidade institucional e das mazelas, algumas históricas, que afligem o mundo do trabalho. Além da permanente busca pelo resgate da pro-

messa constitucional da razoável duração do processo e da máxima efetividade da prestação jurisdicional, por meio da implantação do processo judicial eletrônico e de sucessivos mutirões para resgate das metas fixadas pelo CNJ, programas institucionais e propostas legislativas figuram entre as medidas concretas implementadas pelos magistrados do trabalho. Merecem destaque nesse campo o Programa de Prevenção de Acidentes do Trabalho, desenvolvido e coordenado pelo Tribunal Superior do Trabalho, e também a apresentação de proposições legislativas com o objetivo de modernizar a legislação processual nos capítulos relativos ao processo de execução e à sistemática dos recursos no âmbito da Justiça do Trabalho.

Enfim, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de reafirmar, sem mais delongas, a compreensão que tenho sobre o exercício da jurisdição social no Brasil, um país ainda marcado por desigualdades sociais profundas, a despeito dos avanços que foram experimentados nos últimos.

Somos os juízes do trabalho responsáveis por garantir o equilíbrio entre capital e trabalho. Aplicamos um direito que foi idealizado para assegurar por meio da intervenção estatal um patamar civilizatório mínimo nas relações de produção, evitando-se o risco de reificação, coisificação do homem e de consequente ruptura de sua dignidade.

Se honrado for, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a aprovação de meu nome para compor o Tribunal Superior do Trabalho, digo a V. Exª que permanecerei fiel aos compromissos que guiam a minha atuação como magistrado, compromissos que tocam no estudo e aprimoramento profissionais contínuos e ainda o compromisso de buscar sempre a melhor solução para os conflitos que me foram e continuarão sendo encaminhados. Sempre procuro e procurarei reverenciar o contraditório, o debate franco e aberto com as partes, advogados, colegas de bancada, com independência, humildade e serenidade.

Sr. Presidente, eram essas as palavras iniciais que julguei oportunas para este instante inicial.

Agradeço a atenção a todos e me coloco à disposição para os questionamentos que V. Exª reputarem oportunos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a palavra ao Dr. Douglas Alencar Rodrigues, sua exposição preliminar.

Antes de conceder a palavra ao Dr. José Barroso Filho, quero cumprimentar o companheiro e amigo da Casa Dr. Alexandre Camanho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Passo a palavra ao Sr. José Barroso Filho, para sua exposição.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Exmº Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Exmº Sr. Eduardo Braga, relator do processo da minha indicação ao Superior Tribunal Militar, a quem agradeço especialmente o trabalho de relatoria e rendo sincera homenagem ao Amazonas e à Amazônia, pois, nos nove anos que lá convivi, aprendi a ser um ser humano melhor, conforme a ensinança da dúvida que nos fala Thiago de Melo, "o seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas o modo de amar e de ajudar o mundo a ser melhor". Assim, a maior ensinança da dúvida é a certeza da vida, que, para ser digna de ser vivida, exige sentido e sentimento.

Neste momento, falando da Amazônia, um assunto que me toca, eu agradeço sobremaneira a quatro pessoas que me acolheram, acolheram a minha família na Região Amazônica, me ensinaram muito, e é uma questão de justiça tocá-los nesse momento.

Agradeço, sobremaneira, ao Dr. Carlos Braga, ao Dr. Phelippe Daou, ao Sr. Joaquim Margarido e, em especial, ao Dr. Milton Cordeiro e sua família, que tão generosamente me acolheu, a minha esposa Marta e a todos que me são caros.

Exmªs Srªs Senadoras, Exmºs Srs. Senadores, demais autoridades que me honram com a sua presença, senhoras e senhores, inicialmente, gostaria de externar a minha grande satisfação de estar no Senado Federal para que V. Exªs possam analisar e, se for o caso, aprovar o meu nome para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, conforme indicação da Exmª Srª Presidenta da República, Dilma Rousseff, para preenchimento de vaga destinada à Magistratura de carreira aberta com a aposentadoria do Exmº Sr. Ministro Carlos Alberto Marques Soares e que, de logo se ressalte, dificilmente encontrará sucessor com o mesmo grau de eficiência, brilho e talento.

Quanto à minha trajetória pessoal e profissional, destaco alguns pontos relevantes, dentre eles a experiência adquirida no exercício dos cargos de Promotor de Justiça, Juiz Estadual, seja nas áreas cível e criminal, em diversas Comarcas no interior de Pernambuco, seja na Vara da Infância e Juventude em Belo Horizonte, Minas Gerais. Juiz Eleitoral, Juiz Auditor nas cinco Regiões do nosso País.

Na área acadêmica, trago a formação específica obtida no mestrado em Direito e doutorado em Administração Pública, com a creditação concluída e a obtenção do Diploma de Estudos Avançados em Administração Pública conferido pela Universidad Complutense, de Madrid. Registro a cátedra universitária, inclusive compondo e presidindo bancas de concursos públicos para docência em nível superior.

Na seara administrativa, informo o exercício das funções de Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e de Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar.

No CNJ, pautei a minha atuação pela integração entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Destaco a minha atuação como Juiz Auxiliar da Presidência do STM na elaboração do planejamento estratégico da Justiça Militar da União, bem como a concepção do Relatório JMU em Números, criação da Ouvidoria e do Centro de Estudos Judiciários.

Registre-se a marcante experiência na vida associativa, seja como Presidente da minha associação de classe, seja como integrante da Frentas, que reúne todas as Associações de Magistrados e Membros do Ministério Público da União, e seja a minha valiosa passagem, e contínua passagem, pela Associação dos Magistrados Brasileiros, a AMB.

Por derradeiro, pontuo a minha atuação no campo social, destacando o projeto dos Centros Integrados de Desenvolvimento Regional na Amazônia. De igual forma, a minha atividade como integrante do Projeto Rondon, do Grupo de Trabalho Araguaia e do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no Combate ao Trabalho Escravo.

Nestas mais de duas décadas de exercício da judicatura, em vários ramos da Justiça, com passagem pelas cinco Regiões do País, trago à discussão dessa altaneira Comissão algumas considerações sobre justiça, Judiciário, democracia, desenvolvimento e cidadania.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, quando se redemocratizou o País, o Judiciário começou a ser demandado pela maioria da população. Nesses 25 anos, enquanto o número de processos ajuizados multiplicou-se por mais de 80 vezes, o número de Juízes chegou, apenas, a quadruplicar: eram 4,9 mil, em 1998, ao passo que éramos 17 mil, em 2012.

Em média, o Brasil possui a segunda maior carga da trabalho do mundo – são 4,616 mil processos por Juiz – e a taxa de congestionamento, que é a diferença entre o número de processos que entram e o número de processos que são encerrados, é uma das maiores do mundo, mesmo ostentando a terceira posição em produtividade.

Destes dados, temos o seguinte diagnóstico:

> **a)** *alta litigiosidade, taxa de condicionamento de 70% em média, 28 milhões de processos novos em 2012, um estoque de 64 milhões de processos no mesmo ano – são 92 milhões de ações em andamento em 2012, número que vem aumentando a cada ano desde 2009;*
> **b)** *uma demora excessiva e, por mais paradoxal que possa parecer ser, falta de acesso à Justiça. Acesso à Justiça não significa, necessariamente, acesso ao Judiciário, e, sim, a meios que permitam a solução do litígio.*

A alta litigiosidade conjugada com a não utilização de meios alternativos de solução de conflitos – conciliação, mediação e arbitragem – levam a uma demora excessiva, pois sobrecarregam a estrutura do Judiciário, mesmo o Judiciário sendo um dos mais produtivos do mundo. Por ano, são prolatadas cerca de 23 milhões de sentenças, afora milhões e milhões de decisões. Ainda assim, o cidadão sofre com a demora na solução dos seus processos.

Que processos são esses? Cinquenta e um por cento dos processos em andamento são demandas do Poder Público; cerca de 30 milhões de ações decorrem de relação de consumo, com clara definição de quem sejam os demandados; 30% do total são execuções fiscais. Provado está que é, humana e institucionalmente, impossível que o Judiciário dê conta de um volume monumental de processos, desse volume tão gritante de processos. A sociedade tem que desenvolver a prática de resolver os seus conflitos por meios extrajudiciais e reservar à demanda judicial quando esses não surtirem efeitos.

Efetivamente, percebemos que a alta litigiosidade leva à demora na prestação jurisdicional, o que conduz à não solução do caso, não por falha do Judiciário, que já atua no limite, não porque o cidadão não deva buscar os seus direitos, mas porque esse modelo de judicialização imediata dos conflitos chegou à sua exaustão.

De logo, é necessário que haja – são algumas sugestões – estímulo às formas de solução extrajudicial dos conflitos – como já disse, conciliação, mediação e arbitragem –; aperfeiçoamento da atuação das agências reguladoras; que a Advocacia-Geral da União possa incrementar o número de súmulas administrativas de modo a que não mais se recorra de ações em questões pacíficas; melhor tratamento das questões puramente de direito nas chamadas ações de massa; desjudicialização das execuções fiscais; extinção da competência delegada em relação às ações previdenciárias e executivos fiscais, que tanto sobrecarregam a Justiça estadual, sem qualquer compensação pelos recursos materiais e humanos – tanto a Justiça trabalhista quanto a federal já dispõem de suficiente capilaridade para assumir essas demandas; monitoramento das causas que ocasionam

repetidas ações; e criação de um gabinete de ação integrada, promovendo uma sinergia entre os três Poderes, de maneira a adotar prontas e eficazes medidas em prol de uma Justiça mais célere e próxima ao cidadão.

Com referência à Magistratura, especialmente o primeiro grau de jurisdição, por onde tramitam 90% das ações em andamento, a Magistratura nacional tem bem clara a sua missão: prover a prestação jurisdicional rápida e justa. Para tanto, no tocante à Magistratura, certos temas devem ser cotejados: adequadas condições de trabalho, muitas vezes comprometidas em face das constantes restrições orçamentárias e do desequilíbrio de meios e de pessoal entre a primeira e segunda instâncias; efetivas condições de segurança – são frequentes os casos de juízes ameaçados de morte por conduzirem processos envolvendo poderosos criminosos ou afetarem grandes interesses econômicos; fortalecimento das escolas judiciais; racionalização da legislação processual; valorização do tempo de serviço na Magistratura, com a implementação de um mecanismo que reconheça a dedicação e a experiência – um juiz recém-empossado não pode ganhar o mesmo que um juiz com 20, 30 anos de experiência –; instituição de um orçamento participativo, de forma que juízes e servidores sejam ouvidos e os recursos orçamentários sejam efetivamente destinados às reais necessidades do Judiciário, e instituição das eleições diretas para a Presidência dos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho aos quais os juízes estão diretamente vinculados, de forma que todos os juízes possam votar em candidatos que apresentem as melhores propostas de gestão e de otimização do planejamento estratégico de cada tribunal.

Louvo a iniciativa do Presidente Vital do Rêgo ao ser o proponente da PEC nº 15, de 2012, justamente no sentido de democratizar, de arejar o Judiciário e de levá-lo a uma maior eficiência.

Ao fim e ao cabo, os brasileiros precisam da Justiça todos os dias de suas vidas. Sem Judiciário forte e independente, não há direitos resguardados, não há verdadeiro Estado democrático de direito. E, nesse contexto de ativação da cidadania, insere-se a Justiça Militar da União como órgão do Poder Judiciário de forma a cumprir sua missão de efetivar uma Justiça mais célere e cidadã.

A Justiça Militar da União, a mais antiga do Brasil, foi criada em 1808, por alvará de D. João, tendo sido integrada à Constituição, à ordem constitucional na carta de 34 e assim permanecido nas ordens subsequentes.

Ao contrário dos outros países, a Justiça Militar da União integra o Poder Judiciário; não é um órgão administrativo ou uma corte marcial. De específico, a Justiça Militar da União julga crimes militares, que não são aqueles cometidos por militares. Qualquer um pode cometer crime militar, que é basicamente a lesão à funcionalidade *lato sensu* das Forças Armadas, que, em última análise, visa à garantia do Estado democrático de direito.

Nesse sentido, a bicentenária Justiça Militar da União, mesmo sendo a Justiça mais antiga do País, mantém um processo contínuo de aperfeiçoamento. Não sem razão, o Superior Tribunal Militar foi o primeiro Tribunal Superior a apresentar o seu planejamento estratégico, em consonância com a estratégia do Conselho Nacional de Justiça. Aliás, é o próprio CNJ que atesta que a Justiça Militar da União tem cumprido, e muitas vezes superado, as metas estabelecidas por aquele Conselho. Isso contando com apenas 0,01% do Orçamento do Poder Judiciário.

Enfatizo que o Conselho Nacional de Justiça realizou uma oficina de trabalho em 12 de fevereiro deste ano sobre as perspectivas da Justiça Militar, restando assentada a necessidade de sua existência com os aperfeiçoamentos de uma instituição que se pretende moderna e prestativa à sociedade e à Nação.

Outrossim, a Justiça Militar da União, como de resto as Justiças Militares estaduais acatam os princípios projetados pelas Nações Unidas para as jurisdições militares no mundo. Exemplifico brevemente: foram instituídas pelas Constituições e regulamentadas em lei, integrando a estrutura do Poder Judiciário. Observam rigorosamente em seus julgamentos o devido processo legal e a ampla defesa, aliás uma imposição da *lex magna*.

O Código Penal Militar não exclui de responsabilização os crimes sob os quais se invoca o dever de obediência legal, quando resulta em violações a direitos humanos, pratica de genocídio ou crime contra a humanidade.

Recente estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, órgão de credibilidade acadêmica irretorquível, registra um elevado número de condenação tanto dos praças como dos oficiais, o que afasta o corporativismo.

Não há dúvida de que a questão da segurança do Estado está hoje imbricada com a segurança pública. Operações de garantia da lei e da ordem, a GLO, e em zona de fronteira implica em auxílio ao policiamento preventivo e até repressivo, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 1999, e das subsequentes 117, de 2004 e 136, de 2010.

Ademais, a escalada da violência na sociedade, sobretudo por intermédio do crime organizado, demanda a necessária intervenção das polícias militares e, nos termos constitucionais e legais, das Forças Armadas. Mas elas precisam ser controladas.

Vale destacar os efeitos nocivos para a sociedade decorrentes da indisciplina nas forças auxiliares presenciada em passado recente, bem como o motim dos controladores de voo. A extensa zona de fronteira e a imensidão amazônica impõem a presença das Forças Armadas e, por consequência, da Justiça especializada.

Lanço, por derradeiro, algumas breves sugestões.

Visando otimizar esse sistema de proteção social, imprescindível é a ampliação da competência da Justiça Militar Federal para julgar ações judiciais que tratem de infrações disciplinares e matéria administrativa prevista no art. 142, §3º, X, da Constituição Federal.

Também é valioso trazer para o âmbito de competência da Justiça Militar, via alteração do art. 9º do CPM, as leis penais extravagantes a fim de que possamos aplicá-las em nossas decisões, pois o importante para definir a competência será a lesão à funcionalidade *lato sensu* das instituições militares.

Urge a modificação normativa que determina que a presidência dos Conselhos de Justiça seja exercida pelos juízes auditores, que devem julgar monocraticamente os processos nos quais vítimas e/ou autores sejam civis – repito: vítimas e/ou autores sejam civis –, bem como conhecer de *habeas corpus* em primeira instância.

Na mesma linha, se demonstra a mais absoluta intolerância à tortura, ao abuso de autoridade, como forma de afirmação de que as forças de segurança possam agir com a firmeza necessária à atuação ostensiva, mas com fundamental respeito aos direitos humanos.

Merece providência, igualmente, a composição do Superior Tribunal Militar e dos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, de forma a ampliar o número de juízes de carreira em sua composição.

Bem assim, em face da especialização, coerente que o STM passasse a conhecer os recursos especiais e ordinários advindos dos TJs em matéria de competência da Justiça Militar. Tal conjugação de competência conduziria a que o STM se estruturasse em turmas para uma maior eficiência.

Enfim – para não cansá-los –, a vida democrática contemporânea é, repito, de participação, de cidadania ativa. A eficiência é um inafastável consectário daquele juramento que fizemos de distribuir justiça.

Todas essas proposições têm neste Parlamento, caixa de ressonância da sociedade, o ambiente adequado de discussão e de realização. É imprescindível que trabalhemos de forma institucional, com planejamento e gestão, instrumentos e métodos que nos permitam construir a cada dia, a cada passo, uma Justiça mais próxima do cidadão.

Assim, pela minha história, pelos meus princípios, pelas minhas ideias e ideais, apresento as minhas credenciais ao ter o meu nome submetido à apreciação de V. Exªs para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Agradeço aos amigos que me honraram com suas presenças. Eu tenho certeza de que em toda essa caminhada a minha força estava na percepção de que eu não caminhava sozinho.

Agradeço a minha esposa, Marta, que está aqui presente – sempre –, razão e sentido da minha caminhada, a melhor parte de mim mesmo. Ela está a meu lado, mas muitas vezes está à frente, me incentivando a cumprir a minha missão.

E meu agradecimento a quem me permitiu estar aqui. Clarice Lispector tem uma expressão pertinente: "Às vezes nós sentimos tanta falta de uma pessoa que temos a vontade de retirá-la do sonho para abraçá-la". Assim é com o Dr. José Barroso, meu pai, com minha mãe... *(Emocionado)* Desculpem, eu sou emotivo, por isso é que sou juiz, eu tenho que entender os dramas humanos para poder encaminhá-los, porque me deram essa possibilidade de seguir em frente. A minha história não começou comigo nem termina comigo. Eu tenho que honrar o legado deles e dar o exemplo à pequena Julinha.

Digo, por fim, que estou feliz, que estou em paz.

Cito Dom Pedro Casaldáliga "Dai-me, Senhor, a paz inquieta que não me deixa em paz"

Há uma missão a cumprir e, se aprovado pelos Srs. Senadores, terei a honrosa oportunidade de continuar servindo à Nação, à Justiça e à sociedade do meu País.

Coloco-me, pois, à disposição para eventuais esclarecimentos e agradeço a atenção que V. Exªs me dedicaram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Barroso a sua exposição inicial.

Vamos ouvir os dois Relatores.

Pela ordem de oitiva, Senador Eduardo Braga, e, depois, Senador Eunício Oliveira.

Vamos inverter, Senador Eunício, com a palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Douglas Alencar Rodrigues, Dr. José Barroso Filho.

Sr. Presidente, ao receber de V. Exª a honrosa missão de ser o Relator do Dr. Douglas Alencar, obviamente, para fazer um relatório, tive que me aprofundar, buscar conhecimento, buscar informações, conhecer a vida pessoal e de magistrado do Dr. Douglas e, por esse motivo, quero dizer que, ao fazer o relatório, ao encaminhar esse relatório, de acordo com o nosso Regimento, eu não me sinto aqui na condição mais de fazer nenhum

tipo de questionamento, porque, repito, para apresentar o relatório aos Srs. e às Srªs Senadoras e cumprir a determinação de V. Exª, como Presidente desta Comissão, como disse, analisei profundamente todos os aspectos do ponto de vista legal, do ponto de vista ético, do ponto de vista moral, e o Dr. Douglas merece o aplauso desta Comissão.

Portanto, eu não tenho nenhum tipo de questionamento mais a acrescentar ao Dr. Douglas, que, neste momento, é sabatinado aqui.

Então, eu aproveito apenas para dizer aos meus pares que sou responsável por esse relatório e sou responsável por todas as palavras que escrevemos quando fizemos a análise sobre a vida inteira do Dr. Douglas, que hoje é sabatinado para ser Ministro do Tribunal.

Portanto, a minha posição é nesse sentido e não tenho mais nenhuma pergunta a acrescentar, considerando que ele está apto a exercer tão destacada função.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Eunício.

Senador Eduardo Braga, Relator da indicação do Dr. José Barroso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Presidente Vital do Rêgo, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Dr. Douglas Alencar Rodrigues, neste momento indicado para o Tribunal Superior do Trabalho; Dr. José Barroso Filho, neste momento indicado para o Superior Tribunal Militar; quero cumprimentar todas as autoridades que aqui vieram para prestigiar a sabatina dos dois candidatos a Ministros, indicados pela Presidenta da República, na pessoa do nosso Gal. Cerqueira, que serviu no meu Estado, no Estado do Amazonas, como Comandante Militar da Amazônia, e, hoje, preside o Superior Tribunal Militar. No momento, ele nos dá a honra da sua presença no Senado da República, aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Quero cumprimentar todas as autoridades, familiares aqui presentes, que estão acompanhando de forma orgulhosa a indicação tanto do Dr. Douglas quanto do Dr. Barroso.

Mas, da mesma feita, Sr. Presidente, quando recebi a incumbência por parte de V. Exª para relatar a indicação do Dr. Barroso, eu o fiz com imensa alegria por conhecer o Dr. Barroso durante toda a sua jornada no Estado do Amazonas e por ter acompanhado a sua luta por um ideal aqui no Senado da República e no Congresso Nacional. O Dr. Barroso é daqueles que, quando têm um sonho, lutam e trabalham para que esse sonho se transforme em realidade.

Agradeço ao nosso eminente Senador Romero Jucá, que, diante da impossibilidade de eu estar presente na última reunião da nossa CCJ para ler o relatório apresentado, foi indicado por V. Exª como Relator *ad hoc* de plenário e pôde fazer valer o esforço e o trabalho feito pela nossa assessoria e por todos nós para relatar não só a eficiência, o compromisso com o seu cumprimento judicante, como ouvimos ainda há pouco do Dr. Barroso, mas também a sua história ética, a sua participação transparente ao longo da vida, que traz consigo uma reputação ilibada, de um brasileiro que tem compromisso com a verdade, com a justiça e com os ideais de um país que se prepara e que ordena cada vez mais no Estado democrático de direito. Portanto, agradeço ao nosso querido e eminente Senador Romero Jucá.

Sr. Presidente, creio que, diante do relatório apresentado, não me caberia mais fazer nenhuma pergunta também ao eminente Dr. Barroso, diante não apenas do que já expressamos no relatório, mas também das exposições que acabamos de ouvir de forma sincera, emotiva, como é peculiar ao Dr. Barroso. Agradeço, inclusive, a menção que o Dr. Barroso fez, na abertura dos trabalhos, de eminentes brasileiros da minha região, do meu Estado, dentre os quais ele teve a generosidade de citar meu querido pai como um dos amigos que o recebeu no Estado do Amazonas.

Portanto, tenho certeza de que, sendo aprovado pelas Srªs e Srs. Senadores, o Dr. Barroso saberá representar, com dignidade, competência, eficiência e sensibilidade, a judicância no Superior Tribunal Militar.

Mas não poderia, Sr. Presidente, tendo a palavra como Relator a respeito da indicação do Dr. Barroso, deixar de mencionar também a indicação do Dr. Douglas Alencar Rodrigues. Dr. Douglas também é uma pessoa que conhecemos ao longo da história da nossa caminhada na vida pública e pelos trabalhos desenvolvidos por ele na Justiça do Trabalho, a qual ainda há pouco eu acabei de mencionar como exemplo de uma justiça descentralizada, que avançou, inovou, diminui os prazos, garantiu direitos aos trabalhadores brasileiros e que fez com que um país de dimensões continentais pudesse efetivamente garantir a aplicação de uma mesma lei consolidada do trabalho do Oiapoque ao Chuí.

Creio que o exemplo da Justiça do Trabalho é um exemplo a ser seguido e perseguido pela Magistratura brasileira, no que diz respeito à celeridade e também aos entendimentos que acabam garantindo, de forma plena e imediata, inúmeros direitos que poderiam levar anos para ser reconhecidos e respaldados pela Justiça. As instâncias de acordo de procedimento e de mérito na Justiça do Trabalho são efetivamente uma das questões que nos inspira a esperança de que a justiça brasileira possa ser mais célere e, obviamente, mais eficiente.

Quero, da mesma forma, ratificar o meu pleno convencimento com relação à eficiência, à dedicação e ao compromisso com toda uma história ética por parte de Douglas, que não constou apenas de uma lista para chegar à indicação sobre a qual hoje nós estamos aqui deliberando e que estamos sabatinando. Isso é uma demonstração inequívoca de que V. Exª merece o respeito dos seus pares no Tribunal do Trabalho e o respeito da comunidade judicante da Justiça do Trabalho neste País.

Gostaria de fazer apenas uma pergunta a V. Exª porque estou na relatoria nesta comissão de um projeto de autoria do Senador Romero Jucá, que visa aperfeiçoar o projeto de execução trabalhista, por meio da aproximação do Sistema do Código de Processo Civil, de cumprimento de sentenças e de execução de títulos extrajudiciais. Afinal, não é concebível que os créditos trabalhistas, que constitucionalmente têm natureza alimentícia, portanto, prioritária, tenham tramitação judicial mais morosa do que as dívidas comerciais cíveis e, muitas vezes, tributárias.

Por isso, eu gostaria de ouvir V. Exª se há sugestões para que pudéssemos incorporar ao texto, tendo em vista que entendemos que esse é um projeto relevante, que, graças à generosidade do nosso Presidente Vital do Rêgo, coube a este humilde servidor público do Senado da República emprestar o seu relatório.

Eu gostaria de poder ouvir a opinião de V. Exª e as sugestões por V. Exª apresentadas.

No mais, é cumprimentar a ambos pela indicação e cumprimentar a família de ambos pelo bom exemplo de brasileiros que ambos prestam à Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Braga.

Senador Pedro Taques com a palavra. Depois, Senador Cyro Miranda e Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós estamos aqui discutindo uma questão geográfica territorial, o Senador Braga e o Senador Randolfe Rodrigues, mas não vou cansá-los com essa questão geográfica.

Então, já consertaram a pegadilha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Resolveram a questão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ilustres indicados, quero dizer que não conheço nenhum ato na vida passada dos senhores que possa desabonar as indicações. Entendo que um Senador deva analisar os dois requisitos que a Constituição estabelece para os indicados. Reputação ilibada: não conheço nada que desabone a vida do Dr. Douglas, aliás, quero cumprimentá-lo, do Dr. Barroso, quero cumprimentá-lo por isso, mas tenho algumas indagações.

Iniciando por S. Exª o Dr. Douglas. Na opinião de V. Exª, o TST acertou ou não ao formular a nova redação da Súmula 331, ao diferenciar a responsabilidade da empresa e do Poder Público na contratação de trabalhadores terceirizados?

Qual a opinião de V. Exª a respeito dessa contratação de terceirizados e o art. 37 da Constituição da República? Eu queria ouvir um pouquinho a reflexão de V. Exª sobre isso.

Eu sou absolutamente favorável ao Programa Mais Médicos, precisamos de mais médicos no Brasil. Só quem mora em Estados longe dos maiores centros sabe as dificuldades de termos médicos. Há 141 Municípios no Estado de Mato Grosso, muitos Municípios sem médicos. Então, precisamos de mais médicos, sim. Eu não quero discutir o mérito, eu gostaria de ouvir algumas reflexões do senhor a respeito da forma. Aí faço essas indagações:

A contratação desses trabalhadores poderia ser feita sem licitação e sem anuência do Congresso, nos termos do art. 49, inciso I?

A segunda: podem os médicos cubanos que atuam no Brasil ser submetidos a jornada de trabalho diferenciada dos demais médicos e remunerados em valores menores do que outros médicos?

As leis trabalhistas brasileiras se aplicam a esses médicos estrangeiros que atuam no Brasil?

No caso do descumprimento das obrigações trabalhistas pela Opas e pelo governo cubano, o Estado brasileiro pode ser responsabilizado pelos encargos correspondentes, levando-se em conta o princípio constitucional do não retrocesso e que a Constituição da República garante, inclusive aos estrangeiros aqui residentes, os direitos fundamentais? Eu me coloco dentre aqueles que defendem que os direitos sociais também estão abarcados por essa construção constitucional. Sou favorável a que tenhamos mais médicos, atendidas as regras da República Federativa do Brasil. Não quero discutir o mérito, quero discutir a forma.

Não sou daqueles que acredita na ética consequencial, que os fins justificam os meios.

Ao Dr. Douglas eu gostaria de ouvir as suas reflexões a respeito disso.

Ao Dr. Barroso, se o senhor tem acompanhado a discussão na Argentina a respeito da extinção da justiça militar, gostaria de ouvir um pouco sobre isso. O Conselho Nacional de Justiça, a partir de uma fala do Ministro Joaquim Barbosa, tem debatido isso e quero ressaltar a importância das Forças Armadas. Aliás, a Constituição fala que as Forças Armadas são instituições permanentes. E a Constituição faz isso em dois momentos: quando

fala das Forças Armadas e quando fala do Ministério Público. Então diferentemente do que ocorreu na Costa Rica, não podemos acabar com as Forças Armadas aqui. Quero ressaltar a importância das Forças Armadas na defesa da Pátria e V. Exª sabe disso. Essas discussões.

Outra indagação a V. Exª: sabemos que o Supremo Tribunal Federal cancelou a Súmula 394, parece-me que num voto do Ministro Sydney Sanches, lá por 2004. A Súmula 394 diz que as autoridades são dotadas de foro por prerrogativa; depois que abandonam o cargo, perdem o foro por prerrogativa de função. Ex-senadores não são julgados pelo Supremo Tribunal Federal como sabemos, ex-governadores, ex-presidentes da República. O STM ainda julga oficiais generais da reserva.

Qual é a opinião de V. Exª a respeito disso? Por que a manutenção no STM, se eu não estiver equivocado, dessa jurisprudência do STM quando o Supremo Tribunal Federal cancelou a Súmula 394? Qual a razão disso eu não consegui alcançar. Sabemos que carreira militar se fundamenta na hierarquia e na disciplina, princípios que devem ser levados em conta nas diretrizes da justiça militar.

Continuo, Sr. Presidente. Qual a opinião de V. Exª a respeito da utilização das Forças Armadas nas tarefas de segurança pública? Qual é a visão do senhor a respeito do civil que pratica crime contra militar, quando o militar se encontra no exercício desta função de segurança pública?

Se V. Exª pode definir a diferença entre o trabalho das Forças Armadas e o trabalho da Polícia Militar. As Forças Armadas buscam, ao menos na teoria da Escola Superior de Guerra, quando fala em inimigos internos, uma teoria mais antiga da Escola Superior de Guerra, fala em eliminação de inimigos e a Polícia Militar não tem essa função. Como nós podemos usar as Forças Armadas nisso? Isso pode trazer complicações inclusive na responsabilização dos militares e a utilização das Forças Armadas nesses eventos pode enfraquecer o papel das Forças Armadas, isso na defesa da função das Forças Armadas.

Sabemos que a Constituição veda, proíbe, greve de policiais militares. Quem usa arma não pode fazer greve. Qual a opinião de V. Exª sobre isso?

Existe uma discussão a respeito da indicação dos membros para o STM, porque a Constituição deixa um vazio, um silêncio a respeito do notável conhecimento jurídico. Isso já foi debatido aqui dos indicados para o STM, se esse requisito se faria presente também para os indicados para o STM. Qual é a opinião de V. Exª a respeito disso? Não estou dizendo apenas para os cinco civis, mas para os dez militares, que neste particular, seria um silêncio eloquente da Constituição ou precisaríamos fazer uma interpretação sistemática disso? V. Exª é um juiz de carreira e poderia nos definir.

Qual é o entendimento de V. Exª a respeito de critérios para definirmos terrorismo, movimentos sociais e crimes praticados em manifestações, lembrando que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu que a Lei de Segurança Nacional, art. 20, não foi recepcionada pela Constituição na hora em que fala de atos terroristas. O art. 20 ou 18 da Lei de Segurança Nacional.

São essas, e eu agradeceria se pudesse obter respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Vital do Rêgo, Srªs e Srs. Senadores, Desembargador Douglas Rodrigues, Juiz José Barroso, um prazer e uma honra para esta Casa tê-los aqui.

Eu vou só mais na direção, aqui como goiano, para endossar as palavras do Senador Eunício e do Senador Eduardo Braga, muito em relação ao Dr. Douglas. Conheci a família do Dr. Douglas, o pai dele, Dr. Wilton Honorato, foi Presidente da Associação Comercial nos idos de 68, o que abrilhantou a classe empresarial, deu uma nova roupagem ao nosso Estado. Não o conhecia assim tão de perto, mas conheço bastante o seu irmão, que é Ministro do TCU. Pessoas ilibadas, que vêm de uma família extremamente de lastros e comprometidas com as causas boas da nossa vida. Eu tenho certeza de que hoje Goiás se sente muito orgulhoso de tê-lo aqui, Dr. Douglas, e como futuro Ministro.

Também há uma questão que me incomoda muito, não como goiano, mas como brasileiro. Eu acho que nós teríamos que tirar as amarras das indicações de Ministros de Judiciário, Ministros de TCEs, de desembargadores das mãos dos governantes. Eu gostaria de discutir com nossos pares uma forma de que esse caminho fosse diferente. Sei da idoneidade de todos os senhores, mas acho que seria melhor se nós tivéssemos uma forma em que carreira e não só o mérito, mas que não precisasse da indicação do Poder Executivo, para que ficasse muito mais claro e cristalino isso para a população brasileira.

Então, essa é a única interrogação que eu deixo. No mais, parabenizar o Dr. Barroso, inclusive pela parte sentimental que eu sei que o toca neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quero registrar a presença do Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar; Dr. José Carlos Couto Carvalho, Subprocurador-Geral da Justiça Militar.

Com a palavra, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo. Quero cumprimentar o Desembargador Douglas Alencar Rodrigues, cumprimentar também o Dr. José Barroso Filho.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Presidenta da República, Presidenta Dilma, pela indicação dos dois nomes.

Eu quero dar um depoimento aqui. Eu tenho a felicidade de conhecer o Desembargador Douglas Alencar Rodrigues muito anos antes de ser desembargador. Tive o privilégio de conviver com ele aqui em Brasília há muitos anos e quero dar um testemunho da pessoa correta que é, da pessoa honesta que é, do seu grande espírito público e do seu grande conhecimento jurídico. Portanto, eu não poderia deixar neste momento de me manifestar cumprimentando a Presidenta pela escolha, pela indicação. Tenho convicção de que o Senado também fará o mesmo, aprovando essa indicação. E teremos um Ministro Superior do Trabalho à altura das responsabilidades que esse cargo requer.

Quero também registrar que tive, há poucos anos, a oportunidade de conhecer o Dr. José Barroso Filho, e fiquei muito sensibilizado com o relato da sua vida pessoal. É um sergipano de Carmópolis, da sua origem simples. E, graças ao seu mérito, ao seu esforço, à sua dedicação e ao seu espírito público, também chega a este momento extremamente honroso para sua carreira pública de indicação para o Superior Tribunal Militar.

Eu apenas gostaria de fazer uma indagação ao Desembargador Douglas sobre como ele vê o processo de terceirização em vigor no Brasil hoje e se, da forma como acontece, ele entende que é uma precarização da mão de obra. Gostaria de saber também a sua opinião sobre o PL nº 4.330, de 2004, que tramita na Câmara dos Deputados, que busca regulamentar essa questão da terceirização.

Quero dizer, também, que, recentemente, o Senado Federal aprovou, por unanimidade, uma lei geral que regulamenta os concursos públicos em âmbito federal. Já que se trata também de regulamentação de relações de trabalho, como ele vê a aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma lei que possa regulamentar, no âmbito federal, a realização de concursos públicos.

No mais, quero desejar sucesso aos dois, desejar que esta Comissão e o Plenário do Senado aprovem essas duas indicações, porque, certamente, honrarão a Magistratura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, eu gostaria, aqui, como goiana, de cumprimentar, com muito carinho, o Desembargador Douglas e dizer que, para nós goianos a trajetória de V. Exª orgulha todos nós. Portanto, desejo sucesso nessa nova missão.

Ao mesmo tempo, quero, também, cumprimentar o Dr. José Barroso não só pela sua trajetória aqui relatada pelo eminente Senador Eduardo Braga, mas o que me impressionou, realmente, em V. Exª foi a sensibilidade. Portanto, receba meus cumprimentos e, acima de tudo, o meu desejo de que tenha muito sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero, também, apenas, dar um depoimento, rápido, não vou fazer nenhum tipo de questionamento, mas registrar a minha satisfação de poder estar hoje, votando, aqui, dois grandes nomes indicados pela Presidenta da República.

Acompanhei o trabalho do Dr. Douglas Rodrigues, que tem uma história de serviços prestados à Justiça trabalhista brasileira e, sem dúvida nenhuma, no Tribunal Superior do Trabalho, vai contribuir para que nós possamos aprimorar, cada vez mais, a ação junto à população.

Eu tenho sido um parceiro, aqui, do Tribunal Superior do Trabalho. Tenho relatado projetos, tenho apresentado projetos, porque entendo que a Justiça do Trabalho tem que ser mais eficaz e ter, efetivamente, o condão de fazer justiça e de resolver, definitivamente, as questões que se arrastam, muitas vezes, durante anos e anos.

Do mesmo modo, o Dr. Barroso é um velho conhecido dos trabalhos aqui, no Congresso, um homem que serviu ao Brasil do Rio Grande do Sul ao Amazonas. Portanto, passou por este País continental com diversas experiências e eu fui muito tranquilo ao relatá-lo, como Relator *ad hoc*, substituindo ao eminente Senador Eduardo Braga, naquela sessão, exatamente pelo conhecimento e pela relação de admiração que tenho com o Dr. Barroso.

Então, são dois excelentes votos. Eu sei que a votação é secreta, mas eu quero abrir meu voto, aqui, pela qualidade dos indicados e pela tranquilidade que nós temos em votar e aprovar esses dois grandes nomes.

Eu peço a V. Exª que nós possamos, fazendo a votação de hoje, encaminhar, ainda hoje, para o Plenário do Senado, para que nós possamos aprovar, também, no Plenário do Senado, junto com o Ministro do STJ, o Ministro Néfi, que foi sabatinado e aprovado aqui, anteriormente.

Então, parabéns aos dois indicados. Vocês honram a Magistratura brasileira, e, sem dúvida nenhuma, vão exercer um grande papel pela história e pela retrospectiva do trabalho que ambos exerceram.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Mozarildo, com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, diante, inclusive, dos relatórios dos dois Relatores, não teria, praticamente, nada a acrescentar, mas quero acrescentar, sim, que não só analisei o currículo dos dois, como me informei e acho que, realmente, a escolha vai ser muito boa para o País e para a Justiça especialmente.

Eu queria só fazer minhas também as palavras do Senador Pedro Taques. Eu fui Relator revisor da Medida Provisória do Mais Médicos. Realmente, o único ponto de interrogação que ficou nessa questão foi a dos médicos cubanos. E olhe que Roraima foi pioneiro na questão de trazer médicos de Cuba para suprir as carências no interior, principalmente, mas, até, para implantar o curso de Medicina. Então, quer dizer, eu não estou discutindo a questão do mérito, em termos de capacidade, dos médicos cubanos. Tanto que eu relatei, acrescentando algumas coisas. Mas, realmente, me preocupa essa questão trabalhista e humanitária dos médicos que estão trabalhando aqui. Também naquela época, lá em Roraima, grande parte dos salários deles era enviada diretamente para Cuba. Isso, realmente, merece uma atenção muito especial.

Por fim, também fazer minhas as palavras do Senador Pedro Taques, porque temos que estar muito atentos à geografia atual. O extremo norte do Brasil não é mais o Oiapoque. Do Chuí, comprovadamente, são 60 quilômetros acima do Oiapoque. Se quiser dizer que do litoral o Oiapoque é o extremo norte, é verdade. Agora, se for analisar o mapa, a geografia do Brasil, é o Caburaí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feitos esses esclarecimentos geográficos... Podemos marcar, inclusive, uma audiência pública para discutir os limites entre o Amapá e Roraima.

Senador Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente, é tão somente para manifestar a minha admiração e o meu respeito pelo Dr. Douglas Alencar e pelo nosso conterrâneo José Barroso, de Carmópolis, cujo passado na área jurídica os credencia ao exercício de funções tão importantes no Judiciário brasileiro. Acho que não é só o conhecimento jurídico que conduz o cidadão a uma posição de destaque na Magistratura brasileira. É preciso, antes de tudo, que o seu passado seja analisado, que a sua estrutura psicológica e ética seja exemplos a serem seguidos pelos mais jovens.

Justamente por causa dessas qualidades inerentes aos indicados, eu votarei favorável, com louvor, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Valadares.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, na mesma linha, eu quero aqui também só manifestar uma posição favorável, embora o voto seja secreto, mas eu quero aqui fazer questão de também dizer do meu reconhecimento tanto em relação ao Dr. José Barroso como ao Dr. Douglas. Enfim, são indicações que, com certeza, vão garantir, de um lado, toda a tranquilidade ao setor e, ao mesmo tempo, essas condições, como vimos aqui nas falas, das possibilidades de avanços, de poder ter avanços significativos.

Por essa razão, parabenizo pela indicação e manifesto aqui a posição favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estamos concluindo a ordem dos oradores que estão indagando. Eu pergunto ao Dr. Douglas, tradicionalmente, a atuação do juiz limita-se às funções de interpretação e aplicação da lei. Modernamente, diante de um caso concreto, observa-se a construção do direito – aspas – "pelo magistrado". Qual é o entendimento de V. Exª a respeito da possibilidade dessa criação de direitos, subjacente em decisões judiciais? Quais são os limites da criação desse direito?

Ao Dr. Barroso, no dia 12 de fevereiro, o CNJ promoveu um debate para avaliar e apontar o futuro da Justiça Militar no Brasil. Qual a opinião de V. Exª? A justiça Militar deve seguir como um ramo autônomo ou deve ser integrada à Justiça comum? Nesse caso, como seria a transição das funções dos tribunais militares para tribunais estaduais?

Confesso a eficácia e a qualidade desse debate. Diversos colegas Senadores manifestaram essa mesma qualificação, esse mesmo conceito, ainda registrando a presença do Dr. Antônio Pereira Duarte, que já passou por aqui, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Seja muito bem-vindo. O Desembargador Oswaldo Trigueiro também se encontra presente, meu queridíssimo desembargador da Paraíba.

Vamos, agora, às considerações finais, às respostas para que possamos iniciar a votação.

Novamente, pela ordem, o Dr. Douglas.

O SR. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES – Srs. Senadores, eu confesso a V. Exªs que tentei não me deixar contaminar pelo vírus positivo da emoção que o Dr. Barroso já fez inocular neste ambiente, mas, ouvindo referências gentis, amáveis, a meu pai, Senador Cyro Miranda, Senadora Lúcia Vânia, à minha história, confesso que não pude deixar de experimentar uma sensação forte de emoção. Eu quero agradecer ao Senador Eunício Oliveira e ao Senador Eduardo Braga também as palavras amáveis, gentis, que me foram endereçadas.

Como fiz questão de dizer no início de minha intervenção, são mais de 23 anos de serviços prestados ao Poder Judiciário Trabalhista na condição de Magistrado e, ao longo desse período, tenho experimentado, vivenciado, a questão da terceirização, que foi inicialmente questionada pelo Senador Eduardo Braga – aliás, pelo Senador Pedro Taques, salvo engano. S. Exª questionou sobre a terceirização, a Súmula nº 331, o Senador Eduardo Braga também fez considerações a esse respeito e o Senador Rodrigo Rollemberg também, todos mencionaram a questão da terceirização.

A terceirização surge no Brasil na década de 1960, o Decreto-Lei nº 200 foi o diploma normativo pioneiro que trouxe essa possibilidade de terceirização, inicialmente circunscrita à esfera pública. Atividades que não fossem circunscritas aos fins públicos propriamente ditos deveriam ser objeto de terceirização pelo Poder Público. Posteriormente, em 1974, a Lei nº 6.019 permitiu a terceirização em atividade fim, a Lei do Trabalho Temporário.

Mas nós experimentamos a mudança dos processos de produção, e a terceirização acabou alcançando a esfera privada. O Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula nº 256 num primeiro momento, e essa súmula hoje foi superada pela Súmula nº 331. O que o Tribunal Superior do Trabalho pretendeu fazer foi, a meu juízo, tentar confinar esse fenômeno, que é essencialmente econômico, a um padrão ético e civilizatório mínimo, e o fez imputando a responsabilidade subsidiária ao tomador dos serviços por eventuais lesões a direitos trabalhistas praticados pelo contratante, pelo empregador que terceiriza ou que promove ou que oferece a mão de obra terceirizada. O Tribunal Superior do Trabalho, a meu juízo, agiu bem, agiu num espaço de anomia, de ausência de qualquer regulação legal e o fez tentando, como disse antes, estabelecer parâmetro ético mínimo, que não levasse à conclusão de que o trabalho era uma mercadoria, que o trabalho humano poderia ser objeto de comercialização.

Mas o fenômeno da terceirização se expandiu, e o Tribunal Superior do Trabalho começou a enfrentar situações em que a terceirização alcançou atividades fim, atividades finalísticas, e construiu, então, um critério diferenciador do que vem a ser atividade fim e do que vem a ser atividade meio. Admitiu a terceirização em atividade meio, mas não o fez em relação às atividades fim. Mas o mundo muda, as novas relações se estabelecem no plano da economia, sistemas, modelos de produção novos são estabelecidos. A terceirização ganhou corpo em escala mundial, e nós hoje enfrentamos um tensionamento dos limites dessa terceirização. O Projeto de Lei nº 4.330 busca enfrentar essa situação e legitima a terceirização em atividade fim fixando a responsabilidade do tomador, a responsabilidade solidária, estabelecendo os mesmos direitos para o empregado da empresa de terceirização.

Mas é preciso deixar claro que o problema da terceirização está no prejuízo que causa à integração do trabalhador à própria empresa, ao universo produtivo e econômico a que ele se vincula. Esse é o grande problema que, acredito, está a permear a terceirização.

Na Justiça do Trabalho, pelo menos até onde a minha experiência me permite informar a V. Exªs, a terceirização é um grande foco de problemas. Nós da Justiça do Trabalho enfrentamos... A metade – arriscaria dizer a V. Exªs – dos recursos e ações que chegam ao Poder Judiciário veicula temas, problemas ligados à terceirização.

O TST alterou a Súmula nº 331 – e essa é questão do Senador Eduardo Braga – e o fez a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que reafirmou a constitucionalidade do art. 71 da Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, de 1993. O Supremo Tribunal Federal, num acórdão composto por vários votos, permitiu a compreensão de que a imputação da responsabilidade ao Poder Público seria, sim, possível. Esse foi o voto do Relator, Ministro Cezar Peluso, que ponderava sobre a obrigação do Poder Público de acompanhar a execução dos contratos de trabalho firmados entre os órgãos públicos e as empresas de terceirização. Violado o dever de vigilância, haveria espaço para a imputação da responsabilidade. Esse é o cenário com o qual estamos convivendo na atualidade.

Senador Pedro Taques, V. Exª tem se notabilizado por produzir questionamentos sérios nesse momento importantíssimo da sabatina daqueles que são indicados para compor os tribunais superiores e o Supremo Tribunal Federal. V. Exª tocou em um ponto extremamente sensível, que é o Programa Mais Médicos.

Confesso a V. Exª que o conhecimento que eu tenho sobre a forma jurídica desse programa é um conhecimento extraído das notícias divulgadas pela mídia. Não me aprofundei no estudo do programa, mas V. Exª indicou o preceito constitucional, o art. 49 da Constituição, e um amigo trouxe a Constituição aqui, achando que eu estava em dúvida sobre a exata dicção do dispositivo, e eu realmente confesso que estava. Verifiquei

que o art. 49 reserva ao Congresso Nacional a competência para expor sobre tratados internacionais, negociações internacionais. E aqui seria o questionamento de V. Exª.

Como eu disse, eu não estudei a fundo esse assunto. Não quero fugir a qualquer resposta, acredito que a saúde é um direito fundamental. Está assim disposto na Constituição. É um direito social, é um dever do Estado prover serviços de saúde dignos. E ouvindo o questionamento de V. Exª me pus a refletir sobre um drama que, em alguns momentos, nós do Judiciário enfrentamos, particularmente o Tribunal Superior do Trabalho, quando se viu, em determinado período da sua história, desfalcado na sua composição originária.

O Senador Aloysio Nunes foi um dos relatores da reforma do Poder Judiciário e acompanhou os efeitos nefastos, diria eu, que advieram sobre a prestação jurisdicional trabalhista em razão da extinção da representação classista e da supressão dos cargos por eles ocupados em todos os tribunais do trabalho, tribunais de segundo grau e o Tribunal Superior do Trabalho.

Naquela ocasião, qual foi a solução encontrada, discutível do ponto de vista constitucional? Qual foi a solução encontrada, mas, naquela época com o aval do Supremo Tribunal Federal? Convocar juízes de tribunais regionais para responder àquele volume crescente de demandas que se acumulavam no Tribunal Superior do Trabalho.

Aí me lembro de ter ouvido de um Ministro a resposta que obteve de outro Ministro do Supremo Tribunal Federal: "Qual a inconstitucionalidade seria pior? Negar o acesso à Justiça, comprometer e inviabilizar o funcionamento de um tribunal superior ou, por meio de um artifício administrativo, convocar, trazer julgadores em reforço para dar cobro a esse volume de ações e recursos?"

Talvez no caso concreto, estejamos diante de uma situação parecida. A necessidade de prover a saúde a todos os cidadãos brasileiros é inafastável, é inegável, é um dever constitucional. E se houve algum defeito de forma, certamente a Suprema Corte deverá sobre ele se pronunciar.

Concordo com V. Exª. Não podemos operar com a ética da responsabilidade, devemos trabalhar com a ética da convicção. O texto constitucional deve sempre ser prestigiado. É o diploma que funda a nossa ordem jurídica.

Com isso, Senador, eu deixaria essa resposta...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente, sem querer polemizar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Desembargador Douglas, como fica a cláusula de não retrocesso aqui do Direito Constitucional francês, o efeito *cliquet* e o princípio da dignidade da pessoa humana diante disso?

Eu não quero polemizar, mas eu só queria uma reflexão de V. Exª sobre também a dignidade da pessoa humana, que não escolhe fronteiras. Nós estávamos discutindo Geografia agora há pouco, e V. Exª falou em não coisificar o cidadão. Lá no imperativo categórico kantiano, como fica a dignidade da pessoa humana?

Eu me esqueci de uma pergunta, se me permite. Qual é o limite para que possamos diferenciar a violação de regras trabalhistas do trabalho escravo? Esse limite lindeiro do art. 203 do Código Penal para o 149. Um pouco sobre isso. É muito importante, porque eu estou construindo o Código Penal e queria ouvir uma posição abalizada de V. Exª.

O SR. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES – Ainda na sequência da reflexão que surge a partir do Programa Mais Médicos, V. Exª questionou a ausência de licitação, a ausência da anuência do Congresso, a questão das jornadas diferenciadas, da remuneração diferenciada e, de certa forma, já sugeriu a resposta, porque a própria Constituição assegura a isonomia de direitos a todos aqueles, nacionais ou estrangeiros, que estejam em território nacional. Ou seja, os médicos que vêm – de qualquer nacionalidade que provenham – devem ter assegurados, sem dúvida alguma, os mesmo direitos. A lei aplicável é a lei trabalhista; isso vem desde o Código Bustamante, que é uma convenção internacional firmada em Havana no início do século passado, acho que 1920 – eu não me lembro agora. Mas essa disposição, que foi ratificada no Brasil, estabelece a legislação nacional como aquela que deve ser aplicada.

E, aí, a questão da dignidade da pessoa humana. Nós temos a dignidade humana dos clientes do serviço público de saúde e temos a dignidade humana também dos médicos; a dignidade que não tem fronteiras. O compromisso da nossa ordem constitucional é com a expansão sempre dos direitos fundamentais, e a dignidade tem que ser sempre preservada, independentemente de qualquer limite territorial ou fronteiriço.

V. Exª agora questiona, toca num outro ponto que é extremamente delicado, que coloca em campos opostos, de forma bastante apaixonada, talvez num Flamengo e Vasco da cidadania – eu ia dizer Fla-Flu, mas como eu sou vascaíno eu vou trocar a referência clássica –, o direito de propriedade de um lado e o trabalho escravo, sobretudo nos campos, que é uma situação que vem sendo combatida. O Ministério Público do Trabalho tem movido ações civis públicas; essas ações têm sido julgadas pela Justiça do Trabalho. A questão do

trabalho degradante, do trabalho indigno, do trabalho forçado, da situação do trabalhador que não se vê titular do direito de livre ir e vir, não tem liberdade de locomoção são, sem dúvida, ainda, situações dramáticas que existem na nossa sociedade.

Eu me lembro de que o Ministro Francisco Fausto, do Tribunal Superior do Trabalho, compareceu à OIT, antes da sua aposentadoria – era o Presidente do Tribunal –, e, num discurso eloquente, ele afirmou que o trabalho escravo ainda existia no Brasil, causando uma perplexidade geral.

Qual o limite da configuração do ilícito penal e do ilícito trabalhista?

Nós temos na Constituição o dever da União... Sr. Presidente, eu não quero me estender, mas os temas são tão apaixonantes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Você me permite? Não só apaixonante, mas é um tema da atualidade aqui para o Senado.

Permita-me, Presidente.

Eu fui Relator aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, da chamada PEC do trabalho escravo, que pune – com expropriação até – propriedades, urbana ou rural, onde for encontrado trabalho escravo. E o Senador Jucá foi o Relator de uma proposta de lei que viria a regulamentar essa emenda, que eu entendo que não é autoaplicável. Assim como a emenda constitucional que determinou que as terras onde fossem encontradas plantas psicotrópicas deveriam ser expropriadas, ela, para ser implementada, precisou de uma lei para lhe dar eficácia, uma lei processual, eu entendo que... E exatamente essa questão que nós estamos discutindo agora.

E a pedra de toque da nossa discussão, o ponto em que há controvérsia, é a questão do trabalho exaustivo – degradante, forçado, etc. É o trabalho exaustivo, que é bíblico: ganharás o pão com o suor do teu rosto. Mas qual é o limite? É essa a questão. O ponto nodal da discussão é o trabalho exaustivo.

O SR. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES – Agradeço-lhe, Senador Aloysio. V. Exª lança mais luzes a essa reflexão. O que é o trabalho exaustivo, que poderia ser qualificado e tipificado como trabalho análogo à condição do escravo? Eu diria que a Constituição estabelece um dever, para a União, de fiscalizar, de implantar as estruturas e de exercer a fiscalização do trabalho.

Nós temos na CLT, por exemplo, diversos direitos que são irrenunciáveis, direitos que são indisponíveis – como o direito a férias, o direito ao 13º salário, o direito ao descanso semanal remunerado. E direito, também, a um limite máximo de sobrejornada, de horas extras, que são duas.

Mas o que a prática da vida tem demonstrado? A utilização de horas extras é socialmente inconveniente porque elas tiram o trabalhador do seu convívio social, de outras dimensões de sua vida privada, o trabalho extraordinário sem limites. Isso gera um dever de reparação patrimonial integral – evidente –, mas configura um ilícito administrativo. E, aí, os auditores fiscais do trabalho, quando detectam essa situação, lavram os autos e fixam uma multa, que vai para a Justiça do Trabalho ser executada.

Lembro-me de que agora surge no Judiciário trabalhista uma nova discussão sobre o dano existencial. É uma questão nova que está sendo trabalhada por muitos advogados, e a jurisprudência começa a enfrentar esse debate, porque o trabalho tem inúmeras dimensões. O trabalho não deve ser compreendido apenas como a fonte ou o *locus* de onde se retiram recursos para prover a própria subsistência. O trabalho é também instrumento de afirmação social. E existem outras dimensões importantes. O direito ao lazer é um direito fundamental, bem como o direito à socialização, o direito ao convívio familiar. Enfim, existem outras dimensões. Quando essas outras dimensões são violadas pela subtração do direito às férias, pela supressão do direito ao descanso semanal remunerado, pela exigência de horas extras em limites excessivos, surgiria a possibilidade de um dano existencial.

Parece-me que nós estamos ainda diante de um conceito em construção – o que seria esse trabalho exaustivo – para o qual creio que o concurso das experiências práticas da vida será muito importante.

Não sei se respondi, mas é preciso apressar as respostas.

O Senador Cyro Miranda questionou sobre o processo de seleção dos magistrados para os tribunais da União – tribunais superiores e Supremo Tribunal Federal – e sobre a participação do Poder Executivo nesse processo.

No âmbito do Judiciário Estadual, para o Tribunal de Justiça, os juízes da carreira não mais devem percorrer aquele caminho político institucional – não é um caminho político-partidário – de busca de apoiamentos para que o seu nome seja levado ao governador do Estado e eventualmente sagrado com a indicação. Nos tribunais da União, ainda persiste essa regra. Eu confesso a V. Exªs que experimentei a ascensão ao Tribunal Regional em 2003 e me submeti a esse processo.

Por um lado, foi um processo muito interessante, porque pude manter contato com vários Parlamentares, com instituições da sociedade civil, com sindicatos, com professores universitários e essa interlocução foi muito boa, muito interessante para permitir a abertura de canais de comunicação com essas outras instâncias.

Mas é uma questão que talvez mereça a reflexão de V. Exªs. Essa previsão está posta no Texto Constitucional e, enquanto não houver alteração, ela deve ser cumprida.

Sobre concursos públicos, Senador Rodrigo Rollemberg, penso extremamente virtuoso que o Congresso Nacional edite uma lei dispondo sobre os processos de seleção, que devem ser realizar de forma impessoal, com valorização do sistema de mérito. E louvo a notícia que V. Exª traz, porque nós temos inúmeros casos em que se discute quebra de isonomia e desvios de finalidade em razão da forma como os concursos públicos são endereçados.

Sr. Presidente, eu não quero me alongar. Não sei se respondi a todos, mas, premido pelo tempo, pela pauta de V. Exªs, agradeço muito a atenção com que me ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Douglas.

As respostas de V. Exª mostram efetivamente a dimensão do seu prestígio junto à Justiça do Trabalho pelo seu profundo conhecimento das causas que envolvem o mundo judiciário do trabalho. Certamente V. Exª estará habilitado a exercer esse novo desafio.

Com a palavra, para as suas considerações finais, o Dr. Barroso.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Obrigado, Sr. Presidente.

As questões que me foram colocadas têm respostas imbricadas, porque dizem respeito à própria... Não à extinção, não digo isso, mas como existir, como ser algo funcional dentro do nosso sistema de justiça.

Pontuo: a Justiça Militar brasileira segue as normas, os princípios gerais editados pela ONU. Ao contrário de outros países, nós não somos um órgão administrativo, não somos uma corte marcial. Nós temos um órgão judicante com todas as garantias e prerrogativas, ao contrário do que foi lançado em relação à Justiça Militar argentina e de outros países sul-americanos, que são órgãos administrativos vinculados ao Poder Executivo. A nossa Justiça Militar tem uma peculiar formatação e é sempre motivo de destaque nos congressos internacionais. Como nós temos essa autonomia? Porque somos juízes. Essa é a grande diferença.

Quanto à súmula citada pelo Senador Pedro Taques, de prerrogativa de função, o militar da reserva não deixa de ser militar. Ele continua submetido à legislação específica, a questões disciplinares. Então, ele não perde a função, por isso ele continua sendo julgado pelo Superior Tribunal Militar. Então, não há uma antinomia em relação a essa questão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O militar da reserva é militar, como ex-Senador é ex-Senador, como o presidente é ex-presidente. Mas, quanto ao militar da reserva, existem determinados regimes jurídicos que não se aplicam a ele e se aplicam aos da ativa. Por exemplo, o militar da reserva pode se manifestar politicamente, o presidente do Clube Naval pode se manifestar politicamente. O que a Constituição veda para militares da ativa. Então, o regime jurídico dos militares é diferenciado, mesmo da ativa para a reserva. A minha dúvida é essa.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Especialmente em relação ao militar da reserva, o que diferencia a ativa e a inatividade é que na inatividade nós temos duas situações, que é a reserva passível de convocação e a reforma, que seria realmente a aposentadoria. Em relação ao militar da reserva, por ser passível de convocação, é um posicionamento, não vejo essa antinomia que afaste a competência. Então, meu posicionamento é de que há de se preservar esse entendimento, embora tratemos de Direito, que é uma matéria a ser construída a cada dia, a ser legitimada a cada dia.

Ações de GLO estão previstas. Primeiro, o farol de atuação das Forças Armadas está no art. 142. Dentre as orientações, está a defesa da Pátria, dos Poderes constituídos e essa possibilidade de ação em GLO. Mas a GLO pressupõe – isso é normativo, não é uma opinião, não é um achar – o esgotamento das forças estaduais, indisponibilidade, insuficiência e por um ato do presidente da República é que as Forças podem atuar por um tempo determinado, nos limites do ato de convocação. Existe uma ADI em relação a isso, porque a Lei Complementar 97, que foi modificada pela 117 e pela 136, submete ações de GLO, os crimes da atividade de GLO, à Justiça Militar.

Isso merece uma discussão, mas, em minha opinião, esse posicionamento das Forças em atendimento a um preceito constitucional com regramento legal é sim missão militar e, sendo missão militar, os militares que eventualmente cometam crimes devem ser submetidos à Justiça Militar. Agora, que Justiça Militar é essa, Senador Pedro Taques? É isso que no corpo da minha exposição – e aí já trazendo o que foi discutido no CNJ – eu acho que nós podemos evoluir. Julgamento de civil deve ser na Justiça Militar, mas não pelo Conselho. Não há por que submeter o civil porque o juiz militar... Qual é a contribuição dele em relação? É que ele traz as noções da caserna, o dia a dia de hierarquia e disciplina. Isso, quando estamos julgando um crime propriamente militar, tem toda relevância. Quando nós estamos diante de um civil – aí a diferença –, seja autor ou seja vítima, a proposta é de que seja julgado monocraticamente pelo juiz auditor. Pela simetria, um eventual recurso, nas turmas que estou propondo no STM, seja julgado por Ministros civis para manter essa...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – No STM?

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – No STM,porque o STM, na minha proposta, passaria a conhecer de recursos especiais e ordinários da competência da Justiça Militar. Seria verdadeiramente o tribunal nacional.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

Quanto à questão da Garantia da Lei e da Ordem, conheço a legislação que regulamentou o art. 142. Eu só queria saber a opinião do senhor, o senhor já deu a opinião. É uma opinião. No tocante à competência, ficou muito bem definida. Agora, a ideia é trazer para a Justiça Militar da União a mesma construção constitucional que foi feita no tocante à Justiça Militar dos Estados, que alterou o 125, §4º da Constituição pela Emenda 45. Não é isso? A ideia é...

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Mas essa ideia implica numa modificação, além da competência, de composição, a estrutura funcional de como fazer isso. E aí, vem a submissão do civil à GLO, mas estaria sendo julgado por um juiz civil, um juiz concursado. Talvez, essa solução, enquanto nós pudermos meditar sobre isso, esteja na ADPF nº 298, que, se for dada uma interpretação conforme, permaneceria na Justiça Militar, mas sob a competência do juiz monocrático. Acho que a ADPF é muito interessante e fundamental na solução dessa questão.

Os requisitos em relação aos oficiais-generais estão previstos na Constituição, e me cabe cumpri-los. São oficiais-generais de quatro estrelas, fizeram toda a carreira, contribuem no regime de escabinato, com a sua experiência de caserna. Nos termos da Constituição, não há essa exigência de notável saber jurídico.

Agora, na formatação que eu trouxe a V. Exªs, nós teríamos turmas especializadas em matéria jurídica, propriamente jurídica, que seria a questão administrativa e julgamentos dos crimes em que nós tivéssemos civil, seja como autor, seja como vítima. Essas turmas seriam civis. Restaria uma turma para julgar os crimes residuais em forma de escabinato no que fosse pertinente. Então, nós estaríamos dando um formato mais sistêmico à Justiça Militar, tornando o STM um tribunal verdadeiramente nacional, em relação ao conhecimento de recursos ordinários e especiais.

Critérios para a diferenciação de terrorismo e de movimentos sociais. É muito pertinente essa discussão sobre terrorismo neste momento de grandes eventos, mas que nós tenhamos uma legislação própria sobre isso com a tipificação do que é realmente terrorismo. Em linhas gerais, o terrorismo visa à desestabilização do Estado ou infundir um temor, uma atemorização da população.

Não é isso o que se espera de um movimento social, que, ao contrário, quer o crescimento social, o desenvolvimento. O que não quer dizer que num eventual movimento social não tenhamos até um ato terrorista. Mas temos que ter essa definição conceitual das duas situações, para que possamos, na soma das nossas inteligências, definir o que é terrorismo, para que não corramos o risco de criminalizar os movimentos sociais, já que são importantes para o desenvolvimento desta sociedade.

Em termos gerais, espero ter atendido V. Exª.

Finalizo, Presidente, dizendo da emoção que eu transmiti aqui. Ainda bem que eu transmiti, porque eu julgo pessoas, eu tenho que julgar e ter essa percepção da humanidade do ato de julgar. E é muito significativa, finalizando, essa minha indicação, porque, como eu até já comentei com os meus alunos, vale a pena você lutar – e lute sempre! Alguns anos atrás, um aluno me perguntou: "Professor Barroso, qual é o sentido da vida?" Eu falei: "Em frente. Em frente, sempre." Então, é muito significativo para mim.

O Senador Valadares falou de Carmópolis. Pois o meu avô, 60 anos atrás, era um pequeno agricultor em Carmópolis. Com muito esforço, criou os filhos para serem pessoas dignas e honestas. Um deles foi promotor de justiça; o neto foi indicado para um tribunal superior na condição de Ministro. Isso é muito significativo. Isso, para mim, ao fim e ao cabo, é justiça, é a possibilidade desse espaço de desenvolvimento. O único que nos interessa é o desenvolvimento humano, é aquele que fica e justifica as nossas ações.

Finalizando, eu separei para outro momento, uma palestra, mas é cabível aqui. Eu vou terminar dizendo por que continuar. Eu vou parafrasear uma expressão de Vinícius de Moraes, na sua obra Operário em Construção: "Mas nós bem sabemos esse fato extraordinário: que o operário faz a causa, e a causa faz o operário." Esse é o sentido.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É "a casa".

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO (*Fora do microfone.*) – Eu mudei; eu parafraseei.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me só um pela ordem.

Eu estou satisfeito com as respostas do Dr. Barroso. Em termos de lealdade, honestidade parlamentar e acadêmica, o STM não diferencia militar da reserva e o reformado para fins de aplicação de foro competente. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos à votação.

Deem-me a lista dos Srs. Senadores.

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senadora Gleisi Hoffmann. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Suplicy. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Eunício Oliveira. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Senador Cássio Cunha Lima. (*Pausa.*)

Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Senador Rollemberg. (*Pausa.*)

Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Com o Senador Ciro Nogueira, encerra. Fechou tudo. Fechou esse bloco.

Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)

Senador Cyro Miranda. (*Pausa.*)

Fechou esse bloco também.

Senador Cyro, vote.

Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)

Senador Gim. (*Pausa.*)

Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)

Com os Srs. Senadores, nós fechamos.

Encerrado o processo de votação.

Peço aos Senadores Gim Argello, Lúcia Vânia e Cyro Miranda que iniciem o processo de escrutínio e apuração dos votos.

Cada um fica com uma urna e a Senadora Lúcia Vânia faz a fiscalização dos dois. (*Pausa.*)

Agradeço o trabalho fiscalizador, vigilante dos senhores escrutinadores.

Vou proclamar o resultado:

Para o Sr. Douglas Alencar Rodrigues, 26 votos SIM; e nenhum voto NÃO.

Para o Sr. José Barroso Filho, 24 votos SIM; 02 votos NÃO.

Parabéns a ambos. (*Palmas.*)

Solicitado pedido de urgência.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Urgência concedida.

As matérias seguem a Plenário.

Um minuto para as despedidas e continuamos a nossa reunião ordinária. (*Pausa.*)

Retomaremos, a partir de agora, a pauta ordinária e deliberativa de nossa reunião.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª, e também com a compreensão dos colegas. Tenho dois pareceres hoje na comissão: um é o item 12, não terminativo,

que está pautado; e outro, que não está pautado, eu gostaria de consultar V. Exª para colocá-lo extrapauta. O que está pautado é o PLS 104, e o outro é uma Proposta de Emenda à Constituição nº 63.

Por que eu justifico isso, Presidente? A partir de amanhã estarei de licença do Senado e como eu gostaria de deixar minha tarefa aqui, nesta Comissão, totalmente concluída, gostaria de ter a possibilidade de ler os dois pareceres já nesta tarde de quarta-feira.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Blairo Maggi, para nosso lamento, vai nos deixar momentaneamente, embora a suplência do Senador Blairo Maggi sempre seja muito bem-vinda, já funcionou aqui. O Senador Cidinho é uma figura admirável.

Há alguma objeção à solicitação do Senador Blairo Maggi? (*Pausa.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, tenho sim. Tenho objeção em relação à Proposta de Emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª não concorda com a inclusão extrapauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Esclareço a V. Exª e ao Senador Blairo Maggi.

Eu aqui sou membro de um partido minoritário, partido de Oposição minoritário. Eu tenho por princípio não permitir matérias dessa delicadeza serem extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com uma única objeção, nós temos um acordo, um entendimento de que nós não podemos incluir matéria extrapauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Emenda constitucional extrapauta eu sinceramente não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem o uso do seu direito, e V. Exª será atendido.

A outra matéria está na pauta, é o item 12.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos pela ordem: o Senador Gim pediu a palavra; depois, o Senador Luiz Henrique; e, depois, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, meu pedido é bastante simples. É só para fazer uma inversão de pauta, se todos concordarem, para o item 4, de que V. Exª é o Relator, ser o primeiro item a ser discutido logo que V. Exª abrir os trabalhos. É o item nº 4. Porque daí se tiver que acontecer alguma coisa, já libera as pessoas que estão aqui.

Era só isso.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos por parte.

Podemos atender o Senador Gim? Por unanimidade, o Senador Gim será atendido.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –Senador Luiz Henrique, depois o Senador Randolfe e depois o Senador Requião.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu não pude participar das sabatinas porque estive a manhã toda envolvido em reuniões com a coordenação e secretários da Fazenda que compõem o Confaz. O resultado dessas reuniões foi a apreciação de uma proposta de emenda a ser apresentada por mim, na condição de Relator do projeto de lei que trata do novo indexador da dívida, no sentido de convalidar os incentivos fiscais concedidos pelos Estados à revelia de uma deliberação do Confaz. Os secretários da Fazenda presentes ao meu gabinete ainda se encontram lá e me solicitaram que requeresse a V. Exª – ouvido o Plenário – que essa matéria venha a ser votada no próximo dia 26, porque os secretários da Fazenda dos Estados estarão reunidos na próxima quinta-feira, quando pretendem estabelecer um entendimento sobre o texto ser submetido à deliberação desta Comissão relativamente à convalidação dos incentivos.

Essa reunião do Confaz realiza-se na próxima quinta-feira, por isso que me solicitaram que a matéria seja novamente pautada para quarta-feira, dia 26. A consequência da apresentação de uma emenda – e essa emenda só pode ser apresentada por mim, na condição de Relator – é que, em sendo ela aprovada nesta Comissão, na Comissão de Assuntos Econômicos e no plenário, voltará para a Câmara para que a Câmara dos Deputados delibere sobre ela.

Então, essa é a comunicação que eu gostaria de fazer à Comissão na condição de Relator. Eu recebi um apelo, de um lado, do Governo Federal, através de seu Líder, Senador Eduardo Braga, no sentido de que examinasse a inclusão da convalidação dos incentivos na aprovação dessa matéria e um apelo dos secretários da Fazenda em nome dos governadores de Estado para que eles possam examinar, detalhar, esmiuçar o texto

dessa emenda e possam, por decisão unânime do Confaz, apresentar uma proposta. Qual seria o ganho na tramitação desse projeto? É que os novos indicadores da dívida já seriam aprovados, ficaria pendente de nova deliberação apenas a emenda, caso ela venha a ser apresentada.

Era essa a comunicação que eu gostaria de fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k. Vamos objetivar a solicitação do Senador Luiz Henrique. Há alguma objeção?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pelo contrário. Eu quero aqui ressaltar a importância da negociação que está sendo feita pelo Senador Luiz Henrique. O tema da convalidação é fundamental para a economia brasileira e para os Estados mais pobres. Todos nós temos urgência de votar o indexador da dívida, mas é muito importante também que tenhamos uma solução rápida para a questão da convalidação dos incentivos, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal está discutindo essa matéria, já há voto contra os incentivos; e se caírem esses incentivos, vai ser um pandemônio na geração de empregos, na atividade econômica dos Estados menos desenvolvidos.

Então, o Senador Luiz Henrique, conduzindo com a habilidade, com a competência que lhe é peculiar, sem dúvida nenhuma vai trazer uma emenda que será aprovada por esta Comissão e pelo Plenário, porque a convalidação desses incentivos, no prazo que os incentivos foram concedidos, é fundamental para nós mantermos o nível de empregos e o nível de crescimento da economia, Sr. Presidente.

Portanto, eu quero parabenizar o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sem objeções, o acordo foi conduzido de forma brilhante.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu só perguntaria ao Senador Luiz Henrique se o Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul estava presente nessa reunião com V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O Secretário do Rio Grande do Sul também estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sem objeções, fica, por conseguinte, adiada a votação do presente relatório para o dia 26, como o primeiro item de pauta.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 1

EMENDAS DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2013
– Complementar

Ementa do Projeto: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências.
Autoria do Projeto: Presidente da República
Relatoria das Emendas: Senador Luiz Henrique
Relatório: Contrário às Emendas de Plenário nºs 6, 7 e 8.
Observações: – *Em 26/02/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está encerrado. Vamos para o ponto seguinte. Nós temos Randolfe, depois, Senador Requião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E Suplicy.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, retirado, então, o primeiro ponto de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica o item 4.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Era uma solicitação de inversão, que eu não sei, de acordo com as inversões já aprovadas, como ficaria. Era o item 3, que é o Projeto de Decreto

Legislativo de proposta do Senador Cristovam, que convoca o plebiscito sobre a federalização da educação. Queria propor que fosse o primeiro ponto de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O primeiro ponto de pauta já foi definido, que é o item 4. Depois, será o item de V. Exª. Tem um item do Senador Requião no meio, entre os dois.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Perdão, Presidente. No entanto, esse item – foi combinado na última reunião – seria o segundo item da pauta, somente prejudicado pela questão dos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem razão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Nós mandamos para a reunião de hoje por falta de quórum na outra. Eu não vejo o porquê dessa inversão. Vamos votar logo essa emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem toda a razão. Ficou definido na reunião passada que...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Afinal, como diz o Senador Jucá, acordos são para ser cumpridos. Eu sou um discípulo fiel desse princípio do Senador Jucá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Então, Presidente, o ideal é seguir tudo como dantes no quartel de Abrantes, ou seja, a proposta de emenda constitucional, o projeto de decreto legislativo e o projeto seguinte.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senão, Presidente, utilizando o termo do próprio Senador Jucá, transformamos a reunião num pandemônio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, vamos seguir a pauta. Senão, vou pedir inversão também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Seguindo a ordem da pauta, item 2.

Senador Suplicy, pela ordem, V. Exª pede a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Relativamente ao que há pouco disse o Senador Blairo Maggi, que deverá se ausentar por licença a partir de amanhã, eu gostaria de chamar a atenção de todos para a importância do pronunciamento que ele fará hoje à tarde, sobre a relevante viagem que fez, acompanhado do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Cuba, pois o Presidente Lula o convidou por ser uma das pessoas que mais entende da produção agrícola e, sobretudo, dos produtos sobre os quais ele conhece tão bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k. Vamos ouvir o Senador Blairo à tarde, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ele vai dizer coisas muito interessantes sobre o que aconteceu ali.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu tenho certeza disso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Suplicy, o senhor quer me colocar na obrigação de discursar à tarde, só isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Ele disse "comunista", Senador Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E sobre Cuba!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Aloysio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É muito difícil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, só algumas questões preliminares sobre a nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Já que estamos nas questões preliminares, eu queria me referir ao item 1. Aliás, o item 4, cujo Relator é o Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. O autor é o Senador Gim, e o Relator sou eu.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O Relator é V. Exª, melhor dizendo.

Eu já manifestei a V. Exª o meu ponto de vista em relação à regimentalidade da deliberação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exato.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quero dizer a V. Exª que eu não vou pedir vista, não tenho essa intenção, porque só peço vista quando há alguma intenção de apresentar emenda. Eu sei que V. Exª apresentou uma emenda em seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exato.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Uma emenda que, no meu entender, pode eventualmente levar a uma mudança, do meu ponto de vista. Então, eu peço a V. Exª, com base no art. 108 do nosso Regimento Interno, que essa matéria seja pautada na próxima semana, uma vez que acabamos de receber o parecer de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem toda razão em relação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Dessa forma, nós liberaríamos as pessoas que estão aqui interessadas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem toda razão em relação à questão regimental. Por maior que fosse o meu esforço como Relator, o esforço do Autor, Senador Gim Argello, de construir um relatório que pudesse estar atento às questões constitucionais, efetivamente no mérito, todos nós haveremos de concordar, só pudemos concluir o relatório na noite de ontem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Compreendo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dois dias são necessários para que V. Exªs tenham conhecimento da pauta. Por isso que todas as semanas eu, com a Secretaria, encaminho a pauta, na quinta-feira, para que V. Exªs tenham o direito de ter conhecimento sobre o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Invariavelmente, é o que V. Exª faz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E V. Exª assiste razão. Peço a V. Exª a compreensão para que, com a inclusão, V. Exª possa nos ajudar a aprovar o projeto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Insisto na minha questão de ordem. Não entendi muito bem, porque, se tenho razão do ponto de vista regimental, a matéria não pode ser submetida à Ordem do Dia hoje e sim na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade. Exato, exatamente. E, sim, na próxima semana.

Senador Gim, V. Exª entende a questão regimental aduzida e a decisão da Presidência?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Entendo perfeitamente a questão regimental colocada e, como regimentalista que sou, concordo com o Senador Aloysio, e já concordando com ele, e da parte não haverá pedido de vista na semana que vem, hoje sei da mobilização que foi feita pela manhã, mas, como aqui temos que seguir e eu sou um seguidor do Regimento, concordo, agradecendo – não podia deixar de fazê-lo – aos representantes que aqui estão do Brasil todo dos feirantes, dos quiosques – faço uma citação ao Sr. Luiz Ribeiro, Presidente da União dos Proprietários de Trailers, Quiosques e Similares do DF e Entorno; ao Valdemir, Presidente do Sindicato de Feiras; ao José Maria, Presidente do Sindicato Nacional das Bancas de Jornais do Brasil; ao Sr. Francisco, Presidente da Afecup; à Srª Esmeralda, Presidente da Feira dos Artesãos do Brasil e da Torre de Televisão, dos Quiosques, Feirantes, Jornalistas do Distrito Federal, dos jornaleiros, todos que estão aqui presentes, lutando pelo direito de hereditariedade.

Quero dizer a todos que, por essa questão regimental e com o relatório favorável de V. Exª, Sr. Presidente Vital do Rêgo, com todos aqui que estão presentes a esta reunião, com vontade de votar, mas, regimentalmente, temos que seguir e isso só vai acontecer, então, na próxima quarta-feira.

O que eu lhe pediria, Sr. Presidente, é que seja o primeiro item da pauta da próxima quarta-feira porque eles voltarão aqui e, com isso, não ficariam esse tempo todo aguardando, como o dia de hoje, por conta das sabatinas. Que seja o primeiro item da pauta da próxima quarta-feira se V. Exª assim concordar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferido o pedido de V. Exª, agradecendo a todos as manifestações, o carinho.

Sejam todos muito bem-vindos ao Senado. (*Palmas.*)

Senador Rollemberg, com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para cumprimentar o Senador Gim, parabenizá-lo pela iniciativa, manifestando já o nosso apoio ao projeto, inclusive para que seja incluído como primeiro item da pauta da próxima quarta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 2 da pauta, página 80.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2012
– Não Terminativo -

Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Contrário à Proposta.

S. Exª é contrário à proposta, como haverá de debater e discutir.

Tem a palavra V. Exª.

Senador Jucá com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ser sucinto no relatório, o tema já é conhecido.

O Senador Roberto Requião apresenta uma proposta de emenda constitucional no sentido de criar mandato para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, com mandato de oito anos, com alternância de nomeação de quatro em quatro anos.

Quero dizer que entendo a posição do Senador Requião, em algumas partes do mundo, existe mandato para membros do Supremo, mas o meu parecer é contrário. Defendo o modelo que existe hoje, que é o modelo de manutenção do Ministro do Supremo até a data de aposentadoria. Entendo que a rotatividade de oito anos geraria instabilidade no que diz respeito à jurisprudência nacional, geraria uma mecanismo de volta na proposta.

Aquele ministro que sai, que completa os oito anos, volta ao cargo de origem que exercia, de desembargador ou outro cargo que pudesse existir, criaria também uma dificuldade operacional nesse cumprimento. Então, por conta de tudo isso, não concordar com a linha, com o espírito dorsal, com a linha dessa proposta, meu parecer é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicito a compreensão dos senhores. Nós vamos iniciar um processo de discussão após a sustentação do relatório do Senador Jucá, contrário à proposta do Senador Requião, que define mandato para ministro do Supremo Tribunal Federal. É uma proposta polêmica e eu preciso da atenção dos senhores...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Preciso da atenção dos senhores para avaliação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Peço vistas para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já houve pedido...

Vou consultar a Secretaria se houve pedido de vista. (*Pausa.*)

Não houve pedido de vista. Solicitada vista pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva. Senador Requião, Senador Randolfe.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, DE 2013
– Não Terminativo -

Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.
Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: – *Em 26/02/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não há.

Concedo a palavra ao Senador Taques para suas considerações finais, para iniciarmos o processo de votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, este Projeto de Decreto Legislativo de S. Exª o Senador Cristovam Buarque é constitucional, porque cabe ao Congresso Nacional autorizar a realização de uma consulta popular da espécie plebiscito ou referendo.

O projeto de Decreto Legislativo está de acordo com o art. 49 da Constituição e a consulta popular decorre do que se denomina de democracia dialógica, democracia participativa. Por isso, mantenho o meu voto, conforme já lido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Taques mantém o voto, na forma do termo inicial.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Inscrito o Senador Aloysio.

Vamos fazer a lista de inscrição: Aloysio, Randolfe, Agripino.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Senadora Gleisi e Senador Cristovam.

Senador Aloysio, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não tenho objeção à opinião do Senador Pedro Taques quanto à constitucionalidade. Realmente, é da competência do Congresso Nacional convocação de referendo e plebiscito, para que se manifeste a voz do povo sobre essa modalidade de democracia direta. Mas eu penso, também, que é preciso examinar a conveniência e a oportunidade do tema em discussão e que vai ser submetido à aprovação, à consulta popular.

E aí eu quero dizer, com toda franqueza e admiração que tenho pelo Senador Cristovam Buarque, que eu não concordo com a realização de um plebiscito nessa forma. O plebiscito, no meu entender, deve ocorrer quando nós temos uma questão muito grave sobre a qual há uma divergência que não pode ser resolvida pelo processo legislativo normal, pelo processo de democracia representativa e que exige, para sua solução, uma intervenção direta do povo. Por exemplo, o referendo ou o plebiscito – não sei exatamente o que foi – na Itália a respeito do aborto, anteriormente a respeito do divórcio. Em um país cuja cultura política estava tão associada e entremeada pela cultura religiosa, especialmente pela influência da Igreja Católica, o sistema político italiano se viu incapacitado de resolver essa questão de uma maneira satisfatória e foi convocado o plebiscito.

Nessa questão, meu caro Senador Cristovam, eu não vejo impasse. Mesmo porque, no meu entender, a questão não está formulada na inteireza. O que é responsabilidade do Governo Federal? Há várias formas de se entender essa responsabilidade. Educação básica deve ser de responsabilidade do Governo Federal? Sim. Mas o que é isso? Até onde vai essa responsabilidade? É responsabilidade do financiamento? É responsabilidade do estabelecimento do currículo? É responsabilidade a ponto de se chegar à gestão? Em que nível de gestão? Evidentemente, o Senador Cristovam Buarque não está propondo que o Governo Federal vá gerir as creches, vá gerir a pré-escola. Até onde vai essa responsabilidade?

De modo que, no meu entender, a questão não está corretamente formulada para ser submetida à decisão popular. Talvez fosse o caso, a partir do momento em que o Senador apresentasse sua proposta, a proposta que tem em mente – e seguramente tem, porque é um tema que o apaixona, ao qual ele vem se dedicando ao longo dos anos –; apresente sua proposta e nós poderemos, eventualmente, submetê-la, sob a forma de um referendo, proposta legislativa, à sansão popular.

Agora, responsabilidade... Veja a pergunta: A educação básica brasileira pública e gratuita deve passar a ser responsabilidade do Governo Federal? Até onde vai essa responsabilidade? Vamos até ficar no limite da gestão municipal, no financiamento, estabelecimento de currículo, parâmetros, até onde?

Penso, meu caro Cristovam, que a pergunta não está suficientemente clara para que possa suscitar uma resposta igualmente clara. Esta é a minha objeção. A objeção aí é de mérito, quanto à pergunta ser submetida ao crivo popular.

Por essa razão, meu prezado amigo Cristovam Buarque, eu voto contra. Por essa razão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª como Relator pode a qualquer momento...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É que, aqui, Sr. Presidente, esses detalhes... Não quero enfraquecer o argumento do Senador Aloysio Nunes no tocante à gestão, ao financiamento, que são questões relevantes, mas para a pergunta de uma consulta popular, isso será minudenciado, será esclarecido ao depois, no momento correto da construção legislativa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Meu caro Relator, meu caro Pedro Taques, o senhor poderia me dizer qual é, até que ponto vai essa responsabilidade? Haveria aqui, nesta Comissão, dois ou três pensamentos comuns a respeito deste tema? Não há!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Se me permite, Senador, eu queria contribuir também.

Senador Pedro Taques, há a responsabilidade que nós estamos dando às pessoas para tomar uma decisão sem ter os elementos necessários para tomar a decisão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A pergunta não é clara.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Porque é um sistema complexo que envolve, além de gestão, o financiamento, a educação dos filhos, a participação social, a estrutura social.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Envolve a Federação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Enfim, qual é a informação? Nós que temos informações, nós que conhecemos o tema temos já dificuldades em fazer um debate aprofundado sobre isso, tomar uma decisão clara, imagine o cidadão, de uma forma ampla. Muitas vezes, ele é sugestionado a tomar uma decisão porque não tem embasamento necessário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos organizar o debate, até porque o Senador Aloysio já concluiu a sua indagação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente, como Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª relatou, posicione-se.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu entendo o argumento da Senadora Gleisi Hoffmann, ele é válido, mas não existe nada mais complexo do que a vida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Só um minutinho, deixe-me terminar meu argumento.

Não existe mais complexo para a medicina – e V. Exª, Presidente, é médico – definir quando começa a vida: se no momento em que o espermatozóide fecunda o óvulo, no fenômeno da nidação, criando o zigoto... E existem consultas populares para definir se o cidadão é contra ou a favor do abortamento. Portanto, a complexidade...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim, mas aí é sim ou não, Pedro. É sim ou não. Agora, responsabilidade comporta vários graus. Esse é que é o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio, V. Exª já terminou sua indagação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, mas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Portanto, a complexidade da pergunta, isso pode ser minudenciado, detalhado, sim. Porque, hoje, a educação pública básica não é responsabilidade da pessoa jurídica com capacidade política União, porque foi opção legislativa do Constituinte em 1988. É uma pergunta simples.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu quero, com a devida vênia, concordar com o início da argumentação do Senador Aloysio.

Plebiscitos são convocados para razões de extrema gravidade. Nós não temos razão de maior e extrema gravidade em nosso País hoje do que o drama da educação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Então vamos legislar sobre isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vamos, vamos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vamos assumir a nossa responsabilidade de legislador e vamos legislar.

No meu argumento, perdoe-me, eu não estou subestimando o tema da educação. Não dá, assim não dá. Eu estou dizendo que é grave. E estou dizendo que a pergunta está mal formulada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Então vamos formular a pergunta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Então, veja bem, se é tão grave vamos legislar, vamos fazer a lei, vamos dizer o que nós queremos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, Senador Aloysio, vamos formular.

E eu quero arguir que a gravidade é tamanha que os números...

A Senadora Gleisi Hoffmann, minha querida Senadora Gleisi Hoffmann, que é de Partido divergente de V. Exª, que são de campos opostos... Mas nesse tema ambos estão concordando. Paradoxalmente estão concordando fora dos elementos necessários.

Eu quero trazer os elementos necessários: 95º do mundo em alfabetização, 56º no PISA. O *Fantástico*, da *Rede Globo*, no último domingo, apresentou três cidades do País que apresentam dramas insolúveis da educação brasileira. A nossa condição de analfabetismo. Nós temos, no Nordeste brasileiro, quase 14 milhões de analfabetos. E Estados como o Maranhão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permite-me um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ...em que quase um terço da população é analfabeta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permita-me um aparte.

Não dá, Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Esses são dados concretos, Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não é possível discutir nesses termos. Desculpe, não dá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Mas em quais termos vamos discutir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Diga-me o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ...senão os termos dos números?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... na sua opinião, na sua opinião...

V. Exª está me colocando na posição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu estou falando de números!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...na posição de quem subestima o problema da educação e acha que está tudo bem. Não é isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, eu estou...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O que eu quero dizer é o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vocês falaram de elementos necessários...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu quero dizer o seguinte: você me diga...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ...falaram de números...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Você me dá a sua opinião, candidato à Presidência da República. Diga-me agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...até onde deve ir a responsabilidade do Governo Federal e até onde deve ir a responsabilidade do Município. Diga agora, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A responsabilidade, até onde deve ir é a proposta do Senador Cristovam, de federalização.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não. Você não me deu a resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – De assumir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não, não. Você não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – De o Governo Federal assumir a responsabilidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Até onde? Vai gerir a creche? Vai gerir a pré-escola? Vai nomear o diretor? É isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sim, sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ah, bom! Então eu sou contra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A responsabilidade do financiamento que o Governo Federal, no governo do PSDB e no do PT...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ...não assumiram.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não fuja da questão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Os dois governos, há vinte anos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não fuja da questão! Não fuja da questão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ...tanto do PT quanto do PSDB não assumem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Até onde deve ir a responsabilidade?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Os dois governos, há vinte anos, e não assumem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não fuja e não venha fazer campanha eleitoral em cima de mim aqui, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, você pediu para fazer campanha eleitoral, estou fazendo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não, não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Quem pediu para fazer campanha eleitoral foi você.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não. Eu quero saber até onde vai. Não venha fazer campanha eleitoral...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...completar o seu palanque aqui, não. Para cima de mim, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Foi você que pediu!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pra cima de mim, não!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

Eu, como Relator, vou pedir para retirar o projeto de pauta, para que eu possa reformular.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendendo a V. Exª, vamos ao projeto seguinte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento, Presidente.

Eu gostaria... Mesmo havendo pedido de vista, eu gostaria de falar um pouco. É possível?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu pedi para retirar o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Depois do pedido de vista, não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não posso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Depois do pedido de vista, não pode. V. Exª pode...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aproveitando para responder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Relator pediu a retirada de pauta.

Vamos ao item 5, página 111.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009
– Não Terminativo -

Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2010
– Não Terminativo -

Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2010, e pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2009, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações: – *Em 14/08/2013, foi recebido Voto em Separado do Senador Rodrigo Rollemberg, favorável ao PLS nº 138, de 2009, com a Emenda que apresenta, e contrário ao PLS nº 21, de 2010;*
– Em 12/02/2014, a Presidência concedeu vista ao Senador Romero Jucá, nos termos regimentais;
– Em 19/02/2014, foi recebida a emenda nº 1, de autoria do Senador Romero Jucá (dependendo de relatório).
– A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Agripino para, ao analisar a emenda do Senador Jucá, incorporá-la ou não ao seu substitutivo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu já havia proferido o meu parecer e o Senador Romero Jucá pediu vista e apresentou uma emenda que eu incorporei ao meu relatório.

Então o meu relatório simplesmente incorpora os termos da emenda do Senador Romero Jucá, porque entendo que ele foi ao ponto.

Na hora em que nós fizemos, conforme apresentei no meu relatório há uns 15 dias, a distinção entre cobrança simples de uma venda feita por uma loja através do sistema bancário... Cobrança simples em que o título continua a pertencer à loja, a loja usa o serviço do banco para a cobrança do boleto. Isso é um ponto. O

outro ponto é a loja vender ao banco o crédito, com o crédito passando a ser do banco. São duas coisas distintas. Eu criei a figura do boleto de pagamento, criando a distinção entre um ponto e outro.

S. Exª aperfeiçoa o meu texto, substituindo o nome boleto bancário por boleto de pagamento. Na verdade, é um boleto de pagamento. Ele pode ser um boleto bancário na hora em que o banco cobra em nome da loja o crédito que é da loja ou pode cobrar o boleto bancário de um crédito que é dele, porque a loja já lhe vendeu. Então, acho que a contribuição do Senador Romero Jucá é positiva. Eu a incorporei ao meu relatório e dou parecer favorável, submetendo-o à apreciação da Comissão e pedindo a sua aprovação, ao projeto meritório do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, o relatório passa a se constituir o parecer da Comissão favorável ao PLS nº 138, nos termos da Emenda nº 1–CCJ, substitutivo, contrário ao PLC nº 21.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Agripino, eu quero agradecer e parabenizar V. Exª, que ao longo desses seis últimos meses abraçou esse projeto, e o Senador Jucá, que, com a inteligência de sempre trouxe novas luzes para que a cidadania brasileira estivesse absolutamente amparada, facilitando a vida das pessoas, com esse projeto do Senador Antonio Carlos Valadares. É um projeto com uma construção belíssima. E agradeço a V. Exª a relatoria.

O item 12, Senador Blairo, que está na página 223. É o último item não terminativo. Depois, nós teremos itens terminativos e aí... O Senador Pedro Taques tratou de diminuir o tempo desta reunião com a retirada do seu relatório. Então, é o último item da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2011
– Não Terminativo -

Institui a obrigatoriedade de as instituições bancárias instalarem equipamento de auto-atendimento adaptado para utilização por deficientes visuais.
Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto.
Observações: – A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Blairo com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Presidente.

Parecer do PLS nº 104, de 2011, que institui a obrigatoriedade de as instituições bancárias instalarem equipamento de autoatendimento adaptado para utilização por deficientes visuais.

O relatório.

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2011, de autoria da Senadora Angela Portela, que institui a obrigatoriedade de as instituições bancárias instalarem equipamento de autoatendimento adaptado para utilização por deficientes visuais.

O projeto é composto de três artigos: o primeiro obriga os bancos a disporem de pelo menos um terminal de autoatendimento adaptado a deficientes visuais, com recursos de fonia e teclado em braile. O segundo prevê a aplicação das penas previstas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, como sanção à infração da norma estabelecida. O terceiro e último artigo fixa a vigência para 180 dias após a publicação da lei em que se converter o projeto.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O PLS nº 104, de 2011, cuida da proteção a pessoas com deficiência.

No que tange à constitucionalidade formal, a matéria está inserida na competência legislativa comum da União por força do art. 23, II, da Carta Magna. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição.

Tampouco detectamos norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Ao contrário, o art. 227, §2º, da Constituição prevê expressamente que a lei dispo-

rá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da matéria.

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de:

a) *inovação, dado que estabelece novo dever aos bancos, como proteção ao deficiente visual;*
b) *efetividade;*
c) *adequação normativa, já que o tema deve ser previsto em lei ordinária;*
d) *coercitividade, em razão da aplicação das sanções previstas na legislação aplicável às instituições financeiras; e*
e) *generalidade, porquanto as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todos os bancos comerciais.*

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No que tange ao mérito, acreditamos que o adequado acesso dos deficientes visuais aos terminais de autoatendimento do sistema bancário contribui para sua inserção como consumidores de serviços financeiros, o que implica ganho na qualidade de vida e no exercício pleno da cidadania. Deixamos à CDH a análise aprofundada da questão de fundo, dadas suas atribuições regimentais.

Do voto.

Por todo o exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 104, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão o relatório do Senador Blairo Maggi.

Senadora Gleisi. Senador Pedro Taques.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Eu só queria primeiro evidenciar o mérito do projeto, a importância que tem, porque isso é acessibilidade do cidadão ao sistema bancário. Não tenho dúvidas. A minha preocupação é que ele é um projeto amplo, ele não diferencia tamanho de Município, localização. Eu não sei qual é o impacto disso no sistema e o que isso também vai significar em termos de custo para o cidadão que vai buscá-lo.

Há muitos Municípios em que operamos com postos bancários, não necessariamente com agências, caberia aí também ter uma máquina, enfim? Então, o que... E, se há mais de uma agência bancária, em todas ter...

Eu penso, Senador Blairo que talvez pudéssemos – eu até gostaria de pedir vista desse projeto – ver, discutir com V. Exª e também com a Senadora Angela Portela. Aliás, só para informar, a mãe da Senadora acabou de falecer, por isso ela não está aqui. Conversamos com ela agora.

Mas conversar com a Senadora Angela Portela de que forma poderíamos talvez focar mais ou levantar essas considerações que pudessem clarear, objetivar e viabilizar o projeto, porque eu temo também que uma decisão dessas pode até não ser viabilizada por questões operacionais.

Então, só estou levantando essas questões...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... para que possamos refletir.

O SR LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva concedida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É sobre esse tema. Existem três projetos que têm o mesmo teor deste. E o Regimento, no art. 258... Eu gostaria de dizer isso ao Relator, porque esses projetos são semelhantes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O apensamento é determinado pela Mesa através de requerimentos. Se V. Exª desejar...

Não houve apensamento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Existe lá na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não houve apensamento. Eles caminham...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Se não foi apensado, eu não tenho acesso a eles.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A vista é coletiva. O relatório é oficial. Mesmo com a ausência temporária de V. Exª, nós haveremos de trabalhar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Com sequência na vida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, convoco a reunião da próxima semana para terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. Nós estaremos com análise de audiências públicas – V. Exªs vão ser oficialmente informados –, análise do Código Penal Brasileiro, a parte geral, a partir da próxima semana.

Tenham todos uma boa tarde! Fiquem com Deus!

(Iniciada às 11 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezoito de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Cyro Miranda, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues e a Senadora Gleisi Hoffmann. A Presidência registra a presença do autor da PEC 39/2012, o Senador Sérgio Souza. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto / Finalidade:** instruir a PEC n° 17, de 2012, que "Organiza a carreira de Procurador Municipal", e a PEC n° 39, de 2012, que "Equipara os procuradores das autarquias e das fundações públicas com os procuradores dos Estados e dos Municípios." **Requerimentos de realização de audiência:** RQJ 93/2013, Senador Ricardo Ferraço, RQJ 3/2014, Senador Pedro Simon, e RQJ 4/2014, Senador Rodrigo Rollemberg. **Reunião destinada a instruir as seguintes matérias:** PEC 17/2012, Deputado Maurício Rands, e PEC 39/2012, Senador Sérgio Souza. **Participantes: Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira,** Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais – ANPM –; **Marcos Vitório Stamm,** Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Públicos – ABRAP –; **Marcello Terto e Silva,** Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF – ANAPE –; **Paola Aires Corrêa Lima,** Procuradora-Geral do Distrito Federal – DF –; e **Paulo Roberto Basso,** Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Institucionais do Estado do Rio Grande do Sul. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e cinqüenta e três minutos do dia dezoito de março de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 17, de 2012, que altera o art. 132 da Constituição Federal, e a PEC n° 39, de 2012, que altera o art. 132 da Constituição Federal, também para incluir os procuradores e advogados públicos das autarquias e fundações públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos regramentos constantes do *caput* do artigo, conforme Requerimento nº 93, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, com a subscrição de outros Senadores.

Convido o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira; convido o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape), Marcello Terto e Silva – seja bem-vindo! –; convido o Sr. Marcos Vitório Stamm, Diretor-Presidente da Associa-

ção Brasileira de Advogados Públicos (Abrap); e convido, para a minha satisfação e saudade – sinto já a falta de S. Exª –, o Senador Sérgio Souza, autor da PEC 39, de 2012, principal articulador dessa luta dos senhores procuradores e dos senhores advogados. A Sérgio, o nosso carinho do reencontro. Estamos, há um mês, sem Sérgio na Comissão e no plenário, mas, certamente, ele voltará logo pelo desiderato popular, a justiça do povo do Paraná, do povo do Brasil.

Eu, inclusive, franqueio para as pessoas que estão em pé as bancadas aqui do nosso plenário. As três últimas bancadas podem ser ocupadas, utilizadas para melhor conforto.

Sejam todos muito bem-vindos!

Com a palavra o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, Dr. Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira.

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Vital do Rêgo; também cumprimento o Senador Sérgio Souza; cumprimento ainda os colegas dirigentes das associações; o Dr. Marcello Terto, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal; o colega Sr. Marcos Stamm, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Públicos (Abrap).

Senhores e senhoras presentes nesta audiência, quero dizer inicialmente que é uma grande satisfação, um orgulho estar participando de uma audiência pública na Comissão, talvez uma das mais importantes do Parlamento brasileiro, principalmente para falar de um tema que é uma continuidade de uma luta que já vem há mais de 11 anos, a PEC 17, de 2012, aqui no Senado, que insere explicitamente os Municípios no art. 132 da Constituição Federal.

O objetivo da proposta transcende uma luta meramente corporativista. De fato, é o exercício da cidadania e, principalmente, o fortalecimento dos Municípios.

Na verdade, todos sabem que lá no Município é onde a vida acontece. Lá se vive, se trabalha, se estuda, se mora, e nada mais importante do que ter um ente com autonomia, capaz de prestar com eficiência o serviço público tão desejado por todos.

Não vou aqui, neste depoimento, discorrer de forma acadêmica, querer remontar à história do fortalecimento do municipalismo, e, sim, tentar, de forma pragmática, contribuir para o debate. Na verdade, o nosso objetivo é aprovar uma proposição moralizadora no serviço público municipal tão carente.

Ora, me parece que todos os que aqui estão presentes entendem que o fortalecimento do Município é algo desejável, é algo benéfico e é inconcebível que, nessa ótica, os Municípios não contem com uma estrutura jurídica adequada para fazer o exame do controle da legalidade dos atos e, com isso, prestar um serviço eficiente. Nessa ótica, eu acho que todos os Senadores que aqui se encontram não têm a menor dúvida de que o fortalecimento dos Municípios é algo sustentável, algo desejável e que muitos benefícios virão por conta desse fortalecimento.

Hoje qualquer implementação de política pública, seja na área da educação, da saúde, na habitação, tudo isso depende de um acompanhamento, desde o seu nascedouro, dos projetos, de um entendimento para saber onde pode ser feito determinado ato e a forma como deve ser feito.

Então, os Municípios, que tratam diretamente com a população, na verdade, não podem prescindir de uma assessoria isenta. Para que isso aconteça, precisa ser pessoa concursada. O ingresso tem de ser por concurso público. Esse é um princípio republicano e que tem uma relevância maior diante da promulgação da Constituição de 88.

Nessa conjuntura, tem-se que a inclusão dos Municípios brasileiros como integrantes da Federação demandam consequências como o reconhecimento de sua capacidade de auto-organização, governo próprio e competências exclusivas, que têm que ser efetivadas sempre com vistas ao atendimento do interesse público. Nesse aspecto, em especial, é fundamental o assessoramento jurídico especializado, qualificado e independente, o que só se atinge com um corpo jurídico isento, cujo ingresso no serviço público municipal se dê mediante concurso público.

A autonomia municipal é garantia institucional e não pode ser alvo, nas palavras do Prof. Paulo Bonavides, de surpresas ou investidas ocasionais. A carreira de procurador municipal visa realizar as competências municipais. Dessa forma, qualquer emenda tendente a tornar despiciendo o concurso público para as carreiras jurídicas que defendem a coisa pública e efetivam as competências municipais representariam uma investida mortal no espaço de inviolabilidade dos Municípios, ou seja, na própria autonomia municipal.

Dito isso, temos uma proposta que já veio da Câmara dos Deputados, com aprovação em dois turnos, onde todos os líderes partidários recomendaram o voto "sim", pela aprovação da PEC. Contamos, no segundo turno, com 406 votos favoráveis. Aquela Casa compreendeu e ficou convencida da necessidade de melhor

estruturar os Municípios e, com isso, garantir, de fato, a sua plena autonomia. É a sua própria existência que depende da sua organização.

Esta proposta recebeu o apoio expresso da Frente Nacional dos Prefeitos, do Fórum de Procuradores-Gerais das Capitais, do Conselho Federal da OAB, das entidades associativas da advocacia pública, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), entre outras, e, chegando aqui ao Senado, a proposta foi aprovada por unanimidade por esta Comissão, vindo a entrar na Ordem do Dia. E quando já estava em plenário para votação, surgiu uma emenda que ora se discute que é limitadora, restringe a aplicação dessa mudança apenas para os Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Então, acompanhada dessa emenda, nos veio a surpresa também de uma investida das pessoas que obviamente se opõem à aprovação desta proposta, especificamente a Confederação Nacional dos Municípios, que enviou mensagem por torpedo e por WhatsApp a todos os seus associados, todos os prefeitos, mais ou menos assim: "Conseguimos adiar a votação da PEC 17. Talvez amanhã ela entre novamente em votação. Precisamos que todos os prefeitos liguem para seus Senadores e peçam a rejeição da proposta. Se aprovada, os Municípios vão ter que pagar um vencimento de R$25 mil aos procuradores."

Essa situação não é verídica, essa situação não é tratada na PEC, a PEC não trata de vencimentos e nem poderia. Apenas coloca os Municípios na mesma posição que os Estados, como um ente federado. A carreira de procurador de Estado já consta da Constituição. A figura do procurador já está lá desde 1988, nem por isso todos os procuradores de Estado percebem remuneração nesse limite previsto nessa mensagem.

Com isso, percebe-se que a proposta não causa nenhum impacto financeiro no orçamento dos Municípios. O Município possui autonomia – nós somos defensores dessa tese – e é o Município quem vai dizer qual é o regime dos seus servidores, quanto vai pagar, de quantos procuradores vai precisar. Então, essa situação, essa autonomia municipal vai prevalecer, mesmo com a aprovação dessa proposta. Ela não altera, não trata e não equipara ao de nenhuma outra categoria o vencimento – nem ao da magistratura, nem ao do Ministério Público nem ao de outra carreira. E essa vinculação é expressamente vedada pela própria Constituição Federal, basta conferir o art. 37, inciso XIII, daí porque esse argumento é rechaçado.

Esperamos, sim, que a discussão seja travada de forma adequada, sem esse subterfúgio. Não temos nenhum problema em discutir. Gostamos, inclusive. Estamos, há onze anos, trabalhando, brigando pela aprovação dessa PEC. Na verdade, eu repito, ela transcende uma luta corporativista. Ela, de fato, é o exercício pleno da cidadania.

Também, diante da realidade das diferenças dos Municípios no País, temos que dizer que a PEC não obriga uma criação de carreira com vários procuradores. Ela determina que ao menos um seja concursado e integre a procuradoria daquele Município. O Procurador-Geral, que é um cargo comissionado de livre escolha e nomeação do gestor, continuará sendo escolhido mediante as regras que a lei própria, a lei municipal determinar.

O argumento, também, de que os Municípios encontram-se numa situação caótica, de penúria, sem dinheiro para contratar médico, sem dinheiro para pagar outros profissionais e que por isso não suportariam mais um encargo também não tem o menor sentido. A demanda judicial, a defesa dos interesses do Município já existe, é uma previsão constitucional. A defesa tem que ser feita, tem que ser executada. Se vai ser feita de forma correta ou não, isso é que a gente precisa discutir. Despesa já existe na contratação do advogado comissionado, por conta dos advogados já contratados e dos cargos comissionados. Percebe-se que, no processo de licitação em que a isenção política é necessária para que a correta avaliação do controle da legalidade dos atos seja executada, falta aos profissionais, mesmos aos sérios, honestos e qualificados, um requisito: isenção política. Por quê? Só se consegue isso com o ingresso no serviço público através de concurso público.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero dizer que a PEC guarda estrita sintonia com o momento que vive o nosso País, ecoando da sociedade o chamamento para a moralização no trato da coisa pública, pois a função de procurador municipal, que é um advogado público, viabiliza que as políticas públicas escolhidas pelos governantes democraticamente eleitos sejam executas no ambiente de respeito aos valores consagrados pelo ordenamento jurídico.

Boa tarde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Procurador Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira pelas suas explanações iniciais.

Eu gostaria de consultar aos Ex^{mo}s Srs. Senadores presentes à reunião se não há objeção em alterar o convite.

O Sr. Procurador-Geral do Estado do Espírito Santo, Dr. Rodrigo Marques de Abreu Júdice por motivo justificado, não pôde comparecer, e o Senador Pedro Simon, aqui presente, apresenta um requerimento para

que possamos ouvir, em substituição ao Dr. Rodrigo, o Procurador-Geral para Assuntos Institucionais, Sr. Paulo Roberto Basso, do Rio Grande do Sul.

Há alguma objeção? (*Pausa.*)

Não há nenhuma objeção.

E o Senador Rodrigo Rollemberg apresenta também uma solicitação, extrapauta, para que possamos ouvir a Procuradora-Geral do Distrito Federal, Drª Paola Aires Corrêa Lima, que está presente.

Vamos apenas equalizar o tempo com esses dois novos convidados.

Há alguma objeção, Srªs e Srs. Senadores? Concordam? (*Pausa.*)

Então, Drª Paola, fique na bancada mais próxima, porque nós vamos chamá-la para falar.

Dr. Paulo Roberto também, por favor.

Vamos continuar ouvindo o Sr. Marcello Terto e Silva, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.

Marcello, com a palavra.

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – Por 15 minutos, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agora vamos diminuir para 10!

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – Por 10 minutos. Em respeito, tentarei falar em menos tempo.

Eu queria saudar o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, Exmo Sr. Senador Vital do Rêgo; cumprimentar o sempre simpático Senador Sérgio Souza, que está aqui para contribuir com os debates; o nosso amigo e representante dos procuradores municipais Guilherme Rodrigues; o Presidente da Abrap, Marcos Stamm.

Quero fazer o registro e cumprimentar, por óbvio, o Senador Ricardo Ferraço, que permitiu esse espaço para o debate em torno da formatação da advocacia pública no Estado brasileiro, trazendo um viés federativo para a discussão de um tema tão importante para os serviços e para a racionalidade do funcionamento dos Estados.

Quero fazer o registro e agradecer a presença de 24 presidentes que atenderam a nossa solicitação para acompanhar esses debates. Isso demonstra o envolvimento e a preocupação com o princípio, que para nós é sagrado, da unidade do serviço jurídico nos Estados, que vem funcionando ao longo de 26 anos. Portanto, todos estão presentes para prestigiar e colaborar com os debates.

Agradeço a presença do Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, em exercício, Dr. Paulo Basso, aqui representando o Colégio Nacional de Procuradores-Gerais, e a Drª Paola Aires, nossa queridíssima Procuradora-Geral do Distrito Federal, que se dispôs, com toda certeza, a somar nesta discussão, trazendo-nos elementos de ordem gerencial muito importantes para o debate.

Bom, meu propósito, Senador, é, de forma breve, sucinta e serena, trazer a preocupação que conduz a posição da Anape contrária à PEC 39, em especial, porque a PEC 17, como Guilherme colocou de forma muito apropriada, já conta com apoio dos procuradores dos Estados, muito embora haja uma questão topológica entre nós, se é em um dispositivo ou se é em outro. Mas essa é uma questão de mérito que deve envolver discursos mais pontuais e específicos no que diz respeito à constitucionalização, necessária, das procuradorias dos Municípios brasileiros.

Da minha parte, compete a responsabilidade de trazer três elementos que preocupam muito os procuradores dos Estados, que trazem uma preocupação e uma sensibilidade de ordem institucional, porque os procuradores-gerais e os governos estaduais resolveram ingressar nessa discussão para, na verdade, garantir racionalidade, em primeiro lugar, aos serviços jurídicos dos Estados.

Afastar o que na verdade possa ser uma pauta remuneratória dessas discussões que envolvem institucionalização, quando deveria ser discutida no âmbito dos Estados, respeitada a autonomia, em respeito ao Pacto Federativo, a valorização. Se é necessária uma valorização, jamais nos oporemos, mas o grande problema é perceber que se busca um sentido em uma mão contrária do que é a realidade, inclusive hoje, na AGU, uma descentralização dos serviços jurídicos nos Estados, de forma a comprometer o que o Constituinte originário, ao consagrar, no art. 69 do ADCT, o princípio da unidade dos serviços jurídicos.

Garantir um serviço eficiente e racional, sem sobreposição no âmbito dos Estados, até porque os níveis de complexidade organizacional dos órgãos da Administração direta e das entidades da Administração indireta são bem menores do que aqueles que nós vivenciamos e testemunhamos no âmbito da União, que, por sinal, vem nesse movimento de concentração, mas pelo espaço, porque, até por uma questão topológica, no art. 131, permite a existência de um órgão vinculado, mas integrante da própria estrutura da Advocacia-Geral da União.

Então, esse elemento de Pacto Federativo, na verdade, sustenta a nossa posição na medida em que a discussão de serviços jurídicos dos Estados ou qualquer atividade jurisdicionada, ainda que fosse a Procuradoria-

-Geral do Estado, deveria passar e nascer das bases apropriadas e competentes para a discussão desse tema, que seriam as procuradorias.

Em Goiás, por exemplo, temos serviços dessa ordem vinculados a estruturas outras que não à Procuradoria-Geral do Estado. É uma coisa completamente absurda e que nasceu não por demérito dos colegas advogados, que devem ter suas garantias e seu trabalho valorizado, mas essa situação pode, na verdade, trazer uma fragilidade institucional, porque, no lugar de se investir na procuradoria, de se realizar concursos para o cargo de Procurador do Estado, está-se tentando, por vias transversas, criar e unificar serviços, contrariamente inclusive a precedentes do Supremo Tribunal Federal, como a ADI 175, do Paraná, ou da ADI 484, julgada há menos de dois anos pelo Supremo Tribunal Federal, que evitou, impediu, através de interpretação conforme, a coexistência de serviços com caráter permanente e de forma concorrente com as Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, no caso específico da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. E são vários outros precedentes, como o ADI 881, do Estado do Espírito Santo; ADI 159, do Estado do Pará; ADI 1679, do Estado de Goiás; ADI 175, do Paraná.

A PGE Goiás, a PGE Espírito Santo e também a PGE Paraná suscitaram novos questionamentos a respeito de tentativas de descentralizar esses serviços.

Hoje, há uma preocupação de ordem funcional de parte dos próprios procuradores-gerais, há uma manifestação do Colégio de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal contrária, porque se aperceberam de que isso era conduzido à revelia deles. Existe um Colégio, que acho que é o foro próprio para discutir a organização desse serviço, e o Senado, como a Casa responsável pela preservação do Pacto Federativo, com toda certeza – e andou bem por iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, aprovado à unanimidade deste Colegiado – trouxe a discussão para um nível de amadurecimento maior, para que se tire o sentido de corporativismo, no sentido de que não se queira que se valorizem outros serviços, outras estruturas que não sejam da Procuradoria-Geral. Não é isso que está em discussão. Tanto que, na Câmara dos Deputados, no final do ano passado, foi proposta a PEC 373, de 2013, que procura, na verdade, estender todos os direitos, garantias e prerrogativas dos procuradores para servidores que prestem eventualmente serviço jurídico, seja em regime de transição, no sentido de quadros de extinção ou em situações indevidas de manutenção de serviços com caráter permanente, como disse o Supremo Tribunal Federal, num sentido que evidencia, na verdade, uma preocupação maior com a valorização, e não de discussão ou de preocupação com a institucionalização, com a organização e com a eficiência dos serviços jurídicos dos Estados.

São iniciativas, Senador Vital, que, no nosso entender, violam não só o Pacto Federativo, porque podem surgir sem medir inclusive os impactos de ordem financeira para os Estados. Em Goiás mesmo, se se abre uma brecha para a unificação... E isso se tentou, havendo inclusive uma resposta da Procuradoria-Geral do Estado na semana passada, refutando um projeto que tentava unificar no plano do Estado de Goiás um número grande de carreiras em uma única, de forma a criar um sentido de transposição, que é vedado pela Constituição, porque viola a regra do concurso público.

Partindo para as minhas conclusões, até em respeito ao tempo e à quantidade de oradores que ainda deverá se pronunciar, eu queria dizer que o sentido de permanência, dar um caráter de permanência e de institucionalidade para carreiras que sirvam estruturas que possam ser extintas por leis estaduais é, no mínimo, temerário. O próprio Estado de Goiás, com a experiência que tivemos recentemente, chegou a extinguir 80% das suas autarquias, concentrando todo seu serviço, até 2010, nas mãos das procuradorias, inclusive sem regime previdenciário. E a defesa da unidade, com base na 484, é bem mais ampla. Fizemos um levantamento e são 15 Estados, e em 9 deles esses quadros estão em extinção e em 6 outros essas carreiras sequer existem, em respeito a esse princípio da unidade, em que devemos avançar em respeito à racionalização do serviço das procuradorias, que vem se tentando implementar ao longo dos 26 de vigência da Constituição Federal de 1988.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Marcello, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

Peço tanto ao Dr. Marcello quanto ao Dr. Antônio Guilherme que permutem com a Drª Paola e o Dr. Paulo Roberto, os próximos a participar da nossa reunião.

Antes, gostaria de saudar os procuradores dos Estados na pessoa da minha Procuradora, Drª Sanny Japiassú, paraibana, querida; seja muito bem-vinda!

Com a palavra, para uso do seu tempo, Dr. Paulo Roberto Basso.

O SR. PAULO ROBERTO BASSO – Inicio saudando o Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo; os demais integrantes da Mesa, em especial os Senadores do meu Estado, Senador Paulo Paim e Senador Pedro Simon, a quem agradeço pelo requerimento formulado para minha participação; os colegas procuradores de Estado que se fazem presentes em grande número; e demais interessados no tema.

Já que o Presidente da nossa associação nacional passou uma visão acerca do tema, eu, atualmente como gestor da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul e com a experiência dos últimos três anos de gestão, venho trazer aqui um depoimento acerca da visão da administração da Procuradoria sobre a PEC 39, em particular.

Como bem destacou o Presidente da associação nacional, essa posição é compartilhada pelo Colégio Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal no sentido da contrariedade à PEC 39, à constitucionalização dos procuradores autárquicos. Nesse sentido, a Presidente do Colégio Nacional dos Procuradores-Gerais, Procuradora-Geral do Estado do Rio de Janeiro, Drª Lucia Léa Guimarães Tavares, dirigiu ofício à Presidência desta Comissão. Com esse enfoque do gestor, eu destacaria que a medida de constitucionalização de uma carreira que não é essencial ao funcionamento dos entes federados não propõe, com todo respeito, uma evolução ao modelo de advocacia pública implantado em 1988 pelo Constituinte originário. Muito pelo contrário, ela aponta para um retrocesso, um grande retrocesso.

Nesses 26 anos de vigência da Constituição Federal, eu trago como exemplo o Estado do Rio Grande do Sul, onde, antes mesmo da Constituição, os procuradores autárquicos foram incorporados, através de legislação específica, às estruturas da Procuradoria-Geral do Estado. Hoje, no Rio Grande do Sul, por exemplo, não há nenhum procurador autárquico em exercício; apenas alguns já inativados, aposentados.

O sistema atual, proposto pela Constituição Federal, garante a unicidade da representação judicial e da consultoria jurídica no âmbito dos Estados. E não se pode perder de vista que o conceito lato de fazenda pública contempla não apenas o ente federado Estado, mas também as suas autarquias. E seria muito preocupante que tivéssemos estruturas diversas falando em nome da Fazenda Pública, com interpretações conflitantes, diversamente do que acontece hoje com a centralização da visão da advocacia pública, do entendimento da consultoria e da representação judicial, calcadas na Procuradoria-Geral do Estado.

Então, a descentralização dessa atuação é uma medida que vai contra um dos princípios consagrados no art. 37, o princípio da eficiência, vai contra a racionalidade do sistema.

Vejam que constitucionalizar uma carreira como essa permitiria que iniciativas nos Estados caminhassem para a necessidade de se criar nos Estados, na grande maioria dos Estados da Federação, estruturas de procuradorias autárquicas onde hoje não existem. Então, vejam: o Estado do Rio Grande do Sul tem a sua atuação descentralizada em 17 procuradorias regionais, com o corpo de servidores e procuradores que atendem todas as autarquias do Estado do Rio Grande do Sul e que pode, de forma administrativa, contemplar todo o Estado gaúcho. E assim os outros Estados da Federação.

Acaso viesse a se constituir pela proposta à Constituição a figura do procurador autárquico, muito possivelmente as autarquias nos Estados teriam de criar estruturas não só de advocacia como administrativas, para fazer o atendimento em todos os locais dos Estados. Seriam replicadas estruturas, o que viria apenas onerar o Erário.

Sinceramente, como gestor da Procuradoria-Geral do Estado, não consigo identificar nesse sentido nem uma evolução em favor da sociedade nem em favor do zelo para o Erário, mas consigo identificar um mero interesse corporativo. Nesse sentido, não retiro a legitimidade da iniciativa corporativa, mas ela não vai, nesse caso, ao encontro do interesse público, da racionalidade administrativa e do atendimento uníssono que deve ter a advocacia pública nos Estados.

Então, eu enfatizaria este aspecto: trazer para a Constituição Federal um tema que pode muito bem ser contemplado na organização administrativa dos Estados, perturba a organização dos Estados, afeta a autonomia administrativa dos Estados e vai, com toda certeza, contrariamente aos interesses do Erário.

Então, eu gostaria de enfatizar esses aspectos, destacar bastante esse ponto. Temos um modelo da Constituição originária, um patrimônio no art. 132, já consolidado pela interpretação da jurisprudência. A boa doutrina também. E cito aqui o constitucionalista gaúcho Juarez Freitas, o Prof. José Afonso da Silva, que aponta a eficiência de uma advocacia única, que tem um posicionamento uniforme, sem conflitos hermenêuticos entre carreiras que ocupariam o mesmo espaço de defesa da Fazenda Pública.

Então, com essas palavras, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e enfatizo a inconveniência, a falta de oportunidade e, por que não dizer, até buscando os demais princípios constitucionais, a inconstitucionalidade dessa iniciativa.

Apenas faço o registro também em relação à PEC nº 17, dos procuradores do Município. Nós também enaltecemos a importância da constitucionalização das Procuradorias Municipais. Apenas, na linha do que já enfatizei, o patrimônio que já se constituiu no art. 132, a interpretação em torno dele, a diversidade dos Municípios – mais de 5 mil no Brasil em relação aos Estados –, pois seria de todo conveniente que ele tivesse um dispositivo apartado; que fosse o 132-A, mas nada contrariamente à constitucionalização dessa importante carreira da advocacia pública, que são também os procuradores municipais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Sr. Paulo Roberto Basso e passo a palavra à Procuradora-Geral do Distrito Federal, Drª Paola Aires Corrêa Lima.

A SRª PAOLA AIRES CORRÊA LIMA – Agradeço a oportunidade de falar, agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg, do meu Estado, do Distrito Federal, que fez um requerimento. Cumprimento o Presidente da Mesa, Senador Vital do Rêgo, o Senador Sérgio Souza, o Sr. Marcos Stamm. Agradeço aqui a presença de todos, cumprimento os Senadores presentes, meus colegas procuradores de Estado. Imagino devam estar aqui presentes muitos procuradores de Municípios, dada a relevância do tema.

Como me foi dada a palavra aqui ao final, gostaria de trazer um lado, de gestora da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, muito prático para vocês. Aqui no Distrito Federal, já tivemos as duas experiências: ter a procuradoria autárquica tal qual o Estado do Rio Grande do Sul; e, no ano de 2007, acredito, fizemos essa junção da carreira, e os procuradores autárquicos foram para dentro da Procuradoria. Hoje, a Procuradoria seria o órgão responsável pela defesa e instituição de todo o posicionamento jurídico do Distrito Federal.

Por que entendemos que isso é importante, que é a melhor solução para o nosso Estado, para o Distrito Federal?

Porque, dentro da nossa sociedade, cada vez mais complexa e cada vez mais dinâmica, a sociedade hoje demanda, sim, que temos de dar respostas mais céleres e, se nós aguardarmos uma definição do Poder Judiciário, quem está na procuradoria sabe que não pode aguardar. Então, precisamos de uma definição administrativa das questões jurídicas colocadas. O governo não tem como esperar dez anos para que o Supremo se pronuncie sobre determinado assunto. O assunto tem de ser decidido, e decidido de uma forma geral para a Administração Pública. Eu não posso permitir, dentro do Distrito Federal, que tenhamos dois órgãos de orientação jurídica com igual hierarquia, igual posicionamento.

Eu digo isso numa situação muito clara: uma questão de licitação, um entendimento básico sobre se pode ou não contratar diretamente determinada empresa para fazer um serviço. Digamos que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal solte uma orientação dizendo que pode, e uma autarquia solte a orientação dizendo que não pode. Como nós ficamos? Vamos transferir para o Judiciário a definição final administrativa, e isso levanta o quê? O Estado vai esperar, talvez, o quê? Esperar cinco anos para definir se pode ou não pode fazer uma contratação? Como nós vamos ficar nessa situação?

Questões de gratificação de servidores públicos. Diversas questões submetidas ao nosso consultivo são semelhantes aos consultivos de uma procuradoria autárquica.

Então, hoje, o que temos de realidade? Quando temos uma questão importante aqui no Distrito Federal, que esteja submetida a cargo de uma defesa, de uma empresa pública, qual é o pedido? "Procuradoria, avoque a defesa." Nós podemos avocar. "Atue em conjunto conosco."

Então, recentemente, fui chamada a atuar conjuntamente com a defesa do Banco de Brasília, o nosso BRB, aqui, que a gente defende com unhas e dentes, para manter a autonomia financeira do nosso Estado. Eu chamo de Estado. Nós estamos aqui nessa competência cumulativa municipal/estadual, aqui. Por quê?

Porque a Procuradoria do Distrito Federal e as procuradorias dos Estados conseguiram, com muito custo, com muito trabalho, esse reconhecimento institucional, de defesa uníssona e de defesa centralizada. Então, sempre que temos uma questão relevante... Agora, estou aqui para referendar ou não um acordo da Terracap, nossa empresa pública. Eles querem o referendo da Procuradoria.

Então, para medidas de estabilização, de posicionamentos administrativos e tirando todo o aspecto jurídico, técnico, de inconstitucionalidade dessa PEC, porque já foi bem explorado pelo Dr. Basso e pelo Dr. Marcello Terto, eu não recomendaria isso como forma de gestão. Nós já tivemos essas duas experiências aqui: a situação financeira dos Estados, em que foi abordada a questão capilar... Nós somos pequenos e, talvez, não tivéssemos aqui no Distrito Federal essa situação, mas a realidade estadual e de cada Estado pode não recomendar a criação de uma autarquia. Será que é o momento adequado? Colocar isso numa emenda constitucional, de forma impositiva, a todos os gestores? A todos os governadores? Eu acredito que não.

E acredito que o Conselho Nacional dos Procuradores de Estado também tomou essa atitude, muito, em razão da situação de cada Estado, de cada organização. Por isso, sei da luta dos procuradores autárquicos aqui. De forma alguma, isso é para contrariar um concurso público, contrariar uma carreira. Mas é de unificação, unificação administrativa. Por quê?

O Judiciário tem um órgão máximo, que é o Supremo Tribunal Federal. Ninguém vai questionar um posicionamento do Supremo Tribunal Federal. A gente brinca que ele pode até errar, mas é o que erra por último. Então, ninguém vai questionar um erro dele.

Na Administração, vamos permitir que esse conflito entre órgãos, esse conflito de entendimentos jurídicos, perdure no tempo, tanto em termos de consultivo, como em termos de contencioso.

Um dos exemplos da Procuradoria para fazer essa unificação, que foi um exemplo emblemático, foi a questão da fórmula de correção dos cálculos de precatório. É um sistema que se fala não ser nem jurídico; que é mais matemático. Essa fórmula de cálculo, que era diversa das autarquias para o Distrito Federal, gerou um descompasso enorme entre os mesmos credores. Às vezes, o credor do mesmo plano econômico, se tivesse enfrentado, vamos dizer assim, a procuradoria, o precatório dele seria menor; e, quando teve uma mesma defesa feita pela procuradoria autárquica, o precatório dele era maior. Ou vice-versa. Eu não estou querendo dizer aqui que os procuradores de Estado são melhores que todos os outros. Eu só estou querendo dizer a vocês que tem de ser um critério de justiça, de equidade. Vamos dar um tratamento igual às demandas judiciais que são impostas. Então, vamos ter a mesma defesa. Por quê? Dou um exemplo também prático para vocês: súmula administrativa. Hoje, na Procuradoria, tal qual a AGU, temos as nossas súmulas de dispensa de recursos. Imagine se, na Procuradoria, nós tivermos uma súmula – porque temos autonomia para criar, verificado que o Supremo Tribunal Federal, ou o STJ, em matéria federal, já pacificou determinada matéria – e nós dispensarmos esse recurso, e uma outra entidade, procuradoria autárquica, entenda que não, que é preciso recorrer até o fim. Só aí, você já tem dez anos de demanda judicial a mais por um lado, ou a menos, por outro.

Estou vendo que o meu tempo já está-se esgotando. Fui chamada aqui pelo presidente da nossa associação e, atendendo a um chamado do Colégio Nacional, já que sou aqui representante anfitriã. Vim a esta Comissão mais para dar esse testemunho, com exemplos práticos para vocês entenderem que a nossa resistência a essa PEC não é por não querermos que eles tenham ou que sejamos melhores que os outros, ou por não querermos que eles venham e contribuam para o engrandecimento jurídico da Administração Pública, mas é porque isso vai gerar problemas práticos, que a União...

(Soa a campainha.)

A SRª PAOLA AIRES CORRÊA LIMA – Eu já fui procuradora do INSS. O primeiro concurso que fiz era para procurador do INSS e, nesse movimento, a AGU viu que a existência de várias carreiras – na época, fazia concurso para advogado da UnB, procurador do INSS, procurador do FNDE –, não era o melhor sistema.

Então, a AGU fez um trabalho de centralização; agora, nos Estados, vamos fazer um trabalho pela Constituição Federal – tirar essa autonomia dos governadores – de descentralização.

Então, esse era um ponto que eu queria trazer aqui para vocês, agradecendo novamente a presença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço à Drª Paola Aires Corrêa Lima, Procuradora-Geral do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Dr. Marcos Vitório Stamm, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Públicos.

O SR. MARCOS VITÓRIO STAMM – Sr. Presidente da CCJ, Senador Vital do Rêgo; Senador Sérgio Souza, autor da PEC nº 39, a quem dedico homenagem especial pelo carinho e por ter visto exatamente o lado contrário de tudo o que aqui foi exposto; Sr. Senador Ricardo Ferraço, Senador Paulo Paim, Senador Inácio Arruda, Senador Pedro Taques, Senadores presentes a esta audiência pública, saúdo-os pela sensibilidade e até mesmo pela afinidade com o tema.

Eu quero cumprimentar, na pessoa da Drª Paola, todas as entidades de classe aqui presentes, que me antecederam, todos os colegas advogados públicos e advogadas públicas. Enfim, meus senhores e minhas senhoras, eu vou falar para vocês um pouquinho com o meu coração.

Primeiro, pela honra, Senador Ricardo Ferraço, de V. Exª nos trazer aqui. Eu me sinto em desigualdade extrema nesta Mesa. Vejo vários órgãos, órgãos inclusive, Senador, que, parece, são instituições que representam os Estados, as Procuradorias-Gerais dos Estados. Infelizmente, os procuradores autárquicos e fundacionais não estão aqui representados, como se fazem na AGU. A AGU, que é o modelo, simetricamente... Senador Pedro Taques, nós somos em simetria. É um dos princípios que nos regula, regula a base do Direito. A AGU tem lá o seu sistema, e o que se pretende nada mais é do que oportunizar ao Estado definir um sistema semelhante, naturalmente valorizando suas autarquias e fundações.

Eu posso dizer, no caso do Estado do Paraná, são quase 40 autarquias e fundações. Vocês falaram aqui em extinguir. O Presidente da Anape fala em extinção, e nem se pode falar em criação. Muito bem.

Aqui se falou em corporativismo. Nós estamos defendendo uma proposta de pessoas que estão trabalhando desde antes de 1988 para a Administração Pública; de carreiras que foram olvidadas pelo Constituinte originário; de carreiras que estão prestando seu serviço no Distrito Federal.

No Rio Grande do Sul, Procurador, eu particularmente desconheço peculiaridades. Sei que há advogados procuradores autárquicos, cuja carreira está em extinção, alguma coisa assim, mas, na grande maioria dos

Estados há, sim, procuradores. Eu vou trazer para vocês, depois, de forma breve, posições do Pará, inclusive do Paraná, que foi bem lembrado.

A ADI 175 é a primeira ADI que julgou um dispositivo constitucional no Estado do Paraná e facultou a criação da carreira de autárquicos e fundacionais. Essa ADI foi julgada no Supremo em 1992, e, por maioria, foi declarado constitucional o art. 56 da Constituição Estadual, que facultou a criação da carreira.

Paralelamente a isso, sequencialmente, o governador da época entrou com outra ADI contra a lei que criou a carreira, que veio a ser julgada agora em 2011, se não me falha a memória. Esse julgamento, embargos de declaração. Por quê? O Supremo diz que, com relação a assessoramento, compete aos procuradores, mas, com relação aos autárquicos, não fazia parte, inclusive, do objeto da ADI. E esses embargos estão para ser julgados. Então, tentar transformar uma verdade, ou melhor, uma verdade relativa em absoluta... Acho que, no mínimo, ela deve vir à tona para que sejamos respeitados.

Falar que a PEC atenta contra o Estado democrático, contra a Federação, eu acho um absurdo. Falar que um colégio de presidentes tem de ser ouvido antes, que o Senado vai ter que ouvir os colégios de presidentes antes de propor qualquer medida, acho que é pisar no Parlamento.

Vocês foram eleitos e são representantes dos Estados, assim como os Deputados são representantes do povo do Brasil. Temos PECs e mais PECs que tratam de advocacia pública. A advocacia pública, Senador Inácio, merece respeito. Agora, ela tem que se dar ao respeito.

Fala-se aqui que nós somos desiguais. Eu lanço o desafio para qualquer procurador, se não estão inscritos na Ordem, como qualquer procurador autárquico e fundacional.

É inscrição básica. A Ordem já disciplinou isso no Provimento nº 114. Ela disse quais são as categorias de advogados públicos, e, entre eles, estão os procuradores autárquicos.

Nós temos também no regulamento, no próprio Estatuto da Ordem... Está aqui, colegas meus do Paraná que estiveram comigo na Ordem, representantes de advogados públicos, que fazem parte da Ordem, da Comissão Nacional da Advocacia Pública, inclusive, e sabem muito bem o que eu estou dizendo.

O que estamos fazendo? Rasgando a Ordem? Nós entramos em mérito de Estado? Não! O Estado quem define é seu governador. Procurador autárquico não tem competência para definir política remuneratória, Senador Pedro Taques. Isso é competência exclusiva do chefe do Executivo.

Desculpem. Falo assim, porque estou falando com o coração.

O Governador do Estado é que determina.

A Constituição da República, a proposta que se tem em discussão quanto à PEC nº 39 é uma proposta que visa simplesmente a disciplinar, facultar, acabar com essa controvérsia, com essa conversa. A Drª Paola bem disse que podemos resolver, mas são 26 anos em que não se resolve. São colegas, diferenças remuneratórias.

O Dr. Marcello Terto quis dizer que o que se busca é política remuneratória. Não é verdade, Dr. Marcello, o que se busca é dignidade, é prerrogativa. Existe uma PEC, a nº 82, tramitando na Câmara dos Deputados, e todas as categorias da Advocacia Pública – todas! – estão lutando para ser aprovada.

Senador Inácio, essa PEC trata exatamente, inclusive, de autonomia das procuradorias, da Advocacia-Geral da União, inclusive com percentual de arrecadação. Faço uma pergunta aos senhores: isso é justo? Arrecadação, autonomia, independência?

Outro dia, chegaram para mim, Senador Ricardo Ferraço, e me perguntaram o seguinte: "Marcos, me diga uma coisa, quanto ganha o advogado público?" Já que o Presidente da Anape, nosso colega, Dr. Marcello Terto, falou em política remuneratória, o advogado público está vinculado, pelo art. 37, XI, ao teto, pelo menos, nas decisões do Supremo, e daqui a pouco, vou falar sobre elas.

Muito bem, a resposta que eu dei foi a seguinte: o advogado público está vinculado ao teto e tem que ganhar aquilo que o Estado determinou.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VITÓRIO STAMM – Presidente, só mais dois minutinhos, porque foram muitas as falas, e me sinto um pouco sozinho, mas com Deus. Então, o advogado público recebe vinculado ao teto. Agora, sabemos, Dr. Antônio, que isso é hipocrisia, que, em uma série de Estados, estamos recebendo... nós, no Paraná, não, mas existem grupos que recebem vinculados ao teto, estão no teto. E o advogado público, daqui a pouco, vai ganhar honorários de sucumbência também. É justo, é correto, a Ordem já se manifestou.

Então, Presidente Marcello Terto, é política remuneratória. Precisamos, sim, ser remunerados para sobreviver de forma condizente.

Não entro no mérito, mas as pessoas, a sociedade tem que, no mínimo, parar para pensar. Olhar que os procuradores, os advogados que representam as autarquias dos Estados existem é, no mínimo, dever da socie-

dade. Não podemos simplesmente fechar os olhos e afirmarmos, Senador Paim, que é uma emenda casuística, é corporativista. Não tem corporativismo nenhum. É questão de justiça.

Vou mostrar para vocês que os números não são absolutos como querem dizer. O Supremo Tribunal Federal – tenho que achar aqui as minhas coisas porque perdi a ordem –, em três recursos extraordinários, agora, recentemente, definiu que a expressão "procuradores"...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VITÓRIO STAMM – Presidente, posso concluir, o senhor me permite? A expressão "procuradores" do 132 é polissêmica e atende, de forma genérica, a advogados públicos. São três recursos extraordinários, e, no nosso breve memorial, estão elencados.

ADIs como a do Paraná e outras mais consagraram carreiras de Procuradores Autárquicos. Nós estamos trabalhando, somos anteriores ao ano de 1988, muitos Estados, inclusive, fazem concursos para procuradores autárquicos. Merecemos, sim, sermos vistos pela Constituição.

Eu gostaria de deixar claro que nós entendemos a situação dos procuradores municipais, acho correta a proposição, como sempre disse ao Dr. Antônio. Com relação a outras PECs que tramitam, não pretendo entrar no mérito.

Com relação à carreira e sua extinção ou não, não queremos privilégios. Inclusive a Drª Paola nos colocou que é uma questão de gestão. Os autárquicos, nós temos, inclusive, a possibilidade... e naturalmente, se os procuradores quiserem assumir as autarquias, é só mudar as Constituições dos Estados onde há ou até mesmo mediante o processo de disponibilidade remunerada. O que não pode é utilizar um pessoal durante uma vida toda e simplesmente desprezar as categorias que existem, as carreiras que existem.

Presidente, desculpe-me, falei com o coração, rasguei aqui, porque não dá para aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Sr. Marcos Vitório Stamm, as suas palavras, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Públicos.

Como último convidado, até reencontrando a Casa e os senhores, Senador Sérgio Souza, para suas breves palavras. Passaremos, depois, aos Srs. Senadores.

O SR. SÉRGIO SOUZA – Sr. Presidente, falei para ele: não sou convidado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – É convidado da Mesa.

O SR. SÉRGIO SOUZA – Sou convidado da Mesa, mas será rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza, com apoio dos meus pares.

O SR. SÉRGIO SOUZA – Muito obrigado. obrigado.

Senador Vital do Rêgo, meu sempre Presidente, amigo, colega de Partido, Ferraço, Paim, Arruda, Pedro Taques, meus colegas aqui durante 2011. 2012 e 2013, no Senado, tive a oportunidade de sugerir algumas alterações legislativas e de participar de debates de centenas delas. Tive assento aqui, nesta Comissão, e em tantas outras Comissões desta Casa, e aqui realmente aprendi e muito.

Se há algo importante de se colocar, é que é em audiências públicas como esta, nos debates nas Comissões que nós nos capacitamos a legislar. Isso aqui nada mais é do que um grande banco escolar onde estamos nos especializando. E deve ser assim, porque temos que ouvir os lados, ouvir as partes, ouvir as sociedades, as entidades, os colegas para podermos formar a nossa opinião e decidir, porque fazemos alteração legislativa. Nós alteramos inclusive a Constituição Federal.

Vi esses dias que esta Comissão rejeitou uma proposta de emenda à Constituição que propunha a mudança da maioridade penal. E tem que ter coragem também para votar. E, para ter coragem, é preciso ter argumentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SOUZA – A favor ou contra, nos dois casos. Estamos agora com 77 emendas. Da Emenda nº 76 fui o Relator aqui, nesta Casa, que é a emenda que acaba com o voto secreto. O Paim está aqui, é autor de algumas PECs, inclusive fui Relator também da PEC 20, do Senador Paim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SOUZA – É, muitas delas. Setenta e seis alterações constitucionais em quanto tempo? Em 26 anos? Vinte e cinco?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SOUZA – (*Risos*.) Isso é fato. Vejam que são 26 anos, uma média de três por ano. Não é fácil. E quantas há por aí, andando? São centenas de propostas de emenda à Constituição. E é demais, não é? Mas há direitos e lutas que estão vindo ao crivo do Parlamento a todo momento.

E essa é a luta de uma carreira, que é a carreira dos advogados públicos, de décadas. E eles possuem os seus direitos. Nós aqui, como Senadores, naquele momento, tivemos o apoiamento de boa parte dos Senadores inclusive para ter o poder de iniciativa e para tramitar essa proposta de emenda à Constituição. Chegou a ser relatada, no dia houve um requerimento do Senador Ferraço, que tem um voto em separado, e, depois, veio esta audiência pública, que entendo extremamente importante. Não vou entrar aqui no mérito porque, como autor, já é dedutível a minha posição com relação a esse tema. Mas quero dizer da importância deste debate, desta audiência pública.

Cumprimento aqui o Marcos Vitório Stamm, Presidente da Abrap; o Marcello, Presidente da Associação dos Procuradores Estaduais do Brasil, e a todos aqueles que aqui passaram também, como o Presidente da Associação dos Procuradores dos Municípios – essa é outra PEC, mas também é uma causa de tantos anos e, talvez, de tantas décadas, que paira aqui no Parlamento, e o debate ainda não chegou a um consenso.

Não há outra forma de se aprovar uma PEC que não seja por três quintos dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados e havendo concordância entre Câmara e Senado. Então, é um debate que pode ocorrer por muito tempo. Venho aqui, na qualidade de autor, de ex-Senador, dizer que respeito este Parlamento e ressaltar a importância de audiências públicas como esta. Agradeço ao Senador Vital do Rêgo por cumprir o compromisso de fazer esta audiência pública no início deste ano legislativo. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Seja sempre muito bem-vindo, Senador Sérgio Souza.

Vamos à lista de oradores. Senador Ricardo Ferraço. Foi requerimento de V. Exª a iniciativa desta audiência pública. Por conseguinte, V. Exª é o primeiro orador.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, me permita, em primeiro lugar, cumprimentar-lhe pela forma célere com que V. Exª, a partir da aprovação deste requerimento, marcou esta audiência pública para que estivéssemos aqui debatendo este tema, que não é importante apenas para as carreiras específicas que estão aqui a dialogar sobre essas questões, mas também importante para a eficiência da gestão pública nos seus vários níveis da atividade pública do nosso País, não importando o ente federado.

Cumprimento nossos convidados e agradeço naturalmente a presença de V. Sªs. Esta audiência pública confirmou, a meu juízo, uma convicção que tinha e contribuiu, de maneira extraordinária, para que sinalizássemos a V. Exª que estamos prontos e preparados para enfrentar o debate e a votação desta matéria. Acho que podemos tudo, o que não podemos é nos omitir, o que não podemos é deixar de deliberar. E. V. Exª, como Presidente da Comissão, tem enfrentado os temas mais polêmicos aqui, o que faz parte do nosso ofício, ou seja, enfrentar o debate para que não continuemos a ver a atividade política sendo ocupada por outros Poderes. Para que não vejamos a política sendo judicializada, é preciso que a gente não se omita, e esta Comissão, tão bem presidida por V. Exª, tem nos coordenado nessa direção.

Então, quero cumprimentar os nossos convidados, agradecer a oportunidade, a legitimidade, a experiência e a visão de cada um de V. Sªs que nos ajudaram com essa reflexão. Cumprimento meu querido e estimado Senador Sérgio Souza, que nos dá o prazer de revê-lo novamente aqui, nesta audiência pública em que V. Exª é autor de uma das propostas. Tive a oportunidade de apresentar este requerimento para que debatêssemos. Dou-me por satisfeito e agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, aos nosso convidados. Estamos aqui, na hora derradeira do nosso debate, porque, às 16h, abre a Ordem do Dia e precisamos nos deslocar ao plenário.

Acho que foi absolutamente importante para que, no meu caso específico, eu firmasse, em definitivo, o meu juízo de valor, sinalizando que V. Ex agora, que nesta semana – acho um pouco improvável, porque o Regimento determina que a pauta seja apresentada com 48 horas – nas próximas semanas, com esta audiência pública, V. Exª já pode submeter à Comissão o julgamento final dessas matérias, tanto a PEC nº 17 como a PEC nº 39. É a consideração que faço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª que tanto tem colaborado, com sua eficiência parlamentar, com os debates desta Comissão. O Senador Ricardo Ferraço é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Casa.

Por ordem, tenho o Senador Pedro Taques, depois Senador Paim e Senador Inácio Arruda.

Senador Pedro Taques, com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, cumprimento a todos na pessoa do Senador Sérgio Souza. Seja bem-vindo a esta Casa, Senador Sérgio Souza, presidentes de associações

e procuradores gerais. Eu fui procurador do Estado de São Paulo durante três anos. O Procurador-Geral do Estado era o hoje Vice-Presidente da Republica, Michel Temer. Ele foi meu examinador de Direito Constitucional.

Sempre defendi a unicidade da Procuradoria-Geral do Estado, até academicamente já fiz isso. Eu gostaria de fazer uma indagação ao Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Públicos. Antes de indagar, quero dizer a V. Sª que o Brasil precisa de advogados públicos, precisa. É uma carreira digna, são servidores públicos decentes, que exercem sua atribuição. Mas não estamos discutindo pessoas; estamos discutindo, além de pessoas, a Instituição.

Indago: essa construção, essa engenharia da AGU, nos Estados-membros, o senhor entende que essa não seria uma norma de reprodução obrigatória? Ou uma normal central federal, na expressão do constitucionalista mineiro Raul Machado Horta? Se temos uma configuração na pessoa jurídica com capacidade política União Federal, pergunto: para os Estados, eles teriam autonomia na sua auto-organização, conforme art. 25, para desbordar da receita trazida pela Constituição para o órgão de defesa da pessoa jurídica União? Por mais que tenhamos a criação de pessoas jurídicas como autarquias, como fundações; por mais que tenhamos essa outra pessoas jurídica, essa construção que a Constituição nos dá e, posteriormente, uma medida provisória por ocasião da assunção do hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes à AGU, essa construção não se afigura como uma norma central federal no seu entender?

Outra indagação: tenho dúvidas aqui, no tocante à PEC nº 39. E esta audiência pública tem a intenção de superar dúvidas, e aí a importância de uma audiência pública para que nós, legisladores, possamos ouvir as pessoas. Esta PEC nº 39, da forma como proposta, na sua opinião, possibilita ou determina que sejam criadas novas estruturas da Advocacia Pública ou somente estabelece as prerrogativas institucionais das carreiras existentes antes da Constituição? Cria estruturas ou só prerrogativas? Tenho uma dúvida a respeito disso, de acordo com o que está escrito.

Qual é a opinião do senhor sobre essa diferença de tratamento remuneratório que existe entre os procuradores de Estado e advogados públicos das autarquias? Por que essa diferença, se as atribuições... Se tivéssemos essa unidade na Procuradoria-Geral do Estado, a diferença remuneratória poderia desaparecer, resguardando o direito adquirido. Tenho certeza de que o senhor conhece a decisão do Supremo de que não há direito adquirido a regime jurídico, não é? Todos conhecemos, isso é pacífico – parece-me – no Supremo, mas por que essa diferença remuneratória?

Para o Estado, pessoa jurídica com capacidade política, Estado-membro – e aqui o Distrito Federal na sua capacidade híbrida de Estado e Município – não seria mais econômico, mais eficiente, e aí vou me valer do art. 37 da Constituição, uma única defensoria? Qual é a sua opinião a respeito disso?

Ao Presidente da Associação dos Procuradores Municipais, que aqui se encontra, tenho apanhado muito nas redes sociais de ex-alunos – tenho muitos ex-alunos no Brasil que são procuradores municipais – em razão de algumas declarações que fiz aqui no tocante aos procuradores municipais. Entendo que o concurso público é a porta de ouro para o cidadão entrar na Administração Pública. Nada contra comissionados em determinados casos. Precisamos, sim, de comissionados, mas a porta de ouro é o concurso público. Está lá como uma vontade da Constituição, não temos dúvida. Agora, como um Município chamado Araguainha, em Mato Grosso, tem 1.019 almas, 1.019 brasileiros que ali residem. Ele vai ter condições de contratar esse procurador municipal por concurso, aquele por concurso. Muito bem, em uma cidade pequena como essa, esse procurador municipal, que é admitido em concurso, parto da premissa de que é um brasileiro decente, competente, honesto, mas eu sou eu e as minhas circunstâncias. Digamos que nesse Município existam dois partidos políticos. Esse procurador não poderia prejudicar a administração pública do novo prefeito se ele fosse de outro campo político, vez que é direito dele ser de um campo político diverso? Os advogados que existem nesses Municípios? Nós temos 5.570 Municípios acima de cem mil habitantes – e aí já falando da emenda da Senadora Ana Amélia. Como o Município pequeno vai ter essa capacidade? Eles têm um assessor jurídico municipal. Eu sou favorável ao concurso público. Defendo isso, já defendi em aula e não vou voltar atrás; academicamente também. Mas como pode ser feita essa ponderação na opinião do senhor?

Eu quero votar com consciência, mas eu quero votar não só para os Municípios grandes. O Brasil não é feito só de São Paulo, só de Minas Gerais, só do Distrito Federal. Nós temos Municípios com situações diversas. O Município de Araguainha, no Estado de Mato Grosso, merece um procurador municipal concursado, sim, para fazer a defesa dos princípios do art. 37, da Constituição. Agora, o chamado doutor fato, S. Exª o fato, nos traz a necessidade dessa ponderação. Então eu queria ouvi-lo sobre isso e, no mais, cumprimentá-lo pela realização da audiência pública.

Antes de encerrar, quero cumprimentar a Drª Glaucia Amaral, Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso, que aqui se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Taques.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, nossos convidados, eu não sou advogado, consequentemente, não é a minha área de atuação, mas eu não consigo entender por que essa resistência ao procurador municipal. Sinceramente não consigo entender. Num linguajar bem chulo, bem de pião, por que eu não posso ter um procurador municipal concursado, que vai defender os interesses do Município e inclusive do prefeito que está na gestão? Por que se 94,64% dos Municípios têm menos de cem mil habitantes só vai valer então para 6% dos Municípios? Um Município que não consegue pagar o seu defensor principal eu não consigo entender a razão dele existir.

Esse defensor municipal é o advogado do Município. O próprio prefeito, quando se enrolar, amanhã ou depois, esse procurador é alguém concursado que conhece os autos do processo, enfim – estou pegando os termos de vocês –, que conhece a história do Município, que está preparado para advogar e encaminhar a causa. Pelas informações que eu tenho, compete ao Município – a não ser que eu esteja errado e me expliquem aqui – definir inclusive o salário. Eu não consigo entender. Sinceramente, quem é leigo nesse campo de atuação... Não estou olhando aqui corporação nenhuma. Eu apenas ouvi todo o debate no plenário e estou ouvindo aqui. Por que eu não posso ter um procurador municipal concursado, que defenda o interesse da minha gente? Acho que combate a corrupção inclusive.

Eu fico preocupado. Há muito prefeito que não quer, claro, um cara concursado ali, que vai estar de olho, vendo, acompanhando, fiscalizando e dizendo: "Olha, aqui é transparência absoluta e eu tenho estabilidade. Em mim ninguém vai meter a mão." Agora, se há um ou outro que é corrupto, embora procurador, como há político, como há empresário, bom, aí é no campo das exceções. Sinceramente, estou meio incrédulo com essa resistência de ter um procurador municipal que defenda os interesses do Município, do nosso povo e da nossa gente.

Eu não vou levantar todos os argumentos que recebi. São inúmeros. Mas quanto mais eu leio menos eu consigo entender essa resistência. Eu não consigo ver o que há por trás disso. Eu não entendi ainda. Eu queria mais é entender por que não querem que haja... Ela não foi aprovada na Câmara por um amplo debate, veio para cá praticamente um caso consumado, acertado, ajustado? Olha, nós falamos tanto em transparência! Preferirmos que o prefeito contrate um escritório de advocacia para que defenda o Município como bem entender e se ele não tiver dinheiro, ele não vai contratar, porque ele vai ter que pagar...

Eu tenho três irmãos que são advogados. Só quem se deu bem na vida foi um deles que tem um belo escritório de advocacia – e não estou aqui fazendo nenhum prejulgamento e também não é essa a minha função, até porque eu respeito muito o trabalho dele. Agora, os meus três filhos estudam Direito e eu os aconselho a fazer concurso público. Acho que é importante. Sou do campo e acho importante seguir a carreira dos senhores. Eu até conversei um pouco com eles sobre isso. Eles também não conseguiram entender, não me responderam. Por isso eu vim aqui quietinho, sentei e fiquei ouvindo. Saio daqui cada vez mais convencido de que seria bom se a gente fortalecesse o serviço público e em cada Município houvesse pelo menos um – pelo menos um – para acompanhar, fiscalizar e defender os interesses do Município e da população.

Enfim, parabéns a todos vocês pela exposição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Paim.

Senador Inácio Arruda, para concluir a fase de interpelantes. Passarei a palavra aos dois representantes que foram questionados pelo Senador Pedro Taques, para concluirmos a nossa reunião.

Senador Inácio com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço a V. Exª por prontamente ter marcado esta audiência para que a gente pudesse superar essa fase. Ela está ocorrendo exatamente porque sugiram dúvidas no plenário, na hora de votar, dúvida na tramitação dos projetos. Eu acho que é justo que a gente possa resolver essa questão aqui entre nós para que, quando a matéria chegar ao plenário, ela esteja o mais bem tratada possível.

A minha indagação, que vai também para o Dr. Guilherme, é a seguinte: a gente precisa deixar claro para a população brasileira como é que nós tratamos isso hoje nos Municípios? Como isso é tratado no pequeno Município? Eu poderia citar uns três ou quatro do meu Estado, se indagarmos do Senador Sérgio Souza, ele vai citar dois, três, quatro ou mais que são muito pequenos e talvez não tenham condições de contratar o médico e o professor, imagina contratar mais um advogado, mais um procurador. Lá no Rio Grande do Sul, a mesma coisa. Pedro Taques aqui levantou no caso do seu Estado também as dificuldades. Como é que ocorre hoje?

Como o prefeito lida diariamente, porque o mesmo ocorre com os Estados, que têm que ter um corpo de procuradores eficientes, com salários adequados, porque a disputa é grande, se não pagar bem o procurador, o procurador vai embora, vai procurar outra instância onde ele possa ser mais bem remunerado? Todo dia o prefeito tem que responder ao Ministério Público, tem que responder ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado e, em alguns Estados, ao Tribunal de Contas do Município – é o caso do meu; temos

três tribunais só na área de contas –, tem que responder aos ministérios, porque os ministérios, instados pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, aumentam as exigências para fazer qualquer tipo de convênio, qualquer tipo de acordo com os Municípios.

Então, obrigatoriamente, a menor unidade da Federação está obrigada, pelas circunstâncias da necessidade absoluta a ter um procurador. Não há como escapar. Ele não tem como escapar. Ele vai ter que contratar ou um procurador diretamente, que ficará ali permanentemente, ou um escritório, que vai prestar serviço de forma permanente, porque as indagações são diárias, diárias. Não há um Município brasileiro que não esteja obrigado a dar respostas diárias.

Então, como é isso hoje, Guilherme? Qual a providência que os Municípios adotam para suprir esse problema, que é crucial e não tem como ser tratado senão com a presença de um procurador? Acho que isso é muito importante para que a gente possa tirar qualquer receio de votação da matéria, seja no voto favorável ou no voto contrário. Que a gente possa esclarecer de forma aberta e tranquila todas as pessoas, todos os Senadores que vão votar em uma matéria que já veio da Câmara Federal, onde recebeu votação quase que unânime.

A segunda, este é um debate que a gente vem travando no Congresso Nacional há algum tempo sobre a advocacia pública. O Senador Sérgio Souza, então, tomou a iniciativa aqui na Casa nesse período profícuo de atividades no Senado Federal. Sempre haverá controvérsia em relação ao custo, a equiparação das carreiras, a tetos; sempre haverá. Mas o principal, na minha opinião – e acho que é esse o espírito do Senador Sérgio Souza – é o interesse público, como a gente protege cada vez mais o interesse público, o interesse do cidadão. Acho que é essa a ótica que nós vamos ter que examinar.

Paola, Paulo e Marcos, vocês estão convictos de que nós vamos criar um embaraço com os Estados Federados? Que nós vamos nos imiscuir nesses Estados, criando um desequilíbrio para esses Estados? A coisa pública vai ficar maltratada se nós adotarmos essa providência. Então, é uma indagação importante para nós examinarmos essa questão, essa matéria proposta pelo Senador Sérgio Souza. Desde que deu entrada, nós todos aqui defendemos, achamos que era justo, correto e necessário. Mas é preciso ficar bem claro se vamos desequilibrar a Federação de tal maneira que, ao invés de ajudar, vamos contribuir para desajustar a Federação. Os argumentos vão se associando, nós vamos ter que examiná-los para que, ao final, possamos decidir sobre a matéria.

Mas na hora em que o Senador Sérgio Souza apresentou essa matéria, discursou no plenário do Senado Federal sobre o assunto, ele teve uma aceitação muito grande. Acho que, do ponto de vista mais geral no Senado, isso ainda prevalece. Portanto, é importante que possamos dirimir esta dúvida: o interesse público ou o desequilíbrio dos Estados e se há confusão entre esses interesses, como também da organização do Estado Federado. Isso é muito importante para que possamos decidir.

Em relação ao Guilherme, essa questão que eu tenho levantado: como nós tratamos disso hoje. Eu sei que você tem tratado muito disso, Guilherme, você tem falado muito sobre isso, mas é bom a gente repetir, a gente dizer de novo, encontrar a melhor maneira de colocar esse problema, para que as pessoas tenham consciência da posição que o Senado vai adotar em relação a uma matéria que já veio inclusive da Câmara.

Eram essas as indagações, Sr. Presidente, para que a gente possa concluir e votar com tranquilidade os dois temas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A assessoria da Mesa me informa que o questionamento direto mesmo foi para o Sr. Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais, para quem eu passo a palavra neste momento para as suas respostas, inclusive para a minha provocação sobre a tal emenda, que até agora não entendi, que quer limitar somente em R$100 mil, que pegaria, no caso, só 4%.

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Bom, novamente boa tarde a todos.

De fato, esta audiência pública oportuniza dirimir dúvidas principalmente dúvidas que não têm respostas plausíveis. Passo a responder a primeira pergunta do Senador Pedro Taques, em que ele relatou que estaria sofrendo, apanhando nas redes sociais. Bom, o Senador Pedro Taques de fato é uma referência no mundo jurídico. Inúmeros alunos e ex-alunos já tiveram a oportunidade de me relatar a confiança e a tranquilidade que têm quanto ao seu entendimento. Senador, é exatamente isto: seus alunos aprenderam com o senhor as lições, as boas lições. O que eles mais me dizem é o seguinte: "Vamos ocupar os espaços. Os bons têm que ocupar os espaços, porque, senão, vem o ruim e traz malefícios para a sociedade."

É exatamente isto que eles têm dito, que os Municípios têm sim direito e têm que ter um quadro com menos um procurador concursado. Por que isso? Um Município com mil e... Araguainha, não é isso? Há até menos; há Borá, no Estado de São Paulo, que não chega a mil... Então, esses Municípios, na verdade, por sua própria existência, têm que ter condições mínimas de funcionamento. Se ele não faz a defesa dos interesses do Município, como ele vai sobreviver? Qualquer pessoa pode entrar com uma ação contra o Município e o

Município não vai ter defesa? Uma simples ação quebra o Município. Então, ou o Município tem condições de ter pelo menos um procurador ou ele não tem condições de existir.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. *Fora do microfone*.) – Mas ele já existe, não é?

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Ele já existe e vai ter que se adequar de fato porque ele já existe. Hoje o que acontece quando há uma demanda? Como ele se defende? Ou não se defende? Ele vai contratar um escritório e vai pagar quanto ao escritório? Ele vai contratar um comissionado.

E não se engane, Senador, vou citar aqui um exemplo recente. Depois que foi apresentada a emenda, nós direcionamos ao Rio Grande do Sul todo esse estudo acerca do porquê dessa resistência tão grande dos Municípios com menos de cem mil habitantes.

Visitamos o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e questionamos por que o Tribunal era, digamos, de uma certa forma, condescendente com os prefeitos que só faziam contratar escritórios e colocavam em cargos comissionados os procuradores comissionados e não se exigiu concurso público. Era uma burla ao art. 37. Então o presidente se posicionou. Ele disse que particularmente tinha um entendimento, era um colegiado, mas que de fato ia contribuir nesse aperfeiçoamento dessa questão. E aí, dois meses depois, vejo a notícia no próprio Tribunal de Contas do Estado: Município de Cacequi, menos de 15 mil habitantes, em uma só tomada de contas, duas penalidades. Contratou um escritório irregularmente, pagou honorários quando não deveria pagar. Não há concursado nesse Município? Gasta dinheiro para pagar escritório? Gasta dinheiro para pagar comissionado? Nada contra os escritórios, nada contra os profissionais, mas qual é a garantia que o cidadão daquele Município vai ter na eficiência da prestação do serviço público?

Então, no pequeno Município, pelo menos um procurador concursado é necessário por quê? A própria existência do Município depende das condições mínimas de existência.

Agora, quanto ao pequeno Município, para se tomar um exemplo de exceção: "Ah, porque o procurador pode ser inimigo político." Se ele for inimigo político e não trabalhar direito, ele vai para a rua. Não tem problema, ele vai para a rua. O procurador-geral daquele Município vai ser indicado pelo gestor. A lei do Município é que tem autonomia para dizer como é que vai ser.

Mas eu vou um pouco mais além, vou para os Municípios e aí eu digo no caso concreto. Visitei, não muito tempo, o Vale do Ribeira, em São Paulo, vários Municípios: Jacupiranga, Registro, eu acho que Caeté, alguma coisa desse tipo. Fui participar de um evento jurídico. Fiquei abismado com a qualidade dos colegas que fizeram exposições. Inclusive há um Município, Cananéia, me parece, onde só há dois procuradores lá, dois procuradores concursados. Dois; e dois concursado. E o prefeito estava lá no nosso evento, prestigiando o evento. Depois de passado esse momento, fui conversar com ele e perguntei: me diga uma coisa, a remuneração de vocês como é que funciona aqui? O que lhe prende aqui, presidente? "Sou daqui. Nasci aqui. Minha família está aqui. Tenho raízes. É muito gratificante prestar um serviço para sua comunidade." E mais, o que ele disse? "A remuneração aqui poderia ser melhor, obviamente, mas vamos trabalhar para que o Município cresça. Vamos arrecadar, vamos implementar políticas a ponto de o Município reconhecer o trabalho da gente e poder ter disposição, disponibilidade para fazer esse pagamento.

Enquanto isso, estou morando aqui. Não tenho muita despesa. Se eu fosse morar na capital, só de aluguel eu pagaria quanto?" Foi isso que ele questionou. E mais, ele disse também: "Eu também advogo aqui na região. Então, tenho uma advocacia. Não é vedada a advocacia, e isso ajuda até o Município. Sou um advogado conhecido na região e o Município está muito bem servido, modestamente falando." Foi isso que ele falou. Então, essa realidade é facilmente superada com essa questão.

Então, se você imaginar que, em um Município, você vai ter que abrir exceção, uma exceção constitucional, de que ele não vai fazer concurso público, acho que tem que mudar a Constituição, e mudar a Constituição não me parece ser a fórmula mais adequada para um exemplo, uma situação possível de acontecer.

Espero, Senador, de ter sido pelo menos satisfatória a nossa resposta.

Partindo um pouco mais para a resposta do Senador Inácio Arruda, é isso, Senador. Na verdade, vários Municípios, hoje, não têm realmente nenhum procurador concursado. Nenhum! Mas têm 10, 15, 20 comissionados. Isso não pode existir. Contratam escritórios, com ou sem licitação – e isso não vem ao caso, é apenas uma situação –, mas, por mais preparados, por mais que tenham bons propósitos, a esses escritórios, a esses profissionais lhes falta uma condição: isenção política.

Não é difícil abrir os noticiários e se deparar com a notícia de que foram presos 12 prefeitos. Em uma operação só, foram 12 prefeitos presos. Qual é o motivo disso? Fraude nas licitações, que é como o dinheiro público sai pelo ralo, é como o dinheiro, em vez de ir para a educação, para a saúde, vai encher o bolso dos que não têm uma índole boa.

Então, nesses Municípios com mais de 20 mil habitantes, principalmente, é inconcebível que não se tenha pelo menos um procurador concursado.

A Controladoria-Geral da União revelou que, em 95% dos Municípios fiscalizados, ocorreu fraude nas licitações. Não podemos mais conviver com isso. Noventa e cinco por cento dos Municípios fiscalizados!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Quase 100% de fraude!

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Esse dado é estarrecedor, mas é uma realidade.

Isso não vai engessar o administrador. O administrador vai ter, sim, o Procurador-Geral nomeado livremente e ele vai coordenar. Vai ter a sua assessoria. Vai ter o assessor. Não precisa ser procurador. Obviamente, a representação judicial deve ser do procurador concursado. É isso o que tentamos sempre deixar claro.

Espero ter respondido à altura e tirado realmente a dúvida do Senador Paulo Paim, que tem realmente nos colocado de forma muito altiva, estimulando inclusive essa luta, que não fácil.

Ao Senador Pedro Taques...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estimulando inclusive a não ter limite.

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Limite nenhum, porque alguns já me disseram: "Quem sabe se acha um número menor".

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Mais uma coisa, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu não.

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Se tiver limite, o que vai acontecer, hoje, na prática? E já fui abordado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu me submeto à vontade da maioria, mas, se depender de mim, não há limite nenhum.

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – O que acontece? Já fui abordado por colegas hoje, procuradores de Municípios com 30 mil ou 40 mil habitantes, com menos de 100 mil. O que eles dizem? "Presidente, se aprovar essa emenda, o meu cargo, quando ficar vago, vai ser extinto. O Prefeito não vai mais fazer concurso." Hoje, ele já é concursado. Onde tem não vai mais ter, e representa 94% dos Municípios brasileiros.

Sei que o Parlamento é a Casa para dialogar, para negociar, no bom sentido, e chegamos a propor uma regra de transição. Se a realidade do País é essa, se os pequenos Municípios não podem ter seus procuradores concursados, vamos estabelecer um prazo de transição, cinco anos, dez anos. Agora, não se pode ter dois tipos de procuradores: o procurador concursado e o não concursado.

Estamos abertos à discussão e espero sinceramente ter respondido a essas indagações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Me permita, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, o Senador fala no momento que entender mais adequado, como sempre.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Quero cumprimentar o Presidente da Associação e dizer que também cerro fileiras com o senhor de que não há, para a Administração Pública, nada mais importante do que um corpo técnico, especializado, concursado.

A Advocacia Pública, no Brasil, Sr. Presidente, seja ela da União, dos Estados, dos Municípios ou das pessoas jurídicas descentralizadas, tem realizado um serviço na defesa dos princípios do art. 37 da Constituição. Não tenho dúvida nenhuma de que, para a Administração Pública ser mais republicana, precisamos, sim, de concursados, inclusive procuradores municipais. O que estamos aqui debatendo – e isso faz parte do debate legislativo – é essa ponderação. Não vejo outro caminho na Administração Pública brasileira a não ser o concurso público também nesta área. Defendo isso. Sobre essas contratações de escritórios sem licitação os Tribunais de Contas no Brasil têm batido muito firme em cima disso. Estou junto com os Tribunais de Contas porque precisamos regrar isso, porque os escritórios contratados são dos amigos, dos apadrinhados, daqueles que muitas vezes bancaram a candidatura do Prefeito. Isso é fato! Conhecemos a realidade. A realidade é essa! Precisamos buscar um caminho para resolver isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O pessoal advoga na campanha e depois vira procurador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Exato! O melhor caminho é o concurso público. A minha argumentação, e estamos construindo isso, é no sentido da economicidade em alguns Municípios. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – muito bem. Por orientação da Mesa, seria agora a palavra do Dr. Marcos Vitório Stamm, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Públicos. Depois, vou dar a palavra a todos da mesa para as considerações finais.

O SR. MARCOS VITÓRIO STAMM – Senador Paim, saúdo V. Exª, na qualidade de Presidente da Mesa.

Senador Pedro Taques, sobre a sua pergunta foi com relação à questão da autorregulamentação, entendemos basicamente que não fere em nada a autorregulamentação prevista no art. 25. O que se busca, natural-

mente, pela leitura da PEC e pela necessidade que se vislumbra... O senhor fez uma colocação, acabou de fazer, importantíssima: não ocorre só nos Municípios. Isso ocorre também nos Estados. Para o senhor ter uma ideia, uma autarquia do Estado do Paraná que todos conhecem, o Detran, que repassa recursos inclusive para construção e reparo de estradas ao Estado, pelo volume de arrecadações, tem dois colegas de carreira autárquicos efetivos, concursados, e mais de 20 comissionados. Isso não interfere na autorregulamentação.

Quando digo que a proposta do Senador Sérgio Souza é meritória, é natural que se busque um aperfeiçoamento e condições para que o Estado, Senador Inácio, tenha condições de refletir e melhorar o seu corpo jurídico.

A unicidade, Senador Taques, não está em jogo. Também concordamos. Tem que haver um órgão único, um comando único. No caso dos Estados, particularmente, acho que tem que ser a Procuradoria-Geral do Estado. Com exceção de Minas Gerais, em nenhum outro Estado que criou o Advogado-Geral do Estado, mas que, na verdade, é um procurador, todos os outros Estados têm as suas instituições, as procuradorias com *status* de secretário.

O senhor me pergunta com relação à política de definição remuneratória. Essa é uma política que cabe ao Executivo. Naturalmente, temos um limitador. Posso afirmar que, assim como a PEC dos Municípios, na minha visão, a nossa PEC também não traz problema de gasto nenhum para nenhum Estado, porque, na verdade, qualquer tipo de despesa tem que partir do Executivo. O que está se facultando é a oportunidade para resolver problemas crônicos, não só comissionados, como terceirizados, inclusive no seu Estado, Senador. O seu Estado está cheio de terceirizados, e os advogados autárquicos lá não têm o reconhecimento que merecem, inclusive da própria Procuradoria-Geral do Estado, que, na nossa visão, em vez de olhar pelos advogados públicos como um todo, trata especificamente do interesse de uma única carreira.

Este é o sentido do apelo: o Estado tem que ser visto como um todo. E faço minhas as palavras já ditas, a nossa luta transcende o interesse de categoria. É natural que tenhamos interesses remuneratórios, como todos aqui têm. Ninguém vive sem remuneração digna e sem a contraprestação ao trabalho que presta. É a valorização do seu trabalho. Agora, busca-se, sim, um reparo. V. Exª foi Procurador-Geral do Estado de São Paulo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. *Fora do microfone*.) – Só Procurador.

O SR. MARCOS VITÓRIO STAMM – Só Procurador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT. *Fora do microfone*) – Não tive essa competência.

O SR. MARCOS VITÓRIO STAMM – Desculpe, mas poderia ter sido Procurador-Geral do Estado de São Paulo. Provavelmente, o Governador à época não teve a felicidade.

Mas eu lhe coloco recurso extraordinário de processo do Estado de São Paulo.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUBTETO REMUNERATÓRIO. ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ABRANGÊNCIA DO TERMO "PROCURADORES"

PROCURADORES AUTÁRQUICOS ABRANGIDOS PELO TETO REMUNERATÓRIO. ALTERAÇÃO QUE, ADEMAIS, EXIGE LEI EM SENTIDO FORMAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO.

> *I – A referência ao termo "Procuradores", na parte final do inciso XI do art. 37 da Constituição, deve ser interpretada de forma a alcançar os Procuradores Autárquicos, uma vez que estes se inserem no conceito de Advocacia Pública trazido pela Carta de 1988.*

Não sou eu que estou dizendo. É o Supremo Tribunal Federal.

> *II – A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de resto, é firme no sentido de que somente por meio de lei em sentido formal é possível a estipulação de teto remuneratório.*
> *III – Recurso extraordinário conhecido parcialmente e, nessa parte, improvido.*

Da decisão, no relatório do Ministro Lewandowski, vou me dar o direito de ler com brevidade uma parte. Diz lá:

Ora, atualmente, a redação dada pela EC 19/2004 ao art. 101 da Constituição do referido Estado-membro determina que compete à Procuradoria-Geral do Estado representar o Estado e suas autarquias [no caso de São Paulo]. Entretanto, esta foi uma opção política, pois tal representação poderia continuar a cargo de órgãos vinculados, como permite a Constituição Federal.

Isso, porém, não impede que se reconheça que os órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas nos Estados e no Distrito Federal, assim como ocorre na União, integram a Advocacia Pública, tal como preconizado na Seção II, Capítulo IV, Título IV, da Lei Maior e, por conseguinte, exercem função essencial à Justiça.

Essa é uma decisão do Supremo, da 1ª Turma, no recurso extraordinário. O Ministro Teori decidiu no mesmo sentido; o Ministro Gilmar Mendes também. O Senador Taques parece que saiu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, mas não quero ser inconveniente, mas estão me chamando...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Saiu, mas está ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Inácio, estão me chamando, porque vai começar a Ordem do Dia no plenário e tem uma série de projetos que temos que acelerar e depois dar uma mensagem...

O SR. MARCOS VITÓRIO STAMM – Só para concluir, Senador Paim. Esta é uma decisão do Supremo com relação ao teto, apontou – viu Senador Taques? – com relação à questão de teto, questão remuneratória e, naturalmente, preservando a competência do Estado de autorregulamentação.

Então, espero ter esclarecido. O senhor fez uma pergunta se a emenda criava estrutura ou questões de prerrogativas. Entendo que a PEC trata, sim, de questões relativas às prerrogativas, porque uma vez estará consagrando exatamente o que está sendo tratado, o que está sendo decidido no âmbito do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Por favor, Dr. Paulo Roberto para suas considerações finais. Estão me chamando para ir ao plenário.

O SR. PAULO ROBERTO BASSO – Rapidamente, Senador Paulo Paim, quero agradecer a oportunidade, aos demais integrantes da mesa. A última fala aqui do nosso Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Públicos, Dr. Marcos, parece que deixa bastante claro a respeito da desnecessidade da constitucionalização do tema dos procuradores autárquicos. Justamente porque o Supremo já tem apreciado esse tema, os Estados não têm uma organização administrativa similar e, onde tem, ele reconhece as prerrogativas dos procuradores autárquicos.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, não há procurador autárquico, as carreiras foram extintas e estão inativadas; inclusive do ponto de vista remuneratório, os procuradores autárquicos inativos têm a mesma remuneração dos procuradores do Estado. A organização do Estado do Rio Grande do Sul foi pela representação plena pelos procuradores de Estado das autarquias, tanto representação judicial quanto consultoria jurídica, da unidade referida pelo Senador Taques.

Essa elevação a nível constitucional da expressão "procurador autárquico" vai apenas fomentar, naqueles Estados que já se estruturaram – a grande maioria me parece – com a unidade de representação e representando também as autarquias, há necessidade de se movimentarem para criar procuradorias autárquicas.

Na medida em que está no Texto Constitucional, surgirá naturalmente essa demanda. Essa linha, como vejo, vai na contramão da situação hoje já existente em que os Estados, dentro da sua autorregulamentação, podem deliberar sobre a situação como vão gerenciar essas questões. Inevitavelmente, seja qual for o modelo, vai ter que ser centralizado pelas procuradorias gerais.

Hoje, pelas manifestações do Supremo, o tema não precisa ser levado a nível constitucional, que só vai trazer uma desarmonia na evolução dos 26 anos da Constituição, em que os Estados já consolidaram a procuradoria como representação única, tanto do ente federado como de suas autarquias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Paulo Roberto Basso, Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Institucionais do Estado do Rio Grande do Sul.

Vou dar encaminhamento e, ao final, veremos como é melhor fazer.

Drª Paola, por favor, senão vou perder a votação no plenário e o Senador Inácio também.

A SRª PAOLA AIRES CORRÊA LIMA – Agradecendo também com breves considerações finais em razão do tempo. Adiro aqui ao que foi dito pelo meu colega do Rio Grande do Sul. Acredito que a questão, se constitucionalizada, vai ficar na situação de remuneração. Então, a Constituição vai definir questão remuneratória para os Estados. E digo isso não contra, de forma nenhuma, aos serviços prestados que acho devem ser via serviço público. Aqui no Distrito Federal, tivemos a carreira de procurador autárquico, eles foram integrados à nossa carreira e foram admitidos como procuradores do Distrito Federal, mas eles prestaram concurso para procuradores autárquicos. A dificuldade que tenho em admitir essa emenda seria qual o resultado dela para os Estados.

Temos a posição do entendimento do nosso colega, mas vamos submeter essa emenda ao Judiciário e à pressão política de cada Estado.

Nós não temos como aferir qual seria o impacto orçamentário dela. Eu não tenho oposição à figura, à função desenvolvida. Eu acredito hoje que essa função tem que ser desenvolvida aqui internamente pela Procuradoria-Geral do Estado, no caso pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Temos que ter essa representação única como é na União.

E não estou aqui, de forma alguma, desqualificando a Advocacia pública nem o trabalho exercido. Com todo respeito, nem adentrei na questão dos Procuradores municipais porque nós não temos essa realidade. Falo aqui do eu vivo, do que eu presencio.

Para nós, essa situação aqui traria, sim, uma instabilidade jurídica e a estabilização dos nossos pronunciamentos, dos pronunciamentos dos Procuradores de Estado é o que eu defendo, como um serviço público que a gente presta à sociedade. Nós prestamos o serviço público da Consultoria Jurídica da prestação de serviços jurídicos. E por isso, eu entendo que, se os Procuradores Autárquicos, o Estado que já entende que essa carreira é necessária e cria a carreira de Procurador Autárquico, já tem o tratamento de equiparação dado pelo Supremo Tribunal Federa. Então, qual é o motivo dessa emenda? Não é de criação de estrutura, é de equiparação remuneratória.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Paola Aires Corrêa Lima, Procuradora -Geral do DF.

Também nas considerações finais e por isso eu quis passar antes que o senhor fosse interpelado.

Agora, nos três minutos finais, Dr. Marcos Vitório Stamm, Diretor–Presidente da Associação Brasileira de Advogados Públicos.

O SR. MARCOS VITÓRIO STAMM – Senador Paim, o raciocínio é simples. Tem razão o nosso Procurador do Rio Grande do Sul. A realidade do Rio Grande do Sul é esta, só que não é a maioria. Aí V. Exª não tem razão. Na maioria dos Estados existem os autárquicos.

Drª Paola, a sua política em relação ao Distrito Federal não é a política que a Anape apregoa. O porquê da emenda? Pelo mesmo motivo da emenda 17. Se partirmos da premissa de que procurador é gênero, nem os procuradores municipais precisam da emenda 17.

Pelo mesmíssimo motivo, infelizmente, no nosso País, as coisas têm que estar postas. Eu cansei, Senador Inácio, de ouvir que nós estamos constitucionalizados e você, não.

A nossa carreira é única. Não se trata de unicidade, de exclusividade de carreira. Concordo, Drª Paola, é unicidade orgânica. Estamos juntos e abraçados; agora, com dignidade, com respeito, não com diferenças remuneratórias e diferenças de tratamento.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Dr. Marcelo Terto e Silva, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados.

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho que esses três minutos eu posso usar para alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, acho que, em relação ao RE 558258, não houve conhecimento da matéria nesse processo, segundo informativo 608 do Supremo Tribunal Federal no que diz respeito ao art. 131 e 132, que envolve a questão da institucionalização, que está posta.

Uma coisa é o trato remuneratório em razão do conceito que existe no art. 37, 11, que trata da organização e da administração pública e seus princípios. O Supremo ampliou. No 132, há regras claras no que diz respeito à unidade, porque é conjugado com o art. 69 do ADCT.

Concordo com tudo que foi dito; o grande problema não é que haja incoerência, Dr. Marcos Stamm, no discurso da Anape, absolutamente. É o que se tenta fazer na forma de extensão da interpretação do art. 69. Vocês tentam estender um caráter transitório para situações posteriores a que se tenta atribuir sentido de permanência.

Eu não tenho problema algum na questão e na solução que os Estados apontaram para aqueles Advogados Públicos,porque o termo que se usa do RE é advogado, não é advocacia no sentido institucional.

Para aqueles advogados que entraram antes da promulgação da Constituição de 1988. O problema é que, no meu Estado, por exemplo, se criou carreira em 2001 e se fez concurso com um nível de seleção bem inferior ao de Procurador de Estado. Bem inferior ao de Procurador de Estado! Uma prova de domingo. Uma prova para Procurador de Estado dura seis meses.

Esse é o sentido. Daí porque a nossa preocupação com a violação da regra do concurso público.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELLO TERTO E SILVA – Com toda a certeza, mantenham a serenidade e toda a lógica e coerência no que diz respeito ao trato desse assunto. Não diz respeito ao advogado como profissional; ele tem direito a todas as suas prerrogativas. Mas no sentido de institucionalização que a Drª Paola apontou é de que aqueles que se enquadravam na regra de transição foram absorvidos nos quadros da PGE. O problema é o sentido de continuidade, de permanência que se quer atribuir, que foi inclusive afastado posteriormente a esse RE na ADI 484, que vedou a norma que estabelecia o sentido de permanência através de concurso público, novos concursos públicos para integralização de cargos vagos nessas carreiras que seriam transitórias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Dr. Marcello Terto e Silva.

Agora, está com a palavra o Dr. Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira, para os seus três minutos.

Nós não vamos iniciar o debate de novo, se não todos terão direito à réplica e à tréplica...

A SRª PAOLA AIRES CORRÊA LIMA (Fora do microfone.) – Com advogados não tem fim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois é, com advogados não tem fim. Mas com políticos também não tem.

Então, com a palavra o Dr. Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira, por favor, por três minutos.

E quem vai terminar é o meu sempre Senador aqui.

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Bom, vou ser breve, não vou usar todo o tempo.

Quero apenas agradecer mais uma vez o empenho deste Parlamento, ao Senador Inácio Arruda, como Relator, que tem uma longa data de luta, acompanho sua história e confiamos na sua relatoria no sentido de que terá um bom encaminhamento. E agradeço também aos demais Senadores, que compreenderam e que entenderam a necessidade de ser respeitado o princípio republicano do concurso público. Esse é o enfoque da nossa luta e, por isso, saio daqui satisfeito.

Senador Paim, os meus colegas do Rio Grande não me deixam em paz. O Senador Paim está em todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E nem a mim eles deixam em paz.

Eu que não viesse aqui hoje para ver. Quando chegasse lá, eu não descia no aeroporto.

O SR. ANTÔNIO GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA – Mas é isso, Senador. Eu agradeço mais uma vez a oportunidade. Um grande abraço a todos.

Tenho certeza de que, depois desta audiência, os Procuradores municipais que estão assistindo, ouvindo este debate, ficarão mais confortáveis, principalmente também pelas declarações do Senador Pedro Taques.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Valeu, Dr. Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira.

Agora, vamos ao Senador Sérgio Souza, para suas considerações finais.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Senador Paim, hoje, o plenário do Senado Federal se propõe a votar a indicação de um paranaense, que representou o Estado do Paraná muito bem no TRF da 4ª Região, a Ministro do STJ. Não sei se vamos ter tempo ainda hoje, mas estamos aí inclusive pedindo votos aos colegas. Eu não voto mais, mas tenho ainda uma grande amizade no Senado para pedir. Não tenho dúvidas da decisão do plenário, que será reflexo da decisão da CCJ, da sabatina da última quarta-feira, que foi unânime. E não é comum votação unânime aqui na CCJ.

Eu queria só para finalizar dizer que, ao que parece aos espectadores que nos assistem e nos ouvem, pela TV Senado e Rádio Senado, há uma ligeira disputa entre carreiras. Eu acho que é o que parece. É bastante claro isso. E isso é do processo jurídico, do processo político. É próprio das carreiras buscarem mais espaço. E é próprio também daquelas que talvez venham perder espaço lutar. É do processo político.

Nós, que disputamos eleições, alguns serão reeleitos ao Senado, ao Parlamento brasileiro, e outros deixarão de ser.

Mas acho que não pode ser essa a finalidade. Acho que não pode ser uma luta entre carreiras. EU acho que tem realmente haver uma união em que ganhe o Estado como um todo, não o Estado federado, mas o Estado brasileiro, e que ganhe a população. Acho que essa é...

Nós estamos aqui defendendo e vi o Presidente da Associação do Procuradores Municipais defendendo o concurso público. Isso é importantíssimo. O concurso público traz a isonomia. Entendo que a Proposta de Emenda à Constituição que eu sugeri ao Congresso Nacional defende o concurso público. A própria Constituição não permite que alguém ingresse numa carreira que não seja por concurso público. "Ah, mas existem aqueles, antes da Constituição de 1988, que foram albergados pela Constituição, pela regra dos cinco anos!." Existem, mas em todos os lugares. Mas esses, na maioria, já estão, inclusive, na inatividade e, em alguns lugares, em planos de extinção, em carreiras de extinção.

Queria aqui agradecer a CCJ do Senado, na pessoa do Senador Vital do Rêgo, e agora, por último, na pessoa do Senador Paim, por propiciarem ao povo brasileiro, ao Parlamento brasileiro, especialmente ao Senado Federal e aos membros desta Comissão, a CCJ, a oportunidade de ouvir pessoas como Marcos Vitório Stamm, Presidente da Associação dos Advogados Públicos do Brasil; o Marcello, dos Procuradores; o Presidente da Associação dos Procuradores Municipais; a Paola; o Paulo; e todos aqueles que contribuíram para esta audiência pública.

Obrigado a todos. E uma boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Muito grato a todos.

A audiência cumpriu o seu objetivo.
Até a próxima!
Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 53 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dois minutos do dia dezenove de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Aécio Neves, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Gim, Eduardo Amorim, Cidinho Santos e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Ana Rita, Kátia Abreu e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Inácio Arruda, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Cássio Cunha Lima e José Agripino. Registra a presença o Senador Wellington Dias. A Presidência registra a presença da Deputada Federal Perpétua Almeida (PCdoB/AC). Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, de 2013 – Não Terminativo. Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2013 – Terminativo. Dispõe sobre a transmissão do direito de utilização de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas no caso de morte ou enfermidade de seu titular. **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2013 – Não Terminativo. Dá nova redação ao caput do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta art. 54-A a este Ato. (PEC dos Seringueiros / Soldados da Borracha). **Autoria:** Deputado Arlindo Chinaglia e outros. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2012 – Não Terminativo. Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal. **Autoria:** Senador Roberto Requião e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Contrário à Proposta. Encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57A, de 1999 – Não Terminativo. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal. **Autoria:** Senador Ademir Andrade. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 1-PLEN com a adequação redacional apresentada. Durante a discussão, o Senador Aloysio Nunes Ferreira reformula o Relatório para acolher a Emenda nº 1-PLEN, como emenda de redação, com a alteração de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 1-PLEN, de redação, substituindo a expressão "definido em lei" por "na forma da lei". ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2006 – Terminativo. Acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2007 – Não Terminativo. Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 15 da Constituição Federal, para disciplinar a mudança de domicílio eleitoral para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito. **Autoria:** Senador João Vicente Claudino e outros. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta. Durante a discussão o Senador José Pimentel ofereceu sugestão, acolhida pelo Relator e incorporada ao Substitutivo. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, de 2011 – Não Terminativo. Dispõe sobre a denominação do prédio da administração da sede da Universidade Federal

do Vale do São Francisco, localizado na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. **Autoria:** Deputado Gonzaga Patriota. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto. Vota vencido o Senador José Pimentel. ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 309, de 2011 – Complementar – Não Terminativo. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento, e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2012 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Angela Portela (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, e no mérito, favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 25) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, de 2011 – Não Terminativo. Altera a redação do § 6º do art. 14 da Constituição Federal para determinar a desincompatibilização do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal como condição para a candidatura eleitoral. **Autoria:** Senador Wilson Santiago e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. Em 19/02/2014, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Luiz Henrique. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Vota vencido o Senador José Pimentel. EXTRAPAUTA: ITEM 26) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 5, de 2014. Tendo evoluído em minhas razões e estando em condições de proferir Parecer ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 31, de 2013, de autoria do Senador Roberto Requião, que Susta os efeitos da Resolução nº 34/89 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito, nos termos do § 2º do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo RQJ nº 63, de 2013, de minha autoria. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 6, de 2014. Requeiro, com fundamento nos arts. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa Legislativa, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da Reforma do Código Penal Brasileiro, e as matérias a ele anexadas. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 28) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7, de 2014. Requeiro desistência do requerimento nº 79 de 2009 CCJ tendo em vista que foi designado novo relator ao PLS 480/2007 que "Determina a obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas até 2014." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Resultado: Aprovado. ITEM 29) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, de 2014. Com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública, para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2013, que acrescenta o art. 93-A à Constituição Federal, dispondo sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário, com os seguintes convidados:Representante da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD; representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – ENAJUFE –; Representante do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. O Senhor Senador Anibal Diniz devolve a Presidência para o Senador Vital do Rêgo. A Presidência suspende a Reunião às doze horas e vinte e um minutos do dia dezenove de março de dois mil e quatorze e reabre a Reunião às nove horas e quatorze minutos do dia vinte de março de dois mil e quatorze. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às nove horas e cinqüenta e três minutos do dia vinte de março de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2007; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, de 2007; ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, de 2011; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2013; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2012; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, de 2011; ITEM 15) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2004; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2004; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2007, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2009, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2010 TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 2010; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de

2011; ITEM 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2013; ITEM 23) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, de 2005; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta Presidência deseja, inicialmente, chamar a atenção de V. Exªs para a quantidade expressiva de proposições que hoje integram a pauta da Comissão. De um total de 25 itens, 15 deverão ter o relatório lido perante o nosso Colegiado, portanto, iniciando hoje a sua apreciação.

Esse número de matérias novas representa exatamente 60% da nossa pauta. Dizem respeito a temas que alteram o Texto Constitucional, Administração Pública, ramos do Direito, como Civil, Processual Penal, Eleitoral e do Trabalho. Quanto aos outros dez itens da pauta que já tiveram os seus respectivos relatórios lidos em reuniões anteriores, bem como foram objeto de vista, a Presidência esclarece que, na definição da sequência constante da pauta, levou em consideração as manifestações e solicitações de V. Exªs proferidas ao longo dos debates da última quarta-feira.

Assim, logo nos primeiros itens, constam matérias de grande relevância e de repercussão social, devendo ser mencionadas a proposta de plebiscito sobre a federalização da educação básica, a transmissão do direito de utilização de área pública por quiosques, *trailers*, feiras... (*Palmas.*) ...bancas de jornais, mandato de Ministro do Supremo Tribunal Federal e PEC do Trabalho Escravo, que retorna à CCJ em virtude de emenda proferida em plenário.

Esclarecimentos prestados, é hora de trabalhar.

Senhoras e senhores, devo manifestar a minha alegria de ver as representações de tantos projetos envolvidos que tratam diretamente com a matéria na nossa pauta, mas também devo esclarecê-los que, regimentalmente, não é permitido nenhuma manifestação em plenário, nem favorável, nem desfavorável. Aqui é um órgão técnico, e nós estamos querendo fazer o melhor para o País. Por isso, advirto os queridos companheiros.

Sejam todos muito bem-vindos! Os senhores que representam as diversas tendências que têm interesse na aprovação das matérias sejam todos muito bem-vindos! Peço silêncio e respeito às posições da Casa.

Há dois requerimentos: um, da Senadora Lídice da Mata, tendo evoluído razões para proferir dispensa da audiência pública; e um requerimento da nossa autoria, formulando um calendário de audiências públicas às terças-feiras para concluir, em voto preliminar, o parecer deste Relator sobre o Código Penal.

Nas próximas terças-feiras, ouviremos o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro da Justiça e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, para o Código Penal. Será a última exposição antes da posição desta relatoria a respeito do trabalho do Relator Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Só a parte geral, correto?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos fazer tudo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Tudo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tudo.

Pedro, a cada terça-feira, nós vamos ouvir um membro do Supremo Tribunal Federal, depois do Superior Tribunal de Justiça, depois da Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministro Chefe de Estado para assuntos da Justiça. Concluídas as audiências públicas terminativas, porque pouco tenho a acrescentar ao maravilhoso trabalho de V. Exª, eu entregarei o relatório preliminar para votarmos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está bom assim para o senhor, Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Só uma mente paraibana conseguiria fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação, Senador Pedro Taques.

Senador Aloysio, por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu queria apenas um esclarecimento de V. Exª, porque, frequentemente, nós somos indagados a respeito da tramitação desse projeto de lei, que é um dos mais importantes da Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E que, em boa hora, V. Exª deve relatar para concluir o trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... magnífico feito pelo Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu pergunto se V. Exª já tem, mais ou menos, uma ideia da tramitação, do calendário, porque as pessoas sempre me perguntam: quando é que vão votar? Quando é que vão resolver?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito oportuna a participação de V. Exª.

Ao receber o projeto – eu o recebi com algum desagrado, porque queria que o Senador Pedro Taques permanecesse na relatoria, mas, em virtude das suas inúmeras atividades, agora mais específicas, no Estado do Mato Grosso, eu entendi as razões do Senador Pedro Taques, mas não prescindo da inestimável colaboração de S. Exª –, Senador Aloysio, nós criamos um calendário para ouvir, a partir do relatório do Senador Pedro Taques, em nome da Comissão que nós todos representamos, em quatro audiências públicas, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, a Ordem dos Advogados e o Ministro da Justiça. Findo esse período de audiências públicas, digamos, terminativas, nós vamos encaminhar o nosso parecer. A partir do parecer registrado, nós vamos abrir um prazo final de emendas sobre o parecer apresentado – emendas à CCJ sobre o parecer apresentado. E aí, Senador Aloysio, marcha batida para votar conforme a necessidade que o País exige.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito bem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação o requerimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Dentro desse tema, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu ouvi que serão ouvidos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ouvidos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E o Procurador-Geral da República?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, está constando agora.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu queria sugerir, porque vamos ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sugestão aceita. V. Exª foi muito feliz. Sugestão aceita.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Porque vamos ouvir o Ministro da Justiça, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Ministério Público.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O Ministério Público, através do Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Adendo de V. Exª.

Agradeço, inclusive, a lembrança de V. Exª. O Ministério Público não poderia deixar de participar dessas audiências públicas.

Então, serão cinco audiências públicas em cinco terças-feiras seguidas. A primeira será na próxima terça-feira, Senador Aloysio, às 9 horas da manhã, para não atrapalhar a nossa sessão.

Em votação os requerimentos, com o adendo, a sugestão do Senador Pedro Taques.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, por unanimidade.

(São os seguintes os itens aprovados:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 5, de 2014

Tendo evoluído em minhas razões e estando em condições de proferir Parecer ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 31, de 2013, de autoria do Senador Roberto Requião, que Susta os efeitos da Resolução nº 34/89 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe ao

comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito, nos termos do § 2º do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo RQJ nº 63, de 2013, de minha autoria.
Autoria: Senadora Lídice da Mata.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 6, de 2014

Requeiro, com fundamento nos arts. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa Legislativa, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da Reforma do Código Penal Brasileiro, e as matérias a ele anexadas.
Autoria: Senador Vital do Rêgo e outros.)

Vamos à pauta.
Item 1, página 21.
ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, de 2013
– Não terminativo -

Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.
Autoria: Cristovam Buarque
Relatoria: Pedro Taques
Relatório: Favorável ao projeto, com a emenda que apresentou.
Observações: – Em 26/02/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para as suas considerações finais, antes de colocar em discussão a matéria.

Senador Pedro Taques.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite uma declaração preliminar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Preliminar aceita. Declaração concedida. Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, na reunião passada, quando discutimos essa matéria, levado pela minha veia polêmica, pelo desejo de debater, pela impaciência, às vezes, em intervir na argumentação, que é uma característica do meu temperamento – procuro controlá-lo, mas nem sempre consigo –, eu acabei subindo excessivamente o tom com o meu querido colega Randolfe Rodrigues. Eu poderia ter pedido desculpas a ele pessoalmente, mas eu prefiro pedir publicamente perante a Comissão, porque eu creio que devo também esse pedido de escusas à própria Comissão – então fica registrado isso – e ao meu querido amigo Pedro Taques, em cuja manifestação acabei interferindo também intempestivamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem uma história do tamanho da sua maravilhosa vida pública. Um homem elegante, um homem sábio, um homem competente, que tem as suas posições, convicto das suas ideias e faz o bom debate. Certamente, tanto o Senador Randolfe quanto todo o Colegiado continua com o mesmo tamanho da admiração que temos por V. Exª.

Voltemos ao debate.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, só para questionar: o Senador Pedro Taques apresentou uma nova proposta. É isso, Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Foi uma emenda de redação, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Objetivando a pergunta: em relação especificamente a financiamento?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, Senhora, minudenciando, detalhando...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu queria, Sr. Presidente, em razão disso e dessa mudança, solicitar vista novamente desse projeto, tendo em vista a alteração sugerida pelo Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós vamos regimentalmente... O Senador Pedro Taques solicitou a matéria para reexame. O reexame, se for feito, efetivamente, regimentalmente, atende razão a V. Exª, que abre um novo pedido de vista.

Consulto, Senador Pedro Taques, que terá de se posicionar sobre o reexame da matéria, se os termos do seu relatório são os mesmos ou se V. Exª está fazendo um novo relatório. Se V. Exª se manifestar por um relatório ou modificar o relatório anterior, efetivamente cabe a todos os Senadores o direito de receber o seu novo relatório ou o relatório modificado para as 48 horas necessárias à avaliação, segundo nosso Regimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao meu juízo, ao meu talante, ao meu alvedrio, não houve modificação no relatório, mas eu me curvo à decisão da Comissão. Não houve modificação no relatório, o que fiz foi readequar a pergunta, em razão dos debates ocorridos na reunião passada. Mas, como relator, não tenho objeção a que os demais Senadores possam socializar o que aqui existe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra para ler a sua...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – O relatório é o mesmo, o que mudei foi a ordem da pergunta aqui. Era assim: a educação básica pública e gratuita deve passar a ser de responsabilidade do Governo Federal? Essa era a indagação. Agora, a nova redação, depois dos debates que aqui existiram: o financiamento da educação básica pública e gratuita deve passar a ser de responsabilidade do Governo Federal? Esse é o novo texto. O relatório é o mesmo. Agora, não sou useiro e vezeiro de querer prejudicar Senador de estudar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Regimentalmente, V. Exª mudou o relatório quando mudou a pergunta. O tema, o núcleo da discussão foi a pergunta e a subjetividade da pergunta. V. Exª agora define, aprofunda a pergunta com mais propriedade.

Fica concedida vista para a próxima reunião. Continuará sendo o primeiro item da pauta na próxima reunião.

Senador Cristovam, o compromisso continua.

Pedido de vista coletiva. Senadora Gleisi, Senador Mozarildo, Senador Luiz Henrique, vista coletiva.

O item 2 é terminativo. Não há ainda quórum para deliberação terminativa. Enquanto não houver quórum para deliberação terminativa, vamos consumindo os itens não terminativos, para que não demoremos na apreciação de itens sem a devida qualificação do quórum.

Item 3 da pauta, página 45. Depois voltaremos ao item 2, tão logo tenhamos quórum para matérias terminativas.

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2013
– Não terminativo -

Dá nova redação ao caput do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta art. 54-A a este Ato. (PEC dos Seringueiros/Soldados da Borracha)
Autoria: Arlindo Chinaglia e outros
Relatoria: Anibal Diniz
Relatório: Favorável à proposta, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.
Observações: – Em 05/12/2013, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.
– Em 18/03/2014, foi recebida a Emenda nº 1, do Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra para o Senador Anibal Diniz proferir seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Eu pediria a autorização de V.Exª para a exibição de um material de três minutos, que é ilustrativo desta matéria. Imediatamente, eu passaria à leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V.Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço à equipe técnica, por favor, a exibição desse vídeo.

Peço, por favor, a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores para que nós possamos assistir a esse vídeo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Equipe técnica, solicito que viabilize o áudio, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo. Dou as boas-vindas à Deputada Federal Perpétua Almeida, que foi Relatora desta matéria na Câmara e que nos honra com a sua presença aqui na Comissão de Justiça e Cidadania.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o que me traz a colocar um pouco de emoção nesse debate... Quero pedir toda a atenção possível para que a gente possa fazer o debate da maneira mais tranquila possível. Esta matéria é uma matéria que vem tramitando há 12 anos no Congresso. É fruto de uma proposição da então Deputada Federal Vanessa Grazziotin, que propôs um ajuste no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias no sentido de conceder aos Soldados da Borracha os mesmos benefícios que foram conferidos aos pracinhas que foram à Itália durante a Segunda Guerra Mundial, porque eles foram recrutados basicamente sob o mesmo argumento: alguns foram levados à Itália, civis e militares, em torno de 20 mil. E o Exército recrutado para coletar a borracha na Amazônia chegou próximo a 60 mil. Então, foi um número muito maior de soldados recrutados para a Amazônia.

E o que nós tivemos? Ao término da Segunda Guerra Mundial... Primeiro, eles foram fundamentalmente exercer um esforço de guerra: eles foram produzir borracha para atender as necessidades das Forças Aliadas da indústria bélica, que passava por um momento muito delicado, porque os japoneses haviam tomado os seringais da Malásia e tinham impedido o acesso à borracha à indústria bélica americana. Então, naquele momento, o governo dos Estados Unidos pediu uma parceria especial com o governo brasileiro, foi assinado um acordo no sentido de que a contribuição precípua do Brasil para a Segunda Guerra Mundial seria recrutar um grande contingente de homens, fortes, jovens, que pudessem se deslocar para a Amazônia para produzir borracha, porque a Amazônia era a única região do Brasil que possuía as seringueiras, a *Hevea brasilienses*, que podia alimentar a indústria bélica americana. Então, esse esforço foi considerado um esforço de guerra, e, por isso, o Governo brasileiro, com o Presidente Getúlio Vargas, criou o Serviço Nacional de Mobilização para ao recrutamento desses jovens que foram levados para a Amazônia. No início, alguns voluntários. Depois, inclusive, forçados. Ou eles optavam por ir para a Amazônia ou seriam mandados forçosamente para o *front* de batalha na Europa.

Bom, isso aconteceu. As Forças Aliadas foram vitoriosas, e os Soldados da Borracha foram esquecidos. Também foram esquecidos os combatentes da Itália. Lembrando que, dos 20 mil que foram combater na Itália, tivemos um número de baixas de aproximadamente 450. E, desses próximos a 60 mil que foram combater no sentido de coletar a borracha na Amazônia pelo menos 50% pereceram. Então, dos quase 60 mil que foram recrutados para a Amazônia, nós tivemos 30 mil baixas num período muito curto. E, passada a Segunda Guerra Mundial, eles ficaram esquecidos.

E, assim, ficaram até a Constituição de 1988, quando se instituiu dois tipos de benefícios. O art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias confere aos pracinhas que foram para a Itália a aposentadoria na condição de 2º Tenente, e o art. 54, do Ato das Disposições Transitórias concede aos Soldados da Borracha que foram coletar borracha na Amazônia uma pensão vitalícia no valor de dois salários mínimos.

Então, aí, já temos uma diferença muito importante.

Os primeiros foram beneficiados por uma pensão no valor, hoje, aproximado a R$4,5 mil e os Soldados da Borracha ficaram com a pensão de dois salários mínimos.

Por isso, a proposição da Deputada Federal e hoje Senadora Vanessa Grazziotin, no sentido de equiparar os benefícios dos Soldados da Borracha aos pracinhas que serviram na Itália.

Essa proposição tramitou durante muito tempo na Câmara e houve a formação de uma comissão especial, que teve como Relatora a Deputada Federal Perpétua Almeida, que fez um brilhante trabalho. S Exª fez um levantamento histórico, um resgate, em que apresentou os números e conseguiu grande sensibilização dos Deputados Federais exatamente por mostrar a justeza da proposta da Deputada Federal e hoje Senadora Vanessa Grazziotin.

No entanto, como não havia possibilidade de fazer o vínculo com os 2º Tenentes, que foi exatamente o valor estabelecido para a pensão dos pracinhas, a Deputada Perpétua Almeida, no seu relatório, propôs que a pensão fosse fixada em sete salários mínimos.

No entanto, essa matéria não obteve aprovação. Ela ficou durante muito tempo em tramitação.

E fruto de um acordo, no final do ano passado, o Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, apresentou a PEC nº 61, que, na origem, é a PEC nº 346, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia e outros Parlamentares. Ela propõe uma modificação para o reconhecimento dos Soldados da Borracha, com dois benefícios imediatos.

O primeiro concede a cada Soldado da Borracha vivo ou a seu dependente uma pensão, uma indenização no valor de R$25 mil; e o segundo item retira o vínculo do salário mínimo e dá um aumento de R$1.356 para R$1.500.

Então, essa proposta foi amplamente rejeitada pelos beneficiários, porque todos concordam com o benefício de R$25 mil de prêmio, mas discordam da não vinculação com o salário mínimo.

Então, nós íamos propor inicialmente que a PEC nº 61 vigorasse para o benefício dos R$25 mil e não tratasse do desvínculo ao salário mínimo, porque, uma vez estando contido na Constituição do Constituinte originário, não pode ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade. Pelo menos, esse é o entendimento que nós trazemos. É uma matéria do Constituinte originário; está lá na Constituição de 1988.

Lamentavelmente, nós não conseguimos esse diálogo com o Governo. A Ministra Ideli se negou terminantemente a tratar desse assunto comigo, que sou Relator dessa matéria.

E eu quero partilhar com os meus colegas Senadores que, diante dessa situação, e por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição, que é a atribuição precípua do Congresso Nacional, do Senado da República e da Câmara dos Deputados, acho por bem que nós aprovemos essa matéria na forma em que eu apresentei.

Então, nesse sentido, eu apresentei uma emenda substitutiva, que vem com o seguinte teor.

Nós tivemos a apresentação de uma emenda proposta pelo Senador Acir Gurgacz. A essa emenda do Senador Acir Gurgacz, apresentei parecer contrário, exatamente porque ela traria um valor acima do que nós estamos propondo.

Nós estamos propondo que, ao invés dos sete salários mínimos ou ao invés da equiparação com o 1º Tenente, nós busquemos um valor que seja comparável ao de um 1º Sargento, que é exatamente de R$3.789.

A proposição, fruto da emenda do Senador Acir Gurgacz, é no sentido de que passe para R$4.590. E eu apresentei parecer contrário justamente porque implicaria um comprometimento maior do Tesouro Nacional e certamente teríamos maior dificuldade para aprová-la.

Nesse sentido, eu apresentei uma emenda substitutiva com o seguinte teor.

Do voto.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2013

Dá nova redação ao caput do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar o valor da pensão especial dos seringueiros recrutados para participar do esforço de guerra durante a Segunda Guerra Mundial, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O *caput* do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

> *Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo disposto no Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de R$ 3.789,00 (três mil, setecentos e oitenta e nove reais), reajustado, a partir de 1º de março de 2014, nas mesmas datas e segundo os mesmos índices aplicados aos benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social.*
>
> ....."(NR)

Art. 2º Será pago aos seringueiros de que trata o art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em parcela única, e sobre o qual não incidirá nenhum tributo.

Parágrafo único. O pagamento de que trata o *caput* somente se estende aos dependentes dos seringueiros que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, detenham a condição de dependentes, na forma do § 2º do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, devendo o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ser rateado entre os pensionistas na proporção de sua cota-parte na pensão.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor no exercício financeiro seguinte ao da sua promulgação.

É como voto, Sr. Presidente, pedindo a total solidariedade dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras para que possamos fazer justiça a esses heróis da Pátria que hoje já são reconhecidos pelo Governo brasileiro, estão inscritos no Livro dos Heróis da Pátria e fazem parte do Panteão dos Heróis Nacionais, mas ainda não lhes foi conferido aquilo que eles têm direito no que diz respeito à sobrevivência. Eles estão morrendo – são senhores octogenários, nonagenários –, a cada dia que passamos sem dar uma resposta positiva a esses homens valo-

rosos que deram uma grande contribuição para o Brasil e para as Forças Aliadas, no sentido de impedir que o nazifascismo imperasse no mundo. Então, esses heróis nacionais precisam ter uma resposta adequada do Parlamento brasileiro.

Eu quero reconhecer aqui todo o trabalho da eminente Deputada Federal Perpétua Almeida, que fez um relatório brilhante e uma defesa também brilhante dessa causa na Câmara dos Deputados, e conclamo os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para que nós também façamos o mesmo aqui, no Senado Federal, tentando fazer melhor e de acordo com o que nós pudemos ouvir das partes interessadas na audiência pública que fizemos aqui, nesta Casa, com a presença do Senador Valdir Raupp e de vários outros Senadores da Amazônia, como o Senador Eduardo Braga.

Nós, Parlamentares da Amazônia, fazemos um apelo no sentido de que façamos esse reconhecimento aos |Soldados da Borracha, esses heróis nacionais que contribuíram imensamente para as Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência presta as devidas homenagens, por dever de justiça, à Deputada Perpétua, que, na Câmara dos Deputados, conduziu essa matéria com muita competência, sentindo, como sente o Senador Anibal Diniz, aqui, no Senado, condutor dos nossos trabalhos, a importância de aprovamos esta proposta de emenda à Constituição de autoria do competente Líder Deputado Arlindo Chinaglia.

Em discussão a matéria.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero reconhecer aqui o esforço do Senador Anibal Diniz, o engajamento nessa luta de justiça, de reconhecimento do trabalho e do papel desses chamados Soldados da Borracha, heróis de guerra injustiçados, também da Deputada Perpétua, e parabenizar o esforço de S. Exª na Câmara dos Deputados. Conseguimos ter um avanço considerável, que foi o reconhecimento de que esses Soldados da Borracha terão direito a uma indenização por parte do Estado brasileiro, hoje colocada em R$25 mil. É uma conquista importante, que pode, com certeza, ajudá-los muito, e também o reconhecimento de ter uma aposentadoria ou um benefício previdenciário.

O que, na realidade, estamos discutindo aqui, Sr. Presidente, é em razão do valor desse benefício. Está reconhecido, está acordado pelo Governo que haverá esse benefício. Foi feito um acordo na Câmara dos Deputados com a Bancada, com os Deputados, uma discussão com a Ministra Ideli, com a Casa Civil, com o Ministério do Planejamento, acerca do valor da indenização, que não é objeto de discórdia, e acerca do valor do benefício continuado para esses seringueiros.

Ocorre, Sr. Presidente, que o Senador Aníbal Diniz está alterando esse valor. Eu gostaria, portanto, mesmo reconhecendo o mérito e a discussão, de pedir vista desse processo, para que pudéssemos conversar um pouco sobre ele, avaliar e considerar também toda a discussão feita na Câmara dos Deputados e o avanço que tivemos nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida.

Item seguinte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente, coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva concedida. Senador Jucá, Senador Henrique, Senador Eduardo Braga, Senador Jorge Viana.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Vital...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Seja muito bem-vindo, meu Senador querido.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, estamos aqui de volta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Suprindo a ausência temporária do Senador Blairo Maggi.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Tentando. Eu queria pedir retirada da pauta do item 19, do qual sou Relator, para que eu possa ter mais tempo para concluir meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para reexame, solicitação deferida.

Senador Eduardo Braga, pela ordem, V. Exª.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, a nossa Senadora Gleisi, como sempre muito dedicada e atenta, já solicitou um pedido de vista sobre um tema em que eu, obviamente, por ser do Amazonas, por reconhecer a importância do Soldado da Borracha e por entender, até por experiência própria, a dívida social que o Brasil possui para com esses brasileiros, quero aqui manifestar o meu

integral e irrestrito apoio ao trabalho de muitos. Esse relatório do Senador Anibal vem escudado em uma luta que vem da Câmara dos Deputados. A nossa Deputada Perpétua, que está aqui, a nossa atual e hoje Senadora Vanessa Grazziotin sempre teve também um papel importante nesse debate, e todos nós que somos da Amazônia temos um olhar especial e diferenciado para com os Soldados da Borracha.

Portanto, aqui fica, Senador Anibal, o nosso reconhecimento por esse esforço, por essa iniciativa de todos em torno de uma atividade que, mais do que econômica, é uma atividade social que o nosso País desempenhou em um momento importante, num esforço de guerra, e para lá foram brasileiros de várias regiões do Nordeste para trabalharem.

Assim, apenas para deixar aqui, mais uma vez, registrada no Senado a minha admiração, o meu respeito e o meu reconhecimento pelo trabalho e pela vida dedicada desses homens e mulheres conhecidos como Soldados da Borracha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jorge Viana.

Peço que V. Exª se manifeste pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agradeço e peço a compreensão dos colegas Senadores e Senadoras, mas esse é um tema muito caro para todos nós da Amazônia, como já disse o Senador Eduardo Braga, para Vanessa, nossa colega, para Perpétua, Deputada que lutou e trabalhou tanto na Câmara para que se encontrasse uma solução para esse tema. O pedido de vista pela colega Gleisi, até assinei embaixo para poder acompanhar esse processo, é parte do processo legislativo, mas queria fazer um apelo aqui ao Presidente e à própria colega Gleisi: que no menor espaço de tempo possível se encontre uma mediação para esse processo. Ele já se arrasta há muitos e muitos anos, tem um entendimento parcial, que eu diria assim, parcial porque ter uma remuneração, uma indenização, estamos de acordo, mas tem um problema de origem no processo que veio da Câmara: não tem vinculação com o salário mínimo, e essas pessoas estão no fim da vida. Achar um ajuste é possível no menor espaço de tempo possível.

Então, eu concluo, cumprimentando o Senador Anibal, agradecendo o empenho, as audiências que ele fez, a dedicação, e me senti representado pela figura dele, pelo trabalho dele em um tema que é um dos mais caros para todos nós, envolvendo milhares de famílias que precisam ter uma posição do Congresso sobre o assunto.

Então, agradeço, Presidente Vital do Rêgo e peço pressa na solução desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista já foi concedida. Vamos passar para a...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Em reconhecimento a um soldado de 93 anos, o Sr. Belizário que está lá... Eu gostaria que o soldado Belizário pudesse, se estiver me ouvindo, se levantar! Soldado Belizário!

Noventa e três anos, ele escreveu uma carta para mim. (*Palmas.*) Chegou a Belém em 1940, dizia que o tratamento seria como Tenente.

Então, é muito justo, Senador Anibal Diniz, que o seu relatório os trate pelo menos como Sargento, porque na época que eles chegaram lá, que os largaram na mata... Segundo o embaixador americano, quem venceu a guerra foram os Soldados da Borracha brasileiros; então, eles merecem o reconhecimento sim.

Eu acho que o soldo, o salário de Sargento é mais do que... Deveria ser como Tenente. Foi assim que prometeram para eles quando eles chegaram lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na próxima oportunidade, quando da reunião que haveremos de fazer na quarta-feira seguinte, já que a vista foi coletiva, nós vamos poder ter o tempo necessário para a discussão, prestando homenagens como esta, de um homem que representa a vida de tantos que combateram e perderam a sua existência, mas que estão hoje recebendo o reconhecimento deste Poder.

Eu passo a palavra ao Senador Anibal Diniz para a leitura do segundo item da pauta.

Na condição de Relator, peço ajuda do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2013
– Terminativo -

Dispõe sobre a transmissão do direito de utilização de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas no caso de morte ou enfermidade de seu titular.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo para que possa proceder ao seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, antes eu gostaria de fazer uma saudação especial a todos os líderes dos movimentos que têm os *trailers*, quiosques, barracas, bancas que estão aqui representados.

O País inteiro está aqui, inclusive reitero o apelo para nenhuma manifestação, sejamos cumpridores da ordem regimental, mas não poderia deixar de saudá-los e desejar boas-vindas em nome deste Poder.

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senador Gim, que dispõe sobre a transmissão do direito de utilização de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, *trailer*, feira e banca de venda de jornais e de revistas no caso de morte ou enfermidade de seu titular.

A proposição é constituída por três artigos. O art. 1º define o objeto da futura lei. O art. 2º contém as disposições normativas. Por fim, o art. 3º veicula a cláusula de vigência.

Como indicado na ementa, o projeto assegura a transferência, a pedido, da utilização privada de área pública por pequenos equipamentos urbanos, ao cônjuge/companheiro ou parentes do titular do direito de uso que venha a falecer ou seja acometido de enfermidade física ou mental que o impossibilite de gerir seus próprios atos.

A transmissão deverá observar a seguinte ordem de preferência: cônjuge/companheiro, descendentes e ascendentes. Para ter reconhecido o direito, o cônjuge deverá atender à condição estabelecida no art. 1.830 do Código Civil, ou seja, não poderá estar separado de fato há mais de dois anos, salvo prova, neste último caso, de que a convivência se tornou impossível sem sua culpa.

No caso de parentes da mesma classe, terão prioridade os de grau mais próximo. Ademais, a transmissão dependerá do requerimento do interessado, a ser apresentado no prazo de abertura do inventário ou partilha, bem como do preenchimento pelo dependente dos requisitos exigidos pelo Município para uso privado de área pública por equipamentos urbanos.

Na justificação, é assinalado que, embora as cidades brasileiras devam muito aos trabalhadores, que, com seus quiosques, *trailers*, feiras e bancas, oferecem importantes serviços à comunidade, inexiste – inexiste – garantia legal de que, com sua morte ou sua incapacitação, seus dependentes, que, com o revigorante apelo e afeto familiar, inspiram-se na missão de iluminar a cidade, não ficarão desempregados, desamparados.

Ainda segundo a justificação, tais dependentes muitas vezes abdicam de sua individualidade e autonomia profissionais, para trabalhar como coadjuvantes com o titulado equipamento urbano.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Esse é o relatório.

Vamos à análise.

Compete a esta Comissão deliberar sobre a matéria.

O assunto disciplinado – ocupação de área pública por equipamentos urbanos – também se enquadra entre aqueles regulados pelo Direito Urbanístico, sobre o qual a União pode editar normas gerais, em conformidade com o art. 24, I, da Carta Magna.

Além disso, o tema não se sujeita à reserva de iniciativa conferida ao Chefe do Poder Executivo pelo art. 61, § 1º, da Lei Maior.

No mérito, indiscutivelmente, partilhamos as preocupações do Senador Gim Argello. Dada a inexistência de uma lei geral sobre a matéria, a situação dos titulares de quiosques e outros equipamentos urbanos de pequeno porte é extremamente precária no tocante à transmissão, a seus dependentes, dos direitos de uso do espaço público.

Ora, se o próprio Poder Público municipal reconhece a relevância dos serviços prestados por esses trabalhadores, ao permitir que façam uso do espaço, seria contraditório determinar a cessação da atividade por algum infortúnio que tenha vitimado o titular do direito, quando membros de sua família detêm condições para continuar a prestar os serviços, uma vez que tais empreendimentos costumam ter gestão familiar. A interrupção das atividades é prejudicial não apenas à família do titular do equipamento urbano, mas também à própria comunidade, que deixa de dispor, mesmo que temporariamente, das comodidades por ele oferecidas, até que outra pessoa se proponha a prestar o mesmo serviço.

A proposição analisada segue lógica semelhante à da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, recentemente aprovada nesta Casa, que previu direito semelhante para os familiares de permissionários de serviço de táxi que venham a falecer. Assim, a iniciativa guarda consonância com o pensamento da maioria do Parlamento brasileiro, no sentido de proteger os familiares de pessoas que prestam serviços públicos, de utilidade pública ou de interesse coletivo e de evitar a descontinuidade na prestação.

Entretanto, entendemos que a redação da nova Lei deveria guardar maior ou quase total similaridade com a da Lei nº 12.865, de 2013, dos taxistas. Nessa, a transferência da outorga dos serviços de táxi é feita aos

familiares do prestador pelo prazo da outorga original. Esta é a primeira iniciativa que fizemos no substitutivo: "pelo prazo da outorga original". Com isso, evitaremos impugnações à nova lei, sob o argumento de que ela conduziria à perpetuidade da outorga em favor de uma mesma família.

O projeto observa os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. No tocante à técnica legislativa, temos apenas dois reparos a fazer em relação a seu texto.

O inciso I do §4º do art. 2º da proposição determina que o requerimento do cônjuge/companheiro ou parente seja apresentado no prazo para a abertura do inventário e partilha previsto no art. 589 do Código de Processo Civil. Ocorre que o falecimento do titular do equipamento urbano não é a única hipótese de transmissão do direito prevista no projeto. Há também o caso da enfermidade incapacitante, que não dá ensejo à abertura de inventário e partilha. Entendemos que é de melhor alvitre simplesmente explicitar em dias aquele mesmo prazo, sem fazer referência ao Código de Processo Civil, porque há dois setores: um é a morte, outro é a incapacitação funcional.

Outra alteração que propomos é a substituição do inciso II do §4º do art. 2º do projeto, substituir o termo "dependente" por "interessado". Tal dispositivo prevê como exigência para a transmissão que o dependente preencha os requisitos municipais para uso privado de área pública. Ocorre que nem todos os possíveis sucessores podem ser qualificados como "dependentes" do titular do direito de uso.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 137, de 2013, com as seguintes emendas, e coloco as emendas, para que se modifique a redação do *caput* do art. 2º e se inclua no inciso III do mesmo artigo "pelo prazo restante da outorga", e a emenda que apresentamos, o inciso III, reconhecimento pela autoridade pública municipal da existência de interesse público na continuidade de prestação dos serviços do interessado.

Esse é o nosso relatório, senhoras e senhores. Peço a compreensão e a aprovação ao Projeto de Lei de S. Exª o Senador Gim Argello.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

E agora, com a palavra...

Já em discussão a matéria.

Primeiro inscrito, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu serei rápido. Essa matéria é clara, cristalina. Eu quero parabenizar o Senador Gim Argello pela iniciativa, aliás, iniciativa similar à que este Senado e o Congresso já tomaram quando deram o mesmo tratamento à autorização dos taxistas. Portanto, nós estamos fazendo aqui justiça agora a uma outra classe, exatamente como fizemos aos taxistas. E é importante que os donos de quiosques, de barracas, de feiras, enfim, pequenos comerciantes, pequenos empresários, lutadores, que lutam com muita dificuldade para manter a sua família, tenham na garantia dessa lei a continuidade das suas atividades, se por acaso faltarem.

Então, eu quero louvar o relatório do Senador Vital do Rêgo, parabenizar o Senador Vital do Rêgo pelo brilhantismo, pela rapidez e pela costura política que fez no relatório.

E quero encaminhar, em nome do PMDB, essa matéria, Sr. Presidente, registrando que, junto com a aprovação de hoje, nós vamos trabalhar para que ela possa rapidamente ir para a Câmara dos Deputados. É uma matéria terminativa. Nós vamos fazer um apelo aos diversos Senadores e Senadoras para que não haja recurso, para que essa matéria vá a Plenário. É importante que, após os cinco dias de aprovação aqui, nós tenhamos a condição de remetê-la à Câmara dos Deputados. O PMDB vota sim, acompanha o Relator e fica feliz de poder participar e fazer justiça a tantas famílias brasileiras que lutam com dificuldade para ganhar o pão de cada dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Jucá.

Com a palavra, para discutir, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu sinto que vou me colocar novamente na contracorrente, ao me afastar do entendimento do ilustre Relator e do proponente dessa matéria. Eu tenho me colocado em contracorrente em algumas ocasiões, por exemplo, quando o Senado aprovou uma lei, um projeto de lei que criava, tinha a pretensão de criar uma profissão que já existia há milênios, a profissão de vaqueiro, que existe desde que o homem saiu das cavernas e aprendeu a domesticar o boi. Formulamos uma lei criando a profissão do vaqueiro, como se os vaqueiros esperassem uma lei do Congresso Nacional para ter uma profissão milenar. No Vale do Nilo já havia vaqueiros.

Bem, outras matérias são pautas bombas, que abrem rombos nas contas públicas. E aí me refiro a uma matéria de iniciativa da Presidente da República, que alterou, de uma maneira desastrada, a legislação relativa ao sistema elétrico no Brasil, criando um passivo financeiro enorme. Esta matéria é uma matéria inócua, é uma

lei que não vai valer. Vamos ter claro isso, porque essa matéria, esse projeto de lei, como diz o Senador Jucá, é cristalino, mas cristalinamente inconstitucional.

Eu não posso, no Congresso Nacional, legislar sobre uma matéria que a Constituição defere aos Municípios disciplinar; assim como eu não poderia, em uma Câmara Municipal, alterar o Código Penal, porque, para que uma lei seja válida, ela tem que ser formulada de acordo com as regras de competência estabelecidas na Constituição brasileira. Isto é o bê-á-bá do nosso dia a dia de legisladores, especialmente da Comissão de Constituição e Justiça.

A questão da justiça da matéria, do interesse daqueles que detêm esta permissão ou autorização para ocupar espaço público é matéria para ser disciplinada pelos órgãos legislativos locais, seja a Câmara Distrital, sejam as Câmaras Municipais. Eu queria me candidatar a vereador em 1968; não pude. Tive que sair do Brasil, perseguido pela ditadura. Eu não vou agora, como Senador, legislar sobre algo que compete aos vereadores.

Discordo de V. Exª, meu caro Presidente, quando diz que estamos tratando de Direito Urbanístico, portanto matéria municipal. Desculpe, mas não é assim, porque, em matéria de Direito Urbanístico, o Congresso Nacional estabelece normas gerais, pois é uma legislação em que o Congresso atua concorrentemente aos Municípios, cabendo aos Municípios disciplinar aquilo que diz respeito a sua especificidade.

Ora, este projeto de lei esgota completamente a matéria, disciplina completamente, não sobrando nenhum espaço ao Município para legislar diferentemente. Ora, a Constituição diz, em seu art. 30, que trata das competências dos Municípios. Município é assunto sagrado para qualquer político; Município, criancinha e reeleição. Assuntos sagrados.

Agora, nós estamos tratando de um assunto que usurpa a competência dos Municípios. O que diz a Constituição? "Compete aos Municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local." Verifiquemos os Anais das Câmaras Municipais brasileiras, a mais antiga instituição representativa do Brasil. Pedro Taques tinha lá um ancestral que fazia parte da Câmara Municipal de São Paulo, no século XVIII. O que se encontra nesses Anais? São disposições sobre o comércio local. Comércio local, onde se pode vender isso, onde se pode comercializar aquilo. Quer dizer, estamos subvertendo um sistema secular. Compete aos Municípios também, art. 30, inciso V: "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local."

Nós estamos, portanto, interferindo na autonomia municipal. O art. 182 diz também que é competência do Município legislar sobre política de desenvolvimento urbano.

Ora, a política de desenvolvimento urbano inclui, entre elas, entre outras disposições, entre outras matérias, a permissão de uso de bens públicos municipais. É uma atribuição municipal que pode ser negativamente afetada por essa legislação.

E não se diga, meu caro Presidente, que há o precedente dos táxis. Precedentes dos quais eu discordei. Mas, de qualquer maneira, porque nós transformamos a licença, a permissão do taxista em hereditária, uma barbaridade jurídica. Mas ainda se poderia argumentar que o táxi é um serviço de transporte público e poderia ser, de alguma forma, afetado por uma legislação nacional. Mas aqui não. Aqui se trata de atribuir, de disciplinar o uso das ruas, das praças dos Municípios, esgotando completamente a matéria, não deixando margem para nenhum vereador do País apresentar projeto de lei que disponha diferentemente sobre esse assunto.

O projeto tem outras curiosidades, Sr. Presidente. Por exemplo, atribuição ao Judiciário da prática de um ato administrativo em sentido estrito, que deve ser de competência do prefeito municipal, ou seja, o Judiciário é chamado a praticar uma avaliação de mérito e chancelar um ato tipicamente administrativo, que é de competência do Executivo, pois é o juiz quem homologa a partilha no caso da herança. Nós estamos atribuindo ao Poder Judiciário algo que é de competência do Executivo municipal. Nós estamos criando, formulando uma lei que afronta o princípio da licitação, o princípio da impessoalidade na outorga de permissão ou de concessão para uso de bens públicos, na medida em que estamos tornando hereditário, pelo menos por um certo tempo. V. Exª ainda corrigiu. Trata-se de uma inconstitucionalidade com prazo delimitado, mas é uma inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço silêncio para que possamos ouvir o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Nós estamos quebrando a vocação hereditária...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E peço ao Senador Aloysio para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Excelência.

Nós estamos quebrando a vocação hereditária estabelecida no Código Civil. O Código Civil, no art. 1.829, estabelece uma ordem na sucessão legítima:

Art. 1.829 . .....
I – aos descendentes [...];
II – aos ascendentes;
III – ao cônjuge sobrevivente;
IV – aos colaterais.

Nós estamos invertendo essa ordem, dando prioridade ao cônjuge ou companheiro, colocando os descendentes em segundo lugar. Estamos quebrando uma ordem de sucessão do Código Civil.

E mais: imagine o senhor alguém que seja titular de uma permissão ou de uma autorização, casado, e que se separa, se divorcia. Como fica a situação do cônjuge ou companheiro divorciado? Ele não é mais cônjuge nem mais companheiro. Houve um divórcio. A sociedade conjugal foi dissolvida. No caso da sucessão por morte ou por incapacidade, qual é a situação dessa pessoa? Do ex-cônjuge? Porque não é mais cônjuge. Ou do ex-companheiro? Porque não é mais companheiro.

Enfim, para, de alguma forma, colocar uma folha de parreira para cobrir a nudez do projeto, existe uma expressão curiosa – §2º do art. 2º –, que diz que esse direito a ser transferido no processo de inventário, em virtude do falecimento do titular, não é herança; não se trata de herança, diz o projeto. Se não se trata de herança, é o quê? Está-se criando uma figura jurídica nova? O que é isso?

Sr. Presidente, eu poderia ir muito além nesse trabalho de crítica. Reconheço que nós estamos diante de um problema, um problema que tem que ser resolvido, um problema que tem que ser amenizado: a situação em que se encontram os cônjuges, os descendentes daqueles que são titulares de uma permissão ou de uma autorização de uso de bem público. Mas, Sr. Presidente, sinceramente, esse é um assunto que não cabe ao Congresso Nacional. É um assunto local, um assunto de Câmara de Vereadores.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Portanto, se for aprovada, essa lei não valerá. Essa lei existirá apenas para inglês ver – essa é a realidade –, como se dizia antigamente, porque é uma lei que afronta a essência do processo legislativo, que disciplina as competências do entes federativos.

Então, eu quero pedir desculpas ao meu querido amigo Gim Argello. Sei do seu empenho em resolver o problema. Sei que ele é um homem muito influente na política do Distrito Federal e poderia contribuir, junto aos seus companheiros da Câmara Distrital, para que esse problema fosse resolvido aqui no Distrito Federal. E que os vereadores das cidades que mandaram seus representantes para esta audiência pública tratem do problema nas Câmaras Municipais, porque é lá que se deve resolvê-lo e enfrentá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Aloysio.

Com a palavra, o Senador...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

Os inscritos são os Senadores Rodrigo Rollemberg e Luiz Henrique.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Gostaria que me inscrevesse, Sr. Presidente. Senador Valadares.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pedro Taques.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem.

Presidente, reconheço aqui o direito do Senador Aloysio em defender sua posição, em confrontar a matéria. Eu só não posso aceitar, Senador, que, para defender essa matéria, o senhor inicie sua fala dizendo que a Presidenta é responsável pela desestruturação do sistema elétrico brasileiro; que criou um rombo no sistema elétrico. Essa é uma afirmação sem base, sem procedência (*Palmas.*), e gostaria que V. Exª, ao fazer essa discussão...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Peço a atenção de todos. Sem manifestação, por favor.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... trouxesse a esta Comissão elementos concretos sobre isso, porque, senão, será uma afirmação leviana em relação ao tema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não me acuse de leviandade, Srª ex-Chefe da Casa Civil. Não me acuse de leviandade, a senhora não está aqui para me policiar, não está aqui para ditar normas sobre meu pronunciamento. Nós somos iguais aqui, a senhora não é superior a ninguém! Eu posso falar o que eu quiser! A senhora deveria ter me aparteado, em vez de pedir, extemporaneamente, antirregimentalmente a palavra pela ordem para me criticar. Por que não me aparteou? Eu teria ocasião de respondê-

-la. Agora, a senhora, por favor, não queira me policiar. A senhora não tem nenhum tipo de autoridade – nenhum! Nenhum, nenhum, nenhum! – para me policiar. Eu falo o que eu quiser. O que a Presidente Dilma fez, realmente, no setor elétrico, foi uma pauta bomba que destroçou o setor elétrico, e a senhora participou disso como Chefe da Casa Civil.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Desculpe, Senador, eu sou igual ao senhor e não estou aqui reivindicando nenhuma superioridade. E, por ser igual, fazemos a discussão. Tenho todo o direito, sim, de fazer uma intervenção...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Então, discuta fazendo um aparte, não com negócio de questão de ordem para dizer que não posso falar. Eu posso falar o que eu quiser!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – A educação também faz parte de nosso debate, Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vamos à lista de inscritos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Tenho todo o direito de questionar, sim, uma argumentação que considero leviana, uma afirmação que não tem base na realidade, não há números...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Então, se inscreva regimentalmente e fale!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não há números que comprovem o que V. Exª está falando. Como desestruturou o setor elétrico? Como se criou um rombo no setor elétrico? Pegamos um setor elétrico desestruturado com um rombo criado, sem energia gerada, sem distribuição, sem linhas. É isso o que nós pegamos. A Presidenta Dilma reestruturou o setor elétrico brasileiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Está bem, está ótimo...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vamos voltar à lista dos inscritos, por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Foi um êxito, então. Retiro o que eu disse. Foi uma maravilha. O setor elétrico está uma maravilha, não tem dívida nenhuma, ninguém vai pagar nada no ano que vem. A senhora tem toda razão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, para discutir...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, na condição de Relator, eu queria fazer dois esclarecimentos rápidos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O senhor Relator pode fazer esclarecimento a qualquer momento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Certamente, em respeito a minha parte, há opiniões divergentes sobre esta matéria. Eu entendo que é uma matéria de Direito Urbanístico. Estudei a matéria e vi que, dentro dessa área, incluir a participação pela omissão... O Senador Aloysio colocou uma questão que precisa ser vista: há um problema. E esse problema, o Senador Gim Argello tratou de discutir e debater no Parlamento pela falta absoluta de eficiência de quem poderia ter esse direito.

Agora, duas emendas parecem chamar a atenção dos senhores. A primeira: coloquei o direito pelo prazo de outorga; e a segunda, até respeitando o Poder Público municipal, eu coloquei outra emenda de que esse direito precisaria ser reconhecido pela autoridade pública municipal quanto à existência do interesse público, por parte do Município, na continuidade da prestação desse serviço. Quer dizer, qualquer arguição de inconstitucionalidade, as duas emendas aqui saneiam absolutamente qualquer discussão nesse fator. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz. Eu quero cumprimentar, parabenizar o Senador Vital do Rêgo, Relator desta matéria; quero cumprimentar o Senador Gim, autor da matéria. Eu poderia nem falar, porque, na verdade, eu iria alertar para a emenda apresentada pelo Senador Vital do Rego, que, no meu entendimento, corrige os problemas apontados pelo Senador Aloysio. Ou seja, nós estamos definindo aqui uma regra geral que vai servir para os quiosques, para as bancas de revistas, para os feirantes na ausência de legislação municipal, mas a última palavra é da autoridade municipal que irá dizer se tem interesse na continuidade da prestação de serviço.

Agora, é importante registrar que a falta de legislação sobre isso, a falta de tranquilidade e segurança jurídica para os donos de *trailers*, para os donos de bancas de jornais, para os danos de bancas em feiras, isso traz um problema social muito maior, traz uma aflição muito grande a essas famílias, e o projeto vem dar tranquilidade e segurança jurídica a essas famílias. Portanto, minha posição, já havia adiantado na votação anterior, e fiz questão de estar presente para votar favoravelmente ao projeto. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu entendo que, no mérito, cabe absoluta razão ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Nós não nos libertamos, ainda, do cacoete centralizador que foi instituído neste País com os governos gerais. Nós apequenamos, dia a dia, com a edição de novas leis, a competência e a autonomia municipal e invadimos a autonomia dos Estados. Há vários projetos de lei que foram aprovados recentemente que invadem essa competência.

Eu quero louvar a iniciativa do ilustre autor, Senador Gim Argello, e a sua justa preocupação em resolver um problema grave. Quero louvar também a emenda que V.Exª, Sr. Presidente, Vital do Rêgo, apresentou. Mas, mesmo com essa emenda, ainda temo pela invasão da lei nacional sobre a competência legislativa local. Isso é assunto de disciplinamento local. De um certo modo, a lei cria uma obrigação da qual, pela pressão local, os governantes locais não saberão livrar-se.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu voto contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de expressar o meu respeito aos Senadores que pensam de forma diferente.

Entretanto, é meu dever assinalar que esta matéria, com a correção feita pelo Senador Vital do Rêgo, garantindo a autonomia dos Municípios no que diz respeito à concessão de determinados serviços, como estes que estamos a aprovar neste instante, não tem qualquer óbice quanto à sua constitucionalidade, de vez que essa dúvida foi afastada pelo nobre Relator, Vital do Rêgo, um homem público que sempre demonstra, nas horas decisivas, o seu caráter conciliador e o seu caráter político, no mais alto sentido, na promoção do desenvolvimento social do Brasil.

Sr. Presidente, eu já fui prefeito municipal; comecei a minha vida como prefeito municipal. Então, com relação a esta matéria de licenciamento de quiosques e *trailers*, de bancas de venda de jornais, tudo isso eu fiz como prefeito, de forma legal, porque, não só a Câmara Municipal me autorizava, como também a Lei Orgânica dos Municípios, que é a própria Constituição dos Municípios. Ora, se a lei está garantindo a autonomia municipal no que diz respeito à garantia dos direitos dos prefeitos, não há por que se obstar à aprovação da matéria, pois matéria semelhante à que já foi aprovada, também de autoria do Senador Gim Argello foi, depois, sancionada pela Presidente da República, no que se refere aos táxis, como aqui foi comentado pelo Senador Jucá.

Ora, acho que a Presidenta não terá a menor dúvida em sancionar essa proposta, uma vez que ela está acobertando os Municípios naquilo que eles têm direito nas suas leis orgânicas.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu voto favoravelmente e parabenizo o Relator Vital do Rêgo pela saída política e social que deu a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, para discutir, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou falar a respeito desse tema olhando para trás, para os brasileiros que vieram aqui. (*Palmas.*)

O Senador Aloysio citou aqui uma expressão que é de 1808: quando Dom João VI chegou ao Brasil, pintavam as ruas, para que os ingleses pudessem ver. Muito bem. Eu pedirei vista deste projeto. Sabem por que, brasileiros que aí se encontram? Porque este projeto, da forma como está, será uma vitória que não terá cabimento depois de sua promulgação, porque qualquer juiz no Brasil, conforme se encontra o projeto, reconhece a sua inconstitucionalidade. Aí, os senhores serão enganados não pelo Senador Gim, não por ele, porque ele está querendo resolver a situação e tem legitimidade para isso, mas nós vamos buscar uma forma de resolver isso. Como se encontra o projeto hoje, qualquer juiz – não estou fazendo um exercício de adivinhação, futurologia, quiromancia, Mãe Dinah, não é isso – reconhece a inconstitucionalidade deste projeto. Os senhores não querem uma vitória de dez dias, mas resolver a situação. Eu tenho certeza disso.

Portanto, Sr. Presidente, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vista concedida.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vista coletiva concedida.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Anibal pela condução da matéria.

Vamos à pauta seguinte.

ITEM 4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2012
– Não terminativo -

Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato para Ministro do Supremo Tribunal Federal.
Autoria: Senador Roberto Requião e outros.
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Contrário à proposta.
Observações: Em 12/03/2014 a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 18/03/2014, foi recebido um voto em separado do eminente Senador Antonio Carlos Rodrigues, favorável à proposta nos termos da emenda substitutiva que apresentou.

Consulto os Srªs e Srs. Senadores...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Rodrigues par a leitura do seu voto em separado.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Eu solicito a retirada do voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Retirado o voto em separado.

Devolvo a palavra ao Senador Romero Jucá antes de colocar em discussão a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, sobre este item 4, na reunião passada, eu já me posicionei e vou ser bem rápido.

Na verdade, é uma emenda do Senador Roberto Requião que muda o sistema de escolha e de mandato dos futuros ministros do Supremo. O Senador Requião quer um mandato de oito anos para os ministros do Supremo.

Eu respeito a posição do Senador Requião, mas meu parecer é contrário por uma série de razões, inclusive porque, com oito anos de mandato, portanto havendo uma rotatividade maior no Supremo Tribunal Federal, nós vamos terminar tendo uma insegurança jurídica no País no principal tribunal, mudando jurisprudências. E, em tese, como os julgamentos demoram muito tempo, nós teremos aí certa intranquilidade ou preocupação do setor produtivo, do setor governamental, da classe jurídica.

Enfim, haveria uma rotatividade grande de ministros do Supremo, o que, na minha visão, não é algo que venha a contribuir para a estruturação do Judiciário brasileiro.

Nós temos hoje carreiras vitalícias até os 70 anos de idade, e este Senado já aprovou o aumento de idade para 75 anos.

Portanto, acho que esse é o modelo que existe em vários países do mundo, e é claro que existem outros modelos também. Mas eu defendo essa vitaliciedade como forma de estruturação e de sedimentação do processo judiciário brasileiro na sua esfera maior.

Portanto, respeitando a posição do Senador Requião, o meu parecer é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Senador Roberto Requião para discutir e também na condição de autor.

Inscrevo o Senador Pedro Taques.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, inicialmente quero rebater essa questão da estabilidade.

Dando consequência a essa visão do nosso Relator, nós só teríamos estabilidade no Brasil se voltássemos ao Império, com imperadores vitalícios. A vitaliciedade e a permanência não são sinônimo de estabilidade, a meu ver, de forma absoluta.

O argumento do Relator contra a proposta, a meu ver, não merece prosperar, pois tece todo um raciocínio prendendo-se exclusivamente nos malefícios que poderiam advir da quebra da vitaliciedade, o que, de fato, não ocorre.

A Constituição prevê o direito de aposentadoria ao ministro do Supremo que completar seu tempo de contribuição previdenciária, o que lhe garante o direito de assumir outros postos na Administração Pública.

Esse fato, inclusive, ocorreu recentemente por duas vezes nas pessoas do Ministro Francisco Rezek, que foi ministro do STF duas vezes, tendo deixado a primeira vez em 90 para ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores; e, retornando ao STF, aposentou-se em 1997, aos 53 anos, quando foi eleito para as Nações Unidas para um mandato de nove anos na Corte Internacional de Justiça.

Portanto, desfaz-se essa história da vitaliciedade como fator de segurança.

Semelhante fato ocorreu mais recentemente com o Ministro Nelson Jobim, que, em 1997, ocupou a vaga do próprio Ministro Rezek no Supremo e que, ao completar os 60 anos em 2006, aposentou-se diante da possibilidade de candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente da República na chapa do Presidente Lula.

A candidatura não se confirmou, vindo ele, no ano seguinte, a ocupar o cargo de Ministro da Defesa. A preocupação do Relator – frise-se legítima; não quero contestar o seu direito de colocar suas ideias – resume-se no seguinte texto – vou ler o texto de S. Exª o Senador Jucá:

A independência dos juízes pode ficar comprometida com a instituição de prazo determinado para o cumprimento de sua função jurisdicional, pois a nova regulação do poder pode levar o magistrado a julgar de acordo com os interesses de um governo que eventualmente possa, como forma de compensação, prometer-lhe futuros cargos ou vantagens. A vitaliciedade, ao contrário, libera o magistrado de pressões e evita a eventual permuta de interesses, possibilitando dessa forma julgamentos imparciais, como requer o interesse público.

O que se verificou historicamente é que não foi a garantia de vitaliciedade que assegurou qualquer acerto para a assunção de cargo no Executivo por parte de ministro do STF ou participação em chapa de candidatura, já que a garantia somente assegura o direito ao magistrado de lá permanecer; não lhe dá o dever de se manter sob a toga.

Ele pode sair a qualquer momento, ao seu alvitre.

A proposta, na verdade, produzirá efeito exatamente contrário à avaliação do Relator.

Estabelecido um mandato, o ministro saberá que, independentemente de acerto ou não com o Executivo, perderá o seu mandato após transcorrido seu tempo de Corte. É o que ocorre, como citado na justificativa inicial da proposta, com as cortes constitucionais da Federação Russa, da República Federal da Alemanha e da República da África do Sul, cujos membros são nomeados para mandato de oito anos, sem direito à recondução.

O mesmo se verifica com os juízes do Conselho Constitucional francês e do Tribunal Constitucional português – estes dois últimos são tribunais constitucionais; os anteriores não, bem semelhantes à nossa Supremo Corte –, que servem por nove anos, também sem direito à recondução; a Itália, igualmente, fixa mandato de nove, sem direito à recondução imediata; o mesmo mandato é adotado na Espanha, sem, entretanto, limitar o direito à recondução.

Aqui no Brasil, o órgão que fiscaliza o Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, já foi criado sob o manto da limitação de mandatos. Por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral tem mandato. Então, essa fixação de mandato para o Supremo não é uma mirtácea brasileira, não é uma jabuticaba introduzida na nossa legislação.

E não é isso que prejudica o seu andamento. Os benefícios do mandato limitado promovem a impessoalidade na medida em que impede que os ministros nomeados com 40 anos de idade mantenham-se no cargo por 30 anos, têm que se aposentar compulsoriamente aos 70, tornando-se assim o verdadeiro dono da cátedra judiciária por uma geração. É um mandato imperial, é um mandato rigorosamente absurdo.

O atual sistema, portanto, fere o princípio da impessoalidade, ao mesmo tempo em que impede a oxigenação do sistema e o afluxo de outros sábios magistrados que igualmente poderiam dar a sua contribuição ao País.

De volta ao parecer de S. Exª o Senador Jucá.

Ressalte-se que não há nexo causal algum entre o fato de ter mandato limitado e a independência funcional. Essa tese parte de um pressuposto de que os ministros do STF seriam pessoas venais, comparáveis com cargos na Administração Pública.

Creio que a saída de Francisco Rezek e de Nelson Jobim, que, lembremos, não foi impedida pelo atual sistema de vitaliciedade, deve-se à decisão do Executivo de confirmar tais ministros para outras funções, em razão das virtudes que os dois detêm e de não querer interferir em suas decisões ou substituí-los para nomear outros que sejam alinhados com interesses do Governo.

Só pode imaginar que a limitação do mandato impediria eventual negociação quem não observar que o atual sistema permite, de forma ainda mais acintosa, tal possibilidade.

Não deve ser, todavia, o medo de tal fato que deve levar o Congresso Nacional a alterar o dispositivo constitucional na forma proposta. O que está em discussão é o princípio da impessoalidade, que passará a ser de melhor forma honrado por meio da proposta de emenda constitucional que submeto aos meus Pares.

Eu acredito que essa proposta tem o apoio do Judiciário. Tenho tido manifesto apoio do Judiciário, tem apoio de vários ministros do Supremo Tribunal. Inclusive o Ministro Barbosa, outro dia, declarou que estava chegando ao seu tempo, porque ele já tinha completado, à moda da Alemanha, os seus 12 anos.

A proposta é inovadora, tem o apoio da magistratura, e acaba com esse vezo imperial. Além disso, na minha proposta, eu acabo com a história da aposentadoria aos 70 anos porque o mandato será cumprido até o fim, e evito, com o mecanismo que criei, que o mesmo governo nomeie um número excessivo de ministros ao Supremo Tribunal, estabelecendo um calendário.

A proposta é oportuna. Eu acho que ela merece uma avaliação positiva da Comissão de Constituição e Justiça e do Congresso Nacional.

Eu elaborei essa proposta, Senador Pedro Simon, numa parceria com o Ministro Jobim e tenho enviado para os juízes e para os próprios ministros do Tribunal e não encontrei, por parte do Judiciário, nenhuma rejeição a essa similitude ao sistema de funcionamento de países extremamente avançados nessa matéria.

São as razões pelas quais eu contradito o relatório do Senador Jucá e peço a aprovação do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Palavras do autor da proposta de emenda à Constituição.

O Senador Romero Jucá tem precedência, como Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma observação, até sem querer polemizar com o Senador Requião, quero registrar que os exemplos que o Senador Requião deu não se moldam no modelo, porque ele deu o exemplo eventualmente de um ministro que saiu para ser parte de uma corte internacional e de um ministro que saiu para ser ministro de Estado. Na verdade, isso não é uma ação sistematizada; isso é uma ação isolada.

Segunda questão, os TREs ou o TSE são tribunais provisórios, e o ministro não perde o vínculo com o STJ ou não perde o vínculo com o próprio Supremo Tribunal Federal.

Eu pergunto o seguinte: nós vamos adotar...? Esta é uma discussão profunda, porque nós vamos adotar mandato para o Supremo Tribunal Federal e vamos adotar mandatos também para os outros tribunais superiores, porque vai ter de haver uma correspondência sobre os outros mandatos.

No modelo do Senador Requião, ao concluir o mandato de oito anos, o ministro volta ao seu lugar de origem. Então, quem era desembargador volta a desembargador – só que o cargo vai estar ocupado; quem era juiz volta a ser juiz, mas o cargo vai ser ocupado; e, eventualmente, quem era da banca advocatícia volta a ser advogado. É menos problema.

Então, eu só queria fazer essa reflexão, porque é um assunto muito mais complexo do que coloca o Senador Requião e com muito mais profundidade e consequência no mundo jurídico do que apenas...

Não estamos discutindo aqui mandato de oito anos somente para ministro do Supremo. Nós estamos discutindo uma série de desdobramentos que, efetivamente, na minha visão, têm mais aspectos negativos do que os aspectos positivos que levantou o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Requião, vamos ouvir os outros. O senhor está querendo o apoio...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só uma observação de meio minuto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ...que deixei que fazer.

O Supremo Tribunal Federal é um tribunal político. Os outros são tribunais de carreira. Então, as coisas são completamente diferentes. As escolhas são políticas. É um político-constitucional e, por ser constitucional, deveria ter mandato limitado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, eu estou inscrevendo os Srs. Senadores.

Senadora Gleisi.

O Senador Pedro Taques, com a palavra por dez minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou iniciar minha fala pela parte final do que disse o Senador Requião.

O Supremo Tribunal Federal, no Brasil, é um tribunal político. Não no sentido de política partidária, mas no sentido de filosofia jurídica, que é política. Esse é o primeiro ponto.

Se você for analisar as cortes supremas dos países no mundo, existem mais ou menos dois grandes grupos, sendo reducionista aqui em razão do tempo, Sr. Presidente.

O primeiro grupo são cortes puramente constitucionais, como existe na França, como existe na Espanha, como existe na Alemanha. São cortes constitucionais que julgam apenas os chamados processos objetivos, processos sem parte, que não têm autor, não têm réu, não têm um caso concreto. Por isso, nessas cortes puramente constitucionais, os seus membros podem ter mandatos. Veja que, da corte constitucional francesa, que recebe o nome de Conselho Constitucional Francês, ex-presidentes fazem parte, porque os ex-presidentes têm uma contribuição muito grande a ofertar nesses conselhos, mas eles julgam questões constitucionais. Este é o primeiro grupo.

No segundo grupo, existem aquelas cortes que não são puramente constitucionais, como existem aqui no Brasil. O Supremo Tribunal Federal, além de ser uma corte constitucional, julga originariamente Presidente

da República, Vice-Presidente, Senadores, Deputados, membros dos tribunais superiores. O Supremo Tribunal Federal, portanto, tem uma função de corte constitucional, uma função de tribunal originário e uma função de tribunal recursal, porque, no Brasil, nós temos uma Constituição que é prolixa, que diz muito. Todas as demandas podem chegar ao Supremo Tribunal Federal em termos recursais.

Daí, eu seria favorável à tese do Senador Roberto Requião se nós alterássemos a competência do Supremo Tribunal Federal. Hoje, o Supremo Tribunal Federal não é só uma corte constitucional. Portanto, não é aconselhável que uma corte que julga originariamente autoridades e também tenha a função recursal possa ter mandato.

Imaginem. Um processo famoso como esse caso do mensalão. Imaginem. Ou outro caso famoso. Se tivesse mandato de oito anos, com medidas que possam delongar a fazer com que o processo demore, medidas que são legítimas porque estão na lei, mas alguns podem dizer que não são morais. Mas nós não vamos discutir o que é moral e o que é legal aqui.

Então, isso poderia fazer com que a mudança da composição do tribunal mudasse a posição daqueles que julgariam autoridades. Isso não é aconselhável. Seria aconselhável, Senador Requião, se nós tivéssemos o Supremo Tribunal Federal no Brasil como corte puramente constitucional, não julgando Senadores, não julgando Deputados, não julgando Presidente da República, não julgando briga de papagaio no menor Município do Brasil. Se o Supremo tivesse essa competência só constitucional, eu seria favorável. Mas, dessa forma como se encontra hoje, não é aconselhável, ao menos ao meu juízo, rendendo respeito ao Senador Requião.

E um outro detalhe, Sr. Presidente; nós não podemos comparar o Tribunal Superior Eleitoral, cujos membros precisam ter mandato de dois anos com a prorrogação possível de mais dois anos, porque as questões políticas despertam paixões. E nós sabemos... Despertam paixões. Aí, o juiz precisa mudar, senão o juiz pode viciar-se em determinada corrente político-partidária. Esse é um ponto.

O argumento trazido pelo Senador Romero Jucá: e aquele cidadão que foi para o Supremo Tribunal Federal com mandato de oito anos volta para a origem, digamos para o STJ, o seu cargo no STJ já foi ocupado. Ah, ele foi ocupado por desembargador. O cargo do desembargador já foi ocupado por um juiz que foi promovido, o cargo do juiz que foi promovido foi ocupado por concurso. Como vamos fazer essa volta? Ah, isso seria possível em uma corte constitucional; numa corte constitucional seria possível. Não com essa competência alargada que existe no Supremo Tribunal Federal no Brasil.

Por isso, rendendo homenagens ao Senador Requião, votarei de modo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, esta matéria suscita um bom debate. E penso, assim como o Senador Requião, que a necessidade de pôr termo aos mandatos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

A substituição é importante para que a gente possa ter naquela corte condições de arejar, mudar, trazer ideias diferenciadas, e penso que o mandato é importante pela característica do Supremo Tribunal Federal. Hoje, nós temos uma média de 18 anos por ministro permanecendo no Supremo. Mas há ministros que vão permanecer por 31 anos. Há ministros que vão permanecer por 21 anos; por 26 anos. Quer dizer, o exercício continuado de um cargo acaba colocando na pessoa que o exerce a própria ideia de domínio ou de feudo de onde está. Penso que isso não é bom para a nossa democracia, nem para o sistema judiciário.

Eu, particularmente, tenho uma PEC aqui na Comissão, para a qual ainda não foi designado relator, que coloca, Sr. Presidente, inclusive, prazo, termo de reeleição para mandato de Senador. Nós temos um mandato de oito anos. Então, assim como os governadores e os prefeitos têm termos, e esse é um cargo, embora não de Executivo, mas é um cargo diferenciado no processo eleitoral, parece-me que também é importante para o Senado nós não termos mandatos que fiquem por longo tempo. É necessário fazer a discussão aqui de uma forma mais aberta.

Então, há uma PEC que coloca, inclusive, a possibilidade de apenas uma reeleição para o Senado.

O que eu tenho de dúvidas quanto ao projeto do Senador Roberto Requião é em relação ao mandato de oito anos, porque, no mandato de oito anos, com indicação a cada quatro anos, então, a primeira mudança seria de seis ministros. A segunda mudança, de cinco ministros. Um presidente da República, no caso de reeleição poderia indicar os 11 ministros, o que também não seria recomendável. Num mandato de 12 anos, a primeira mudança seria de três ministros, a segunda de quatro, e a terceira mudança também de quatro ministros. Em um mandato de 16 anos, que, me parece, seria o mais adequado nesse caso, nós teríamos quatro mudanças: três, três, três e dois Ministros, mas seriam 16 anos de mandato. Se hoje nós temos uma média de 18 que, embora seja elevada, não é absurda, como 31, nem como 26, nem como 23, nem como 21 anos, parece-me que seria o adequado.

Então, eu consulto o Senador Roberto Requião, não sei se ele chegou a fazer essa avaliação e essa ponderação na discussão de estabelecimento do mandato de oito anos, considerando as indicações presidenciais, porque oito anos pode determinar que um presidente indique os 11 ministros do Supremo. Se não seria o caso de nós conversarmos para estendermos um pouco esse mandato e aí torná-lo mais democrático quanto á indicação. Mas quero deixar claro que concordo com o termo no mandato de ministro do Supremo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Nós montamos, Senadora, um mecanismo para evitar o excesso de nomeações por parte de um único presidente. Está no texto da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua a proposta em discussão. Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, os argumentos são ponderáveis de um lado e de outro. Mas, diante dessa divergência de argumentos ponderáveis, eu prefiro ficar na situação atual, porque eu não tenho certeza sobre o alcance de uma mudança desse porte, de uma tradição constitucional brasileira. Eu tenho receio de alterarmos aqui, por emenda constitucional, a regra da vitaliciedade, porque, assim como se poderia, segundo sugere agora a Senadora Gleisi Hoffmann, modificar o texto da emenda para estender o mandato, dos oito anos propostos pelo Senador Requião, para doze anos, amanhã poderia aparecer também uma emenda reduzindo para seis ou para quatro... Qual é a repercussão disso no sistema jurídico brasileiro?

Então, dentro dessa contraposição de argumentos igualmente ponderáveis, por receio do imponderável, eu vou me afastar do entendimento do meu querido colega Requião, reconhecendo que ele coloca uma questão nodal em sua argumentação e que sua proposta merece ser melhor meditada, mas, neste momento, eu não tenho condições de acompanhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu, ao encerrar o processo de discussão, gostaria, na condição de Presidente deste colegiado, de dizer que tenho tido contatos no mundo jurídico. Cresce a cada dia o desejo de se estabelecerem mandatos a esses cargos no Supremo Tribunal Federal. Cresce a cada dia.

A palavra da Senadora Gleisi quando ponderou o mandato, mas fez a ponderação sobre o prazo, que é um assunto corrente nos gabinetes e nos corredores do Poder Judiciário nacional. Se hoje nós nos afastarmos dessa discussão, de acordo com a votação que teremos, certamente essa discussão voltará, porque há uma necessidade brasileira de se posicionar a respeito.

Ouço o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu acho que a colocação, tanto de V. Exª quanto do Senador Aloysio, quanto da Senadora Gleisi, vem exatamente reforçar o mérito da propositura apresentada pelo Senador Requião. É fato – e aí eu me alio às dúvidas do Senador Aloysio – que, nos corredores de todos os tribunais, sejam os tribunais de pequenas instâncias, sejam os tribunais recursais, sejam os superiores tribunais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Um aparte, Senador.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É que essa argumentação entre juízes e... (*Fora do microfone.*)

Querem abrir vaga para poder subir. Assim como, se fizermos uma pesquisa entre esses mesmos profissionais do Direito a respeito dos 70 anos, da "expulsória", eles serão contra, porque querem evidentemente abrir vaga para subir.

É apenas essa observação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu tendo também a concordar com o eminente Senador Aloysio de que há, obviamente, até um próprio interesse da categoria, mas isso talvez seja um interesse legítimo de aspiração à ascensão na carreira jurídica.

É fato também que, na própria população brasileira, há um debate com relação à morosidade do sistema, à fiscalização e ao controle do sistema.

Ao mesmo tempo, estabelece-se uma dúvida muito bem levantada pela Senadora Gleisi de que correríamos alguns riscos se não definirmos, por exemplo, como é no Senado, a alternância do mandato de acordo com dois terços ou um terço ou um terço, um terço, um terço.

Eu confesso que tenho dúvidas sobre a matéria. Ao ter dúvidas, eu vou me posicionar como V. Exª no sentido de manter o *status quo*, mas reconhecendo que é uma questão hoje da pauta da população brasileira, que é uma questão que hoje permeia e que há uma consenso numa certa categoria de profissionais brasileiros de que a questão da vitaliciedade na área judicial brasileira, principalmente nas instâncias superiores, como é o caso do Supremo Tribunal Federal, faz parte da pauta de discussão da democracia brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encerrada a discussão, vamos à votação.

Eu peço à assessoria para me informar...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O que será votado é o relatório, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o relatório que vai ser votado. A matéria é não terminativa, por ser uma proposta de emenda à Constituição.

Peço aos Srs. Senadores que se posicionem para, de forma simbólica...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente porque é PEC, não é nominal.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente porque é PEC, não é nominal.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Com todo o respeito, a matéria foi muito debatida, muito discutida, mas eu não acho que nós estamos em condições de, obrigatoriamente, votar agora. Esse é o tipo da matéria que pode esperar, que pode aguardar, para, numa outra oportunidade, voltarmos a discuti-la com mais tranquilidade. Acho que estamos todos ainda... A intensidade, inclusive, do Supremo, com os últimos acontecimentos etc e tal, pode estar nos influenciando. Não há por que votar agora.

Então, eu faria um apelo para nós – por unanimidade, eu concordo – deixarmos essa matéria aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Pedro Simon faz um apelo extemporâneo, porque estamos iniciando o processo de votação.

Se houver concordância total dos companheiros quanto ao pedido de adiamento de votação do Senador Pedro Simon, eu consultaria o Plenário, porque, regimentalmente, eu não tenho mais condição de interromper o processo de votação, após ter encerrado a discussão. A discussão já foi encerrada, não há mais espaço para discussão, já foi dado todo o tempo necessário, mas o Senador Pedro Simon, pela ordem, solicitou uma ponderação...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só para registrar, Sr. Presidente, que alguns já foram nominados, mas eu, como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mas fora do período.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – É. Eu, como Relator, se houver concordância do Plenário, em homenagem ao Senador Requião e ao Senador Pedro Simon...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu só adiarei o processo de votação...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Por mim, como Relator, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... havendo concordância do Plenário, a partir do seu autor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu, como Relator, não me oponho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª já se posicionou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de acordo com o Senador Pedro Simon também, para dirimir certas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k..

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Embora eu não possa nem votar na matéria, pois sou autor do projeto, eu acho que seria de bom alvitre retirar para isso amadurecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os senhores concordam?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu também concordo.e

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) –Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Adiado para posterior conveniência de a Comissão pautar a matéria.

Resta dizer aos senhores que eu pautei a matéria atendendo à solicitação do Senador Requião, como sempre faço, atendendo à solicitação dos senhores quanto à pauta. Costumo ser o mais democrático possível.

Item seguinte, Item 5 da pauta, página 77.

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57A, de 1999
– Não Terminativo -

Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.
Autoria: Senador Ademir Andrade
Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN.
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O item 5 é um item relatado pelo Senador Aloysio Nunes.

Gostaria aqui de fazer um registro, até para iniciar o debate.

O Senador Sérgio Souza fez uma emenda, que coloca que os procedimentos, em decorrência dessa PEC – como diz, inclusive, a legislação brasileira –, devem ser de acordo com a lei ou em decorrência de lei específica aprovada. Mas me parece que a emenda do Senador Sérgio Souza tem outras questões, a não ser isso.

Então, para buscar um caminho e aprovarmos esse dispositivo, que é importante, é uma emenda constitucional...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É a PEC do trabalho escravo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... contra o trabalho escravo, ao mesmo tempo em que tenhamos efetivamente o cumprimento do dispositivo legal, que define que a lei regulamentará essa questão – isso não é um adendo a mais –, gostaria que essa emenda, nesse aspecto, fosse considerada emenda de redação pela Comissão, e não uma emenda de mérito, porque efetivamente é uma emenda de redação.

Então, gostaria de começar a discussão, colocando essa questão e pedindo ao Relator que fizesse o ajuste e a recepcionasse... No que diz respeito ao "de acordo com a lei" ou ao "no tocante à lei" ou ao "em decorrência de lei", gostaria que ela fosse efetivamente recepcionada como emenda de redação, para que pudéssemos fazer, então, a discussão da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou esclarecer: a relatoria do Senador Aloysio ofereceu um parecer contrário.

Aí vem uma emenda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Estou colocando esse fato novo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aí vem uma emenda. No momento, a emenda...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Estou colocando esse fato novo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A emenda permite que uma lei posterior possa definir...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM)– Regule.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Regule a matéria.

Consulto o Senador...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A emenda não permite. Na verdade, a emenda só clarifica a Constituição e a legislação brasileira que já diz o que é preciso ter.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k., transfere para a lei regulamentar. Transfere para a lei ordinária.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para reforçar a posição levantada pelo Senador Jucá, até pelo art. 234, parágrafo único, quem declara quando há dúvida sobre uma emenda ser de redação ou não é exatamente a Comissão de Constituição e Justiça.

Por isso, é fundamental, mesmo que, no mérito, o Senador Aloysio seja contrário à emenda, que, no relatório, ela esteja classificada e tratada como emenda de redação, para que não haja amanhã nenhuma insegurança jurídica quando da votação da emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bem, V. Exª foi preciso. V. Exª foi preciso.

Eu preciso ouvir o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é o Relator da matéria se ele acolhe a emenda do Senador Sérgio Souza na forma como sugere o Senador Romero Jucá: como emenda de redação ao seu parecer em contrário.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, creio que a Comissão ainda não tenha tomado conhecimento do meu voto. Então, peço a V. Exª, em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Peço a atenção dos meus colegas para o voto; depois, abordarei a questão levantada pelo Senador Jucá.

Sr. Presidente, já tive ocasião de analisar esse tema quando proferi parecer à Emenda à Constituição nº 57–A, de 1999.

Naquela ocasião, já formulei os argumentos que me fizeram rejeitar uma pretensão manifestada por vários Deputados, inclusive pelo Presidente da Câmara na época, o Deputado Marco Maia, a de que no Senado incluíssemos no texto da emenda constitucional a expressão "na forma da lei".

Houve aprovação. Essa matéria foi aprovada na Câmara dentro de um clima de bastante confusão, que procurei relatar no meu parecer.

À época, Sr. Presidente, eu considerava – e considero ainda – que essa emenda à Constituição não é autoaplicável. Essa era a essência do meu argumento, que continuo mantendo.

Seria despiciendo acrescentar a expressão "na forma da lei", porque isso poderia apenas ter como consequência remeter novamente a matéria à Câmara dos Deputados, o que levaria a uma procrastinação na adoção de um regime jurídico, um sistema jurídico específico para a repressão do trabalho escravo, do trabalho análogo à condição de escravo.

Eu cheguei a sugerir, Sr. Presidente, no meu parecer, que nós tivéssemos um caminhamento paralelo: de um lado, tramitação da emenda constitucional que veio da Câmara; e, de outro lado, a elaboração de um anteprojeto de lei que pudesse regular a matéria, uma vez que, no meu entender, a emenda não é autoaplicável.

E por que não é autoaplicável? Em razão do art. 5º da Constituição, que, aliás, é mencionado na emenda proposta pelo Senador Sérgio Souza. O art. 5º diz que ninguém poderá ser expropriado dos seus bens, senão em razão de lei. Assim é, Sr. Presidente, que o texto da Constituição, o texto da Constituição de 1988, que determinava a expropriação – não desapropriação –, a expropriação de terras onde fosse encontrado o cultivo de plantas psicotrópicas, não foi aplicado imediatamente. Foi necessária a elaboração de uma lei pelo Congresso Nacional, que regulasse o processo expropriatório, para que esse dispositivo constitucional pudesse ser aplicado. Portanto, é um dispositivo constitucional de eficácia contida. Somente com a lei regulamentadora, ele pode ter plena eficácia.

Entendia eu que esse era o caso da chamada emenda do trabalho escravo. Voltando ao histórico desse caso, o Senador Jucá, na Comissão, em boa hora constituída pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente do Senado, destinada a regulamentar matérias constitucionais ainda pendentes de regulamentação, elaborou esse anteprojeto, que eu considero muito bom; tem a lavra do Senador Jucá, da competência "Jucaliana", porque ele procurou nessa...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – AM) – É o "Padrão Jucá".

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – "Padrão Jucá."

Ele, nesse seu parecer, enfatizou, ao caracterizar o trabalho escravo, o caráter coercitivo do trabalho, que aliás já estava contido num projeto de lei de autoria do Senador Tasso Jereissati, que hoje se encontra na Câmara dos Deputados; e distinguiu claramente o trabalho escravo, a infração consistindo em reduzir alguém a condição análoga à de escravo, do desrespeito à legislação trabalhista, pois a primeira, além das consequências criminais, tem como consequência a expropriação, e a segunda, consequências administrativas: multa, ações judiciais, etc. perante a Justiça do Trabalho etc.

Bem, o Senador Jucá distinguia perfeitamente uma coisa da outra. Mas persiste uma certa inquietude, que me foi vocalizada pelo Senador Moka, porque, erroneamente, no meu entender, muitos consideram que o fiscal do trabalho vai chegar lá e aplicar uma norma não sei das quantas, que determina que o colchão do alojamento deva ter 30cm de espessura, e, quando encontra o colchão de um alojamento do empregado com 25cm, poderia confiscar a terra. Não é assim. Isso dá ensejo a multas e ações do Ministério do Trabalho ou da Procuradoria do Trabalho, promovendo ações para penalizar o infrator, mas nunca a expropriação.

Mas o fato, Sr. Presidente, é que, ao dizermos "na forma da lei", nós nada faremos além de explicitar algo que já está contido na proposição. Nesse sentido, até concordo, porque uma lei..

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Um artigo da Constituição não pode remeter a outro e dizer que a Constituição tem que ser cumprida, não é? Então, não tem sentido dizer que a expropriação deverá obedecer ao trâmite do art. 5º da Constituição, que é a emenda do Senador Sérgio Souza. Então, para explicitar algo que está implícito, eu concordaria, desde que isso não implique procrastinação desta matéria e da volta desta matéria à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a concordância e a inclusão...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ...ficaria na forma da lei apenas, como emenda de redação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ..."na forma da lei" como emenda de redação, pelos motivos justificados pelo Sr. Relator.

Vamos a voto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para aduzir mais um argumento. A emenda de redação tem cabimento quando houver dúvida se a redação atinge a substância da proposição. Eu acredito que a inclusão dessa expressão não atinge a substância da proposição. Ela já está contida na proposição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k., vamos a voto. Encerrado o processo de discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Aloysio com a emenda de redação, justificada já por S. Exª, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Aprovado o relatório, a matéria vai a Plenário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Presidente Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, eu quero fazer um agradecimento ao Senador Aloysio Nunes. Eu o respeito e o admiro, e ele sabe disso. Essa postura é a postura. O Senador, quando relatou, ele relatou que essa votação seria concomitante, da PEC com a lei complementar. Então, quando nós colocamos "na forma da lei", é a garantia de que essa PEC necessitará de uma regulamentação. Por isso, eu acho que vamos melhorar, vamos avançar, vamos proteger. Ninguém defende trabalho escravo; absolutamente. Só não queremos que seja confundido com infração trabalhista.

Muito obrigado a esta Comissão e pelo grande trabalho do mestre Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Comissão cumpre com o seu papel.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Presidente Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu pediria a retirada do item 12, que é o projeto de autoria do Senador Valdir Raupp, que, conversando hoje comigo, quer fazer algumas alterações. Eu concordo, então, com ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Devolvo ao Relator para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2006
– Terminativo -

Acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Ainda temos matérias de ordem terminativa. O item 7 é uma dessas matérias de ordem terminativa.

Item 7 da pauta, p. 101

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, de 2007
– Terminativo -

Altera a redação do art. 9° da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para dispor sobre a exoneração de seus dirigentes.
Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, pela sua aprovação.
Observações: – Em 12/02/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;
– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para as suas considerações finais antes de iniciarmos o processo de votação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu recebi apelos para reexaminar esse meu parecer e para não ter uma atitude não colaborativa com aqueles que estão apelando, eu vou pedir a V. Exª que adie a votação desta matéria por uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferida a solicitação. O relatório já está pronto e lido; nós iremos apenas deliberar sobre o relatório de V. Exª.

Atendo V. Exª: a matéria estará na pauta na próxima semana.

Matéria seguinte, também terminativa. Ausente o Relator.

Matéria seguinte. Também terminativa.

Senador Pedro Simon, o senhor é o Relator desta matéria.

Item 9 da pauta, p.131.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, de 2011
– Terminativo -

Altera os arts. 1º e 10 da Lei 9.790 de 23 de março de 1999, para acrescentar exigências para a qualificação de entidades Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) nos termos das respectivas Leis.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Pedro Simon
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações: – Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
– Votação nominal.

Concedo a palavra a S. Exª para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pela ordem.

Sr. Presidente, eu estava aqui atrás no plenário...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpe, Senador Valadares, vamos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ...e V. Exª foi muito rápido no gatilho e não deu para...Eu aguardo a minha hora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desculpe, Senador Valadares, imediatamente após essa vamos entrar no seu projeto.

Obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, pela importância do projeto e, da última vez que falamos sobre ele para hoje, apareceu uma série de ideias e propostas sobre as quais eu pretendo conversar inclusive com o Senador Taques.

Pediria, se fosse possível, a transferência desse projeto para a próxima reunião, porque o entendimento com o autor teria melhores condições de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V. Exª. Fica para a próxima reunião.

Senador Valadares, com as nossas desculpas, item 8, pág. 117.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2010
– Terminativo -

Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II – Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada.
Autoria: Deputada Perpétua Almeida
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Observações: – Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
– Votação nominal.

Concedo a palavra a S. Exª, Senador Valadares, para proferir seu relatório.

Senador Valadares, já sei que o senhor está na Secretaria e não vou incorrer em novo erro de esquecê-lo. Voltou à Secretaria com rapidez.

Com a palavra, o Senador Valadares.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Esta matéria é terminativa. Para que não tenhamos nenhum constrangimento futuro quanto ao número... Temos 27, estamos com 14 no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está no limite. São 14 no plenário.

Senador Valadares, com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sr. Presidente, passemos à análise para economizar tempo.

Como se trata de proposição sujeita à deliberação terminativa desta Comissão, analisaremos não só seus aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, que é a competência essencial da CCJ, mas também o mérito do projeto.

O Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2010, versa sobre normas gerais de trânsito, matéria sobre a qual a União tem competência privativa para legislar, conforme determina o art. 22 da Constituição Federal. Além disso, os arts. 48 e 61 da Constituição atribuem ao Congresso Nacional e a qualquer de seus membros, respectivamente, a iniciativa para a proposição de leis relativas a matérias de interesse da União.

A proposição, portanto, não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais.

Quanto ao mérito, concordamos com os argumentos da nobre autora, no sentido de que a inovação gestada em Brasília, isto é, de que os pedestres sinalizem de forma inequívoca sua intenção de atravessar a faixa de pedestres, trouxe ganhos tangíveis para a segurança nas travessias, graças à maior percepção das intenções dos pedestres por parte dos motoristas.

Nesse sentido, entendemos que a medida é simples e não implica custos adicionais. Pode, portanto, ser facilmente replicada de norte a sul do Brasil, como constou no nosso parecer anteriormente apresentado nesta Comissão.

Presidente, se V. Exª pedir um pouquinho de silêncio aí, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço a atenção dos senhores e das senhoras ao relatório que está sendo proferido pelo Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Obrigado, Presidente.

Por outro lado, a proposta da autora, de que os pedestres que desejam atravessar vias de "grande fluxo de tráfego" esperem por outras pessoas para que possam cruzá-las em bloco, é problemática. Em primeiro lugar, não estipula o que são vias de grande fluxo, nem a quantidade de pessoas que devem atravessar em bloco. Além disso, nas vias onde as paralisações ocasionadas pela travessia dos pedestres são por demais frequentes, outras medidas de resolução dos convívios devem ser adotadas, como a instalação de semáforo para pedestre, alocação de um agente de trânsito nos períodos mais críticos ou mesmo a construção de um túnel ou passarela.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que a alteração do *caput* do art. 69 do Código de Trânsito, ao inserir a expressão "fazendo gesto com o braço, quando necessário, para solicitar a parada dos veículos" não aperfeiçoa o texto vigente, pois essa hipótese diz respeito apenas a uma das modalidades de travessia – ou seja, sobre a faixa de pedestre, onde os veículos devem ceder a preferência –, e não é necessária quando a tra-

vessia for feita em semáforos ou o pedestre não tiver a preferência sobre os automóveis. Em outras palavras, basta a alteração da alínea c do inciso II do art. 69 para se atingirem os objetivos da nobre autora da proposição.

Ainda no tocante à técnica legislativa, cabe reparo à redação do art. 3º do projeto, que propõe a inserção do "gesto do pedestre" no Anexo II do CTB. Ocorre que esse anexo é ilustrado por figuras, e o projeto não encaminha o desenho que pretende ser inserido. Assim, entendemos que deverá caber ao Conselho Nacional de Trânsito ajustar o Anexo II da forma que entender ser a tecnicamente mais apropriada, uma vez que foi este colegiado que, por força de delegação do CTB, elaborou o conteúdo do mencionado texto,

Por fim, sugerimos que a vigência do projeto não seja imediata, para que os órgãos estaduais possam adaptar-se às mudanças aqui expressas, e investir em campanhas de educação e em treinamento de pessoal.

Voto. Pelo exposto, voto pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2010, que é da autoria da Deputada Perpétua Almeida. E, no mérito, por sua aprovação na forma de um substitutivo que está aqui publicado na página 121.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, como eu vou precisar me ausentar, quero deixar meu voto com o Relator, já que é votação nominal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) –Por quê? Eu antecipo o meu voto. Estou presente. S. Exª acabou de apresentar o relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Eu gostaria que V. Exª ouvisse o argumento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª antecipa o seu voto, mas há dificuldade no quórum, pois acabou de sair um Senador; nós estamos com 13.

Fica o relatório oficialmente lido, e vamos aos projetos não terminativos agora.

Vamos entrar nos projetos não terminativos.

Amanhã, tem reunião também.

Suspendemos essa e continuamos na de amanhã.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Que horas, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Às 9h.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – É sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – As matérias não terminativas não deliberadas hoje ficarão para o turno de amanhã.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Não deliberativas, que não se sabe...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – V. Exª está convocando extraordinariamente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, não. Eu estou suspendendo hoje, como se faz em todas as semanas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Vai suspender.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Perdão, Excelência, apenas para que eu possa compreender.

A reunião não tem quórum?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. Para decisões terminativas, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Não tem quórum para decisões terminativas. Não tendo quórum, pelo Regimento, a reunião não teria que ser encerrada?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não. Nos não terminativos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Eu indago ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Presidência... Não há quórum para decisão terminativa. Há quórum para as não terminativas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) –. Mas acontece que V. Exª teria de encerrar a reunião para os terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não! Não, não. Eu poderia continuar a reunião até discutindo, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Discutindo, sim, mas não deliberando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mas as matérias não terminativas eu vou votar hoje, porque nós não temos quórum para as terminativas.

Agora mesmo, nós conseguimos ler o relatório do Senador Valadares, e o Senador que estava garantindo o quórum teve de se ausentar por motivo justificado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Portanto, teremos amanhã, às 9h, reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Convocada pela Presidência.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não, Sr. Presidente, para mim V. Exª vai suspender hoje, para que nós façamos a avaliação dos terminativos amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, não, amanhã nós vamos analisar os não terminativos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – E porque V. Exª não continua com a reunião hoje?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou continuar, vou continuar hoje até a hora que puder. Vou continuar hoje.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – E a chamada para amanhã é para quê? Para fazer um esforço de limpeza de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esforço de limpeza de pauta, como vou fazer todas as quartas-feiras.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria. PSDB – SP) – Inclusive esse de estatização do gesto do pedestre?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como vou fazer todas as quartas-feiras.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Nós vamos fazer todas as quartas-feiras, com reunião às quintas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu quero só ponderar com V. Exª, porque nós participamos de outras comissões na Casa. Eu participo da Comissão de Agricultura. Há outros temas. Toda vez que nós temos uma reunião extraordinária, isso acaba tendo impacto nas nossas discussões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria. PSDB – SP) – Atropela tudo!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Então, eu queria ponderar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – As matérias serão não terminativas, Senadora Gleisi. As matérias que estarão na pauta da quinta-feira não serão terminativas.

Então, o quórum pode ser um quórum menor, com a possibilidade de V. Exª participar de outras comissões.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu sei que pode ser um quórum menor, mas eu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) –...terminativos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não será. Não terminativos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Ah, amanhã, são os não terminativos?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, quero...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em todas as quintas-feiras, não serão terminativos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – E esse da estatização do gesto do pedestre também não?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, amanhã não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não.

Só fazer um apelo. É porque eu, de fato, gosto muito de participar das reuniões da CCJ, de partilhar da companhia de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª é muito bem-vinda, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Então, eu faço um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ao item 25 da pauta, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Ao que falou a Senadora Gleisi, eu tenho um projeto de resolução que está aí parado no Senado que resolve esse problema das comissões e eu queria pedir a V. Exª um carinho nesta questão, porque nós estabeleceremos o quê? Uma semana só para comissão, não impedindo reunião extraordinária, e outra semana só para plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem toda a razão, e nós estamos com um calendário muito parecido com esse.

O Senador Renan Calheiros divulgou um calendário em que, neste ano, nós vamos ter esforço concentrado por semanas, até por força de um calendário extraordinário da Copa do Mundo e da eleição. Mas nós vamos dar celeridade para que esta posição possa ou não se tornar definitiva de acordo com a decisão dos nossos

pares. Mas, neste ano, especialmente neste ano, já há um calendário especial, e o desejo desta Presidência é continuar o trabalho, não obstante as dificuldades de calendário.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o item 25, que já foi objeto de leitura do meu parecer, trata da desincompatibilização do presidente da República, do governador do Estado e do prefeito municipal, no caso de reeleição.

Como se trata de matéria de grande indagação e matéria polêmica, eu pediria a V. Exª fosse adiada a sua deliberação para a reunião em que possamos ter quórum aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª quer transferir para amanhã?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está transferido para amanhã o item 25, do Senador Luiz Henrique.

Há mais item?

Pela ausência de relatores nas matérias restantes, nós estamos suspendendo a reunião e comunicando a sua reabertura para amanhã, às 9h, para deliberação dos itens remanescentes.

Tenham todos um bom-dia e fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, suspensa às 12 horas e 21 minutos do dia 19 de março de 2014, a reunião é reaberta às 09 horas e 14 minutos do dia 20 de março de 2014.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Declaro reaberta a 8ª Reunião, Ordinária, da 4ª sessão legislativa ordinária, da 54ª legislatura.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens remanescentes não terminativos da pauta da reunião de ontem.

Há dois requerimentos sobre a mesa. O primeiro, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando dispensa da realização audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado 480, de 2007, que determina a obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos de matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas até 2014. O outro é um requerimento do Senador Valdir Raupp, solicitando audiência pública para debater Proposta de Emenda à Constituição nº 59, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário e elenca as sugestões dos convidados:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,

JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7, de 2014

Requeiro desistência do requerimento nº 79 de 2009 CCJ tendo em vista que foi designado novo relator ao PLS 480/2007 que "Determina a obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas até 2014."
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,

JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 8, DE 2014

Com fundamento no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública, para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2013, que acrescenta o art. 93-A à Constituição Federal, dispondo sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário, com os seguintes convidados:Representante da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD; representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE; Representante do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
Autoria: Senador Valdir Raupp

Em discussão os dois requerimentos.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa*.)

As Srªs e Srs. Senadores que os aprova permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Senador Pimentel, há um projeto não terminativo. de autoria da Senadora Ana Rita e Relatoria da Senadora Angela Portela. Sendo Senadores do mesmo Bloco, do mesmo Partido, que comungam com V. Exª de conceitos convergentes e sendo o parecer sendo favorável, por parte da Senadora Angela Portela... quero, publicamente, prantear a nossa solidariedade, a nossa dor pela perda, semana passada, da sua mãe. A Senadora Angela Portela estava conosco, quando soube da notícia – parece-me, no Estado do Ceará – de que sua mãe faleceu, e ela precisou viajar às pressas. Quero, publicamente, em nome desta Presidência, transmitir a minha solidariedade à Senadora Angela Portela, pois. sei da sua dor, da sua saudade. Que Deus possa, no âmago do seu interior, confortá-la.

Continuando, trata-se do item 24, e eu gostaria que V. Exª pudesse relatá-lo, página 368.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2012
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Angela Portela (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria Ad Hoc: Senador José Pimentel

É um projeto de alto alcance social, de autoria da Senadora Ana Rita, relatado pela Senadora Angela Portela, que, no seu relatório, aprovou pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, o projeto.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiramente também registro a nossa solidariedade à nossa Senadora Angela Portela e quero, nessa hora difícil, estarmos todos juntos, porque só sabe o que representa a perda de um ente querido quem já perdeu. A dor por que ela passa é a dor que todos nós já sentimos ou que, no dia de amanhã, fatalmente vamos passar também por ela. Por isso, a nossa solidariedade.

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012, da Senadora Ana Rita, que altera a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Análise.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme dispõe o art. 24, XIV, da Constituição, segundo o qual compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do disposto nos arts. 48 e 61 da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: I) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; II) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; III) coercitividade; e IV) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No mérito, vale lembrar que, em que pese a evolução promovida na legislação que trata da proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, especialmente com a edição da lei que o projeto pretende modificar, ainda há necessidade de avançar nesse tema.

Ao tratar da acessibilidade nos edifícios de uso privado, o art. 15 da Lei nº 10.098, de 2000, estabelece que caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Embora essa solução já represente um avanço em relação à legislação então vigente, a medida ora proposta aperfeiçoa ainda mais as normas que tratam da acessibilidade, já que assegura ao adquirente do imóvel que ainda será construído o direito de solicitar ao incorporador que construa a sua unidade segundo as normas de acessibilidade, sem custo adicional.

Desse modo, confere-se ao portador de deficiência ou com mobilidade reduzida o direito de adquirir a sua unidade segundo as normas de acessibilidade em qualquer empreendimento, ainda que o percentual mínimo determinado pelo órgão federal competente já tenha sido alcançado.

A construção de edificações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida está regulamentada pela ABNT em detalhes. A norma NBR 9050/2004, que trata de "acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos", estabelece os parâmetros fundamentais para tornar as edificações universalmente acessíveis.

É extremamente difícil e custoso, no entanto, promover a adaptação de imóveis construídos em desacordo com essas especificações. Essa situação acaba por reduzir enormemente o universo de imóveis suscetíveis de serem adquiridos por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o que resulta em perda de qualidade de vida para elas.

A fim de atenuar esse problema, a presente proposição introduz na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", artigo destinado a facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador que promova a construção de sua unidade autônoma segundo as normas de acessibilidade da ABNT. Para evitar qualquer tipo de discriminação, veda-se ao incorporador a cobrança de qualquer contrapartida adicional pelo atendimento da solicitação.

Uma das vantagens da aquisição de um imóvel na planta é exatamente a customização do produto segundo a preferência do cliente. A unidade projetada para ser acessível desde a sua origem propicia um conforto muito superior ao de uma adaptada e a um custo bastante inferior.

Contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação desse projeto, que melhorará em muito a qualidade de vida das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

É esse, Sr. Presidente, o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –

Em discussão o parecer do Senador José Pimentel ao projeto da Senadora Ana Rita, parecer já oficialmente posto pela Senadora Angela Portela. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

As Srªs e Srs. Senadores que os aprova permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Projeto seguinte:

ITEM 25

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, de 2011
– Não Terminativo -

Altera a redação do § 6º do art. 14 da Constituição Federal para determinar a desincompatibilização do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal como condição para a candidatura eleitoral.
Autoria: Senador Wilson Santiago e outros
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta.

Senador Luiz Henrique, com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de autoria do seu colega e conterrâneo Wilson Santiago é da maior importância. É um dos itens fundamentais da reforma política. Lamentavelmente, não a fizemos até hoje – a reforma mãe das reformas.

Acho que todo esse clima de insatisfação popular que fluiu para as manifestações é resultado do fato de não termos feito a reforma política; de não termos instituído o financiamento público das campanhas eleitorais; de não termos instituído a campanha na TV ao vivo para reduzir os custos milionários que demandam as campanhas com programas eleitorais pré-produzidos; por não termos instituído o voto partidário para Parlamentares, vereadores, deputados estaduais e federais, o chamado voto em lista fechada, em que as pessoas deixam de votar em pessoas e passam a votar em partidos, o que é fundamental para o fortalecimento dos partidos; o fato de não termos instituído a fidelidade partidária na sua plenitude, estabelecendo uma proibição de participar das eleições futuras, pelo menos a duas eleições futuras, àqueles que mudarem injustificadamente de partido. Não fizemos a proibição das coligações, o que torna pequenos partidos, não todos, evidentemente, em objeto de mercado na negociação de tempo de televisão.

Todas essas reformas são fundamentais, como é esta que está aqui sendo proposta pelo Senador Wilson Santiago: permite a reeleição. Eu entendo que a reeleição é uma introdução contrária à cultura do nosso País, mas, já que ela foi introduzida e permanece como lei, havendo a reeleição, que os candidatos a prefeito,

governador e presidente da República que quiserem conquistar novo mandato devam se afastar do governo por renúncia pelo menos seis meses antes da eleição.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, quando decidi me candidatar à reeleição, decidi também renunciar ao mandato para concorrer em igualdade de condições. É impossível um prefeito ou um governador ser exercente do mandato popular, exercente da chefia do Poder Executivo e ao mesmo tempo candidato.

Há casos graves como o do Governador Rigotto, que perdeu uma eleição ganha, porque decidiu continuar no governo e só fazia campanha à noite, aos sábados e domingos, enquanto seus concorrentes estavam diuturnamente na rua.

Então, até em benefício, não em prejuízo, dos detentores de cargos do Poder Executivo, em benefício das suas candidaturas, é que o Senador Wilson Santiago propõe a desincompatibilização.

É uma norma moralizadora. E eu peço aos meus pares que aprovem este projeto, que é uma pequena fresta, mas uma importante fresta no arrombamento da porta que temos que fazer para destruir as instituições atrasadas e obsoletas que perduram ainda na democracia brasileira.

Lembro de uma frase de Goethe: "Fácil é matar o mostro. Difícil é remover-lhe as entranhas." E as normas eleitorais que ainda vigoram são entranhas do autoritarismo, do fisiologismo, da corrupção, fatores que temos que eliminar na democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Luiz Henrique.

Considerações finais – o relatório já havia sido lido – ao item 25 da página 376, uma proposta do Senador Wilson Santiago de Emenda à Constituição nº 73, que altera a redação do §6º do art. 14 da Constituição Federal, para determinar a desincompatibilização do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito municipal como condição para a candidatura eleitoral.

Em votação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É preciso assinalar...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... não atinge os atuais eleitos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não atinge os atuais eleitos.

Para discutir, Senador Cyro, Senador Raupp e Senador Pimentel.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu queria parabenizar o autor e parabenizar, principalmente, o Senador Luiz Henrique pelo seu arrazoado. Esta, para mim, é nada mais do que uma proposta moralizadora. É moralizadora. Não há por que alguém deter a pena e, ao mesmo tempo, ter todas as prerrogativas de ser um candidato.

Eu acho que isso vem moralizar. É simplesmente uma moralização, porque, caso contrário, é como se diz no interior: é amarrar cachorro com linguiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É um adágio goiano também.

Senador Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vejam bem, eu acredito que o melhor para o Brasil seria o fim da reeleição, estendendo o mandato para cinco ou seis anos.

Eu pergunto ao nobre Senador e ex-governador Luiz Henrique. Ele fez a coisa certa quando renunciou ao mandato para disputar a reeleição, mas o vice dele assumiu. Vamos colocar a seguinte hipótese: que o Presidente da República tenha que renunciar para disputar a reeleição; que o Vice-Presidente também vá compor a mesma chapa – vai ser reeditada a mesma chapa; que o Presidente da Câmara também vá ser candidato a alguma coisa no seu Estado; e que todos na linha sucessória sejam candidatos, e a tendência é que sejam. Como é que ficaria o processo?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Assume o Presidente do Supremo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – O Presidente do Supremo Tribunal Federal. É uma confusão danada.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não é confusão, pelo contrário. Eu creio que o Presidente do Supremo garantirá uma isenção muito maior na condução do pleito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Era só essa ponderação. Eu trabalho pelo fim da reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o primeiro registro é que o Constituinte de 1988 havia fixado o mandato em cinco anos do Presidente Sarney, sem reeleição.

Nas eleições de 1994 não se discutiu reeleição. Lamentavelmente, foi encaminhada ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição pelo Presidente da República eleito em 1994 e empossado em 1995, com essas regras.

Portanto, quem amarrou cachorro com linguiça foi aquele que encaminhou uma proposta, em 1994, no seu mandato, alterando as regras do jogo para garantir a sua reeleição. Então, se tem vícios, vem de lá. De lá para cá, nós temos tomado uma série de medidas para moralizar o processo eleitoral e, ao mesmo tempo, combater a corrupção. Nós aprendemos na vida que só se combate a corrupção se a Justiça Federal Brasileira estiver estruturada.

No Governo do Partido dos Trabalhadores, nos últimos 12 anos, nós já abrimos 413 Varas Federais. No primeiro Governo Lula, que V. Exª, Sr. Presidente Vital do Rêgo, acompanhou de perto, abrimos 183 Varas da Justiça Federal. No segundo Governo Lula e no primeiro Governo da Presidenta Dilma Rousseff, nós abrimos mais 230 Varas Federais. Completamos agora, em 2013. Essas últimas 230 foram feitas escalonadamente, ano a ano.

Exatamente por isso já demos posse aos juízes federais e autorizamos, neste 2013, a realização de concurso público para Procuradores da República, para completar esse processo.

Ao mesmo tempo, esta Casa aprovou duas importantes leis. Uma que responsabiliza a empresa pelo ato de corrupção, que é ali onde grande coisa acontece, e não há corrupto sem o corruptor. Essa lei entrou em vigor no dia 29 de janeiro de 2013. E aprovamos aqui no Senado Federal, enquadrando como crime hediondo, quem pratica o ato de corrupção – o corrupto e o corruptor. Esse projeto está na Câmara aguardando aprovação. Portanto, o Brasil tem avançado muito. É verdade que a reforma política ainda precisamos fazê-la.

E quando você analisa os vários atos de corrupção neste Brasil, de um modo geral, estão vinculados a financiamento de campanha. E é por isso que a nossa Ordem dos Advogados do Brasil foi ao Supremo Tribunal Federal para impedir que a empresa possa contribuir com o financiamento de campanha, porque empresa tem interesse em mercado e não tem interesse na moralidade da coisa pública e na cidadania.

Eu sou um daqueles que entendo que só vamos ter um freio significativo no processo de corrupção no Brasil quando acabarmos com o financiamento privado de campanha, como fez a Alemanha, a França, a Itália, a Espanha, o Canadá. Nos Estados Unidos, há um sistema misto, como sabemos. Quem recebe financiamento público não pode fazer financiamento privado. Quem faz financiamento privado não recebe dinheiro público. É um sistema diferenciado que eles têm ali.

Por isso, eu vou votar contra essa proposta, ou seja, porque votamos há quinze dias, Sr. Presidente, uma proposta idêntica, que trata da desincompatibilização. Agora estamos tratando da renúncia. E eu sou um daqueles que entendem que deveríamos tratar conjuntamente os dois temas, porque estamos com duas emendas constitucionais: uma determina a desincompatibilização. a outra determina a renúncia. É evidente que, no Senado, com o nosso relator Luiz Henrique, podemos apensar e dar um tratamento uniforme.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu pediria um aparte a V. Exª. Eu não vejo diferença entre desincompatibilização e renúncia. A desincompatibilização só pode ser feita através da renúncia e não a licença.

E eu quero assinalar um fato importante. Teoricamente, vou me referir ao Governador do Estado. Teoricamente o Governador do Estado pode, no meio do mandato, decidir largar o governo e ser candidato a vereador. Ele tem que renunciar. Ou então, no final do seu mandato, ele teoricamente pode se decidir a ser candidato a Deputado Estadual. Ele tem que renunciar. Se ele for candidato a Senador, como eu fui, tive que renunciar. Agora, para ser candidato à reeleição, e o Governador tem o poder na mão, tem o poder de polícia, pode baixar impostos, pode beneficiar fulano, beltrano e sicrano, aí ele pode ficar no poder. Isso é uma incongruência. Eu gostaria que os meus colegas refletissem. Isso é uma incongruência. Como é que um candidato à reeleição pode permanecer no cargo? E, se ele próprio for candidato a outro mandato, ele tem que renunciar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos a voto.

Os Srs. Senadores que concordam...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para esclarecer – fui aqui interpretado na expressão "cachorro com linguiça" – que reeleição é uma coisa e o que está sendo proposto pelo Senador Luiz Henrique é totalmente diferente. Nós não estamos misturando as coisas. Eu não era Parlamentar naquela época, não votei, e foi a grande maioria. E, se não deu certo, vamos mudar, como muita coisa não está dando certo e vamos mudar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –

Em votação (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com voto contrário do Senador José Pimentel.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável a proposta nos termos da Emenda nº 1, a matéria vai ao Plenário.

ITEM 17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, de 2007
– Não Terminativo -

Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 15 da Constituição Federal, para disciplinar a mudança de domicílio eleitoral para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito.
Autoria: Senador João Vicente Claudino e outros.
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta.

Está na página 226.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontra-se nesta Comissão para exame a Proposta de Emenda à Constituição PEC nº 38, de 2007, que determina a perda de mandato do prefeito e do vice-prefeito que transferiram domicílio eleitoral da circunscrição pela qual foi eleito.

A proposição também veda que prefeitos e vice-prefeitos candidatem-se na eleição imediatamente posterior a sua mudança de domicílio eleitoral.

O Senador João Vicente Claudino, primeiro subscritor, e os demais autores da proposta argumentam, em sua justificação, que é necessário incluir, entre os temas da reforma política, a disciplina dos pleitos para prefeito e vice-prefeito nos casos de mudança de domicílio eleitoral.

Aduz que, "recentemente foi constatado que prefeitos e vice-prefeitos, no último ano de seus mandatos, mudam de domicílio eleitoral para se candidatarem em Municípios vizinhos, usando a máquina pública de seus Municípios e os recursos e meios disponíveis dos cargos que ocupam, às vezes de forma inescrupulosa, em prol de viabilizar sua eleição".

E esclarece, ainda, que a polêmica existe porque muitos dos atuais prefeitos estariam se candidatando a um terceiro mandato consecutivo, *ferindo a lógica da lei que só permite uma reeleição* para cargos do Poder Executivo. Tal realidade ofenderia o princípio democrático da igualdade de concorrência.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Vamos direto ao voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade e juridicidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2007, e voto por sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2007

Dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição Federal para vedar o exercício do terceiro mandato consecutivo por chefe do Poder Executivo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. .....
§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente, vedado o terceiro mandato consecutivo, ainda que em circunscrição diversa.
.....

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, temos assistido, em vários Municípios, principalmente quando houve emancipação municipal, o candidato a prefeito é prefeito do Município que se emancipou, o novo município, e, em seguida, no pleito seguinte, tenta voltar para o chamado municí-

pio mãe. Ou o inverso: ele é prefeito no município mãe, patrocina a emancipação e depois vais ser prefeito no município emancipado.

Como estamos discutindo a retomada da criação de Municípios, para evitar isso, essa Emenda à Constituição vem em uma boa hora.

Portanto, quero parabenizar...

(*Falha na gravação*.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quando um governador completar seu período de dois anos e pretender ser candidato ao Senado, o natural é fazer sua renúncia e se candidatar ao Senado. Para não pairar nenhuma dúvida nessa interpretação, eu proporia ao nosso Relator, se ele aceitar, uma pequena modificação e incluir a expressão. "para o mesmo cargo". Assim, se evitaria que, no dia de amanhã, se o Governador for candidato ao Senado, em um terceiro período, houvesse qualquer dúvida. Como ficaria o texto posto: "mandato executivo" e, em seguida, "para o mesmo cargo", e continua o mesmo artigo.

Só para evitar que, no dia de amanhã...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Acolhida a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Acolhida a emenda pelo Senador Raupp, muito bem lembrado pelo Senador José Pimentel.

Em votação a matéria.(*Pausa*.)

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram.

A matéria está aprovada com a sugestão do Senador José Pimentel, incorporando a sugestão ao substitutivo.

Último projeto, não terminativo, da sessão de hoje é o item 21 da pauta, pág. 325, dispõe...

Senador Moka...

ITEM 21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, de 2011
– Não Terminativo -

Dispõe sobre a denominação do prédio da administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizado na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.
Autoria: Deputado Gonzaga Patriota
Relatoria: Senador Armando Monteiro (Substituído por Ad Hoc)

Peço ao Senador Cyro Miranda para ser Relator *ad hoc*, já que foi acordado com o Senador Armando Monteiro.

É um projeto que dispõe sobre a denominação do prédio da administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizada na belíssima cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Autoria do Deputado Gonzaga Patriota e **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. Em seu relatório, já houvera dado a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto. A matéria vai ainda para a Comissão de Educação. Em homenagem à Comissão de Educação, nomeio, ad hoc, seu Presidente para relatar o projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente Vital do Rêgo; Srªs e Srs. Senadores. O projeto em tela tem relatoria do – dou Relator *ad hoc* – Senador Armando Monteiro.

Seu primeiro artigo especifica o objeto da lei, que corresponde à "designação do edifício-sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco", enquanto o art. 2º determina que o "edifício da administração" da referida universidade passe a se denominar Edifício Mansueto de Lavor. O terceiro e último artigo estabelece, por sua vez, a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

A proposição foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, sendo distribuída, no Senado Federal, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão em caráter terminativo.

O Senador Waldemir Moka, designado como relator, devolveu a proposição com requerimento solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, o qual foi aprovado pela CE.

Então, o voto é pela aprovação, porque está consoante com a constitucionalidade e sua juridicidade. Nesse sentido, está aprovado o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores, eu tenho uma preocupação, Sr. Presidente, por conta da autonomia universitária. Nós aprovamos na Constituição Federal (o Constituinte) a autonomia da universitária e, em seguida, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 9394, em 1996, delegando ao Conselho Universitário essa autonomia.

Se começarmos a atribuir nomes a prédios da própria Universidade, chegaremos a um determinado estágio aqui, de muitos problemas. Quando o Brasil não criava Institutos Federais de Educação, não criava *campus* universitários nem novas universidades era uma tranquilidade, que durou de 1975 até 2005, ou seja, 30 anos nessa situação.

Com o crescimento econômico, com a demanda por mais mão de obra qualificada, com a discussão do Plano Nacional de Educação que queremos ter, nos próximos dez anos, teremos pelo menos 40% da nossa juventude entre 18 e 29 anos de idade cursando ou com a sua graduação já completa, num desenho compartilhado em que a iniciativa privada e o setor público contribuam nessa grande articulação nacional.

Se começarmos a delegar, retirando dos conselhos universitários essa autonomia, na minha leitura, estaremos fazendo duas coisas que me preocupam. Uma é permitir uma politização partidária – o que não é o caso –, que poderá, no dia de amanhã, atribuir determinados nomes de acordo com um grupo que, eventualmente, tenha influência política naquela localidade, em detrimento da autonomia. E a autonomia veio exatamente para frear e impedir que essas coisas pudessem contaminar a vida universitária.

Por isso, Sr. Presidente, eu vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós estamos opinando pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. A matéria ainda vai à Comissão de Educação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu comungo em gênero e grau com o Senador Pimentel. Eu também acho, mas aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, não. Não é nem meu parecer. Eu não vou mudar em relação... Mas o arrazoado aqui diz o seguinte:

Tal entendimento é corroborado pelas definições contidas no art. 53 da referida Lei nº 9.394, de 1996, que convém transcrever na íntegra:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

> *I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;*
> *II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;*
> *III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;*
> *IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;*
> *V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;*
> *VI – conferir graus, diplomas e outros títulos;*
> *VII – firmar contratos, acordos e convênios;*
> *VIII – aprovar e executar planos...*
> *IX – administrar os rendimentos...*
> *X – receber subvenções, doações ...*

Em nenhum momento, fala que é da prerrogativa – o erro está aqui – da universidade... Então, à luz dessa lei – de que eu sou também contra, porque eu acho que a competência tinha que ser da universidade –, eu acho que o Senador Armando Monteiro foi correto pela constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós somos instados a emitir parecer pela constitucionalidade da matéria.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram contra o voto do Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Srs. Senadores, agradeço a presença dos senhores.

Estamos com um calendário difícil este ano, um calendário em que temos dois eventos: um é a Copa do Mundo, de caráter global, e outro é a maior eleição na história do Brasil. O País serve de exemplo para o mundo. Nenhum país tem uma eleição geral do tamanho da que o Brasil tem.

Por isso mesmo, todos os nossos olhos estão sempre voltados para esses dois grandes eventos, mas não podemos deixar de trabalhar. Não podemos deixar de cumprir as nossas obrigações, porque essa sociedade, que se mobiliza dentro de um processo democrático que vivemos, vai nos cobrar. Por isso, a Presidência desta Comissão tem o dever de pautar as matérias dentro de um calendário difícil, mas necessário fazê-lo.

A presença dos senhores aqui dá uma demonstração clara do compromisso de V. Exªs com o País e com as suas obrigações, e os seus representados podem se orgulhar do trabalho que V. Exªs desempenham.

Tenham todos um bom-dia. Fiquem com Deus.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, suspensa às 12 horas e 21 minutos do dia 19 de março de 2014, reaberta às 09 horas e 14 minutos do dia 20 de março de 2014, a reunião é encerrada às 9 horas e 53 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia vinte e seis de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Paulo Paim, Ciro Nogueira, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Eduardo Amorim, Cidinho Santos e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Aécio Neves e Magno Malta. Registra a presença o Senador Cristovam Buarque. A Presidência registra a presença dos Senhores Alexandre Camanho De Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Francisco José Moesch, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; dos Deputados Raul Carrion (PCdoB/RS), Gilmar Sossella (PDT/RS) e Renato Hinnig (PMDB/SC); e da Senhora Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; e da UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, de 2013 – Não Terminativo. Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2013 – Não Terminativo. Dá nova redação ao caput do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta art. 54-A a este Ato. (PEC dos Seringueiros / Soldados da Borracha). **Autoria:** Deputado Arlindo Chinaglia e outros. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, de 2007 – Terminativo. Altera a redação do art. 9° da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para dispor sobre a exoneração de seus dirigentes. **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, pela sua aprovação. Resultado: Rejeitado o Projeto. Votam vencidos os Senadores Inácio Arruda, Pedro Simon, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Alvaro Dias, Paulo Paim e Benedito de Lira. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Eduardo Braga. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, de 2011 – Terminativo. Altera os arts. 1º e 10 da Lei 9.790 de 23 de março de 1999, para acrescentar exigências para a qualificação de entidades Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) nos termos das respectivas Leis. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2013 – Terminativo. Altera o art. 2º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para permitir que varas especializadas em razão da matéria com jurisdição sobre o local do dano também sejam competentes para processo e julgar as ações civis públicas. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2012 – Terminativo. Altera o Código de Processo Penal para prever que as inquirições

das testemunhas e dos indiciados no inquérito policial serão gravadas em áudio e vídeo e armazenadas por até dois anos, salvo determinação do juiz estabelecendo de outra forma. **Autoria:** Senador José Pimentel. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, de 2011 – Não Terminativo. Altera o artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.040/69, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2007 – Não Terminativo. Autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco com participação do Comando do Exército. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2009 – Não Terminativo. Institui Programa para a Revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no Brasil nos anos de 2008 e 2009. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2010 – Não Terminativo. Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências; nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências; nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências; e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para impedir a ocupação de áreas de risco e fortalecer o planejamento de medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo da vazão dos rios. **Autoria:** Senador Renato Casagrande. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 2010 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo e dá outras providências, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para impedir a implantação de infraestrutura básica e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas de risco. **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 541, de 2007; 16, de 2009 e 99, de 2010, e pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2010, com uma emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Humberto Costa e à Senadora Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais. ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, de 2011 – Não Terminativo. Institui a obrigatoriedade de as instituições bancárias instalarem equipamento de auto-atendimento adaptado para utilização por deficientes visuais. **Autoria:** Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Romero Jucá. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, de 2005 – Não Terminativo. Altera o inciso I do art. 109, e inciso VI e § 2º do art. 114 da Constituição Federal, atribuindo à Justiça do Trabalho competência para processo e julgamento de causas originadas de acidentes de trabalho por dolo ou culpa do empregador e dissídio coletivo de trabalho. **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2013 – Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio. **Autoria:** Deputado Esperidião Amin. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e, no mérito, favorável ao Projeto e às Emendas nº 1 e 2. Resultado: Concedida vista ao Senador Eduardo Braga, nos termos regimentais. ITEM 19) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, de 2013 – Não Terminativo. Inclui o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Autoria:** Deputado Hugo Motta. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Aprovado o Requerimento nº 9, de 2014-CCJ, que solicita calendário especial para a matéria. ITEM 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013 – Não Terminativo. Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro

de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. **Autoria:** Deputado Osmar Terra. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, de 2013 – Não Terminativo. Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável à Proposta nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 23) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2013 – Complementar. Ementa do Projeto: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências. Autoria do Projeto: Presidente da República. Relatoria das Emendas: Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Contrário às Emendas de Plenário nºs 6, 7 e 8 ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta. EXTRAPAUTA: ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2013 – Não Terminativo. Altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. **Autoria:** CPMI – Violência contra a Mulher – 2012 (CPMIVCM). **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2012 – Não Terminativo. Dispõe sobre prevenção e punição ao tráfico interno e internacional de pessoas, bem como sobre medidas de proteção às vítimas. **Autoria:** CPI – Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil – 2011 (CPITRAFPE). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Aprovado o Requerimento nº 10, de 2014-CCJ, de Urgência para a matéria. ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 9, de 2014. Senhor Presidente, requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição n° 77, de 2013, tendo como primeiro signatário o Deputado Federal Hugo Motta, que "Inclui o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", para que a matéria conste na Ordem do Dia de sessões deliberativas extraordinárias a serem convocadas. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Resultado: Aprovado. ITEM 28) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, de 2014. Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS nº 479, de 2012. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Resultado: Aprovado. ITEM 29) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 11, de 2014. Requeiro, com fundamento nos arts. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n º 6, de 2014, convidar o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, ou representante que lhe convenha indicar, para participar de audiência pública, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa Legislativa, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da Reforma do Código Penal Brasileiro, e as matérias a ele anexadas. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. O Senhor Senador Anibal Diniz devolve a Presidência para o Senador Vital do Rêgo. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Inácio Arruda. O Senhor Senador Inácio Arruda devolve a Presidência para o Senador Vital do Rêgo. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Senador Paulo Paim devolve a Presidência para o Senador Vital do Rêgo. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Benedito de Lira. O Senhor Senador Benedito de Lira devolve a Presidência para o Senador Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e cinqüenta e nove minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2013; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2007; ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, de 2011; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2004; ITEM 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2013; ITEM 22) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, de 2004; ITEM 24) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2004; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Cumprimento as senhoras e os senhores que nos dão a honra de suas presenças no plenário. São os nossos convidados. Sejam todos muito bem-vindos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Srªs e Srs. Senadores, esta Presidência deseja, preliminarmente, destacar que, na pauta de hoje, consta expressiva quantidade de proposições que, neste mês ou no mês de fevereiro, mereceram vista coletiva e que, portanto, estão aptas a serem deliberadas nesta reunião.

De um total de 24 itens, nada menos do que 11 encontram-se nessa condição, pois já tiveram seus relatórios lidos e retornam à pauta para conclusão da discussão e para votação pela nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Além da quantidade de proposições em fase final de apreciação, a Presidência lembra que elas versam sobre matérias da mais alta relevância, como proposta de plebiscito sobre a federalização da educação básica; transmissão do direito de utilização de área pública por quiosques, *trailers*, feiras, bancas de jornais e similares; a PEC dos Seringueiros ou Soldados da Borracha; dirigentes de agências reguladoras; e refinanciamento de dívida dos Estados e Municípios.

Com esses esclarecimentos prestados, passaremos a nossa pauta, com a presença da Senadora Gleisi, do Senador Dornelles. Tenham todos um bom dia.

Vamos seguir a ordem da pauta. Na ausência de membros relatores para as propostas anteriores, peço ao Senador Anibal... Senador Anibal está presente? O item 3 da pauta é uma proposta que V. Exª trabalha nesta Casa e é de extrema justiça e alto alcance social.

Item 3 da pauta:

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2013
– Não terminativo -

Dá nova redação ao caput do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta art. 54-A a este Ato. (PEC dos Seringueiros / Soldados da Borracha)
Autoria: Deputado Arlindo Chinaglia
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável à proposta, nos termos do substitutivo que apresenta e contrário à Emenda nº 1.
Observações: – Em 05/12/2013 foi realizada audiência pública para instrução da matéria;
– Em 18/03/2014, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Acir Gurgacz;
– Em 19/03/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Anibal para alguma questão que, na condição de Relator, possa acrescentar nas suas considerações finais para irmos a voto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Aproveito o momento para convidar os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes para que venham à Comissão de Constituição e Justiça, onde iniciaremos o debate e, depois, a votação da PEC nº 61, a PEC dos Soldados da Borracha.

Já tive a oportunidade de apresentar o relatório na reunião anterior da Comissão de Constituição e Justiça. A Senadora Gleisi Hoffmann pediu vista e a Presidência acabou concedendo vista coletiva a pedido de outros Senadores. Hoje, nós viemos justamente para fazer o debate e, ao mesmo tempo, a defesa dessa matéria.

O que há de novidade em relação à PEC nº 61? O que nós propusemos de modificação?

A PEC nº 61 é fruto de um acordo feito na Câmara, que tem como principal signatário o Deputado Arlindo Chinaglia, onde são propostos, basicamente, dois itens: o primeiro, a concessão de um benefício de R$25 mil aos soldados da borracha; o segundo, um reajuste dos proventos – e, hoje, esse reajuste é feito com base no salário mínimo –, que deixaria de ter essa vinculação e passaria a ser de R$1,5 mil.

E o que nós propusemos de diferente? Uma vez que não é permitido o vínculo ao salário mínimo, ainda que esse seja um preceito constitucional estabelecido pelo Constituinte de 1988, e como o governo faz objeção à manutenção desse vínculo ao salário mínimo, então, nós consideramos dois caminhos: o primeiro é a manutenção do vínculo ao salário mínimo, ou seja, que todos os valores estabelecidos tenham, sim, essa vinculação ao salário mínimo, conforme previsto no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Cidadã de 1988. O segundo caminho que apontamos é no sentido de que, uma vez não havendo essa vinculação, o valor não poderia ser de R$1,5 mil, porque, com o aumento do salário mínimo, já agora em janeiro, ficaria muito próximo disso o valor a ser recebido pelos soldados da borracha a título de pensão.

Outro aspecto também a ser considerado é que, se essa proposta for aprovada e ela for para o Orçamento da União, para vigorar em 2015, já nesse ano de 2015, os soldados da borracha estarão em prejuízo. Exatamente por isso, propus essa alteração no valor a ser recebido pelo soldado da borracha, de tal maneira que, diferentemente do que propunha inicialmente a Deputada Vanessa Grazziotin, hoje Senadora – uma pensão vitalícia no valor de sete salários mínimos, equivalente ao que recebe o pracinha que foi para a Segunda Guerra Mundial –, os soldados da borracha passassem a receber o valor de R$3.789,00, equivalente aos proventos hoje de um Primeiro-Sargento da Reserva das Forças Armadas do Brasil.

E, nesse aspecto, eu fiz um apelo veemente a todos os Srs. Senadores para que nós aprovemos aqui essa matéria, na forma do substitutivo que apresento, exatamente para que possamos fazer justiça a esses heróis da Pátria, os soldados da borracha, que, tanto quanto os pracinhas que combateram na Itália, deram uma grande contribuição às Forças Aliadas na 2ª Guerra Mundial, produzindo borracha, um insumo fundamental para a indústria pneumática, que era a base de todo o arsenal bélico utilizado pelas Forças Aliadas durante a 2ª Guerra Mundial.

Portanto, os soldados da borracha, que já são reconhecidos como heróis da Pátria, por meio de ato assinado pela Presidenta Dilma, merecem agora também o reconhecimento na forma de proventos, ainda porque, enquanto os pracinhas que foram à Itália têm salário equivalente ao de Primeiro-Tenente, os soldados da borracha só recebem dois salários mínimos.

Assim, a modificação que proponho é justamente no sentido de que os soldados da borracha tenham o seu benefício de R$25 mil assegurado a título de prêmio – já assegurado pelo Deputado Arlindo Chinaglia na PEC nº 61 – e que, além desse benefício, de R$25 mil, eles tenham também os seus proventos elevados para R$3.789,00, passando a ser reajustados pelo benefício da Previdência Social.

Basicamente, é esse o teor do meu relatório, Sr. Presidente.

Estamos abertos a essa conversação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, nós discutimos a matéria na semana passada, oportunidade em que eu levantei uma situação que foi a aprovação desse projeto na Câmara, e a informação que tenho é a de que esse projeto, que foi discutido e votado na Câmara, foi precedido de um acordo sobre os valores que nele constam, tanto de indenização, quanto, depois, da previdência ou do benefício instituído.

Diz-me o Senador Anibal que não participou dessa conversa, nem dessa negociação do projeto na Câmara.

Eu sinto, Sr. Presidente, que, se aprovarmos aqui, isso retornará à Câmara, e poderemos ter um impasse, novamente, com o Executivo.

Penso que deveríamos tentar recompor isso com o Poder Executivo, para que o projeto, se nós formos aprová-lo e mudá-lo aqui, já possa ir adequado para a Câmara, para não termos problema novamente.

Sei da preocupação do Senador Anibal, da reivindicação justa dos soldados da borracha, da necessidade de repararmos essa situação, mas sei também dos limites que temos. Então, nem sempre conseguimos atender a tudo a que precisamos atender, dentro da situação que temos.

Eu queria que encaminhássemos isso, para que efetivamente pudesse dar resultado, senão é uma matéria que vai ficar para lá e para cá, para lá e para cá.

Acho que não podemos ter esse tipo de comportamento com os soldados da borracha, com as pessoas que precisam uma resposta, nem também com esta Casa.

Então, queria fazer um apelo. Não sei, Senador Anibal Diniz, se poderíamos sentar, retomar a negociação. Se não foi contemplado o Senado, como ele me falou, só foi negociado com a Câmara, se retomamos, chegaremos a um termo. Acho que temos de aprovar aqui uma proposta exequível, que de fato possa ajudar as pessoas, e não simplesmente aprovar, e depois isso não se tornar uma realidade.

A minha preocupação é está: dar efetividade àquilo que vamos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bem, nós temos duas situações, duas soluções para a situação que a Senadora Gleisi aborda. A primeira é votarmos hoje aqui a constitucionalidade e criarmos um hiato para a discussão antes de chegar ao plenário...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone*.) – Eu apresento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ela vai direto para o plenário. Ela vai ao plenário. Então, votamos hoje, aqui, e aí V. Exª teria tempo suficiente para um entendimento de lideranças aqui, no Senado, e para que esse entendimento fosse concluído antes da votação em plenário.

Acho que seguiríamos duas etapas aqui, para que a Comissão não ficasse com essa matéria durante o tempo de hoje.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o apelo que faço a V. Exª. É o tempo que V. Exª precisa para discutir a matéria, antes de ela ir ao plenário.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A proposição da Senadora Gleisi me parece uma proposição interessante, na medida em que responsabilizamos o Governo para uma nova conversa, aí, sim, envolvendo os atores, também os Parlamentares da Amazônia. O Senador Eduardo Braga, o Senador Valdir Raupp, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Jorge Viana têm interesse direto nessa matéria.

Então, seria interessante que pudéssemos constituir, nesta semana, um grupo de trabalho, para chegarmos ao entendimento, porque não há nenhum interesse da nossa parte em criar dificuldades para o Governo. O que há de interesse da nossa parte é assegurar aquilo que é direito dos soldados da borracha, e há a disposição, inclusive, da própria Presidenta Dilma de chegarmos a esse entendimento.

Então, nós podemos retirar essa matéria para uma semana de negociação, desde que haja o comprometimento de que possamos constituir esse entendimento e trazer essa matéria à pauta novamente, na reunião da próxima semana, da Comissão de Constituição e Justiça.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bem, deixe-me entrar aqui na condição de Presidente.

Faço a pauta a partir de um pedido das Srªs e Srs. Senadores, sobre determinado tema do interesse regional, do interesse nacional.

O Senador Anibal conduziu essa matéria, me pediu, por três vezes, o ingresso dela na pauta, eu atendo e vou agora determinar não mais a inclusão da pauta antes de uma definição por parte do Senador Anibal.

A matéria vai ao Senador Anibal, com pedido de vista para reexame.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu agradeço também ao Senador Anibal Diniz, para que possamos fazer esse esforço.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A matéria do item 12, de que sou Relator, já foi disciplinada por legislação posterior.

Em face disso, requeiro a V. Exª, eu requeiro a V. Exª a retirada de pauta para refazer o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendido V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, eu não sei se ainda cabe, mas eu gostaria de fazer uma solicitação para entrada em extrapauta da votação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Cabe sim. V. Exª faça a solicitação extrapauta para qual projeto?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É o projeto que define o conceito de feminicídio. Eu entreguei esta semana o parecer. Eu sei que é muito rápido, mas nós estamos no mês de março, o mês da mulher, seria importante a CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito importante a solicitação de V. Exª. Nenhuma objeção das Srªs e dos Srs. Senadores, fica inclusa extrapauta a solicitação da Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Projeto de lei nº 292.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ele fica aguardando o final da reunião para a leitura do seu parecer.

Eu tenho o item 10, uma solicitação do Senador Petecão, a quem concedo a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de colocar minha posição a respeito desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já foi retirado para reexame. V. Exª pode pedir a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra. Antes, atendendo a V. Exª em uma solicitação que fez, a retirada para reexame do item 10 da pauta.

O Senador Petecão pediu a retirada do item 10 para reexame. O Senador Cidinho pediu a retirada do item 15 para reexame.

Com a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria também de colocar minha posição a respeito desse projeto, que trata da situação do soldado da borracha. Eu tenho acompanhado junto ao Senador Anibal e tenho que reconhecer o esforço que ele tem feito no sentido que possamos resolver a situação.

Eu sou do Acre e tenho acompanhado esse projeto, salvo engano, que tramitou na Câmara por quase 12 anos. Esse projeto foi votado na Câmara com uma proposta que, entendemos, não atende aos interesses do nosso soldado da borracha nem do sindicato, que tem se empenhado, tem lutado no sentido de nós também resolvermos essa situação.

Na sessão passada, houve um pedido de vista da Senadora Gleisi. O que me preocupa é, como eu já disse, que lá na Câmara ficou por 12 anos! Será que aqui, no Senado, nós vamos passar 12 anos discutindo esse projeto?!

Ontem, eu recebi em meu gabinete, Senador Anibal, Senador Jorge Viana, que é do meu Estado, um soldado da borracha, que tem 95 anos! Uma cena até deprimente, que chegou a me emocionar: o cidadão chorando, pedindo que nós votássemos, que déssemos uma certa celeridade na votação desse projeto, sob pena que ele passe aqui mais 10 anos, 15 anos aqui no Senado e ele não tenha a oportunidade de ver esse projeto votado.

Então, o meu apelo aos Srs. Senadores, aos colegas Senadores, é que nós possamos resolver essa situação de uma vez por todas. Esse pessoal tem custo para se deslocar lá de Rondônia, do Acre. Eles vêm aqui para tentar pedir aos Senadores, implorar aos Senadores que votamos isso. Aí, mais uma vez, vai ser prorrogado.

Então, Presidente, eu gostaria de ter o seu apoio. Já temos o apoio da Bancada do Acre e de alguns Senadores que estão sensíveis a essa situação para que não protelemos mais essa circunstância, que possamos resolver, de uma vez por todas, e acabar com o sofrimento desses nossos guerreiros, soldados da borracha, que estão aí há muitos anos sendo enganados pela Câmara, e, agora, eu espero que o Senado não faça isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência esclarece ao querido Senador Petecão que, durante as últimas quatro semanas, eu tenho pautado os soldados da borracha como primeiro item da pauta. Nas últimas quatro semanas, realizamos audiências públicas em tempo recorde, e esta Presidência cumpre o seu papel atendendo à solicitação tão emergente de V. Exªs.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos seguir a ordem.

Item 3, Senador Anibal, já foi. Item 4, ausente o Senador Eunício. Item 5, Senador Luiz Henrique ausente. Item 6, Senador Valadares ausente. Item 7, Senador Pedro Simon ausente. Item 8, Senador Randolfe ausente. Item 9, Senador Ciro Nogueira também ausente. Item 10, Senador Petecão pediu reexame. Item 11, Senador Gim também ausente. Item 12, Senador Pimentel pediu o reexame. Item 13, Senador Requião ausente. Item 14, Senador Ciro Nogueira também ausente. Item 15, Senador Cidinho Santos pediu reexame. Item 16, Senador Acir ausente. Item 17, Senador Humberto Costa ausente. Item 18, Senador Cícero Lucena ausente.

Item 19, Senador Vital do Rêgo presente. (*Palmas*.)

Peço ao Senador Anibal para ocupar a Presidência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Vital do Rêgo, o povo reconhece.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Queria pedir a V. Exª que, logo após o Senador Vital do Rêgo, assim que chegasse o Senador Cícero Lucena, que pudéssemos inverter a pauta e colocar o item 18 como prioridade, tendo em vista que é um assunto que trata especificamente de pedágio em área urbana e é importante que o cidadão daquela cidade, daquela vila, enfim, daquela localidade, possa ser preservado.

Eu queria pedir prioridade para esse projeto, posteriormente ao do Senador Vital.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –

ITEM 19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, de 2013
– Não terminativo -

Inclui o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Deputado Hugo Motta
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável à proposta.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, para que possa proferir o seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de cumprimentar as diversas representações de agentes de trânsito, agentes de segurança viária, melhor chamarmos assim, que se deslocaram dos mais distantes rincões deste País para participar desta reunião.

Senhoras e senhores, este é um projeto que a legislação administrativa e a legislação infraconstitucional parece que seguiram adiante do pensamento constitucional. O que vamos fazer agora é um projeto muito simples, atender ao que já existe e normatizar, de forma global, essa matéria que trata de segurança viária.

Tive a honra de relatar esse processo por conta de uma movimentação nacional da categoria e que teve o apoio, a unanimidade dos presentes em dois turnos na Câmara dos Deputados.

A Proposta de Emenda à Constituição em análise, oriunda da Câmara dos Deputados, acrescenta § 10º ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a "segurança viária", "exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas".

Nos termos do dispositivo proposto, a segurança viária "compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente" e "compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei".

Na Casa de origem, a proposição, de nº 55, de 2011, foi apresentada por 177 Deputados, sob a liderança do competente Deputado Hugo Motta, paraibano como eu. Seu texto altera o §8º do art. 144 para prever a possibilidade de constituição, pelo Município, de órgão de fiscalização e controle de operações de trânsito, estruturado em carreira e com a função de policiamento de trânsito.

Acrescentava, ainda, a previsão de regulamentar o piso remuneratório dos guardas municipais e agentes de fiscalização e controle de trânsito.

A justificação da proposta do eminente Deputado Hugo Motta destaca que o Código de Trânsito Brasileiro transferiu para o Município a responsabilidade de gerenciar o trânsito, e o próprio Contran, na Resolução de nº 106 do Conselho Nacional de Trânsito, condicionou essa transferência à existência de capacitação relativa à engenharia de tráfego, à fiscalização de trânsito, à educação de trânsito e ao controle e análise de estatísticas, além da existência de Junta Administrativa de Recursos de Infrações. A Emenda Constitucional proposta teria por finalidade, portanto, prever a existência de órgão apto a desempenhar essas funções, o que havia sido determinado tanto pelo Código de Trânsito Brasileiro como pela resolução do Contran.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, não tendo identificado violação a qualquer cláusula pétrea, aprovou parecer pela admissibilidade da proposta. A Comissão Especial instituída para analisá-la também aprovou por unanimidade o substitutivo.

O relatório do Deputado Efraim Filho, também competente Deputado paraibano, na Comissão Especial concluiu ser necessário alterar o texto inicial da PEC para incluir os Estados e o Distrito Federal, bem como ampliar o escopo da segurança viária, de modo a abranger, além da fiscalização, também a educação e a engenharia de trânsito – emenda proposta pelo Deputado Efraim amplia o escopo da segurança viária. A constitucionalização dos órgãos estaduais e municipais de trânsito asseguraria "a necessária segurança jurídica para a adoção de políticas públicas de relevante sentido social".

O Substitutivo da Comissão Especial foi aprovado em plenário por 383 votos em primeiro e segundo turnos. No Senado, a PEC nº 77 foi distribuída com exclusividade para a Comissão de Constituição e Justiça.

Feitas as análises constitucionais da matéria, nós aprovamos a presente proposta e pedimos o apoio dos nossos pares. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Romero Jucá para discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, quero registrar o brilhante relatório do Senador Vital do Rêgo, que retrata bem a necessidade, a urgência dessa matéria e o drama que vive o Brasil. A segurança viária e o trânsito hoje matam; matam na minha cidade, capital Boa Vista, e matam pelo Brasil todo. Então, é fundamental estruturar e essa proposta de emenda constitucional dá as bases necessárias para que se possa estruturar todo um dispositivo, que vai desde a educação, a formação dos jovens na questão do trânsito, da capacitação, até a punição, a estruturação de departamentos de trânsito, departamentos municipais, agentes e a melhor remuneração desses servidores.

Portanto, eu quero registrar aqui, em nome do PMDB, o apoio à proposta de emenda constitucional, a prioridade que tem essa matéria e o brilhante voto do Senador Vital do Rêgo.

O PMDB acompanha o Senador Vital do Rêgo e vai votar, sim, nesta matéria, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, inscrito o Senador José Pimentel.

Peço às pessoas que, por favor, façam silêncio para que a gente possa ouvir o orador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu quero começar registrando que o texto relatado pelo Senador Vital do Rêgo e que acompanha o aprovado na Câmara Federal melhorou muito a proposta inicialmente tratada, a que disciplina todo o trânsito e dá competência aos Municípios, ao Distrito Federal e aos Estados para que possam organizar o seu quadro de pessoal nos termos da lei.

A proposta inicial falava em piso nacional. O piso nacional seria inconstitucional porque nós estaríamos legislando em nome dos entes do Pacto Federativo.

Por isso, quero parabenizar o nobre Relator e dizer que vou acompanhar o seu parecer. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, inscrito o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu queria enaltecer o relatório do Senador Vital do Rêgo.

Senador Vital do Rêgo, o seu relatório nos toca em um dos pontos mais importantes que é a educação. Entre várias coisas que V. Exª aqui normatiza, coloca-a assim como a educação.

O trânsito e tudo o que acontece inerente é uma coisa de base. Se isso não for reestruturado e vier com esse conceito desde lá de baixo, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Então, eu o parabenizo e digo que, em nome do PSDB, tem total apoio.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao mesmo tempo em que elogio aqui o relatório apresentado pelo ilustre Senador Vital do Rêgo, construído com a participação das entidades de representação dos educadores de trânsito, quero dizer que nós, da Bancada do PT, vamos acompanhar o Relator e votar favoravelmente à matéria. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveitando esta oportunidade, quero cumprimentar o eminente Senador Vital do Rêgo, porque, na verdade, ele fez um relatório muito bem consubstanciado, como disse o Senador Humberto Costa, dentro de um processo de absoluta negociação, que é o normal e de praxe nesta Casa.

Assim, quero cumprimentá-lo e, em nome do meu partido, o Partido Progressista, dizer que apoiamos o relatório do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, rapidamente, apenas para abraçar o nosso Relator e dizer que, mais uma vez, ele demonstra aqui uma sensibilidade muito grande com os dramas humanos. Sem dúvida nenhuma, o meu Estado de Goiás se sente gratificado com o relatório de V. Exª, dando dignidade a uma carreira extremamente importante.

Portanto, meus parabéns. Aceite todos os abraços dos representantes de Goiás que estão aqui.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta.

A matéria vai ao plenário. (*Palmas*.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, ao agradecer a manifestação de todos os meus pares através das lideranças respeitáveis dos partidos que compõem a Casa nesta Comissão, quero apelar a V. Exª para que, na condição de Presidente neste momento, faça um trabalho junto ao Presidente da Mesa a fim de que possamos ter um calendário especial desta matéria. Seria a consagração deste momento que o Brasil tanto precisa no que diz respeito a regulamentar a segurança viária no País.

Agradeço a todos. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Exª será atendido nos termos do Regimento.

A matéria será encaminhada à Mesa do Senado com o pedido de urgência.

Devolvo a Presidência dos trabalhos ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Pedro Taques pediu a palavra pela ordem para se manifestar a respeito da pauta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª vem aqui, conversa comigo e agora esqueceu...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É porque eu estava admirando o terno de V. Exª e fiquei perdido na admiração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi vista do projeto que trata da regulamentação de quiosques, barracas. Estou construindo junto outros Senadores um texto, penso, que possa acolher o pleito desses cidadãos. Por isso, peço a retirada de pauta, se for da concordância de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na condição de Relator da matéria, eu apresentei o relatório. E V. Exª, como sempre faz um estudo de cada projeto nesta Comissão, V. Exª se prontifica a apresentar sugestões que possam aperfeiçoar...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Mais uma semana...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –Então, na condição de Relator, eu solicito a retirada de pauta para atender ao Senador Pedro Taques, que está querendo construir uma solução e aperfeiçoamento ao projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Entende a dimensão e o mérito da matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim. Eu quero votar favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o item 2, Senadora Gleisi, adiado para a próxima sessão.

Vamos ao item 1 da pauta.

Senador Humberto Costa, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Presidente, eu tenho duas demandas a apresentar à Comissão. A primeira delas, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir não somente a colocação desse projeto na condição de extrapauta, como também, se fosse possível, passado esse segundo ponto que vai ser votado, nós pudéssemos discuti-lo. Ou seja, estou solicitando também uma inversão de pauta.

Esse projeto trata da questão do tráfico de pessoas. Nós temos hoje no Brasil e no mundo um problema da mais extrema gravidade. Só para que V. Exª tenha ideia, só no exterior, foram identificados, de 2005 a 2011, 475 vítimas brasileiras. E a nossa legislação tem limitações, porque ela termina por atuar somente nos casos em que se referem ao tráfico humano para a exploração sexual. Então, é um projeto de absoluto interesse do Ministério da Justiça. Neste ano, nós temos a Campanha da Fraternidade falando do tráfico de pessoas. Se V. Exª pudesse, juntamente com a Comissão, acatar essa discussão, eu lhe agradeço.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só um minuto, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu estou incluindo extrapauta, sem objeção dos senhores, o projeto solicitado pelo Senador Humberto Costa.

Não vou deferir a inversão, Senador Humberto, porque a Senadora Gleisi, o Senador Pedro Taques e o Senador Cícero já se manifestaram pelo fiel cumprimento da ordem da pauta. Mas, com certeza, na ausência, de relatores, nós vamos enxugando a pauta, e precisamos tomar medidas necessárias por parte da secretaria, que é a retirada de cópias para a apresentação aos senhores.

Fica atendida a demanda de V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – O.k.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Humberto Costa está concluindo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, a segunda questão é apenas para dizer que eu apresentei um requerimento que diz respeito à Proposta de Emenda à Constituição nº 63, que acrescenta os §§ 9º e 10º ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na magistratura e Ministério Público e dá outras providências. E a 68, de 2011, que é de minha autoria, que altera o art. 37 da Constituição para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras que especifica. Como versam sobre a mesma matéria, e o meu projeto, inclusive, é mais amplo, eu apresentei e também o Senador Suplicy e o Senador Paulo Davim requerimentos de apensamento dessas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – No momento oportuno, quando chegarmos ao item 21 da pauta, a Presidência vai se pronunciar a respeito, preliminarmente, atendendo a V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Presidente Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação da Casa.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em relação ao item 1, de relatoria do Senador Pedro Taques, eu conversei aqui com ele e estou apresentando, está indo para a Mesa, um pedido de que seja ouvida a Comissão de Educação, para que, depois, viesse para esta Comissão, para que viesse com o parecer. Então, eu pergunto a V. Exª se...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª está apresentando a solicitação de retirada do item 1?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para posterior redistribuição para a Comissão de Educação e, aí sim, vir à Comissão de Justiça.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu ouço as lideranças.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sobre a matéria, Sr. Presidente, levantada pelo Senador Cyro Miranda, eu entendo que a proposta do Senador Cristovam é uma proposta constitucional. Nós não estamos discutindo isso. Mas o Senador Cyro Miranda e o Senador Pedro Taques têm toda razão. Se tivermos que fazer um plebiscito, nós temos que ter consolidado qual é o modelo da educação básica, fundamental se transformar em federal. Se será só transferência de recurso, se será administração direta das escolas, se será a partir de agora, se pega para traz, se tem a inserção, se quem é servidor municipal ou estadual vai ficar à disposição da União. E todas as implicações que isso acarreta, como, por exemplo, uma ação de isonomia por conta de salários de professores federais e professores que hoje são estaduais ou municipais. Então, é uma questão de profundidade muito forte.

Eu entendo que a proposta do Senador Cyro Miranda qualifica a proposta do Senador Cristovam, define no debate qual o modelo que vamos apresentar à sociedade para fazer o plebiscito. E, a partir daí, discute-se o plebiscito.

Então o PMDB encaminha favoravelmente a proposta do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com apoio do PMDB, a proposta do Senador Cyro Miranda, e eu vou inclusive ouvir o Relator da matéria e o seu autor, em atenção ao Senador Cristovam Buarque, é uma proposta que, na palavra do Senador Jucá, qualifica o debate com a oitiva da Comissão de Educação, que é uma comissão de mérito nessa matéria.

Senador Pimentel, com a palavra sobre a proposta. Estamos aqui debatendo a proposta do Senador Cyro Miranda.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, o Senado Federal terminou de aprovar o novo PNE (Plano Nacional de Educação), que V. Exª ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) –... construiu ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós, V. Exª também.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) –... uma ampla maioria para poder ser aprovado. Está na Câmara Federal. Deverá até maio...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –... E um apelo para não desfigurar o nosso PNE na Câmara, não é?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E ali, nós estamos construindo todo um processo para os próximos dez anos, que, através do sistema de compartilhamento, os Municípios têm as suas tarefas,

os Estados e a União. E, ao mesmo tempo, estamos vinculando 10% do Produto Interno Bruto para investir na educação pública brasileira.

Essa proposta precisa dialogar com o que o Congresso está aprovando sobre o PNE para os próximos dez anos.

E eu sou daqueles que entendo que é muito mais razoável que o Município administre a escola, a creche, a pré-escola, que estão na sua realidade, do que trazer tudo isso para a União, que é muito distante.

Mas esse é um debate de mérito que nós vamos fazer e de modelo. E sou daqueles que entendo que nós deveríamos, primeiro, deixar aprovar o PNE para, depois, termos uma clareza maior da gestão municipal, que, reputo, creche é muito mais fácil ser administrada pelo Município do que por aqui, por Brasília.

Mas concordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Rollemberg, depois Senador Pedro Taques e o Senador Cristovam Buarque.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Senador Vital, Senador Cyro, Senador Cristovam, autor da matéria, eu quero dizer que considero essa proposta do Senador Cristovam uma das mais inovadoras e ousadas do ponto de vista da educação.

É claro que é uma proposta também de extrema complexidade. Quero dizer, inclusive, que solicitei um estudo à Consultoria do Senado na área de educação e na área de orçamento, um estudo profundo sobre essa proposta do Senador Cristovam.

Todos nós sabemos do compromisso do Senador Cristovam Buarque, sua vida dedicada a essa causa e é uma grande autoridade no assunto. No entanto, a proposta do Senador Cyro Miranda é bastante razoável, de que essa matéria também passe pela comissão de mérito, que é a Comissão de Educação, que certamente poderá dar uma contribuição no processo de formulação do plebiscito.

Quero dizer que, no mérito, sou favorável à proposta do Senador Cristovam Buarque, mas também aprovo e apoio a proposta do Senador Cyro Miranda no sentido de que a Comissão de Educação seja ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos rapidamente.

Temos uma pauta enorme.

Senador Pedro Taques, concorda, na condição de Relator?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, aqui nós analisamos o aspecto da constitucionalidade. O mérito, eu reconheço a sua complexidade. Não é pelo fato de ser complexo que nós não vamos debater o tema.

Por isso, concordo que a Comissão de Educação seja o local mais apropriado para debater o mérito e tendo em conta até a complexidade que foi levantada na reunião passada na Comissão de Constituição e Justiça.

Não tenho objeção a isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós vamos remeter...

Senador Cristovam, V. Exª se sente atendido com a proposta do Senador Cyro Miranda?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não quero adiar nada, aqui, nesta Comissão tão importante e quero dizer que lamento perder o tempo que a gente poderia ganhar, mas que entendo perfeitamente. Jamais eu seria contra a Comissão de Educação estudar um assunto.

Eu só aproveito para dizer ao Senador Pimentel que nós não estamos pensando, com a federalização, de a gestão ser federal. O que se quer é que os recursos sejam federais.

As escolas técnicas federais, eu duvido que um prefeito não queira uma. Duvido que um prefeito não queira uma escola técnica, Senador Pimentel. Então, todos querem, mas a gestão pode ser local, sim, mas isso vamos discutir, então, no mérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica retirado de pauta...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só um minuto, deixe eu...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas é sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tem a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Como isso vai envolver custos, já que se trata de um piso uniforme nos Municípios, nos Estados, com as entidades da União, os institutos federais e as universidades, eu requeiro, também, a sua tramitação pela CAE, como fizemos com o PNE.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.. V. Exª apresentará requerimento à Mesa para tramitação junto à CAE, como o Senador Cyro vai fazê-lo junto à Comissão de Educação.

Devolvido à mesa.

Eu gostaria de registrar, para nossa satisfação, para nossa honra, a presença de ilustres autoridades que, permanentemente, estão em contato com a Comissão de Constituição e Justiça, já que por aqui tramitam to-

das as matérias referentes ao seu mundo, o mundo jurídico: o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Dr. Alexandre Camanho de Assis; o Dr. João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; a Srª Drª Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Sejam todos muito bem-vindos.

O próximo item, segundo a ordem, é o item 7, agora, porque estamos voltando, para atender aos Relatores presentes.

Item 7, página 103:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 677, de 2011
– Terminativo -

Altera os arts. 1º e 10 da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, para acrescentar exigências para a qualificação de entidades Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) nos termos das respectivas Leis.
Autoria: Pedro Taques
Relatoria: Pedro Simon
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações: – Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
– *Votação nominal.*

Ouço o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Na sessão anterior, eu tinha pedido a retirada, porque eu tenho umas modificações a comentar com o autor.

Não me foi entregue. A Comissão não me entregou, então, eu peço a retirada para poder conversar com o autor e apresentar na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não há nenhuma dificuldade, Senador Pedro Simon. Só vale esclarecer a V. Exª: eu apanhei as notas taquigráficas. V. Exª pediu o adiamento, nas notas taquigráficas, e, agora, V. Exª está pedindo a retirada para reexame, o que farei com muita honra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dr. Eduardo, esse líder é maneiro. Ninguém nota, mas ele é maneiro.

Vamos ao item 9.

Senador Presidente, um dos homens mais fortes desta República, o Senador Ciro Nogueira é o nosso Relator dessa proposta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, de 2013
– Terminativo -

Altera o art. 2º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para permitir que varas especializadas em razão da matéria com jurisdição sobre o local do dano também sejam competentes para processar e julgar as ações civis públicas.
Autoria: Pedro Taques
Relatoria: Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.
Observações: – Votação Nominal.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI) – Obrigado, Senador.

Vamos diretamente ao relatório, Sr. Presidente.

Submete-se à análise desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 472, de 2013, de autoria do nobre Senador Pedro Taques, que tem por objetivo alterar o art. 2º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a fim de atribuir competência concorrente para processar e julgar as ações civis públicas às varas especializadas em razão da matéria que detenham jurisdição sobre o local do respectivo dano. O projeto é composto de apenas dois artigos, descritos a seguir.

O art. 1º acrescenta um § 1º ao art. 2º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que renumera como § 2º seu atual parágrafo único, a fim de instituir a mencionada competência jurisdicional.

O art. 2º carreia a cláusula de vigência, estipulando que a lei porventura decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, informa-se que a matéria foi sugerida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e visa a possibilitar às varas especializadas, em razão da matéria que possuam área de jurisdição mais ampla, abrangendo outras comarcas, o processamento e julgamento de ações civis públicas, em competência concorrente ao do foro onde tenha ocorrido o respectivo dano.

O PLS nº 472, de 2014, foi distribuído exclusivamente a esta Comissão, à qual cabe decisão terminativa. Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nesta hipótese, notadamente sobre direito processual.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há o que se opor.

No concernente à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto: i) possui o atributo da generalidade; ii) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; iii) se afigura dotado de potencial coercitividade; iv) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; e v) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado.

Quanto ao mérito, revela-se digno de aplauso, pois os benefícios diretos para o Poder Público são notadamente claros. Como é cediço, para o deslinde das ações civis públicas é atribuída, atualmente, competência exclusiva ao foro do local onde ocorrer o dano.

O projeto sob exame busca atribuir competência concorrente às varas especializadas que, conquanto situadas em foro de outra comarca que não a do local do dano, sejam investidas da correspondente jurisdição. Como os servidores atuantes nessas varas – os magistrados, inclusive – já possuem a experiência e o cabedal de conhecimentos específicos indispensáveis à solução ótima da lide, tende-se a um ganho de eficiência e, por conseguinte, diminuição dos custos no processamento das ações civis públicas.

Ademais, deverá ser beneficiado também o jurisdicionado e, em última análise, a sociedade, visto que, com a alteração almejada, esperam-se prazos menos diuturnos para o processamento e a conclusão dessas ações.

No voto, Sr. Presidente, ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2013, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA (de redação) – CCJ

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2013, o vocábulo "processo" pelo vocábulo "processar".

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 9, pág. 131.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo quem queira discutir...

É terminativo. Vamos fazer votação nominal.

Como vota o Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Autor, Senador Taques, voto conhecido; é o autor do projeto.

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.)*

Senador Dornelles. (*Pausa.)*

Senador Pedro Simon, como vota V. Exª?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Cumprimentando o Relator pelo seu trabalho apresentado, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Cumprimentando o Relator, voto favorável, acompanhando o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ciro, voto conhecido, é o Relator da matéria.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.)* – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.)* – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Mais algum Senador que, estando presente, eu não chamei? (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores se podemos repetir a mesma votação? (*Pausa.*)

Não há nenhuma objeção.

Aprovados o projeto e as Emendas nº 1 e 2 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Seguindo a pauta, item 17, página 284. Dos itens anteriores não estão presentes os Relatores.

ITEM 17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, de 2005
– Não terminativo -

Altera o inciso I do art. 109, inciso VI e § 2º do art. 114 da Constituição Federal, atribuindo à Justiça do Trabalho competência para processo e julgamento de causas originadas de acidentes de trabalho por dolo ou culpa do empregador e dissídio coletivo de trabalho.

Autoria: Paulo Paim

Relatoria: Humberto Costa

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta

Sobre essa matéria, o Dr. Germano Siqueira, Vice-Presidente da Anamatra.

Com a palavra, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2005, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, que altera o inciso I do art. 109, inciso VI e § 2º do art. 114 da Constituição Federal, atribuindo à Justiça do Trabalho competência para processo e julgamento de causas originadas de acidentes de trabalho, por dolo ou culpa do empregador, e dissídios coletivos de trabalho em que sejam parte entes de direito público externo e da Administração Pública.

A justificação fundamenta-se na necessidade de ser vencida discussão sobre competências residuais da justiça comum para o tema. Dizem os subscritores que o objetivo é "...pôr cobro a uma estéril polêmica entre nossos tribunais superiores, cuja única vítima e prejudicado maior será sempre o trabalhador acidentado, pela demora no deslinde dos feitos de seu interesse. Motivados por tais conflitos de competência, é que tentamos dar aos dispositivos constitucionais em disputa a redação mais clara possível e mais afeita à intenção do Constituinte Derivado da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que, sem dúvida, foi o de ampliar o espectro de atribuições da justiça do trabalho em benefício do trabalhador brasileiro".

Em relação às mudanças na competência da justiça do trabalho, relativas ao julgamento de dissídios coletivos, os autores propõem a ampliação das atribuições da justiça especializada para incluir dissídios em que estão presentes entes de direito público externo e da Administração Pública Direta e Indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União. Fundamenta-se para tanto no princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise. Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno, compete à CCJ proferir parecer sobre esta PEC.

A iniciativa foi subscrita por mais de um terço dos membros do Senado, estando em acordo com a disposição do art. 60, I, da Constituição Federal.

Não se verifica, ademais, conflito com as cláusulas pétreas da Constituição, arroladas no art. 60, § 4º, nem a ocorrência dos impeditivos constantes dos seus §§ 1º e 5º, quais sejam, a vigência de intervenção federal, estado de emergência ou de sítio e a existência de proposta materialmente idêntica que tenha sido rejeitada ou tida prejudicada na mesma sessão legislativa.

Do ponto de vista formal, portanto, não há elementos que obstem seu processamento, devendo a análise se concentrar, assim, nos seus aspectos materiais.

Examinemos, então, o mérito da proposta de emenda à Constituição. A proposição anda bem quando supera impasse doutrinário e jurisprudencial quanto à questão dos danos morais e materiais decorrentes de acidentes de trabalho.

Objetiva-se remeter à Justiça do Trabalho todas as questões relativas aos acidentes de trabalho, em caso de dolo ou culpa do empregador. Entendemos que a Justiça especializada está mais apta a decidir e julgar essas questões, dado o seu conhecimento do contexto em que se travam as relações de trabalho. A decisão sobre um conjunto de direitos relativos ao trabalho, referentes à mesma relação, representa economia processual e evita sentenças contraditórias, que podem desacreditar a Justiça.

Do ponto de vista técnico, entretanto, parece-nos que a proposta promove certa confusão ao introduzir no texto do inciso I do art. 109 da Carta Magna, norma sobre a competência para as ações relativas ao recebimento de prestações previdenciárias.

Um pouquinho de silêncio, Sr. Presidente, porque fica difícil até de ler. Estou tentando ler rápido para a gente votar rápido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço a todos o silêncio respeitoso e necessário ao Sr. Senador e à Casa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Dada a participação do INSS nessas ações, parece-nos, no mínimo, problemática a remessa da matéria à Justiça do Trabalho. A discussão sobre benefício pode incluir a definição de qual é o benefício cabível e até o reajuste de proventos e a comprovação dos requisitos exigidos pela legislação previdenciária seriam levados a um novo Juízo. Ademais, não detectamos, na justificação da proposta, intenção do autor nesse sentido.

Então, em nosso entendimento, ao apenas excluir as ações "que visem a recebimento de prestações previdenciárias decorrentes de acidente de trabalho" da competência dos juízes federais, o texto não esclarece a quem competiria o julgamento dessas ações, quando a presença, como parte, de uma autarquia remete tais matérias exatamente à Justiça Federal e à Justiça estadual, sendo esta última competente sempre que, no foro de domicílio dos segurados e beneficiários, não tiver sede de vara do juízo federal.

O texto, então, não parece de acordo com os objetivos dos autores, restritos às questões "acidentárias" em que participam empregados e empregadores.

Por essa razão, no substitutivo que estamos propondo, excluímos a referência aos assuntos previdenciários e as referências aos acidentes de trabalho, que são remetidas para o inciso VI do art. 114 da Constituição Federal, que trata da competência da Justiça do Trabalho.

Por outro lado, consideramos imprópria a referência à atitude dolosa ou culposa do empregador, como fator necessário para definir a competência da Justiça do Trabalho. Os motivos causadores do acidentes só poderão ser averiguados no curso do processo e podem não ser visíveis de imediato.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente.

Sr. Presidente.

Não está dando para ouvir o relatório, importante relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço à segurança, aos membros da secretaria para melhorarem principalmente... A presença do ruído é nos corredores direito e esquerdo. Então, nós temos a galeria, os nossos convidados não estão emitindo nenhum sinal de ruído, mas os nossos corredores estão extremamente barulhentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Até para que, depois, não se diga que alguém votou sem ter ouvido o relatório, né, Presidente?

Os motivos causadores do acidentes só poderão ser averiguados no curso do processo e podem não ser visíveis de imediato. Também as indenizações previstas na legislação civil, com responsabilidade objetiva do empregador (Parágrafo único do art. 927 e inciso III do art. 932, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil), devem, na nossa visão, ser analisadas no âmbito do processo trabalhista.

Em suma, as ações fundamentadas em acidentes de trabalho, que não tenham natureza previdenciária, devem caber à justiça especializada.

A modificação seguinte, no §2º do art. 114 da Constituição Federal, parece-nos mais problemática. Quando os dissídios envolvem entes de direito público externo e da Administração Pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, surgem questões orçamentárias, de responsabilidade fiscal e de planos de carreira que a Justiça do Trabalho não está, em nosso entendimento, em condições de avaliar e julgar.

Os conflitos seriam inevitáveis, e a separação entre os Poderes, constitucionalmente fixada, não seria respeitada. Imagine-se um juiz do trabalho concedendo "medida liminar ou antecipação de tutela" para conceder aumentos salariais para determinadas categorias profissionais de trabalhadores ligados aos Municípios, por exemplo. Isso inviabilizaria qualquer planejamento administrativo, pois o Poder Executivo poderia ser surpreendido, a qualquer momento, com concessões do Poder Judiciário, mesmo que justas, mas inviáveis do ponto de vista da responsabilidade fiscal e dos limites orçamentários.

Com base nessa análise, optamos por apresentar substitutivo que se concentra nos objetivos mais claros e meritórios dos proponentes. Também julgamos desnecessária a referência explícita ao inciso XXVIII do art. 7º, nas modificações introduzidas no inciso VI do art. 114, todos da Carta Magna.

Voto.

Por todo o exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2005, na forma do substitutivo que apresentamos a seguir.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Vamos passar à discussão.

Antes disso, registro, para nossa satisfação, a presença de dignos representantes do Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, a Casa dos grandes debates: o seu Presidente, Raul Carrion; o seu Vice-Presidente, Francisco José Moesch; o Sr. Deputado Gilmar Sossella. Sejam todos muito bem-vindos!

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Vital do Rêgo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Pedro Taques e o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu, como autor da proposta que fortalece a Justiça do Trabalho e que, ao mesmo tempo, visa a aprimorar, pelo relatório sempre brilhante do Senador Humberto Costa, a forma de julgar os acidentes de trabalho, abro mão da minha fala. Apoio o substitutivo. E gostaríamos muito de ver votada, em seguida, aqui, a questão da renegociação das dívidas dos Estados. Fico com o Humberto!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.!

Com a palavra, o Senador Pedro Taques e, depois, o Senador Pimentel.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, quero manifestar apoiamento à proposta e ao relatório muito bem feito pelo Senador Humberto Costa, inclusive trazendo posições do Supremo Tribunal Federal, ao afastar a possibilidade de a Justiça do Trabalho julgar demandas individuais do regime estatutário, em razão da sua complexidade, como bem disse aqui o Senador Humberto Costa.

Agora, só tenho uma dúvida. Eu não encontrei no relatório a justificativa para a alteração do art. 109, §3º, da Constituição. Fiquei em dúvida a respeito desse ponto. Por quê? O texto propõe alteração do §3º do art. 109, Senador Humberto, com a seguinte redação: "As causas de competência da Justiça Federal poderão ser processadas e julgadas na Justiça Estadual [é o princípio da delegação], quando a comarca não for sede de vara do juízo federal, nos termos da lei." Atualmente, a Constituição, no §3º do art. 109, não exige lei, e estamos fazendo uma alteração significativa aqui. Eu gostaria só, se fosse o caso, que fosse dado um esclarecimento.

Concordo inteiramente que temos de aprovar a matéria, pois melhora a competência da Justiça do Trabalho. A alteração do art. 114 é necessária. Concordo com isso, mas tenho uma dúvida aqui e gostaria, se fosse o caso, de vê-la esclarecida, senão vou pedir vista, Sr. Presidente, porque não estou consciente ainda para votar essa alteração no §3º do art. 109.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A matéria estava em discussão. Há o pedido do Senador Pedro Taques. O Senador Pedro Taques pediu vista da matéria? (*Pausa.*)

Não? Desculpe-me!

Então, a matéria continua em discussão.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu também tenho algumas preocupações. A primeira delas é no sentido da positividade dessa emenda, que traz para a Justiça do Trabalho, para a Justiça Federal como um todo, essas demandas. Isso tem mérito, porque facilita para o trabalhador fazer a sua defesa e, consequentemente, para o Estado ter segurança na tramitação desses projetos e desses processos. No entanto, no que diz respeito ao §3º do art. 109 aqui proposto, a jurisdição da Vara Federal já é prevista em lei, ou seja, tem uma abrangência maior do que a sede, onde a Vara Federal está instalada. Aqui, na redação, dá a entender que a jurisdição da Vara Federal é apenas na sede do Município, que é a chamada comarca, e não a jurisdição prevista atualmente na legislação, que chega a um raio de até, parece, 100km. Há uma questão mais ampla.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – V. Exª me permite?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – A Lei nº 5.010, de 1966, não fala em comarcas na Justiça Federal. Na Justiça Federal, a divisão territorial é seção judiciária/subseção judiciária, diferentemente de comarca.

Então, penso que o Senador Humberto Costa levou em conta essa preocupação. Não existe comarca na Justiça Federal. Comarca é uma discussão da divisão territorial da Justiça Estadual.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas aqui está: "quando a comarca não for sede na Vara da Justiça Federal". Só que a jurisdição da Vara da Justiça Federal extrapola em algumas situações a abrangência do Município, que é a comarca.

Por isso sou daqueles que entendem que nós precisávamos explicitar melhor esse item, até porque nós tivemos a interiorização da Justiça Federal, e hoje ela tem uma presença muito maior. Isso dá mais tranquilidade para as partes no julgamento dessas ações.

Segunda questão. Passamos a ter, a partir de 2009, um conjunto de ações de regresso sobre o mundo da acidentalidade. Até 2009, embora a legislação previsse a regressividade para aquele que causou dano no acidente do trabalho, basicamente a União não fazia uso desse instrumento. A partir de 2009, quando nós implantamos o FAP (Fator Acidentário de Prevenção), ali nós analisamos cada CNPJ, ou seja, empresa por empresa, e resolvemos premiar as empresas que diminuem a acidentalidade, porque, na visão do Governo Federal, o importante é a saúde do trabalhador, e não o dano eventualmente causado. Portanto, alteramos profundamente o conceito de punibilidade para o empregador que causa acidentes do trabalho. A partir dali, resolvemos conceder, no mínimo, 50% na redução do seu SAT (Seguro Acidente de Trabalho), para aquele CNPJ que diminuiu a acidentalidade. Tivemos um êxito muito importante, a partir dali, no que diz respeito, dentro da empresa, ao chamado "chão de fábrica". No entanto, há a acidentalidade de percurso, que é o deslocamento do trabalhador, da sua casa para o trabalho e do trabalho para sua casa.

Aqui há uma questão sobre a qual vamos precisar nos debruçar por conta da mobilidade urbana, por conta do aumento do acidente de percurso. Precisamos saber que tratamento vamos dar para diferenciar do acidente praticado dentro da empresa ou no seu, que chamamos, canteiro de obras, no caso das construtoras, e no chão de fábrica, no caso da indústria.

Por isso quero acompanhar o nosso Senador Pedro Taques no sentido de que pudéssemos explicitar mais o §3º para evitar que a matéria vá ao plenário e depois volte aqui através de emenda. Por isso, se o Pedro mantiver a vista, quero também pedir vista coletiva.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me.

Esse tema nós precisamos aprovar. Concordo com a aprovação desde que pudéssemos fazer uma emenda de redação ao §3º do art. 109, sob pena...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Podemos fazer, Pimentel, podemos fazer um artigo porque V. Exª tem razão na questão da comarca e da seção. Podemos aprovar e fazer uma emenda de redação no plenário?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Podemos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está feito o acordo. Vamos aprovar e fazer uma emenda de redação no plenário.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O autor e o relator agradecem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1.

A matéria vai ao plenário, com um adendo. Nós vamos fazer uma emenda de redação no plenário para elucidar essa questão da comarca e da seção.

Houve uma permita entre o Senador Ciro Nogueira e o Senador Cícero Lucena.

Vamos ler inicialmente o item 18.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 18, página 302:

ITEM 18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio.
Autoria: Esperidião Amin
Relatoria: Cícero Lucena
Relatório: Pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e, no mérito, favorável ao Projeto e às Emendas nº 1 e 2.
Observações: – Em 14/05/2013, foram apresentadas as emendas de nºs 1 e 2, de autoria do Senador Eduardo Suplicy;
– A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao meu colega paraibano, Senador Cícero Lucena, para proferir seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado, Presidente.

Relatório.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 8, de 2013, que altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a isenção de cobrança de pedágio.

O PLC insere na Lei nº 9.277, de 1996, um art. 4º-A, cujo *caput* isenta do pagamento de tarifa de pedágio o veículo cujo proprietário possua residência permanente ou exerça atividade profissional permanente no Município em que esteja localizada a praça de cobrança de pedágio.

Os §§1º e 2º do art. 4º-A remetem ao regulamento a especificação do procedimento para se conseguir a isenção, que ficará condicionada ao cadastramento periódico dos proprietários dos veículos.

Já os demais parágrafos dispõem sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, caso a exploração da rodovia tenha sido concedida. Nesse caso, o concessionário poderá reclamar o reajuste da tarifa, o que será decidido pelo poder concedente.

Já o art. 3º do PLC determina que, a partir da entrada em vigor da nova lei, o reajuste será realizado automaticamente no primeiro dia do ano seguinte, de modo a cobrir o percentual de isenções concedidas em relação ao total de veículos do ano anterior. O cálculo, a partir daí, será refeito a cada ano, ou a critério do concessionário, em acordo celebrado com o poder concedente.

O PLC obteve, na Câmara dos Deputados, parecer favorável em todas as comissões pelas quais tramitou, a saber: Comissão de Viação e Transportes, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovado na Câmara dos Deputados, foi remetido ao Senado Federal, nos termos do art. 65, *caput*, da Constituição Federal, e distribuído à CCJ e às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos.

Na CCJ, foram apresentadas duas emendas, ambas de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que visam a ampliar a isenção, atingindo, também, pessoas matriculadas em cursos de instituição de ensino superior regular situada no Município em que está localizada a praça do pedágio.

Análise

Nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

Do ponto de vista constitucional, não há qualquer vício que impeça a aprovação do PLC.

Com efeito, a União possui competência para legislar sobre o tema, pois se trata de regulamentar a gestão da cobrança de taxas pela utilização de rodovias federais cuja administração é delegada a Estados e Municípios. Logo, a União possui competência para determinar os parâmetros de definição da hipótese de incidência do tributo.

A iniciativa da proposição também não apresenta qualquer nulidade. Com efeito, trata-se de projeto de autoria de Parlamentar que busca dar isenção de tributo (taxa).

Sobre o tema, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece que não existe qualquer vício de iniciativa, uma vez que a propositura de projetos de lei acerca de tributos da União não é privativa do Executivo (STF, Pleno, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello).

Em termos regimentais, a proposição foi encaminhada às comissões competentes para emitir parecer sobre a matéria, e recebeu emendas, perante a CCJ, de forma tempestiva.

Por fim, não verificamos defeitos de técnica legislativa no projeto, o que permite concluir pela sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

No tocante às emendas apresentadas, por estarem imbuídas de intenção mais do que nobre, consideramos que devem ser aprovadas.

A ampliação da regra de isenção, incluindo, no rol dos beneficiados pela isenção proposta, os estudantes matriculados em instituição regular de ensino superior, nas mesmas condições já estabelecidas pela proposição nos casos dos que "possuam residência permanente ou exerçam atividades profissionais permanentes no Município em que se localiza praça de cobrança de pedágio".

Trata-se de medida justa e necessária, uma vez que, não havendo instituições de ensino superior em todos os Municípios, muitos alunos matriculam-se em localidades lindeiras, arcando injustamente com o pagamento diário de elevadas tarifas de pedágio.

Este é o voto, Sr. Presidente: por todo o exposto, em razão da constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade do PLC nº 8, de 2013, votamos pela sua aprovação e pela aprovação das Emendas nº 1 e 2-CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Srªs e Srs. Senadores, oferecido o parecer, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, para pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Pede vista o Senador Eduardo Braga.

Concedida.

Em face da chegada dos autores dos relatórios dos terminativos, vamos passar ao item 5:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, de 2007
– Terminativo -

Altera a redação do art. 9° da Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para dispor sobre a exoneração de seus dirigentes.

Autoria: Jayme Campos.

Relatoria: Luiz Henrique.

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto e, no mérito, pela sua aprovação.

Observações: – Em 12/02/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;
– *Votação nominal.*

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação, concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, para as suas considerações finais, se assim desejar. O Senador Luiz Henrique deseja fazer alguma consideração? (*Pausa.*)

O parecer já foi lido. Vamos colocar em discussão a matéria.

Senador Alvaro Dias, pelo tempo regimental.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero destacar a importância de projetos dessa natureza e destacar também a importância deste projeto do Senador Jayme Campos, que diz respeito às agências reguladoras.

Isso se evidencia diante do crescimento com burocracia e decrescente retorno à sociedade.

As agências reguladoras têm sido questionadas. Elas têm sido denunciadas em razão do seu aparelhamento, e o retorno a favor da sociedade tem sido, realmente, tímido.

É por essa razão que a proposta do Senador Jayme Campos, que obtém o parecer favorável do Senador Luiz Henrique, merece a consideração e aprovação desta Comissão.

A agência reguladora cumpre uma tarefa de grande relevância, pois a sua função é essencialmente técnica – deve ser essencialmente técnica – e a sua estrutura é constituída de tal forma a se evitar ingerências políticas na sua direção.

As principais atribuições das agências reguladoras são conhecidas e é notório que essas agências se transformaram num espaço preferencial de indicações políticas para os partidos, não apenas a cargos de direção. O loteamento ocorre também em postos do segundo e terceiro escalões. As dez agências de controle e fiscalização têm hoje mais de três mil vagas de livre nomeação, parte preenchida por servidores de carreira, mas aproximadamente 600 ocupadas por escolhas políticas, sem que o funcionário, muitas vezes, designado para desempenhar a função técnica tenha sido triado em concurso público.

Portanto, é a substituição da qualificação técnica pelo interesse político-partidário.

De 2011 para 2012 a taxa de ocupação das vagas comissionadas nas agências cresceu quase 30%. No mesmo período, foram criados mais de 70 novos postos ocupados por meio de livre nomeação. Para a criação de um novo cargo comissionado, o diretor da instituição interessada deve apresentar a demanda ao Planejamento. Caso o Governo concorde, a Presidência envia o pedido ao Congresso, que decide se atende à reivindicação. [...]

O atual modelo facilita [enormemente as] relações de compadrio entre trabalhadores e políticos. [Todos devem se recordar do escândalo que envolveu os irmãos Paulo e Rubens Vieira.] Eles chegaram à diretoria da Agência Nacional de Águas e da Agência Nacional de Aviação Civil, respectivamente, por meio da indicação política da ex-chefe de Gabinete do escritório da Presidência em São Paulo [...]. Os três foram exonerados após indícios de que estavam usando os cargos para fazer negócios privados.

Os cargos comissionados também são usados como porta giratória quando funcionários de empresas privadas assumem postos nas agências e depois retornam para as empresas que regulavam.

Recordo, por exemplo, José Gonçalves Neto, que assumiu a Vice-Presidência para assuntos regulatórios da GVT uma semana depois de ter deixado a Anatel.

Portanto, essa regulamentação é imprescindível.

O especialista, pós-doutor em Administração Pública e professor de Direito Administrativo da Fundação Getúlio Vargas, Sérgio Guerra, destaca que:

O assunto é relevante. As agências estão presentes em setores de peso: telecomunicações, energia elétrica, infraestrutura aeroportuária e portuária, aviação civil, etc. Foram criadas para serem autônomas e independentes. Estruturadas para contribuir na estabilização do mercado e dar segurança jurídica na atração e manutenção de investimentos privados, sobretudo estrangeiro.

E o professor alerta:

O governo tem agido na contramão. Contingencia recursos e reparte o comando das agências entre partidos políticos da base governamental. [...]

Todas as agências devem ter um conselho consultivo ativo, composto de pessoas de notório reconhecimento público no setor regulado. É preciso garantir recursos financeiros, sem a possibilidade de contingenciamento paralisante. O conselho deve ter a missão de defender o orçamento da agência junto ao poder público central. O orçamento deve ser segregado, constituindo unidade orçamentária autônoma.

O preenchimento dos cargos de direção da agência deve vir do mercado. A identificação dos diretores deve ser feita pelo conselho consultivo ou por meio de um "Comitê de Busca", formado por personalidades de notório reconhecimento público.

A "busca" deve ser transparente. Por editais públicos de chamadas de candidaturas, amplamente divulgados. O ideal é identificar pessoas capazes dentre integrantes da esfera pública, da comunidade científica e tecnológica e do meio empresarial. Nesse modelo poderão se candidatar aqueles com formação acadêmica e atuação profissional comprovada, no setor público ou privado.

Finalizo, Sr. Presidente

A exigência do projeto do Senador Jayme Campos, qual seja, a de que os dirigentes dessas entidades tenham pelo menos dez anos de experiência e formação acadêmica compatível com o cargo é uma iniciativa meritória.

Portanto, o apoio do nosso Partido ao projeto do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, é preciso dizer que quando as agências reguladoras foram constituídas e foram constituídas no Governo do Presidente Fernando Henrique e, portanto, sob articulação do PSDB, elas foram constituídas exatamente para que pudessem ter mandatos. E como agências independentes com mandatos, pudessem ter absoluta autonomia e independência para regular os determinados setores.

Creio, Sr. Presidente, que o atual projeto de lei apresentado pelo eminente e competente Senador Jayme Campos é, na realidade, inconstitucional, porque, em primeiro lugar, padece de vício de iniciativa, pois a organização administrativa, especialmente no que tange ao provimento de cargos, está incluída entre a competência exclusiva do Presidente da República. Segundo, é preciso, portanto, verificar os impedimentos dos membros do Senado para legislar sobre o tema proposto.

O §1º do art. 61 combinado com os incisos XIV e XXV do art. 84 da Constituição Federal de 1988 estabelecem ser competência privativa do Presidente da República prover os cargos públicos e nomear os seguintes servidores, incluindo os dirigentes das agências reguladoras, segundo a lei de sua criação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu já fiz uma, duas, três solicitações. Vou pedir que a Secretaria deixe apenas junto aos corredores os assessores parlamentares, por favor. Junto aos corredores, somente os assessores parlamentares, pois só assim nós teremos condições de levar adiante esta reunião. O barulho está ensurdecedor e nós não temos condições de continuar. Peço à Secretaria para tomar as providências necessárias. Somente os assessores parlamentares que devem se encontrar nos corredores direito e esquerdo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, quero confessar que eu estava em pé conversando com a Senadora Ana Amélia. Então, somos cúmplices nesse malfeito. Estávamos conversando, confesso isto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço também aos Parlamentares, como o Senador Pedro Taques colocou com tanta seriedade e honestidade, para que nós tenhamos o mínimo de silêncio na Casa. Obrigado, Ana.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Agradecendo a providencial intervenção do Sr. Presidente, continuo o relatório que reputo de uma matéria importante. Estamos tratando das agências reguladores que tratam de políticas públicas importantes em setores importantes da nossa economia.

Considerando, continuo aqui na minha argumentação, Sr. Presidente, que o ato de exoneração por simetria de atos dá-se da mesma forma que o ato de provimento, conclui-se que o prosseguimento do feito ofenderia o princípio republicano, segundo o qual o sistema federativo de Estado pode ser dividido em poderes independentes e harmônicos entre si. Ademais, entende-se que também há violação do princípio de separação de poderes, segundo o qual as funções constitucionais de cada esfera de poder da União não podem ser delegadas ou usurpadas uma das outras e pelas outras.

O resultado inevitável da aprovação do projeto de lei em comento seria uma legislação eivada de inconstitucionalidade porque atentatória aos fundamentos do Estado democrático de direito instituído no País.

Com efeito, há de se fazer distinção entre a exoneração tratada no presente projeto de lei e a demissão. Tanto a exoneração como a demissão são atos administrativos que ensejam a vacância do cargo público. Inclusive no caso citado ainda há pouco a respeito de dois cidadãos, aconteceu exatamente isto: a demissão deles. No entanto, a demissão é um ato de caráter punitivo, representando uma penalidade aplicada em razão de falta funcional grave, Sr. Presidente. A demissão deve obedecer ao princípio de legalidade e de anterioridade, segundo os quais a pena deverá ser prevista em lei geral e abstrata, promulgada anteriormente à data do fato apurado. Já a exoneração é a dispensa do servidor por interesse deste ou da administração, livre de qualquer conotação punitiva.

Em conclusão, é importante ressaltar que o projeto de lei de iniciativa do Senado, ao tratar da exoneração dos dirigentes das agências reguladoras, invade a competência funcional do Poder Executivo e, dessa forma, ofende o princípio republicano. Ainda que falasse em hipótese de perda de mandato, como é feito na pena de demissão, em vez de o ato de exoneração, a proposição violaria princípios constitucionais de grande importância, os quais constituem verdadeiras conquistas de um Estado Democrático de Direito.

Eu ouço o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Presidente, Senador Braga, este projeto busca alterar a Lei 9.986. Uma única pergunta: a Lei 9.986 foi de iniciativa parlamentar ou de iniciativa do Poder Executivo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Executivo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito bem. Se for de iniciativa do Poder Executivo, significa dizer que o Parlamentar não pode apresentar projeto para alterá-la.

Então, quero render homenagens ao Senador Jayme Campos. O mérito é excelente. Concordo com o mérito deste projeto. Quero render homenagens ao Relator. No entanto, o art. 61 da Constituição, §1º, precisa ser respeitado. Penso que seja inconstitucional. Concordo inteiramente com o que V. Exª disse. Até precisamos, sim, debater as agências reguladoras, mas nós não podemos ofender a Constituição.

Já abro mão da minha fala e concordo com o que V. Exª disse.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Portanto, Sr. Presidente, iniciei a argumentação exatamente pelo vício de iniciativa. Reconheço que é meritório o debate. Reconheço que é importante o debate. Mas este projeto, com todo o respeito ao Senador Jayme Campos e ao Senador Luiz Henrique, é um projeto que tem vício de iniciativa, quebra de equilíbrio republicano e desrespeito a outros artigos da Constituição. Portanto, consideramo-lo inconstitucional, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encerrado o período de discussão. Vamos ao voto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Luiz Henrique, como Relator, tem preferência no debate. Ouço V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Após eu ter apresentado o relatório, eu recebi um pedido da Anac para adiar por uma semana este projeto para que eles fizessem ponderações a respeito. Essas ponderações não vieram e eu tive a maior boa vontade no sentido de adiar para saber quais eram as restrições que a Anac teria a respeito. Elas não foram apresentadas. Eu mantenho o meu parecer, respeitando as opiniões sobre a inconstitucionalidade do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

Eu quero registrar a presença do Deputado Renato Hinnig, Deputado Estadual pelo Estado de Santa Catarina, homenagem ao Senador Luiz Henrique, companheiro do Senador.

Como vota Senador José Pimentel? (*Pausa*.)

Senadora Gleisi.

O voto do Relator é pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Não, eu voto contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Contrário ao voto do Relator.

Senador Pedro Taques

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Presidente, favorável ao Relator, que é um grande brasileiro, e contrário ao seu voto.

Inácio Arruda

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o voto do Relator.

O Senador Luiz Henrique é tão querido que a gente tem que retirar a personificação do seu voto. É o voto do Relator.

Senador Randolfe Rodrigues

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O voto do Relator é pela inconstitucionalidade?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela constitucionalidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Voto pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela inconstitucionalidade. Senador contra o voto do Relator, "não".

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, também voto com o Senador Eduardo Braga, respeitando o Relator, mas, hoje, voto de acordo com a avaliação tão adequada feita pelo Senador Pedro Taques. Pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Não".

Senador Eduardo Braga, "não", já se posicionou.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator, "sim".

Senador Luiz Henrique, voto vencido, "sim".

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Acompanha o Relator, "sim".

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Voto conhecido pela sua exposição, "sim".

Senador Aloysio. (*Pausa*.) Estava aqui agora há pouco.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Não", diverge do Relator.

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em solidariedade, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Não está.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com todo o respeito ao Relator, a quem admiro muito, mas, infelizmente, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Bauer. (*Pausa.*)

Não está aí.

Senador Cyro Miranda. (*Pausa.*)

Também não se encontra.

Vamos ao resultado. (*Pausa.*)

Oito "NÃO", sete "SIM". Rejeitado o relatório.

Designo o Senador Eduardo Braga para relatar o vencido.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Luiz Henrique, sua palavra pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, encontra-se aqui no plenário, o Presidente, aliás, o Coordenador do Confaz, que é o Secretário da Fazenda do Pará, Dr. José Barroso Tostes Neto, acompanhado de vários Secretários da Fazenda dos nossos Estados. S. Exª me apresentou, hoje de manhã, um ofício da Secretaria Executiva do Confaz, ao qual gostaria de pedir a atenção de todos os Srs. Senadores presentes a esta reunião.

Assunto: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 99, de 2013, Complementar, que dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios.

Exmo Senador, vimos à presença de V. Exª, para, respeitosamente, apresentar o posicionamento dos Secretários Estaduais da Fazenda, Receita e Finanças abaixo assinados, acerca do referido projeto sob exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que tem como objetivo promover alterações dos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre União, Estados e Municípios. Cabe destacar os seguintes pontos:

> *1. Tem o nosso total apoio o texto do projeto nos termos em que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, tal como propostos nos relatórios apresentados por V. Exª nas Comissões do Senado.*
> *2. Somos favoráveis à tramitação de projetos distintos para tratar, cada qual, primeiro, das questões relacionadas à dívida dos Estados e Municípios; segundo, dos benefícios fiscais concedidos unilateralmente pelos Estados em operações sujeitas ao ICMS.*
> *3. Entendemos, ainda, que melhor seria o encaminhamento do segundo tema, ou seja, o tratamento dos benefícios fiscais do ICMS, que estivesse inserido em um projeto mais amplo de reforma do ICMS.*

O Confaz permanecerá à disposição de V. Exª para o que se fizer necessário.

Hoje, pela manhã, Sr. Presidente, acompanhados pelo Coordenador do Confaz, o Secretário José Barroso Tostes Neto, estiveram em meu Gabinete, vários Secretários da Fazenda, os quais concordaram em estabelecer um procedimento definitivo, improrrogável para a deliberação das emendas apresentadas pelo ilustre Senador Randolfe Rodrigues. Esse entendimento foi feito entre os Secretários, o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, e o Chefe da Casa Civil, Ministro Aloizio Mercadante. E o entendimento se configura na apresentação do requerimento que passo a ler.

Requeremos, nos termos do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o estudo das Emendas de Plenário nºs 6, 7 e 8 ao PLC nº 99, de 2013, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida, celebrados entre União, Estados e Municípios, e dá outras providências, seja realizado em reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Assuntos Econômicos, no próximo dia 9 de abril de 2014.

Sr. Presidente, o Governo havia concordado em que essa reunião conjunta se operasse no próximo dia 2, mas há impedimento regimental a isso. O requerimento, que é assinado por mim, pelo Líder do Governo, Senador Eduardo Braga e pelo Líder José Pimentel, terá que ser aprovado na próxima quarta-feira. Na próxima terça-feira, apresentaremos, com as mesmas assinaturas, na Comissão de Assuntos Econômicos, para que seja aprovado na terça-feira, dia 8, e, assim, dia 9, teremos condições regimentais de deliberar sobre a matéria. A matéria tem acordo entre os Governadores e a União para, definitivamente e improrrogavelmente, ser deliberada no próximo dia 9.

É o requerimento que apresento a V. Exª, solicitando que, no dia 9, e esse também é o espírito do requerimento, essa matéria conste como primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O requerimento deverá ser encaminhado à Secretaria para a votação no próximo dia 2, porque o requerimento entra numa reunião, é votado na outra e...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Presidente Vital.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –Líder Eunício; depois, Senador Simon; depois, Senador Paim.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Há um item na pauta, do qual sou Relator, que tem uma emenda. E, como eu quero dar parecer a ela, eu pediria a V. Exª, se puder, já que existe um compromisso do primeiro item da pauta, que ele voltasse, na próxima quarta-feira, como segundo item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V. Exª.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, com a palavra, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu felicito o Senador Luiz Henrique ao mesmo tempo em que me solidarizo com ele na cruz que está carregando como Relator deste projeto. Na verdade, na verdade, custa acreditar que estejamos levando uma matéria como essa desta maneira, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, ouvi o Senador Luiz Henrique dizer – ele diz com convicção; e acredito nele – que, impreterivelmente, será votado, porque há um compromisso. Essa, infelizmente, meu querido, é uma frase desmoralizada neste Congresso, porque o impreterivelmente, há compromisso, tal dia vai ser votado é de mentirinha, não é para cumprir. Eu não me refiro a V. Exª, Senador Luiz Henrique. Eu me refiro ao Governo e às Lideranças do Governo.

Essa matéria já está resolvida, Sr. Presidente. Até ontem se dizia que tinha que esperar a decisão internacional com relação a como eles veem as contas do Brasil, que a aprovação dessa matéria poderia resultar num rebaixamento do credenciamento do Brasil com uma determinada instituição. Isso aconteceu. E o Brasil responde – e acho que responde bem – que isso que aconteceu não merece credibilidade tão séria.

Agora, o que está acontecendo... Estão aqui presentes o Presidente da Assembleia, uma comissão de Parlamentares da Assembleia do Rio Grande do Sul, representantes de várias Assembleias, e, mais uma vez, fazer uma prorrogação! Agora, já é para o dia 8, para o dia 9.

Sinceramente, se tiver que votar – perdoe-me, Senador Luiz Henrique –, eu voto contra o adiamento e a favor de votar o requerimento de V. Exª como V. Exª fez. V. Exª fez um estudo depois de amplo debate com todos, depois de ampla discussão com todos, depois de um acordo da Presidência da República com a Bancada, com o Congresso e com o Senado. Eu, sinceramente, voto para que a votação seja feita hoje nos termos do relatório do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, entendendo e sendo solidário com a indignação do Senador Pedro Simon, porque temos demonstrado no plenário, praticamente todos os dias: o acordo de dezembro, o acordo de fevereiro, o acordo, eu já diria, de março e, agora, o acordo de abril.

Mas, Sr. Presidente, eu recebi uma ligação da parte do Governador Tarso Genro e do Secretário da Fazenda dizendo que estamos naquele princípio de que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Eu estou acostumado, nesta Casa, a trabalhar em cima de projetos que demoraram até 20 anos. Eu acredito que este nós votamos este ano. E foi assim com a PEC Paralela há quase um ano: acordo firmado, datas marcadas, todo mês, todo ano, até que um dia aprovei.

Eu estou convicto de que vamos aprovar este projeto este ano. Eu estou acreditando, Senador Luiz Henrique, muito, muito na sua palavra, no seu poder de convencimento. E, agora, entrou também na área o Ministro Aloizio Mercadante, que pediu que adiássemos para o dia 9.

Por isso, eu vou acompanhar o Relator pela aprovação do requerimento, nos moldes propostos, desde que, como ele disse muito bem, junto com o nosso Líder do Governo, seja uma reunião conjunta no dia 9.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio, Senador Eduardo, nós vamos falar, pela ordem, rapidamente, até porque o Senador Relator já retirou de pauta o seu parecer e propôs o requerimento em conjunto com o Senador Eduardo. É matéria vencida. Nós precisamos avançar com a pauta. Portanto, Senador Inácio com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Nós assumimos esse compromisso aqui com a nossa Comissão, em relação à dívida dos Estados. Mas quero sempre registrar que vamos acompanhar o acordo, não há dúvida, que protege não só o Rio Grande do Sul, mas outros Estados brasileiros, mas é bom registrar para todos que estão aqui a questão que fez parte desse conjunto de ações, que foi o problema do comércio eletrônico. Está na Câmara. Estamos lutando para que esse projeto seja aprovado este ano também. É muito importante para nós, no Nordeste inteiro, no Norte, no Centro-Oeste e até digo para o Sul do País. Então, é um compromisso que queremos que seja feito coletivamente.

Não tenho nenhum problema: defendo o Rio Grande do Sul, defendo os outros Estados.

Registro aqui a presença, mais uma vez, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e agradeço a acolhida que tivemos recentemente num debate do Senado, lá na Assembleia Legislativa, em relação à questão da reforma urbana. Raul Carrion, Mainardi, a Unale, que está aqui. Estamos de acordo com todos. Agora precisamos votar a questão do comércio eletrônico do Senador Luiz Henrique. É um problema de compromisso. Acho que os cabelos do bigode de V. Exª e o nosso aqui têm que ser respeitados.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O projeto original é de minha autoria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro! Por isso mesmo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não há nada mais importante e mais justo para os Estados do que aprovar esse projeto de lei.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não tenho dúvida. Estou de acordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Inácio.

Senador Eduardo Braga, para continuarmos a pauta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para deixar claro, inclusive aos ouvintes, aos telespectadores essa questão e essa matéria que, como disse o Senador Luiz Henrique, é extremamente importante para vários Estados.

Mas muito bem lembrado pelo Senador Inácio Arruda: estamos ainda diante de questões federativas tão importantes quanto à questão do indexador da dívida para outros Estados, que não o Estado de São Paulo. É o caso, por exemplo, do comércio eletrônico e o compartilhamento do ICMS do comércio eletrônico.

Os Estados estão sendo penalizados de uma receita, que é sua. Houve um acordo aqui no Senado envolvendo todas as Bancadas, envolvendo os secretários, e lamentavelmente isso encontra-se parado na Câmara dos Deputados.

Outra questão, Sr. Presidente, que é importante também abordar: houve um entendimento a respeito da convalidação e da remissão dos incentivos dos Estados, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal. Esse acordo permeou Estados do Nordeste, Estados do Centro-Oeste.

Portanto, compreendemos a ação movida pelos Estados, pelos seus secretários e pelo Confaz, respeitamos, tanto é que subscrevemos o requerimento, mas queremos dizer que há um movimento de vários Senadores para manter um entendimento com um novo projeto de lei com relação à convalidação e à remissão desses créditos, Sr. Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi, Senadora Lúcia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Braga por levantar essa questão. Realmente houve um acordo. Nós respeitamos a posição do Confaz. No entanto, aceitamos a ideia de fazer um projeto que poderia correr paralelamente a esse, mas precisamos do compromisso de V. Exª no sentido de colocar em votação, no mesmo dia em que se colocará a dívida, esse projeto de lei complementar que vamos apresentar, convalidando os incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia, estou carregando no leito do entendimento feito há alguns meses todos os compromissos. Estou cumprindo todos os compromissos. Aqui, quando foram feitos acordos anteriores, Senador Luiz Henrique, Senador Eduardo Braga, pautei imediatamente a matéria. Estou no leito desses entendimentos. Espero que a gente possa ultimá-los dentro desse prazo mínimo necessário.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, não é importante apenas resgatar um pouco a origem dessa matéria.

Na realidade, esse projeto está sendo tratado separada e individualmente e sobre ele está sendo tratado separadamente, individualmente, e sobre ele pesa uma série de alegações de acordos do Governo, do Poder Executivo com esta Casa para votação, mas acho que seria bom que a Casa lembrasse que este projeto faz parte de um pacote que foi discutido com o Poder Executivo e que, entre outros projetos tinha, inclusive, o Projeto de Resolução nº 1, que era a unificação da alíquota do ICMS, e também a MP nº 599, criando o fundo de compensação de perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas do ICMS e instituindo o Fundo de Desenvolvimento Regional.

O Congresso Nacional não votou essas matérias. Teve uma votação, em maio, na CAE, do parecer do Senador Delcídio sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2013. Isso não prosperou. Cinco requerimentos foram apresentados e ainda devem ser votados.

Então, eu gostaria de deixar claro aqui que não é apenas uma questão de acordos, Senador Paim, feitos pelo Poder Executivo ou pelo Governo que não estão sendo cumpridos. Tinha também, digamos assim, um acordo ou um compromisso do Congresso Nacional de votar outras matérias que faziam parte desse conjunto complexo de intervenções em relação à Federação, aos Estados e à União. Quero deixar isso claro.

Acho que o que o Senador Luiz Henrique encaminhou com o Governo, para que tenhamos tempo de votar, tem que ser votado. Mas, no momento da discussão desse projeto, no dia 9, quero fazer uma discussão de conteúdo e também da responsabilidade que este Congresso tem, que esta Comissão tem, que o Senado da República tem em dar uma resposta ao País e à boa harmonia das relações federativas em relação à unificação da alíquota do ICMS, também em relação ao fundo de compensação e em relação ao projeto de comércio eletrônico. Penso que nós temos que dar uma solução conjunta a todas essas situações, sob pena de nós não conseguirmos resolver um problema que é complexo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Gleisi.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu ia passar para o Senador Benedito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se V. Exª... (*Pausa.*)

Eu apenas quero dizer que estou de pleno acordo com o requerimento apresentado pelo Senador Luiz Henrique, que contém o apoio de todos os Líderes, e solidário também com as palavras de V. Exª, do Senador Pedro Simon, da Senadora Ana Amélia. Avalio que, inclusive para o Estado de São Paulo e o seu Município, também será importante a votação dessa matéria, prevista agora para o próximo dia 9, de maneira definitiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador.

Eu entendi que todos os que falaram aqui defenderam a aprovação no dia 9, inclusive a Senadora Gleisi. (*Risos.*)

É só para brincar!

ITEM 21

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, de 2013
– Não terminativo -

Acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.
Autoria: Senador Gim
Relatoria: Vital do Rêgo

Senador Vital do Rêgo com a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes, em respeito ao Senador Humberto Costa, que levantou esta matéria, Srªs e Srs. Senadores, eu quero dizer que, ao longo desses últimos anos, esta Comissão e o Senado Federal receberam a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, do Senador Gilvan Borges, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, do Senador Gilvan Borges, tratando de valorização da carreira por tempo de serviço, e, por fim uma proposta de emenda à Constituição do Senador Gim, de nº 63, e uma proposta de emenda à Constituição do Senador Humberto Costa, de nº 68. Matérias parecidas, mas não similares. Parecidas porque tratam de valorização de tempo de serviço, mas com matizes diferentes. As que estavam tratan-

do, efetivamente, de servidor público, Senador Pedro Taques, Senador Eduardo, nós imediatamente, Senador Inácio Arruda, remetemos à Mesa, as que tratavam de servidor público na forma do dispositivo constitucional.

Então, foram apensadas as Propostas de Emendas à Constituição nº 2, nº 5, e, por fim, foi apensada a Proposta de Emenda à Constituição nº 68, do Senador Humberto Costa, que também falava a esse respeito. É a proposta mais ampla de todas as propostas de emenda à Constituição. A 63 caminhou autônoma, porque tratava efetivamente de agente político, no caso de magistrados e promotores. Há, inclusive, um entendimento, que precisa ser trabalhado no debate na comissão, que, nessa Proposta 63, também entrem os defensores público, segundo a Emenda Constitucional 45 – eu sou, inclusive, simpático a esta tese –, mas, como o Senador Blairo Maggi foi o relator designado para tratar da 63 autônoma, apresentou o seu relatório no dia em que entrou de licença, esta Casa não pôde ouvir o relatório do Senador Blairo Maggi, porque houvera pedidos, Sr. Relator, para apresentar o relatório extrapauta. O processo foi redistribuído, e eu tive a honra de avocar. Como eu entendo que esta Proposta de Emenda Constitucional 63 tem uma matriz jurídica diferente das outras propostas pelo Senador Humberto Costa, eu entendo que podemos ler o relatório hoje, aí eu consulto V. Exªs, eu não quero usar o poder, o direito discricionário que eu tenho de não remeter à Mesa, eu quero consultar V. Exªs para ler o relatório do Senador Blairo Maggi e, aí sim, instruir todo o processado para que a Mesa possa decidir sobre o apensamento ou não da 63, da 68, da 2 e da 5. Eu acho que essa é a consulta que eu faço a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão, se alguém quiser se posicionar.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Repito: ler o relatório hoje e remeter para a Mesa para que a Mesa defina se as matérias são correlatas ou não, e, aí, tenham o seu veredito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não havendo objeção, segue a opinião do relator.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Como autor de uma sugestão, eu estou de acordo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu já emiti, preliminarmente, o meu entendimento e eu não nenhuma dificuldade de analisar a 68. Quero dizer que eu imagino que nós temos que desafiar o problema do adicional por tempo de serviço da valorização das carreiras e que possamos iniciar, pelo menos hoje, essa discussão.

Relatório.

Vem a esta Comissão, para exame, a Proposta de Emenda à Constituição 63, cujo primeiro signatário é o Senador Gim, que acrescenta os §§9º e 10 ao art. 39 da Constituição Federal, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público e dar outras providências.

Prevê a proposição que os integrantes do Ministério Público e da magistratura da União, dos Estados e do Distrito Federal fazem jus à parcela referida da ementa, calculada na razão de 5% do subsídio do respectivo cargo a cada quinquênio de efetivo exercício, até o máximo de sete.

Estabelece, ainda, que, para fins do cálculo da vantagem, fica assegurada aos que ingressarem na Magistratura e no Ministério Público a contagem de tempo de exercício anterior em carreiras jurídicas, bem como na advocacia.

Segundo os seus ilustres autores,

a presente proposta busca suprir o reconhecimento pelo tempo na Magistratura, com perfeita identificação quanto aos efeitos orçamentários e finalidade de planejamento e gestão financeira e de recursos humanos, evitando atrelamento entre Poderes de realidades diferentes, sob pena de incidir na inviabilização de propostas que trazem em si o germe das infindáveis vinculações, as chamadas "cascatas".

Lembram, ainda, que:

Os Magistrados integram o Poder Judiciário, cuja remuneração é percebida por meio de subsídio e que, diferentemente da sistemática aplicada aos servidores públicos – com planos de carreira estabelecidos ou não com base em subsídios –, não trazem – esses servidores públicos –, ainda, real diferenciação baseada no tempo de serviço.

O subsídio, ao afastar a estrutura anterior dos contracheques, que contemplava o adicional por tempo de serviço, trouxe para esses Membros de Poder a condição de igualdade salarial, independente do tempo de serviço que detêm perante o cargo isolado ou carreira que integram.

Desse modo, Magistrados que ocupam cargo isolado ou galgam a última classe da carreira, mesmo que permaneçam uma década no cargo, percebem hoje o mesmo subsídio daquele que detém apenas um ano no mesmo cargo. Essa situação de óbvia quebra de isonomia, por tratar igualmente os de situação desigual, atinge gravemente a Magistratura Nacional.

Portanto, diferentemente das demais carreiras e cargos públicos, seja as que não recebem por subsídio, assim como aquelas que implantaram essa sistemática, a esses Membros de Poder não há valorização, em seus planos de

carreira, do tempo de serviço prestado. Mas, pior que isso, na prática, é dizer que não existe carreira, nem valorização do Magistrado, e essa ausência, como é cediço, se torna fator nefasto, absolutamente desmotivador dos esforços para a progressão, convolando em tabula rasa as iniciativas de políticas de recursos humanos.

Isso causa, por conseguinte, grande desestímulo àqueles que permanecem por mais tempo no cargo, que não veem possibilidade de receber qualquer acréscimo pela sua antiguidade no cargo. Em outras palavras: sentem-se desvalorizados. Como consequência, a experiência no exercício da Magistratura não é, de modo algum, valorizada.

Registram que, por esta razão, nos últimos anos, mais de seiscentos Magistrados deixaram os seus cargos em direção à Advocacia ou outra carreira pública e que quatro mil cargos de Juiz estão vagos, justamente por ser desestimulante o exercício da Magistratura, eis que não é, de forma alguma, premiada sua permanência, nem valorizada sua existência e sua experiência, em prol de um melhor serviço público.

Aduzem que:

> *(...) os fundamentos acima desenvolvidos se aplicam, por simetria, aos membros do Ministério Público, cuja carreira – e somente ela – possui conformação jurídico-constitucional absolutamente similar ao da Magistratura, como bem evidenciam os mecanismos simétricos de "controle externo" adotados pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 (...)*

Aí, Senador Arruda, que eu começo a pensar com simpatia a questão dos defensores públicos.

Assim, concluem que ambas as carreiras aqui mencionadas, por seu peculiar arcabouço constitucional, estão credenciadas à percepção da parcela cogitada na presente proposição, como providência de legítima valorização do tempo de exercício.

A PEC não recebeu emendas. A matéria, já disse, foi encaminhada ao Senador Blairo Maggi, que não teve tempo – este é o seu relatório, quase que integral – de pronunciá-lo no plenário da Comissão.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos regimentais, a tarefa de emitir o parecer, inclusive quanto ao mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade formal, nada temos a objetar, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional.

Quanto ao mérito, é inegável, Srªs e Srs. Senadores, a necessidade da criação de mecanismos que permitam, de um lado, retornar a atratividade das carreiras da magistratura e do Ministério Público e, de outro, enfatizar a sua posição institucional peculiar.

Efetivamente, os magistrados e membros do Ministério Público têm, por imposição constitucional, posição especial no Estado brasileiro.

Inicialmente, trata-se de membros de Poder, de agentes políticos em sentido estrito. Entretanto, diferentemente dos outros congêneres nos Poderes Legislativo e Executivo, não detêm mandato. Pelo contrário, seu papel estatal exige permanência, maturação, organização em carreira.

Ademais, não se confundem com os servidores públicos, na medida em que são agentes do poder político, dotados de autonomia funcional, e personificam órgãos estatais fundamentais.

Essa posição *sui generis* tem, necessariamente, reflexos em sua situação remuneratória, inclusive como garantia do exercício do seu papel institucional diferenciado.

Trata-se de instituir uma vantagem específica para esses agentes públicos, cujo desenho equaciona não apenas as necessidades de garantir e distinguir a atividade da magistratura e do Ministério Público, como a demanda de instituir um diferencial entre os seus membros.

Ou seja, busca-se enfatizar o papel de juízes, procuradores e promotores nesse momento e, ao mesmo tempo, permitir premiar a experiência acumulada por eles individualmente.

Impõe-se, tão somente, para finalizar, alguns ajustes no texto da proposição.

Inicialmente, inclusive, Senador Taques, como forma de deixar explícita a característica diferenciada da vantagem que se pretende instituir, é necessário que a sua previsão não conste do art. 39 da Constituição, que integra o capítulo destinado aos servidores públicos, mas dos capítulos destinados à magistratura e ao *Parquet*.

De outra parte, com o objetivo de se evitarem discussões sobre a natureza da parcela mensal de valorização por tempo de exercício, elimina-se a sua caracterização como parcela indenizatória e explicita-se que o benefício não se sujeita ao teto instituído pelo art. 37, XI, da Constituição.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, quanto aos aspectos constitucionais, de mérito e regimentais, na forma da emenda substitutiva que altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam emenda ao texto constitucional, que passa a vigorar com as alterações já relatadas

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, na forma como foi definido, entendo que a discussão fica sobrestada para após a manifestação da Mesa a respeito do apensamento.

Quero dizer que estamos, assim, cumprindo a instrução da PEC nº 63. Se a Mesa definir pelo apensamento da 63 à 68, como já estão apensadas a 2 e a 5, haveremos de redistribuir a matéria e dar encaminhamento, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lido o relatório, fica adiada a discussão, por sugestão do próprio Relator e com a concordância do Plenário.

Passo a palavra ao Presidente Vital do Rêgo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente, cumpri religiosamente a tarefa que me foi indicada por V. Exª de aprontar o relatório sobre o PLC nº 37, que trata das políticas sobre drogas. Ocorre, Sr. Presidente, que, no decorrer desta semana, recebi algumas sugestões que considero importantes, inadiáveis que sejam apreciadas por esta Comissão. Por isso, peço mais um tempo para me debruçar sobre essa matéria, para estudar uma mensagem que recebi, por exemplo, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do ex-Presidente da República, que também incentivou a formação da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, criada pelo ONU, em 2010 – então, é uma pessoa que tem autoridade suficiente para dar sugestões a esta Comissão.

Se não estiver tomando tempo de V. Exª, eu gostaria de ler a mensagem do ex-Presidente, uma vez que não é muito comprida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª fique à vontade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) –

Após avaliar os documentos a mim enviados, gostaria de ressaltar três pontos que merecem atenção especial [disse o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso].

1. Estabelecer a distinção entre usuário e traficante, a partir da quantidade necessária mínima de dez dias de consumo.

O relatório do Senador sugere apenas cinco dias, e isso não condiz com a realidade dos usuários de drogas. Embora haja boa intenção em estabelecer quantidade, o prazo de cinco dias para gerar o efeito contrário ao esperado, pois muitos usuários, dependentes graves, podem ser enquadrados como traficantes, conforme a experiência no México já apontou. Portugal estipulou uma quantidade baseada em dez dias de consumo.

2. A exceção das comunidades terapêuticas é, sem dúvida, outro ponto problemático da proposta. Preocupa-nos o acesso das comunidades ao SUS com prioridade absoluta para a realização da avaliação prévia para o acolhimento de usuários dependentes, sem as comunidades ao menos serem caracterizadas como um serviço de saúde pública. [Essa parte nós já corrigimos, Sr. Presidente.]

É importante que as agências que compõem a rede de atendimento do SUS tenham prioridade.

3. A discussão sobre a descriminalização do uso de drogas, diz o Presidente, avançou em várias partes do mundo. Estamos ficando para trás no Brasil, e recomendo considerar esse avanço nessa proposta legislativa.

[Então, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso propõe a esta Comissão a descriminalização das drogas.]

Para além do conjunto de propostas e emendas em anexo, seria de extrema valia a solicitação de um estudo sobre o impacto financeiro e orçamentário da política de recrudescimento penal que a atual legislação promoveu desde 2006. O Senador [ele está se referindo a mim] poderia indicar como necessário esse estudo para que alguma comissão mais adequada faça a análise dessa questão financeira, dos impactos financeiros com as prisões ocorridas a partir da lei de 2006.

Os aspectos mencionados, assim como as sugestões de alterações em anexo, são de extrema relevância. Por isso, recomendo sua especial atenção, bem como a dos demais Senadores desta Casa legislativa para um aprofundamento das discussões antes da votação do relatório na CCJ.

Face às ponderações, recomendo [diz o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso] o adiamento da votação para que o tema seja mais bem discutido pelos senhores e pelas senhoras Senadoras para que o ano eleitoral não deixe que o debate seja polarizado. Temos todas as evidências científicas para caminhar na direção de uma política de drogas mais humana e mais eficaz.

Com todo respeito e consideração, subscrevo atentamente.

Fernando Henrique Cardoso

Obs.: nos anexos preparados pelos técnicos da ONG Igarapé se encontram as ponderações adicionais.

Além disso, Sr. Presidente, recebi mais de 20 sugestões, depois que apresentei o substitutivo, encaminhadas pelo Conselho Federal de Psicologia para a melhoria da matéria. Além disso, há um requerimento já apresentado no Senado Federal, via Internet, com mais de 10 mil assinaturas de internautas, pedindo uma audiência pública. Esse requerimento vai chegar, no decorrer desta semana, a esta Comissão.

São essas as três razões pelas quais eu peço a V. Exª o adiamento da votação dessa matéria para uma outra oportunidade.

Agradeço a V. Exª sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª pede a retirada da matéria para votar em outra oportunidade.

Tanto eu quanto V. Exª, e talvez falando pelo País inteiro... Imagino que V. Exª tenha trabalhado nesse projeto que veio da Câmara. V. Exª sabe talvez da minha angústia. Talvez a minha angústia possa mostrar sentimentalmente neste momento... A minha angústia de votar essa matéria é que o País todo espera a conclusão desse processo. E V. Exª, com a dignidade, com o empenho que o assunto exige e que sua própria história demonstra, tem desempenhado um papel extraordinário na condução desse trabalho.

E eu queria marcar com V. Exª – como já o fiz em outras três vezes, em outras três oportunidades – um prazo para que V. Exª faça a necessária audiência pública que está pedindo, e que a gente possa realmente votar essa matéria aqui. É um desejo da Presidência e, tenho certeza, de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu agradeço a V. Exª a sua compreensão, a sua tolerância, e o significado da montagem de uma proposta que venha atender aos reclamos da sociedade. Nós não poderíamos deixar de levar em consideração esses três fatos aqui anunciados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Notadamente, veja: eu não esperava, mas já há um documento assinado por 10 mil pessoas, pedindo uma audiência pública. Foram 10 mil pessoas, em três dias! Em três dias! Pediram uma audiência pública para discutir a validade ou não, a constitucionalidade ou não do art. 28 da Lei 11.343/2006, a lei que trata sobre drogas também.

Então, eu acho que, diante dessa premência, V. Exª é quem poderá dar um prazo razoável para que eu possa atender a essas demandas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica retirado para exame do Sr. Senador, e nós vamos continuar conversando para estabelecermos esse prazo razoável durante a semana, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Mais uma vez, eu quero enaltecer a compreensão de V. Exª.

Às vezes eu recebo do autor da matéria, que é o Deputado Osmar Terra, admoestações públicas, reclamações públicas, até de forma injusta. E eu tive de me confrontar com ele nesta semana pelo Twitter, para responder a ele que o nosso projeto não descriminaliza drogas, não libera drogas. É muita mentira de quem está dizendo isso, inclusive dele.

E eu já estou me considerando, Sr. Presidente, no limite da minha paciência com o autor, porque é a primeira vez que eu vejo no Senado Federal o autor de uma matéria ir de gabinete em gabinete para não mudar uma vírgula. É a primeira vez! Eu já tive várias matérias lá na Câmara dos Deputados de minha autoria e nunca fui pressionar nenhum Deputado Federal, nenhum partido político para não mudar sequer uma vírgula de uma matéria de minha autoria. Isso é um desrespeito! A Casa revisora é o Senado Federal, que tem a atribuição constitucional de rever todas as matérias que vêm da Câmara dos Deputados. Se nós não estudarmos essa matéria... E como estudamos, ouvindo Senadores! Está aí o Senador Humberto Costa, que participou ativamente das discussões, e tantos outros, como o Suplicy; mais de 100 entidades foram ouvidas, Sr. Presidente, no meu gabinete.

Então, receber admoestação, quer dizer, reclamação pública, de forma injusta, do autor da matéria é inconcebível! Nós estamos vivendo numa democracia, onde todos têm liberdade de agir, de atuar, de opinar. E eu não aceito pressão desse tipo. Eu aceito, sim, sugestões. Para sugestões, nós estamos abertos inclusive a ele próprio, mas não colocar no Twitter uma mentira, de que nós estamos liberando as drogas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Isso pode até vir a acontecer um dia! Mas, nessa matéria, não consta isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares, V. Exª tem do Senado e desta Presidência toda a confiança no desenvolver desse trabalho.

O Item 14 é o último item da pauta, é não terminativo. Depois nós vamos aos dois itens extrapauta que foram deliberados para inclusão.

Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria apenas de dar o meu testemunho sobre a seriedade do trabalho do Relator que V. Exª designou, de como ele tem realizado reuniões com pessoas que têm a maior seriedade em colaborar com o parecer dele.

Meus cumprimentos, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 14, página 193, matéria não terminativa:

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2007
– Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco com participação do Comando do Exército.
Autoria: Marcelo Crivella
Relatoria: Ciro Nogueira
Relatório: Contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 541, de 2007; 16, de 2009 e 99, de 2010, e pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2010, com uma emenda que apresenta.
Observações: – As matérias serão apreciadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pela Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2009
– Não terminativo -

Institui Programa para a Revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no Brasil nos anos de 2008 e 2009.
Autoria: Raimundo Colombo
Relatoria: Ciro Nogueira

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2010
– Não terminativo -

Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências; nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências; nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências; e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para impedir a ocupação de áreas de risco e fortalecer o planejamento de medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo da vazão dos rios.

Autoria: Renato Casagrande
Relatoria: Ciro Nogueira

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, de 2010
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo e dá outras providências, e a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para impedir a implantação de infraestrutura básica e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas de risco.
Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura
Relatoria: Ciro Nogueira

A relatoria é do Senador Ciro Nogueira que, no seu parecer, definiu pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa. E, no mérito, é favorável ao Projeto de Lei do Senador nº 65, de 2010, com uma emenda que apresenta, e contrário aos Projetos de Lei do Senado 541, de 2007; 16, de 2009; 99, de 2010, que tramitam em conjunto.

É importante sinalizar que as matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Serviços de Infraestrutura e Meio Ambiente e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Com a palavra, o Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI) – Sr. Presidente, vamos direito ao relatório.

Submetem-se à apreciação desta Comissão quatro proposições que tramitam em conjunto.

O PLS nº 541, de 2007, "autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco com participação do Comando do Exército". Disposto em cinco artigos, o projeto autoriza o Executivo a criar o citado programa, que terá por objetivo a "execução de obras de recuperação, adequação, conclusão, reforço estrutural e melhoria de habitações individuais e coletivas".

O PLS nº 16, de 2009, contém oito artigos. O primeiro deles autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa para Revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no Brasil nos anos de 2008 e 2009.

O PLS nº 65, de 2010, a seu turno, altera leis relativas ao parcelamento do solo urbano, ao gerenciamento de recursos hídricos, à política urbana, à universalização da energia elétrica e ao saneamento básico, para "impedir a ocupação de áreas de risco e fortalecer o planejamento de medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo da vazão dos rios".

O PLS nº 99, de 2010, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), altera a Lei nº 6.766, de 1979, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano", e a Lei nº 11.977, de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, para impedir a implantação de infraestrutura básica e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas de risco".

A tramitação em conjunto das quatro proposições decorre da aprovação do Requerimento nº 828, de 2011, do Senador Vital do Rêgo, aprovado em Plenário no dia 9 de agosto de 2011. Os projetos foram distribuídos para diversas comissões nesta Casa.

Passamos à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Entendemos que o PLS nº 541, de 2007, incide em inconstitucionalidade, por expandir indevidamente a competência das Forças Armadas, dispor sobre matéria de competência privativa do Presidente da República.

Consideramos igualmente inconstitucional o PLS nº 16, de 2009, pois as matérias relativas a atribuições dos órgãos e entidades da Administração Pública são objeto de disciplina por decreto, devendo ser reguladas em lei de iniciativa do Presidente da República quando se tratar da criação de órgãos ou entidades ou houver aumento de despesa.

Quanto aos PLS nº 65 e nº 99, de 2010, não encontramos qualquer inconstitucionalidade. Eles alteram legislação ordinária de competência da União e não violam reserva de iniciativa estabelecida em favor de outro Poder. Também não fazemos qualquer ressalva com relação a sua técnica legislativa.

O PLS nº 65, de 2010, altera diplomas legais relativos ao parcelamento do solo urbano, à Política Nacional de Recursos Hídricos, à política urbana, à distribuição de energia elétrica e ao saneamento básico, com o

objetivo de prevenir tragédias decorrentes de chuvas, como alagamentos e deslizamentos. Propõe-se eliminar da legislação quaisquer incentivos à ocupação irregular do solo, mediante harmonização de políticas setoriais de provisão de infraestrutura com a política urbana de ordenamento territorial, assim como a incorporação do manejo de águas das chuvas ao planejamento da gestão de recursos hídricos e de saneamento básico.

Após a apresentação da proposição, a Lei nº 12.608, de 2012, introduziu na Lei nº 10.257, de 2001, dispositivos semelhantes aos ora propostos, quais sejam: alínea "h" do inciso VI do art. 2º e os arts. 42-A e 42-B, razão pela qual apresentamos emenda destinada a suprimir do projeto o artigo que visa a alterar esta Lei.

O PLS nº 99, de 2010, pretende coibir a ocupação de áreas de risco. Cumpre registrar, entretanto, que seus objetivos já foram indiretamente atendidos pelas Leis nº 12.424, de 2011, e nº 12.608, de 2012.

Ante o exposto, o nosso voto é pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 541, de 2007; nº 16, de 2009; e nº 99, de 2010, e pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2010, com a emenda que suprime o art. 3º do PLS nº 65, de 2010, renumerando-se os demais e adequando-se a ementa.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão, o relatório e o voto do Senador Ciro Nogueira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, atendendo a solicitação da Senadora Gleisi, eu peço aqui vista.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Regimentalmente, V. Exª está acobertado. Está concedida a vista.

Senador Humberto e Senadora Gleisi Hoffmann.

Item nº 1 da pauta. Extrapauta, aliás.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2013
– Não terminativo -

Altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.
Autoria: CPMI – Violência contra a Mulher – 2012
Relatoria: Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann para proferir o relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão para análise, nos termos do art. 101, II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2013, de autoria da CPMI da Violência contra a Mulher, criada pelo Requerimento-CN nº 4, de 2011, que altera o Código Penal para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

A matéria vem a esta Comissão em virtude de aprovação do Requerimento nº 983, de 2013, no sentido de que fosse ouvida antes da votação em Plenário. Inicialmente sob a relatoria da eminente Senadora Ana Rita, que chegou a realizar uma audiência pública para instruir a matéria e a oferecer um substitutivo, que não chegou a ser votado, o projeto foi redistribuído pelo fato de a Senadora deixar de compor esta Comissão.

O projeto é dotado de dois artigos, sendo o 1º destinado a acrescentar os §§ 7º e 8º ao art. 121 do Código Penal e o 2º para incluir a cláusula que prevê a vigência da lei na data de sua publicação.

O § 7º cria a qualificadora do crime de homicídio denominada "feminicídio", que seria a violência praticada contra a mulher, caracterizada pela presença das circunstâncias contidas nos incisos I a III, cuja pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão.

Já o § 8º prescreve que a pena do feminicídio não prejudica a aplicação das demais penas relativas aos crimes conexos.

Até o momento não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise. O Direito Penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I, e 48, caput, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

No que respeita à técnica legislativa, devem ser feitos pequenos ajustes para que o projeto melhor atenda aos ditames da Lei Complementar nº 95, 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Por isso, apresentamos emenda substitutiva para uma melhor colocação topológica da qualificadora ora proposta e, dessa forma, aperfeiçoar a técnica legislativa empregada no PLS nº 292, de 2013.

No mérito, entendemos ser relevante o presente projeto, haja vista a necessidade de se qualificar o feminicídio – crime cometido contra a mulher, unicamente pelo fato de ser mulher – e se nominar expressamente as circunstâncias que caracterizam essa forma de violência.

De início, cabe ressaltar que a análise da proposição anteriormente feita pela Senadora Ana Rita auxiliou e orientou a presente análise.

O PLS sob exame acrescenta mais uma circunstância qualificadora ao crime de homicídio. Trata-se da figura do feminicídio, situação em que o homicídio é praticado contra mulher, por razões de gênero.

O anseio pelo agravamento da punição penal nessas situações decorre do aumento de homicídios praticados contra mulheres. No Brasil, entre os anos 2000 e 2010, 4,3 mil mulheres foram assassinadas, sendo essa uma tendência em toda a América Latina.

A tipificação do feminicídio ainda visa impedir o surgimento de interpretações jurídicas anacrônicas e inaceitáveis, tais como as que reconhecem a violência contra a mulher como "crime passional". Nesse ponto, precisa a observação de Roberto Lyra, quando preleciona:

O verdadeiro passional não mata. O amor é, por natureza e por finalidade, criador, fecundo, solidário, generoso. Ele é cliente das pretorias, das maternidades, dos lares e não dos necrotérios, dos cemitérios, dos manicômios. O amor, o amor mesmo, jamais desceu ao banco dos réus. Para os fins de responsabilidade, a lei considera apenas o momento do crime. E nele o que atua é o ódio. O amor não figura nas cifras da mortalidade e sim nas da natalidade; não tira, põe gente no mundo. Está nos berços e não nos túmulos (LYRA, Roberto. Como julgar, como defender, como acusar. Rio de Janeiro: José Konfino – editor, 1975. p. 97).

Países como México, Guatemala, Chile, El Salvador, Peru, Nicarágua e Argentina já incorporaram a figura do feminicídio às suas legislações penais. No nível internacional, a Organização das Nações Unidas exortou seus países membros a tomar ações nesse sentido, a fim de reforçar suas legislações e, consequentemente, assegurar a devida investigação e punição dos agressores.

No Brasil, dentre as iniciativas do Governo Federal para a proteção da mulher, merece destaque a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). Já para o biênio 2013-2015, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres prevê a criação de IMLs, delegacias, defensorias públicas e juizados, todos especializados no atendimento a mulheres em situação de violência.

No campo do Direito Penal, a edição da Lei nº 11.340, de 2006 – Lei Maria da Penha – foi um marco no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, foram criados delegacias e juizados especializados, com o objetivo de aprimorar a apuração e o julgamento dos crimes que envolvam violência de gênero.

É preciso esclarecer que, embora tramite no Senado Federal projeto de reforma do Código Penal, onde há previsão de circunstância qualificadora semelhante, o presente projeto reveste-se de caráter emergencial e pode ser aprovado de modo mais célere, daí por que sua imediata análise mostra-se necessária.

Por fim, considerando que todas as hipóteses de homicídio qualificado caracterizam crime hediondo, a criação da circunstância qualificadora do feminicídio demanda alteração no inciso I do art. 1º Lei 8.072, de 1990, a fim de que seja feita a respectiva remissão.

Voto.

Destarte, votamos pela aprovação do PLS nº 292, de 2013, nos termos da emenda substitutiva que se apresenta:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2013

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

Homicídio simples

"Art.121. .....

.....

Homicídio qualificado

§2º .....

.....

Feminicídio

VI – contra a mulher por razões de gênero.

.....

7º Considera-se que há razões de gênero em quaisquer das seguintes circunstâncias:

I – violência doméstica e familiar, nos termos da legislação específica;

II – violência sexual;

III – mutilação ou desfiguração da vítima;

IV – emprego de tortura ou qualquer meio cruel ou degradante.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º .....

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV, V e VI);

..... (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não estava aqui na Comissão quando foi incluída extrapauta essa proposição.

Eu participei de um seminário no Peru, onde, aliás, tive ocasião de me encontrar com uma deputada venezuelana que está sendo vítima de violência no seu mandato parlamentar, que foi cassado de forma ilegal, inconstitucional, por um ato unilateral do Presidente da Câmara, sem que ela tenha tido oportunidade de defesa. Uma mulher que já foi vítima de violência física – e eu até aproveito a ocasião, que temos aqui a Senadora Gleisi Hoffmann, para levantar essa questão. Nós temos aqui um grupo de mulheres parlamentares muito ativas. Eu penso que esse tema deveria ser objeto de uma análise por parte das nossas companheiras e já adianto que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Ricardo Ferraço, já formulou o convite para que ela venha ao Senado para tratar da situação da Venezuela.

Mas esse é apenas um parêntese para justificar minha ausência aqui no momento em que foi aprovado o requerimento extrapauta.

Mas eu considero, Sr. Presidente, que essa matéria deveria ser tratada no projeto de lei do novo Código Penal, do qual o senhor é o Relator. Nós fizemos um esforço grande no Senado para dar seguimento a uma proposta formulada inicialmente pelo Senador Pedro Taques e, depois, encampada pelo Presidente José Sarney e, depois, pelo Presidente Renan. V. Exª, Presidente Vital, prestigiou imensamente essa iniciativa no sentido de promovermos uma atualização do Código Penal. E esse tema, que é um tema que não estava na consciência dos brasileiros em 1940, hoje é um tema candente. Eu penso que ele deveria ser tratado no conjunto, porque se trata de acrescentar qualificadoras ao tipo do homicídio, art. 121 do Código Penal.

A minha sugestão é que isso seja tratado no âmbito desse projeto. Mas, uma vez que ele está colocado aqui, eu vou pedir vista, porque eu já havia formulado uma emenda com o objetivo de harmonizar essa iniciativa que veio da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher com o esforço que nós temos desenvolvido até agora na Comissão de Reforma do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k., fica a matéria adiada para a próxima reunião. Vista coletiva concedida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu queria discutir. Mas só na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só na próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, já está pronto, de minha relatoria designada por V. Exª, o Projeto de Resolução do Senado nº 36, cuja autoria é da ilustre Senadora Ana Rita, que altera a denominação da Ala Senador Filinto Müller para Ala Luís Carlos Prestes.

Eu solicito a V. Exª que, assim que a pauta permitir – e, se possível for, na próxima pauta –, V. Exª pudesse colocá-lo para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k., próxima pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu lhe agradeço.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas um adendo. Eu não ouvi, porque estava aqui na companhia também da Senadora Ana Rita, que foi quem trouxe esse tema, pela primeira vez, perante esta Comissão.

Peço desculpa, eu não vi que a senhora estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua a nossa pauta.

Nós temos o segundo item, o último item da extrapauta.

EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 479, de 2012
– Não Terminativo -

Dispõe sobre prevenção e punição ao tráfico interno e internacional de pessoas, bem como sobre medidas de proteção às vítimas.
Autoria: CPI – Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil – 2011 (CPITRAFPE)
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

O Senador Humberto Costa já fez o debate, já apresentou o projeto, mas passo a palavra a V. Exª, para as considerações.

É o último item. Leia o Relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu vou tentar ser resumido.

Esse Projeto nº 479, de 2012, é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil. É a segunda proposição oriunda da CPI do Tráfico de Pessoas, que foi criada pelo Requerimento 226, de 2011, e presidida pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Na verdade foram duas propostas. A primeira proposta foi formalmente retirada para aperfeiçoamento, nos termos do art. 256, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

O projeto ora sob exame não se resume à tipificação penal do tráfico de pessoas. Mais do que isso, elenca princípios e objetivos para uma política de enfrentamento do tráfico, traça metas relativas à prevenção ao tráfico e formas de persecução penal. Dispõe ainda sobre apreensão e destinação dos bens produto do crime e medidas de proteção à vítima. A proposta também altera a Lei nº 7.998, de janeiro de 90, que cuida do seguro-desemprego, da Lei nº 8.742, que trata da assistência social, e da Lei nº 6.815, conhecida como Estatuto do Estrangeiro.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Análise.

O Direito Penal e do Trabalho, a nacionalidade e a seguridade social são matérias de competência privativa da União e sujeitas à plena disposição pelo Poder Legislativo.

Não identificamos no projeto vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade.

O referido PLS contempla três eixos para nortear as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas: prevenção, repressão e atenção à vítima.

O Capítulo I traz os princípios e objetivos gerais que deverão inspirar uma política de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A intenção da proposta, como consta do Relatório Final nº 2, da CPI, é conceder maior carga normativa, alcance e generalidade aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, prevista no Decreto nº 5.948, de 2006.

O novo tipo penal proposto aumenta a pena em relação ao primeiro projeto, localiza o tipo em novo capítulo do Código Penal intitulado "Dos Crimes Contra a Dignidade da Pessoa", torna o consentimento da vítima irrelevante para a caracterização do crime, substitui a palavra "prostituição" por "exploração sexual", prevê isenção de pena para a vítima obrigada a cometer crimes e exige dois terços do cumprimento de pena para que o autor tenha direito a livramento condicional.

A proposta inova ao dar maior atenção à vítima. O PLS prevê possibilidade de concessão de seguro-desemprego à vítima, independentemente da regularidade de sua situação migratória. A vítima também faz jus aos benefícios do sistema de assistência social e também à concessão de visto temporário, o qual poderá ser prorrogado ou transformado em permanente se houver colaboração na apuração do crime.

Por fim, a proposta autoriza o Poder Executivo a implementar medidas de sua competência, como a criação de um fundo para financiar as ações e um sistema de informações e de monitoramento ao tráfico.

Não obstante, vários ajustes se fazem necessários, buscando um texto mais objetivo e preciso, razão pela qual oferecemos um Substitutivo ao final deste relatório.

No art. 2º, por exemplo, o princípio deve ser a proteção integral da criança e do adolescente e não observância dos princípios da proteção integral da criança e do adolescente; os arts. 4º e 5º não tratam de objetivos como redigido, mas de meios de prevenção ou punição do tráfico.

Afora isso, apresentamos várias emendas do ponto de vista formal e redacional.

Também fizemos alguns ajustes ao tipo penal oferecido. Optamos por um tipo penal fechado.

A pena máxima, por outro lado, de dez anos, nos parece excessiva em termos proporcionais. Julgamos que a pena máxima atualmente em vigor, de oito anos, é adequada.

Não podemos concordar também com as benesses oferecidas no novo tipo penal ao agente, como redução de pena se ele mesmo já foi uma vítima do tráfico ou isenção de pena para a vítima que comete crimes em razão da exploração. Tal imunidade penal não encontra precedentes em nosso ordenamento jurídico. Tal benesse pode ter o efeito contrário do desejado, ou seja, oferecer estímulos para que vítimas de tráfico cometam crimes para compensar financeiramente sua situação ou buscar minorar a exploração inserindo-se no esquema criminoso.

Nas alterações propostas ao Estatuto do Estrangeiro, oferecemos saída mais simples e mais justa: a residência permanente independentemente de colaboração com a Justiça, inclusive com a possibilidade de alcançar familiares próximos.

Por fim nos parece justo o pagamento de seguro-desemprego apenas para os casos de vítimas submetidas à condição análoga à de escravo ou à exploração sexual. Não há motivos que justifiquem, salvo melhor juízo, estender esse apoio social às outras formas de tráfico de pessoas.

Também não vemos imperativo racional que justifique alterações feitas à Lei da Assistência Social.

Parabenizamos a CPI pelo trabalho realizado e oferecemos o substitutivo que se segue.

Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 479, de 2012, com o oferecimento da emenda substitutiva que se segue.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O Senador Pedro Taques se posicionar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para cumprimentar o Relator. O projeto é muito bom, toca em temas que hoje são significativos no combate às organizações criminosas. Um dos mercados que mais arrecada no mundo é o tráfico de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exato.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Portanto, o Estado brasileiro, a Polícia Federal, as polícias estaduais e o Ministério Público precisam de instrumentos a fim de combater esse mal.

Vou votar favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Também para cumprimentar o Senador Humberto Costa e a Comissão, que propôs essa iniciativa, e ressaltar o quanto ela está de acordo com os objetivos da Campanha da Fraternidade, da CNBB. Então, meus cumprimentos. Sou inteiramente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – São duas votações que submeto a V. Exªs.

Primeiro, o relatório do Senador Humberto Costa.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, substitutiva.

A matéria vai ao Plenário.

Segundo, o requerimento de minha autoria, com o apoio dos senhores, para que a matéria siga em regime de urgência à nossa pauta do Plenário.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Rapidamente, apenas um esclarecimento. Todas as terças-feiras, a partir da próxima, receberemos aqui um membro dos Tribunais Superiores para discutir o Código Penal, a partir do trabalho do Senador Pedro Taques. Seriam contribuições novas para que eu possa concluir o relatório. Na próxima terça-feira, vem o Superior Tribunal de Justiça; na outra, o Ministério da Justiça; na outra, o Presidente da OAB; e na outra, atendendo inclusive a solicitação do Senador Pedro Taques, o Procurador-Geral da República.

Há um requerimento aqui. Quando foi solicitada a presença do Ministro Joaquim Barbosa, no requerimento não havia a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal enviar um representante. E o requerimento que nós formulamos agora é um adendo àquele requerimento anterior.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Supremo Tribunal Federal pode, em vez do seu Presidente, indicar um representante.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Mas um representante ministro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ministro.

É representante do CNJ, a pedido do Ministro Joaquim Barbosa. Se V. Exª tiver alguma objeção...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Representante do CNJ?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Do CNJ.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – A figura do Presidente do Supremo não pode se confundir com a figura do Presidente do Supremo no exercício da função do CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exatamente. Por isso estou submetendo o requerimento a V. Exªs.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Nós poderíamos fazer um pedido ao CNJ, mas é interessante que a mais alta Corte da República, que muitas vezes critica o Poder Legislativo por falta de lei para coibir a violência, não queira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, V. Exª tem toda razão. Toda razão. E peço licença a V. Exª para remeter novamente ao Supremo Tribunal Federal o convite, assim como ao CNJ. Então, o CNJ manda o seu representante, mas o Supremo fica convidado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a V. Exªs o apoio durante a reunião.

Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus!

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Paulo Paim, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Alfredo Nascimento e da Senadora Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto / Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da Reforma do Código Penal Brasileiro, e as matérias a ele anexadas. **Requerimento de realização de audiência:** RQJ 6/2014, Senador Vital do Rêgo e outros. **Reunião destinada a instruir a seguinte matéria:** PLS 236/2012, Senador José Sarney. **Participante: Ministro Sebastião Alves dos Reis Júnior,** Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ (representante de: Ministro Felix Fischer). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado

Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Cumprimento o Ministro Sebastião dos Reis Júnior e, desde logo, agradeço a sua presença. V. Exª representa aqui o Superior Tribunal de Justiça e, neste momento, está fazendo parte da Mesa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro e das matérias a ele anexadas, conforme os Requerimentos nºs 6 e 11, de 2014, desta Comissão, de nossa iniciativa.

O convidado, repito, é o Ministro Sebastião dos Reis Júnior.

A reformulação do Código Penal, de mais de 60 anos, é necessária para fazer refletir a evolução da sociedade brasileira de 1940 para os dias de hoje.

Nesse sentido, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 756 e 1.034, de 2011, foi constituída uma Comissão de Juristas, que apresentou o anteprojeto do Código Penal, o qual, subscrito pelo Senador José Sarney, na condição de Presidente do Senado Federal, convolou-se no Projeto de Lei nº 236, de 2012. Na sequência, o PLS foi analisado pela comissão especial, sob a presidência do Senador Eunício Oliveira e a relatoria do nosso queridíssimo e competente Senador Pedro Taques, aqui presente, que elaborou um substitutivo ao PLS.

Desta feita, a análise incumbe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Para melhor instruir o projeto, decidimos pela realização de audiências públicas, nos termos do Requerimento nº 6, de 2012, de nossa autoria.

Hoje, temos a satisfação de ouvir o Superior Tribunal de Justiça, aqui representado pelo Sr. Ministro Sebastião dos Reis Júnior, a quem tenho a honra de agradecer a presença e de passar a palavra para as suas considerações iniciais…

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – … a respeito da proposta.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Exmo Sr. Ministro Sebastião dos Reis Júnior, quero parabenizar V. Exª, Sr. Presidente, como Relator do projeto aqui na Comissão de Constituição e Justiça e, ao mesmo tempo, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Nós temos acompanhado, na academia, críticas ferozes ao projeto de lei – essas críticas são muito bem-vindas. Agora, nós estamos oportunizando – não que isso seja um favor, mas é um dever do Senado – ao cidadão, aos professores, aos militantes, aos atores do sistema judicial que possam contribuir com esse projeto que vem caminhando aqui no Senado há mais de dois anos.

V. Exª fez aí um escorço histórico a respeito da tramitação. Primeiro, a Comissão de Juristas, muito bem presidida pelo Ministro Dipp, realizou várias audiências públicas. Críticas foram recebidas, e algumas, acolhidas, porque são críticas construtivas, ainda por ocasião da Comissão de Juristas. A Comissão de Juristas entregou ao Senado o trabalho, que foi transformado nesse projeto de lei que estamos a debater.

Aqui no Senado, foi formada uma comissão de Senadores. Nós tivemos 11 Senadores nessa comissão, presidida pelo Senador Eunício, ex-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e eu relatei esse projeto. Fizemos audiências públicas – várias audiências públicas. Recebemos contribuições pelo Alô Senado e também contribuições do Brasil todo ao projeto de lei que está sendo debatido.

Eu apresentei o relatório, que está na Comissão de Constituição e Justiça sob a batuta de V. Exª e sob sua relatoria, e, agora, o Senado, através de V. Exª, oportuniza ao cidadão brasileiro mais um tempo para que ele possa contribuir. Repito: isso não é um favor; é um dever do Senado da República, para que nós possamos melhorar este projeto.

Existem neste projeto alterações que necessitam ser feitas? Penso que sim. Este não é um projeto, não é um relatório deste Senador, não é um relatório do Senador Pedro Taques; já passou a ser um relatório da comissão de Senadores, porque a comissão de Senadores votou este relatório, aprovou este relatório depois de debates acalorados nesta Casa. Agora, estamos oportunizando àqueles que desejam ainda contribuir que venham para o debate. Nós precisamos debater. Não adianta ficarmos debatendo isso apenas em encontros em seminários. O local apropriado, de acordo com a Constituição da República, para que nós possamos debater projeto de lei é esta Casa, é este foro, é o foro apropriado, que é um foro democrático. V. Exª, mais uma vez, está dando oportunidade a que isso ocorra.

Portanto, quero parabenizar V. Exª e agradecer a presença do Ministro.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: este projeto precisa, sim, ser aprimorado, porque em Direito Penal, notadamente no Código Penal, nós passamos por discussões filosóficas, religiosas, de comportamento, passamos por discussões sociológicas. Cada um tem sua posição a respeito de cada tema que está sendo aqui debatido, mas o foro apropriado para se debater alteração legislativa é o Senado da República, é o Congresso Nacional, ouvindo as autoridades acadêmicas, ouvindo o cidadão, o que nós já fizemos e continuamos a fazer – em nenhum momento nos negamos a fazê-lo.

Parabenizo V. Exª e também agradeço a presença do Ministro Sebastião dos Reis Júnior, que é um Ministro que tem se destacado no Superior Tribunal de Justiça, por ser um cultor das lides penais.

Muito obrigado por sua presença, Ministro, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, V. Exª fez uma cronologia, uma retrospectiva histórica do caminhar desta proposta desde a Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Juristas.

O trabalho desta relatoria está muito facilitado e será mais facilitado ainda depois das audiências públicas que nós haveremos de fazer, inaugurando-as com o Ministro Sebastião.

Entendo que V. Exª já fez a parte mais difícil, que foi trabalhar tanto o escopo do projeto da Comissão de Justiça quanto as novecentas e algumas emendas que V. Exª recebeu, viajando, durante seis meses pelo menos, o Brasil inteiro e ouvindo a sociedade brasileira através do meio de comunicação específico que nós temos – internet, TV, a rádio que o Senado disponibiliza – ou através das comunicações sociais que vieram a V. Exª.

O nosso trabalho é dar continuidade, é fazer o último filtro de decantação desse seu relatório, abrindo nessas próximas cinco semanas, a contar com esta, para manifestações da academia, da sociedade, do Zé Povo. Este Código Penal – estávamos falando na antessala, agora, com o Ministro e com V. Exª –, de todas as codificações que temos… Estamos com o Código Comercial, estamos trabalhando o Código de Defesa do Consumidor e nós temos o Código de Processo Civil. O Congresso Nacional está vivendo um momento importante na reformulação da nossa legislação. De todos eles, sem dúvida alguma, aquele que mexe mais com o sentimento, a emoção, o desejo de realizar ou a vontade de mudar do povo brasileiro é o Código Penal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, permita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estou com essa responsabilidade, mas quero dividir essencialmente, especialmente, notadamente, com V. Exª, porque, sem dúvida alguma, o meu trabalho está facilitado pelo trabalho realizado por V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E todas essas audiências, se V. Exª me permite, são marcadas com antecedência, são veiculadas pelos vários instrumentos de comunicação do Senado. Portanto, não são feitas à escondida, de atalaia. As audiências são feitas de forma pública, e V. Exª está dando também esse exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos ouvir, então, os Ministros.

Concedo a palavra ao Ministro Sebastião Reis Júnior.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Bom dia a todos.

Eu inicialmente gostaria de agradecer esta oportunidade de estar aqui presente e parabenizar o Senado não só pela iniciativa, como pela coragem de enfrentar um tema como este, ou seja, um tema extremamente palpitante em que talvez seja o Direito mais Direito. Quando falamos em Direito, a primeira imagem que vem ao cidadão comum é o Direito Penal, aquilo que influencia o dia a dia e que, infelizmente, hoje, é objeto das páginas principais dos nossos jornais e telejornais. Metade, pelo menos, das manchetes de um jornal, normalmente, são relacionadas a crimes. É uma realidade que está sufocando a nossa sociedade.

Então, eu gostaria de agradecer e parabenizar e me colocar à disposição. Eu peço desculpas num eventual deslize; ou seja, eu realmente fui pego um pouco de surpresa pelo Presidente, pedindo que eu comparecesse. Eu não tive oportunidade de analisar profundamente o projeto. Então, pode ser que eventualmente algum comentário, alguma observação saia fora do contexto. Eu peço já desculpas antecipadas, mas me coloco à disposição e estou pronto para responder ao que for perguntado, indagado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A nossa vontade, o nosso desejo é transformar essas audiências públicas em um grande colóquio, um grande encontro, um grande bate-papo, com ministros que, notadamente como V. Exª, têm tido uma dedicação especial ao tema penal. V. Exª se preparou ao longo de sua brilhantíssima carreira, de que todos nós temos conhecimento, e está completamente ciente da grandiosidade desse tema, que exige uma reflexão cada vez mais apurada e aguda do povo brasileiro, sem exacerbação de paixões, sem – numa linguagem paraibana – "oito nem oitenta.", equilibrada.

Eu espero que, além da presença de V. Exª, e já o disse, leve também aos seus pares que nós vamos estar, durante esses próximos 30 a 40 dias, com a nossa Consultoria Legislativa aberta a receber as solicitações, su-

gestões. Serão todas muito bem-vindas e analisadas por esta relatoria, com a ajuda do Senador Pedro Taques, que, repito, será fundamental nesse processo. Depois, será dividida e repartida com os nosso pares.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques, que, na condição de Relator da proposta na comissão especial do Senado, tem todo o conhecimento da matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, quando se fala em segurança pública no Brasil – e V. Exª fez menção aos recortes de jornais que sempre trazem esse tema a lume, logo o cidadão pensa que o Direito Penal e a polícia vão resolver o problema de segurança pública.

Entendo, Sr. Presidente, Sr. Ministro, que segurança pública não pode ser sinônimo de polícia e sinônimo de Direito Penal. No entanto, apesar de não ser sinônimo a segurança pública de Direito Penal e de polícia, o Direito Penal, e notadamente o Código Penal, é um dos instrumentos necessários para que tenhamos uma sociedade em que a paz e a tranquilidade se façam presentes.

Muito bem. Eu queria ouvir a opinião de V. Exª a respeito da função de um Código Penal, para que nós tenhamos essa paz e essa tranquilidade, que são almejadas inclusive como objetivo da República no art. 3º. Essa é a primeira reflexão que eu gostaria de ouvir de V. Exª.

A segunda reflexão é a seguinte: é razoável no Brasil que um cidadão que retire a vida de um semelhante, ao que o Código Penal de 1940 dá o nome de homicídio simples, receba pena de seis anos de prisão/reclusão – de acordo com o art. 33 do Código Penal, para seis anos, a pena, o regime prisional é o semiaberto, de quatro a oito anos – e ele fique preso apenas um ano?

Se isso é razoável, se nos estudos de V. Exª, há alguma comparação que possa ser feita com outros países a respeito da pena de homicídio: seis anos, e o cidadão fica um ano preso no semiaberto para passar para o aberto. Se isso é razoável, se não ofende o dever fundamental do Estado de proteger o cidadão.

Homicídio, seis anos; um ano depois, ele sai do semiaberto, vai para o aberto e transita pelas ruas; muitas vezes, os familiares das vítimas encontram ele no açougue, no supermercado nas cidades menores. Se isso é razoável, na opinião do senhor.

Na mesma esteira, gostaria de ouvir do senhor se é razoável para todos os casos, como regra, a progressão de regime em um sexto. O cidadão fica preso no regime fechado, acima de oito anos, e, com um sexto, ele está na rua. Nós sabemos que não é a quantidade de pena que faz com que o cidadão deixe de cometer o crime. Isso Beccaria já disse um pouco antes da Revolução Francesa. Não é quantidade de pena, mas a certeza de que ele será punido.

Infelizmente, no Brasil, nós não temos essa certeza da punição em razão da progressão do regime. E nós alteramos no projeto do Código, esse projeto que está sendo debatido, o tempo de prisão para a progressão.

Uma outra indagação: na opinião de V. Exª, a Constituição estabelece um piso ou um teto para responsabilização das pessoas jurídicas pela prática de crime? Nós sabemos que a Constituição afirma que as pessoas jurídicas podem cometer crimes ambientais – e a Lei nº 9.605, de 1998, já traz essa conduta – e também crimes contra a ordem econômica. Na opinião de V. Exª, aqui nós temos um teto: a Constituição, ao afirmar esses dois crimes, proíbe que existam outros crimes praticados por pessoas jurídicas? Ou ela estabelece um piso: além desses, outros poderiam receber a chamada "conformação legislativa"? Nós, legisladores, estabeleceríamos outros casos de responsabilização das pessoas jurídicas.

Uma grande discussão que existe no Brasil hoje é a respeito da redução ou não da menoridade penal. Nós sabemos que o art. 28 do atual Código Penal fala aos 18 anos como imputabilidade. Mas a Constituição, no art. 228, fala que a responsabilidade criminal se inicia aos 18 anos. Nós não tratamos disso no Código Penal, porque está na Constituição. Mas é um tema que tangencia o Código Penal.

Na opinião de V. Exª, nós estaríamos aqui diante de uma cláusula pétrea constitucional, o art. 228? Ali nós teríamos uma regra que seria universal, como a vida, como a liberdade, como a igualdade? Ou nós não teríamos uma cláusula pétrea?

V. Exª entende que seria um avanço a transformação do furto quando não qualificado em crime de ação pública condicionada à representação? Para que o cidadão lá de Jangada, o cidadão mais simples possa nos entender, Sr. Presidente, hoje, os crimes contra o patrimônio, o furto – subtrair coisa alheia móvel sem uso da violência – é ação penal pública incondicionada; independente da representação, o que se diz, no linguajar popular, "o dar queixa do cidadão à autoridade policial", a autoridade policial tem o dever de investigar, e o Ministério Público tem o dever de denunciar o furto.

Muito bem. No projeto do Código Penal, nós mudamos isso: o furto simples, ou seja, quando não for qualificado, com rompimento de obstáculo ou coisa dessa natureza, exigirá do proprietário, da vítima, que compareça à autoridade policial e dê a ela ciência para que se inicie a investigação, ou faça a chamada representação.

No entender de V. Exª, isso seria um avanço? Porque hoje, daqueles que estão presos, dos 550 mil presos no Brasil, uma grande parte deles é de crimes patrimoniais, sem violência à integridade física do cidadão e tráfico de drogas.

Uma última indagação: na opinião de V. Exª, existiria um alto grau de subjetividade ou seletividade na diferenciação entre traficante e usuário que permitiria uma definição objetiva de quantidade da droga aportada para essa diferenciação? Seria possível nós estabelecermos, apenas com a quantidade de drogas encontrada, a diferença entre traficante e usuário de substância entorpecente? Ou essa abordagem apenas da quantidade facilitaria que traficantes transportassem pequenas quantidades para vender, burlando a repressão criminal?

Qual é a opinião de V. Exª?

São essas, Sr. Presidente, as indagações primeiras que eu faço a S. Exª o Ministro Sebastião dos Reis Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu vou acrescentar algumas indagações iniciais ao Ministro.

Eu gostaria de saber como V. Exª vê, através dos estudos que já proferiu, os crimes hediondos? Qual o tratamento dado por V. Exª na aplicação de crimes hediondos? Há alguma alteração a propor?

A Comissão de Juristas elaborou o anteprojeto do Código Penal e promoveu uma varredura na legislação extravagante. Analisou mais de 120 leis em vigor com algum conteúdo em Direito Penal Material e propôs revogações necessárias. Os dispositivos considerados penalmente relevantes foram preservados, ajustados e incorporados ao anteprojeto.

Considerando que as normas incriminatórias de proteção de bens jurídicos relacionados à matéria que possuem regulamentação própria como, por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor ou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), devem ser interpretadas também segundo os princípios basilares do regulamento correspondente?

Pergunto a opinião de V. Exª: a incorporação de todos esses crimes ao Código Penal poderia desvirtuar ou trazer prejuízos à correta interpretação da norma?

O sistema trifásico da pena – está é outra pergunta –, previsto no PLS nº 236, dá-se da seguinte ordem: primeiro, fixa-se a pena-base, tendo em conta as circunstâncias judiciais; em seguida, são consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes e observados os limites e, por último, as causas de diminuição e de aumento da pena. Eu gostaria de colher a opinião de V. Exª sobre a inversão da segunda e terceira fase, de modo que, após a fixação da pena, sejam consideradas as causas especiais de aumento e de diminuição que estão dispostas em parágrafos próprios dos dispositivos que estabelecem penas mínima e máxima. Por fim, as circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas, previstas na Parte Geral, evitando, dessa forma, Senador Pedro Taques, a ida e a volta entre a Parte Especial e a Parte Geral.

Seria possível essa inversão?

O Poder Judiciário – está é a última pergunta – encontra-se em verdadeira crise devido ao incessante aumento das demandas que lhe são submetidas. Da outra parte, o sistema prisional brasileiro está falido e superlotado. Nesse contexto, poderá atingir grau satisfatório de eficiência um novo estatuto criminal que se aproxima do Direito Penal máximo pela tipificação de condutas que poderiam ser tratadas por normas de natureza diversa?

Essas seriam as nossas perguntas preliminares.

Passo a palavra ao Sr. Ministro Sebastião dos Reis Júnior.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Esta última questão que o senhor colocou, Senador, está muito relacionada até com a primeira pergunta feita pelo Senador Pedro Taques em relação ao porquê do Código Penal.

Eu tenho externado uma grande preocupação, e digo isso pela experiência vivida no Superior Tribunal de Justiça quanto à pouca efetividade das nossas normas.

O Estado, hoje, tem… Em tese, por exemplo, você tem uma lei de execução penal extremamente…, que pode ser considerada boa, na teoria é muito boa; você tem um Código Penal, claro que em determinadas questões, ultrapassado, que necessita realmente de mudanças, mas eu acho que a maior dificuldade com que nos deparamos é a efetividade da lei penal. Ou seja, hoje você não tem uma estrutura: nem uma estrutura policial, talvez nem uma estrutura acusatória, nem uma estrutura judicial e nem uma estrutura prisional preparada para a nossa realidade. Então, você tem uma investigação…

Outro dia vi uma pesquisa que indicava que 80% das prisões hoje, no Brasil, são em flagrante. Ou seja, a capacidade investigativa do Estado não existe; é mínima.

Então, a grande preocupação que eu tenho em relação ao Código Penal e em relação à criminalização é nós estarmos criando uma estrutura teórica que não vamos ter condições de aplicar na prática, ou seja, de efetivar.

Eu tenho uma grande preocupação com determinadas questões que poderiam ser solucionadas no âmbito administrativo. Há questões de natureza ambiental, de natureza mesmo tributária, ou, vamos dizer assim, questões administrativas do dia a dia da administração que são criminalizados e que poderiam, de certa forma, ser solucionadas no âmbito da própria Administração com multas, com sanções e não com a penalização. O meu receio é justamente isto: nós termos uma legislação muito extensa, um rol de crimes muito extenso, e que não se tenha condição de torná-los práticos, de aplicar aquilo. E isso leva a quê? Ao descrédito do Código Penal. É a nossa realidade hoje, com as críticas costumeiras de que a Justiça não prende ninguém, de que a Justiça só solta, essas coisas todas.

O meu grande receio em relação ao Código Penal e a essa discussão talvez seja o excesso de criminalização de questões que poderiam ser solucionadas de outra forma e que levam à ineficiência do todo. Se eu não tenho hoje uma estrutura montada para apurar os crimes que já existem, que já são previstos, quanto mais se eu crescer essa criminalização. Este o meu grande receio, a minha grande preocupação. Ou seja, ao lado do Código Penal, nós teríamos que aparelhar o Estado, criar meios de se aparelhar o Estado para que esse Código Penal possa tornar-se efetivo.

Eu tenho comigo que o grande problema do descrédito do Direito Penal brasileiro hoje não são penas baixas, não é o cumprimento rápido. Nada disso. Eu acho que o grande problema hoje do nosso Direito Penal é a falta de efetividade. Você tem um criminoso ali do lado, e ele está solto não porque não foi penalizado ou porque a pena é leve; é porque ele sequer foi processado. São situações como essa… Eu não tive capacidade de investigar, de apurar, de processá-lo e de condená-lo no momento de aplicar a pena.

Nós temos cerca de 200 mil mandados de prisão a cumprir no País. Então, isso demonstra que alguma coisa está errada.

Eu acho que, talvez, o grande incentivador da criminalidade não seja a baixa previsão de repressão, vamos dizer assim, mas, sim, a falta de efetividade. Quer dizer, aquilo que eu já tenho, eu não consigo penalizar, eu não consigo processar, eu não consigo condenar e, mais ainda, eu não consigo punir. Essa é a minha grande preocupação.

Eu acho que nós temos que tentar achar um meio-termo de realmente o Código conseguir atender aos reclamos da sociedade, porque eu acho que não há como você se distanciar da sociedade, mas, ao mesmo tempo, evitar um excesso, de modo que ele se torne, diante de sua dimensão, algo inaplicável.

Às vezes, em determinadas situações – eu tenho manifestado isso em alguns processos no Superior Tribunal de Justiça –, acho importante ouvir a sociedade, principalmente esta Casa. Ou seja, ela tem de dialogar e ouvir os reclamos da sociedade. Afinal de contas, ela reflete o desejo da sociedade. Mas, muitas vezes, eu tenho certo medo não só de o legislador, mas de o próprio aplicador da lei agir levado pela emoção, por fatos pontuais. Eu acho que nós temos de pensar no todo. Nós não podemos deixar que uma determinada situação, um fato concreto, muitas vezes isolado, paute uma modificação, a criação de um dispositivo legal que seja um pouco desproporcional e não razoável.

Tenho um exemplo muito claro, hoje, no Código Penal, se não me falha a memória, o art. 273, que a gente chama de a lei dos remédios, que é o problema de tráfico, etc., em que você tem uma situação ali de uma pena completamente desproporcional: dez anos. É mais pesada que a pena para o tráfico. Então, se você pegar um menino que traz do exterior um remédio que, muitas vezes, lá fora é permitido, ele corre o risco de ficar preso dez, quinze anos; anabolizantes. Então, provavelmente, a lei foi criada em determinado momento, em razão de algum fato que deu causa àquilo lá, e você cria e dá causa a uma desproporcionalidade.

Há uma preocupação minha no sentido de que o legislador e o julgador ouçam, sim, a sociedade, mas eles têm que, de certa forma, atuar com certo filtro e até, eventualmente, uma certa frieza,de modo a não se deixar empolgar e levar por aquilo, até porque estamos em um momento em que estamos reformando o todo; ou seja, acho muito importante.

Em relação à questão de pena de homicídio, como eu disse, Senador, acho que o nosso grande problema é a efetividade da pena. Eu também acho que, de certa forma, seis anos é uma pena… Ainda mais se imaginarmos um todo. Era isso que estávamos falando; ou seja, você traz o anabolizante de fora e é penalizado com dez anos e, mata alguém, é penalizado com seis anos. Há um descompasso. É um problema das leis esparsas, em que você vai alterando o código pontualmente e esquece, às vezes, de pensar no todo em um contexto. Então, você cria essas incongruências.

Eu acredito, sim, que o homicídio, talvez, mereça uma penalização mais pesada, mas volto a falar: eu acho que a grande preocupação, ainda mais na questão do homicídio, é a falta de efetividade. Eu vejo hoje no Tribunal a quantidade de ações de *habeas corpus* que chegam discutindo o problema do excesso na demora; ou seja, são júris que demoram dez, quinze anos para se realizarem. Então, isso cria realmente um desassossego na sociedade e uma sensação de desânimo, de descrença. Então, talvez seja incapacidade. Você vê as

coisas acontecendo e vê a demora na atuação. São comuns aqueles casos em que você discute que a prisão é fundamental…

Outro dia eu estava examinando um caso, e é justamente isso: um dos fundamentos da prisão era que o preso estava andando solto na cidade, cruzando na rua – era uma cidade pequena – com os familiares, essas coisas todas. Então, isso cria realmente uma sensação de impotência do cidadão bom, que vê aquilo acontecendo.

Eu acho que, talvez, uma preocupação maior não seja só em relação à pena, mas talvez em criar estruturas que permitam que a justiça seja efetiva, porque é muito comum você discutir a demora no julgamento e você não pode imputar ao juiz a culpa daquilo. É simplesmente a falta de estrutura. O Judiciário, em muitas situações, não está aparelhado para atender a sociedade com a rapidez que se exige. É um problema.

A questão da progressão do regime também eu acho que bate com isso; ou seja, estamos num momento complicado e delicado, porque a pena tem realmente uma visão dupla: ela tem a intenção de punir, mas também de propiciar a ressocialização do condenado. Só que hoje, no Brasil, a ressocialização não existe. Vamos ser realistas: ela não existe. Há cerca de seis meses visitei a Colméia, que é o presídio feminino aqui em Brasília, e se vêem, em celas para 12, 40 presas. É uma situação em que você não permite a ressocialização de ninguém.

Desse modo, você começa a questionar o excesso de progressão talvez vendo assim: "Gente, como é que vou demorar com a progressão e vou manter a pessoa nesse inferno que é hoje?" Será que isso realmente é uma coisa justa, é uma coisa humana?

São ponderações que devem ser feitas, devem ser consideradas. Acho que o sistema prisional tem de ser revisto. Ele realmente não tem condições hoje de suportar a carga de presos. Acho que temos de desenvolver as sanções alternativas, medidas alternativas. Eu fiz uma leitura, e parece que há a previsão da barganha? Vocês estão retirando?

Eu não sei, Senador. Sinceramente, acho que determinados… Até em relação a sua pergunta sobre o furto, ou seja, se não seria interessante você… Confessou, resolveu, aplica uma alternativa, e morre aquilo lá, justamente por causa disso. Eu acho que temos que tornar o Judiciário efetivo. Foi até notícia do Jornal Nacional um julgamento no STJ em que discutimos a tentativa de furto de uma galinha de R$30,00 ou, então, um processo, em recurso especial, que julgamos sobre uma tentativa de furto de um guarda-chuva usado, com o valor de R$15,00.

Então, me pergunto se nós não devemos ser um pouco mais pragmáticos até diante da realidade brasileira. Vamos usar a Justiça naquilo que valha a pena, naquilo que realmente merece uma atuação efetiva.

A progressão de pena – talvez adequar o tempo, talvez relacionar o tipo de crime, ou seja, as circunstâncias – acho que pode ser revitalizada. E sempre há a impressão, quando você tem alguém condenado a seis anos, com uma progressão de um ano, ou seja, um sexto, da falta de efetividade da Justiça. Sempre passa para o cidadão aquele sentimento de que a Justiça falhou. Alguém matou uma pessoa e, com um ano, está solto. Então, há esse aspecto, vamos dizer assim, até moral e convencional da questão da progressão do regime.

Mas eu acho também, Senador, que, infelizmente, hoje, a progressão de regime é utopia. Ela existe na lei, mas não existe na prática, porque são pouquíssimos os Estados preparados para um regime semiaberto ou mesmo um regime aberto.

Na prática você tem milhares de brasileiros já com direito à progressão e que continuam num regime mais gravoso, num regime fechado.

Então, acho que temos também de avaliar essa questão. Será que não chegou o momento de darmos estrutura para que essa progressão se torne uma realidade e não se torne apenas uma previsão no papel? É o que acontece hoje. Há um grande número de *habeas corpus* que chegam ao Superior Tribunal de Justiça discutindo justamente isso. Às vezes as pessoas já ultrapassaram o direito à progressão há meses e meses e continuam no regime fechado. E muitas vezes o juiz fala: "Sinto muito, não tenho como fazer a progressão porque não há vaga no regime aberto ou semiaberto. Então, o senhor vai ficar no regime fechado." Isso também é um excesso por parte do Estado. A Justiça fazendo injustiça. E com o problema da falta de estrutura.

Sobre a responsabilização da pessoa jurídica, eu acho que a Constituição não dá exemplos; ela taxa as hipóteses. É um teto. Ela é taxativa.

Agora, em relação à criminalização das pessoas jurídicas, volto a falar aquilo que comentei há pouco. Não sei se seria necessário entrarmos nessa seara, porque acho que, talvez, no campo administrativo tenhamos condições de punir as empresas sem a necessidade de criminalizar. Talvez num mundo ideal, perfeito. Mas, na realidade brasileira, hoje, e nos próximos anos, porque não é algo que se mude do dia para a noite, você tem condições de abarcar esse crescimento na criminalização? É o meu grande receio.

Talvez não fosse mais efetivo você aparelhar também o Estado no que se refere às agências de controle? Por exemplo, questões ambientais você vai aparelhar o Ibama… Em outras questões, vai aparelhar o Banco Central…, etc. Eu não sei. Acho que, talvez, sobre a criminalização da pessoa jurídica, a minha maior dificul-

dade é que grande parte das sanções podem ser aplicadas no âmbito administrativo. Não vejo a necessidade de se criminalizar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente, neste ponto, enquanto o Ministro toma água, e nós não ofendemos a sua dignidade: o senhor encontra espaço constitucional no Brasil para criação de um Direito Administrativo sancionador, mais ou menos como existe na França? É lógico que lá há o contencioso administrativo, mas não esse contencioso administrativo; um Direito Administrativo sancionador entre o Direito Civil e o Direito Penal para esses casos em que o Direito Penal seria não a *prima ratio*, mas a *ultima ratio*. O senhor acha que a Constituição daria esse espaço?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em que estrutura? Como funcionaria?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Das próprias agências existentes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Das próprias agências existentes. O.k. É porque a pergunta ficou incompleta para o telespectador, e eu me senti no desejo de…

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. V. Exª sempre trazendo luzes ao debate.

Como o Ibama, que ele citou, e as agências estaduais, as secretarias de meio ambiente, no caso do Direito Ambiental, infrações ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Teria competência para aplicar esse direito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – É. Um Direito Administrativo sancionador, com medidas mais fortes, mas que não chega ao Direito Penal.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Eu acredito que sim. O Ministro Beneti, eu posso até estar falando um absurdo, mas, pelas conversas que eu tive com ele, tem uma proposta, inclusive, no sistema bancário, de criação justamente disso, para desafogar o Judiciário.

Hoje, você pega as turmas de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça, e grande parte dos processos envolvem questões bancárias, que são coisas pequenas. Então, ele sugere justamente a criação, no âmbito bancário, no âmbito administrativo, de tribunais administrativos, para solucionar isso, para desafogar o próprio Judiciário.

Eu não vejo problema algum em se criar isso, em relação, vamos dizer assim, a questões financeiras, a questões ambientais, porque você tem um outro caminho. Vamos dizer assim, nós não estaremos gastando o Direito Penal com situações que se podem resolver num âmbito administrativo.

Eu sou plenamente favorável. Na verdade, eu tenho uma posição que é a seguinte: eu acho que, hoje, o Judiciário brasileiro precisa de especialização. Eu vejo – até saindo um pouco, mas aproveitando o ensejo –, por exemplo, um juiz, hoje, que passa num concurso. Hoje, ele está na vara de família; amanhã, ele está na vara de falência; depois de amanhã, ele passa para uma vara de execução; depois, ele passa para um juizado especial. Ou seja, por mais preparado que ele seja, ele não tem capacidade de atuar com igual qualidade em todos esses ramos. Então, eu acho, sou a favor da especialização.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Um médico generalista… Mas eu sou a favor da especialização, inclusive nos tribunais. Caso se pudesse debater a criação de um tribunal administrativo, eu seria totalmente favorável a isso. Eu acho que, talvez, nós ganhássemos em celeridade e em qualidade, porque realmente as decisões seriam muito mais precisas por quem realmente está no dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Direito Administrativo, nos últimos anos, ficou pouco visível na sua aplicação, até por omissão deste mesmo Poder Legislativo. Eu acho que a gente não cuidou de avançar no Direito Administrativo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós, estamos fazendo desta reunião um verdadeiro debate, e eu quero parabenizá-lo por esta oportunidade.

A minha preocupação aí, nesse Direito Administrativo sancionador, para determinados casos, é a chamada seletividade do Direito Penal. Imagine: nós damos para os pobres a cadeia, no Direito Penal; os ricos nós vamos mandar para o Direito Administrativo. Nós não estaríamos aí categorizando as infrações?

Eu defendo um Direito Administrativo sancionador em determinadas situações, mas essa seletividade me preocupa. Imagine: questões bancárias nós vamos mandar para o Direito Administrativo. O pobre não comete crimes como gestão temerária, gestão fraudulenta. Aí, nós vamos estabelecer um Direito Penal para a senzala e um Direito Penal para a casa-grande.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Não, Senador, o que eu coloco é o seguinte: não é uma exclusão, dizendo que esses aspectos nunca serão penalizados. A minha preocupação é, talvez, fazer uma seleção e deixar aquilo que realmente exige a atuação do Direito Penal, e não simplesmente transportar tudo aquilo em que hoje não se consegue, muitas vezes, a sanção administrativa, para o Direito Penal, e muitas vezes,

inclusive, como uma forma de se atingir, de se alcançar um objetivo que não se alcançou ou na fiscalização, ou de forma tributária, no recolhimento de impostos etc. Então, essa é a minha preocupação.

No que se refere à redução da menoridade penal, eu acho que é um tema extremamente delicado, extremamente complexo. Eu, particularmente, acho que a grande dificuldade que eu vejo hoje no Brasil é dizer onde vamos botar esse pessoal. Ou seja, vou aumentar… Hoje, de 100% dos crimes que são cometidos por menores de 18 anos, 45% são daqueles entre 16 e 18 anos, 45% entre 14 e 16 anos, e 10% para os menores de 14 anos. Aí, você hoje vai reduzir; reduz para 16 anos e, daqui a pouco, você entende que 16 anos não é suficiente. "Eu vou reduzir para 14 anos." Eu tenho essa preocupação.

E a preocupação que mais me assusta é que eu não vejo a discussão quanto ao ponto central disso, que é o básico, a falta de educação.

Senador, eu fui, cerca de um mês e meio atrás, à Papuda, fazer uma visita, com alguns juízes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Eu presenciei a triagem, a chegada. Era uma sexta-feira, e estavam chegando os presos. Eu fiquei assim… Eu tenho um filho de 20 anos e uma filha de 22 anos. Eu vi meus filhos lá dentro; eu digo que a idade dos que estavam chegando lá era essa idade. Então, você olha o desespero no rosto daqueles meninos. É uma geração perdida. Então, você olha: todo mundo de cabelo raspadinho, camiseta branca, bermuda branca, chinelo, naquela fila enorme, para ser vacinado, para receber as primeiras orientações, as primeiras instruções, e você fala: "Gente, o que nós vamos fazer? Esse pessoal está perdido. É uma geração que está indo embora".

Nós vamos reduzir a menoridade penal e nós não vamos solucionar problema nenhum. Nós vamos estar, digamos assim, mudando. Vamos pegar mais algumas milhares de pessoas, colocar na vida adulta, e vamos trocar: no lugar de ficarem num estabelecimento apropriado para menores, que também são verdadeiros infernos, vamos colocá-los em presídios, que também são outros infernos.

Então, é isso que nós vamos fazer. Não se está solucionando. Aquele que quer-se utilizar do menor hoje, vai falar: "Eu não posso usar o de 17anos…". Ele pega e dá a arma para o de 14 ou para o de 15 anos.

Então, a minha preocupação é esta: será que isso vai solucionar alguma coisa? Será que isso não é simplesmente uma medida de resposta? Ou seja, vamos responder, vamos criminalizar, vamos penalizar esses menores. E pronto, acabou. E daí? O próximo passo vai ser qual? Reduzir de 16 para 14? E depois reduzir de 14? Porque é o que vai acontecer.

Se nós não formos ao x da questão, que é justamente a educação, é dar um futuro para esses meninos, porque o que falta para esses meninos é um futuro, uma perspectiva de vida. Eles não têm acesso a educação, não têm acesso a saúde, não têm acesso a cultura, não têm acesso a emprego. Então, você vê um menino desse e o que você espera? Ele cria uma revolta natural. Ele está lá na favela, sem direito mínimo, aí aparece um chefão…

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Alicia.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Alicia, oferece para ele dinheiro; oferece para ele aquilo; ele começa a ter acesso e pode comprar um tênis, pode comprar uma camiseta, pode ter o celular que ele quer. Ou seja, o Estado está ausente, e o crime vai atuar. Essa é a realidade.

Então, em relação à menoridade, a minha grande preocupação – não vejo impedimento constitucional na sua redução –, o meu receio aqui é saber se isso vai solucionar alguma coisa. Realmente, eu não vejo a redução com condições para solucionar.

Volto a falar da falta de estrutura. Há instituições para menores completamente desestruturadas, despreparadas para aperfeiçoar, para reeducar, para colocar esses meninos no bom caminho. Eu digo isso – e me desculpem fazer referência aos processos, mas é porque eu acho que aí vemos um pouco da realidade – pois se veem situações nesses processos que envolvem a discussão do ECA, a discussão sobre internação, sobre liberdade, liberdade assistida, etc.; vêem-se situações em que o menor não tem família. Há audiências para as quais o pai ou a mãe é convidado, e não comparece às audiências. O juiz sentencia às vezes a um regime mais rigoroso, como a internação, porque vê que ele não tem o apoio da família. Ele vive sozinho, ele vive solto no mundo.

Então, às vezes, aquele delito que ele cometeu nem é próprio do regime de internação, mas o juiz acaba impondo o regime de internação por ausência de alternativas ou de possibilidades reais de aquela situação ser minorada, ser atenuada.

Então, não vejo a questão da idade como o grande problema. Eu acho que o grande problema é a falta de preparo do Estado em dar condições a essa juventude de entrar no mercado de trabalho, desenvolver-se, ter acesso à educação, ter acesso à saúde. O Estado está se omitindo e, consequentemente, o crime realmente é o caminho que acaba sendo escolhido. Muitas vezes até – e aí vem o meu grande receio da criminalização – um menino de 16, 17 anos serve, por exemplo, como olheiro na favela não por vontade própria, mas porque ele é quase coagido a atuar daquela forma. E aí você vai penalizar esse menino como se fosse um traficante normal?

Ou seja, um menino que, às vezes, faz por falta, realmente, de alternativa? Não seria um excesso de rigor? Se fôssemos admitir isso, talvez não teríamos que fazer uma espécie de critério caso a caso? Não sei.

Radicalizar e simplesmente reduzir a menoridade acho muito drástico e acho que não vai trazer nenhum efeito concreto. Acho que é mais dar voz a um desejo de vingança da sociedade, de repúdio da sociedade a alguns fatos que ocorreram recentemente, do que propriamente uma medida de política criminal.

A questão do furto, como falei, Senador, vejo com extrema simpatia essa medida de tornar o furto simples como condicionado. Até porque, na verdade, hoje em dia, grande parte dos furtos não são nem comunicados. Se alguém rouba o seu celular, você não vai perder tempo. O máximo que você faz na Polícia é para registrar a ocorrência, e não é nem para apurar, porque se sabe que ninguém vai apurar isso. Você registra a ocorrência para não ter problema depois, de alguém usar seu celular, usar seu número e trazer consequências. Estou falando de celular, mas, se alguém rouba um casaco seu, roubou, roubou; furtou, furtou. Você não vai registrar.

Então, acho que seria uma medida extremamente proveitosa. E aí eu volto, talvez, a pedir, porque essa é uma preocupação minha. Li, em algum lugar, o problema do instituto da barganha…

Eu estive na Alemanha, há pouco tempo, no final do ano passado, em um curso com a participação de profissionais do Direito de toda a América Latina, com professores alemães. Um dos debates, uma das palestras foi justamente sobre a atuação do Ministério Público alemão. E eles falaram o seguinte: "Olha, de cada cem, vamos dizer assim, notícias de crimes que temos aqui, nós prosseguimos com vinte. Nós vamos ver a efetividade, a razoabilidade, vamos ser pragmáticos: será que vale a pena esse negócio?" Agora, nesses vinte que eles prosseguem, o índice de condenação é altíssimo, porque, quando eles prosseguem, eles têm elementos concretos para apurar responsabilidades.

Então, eu acho que, de certa forma, chegou o momento de sermos um pouco pragmáticos e tentar, volto a falar, tornar a Justiça efetiva. Ou seja, gastar o tempo da Justiça com coisas que, realmente, valham a pena, que justifiquem a atuação e que vão ter uma repercussão.

Por exemplo, há uma discussão muito grande no tribunal sobre insignificância e a reincidência. Eu entendo perfeitamente quem considera que, no caso da reincidência, não se deve aplicar a insignificância, porque, na verdade, você estaria incentivando a criminalidade. Mas aí volto a perguntar, gente: gastar a estrutura do Estado para punir, por exemplo, neste caso, o furto do guarda-chuva? Foram cinco anos para o processo chegar ao STJ para julgar tentativa de furto de um guarda-chuva?! E você sabe que a minha decisão foi: vai processar? Vai. Volta, para chegar lá embaixo e dizer: está prescrito.

O que ganhamos com isso? Será que foi proveitoso isso, ou seja, submeter o cidadão a uma ação penal durante cinco, seis anos, para chegar à conclusão de que uma eventual pena não vai poder ser aplicada?

Então, eu acho que é o momento de talvez sermos um pouco mais pragmáticos. Por isso, minha preocupação de que um crescimento exagerado do Código pode torná-lo mais não efetivo, diante da nossa realidade, diante da nossa falta de estrutura apuratória, falta de estrutura acusatória, falta de estrutura daquele que vai aplicar a lei e, em um momento final, a falta de estrutura do nosso sistema prisional, que não só não recupera como, muitas vezes, não consegue nem prender quem deveria prender.

A questão do traficante e usuário é muito difícil também. Sei que Portugal tem uma lei em que eles estipulam, ou seja, eles fizeram um cálculo, com o pragmatismo português, que é próprio, em que tantas gramas de maconha dá para usar cinco dias, então, se ele for pego com aquilo significa que, na verdade, é um usuário, tantos gramas de cocaína, etc.. É claro que, com isso, de certa forma, se cria um critério objetivo para separar o traficante do simples usuário, mas, por outro lado, realmente, como o Senador falou, facilita-se a traficância porque o traficante passa a fracionar.

É o que acontece hoje, inclusive já acontece isso muito hoje. Ou seja, o traficante, muitas vezes, não fica com a droga toda em sua posse, ele tem um lugar, uma pedra, onde a droga está escondida, então, se ele for pego, ele está com uma quantidade e pode alegar que é para uso próprio. Isso já acontece hoje em dia.

Então, na verdade, vamos nos deparar, Senador, e isso é um problema dos senhores, ou seja, é uma opção legislativa saber qual seria o melhor caminho para enfrentar essa questão do tráfico de drogas e do usurário.

Realmente, eu não tenho uma posição firmada em relação a isso, eu confesso que não tenho. Acho que precisaríamos de um estudo mais aprofundado. Inclusive, a descriminalização de drogas, também acho uma coisa muito complicada, muito complexa. Há os prós e os contras.

Eu estava vendo uma notícia essa semana, na Holanda, em que houve autorização, ou seja, na verdade, ficou a critério de cada município a venda de maconha. Parece que Amsterdã continua vendendo, mas, por exemplo, em cidade menores, em que foi proibida a venda de drogas naqueles bares, naqueles cafés, houve um aumento do tráfico, ou seja, a consequência imediata foi o aumento da traficância.

Então, acho que essas coisas sempre têm dois lados, a moeda tem sempre os dois lados, acho que temos que avaliar os prós e os contra, talvez fazer um estudo estatístico, talvez criar eventualmente uma válvula de

escape para esse critério objetivo, ou seja, não deixar única e exclusivamente amarrado à objetividade, mas dizendo que, dependendo da circunstância, o simples fato de estar com uma determinada quantidade de droga não o qualifica, não o define como um simples usuário. Então, talvez criar uma válvula de escape, alguma coisa assim.

No Código Penal, a questão dos crimes hediondos.

Eu tenho receio de que, daqui a pouco, o crime hediondo, que é uma exceção, se torne uma regra. Há uma tendência, cada vez mais, a aumentar o rol de crimes hediondos. E eu não sei, como fator repressivo, se ele tem algum efeito; talvez como fator punitivo, sim, aumenta o prazo de progressão, essas coisas, mas, como fator repressivo, eu acho que, infelizmente, o criminoso não está preocupado se a pena dele vai ser cinco ou seis ou dez anos, eu acho que ele está preocupado em saber se ele corre um risco efetivo de ser pego ou não.

Então, volto a falar, se aparelharmos nossa Polícia, a nossa Justiça para que torne as penas já existentes efetivas, acho que isso vai se tornar fator repressivo muito maior do que o simples aumento de penalização ou a simples hediondez dos crimes.

Quanto à questão da reunião no Código Penal de leis esparsas, acho que ela tem uma grande vantagem, que é evitar a desproporcionalidade. Isso que citei há pouco quando falei dos remédios, dos anabolizantes. Quando começa a haver leis esparsas tratando de aspectos penais, corre-se o risco de se ter uma desproporção, ou seja, num determinado contexto, até por ser uma lei mais atual, mais moderna, ela vai prever uma penalização, muitas vezes, mais agressiva do que um delito, em tese, mais gravoso; e, por ter uma previsão mais antiga, a pena ainda é uma pena inferior àquela.

Então, a grande vantagem de se uniformizar, colocar num texto só todo esse arcabouço penal é justamente permitir um melhor diálogo entre pontos do aspecto punitivo Agora, de outro lado, temos a facilidade de que, muitas vezes, a Lei Penal surge diante de um determinado contexto.

Então, por exemplo, você está tratando de um crime previsto no CDC, há uma interpretação ligada à própria estrutura do Código de Defesa do Consumidor. Da mesma fora, os crimes ambientais, que têm todo um contexto com a legislação ambiental. Então, às vezes, você retirando aquele dispositivo da lei especial, ou seja, da lei própria, trazendo-o para o Código Penal, você corre o risco de criar dificuldades na interpretação daquele dispositivo, porque ele passa a ficar isolado fora de determinado contexto, passa a ficar meio sem razão de ser.

Então, eu acho que essa é a grande dificuldade. Mas eu acho também, talvez até fazendo referências, remissões, talvez a própria lei penal fazendo remissão à lei especial, pode dar certo. E cabe ao julgador interpretar a lei dentro de um contexto. A interpretação da lei penal, não só a Lei Penal, mas da lei em geral, não é uma interpretação da lei literal em que se pega o dispositivo legal, lê e resolve o problema. Não. Você vai interpretar dentro de um contexto. Mas vai caber ao legislador, com a retirada da Lei Especial e a colocação em um Código Único, esse cuidado. Você vai exigir do aplicador da lei um cuidado maior, ou seja, um preocupação em visualizar o contexto daquele dispositivo e de que modo ele deve ser interpretado diante da realidade a que ele se vincula.

A questão do sistema trifásico, ou seja, dessas idas e vindas, confesso que não tenho ideia se vai ser melhor, vai ser pior. A grande dificuldade que vejo hoje na aplicação da lei, em relação aos agravantes e atenuantes, é na discricionariedade que tem o juiz. Eu não sei se seria interessante você fixar um determinado percentual por agravante ou por atenuante.

Eu acho que hoje – digo isso porque uma das grandes discussões que temos no tribunal é a questão da dosimetria de pena, em que se vê muito aberto, ou seja, não existe uma… Depende muito de cada juiz; para uns, determinadas circunstâncias têm peso maior, para outros, peso menor. Então, fica meio aberto. Há alguns acréscimos desproporcionais e meio arrazoáveis. Então, se você fixar ou estabelecer um percentual para cada uma dessas atenuantes e para cada uma dessas agravantes, você consiga tornar a dosimetria mais fácil e mais compreensível inclusive para aquele que vai, vamos dizer assim, ser o agente, o polo passivo da sentença. Ele vai compreender melhor. Hoje, é muito difícil compreender o raciocínio do juiz ao fixar a pena. Se o juiz não é didático, se ele não deixa muito claro, fica difícil. Esse sistema trifásico inclusive tem como objetivo justamente tornar didática a aplicação da pena, ou seja: primeiro isso, as circunstâncias a serem consideradas são tais, tais e tais; em um seguindo momento, vou ver as atenuantes, vou ver as agravantes, e, em um terceiro momento as situações especiais.

Então, você tem um progresso, ou seja, a pena vai por um caminho. Eu acho que é uma grande vantagem, mas, mesmo assim, você encontra, em determinadas situações, uma sentença em que não se sabe o que levou o juiz a fixar, a identificar. Ele simplesmente fala de forma genérica e taxa um determinado *quantum* de pena e você fica pensando em como ele chegou a esse valor.

A minha maior preocupação acerca do sistema trifásico, mais do que essas alternâncias do ir e vir, é estipular, nas causas aumento, algum critério mais objetivo, que possa orientar ao juiz a uma aplicação mais tranquila da pena.

Eu acho que, em uma primeira leva, era isso. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) –Agradecemos muito ao Presidente Felix Fischer por ter encaminhado para este colegiado um Ministro com tanta competência e atualidade nas discussões da matéria.

Esse bate-papo realmente, neste primeiro momento, foi extraordinário. Consulto o Senador Eduardo Suplicy se deseja fazer alguma pergunta ao Ministro Sebastião Reis.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, meu caro Relator Pedro Taques, quero cumprimentar o Ministro Sebastião Reis Júnior, que, acredito, deu uma colaboração muito positiva. Sinto que praticamente todas as opiniões que V. Exª aqui nos transmitiu estão bastante de acordo com o que tenho proposto como membro da Subcomissão de Reforma do Código Penal e também aqui na CCJ.

Também estou de acordo em que a criminalidade, sobretudo entre os jovens, depende muito das condições sociais e de viabilizar as boas oportunidades de educação para todos e de sobrevivência.

Gostaria de lhe transmitir que, certo dia, estive na Febem dialogando com 500 rapazes de 14 a 20 anos, que estavam ali em situação de dificuldade.

A senhora da ONU responsável pelos direitos humanos saiu de lá dizendo que era horrível. Estavam 500 jovens em 150 camas, mais de três por cama, e pedi a eles para explicar o que seria a instituição de uma renda básica de cidadania. Após uma hora e meia de diálogo, disse a eles que tinha a certeza, a convicção, de que, se já estivesse em vigência, muito provavelmente eles não teriam cometido os delitos que os levaram para lá dentro. Eles me deram razão e perguntaram quando vai acontecer.

Está nas mãos da Presidente Dilma ver os passos necessários para implementar, porque já é lei aprovada por todos os partidos, há dez anos, e sancionada pelo Presidente Lula. Na Câmara e no Senado todos os partidos defenderam e aprovaram. Então, muito do que V. Exª aqui expressou está de acordo com o que penso.

Um dos temas mencionados por V. Exª e que estão aqui sendo objeto da nossa reflexão refere-se justamente às penas alternativas restritivas de direito e que foram mencionadas como algo que pode e deve ser modificado, tendo em conta que os infernos que são hoje os estabelecimentos penais brasileiros, a superlotação. Eis porque estou de acordo em que deveríamos implementar essas formas alternativas.

Do meu diálogo com as pastorais carcerárias e com as instituições que trabalham com os internos nas prisões, nas minhas visitas às prisões, tenho trazido a ideia de aumentar a aplicação das penas alternativas para os crimes não violentos. Por isso, agradeço se puder nos dizer, Ministro Sebastião Reis Júnior, como vê o incremento das penas alternativas, também denominadas restritivas de direito, no nosso ordenamento jurídico. Como é que poderemos operacionalizar essa intenção e como vê a aplicação das penas alternativas ou restritivas de direitos para crimes cuja pena, em princípio, poderiam atingir até seis ou oito anos de reclusão, porque hoje podem ser aplicadas para penas de até quatro. Não seria o caso de aumentarmos para até seis ou até mesmo para oito anos de reclusão a aplicação das penas alternativas?

Meus cumprimentos a V. Exª e muito obrigado por sua contribuição a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente…

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só queria registrar que estou plenamente de acordo com a sua avaliação sobre a diminuição da maioridade penal. Também conforme o senhor nos colocou, eu estou de pleno acordo com o ECA. Não estou de acordo em diminuí-lo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas fazendo referência ao projeto, digo que, existe no substitutivo que nós apresentamos 355 figuras típicas, 355 crimes. Nós temos no Brasil, hoje, 1.750 crimes. Reduzimos para 355, sem contar, é óbvio, nessas 355, as causas de aumento e diminuição, os tipos privilegiados e qualificados. Desse total, dos 355, existem 81 tipos penais cuja pena não excede dois anos, sendo, portanto, de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei 9.099, de 1995. Então, 81 tipos de menor potencial ofensivo. Existem 185, desses 355, que, na figura básica, admitem o regime inicial aberto e a substituição por pena restritiva de direitos, atendendo ao anseio do Senador Suplicy. Vinte e quatro desses 185 trazem dispositivos de qualificação ou de causa de aumento. Dos 355, existem 126 cuja pena máxima excede quatro anos, obstando regime inicial aberto e a substituição. Portanto, existe mais possibilidade de substituição – vou repetir para que o mais não seja confundido com a adversativa mas –, mais possibilidade de substituição

do que hoje. Existem 45 figuras cuja pena excede oito anos. Portanto, não é um Código reacionário, mas um Código que busca alternativas, como aqui foi bem dito pelo Senador Suplicy – e isso é importante que seja dito.

V. Exª fez referência à barganha. Nos EUA como na Alemanha – e V. Exª bem o sabe –, o promotor é chamado de juiz na porta do tribunal, porque o Ministério Público resolve tudo, e o juiz só homologa. Daí, nós ficarmos surpresos, muitas vezes, com aquele julgamento nos EUA que demoram oito meses, apenas um julgamento. Por isso, eles têm tempo para julgamento com essa extensão, u seja, porque a maioria dos casos resolve-se por meio da barganha.

Nós, a Comissão de Juristas, melhor dizendo, por inspiração do Ministro Dipp, do Prof. Luiz Flávio Gomes, que trouxeram para o Código Penal a barganha, nós a retiramos, isso foi retirado na Comissão, no substitutivo, em razão de debates com os Senadores. Eu concordo com V. Exª que melhor seria que deixássemos para o Direito Penal, para a própria ação penal, o processo, como se diz na gíria, os casos mais graves, e nós os resolveríamos por intermédio da barganha ou transação penal.

A Lei 9.099, de 95, que mitiga e abranda o princípio da obrigatoriedade ainda é muito acanhada no Brasil. Nós precisamos aumentar essa possibilidade que também a defendo.

V. Exª fez referência ao sistema carcerário. Eu entendo que existam 550 mil presos no Brasil. Mas isso é muito ou pouco? Penso que a pergunta não deva ser essa. A pergunta deveria ser: prende-se bem ou prende-se mal no Brasil? Existe uma Comissão aqui, de juristas, que já entregou seus trabalhos, presidida pelo Ministro Beneti, que trata da nova Lei de Execução Penal.

Vejo que a estrutura: polícia, Ministério Público, Judiciário, sistema carcerário ou direito penitenciário, vamos chamá-lo assim, precisa, sim, de apoio, precisa de recursos. Mais recursos e menos discursos, vamos dizer assim. A União precisa encontrar sua atuação correta. Se formos buscar, nos recursos que a União orçou para o sistema penitenciário, o que foi efetivamente concretizado e liquidado, é uma piada! Com respeito à expressão piada, é uma farsa! Não se concretizou absolutamente nada.

No tocante à redução da maioridade penal, se V. Exª me permite, Sr. Presidente, temos que 1% dos crimes praticados no Brasil, segundo levantamentos, são perpetrados por adolescentes: 1%, pelos antigos "de menor" que se como se chamava no antigo Código – "de menor". Os adolescentes, um por cento. Desse 1%, existem crimes graves, ou atos infracionais que revelam crimes graves, e também, no Código Penal, aumentamos a pena da antiga corrupção de menores, para evitar que o "de maior" – essa expressão que até é corriqueira –, que o maior de 18 anos possa se utilizar do adolescente como instrumento para a prática de crimes.

Agora, com todo o respeito, Senador Suplicy, imagine o seguinte: como vamos resolver o problema de um Champinha, lá de São Paulo? Através da renda mínima? Eu não vejo possibilidade de, através de programas governamentais, resolvermos determinados crimes que são mais do que graves – mais do que graves. Sim, existem adolescentes que praticam crimes graves, e nós não resolvemos isso com renda mínima. Com todo respeito, não resolveremos isso com renda mínima. O STJ teve oportunidade de julgar, recentemente, um caso do Estado de Mato Grosso em que o adolescente de 17 anos já cometeu seis homicídios, sem contar a violação à dignidade sexual. Como vamos resolver isso com renda mínima?

Então, defendo uma Proposta de Emenda à Constituição do Senador Aloysio Nunes, que, em determinados casos, de 16 a 18 anos, possamos instaurar o chamado incidente de desconsideração da inimputabilidade. Através do Ministério Público, pede-se isso a um juiz especializado – e aí comungo da opinião de V. Exª a respeito da especialização – porque temos que compreender que a realidade brasileira de 2014 é diferente da realidade de 1940. É diferente. Recentemente, tivemos um caso – mas é um caso, não podemos pegar a parte pelo todo, mas é um caso – em que um cidadão de 17 anos 11 meses e 27 dias cometeu um crime gravíssimo. Ele teve o tirocínio ou amadurecimento para entender que, se praticasse o crime daí a três dias, seria responsabilizado como "de maior", como adulto. Como ele tem esse tirocínio, esse amadurecimento, e não tem para responder criminalmente?

Então, em casos graves, que podem ser qualificados como crime hediondo, não há projeto de renda mínima que dê resultado. E quero parabenizar o Senador Suplicy por esse debate.

O Direito Penal, em determinadas situações, tem que ser, sim, não a *ultima ratio*, mas a *prima ratio*, o primeiro soldado a ser utilizado. Essa proposta não radicaliza. Ela traz casos monstruosos como este. A sociedade brasileira não pode permitir que, por utopias, por filosofia, ainda tenhamos casos desta ordem. Vejo que, neste exemplo do Estado de Mato Grosso, o STJ – ele, o Superior Tribunal de Justiça – não sabe o que fazer, porque as medidas socioeducativas de internação, do Estatuto da Criança e do Adolescente não resolvem. E o que vamos fazer neste caso? O cidadão quer resposta, e o Estado tem o dever fundamental de proteger o cidadão que seja honesto, tratando aquele que comete crime com dignidade, com respeito aos seus direitos fundamentais. Mas o cidadão que não comete crime tem o direito de ser protegido pelo Estado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom, eu tenho ainda duas perguntas. Uma V. Exª já começou a comentar e teve já alguma preocupação a esse respeito, que é com relação ao princípio da insignificância.

O projeto do Código Penal, substitutivo do Senador Taques, estabelece acerca do princípio da insignificância, em que não há crime quando cumulativamente se verifica no caso concreto e sendo possível o seu reconhecimento nas seguintes condições: mínima ofensividade da conduta do agente, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Tendo em vista a grande quantidade de recursos que versam justamente sobre a aplicação desse princípio – é o guarda-chuva usado –, como poderia o legislador aprimorar essa disposição legal? Qual a sugestão que V. Exª daria para orientar o julgador? Ou seria o caso de deixar essa delimitação para a construção pretoriana?

Essa é uma indagação.

A outra, V. Exª já fez a sua exposição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se possível…

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim, sim. Pode falar, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se for possível, já que o Senador Pedro Taques fez algumas reflexões.

Aqui aprendo muito, Ministro Sebastião dos Reis Júnior, com o Senador Pedro Taques; todos nós aqui aprendemos com o conhecimento jurídico dele e reflexões também. Mas S. Exª vai precisar realizar um esforço ainda maior para me persuadir de suas teses, porque tenho a convicção de que, mesmo os casos extremos, que têm sido tão colocados pela imprensa, pelos divulgadores, pelas emissoras de rádio e televisão, expondo que esses casos só teriam jeito com a condenação muito drástica dessas pessoas, mas eu tenho a convicção de que, na maioria dos casos, se houvesse, de fato, aliado à boa oportunidade de educação, bem como o direito à sobrevivência para todos, então…

O Senador Pedro Taques mencionou a utopia, mas, na verdade, aqueles que lutam por utopias… Em 2016, o senhor sabe que vamos comemorar e lembrar muito bem os 500 anos de *A Utopia* de Thomas More, e ali, no livro primeiro de *A Utopia* está aquele diálogo tão significativo em que o cardeal arcebispo e outro personagem, Thomas More – o Rafael Hitlodeu – estão conversando sobre a pena de morte, que, instituída então na Inglaterra, não havia colaborado para diminuir a criminalidade violenta, os assaltos, os roubos, os assassinatos. Eis que então Rafael Hitlodeu, viajante português – Hitlodeu significa um contador de histórias – observa que muito mais eficaz do que infringir esses castigos horríveis a quem não tem alternativa senão de, primeiro, tornar-se um ladrão para daí ser transformado em cadáver, é você assegurar a sobrevivência das pessoas.

Com base nessa reflexão, um amigo de Thomas More, Juan Luis Vives, espanhol, escreveu para o prefeito da cidade flamenca de Bruges *De Subventione Pauperum Sive de Humanis Necessitatibus*, onde, pela primeira vez, propõe a garantia de uma renda aos habitantes de Bruges.

Felizmente, o Brasil é o primeiro país do mundo que aprovou uma lei, sancionada há dez anos, para que toda pessoa, não importa a origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, possa receber uma renda suficiente para sua sobrevivência.

Então, eu tenho a convicção de que os personagens que por vezes não têm alternativa senão a de tornar-se os aviõezinhos das quadrilhas de narcotraficantes ou as moças que resolvem, então, pelas mesmas razões, para dar de comer em casa, vender seu corpo, o dia que houver o necessário para sua sobrevivência e de todas na sua família, essas pessoas vão ganhar o poder de dizer "não, agora não vou aceitar essa única alternativa que vai ferir minha dignidade, colocar minha saúde e vida em risco; agora posso aguardar um tempo, quem sabe fazer um curso, até que surja uma oportunidade mais de acordo com a minha vocação".

É nesse sentido, pois, que vai se elevar o grau de dignidade e de liberdade a todos.

Muito obrigado.

Só para continuar o meu construtivo diálogo com meu querido amigo, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k, Senador Suplicy.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita?

Alguém já disse que não há novidade na história, o que existe é uma parte da história que nós não lemos. Muito bem. Eu sou mais hobbesiano do que Rousseau em determinado momento. Quero expressar ao Senador Suplicy meu respeito, mas essa Utopia bem descrita por More há quase quinhentos anos levava em conta aquele momento histórico. Hoje é outro momento histórico. A sociedade é cambiante, a sociedade muda, e eu sou daqueles que entendem que os mortos não podem vincular os vivos. Nós temos que ler os mortos, mas entender que nós estamos vivos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bem vivos. Vivos e vítimas.

Ministro Sebastião, devolvo a palavra a V. Exª para fazer suas considerações finais, usando as últimas perguntas que lhe foram formuladas.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR – Eu não invejo a situação dos senhores, eu não a invejo realmente, porque essa questão da discussão acerca do Código Penal não é fácil. Acho que é o direito mais palpitante, é o direito mais bonito, é aquilo que mexe mais com o dia a dia do cidadão. Se não há um caso que o envolva, há um caso que envolve o vizinho, o amigo. É uma coisa muito próxima do cidadão.

Então, criam-se justamente esses debates, e nós colocamos aqui situações díspares. Realmente, acho que a grande massa dos menores que estão envolvidos hoje com o crime é levada a essa situação. Essa não é uma opção, não é uma escolha. Realmente, são circunstâncias. Aí vem o meu receio de simplesmente se tornar regra a redução da menoridade. Daí também eu ter feito aquela observação de se criar, talvez, um escape. Realmente, existe aquele de 17 anos – é um fato que aconteceu em Brasília e que não podemos negar – que age de forma consciente. Inclusive, ele teve tanto sangue frio que filmou aquilo. Realmente, é difícil dizer que ele não sabia o que estava fazendo, que ele não tinha consciência do ato que estava praticando ou que ele fez aquilo levado pelas circunstâncias, que ele foi coagido. Isso é muito difícil. Talvez, haja a alternativa de se criar uma exceção à regra, de se separar o joio do trigo, de não se reduzir drasticamente ou de não se tornar uma regra a redução da menoridade, mas de se permitir que, em situações excepcionais ou diferenciadas, possamos tratar também de forma diferenciada aquele indivíduo.

No que se refere à questão das medidas alternativas, Senador, eu sou totalmente favorável. Acho que a prisão realmente deve ser adotada no caso de crimes violentos, de crimes excepcionais. Vai para a prisão aquele que mostra, por um motivo ou por outro, que não tem condições de conviver em sociedade. Acho que a medida alternativa, se somarmos até a questão da barganha, torna tudo isso muito mais fácil. Fica mais fácil agilizar o processo. Hoje, é muito mais fácil, se há uma alternativa, por mais que seja desgostoso sofrer uma sentença penal, um cidadão aceitar aquilo, deixar de prolongar aquela discussão, aquele debate, perante o próprio Judiciário e cumprir aquela pena alternativa do que insistir numa discussão de inocência e de absolvição, sem contar que, muitas vezes, a pena alternativa, até pela sua natureza, pode provocar a consciência do indivíduo. Ela pode colocar esse indivíduo diante de uma realidade que o faça realmente pensar e repensar a vida.

Então, sou totalmente favorável ao acréscimo das penas alternativas. Acho que esse é o caminho que nós temos, até porque o nosso sistema prisional não suporta isso. O senhor falou o certo: temos de deixar a cadeia para quem a merece. Infelizmente, há uma mistura na cadeia, pois aquele que é inocente útil fica junto com um criminoso contumaz.

Há uma coisa que me preocupa muito hoje e que tem ocorrido cada dia mais: as mulheres de presos são pegas levando drogas para o presídio. E aí você pergunta: "Ela leva a droga por vontade própria ou porque ela é uma traficante?" Não! Muitas vezes, ela leva a droga porque ela está ameaçada ou porque o próprio marido ou companheiro está ameaçado lá dentro, porque, se ela não leva a droga, ele morre lá dentro ou aqui fora. Aí você vai fazer o quê? Você vai prendê-la, vai levá-la para o presídio? E, provavelmente, ela tem uma criança pequena, que será deixada ao desabrigo. Então, é um círculo vicioso em que a gente tem de pensar muitas vezes, e, talvez, medidas alternativas possam diminuir isso.

Agora, aproveito para pedir o empenho dos senhores para buscar o desenvolvimento da Defensoria Pública. É outro caminho que temos de pensar como forma de desafogar essa situação. Existem hoje milhares de presos que são mal defendidos, ou seja, eles não têm atenção, não contam com alguém. Percebo que, hoje, as Defensorias dos Estados estão se estruturando, mas que isso ainda é pouco diante da necessidade. Mas são peças muitíssimo bem produzidas e de alta qualidade técnica, que demonstram alto conhecimento jurídico e que são um meio indireto de se resolver o nosso problema de excesso prisional.

A existência de uma Defensoria dentro dos presídios, atuante, ouvindo os presos, vai inibir não só os abusos que acontecem lá dentro como vai evitar essas situações de o preso ficar um ano, dois anos além daquilo que ele merece.

Então, acho que, ao lado das medidas alternativas, eu até peço, neste momento, um cuidado todo especial com a Defensoria Pública. Acho que é um caminho que nós temos não só de realmente dar atenção a quem, muitas vezes, não tem condições como também de evitar, de forma indireta, esvaziar esse sistema penitenciário, separando o joio do trigo. Muitas vezes o criminoso habitual tem condições de pagar uma boa defesa, de postergar a aplicação da lei penal, o que não acontece com um indivíduo sem essas condições, sem condições financeiras e muitas vezes sem condições até culturais de saber que tem apoio na Defensoria Pública, que ele pode se socorrer nessa Defensoria Pública.

No que se refere à insignificância, na verdade, pelo que ouvi, o Código está transformando em letra da lei aquilo que já é um posicionamento do Supremo Tribunal Federal. Muitas vezes até fico vencido na Turma porque sempre que posso reconheço a insignificância, até por ser um pouco mais pragmático. Acho, porém,

que da forma como está é o suficiente. Não podemos deixar que realmente a jurisprudência vá se adequando porque é muito difícil a gente imaginar tudo o que pode acontecer na realidade.

De vez em quando nós nos deparamos, em alguns julgamentos, com processos em que a gente fala: "Essa aqui é uma situação que você tem que levar para a sala de aula para estudar", porque ninguém imaginava que aquilo poderia acontecer.

Então, a aplicação da lei, ou seja, a aplicação principalmente da lei penal, acho que deve ter um pouco de discricionariedade do julgador. Você não pode amarrar demais o julgador porque existem circunstâncias próprias de cada caso, que levam para um lado ou levam para o outro. Você tem que ter um pouco de liberdade. E o grande problema, que muitas vezes acontece, é que a falta de estrutura do Judiciário não permite ao julgador explorar ao máximo, isso que acontece nos Estados Unidos, de você resolver. Então, você tem uma causa: "essa causa eu vou julgar." Aí você examina, realmente vai a fundo na causa e resolve o problema. Com esse volume alucinante de processos, os nossos juízes, infelizmente, realmente não têm condições, hoje, de se aprofundar em cada caso, como seria o ideal.

Só para finalizar, Senador, eu gostaria de voltar àquilo que falei no início, ou seja, de parabenizá-los não só por essa iniciativa dos debates – acho que é fundamental este encontro da sociedade com o legislador –, mas também pela coragem, porque é um tema extremamente árduo, um tema extremamente delicado e envolto de questões sociais, questões religiosas, questões morais, questões éticas, filosóficas. Infelizmente, ou felizmente – porque acho até que, realmente, toda unanimidade é burra –, nunca vamos ter um consenso. Acho que o bonito nisso tudo é este debate de alto nível que existe, com confrontos de experiências, com ideias, etc..

Então, eu gostaria de agradecer e de colocar o Tribunal à disposição.

O senhor tenha a certeza de que vou levar ao Presidente essa oferta da Comissão, e, certamente, se o Tribunal tiver alguma sugestão, ele encaminhará.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Ministro, agradecemos profundamente ao Superior Tribunal de Justiça, ao Ministro Felix Fischer por encaminhar V. Exª, que representou tão bem aquela outra Corte.

Quero dizer da felicidade de tê-lo aqui, da maravilha do debate que V. Exª patrocinou juntamente com os nossos pares.

Há mais convergência do que divergência na análise do nosso trabalho. Vê-se, Senador Taques, Senador Eduardo, que são poucos os temas que não foram tratados de forma tão consensual, una.

Por isso é que nós vamos continuar, durante todo o mês, abrindo este espaço para o mundo jurídico e para a sociedade de forma geral, no exercício pleno da cidadania, para receber as propostas acerca do trabalho produzido pelo Senador Pedro Taques e pela Comissão de Senadores que se reuniu para tratar da matéria. Eu acho que nos próximos 60 dias já estaremos com o juízo formado e com o relatório pronto para votar em plenário. Certamente, será uma cruzada para, ainda no primeiro semestre deste ano, nesta Sessão Legislativa, estarmos prontos para a aprovação em plenário.

Tenham todos um bom-dia. Agradeço a S. Exª, e fiquem com Deus.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia dois de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Paulo Paim, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Gim, Eduardo Amorim, Cidinho Santos, Alfredo Nascimento e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Angela Portela, Lídice da Mata, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Crivella, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e Cássio Cunha Lima. Registra a presença o Senador Wellington Dias e as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Gladson Cameli (PP-AC), da Deputada Federal Perpétua Almeida (PCdoB/AC) e do ex-Deputado Ilderlei Cordeiro (PPS-AC). Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dis-

pensa da leitura e a aprovação das atas da 9ª e 10ª reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2013 – Terminativo.** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual. **Autoria:** Deputado Alceu Moreira. **Relatoria**: Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2012 – Terminativo.** Altera o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer vedações a doações para campanhas eleitorais. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria**: Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar. Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Cyro Miranda e Francisco Dornelles. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, de 2011 – Não Terminativo.** Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras manterem dispositivos antifurto que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) em caso de tentativa ilícita de abertura. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria**: Senador Gim. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, e no mérito, favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2004 – Não Terminativo.** Altera o art. 26, caput, e o art. 65, caput, da Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980, que Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria**: Senador Roberto Requião. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Em 02/04/2014, foi lido Voto em Separado da Senadora Gleisi Hoffmann que conclui pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Votam vencidos os Senadores José Pimentel, Gleisi Hoffmann, Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Angela Portela e Humberto Costa. **ITEM 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2013 – Não Terminativo.** Altera a redação do § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, para dispor sobre o registro do nome e do prenome que forem dados ao natimorto. **Autoria:** Deputado Ângelo Agnolin. **Relatoria**: Senador Acir Gurgacz (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Gim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. **ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2013 – Não Terminativo.** Altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. **Autoria:** CPMI – Violência contra a Mulher – 2012 (CPMIVCM). **Relatoria**: Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Durante a reunião, a Senadora Gleisi Hoffmann oferece Parecer contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 23) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, de 2011 – Não Terminativo.** Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2011 – Não Terminativo.** Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria**: Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 34) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, de 2011 – Não Terminativo.** Acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria**: Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável o Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **EXTRAPAUTA: ITEM 35) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2013 – Não Terminativo.** Dá nova redação ao caput do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta art. 54-A a este Ato. (PEC dos Seringueiros / Soldados da Borracha). **Autoria:** Deputado Arlindo Chinaglia e outros. **Relatoria**: Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Favorável à Proposta com a Emenda que apresenta. Durante a discussão da matéria, o Senador Anibal Diniz reformula o Relatório e conclui pela aprovação da Proposta com a Emenda supressiva que apresenta, restando assim prejudicadas a Emenda nº 1, que perde o objeto, e a Emenda nº 2, cujo objetivo é incorporado na Emenda de relator. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. Votam vencidos os Senadores Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira e Francisco Dornelles. Aprovado o Requerimento nº 13, de 2014-CCJ, que solici-

ta calendário especial para a matéria. **ITEM 36) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 12, de 2014.** Requeremos, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o estudo das Emendas de Plenário nº 6, 7 e 8 ao PLC nº 99, de 2013, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados e Municípios; e dá outras providências, realizado em reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no próximo dia 09 de abril de 2014 (quarta-feira). **Autoria:** Senador Luiz Henrique e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 13, de 2014.** Senhor Presidente, requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição n° 61, de 2013, tendo como primeiro signatário o Deputado Federal Arlindo Chinaglia, que "Dá nova redação ao caput do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta art. 54-A a este Ato. (PEC dos Seringueiros / Soldados da Borracha)", para que a matéria conste na Ordem do Dia de sessões deliberativas extraordinárias a serem convocadas. **Autoria:** Senador Anibal Diniz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 14, de 2014.** Requeiro, na forma do disposto nos arts. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e no art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a participar das audiências públicas convocadas por intermédio do Requerimento nº 6, de 2014 – CCJ, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da Reforma do Código Penal Brasileiro, o Senhor Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Sugiro, outrossim, que o magistrado seja ouvido na mesma reunião em que comparecer o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Resultado:** Aprovado. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Anibal Diniz. O Senhor Senador Anibal Diniz devolve a Presidência para o Senador Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e seis minutos do dia dois de abril de dois mil e quatorze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2013; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2007; ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2010; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2007**;** ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2012; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2010; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2009; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 2006; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, de 2004; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2011; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2013; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2007; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, de 2004; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2007; ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, de 2004; ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2013, TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2012; ITEM 25) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2007, TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 88, de 2007, TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2012; ITEM 26) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, de 2014; ITEM 27) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2012; ITEM 29) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2005; ITEM 30) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2013; ITEM 31) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2006; ITEM 32) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, de 2007, TRAMITA EM CONJUNTO PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, de 2009; ITEM 33) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de inciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas, respectivamente, da 9ª e da 10ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 34.

Quero, antes de determinar o efetivo início das nossas atividades, comunicar a V. Exªs que, no dia de ontem, iniciamos, nesta CCJ, o ciclo de audiências públicas para discutir e analisar o novo Código Penal.

Como se sabe, esse PLS, de autoria do Senador José Sarney, na condição de Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, à época, e oriundo de uma Comissão de Juristas, instruída no âmbito deste Senado Federal, foi objeto de primoroso trabalho do Relator na Comissão especialmente destinada à sua análise, nosso querido Senador Pedro Taques. Agora que o projeto está analisado no âmbito desta CCJ, faz-se necessário ouvir todas as partes que possam contribuir para o aperfeiçoamento do PLS.

Por isso, ontem tivemos a oportunidade de ouvir o Ministro Sebastião Alves dos Reis Júnior, da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, especializada em matéria criminal.

Ao final desse ciclo, certamente teremos colhido a contribuição dos mais diversos setores da sociedade, o que permitirá a este Colegiado apreciar, de forma muito criteriosa, responsável e atenta, essa proposição tão relevante.

Mas, hoje, é o dia da nossa reunião ordinária, repleta de itens relevantes que abrangem o Código Civil, o Direito Civil, o Processual Civil e o Administrativo, até regras de Direito Eleitoral, de trânsito e de saúde. Enfim, diante do trabalho que nos aguarda, peço que iniciemos a análise dos nossos itens da pauta de hoje.

Antes, porém, determino a retirada do item 10, a pedido do Sr. Relator; do item 12, por ausência do Sr. Relator Cícero Lucena à reunião de hoje; do item 24, do Senador Romero Jucá, também ausente, por motivo justificado, à reunião de hoje; e do item 26, também do Senador Romero Jucá.

Liberado o prazo para a manifestação dos Srs. Relatores, na condição de Relator, peço a retirada de pauta e a imediata inclusão na pauta da reunião ordinária da próxima quarta-feira do item 1 da pauta, o PLS 137, de 2013. Nós estamos concluindo um substitutivo, que, de uma vez por todas, cria condições constitucionais e jurídicas para a aprovação. Peço, inclusive, que a Consultoria passe ao Senador Pedro Taques os termos do nosso substitutivo para posterior discussão com S. Exª.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2013
– Terminativo -

Dispõe sobre a transmissão do direito de utilização de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas no caso de morte ou enfermidade de seu titular.
Autoria: Senador Gim
Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2009
– Terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 54 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para, nos contratos de locação empresarial de espaço em shopping center, tornar nula a cláusula pela qual o locatário fica impedido de instalar outro estabelecimento, de mesma bandeira, em áreas geográficas próximas ao shopping center cujo espaço tenha sido locado.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Cícero Lucena.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, de 2004
– Terminativo -

Dispõe sobre a assistência jurídica integral e gratuita.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Cícero Lucena.

ITEM 24
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2013
– Não Terminativo -

Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres; altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Armando Vergílio.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2012
– Não Terminativo -

Altera o artigo 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a baixa de veículo irrecuperável, definitivamente desmontado, vendido ou leiloado como sucata.
Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Romero Jucá.

ITEM 26
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, de 2014
– Não Terminativo -

Altera o Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV – Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.
Autoria: Deputado Mauro Benevides e outros
Relatoria: Senador Romero Jucá.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me.

Nós estamos construindo, com o gabinete do Senador Gim Argello, a possibilidade de um consenso nesse projeto quanto à alteração ou não da Lei 8.666, que é a Lei de Licitações, o que aplicar-se-ia para a União, os Estados e os Municípios, e nós sairíamos daquela dúvida sobre a inconstitucionalidade ou não do projeto.

Eu peço, Sr. Presidente, que esse item 1 da pauta, se V. Exª assim entender, fique um pouco mais para frente, porque ainda vamos continuar essa conversa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V. Exª.

Vamos iniciar a discussão com os Relatores presentes.

Relatoria do item 19, página 247.

ITEM 19
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2004
– Não terminativo -

Altera o art. 26, caput, e o art. 65, caput, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
– Em 12/02/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;
– Em 19/02/2014, foi recebido voto em separado da Senadora Gleisi Hoffmann contrário ao projeto;
– A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

Na ausência da Senadora Gleisi Hoffmann e na eventualidade de nenhuma subscrição ao seu voto em separado, não poderemos preliminarmente analisá-lo.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Roberto Requião, para as suas considerações finais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, o meu relatório já foi apresentado, discutido à exaustão e me parece que a medida proposta democratiza o procedimento. Assim, eu mantenho a posição anterior pela aprovação do meu relatório e contrariamente à posição tomada pela Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Como a Senadora Gleisi Hoffmann não está presente para a discussão do seu voto, mas o seu parecer está presente, preciso consultar os senhores porque o parecer da Senadora Gleisi Hoffmann é o voto que ela profere, independente da sua presença. Ela só não está aqui para defender o seu parecer.

Preliminarmente, eu teria que passar a palavra a S. Exª para defender o seu voto em separado. Como não há defesa do voto em separado da Senadora Gleisi Hoffmann, mas a existência do voto em separado exige desta Presidência a colocação em votação inicialmente...

Senadora Gleisi Hoffmann, estávamos acabando de mencionar V. Exª, que tem a palavra para discussão do seu voto em separado.

É o item 19, página 247. O Senador Roberto Requião já se manifestou mantendo os termos do seu parecer e V. Exª, na condição de autora do voto em separado, terá prioridade na apresentação deste.

Com a palavra V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a V. Exª e também aos Senadores que estão na Comissão.

Voto em separado que apresento ao item 19.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, que almeja alterar o art. 26, *caput*, e o art. 65, *caput*, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.

A matéria, após idas e vindas, foi finalmente distribuída ao Senador Roberto Requião, que, na reunião deste Colegiado do dia 12 de fevereiro de 2014, apresentou alentado relatório, opinando pela aprovação da proposta na forma de substitutivo.

Em seguida a Presidência concedeu vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

Posteriormente, seguirá a matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo-lhe decidir de modo terminativo.

Análise.

Em que pese o respeito às intenções dos ilustres autor e relator da matéria, não nos parece que ela mereça prosperar, pelas razões a seguir expostas.

Do ponto de vista formal, o PLS nº 141, de 2004, goza de condições plenas de progredir, pois não ofende normas materiais e formais de nossa Carta Magna, tampouco as de índole regimental.

Reza o art. 22, inciso XV, da Constituição Federal, que incumbe à União legislar sobre emigração, imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros. Igualmente, no caso do projeto original, a proposição de lavra de Parlamentar não exorbita o disposto no art. 61, que reserva certas matérias para a iniciativa privativa da Presidente da República.

No mérito, o PLS nº 141, de 2004, pretende, ao alterar o *caput* do art. 26, resguardar a diferença entre o impedimento de visto por inconveniência da presença do estrangeiro no Território nacional e o instituto da expulsão. Ademais, ao alterar o *caput* do art. 65, propõe resguardar a liberdade de imprensa diante possíveis causas de expulsão.

Já o substitutivo do Senador Roberto Requião, ao se deparar com um dispositivo legal de técnica legislativa confusa, pretende saná-lo. Contudo, ao nosso ver, busca rumos imprecisos.

O art. 26, sobre o impedimento de possuir visto para entrar ou estar no Brasil, determina ser este mera expectativa de direito. Esse impedimento está associado às causas de não concessão de visto ao estrangeiro, expostos no art. 7º do Estatuto do Estrangeiro, que são:

I – menor de 18 (dezoito) anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa;

II – considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;

III – anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada;

IV – condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; ou

V – que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Qualquer dessas causas impediria a entrada, estada ou registro do estrangeiro. A confusão está no texto *in fine* do *caput* do art. 26, que acrescenta como causa de impedimento "a inconveniência da presença no território nacional". Todos a critério do Ministério da Justiça.

O substitutivo do Senador Roberto Requião repassa análise do impedimento do item II (considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais) e da "inconveniência da presença no território nacional" para critério da Presidenta da República. Além disso, expurga corretamente o atual §2º do art. 26, que prevê possível extensão desse impedimento a todo o grupo familiar do impedido.

Essa alteração do substitutivo, contudo, altera a organização administrativa, passando a função do Ministério da Justiça ao Presidente da República, o que ofenderia a iniciativa que é privativa da Presidenta, ínsita no art. 61, §1º, II, da Constituição Federal.

Além disso, conceder ao Presidente da República a função de análise de prorrogação de visto, por exemplo, seria fardo incompatível e exacerbado ao mandatário máximo.

Quanto ao art. 65, *caput*, do Estatuto do Estrangeiro, o substitutivo do Senador Requião propõe não somente resguardar a liberdade de imprensa, mas os direitos e as garantias fundamentais como um todo.

Não muda, assim como o projeto original, as causas da expulsão, quais sejam: atentar contra a segurança nacional, a ordem pública ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. Essa não alteração parece contradizer

a justificação de seu parecer, quando afirma que é a lei a ser alterada, "conhecida como Estatuto do Estrangeiro, produzida nos estertores da ditadura militar, ainda eivada da doutrina de segurança nacional e espírito xenófobo".

Por fim, e não menos importante, registra-se que toda a louvável preocupação dos Senadores em aperfeiçoar a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, a partir da garantia dos direitos humanos e contra a xenofobia, está sendo contemplada a partir da análise, por esta Comissão, do PLS nº 288, de 2013, do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, e pela Câmara dos Deputados Federal, do PL nº 5.644, de 2009, oriundo do Poder Executivo.

Do exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 141, de 2004.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom, eu abro o processo de discussão.

O Relator já se manifestou nas suas considerações finais.

Em discussão a matéria.

Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Gleisi, expressando o meu respeito ao voto em separado da Senadora, a quem nós todos devemos respeitar, Sr. Presidente, mas com ele não concordo, uma vez que nós todos sabemos que a competência legislativa para tratar deste tema é, sim, da União Federal – e a Senadora bem disse isso em seu voto em separado.

Mas a iniciativa legislativa, Sr. Presidente, deve ser interpretada de forma restritiva. O Supremo Tribunal Federal já decidiu isso em julgamento recente, no dia 23 de agosto de 2011, em um recurso extraordinário, cujo Relator foi o Ministro Ricardo Lewandowski. Ele diz o seguinte:

A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que – por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo – deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.

A pergunta que se faz é a seguinte: a alteração do Estatuto do Estrangeiro e a alteração da atribuição do Ministro da Justiça, passando ao Presidente da República, nos termos do art. 26 da Lei 6.815, que é o Estatuto do Estrangeiro, seria norma de organização administrativa da União? Penso que não, Sr. Presidente. O que se está alterando é um procedimento administrativo de cancelamento de visto – procedimento administrativo de cancelamento de visto –, e não organização administrativa da União.

Se esse argumento já não bastasse, Sr. Presidente, nós temos que nos recordar de que o Presidente da República ou a Presidente da República exerce várias atribuições, mas nós poderíamos resumir essas atribuições em duas: exercício da função de Chefe de Estado, porque só a República é sujeito de Direito Internacional Público – portanto, o Presidente exerce atribuição de Chefe de Estado – e atribuição de Chefe de Governo.

O art. 61, §1º, da Constituição, ao tratar da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, trata de atribuições de Chefe de Governo, não de Chefe de Estado. Essa atribuição do Presidente da República de concessão de visto ou não, expulsão ou não, é uma atribuição de Chefe de Estado, não de Chefe de Governo. Portanto, é uma atribuição típica do Presidente da República, é uma atribuição primária do Presidente da República. A exceção é que ele delegue ao Ministro da Justiça.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez expressando respeito ao voto em separado, vou acompanhar o Relator, porque entendo que não ofende o art. 61, §1º, da Constituição. Seria possível, sim, Parlamentar apresentar projeto de lei para alterar o Estatuto do Estrangeiro nesse particular, porque se trata de procedimento administrativo, e não de regras de organização administrativa da União, e a competência legislativa, a capacidade legiferante deve ser interpretada de forma restritiva.

Assim, expresso a minha convicção de que Parlamentar possa, sim, apresentar projeto de lei nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feitas as considerações e as análises do Sr. Senador Pedro Taques, continua o processo em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, ponho em votação o relatório do Senador Roberto Requião, nos termos da emenda substitutiva, que apresenta.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Requião permaneçam como se encontram. As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que divergirem levantem-se.

Faça a contagem, por favor. (*Pausa.*)

De 14, precisaríamos ter, pelo menos, 7 rejeitando, e não há maioria para a rejeição.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Verificação de quórum, já com os apoiamentos necessários por ser Líder do Governo no Congresso.

Verificação concedida.

Não há quórum.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Acabou de chegar o quórum.
Vamos à verificação.
Votação nominal.
Para instrução de V. Exªs, nós estamos votando o parecer do Senador Roberto Requião no item 19, página 247.
Senador José Pimentel.
O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Voto "não", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Não".
Senadora Gleisi Hoffmann, o voto é conhecido por ter voto em separado.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pelo voto em separado.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É não.
Senador Pedro Taques.
O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já manifestado, "sim".
Senador Anibal Diniz.
O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Não".
Senador Valadares. (*Pausa.*)
Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)
Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)
Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Suplicy.
O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Não".
Senador Pedro Simon.
O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Sim".
Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)
Senador Luiz Henrique.
O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Sim".
Senador Eunício Oliveira. (*Pausa.*)
Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)
Senador Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Sim".
Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)
Senador Aécio Neves. (*Pausa.*)
Senador Cássio Cunha Lima. (*Pausa.*)
Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)
Senador José Agripino. (*Pausa.*)
Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)
Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)
Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)
Senador Magno Malta. (*Pausa.*)
Senador Antonio Carlos Rodrigues. (*Pausa.*)
Vou fazer agora a chamada dos Senadores suplentes.
Senadora Angela Portela.
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – "Não".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)
Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)
Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)
Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)
Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)
Senador Humberto Costa.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Não".

Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Roberto Requião. O voto é conhecido, "sim".

Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Senador Moka. (*Pausa.*)

Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Senador Lobão Filho. (*Pausa.*)

Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Senador Cícero Lucena. (*Pausa.*)

Senador Paulo Bauer. (*Pausa.*)

Senador Cyro Miranda. (*Pausa.*)

Senador Gim Argello. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cidinho Santos. (*Pausa.*)

Senador Alfredo Nascimento. (*Pausa.*)

Está encerrada... Senador Paulo Bauer.

Como vota V. Exª, Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator. "Sim".

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou anunciar o resultado.

São 8 SIM; 6 NÃO.

O projeto está aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, substitutiva.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Petecão solicitou uma questão de ordem. Eu ouço o Senador Petecão; depois, o Senador Amorim e o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, eu gostaria de ter a sua gentileza. Ouvi do senhor, na reunião passada, que este projeto era prioridade para que nós votássemos aqui na Comissão, essa proposta da qual o Senador Anibal Diniz é o Relator, a PEC nº 61, de 2013. Que nós pudéssemos votar isso. Esse apelo não é só meu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª pede a inclusão extrapauta da proposta de número...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – PEC nº 61, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Relatada pelo Senador Anibal Diniz.

Alguma objeção à inclusão extrapauta dessa proposta? (*Pausa.*)

Trata do Soldado da Borracha.

Nenhuma objeção. Ela está incluída. Atendido V. Exª.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, eu queria pedir, na medida do possível, que pudéssemos inverter a pauta e pudéssemos ler o item 17, da nossa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Eduardo Amorim pede a inversão para a leitura do item 17.

Há alguma objeção sobre a inversão do item?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É para quê?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para a inversão, só para a inversão.

Se houver alguma objeção...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É a primeira entrada na pauta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É a primeira entrada na pauta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É, eu acho que poderíamos deixar na sequência a discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Há objeção.

Havendo objeção, vamos à pauta, na sequência.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na semana retrasada, elaboramos um acordo com o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, e com os secretários da Fazenda presentes em Brasília no sentido de estabelecermos um procedimento para concluir a votação, nesta e na Comissão de Assuntos Econômicos, do PLC 99. Esse acordo prevê a votação do referido projeto, no dia 9, em reunião conjunta da CCJ e da CAE.

Eu queria solicitar a V. Exª, já que se trata de um acordo – não é matéria polêmica – que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deferida a solicitação de V. Exª, coloco em discussão o requerimento do Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*)

Está amplamente consolidado.

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de S. Exª, a reunião será quarta-feira, às 14 horas, para não haver nenhum tipo de obstrução aos trabalhos da CAE, que são na terça-feira, nem aos trabalhos da CCJ, que são na quarta-feira pela manhã.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica marcada a reunião às 14h30, para dar direito a V. Exªs de almoçar.

Item 5 da pauta.

Estou favorecendo, por uma questão de quórum, a presença dos Srs. Senadores que são relatores. Então, estou priorizando o quórum com os Srs. Relatores, atendendo à sequência. Já que o Senador Amorim solicitou a inversão, mas não houve apoiamento unânime do nosso Colegiado, estamos pela sequência, com os Senadores presentes. Por isso, estamos no item 5, p. 73.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2013
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.

Autoria: Deputado Alceu Moreira

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

– A votação será nominal.

O autor é o Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para proferir o seu relatório de forma sintética, como sempre faz V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de matéria muito relevante, principalmente para os agricultores familiares, para os pequenos e médios agricultores do País.

Submete-se ao exame desta Comissão de Justiça o projeto de lei já anunciado por V. Exª, de autoria do Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, que objetiva alterar o Código de Trânsito Brasileiro para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.

Argumenta o autor da iniciativa que a obrigatoriedade vem causando transtorno, especialmente para os pequenos produtores, que adquirem máquinas usadas, e que "unidades produtivas agrícolas, sempre que possível, têm que ser isentadas da burocracia cartorial".

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Na Câmara dos Deputados, o projeto tramitou pelas Comissões de Viação e Transportes e de Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o projeto sob exame foi distribuído para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e para esta Comissão, cabendo-nos a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria, compete a esta comissão opinar sobre a matéria pronunciando-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, por se tratar de alteração ao Código de Trânsito Brasileiro, também acerca de seu mérito.

Em relação aos aspectos formais, encontram-se atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade. No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos que dizem respeito à competência legislativa da União (art. 24, da Constituição Federal); às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da mesma Carta Magna); e à iniciativa (art. 61, *caput*, CF).

Além disso, do ponto de vista da juridicidade, a matéria, ao inserir seu comando normativo, corretamente o faz no Código de Trânsito Brasileiro, em vez de produzir lei esparsa. A técnica legislativa é adequada, portanto, segundo os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O mérito do projeto de lei da Câmara sob exame já foi analisado pela douta Comissão de Agricultura, que se pronunciou favoravelmente, nos seguintes termos, abaixo subscrito:

Com respeito ao mérito, o Projeto de Lei reveste-se de grande importância para a agricultura nacional. [...] [A] dispensa expressa de registro e licenciamento de máquinas agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, proposta no PLC nº 57, de 2013, representará uma redução de custos e de procedimentos burocráticos que trará significativa contribuição para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro, merecendo todo o nosso apoio.

Voto.

Em razão do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, e, no mérito, por sua aprovação.

Faço aqui uma homenagem ao autor dessa proposição, Deputado Alceu Moreira, que teve a felicidade em propor essa matéria, que desonera os agricultores familiares, os pequenos e médios agricultores e os livra para, dedicados à sua atividade-fim, poderem aumentar, como já disse, a produtividade e a competitividade do campo.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo... Senadora....

Não havendo quem queira discutir, recebemos a bela visita da Senadora Ana Amélia. Ela falará ao final. Por ordem de precedência, os membros da Comissão.

Senador Pedro Simon, Senador Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Apenas para manifestar a total solidariedade ao projeto do Deputado Alceu Moreira e ao relatório do Senador Luiz Henrique. Não há dúvida de que se trata de uma matéria muito importante. Não havia argumentação para querer determinar que os pequenos agricultores tivessem que registrar as suas máquinas, tivessem que tirar placa das suas máquinas, dificultando aquilo que estamos iniciando. Agora, recentemente, estamos começando a permitir que as máquinas agrícolas entrem nas pequenas propriedades, entrem nas produções familiares. E é algo realmente revolucionário.

Nessa hora, sinceramente, é irracional uma burocracia que é absolutamente desnecessária. Vamos ver quando o setor agrícola estiver mecanizado, de uma forma espetacular, como o dos Estados Unidos, poderemos discutir. Hoje é muito feliz a proposta do Deputado e o relatório que foi apresentado.

Inteiramente a favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço as palavras do Senador Pedro Simon, que entende a dimensão deste projeto, sob o ponto de vista social e econômico para o Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy, Senador Benedito de Lira – quem está me solicitando? –, Senador Eduardo Amorim e Senadora Ana Amélia.

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, com todo o respeito e examinando os méritos apresentados pelo Senador Luiz Henrique e também pelo Senador Pedro Simon, tenho a recomendação de pedir vista, para melhor exame dessa matéria. Presidente, Senador Anibal Diniz, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vista concedida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Queria agradecer ao Senador Vital do Rêgo e a V. Exª, na Vice-Presidência da CCJ. Não integro a Comissão de Constituição e Justiça, mas fui Relatora dessa matéria que o Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, conhece profundamente, sobre a realidade da produção agropecuária brasileira. E lá, na audiência pública que tivemos, para instruir este projeto muito adequado, muito correto e oportuno do Deputado Alceu Moreira, do PMDB do meu Estado, no debate, ficamos com a clara noção de que essa medida do Denatran é meramente arrecadatória – arrecadatória! –, não implica maior segurança, porque o número de máquinas agrícolas envolvidas em acidentes de trânsito é ínfimo comparado com a matança e a mortandade que vemos, diariamente, nas regiões urbanas, ou nas rodovias federais ou estaduais ou municipais.

Exemplificou-se o caso de uma colheitadeira que custe até R$700 mil e é capaz de, em toda a sua vida útil, não transitar 0,01% da sua operação numa rodovia pública. E, no entanto, pela norma em vigor, deveria ser licenciada a partir do custo do Renavan, e haverá outros custos. O produtor terá que emplacar, pagar IPVA a 5% do valor inicial da máquina, que extrapola muito o de qualquer outro veículo automotor para passageiros.

E o produtor terá outros custos para fazer a transferência do seu trator, ou da sua máquina: ir ao órgão vistoriador, o Detran, para até fazer a inspeção veicular. Isso implica, necessariamente, custos para os produtores. Se fizermos uma simulação de uma máquina agrícola em torno de R$80 mil, 3% de IPVA seriam R$2.400,00, anualmente, que estariam sobrecarregando o custo do produtor rural.

Se pensarmos que, de janeiro a outubro, de acordo com dados apresentados na audiência pública, foram vendidos mais de 51 mil tratores, o custo total para o setor produtivo da produção agropecuária seria de R$27 milhões. Portanto, essa é a razão arrecadatória apenas, e não se justifica, do ponto de vista da... E prejudica muito especialmente os médios agricultores.

Obrigada, Presidente. E cumprimento, novamente, o Relator, o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. A matéria está sob vista, mas, ainda assim, temos aqui o pedido do Senador Benedito de Lira, do Senador Eduardo Amorim, do Senador Pedro Taques e do Senador Paulo Bauer, para uma consideração, e também o do Senador Eduardo Amorim.

Senador Benedito de Lira.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Meu também; inscreva-me, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa matéria, como bem disse a Senadora Ana Amélia, foi objeto de tratativa, na Comissão de Agricultura, numa audiência pública. Queria cumprimentar o Senador Luiz Henrique pelo seu relatório e pela sua conclusão, porque, na verdade, não vejo nenhuma motivação para se emplacarem máquina agrícolas que vivem transitando dentro da roça. Qual é o perigo que causa à sociedade uma máquina rodando dentro da roça?

Não há alternativa, Sr. Presidente, a não ser exatamente a vontade de arrecadar mais, de trazer maiores custos para aqueles que produzem. O setor primário tem que gozar é de incentivos, e não de apertos.

Por isso, Sr. Presidente, eu, na esteira dos pedidos de vista, também peço vista do processo para se tornar vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vista coletiva.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Ao mesmo tempo, parabenizo, Henrique, o seu parecer, porque a Comissão de Agricultura, no momento oportuno, fez audiência pública e ficou caracterizado que não existe outra ação se não a de arrecadar mais tributos. Por essas razões, nós precisamos ajudar o pequeno, o médio e até o grande produtor, porque quem produz é exatamente quem gera renda, emprego e melhora a qualidade da nossa balança comercial.

Não podemos mais agravar o trabalho daqueles que vivem de sol a sol, no campo. É um absurdo. É sem qualquer precedência essa história de dizer: "Vou botar uma placa, pagar IPVA, pagar DPVAT de um trator".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Não. Brevemente virá uma outra forma de querer emplacar também motosserra, cortador de grama, não tenha dúvida, cortador de cana, facão da cana.

Então, Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só lembrando que a matéria está sob vista coletiva.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Então, eu quero concluir as minhas manifestações cumprimentando o Relator pela iniciativa de dar parecer favorável ao projeto para que possamos arquivar isso definitivamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu particularmente não tenho nenhuma dúvida da importância do projeto e da justiça que o projeto faz especialmente aos pequenos produtores do campo.

Quero aqui parabenizar o Relator, Senador Luiz Henrique, pelo seu relatório simples, sucinto e objetivo, que realmente está sendo um instrumento de se fazer justiça no campo.

Eu, volto a dizer, estou plenamente convencido da importância de um projeto como este. Então, parabenizo, mais uma vez, o Senador Luiz Henrique pelo seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também para apoiar esse projeto. Não se apresenta como razoável a necessidade de licenciamento anual desse tipo de máquina. Houve uma audiência pública, já bem relatada pela Senadora Ana Amélia, e o volume de trânsito dessas máquinas pelas rodovias é ínfimo. Portanto, o Estado não pode onerar mais ainda os produtores neste caso, Sr. Presidente.

Vou votar favoravelmente a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar o Senador Luiz Henrique pelo brilhante relatório que fez acerca desta matéria. Certamente o pedido de vista que aqui foi apresentado não vai prejudicar a votação, a aprovação desta matéria, porque ela, sem dúvida, é muito importante.

Quando o agricultor compra um equipamento rodoviário ou um equipamento mecanizado, ele obviamente vai fazer o licenciamento na hora da aquisição. O que o projeto propõe é que não se exigirá a renovação anual do licenciamento, o que está muito correto e facilita a vida do agricultor.

No caso de Santa Catarina, um Estado onde a agricultura é minifundiária, é principalmente de economia familiar, esse projeto trará grandes benefícios, porque o agricultor não terá toda a burocracia a ser desenvolvida ano a ano, com a utilização de despachantes e, em muitos casos, até a necessidade de levar o equipamento para vistoria, nem sempre encontrando o técnico adequado no Detran para verificar e avaliar as condições de uso, as condições de segurança do equipamento. O agricultor sabe fazer isso melhor do que ninguém.

Por isso, eu quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique e todos os que aqui já se manifestaram favoráveis ao projeto e quero me associar a essas manifestações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, eu acho que o debate sobre o assunto agora é, como diria o Senador Pedro Taques, na sua linguagem preciosa e jurídica, despiciendo.

É evidente que esse projeto vai ser aprovado na próxima sessão, o pedido de vista só retarda por uma semana a aprovação.

Não há nenhum sentido licenciamento de máquina agrícola, de pequenos tratores que cortam grama, é a redução ao absurdo, um vezo arrecadador rigorosamente sem sentido, portanto fica a aprovação, acredito que à unanimidade, para a próxima sessão.

Eu ainda tomaria a liberdade e a licença de solicitar aos Senadores que retirassem o pedido de vista. Não vejo muito sentido no retardamento da votação dessa medida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu faria um pedido, na condição de relator, ao nobre Senador Eduardo Suplicy que retirasse o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª está sendo conclamado a retirar o pedido de vista para seja aprovada essa matéria imediatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu vou levar em consideração o apelo dos diversos Senadores, sendo melhor conhecedores da área rural do que eu próprio, embora eu também procure estudar os problemas do campo, então eu vou retirar o pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O mesmo faz o Senador Benedito de Lira?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O Vale do Paraíba agradece a V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sem dúvida nenhuma, Presidente.

Vou na mesma história do Senador Suplicy, acompanho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem, continua em discussão.

Parabéns ao Senador Suplicy, é por isso que o povo de São Paulo o tem em tão alta conta.

Em discussão, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu vou ser bem rápida.

Eu quero apenas cumprimentar o autor do projeto, o Relator, Senador Luiz Henrique, que demonstrou a grande sensibilidade e o comprometimento que ele tem ao longo da sua vida com a história da agricultura brasileira.

Portanto, é um projeto que vem beneficiar enormemente o pequeno e o médio produtor rural.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida também, só venho me somar e cumprimento aqui o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Lira, por terem retirado o pedido de vista.

É um projeto que interessa a todo o País, e, naturalmente, no Rio Grande do Sul, Senador Luiz Henrique, houve um movimento muito grande apoiando o seu relatório. Ao citar o Senador Luiz Henrique, eu já aproveito, Sr. Presidente, para cumprimentá-lo duplamente: por esse relatório e por ter já aprovado, no dia de hoje, sob a orientação também de V. Exª, o requerimento que vai permitir que, na semana que vem, a gente vote, de forma conjunta nas comissões, o nosso projeto da querida Presidenta Dilma, que pede a renegociação da dívida dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Paim e repito: o projeto será votado quarta-feira, às 14h30, em sessão conjunta com a CAE.

Encerrada a discussão, não há mais quem queira discutir.

Trata-se de matéria terminativa, a votação será nominal.

Como vota, Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon. (*Pausa.*) Com o Relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Voto conhecido, é o relatório.

Senador Eunício Oliveira. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*) Com o Relator.

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*) Com o Relator.

Senador Mozarildo. (*Pausa.*)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com os agricultores, portanto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por unanimidade, aprovado à unanimidade dos presentes, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabenizamos o autor, o Relator...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... e todos que ajudaram na aprovação desta matéria.

Pela ordem, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª a inclusão na pauta de um requerimento que apresento visando ao convite ao Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para que participe da audiência pública que já foi aprovada nesta Comissão, através do Requerimento nº 6, que visa à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 236, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro. Pleiteio e requeiro que o convite seja feito – se aprovado pela Comissão – e que a audiência da Associação dos Magistrados Brasileiros se faça em conjunto na mesma data em que esta Comissão ouvir a OAB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Alguma objeção à inclusão extrapauta deste requerimento? (*Pausa.*)

Nenhuma objeção.

O requerimento será votado ao final.

Projeto seguinte. Estamos seguindo a ordem com a presença dos Srs. Relatores.

O item 6 da pauta, presente o Sr. Relator, está à p. 87.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, de 2013
– Terminativo -

Tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos.

Autoria: Armando Monteiro

Relatoria: Pedro Taques

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, solicito a retirada deste projeto de pauta por uma semana. Nós estamos conversando com o Ministério da Justiça para que esse texto possa também receber uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica retirado de pauta e reincluso na pauta da reunião da próxima quarta-feira como segundo item da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Projeto seguinte.

Item 7, presente o Senador Relator, p. 98.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2012
– Terminativo -

Altera o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer vedações a doações para campanhas eleitorais.
Autoria: Vanessa Grazziotin
Relatoria: Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
– Votação nominal.

Com a palavra S. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Um belíssimo projeto da Senadora Vanessa Grazziotin.

O relatório é o seguinte, Senador Presidente.

Vem à apreciação desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer vedações a doações para campanhas eleitorais.

O projeto acrescenta ao referido artigo o inciso XII, que veda o recebimento de doações, por parte de candidatos e partidos, de pessoas físicas que se encontrem em situação análoga aos casos de inelegibilidade previstos na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, nos termos das alterações inseridas pela Lei Complementar nº 135, de 7 de junho de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Acrescenta ainda inciso XIII ao mesmo artigo para vedar o recebimento de doações de pessoas jurídicas cujos dirigentes tenham sido condenados por prática de corrupção ativa, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado.

Na justificação, a autora lembra que o alto custo das eleições impõe aos candidatos e partidos a procura de financiadores privados de suas campanhas. Essa situação tem ensejado a proliferação de casos de corrupção e de abuso do poder econômico. Como reação, a legislação tem acolhido sucessivamente regras cada vez mais rígidas e detalhadas de fiscalização e controle desses recursos. Recentemente, a aprovação da Lei nº 135, de 2010, com a decisão recente do Supremo Tribunal Federal em favor de sua constitucionalidade, veio a estabelecer exigências maiores de elegibilidade a partidos e candidatos. O projeto sob exame transpõe, simplesmente, os mesmos critérios de elegibilidade consagrados naquele diploma legal para a definição dos doadores possíveis para as campanhas eleitorais. Em suma, aqueles proibidos por lei de se apresentarem como candidatos serão também proibidos de fazer doações para partidos e candidatos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Compete a esta Comissão, conforme o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e emitir parecer sobre seu mérito.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, cabe assinalar, em primeiro lugar, que nela são observados os requisitos constitucionais de competência e iniciativa e que seu conteúdo não conflita com os princípios fundamentais da República, nem com os direitos e garantias individuais. Inexistem óbices outros no que se refere à constitucionalidade e juridicidade do projeto.

O trâmite legislativo tem seguido o rito estabelecido no Regimento Interno desta Casa. Igualmente, verifica-se aderência da proposição às normas regimentais.

Quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei está adequadamente redigido, seguindo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que se refere ao mérito, cabe observar, em primeiro lugar, que a regra que limita o montante das doações para campanhas eleitorais entre nós é singular, considerada a comparação internacional. Talvez o Brasil seja a única democracia no mundo a estabelecer limites relativos e não absolutos de doação para essas campanhas. Entre nós, as doações de pessoas físicas estão limitadas a 10% do valor dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior e as doações de pessoas jurídicas a 2% do faturamento bruto verificado no ano anterior às eleições. Em outras palavras, embora o voto de todo cidadão tenha o mesmo valor, empresas e cidadãos de posses podem contribuir com muito mais recursos para as campanhas que os cidadãos localizados nos estratos inferiores de renda. Trata-se do reconhecimento da legitimidade da influência do poder econômico no processo eleitoral e, por consequência, no resultado das eleições.

É uma situação absolutamente trágica, que, somada a essa tese do governo de coalizão, que faz com que diretores de agência sejam liberados para a Base de Apoio na Câmara Federal e no Senado, nos leva às denúncias consequentes e insistentes de corrupção.

Considero essa regra saudável no caso das pessoas físicas, cujas diferenças de rendimentos não são, normalmente, tão grandes quanto as diferenças no faturamento das empresas. Para esses casos, considero desnecessária a exclusão dos doadores "ficha suja", tal como proposto pelo projeto sob exame.

Outra é a situação das doações provenientes de pessoas jurídicas. No caso dos doadores "fichas sujas", se a regulamentação da lei estabelece um teto de R$1 mil ou R$2 mil, a sua influência no processo passa a ser mínima, irrelevante e insignificante.

Outra é a situação das doações provenientes de pessoas jurídicas. Se aceitarmos os pressupostos da democracia na radicalidade que lhes é inerente, temos de reconhecer que, uma vez que pessoas jurídicas não votam, eleições são processos que dizem respeito apenas aos eleitores; a pessoas físicas, portanto. É conhecido o argumento que considera a democracia um regime capaz de produzir um contraponto político, por meio de um espaço no qual o voto de cada eleitor tem o mesmo valor, ao poder econômico, espaço no qual a capacidade de decisão é diretamente proporcional à quantidade de recursos que cada um detém. Na medida em que uma regra de financiamento permite doações na proporção da propriedade de cada eleitor, o poder econômico tende a colonizar o poder político e desaparece a possibilidade de contraponto entre um e outro.

Quero dar como exemplo, Presidente, a questão da eleição do governo do Paraná. Eu fui governador por três vezes; combati com insistência, entrando em juízo com cerca de 38 ou 40 ações, o absurdo do pedágio mais caro do Brasil, um pedágio absolutamente irregular e criminoso, mais caro do Planeta Terra. O governador que se elegeu recebeu R$3 milhões das pedageiras, e a sua primeira medida como governador foi retirar de juízo todas as ações, que, apesar da lentidão da justiça brasileira, mais dia menos dia, seriam julgadas e eliminariam de forma completa o absurdo do irregular e ilegal pedágio do Estado do Paraná.

Para solucionar esse problema, proponho a proibição simples de toda e qualquer contribuição proveniente de pessoas jurídicas.

Voto.

Em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2012

Altera...

Presidente, acho que estão tendo uma reunião paralela aqui na Comissão. Tenho dificuldade de escutar a minha própria voz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Imagine, a sua voz...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu quero insistir, Presidente, em que as Comissões trabalhem com os Senadores que votam, seus suplentes e algumas assessorias, e que um telão seja colocado em outra sala para que esse pessoal que gosta de conversar, desrespeitando o Senado, tirando a qualidade das discussões e a qualidade fundamentalmente do conteúdo dos debates, não esteja presente mais nas reuniões. É extremamente desagradável se fazer um relatório suado e estudado com esse ruído que quase impossibilita o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem toda razão.

Peço novamente, principalmente à assessoria nos corredores, o silêncio necessário ao bom andamento dos trabalhos da Casa, dizendo ao Sr. Relator que, normalmente, ordinariamente, esta Comissão disponibiliza já um telão em sala anexa. Rotineiramente, já fazemos isso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vamos lá, Presidente.

> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 24 .....
> (...)
> VII – pessoa jurídica de qualquer natureza ou finalidade.
> Art. 2º Fica revogado o art. 81 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.
> Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É a insistência da Senadora Vanessa em moralizar o processo político brasileiro. Os Parlamentares e executivos eleitos com essas somas fantásticas de recursos das empreiteiras, das pedageiras e dos bancos acabam sendo extremamente fiéis aos seus patrocinadores, a quem devem os recursos e a possibilidade de sua eleição

e não têm mais nenhum contato, nenhuma ligação com o voto eleitoral, com os discursos, as promessas e os compromissos assumidos na campanha.

Peço o apoio dos Srs. Senadores para esse substitutivo, que sanaria definitivamente e tornaria inúteis as CPIs que estamos discutindo no plenário do Senado Federal no futuro. Esse governo de coalizão, a nomeação de diretores de estatais por bases que simplesmente se comprometem a votar qualquer coisa no plenário do Senado e da Câmara, somado com as doações de campanha, o caixa 2 e essa arrecadação desvairada para financiamento de eleição corrompem de cima a baixo os partidos e submetem os Parlamentares, que ficam extremamente gratos aos seus financiadores, e eliminam qualquer elo de compromisso com os verdadeiros eleitores, desvirtuando a democracia brasileira.

E é nesse sentido o meu voto nesse substitutivo e nesse sentido que peço o apoio da Comissão de Constituição e Justiça, apesar da dificuldade de pronunciar o relatório por esse barulho incrível e essa falta de respeito ao Senado que observo no plenário não só agora, mas de uma forma constante, que tem que ser resolvida de uma vez por todas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique. Depois, o Senador Suplicy e o Senador Pedro Simon.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não sei como, eu não sei por que ainda não foi instituído neste País o financiamento público das campanhas eleitorais. Eu não sei como, não sei por que ainda não restabelecemos, como era no princípio, a campanha na TV ao vivo, sem a maquiagem, sem a pré-produção que custa milhares e milhares e milhares de reais. Eu não sei por que não partidarizamos, não ideologizamos, não doutrinamos as eleições de vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais através do voto em lista fechada.

Quando assumimos o nosso mandato, tivemos uma esperança. O Presidente Sarney nomeou uma Comissão presidida pelo ilustre Senador Francisco Dornelles. Em 90 dias, aprovou-se a proposição de várias emendas constitucionais e projetos de lei para fazer a reforma política que vai restabelecer os princípios fundamentais da democracia e do valor igualitário do voto, como assinalou o Senador Roberto Requião.

Esse projeto é pouco. O que precisamos estabelecer é a proibição de financiamento privado nas eleições. Por isso, voto favoravelmente a essa proposta, mas ansiando para que, finalmente – penalizados que somos todos nós por eleições a cada dois anos, eleições cada vez mais caras, cada vez mais impossíveis de suportar, eleições que eliminam a independência dos eleitos pelo poder dos financiadores –, uma consciência coletiva aflore neste País e neste Congresso, para que tenhamos financiamento público nas eleições e a reforma política em todos os seus níveis.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, quero enaltecer a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, mas sobretudo o parecer do Senador Roberto Requião, que, ao sintetizar e colocar a proibição da contribuição das pessoas jurídicas, atende a um dos objetivos maiores da campanha por eleições limpas e de combate à corrupção que a OAB e tantas entidades abraçaram e recomendaram ao Congresso Nacional assim decidir.

Eu tenho um projeto também na mesma direção, de proibir a contribuição de pessoas jurídicas. Na verdade, o Senador Jorge Viana assim colocou e eu, ao apresentar o meu parecer sobre aquele projeto, dei o parecer favorável, ainda com a limitação às pessoas físicas de contribuírem no máximo até uma certa quantia – R$1.700, o que me pareceu de bom senso – para cada pleito.

No próximo 5 de outubro, nós teremos cinco pleitos Presidente, Senador, Governador, Deputado Federal e Estadual. Essa seria a sugestão, se fosse acatada ou vier a ser acatada. Mas eu acho que o Senador Roberto Requião agora nos dá uma opção muito clara. E é importante ressaltar: hoje à tarde, às 14 horas, no Supremo Tribunal Federal, será avaliada e considerada a ADI que foi proposta pela OAB para votar nessa mesma direção. Como sabemos, já há o parecer e o voto expresso, salvo engano, de pelo menos cinco membros do STF, que concordam. Mas acho que o fato de, nesta semana, aos 50 anos do golpe militar, votarmos favoravelmente ao parecer do Senador Roberto Requião é também uma homenagem, uma forma de aperfeiçoarmos as instituições democráticas brasileiras.

Então, meu voto é favorável.

Cumprimento o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Só um aparte ao seu pronunciamento.

O Senador Pedro Simon me informa que, no Supremo, a situação está mais ou menos assim: são 4 a 0 contra o financiamento privado de campanha.

Então, acho que nós estaríamos dando impulso para o voto dos outros Ministros do Supremo Tribunal ao acelerarmos a nossa posição com clareza na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sem dúvida, estou de pleno acordo com a observação que V. Exª registra do Senador Pedro Simon. Ele poderá aqui nos relatar – vou pedir até que ele o faça – sobre o bom diálogo que nós tivemos recentemente com o Ministro Teori Zavascki. Acompanhando do Senador Pedro Simon, do Deputado Ivan Valente, do Senador Randolfe Rodrigues, do Deputado Chico Alencar e de outros, pudemos ouvir e dialogar com o Ministro Zavascki e avaliamos que ele caminhará ainda mais encorajadamente se nós aqui votarmos a favor do parecer do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência, ao pautar o projeto, atendeu exatamente, Senador Requião, à coincidência da manifestação do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal nessa matéria. O Tribunal Superior Eleitoral já começou, por regulamentação, a ocupar um espaço que deve ser legislativo, lamentavelmente. Mas o Supremo Tribunal Federal está analisando, e esta Presidência marcou para criar uma coincidência da manifestação política desta Casa.

Com a palavra o Senador Simon.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, felicito a ilustre Senadora do Amazonas, autora do projeto, mas, de modo muito especial, felicito o Senador Requião pela emenda apresentada.

Tem razão S. Exª quando fala sobre a feliz coincidência desse momento. Foram 4 a 0. Quatro Ministros do Supremo Tribunal Federal já votaram a favor da ação impetrada pela OAB, dizendo que empresas não podem contribuir, pessoas jurídicas. Não podem contribuir para a campanha eleitoral. Houve um pedido de vista, o ilustre Ministro já devolveu, e hoje, à tarde – exatamente hoje, à tarde –, o Supremo vai tomar a decisão final dos outros 7 Ministros. Está 4 a 0.

Sr. Presidente, com toda a sinceridade, eu me entusiasmei com a emoção do Senador Luiz Henrique. Ele tem razão em dizer, porque desde que ele esteve aqui, anteriormente, desde o início nós debatemos e discutimos em torno dessa matéria. Pessoa jurídica não vota. Votação é o voto particular. Empresas públicas ou empresas particulares entrarem com dinheiro muda uma eleição, altera uma eleição, modifica completamente o resultado de uma eleição.

Portanto, tem razão o Senador Luiz Henrique quando diz que o ideal – e devemos chegar lá – é a verba pública de campanha. Cada Parlamentar, cada candidato tem uma verba x idêntica, e que o debate seja feito em torno de ideias.

Tem razão o Senador Luiz Henrique quando diz – e já tenho vários projetos neste sentido – que o maior absurdo que nós temos na campanha política no Brasil são os espaços de televisão. Pergunte ao Presidente do nosso Partido, que está aí do seu lado: qual é o maior gasto que o PMDB tem numa campanha eleitoral? É o programa de televisão. É uma fortuna que se gasta num programa de televisão. Por quê? Porque, hoje, quem faz a eleição, quem determina a eleição, quem manda na eleição é a empresa.

Eu me lembro da campanha do Lula, quando ele ganhou. Não se falava em Lula durante a campanha. Falava-se no autor da publicidade. Ele que aparecia na televisão, ele que dizia como ia ser feito na televisão. Ele dizia: "nós vamos mudar a fisionomia do Lula. A barba dele vai ser mais alinhada. A maneira de vestir vai ser diferente. A fala será diferente." Quem faz, quem determina a campanha é exatamente a empresa. E a empresa vende o candidato como se fosse um produto, um sabonete, uma lata de azeite.

Nos Estados Unidos, a campanha é aberta, mas quem decide a eleição são os quatro debates entre os dois candidatos. Ao vivo um fala e o outro responde. Um fala e o outro responde. E jamais duas vezes. Esse debate mudou o resultado da eleição.

O Bush ganhou a eleição no debate em que o ex-Vice Presidente era totalmente o preferido. Dizia-se que ele iria ganhar. Tanto disseram que ele iria ganhar, que orientaram, na campanha: "Cuidado com as respostas. Você já está eleito. Você não pode responder de uma maneira que perca voto." Então, ele foi para o debate. Perguntavam da Guerra do Vietnã. "Eu não sei, vou ver, vou pensar." E o Bush: "Eu sou a favor. Nós temos que ficar lá." Sobre a intervenção na América Latina. "Eu não sei, eu vou ver, vou pensar." E o Bush: "Temos que intervir." E o povo americano terminou votando no Bush porque dizia: "Esse diz o que quer; o outro nós não sabemos o que é que vai dizer."

Então, televisão ao vivo, em primeiro lugar, tiraria 80% do gasto de campanha. Em segundo lugar, tiraria a mentira, o engodo. Nós conheceríamos o candidato como ele é, como ele fala, como ele diz, o que ele pensa, e não como está acontecendo hoje.

Por isso, eu acho que esta é uma votação muito importante. E que feliz coincidência. Disse muito bem V. Exª, Presidente, que é uma atribuição nossa. Aliás, são várias atribuições nossas em que o Supremo está entrando no nosso lugar. E nós não podemos nos queixar porque o Supremo está entrando no vazio que acontece.

A Constituição de 1988 dispõe que a fidelidade partidária existe. Se um Deputado mudar de partido, perde o mandato, na forma da lei, mas a lei nunca saiu. E, como a lei nunca saiu, o Supremo regulamentou. É o que está acontecendo agora. Como nós não fizemos como deve ser ou como não deve ser, o Supremo, atendendo à sugestão da OAB, está determinando.

Seria uma vitória, seria um gesto muito bonito, seria positivo, somaria para o Senado, se hoje, agora, aqui, nós votássemos, para o Supremo, de tarde, votar o que nós já votamos primeiro.

Eu faço um apelo no sentido da unanimidade, para que nós possamos, realmente, hoje, ter um dia de primeira grandeza nesta reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata. Depois, Senadora Gleisi e Senador Jorge.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, realmente esta é uma discussão que entusiasma a Casa, até porque não é nova e porque somos parte desse processo de organização da vida política nacional, com experiência sobre ele. Não devemos nos omitir diante da Nação na tomada de decisões.

Eu quero parabenizar o nosso Senador Requião pelo relatório e dizer que aqui já se expressou, em alguns debates realizados no Senado, o desejo do Senado de acabar com essa forma de financiamento que hoje vivemos, perversa. Mas eu queria também acrescentar algumas opiniões a essa ideia de reduzirmos o custo da campanha.

Além das sugestões já defendidas aqui pelo Senador Luiz Henrique, que muito bem falou sobre este assunto – concordo integralmente com seu pronunciamento –, acho que precisamos redefinir, também, o prazo da campanha.

Não é possível permanecer com um processo eleitoral em que formalmente se inicia o processo eleitoral três meses antes da data da eleição. Em junho, julho, agosto, setembro temos o processo eleitoral no Brasil. Isso é uma falácia; isso não corresponde à verdade.

Hoje nós já estamos no processo eleitoral. A campanha está em curso. Os pré-candidatos estão debatendo, andando o Brasil, e isso é feito de "forma ilegal", entre aspas, sem legitimidade. Não é possível permanecer desse jeito. Nós precisamos definir o processo eleitoral de forma antecipada. Que os pré-candidatos possam correr a Nação, os Estados, os Municípios se apresentando. Isso é ruim para a renovação da política brasileira. Nos Estados, os candidatos novos que se apresentam para ser Deputados não têm as mesmas condições que têm os que já são Deputados, os que já estão no curso do mandato. As regras eleitorais, hoje, impedem até que a pessoa diga que é candidata. Não pode dizer que é candidato, tem de dizer "eu sou pré-candidato", o que é uma coisa ridícula. Perdoem-me, mas isso é ridículo!

Não é possível também nós continuarmos com esse prazo. Por exemplo, os secretários de governo que são candidatos ao Governo se licenciam em abril, enquanto os outros candidatos estão, portanto, numa disputa diferenciada. Enquanto aqueles que estão no Governo entregam obras todos os dias, em nome do Governo, em nome do exercício de poder, assinando, portanto, orçamentos, os outros que não estão nos governos têm de fazer campanha de forma diferenciada, em condições absolutamente desiguais.

Então, é preciso no Brasil uma reforma política que torne mais democrático o processo político. Nós temos debatido essa questão e temos buscado a participação das mulheres, dos negros, na garantia desse processo, mas é preciso também garantir a renovação da política brasileira. Não é possível manter as regras do jogo de hoje. Se a apenas quatro meses de eleição, a eleição é mais cara, porque é preciso usar de forma concentrada a televisão como instrumento único de propaganda eleitoral e de conhecimento dos candidatos. Isso é o que gerou essa deturpação de que as alianças se dão para fazer um ajuntamento de tempo de televisão, que, concentradamente, vai ser usado para divulgar o candidato em determinado período.

Nós não podemos criticar esse tipo de aliança se nós não mexermos efetivamente na forma de organização da eleição. Dizer que a organização da eleição no Brasil é democrática é incorreto. Nós temos um modelo, um sistema eleitoral que não permite a disputa em pé de igualdade dos diversos candidatos. O financiamento público de campanha aponta no sentido de buscarmos um processo de maior relação de igualdade, embora não seja a única ferramenta, o único instrumento capaz de realizar isso. Nós precisamos perseguir outro tipo de sistema eleitoral que garanta efetivamente uma relação mais igualitária na disputa eleitoral em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, julgo esse tema um dos mais importantes a serem discutidos pelo Congresso Nacional. Aliás, é um tema que interessa ao Congresso, que é de responsabilidade do Congresso, que interessa muito à sociedade brasileira.

Lembro que, logo após as manifestações de junho, a Presidenta veio a público e propôs cinco pactos à Nação brasileira. Um desses pactos era exatamente com o Congresso Nacional, para que esta Casa, o Senado,

e a Câmara pudessem encaminhar uma reforma política ampla que, realmente, resgatasse a credibilidade da política brasileira e dos políticos brasileiros. A política é um instrumento necessário à mudança e à melhoria da vida das pessoas e não pode ficar no descrédito que estamos vendo hoje. Mas nós sabemos que, para isso, seria preciso fazer uma ampla e profunda reforma política.

Um dos itens essenciais dessa reforma diz respeito ao financiamento de campanha. A continuarem as coisas como estão, teremos, cada vez mais, campanhas mais caras e desiguais, com maiores problemas de financiamento. Nós precisamos mudar isso. Então, muito embora o projeto não seja abrangente, com a reforma política que gostaríamos de implantar, ele é um passo importante para que consigamos avançar.

Eu queria parabenizar a Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu queria também parabenizar, pelo relatório apresentado, o Senador Roberto Requião.

Eu queria reforçar aqui as palavras do Senador Luiz Henrique. Nós precisamos, sim, enfrentar essa discussão sobre o financiamento público de campanha, fazer a discussão em torno do voto em lista, redemocratizar a organização das campanhas eleitorais brasileiras. Então, quero dizer que é um projeto que chega em boa hora.Tenho certeza de que, na Câmara, ele também poderá ser discutido, e poderemos avançar e – por que não? – estimular a decisão do Supremo Tribunal Federal, que está com essa matéria no meio de um julgamento.

Então, eu queria me posicionar aqui, Sr. Presidente, a favor desse projeto, pela importância que ele representa nessa discussão, sem, entretanto, deixar de esclarecer que esta Casa, o Senado da República, e a Câmara dos Deputados – portanto, o Congresso Nacional – têm a responsabilidade e o dever de apresentarem à sociedade brasileira uma ampla reforma política com o objetivo de resgatar a política brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, pedi a inscrição para cumprimentar os colegas por estarem debatendo esse tema. Cumprimento a querida colega Vanessa; o Relator, Senador Requião, e todos que estão usando da palavra; e V. Exª, por estar pautando esse assunto.

Mas eu queria trazer aqui algo a que alguns colegas já até se referiram, como o Senador Eduardo Suplicy e outros. Eu apresentei, no ano passado, um projeto, que foi apreciado nesta Comissão, neste plenário, com esta composição, em um dia fatídico, 11 de setembro. E o meu projeto, que era simplesmente a soma do que a Senadora Vanessa põe na sua iniciativa com a emenda adequada e correta que o Senador Requião apresenta, foi derrotado no plenário, por 13 votos a 7, por ser inconstitucional.

O meu projeto vedava ao partido e ao candidato receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de pessoa jurídica de direito público interno ou externo ou de direito privado – V. Exª, adequadamente, ajusta a proposta. A vedação a que se refere – aqui, há um parágrafo único – o *caput* não se aplica aos recursos do fundo partidário e ao acesso gratuito a rádio e televisão, nos termos do art. 17 da Constituição.

Com a contribuição do Senador Suplicy, fomos um pouco mais adiante: estabelecíamos, como requer a Constituição, a regulamentação da doação de pessoa física, que não pode ser em percentual – é inconstitucional também, do jeito que está hoje, porque cria distorção –, tem que ser nominal. Tem que ser estabelecido um valor que cada brasileiro pode doar, e não um percentual em cima de ganho.

O que aconteceu aqui? O meu caro colega Cássio Cunha Lima apresentou o relatório, e o relatório dele foi aprovado por 13 votos a 7. E a argumentação era de que eu estava propondo uma matéria, exatamente nos termos que li, que era inconstitucional.

O que ocorreu depois? O Supremo Tribunal Federal pôs na sua agenda o debate dessa matéria. E o Supremo delibera exatamente o contrário da Comissão nossa. Normal, estamos em uma democracia. Mas está quatro a zero. O Supremo... É claro que é constitucional! O inconstitucional é empresa doar dinheiro. É inconstitucional! Empresa não se filia a partido político. Não pode. Empresa não pode se candidatar. A Constituição estabelece que cidadão brasileiro maior de idade pode se filiar a partido político, e filiado a partido político pode se apresentar para as eleições. Empresa privada não faz parte do processo; nem vota, nem pode ser votada. E só pode entrar no processo de eleição, de financiamento de campanha, quem vota ou quem pode ser votado. Simples assim! É com base nisso que o Ministro Toffoli e outros Ministros do Supremo estão apresentando e votando uma tese. Certamente, na próxima eleição – porque, nesta, temos a anualidade –, empresa privada não poderá mais votar.

Cumprimento V. Exª por estar pondo esse assunto na pauta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Segunda vez.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... estar colocando esse assunto na pauta para que a mesma Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Segunda vez, em um ano.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... a mesma Comissão de Constituição e Justiça possa fazer o reparo em uma decisão equivocada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Parabenizo a Senadora Vanessa, cumprimento o Senador Requião, que é um dos que tenta, há muito tempo, fazer esse debate e aprovar essa matéria, e agradeço ao Senador Suplicy. Sinto-me contemplado com a reapresentação dessa matéria, como bem colocou aqui o Senador Luiz Henrique, porque nós vamos fazer o reparo necessário.

Eu queria, por último, dizer que ou nós vamos fazer a reforma política ou ela será feita de fora para dentro. O melhor exemplo de que ela vai ser feita de fora para dentro é exatamente por meio da apreciação dessa matéria. O Congresso não fez, o Senado não fez, ...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... encontrou um subterfúgio numa inconstitucionalidade que nunca existiu, e o Supremo está fazendo a reforma de fora para dentro. Depois, nós reclamamos que estamos tendo a judicialização da política, e não é verdade.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Há um antecedente: o caso da fidelidade partidária.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E eu volto a colocar, é muito importante trazer este tema de volta. Há várias matérias envolvendo o processo político brasileiro, que nós precisamos apreciar com a calma necessária, mas com a agilidade que o tema requer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós estamos cumprindo com o nosso papel, dando prioridade a esses assuntos que são reclamos de V. Exªs.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar a fala sobre esse tema, eu queria pedir já, antecipadamente, a inversão de pauta para, após o final deste projeto, votarmos a PEC nº 61, que trata do soldado da borracha. Está todo mundo aí. Há pessoas até de 90 anos esperando, do Acre, de Rondônia, do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Essa matéria já foi inclusa na nossa pauta por solicitação do Senador Petecão, e não houve restrição.

Agora, preliminarmente, vou pôr em votação, com o apoio dos senhores.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu queria falar sobre esse assunto ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Depois eu devolvo a palavra a V. Exª.

Há algum óbice para a inversão da pauta? Ou continuaremos seguindo a ordem?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu voto a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Óbice? Algum óbice?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu voto pela inversão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Líder Eduardo Amorim quer mantendo a ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o óbice, eu não mantenho a pauta e fica para o final da pauta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não era votação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, é acordo.

O Senador Petecão é por acordo. Em havendo óbice, nós continuamos com a pauta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, Senador Eduardo. É porque esse projeto é de fundamental importância não só para o Acre, mas para toda a Região Amazônica. Esse pedido do Senador Raupp aí... Nós temos aqui pessoas de 80, de 90 anos que estão esperando essa votação. Mas, tudo bem, aguardamos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Eu, atendendo ao pedido do Senador Petecão, tiro. Mas a minha queixa, o meu clamor é porque eu também tinha pedido a inversão de pauta, e não fui atendido. Mas eu retirei. Não farei objeção alguma a isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo objeção, será o próximo item da pauta. Assunto encerrado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Senador. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Raupp; depois, o Senador Aloysio. O Senador Raupp estava com a palavra, Senador Aloysio, e levantou uma preliminar que eu tive de atender, mas, depois, V. Exª usa da palavra pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Olha, eu quero dizer que tanto eu quanto o meu partido devemos acompanhar a votação favoravelmente a esse projeto da Senadora Vanessa Grazziotin.

Mas é uma pena, é lamentável que estejamos discutindo reforma eleitoral no ano da eleição. Faz 18 anos que o Congresso Nacional tenta aprovar uma reforma eleitoral profunda, e não consegue. Eu sou favorável ao fim do financiamento público, perdão, ao fim do financiamento privado por empresas em campanha. Mas tratar de um assunto desse no ano da eleição... Espero que o que o Supremo Tribunal esteja aprovando neste momento não possa valer para este ano, porque mudar as regras do jogo no ano da eleição... E, a cada ano, o Supremo Tribunal Federal e o TSE interpretam a Constituição de uma forma. Passam 20 anos valendo um critério; daqui a pouco, já não vale mais para a eleição seguinte.

Então, isso não pode continuar, e o Congresso Nacional tem de se debruçar...

Outra coisa, Senador Requião, nós temos de aprovar neste Congresso o fim das coligações. Eu estou ouvindo, neste momento, Senador Luiz Henrique, candidatos a governadores dizendo que vão fazer coligações com 20 partidos. Quanto custa uma coligação dessa? Quanto custa uma campanha dessa com 20 partidos políticos? Nós já temos mais de 33 partidos, hoje, constituídos. Onde vai parar isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É a famosa mercância eleitoral. É a famosa mercância eleitoral.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – É um balcão; com todo respeito, mas é praticamente um balcão. Então, nós temos de acabar com o voto distrital para baratear o custo da campanha. Nós aprovamos a minirreforma eleitoral, que já era para colocar um custo menor, tanto nas propagandas, enfim, em todo o material de campanha.

Então, esse projeto é bem-vindo, mas, repito, é lamentável que estejamos discutindo em ano de eleições.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pois não, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador, quando o Supremo decidir, ele vai decidir sobre a constitucionalidade da doação empresarial. E, se ele decidir pela inconstitucionalidade, a decisão será *ex nunc*, ou seja, para nunca mais, mas será *ex tunc* também, ou seja, desde sempre.

O Supremo Tribunal vai decidir definitivamente e o que ele decidir vale para esta eleição também.

Agora, seria lamentável, a meu ver, que alguém, nesse momento, pedisse vista para protelar a decisão da Comissão, deixando o Supremo Tribunal Federal cumprir a nossa função legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, que pediu a palavra pela ordem. Depois, Senador Amorim, Senador Randolfe, Senador Pimentel e, por fim, Senadora Vanessa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o tema da participação de pessoas jurídicas no financiamento de campanha é um tema antigo.

Eu disputei várias eleições, assim como vários aqui disputaram também, do tempo em que era proibida a doação de pessoas jurídicas para financiamento eleitoral.

No tempo do regime militar, isso foi proibido. Depois da reconstitucionalização, também continuou proibido.

Eu queria lembrar a todos que essa proibição vigorou até 1993.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio, permita-me.

Há outros oradores inscritos para discutir.

V. Exª pediu a palavra pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Para discutir. Não, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então V. Exª aguarda?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Há outros oradores...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu pensei que já tivesse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...há outros oradores...

Desculpe, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agora, se eu exercer o meu direito de vista, não é para protelar coisa nenhuma. É o direito regimental. Não é elementar, viu? E eu vou pedir vista talvez, conforme o andamento da discussão.

E eu não sou de ficar segurando projeto. Eu o devolvo imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Amorim, vamos seguir a ordem dos inscritos para discutir.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, infelizmente o Congresso Nacional não fez aquilo que o povo brasileiro deseja e necessita há muito tempo, que é a reforma política. O que se tem feito ao longo dos anos são apenas remendinhos, sobretudo na Lei Eleitoral. Falhamos e continuamos falhando.

Parabenizo a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Relator Roberto Requião pelo excelente trabalho que mais vez dá uma contribuição para que possamos fazer minimamente alguma correção na escolha, no pleito eleitoral, dando oportunidade realmente igual a todos.

E espero, ao contrário do Senador Raupp, que, infelizmente, pela nossa falha, pela nossa omissão, a omissão do Congresso Nacional, que realmente o Supremo decida essa questão o quanto antes. O povo brasileiro precisa desse questionamento.

Lamentavelmente concordo com V. Exª quando disse que tudo isso está sendo feito em pleno ano eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu pretendo ser rápido.

Na linha do que diz o Senador Valdir Raupp, eu também entendo que é uma pena discutirmos isso no ano da eleição. E já defendi aqui a tese de que nós deveríamos assumir um compromisso, todos – Oposição e Governo -, suprapartidariamente celebrarmos um pacto de que esta eleição, esta campanha eleitoral será o palco para um grande debate também sobre reforma política, a fim de que possamos assumir os compromissos e concretizá-los no próximo período legislativo.

Seria, a meu ver, adequado. Teríamos um Congresso legitimado pelas urnas para uma grande reforma política.

Até porque, Sr. Presidente, neste presidencialismo forte, há que assumir compromisso também quem preside o País, já que quem preside o País comanda o processo legislativo. Não é novidade para ninguém nesta Casa. E, quando há interesse de quem preside o País, as reformas em profundidade podem ocorrer com maior eficácia.

De qualquer modo, Sr. Presidente, este assunto tem sido debatido, quanto ao mérito, não há como negar voto a favor.

Em 99, esta Casa aprovou um projeto que instituiu o financiamento público de campanha e, se não me falha a memória, aprovou-o por unanimidade. Eu tive a satisfação de relatar aquele projeto em 99. Nós estamos em 2014. O projeto foi para a Câmara, e não prosperou.

Eu creio que é importante também, já que estamos discutindo corrupção no processo eleitoral, aperfeiçoar mecanismos de fiscalização e controle. Sem eles, a legislação aprovada é inócua. Certamente, dificultaremos doações de empresas jurídicas e estimularemos o caixa dois com doações de empresas jurídicas, se não tivermos mecanismos eficazes de fiscalização e controle e de julgamento rápido, porque o que ocorre é que os julgamentos acontecem sempre tardiamente, quando o fato já está consumado.

Outro ponto, só para concluir, Sr. Presidente, que é essencial em matéria de eliminar, reduzir os índices de corrupção no processo eleitoral, é cuidar do horário eleitoral. O cuidado do Senador Valdir Raupp tem razão de ser em relação à coligação na proporcional, mas, no que diz respeito à coligação na majoritária, que não deve ser impedida, ela alimenta a corrupção na aquisição das siglas partidárias.

Os partidos se coligam e apresentam como seu patrimônio não os eleitores que possuem, não o programa; eles apresentam como seu patrimônio o tempo de televisão que possuem, que, aliás, não lhes pertence. No entanto, o tempo de televisão é que é negociado nesse balcão de negócios na fase pré-eleitoral.

Se eliminarmos a possibilidade de que o tempo de televisão dos partidos coligados conte para o candidato majoritário – e nós já apresentamos um projeto aqui que foi rejeitado, infelizmente, mas acho que devemos retomar esse assunto, coligação na majoritária, sim, mas o tempo de televisão só é computado do partido do candidato, no caso da Presidência, do candidato a Presidente e do candidato a Vice-Presidente – os demais partidos não levam o seu tempo de televisão para a coligação majoritária. A distribuição do tempo, portanto, seria diferente entre os candidatos majoritários.

Sr. Presidente, é claro, vou votar favoravelmente, mas considero este trabalho de hoje e aprovação desse projeto em ano eleitoral inócuos, porque certamente, a partir do próximo ano, quando teremos um novo Congresso, estaremos debatendo aqui uma reforma política para valer, e já com muito atraso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, parabenizo V. Exª e comunico que o Item 19, mesmo na sua ausência, foi aprovado, de autoria de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Eu agradeço a generosidade dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pimentel. Depois, Senador Randolfe.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero começar parabenizando a Senadora Vanessa Grazziotin por essa iniciativa, que traz para o Congresso Nacional essa importante matéria sobre a qual já havíamos nos debruçado nesta legislatura, sobre o mesmo tema, e lamentavelmente foi rejeitado nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Quero saudar o Senador Roberto Requião pela qualidade do seu voto, pela emenda apresentada, que torna objetiva a sua aplicação, e, acima de tudo, a forma sintética do texto apresentado sobre a emenda. Por isso, nosso Senador Roberto Requião, parabéns pelo substitutivo.

E quero começar registrando que esse tema está vindo para a pauta com todo esse apoiamento porque a nossa OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) resolveu ir ao Supremo Tribunal Federal mostrar exatamente que essa matéria é inconstitucional, a contribuição das pessoas jurídicas, das empresas, ao contrário da maioria desta Comissão, que tinha outra visão.

Eu sou daqueles que aprenderam que só não muda de ideia quem não tem ideia. Por isso, é bem-vindo esse tema, porque nos permite corrigir um erro que nós cometemos no início desta legislatura. Quero me somar com o Senador Jorge Viana quando ele diz que empresa não tem vontade política, não é votada e nem pode receber voto.

A empresa tem interesse no mercado. É por isso que nós temos um dos sistemas eleitorais mais injustos do mundo, porque as empresas contribuem com determinadas candidaturas, e outras candidaturas, infelizmente, não têm esse acesso, com o agravante de que a contribuição é ao candidato. Nem o partido tem controle sobre isso. Por isso, é importante a sua exclusão.

Quero também adiantar que o Supremo Tribunal Federal, como aqui já foi dito, tem quatro votos; falta apenas mais um. E quatro votos em sequência. Eu sou daqueles que entendem que, em face do rito de votação que está ali, a tendência é proibir a contribuição da pessoa jurídica. E, se é inconstitucional, o seu efeito é para frente, como muito bem o Senador Requião aqui diz, e também tem efeito desde a sua origem, ou seja, retroage, embora ele utilize aqui os nomes em latim, que são mais robustos, para compreender as duas fórmulas.

Tenho também clareza de que precisamos ter uma forte articulação entre as duas Casas porque o Senado tem aprovado um conjunto de matérias, matérias importantíssimas para o fortalecimento do Estado democrático de direito, mas, dada a diversidade de pensamento na Câmara, as matérias terminam levando um tempo maior, e muitas delas, como o Senador José Agripino aqui fazia referência, vêm de 1999, quando, naquela reforma política, o Senador Sérgio Machado aprovou uma emenda constitucional, aprovou um conjunto de normas, que foram para a Câmara, e lá nós não tivemos condições de adiantar.

E volto a registrar, como muito bem fez aqui a nossa Senadora Gleisi Hoffmann, que a nossa Presidenta Dilma Rousseff, após as manifestações de rua, mandou para cá, para o Congresso Nacional, os cinco pontos, e um deles tratava exatamente do pacto da reforma política, que, infelizmente, não foi nem sequer acolhido por parte da nossas Casas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Só para fazer uma correção da minha fala.

Eu afirmei algo completamente equivocado. É óbvio: decisão do Supremo, de inconstitucionalidade de doação de pessoa jurídica, entra em vigor, se é inconstitucional, imediatamente. E eu, equivocadamente, falei que se respeitaria a anualidade, quando se faz alteração na legislação eleitoral. O que não é o caso. Então, certamente, a decisão do Supremo implica mudança para essa eleição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Do *status* presente.

O Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, parabenizar a autora da matéria, a Senadora Vanessa; o Relator, Senador Roberto Requião, pelo preciso parecer, e V. Exª por apresentar, por oportunizar a nós, em um prazo tão curto, apreciar novamente essa matéria, exatamente no dia de hoje, no dia em que o Supremo Tribunal Federal voltará a apreciar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 4.650, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Porque, Sr. Presidente, eu não diria que o sistema político brasileiro vai ficar melhor, vai ser resolvido com a resolução dessa matéria, mas essa matéria, no meu entender, é uma das mais importantes para aperfeiçoarmos o sistema político brasileiro.

É verdade que antes, em 1990, não era permitida a doação de empresas. Ocorre que a doação de empresas, nos últimos 20, anos criou um sistema de compadrio. Tanto V. Exª quanto eu participamos de uma comissão parlamentar de inquérito, a CPI que investigou os negócios do Sr. Carlos Cachoeira, da Empreiteira Delta, e

vimos como funcionava; investigamos, naquela CPI, e vimos como funcionam os serviços de cumpliciamento entre público e privado.

Nós, que participamos daquela CPI, sabemos o quanto é importante modificar esse sistema de financiamento, hoje, no Brasil.

Nunca é demais destacar os princípios que a Ordem dos Advogados do Brasil levantou na sua Ação Direta de Inconstitucionalidade. Eu destaquei como ADPF, mas na verdade, é Ação Direta de Inconstitucionalidade, e ela já tem, repito, que já foi destacada pelos colegas, que já tem quatro votos a favor no Supremo Tribunal Federal. A OAB destaca o princípio democrático consoante com o parágrafo único do art. 1º da Constituição; o princípio da igualdade consoante o *caput* do art. 5º da Constituição; e o princípio republicano, e diz que esses princípios, que são consoantes a Constituição, que estão presentes no texto constitucional, não estão presentes no art. 24, da Lei 9.504.

Óbvio, o que a Senadora Vanessa traz aqui para nós é, de imediato, alterar o art. 24.

Parece-me, Sr. Presidente, que daremos hoje aqui, no Legislativo, um belo sinal para o Supremo Tribunal Federal. Lá no Supremo Tribunal Federal já está quatro a zero, basta mais um voto. E eu acredito, não tenho bola de cristal, mas acredito – foi pedido vista pelo Ministro Teori – que hoje vai ser devolvido, e a tendência, a possibilidade é enorme de ter mais um voto favorável à ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil.

E teremos aqui a possibilidade de já aqui, nesta Comissão de Constituição e Justiça, apresentarmos o sinal à sociedade brasileira e ao Supremo Tribunal Federal que também estamos consoantes com isso, que esse sistema de financiamento no Brasil fracassou, esse sistema de financiamento acabou ocasionando casos como este de Carlinhos Cachoeira, Empreiteira Delta e tantas outras empreiteiras, casos de cumpliciamento entre públicos e privados, em escândalos que existem repetidas vezes.

É importante aqui destacar – e falo isso para concluir, Sr. Presidente, – que tanto a ação aqui da OAB quanto o projeto aqui apresentado não falam sequer em financiamento público, falam em algo básico, complementar: proibir a doação de pessoas jurídicas.

E, de fato isso é consoante, Sr. Presidente, com o que diz a Constituição. A Constituição – e aqui faço minhas as palavras que não são minhas, que são próprias da ação da OAB – fala, no princípio democrático do art. 1º, Parágrafo Único, que o poder emana do povo. O povo cidadão tem CPF, não tem CNPJ. Então, é consoante com esse princípio. Reitero, é fundamental, indispensável aprovarmos essa proposta.

Saúdo a iniciativa da Senadora Vanessa, ao mesmo tempo, saudando quem já teve anteriormente igual iniciativa, que foi o Senador Jorge Viana, e esperando que hoje nós nos redimamos do pecado anterior de não ter aprovado esta matéria aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parabéns a V. Exª, Senador Randolfe.

E agora, sim, Senador Aloysio Nunes para discutir a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, ouvi argumentos aqui da Comissão, alguns dizendo que esta reforma, esta mudança na lei eleitoral é relativamente inócua em função do princípio da anualidade, e, mais ainda, outros como o Senador Alvaro Dias, o Senador Raupp, afirmarem, no que eu estou plenamente de acordo, que uma mudança nas regras de financiamento eleitoral é inseparável da mudanças da regras que presidem a eleição, ou seja, a conversão de votos em cadeiras nas Casas Legislativas e a apuração das maiorias no processo de eleição de Governador, Senador e de Presidente da República.

Portanto, uns dizem que é inócuo, é preciso se esperar mais tempo para se fazer uma reforma política mais profunda, no que estou plenamente de acordo. Agora, ouvi muitos argumentos de princípios, argumentos principiológicos. Acabo de ouvir agora o Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, que endossa os argumentos da OAB: a participação de pessoas jurídicas no financiamento de campanha é inadmissível, porque teremos que ter, em vez de pessoas físicas, pessoas jurídicas, CNPJs participando do financiamento como se pessoa jurídica não fizesse parte da sociedade que o nosso Congresso deve, de alguma forma, espelhar. Contraria o princípio democrático, o princípio republicano, a ideia de igualdade e, a partir daí, se deriva até para argumentos de ordem moral uma vez que o financiamento de pessoa jurídica seria algo que traria na sua gênese, no seu DNA, o escândalo, a corrupção, argumentos, portanto, principiológicos, que independem da legislação.

Diz o Senador Randolfe: o Congresso errou por não ter aprovado uma lei anteriormente. Mas não teriam errado aqueles que pediram recurso para pessoas jurídicas participarem na sua campanha antes da existência da lei?

Quem daqui pode dizer que nunca pediu recursos para pessoas jurídicas participarem do financiamento da sua campanha? Eu pedi, pedi e nunca me senti vinculado, nunca me senti vinculado, por nenhuma doação de campanha para, a partir daí, defender interesse desse ou daquele. Nunca. Estou na política há muitos anos, e não há nenhum fato da minha vida política que possa ser apontado como retribuição de um financiamento de campanha, como vários aqui Senadores, senão todos, podem dizer a mesma coisa.

Então, o argumento moral dos princípios republicanos deveriam existir sempre. Por que, antes da existência da lei, quase todos, senão todos aqui, pediram, bateram as portas de empresas para pedirem contribuições para suas campanhas? Será que a moralidade, a democracia e a igualdade é algo que depende apenas de uma lei? Duvido. Duvido que tenhamos aqui Senadores que não tenham pedido anteriormente recursos para campanha eleitoral de pessoa jurídica! Se pediram, pediram muito bem, porque a mudança na legislação, que permitiu que pessoas jurídicas participassem de financiamento de campanha, foi uma mudança sugerida pela CPI que apurou casos de corrupção no governo Collor, a CPI do PC Farias.

Durante o período da ditadura militar e ainda depois, na redemocratização, era proibida participação de pessoas jurídicas no financiamento de campanha. Não tinha financiamento de campanha de pessoa jurídica? Claro que tinha, por baixo do pano, por baixo do pano, às escondidas, ilegalmente, mas existiu.

Essa regra vigorou até 1993. Muitos de nós aqui disputamos eleições nesse período em que era vedada participação de pessoa jurídica no financiamento de campanha. A partir de 1993, nas conclusões – e convido os Srs. Senadores a lerem essas conclusões – da CPI do PC Farias – o Senador Suplicy se não me engano fez parte desta Comissão – entre as recomendações, em 1993, estava essa de se permitir a doação de pessoa jurídica, financiamento de pessoa jurídica sujeita a regras, a limites, para trazer à luz do dia aquilo que era feito às escondidas, sob a vigilância da sociedade, sob a vigilância do Tribunal Eleitoral, o escrutínio dos eleitores. Foi uma exigência da moralidade.

Agora, os senhores acham, sinceramente – não somos ingênuos, não somos meninos – os senhores acham que não haverá continuação de doação por baixo do pano? E mais, quem está no governo tem mil e uma formas de pressionar o mundo empresarial para obter financiamento por baixo do pano, ou não? Então, senhores, considero realmente, concordo com o Alvaro, concordo com o Raupp, que a mudança no sistema de financiamento de campanha deve acontecer ao mesmo tempo em que a mudança no sistema eleitoral.

Adotado o voto distrital, teremos condições de baratear dramaticamente o custo das eleições. Será possível, inclusive, nesse sistema, instituirmos o financiamento público. Agora, manter o sistema atual de lista aberta, voto proporcional de lista aberta, com milhares e milhares de candidatos a prefeito, a vereador, deputado estadual, deputado federal, e os senhores acharem que não vai haver um estímulo extraordinário para o financiamento ilegal a partir da proibição da doação, à luz do dia, das empresas? Eu não posso acreditar que nós estejamos acreditando nessa fábula, nessa fábula.

Então, senhores, eu não vou pedir vista, meu caro Roberto Requião, porque não tenho emendas a apresentar. Geralmente, eu peço vista quando tenho emendas. Nunca pedi vista para ganhar tempo. Aqui, minha convicção está formada e eu vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Vanessa, em homenagem a V. Exª, deixamos para concluir a ordem de inscritos na discussão da matéria.

V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente. Serei bem breve, apenas para dizer que todos os pronunciamentos aqui feitos em relação à necessidade de uma reforma política, de debatermos tempo de televisão, listas abertas ou fechadas, sem dúvida nenhuma, esse problema nós temos enfrentado no debate; entretanto, não temos tido a capacidade de concluir a votação em plenário ou, quando concluímos em plenário, essa questão para e é travada na Câmara dos Deputados, tamanha complexidade.

Sr. Presidente, o que está em debate agora, como já registrado aqui de uma forma extremamente oportuna... Eu quero cumprimentar V. Exª, Senador Vital. Eu tenho outros projetos de leis que tratam sobre financiamento de campanha. Aliás, apresentei meu primeiro projeto em meu primeiro ano como Deputada Federal, ou seja, em 1999, porque não dá para continuar. Se ele nasceu para superar um problema, ele tem se mostrado, no decorrer e no passar dos anos, também extremamente problemático, Sr. Presidente, tanto é que o Supremo possivelmente concluirá a votação da matéria no dia de hoje.

Eu tenho ficado muito preocupada porque tenho lido pela imprensa algumas iniciativas para apresentar outra emenda constitucional para legalizar a contribuição privada, e dizer que o próprio STF já decidiu. É inconstitucional porque fere cláusula pétrea da democracia da representação dos direitos iguais.

Então, quero cumprimentar V. Exª e agradecer muitíssimo ao Senador Requião. Senador, quero agradecer muito a V. Exª porque o faz à luz da nova realidade que estamos vivendo e apresenta um substitutivo que, sem dúvida nenhuma, é fundamental. Então, eu cumprimento toda esta Comissão de Constituição e Justiça pela decisão. Tenho certeza de que dificilmente votaremos em plenário, pelo menos nos dias de hoje, mas é uma excelente sinalização da Comissão de Constituição e Justiça. Muito obrigada.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora Vanessa, eu só gostaria de afirmar que não é um substitutivo. A proposta é sua, e eu fiz uma adaptação à realidade do momento. Eu não acredito

muito nesse termo "substitutivo" quando a pessoa se apropria de projetos que originalmente não são de sua lavra. O projeto é seu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A autoria será sempre preservada da Senadora Vanessa, e a apresentação do substitutivo será de V. Exª na condição de Relator.

Em votação a matéria.

Senador José Pimentel

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi. (*Pausa*.)

Senador Pedro Taques. (*Pausa*.)

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Requião pelo brilhante relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Randolfe. Como vota S. Exª?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Voto a favor, com o cumprimento ao Senador Aloysio Nunes por ter dito que não iria pedir vista pelas razões que muito bem fundamentou. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, por tudo que já disse e pela raiz catarinense da Senadora Vanessa Grazziotin, como também do Senador Requião que passa a maior parte do tempo de lazer em nosso Estado, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Requião está bem ao ter seu lazer lá na bela Santa Catarina.

Senador Dorneles, como vota V. Exª?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Não".

Senadora Gleisi, como vota V. Exª?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Voto "sim". Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Presidente, eu voto com o Relator, apesar de considerar que esse projeto não chega a vigorar, porque nós teremos uma reforma maior, se o povo assim exigir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Petecão, como vota V. Exª?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, eu voto com o Relator, apesar de o Senador Jorge Viana haver me dito que, na votação passada, eu votei com o PSDB. Eu não votei com o PSDB. Eu não estava convencido. Agora, eu estou convencido, inclusive com o argumento dele. Estou convencido de que a melhor proposta é do relatório do Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente, cumprimentando também V. Exª por estar nos dando oportunidade de apreciar esta matéria neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Requião, voto conhecido. É o Relator da matéria.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Paulo Bauer. (*Pausa.*)

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – "Não".

Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o substitutivo, que será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Matéria extrapauta, como definido por V. Exªs.

Quero manifestar a alegria de estar em plenário a Deputada Perpétua Almeida, que foi a protagonista de toda essa luta, defendida tão bem pela Bancada do Acre aqui no nosso plenário; também a presença do ex-Deputado e companheiro Ilderlei Cordeiro, Deputado Gladson Cameli, colegas e companheiros Deputados – sejam todos bem-vindos! –, pois tive o prazer de conviver com V. Exªs.

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2013.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

Se houver acordo, eu queria solicitar urgência para a matéria anterior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Urgência solicitada, urgência atendida.

Como vai ser submetida a turno suplementar, nós vamos seguir o rito regimental.

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2013, não terminativa, matéria extrapauta, de conhecimento de V. Exªs.

EXTRAPAUTA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2013
– Não Terminativo -

Dá nova redação ao caput do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta art. 54-A a este Ato. (PEC dos Seringueiros / Soldados da Borracha)

Autoria: Deputado Arlindo Chinaglia e outros

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável à Proposta com a Emenda que apresenta.

Observações:

Durante a discussão da matéria, o Senador Anibal Diniz reformula o relatório e conclui pela aprovação da Proposta com a Emenda supressiva que apresenta, restando assim prejudicadas a Emenda nº 1, que perde o objeto, e a Emenda nº 2, cujo objetivo é incorporado na emenda de relator.

Em 5/12/2013, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Em 18/03, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Acir.

Em 19/03, a Presidência concedeu vista coletiva.

Concedo a palavra, para suas considerações finais, ao Senador Relator Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo.

O assunto é de conhecimento de todos os Senadores, porque foi feita aqui a leitura do relatório. Logo em seguida, houve um pedido de vista da Senadora Gleisi Hoffmann, de tal maneira que todos os Senadores estão inteirados da matéria.

Quero dizer que mantenho o teor do relatório e, assim, conclamo os Srs. Senadores para que possamos ir a voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Presidente, nós tínhamos conversado, na reunião passada desta Comissão de Constituição e Justiça, com o Senador Anibal e com o Senador Jorge Viana, da possibilidade de fazermos um acordo em relação à matéria.

Qual é a minha preocupação? Nós queremos aprová-la. Nós temos aqui um avanço importante que é o pagamento da indenização, uma conquista importante que tem acordo com o Governo e nós temos uma situação, que não tem consenso, relativa à remuneração mensal, para efeito de aposentadoria, que, em vez de ser R$1.500,00, que o Deputado Arlindo havia sugerido, o Senador Anibal Diniz sugeriu R$3.789,00. No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fala-se em dois salários mínimos.

Eu queria consultar o Plenário se a gente não poderia encaminhar para um acordo no sentido de manter o que diz o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, portanto, deixar os dois salários mínimos, e a gente encaminhar para pagar, para aprovar, então, os R$25 mil, que são de indenização, e a gente poder fazer com que essa matéria siga, porque ela ainda vai ter que voltar a ser apreciada pela Câmara dos Deputados. E nesse ínterim, a gente volta a conversar com o Governo para acordar em relação ao que já diz o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Eu queria fazer um apelo, porque nós queremos resolver. Mas temos que fazê-lo dentro de condições que sejam factíveis, senão nós podemos aprovar matéria aqui e depois não encontrar guarida para ampará-la na prática.

Então, eu queria fazer esse encaminhamento, que me parece é o mais concreto. Se a Comissão entender que é possível encaminhar assim, a gente pode fazer a emenda ou oralmente fazer a emenda, se a Comissão entender e aprovar o projeto hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bom, Senadora Vanessa, eu peço a atenção dos senhores. A partir de agora, nós estamos abrindo o período de discussão.

Aos senhores que vão discutir a proposta e depois deliberar, nós temos três alternativas: a primeira, o projeto original, do Deputado Arlindo e outros, a PEC, como primeiro subscritor, que definiu um valor; depois, o Senador Aníbal chegou a outro valor, na condição de ser o Relator. E agora há um terceiro – o projeto todo está consensualizado, somente essa questão específica – valor apresentado pela Senadora Gleisi, que nos remete ao Ato das Disposições Transitórias.

Eu peço a V. Exªs...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Qual é a opinião do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... que, quando discutir a matéria, já se pronuncie sobre essa proposta alternativa, ou se, for o caso, a proposta do Relator, ou no texto original.

Antes, por um dever e por ordem de precedência, eu queria ouvir o Relator para poder otimizar o encaminhamento da matéria sobre a proposta da Senadora Gleisi.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bom, primeiramente, eu quero dizer que recebo com muito bom grado essa proposição da Senadora Gleisi Hoffmann, já que é a primeira vez que o Governo se manifesta a esse respeito desde que a matéria chegou ao Senado. Porque nós tínhamos exatamente proposto o início de conversação, e isso não havia acontecido. Na medida em que a Senadora Gleisi se propõe a fazer conosco a defesa de que seja mantido aquilo que está no Ato das Disposições Transitórias, no seu art. 54, acho razoável. E é interessante que a gente possa ouvir os outros Senadores a esse respeito.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É só para fazer um esclarecimento.

Eu, na realidade, não estou trazendo aqui uma proposta do Governo. O que eu estou fazendo é uma mediação para a gente tentar voltar ao Governo com essa proposta.

É só para que fique clara essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência já esclareceu que V. Exª está inclusive usando o Ato das Disposições Transitórias...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Que já está... E vamos tentar o Governo, porque a matéria vai voltar à Câmara, e acho que nós temos o espaço de convencimento e me proponho junto com os Senadores a fazer essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Relator da matéria entende ser possível esse espaço de negociação entre as duas propostas e...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Desde que a gente vote hoje para que a matéria já vá ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Desde que nós possamos avançar hoje.

Vamos consultar os Srs. Relatores, continuando o período de discussão.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, nós estamos tendo a oportunidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, de fazer um ato nobre, que é o de fazer justiça

a esses heróis da Pátria, que, na Segunda Guerra Mundial, em vez de ir para o fronte de batalha, foram para a floresta produzir borracha para os aliados. É disso que estamos tratando.

E eles não foram por livre e espontânea vontade. Eles foram porque houve uma ação governamental, houve um recrutamento, uma busca ativa, e nós tivemos milhares de homens na floresta – muitos morreram – no esforço de guerra.

O compromisso do Estado brasileiro era o de dar uma remuneração e um tratamento justo a esses homens como se fossem membros do esforço de guerra.

Eu queria chamar a atenção de todos – inclusive cumprimento os representantes das entidades ligadas aos familiares, aos Soldados da Borracha –, porque essa é uma matéria que está tramitando há 12 anos no Congresso Nacional. Há 12 longos anos. É uma iniciativa da Deputada Vanessa – que já virou Senadora – e teve o envolvimento de muitos Parlamentares do Acre, como é o caso da Deputada Perpétua, que trabalhou muito na Câmara, se empenhou muito. E a Câmara chegou a um acordo, a um entendimento com o Governo. Isso é fato. Por isso a colega Gleisi tem razão em dizer que ela não está aqui falando em nome do Governo.

Mas o Governo fez um entendimento, por intermédio do Líder Arlindo Chinaglia, lá na Câmara, e nós, agora, temos que escolher um caminho, como disseram o Presidente e o Senador Anibal. Temos três alternativas. Estou falando isso porque alguns colegas podem não estar atentos a isso.

Se pegamos o caminho de fazer uma modificação que implique retorno dessa matéria para a Câmara, essa é uma opção que temos. O outro caminho seria votar do jeito que veio da Câmara. Eu, particularmente, coloquei-me contra votar a proposta – e tenho conversado com o Senador Petecão – que veio da Câmara, porque ela modifica o art. 54 da Constituição que, lá atrás, dava salvaguarda dizendo: "eles são merecedores de uma remuneração de dois salários mínimos". Por melhor que tenha sido a intenção, porque aí estou reafirmando que foi um acordo, e acordo é acordo, é o possível, houve uma grande conquista – e aí mérito da Perpétua e de outros – que foram os R$25 mil para cada beneficiário. Mas, do ponto de vista da remuneração, houve um retrocesso, em minha opinião. Desvinculou-se do salário mínimo, se estabeleceram R$1.500,00 e quando for feito o primeiro pagamento já vai valer menos que dois salários mínimos. Porque se há uma política boa hoje no País, pelo menos que evita perdas e garante algum ganho, é a política do salário mínimo implementada inclusive por nosso Governo, do Presidente Lula ainda.

Então, diante disso, eu queria aqui cumprimentar o Senador Anibal, para concluir. Dizer que ele tratou com seriedade e dedicação que esse tema requer, fez audiências públicas no Acre e aqui, ouviu as categorias, conversou muito com o Presidente Vital, trabalhou com o Presidente Vital, procurou o Governo, mas, lamentavelmente – e aqui protesto como da Base do Governo –, não foi dada a atenção para o Senador Anibal para essa matéria aqui no Senado que nós buscávamos ter.

E o Senador Anibal apresentou uma proposta muito adequada, alterando o art. 54 e propondo a manutenção dos R$25 mil, como prevê o art. 2º da PEC: que será pago aos seringueiros... De que trata o art. 54 do Ato das Disposições Transitórias, o valor de R$25 mil, em parcela única, sobre a qual não incidirá nenhum tributo.

O Senador Anibal preservou esse aspecto do entendimento da Câmara, mas alterou o art. 54 e estabeleceu aquilo que o Governo, o Estado brasileiro assumiu quando da convocação dos Soldados da Borracha: a remuneração justa.

E leio:

"Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo disposto no Decreto-Lei 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia de R$3.789,00 reajustados a partir de 1º de março de 2014, nas mesmas datas e segundo os mesmos índices aplicados aos benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social."

Essa é a proposta do Senador Anibal. Uma proposta correta que faz justiça.

Mas nós temos uma situação – e concluo com isso –: agora, alguns colegas, como é o caso da colega Gleisi, que argumenta contra essa proposição do Senador Anibal, estão propondo um caminho intermediário, que é alterar o que veio da Câmara e modificar a proposta do Senador Anibal, trazendo de volta o texto original das Disposições Transitórias da Constituição, no art. 54.

Então, eu penso que fica bem claro aqui que eu defendo essa tese que o companheiro Anibal apresentou, mas eu estou atrás também do entendimento para que se delibere sobre essa matéria hoje. Os seringueiros do Acre não podem esperar mais. E nós não podemos votar de tal maneira que essa matéria volte à Câmara dos Deputados, se modificada aqui. Então, eu também entendo que um bom caminho é o do entendimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós estamos construindo esse entendimento.

Eu queria felicitar a Bancada do Acre, a Bancada de Senadores do Acre, a Bancada de Deputados Federais do Acre. Estão todos aqui, acompanhando, ou no Congresso Nacional, ou na Câmara dos Deputados. Quero dizer de toda a Bancada da Região Norte. Vieram os Senadores de Rondônia aqui também falar a esse respeito, Senador Acir, Senador Raupp. Vamos caminhar neste ponto de equilíbrio.

Eu consulto o Senador Relator se aceita, se admite a proposta da Senadora Gleisi Hoffmann, para já colocarmos o Senador Petecão para discutir, encerrarmos o período de discussão e votarmos a matéria, porque hoje quantos homens e mulheres honradas deste País, principalmente da Região, não estão esperando a decisão desta Comissão?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Do Ceará, especialmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal. Depois, o Senador Petecão. O Senador Anibal é o Relator.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, é porque eu vou defender a proposta do Anibal. Eu não queria que ele aceitasse. Se fosse possível, Anibal, que V. Exª não aceitasse antes que a gente argumentasse, até porque eu vou defender a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, vamos inverter a ordem. Com a palavra o Senador Petecão e, depois, o Senador Anibal, para encerrar esta matéria.

Senador Petecão, com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria de 30 segundos de atenção dos nobres Senadores. Antes, quando começou a discussão, o Senador Requião perguntava qual é a proposta do Relator. Senador Requião, quando começou o debate, V. Exª perguntou: qual é a proposta do Relator?

A proposta do Relator é exatamente a proposta que contempla a base, a proposta que contempla os nossos heróis Soldados da Borracha. Se é verdade que eles são heróis, nós temos que ouvir os Soldados da Borracha. Se é verdadeiro que nós estamos todos aqui, ouvir a todos, dizendo que nós queremos contemplar o Soldado da Borracha, esses heróis que vieram na Segunda Guerra, que morreram aos milhares, nós temos que ouvir, Anibal. E você sabe, você participou de várias reuniões, eu acompanhei o seu trabalho, eu acompanhei o seu esforço, e tenho que reconhecer alguns avanços que houve pelo Governo, mas não adianta, Anibal, não leve com você – pelo amor de Deus! –, não leve com você esta culpa, que eu sei que não é sua, desse entendimento que não é o entendimento que contemple o nosso Soldado da Borracha.

Nós estamos falando de R$3.789,00 para as pessoas. Semana passada, nós tivemos aqui alguns Soldados da Borracha, e havia um senhor de 95 anos. A proposta da Câmara não contempla. Nós vamos votar uma proposta aqui, Senador Jorge Viana, e eu tenho acompanhado o seu esforço também...Qual vai ser o benefício que os nossos Soldados vão ter? Nós vamos votar uma proposta em que houve um entendimento, contemplou o Petecão, contemplou o Jorge, contemplou a Perpétua, mas não contemplamos aos mais interessados, que é a classe.

Então, Anibal, eu vou lhe fazer um apelo. Vamos defender a sua proposta, a proposta que você entendeu ser a melhor proposta, que é exatamente a proposta que não era a proposta que o sindicato, que os Soldados da Borracha queriam, mas é uma proposta que chega perto do que eles estavam pleiteando. E o que está sendo pleiteado aqui, através da sua proposta, não é nada fora da realidade. Nós estamos apenas fazendo Justiça, Anibal!

Então, eu queria aqui, Anibal, defender a sua proposta, reconhecer o seu esforço, e que você não ceda. Não ceda! Nós vamos ao voto. Eu tenho certeza de que a maioria dos Senadores que está aqui com você, porque a proposta que você apresentou é uma proposta digna, à altura daquele povo desses quatro Estados: Rondônia – está aqui o Senador Raupp –, lá do meu Estado, o Acre, o Estado do Amazonas, e todos os Estados da Amazônia. Então, fica aqui o meu apelo e que os nossos colegas sejam sensíveis a essa causa, que, com certeza, vocês estarão fazendo justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Os Senadores Acir, Raupp e Pimentel me pediram para falarem por 30 segundos.

Então, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para cumprimentar o Senador Anibal pela sua proposta e pelo estudo que fez na tentativa de ajudar os nossos Soldados da Borracha. Precisamos fazer justiça com esses homens, que trabalharam duro, e agora precisam desse apoio.

Portanto, fica aqui o meu apoio ao trabalho que o Senador Anibal fez; debateu, discutiu com os Senadores, com os Deputados também, Deputados de Rondônia e do Acre também, e, principalmente, ouviu os Soldados da Borracha. Nós precisamos fazer justiça a esses homens que precisam do nosso apoio.

É essa a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Raupp, Senador Pimentel, Senadora Vanessa e Senador Inácio.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Só para parabenizar o Relator, Senador Anibal, e todos aqueles que passaram por esse projeto lá na Câmara dos Deputados, aqui no Senado Federal, e o mais importante é chegar ao ponto de equilíbrio.

Parabéns à Ministra, Senadora Gleisi Hoffmann, que está proporcionando esse ponto de equilíbrio. Acho que o Soldado da Borracha merece mais do que isso, mas nós temos que ganhar e levar, e levar o mais rápido possível para que eles possam receber essa indenização, esse salário vinculado ao salário mínimo, para que não possam ter perdas salariais.

Então, eu voto pelo que a maioria está entendendo, que é esse equilíbrio, para que eles possam ganhar o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pimentel, para suas considerações.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Relator e V. Exª, por agilizarem a votação dessa matéria, parabenizar a Perpétua, que lá, na Câmara Federal, coordenou todo esse processo, além de ser autora desse debate, e dizer que nós precisamos ter um procedimento que permita a aprovação imediata dessa matéria e que ela seja promulgada. Se nós fizermos alteração, ela volta à Câmara. E nós sabemos do ritmo e do rito que a Câmara Federal tem face à quantidade de matérias que lá se encontram.

O Governo encaminha e tem acordo em pagar a indenização imediatamente, quer fazer isso.

Nós temos hoje um público que é quase todo nordestino, do meu Estado do Ceará, do Estado do Inácio Arruda, do Eunício Oliveira, que foram para lá; esse público tem idade média de 80 anos e mais. Portanto, se nós atrasarmos muito, será muito bom para os seus dependentes, mas eles, que sofreram na pele os problemas que ocorreram nos anos 40 e 50, na época do grande êxodo de nordestinos e cearenses para lá, talvez alguns recebam, mas a maioria não receberá. Para superar isso, nós já tivemos aqui alguns procedimentos da chamada PEC Paralela, não se rejeita a matéria; aprova-se aquilo que é comum entre a Câmara e o Senado, para entrar em vigor imediatamente, e o Governo quer pagar, tem acordo nesse item.

O art. 1º, que altera a redação que veio da Câmara, nós continuaremos com a Emenda à Constituição sobre ela e esta parte vai para a Câmara como PEC Paralela; não prejudica o nobre trabalho feito e coordenado pelo Senador Anibal Diniz, não prejudica o interesse legítimo das famílias dos seringueiros, dos Soldados da Borracha, não prejudica a unidade política que nós temos em todos os setores que discutem essa matéria com maior profundidade na Região Norte e tem uma parte da Centro-Oeste, e nós, nordestinos, somos beneficiados porque nossas famílias foram para lá.

Portanto, a proposta que a nossa Senadora Gleisi Hoffmann está encaminhando é exatamente para isto: garantir o pagamento da indenização imediatamente. E a outra parte volta para a Câmara, àquilo que o Senado alterou como PEC Paralela e, lá, não tenho dúvida de que nossos Deputados e Deputadas vão acelerar essa votação.

Obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu tenho uma quarta proposta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos organizar aqui, porque temos rigoroso e estrito dever de seguir o Regimento Interno.

Vai falar o Senador Inácio e depois a Senadora Vanessa, como membro...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero colocar só uma preocupação. É evidente que eu sinto, na Comissão, o desejo de que esta indenização seja realizada rapidamente, sob pena de não poder ser realizada nunca mais. O Senador Petecão já me falou em seringueiros de 95 anos.

Mas eu quero deixar clara a minha perplexidade quanto a essa esdruxularia jurídica pretendida de fazer uma emenda que faz valer um acordo e votar a Proposta de Emenda à Constituição pela metade para a Câmara Federal.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Mas não houve acordo, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu não vejo como isso... Ela vai voltar inteira, não vai voltar pela metade. Não vejo como essa esdruxularia jurídica e regimental possa subsistir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A deliberação será...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu acho que o mais correto, Senador Anibal, passaria ser a proposta do Petecão. Votamos com o seu relatório, vai para o plenário. Se aprovarmos no plenário, o Governo que vete o que ele tem dúvida e nós retomamos o processo. Senão, isso vai entrar numa repetição de tramitação na Câmara Federal e nunca mais restabeleceremos essa indenização.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A votação de V. Exªs será sobre o relatório do Senador Anibal com a emenda apresentada. É o que nós temos de proposta efetiva.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Inácio, Senador cearense e coautor da emenda apresentada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Brevemente. Acho que, se fosse na China, diriam que uma mão celestial puxou a mão da Senadora Gleisi Hoffmann, para ela ser a primeira signatária dessa emenda, porque é muito importante para nós, nordestinos, cearenses. No caso, 56 mil pessoas foram mobilizadas, 30 mil no Ceará – não sei se entre esses está o Sr. Francisco Jararaca, pai da nossa companheira Perpétua, que deve estar colado na televisão, neste instante, assistindo a esta audiência –, mais 20 mil nordestinos, 1.200 cariocas. Havia paranaenses, gaúcho, catarinenses, que foram mobilizados para essa saga nacional, que era para dar conta a um esforço necessário num período de guerra no mundo, de uma guerra dura, que todos nós sabemos os seus resultados. Criou-se o Ministério Especial, a Secretaria Especial de Mobilização de Trabalhadores da Amazônia, e a sede funcionou no Palácio do Comércio, no centro da cidade de Fortaleza.

Portanto, trata-se de uma ação de justiça que nós estamos fazendo neste instante. A emenda da Senadora ajuda e contribui para que a justiça seja feita e alcance as pessoas agora, que estão precisando de essa justiça ser feita neste instante.

Por isso, acompanho a Senadora Gleisi Hoffmann com a emenda e o acolhimento do relatório por parte do Senador Anibal. É busca da melhor saída para o atual momento.

Então, agradeço também a V. Exª, Senador Anibal, e aos Senadores do Acre por essa iniciativa, por esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Vanessa, encerrando o período de discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E serei breve, Sr. Presidente, porque eu sei que a votação é nominal e vários Srs. Senadores e Srªs Senadoras têm que sair.

Primeiro, destaco aqui que a emenda apresentada pelo Senador Inácio e pela Senadora Gleisi, obviamente não é aquilo com que os Soldados da Borracha, os pensionistas, mulheres e alguns filhos sonham. Eles sonham, Sr. Presidente, com a aprovação da proposta original, que igualava sua condição à de Pracinha de Guerra, ou seja, à condição de Segundo-Tenente. Esse era o sonho.

E por que a denominação é Soldado da Borracha? Porque eles eram Soldados. Eles foram alistados pelo Exército Brasileiro através de um decreto do Presidente Getúlio Vargas. Mas as coisas não acontecem como a gente quer. Chegou a haver uma CPI aqui, nesta Casa, no Congresso Nacional, que mostrou a dívida que o Estado brasileiro tinha para com eles. Mas eles só foram resgatados, pela primeira vez, em 1988, quando foram inseridos na Constituição com uma pensão pequena. Mas foram resgatados. Esse é o segundo resgate.

Então, longe de a gente poder agora, imediatamente, ter o ideal, vamos votar a minha ideia, a minha proposta. Eu fui a autora da primeira proposta e a Deputada Perpétua foi a Relatora na Câmara, que tramitou mais de 10 anos na Câmara, é que votemos a proposta do Senador Anibal com a emenda apresentada por Gleisi e Inácio. Isso contempla. Reunimo-nos com eles no Amazonas, em Rondônia, no Acre. Eles aceitam essa proposta.

Então, vamos ao voto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, Vanessa. Não diga que eles aceitam, porque eles não aceitam. Por favor. Defenda, mas eles não aceitam.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eles aceitam, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eles não aceitam.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou passar a palavra agora – nós encerramos o período de discussão –, para suas considerações finais, ao Senador Relator. Depois, votamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero agradecer imensamente as contribuições que vieram com muito sentimento, com muita qualidade, no sentido de mostrar o nosso esforço, que foi empreendido para fazer valer um direito e fazer com que o Estado brasileiro reconheça essa dívida histórica que tem para com os Soldados da Borracha, esses heróis nacionais que foram mandados aos milhares para a Amazônia e que deveriam ser comparados aos combatentes que foram para o fronte na Segunda Guerra Mundial e não foram. São

reconhecidos heróis nacionais da mesma forma e, no entanto, no que diz respeito à pensão que recebem, os combatentes recebem uma pensão equivalente a de Primeiro-Tenente das Forças Armadas e os Soldados da Borracha recebem dois salários mínimos.

O que aconteceu na PEC proposta pelo Deputado Chinaglia que nós modificamos?

A PEC do Deputado Chinaglia, que foi fruto de acordo na Câmara, previa um prêmio de R$25 mil, como o art. 54-A das Disposições Transitórias, para todos os combatentes, os Soldados da Borracha; e, no art. 54, propunha uma mudança da Constituição, tirando o vínculo ao salário mínimo e estabelecendo o valor de R$1.500,00 reajustados pelo índice previdenciário.

E o que nós recebemos de maior clamor dos Soldados da Borracha? Primeiro, a defesa do vínculo ao salário mínimo, porque hoje há ganho real no salário mínimo, e é muito injusto que a gente olhar para um velhinho de 70, 80, 90 anos, que recebe dois salários mínimos, e dizer-lhe que, a partir de 2015, eles não vão ter mais esse vínculo. Então, esse foi o grande trauma sentido pelos seringueiros, que eles expressaram – os Soldados da Borracha – em todas as audiências públicas que nós mantivemos.

Nós tentamos estabelecer essa ponte, esse diálogo com o Governo, e não foi possível. E exatamente por isso, nós tivemos que forçar numa proposta maior, para trazer o Governo para a conversação.

O que nós temos aqui, hoje, de novo nesta nossa reunião da Comissão de Constituição e Justiça?

Nós temos uma proposta que não é do Governo, é da Senadora Gleisi Hoffmann, que vem como signatários os Senadores Valdir Raupp, Inácio Arruda e José Pimentel. Essa proposta resgata um pouco daquilo que foi a preocupação maior dos Soldados da Borracha, que é o fim da vinculação ao salário mínimo. E, ao mesmo tempo, a gente tem que reforçar aqui: em todo momento o Governo disse que a vinculação ao salário mínimo é inconstitucional. E nós temos que assumir aqui, todos nós Senadores, que não é inconstitucional, porque já consta do art. 54 do Ato das Disposições Transitórias. Portanto, se é um preceito constitucional posto pelo Constituinte originário, por que nós podemos decretar sua inconstitucionalidade?

Então, vamos manter o vínculo ao salário mínimo, porque, assim, a gente está garantindo a base do reajuste automático de acordo com a valorização do salário mínimo, que foi instituído pelo nosso Governo, e não pode, de maneira nenhuma, agora, penalizar esses Soldados da Borracha.

Então, dessa maneira, quero dizer que é claro que a minha proposição é muito melhor do que isso: R$3.789,00, equivalendo, pelo menos, ao salário de um Primeiro-Sargento das Forças Armadas. É claro que essa minha proposta é muito melhor e é muito melhor acolhida pelos Soldados da Borracha. Mas nós temos que olhar para o Brasil. O Governo, hoje, não está autorizando nada de aumento.

Senador Sérgio Petecão, nós estávamos juntos com o Ministro Mercadante ontem, quando nós fomos falar do adicional de função que é devido aos trabalhadores federais de fronteira – policiais federais, agentes federais, policiais rodoviários federais –, o Governo está vetando tudo que implique maiores custos.

Então o que nós podemos decidir hoje?

Nós podemos votar o meu relatório original. Esse relatório vai ser aprovado em plenário. Vai ser aprovado na Câmara? Mas depois o Governo vai entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque a gente estabeleceu novos custos, e lá vão ficar os Soldados da Borracha mais uma vida para terem esse benefício.

Exatamente por isso, para não incorrer no risco de ter essa matéria tramitando por muito mais tempo, o que nós temos que fazer? Votar a matéria de acordo com o que foi proposto. Assim nós estabelecemos uma emenda supressiva, de tal maneira que não precise mais voltar para a Câmara, porque vamos suprimir o art. 1º, mantendo o disposto no art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, portanto, isso fica mantido, e aprovamos os R$25 mil para os Soldados da Borracha como prêmio. Dessa maneira, não volta mais à Câmara e vai à promulgação. Detalhe: isso não passa por promulgação da Presidência, porque se trata de uma Proposta de Emenda à Constituição, que tem prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional. Passou pela Câmara, passou pelo Senado, o Presidente do Congresso Nacional pode tranquilamente sancionar.

Então, nós podemos fazer com que esta matéria seja aprovada aqui e agora, não volte para a Câmara, e possamos acelerar o processo de recepção destes R$25 mil de prêmio para os Soldados da Borracha e, ao mesmo tempo, a garantia de que os benefícios não sofrerão com a retirada do vínculo ao salário mínimo. Que sejam mantidos os dois salários mínimos como pensão vitalícia dos Soldados da Borracha, como prevê o art. 54 das Disposições Constitucionais Transitórias.

Então, qual é a diferença entre a matéria que nós estamos aprovando aqui e a matéria que veio da Câmara?

A matéria que veio da Câmara propunha uma nova redação para o art. 54, e nós estamos eliminando essa nova redação e devolvendo, para vigorar aquilo que está escrito na Constituição em seu art. 54, no sentido de que a pensão vitalícia recebida pelos Soldados da Borracha continue sendo de dois salários mínimos, conforme o que preceitua o art. 54 das Disposições Transitórias da nossa Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em votação o parecer do Senador Anibal Diniz com a emenda supressiva retromencionada.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, só para esclarecer, porque algumas colegas estão em dúvida.

Quer dizer que o Senador Anibal retira a proposta dele...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Foi aprovado ou não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal está apresentando...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Espere aí, não houve votação, não! Vamos esclarecer...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Petecão, para esclarecer.

Se eu mantiver a minha proposta e se porventura a gente a aprovar aqui e em plenário...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu só quero saber se o senhor vai manter.

O senhor vai manter a sua proposta?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, eu vou acatar a emenda e fazer com que a gente tenha uma emenda supressiva no sentido de que o art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias continue vigorando na forma redacional em que se encontra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, não.

Sr. Presidente, eu quero saber como é que eu faço...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Anibal já explicou...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – ... como é que eu faço, como é que eu faço para votar na proposta dele?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Votando contra o parecer dele.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Contra o parecer dele? Porque eu quero votar na proposta dele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Anibal reformulou o parecer, na forma como veio da Câmara, com a emenda supressiva. E isso nós estamos votando a partir de agora.

Os Srs. Senadores que concordam com a posição do Relator permaneçam como se encontram. Aqueles que divergirem se levantem. *(Pausa.)*

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não é votação nominal, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, é matéria não terminativa. É PEC. É votação simbólica.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu quero votar com Anibal, eu quero votar com Anibal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o parecer do Relator contra os votos do Senador Aloysio, do Senador Petecão e do Senador Ciro Nogueira.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, tem mais um aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E Senador Dornelles.

A matéria vai a plenário.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Gostaria, Senador, ao mesmo tempo, de pedir...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Meus parabéns, Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu gostaria de requerer ao Sr. Presidente Vital do Rêgo que nós pudéssemos estabelecer calendário especial para a PEC nº 61, para que ela conste da Ordem do Dia das próximas cinco sessões deliberativas do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Nós temos ainda muitas matérias, inclusive matérias não terminativas.

Peço a V. Exas que não deixem o plenário, porque senão cai o quórum das matérias terminativas.

É luta! É luta!

Em discussão o requerimento do Anibal. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado.

Aprovado o requerimento do Anibal.

Quero cumprimentar o pai da Deputada Perpétua Almeida, que, aos 92 anos, está lá no Acre, é um Soldado da Borracha, o Jararaca.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, o pai do Deputado Gladson também é Soldado da Borracha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O pai do Deputado Gladson é Soldado da Borracha. Eu o parabenizo, um abraço para ele, companheiro do Jararaca.

Vamos agora aos itens não terminativos. Não há mais quórum para os terminativos.

Item 8.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem. O item 23 mesmo sendo terminativo, mas, se possível, pelo menos a leitura do relatório para a apreciação na próxima reunião...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 23, vamos analisá-lo.

Vamos ler o item 23, não terminativo, então é possível votar.

ITEM 23
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, de 2011
– Não terminativo -

Modifica a denominação da Ala Senador Filinto Muller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes.
Autoria: Ana Rita
Relatoria: Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;
– A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão Diretora.

V. Exª tem a palavra, como Relator, para sintetizar o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Projeto de Resolução do Senado n° 36, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, que objetiva alterar a denominação da Ala Senador Filinto Müller do Senado Federal para Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Na justificação da iniciativa, a autora do projeto evoca o momento atual do Brasil, quando "se empenha em esclarecer os fatos obscuros que mancharam a História da Democracia no País". Diante desse quadro, continua a autora, "julgamos oportuno que o Senado Federal firme baluarte da luta pela construção da Democracia, honre uma figura desta Casa que, além de ser um denodado lutador pelas causas da liberdade e da justiça social em favor do povo brasileiro, é exemplo de luta para as novas gerações".

Por decisão da Presidência da Mesa do Senado Federal, com suporte no comando do art. 48, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o PRS n° 36, de 2011, foi distribuído inicialmente ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Cabe à CCJ, com fulcro no art. 101, inciso I, do Regimento Interno, opinar sobre a matéria, no que respeita aos aspectos constitucionais.

Do ponto de vista normativo, trata-se de iniciativa que se harmoniza com a competência privativa reservada ao Senado.

Do mesmo modo, não se vislumbra ofensa regimental, pois que, além de o exame pela CCJ estar previsto no mencionado art. 101, I, do Regimento Interno.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do texto original do Projeto de Resolução do Senado nº 36, de 2011, que considero oportuno e adequado a mudança do nome da Ala Senador Filinto Müller para, a partir de agora, ser denominada Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Sr. Presidente, é esse o voto, é esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Presidente, pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva.

Vamos ao item 18, cujo Relator é o Senador Gim Argello.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, de 2011
– Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras manterem dispositivos antifurto que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos) em caso de tentativa ilícita de abertura.

Autoria: Vital do Rêgo
Relatoria: Gim
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, e no mérito, favorável ao Projeto.
Observações:
– A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, peço licença a V. Exª, aos Senadores e Senadoras, e vamos direto à análise.

Nos termos do art. 101, I e II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade de proposições e a respeito de direito empresarial.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; II) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico; III) possui o atributo da generalidade; IV) se afigura dotada de potencial coercitividade; e V) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da Constituição Federal) nem está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

Não há ressalvas a fazer no tocante à técnica legislativa empregada.

No mérito, estamos totalmente de acordo com a proposição.

A criminalidade está alcançando índices alarmantes neste País. É preciso dar uma resposta o quanto antes para esse problema. A solução proposta contribui para impedir ou ao menos minorar a ação dos criminosos contra os "caixas eletrônicos", na medida em que tornará inócua ou dificultará em muito a obtenção por meios ilícitos do dinheiro neles contido.

Com efeito, ainda que os criminosos consigam, por qualquer meio ilícito, ter acesso ao dinheiro dos "caixas eletrônicos", o dispositivo antifurto irá marcar de forma permanente as cédulas subtraídas, tornando-as inúteis, sem valor como meio de pagamento.

Além disso, o projeto estabelece regra para o ressarcimento ao Banco Central do custo material das notas em papel-moeda nas hipóteses de tentativa frustrada de furto ou roubo, bem como de acionamento indevido do mecanismo antifurto. Como é sabido, a emissão de papel-moeda tem um custo e a inutilização das cédulas por ação do dispositivo antifurto importará substituição por cédulas válidas, de modo a manter inalterada a quantidade de dinheiro em circulação, como parte da política monetária estabelecida pelas autoridades competentes.

Por fim, quanto ao prazo de 60 dias estabelecido como cláusula de vigência da lei oriunda deste projeto, caso aprovado, lembramos que já existem dispositivos antifurto em funcionamento, estando a presente proposição apenas avançando no tema. Desse modo, o prazo é razoável para a implementação das medidas ora propostas.

Vamos ao voto.

Em vista de todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação.

Parabenizo o seu autor, o nobre Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

Agradeço ao Senador Gim Argello.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu gostaria apenas de ler o item 22.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com relação ao projeto de V. Exª, fiquei curioso de saber, e talvez os que estejam nos assistindo, se tentarem arrombar um caixa eletrônico através de explosão, esse mecanismo, então...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Tornar-se-á inócuo porque as cédulas já estarão marcadas e não haveria possibilidade de movimentação desse dinheiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, haveria uma forma de o Banco Central ressarcir as cédulas destruídas, e assim não haveria prejuízo para aquela instituição financeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É isso, Senador. V. Exª tem razão.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Já passou o...
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já passou.
Item 22 da pauta, página 286.

ITEM 22
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2013
– Não terminativo -

Altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.
Autoria: CPMI – Violência contra a Mulher – 2012
Relatoria: Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
– Em 26/03/2014, a Presidência concedeu vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais;
– Em 02/04/2014, foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann para que possa relatar a emenda do Senador Aloysio, já que o relatório principal foi debatido e lido em plenário.
V. Exª será, agora, instada para relatar a emenda.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – O parecer é pela rejeição da emenda, Sr. Presidente, posto que ela modifica a essência do projeto. Não podemos nunca esquecer que esse projeto de lei é resultado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional. Portanto, é uma proposta coletiva e foi resultado de uma longa averiguação.
Então, eu quero manter o parecer apresentado e pedir o voto e a aprovação dos nobres pares.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório final da Senadora Gleisi Hoffmann. (*Pausa.*)
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1.
A matéria vai a plenário.
Vou votar um requerimento rápido aqui, do Senador Paulo Bauer.
Em discussão o requerimento do Senador Paulo Bauer, na forma da discussão anterior. (*Pausa.*)
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado.
Item 20. Há o item 20 aí?
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Item 20? O que é o item 20?
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sugestão de V. Exª, Senadora Gleisi.
A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Minha?
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu preciso do relator. Não sei se o Senador Acir... O Senador Gim, na condição de Líder do Bloco, poderia funcionar *ad hoc* nesta matéria.
O item 20 dispõe sobre registros públicos: nome e do prenome que forem dados ao natimorto. A matéria é interessante, está sendo trabalhada pela Comissão de Direitos Humanos.

ITEM 20
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2013
– Não terminativo -

Altera a redação do § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, para dispor sobre o registro do nome e do prenome que forem dados ao natimorto.
Autoria: Ângelo Agnolin
Relatoria: Acir Gurgacz
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

É um projeto de alto alcance, de relevância social e de um sentimento cristão. Por isso eu peço ao Senador Gim, um homem que é cristão e que tem pautado a sua vida por esses postulados, para relatá-lo.
A autoria é do Deputado Ângelo Agnolin e a Relatoria do Senador Acir.
Na condição de Líder do Bloco, Senador Gim, concedo a palavra a V. Exª.
O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Muito obrigado por essa honra, Senador Vital do Rêgo, por ser indicado por V. Exª.

Peço a V. Exª, as Srªs e aos Srs. Senadores para ir direto à análise.

A matéria não exibe inconstitucionalidade formal alguma. Com efeito, a matéria insere-se no feixe de competência legislativa da União, nos termos do art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal, que versam sobre a competência privativa da União para legislar sobre Direito Civil e registros públicos.

No tocante à constitucionalidade material, observa-se que a proposição harmoniza-se com os direitos fundamentais tutelados na Carta Magna.

Nenhuma censura, igualmente, há contra a regimentalidade da matéria.

É evidente, também, a juridicidade da proposição, pois há uma adequação do meio eleito (normatização da matéria via lei) para o alcance dos objetivos pretendidos; a inovação no ordenamento jurídico; a generalidade dos comandos normativos; a potencial coercitividade da norma e a compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No mérito, entendemos pela plausibilidade da proposição.

É inimaginável a dor lancinante causada pela frustração da expectativa de vida que alegrava os pais e os familiares ao longo da gestação. Ver o filho nascer morto aflige qualquer indivíduo e, em respeito aos valores da dignidade da pessoa humana, deve merecer total conforto do nosso Direito.

Nesse contexto, o mínimo que o ordenamento jurídico pode fazer é permitir que os pais, conservando a memória do natimorto, possam inserir no registro civil o nome que atribuíram a esse pequeno facho de luz que se foi e que por um breve momento iluminou suas vidas.

A doutrina civilista empresta total adesão a essa possibilidade, como se constata no primeiro enunciado editado pelos mais respeitados juristas no âmbito do famoso evento conhecido como "Jornadas de Direito Civil", organizado pelo Conselho da Justiça Federal, órgão vinculado ao Superior Tribunal de Justiça.

Assim dispõe o Enunciado nº 1 das Jornadas de Direito Civil: "A proteção que o Código defere ao nascituro alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade, tais como nome, imagem e sepultura.".

O projeto em análise merece, portanto, os mais efusivos elogios por parte desta Casa de leis.

Um ajuste meramente redacional há de ser feito na proposição. Em respeito à terminologia doutrinariamente adotada, o "nome" é instituto de Direito Civil que identifica a pessoa e que pode ser composto por outros elementos, como o prenome, o sobrenome e o agnome. O projeto em pauta deveria ter mencionado apenas o "nome", sem necessidade de fazer alusão ao "prenome", que já está incluído naquele primeiro verbete.

Por essa razão, oferecemos, ao final, duas emendas de redação para adaptar a ementa e o corpo do texto do projeto à taxonomia doutrinária.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 88, de 2013, com as seguintes emendas de redação:

Dê-se à ementa da PEC nº 88, de 2013, a seguinte redação:

> "Altera a redação do §1º do art. 53 a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, para dispor sobre o registro do nome que for dado ao natimorto."

Segunda emenda.

Dê-se ao §1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nos termos do que dispõe o art. 2º do PLC nº 88, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 53.....

§1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no Livro "C Auxiliar", com os elementos que couberem, inclusive, caso seja vontade dos pais, com o nome que lhe for posto.

Sr. Presidente, esse é o nosso relatório com essas emendas.

Agradeço a V. Exª a oportunidade e ao nobre Senador Relator titular, Senador Acir Gurgacz, por me ter ofertado a possibilidade de poder fazer tão importante relato em projeto de lei tão importante para as famílias brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós teremos só mais dois projetos. Aí, então, liberaremos V. Exªs, que não tomam nenhuma medicação inibidora de apetite, V. Exªs são saudáveis. Nós teremos mais dois projetos.

Em discussão a matéria do Senador Gim Argello, que relatou com tanta propriedade. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

Agradeço ao Senador Gim.

Mais dois projetos.

Senador Randolfe, item 28, pág. 411.

ITEM 28
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2011
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues.

Autoria: Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

– A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

V. Exª sintetiza o seu relatório. Certamente, a matéria vai colher maior discussão na Casa, mas ficaremos com a leitura pelo menos do seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – De imediato, Presidente.

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que aprimora a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo).

Análise.

Nos termos do art. 101, do Regimento Interno, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade.

Em relação à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional.

A programação de eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas 2016, que atrairão grande número de turistas de todas as nacionalidades, com um elevado percentual de jovens, certamente aumentará a demanda desses meios de hospedagem, em especial para o segmento jovem.

A nosso ver, é meritória a inclusão dos albergues como meio de hospedagem, pois o turismo jovem será impulsionado.

No que concerne à técnica legislativa, o projeto de lei demanda pequenos reparos. Para tanto, oferecemos duas emendas ao PLS nº 511.

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação com as duas emendas a seguir indicadas.

É esse o parecer, Sr. Presidente, com as emendas indicadas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade, uma justiça de todos para com o albergues.

Aprovado o parecer do Senador Randolfe, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto. O parecer com as emendas irão ainda à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Felicito V. Exª que, mesmo cheio de atividades nacionais, ainda encontra tempo para vir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Último item da pauta, pág. 497.

O Senador Aloysio não está presente, mas S. Exª já leu o relatório.

ITEM 34
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, de 2011
– Não terminativo -

Acrescenta o art. 94-A ao Regimento Interno do Senado Federal, para dispor que a audiência pública agendada para se realizar em reunião extraordinária de comissão, bem como as reuniões das subcomissões e comissões temporárias, não poderão coincidir com os horários das reuniões ordinárias das demais comissões.

Autoria: Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável o Projeto.

Esta Presidência concedeu vista ao Senador Pimentel, nos termos regimentais.

A matéria foi retirada de pauta para reexame.

A matéria é devolvida, sem alteração do relatório, e vai ainda para a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.

Está designado o Senador Lobão para relatar a reforma do Regimento Interno.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma discussão sobre a matéria.

Vai para o Regimento Interno ainda.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu só quero fazer uma observação, Sr. Presidente. Da forma como está aqui, vai inviabilizar a Comissão de Direitos Humanos. Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É verdade. Esta matéria é uma iniciativa do Senador Cyro para tentar equalizar, mas a Comissão do Regimento Interno, de mérito, é a comissão específica para analisar essa matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Para cuidar disso. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós temos um problema e precisamos resolver...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E precisamos resolver, com certeza. Nesse ponto, estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... que é a multiplicidade, sem prejudicar a Comissão de V. Exª.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Parabéns, Presidente. Esta foi uma reunião produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a colaboração de V. Exª.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a atenção de V. Exªs.

A próxima reunião é na terça-feira que vem. Nós não precisamos marcar a reunião de quinta-feira, porque votamos muitas matérias não terminativas. Ficam os Srs. Senadores sem a necessidade de estarem aqui amanhã, nem a assessoria, pelo menos neste trabalho na Comissão.

Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

(Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 6 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2014.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Inácio Arruda, João Capiberibe, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura dos seguintes comunicados: **Comunicado 1**: "Comunico aos Senhores Senadores que, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, as comissões permanentes poderão selecionar, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para avaliação da sua execução e dos seus impactos. Diante do exposto, solicito aos Senhores Senadores o encaminhamento de sugestões à Secretaria desta Comissão, para que na reunião do dia 1º de abril, impreterivelmente, este Plenário delibere sobre a escolha da política pública a ser avaliada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Informo ainda que o relatório com as conclusões da avaliação realizada será apresentado ao final desta sessão legislativa". O Comunicado vai ao arquivo. **Comunicado 2**: Comunico ao Plenário que solicitei à Secretaria da Comissão um

levantamento sobre os projetos distribuídos há mais de seis meses e ainda não devolvidos. Como estamos em um ano atípico, pois de eleições, e no intuito de agilizar, os trabalhos deste colegiado, solicito a Vossas Excelências as providências necessárias para a devolução das proposições, se possível, com os devidos relatórios. Qualquer dúvida os Senhores Senadores poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". O Comunicado vai ao arquivo. Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a deliberação dos projetos terminativos. **Item 8: Emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes". O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o parecer é pela rejeição das emendas de Plenário. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para instituir mecanismos de fiscalização da atuação do escritório central de arrecadação e distribuição de direitos autorais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer favorável, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CE, é aprovado. **Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ronaldo Zulke, que "Confere ao Município de Teutônia, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Canto Coral". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Souza, que "Altera o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às universidades públicas". O relator designado é o Senador João Capiberibe e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Logo após, a presidência passa à deliberação do Requerimento incluído extra-pauta. **Extra-Pauta**, **Item 15: Requerimento nº 15, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, que requerem "... nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ouvir o professor José Luis Cordeiro, sobre o tema 'As Novas Fronteiras do Conhecimento', no próximo dia 2 de abril, quarta-feira, às 14 horas". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2013; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 300, de 2009; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2009; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004 e Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Com a graça de Deus e havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dou o meu muito bom dia às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, principalmente ao Senador Paulo Paim e ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Aproveito, neste momento, para repetir um comunicado, que fizemos na semana passada, aos Srs. Senadores e Senadoras, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 44, de 2003, no sentido de que as comissões permanentes poderão selecionar na área de sua competência políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para avaliação de sua execução e dos seus impactos.

Diante do exposto, solicito às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o encaminhamento de sugestões à secretaria desta Comissão para a reunião do dia 1º de abril.

Então, impreterivelmente, precisamos receber, até terça-feira próxima, antes da reunião, as sugestões.

Nós já temos duas sugestões: uma do Senador Cristovam Buarque e outra do Senador Cyro Miranda.

Informo, ainda, que o relatório das conclusões da avaliação será realizado e apresentado ao final desta Sessão Legislativa – nós estamos fazendo isso da maneira mais democrática –, não da lavra desta Presidência, mas, sim, de todos os pares desta Comissão.

Peço, também, vênia ao Senador Paim, pois o Senador Cássio pediu a retirada do item 8. Até porque ele quer dar uma burilada, porque tinha uma rejeição à emenda de plenário. Então, aviso ao Senador, que é o autor, que na próxima semana ele vem e vai conversar ainda com S. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero dizer, Sr. Presidente, que eu e o Senador Cássio temos uma relação de muito respeito. Fomos Constituintes juntos, e um pedido dele pode ter certeza de que eu endosso com convicção, porque ele quer o melhor para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Exatamente. Ele quer inclusive discutir com V. Exª para ver uma maneira harmoniosa de nós construirmos uma solução.

Quero informar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que solicitei à secretaria um levantamento sobre os projetos distribuídos há mais de seis meses e ainda não devolvidos.

Como estamos em um ano atípico, de eleições, e no intuito de agilizar, dentro do possível, os trabalhos deste colegiado, solicito a V. Exªs as providências necessárias para a devolução das proposições, se possível, com os devidos relatórios.

Qualquer dúvida, V. Exªs poderão se dirigir à secretaria desta Comissão.

Vou fazer também, por escrito, não uma cobrança, mas um lembrete àqueles que estão há mais de seis meses com relatoria para que possam ter devolvidos já os seus relatórios, porque este ano nós vamos ter no segundo semestre poucas reuniões deliberativas. Então, eu queria acelerar isso ao máximo, para que a gente chegue ao fim do ano com o resultado desta Comissão como foi o do ano passado.

Acredito que os Senadores aqui presentes estão rigorosamente em dia. O Senador Paim e o Senador Mozarildo, extremamente dedicados, operosos, têm uma produtividade muito grande. Tenho prazer em encaminhar essas relatorias.

E, aproveitando o momento e a disponibilidade de V. Exªs, peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti para ser Relator *Ad Hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2011.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, para instituir mecanismos de fiscalização da atuação do escritório central de arrecadação e distribuição de direitos autorais.

Autoria: Vital do Rêgo

Relatoria: Lídice da Mata

Relatório: Favorável, na forma da emenda substitutiva oferecida

Observações:

1 - Matéria terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Com a palavra, o Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB - RR) – Sr. Presidente, V. Exª, ao ler a ementa, já esclareceu do que trata esse projeto. Eu quero partir para a análise, dispensando, portanto, a parte introdutória.

Nos termos do art. 102, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar acerca de proposições que versem sobre normas gerais na área de cultura, incluindo suas instituições; e também sobre criações artísticas, aspectos centrais do PLS nº 401, de 2011.

A proposição, embora tenha sido apresentada em 2011, está sendo analisada posteriormente à aprovação do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar, no âmbito do Senado Federal,

supostas irregularidades praticadas pelo Ecad, doravante referida como CPI do Ecad. E, em grande parte, as conclusões daquela comissão serão utilizadas para avaliação do mérito da proposição sob exame.

Do modo como hoje está estruturado o Ecad, é virtualmente impossível que um terço dos associados de uma entidade seja mobilizado para solicitar a fiscalização já prevista no vigente art. 100 da Lei nº 9.610, de 1998. Primeiro, porque as associações filiadas não têm, conforme dispõe o estatuto do Ecad, o mesmo grau de poder: umas são consideradas "efetivas", mas outras apenas "administradas". As primeiras é que respondem, efetivamente, pelas decisões da assembleia geral do Ecad, pois há outro critério para as deliberações: o peso dos votos é proporcional à arrecadação que as associações tiverem tido no ano anterior. Segundo o Relatório da CPI do Ecad, "(...) [a UBC e a Abramus] concentram, assim, votos, tendo aumentado em tal proporção sua hegemonia que se tornaram as duas maiores sociedades do Ecad (...)."

Ao analisar a pertinência da nova redação proposta ao art. 101, verifica-se que esta faz sentido, pois, atualmente, esse dispositivo é praticamente nulo. A lei vigente dispõe, no art. 101, que "as sanções civis de que trata este Capítulo aplicam-se sem prejuízo das penas cabíveis." Entretanto, esse autorreferido capítulo só tem um artigo, que é o próprio art. 101. O correto mesmo é que se refira ao título inteiro, que vai do art. 101 ao art. 110.

Por fim, entendemos que as alterações propostas à Lei nº 9.610, de 1998, são pertinentes quanto ao mérito, e que podem ser aprovadas.

Entretanto, quanto à técnica legislativa, sugerimos emenda substitutiva que revisa a ementa, a distribuição dos artigos, e, especialmente, a redação dos arts. 100 e 100-B.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir mecanismos de fiscalização da atuação do escritório central de arrecadação e distribuição dos direitos autorais.

Art. 1º O Título VI da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, passa a viger com as seguintes alterações e acréscimos:

TÍTULO VI

Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos

.....

Art. 100. O sindicato ou associação profissional de gestão coletiva de direitos autorais poderá, às suas expensas, uma vez por ano, após notificação, com oito dias de antecedência, fiscalizar, por intermédio de auditoria, a exatidão das contas prestadas a seus representados pelo escritório central de arrecadação e distribuição de que trata o art. 99.

Art. 100-A. Os dirigentes, diretores, superintendentes ou gerentes das associações de gestão coletiva de direitos autorais e do escritório central de arrecadação e distribuição dos direitos autorais respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pela inadimplência das obrigações com os associados, por dolo ou culpa.

Art. 100-B. Sem prejuízo da atuação administrativa do Ministério da Cultura, denúncias de usuários ou titulares de direitos autorais contra abusos cometidos pelas associações de gestão coletiva de direitos autorais ou pelo escritório central de arrecadação e distribuição dos direitos autorais poderão ser encaminhadas aos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Art. 2º O art. 101 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 101. As sanções civis de que trata este Título aplicam-se sem prejuízo das sanções penais."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Portanto, o voto é favorável, com apresentação do substitutivo que acabei de ler.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Mozarildo, eu lhe agradeço. Vi agora o esforço que V. Exª fez, está extremamente afônico, gripado, e eu ainda o submeto a esse esforço, mas muito obrigado pela colaboração.

Quero parabenizar o Senador Vital do Rêgo e a Senadora Lídice da Mata, bem como V. Exª, porque realmente é necessária uma fiscalização do Ecad. O meio cultural reclama muito dessa eficiência do Ecad. Já constataram muita evasão, muita coisa errada realmente que acontece, e os autores são prejudicados.

Então, coloco em discussão esse projeto. Ele é não terminativo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator *ad hoc* permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

A matéria é terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o item 9 também não é terminativo, projetinho simples...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que confere ao Município de Teutônia, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Canto Coral, de autoria do Deputado Ronaldo Zulke e eu sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Perfeito. Então, vamos já aproveitar a mão na massa. V. Exª é o Relator do projeto.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2013
- Não terminativo -

Confere ao Município de Teutônia, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Canto Coral.
Autoria: Ronaldo Zulke
Relatoria: Paulo Paim
Relatório: Favorável
Observações:
1 - Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o relatório é bem pequeno. Vou fazer a leitura dele bem rapidamente.

Por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2013, o Deputado Ronaldo Zulke propõe que seja conferido ao Município de Teutônia, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Canto Coral. A proposição consta de dois artigos, contendo o primeiro o comando sobre a denominação; e o segundo, a entrada em vigor da lei em que vier a se converter o projeto de lei.

Em sua justificação, o Parlamentar gaúcho informa que, naquele Município – é um pequeno Município, eu conheço bem Teotônia, Sr. Presidente –, estão em atividade 46 corais, congregando mais de cinco mil pessoas de todas as idades. Tal profusão de grupos de canto já foi reconhecida pelo Guinness Brasil, que registrou o recorde em 2004. Em consequência dessa dedicação, Teutônia já é celebrada extraoficialmente como capital nacional dos corais. O reconhecimento pelo Congresso Nacional seria uma coroação para tanta dedicação à arte do canto coletivo.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania, com poder terminativo, nos termos dos arts. 24, II, e 54, do Regimento Interno daquela Casa.

No Senado Federal, foi distribuído a esta Comissão.

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão manifestar-se sobre matérias que tratam de normas gerais da área de cultura, criações artísticas e homenagens cívicas.

As homenagens cívicas a cidades brasileiras que se destacam em algumas áreas da cultura já se vêm consolidando como uma tradição. Esse é o caso, por exemplo, de Passo Fundo (RS) e de Taubaté (SP), reconhecidas, respectivamente, como capitais nacionais da literatura (Lei nº 11.264, de 2 de janeiro de 2006) e da literatura infantil (Lei nº 12.388, de 3 de março de 2011).

No caso de Teutônia, no Rio Grande do Sul, estamos diante, novamente, de um Município que se destacou em uma atividade artístico-cultural altamente inclusiva, pois acolhe todas as pessoas, de todas as idades, sem distinção de etnia ou crença religiosa. O mérito da proposição deve, portanto, ser reconhecido por esta Casa.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 121, de 2013, tendo em vista que compete à União legislar, concorrentemente, sobre proteção ao patrimônio cultural (art. 24, inciso VII, da nossa Constituição). Observa-se também que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*). Por fim, verifica-se que os termos da proposição não resultam em violação de qualquer das cláusulas pétreas e que não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna. No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, pois utiliza adequadamente a aprovação de lei como meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos.

Do ponto de vista da técnica legislativa, o projeto se encontra redigido em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração,

a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Voto.

Observados o mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2013 (Projeto de Lei nº 2.853, de 2011, na origem).

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão o projeto que confere ao Município de Teutônia, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Canto Coral. (*Pausa.*)

Como não há ninguém que queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será apreciada no plenário do Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, faço justiça a Teotônia, uma bela cidade do Rio Grande. Quando eu era Deputado, uma ex-chefe de gabinete, uma jovem chamada Marcia Closs, de Teotônia, faleceu de um mal súbito. Em questão de um mês ela faleceu. Lembro o nome da Marcia Closs neste momento em que fazemos uma homenagem a Teotônia. Marcia foi, com muita competência, minha chefe de gabinete. Ela era tão competente que, antes de viajar deste mundo para o outro – nós acreditamos na vida eterna –, pediu que eu contratasse a irmã dela, a Susi, que trabalha comigo até hoje e também exerce uma função exemplar no meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Então, fica aqui essa homenagem de muito boa oportunidade.

Senador Paim, a propósito, vou pedir uma gentileza a V. Exª. Nós já temos as datas com todos os Ministros. A Ministra Marta Suplicy já agendou, se não me engano, para o dia 15. Estamos também agendando para a semana próxima o Ministro Paim. Mas o Ministro Aldo não nos deu nenhuma resposta. V. Exª ficou, na última vez, de falar com S. Exª. Nós mandamos esse ofício para ele no dia 18/2, há um mês e pouco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só vou pedir ao Julio, se V. Exª me permitir, de imediato...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Permito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que ele me lembre. Foi puro esquecimento. Não fiz o contato. Se tivesse feito, eu teria dito se ele viria ou não. Mas eu esqueci mesmo. Então, se o Júlio puder me ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Vai ajudá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É só me lembrar, que eu faço a ligação hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu queria ver se matava isso na semana que vem, para a gente, como praxe, ouvir os três Ministros. Senão... Já tem gente aqui pedindo para convocar. Não é justo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Farei o contato hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Precisa, porque, talvez em função da Copa, ele esteja mais atrapalhado, porque a coisa está afunilando.

Vou acelerar, passar para o último item, o item 6, não terminativo, porque estou recebendo aqui mensagens e mais mensagens das Senadoras pedindo que eu os libere, termine a reunião rapidamente, porque, hoje, há a sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar a vencedora da 13ª Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, no plenário do Senado Federal, onde serão agraciadas a Ministra Delaíde Miranda Arantes, do meu Estado, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho; Cristina Maria Buarque; Magnólia de Souza Monteiro Rocha; Maria José Rocha (Zezé Rocha); e Maria Lygia Maynard Garcez Silva.

Então, vou passar ao último item, não terminativo. Senador Capiberibe, é o item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, de 2013
- Não Terminativo -

Altera o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às universidades públicas.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações:
1 - A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa

Com a palavra o ilustre Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu recebi um apelo do Ministério de Minas e Energia para retirar de pauta esse projeto, para que a gente possa discutir um pouco melhor, e eu acatei a solicitação. Portanto, estou solicitando a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Perfeito. Regimentalmente, V. Exª tem todo o direito. Acho até que precisa ser um pouco mais discutido, porque, senão, às vezes, pode ter outras caronas e, assim, os rios vão tendo várias capilaridades, e essa conta vai ficar muito alta para alguém depois. Então, com razão, e também o pedido é justo.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, há um requerimento, na verdade, do Senador Cristovam. Como ele não se encontra, eu queria ver se é possível nós votarmos. A Mesa me pediu, e eu assinei por ele esse requerimento que está em suas mãos. Se V. Exª quiser...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Está certo.

Então, eu coloco em votação o requerimento para inclusão extrapauta.

REQUERIMENTO Nº , de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58 § 2º II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de ouvir o professor José Luis Cordeiro, sobre o tema "As Novas Fronteiras do Conhecimento", no próximo dia 2 de abril, quarta-feira, às 14 horas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

A autoria do requerimento é do Senador Paulo Paim e do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, rapidamente, pelas informações que recebi...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Coloco em...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para advogar, um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Prof. José Luis Cordeiro é de fato um especialista nessa visão que chamo de "além do horizonte", ou seja, das novas fronteiras do conhecimento.

Eu assinei com satisfação o requerimento em questão e vou fazer de tudo para estar aqui no dia 2 de abril, às 14 horas, porque só o título já chama a atenção: "As Novas Fronteiras do Conhecimento".

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu tenho aqui um breve currículo das atividades. O Sr. José Luis Cordeiro é um cidadão mundial do nosso pequeno planeta e um grande universo desconhecido: nação latino-americana. Filho de pais europeus. Tem um currículo vasto aqui. Realmente, vale a pena ouvi-lo.

Eu pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se há alguma objeção em colocá-lo extrapauta. (*Pausa.*)

Não há nenhuma objeção.

Aprovado.

Coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será ouvido na próxima quarta-feira, às 14 horas.

Eu pediria aos nossos pares aqui que conversassem com os nossos colegas. Nós temos, agora, já lidos mais ou menos 15 projetos terminativos, dos quais a maioria não é polêmico. Então, não há discussão, não há problema entre Governo. Já foram discutidos e lidos. Pediria que conversassem com os colegas e pedissem para fazer um esforço concentrado para haver quórum. É uma coisa que em meia hora nós liquidamos. E deixamos para o fim dois ou três que são mais polêmicos. Esses dois ou três deixaremos para o fim, para que ambas as partes se posicionem. Então vou pedir esse esforço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem, Presidente, conte conosco.

Quero dar um recado para o Bira, lá em São Paulo, e a sua central, que estavam esperando hoje o Hino da Negritude: não há divergência alguma, já foi cantado inclusive no Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...na sessão do dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Só estou esperando o quórum. Então vamos fazer um esforço concentrado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou pedir para as centrais que deem uma ligadinha para os Senadores também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Isso. Fica feito o pedido aqui, ao vivo e em cores.

Agradecendo a presença de todas as Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores que aqui estiveram, da nossa assessoria, das senhoras e dos senhores convidados, declaro encerrada a presente reunião e convoco para a próxima terça-feira, às 11 horas, a próxima sessão deliberativa.

Um bom dia a todos.

Fiquem com Deus.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2014.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, João Capiberibe, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a deliberação dos projetos terminativos. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, que "Confere ao Município de Braço do Norte, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Gado Jersey". O relator designado, ad hoc, é o Senador Inácio Arruda e o parecer favorável é aprovado. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ/CE (Substitutivo), é aprovado. **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é pela rejeição do projeto. É concedida vista ao Senador Cristovam Buarque pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Neste momento, o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 15**). **Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior, aos candidatos reconhecidamente pobres na forma da lei, cuja renda familiar seja de até um salário mínimo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o parecer, pela prejudicialidade do projeto, é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 16**). Logo após, o Senhor Senador Inácio Arruda, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 17**). Neste momento, a presidência passa à deliberação dos Requerimentos incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta**, **Item 15: Requerimento nº 15, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer "Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Audiência Pública para discutir sobre o calendário do futebol nacional e a proposta de fair play financeiro, com a presença dos seguintes

convidados: - Representante da Confederação Brasileira de Futebol; - Representante do Bom Senso Futebol Clube; - Representante do Ministério dos Esportes;- Juca Kfouri – Jornalista esportivo". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 16: Requerimento nº 16, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o seguinte tema: 'Gestão Democrática e Participativa como Modelo na Rede Federal de Ensino - (IFs)'. Para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Excelentíssimo Sr. Henrique Paim – Ministro da Educação; 2. Secretário Aléssio Trindade de Barros – Secretário da Secretaria de Educação e Tecnologia; 3. Sr. Marco Antônio Vezzani – Coordenador de Política e Mobilização Sindical – SINASEFE/BSB e Docente IFB; 4. Sr. Willian Nascimento Carvalho – Coordenador Geral do SINASEFE Nacional e Técnico Administrativo; 5. Sr. José Bispo Barbosa – Reitor eleito do Instituto Federal do Mato Grosso". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta**, **Item 17: Requerimento nº 17, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer "... nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, no mês de abril do corrente ano, para instruir o PLS nº 30, de 2014 que 'institui o Dia Nacional da Amazônia Azul', sendo convidado o Contra Almirante Marcos Silva Rodrigues – Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a presidência faz a leitura do seguindo comunicado: "Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o recebimento de exemplares do livro 'Andifes e os Rumos das Universidades Federais', de autoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A publicação traz relatos sobre épocas distintas desta importante associação e suas contribuições para os avanços do ensino público superior. Um exemplar do livro será distribuído a cada um dos membros desta Comissão". O Comunicado vai ao arquivo. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cyro Miranda. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009 que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010; Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2013; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 300, de 2009; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2009; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004; e Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós vamos para os chamados projetos não terminativos.

Vamos ao item 10.

Senador Inácio Arruda, por favor, V. Exª pode relatar para nós, *ad hoc,* o item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 2013
- Não terminativo -

Confere ao Município de Braço do Norte, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Gado Jersey.

Autoria: Deputado Ronaldo Benedet.

Relatoria: Senador Paulo Bauer.

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Inácio Arruda.
Relatório: Favorável.
Observações: Matéria a ser apreciada pelo plenário do Senado.

Quando o Senador Paulo Bauer soube que era o Senador Inácio Arruda que ia relatar, e pela importância do tema, de imediato abriu mão e pediu que eu indicasse V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, é um projeto de lei ligado, então, digamos assim, à produção nacional de uma raça que se adaptou muito ao nosso País, em parte do nosso País, especialmente.

Portanto, vou acompanhar o nosso Relator, Paulo Bauer, que dá parecer favorável ao projeto do Ronaldo Benedet, que confere ao Município de Braço do Norte, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Gado Jersey.

Acho que sempre que pudermos ajudar a produção do nosso País, mesmo que seja destacando uma cidade, devemos fazê-lo. Por isso o nosso parecer é favorável e o voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Paulo Bauer – aqui, *ad hoc,* o Senador Inácio Arruda – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora para o item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, de 2011
- Não terminativo -

Dispõe sobre o dever de informar nos contratos de intercâmbio de estudo ou trabalho.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: favorável, na forma da emenda substitutiva, oferecida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Observações: Matéria terminativa na CMA.

Com a palavra o Relator, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, como o relatório foi distribuído já com antecedência, vou diretamente à análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação e temas correlatos. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 544, de 2011, respeita à competência regimental atribuída a esta Comissão.

Nas últimas décadas, uma série de mudanças sociais tem ocorrido com efeito do processo de transformações na tecnologia e no sistema produtivo. O desenvolvimento de novos e rápidos meios de comunicação, em especial, anulou as distâncias, aproximando pessoas, culturas, empresas, instituições públicas e privadas de diversas naturezas. Essa aproximação digital intensificou o antigo interesse do ser humano de viajar por terras distantes, com o intuito de conhecer novas culturas e de adquirir movas experiências de vida. A difusão do programa de intercâmbio e trabalho constitui uma manifestação dessas mudanças mais amplas. Tais programas são valiosos para a aprendizagem de línguas, para a aquisição de habilidades e conhecimentos gerais e específicos, bem como para o estabelecimento de novos laços afetivos e interpessoais. Nesse sentido, trata-se de uma prática educativa, independentemente do envolvimento formal de instituições educacionais.

Lamentavelmente, com frequência, tomamos conhecimento de experiências frustrantes, ainda que em parte, de brasileiros que contrataram programas de intercâmbio e não encontraram no país do destino as condições acertadas antes da viagem, principalmente quanto à moradia, aos estudos formais e à ocupação profissional.

Dessa forma, chega em boa hora a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que dispõe sobre a especificidade dos programas de intercâmbio como prestação e contratação de serviços, a serem tratados, portanto, no âmbito dos direitos do consumidor.

A CCJ, em consonância com a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação das leis, tomou corretamente a iniciativa de endereçar as normas do projeto à Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento,

desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Não obstante se revestirem de aspectos educativos e profissionais, os intercâmbios de estudo e trabalhos constituem uma forma específica de turismo.

Ademais, o substitutivo elaborado pela CCJ, sem desconsiderar o escopo de projeto, assegurou-lhe uma redação mais concisa.

Assim, no mérito educacional, julgamos que a proposição em análise merece ser acolhida por esta Comissão.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2011, na forma do substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde é terminativa.

Vamos ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal.

Autoria: Inácio Arruda

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

1 - Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Relator da matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de autoria do nobre Senador Inácio Arruda propõe a destinação dos recursos da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), na seguinte proporção: 75% para a educação pública e 25% para a saúde pública, a exemplo do que foi feito com parte dos *royalties* do petróleo.

Na análise, Sr. Presidente, mostramos que os recursos da CFEM são efetivamente distribuídos da seguinte forma: 12% para a União – que destina estes 12% para o DNPM para ciência e tecnologia –, 23% para o Estado onde for extraída a substância mineral; e 65% para o Município produtor.

Esses recursos, lamentavelmente, são de pequeno valor em relação às demandas criadas pela atividade mineral nos Estados mineradores.

Tramita no Congresso um projeto encaminhado pelo Executivo na tentativa de alterar o Código Mineral. E no bojo da alteração do Código Mineral, alterar também a alíquota do CFEM, que hoje é de 2% sobre o valor liquido da exportação. Para que V. Exªs tenham uma ideia de quão pouco isso representa para os Estados, o Pará, que é o segundo Estado minerador, teve um superávit na balança comercial de US$14 bilhões, em 2013. No entanto, recebeu de CFEM uma quantia que não chega a R$150 milhões.

Ora, com o petróleo é diferente. O petróleo distribuiu R$25 bilhões em *royalties* e tende aumentar agora com o pré-sal, recursos esses que foram destinados para a educação (75%) e para a saúde (25%), nos mesmos percentuais que propõe o Senador Inácio Arruda.

Então, retirar esses recursos dos Municípios e dos Estados mineradores é deixar de dar o mínimo necessário para que ele possa responder às demandas. Porque um projeto de mineração, quando vai ser implantado, tem o dom de atrair muita mão de obra. Então, são trazidos para o Estado, para o Município minerador 20 mil, 30 mil homens. E quando o projeto entra em operação ficam apenas mil homens. Mas o restante não vão embora, não volta às suas origens, permanece no Município e no Estado, trazendo demanda de educação, de saúde, de infraestrutura, de segurança.

Por isso que o Código de Mineração está aí. Lamento que ele não esteja tramitando como gostaríamos que estivesse. Ele foi encaminhado em regime de urgência, mas o Executivo retirou a urgência e ele está, há quase um ano, na Câmara dos Deputados para depois vir ao Senado Federal.

Em função disso, com todo o respeito ao Senador Inácio Arruda, e sabendo do cuidado que ele tem com as áreas de educação e saúde, que é a mesma preocupação que todos nós temos em atender à sociedade nessas duas áreas, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Cristovam Buarque com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, embora o direito de pedir vista não precise de justificação, eu quero pedir vista e dar uma justificação.

Primeiro, se a gente faz isso com o *royalty* do petróleo, por que não fazer com os *royalties* das outras reservas minerais? Segundo, a proposta do Senador Inácio Arruda eu acho que nem prevê retirar o dinheiro conforme a distribuição prevista entre Estados; apenas que os Estados apliquem na educação.

Então, creio que é um projeto extremamente positivo e válido. Por isso eu gostaria de pedir vista, conversar com o Senador Flexa Ribeiro e ver se ele me convence, ou se eu o convenço, ou se a gente faz algum tipo de emenda que possa atender à visão que ele tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O pedido de vista é regimental e está concedido.

Vamos para o item 14.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não. V. Exª sempre tem a palavra. É só fazer sinal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, extemporaneamente, queria solicitar a V. Exª, se for possível, incluir – e reitero, extemporaneamente – na pauta, um requerimento de minha autoria em que solicito audiência pública para discutirmos o calendário do futebol brasileiro e a proposta apresentada pelo movimento Bom Senso Futebol Clube de *fair play* financeiro no futebol nacional.

Na audiência pública para discutir esses temas, a nossa sugestão é que sejam convidados a Confederação Brasileira de Futebol, os representantes do Bom Senso Futebol Clube, o representante do Ministério dos Esportes, preferencialmente S. Exª o Ministro dos Esportes, e o jornalista Juca Kfouri, que tem manifestado notórias posições sobre essa questão.

A ideia e a necessidade da urgência em apresentar esse requerimento agora, Presidente, permita-me aqui justificar, é que existe um movimento, desde o ano passado, mobilizado pelos atletas do Bom Senso F. C., e não houve nenhuma resposta, principalmente da CBF, às reivindicações desses atletas, que hoje são mais de cem jogadores de futebol dos diferentes clubes do futebol brasileiro.

Nós vimos, no ano passado, no principal certame nacional do Campeonato Brasileiro de Futebol, mobilizações que nos surpreenderam. Nós teremos, agora, o reinício do Campeonato Brasileiro de Futebol, no próximo dia 19 de abril, e diante do não atendimento a essas justas reivindicações, existe inclusive a possibilidade de uma greve nacional por parte dos jogadores de futebol.

Portanto, eu considero urgente e necessária a abertura por parte do Senado Federal desse diálogo entre o Bom Senso F. C. e a Confederação Brasileira de Futebol.

É por conta disso que, extemporaneamente, e assim V. Exª me permita, estou apresentando esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na linha do bom senso, como V. Exª está solicitando, nós acatamos e submetemos ao plenário o requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

As Srª e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos votar ainda dois itens terminativos, depois votaremos o seu requerimento e um de minha autoria também, que serão incluídos como extrapauta.

Vamos ao item 14.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2012
- Não terminativo -

Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior, aos candidatos reconhecidamente pobres na forma da lei, cuja renda familiar seja de até um salário mínimo.

Autoria: Mário Couto
Relatoria: Cássio Cunha Lima
Relatório: Pela prejudicialidade.
Observações:
1 - Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Designo como relator *ad hoc* o Senador Cícero Lucena, a pedido do Senador Cássio Cunha Lima.

Como vejo que há acordo, peço a V. Exª que simplifique o relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional.

A igualdade é um dos pilares invioláveis da Constituição Federal de 1988. Já no art. 3º, a Carta Magna apresenta a erradicação da pobreza e da marginalização como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Ao mesmo tempo, entre os direitos sociais inscritos no art. 6º da Constituição Federal, encontram-se o trabalho e a educação. Os princípios do direito à educação e da igualdade nesse campo aparecem no art. 205, que apresenta a educação como direito de todos e dever do Estado, e no art. 206, que determina a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A grande extensão da pobreza e os elevados níveis de desigualdade de oportunidades de acesso à escola e ao emprego no País têm exigido do Poder Público uma série de políticas sociais de grande envergadura. Uma das ações mais relevantes a respeito consiste na expansão do atendimento da escola pública e no esforço para melhorar a qualidade do ensino. Todavia, o percurso escolar dos estudantes de baixa renda tende a ser perturbado por fatores extraescolares. Isso justifica o desenvolvimento de programas complementares que favoreçam a permanência na escola e o bom desempenho nos estudos. Desse modo, a ideia de igualdade de oportunidades assume um caráter mais efetivo.

A cobrança de taxas para a realização de exames dos processos seletivos das instituições de ensino, públicas ou privadas, visa a cobrir os custos de sua realização, que envolve, além do material das provas, a contratação de profissionais para elaborar, corrigir e aplicar os exames. Entretanto, é lícito e recomendável, pelas razões que vêm sendo expostas, que os candidatos mais pobres fiquem isentos dessas taxas.

Nesse sentido, a apresentação do presente projeto foi louvável por parte de seu autor, o Senador Mário Couto, na tentativa de preservar a igualdade aos candidatos com menor poder aquisitivo.

Tanto o é, que o parecer da CDH ao projeto destacou o alcance social da iniciativa, uma vez que – abro aspas – "com a isenção, as pessoas das classes menos favorecidas que aspiram a empregos públicos terão finalmente a oportunidade de concretizar seus sonhos" – fecho aspas. Ao mesmo tempo – abro aspas novamente – "isentar essas mesmas pessoas do pagamento de taxas para inscrição em vestibular é abrir as portas das instituições federais de ensino superior para cidadãos que, embora preparados, perdem a chance de ter uma formação superior por falta de recursos financeiros" – fecho aspas.

Todavia, a CDH identificou, também, uma deficiência de técnica legislativa, na medida em que o PLS nº 219/2012 propõe que uma lei extravagante, a despeito das existências da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tratam, respectivamente, do processo seletivo para acesso aos cursos de graduação e do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

E para fins de sanear tal deficiência, aquele colegiado aprovou uma emenda substitutiva que remete os propósitos do PLS em exame para as referidas leis, em consonância com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Assim, o presente PLS nº 219/2012 não encontraria qualquer óbice perante a Comissão de Educação, não fosse a publicação, em 11 de abril de 2013, da Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013, que dispõe sobre parte da matéria tratada no projeto em exame.

Tal lei estipula que as instituições federais de educação superior devem adotar critérios para isenção total e parcial do pagamento de taxas de inscrição nos processos seletivos de ingresso em seus cursos, de acordo com a carência socioeconômica dos candidatos, e já prevê a isenção total do pagamento dessas taxas ao candidato que comprovar, cumulativamente, i) renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio e ii) ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada.

Vê-se, portanto, que a parte mais diretamente ligada à educação, contida no PLS nº 219, de 2012, já é objeto de lei, no caso, a Lei n.º 12.799/2013.

No que tange à isenção da taxa de inscrição em concursos públicos, já tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados outras proposições sobre o tema, donde se destaca a PEC 19/2008, do Senador Paulo Paim e outros, por ter sido aprovada na CCJ e estar pronta para a inclusão na Ordem do Dia.

Portanto, uma vez que há decisão sobre o tema perante esta Comissão de Educação, bem como lei específica que versa sobre a matéria, cumpre concluir que o PLS 219/2012 deverá ser prejudicado, com base no disposto no art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 334. O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado:

I – por haver perdido a oportunidade.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2012, com base no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Este é o voto, que tenho o prazer de ler, do Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Houve entendimento entre o Senador Mário Couto e o Senador Cássio Cunha Lima e, agora, com o Senador Cícero, no sentido de que a matéria seja considerada prejudicada. Esta é a posição desta presidência e entendo que tem o aval de todo o Plenário.

A matéria está prejudicada.

Temos agora dois requerimentos, um que já foi aqui defendido, explicado e incluído extrapauta, do Senador Randolfe Rodrigues.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 15, de 2014

Solicita seja realizada audiência pública para discutir sobre o calendário do futebol nacional e a proposta de fair play financeiro. Senhor Presidente: Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Audiência Pública para discutir sobre o calendário do futebol nacional e a proposta de fair play financeiro, com a presença dos seguintes convidados: - Representante da Confederação Brasileira de Futebol; - Representante do Bom Senso Futebol Clube; - Representante do Ministério dos Esportes;- Juca Kfouri – Jornalista esportivo.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

S. Exª já argumentou. A não ser que queira fazer novas considerações, vamos ao voto.

Quem concorda com o requerimento permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há outro requerimento, de minha autoria, que vou propor, extrapauta, já com a chegada do Senador Cyro Miranda, de fazermos um debate aqui sobre o tema: "Gestão Democrática e Participativa como Modelo na Rede Federal de Ensino - (IFs)". Estamos sugerindo que sejam convidados: o Exmo Sr. Henrique Paim, Ministro da Educação; o Secretário Aléssio Trindade de Barros, Secretário da Secretaria de Educação e Tecnologia. Além deles, estamos convidando o Sr. Marco Antônio Vezzani, Coordenador de Política e Mobilização Sindical (SINASEFE), e Sr. William do Nascimento Carvalho, Coordenador Geral do SINASEFE Nacional e Técnico Administrativo, e o Sr. José Bispo Barbosa – Reitor eleito do Instituto Federal de Mato Grosso.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos verificar se aceitam que entre extrapauta.

Está aceito? (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 16, de 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o seguinte tema: "Gestão Democrática e Participativa como Modelo na Rede Federal de Ensino - (IFs)". Para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Excelentíssimo Sr. Henrique Paim – Ministro da Educação; 2. Secretário Aléssio Trindade de Barros – Secretário da Secretaria de Educação e Tecnologia; 3. Sr. Marco Antônio Vezzani – Coordenador de Política e Mobilização Sindical – SINASEFE/BSB e Docente IFB; 4. Sr. Willian Nas-

cimento Carvalho – Coordenador Geral do SINASEFE Nacional e Técnico Administrativo; 5. Sr. José Bispo Barbosa – Reitor eleito do Instituto Federal do Mato Grosso.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Então, já que foi aceito, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Inácio Arruda, por favor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Temos um requerimento que solicita uma audiência pública para discutirmos o PLS nº 30, de 2014, que "institui o Dia Nacional da Amazônia Azul". Nossa ideia era que pudéssemos realizar esse debate agora, no mês de abril. É muito importante para o País debater em torno dessa questão. Temos uma das áreas mais extensas do mundo a ser preservada e também a ser explorada. É uma questão muito significativa. Eu gostaria que a gente pudesse, se possível, aprovar esse requerimento para já marcar essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Quem concorda que o requerimento aqui advogado pelo Senador Inácio Arruda seja incluído extrapauta permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quem concorda com a defesa feita por ele quanto ao mérito…

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 17, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, no mês de abril do corrente ano, para instruir o PLS nº 30, de 2014 que "institui o Dia Nacional da Amazônia Azul", sendo convidado o Contra Almirante Marcos Silva Rodrigues – Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).

Autoria: Senador Inácio Arruda.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ele só retirou do requerimento "dia 2 de abril", porque vai marcar uma data que será combinada aqui com o Presidente desta Comissão e com a assessoria.

Comunicado:

Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o recebimento de exemplares do livro *Andifes e os Rumos das Universidades Federais,* de autoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A publicação traz relatos sobre épocas distintas desta importante associação e suas contribuições para os avanços do ensino público superior. Um exemplar do livro será distribuído a cada um dos membros desta Comissão.

Está aqui: *Andifes e os Rumos das Universidades Federais*. Todos devem receber uma cópia, pelo que fui informado.

Convidamos todos para uma audiência pública aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, amanhã, às 14 horas. Assunto/finalidade: debater "As novas fronteiras do conhecimento". Requerimentos de realização de audiência encaminhados pelo Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Paulo Paim. O convidado é o Prof. José Luis Cordeiro, cientista e professor da universidade da Nasa. Não vou ler tudo que está escrito aqui, porque é tudo em inglês. Vou dizer Nasa, a assessoria ajudou.

A iniciativa é do Senador Cristovam, mas como V. Exª não estava, eu assinei. Mas a iniciativa é de V. Exª, eu estarei aqui com V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós vamos ter a apresentação do professor em três momentos: no Interlegis, aqui e em um almoço com um grupo de pessoas. Eu acho que ele valeria até mais eventos como esses. Quero, entretanto, chamar a atenção: por uma coincidência que lamento, no mesmo horário dessa audiência, teremos uma audiência da Comissão que estuda financiamento para a educação, é a primeira das audiências de debates do relatório, do qual eu preparei uma minuta. Portanto, não poderei estar presente. Por isso, eu gostaria de consultar o Presidente se, como coautor, aqui estará. Vou insistir

junto ao Presidente e falei há pouco com o Presidente da Comissão que pensa o futuro, Senador Luiz Henrique, para que ele venha também, mas é importante que estejamos combinados para que haja alguém presente, embora a gente saiba que a finalidade dessa audiência é mais divulgar para o Brasil inteiro, pela TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Está combinado o jogo, será uma audiência interativa, me dizem aqui os assessores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas precisa haver Senador presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estarei aqui, espero. Já são dois convidados.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Está garantida com a presença do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro, claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Posso falar de outros assuntos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª aqui manda, não pede. E o Senador Cícero ali está dizendo que sim. Aliás, Senador Cyro.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cícero e Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO. Fora do microfone.) – Isso é um elogio para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É a história de Paulo Davim e Paulo Paim. Mas vamos lá, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Há um detalhe. Sabe que nessa mesa aqui, dos seis Senadores, três tiveram o mesmo professor no ensino médio, o Senador Cyro, o Senador Flexa e eu? Em cidades diferentes.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO. *Fora do microfone*.) – Dois na mesma cidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O mesmo professor, que está vivo e firme.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas eu quero dizer o seguinte: esta é a Comissão de Educação, Senador Cyro. Creio que a gente não pode deixar passar em branco o noticiário de hoje sobre, mais uma vez, a vergonha do Brasil no desempenho da educação no cenário mundial. Mais uma vez, entre 44 países, ficamos em 38º. Lembrem-se de que, na outra vez, entre 65, ficamos em 58º, e entre 59, ficamos em 55º. O resultado é por matemática, por literatura e, agora, por capacidade de resolver problemas. É uma vergonha isso, mas não só uma vergonha: é um suicídio, em médio e longo prazo, um país que fica nessa situação, e é inadmissível para um país que tem a riqueza que o Brasil tem.

Eu quero insistir para que, entre outras coisas, esta Comissão analise, o mais rápido possível, a proposta de um plebiscito para discutir de quem deve ser a responsabilidade pelo financiamento da educação no Brasil. Enquanto ficar nos Estados e Município pobres como eles são não serão capazes de dar conta do desafio de colocar o Brasil entre os países com melhor educação no mundo, o que nós temos a obrigação de ter.

Na reunião recente da CCJ, o projeto foi enviado para cá. Eu gostaria de solicitar, não vou dizer que isso vai resolver, mas pelo menos vai colocar em debate nacional o problema do financiamento. E aí eu creio que a gente vai discutir: financiar o quê? Porque jogar dinheiro na educação não melhora nada. Eu até temo, Senador Flexa, que, se a gente jogar muito dinheiro no atual sistema, não só vai jogar dinheiro fora como vai viciar e impedir novas alternativas e não vai ter resultado.

Eu queria pedir isso e talvez até algo mais: o que esta Comissão pode fazer para ajudar o Brasil a sair dessa situação? Cobrar do Ministro? Elaborar um documento? Algo a gente precisa fazer.

É uma situação dramática que se repete todo ano, todo ano, todo ano. E o Ministro, não é nem o Ministro, o Ministro não falou, mas um funcionário, não um funcionário qualquer, o Presidente do Inep veio com a história de que o Governo quer investir na educação de qualidade. Ele nem diz que vai investir, o que já não me satisfaria. É preciso mais do que isso. Ele diz "quer investir". Depois, que vai mandar professores para o exterior, graças ao apoio do Instituto Ayrton Senna, para que façam pós-graduação, no Brasil e no exterior, para que esses pesquisadores estudem o impacto das competências. Eu não sou contra isso, mas eu temo que aconteça o que vem acontecendo com as pesquisas de pós-graduação relacionadas à educação. Elas não casam com educação de base.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Permite-me um aparte, Senador Cristovam?

Primeiro, em relação ao plebiscito, projeto que nós avocamos para cá, para que fosse discutido nesta Comissão, porque lá parece que tinha um parecer contrário muito forte. Então, para dar oportunidade de discutir, porque lá é Constituição e Justiça, não teria razão de analisar o mérito, eu gostaria de ter pautado para hoje, mas esse projeto não chegou aqui na Comissão. Então, nós vamos pedir para que ele venha o mais urgente possível. Chegando aqui, na próxima reunião ele será pautado.

Segundo, em relação a esta discussão da educação, nós vamos ter oportunidade, dia 9 próximo, de estarmos com o Ministro Henrique Paim, do Rio Grande do Sul, que é extremamente qualificado, o Ministro Henrique é uma pessoa de carreira, é comprometido com a educação. Então, dia 9, ele estará aqui e nós teremos oportunidade de discutir.

Agora, em relação, Sr. Presidente – a quem quero, primeiro, cumprimentar pela condução dos trabalhos. Sinto que estou perdendo o posto rapidamente porque o senhor é bem melhor do que o Presidente nomeado –,…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso que todo mundo diz que o senhor é meu amigo. E eu sou seu amigo. (*Risos.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu queria dizer ao Senador Cristovam que essa pesquisa que saiu e que nos coloca em 33º lugar, essa última agora, se não me falha a memória…

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Trigésimo oitavo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – … trigésimo oitavo, não é novidade porque, enquanto nós, sem partidarismo, por favor, não há partidarismo… V. Exª participou ativamente do Plano Nacional da Educação e ele foi totalmente mutilado por oferecer índices diferentes. Enquanto nós não levarmos a educação como projeto de Estado, tirando o mercantilismo… A educação hoje está caminhando para um mercantilismo cada vez maior, vide Gama Filho, que acaba de deixar 14 mil alunos em uma situação desesperadora, o MEC teve que acudir na transferência assistida, aliás, o fez com muita competência. Mas se nós não levarmos a educação como projeto de Estado, como um projeto de longo prazo, sem querer maquiar, se querer termos índices para popularidade, não vai funcionar.

Nós tivemos vários entreveros no PNE. Primeiro, não aceitávamos que o analfabetismo fosse medido, das crianças alfabetizadas, acima dos oito anos de idade; quer dizer, o mundo todo trabalha com seis anos. Então, na hora em que você faz uma pesquisa com sete anos de idade, não vai encontrar ninguém. Então, nota dez. E assim foram mudando vários índices. Ensino continuado, integral. Nós colocamos no mínimo que queríamos à época: 70% daqui a dez anos. O Governo aprovou 40% ou 50%. Quer dizer, fica difícil!

Nós temos que realmente – o que precisamos conversar com o Ministro Henrique Paim – dar forma. Uma das questões colocadas por V. Exª é pertinente sim. Quem é o pai da criança? Porque a coisa está assim, está meio um filho bastardo. Joga para um lado, joga para o outro, eu não, só se fizer o DNA, então é o Município que é culpado, é o Estado, a União uma hora entra, outra hora não entra. Então V. Exª tem razão. Nós precisamos definir a regra do jogo e definir um escopo para a educação a longo prazo, duradouro. Quer dizer, nós temos que mexer em grade. Eu recebo muita pressão para que se inclua isso ou aquilo na grade. E digo: não, não é pertinente isso. Não é pertinente porque, se não tivermos uma visão do todo, vamos ficar fazendo colcha de retalho. Não adianta fazer grades pontuais e a gente perder de vista a educação.

Eu tenho um neto que está no terceiro ano da FGV. Eu tive a oportunidade de olhar a grade de Administração da FGV. Extremamente dirigida para o que o aluno vai fazer. Tiraram tudo fora, os penduricalhos, as coisas. Então, nós precisamos dar uma nova roupagem na educação.

Agora, antes de tudo, concordo com V. Exª: quem é que vai tomar conta disso para valer? Não adianta um fazer as normas e o outro pagar a conta. Eu acho que alguém tem que assumir isso no todo. Eu me comprometo, com V. Exª, junto com o Presidente Paim e a Ana Amélia, que, chegando esse projeto do plebiscito, ele vai ser discutido aqui na mesma semana.

E vamos nos preparar para uma boa conversa com o Ministro Henrique Paim. Eu falei para ele que não vai haver pegadinha aqui. Nós inclusive vamos dizer quais sãos os temas que queremos discutir. Nós não queremos que ele venha prestar conta do que vai fazer. Não, não precisa. Com isso, a gente já tem uma experiência. O Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda, o ministro disso e daquilo vêm aqui e passam a manhã inteira dizendo o que vão fazer. E aí, às duas horas da tarde, começam as discussões. Já não há mais ninguém, todo mundo está cansado. Então, nós vamos inverter: nós vamos dizer para ele o que nós queremos discutir, certo? Estou até preparando essa pauta, vou precisar do auxílio de V. Exª, dos pares, para que a gente tenha uma reunião produtiva aqui, de conceitos. Ele é uma pessoa extremamente aberta, está à nossa disposição. Portanto, dia 9, eu acho que teremos a grande chance de, tendo nesta Comissão bastante Senadores, colocar a nossa preocupação.

Então, quando perguntam: o que nós podemos fazer? O que esta Comissão pode fazer? Eu acho que, dia 9, nós temos um bom caminho.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Para concluir, Senador Cyro, eu quero dizer que o Governo tem procurado facilitar a maneira como ele dá a impressão de que está fazendo o dever de casa. E aí simplifica as metas. Simplifica. Não quer colocar ousadia. Até porque não é para este Governo, é

para os que vêm depois. Nunca, na democracia, um partido fica para sempre no Governo. Haverá substituição. É questão de mais tempo, menos tempo. Então, ao limitar uma meta, está limitando os partidos que vão chegar ao governo um dia. Embora eu ache que muitos que estão no governo hoje acham que nunca vão sair. Sinceramente. Pelas conversas que eu tenho, eu acho que muitos acham que nunca vão sair. Mas não há como, na democracia, ser para sempre.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE. *Fora do microfone*.) – O PCdoB quer chegar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas não para sempre. Ah, o PCdoB também quer chegar. Então, por isso, tem que sair o que está aí.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – (*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas, voltando, Senador, esta ideia do plebiscito, por exemplo, é um medo de querer levar o debate para as ruas. Tanto que o parecer do relator é favorável, do Senador Pedro Taques. Foi esse receio do debate, o medo de querer debater com ousadia como fazer as coisas.

Eu acho que a ideia de pedir ao Ministro que responda a perguntas anteriores nossas acho extremamente válida. E vou preparar algumas, mas tenho vontade só de fazer três juntinhas uma da outra. Primeira: o que o senhor acha, Ministro, que o Brasil deve fazer para estarmos entre os melhores do mundo dentro de 20, 30 anos. Segunda: o que o Governo se propõe a fazer para que o Brasil chegue lá? E terceira: o que eu, como Senador, posso fazer para lhe ajudar nisso? Agora, para isso, ele tem que vir com metas ambiciosas de querer que estejamos entre os melhores do mundo.

Não há por que, no cérebro dos brasileiros, no DNA do brasileiro, não há por que sermos um dos piores do mundo em educação. São erros, são omissões históricas – não do Governo atual apenas, mas também dele – que impedem de darmos o salto. Eu acho que hoje já se sabe como dar o salto, embora haja divergências. É questão de ter coragem de fazer isso e colocar como prioridade. Mas esquecer esses dados eu creio que seria uma irresponsabilidade de omissão desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Senador Paim, brevemente, sobre esse assunto, acho que ele terminou se relacionando com o projeto de lei de minha autoria relatado pelo Senador Flexa Ribeiro. Embora o Senador Cristovam sublinhe que o programa pode não ser exatamente de recursos, mas o *per capita* nosso ainda é muito baixo comparado com essas nações que estão dando saltos de qualidade na educação.

Se nós examinarmos a matéria que está sendo discutida, a informação que a imprensa ofereceu, a verificamos que maioria dos países que avançaram estão no oriente. São os países asiáticos, em torno da China. Aquela região inteira avançou principalmente na área das ciências exatas, em que eles foram examinados. E ciências exatas na área da matemática aplicada, o que é uma distinção, porque você começa a aprender já, lá no oriente, por um método que foi nos oferecido aqui por um grande educador que foi Paulo Freire. Quer dizer, você aprende a contar, somando, subtraindo, dividindo e multiplicando, examinando como isso acontece no dia a dia da vida da criança, já ali, onde ela nasceu, naquele local.

Então, imagino que… Veja, o Brasil é 38º. Os Estados Unidos, que sempre estavam entre os primeiros, foram para 18º e os países europeus também estão ficando para trás em relação ao Oriente. Nós não conseguimos… Claro que ficando para trás no sentido de que os asiáticos estão avançando. Esse é que é o problema. Nós não podemos ficar para trás, mesmo porque estamos buscando investir mais recursos, recurso do pré-sal – espero que a gente consiga um acordo com o Senador Flexa para investir recursos das demais áreas da produção mineral.

Eu quero reforçar um exemplo simples do nosso Estado, Senador Cristovam. Nesses exames estatísticos – sou da escola de economia, então a estatística passa muito dentro da escola de economia, a turma até brinca porque há estatística para tudo e você pode usar, às vezes, de acordo com a conveniência, que não é exatamente esse o caso –, mas, no Ceará, a gente buscou fazer o seguinte. Nós éramos os penúltimos do Nordeste. Hoje, nós invertemos para a seguinte situação na área de educação: o Ceará é o primeiro do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste; em um período relativamente curto. Sempre se fala: "Não, esse negócio demora muito. Vinte anos!".

Aqui se discutiu a redução da maioridade penal. Eu disse: vamos inverter; vamos dar mais educação de qualidade em vez de reduzir a idade da criança para responder por crimes. Vamos fazer essa alteração. Vamos fazer essa mudança. Em menos de oito anos, no Estado do Ceará, nós conseguimos por um método simples, simples, tem também ali a mão do Paulo Freire, mas foi de uma simplicidade de querer que aluno soubesse isto: como a matemática influi na sua vida no dia a dia, para o aluno do primeiro ano, do segundo ano do ensi-

no fundamental. E, segundo, aprender a ler e entender o que leu e o que escreveu. Uma simplicidade imensa e deu um resultado extraordinário. E aqui já não é mais o problema da estatística, é a questão objetiva que está funcionando ali no Estado do Ceará.

Ora, se um Estado que tem condições tão difíceis, como o nosso, pode dar um salto dessa ordem, puxa vida, por que o Brasil não pode? Acho que nós podemos fazer um grande acordo no programa de educação do Brasil. E eu lamento que o PNE ainda esteja parado na Câmara. Até sou favorável ao projeto da Câmara em vez do projeto do Senado. Mas ficar parado é a pior situação para o Brasil. Imagine o PNE entrar para o ano de 2015! Vai ser uma lástima! Quer dizer, cinco anos no Congresso. Ele tem dez anos para ser executado e metade desse tempo estar em discussão no Congresso Nacional! Seria uma coisa muito triste o Congresso Nacional deixar o PNE nessa situação.

Quero ressaltar, no final, que estamos nessa situação difícil, mas compreender que nós melhoramos. Nós melhoramos. Se o Ceará melhorou nesse curto espaço de tempo, então, tem melhoria no geral por aí. Nós estamos melhorando, mas o nosso passo é na velocidade muito, muito baixa. Então, é essa mudança que nós temos que fazer, e o Senador Cristovam tem proposto que a gente dê uma acelerada – é isso que tenho imaginado sempre nos discursos que ele faz –, para alcançar o que está diante de nós. Se não, vamos ficar muito para trás. E não vamos conseguir…

Há pouco havia um debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos sobre a questão dos exames clínicos e das pesquisas laboratoriais na área de análises clínicas no Brasil – vejam a questão da bioequivalência de medicamentos. O Brasil montou dez grandes laboratórios de bioequivalência de medicamentos. Depois que concluiu a construção dos laboratórios de bioequivalência de medicamentos, quase 100% dentro de universidades federais, passamos a contratar os serviços fora, na Índia, nos Estados Unidos, na Europa. É uma coisa gritante. Então, se fez um investimento gigantesco, que mexe com a formação de profissionais na área de saúde do nosso País, e, depois, compra o serviço lá fora.

É preciso dar velocidade grande. Eu não vou estar aqui no dia 9, lamentavelmente, mas, pelo método que o Presidente anunciou, eu vou deixar as minhas perguntas para o nosso Ministro. Vou estar em Medellín, numa discussão sobre a questão das cidades no mundo – e é muito importante para nós a questão especialmente da mobilidade urbana –, um debate do qual tenho participado muito ativamente e não posso ficar fora. Mas vou deixar aqui as minhas perguntas na mesa e, se o Presidente tiver oportunidade, pediria que as fizesse também ao Ministro Paim, que tem sempre uma decência muito grande, é uma pessoa muito aberta e acho que será um bom debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Com muito prazer. Obrigado.

Deixa eu lembrar que, quando V. Exª falou do Ceará, saiu uma reportagem no Fantástico muito interessante na Chapada Diamantina. o que fez a comunidade? É um processo legítimo: eles definiram as metas de educação, debateram com todos os candidatos a vereador, os candidatos a prefeito, e aqueles que concordaram assinaram. E aquilo, amanhã, será cobrado. O que se colocou ontem? Nos Estados, nos Municípios e na União, a cada dois anos, muda-se, em média, um Secretário da Educação. Aí muda todo o seu corpo diretivo. E começa tudo de novo. Mais um ano para entender o que existia e, quando se começa a implantar, aí começam as modificações. Não há uma continuidade. E eu achei extremamente importante e é isso que precisamos fazer em nível federal, nacional. Colocar a linha e o comprometimento – não há cor partidária nisso. Mas aquele que for o mandatário, seja do Município, do Estado ou da União, fica comprometido com aquele programa. E ele não vai ser mudado.

Aquilo foi um exemplo. O Ceará está dando outro exemplo de que é possível, sim, fazer uma educação de qualidade.

Ouço, ainda, o Senador Cristovam e, depois, o Senador Cícero, o Senador Flexa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Primeiramente, para dizer que o que há de mais perigoso para impedir que nós avancemos é comemorarmos os pequeno avanços que tivemos de um ano para outro no Brasil, ou de uma década para outra.

Porque nós avançamos, mas ficamos duplamente para trás. Primeiro, para trás em relação aos outros países que estão melhorando mais. Mas há algo mais grave, é a velocidade como as exigências educacionais avançam é maior do que a velocidade como a nossa educação avança.

Então, a brecha de necessidade educacional é crescente. Até pouco tempo atrás, uma pessoa poderia ter um emprego sendo analfabeto. Hoje, tem que saber um pouco de matemática para ter qualquer emprego de pedreiro. Precisa saber um pouquinho de geometria, precisa saber ler. Então, nós estamos ficando para trás, não importa se avançando um pouquinho em relação a nós. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que esse projeto de nação é a única forma de dar certo. Em qualquer país que deu certo, houve um projeto de nação. A Irlanda, que era igual ao Brasil há 40 anos e hoje é uma das melhores, fez uma reunião de todos os líderes políticos, empresariais, sindicais, durante 15 dias e decidiram no que investir dali para frente independentemente das nossas discordâncias. Escolheram a educação e saúde. E deu certo.

Mas não há como fazer isso, Senador Cyro, deixando na mão de 5.564 Municípios e 27 unidades da federação. Não há como? Para ser um projeto de nação, é preciso ser da nação, é preciso ser assumido pela União. Não pode ficar na mão de Municípios pobres e desiguais e com vontades que mudam a cada quatro anos. Uma nação pode ter vontades permanentes, os Municípios dificilmente têm.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Se fizéssemos um plebiscito hoje nos aproximadamente cinco mil Municípios, acho que quase por unanimidade eles iam querer que fosse federalizado, porque eles não têm condição de tocar a educação da maneira que está. Mas aí a gente tem que envolver a população.

Ouço o ilustre Senador e querido amigo Cícero Lucena, ex-Governador da Paraíba e que deu um foco muito importante, no seu mandato, à educação.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Muito obrigado, Presidente.

Quero dizer que comungo praticamente com tudo que foi dito aqui, embora, Senador Cristovam, eu acrescentaria um índice de preocupação que tem a ver com a minha terra, a minha pequena Paraíba.

Senador Cyro, recentemente, houve uma reportagem na Folha de S. Paulo, que levou ao conhecimento de muitos que, entre 2008 e 2012, as renúncias fiscais, os estímulos à produção, com que nós concordamos que em determinado momento precisa ser feito, passaram de um montante superior a R$200 bilhões. E que os Municípios e Estados, ou seja, o Fundo de Participação Estadual e o Fundo de Participação Municipal deixaram de receber cerca de R$60 bilhões, quase R$70 bilhões.

Só para que o cidadão brasileiro tenha conhecimento, o que eu quero dizer ao fazer referência a esses números. Nesses quatro anos do Programa Bolsa Família – o grande usuário do Bolsa Família são as regiões Norte e Nordeste – deu um total de R$80 bilhões gastos. Obviamente que aí eles incluíram aqueles R$10 bilhões a que o Senador Aécio fez referência e que não foram utilizados no Bolsa Família nesse período.

Pois bem, Senador Cyro, por que eu estou chamando atenção nesse ponto, Senador Inácio, Senador Cristovam? É que essa renúncia para as regiões Norte e Nordeste iam permitir, se ela não tivesse ocorrido de forma diferente, ou seja, se o Governo Federal tivesse feito essa renúncia – já que considerou importante e fundamental para a manutenção e garantia do emprego e da atividade econômica – com recurso federal, os quase R$70 milhões que não foram para o Fundo de Participação de Estados e Municípios, em que o Norte e Nordeste têm uma participação maior, teriam recebido R$70 bilhões a mais.

O que eu quero dizer com R$70 bilhões a mais? Que seriam mais R$17,5 bilhões a serem gastos pelos Estados e Municípios por sua obrigação de 25% com educação. Lá na minha Paraíba, lá na minha Jatobá, cidade do interior da Paraíba onde eu nasci.

Quem tiver nos assistindo agora, o professor que está preocupado, está se doando, se sacrificando para dar a sua contribuição… Se formos para saúde, em que o Município tem obrigação de gastar 12… mas a média dos gastos dos pequenos e médios Municípios da Paraíba com saúde é de 25% também, Senador Cristovam. Também foram R$17,5 bilhões deixados de ser aplicados na região em quatro anos. E aí está a raiz do problema.

Em alguns Municípios ricos, em alguma parte deste Brasil, há dinheiro sobrando, mas nos Municípios pobres e pequenos da Paraíba e do Ceará falta, nas condições precárias que vivemos.

E aí o Governo Federal faz uma política de incentivo em quatro anos, renuncia a mais de R$200 bilhões – a cota para os Municípios seria de quase R$70 bilhões – e aí ficamos nós nordestinos perguntando: "Que programa de distribuição de renda é esse? Que ação efetiva do Governo é essa?" Na minha terra se diz o seguinte: "Dá com uma mão e retira com a outra". Porque se ao Programa Bolsa Família, que nós defendemos, que passa a ser um programa de governo – essa é a posição nossa, do nosso Partido, não de partidos, mas de governo –, não podem ser dados R$80 bilhões, tiram os R$10 bilhões que não foram utilizados, ficam R$70 bilhões, e, ao mesmo tempo, tiram R$70 bilhões do Fundo de Participação dessa região para incentivar a indústria. Que o Governo faça um incentivo, mas faça com seus recursos, já que ele é o maior arrecadador, é o centralizador dos impostos deste País.

Então, é isso que temos que discutir, Senador Cristovam. Daí a preocupação do senhor sobre a federalização da educação ter, além da busca da qualidade, a garantia do financiamento, que vai exatamente favorecer esse tipo de distorção. Eu estou falando em dois itens: em saúde, deixou de aplicar porque a média dos Municípios brasileiros da Região Nordeste é 25%, não é obrigação de 15% que ele tem não, ele sempre gasta mais pela ausência de outros entes, como Estado e Governo Federal; e, na educação, também os 25% sobre R$70 bilhões, são R$17,5 bilhões que deixaram de ser aplicados.

Então, temos que refletir sobre essa injustiça da centralização dos recursos na mão do Governo Federal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pois não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – O Senador Cristovam foi rápido, mas o microfone estava deste lado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pode ir.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não, pode ir.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A não ser que a gente centralize as responsabilidades. Se a folha de pagamento dos professores do Brasil for paga pela União, tudo bem, libera os prefeitos desse gasto, libera os governadores, e não há outro jeito.

Olhem, as pessoas precisam aprender que 100% de pouco é pouco e hoje a maior parte dos Municípios tem pouco. Há Município que quer pagar mais e não pode por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma boa lei, mas limita quanto se pode gastar com pessoal, aí não se pode pagar mais ao professor. Mas a maioria não tem nem dinheiro para pagar o piso, pelo menos o piso deveria ser pago pela União, daria R$4 bilhões por ano. Ou seja, não é uma coisa absurda. E a prefeitura se comprometeria a aplicar o resto ainda em educação, o que já aplica hoje. Mas, sem um processo de federalização, de ampliação da responsabilidade da União, ou, dizendo de uma maneira menos radical, sem um processo em que a União adote as escolas das cidades cujas prefeituras não podem pagar os custos, não vai ter jeito. Pode até melhorar um tiquinho, mas fica para trás cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Cristovam, nessa peregrinação que tem feito da federalização, qual é o maior argumento apresentado pelo Governo para não querer discutir pelo menos? Porque a gente sente que isso é notório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O argumento é de que vão aumentar os gastos da União. É esse o argumento. Agora começa a dizer que rompe a federação. Como rompe? Já há 430 escolas federais, qual é o Município que não quer uma escola técnica federal? Foi preciso mudar a Constituição para colocar as cem escolas técnicas que o Presidente Lula procurou colocar? Não. É preciso mudar a Constituição para botar uma filial do Colégio Pedro II? Não. Então, nada impediria que um prefeito chegasse para a União e dissesse: "Presidente, eu não tenho condições de manter as escolas como minhas crianças precisam, não tenho! As minhas crianças são brasileiras, quero que a senhora assuma essas crianças." Isso não fere a Constituição, mas o Governo não quer.

O Governo, na verdade, não quer trazer nenhum problema para o seu colo. Quanto menos problema, melhor. Então, eles põem o MEC cuidando das universidades. Quando há uma greve de professor universitário, o Governo se desespera, mas quando há 200 greves, como no ano passado, de professores de ensino fundamental, o Ministro não deu nenhuma declaração, porque diz: "Não é problema meu." Burocraticamente, não é problema dele; administrativamente, não é problema dele; eu até diria, politicamente, não é problema dele, mas, do ponto de vista do interesse nacional, é sim problema dele. Não houve uma declaração diante de 200 greves. Mas quando a greve é em uma das universidades, faz, porque são federais.

A verdade é que o Ministério da Educação hoje é o ministério das universidades federais e um pouco das escolas técnicas federais. Nós não temos um Ministério da Educação no Brasil. Temos uma instância que cuida das universidades e que, de vez em quando, faz algumas coisas favoráveis para a educação de base, como o livro didático, como merenda escolar, que são programas que funcionam. Mas, quando chega a hora da cadeira, não tem. Como a gente viu ontem ou anteontem na televisão.

Eu fui visitar uma escola no Amapá em que o professor sentava no bujão de gás. Porque o bujão de gás era federal, vinha da merenda. Senão, nem o bujão de gás ele tinha para sentar.

Não tem jeito, a estrutura que temos aí não permite o salto. No máximo, pequenos avanços, como o Ceará, como Palmas. Palmas tem cinco escolas formidáveis, mas são 67. Levaram dez anos para chegar cinco e mais quatro que vão inaugurar, nove. Então, fazendo as contas, vai dar 70 anos para todas, com recursos próprios de Palmas, e se todos os prefeitos quiserem dar continuidade.

Não tem jeito. Ou a gente coloca a educação de cada criança brasileira como responsabilidade da União, da Nação, do País, da Pátria ou nós não vamos dar o salto de que a Pátria, o País, a Nação precisam.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigado.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer o registro de bons exemplos de escolas públicas. Em uma emissora insuspeita, porque normalmente faz oposição, que é a Globo News, há a apresentação de várias escolas, em que vemos o carinho das professoras, dos professores,

a emoção desses profissionais em mostrar que é possível andar mais rápido. Eles estão mostrando isto: que é possível andar mais rápido.

Em 31 de dezembro, vão estar construídas, no Ceará, 140 escolas técnicas de formação média, que atende ao nosso currículo, e técnica. Essas escolas são de tempo integral. Olha que é um esforço gigantesco. O professor praticamente tem dedicação exclusiva nessa nossa escola. É uma escola bem equipada. Todas têm uma boa quadra para prática de esportes. E em todas há programa de lazer, cultura, artes, para as pessoas que chegam ao curso de formação técnica. Às vezes estão se formando na área de mecatrônica, de eletrotécnica, na área das ciências exatas, mas são bons músicos que também podem ajudar o Brasil na sua formação cultural.

O que está acontecendo, Senador Cyro? Em Fortaleza, em uma dessas escolas, que é uma escola estadual, há um convênio com o MEC, Prof. Cristovam. O MEC banca metade dos recursos e o Estado entra com a outra metade.

Em uma dessas escolas, numa fronteira entre três bairros de Fortaleza, que pega o Bairro de Mondubim, a parte do Alto Alegre, que divide Fortaleza e Maracanaú e um Bairro chamado Canindezinho, o índice de violência entre os jovens despencou 70%, porque eles estão o dia inteiro na escola. E mais, uma atração fantástica: ele vai ter uma profissão, porque, antes de ele terminar o ensino médio, ele não era profissional de nada, se não fizesse um curso superior. E para essa comunidade aqui chegar à universidade era muito mais difícil, agora ela já tem uma profissão. Ela já vai concluir o ensino médio com uma profissão. É uma mudança muito grande. E digo isso porque vivi isso. Sou de um bairro bem pobre de Fortaleza. Só havia pobres no bairro, mas nós tivemos a sorte de entrar na escola técnica e sair dali com uma profissão. É uma federal. Foi uma mudança muito grande.

Agora, nós estamos construindo 140 escolas técnicas estaduais, que estão se somando a 33 federais. E o que é positivo? É que há uma certa disputa que está ficando, digamos assim, no ar, entre os que se formam na escola técnica federal e os que se formam na estadual, porque com o estímulo aos professores e à comunidade de alunos, eles também começam a querer ter a qualidade daquela ali. Porque, ela está mais disseminada, essa escola técnica federal está mais espalhada hoje no Estado inteiro, ela está em todas as regiões. São escolas boas, escolas de grande qualidade.

Por exemplo, estive agora, no final de semana, nos sertões de Crateús. São uns 10 a 15 Municípios, em torno da cidade de Crateús, que é a maior cidade daquela região. Em Crateús, há universidade federal, universidade estadual, um instituto federal de educação em ciência e tecnologia, com curso de formação superior e curso de formação média, mas de todos o aluno sai técnico, sai profissional.

E há a escola estadual. Então, quem está na escola estadual está exigindo a qualidade da federal. É claro que é uma pressão sobre o Governo do Estado, mas o Governo do Estado topou fazer essas escolas e submetê-las à pressão da comparação com as federais. Estão equipando, são escolas boas, de qualidade. Não há equipamento que tenha na federal que não vá ter na estadual. Então, isso dá um salto razoável.

E mais, mostram que no tempo é possível a gente vencer. É possível, sim, vencer. Agora, tem que ter gente preparada. Isso exigiu por parte do Prof. Edgar Linhares – eu peço que um dia vocês tragam aqui o Prof. Edgar Linhares. É o nosso Presidente do Conselho Estadual de Educação, Cristovam. É um senhor, já com mais de 70 anos de vida, dedicados exclusivamente à educação. Uma cabeça pensante 24 horas.

O Edgar Linhares começou a preparar, a transformar o Conselho de Educação também num conselho que, em vez de ficar só carimbando e despachando requisições de abertura de cursos A, B, C e D, se abre escola, se fecha escola, se preocupa com a qualidade da formação dos professores que estarão na sala de aula, melhorando essa qualidade, entrando aqui com força.

E fizeram também um programa do Estado que buscou financiamento federal, e terminou que conseguiu o recurso do Governo Federal para aplicar na melhoria da qualidade do profissional, e o profissional adora ter a possibilidade de melhorar a sua capacidade de aprendizado – ele, que vai formar a nossa juventude, está formando a nossa juventude.

Então, esses ganhos são exemplos que o Senador Cristovam coloca muito bem. Quer dizer, há 67 escolas no Tocantins, na cidade de Palmas, que tiraram 5. É pouco. Nós temos que chegar à qualidade das 67. Por quê? Se nós conseguirmos isso – eu fico olhando para a minha cidade de Fortaleza, que tem 2,5 milhões de habitantes –, a população que mora no Mondubim, que é na região sul da cidade, não precisará se deslocar, aqueles que têm mais posse, para trazer o seu filho e colocar para estudar na Aldeota, que é o bairro nobre, rico, e onde ficam as escolas particulares caras. E você quer colocar o filho lá. Então, você tem que fazer esse deslocamento. É um tumulto, inclusive, do ponto de vista da mobilidade.

Se for feita melhoria nessas escolas, qualidade nessas escolas, então, o pai desses alunos vai querer que o filho dele estude no próprio bairro em que ele mora. Ele não precisa fazer esse deslocamento. Com isso, a cidade ganha em qualidade, a educação ganha velocidade, e a gente atrai o investimento do Governo Federal para que ele entre ali.

Eu vejo um problema crucial, porque sempre dizem "Não, mas não é um problema de salário." Mas é, gente. Se um professor dá aula em três escolas diferentes, Senador Cristovam, é o desespero de aumentar o salário dele, gente. Então, não tenho dúvida de que nós temos que resolver isso aqui, e não dá para resolver, consciência de quem anda num Estado grande, como o Estado do Ceará – o Senador Cristovam está aqui em Brasília, mas ele é originariamente de um Estado também muito grande, que é o Estado de Pernambuco.

Vamos andar o Sertão pernambucano, gente. Achar que aqueles prefeitos têm como dar conta de dobrar o salário, porque o piso é uma coisa, mas ganha-se o piso em uma escola e corre-se para outra, que é outro piso, e corre para outra, para ter condições de viver com alguma qualidade naquela cidade.

Então, essa é a corrida aqui, para encontrar um mecanismo de financiamento adequado, por isso temos uma comissão exclusivamente discutindo isso aqui no Senado, que é do financiamento da educação. Não é financiamento só para construir o prédio e dar manutenção, não; é o financiamento para garantir aquele que dá substância à escola, que é quem vai formar o aluno, o professor. Se não mudarmos isso aqui, se não tivermos recurso substantivo, não temos como dar essa velocidade. Estamos mostrando que é possível, que essa velocidade é possível de ser dada. Se um Estado como o nosso Ceará está mostrando que pode, todos os outros podem. Todos podem dar essa velocidade.

Agora, sinceramente, nós precisamos mudar o pensamento, talvez até médio, já formado do Ministério da Educação. E não é só do Ministério da Educação, não. Se for ao Ministério da Fazenda, é o mesmo pensamento de que bastaria um canto do Brasil estar bem que o resto está bom. O que não é verdade. Há Estados hoje no Nordeste, Estados grandes: só o Ceará vai para quase 9 milhões de habitantes, Pernambuco, mais de 10 milhões, Bahia, 13 ou 14 milhões de habitantes, são Estados maiores do que muitos países, especialmente da Europa, e muitos do Leste Europeu e muitos da Ásia. Apesar de haver países com grande população, como a China e a Índia, mas há no Brasil Estados que têm população três, quatro, cinco vezes maiores do que os Estados que estão ali na Europa, nessa Europa que nós conhecemos e por onde que o povo gosta muito passear.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador, eu invejo o Estado do Ceará. V. Exª colocou aqui algumas coisas que são possíveis, mas é como o Senador Cristovam disse, nós temos 5.246 Municípios. Mas não adianta… Quer dizer, adianta, sim, essa é uma lição. Mas V. Exª colocou um outro ponto, que, para mim, é um dos mais importantes e que, uma vez, discuti com o Senador Cristovam. Na nossa época, fase nossa, quatro anos de primário, quatro de ginásio, três de científico ou clássico, que existiam, um ano de cursinho. Aí você era impossibilitado de ir para a faculdade por qualquer motivo, porque sempre se formava a educação do aluno com o viés de que ele iria fazer faculdade. Então, ele sabia todas as capitais das Ilhas Gregas, os peixes de profundidade de Fernando de Noronha, sabia um pouquinho de História Geral, um pouquinho de História Natural, Geografia e não sabia nada, tinha um ano de Latim, um ano de Espanhol, não sabia falar nem latim nem espanhol. Ia para o mercado de trabalho, de repente. Com isso tudo, com 12, 13 anos de estudo, ia ser *office-boy*, porque não tinha uma profissão.

Acho que acordamos tarde. Essa foi a grande diferença de colonização entre o Brasil e os Estados Unidos. Lá começaram a dar uma profissão, aqui começaram a catequizar o índio.

Então, nós temos que aproveitar este momento e esses exemplos que foram dados aqui e levar isso a sério, mas isso tem que ser feito de uma maneira rápida. E aí eu concordo com os argumentos do Senador Cristovam, são fortes os argumentos. E, pelo viés que V. Exª tem da educação, eu torço para que seja candidato ao governo do Ceará e ganhe, porque tenho certeza de que vai andar muito mais depressa.

Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Aproveitando que falou o Senador Inácio, eu tenho visto com uma admiração profunda essas demonstrações de escolas bem-sucedidas que a Rede Globo e as outras televisões têm mostrado, mas eu não me engano. São exemplos unitários, num universo de 200 mil escolas. E ainda são ótimos exemplos, mas dá muito pouco, não dá para a gente se contentar apenas com o fato de que os alunos agora estão indo para uma escola em que há uma cadeira boa. Tem que comemorar, tem que parabenizar quem faz, esses diretores são verdadeiros heróis, mas para o País ainda é pouco.

Veja bem, o Senador Inácio falou aqui 140 escolas mais 33. São 173, isso ao longo de muitos anos de governos sucessivos comprometidos. Mas eu calculo que o Ceará deve ter umas 3 mil ou 3,5 mil escolas. Então, está longe de fazer isso e não tem como fazer. Não tem como fazer nas 3 mil escolas experiências dessas. Por quê? Porque os recursos são limitados. Mas não são somente recursos financeiros, não. O número de jovens capazes de exercerem com competência a carreira de magistério em cada desses Estados é pequeno. Tivemos que buscar médicos no exterior, a gente vai precisar buscar professor em outras cidades. Para isso, tem que pagar um salário que compense, como fazem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Ministério Público, a Justiça. Os juízes vão de outros lugares, atraídos pelos salários, e são escolhidos entre os melhores jovens da sociedade, os mais brilhantes, que vão para a carreira e terminam virando juízes.

Lamentavelmente, a falta de apoio ao magistério terminou fazendo com que alguns procurem a carreira, alguns sacerdotes, não no sentido de igreja, mas de vocação, e alguns que não conseguem outra atividade, para ganhar um pouco mais. Além disso, têm que trabalhar em dois, três empregos. Professor tem que trabalhar, no máximo, como qualquer pessoa, oito horas por dia, e, dessas oito, no máximo quatro na sala de aula. O resto é para se preparar, para acompanhar o aluno, para se reciclar. Então, eu não vejo como fazermos isso sem a União assumindo a responsabilidade. Agora, não vamos obrigar. A cidade que quiser pede ao Governo Federal.

Eu tenho sentido muita resistência a isso no Paraná e em São Paulo, porque são Estados ricos. Então, lá não precisa federalizar, embora eles vivam atrás de escolas técnicas. Mas, se o prefeito de qualquer cidade chega à conclusão de que sua criança é uma criança com tanto direito como a de cidade rica e ele não tem recurso, peça ao Governo Federal que adote a educação das crianças. E isso o Governo poderá fazer em dois anos, numa cidade de porte pequeno ou médio, não nas grandes. Não pode fazer em todas ao mesmo tempo, até porque todas não vão querer, mas, ao longo de alguns anos, faz em todas o que o Ceará está fazendo – e temos que parabenizar – em algumas delas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Com certeza, vindo esse projeto para cá, nós vamos abrir um amplo debate.

Quero agradecer a presença de todos, convocar para terça-feira mais uma reunião deliberativa. Vamos fazer um esforço concentrado. Hoje, por muito pouco, não tivemos quórum. O quórum aqui ficou rodando. Se segurássemos os Senadores aqui, teríamos quórum para deliberar. Na quarta-feira, teremos a presença do Ministro Henrique Paim.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. (*Fora do microfone.*) – Voltarei, mas as perguntas ficarão com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Por gentileza, será uma honra e um prazer para mim.

Agradeço também a colaboração de todos da equipe da Comissão, da equipe do nosso gabinete…

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Uma coisa mais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pois não, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O projeto de resolução do plebiscito foi lido no plenário. Eu quero até agradecer muito ao Presidente Renan Calheiros, que, sem nem eu pedir, ali na hora, como a gente tem que fazer, ele colocou e foi votado. Precisa o Presidente da Comissão pedir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Não, foi lido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não foi votado ainda?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Foi lido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É preciso pedir que seja incluído na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vamos fazer isso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Vamos fazer isso hoje, porque a pauta está leve e, assim, a gente consegue que ela, semana que vem, esteja aqui.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos. Esperamos contar com um quórum qualificado para a próxima terça-feira.

Desejo a todos uma boa-tarde, e o nosso muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e quarenta e nove minutos do dia dezessete de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em Exercício do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Cícero Lucena, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana,

Ana Rita, Humberto Costa, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor**.** A Presidência declara abertos os trabalhos e faz a leitura de um texto sobre a "Floresta Nacional de Brasília". Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA,** destinada a Debater a preservação da Floresta Nacional de Brasília, criada em 10 de junho de 1999, em atendimento ao Requerimento nº 78, de 2013-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. Comparecem os seguintes convidados: Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Marco Aurélio Bezerra da Rocha, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Nilton Reis Batista Júnior, Presidente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM; Paulo José Leite Farias, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT; Rosany Cristina Jakubowski de Carvalho, Presidenta da Associação Produtores e Protetores da Bacia do Descoberto – Pró Descoberto; e Jorge Artur Oliveira, Representante dos Moradores. Registra-se a presença dos seguintes Senhores e Senhoras: Erika Kokay, Deputada Federal; Leo T. Gondim, Analista Ambiental da Flona; Teresa Corrêa, Representante ADESB nos Conselhos Luis Claudio, Presidente da Associação Maranata; Fabio Arada, Representante da Administração Regional de Brazlândia; Ielton Ferreria, Representante da Associação 26 de setembro; João de Aquino Vieira, Presidente da Ass. dos Trabalhadores da Agricultura Familiar; Edmilton Gomes, Presidente da Associoação dos Moradores do Assentamento 26 de setembro; Fernando Carlos, Presidente do Lions Club de Brasília Metropolitano; Luiz Almada Junior, Tesoureiro do Lions Club de Brasília Metropolitano; Lucas Zacarias de Azevedo, membro do Lions Club de Brasília; Fernando Almeida Costa, Engenheiro Agrônomo da ASIBRAN, Associação dos Servidores do IBRAM e Metropolitano Graziela Baggio, Aerus. Também utilizou da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente em Exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 17/03/2014

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, para debater a preservação da Floresta Nacional de Brasília, criada em 10 de junho de 1999, em atendimento ao Requerimento nº 78, de 2013, de minha autoria.

Antes de iniciarmos, informo que a Srª Adriana Ramos, Secretária Executiva do Instituto Socioambiental, convidada, enviou correspondência à Comissão, comunicando que não participará deste evento devido a compromissos assumidos anteriormente.

Convido para compor a Mesa o Sr. Roberto Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Convido o Sr. Marco Aurélio Bezerra da Rocha, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-DF). (*Pausa.*)

O Sr. Marco Aurélio ainda não chegou. (*Pausa.*)

Estamos aguardando também o Sr. Nilton Reis Batista Júnior, Presidente do Ibram.

Convido o Sr. Paulo José Leite Farias, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; o Sr. Jorge Artur Oliveira, representante dos moradores; a Srª Rosany Cristina Jakubowski de Carvalho Carneiro, Presidente da Associação dos Produtores e Protetores da Bacia do Descoberto (Pró-Descoberto).

Registro aqui, com muita satisfação, a presença entre nós do Sr. Messias, Administrador de Brasília, um grande companheiro, um grande amigo. É uma alegria muito grande, uma honra tê-lo aqui, Messias.

Também quero registrar a presença do amigo Moisés Marques, que é Diretor de Regularização de Imóveis Rurais da Terracap. É uma alegria tê-lo aqui.

Também registro a presença do Sr. Fernando Carlos, Presidente do Lions Clube de Brasília Metropolitano, também do Sr. Irair Luiz Almada Junior, Tesoureiro, e do Sr. Lucas Zacarias de Azevedo, membro.

O Sr. Nilton Reis Batista, Presidente do Ibram, já está presente. Convido-o para compor a Mesa. (*Pausa.*)

Bom dia a todos!

Eu quero agradecer a todos os presentes, em especial à Comunidade dos Moradores de Brazlândia, da região da Flona.

Neste momento, outros representantes de comunidades estão se deslocando para o Senado Federal para acompanhar esta audiência pública, mas que ainda não chegaram tendo em vista – sabemos disso também – os problemas graves de mobilidade urbana por que passa o Distrito Federal, o que dificulta o deslocamento dessas pessoas até aqui. Há pouco, recebia relatos da dificuldade no trajeto Brazlândia-Brasília em função dos grandes engarrafamentos.

Quero agradecer de forma muito especial ao ICMBio, ao Ibram, ao Ministério Público e aos representantes de comunidades pela participação.

Entendemos necessário esse debate sobre a Floresta Nacional, porque temos acompanhado, temos visitado e visto inúmeros problemas. Sabemos da importância da Floresta Nacional, do que representou a sua criação, em 1999, quando tínhamos um processo forte de grilagem de terras públicas no Distrito Federal, que levou o então Presidente Fernando Henrique Cardoso a criar a Flona, com quatro áreas, com o objetivo de conter a grilagem de terras públicas, especialmente em áreas extremamente importantes para o abastecimento de água no Distrito Federal.

Em algumas áreas da Flona já existiam assentamentos feitos pelo próprio Governo do Distrito Federal – nós temos chácaras nessas áreas há dezenas de anos, algumas até anteriores à própria criação de Brasília –, mas o fato é que temos recebido denúncias de diversas invasões em áreas da Flona. Acompanhei um conjunto de moradores algumas vezes em visita ao ICMBio, onde realizamos reuniões com o seu Presidente, Roberto Vizentin, que muito nos honra com a sua presença, que nos relatou que o ICMBio estava desenvolvendo estudos no sentido de reconfigurar as unidades de conservação no Distrito Federal, por entender que algumas áreas já não se caracterizavam mais como entorno e outras, de grande valor ambiental, não estavam adequadamente protegidas. Nós estamos muitos curiosos, mas não sei se ele terá oportunidade de mostrar esses estudos hoje, mas o fato é que, efetivamente, essa reconfiguração precisa ser feita.

Nós temos, por exemplo, no Acampamento 26 de Setembro, que está na Bacia do Paranoá, um assentamento feito no governo Cristovam, e que depois sofreu um parcelamento ainda maior, onde há uma ocupação grande ali. O fato é que o Governo do Distrito Federal não faz a infraestrutura necessária, os investimentos necessários para garantir uma infraestrutura adequada para uma boa qualidade de vida da população, porque está impedido pela Justiça, está impedido por ações do Ministério Público, em função de ali estar configurada como área de Floresta Nacional. Isso leva ao impasse e, segundo nosso entendimento, acaba criando ainda impactos ambientais negativos mais graves porque tem processo de erosão, de assoreamento.

Então, é com esse objetivo de contribuir – como sabemos que qualquer solução que altere limites da Floresta Nacional ou que reconfigure as áreas das unidades de conservação do Distrito Federal e as amplie terão que passar pelo Congresso Nacional – e com os ânimos absolutamente desarmados é que queremos buscar a melhor solução para o Distrito Federal, para garantir às futuras gerações boa qualidade de vida no Distrito Federal, garantindo as unidades de conservação, mas ao mesmo tempo, dando tranquilidade e segurança jurídica às pessoas que moram nessa região, aos agricultores que trabalham, para que possam, se for possível, conviver de forma adequada com os pressupostos de preservação dessas áreas, com o objetivo de construir uma solução consensual entre Governo Federal, Governo do Distrito Federal, os órgãos ambientais e os chacareiros que residem naquela região, e conter o processo de invasão e o processo de parcelamento ilegal que, hoje, existe, acontece em diversas áreas da Floresta Nacional, é com esse objetivo que estamos fazendo esta audiência pública.

Apenas para informação daqueles que nos ouvem ou nos assistem pela TV Senado, a Floresta Nacional de Brasília foi criada pelo Decreto S/N, de 10 de junho de 1999, com o objetivo de constituir um cinturão verde que assegurasse a preservação dos mananciais e do Parque Nacional de Brasília.

É uma área com cobertura florestal de espécies usadas em reflorestamentos comerciais, predominando eucaliptos e pínus, além de áreas com cobertura nativa do Cerrado. Tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas, conforme define a Lei 9.985, de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Possui 9.346 hectares, divididos em quatro áreas: duas localizadas na Região Administrativa de Taguatinga – RA III, e duas na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV.

A primeira área da Flona 1, Taguatinga, possui 3.353ha e, envolvendo o Ribeirão das Pedras, localiza-se entre o Córrego Currais, BR-070 e DF-001. No local, ocorrem reflorestamentos com algumas variedades de eucaliptos e de pínus, além de fitofisionomias de Cerrado em área de preservação permanente envolvendo as nascentes dos Córregos Currais e Pedras.

A Área 2, chamada Flona 2, em Taguatinga, tem 996,48ha e está localizada entre a DF-001 e os Córregos Cana do Reino, Cabeceira do Valo e Poço D'Água. Encontra-se tomada por um assentamento denominado 26 de Setembro, mesmo nome dado à associação de moradores que os representa.

A Flona 3, em Brazlândia, tem 3.071ha e está localizada entre a DF-180, em frente a Brazlândia, e o Rio Descoberto, por meio do qual faz limite com o Estado de Goiás. É dividida em talhões, com chácaras regularizadas, na parte conhecida como Capãozinho, e com o que o Governo considera como invasões, na parte sul, conhecida como Maranata. Lembro que o Maranata foi um assentamento também feito pelo Governo, ainda no governo Cristovam.

Brazlândia, Flona 4, possui 1.925ha e está situada entre a DF-435 e a DF-415, envolvendo os Córregos Capão da Onça, Barrocão, Jatobá e Guariroba. Representa a segunda área mais conservada da Flona, depois da Área 1.

Segundo informações – esses dados foram enviados pela Secretaria de Governo do Distrito Federal –, as ocupações anteriores à criação da Flona, em 1996: assentamento 26 de Setembro, com 137 famílias à época, e Área 3, Capãozinho II, Maranata, Córrego Cortado e Córrego Zé Pires, cerca de 200 famílias.

Segundo, ainda, a Secretaria de Governo do GDF, acampamentos localizados nas Flonas: Acampamento 26 de Setembro, com 600 famílias; Acampamento Maranata, com 180 famílias; Acampamento Terra Santa, com 40 famílias; Acampamento Fazenda Lages e Rodeador, com 490 famílias; Acampamento Deus é Nossa Força III, 32 famílias; e Acampamento Deus é Nossa Força IV, com 32 famílias.

Segundo, ainda, informações da Secretaria de Governo, a Terracap não concluiu o processo de transferência das áreas previsto no decreto presidencial de criação da Flona e há indícios de forte processo de grilagem de terras e constituição de lotes urbanos nas Flonas 2 e 4.

Eu quero, aqui, mais uma vez registrar a presença da Rosany – não sei se o fiz inicialmente –, do Rio Descoberto, uma lutadora em defesa das águas do Descoberto, da qualidade das águas daquela região tão importante para o abastecimento do Distrito Federal.

Portanto, nós vamos iniciar ouvindo os representantes do Governo: o Dr. Roberto Vizentin, Presidente do Ibram, depois, o Nilton, representando o GDF. Em seguida, vamos ouvir o Ministério Público para, depois, ouvir os representantes da comunidade. Quem quiser participar desta audiência pública pode enviar perguntas e sugestões para o Alô Senado pelo telefone 0800-612211. Repetindo: quem quiser participar pode encaminhar perguntas para o Alô Senado através do telefone 0800-612211.

Eu peço aos representantes de entidades e associações de órgãos públicos aqui presentes que procurem a Secretaria da Comissão para que, ao longo da audiência pública, possamos apresentar todos os que muito nos honram com suas presenças.

Com a palavra, o Dr. Roberto Vizentin.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Bom dia, Senador Rodrigo. Bom dia a todos e a todas.

Eu queria agradecer o convite que o senhor nos faz e expressar aqui uma saudação coletiva aos que vieram participar desta audiência, os nossos colegas de Mesa.

Eu queria sugerir, Senador, que, primeiro, antes de mais nada, observar que... Antes da observação ainda, apresentar aos senhores o chefe da Floresta Nacional de Brasília, o Robinson, que está conosco aqui; também o Bernardo Issa, que é o nosso coordenador do Núcleo de Gestão Integrada das Unidades de Conservação do Distrito Federal. Está aqui, também, o nosso colega, que é o chefe da APA, do Planalto Central, e o Klebson, que opera nos aspectos da regularização fundiária dessas entornos. De tal maneira que são parte aqui da nossa audiência e vão participar do nosso debate na medida em que for necessário e oportuno algum esclarecimento.

Eu estava iniciando com uma observação de que o Senador, como de costume, sempre preocupado com a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, denomina esta audiência ou dá o foco a esta audiência voltado para a preservação da floresta nacional de Brasília. Esse que é o título da audiência, não é? Isso denota e indica, com clareza, a responsabilidade que tenho comigo e que reveste cada um de nós que estamos aqui, especialmente a Comissão de Meio Ambiente, do Senado, particularmente nesse caso representada pelo Senador Rodrigo, que, mais do que ninguém, sabe da importância da conservação para a Capital Federal, para o Distrito Federal. Todo o movimento em relação aos aspectos fundamentos do Distrito Federal tem que ser feito justamente com este caráter, de entender por que essas s foram criadas, qual a finalidade, o papel que elas têm e, sobretudo, a importância de preservar essas áreas e também – o próprio Senador adiantou aqui ao fazer o seu pronunciamento inicial – percebemos que temos áreas naturais ainda no Distrito Federal e no entorno que têm um papel igualmente importante para conservar os recursos naturais sem os quais o Distrito Federal e o seu entorno não poderão se desenvolver de forma sustentável, sobretudo considerando o médio e o longo prazo.

Nós temos uma apresentação, Senador, mas eu vou pedir ao Bernardo que ajude a posicionar apenas no mapa que situa – por favor, Bernardo – a localização geográfica da Flona para percebermos o que é que

levou exatamente à criação da Flona, que está presente no seu decreto. Aquela que situa, Bernardo, por favor, em relação...

Aqui, só para os senhores terem uma ideia, o conjunto das unidades de conservação que estão a cargo do ICMBio. Nós temos ainda, e seria importante que colocássemos no mapa, as unidades de conservação que estão sob a responsabilidade do Distrito Federal, do Ibram, Secretaria de Meio Ambiente, mas para os senhores verem que o núcleo do Distrito Federal e o seu entorno estão realmente contidos por essa unidade de conservação.

Por favor, Bernardo, eu queria que você pudesse chegar àquela... Aqui.

Então, uma das principais finalidades da criação da Flona – e aqui eu estou entendendo que nós estamos dialogando com pessoas que conhecem historicamente essa realidade toda, são moradores ou ocupam esses pré-assentamentos ou essas unidades de conservação, ou são autoridades que estão aqui, lideranças, então, não preciso de muitas delongas –, os senhores veem, é que elas estão delimitadas justamente nas nascentes dos principais mananciais responsáveis pela formação dos reservatórios de água que abastecem a Capital Federal.

Além disso, está contido também no próprio decreto que elas foram propostas, como já dito, para ordenar ou para ser um instrumento de ordenamento, porque a criação em si dessa Floresta Nacional por si só não garante isso, mas facilita que se ordene o processo de expansão e ocupação do solo.

Acho que todos nós sabemos aqui, também não carece de mais detalhes, que talvez um dos maiores desafios, que se constitui também um problema para o crescimento e desenvolvimento do Distrito Federal, é sua questão fundiária propriamente dita, associada à expansão urbana, pela intensidade demográfica, que impõe essa situação crítica de difícil enfrentamento em que nós temos uma necessidade de crescimento, de expansão e pouca terra, não só do ponto de vista urbano, mas rural também.

Todos sabem que os movimentos sociais associados à luta pela terra, por exemplo, são responsáveis, aqui no Distrito Federal, por representar os interesses de milhares de famílias. Só de acampamentos dos diferentes movimentos, pelo que me consta, são aproximadamente trinta, Senadores, considerando o Distrito Federal e seu entorno imediato. Imaginem: trinta acampamentos de famílias lutando por um pedaço de terra, o que se soma à saturação do espaço urbano, portanto, configura uma situação de pressão permanente sobre o meio ambiente, os recursos, o que sobrou da cobertura florestal do Cerrado, da sua biodiversidade, e especialmente sobre a questão dos recursos hídricos.

Eu sei que o GDF tem estudos, está fazendo seu Zoneamento Ecológico Econômico, a Codeplan fez também o seu – talvez o Nilton não possa apresentar hoje. Mas é muito importante que a gente faça um debate aberto. Acho que aqui também, seguramente o Senador está sempre preocupado com isso, fazendo essa discussão com a população de Brasília, os desafios estão colocados em relação à questão da água.

Então, veja, com relação à situação dessa Flona, ela já foi criada numa realidade em que havia pré-assentamentos, pelo menos no caso do Maranata e do 26 de Setembro, que foram ações oficiais que partiram do Poder Público. E desde o momento em que a Flona foi criada, não houve uma continuidade no sentido de, de duas uma: ou reconhecer esses assentamentos e compatibilizar no plano de manejo a permanência deles, embora isso implicasse certa contradição com a própria legislação, porque uma Flona, em determinada circunstância, pode compatibilizar assentamentos humanos, mas, geralmente, em casos de populações tradicionais, que não seria o caso aqui, pois a lei deveria ter feito essa previsão talvez; ou, não fosse isso, o Poder Público deveria apresentar uma proposta de reassentamento dessas famílias. Não aconteceu nem uma coisa nem outra e os problemas só foram se agravando, porque, além da precariedade desses pré-assentamentos que não puderam ser consolidados, todos nós sabemos, não vamos aqui tapar o sol com a peneira, que aconteceram outros movimentos de ocupação dessas áreas, de maneira que nós estamos focando aqui nas quatro porções da Flona, mas a situação também atinge outras do entorno a cargo do Governo Federal e também do Governo distrital. Então, a situação é desafiadora mesmo.

O Senador fez referência aqui a que nós estaríamos discutindo, tratando, estudando uma maneira de enfrentar esse problema, e estamos mesmo. Mas nós teremos que fazê-lo, e por isso que eu queria registrar aqui a importância dessa audiência pública, através de um método, de uma forma diferente do que tradicionalmente muitas vezes é utilizado, em que o Poder Público chega e cria uma determinada unidade de conservação, muitas vezes sem o necessário debate, sem a discussão e o envolvimento da população.

Nesse caso particular do Distrito Federal, isso que é o mais importante, como temos uma série de pressões... Eu sei que quem veio aqui, sobretudo os moradores do Maranata e do 26 de Setembro, além de outras ocupações, quer discutir centralmente a situação da Flona, e é por isso que a audiência foi chamada da Flona, mas é necessário compreender também que, do ponto de vista dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental, para cuidar das condições de vida, do bem-estar da população, não só de quem está dentro da Flona e das outras áreas, mas da população como um todo, temos que ter um olhar mais amplo. Não vamos enfrentar o

problema radicalmente, ou seja, ir à raiz dele, se o nosso olhar se prender simplesmente dentro dessas quatro áreas, que, na verdade, correspondem a uma única unidade, que é a Floresta Nacional de Brasília.

Então, isso que o Instituto Chico Mendes está fazendo... Vou numa linha conclusiva neste primeiro momento, para depois fazer o debate, porque há muita gente para falar. São duas coisas. Primeiro, e o mais importante, a gente fala isso aqui numa audiência pública no Senado, na imprensa, nas audiências que houver, associadas à discussão do plano de manejo da Flona: nós estamos reconhecendo que temos um problema e que tem que ser enfrentado. Não dá mais para deixar do jeito que está. Não se pode fazer uma intervenção dentro da área, a maioria das habitações é precária, com problema sério, inclusive de segurança pública em relação à energia; há áreas que, por incrível que pareça, dentro da Capital Federal, praticamente ficam isoladas em determinadas épocas porque não dá para fazer uma melhoria no acesso, e por aí vai.

Por outro lado, trata-se de uma realidade dentro de uma unidade de conservação em que a legislação não permite que nós, sendo responsáveis, os gestores, façamos essas autorizações reivindicadas permanentemente. E a gente fica com essa contradição, porque, com uma responsabilidade perante a legislação e, ao mesmo tempo, com a sensibilidade social e a obrigação de contribuir para resolver isso... Porque como pode haver essas gambiarras, por exemplo, só para falar da questão elétrica, que podem provocar um acidente a qualquer momento, com consequências trágicas e indesejáveis para todo mundo?

Então, chega de tapar o sol com a peneira, como eu digo. Temos que enfrentar isso, e o melhor lugar é aqui mesmo, por ser o Congresso Nacional, e qualquer mudança disso implica num projeto de lei que altere a configuração da Flona, e nós entendemos que isso pode ser encarado de forma mais ampla, incluindo as outras unidades de conservação que têm problemas semelhantes, e aí tem que passar pelo Congresso. Mesmo que a Ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, e o Governador Agnelo, do Distrito Federal, resolvessem baixar um decreto mudando isso, eles não poderiam fazê-lo, porque a lei estabelece que a alteração dos limites, recategorização, desafetação, toda essa intervenção, uma vez criada a unidade de conservação, implica uma lei do Congresso Nacional, então está muito correto o Senador ao nos chamar aqui. Esta é a primeira coisa, então, do Instituto Chico Mendes: reconhecer. Nós estamos trabalhando, conhecendo, interpretando a situação, preocupadíssimos porque, ao invés de melhorar, a situação está piorando.

O Ministério Público... está presente também aqui à mesa? Não? Está? Vai intervir aqui. O Ministério Público, no seu legítimo papel, nos aciona permanentemente para intervir, inclusive ajuizando ações para desintrusar as unidades de conservação em defesa do conjunto da população, não só... Em momento algum o Ministério Público está pedindo para a gente chegar lá e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO VIZENTIN – ...tirar à força as pessoas, mas quer uma solução.

Então, essa é a primeira questão: reconhecer, entender e trabalhar para resolver isso.

A segunda, para concluir que, em vez de apresentarmos uma proposta simplesmente, do Instituto Chico Mendes, iniciamos, Senador, uma discussão com o GDF, que também tem uma compreensão, uma visão de como enfrentar isso. E a organização dos habitantes não só dos pré-assentamentos, mas dos representados aqui pelo nosso companheiro Jorge Artur, outras lideranças e associações, compondo realmente a organização da população, também têm uma visão de como poderíamos enfrentar isso. Assim, é possível que cheguemos, o Governo Federal, com a participação do Instituto Chico Mendes, o Governo distrital juntamente com o Ibram e a Sema, com interlocução das organizações das associações, dos movimentos, e com a mediação do Senado, com a participação direta do Ministério Público Federal, de uma vez por todas, a uma proposta em que ganhe a conservação, porque estaríamos reconhecendo que há algumas áreas que já não cumprem mais o papel para o qual foi criada. Assim também ampliaríamos inclusive a proteção de mananciais em linha com o que prevê e propõe o zoneamento ecológico e o plano de ordenamento territorial do GDF.

Seriam estes os dois instrumentos de planejamento: de um lado, o Zoneamento Ecológico Econômico, que já dá base para o PDOT.

Há um sistema, o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), que envolve a participação direta do Governo Federal e dos Estados, no caso, o do Distrito Federal, e poderíamos ter um salto de qualidade, ganhando na proteção ambiental, diminuindo os conflitos sociais e canalizando ações concretas, no caso desses pré-assentamentos, que são rurais, não são urbanos – não implicam parcelamento urbano da terra – para uma gestão do uso da terra e dos recursos naturais em linha com a proteção dos mananciais e da biodiversidade.

Então, nossa proposta concreta é esta: nós nos colocamos à sua disposição, acompanhamos sua iniciativa de integrar os órgãos responsáveis e, num processo transparente, com a mediação de todas as partes, especialmente do Ministério Público, nós trabalharemos naquilo que poderia ser uma força-tarefa, uma comissão de trabalho para apresentar uma proposta integral, que resolva o problema da Flona e das demais unidades de con-

servação do Distrito Federal em benefício da conservação, da preservação, da qualidade de vida e também dos aspectos associados à moradia e às reivindicações da terra, apresentadas por quem está nesta audiência hoje.

Quero agradecer inicialmente pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Sr. Roberto, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Agradeço mais uma vez a todos que nos honram com suas presenças, mais alguns interessados chegaram.

Passo a palavra ao Sr. Nilton Reis Batista Júnior, Presidente do Ibram.

O SR. NILTON REIS BATISTA JÚNIOR – Bom dia a todos, bom dia ao nosso Senador, cumprimento os demais colegas da mesa e informo que temos aqui vários colegas do Governo do Distrito Federal, tanto servidores do Ibram, da Secretaria de Agricultura e da Caesb. Olhando a plateia, muitos colegas que estão hoje na audiência já participaram dessa discussão conosco no próprio Governo do Distrito Federal. Então, existe, sim, um grupo, como foi falado pelo Presidente do ICMBio, de pessoas estudando, tanto no ICMBio como no Governo do Distrito Federal.

Já houve, vamos dizer assim, manifestações dos próprios moradores, que sinalizam soluções, e a verdade é a seguinte: qualquer, vamos dizer assim...Temos uma floresta nacional cuja desafetação, apenas simples, não resolve a nossa questão, porque temos que ter lá uma precaução, já que se trata de uma área relevante para a questão. Temos todo o corpo hídrico e toda a precaução que temos que ter. Porém, podemos flexibilizar, estudar uma forma... Hoje, estamos aqui no Senado, com a ajuda do nosso Senador, construindo uma solução. Internamente, nós estamos bem adiantados. Só o reconhecimento do ICMBio, essa visão, a sensibilidade do ICMBio, junto com o Governo do Distrito Federal, da necessidade de uma solução para essa questão é uma evolução muito grande nesse processo.

Agora temos que dar novos passos. Novos passos podem ser uma nova categoria para essa Flona e também ganharmos área ambiental em outra área de preservação, também importando, vendo o nosso espaço como um todo, uma visão maior. Assim teremos instrumentos. Não dá para ficar com essa ansiedade da comunidade. Não está na zona de conforto ninguém. Não estão na zona de conforto nem os administradores públicos, sejam do ICMBio, seja do Governo do Distrito Federal – porque sabem das suas limitações dentro da lei – nem os moradores. Então temos que transformar essas vontades em uma força-tarefa entre os órgãos responsáveis, tanto do Governo do Distrito Federal como do Governo Federal, e apresentar soluções. Sabemos da importância dessa área e, mais do que nós, gestores, o morador da região sabe e colabora na preservação do meio ambiente ali colocado.

Agora, a realidade sobrepõe ao que hoje temos de regramento jurídico. Então, eu acho que o caminho é a gente tentar o mais rápido possível apresentar uma proposta em conjunto – tanto o Governo do Distrito Federal como o ICMBio – que transforme essa preocupação ambiental, que é necessária, em uma categoria menos restritiva, que possa contemplar os anseios tanto da área ambiental como dos moradores. Que a gente busque uma visão maior, como o Presidente do ICMBio disse, do todo. A gente sabe que pode evoluir. Uma questão que hoje é negativa pode se tornar em algo superimportante na área ambiental para o Distrito Federal, uma coisa positiva. Isso só é possível com trabalho e conversa.

Quero parabenizar o Presidente da ICMBio pela visão que ele tem. Ele foi o primeiro a conversar conosco e fomentar essa conversa. Foi o Presidente do ICMBio que, em reunião com o Secretário Eduardo Brandão, o Secretário Magela, abiu esse diálogo conosco de uma construção... Então a gente já vem conversando sobre isso.

Agora, é tentar acelerar esse processo, porque nós temos uma situação, como já foi falado, em que se corre perigo até de perder quem está preservando. Cada dia, há processos que temos que conter até de invasão dessas áreas por pessoas que não estão com o mesmo sentimento nosso, de uma produção sustentável. A categoria que hoje se apresenta, a unidade, é incompatível com essa questão. Agora de que forma se faz uma recategorização e se pode até ganhar ambientalmente aqui no DF? Com essa parceria entre Governo distrital e Governo Federal, lembrando, como o Presidente Vizentin falou, que isso também passa por este Congresso, que tem importância nesse processo, que é fundamental; sem ele, não vamos conseguir uma solução.

Inicialmente, Senador, o Governo do Distrito Federal está com um grupo de trabalho interno, formado pela Caesb, pela Seagri, que é a nossa Secretária de Agricultura, e outros entes, inclusive o Ibram, trabalhando com a proposta. Já conversamos também com o ICMBio e eu acho que, se a gente pegar isso como meta, a gente consegue sim o mais rápido... Está muito mais próxima uma solução do que antes. Só a nova visão, o esforço do ICMBio de nos ajudar em uma solução, bem como a determinação do Governo de fazer, já é um caminho a que a gente tem que dar mais velocidade, porque todas essas pessoas que estão aqui estão ansiosas. Mais ansioso está o Governo do Distrito Federal e principalmente o Instituto Brasília Ambiental em encontrar uma solução que resolva um problema socioambiental. Não é só ambiental. Há pessoas envolvidas e toda a importância desse diálogo entre todos esses entes. Uma solução boa tem que ser feita em conjunto para esse caso.

Então, essas são as palavras iniciais, mas já existem muitas sinalizações que, no decorrer dos debates, a gente vai, além do que já estamos pensando como objetivo desta audiência, colher mais informações dos interessados para a construção de uma solução.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Nilton, Presidente do Ibram.

Registro aqui a presença da Maria do Carmo, representando a Fetraf do Distrito Federal e entorno. É uma alegria tê-la aqui.

Registro também a presença do Sr. Maurício Ludovice, servidor da Caesb.

E vamos ouvir agora o Sr. Marco Aurélio da Rocha, Superintendente do Incra no Distrito Federal.

O SR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA – Bom dia a todos.

Inicialmente, quero cumprimentar a Mesa através do Senador Rodrigo Rollemberg, que é um lutador incansável na busca da solução dessa questão de regularização daquelas áreas ali, incluindo Picag.

O que ocorre? Hoje, nós temos criado um grupo de trabalho envolvendo Terracap – Moisés –, ICMBio e, nas questões ambientais também o Ibram e estamos tratando da questão da regularização fundiária nessas questões. E nas áreas sensíveis, o Incra já está providenciando áreas no entorno, fora do Distrito Federal para a gente atender à alta demanda que foi criada aqui em relação à agricultura familiar.

Então, nós conseguimos desapropriar áreas em Formosa. Já estamos migrando algumas famílias; migramos no final do ano em torno de 300 famílias ligadas a vários movimentos sociais para Flores de Goiás. E estamos com intuito de tentar resolver esse passivo social e ambiental.

A gente tem toda essa preocupação nessa questão da regularização no Distrito Federal. Rosany nos cobra também uma ação mais efetiva na questão daquelas áreas próximas à Brazlândia. Então, Senador, estamos já com esse grupo criado; o CP da nossa área de cartografia veio para me acompanhar nesta audiência, juntamente porque nós já estamos discutindo em cima daquelas reuniões das quais o senhor participou na SR cobrando algumas ações mais emergentes do Incra. Estamos trabalhando toda essa questão de regularização envolvendo, inclusive, o Ministério Público. O Betinho foi regularizado em relação aos trabalhos que fizemos junto com a Ana Paula Mantovani, que é a promotora de justiça. E em todos os trabalhos que estamos fazendo, estamos tendo essas audiências justamente para otimizar os trabalhos e buscar a regularização.

Ressalto que essas áreas sensíveis em que a gente já tem consciência de que não podemos assentar famílias, nós já tomamos essa providência.

Outra situação que nós estamos tratando em nível de diretoria do Incra é a questão da regularização das áreas do Picag. Há várias áreas ali em que as pessoas já ocupam há mais de dez anos. O Artur acompanha algumas ações lá com o Incra. Nessa nova tratativa de resolver, estamos pegando o que foi executado pelo Terra Legal em nível Brasil e estamos trazendo isso para a Superintendência para darmos uma agilidade maior nessas regularizações.

É um prazer estar aqui nesta audiência.

Acho que a preocupação é de todos aqui, justamente porque somos de Brasília mesmo e temos essa preocupação em relação à água e também na questão social envolvendo essas famílias. Acho que é uma preocupação de todos.

Estamos aqui para auxiliar no que for preciso e prestar as informações necessárias.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Marco Aurélio, Superintendente do Incra.

Vamos ouvir agora o Dr. Paulo José Leite Farias, que é promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O SR. PAULO JOSÉ LEITE FARIAS – É um prazer estar aqui. Acredito que podemos tirar bons frutos desta audiência pública.

Congratulo-me com o Senador Rollemberg por suas preocupações constantes com os aspectos sociais e ambientais.

Não vou procurar repetir o que já foi dito, mas vou procurar destacar alguns aspectos. Na função de promotor de justiça, tenho a tarefa de esclarecer alguns aspectos legais. É isso que eu pretendo fazer neste momento.

Nossa apresentação, basicamente, é dividida na noção do que é Unidade de Conservação; o que é uma floresta nacional; quais são as características da floresta Nacional de Brasília; a atuação mais ampla do Ministério na preservação, mais especificamente do Ministério Público do DF; e os desafios. Eu vou me concentrar na questão dos desafios.

Rapidamente, lembro que a unidade de conservação é um espaço criado – o Senador leu aqui no início da audiência – para atingir determinados propósitos. Notadamente, nesse local, nós temos a preocupação com a questão dos recursos hídricos. Talvez, dentre todas as existentes, seja a mais importante. Nós sabemos que Brasília é uma região de escassez hídrica. O número de pessoas em relação à disponibilidade de metros cúbicos habitante/ano é semelhante a Pernambuco, semelhante a regiões do Nordeste. Esse é um aspecto relevante.

Já foi comentado aqui e é bom lembrar que podem se criadas unidades de conservação por atos infralegais. Decreto pode criar uma unidade de conservação. Agora, a alteração, a modificação, a supressão só podem ser feitas por meio de lei. Nesse sentido, estamos no local correto. Não podíamos fazer esta discussão na Câmara Legislativa do Distrito Federal, uma vez que se trata de unidade de conservação federal. Só por meio de lei federal poderá haver eventual modificação, alteração.

Lembro que, como foi comentado aqui, existem vários tipos de unidade de conservação. Aqui, no DF, é muito comum falar das APAs. As APAs são semelhantes, num certo aspecto, à floresta nacional, no que se refere às inúmeras possibilidades de atuação do homem na área. Mas não é a mesma coisa a floresta nacional. Por exemplo, diferente da APA, indica expressamente a necessidade de não haver assentamentos, a menos que sejam de população tradicional.

É bom lembrar que o Ministério Público vem acompanhando essa questão desde o início. O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Distrito Federal firmaram um TAC em 4 de maio de 1998. Foi esse TAC que, depois, deu origem ao decreto, com base também, é lógico, na visão política dos governantes. Mas esse TAC deu noção da necessidade de proteção daquela área. Isso é bom lembrar. É uma área de domínio público.

Nesse sentido, fica aqui outro aspecto. Toda unidade de conservação tem que estabelecer o Plano de Manejo. O Plano de Manejo é a alma da unidade de conservação, é ele que diz que a Flona 1 pode ter uma atividade voltada para reflorestamento, que a Flona 2 vai ser mais preservada porque está próxima do parque nacional. Também tem que manter uma noção de atuação mais preservacionista e menos conservacionista, e assim por diante.

Fomos informados de que está em processo, ainda, a elaboração do Plano de Manejo da área. Sem Plano de Manejo, não existe unidade de conservação efetivamente. Existe ela no âmbito formal, mas no âmbito material, no âmbito da realidade, não existe. Então, esse é um dos desafios.

Expressamente, eu coloco aqui o art. 42 da Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que diz: "Populações tradicionais residentes em entorno nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público."

Nesse sentido, adianto também que a resolução desse problema não passa só pelo Poder Legislativo, mas passa também pelo Poder Judiciário. Já há decisões, no âmbito da Justiça Federal, promovidas por ação do Ministério Público Federal, no sentido da retirada de parte das pessoas que se encontram lá.

Aqui, a estrutura da Flona, que já foi comentada e não vamos repetir.

Vamos falar um pouquinho da atuação do Ministério Público, mais especificamente da atuação do Ministério Público do Distrito Federal, na preservação da Flona.

O Ministério Público do DF tem a característica de ser o Ministério Público responsável pela ocupação do solo e, consequentemente, num primeiro plano, pela questão do combate ao parcelamento. Infelizmente, aquela é uma área com bastante parcelamento. O Ministério Público vem notando que o DF está voltando a ter uma pressão de parcelamento muito grande, pressão essa que tinha arrefecido a cerca de quatro anos atrás. Ela vem crescendo e isso preocupa bastante, tendo em vista que como comentamos, a questão da população/metro cúbico é matemática. Quanto mais aumenta a população, diminui a disponibilidade hídrica no DF.

Exemplo de responsabilização penal. Nesse sentido, muitas vezes das ocupações que ocorrem, de parcelamento, no âmbito do processo penal exige-se que se recomponha a área e muitas vezes que se plante em áreas vizinhas, onde? Na Flona. Então, a Flona é um local que o Ministério Público tem usado para as compensações ambientais de forma preferencial. Nesse sentido, teve uma usina de lixo, de resíduos hospitalares, em Ceilândia, em que foi feito um TAC no sentido de que além de consertar os problemas ali existentes houvesse plantação naquela região.

Também cabe ao Ministério Público fiscalizar a responsabilização administrativa dos agentes, notadamente Agefis, Terracap e Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal no que se refere à retirada e a evitar novas ocupações.

À Terracap especificamente – assim como no Parque Nacional – se refere a questão da transferência do domínio, porque se fez no papel uma unidade de conservação federal, mas não se regularizou até o momento a questão da transferência das áreas do DF para as áreas da União. Então, nesse contexto, nessa rediscussão, é bom lembrar isso. Se vai continuar sendo uma unidade de conservação federal, o domínio, por ser público e

definido para floresta nacional, tem que estar regularizado, ou seja, o DF, através da Terracap – uma parte da área é da Terracap – tem que transferir os terrenos para a União.

Nossa integração e cooperação com o MPF. Lembrar que por se tratar de uma unidade de conservação federal, no que se refere aos aspectos ambientais cabe ao Ministério Público Federal, que sempre atua junto com o MPDFT. Mas cabe a ele em primeiro plano tratar dessas questões.

E os desafios à preservação? Colocada já aqui a transferência de domínio, prevista no Decreto de 1999 e até hoje não feita. Começa o decreto exatamente falando da doação da Terracap para a União. Esse é o início desse decreto, que além de definir a poligonal, ou seja, a área da Flona 1, 2, a Flona 3 e 4, respectivamente Taguatinga as duas primeiras e Brazlândia as duas últimas, estabelece essa necessidade de doação. Isso não foi feito.

Elaboração e implementação do plano de manejo.

Conversei com o Robson, que me disse que está caminhando, mas ainda não está feita a necessidade desse plano de manejo.

Maior fiscalização das áreas próximas. Observem, principalmente aqui moradores! São moradores rurais e eventualmente moradores com intenções urbanas na área. Quanto mais pessoas ocuparem, menor chance de resolver problema.

Sei, inclusive, que na parte referente a Brazlândia há muitos moradores rurais, proprietários rurais com uma noção ambiental. A UnB já fez vários projetos naquela região, inclusive de salvar as nascentes ali existentes com participação da população. O Ministério Público sabe disso. Mas, observem, vocês também são fiscais do problema que vocês têm. Esse problema não pode aumentar, sob pena de dificuldade maior ainda para ser resolvido.

Finalmente, o uso da área para educação ambiental. Está previsto esse sentido. A área é uma área para conscientização. Nesse aspecto, a visão de que o meio ambiente não é algo meu, não é algo da Comissão do Senado, não é algo dos moradores daquela região, mas é algo de todos, é relevante e importante para tratar dessa questão.

Basicamente, gostaria de colocar essas palavras e de ficar à disposição para qualquer indagação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado.

Agradeço as palavras do Promotor de Justiça, Paulo José. Registro com muita alegria a presença, aqui entre nós, da Deputada Federal Erika Kokay.

E vamos agora ouvir o Sr. Jorge Artur representando a comunidade.

Enquanto se ajeitam, eu gostaria de registrar a presença do Luiz Cláudio, Presidente da Associação dos Produtores Rurais Maranata-Brazlândia; Giovani Nonato, Presidente da Associação do Capãozinho; Fábio Harada, Representante da Administração Regional de Brazlândia; Elton Ferreira, Representante da Associação 26 de Setembro; João de Aquino Vieira, Presidente da Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar; Edmilton Gomes, Presidente da Associação dos Moradores do Assentamento 26 de Setembro, muito nos honram com as suas presenças.

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador Rollemberg. Bom dia a todos. Quero saudar todos da Mesa, os companheiros da plateia, e dizer que nós estamos em uma região extremamente importante, extremamente frágil, e que toda essa situação não começa agora; vem lá da criação de Brasília.

O que eu pretendo fazer aqui é um pequeno histórico, obviamente com algumas lacunas, e demonstrar como as coisas foram pensadas e como estão distantes os pensamentos e os planejamentos públicos da vida real do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Deixe-me só dar uma informação. Desculpe-me, Jorge Artur.

É só para avisar que há várias pessoas, um grupo grande de pessoas, que vieram assistir à audiência pública, que não cabem mais na sala. Nós estamos colocando um telão no Plenário nº 7 para que essas pessoas possam assistir de lá a nossa audiência pública. Desculpe-me, Jorge Artur.

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Tudo bem.

Bom, então, na criação de Brasília, em 1960, antes de se criar Brasília, existiam dois aglomerados populacionais – Planaltina e Brazlândia – em torno dos quais se desenvolviam e ainda se desenvolvem atividades agropecuárias intensas.

Quando se criou Brasília, em 1962, foi criada ali a Represa de Santa Maria, no intuito de abastecer o Distrito Federal de água de boa qualidade. E, ao mesmo tempo, foi criado ali o Picag (Projeto Integrado de Colonização Agrícola Alexandre Gusmão), que é um dos mais representativos assentamentos rurais já feitos, completo, com acesso a água através de canais, com locais para escolas, ou seja, um assentamento que de fato funcionou e

foi emancipado nos anos 70. Emancipado significa que as suas parcelas, os seus ocupantes tiveram acesso ao título de propriedade da terra.

Esse Picag contou com a importação, com o convite de famílias japonesas, para desenvolverem aqui uma agricultura exatamente no cinturão verde para abastecer o Distrito Federal de hortaliças, frutas, verduras, ou seja, de hortigranjeiros.

Sabiamente também o Governo Federal, na época o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, ou melhor, antes ainda do IBDF, em torno da Represa de Santa Maria, criou o Parque Nacional de Brasília, uma unidade de proteção integral para a proteção dos mananciais de abastecimento, ou seja, vida para os habitantes de Brasília.

Isso se deu em 1963. É aquele verdinho, ao lado do Picag (Projeto Integrado de Colonização Agrícola Alexandre Gusmão), sendo que houve uma falha de – vamos dizer assim – planejamento. E se esperava que, até o ano 2000, Brasília tivesse 500 mil habitantes, que era a capacidade da Represa Santa Maria de abastecer os moradores do Distrito Federal. No entanto, em 1974, a cidade já tinha extrapolado essa população, e houve a necessidade de se buscar água em algum lugar. E onde essa água foi buscada? Exatamente no manancial mais próximo. Qual manancial? O Manancial do Descoberto, a Bacia do Descoberto.

Aqui, foi instalada a Represa do Descoberto, já promovendo algumas desocupações, porque, no fundo da Represa, antes de haver o represamento, existiam parcelamentos do Incra, do Picag, que compunham todo esse grande assentamento que é o Picag.

Bom, começa aí uma contradição no uso da bacia, ou seja, agricultura intensiva com tecnologias por vezes, vamos dizer assim, impactantes e uso de água para abastecimento humano.

Em 1983, portanto, é criada aqui, para a proteção dessa bacia, a APA (Área de Proteção Ambiental do Descoberto), unidade de conservação de uso sustentável, onde o território, a posse da terra, o domínio da terra é privado, não há desapropriações, no entanto, há criação de normas para uso, restrições de acordo com as fragilidades ambientais. E, em 1988, foi criada a Instrução Normativa 001, ou seja, vamos dizer, sem que tenha de fato um plano de manejo. Mas foi criada uma instrução normativa, que foi um desastre, um desastre, simplesmente, porque essa instrução normativa não considerou a existência de pessoas. Essa instrução normativa trabalhou especificamente em atributos físicos e ambientais. Portanto, não funcionou, e ainda vigora essa instrução normativa, tornando grande parte de nós moradores dessa bacia ilegais. No entanto, o Poder Público também não tem instrumentos para exercer a função de gestão dessa bacia, ou melhor, dessa APA, da Área de Proteção Ambiental do Descoberto.

No mesmo momento, também se programou plantios, foram programados plantios, na minha forma de ver, equivocadamente, plantios homogêneos, pela Proflora, de espécies exóticas, pínus e eucaliptos, num total aproximado de 12 mil hectares, nessas áreas, que depois vieram a ser Flonas: Flona 4, Flona 3, Flona 1 e Flona 2. E mais um pouco – não foram só esses –, um pouco mais, porque a Flona toda, hoje, tem nove mil e tantos hectares e, no entanto, houve um plantio em torno de 12 mil hectares.

Qual era a ideia? Era fazer manejo de bacia, manejo sustentável de bacias. Este termo "sustentável" nem existia ainda tão forte quanto hoje. Mas, equivocadamente, a Proflora com recursos do Fiset, que era um fundo de estímulo gerenciado pelo Poder Público Federal, pelo IBDF, que fomentava os reflorestamentos.

Mas à frente, na mesma área, na mesma bacia, foi aqui criado o Parque Ecológico Veredinhas, na cidade, dentro da cidade de Brazlândia. Parque este que, recentemente, foi violentamente agredido também com a instalação das Quadras 33 e 34 a montante de suas nascentes, o que obrigou a construção, que ainda não estão concluídas, de bacias – todos nós de Brazlândia conhecemos as enchentes de que fomos vítimas – dentro do parque.

Posteriormente, foram criadas, em 1997 – essas datas, só chamo a atenção, não são tão precisas, mas são por aí, por esses momentos –, as APMs, duas APMs, a APM do Capão da Onça e a APM do Pulador. APM é Área de Proteção do Manancial, que é uma unidade de conservação, hoje, gerenciadas pela Caesb, que tem o objetivo principal de manter os fluxos d'água – fluxos que digo aí não são só de saída, mas também de entrada – nas bacias de acumulação.

Mais à frente, foram instalados dois assentamentos, exatamente nas áreas onde foram anteriormente plantados os pínus e eucaliptos, monoculturas, Assentamento 26 de Setembro e Assentamento Maranata, ainda no governo do Senador Cristovam, do então Governador Cristovam.

Bom, não vou comentar agora, não. Vou tocar no assunto um pouco mais à frente.

Logo em seguida, em 1999 – ali foi 1996 e 1997 –, terminando o governo Cristovam, houve a criação, por parte do Poder Público Federal, da Floresta Nacional de Brasília através do Decreto S/N, de 1999, sobre o qual o Dr. Paulo, promotor, já falou algumas coisas. Dentre esses itens, estava lá escrito: transferência de terras que se encontram livres e desimpedidas de quaisquer ônus, o que não era real. Não era real por quê? Porque aqui já

havia um assentamento, aqui já havia outro e algumas áreas da Flona 4 tituladas pelo Picag (Projeto Integrado de Colonização Agrícola Alexandre Gusmão): chácaras produtivas muito bem instaladas.

E mais. Nesses dois córregos e em mais algumas áreas, ocupações tradicionais extremamente consolidadas, de antes de Brasília, de antes de Flona, de antes de APA, antes de tudo isso, em torno do Capãozinho e do Cortado. São unidades produtivas cujo território é extremamente conflituoso ainda. O domínio da terra é ainda extremamente conflituoso. São áreas desapropriadas em comum, são áreas da Terracap, são áreas da SPU (Secretaria de Patrimônio da União).

Então, há uma confusão, um imbróglio, uma grande dificuldade realmente para a solução disso. Portanto é fundamental que essa discussão se dê no Congresso Nacional, onde as leis são feitas. Agora, fundamental também é a participação do Poder Executivo, porque, se essas propostas vierem, se essas propostas que nós vamos sugerir aqui vierem via Executivo, acordadas com o Congresso Nacional, isso se dará de forma rápida.

Por que eu digo de forma rápida? Porque, ao longo do tempo, todas essas iniciativas e esses esforços do Poder Público não têm surtido os efeitos esperados e o principal impacto que se verifica está relacionado aos parcelamentos irregulares e aos adensamentos populacionais, que causam danos sérios na dificuldade de infiltração de água e outras tantas. Ou seja, é o que já foi dito por várias pessoas aqui: mais gente, mais problemas.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Mais uma coisa.

Em 2004, foi criada a Reserva Biológica do Lago do Descoberto, ou seja, em torno do lago foi criada também uma unidade de conservação de uso absolutamente restrito, sem gente, sem coisa alguma. De proteção integral, exatamente. E, em 2005, o Parque Estadual do Descoberto, do lado de Goiás. E aqui ao lado também – eu não falei – está o Município de Águas Lindas, que cresceu muito mais do que três Brazlândias juntas. Então, em 15 anos, ali nós temos hoje 250 mil pessoas morando.

Qual é a nossa proposta? É uma proposta extremamente consensuada entre várias organizações e bastante madura, como sendo a mais objetiva e possível de ser desenvolvida. Por quê? Porque realmente hoje acreditamos – e eu sou um profissional dessa área – que é fundamental que exista a participação da sociedade para o controle e para a manutenção da qualidade do meio ambiente, sem o que o Poder Público tem demonstrado impossibilidade de conter. Apesar das normas, apesar da sua estrutura, não é possível conter.

Vamos falar agora da Área 1 da Flona, o ponto central dessa história – Flona essa que se sobrepõe à APA do Descoberto em três áreas. Não na 2, mas nas demais: 1, 3 e 4.

A Flona 1 encontra-se bastante intacta. É onde o ICMBio tem a sua sede. E foi delimitada abarcando alguns mananciais, mas deixando de fora esse aqui, não sabemos por que: o Córrego Currais e Pedras. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF. *Fora do microfone)* – É aí que tem a Murundus?

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Aqui é a área de Murundus, de muito baixa ocupação. E mais...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF. *fora do microfone)* – Algumas chácaras aí.

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Algumas chácaras, poucas, muito baixa ocupação, como eu disse, e área de domínio da Terracap, parece-me. O Dr. Moisés pode confirmar.

Então, quanto à Flona 1, não vemos problema; muito pelo contrário, vemos a possibilidade de expandi-la. Aqui somam quase mil hectares.

Quanto à Flona 2, nós nem nos atrevemos a fazer proposta, pelo grau de ocupação em que ela se encontra, pelo alto interesse imobiliário – ela estava à beira da Estrutural, ao lado do lixão da Estrutural, do lado do Parque Nacional de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF. *Fora do microfone.*) – Onde está o córrego que divide a Flona 2 do lixão?

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Aqui. É o Córrego do Vallo e Vicente Pires.

Então, aqui já é a Estrutural, e aqui é o lixão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF. *Fora do microfone*) – Aquela amarela é a via que vai para Brazlândia?

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Aquela amarela é a via que vai para Brazlândia, e aqui já é o pedacinho da Flona 1, da Área 1 da Flona. Aqui é a Área 2 da Flona. Também se tirou este dente aqui – acho que é terra da SPU.

A Flona 3, ao lado de Brazlândia, é uma área anteriormente também ocupada por pínus e eucaliptos. Houve a exploração da Só Frango e outras mais. Aqui na Área 3 também se encontra a estação primária de tratamento de esgoto de Brazlândia, gerenciada pela Caesb.

E aqui nós temos uma proposta de redefinição desta poligonal. Não é que na Área 1 não temos; temos, sim, mas, na Área 1 – vou voltar só um instantinho aqui –, para ampliar. E, para a Área 2, não temos propos-

tas a fazer, mas entendemos que é difícil manter isso aqui como uma Flona, porque a Floresta Nacional tem o intuito básico de promover desenvolvimento sustentável, promover atividades de produção sustentável, e o território é público. Não há possibilidade de se manter lá dentro, Sr. Presidente do ICMBio, a não ser que sejam populações tradicionais – não é o caso aqui.

Portanto, na Flona 3, nós temos o Maranata – aqui é um remanescente dos pínus, e o Maranata está aqui de volta. Aqui há ocupações antigas no Capãozinho. Aqui o Cortado, ocupações antigas, inclusive da Caesb, e aqui o Zé Pires, também com ocupações antigas.

Qual é a nossa proposta aqui? Redefinir estas poligonais. De que forma? Tirando estas áreas em verde mais claro da Flona e mantendo o restante, tendo claro que, ao retirar essas áreas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF. *Fora do microfone.*) – Essa área vai até a barragem?

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Não, até a barragem... Não, esta vai até perto da barragem, mas, em rigor, aqui continua a Flona. A principal área aqui... A barragem está aqui para baixo. Aqui continua a Flona. Todo este verde escuro é Flona.

Esta é a proposta de todas as organizações ambientais e sociais envolvidas nesse processo, que são algumas dezenas e que são bastante mobilizadas e hoje já bastante conscientes das questões ambientais e das suas obrigações de fiscalização e de promoção de seu próprio meio de produção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF. *Fora do microfone.*) – Jorge, coloque luz em cada pedaço que você está propondo sair da Flona e diga o que é que tem de atividade.

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Sim.

Aqui há basicamente o Maranata, que foi um assentamento, que vive hoje em condições precárias, que vão aparecer em algumas fotos daqui a pouco.

Aqui existem ocupações de propriedades rurais produtivas, grandes propriedades – grandes, não: a maior delas não tem mais do que 100 hectares – e pequenas propriedades. Moram muitas pessoas aqui, sendo que algumas já têm 80 anos, 90 anos de existência. São ocupações extremamente consolidadas.

Da mesma forma, aqui, ao longo desses córregos, é onde as populações buscam instalar-se, ou seja, próximo às águas, principalmente aquelas que têm atividades agrícolas produtivas.

Aqui também existe uma ocupação de três ou quatro propriedades, e também aqui. São áreas menores.

A área total da Flona 3 é em torno de 3.120 hectares. As áreas propostas – isto aqui também não está perfeito...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF. *Fora do microfone.*) – As áreas que você está sugerindo manter como Flona são todas áreas públicas?

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Eu não tenho bem certeza, mas acho que não são todas apenas públicas não.

O SR. ROBERTO VIZENTIN (*Fora do microfone.*) – Todas são. O conjunto é de domínio público.

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Não, eu acho que há um engano. Não tem título privado em termos e há áreas desapropriadas em comum. Falta definição fundiária.

E aqui também, alguns desses proprietários têm títulos antigos de herdeiros antigos, antes da existência da desapropriação do polígono, do quadrilátero do Distrito Federal. Ou seja, são as terras denominadas desapropriadas em comum.

Existe um mapinha colorido – que a Terracap tem e o ICMBio tem também – que tem várias dessas situações. Mas entendo que uma ação para resolver o problema passa também – e até principalmente – pela regularização, porque, havendo regularização, há contenção das ocupações irregulares, dos parcelamentos, fica possível o Poder Público controlar com a participação da sociedade. Sem isso, também não vejo a possibilidade de o Poder Público controlar. Isso pela prática, porque até hoje não aconteceu. A situação, como todos aqui falaram, vem se complicando ao longo do tempo.

Área 4. A Área 4 também foi praticamente toda plantada, e ainda existem alguns remanescentes, os que sofrem incêndios periodicamente, anualmente, é um problema. Mas existem também aqui alguns enclaves de propriedades tituladas pelo Incra, do Picag, e a nossa proposta aqui é de fazer essa desafetação dessas áreas mais verdes.

Aqui há propriedades do Incra; aqui também; e aqui também. Todas com título de propriedade, com domínio de propriedade. Ou seja, a Flona 4 é importantíssima a nosso ver, porque aqui é a principal bacia de acumulação de água para Córregos Capão da Onça, Bucanhão e Barrocão, que são os três principais formadores do Descoberto, os primeiros formadores do Descoberto. Então, acreditamos que é fundamental que haja a manutenção da Flona.

E a manutenção da Flona, como unidade de conservação, Dr. Nilton, Presidente do Ibram, nós vemos que é fundamental. Por quê? Porque estamos vendo também – e aí já participando dos conselhos gestores da Flona e da APA, especialmente da APA – que a atividade agrícola é a atividade econômica com capacidade de conter os parcelamentos irregulares. Portanto ela não pode ser penalizada. Muito pelo contrário, precisa ser estimulada. E, para estimulá-la, é fundamental que exista uma Flona funcionando, uma Flona com produção sustentável, fomentando o desenvolvimento sustentável das atividades.

Portanto é fundamental que exista Flona, a nosso ver, a Flona atuando para fortalecimento da atividade agrícola. E, sob a Flona, abaixo da Flona, existe a APA. Portanto as áreas que forem desafetadas – espero que venham a ser para que tudo isso possa acontecer de fato – estarão sendo APA, portanto passíveis também de regulamentação, passíveis de ter seus usos regulados.

Aqui só algumas informações. Por exemplo, na APA do Descoberto, hoje, está o principal polo de atividades agroecológicas do DF; o maior número de propriedades, maior polo de desenvolvimento de atividades agroecológicas se encontra lá, ou seja, de produção sustentável, produção limpa, sem veneno, sem adubos químicos e produzindo alimentos saudáveis.

Aqui é um sistema agroflorestal dentro da Flona 4, em propriedade privada.

Aqui também são pesquisas. Da Embrapa, por exemplo, dois pesquisadores da Embrapa também atuando naquelas áreas lá da Flona 4, em propriedades privadas atingidas pela Flona.

Atividades, também, de ecoturismo naquela região da Flona 4; atividades ecopedagógicas também na Flona 4.

Aqui, a Flona 3; propriedade também produtiva na Flona 3, no Córrego Capãozinho. Observe a diversidade de espécies, como os produtores já têm um grau avançado de conhecimento e de atuação nas suas atividades.

Aqui a lagoa de estabilização de esgoto da Caesb, dentro da Flona 3, também. Por sinal, essa área também já está abarcada pela nossa proposta para desafetação da Flona. Aí são em torno de 60 hectares a 80 hectares. O Dr. Ludovice pode falar melhor sobre isso.

Aqui é uma imagem do Assentamento Maranata e a precariedade em que esses moradores têm vivido nos últimos 17 anos, 18 anos. E aí o exemplo de gambiarras, que fez com que acidentes tenham ocorrido, sim, ao longo de tantos anos.

Estas são algumas das organizações, nem todas estão aqui, que participam dessa discussão, tem participado e apoiado essa proposta.

Aqui, rapidamente, o que sintetiza o que nós queremos dizer. Peço licença para ler rapidamente.

Entendimentos das organizações sociais da Região do Descoberto.

1. Reconhecemos a peculiaridade dos atributos socioambientais da Região do Descoberto, principal responsável pelo fornecimento de água e de hortigranjeiros para a população do Distrito Federal. [– 65% da água sai de lá e 45% dos hortigranjeiros também.]

2. Ao longo do tempo, aprendemos que a atividade agrícola é parceira e interdependente do meio ambiente, constituindo-se em atividade estratégica para contenção de parcelamentos irregulares e adensamentos populacionais, principal ameaça ambiental na região do Descoberto, devendo, portanto, ser apoiada pela população do Distrito Federal e estimulada pelo Poder Público.

A população do Distrito Federal a que me refiro é essa população que consome a água que vem de lá, é essa população também que consome os produtos hortigranjeiros que vêm de lá. É possível, sim, essa população contribuir nas suas contas de água com algo que venha a fortalecer tudo que interessa a todos, e aí é que vem o interesse da maioria, não só interesse, mas também a participação para que esses interesses vigorem.

3. Aprendemos também que a APA do Descoberto e a Floresta Nacional de Brasília são unidades de conservação necessárias à gestão ambiental da Bacia do Descoberto e que, se competentemente gerenciadas, se valerão da organização social local para o aprimoramento ambiental na APA e para o fomento econômico sustentável regional na Floresta Nacional de Brasília.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Jorge Artur, pela sua exposição.

Passo agora a palavra para outra representante da comunidade, a Srª Rosany Cristina de Carvalho, representando a Associação Pró-Descoberto.

A SRª ROSANY CRISTINA JAKUBOWSKI DE CARVALHO – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer a presença de todos os nossos produtores e moradores da região de Brazlândia, que são verdadeiros guerreiros por estarem nessa luta. É a oportunidade de estarmos aqui manifestando a nossa preocupação.

Na qualidade de Presidente da Associação Pró-Descoberto, vejo que a gente não pode se preocupar apenas com a questão de Floresta Nacional. Nós temos de ver Brazlândia e o Distrito Federal como um todo, principalmente por todos esses motivos que vocês colocaram da importância de Brazlândia. Todos que aqui estão, se não são produtores, são consumidores do que a gente produz em Brazlândia, água, comida... Então, é uma região extremamente importante.

E a nossa preocupação – falo aqui em nome de uma geração, de uma classe produtiva que realmente está agonizando –, se a gente não fizer nada agora, estaremos decretando a falência da produção agrícola de Brazlândia, porque todos nós somos penalizados na hora de produzir, na hora de fazer algum benefício, alguma infraestrutura. E nós não vamos ter gerações futuras na nossa classe se não dermos condição suficiente de estrada, de infraestrutura, de escola. Por exemplo, hoje há o programa federal, o Luz para Todos, e podemos dizer que é quase para todos, nem todo mundo tem acesso à energia elétrica.

Então, eu gostaria de colocar aqui que Brazlândia tem uma mobilização muito grande entre as instituições. O Jorge Artur colocou alguns exemplos, e a maior prova disso foi dentro da discussão do Plano de Manejo, quando o ICMBio trouxe uma proposta, trouxe uma empresa que foi contratada, apresentou e a comunidade percebeu que era hora de participar até mesmo para a gente poder ser beneficiado com aquilo.

A gente tem uma instrução normativa que impede quase tudo dentro da nossa região. Então, a própria comunidade buscou uma articulação, porque muitas vezes o Estado tem dificuldade em falar entre seus órgãos, a gente sabe que tem. Às vezes, a gente tem ações isoladas de um órgão, de outro, de outro. Eles não se entendem. E quem sofre com isso é a comunidade, porque chega um órgão falando uma coisa, daqui a pouco chega outro falando a mesma coisa para os produtores. E a própria comunidade percebeu isso e buscou essas articulações.

Então, dentro do Plano de Manejo, a gente conseguiu apoio da UnB, Seagri, Emater, Caesb, Terracap, que foi fundamental, várias instituições, Ibram, com a participação dos técnicos e de dados, para que a gente conseguisse chegar muito próximo de um plano de manejo que contemplasse a nossa região. Só que a nossa preocupação é que foram meses de discussão, horas de trabalho. E nós produtores, nós presidentes de instituições não temos de onde tirar nosso ganha-pão a não ser na nossa propriedade. Então, foram dias, foram meses, foram horas de trabalho em que a gente se dedicou a esse Plano de Manejo e a nossa grande ansiedade é que isso seja consolidado.

E no final do ano a gente se deparou, a gente foi surpreendido por uma portaria do ICMBio, no dia 30 de dezembro, quando todos nós estávamos preocupados com férias, descanso, Natal, que, para a gente, foi um enfraquecimento dos trabalhos que estavam sendo feitos, quando se tirou a administração, a gestão da APA do Descoberto, incorporando-o à Floresta Nacional. A nosso ver, uma casa que está organizada é possível de se administrar. E quando ela tem algumas dificuldades ainda não é o momento de se fazer isso. Então, foi muito prematura essa fusão, porque a Flona tem uma série de problemas, como foi colocado aqui; ela não está resolvida. A gente tem que resolver o problema dessas pessoas que estão vivendo ali, mas também as outras áreas da APA têm suas dificuldades. A gente tem ali áreas que foram deixadas pelo Incra como reservas que estão totalmente ocupadas e numa velocidade tão grande que a gente não vai ter água. Então, a gente está muito concentrado em alguns problemas ali e eu vejo que estão sendo esquecidas as outras.

A gente tem projetos de sucesso que são exemplos na nossa região, até por intermédio do Ministério Público, como o Descoberto Coberto, que tem um envolvimento de todos os órgãos que estão aqui: Ibram, ICMBio Caesb, Emater, Secretaria de Agricultura. Só que, na beira do lago, a gente armazena água. A produção é lá em cima, onde estão as nascentes. E o que está acontecendo, a gente já vistoriou ali dentro da visita do Plano de Manejo, é assustador. Casas estão sendo construídas numa grande velocidade nas margens dos canais de irrigação que foram deixados para garantir o abastecimento de mais de cem propriedades que vivem da produção agrícola.

Então, eu gostaria de deixar aqui um pedido de socorro realmente, porque, quando a gente fala em Floresta Nacional, quando a gente fala em Distrito Federal, não pode falar apenas em Unidade 1 ou Unidade 2. É um todo. E a gente não pode querer garantir alguma coisa comprometendo as outras unidades. Então, realmente é um pedido de socorro.

Eu gostaria de dizer também que com essa proposta do Jorge Artur, a Pró-Descoberto concorda plenamente, porque o maior exemplo de participação de produtor integrado no processo é que, quando ele é consciente e quando ele é amparado pelo Estado, ele tem condições, ele se torna um guardião do meio ambiente sim. O Estado não tem condições de cuidar sozinho. Então, a gente tem que ter essa participação.

Hoje, se a gente der essa garantia para esses produtores que estão ali dentro de que eles vão poder construir, deixar para os seus filhos, eles não vão ter interesse nunca de parcelar, de vender. Eu estou na segunda geração da minha família, estou na beira do lago há 47 anos. Quando se falou aqui do Lago Descoberto, eu

lembrei que, quando eu tinha cinco anos de idade a nossa propriedade era onde é o meio do lago hoje. Pratica e literalmente, a nossa propriedade foi por água abaixo. E nem por isso desistimos. O meu pai ensinou para a gente que temos que acreditar em dias melhores. Então, temos que lutar, e temos que lutar para ter produtores conscientes, que preservem, que cuidem. Quem ama cuida.

Então, defendo muito que a agricultura é a melhor forma de se preservar o meio ambiente. Tirando o produtor do meio que está cuidando, a gente está entregando o ouro ao bandido porque a especulação, gente, está avançando muito rápido, e há muita gente poderosa que vê a nossa região como a galinha dos ovos de ouro, que dá excelentes condomínios.

Quando, Sr. Presidente do ICMBio, houve esse desmembramento, com essa portaria, passadas algumas semanas, começamos a receber a visita, na nossa região, de secretarias de regularização de condomínios para visitação de áreas para possíveis condomínios. Então, estamos sentindo realmente um enfraquecimento da gestão do ICMBio dentro da APA do Descoberto. Eu gostaria de pedir esse apoio e de dizer que muitas pessoas ocupam cadeiras importantes como a de vocês, mas poucas pessoas fazem a diferença. Então, eu gostaria muito de que vocês fizessem a diferença para a nossa região. Acho que é o grande anseio dos nosso produtores, e vocês podem ter certeza de que, trabalhando com essa pessoas que estão ali dentro, é muito mais fácil preservar é muito mais barato, por Estado. Somos guardiões por amor e não por interesse financeiro.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Rosany. Agradeço a todos os debatedores, os nosso convidados, a cada um e a cada uma de vocês.

Eu gostaria de fazer algumas colocações. Aqui está também o Sr. José Paulo Andahur, da Associação dos Engenheiros Florestais do Distrito Federal, que está colocando aqui algumas perguntas. Se alguém tiver perguntas, pode encaminhá-las à mesa, mas, antes, eu queria fazer algumas ponderações.

Não há dúvida de que estamos diante de uma questão muito complexa. Toda vez que visito a Flona, o Maranata, o 26 de Setembro, as chácaras colocadas ali, há uma aflição, uma ansiedade muito grande da população em resolver o problema. Sempre alerto para que a solução não é fácil, não podemos acenar com uma solução fácil, porque ela não é fácil, é extremamente complexa. Agora, é preciso que se seja dada uma solução. O que mais me preocupa aqui, Promotor, é a própria conclusão do presidente do ICMBio, Roberto Vizentin, de que, ao longo dos anos, ao invés de melhorar, a situação está piorando. E esta é a questão grave: se não houver uma solução negociada, uma solução entre Governo Federal, Governo do Distrito Federal, população, a situação está piorando.

Lembro-me de que, quando eu comecei a ser demandado em relação a esse problema pela população local, de lá para cá, a situação já piorou muito do ponto de vista das ocupações irregulares dentro da área da Flona. Ninguém aqui discute a importância fundamental de uma pressão legítima de trabalhadores sem terra para que sejam assentados, e nós defendemos esses assentamentos. O problema é que a falta de uma alternativa dada pelo Governo Federal e pelo Governo do Distrito Federal faz com que esses acampamentos, como mostra o próprio documento da Secretaria de Governo do Distrito Federal, estejam aumentando, ampliando, o que tende a agravar o problema.

Temos situações muito distintas, como foi mostrado aqui na apresentação do Jorge Artur. Temos uma situação que, na minha opinião, merece um tratamento diferenciado, que é a questão do 26 de Setembro.

O 26 de Setembro já tem um nível de parcelamento e está praticamente consolidada como área urbana ou semiurbana. Não sei qual a solução que o governo do Distrito Federal dará para aquela região, mas ela não tem mais os atributos de Flona. Isso está claro, ela não tem mais os atributos de Flona.

É importante dizer que o Sistema Nacional de Unidade de Conservação quando coloca a questão da Flona tem como um dos grandes objetivos o da educação ambiental e de pesquisa científica, predominantemente com vegetação nativa. Essa região de uma forma geral, com exceção da Flona 1, não tem mais vegetação nativa. Então esta é uma questão importante: a necessidade de o Governo Federal e de o Governo do Distrito Federal darem uma solução para os acampamentos de pessoas que precisam ter terra para trabalhar, para morar e que não é na Flona. Se não derem essa solução rapidamente, tende a agravar o problema.

Outra questão é a seguinte: eu sou Relator hoje de um projeto – tenho negociado muito com o ICMBio em função disso, dialogado muito com o ICMBio – que redefine os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, que é uma unidade de conservação. O que a gente percebe? A que essa experiência nos levou? Ou o Governo transforma os produtores rurais, os moradores da região em aliados, num processo de conscientização, num processo de plano de manejo em que as pessoas estejam conscientes de que terão que ter práticas agrícolas restritivas, no sentido de que ali não se pode ter uma agricultura tradicional como em outras áreas em função da questão da preservação da água, ou então se encaminha para um impasse em que todos perdem.

Efetivamente quando se constrói um impasse desse, que é o que a Flona está vivendo hoje, nem temos uma Flona de verdade – a verdade é essa! Nós temos uma Flona no papel, criada por decreto, ainda não concluído o processo legal porque a própria Terracap ainda não passou as terras para a União – nem temos os agricultores que moram ali com a perspectiva de trabalhar, de produzir de forma adequada. Então não temos nem uma coisa nem outra. O que há é uma insegurança jurídica que alimenta aqueles que não querem a solução, que alimenta um processo de grilagem. A gente sabe que ali há uma pressão para o processo de grilagem, de parcelamento ilegal, irregular, que é uma praga que existe no Distrito Federal. Portanto, essa é uma questão que precisa ser resolvida. A resolução do problema, seja ele qual for, a definição ou a conclusão desse processo de negociação é fundamental para que a Flona possa cumprir o seu papel de Flona onde for Flona e os produtores possam ter tranquilidade para produzir onde couber a atividade agrícola.

Concordo com Jorge Artur. Nós estamos caminhando para a superação de uma falsa dicotomia de que a agricultura é nociva ao meio ambiente. Existem várias técnicas, aqui foram mostradas fortes sistemas de agromanejo florestais, de integração lavoura-pecuária-floresta enfim, que permitem a utilização da atividade produtiva com preservação ambiental, cumprindo um papel, o que é muito importante. O que a gente percebe é o seguinte: onde o Distrito Federal não preservou as suas áreas rurais o processo de parcelamento ilegal cresceu muito. Então essa é uma outra questão importante.

Agora, é claro que, nesse processo de conscientização, os produtores rurais que estão ali próximos à Barragem do Descoberto têm que saber que vão poder continuar produzindo ali, mas com limitações, com técnicas de manejo adequadas de que a tecnologia já dispõe. Cabe à Emater – estou vendo aqui o José Nilton, da Secretaria de Agricultura, que é um representante da Emater, e cumprimento todos os técnicos da Emater aqui presentes –, pois já existe hoje tecnologia suficiente, através de assistência técnica de extensão rural, garantir que as pessoas possam desenvolver suas atividades produtivas em preservação com o meio ambiente.

Quero registrar que, em uma audiência pública que realizamos na cidade de Brazlândia, houve muita queixa de produtores rurais daquela cidade, produtores inclusive que estão legalmente instalados lá, através de programas antigos do Incra, no sentido de que a fiscalização do Governo do Distrito Federal atua seletivamente, fazendo vista grossa. Volta e meia, a gente assiste a uma denúncia dessa pelo jornal, até prisão de algumas pessoas, de que a fiscalização faz vista grossa para as pessoas que têm algum vínculo com o Governo e é extremamente rigorosa com quem não tem essas costas quentes.

É importante também registrar isso.

Vejam bem, o Jorge Artur apresentou uma proposta concreta e até me parecia – não sei qual é visão que o Ibram tem dessa proposta, a visão do ICMBio – que, do ponto de vista da Flona, o problema fosse muito mais complexo de tamanho, porque, pela proposta ali, você está retirando, na verdade, 1.600 hectares de uma das áreas da Flona, mas está incorporando uma outra área de Flona.

Mas o que é importante também registrar – e esse é mais um complicador para a solução desse problema – é que ali nós temos Flona, temos área de proteção ambiental, a APA do Planalto Central....

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Não tem do Planalto Central uma parte? (*Pausa.*)

Tem uma parte que é APA do Planalto Central; no documento que eu recebi da Secretaria do Governo fala. Uma parte é APA do Planalto Central e praticamente todas são áreas de proteção de mananciais. E é importante essa percepção por parte de todo mundo que está aqui de que qualquer atividade que permaneça naquela área tem que ser compatível com a área de proteção de mananciais, porque todos nós precisaremos dessa água. Nós não poderemos viver o que São Paulo está vivendo nesse momento, no sistema Cantareira: a possibilidade de, num futuro próximo, ficarmos sem água. Essa é uma questão estratégica para todos, para os que estão aqui e para os que não estão aqui, mas que bebem daquela água. E quem tem que dar a solução são os órgãos técnicos, claro que ouvindo a população. Ouvindo a população que está ali, que está disposta a colaborar, e é importante ser envolvida no processo porque ela será importante no manejo adequado dessas áreas.

Mas é muito importante, Roberto – e faço um apelo a você e faço um apelo ao Nilton – que o Governo Federal, através do ICMBio e o Governo do Distrito Federal, através do Ibram e da Terracap, que também está aqui representada, apresentem efetivamente uma proposta para o Congresso Nacional. Vocês têm todos os elementos técnicos – está aqui a Caesb também representada – para apresentar alternativas. Qual é o nosso compromisso? Fazer com que ela possa tramitar rapidamente no âmbito do Congresso Nacional para que a gente resolva esse problema.

Aí eu queria voltar a esta frase: em vez de melhorar, está piorando. É fato! Está piorando sob todos os aspectos. Por exemplo, quando a gente vê a situação do Maranata, as pessoas trabalhando com gambiarra, o DER ou a Secretaria de Agricultura não conseguem fazer a manutenção das estradas, dos acessos porque está

em uma área de floresta nacional e o Ministério Público aciona o Governo para não fazer. O que a gente está percebendo... Eu fui a uma audiência púbica no 26 de Setembro sobre segurança e eu fiquei chocado com o relato das pessoas. E o próprio representante da Secretaria de Segurança Pública disse que a questão de segurança não é só polícia, é questões como iluminação, estradas com acesso adequado para que a polícia possa rodar. E aí fica essa caos, porque cada um põe a responsabilidade no outro. O Governo do Distrito Federal diz que não pode fazer porque o Ministério Público disse que não pode. O Ministério Público diz que não pode porque aquilo é Flona. A Flona não regulariza definitivamente a área. E fica o jogo e quem é prejudicado? Todos são prejudicados.

A população que mora nesses locais é a maior prejudicada porque vive uma insegurança jurídica grande. E não apenas jurídica, vive um processo de insegurança porque a própria segurança pública, às vezes, não chega lá. Não existem escolas próximas, as crianças têm que ir de ônibus velho, que transita por essas estradas esburacadas, para ir a Taguatinga estudar. E a população de uma forma geral é prejudicada porque não há a solução para a questão ambiental de abastecimento da água, porque não temos efetivamente uma Flona.

É muito importante que o Governo priorize isso. Não estou querendo simplificar as coisas, mas, se não houver... Quero até cumprimentar o Roberto, que conheço e sei do seu compromisso com o interesse público, mas a sua honestidade de reconhecer que, se nós não resolvermos, a situação vai piorar, como está piorando. Nós precisamos dar uma solução para essa questão.

A vantagem... Eu não quero fazer julgamento da proposta do Jorge Artur. Acho que essa proposta tem de ser analisada sob o viés técnico. E concordo quando o Roberto coloca que também temos de pensar a questão das unidades de conservação do Distrito Federal como um todo, porque, de repente, a gente pode diminuir alguma coisa ali e aumentar em outras áreas de maior valor ambiental que sejam importantes para o Distrito Federal. Mas o importante é que é uma proposta efetiva e uma proposta que tem o apoio a comunidade e, pelo que vi, de várias organizações ambientais.

É importante que esteja alinhado o interesse das pessoas que residem no local com o das organizações que fazem trabalho ambiental, porque o queremos é construir uma proposta com muita responsabilidade. E uma proposta com muita responsabilidade é uma proposta que perceba a importância da área de preservação de mananciais e o papel que a Flona tem para proteger essas áreas de proteção de mananciais, mas que, ao mesmo tempo, dê uma solução para as pessoas que moram na região e crie condições para que, efetivamente, o Distrito Federal tenha água de boa qualidade retirada da Barragem do Descoberto.

Agora, a iniciativa é desses órgãos. Daí a importância. Eu agradeço a presença da ICMBio, do Ibram e do Incra, que são órgãos do Governo a quem cabe, no nosso entendimento, a responsabilidade de apresentar essa proposta, ouvindo a população.

Cabe a nós aqui dar toda celeridade possível ao andamento dessa proposta no âmbito do Congresso Nacional.

Portanto, vou passar novamente a palavra aos convidados, para que cada uma faça suas observações, mas quero fazer algumas perguntas para serem respondidas coletivamente.

Da Associação dos Moradores da 26 de Setembro, que estão na sala 07:

Caro Senador, não entendo como funciona, mas talvez possa me explicar. Nós moradores da 26 de Setembro pagamos IPTU, porém esses impostos arrecadados não são considerados, muito menos vindo da parte pública, pois estamos passando por retaliações e injúrias nos reprimindo e nos intimidando. Senador, não invadimos e, sim, compramos.

Este é um depoimento que reflete um pouco da aflição a que me referi em relação á Associação dos Moradores da 26 de setembro.

Há outra, assinada pelo Wilson Saldanha e pela Mariana Costa Saldanha:

Senador, sabemos que devemos preservar a Flona, sabemos também que estamos no bioma Cerrado. A minha pergunta é: a Flona é composta basicamente de eucalipto, que não é do bioma Cerrado e caracterizado como exótico. Então, não faz sentido preservá-lo. Se pelo menos fosse uma reserva de pequi, aí sim, faria sentido. Levando em conta os moradores da 26 de Setembro, que são aproximadamente de seis a sete mil habitantes, pedimos a regulamentação do assentamento.

Esse é o comentário, de Celso da Rocha Pereira, morador do assentamento 26 de Setembro.

O Ielton Ferreira, também do 26 de Setembro:

Parabenizo o Senador Rollemberg pela audiência e gostaria de saber do Ministério Público das ações que estão sendo feitas dentro do 26 de Setembro, segundo a Agefis, mandada pelo Ministério Público, para fazer essas ações, onde está havendo muito abuso de poder, retirando as famílias de suas casas e derrubando sem nenhuma notificação.

Vejam o nível de insegurança da população!

Tony Allan dos Reis Correia, morador do 26 de Setembro: "Pode ser vendida área para moradores?"

Neste momento não, Tony Allan. Isso já posso responder. É uma área que não tem regularização. Então, qualquer venda no 26 de Setembro é irregular.

O José Paulo Andahur, da Associação dos Engenheiros Florestais do Distrito Federal, pergunta:

Dentro dos espaços de gestão da Flona, qual a previsão de integrar os objetivos de rendimento florestais integrados e sustentáveis e pesquisa florestal, com os serviços e benefícios ambientais dessa cobertura florestal?

Quais os mecanismos, ações e atribuições estão incluídos no plano de manejo da unidade e na condução da floresta?

Para responder a isso só alguém do ICMBio ou o representante da Flona.

A Ester do Nascimento mora no Assentamento 26 de Setembro desde 1996 *e diz: "Há 30 dias, Agefis foi, a mando do Ministério Público, e derrubou a casa do meu filho e neto. Foram quatro casas. Ela quer esclarecimento sobre isso.*

A outra é uma pergunta da Maria de Fátima Selma Edelman, que comenta: "É preciso cuidar do meio ambiente antes que este morra. Na minha opinião deve haver responsabilidade com o meio ambiente, prevenção e desenvolvimento também. Dessa forma, solicito mais empenho e fiscalização nessa área."

Enfim, são as perguntas. Muitas das colocações, eu já tinha me referido a elas, sobretudo as do 26 de setembro.

Vamos agora rapidamente, sugiro dois minutos para cada um, passar a palavra, novamente, na mesma ordem, aos membros da Mesa, começando pelo Presidente do ICMBio, Roberto Vizentin.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Vou fazer referência às questões que foram levantadas em relação ao ICMBio. Se tiver tempo, ao final, o Robson pode detalhar mais, para quem tiver interesse, sobre o que falta ainda em relação à conclusão do plano de manejo e outros aspectos que foram levantados aqui.

Primeiro, acho que é muito importante ter como princípio para qualquer entendimento uma relação de muita transparência, muita franqueza, muita honestidade. Não podemos, a pretexto de querer encontrar uma solução, fazer um discurso, uma fala de circunstância para agradar mais a uns ou a outros. Disse bem o Senador: estamos diante de um problema complexo. Nem por isso, muito pelo contrário, não possa ser enfrentado e resolvido. É para isso que estamos aqui. Comecei e continuo a dizer que estamos dispostos - mais do que disposição, é uma necessidade, pelas razões que já foram colocadas aqui – a promover a integração dos órgãos, o que já estamos fazendo também, junto com a comunidade, para buscar soluções.

Vocês que estão aqui representam talvez algo como cinco mil pessoas que ocupam áreas da Flona e do seu entorno imediato. Mais ou menos, não é, Artur?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Seis a sete mil, como sugere o Artur.

É um contingente muito expressivo. Cada cidadão, cada cidadã deve ter o seu respeito reconhecido como ponto de partida, mas tanto vocês como nós, responsáveis pelos órgãos públicos, o Congresso Nacional, temos que dialogar com o conjunto da população de Brasília, do Distrito Federal. Somos quantos milhões do DF?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Mais de dois milhões. Então, vejam bem como é.

Por quê? Estamos falando de um bem público que é uma unidade de conservação protegida por lei e criada justamente para proteger e criar qualidade de vida para a natureza e para a sociedade. Então, o benefício que estamos buscando para as cinco ou sete mil pessoas dos assentamentos, pré-assentamentos não pode implicar, a curto, médio e longo prazo, prejuízo para o conjunto da população, seja nos aspectos associados à questão da água, que é muito importante, ou aos demais elementos de proteção da natureza da biodiversidade, queira o companheiro ou não. Não consente com o seu gesto, mas essa é a questão. Nossa responsabilidade é uma responsabilidade pública, e não pode ser resolvida única e exclusivamente, ainda que sejam absolutamente legítimos os direitos de quem luta para ficar nessas áreas...

A vantagem é que, como vocês viram, tanto pela exposição do Artur como pelo diálogo que temos com o Ibram e pelo trabalho dentro do ICMBio, ainda temos como fazer isso, porque, de fato... Primeiro, é verdade: é possível conciliar determinadas atividades produtivas, agroflorestais, sistemas agroecológicos, com a proteção, inclusive da água, o que não dá é para converter essas áreas, parcelar indistintamente, envenenar com pesticidas, agrotóxicos, e tudo o mais.

Então, temos um trabalho a ser feito. Da parte do Instituto, acatamos essa proposta de formalizarmos, talvez, de forma mais institucional mesmo, o que poderia ser essa força-tarefa, esse grupo de trabalho, se as demais partes assim entenderem, e a Mesa, com transparência, com honestidade, com objetividade, traçar aquilo que poderia ser uma proposta a ser encaminhada ao Congresso Nacional. Nisso tem interveniência.

Obviamente, quem faz isso, em última instância, é o Ministério do Meio Ambiente, mas somos o órgão técnico de assessoramento para construir isso.

Então, acatamos essa proposta de fazer esse trabalho, acolhemos a sugestão das associações apresentada pelo Artur, mas, obviamente, vai ser feito todo um debate, uma discussão, porque me preocupa também, Artur, que, na busca de excluir o maior número de assentamentos, de chácaras, de famílias, fragmentar de tal maneira que depois não dê condições para fazer a gestão do que fica. Tudo isso é possível ajustar, integrar.

Temos uma proposta de que devemos ganhar o meio ambiente, em termos de proteção dessas áreas sensíveis, estratégicas, necessárias, e atender o maior número de famílias afetadas por essas áreas, mas, sobretudo, preservar os interesses comuns e difusos da coletividade da população do Distrito Federal e do seu entorno.

Essa é a nossa manifestação.

Obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Roberto. Nós é que agradecemos.

Passo a palavra para o Nilton Reis.

O SR. NILTON REIS BATISTA JÚNIOR – Acho que a sugestão da comunidade – recebemos uma versão dela na sexta-feira – foi entregue em uma reunião de trabalho, até para ver o que poderíamos construir de soluções já para esse primeiro momento. Acho que temos que nos debruçar em cima disso. Técnicos do Ibram já vinham trabalhando em conjunto com a comunidade e têm algumas propostas de resolução aqui mais amadurecidas.

Acho que o encaminhamento dado é este mesmo: junto com o ICMBio, assinar um termo entre as partes. Estamos agora assinando um termo de cooperação na parte do licenciamento ambiental, não é, Presidente? Já fizemos esse termo e estamos para assinar. Acho que um documento similar ao da parte do licenciamento, em que também agimos em conjunto. Temos também esse desafio em conjunto. Poderíamos assinar um termo similar, já os dois, para dar um encaminhamento de resolução neste caso. Como o Senador falou, o encaminhamento... Agora a análise é técnica, dos colegas, dos órgãos, porém sabemos da questão ambiental, mas também da questão social envolvida.

Como falei no início, e quero reiterar, acho que desafetar por desafetar sem nenhum outro instrumento de... Sei que essa não é a vontade da comunidade, vamos dizer assim. Que a gente tenha lá, sim, um polo de desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. Eles são os que mais defendem isso, desde o início, desde que chegaram a essa região. Então, um encaminhamento que penso que pode... E a responsabilidade nossa é de fazer a diferença. Fazer a diferença acho que é isto: é a gente pegar todos os órgãos, a nossa Secretaria da Agricultura, a nossa Caesb, o Ibram, o Governo do Distrito Federal, para trabalhar nessa proposta apresentada, com as outras soluções que já tínhamos encaminhado internamente, e apresentar, em conjunto com o ICMBio, uma proposta para o nosso Congresso. Já temos o comprometimento do nosso Senador de dar a velocidade necessária a essa proposta, mas ele tem que receber do Governo do Distrito Federal. Da nossa parte, vamos, nessa semana ainda, tentar já minutar e mandar ao ICMBio uma proposta de grupo de trabalho para dar encaminhamento a essa nossa audiência.

Queria agradecer a oportunidade de estar aqui falando a vocês de um problema sobre o qual o Ibram também se debruça dia a dia: as unidades de conservação do Distrito Federal. Muitas hoje já estão invadidas. Estamos buscando soluções sempre com a comunidade. O Parque do Guará Ezequias Heringer é um bom exemplo. Esse caso das florestas nacionais também pode ser um ótimo exemplo de uma solução que seja pacífica, harmoniosa e que contenha áreas de preocupações ambientais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Nilton.

Com a palavra o Marcão.

O SR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA – Em todas essas ações que foram discutidas aqui a gente vê o interesse público. Inclusive, para a gente atender a essa demanda social, foi muito importante essa junção entre os órgãos do Distrito Federal, como o próprio Ibram, e o ICMBio. A gente está fazendo esse tipo de trabalho. Hoje, estão sendo cruciais essas regularizações que nós estamos fazendo aqui, no Distrito Federal, com uma boa parceria com a Emater, inclusive para nos subsidiar em algumas respostas que estamos dando para o Ministério Público.

A partir do início de abril agora, Senador, já estamos marcando reuniões pontuais com as associações, para definirmos essas diretrizes de que vamos tratar na questão de regularização, na nossa área de cartografia.

Então, temos mais o intuito de somar forças, porque há um problema seriíssimo no serviço público, como, inclusive, o sucateamento do própria Incra. Temos uma demanda social enorme. Essa superintendência, hoje, tem 200 projetos de assentamento na sua jurisdição, abarcando o Distrito Federal, cinco Municípios de Minas e todos esses Municípios que vão até a divisa da Bahia com o nordeste goiano.

De toda a forma, estamos otimizando forças através de parcerias. E temos esse diálogo constante.

A Rosany nos auxilia muito, inclusive, quanto às denúncias de ocupações. Quando elas ocorrem, ela é a primeira a nos ligar, para nós oficiarmos essa questão toda. Estamos abrindo agora uma parceria com a Polícia Federal, justamente para que nos auxilie a fazer um levantamento de quem é que está fazendo esse tipo de ocupação, inclusive em condomínios.

No mais, o Incra está à inteira disposição em qualquer situação que, futuramente, possa ocorrer. É preciso que a gente otimize forças, para que a coisa comece a andar.

Obrigado a todos.

Um abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Paulo José, promotor de justiça.

O SR. PAULO JOSÉ LEITE FARIAS – Inicialmente, eu queria lhes agradecer.

Eu gostei muito da apresentação do Jorge, que se refere à possibilidade de modificação da Poligonal, respeitando os aspectos de ampliação em alguns lugares e, eventualmente, de retirada em outros lugares, desde que isso seja feito com estudo técnico.

A respeito da indagação sobre a reserva de pequi, quero dizer que sou brasiliense, nasci em Brasília e gosto mais de pequi do que de eucalipto. Mas a questão é que a gente quer, por exemplo, que, na Flona 1, continue havendo pequi e que a floresta de eucalipto existente também permaneça, porque as pessoas também precisam de papel, para que os filhos possam ir para a escola. E é preciso usar a madeira. A madeira existe de diferentes formas. Não se trata só de proteger a floresta local. A floresta exótica também é relevante.

É nesse sentido que o Ministério Público provoca, sim, a Agefis quando esta não age. O interessante é que o Ministério Público não precisava mandar ofício, não. A Agefis poderia fazê-lo por conta própria. Uma área não pode ser ampliada. Repito aqui o que eu coloquei e o que outros colegas da Mesa colocaram: o problema fica mais difícil de ser resolvido se for ampliado. Nesse sentido, a fiscalização tem de agir. E o Ministério Público vai continuar mandando a Agefis agir.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Com a palavra, o Sr. Jorge Artur.

O SR. JORGE ARTUR OLIVEIRA – Eu queria apenas fazer um alerta.

Primeiro, quero parabenizar o Roberto Vizentin pela forma como ele traz uma mudança de cultura do órgão ambiental que cuida das Unidades de Conservação no qual trabalhei por 18 anos como profissional do quadro e do qual, no ano de 2000, eu me afastei. É a visão da gestão com gente, pois, sem gente, todas as perdas estão se acumulando. Acabamos de ver aí o Código Florestal e outras muitas perdas que o ambiente vem sofrendo por descontrole.

Quero dizer que o trabalho que vem sendo feito por diversos de nós naquela região, há 30 anos pelo menos – estou lá há 30 anos, como também a Tereza, minha esposa, que é agrônoma e professora –, é o de manter e ampliar a capacidade ambiental e, principalmente, o de envolver as pessoas para que entendam e percebam que podem beneficiar-se, e muito, disso. Brasília tem um mercado consumidor de primeira linha e, portanto, exigente em qualidade.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer também, reforçando o que disse a Rosany, que estamos realmente preocupados, porque não foram meses, mas mais de um ano que um GT – Grupo de Trabalho – foi constituído no âmbito do Conselho Gestor consultivo da APA, constituído por técnicos das organizações sociais e por técnicos do Governo – Caesb, Emater, Secretaria de Agricultura, Adasa e vários outros –, e se tirou uma proposta de plano de gestão, uma proposta de plano de manejo equilibrada, aplicável para a APA do Descoberto. E nós não gostaríamos de forma alguma que a APA do Descoberto, Robson, fosse desconstituída e abarcada pela APA do Planalto Central, porque a APA do Descoberto tem características próprias. E mais do que isso: tem maturidade muito mais avançada do que a APA do Planalto Central. Tem pelo menos 15 anos, 20 anos a mais de existência.

Então, essa é uma solicitação que a gente faz.

E a manutenção, sim, da Flona – e a Flona ativa –, para poder realmente apoiar as atividades rurais, que são detentoras de uma capacidade maior do que as demais para manutenção e impedimento dos parcelamentos. Temos claro, sim, que estamos trabalhando e vendo mesmo; trabalhando, olhando e sabendo que não há outra forma do interesse coletivo, que é o interesse de 2,8 milhões de habitantes do Distrito Federal. Mas temos a responsabilidade de manter aquilo que é muito caro: água e alimento.

Portanto, eu queria, mais uma vez, agradecer a todos, ao Roberto Vizentin e aos demais da Mesa, especialmente ao Senador Rodrigo Rollemberg, agradecer também aqui – ele já saiu – ao Dr. Messias, que nos tem dado muito apoio, pela possibilidade de achar um encaminhamento.

E mais uma solicitação: que esta Comissão, que venha a ser feita envolvendo órgãos federais e órgão distritais, possa também contar com a participação de alguns dos nossos representantes, porque, realmente, nós conhecemos bem essa nossa situação, vemos onde o calo aperta e temos a visão de todos os interessados naqueles benefícios.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Jorge Artur.

Eu quero registrar a presença do Fernando Almeida Costa, engenheiro agrônomo, representando a Associação dos Servidores do Ibram; também registrar a presença do Deputado Distrital Dr. Charles, que muito nos honra com a sua presença.

Antes de passar a palavra para a Rosany, só vou ler duas mensagens a mais que chegaram e uma pergunta, que, se a Rosany tiver como esclarecer, bem, se não, eu devolveria a palavra para o representante do ICMBio ou do Ibram para responder.

Bom, acho que esta eu já fiz. A cidadã Maria de Fátima comenta que é preciso cuidar do meio ambiente, antes que este morra. Deve haver mais responsabilidade, prevenção e desenvolvimento do meio ambiente.

A Ester do Nascimento mora no Assentamento 26 de Setembro desde 1996. Bom, já li esse aqui. Na verdade são essas duas.

O Jaílson, do setor Maranata, pergunta: "Qual é a sensação de ajudar a conservar e proteger a água de Brasília em 60% e saber que não se pode usar uma só gota dessa água, morando perto dela? Confesso que já houve época em que me preparei para deixar a área. O desânimo falava mais alto. Resisti e estou aqui". (*Palmas.*)

Esta pessoa não assina, mas quer falar da segurança. A moradora Aldenora Maria de Oliveira: "Quero dizer que a falta de segurança no 26 de Setembro é muito grande. Muitos bandidos têm desmontado carros, feito assaltos, estupros, todo tipo de bandidagem. Queremos solução para o caso urgente. Assentamento 26 de Setembro."

E a pergunta da Teresa Correa, que é representante da Adesb nos conselhos da Flona e da APA: "Gostaria de saber sobre os planos de manejo da Flona e da APA do Rio Descoberto e dos conselhos das mesmas, que estavam em pleno desenvolvimento e envolvimento da sociedade. E parou?" É mais ou menos a questão em que acho que a Rosane tocou. Se a Rosany tiver alguma informação a respeito disso, já peço que o faça. Em seguida, nós vamos ouvir o Senador Paulo Paim, sobre uma questão referente a outro tema, cuja intervenção ele quer fazer uma intervenção.

Com a palavra, a Rosany.

A SRª ROSANY CRISTINA JAKUBOWSKI DE CARVALHO – Eu queria responder, primeiro, sobre o Plano.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Senador, se V. Exª me permite, vou pedir ao nosso chefe da Flona que esclareça, por favor, o cronograma e como estão as atividades.

O SR. ROBSON RODRIGUES DA SILVA – Bem, com relação ao Plano de Manejo tanto da Flona como da APA, ambos continuam em andamento. A nossa previsão é que agora, até julho, possa ocorrer a publicação de ambos os planos. Como foi comentado aqui pelo Jorge Artur, o GT que foi constituído no Plano de Manejo da APA continua em andamento, haverá novas reuniões em breve, dando sequência a todo o trabalho. Nada está sendo desvirtuado ou descartado. Toda a proposta, que foi muito bem conduzida pelo GT, terá sequência. E a previsão é que ambos os Planos de Manejo estejam concluídos até julho. *(Palmas.)*

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Trinta segundos, para completar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Pois não.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – O que ocorre? Toda a nossa fala, toda a nossa ação, toda a nossa prática tem sido de ampliar a proteção. Nós não vamos desconstituir a Unidade de Conservação. É isso. Cada uma tem sua particularidade. O arranjo que aconteceu no final do ano tem a ver com o enfrentamento de deficiência de pessoas do Instituto Chico Mendes e de uma concepção também de se integrar mais a gestão das Unidades de Conservação. Mas nós vamos reconstituir. O Congresso Nacional, o Senado aprovou a autorização para concurso para analistas ambientais. Serão contratados mil analistas para o ICMBio e para o Ibama, de tal maneira que não apenas as do Distrito Federal, mas o conjunto das 313 Unidades de Conservação do País receberão esse fortalecimento de pessoal. Então, trata-se apenas de uma medida de natureza administrativa. Nós enfrentamos problemas com pessoal, mas isso nada tem a ver com reduzir ou substituir uma pela outra ou tirar as pessoas das Unidades de Conservação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Os conselhos. Ela perguntou dos conselhos.

O SR. ROBSON RODRIGUES DA SILVA – Ambos os conselhos, das duas unidades, já estão reestruturados, já estão em funcionamento. Só falta mesmo serem "portariados", o que também deverá ocorrer em breve. Mas ambos os conselhos, que já foram reestruturados, continuam com sua agenda para 2014 normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Bom, chegou uma pergunta – esta vai ser a última pergunta, as outras eu vou encaminhar pessoalmente, se forem feitas –, do Léo Gondim, dirigida ao Roberto. De certa forma, algumas coisas aqui já foram ditas, mas não vou deixar de fazê-la:

A Flona foi criada para proteger as nascentes que hoje servem a 1,6 milhão pessoas e para frear o loteamento que existia desde 1997 (26 de Setembro e Maranata). Existem mais ou menos dez chácaras que vivem de agricultura no 26 de Setembro e outras dez dentro do Maranata e da Área 3. Há baixa densidade demográfica: mais ou menos quatro habitantes por hectare no 26 de Setembro e mais ou menos uma pessoa por hectare na Área 3. Se não protegermos essas últimas áreas de nascentes, no futuro teremos falta de água de qualidade. O senhor [pergunta a você] não pensa em ampliar a área da Flona entre a Área 4 e a Área 3, e assim proteger melhor a água?

É a pergunta do Léo Gondim.

Então, um minuto para o Roberto e, em seguida, a Rosany.

O SR. ROBERTO VIZENTIN – Léo, vai predominar, pelo menos da nossa parte, e seguramente também do Ibram e dos demais, um critério de natureza técnica e científica. Realmente, nós vamos fazer o que pode ser feito sem comprometer o fundamento principal da criação dessas Unidades de Conservação. O que está sendo dito é que, do ponto de vista especialmente dos recursos hídricos da água, é possível existir um assentamento rural com parcelamento não urbano, mas de áreas rurais, com atividades produtivas, agroflorestais, com manejo de solo e formas de utilizar a terra sem comprometer os mananciais. Se existe uma situação em que parte dessa Flona, por questões históricas apresentadas aqui, tem uma certa ocupação com essas características. Se assim for e predominar essa leitura, nós não teremos dificuldade em assumir uma proposta dessa natureza.

Agora, repito, não se trata de fazer recortes na Flona para atender um, dois, três ou meia dúzia de proprietários, por mais legítimos que sejam esses proprietários. Vai prevalecer, segundo a luz do nosso critério, sempre uma leitura e uma posição voltada para o bem público, com olhar para o conjunto da natureza e da sociedade. Então, é bom observar aquilo que eu disse de saída, que nós temos que ter muita franqueza, porque é impossível acharmos que vamos ter uma solução em que todos vão ser beneficiados, que nós vamos sair, como se tivéssemos uma tesoura, recortando a Flona para retirar uma ocupação aqui, uma pequena chácara acolá e outra lá. Para aqueles que não puderem ser contemplados no redesenho dos limites da Flona, o Poder Público haverá de adotar seus outros instrumentos, indenizar aqueles que têm direito, desapropriar se eventualmente houver proprietários legítimos e assim por diante. Essa é a realidade.

Não é para nós sairmos daqui achando que amanhã nós teremos nova Flona e que todo mundo ficará dentro dela. Há proposta que vem da comunidade, representada aqui pelas associações, há estudos e disposição da parte do Governo do Distrito Federal e do ICMBio para adotar essas medidas, mas nós faremos de acordo com o que foi decidido aqui, um grupo de trabalho técnico – e aí, Senador, o senhor certamente manterá o seu constante acompanhamento das atividades – e nós podemos, sim, dentro de 30 ou 40 dais, realizar não uma audiência, mas uma reunião de trabalho, com a participação das lideranças, para mostrar os avanços e até onde nós chegamos nisso. Qualquer proposta, antes de ser encaminhada, talvez seja o caso de ser apresentada aqui numa nova audiência e discutida com a comunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado. Está aceita a sugestão. Tão logo a proposta esteja pronta, nós convocaremos uma outra audiência pública para que ela seja apresentada, formalmente, para a comunidade.

Quero registrar, com muita alegria, a presença entre nós do Toninho do PSOL, nesta audiência pública.

Passo a palavra à Rosany.

A SRª ROSANY CRISTINA JAKUBOWSKI DE CARVALHO – Eu gostaria de finalizar dando o exemplo do 26 de setembro. A gente viu que o maior número de perguntas, de questionamentos foi sobre o 26 de setembro.

Aí eu pergunto: se tivéssemos feito algo há alguns anos, estaríamos desse jeito?

Então, eu acho que a gente tem que pensar em realmente fazer alguma coisa muito mais rapidamente do que eles fizeram ali dentro. Porque se estivessem ali dentro as pessoas que receberam o terreno originariamente para serem produtores rurais, a situação não estaria como está. Os produtores saíram dali por falta de condições, por falta de definição fundiária. Eu espero que a gente não repita o erro nas outras unidades, principalmente lá na região de Brazlândia, que tem toda essa fragilidade e toda essa importância que aqui foi colocada. Eu acho que temos que ver os exemplos para não repetirmos os erros.

Eu tenho certeza de que nós, todos os órgãos, a sociedade civil, temos muitas chances de construir uma página diferente na história do Distrito Federal. Independentemente se é projeto de governo amarelo, azul,

vermelho. Eu acho que temos que pensar como cidadãos, como moradores, como usuários, como produtores do Distrito Federal.

Eu tenho muita esperança que continuemos. E gostaria de falar com os nossos colegas produtores, porque realmente dá vontade de abandonar o barco, colocar uma faixa para vender e sair milionário, como muita gente saiu. Mas nós que temos sangue verde nas veias, não vamos fazer isso. E, com certeza, vamos sair vitoriosos e vamos ser referência mesmo em preservação, em envolvimento do produtor rural, em produção, em desenvolvimento sustentável. O produtor realmente envolvido no processo e conscientizado é o grande aliado do processo. Caso contrário, ele é uma grande ameaça para o desenvolvimento sustentável. Então, não vamos repetir os erros. Eu acho que temos que pegar os exemplos e seguir em frente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Eu quero também aqui registrar a presença do Grahal, que é gestor da APA do Planalto Central e que nos honra muito com sua presença.

Antes de fazer o encerramento, quero registrar que temos muita gente assistindo a nossa audiência pública no plenário 7. Ao terminar esta reunião, vou até lá cumprimentar e agradecer às pessoas que nos honraram com suas presenças.

Agora passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que tem uma comunicação pública a fazer. Não é sobre este tema, mas é muito importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas assim mesmo, Senador Rollemberg, se me permitir neste minuto, quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa de um tema tão importante como este da Floresta Nacional de Brasília e pela qualidade que vi aqui dos expositores. Um Senador amigo meu, que não está mais hoje no Congresso, que disse uma frase que eu nunca esqueci: "Nós que somos defensores do meio ambiente, do verde, do rio, das florestas, temos que olhar a floresta, mas nunca esquecer o povo que habita a floresta." Ou seja, da nossa gente que está lá, seja quem for... (*Palmas.*)

Sejam quilombolas, não quilombolas, sejam negros, sejam brancos, sejam agricultores, sejam produtores, enfim, nós temos sempre... E ele é um ambientalista de renome, respeitadíssimo. Olho sempre com o maior carinho a floresta, mas nunca vou me esquecer de olhar também os povos que habitam as florestas.

Então, fazendo essa rápida consideração, estou aqui com a Graziella Baggio. E queria, se me permitir, Senador... Não sou eu que vou falar, que ela venha aqui ao meu lugar. Graziella, por favor, venha aqui, ocupe o meu lugar, com a tolerância do nosso querido Senador Rodrigo Rollemberg. Se puder vir até aqui... Eles estão acampados no Salão Verde desde quinta-feira. Eles buscam que o Governo cumpra a decisão do Supremo Tribunal Federal, que é pagar o que os aposentados e pensionistas do Aerus têm de direito. Já morreram, Senador – o senhor acompanha, defendeu na tribuna inúmeras vezes – 950 companheiros. E agora é a hora de eles enfim receberem o que têm de direito.

Por favor, Graziella Baggio, a palavra é sua.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Fique à vontade, Graziella.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Muito obrigada.

Inicialmente, queria agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, ao Senador Paim e a todos companheiros que aqui estão numa luta justíssima por ter este espaço para que possamos, inclusive, alertá-los sobre várias situações, entre elas o problema que mais de 20 mil trabalhadores das empresas Varig, Transbrasil e Vasp vêm enfrentando desde o grande fechamento das grandes empresas brasileiras. Hoje, não temos mais empresa genuinamente brasileira, apesar de ser soberania e uma concessão.

Quando do fechamento dessas empresas, os trabalhadores foram surpreendidos com a falta de recursos dentro do fundo de pensão, falta de recursos esta patrocinada pelos governos da época pela possibilidade do não pagamento por parte das empresas ao fundo de pensão. Então, a Secretaria de Previdência Complementar autorizou mais de 21 renegociações com a Varig, mais de oito com a Transbrasil e efetivamente, quando elas fecharam, não havia mais os recursos necessários para os trabalhadores que haviam pago durante aproximadamente 20 anos, 25 anos, religiosamente, mês a mês, valores descontados do contracheque. Muitos desses valores sofreram apropriação indébita por parte das empresas com o conhecimento da Secretaria de Previdência Complementar. Em 2001, por ocasião do fechamento da Transbrasil, e em 2003, nós tivemos por parte do governo a aceitação dessa ação de defasagem tarifária como garantia do fundo de pensão para que essa ação pudesse, de certa forma, recuperar o dinheiro que as empresas não haviam pago ao fundo de pensão.

Essa ação foi julgada agora, no último dia 12, pelo Supremo Tribunal Federal, depois de 21 anos na Justiça. Em 2003, o Governo aceitou essa ação como garantia real. Ou seja, hoje nós perdemos quase mil participantes do fundo que faleceram antecipadamente por conta dessa situação de total negligência do próprio governo, que aceitou essa ação como garantia.

E em uma ação não há garantia nenhuma, pois ela pode ser julgada favorável ou não. Portanto, o resultado de quarta-feira foi uma grande vitória para os trabalhadores, pelo placar, de cinco votos a dois, e pela obrigatoriedade de o governo reembolsar os valores perdidos à massa falida da Varig, que virá, efetivamente, abraçar o pagamento das rescisões contratuais, pois até agora não foi feita nenhuma. Desde a época da Transbrasil, desde 2001, uns 25 mil trabalhadores foram demitidos até hoje e não receberam suas rescisões contratuais, fundos de garantia e, muito menos, agora, o fundo de pensão. No mês de abril será feita a última distribuição de benefício e hoje eles estão recebendo 8% daquilo que deveriam receber.

Então, nós viemos – Senador, eu sei que o senhor conhece bem a causa, que o senhor é, inclusive, a favor dos trabalhadores, pela busca de uma solução para esses 20 mil trabalhadores – fazer um apelo a toda a sociedade que nos escuta, a todos os Parlamentares desta Casa, para nos ajudem a buscar, junto ao governo, uma decisão definitiva no sentido do pagamento desses trabalhadores, já que a ação agora foi julgada. Nós sabemos que a Justiça leva anos para uma solução, mas nós não podemos esperar. Nós estamos com 20 mil trabalhadores nessa expectativa. Já faleceram praticamente mil trabalhadores nesses últimos cinco anos, e nós reputamos isso como um falecimento antecipado, por conta do cenário. Nós queremos voltar a dar o direito à vida a esses 20 mil trabalhadores, recuperar a dignidade desses trabalhadores, e estamos convencidos de que estamos no caminho certo, porque, se o governo precisava de um conforto jurídico, esse conforto foi dado com a decisão do STF.

Portanto, os trabalhadores não podem mais esperar. Nós queremos acelerar o pagamento do fundo. Achamos que é possível, sim, e queremos o apoio dos Parlamentares para a busca dessa solução definitiva para os próximos dias. Hoje estamos completando 40 dias de vigília desses trabalhadores, alguns dos quais se encontram aqui.

São todos trabalhadores com mais de 80 anos de idade – a média da idade dos beneficiários do fundo é de 75 anos – e não podem voltar ao mercado de trabalho. Estamos de vigília aqui, na Câmara, no Salão Verde, desde quarta-feira, dormindo no chão e, de certa forma, aguardando esta semana que nós entendemos que vai ser definitiva para encontrarmos uma decisão. Foi o caminho que nós achamos, de forma educada e respeitosa, para buscar, o mais rapidamente possível, essa solução para salvar vidas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Graziella.

Eu quero me colocar à disposição, manifestar o meu apoio, não apenas meu, mas da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, e dar um testemunho do empenho do Senador Paulo Paim para resolver essa questão. Quantas vezes ele se manifestou da tribuna do Senado, cobrando uma solução que dê dignidade e que respeite as pessoas que dedicaram sua vida servindo a essas companhias aéreas.

Portanto, têm o nosso apoio.

E eu quero registrar, gente, antes de encerrar, a importância de termos aqui, ainda que de passagem, o Senador Paulo Paim, que tem sido um grande defensor das causas socioambientais, tem sido sempre um parceiro. É muito importante, Paulo, porque, como eu dizia aqui, nós temos uma reunião sobre uma questão complexa do Distrito Federal, a da Flona, que foi criada com quatro áreas, várias delas com ocupações diferentes. Todos aqui têm a compreensão da necessidade de termos uma proteção na área em função da questão do abastecimento atual e futuro de água para o Distrito Federal, mas, ao mesmo tempo, há um componente social forte que precisamos resolver, que é o problema de milhares de famílias que ali residem.

Aqui foi manifestado um compromisso por parte do ICMBio e do Governo do Distrito Federal, que já estão construindo uma proposta há algum tempo. Tão logo essa proposta esteja pronta – o Presidente do ICMBio falou em algo em torno de 40 a 60 dias –, nós chamaremos, novamente, uma audiência pública para que isso seja apresentado à comunidade. E quando isso vier, formalmente, em forma de proposta do Poder Executivo para o Congresso Nacional, nós vamos precisar muito do apoio de todos os Deputados e de todos os Senadores. Daí a importância de que a sua presença aqui se reveste para que você nos apoie no sentido de buscar uma solução definitiva que contemple o interesse, a preocupação com a preservação ambiental, mas que haja, também, uma preocupação com a questão socioambiental representada por milhares de pessoas que moram nessas áreas. (*Palmas.*)

Portanto, mais uma vez, agradecendo a presença de todos os nossos convidados e, de forma muito especial, a de vocês, moradores do 26 de Setembro, do Maranata, do Capãozinho, enfim, das Áreas I, II, III e IV da Flona, declaro encerrada a nossa reunião, com uma expectativa muito positiva de que, em breve, teremos aqui uma proposta concreta do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal para que possamos avançar na solução desse problema.

Um grande abraço e muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia dezoito de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Ana Rita, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Álvaro Dias, José Agripino, Blairo Maggi e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e inicia os trabalhos comunicando o recebimento de alguns documentos. A seguir, comunica que a designação de relatoria na Comissão passará a ser por sorteio. Então, faz a **LEITURA DE AVISOS,** em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senhores membros, os mesmos serão arquivados: 1) Aviso do Senado Federal nº 3, de 2014, que encaminha o relatório de atividades do TCU referente ao quarto trimestre do exercício de 2013. 2) Aviso do TCU de nº 65, de 12 de fevereiro de 2014, que cuida de solicitação de informação ao TCU, aprovada e encaminhada pela CMA, atinente ao monitoramento do Acórdão 1.448, de 2012, do TCU, Plenário, que se refere aos recursos utilizados pelo Banco Central como orçamento paralelo. O TCU continua monitorando as determinações. 3) Aviso do Senado Federal nº 14, de 2014, que cuida de representação formulada pela empresa Teczap, Comércio e Distribuição Ltda, versando sobre possíveis irregularidades cometidas na condução do Pregão Eletrônico nº 70, de 2013, realizado pelo Senado Federal. Conforme análise prévia, o seguinte aviso será relatado: Aviso do Senado Federal nº 10, de fevereiro de 2014, que encaminha o Aviso do TCU nº 83, de 2014, que cuida de decisão normativa referente à representação formulada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental acerca da fixação, para o exercício de 2014, dos percentuais individuais de participação dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios na distribuição das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 2) OFÍCIO "S" Nº 22, de 2012 - Não Terminativo.** Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao exercício de 2011. Autoria: Ministério da Integração Nacional Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pelo conhecimento e pela apresentação de requerimento para realização de Audiência Pública. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento do projeto e pela aprovação do Requerimento da CMA nº 18, de 2014, para a realização de uma Audiência Pública conjunta da CMA e CDR, com a presença dos dirigentes do Banco do Brasil, do Ministério da Integração Nacional, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e de representantes das áreas da Indústria, de Comércio e Serviços e de Agricultura, para debater a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, de 2013 - Não terminativo -** Encaminha cópia do Acórdão n° 306/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, bem como do Relatório de Auditoria realizado pela SecobEdif nas obras de reforma e adequação do terminal de passageiros e acesso viário do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães, ação incluída na matriz de responsabilidade para a Copa do Mundo 2014. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do projeto. **ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 21, de 2013 - Não terminativo -** Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n° 2596/2013 - TCU - Plenário, referente à acompanhamento de auditoria realizado com o objetivo de conhecer a estrutura de governança dos agentes envolvidos na gestão dos jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, bem como a carteira de projetos essenciais, responsabilidades e níveis de execução. (TC 012.890/2013-8). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do Aviso com recomendação à Autoridade Pública Olímpica – APO. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, peloconhecimento e arquivamento do projeto, com recomendação à Autoridade PúblicaOlímpica – APO. **ITEM 5) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 22, de 2013 - Não terminativo -** Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 3239/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional a respeito da transferência

do gerenciamento de unidades públicas a entidades privadas (TC 018.739/2012-1). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento do projeto. **ITEM 6) AVISO Nº 14, de 2013 - Não terminativo -** Encaminha cópia do acórdão n° 587/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, referente à Tomada de Contas Especial instaurada por força da determinação contida no subitem 9.2.1 do Acórdão n° 783/2006 - TCU - Plenário (TC 002.629/2006-0 - Representação oriunda da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI - dos Correios), em face de supostos pagamentos excessivos a título de percentual de comissionamento em favor de agências franqueadas da ECT, entre 2005 e 2006, em desacordo com as normas internas daquela empresa (TC 019.201/2007-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Kátia Abreu. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do projeto. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2011 - Não terminativo -** Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 01-CMA. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2013 - Não Terminativo –** Dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira Relatoria: Senador Acir Gurgacz Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 14, de 2014** - Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 336 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista as graves denúncias trazidas esta Comissão pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt, da etnia Cinta Larga, nos Estados de Rondônia e Mato-Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013. Desta forma, diante da gravidade que envolve o caso, solicito sejam adotadas as providências a seguir elencadas: 1) solicito a regulamentação dos dispositivos constitucionais, ou seja, calendário especial para a PEC nº 76, de 2011, que altera dos artigos 176 e 231, todos da Constituição Federal; e, 2) urgência para imediata apreciação do PLS nº 605, de 2007, que regulamenta o art.231, §3º da Constituição Federal. Pede-se aos ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos obter os esclarecimentos competentes. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. **ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 15, de 2014 -** Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art.50 da Constituição Federal, combinado com os art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista as graves denúncias trazidas esta Comissão pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt, da etnia Cinta Larga, nos Estados de Rondônia e Mato-Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013. Desta forma, diante da gravidade que envolve o caso, requeiro sejam adotadas providências junto ao Presidente do Senado Federal, com vistas a intentar a imediata aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas (PL nº 2.057, de1991), após a apreciação, também, do PL 1.610 de 1996, em tramitação na Câmara dos Deputados, além de serem ouvidas as partes interessadas - Índios, Poder Executivo e Ministério Público. Pede-se aos ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos obter os esclarecimentos competentes Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. **ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 16, de 2014** - Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art.50 da Constituição Federal, combinado com os art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista as graves denúncias trazidas esta Comissão pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt, da etnia Cinta Larga, nos Estados de Rondônia e Mato-Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013. Desta forma, diante da gravidade que envolve o caso, requeiro seja instado o Ministro da Justiça para que explicite se a FUNAI dispõe de recursos humanos capacitados, aptos a fiscalizar com os devidos recursos materiais; Se existe medidas a serem implantadas para suprir uma possível insuficiência de recursos; informações sobre os eventos de exploração em terras indígenas; e, solicito, ainda, informações ao Ministro da Justiça e ao Ministro do Meio Ambiente para que esclareçam qual a situação atual da Política Nacional de Gestão Territorial

e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTAs); Solicito seja requerido ao Ministro da Justiça que esclareça se há inquéritos policiais na Polícia Federal e processos administrativos, na Polícia Federal e FUNAI, instaurados para apurar extração ilegal, e eventual envolvimento de servidores públicos da FUNAI e da Polícia Federal nestes delitos. Pede-se aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos obter os esclarecimentos competentes. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. **ITEM 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 17, de 2014 -** Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista as graves denúncias trazidas esta Comissão pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt, da etnia Cinta Larga, nos Estados de Rondônia e Mato-Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013. Desta forma, diante da gravidade que envolve o caso, requeiro seja oficiado ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, sobre a existência de procedimentos administrativos instaurados para apurar a exploração ilegal de riquezas em terras indígenas, bem assim o eventual envolvimento de membros ou servidores do Ministério Público Federal nesta exploração. Pede-se aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos obter os esclarecimentos competentes. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. **ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 19, de 2014 -** Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, inciso I, alínea a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento do presente pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, para que esclareça: i) se há inquéritos policiais instaurados no Departamento de Polícia Federal para apurar cometimento de delitos na extração ilegal de riquezas minerais e vegetais nas terras indígenas brasileiras; ii) no caso de a resposta ao quesito anterior ser afirmativa, solicitamos a identificação desses inquéritos, a informação sobre a fase em que se encontram e sobre o eventual envolvimento de servidores públicos do Departamento de Polícia Federal e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nos delitos mencionados. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. **ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 20, de 2014 -** Nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Requeiro que seja oficiado ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, no sentido de informar se há procedimentos administrativos instaurados para apurar a exploração ilegal de riquezas em terras indígenas, bem assim o eventual envolvimento de membros ou servidores do Ministério Público Federal nesta exploração, em face das denúncias elencadas em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013, trazidas este Colegiado pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. **Ficam adiadas as demais matérias.** A Presidência submete aos Senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª e da 6ª Reuniões da CMA. As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. Por fim, a Presidência reafirma que a partir de então fará por sorteio a distribuição de todos os relatórios. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às dez horas e quatorze minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle no exercício da Presidência.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos.

1) Expediente do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Edinho Bez, com a prestação de contas de 2013 desta Comissão.

O documento encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores para consulta na Secretaria da Comissão.

2) Convite do Conselho ao Assessor Nacional (CAN) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para que esta Comissão se faça representar pelo seu Presidente, ou indicado, no referido Conselho.

Tendo em vista a minha assunção ao cargo de Presidente desta Comissão, nobres colegas Senadores, devido ao pedido de licença do Senador Blairo Maggi, comunico que, enquanto estiver no exercício desta Presidência, modificarei um pouco a forma de distribuição dos projetos.

Conforme o art. 89, inciso III, compete ao Presidente da Comissão designar os relatores para as diversas matérias. Estou estudando, junto com a Secretaria da Comissão, uma maneira, Senador Raupp, de distribuição por sorteio, assim exercemos um pouco mais a democracia e todos os colegas Senadores serão convidados a relatar. Haveria uma distribuição equânime, creio que justa, para todos os Senadores relatarem os projetos importantes e participarem mais efetivamente do trabalho da Comissão, sendo que se trata de um modelo um pouco mais democrático para as indicações das relatorias. É uma prerrogativa da Presidência, sim, e eu entendo que é justo e correto distribuirmos as relatorias de acordo com o sorteio. Conto, com certeza, com a contribuição e a colaboração dos senhores.

Leitura de aviso.

Em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do Senado Federal, informo que os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análises prévias, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, serão arquivados.

Aviso do Senado Federal nº 3, de 2014, que encaminha o relatório de atividades do TCU referente ao quarto trimestre do exercício de 2013.

Aviso do TCU de nº 65, de 12 de fevereiro de 2014, que cuida de solicitação de informação ao TCU, aprovada e encaminhada pela CMA, atinente ao monitoramento do Acórdão 1.448, de 2012, do TCU, Plenário, que se refere aos recursos utilizados pelo Banco Central como orçamento paralelo. O TCU continua monitorando as determinações.

Aviso do Senado Federal nº 14, de 2014, que cuida de representação formulada pela empresa Teczap, Comércio e Distribuição Ltda, versando sobre possíveis irregularidades cometidas na condução do Pregão Eletrônico nº 70, de 2013, realizado pelo Senado Federal.

Conforme análise prévia, o seguinte aviso será relatado:

Aviso do Senado Federal nº 10, de fevereiro de 2014, que encaminha o Aviso do TCU nº 83, de 2014, que cuida de decisão normativa referente à representação formulada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental acerca da fixação, para o exercício de 2014, dos percentuais individuais de participação dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios na distribuição das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Leitura de requerimentos.

Farei a leitura dos requerimentos recebidos nesta Comissão com o objetivo de dar ciência aos Srs. Senadores quanto ao seu conteúdo.

Esse requerimento deverá ser votado, como praxe, como de rotina, nesta Comissão, na próxima reunião deliberativa da Comissão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Sobre a questão do encaminhamento da documentação, numa audiência pública que nós tivemos e em que ouvimos dois servidores da Funai, na passada, nós já falamos, já lemos aqui, colocamos, só ficou para, agora, nós fazermos as correções dos requerimentos.

Então, portanto, nós já ouvimos; não é uma questão de a gente ouvir mais ninguém, mas de encaminharmos e pedirmos para as autoridades competentes quais as providências que foram tomadas, que estão sendo tomadas sobre a retirada, a exploração ilegal de diamantes em área indígena e a exploração ilegal de madeira em área indígena. É só isso. Não tem, então...

Portanto, Sr. Presidente, nós não estamos deliberando, aqui, nesta Comissão, para que a gente possa ouvir novas pessoas. Na verdade, não é para ouvir novas pessoas. Na verdade, é só para remeter os documentos que nós mantivemos em mão naquela audiência pública do ano passado para os órgãos competentes.

Então, por exemplo, se fosse para a gente poder ouvir uma pessoa... Eu concordo que a gente tenha que dar tanto para a situação, como para a oposição, ou para qualquer outro setor entre os colegas Senadores, para poder fazer a defesa ou, ao mesmo tempo, pactuar com a solicitação quando é para ouvir alguém, mas, nesse caso, não é para ouvir ninguém, é só para nós encaminharmos para os órgãos competentes e, também, sabermos quais as providências que o Ministério da Justiça, perante a Funai, está adotando para coibir a extração ilegal de madeira e, também, de diamante em área indígena.

Nós temos, na área indígena de Roosevelt, em Espigão d'Oeste, a maior jazida de diamantes a céu aberto do mundo, onde a exploração ilegal continua até hoje. Nós estamos sendo roubados, está sendo saqueado, estão levando a riqueza embora. Foram assassinados lá 29 garimpeiros, na época em que eu era governador

do Estado, e nunca foi denunciado ninguém. Constantemente, ainda ocorre assassinato lá dentro. Há poucos dias, entraram mais de cinco máquinas grandes, PC, lá dentro.

Por que estou reivindicando isso, Sr. Presidente? Quando fui governador do Estado de Rondônia, eu fui, por oito anos seguidos, investigado e algum meio de comunicação, de imprensa marrom, em nível nacional, ainda colocava meu nome como se estivesse envolvido na extração ilegal e no contrabando de diamantes, e eu paguei um preço muito caro por isso.

Como Senador da República, hoje, eu estou me sentindo incompetente, estou me sentindo impossibilitado de, pelo menos, cobrar das autoridades para que não venha a acontecer como aconteceu comigo no passado. Que, então, o Governo Federal autorize a extração de riquezas naturais, minérios ou madeira, dessas áreas indígenas, legalizada, autorizada por este Congresso, ou, então, que paralise todas as atividades, para que as próprias comunidades indígenas não sejam penalizadas.

Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, os diamantes que tiram da reserva indígena saem de lá dentro com 30% do valor. E quem é que ganha dinheiro com isso? Os atravessadores, os contrabandistas, que levam para esquentar esse diamante em outros Estados ou em outros países, e nós perdemos tudo. O Estado não ganha nada.

A cidade de Espigão d'Oeste – o Senador Raupp acabou de sair e aqui estão os dois Senadores também – só fica com o problema social, fica com os doentes de malária e fica com a criminalidade, porque dinheiro nenhum fica lá. Como é um contrabando, uma extração ilegal, essa riqueza vai embora. E não tem essa história de os órgãos competentes dizerem que não sabe. Sabem de tudo. Todo mundo sabe da extração ilegal de diamante na Reserva Roosevelt, mas o Governo Federal não tem competência nem para legalizar nem para paralisar. E aí, quando efetua operação conjunta com o Exército, Polícia Rodoviária, Polícia Federal é só para todo mundo ganhar diária. É só para ganhar diária, porque continua entrando máquina lá dentro. Para vocês terem uma ideia, há poucos dias entraram cinco PCs. PC só entra em carreta grande. É aquela retroescavadeira grande, que dá aquela abocanhada e traz dois metros cúbicos e meio de terra. Há poucos dias entraram cinco máquinas. Passaram pelas barbas de todo mundo! E aí? Continua a extração ilegal. É só puxar pelo sistema de preservação ambiental que dá para observar o estrago que estão fazendo lá dentro.

Nós ouvimos essas pessoas da Funai em novembro do ano passado e até agora não conseguimos remeter o que ouvimos dos dois funcionários que denunciaram à época. Ao invés de eles serem aproveitados pelo Estado, eles foram transferidos para o Pará e para o Amazonas. Eles foram retirados de lá para continuar com a extração ilegal de diamante e de madeira. Isso é inaceitável!

Portanto, peço, e vou reforçar aqui, que nós possamos aprovar hoje, em uma votação simples, apenas para seguirmos em frente. Nós não vamos ouvir autoridade. Se fôssemos ouvir autoridade, eu concordaria com a Presidência, que teríamos de deixar para a próxima semana para dar oportunidade, mas não é. Basta encaminhar ao órgão competente para dizer quais medidas foram tomadas até hoje. Só isso. É o que nos cabe: fiscalizar o que temos de melhor neste País, que é a riqueza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A Presidência vai acolher o requerimento como já lido. Esperamos apenas que tenhamos quórum necessário para que possamos votar não só esse, mas os demais requerimentos.

Portanto, Senador Ivo Cassol, nós já o consideramos lido.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Esse era o seu desejo, que entendemos justo e correto. Mas precisamos de quórum para apreciá-lo.

Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, apenas uma informação. A quem é dirigido esse pedido de informações formulado pelo Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pode responder.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Nós estamos pedindo porque ouvimos aqui, Senador Aloysio, vários Senadores, no mês de novembro se não me engano, dois servidores da Funai que trouxeram documentos, fitas em que autoridades federais autorizaram a extração ilegal de madeira, confirmando que sabiam da extração ilegal de diamante e não tomaram providências. E, ao mesmo tempo, esses documentos seriam remetidos para o Ministério Público Federal, para a Justiça, para o Ibama, para a Funai...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Esse é o seu requerimento?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Não, não, essa é documentação que foi ouvido...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Já foi enviada.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Não, está aqui. Não foi enviada ainda não. Nós ouvimos, no mês de novembro, e até hoje não remetemos essa documentação ainda para os órgãos competentes, para que eles possam ouvir esses dois cidadãos da Funai, além de outras pessoas, para poder coibir essa extração ilegal. É só isso que eu estou pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Ivo Cassol, então, para tirar quaisquer dúvidas, e já que a dúvida do Senador Aloysio é pertinente, eu gostaria que V. Exª pudesse ler novamente o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Permita-me, Presidente. Esse é realmente um dos maiores escândalos de longa duração no Brasil. Eu não quero atacar o Governo atual não, isso vem de muito tempo. É uma coisa que está aí às escâncaras, feita da forma mais despudorada, com enormes prejuízos para o meio ambiente, para as comunidades indígenas, para a economia nacional. Eu quero felicitar o Senador Cassol por tomar essa iniciativa de cutucar essa onça, porque não é possível que continue isso sem que haja providência.

Obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Sr. Presidente, só para complementar as palavras do nobre colega Senador Aloysio Nunes.

Quando, em 2003, eu tomei a frente ou para legalizar ou estagnar a extração ilegal de madeira e diamante... Parece até que por trás dessa extração de diamante tem gente muito grande em nível de Brasil, porque me colocaram como cobaia, Senador Aloysio, como se eu fosse um dos beneficiários da extração de diamante. Fiquei por quase oito anos sendo investigados até que arquivam o processo, porque não tinha nada contra a minha pessoa. O que eu queria era que legalizasse ou fechasse. Eu não quero outra coisa. Era só isso que eu queria.

Houve uma época, em que tanto eu quanto o Senador Blairo Maggi... Quando o Minc era Ministro do Meio Ambiente, ele foi à Imprensa Nacional, falou que nós éramos os maiores desmatadores da natureza, que nós tirávamos madeira em áreas proibidas, tudo. Mas quem estava deixando tirar madeira de área proibida era o próprio Governo Federal. O próprio Governo Federal! E nós é que apanhávamos. É o governador que apanha. Por que é o governador que apanha? Porque, a partir do momento em que o Ministério Público Federal deixa tirar a madeira, é conivente com a retirada de madeira de área indígena, essa madeira tem que ser legalizada em algum lugar. E aí foi aquela vez em que houve aquelas TPFs frias, guias florestais frias, que foram apreendidas.

Então, o que estou solicitando aqui neste requerimento? Que o Ministério Público Federal possa tomar providências, porque a instituição é muito forte, a instituição é ótima, é boa. Quero aqui parabenizá-la. Não é por nada não, mas a todas as nossas instituições – Polícia Federal, Ministério Público Federal, Ministério da Justiça – peço que eles possam tomar providências e ouvir essas outras pessoas para poder coibir a extração ilegal de diamantes, que ainda continua lá. Hoje, continua a extração ilegal de madeira em área indígena no meu Estado. Continua! E os governos é que apanham.

Então, só para ler o requerimento aqui:

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista as graves denúncias trazidas esta Comissão pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt, da etnia Cinta Larga, nos Estados de Rondônia e Mato-Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013. Desta forma, diante da gravidade que envolve o caso, solicito sejam adotadas as providências a seguir elencadas: 1) solicito a regulamentação dos dispositivos constitucionais, ou seja, calendário especial para a PEC nº 76, de 2011, que altera dos artigos 176 e 231, todos da Constituição Federal; 2) urgência para imediata apreciação do PLS nº 605, de 2007, que regulamenta o art. 231, §3º da Constituição Federal; 3) que seja solicitado ao Presidente do Senado Federal a adoção de providências junto à Câmara dos Deputados, com vistas à imediata aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas (PL nº 2.057, de 1991), após a apreciação, também, do PL 1.610 de 1996, além de serem ouvidas as partes interessadas - Índios, Poder Executivo e Ministério Público; 4) solicito informações ao Ministro da Justiça para que explicite se a Funai dispõe de recursos humanos capacitados, aptos a fiscalizar com os devidos recursos materiais e se existem medidas a serem implantadas para suprir uma possível insuficiência de recursos; 5) informações sobre os eventos de exploração em terras indígenas; 6) solicito informações ao Ministro da Justiça e ao Ministro do Meio Ambiente para que esclareçam qual a situação atual da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e dos Planos de Gestão Territo-

rial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTAs); 7) solicito seja requerido ao Ministro da Justiça que esclareça se há inquéritos policiais na Polícia Federal e processos administrativos, na Polícia Federal e FUNAI, instaurados para apurar extração ilegal, e eventual envolvimento de servidores públicos da FUNAI e da Polícia Federal nestes delitos; 8) solicito seja oficiado ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público sobre a existência de procedimentos administrativos instaurados para apurar a exploração ilegal de riquezas em terras indígenas, bem assim o eventual envolvimento de membros ou servidores do Ministério Público Federal nesta exploração.
Dia 11 de março, de 2014.

Meus assessores botaram tanta coisa aqui... Vou te contar, eles inventam cada coisa! Espero que tudo isso se concretize, porque é muita coisa para esta Casa em época de eleição.

É o que solicitamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – É muita coisa para um mesmo requerimento, um requerimento só.

Vamos aguardar o quórum para que possamos apreciar e votar o requerimento. E, Senador Ivo Cassol, sendo aprovado, faremos as solicitações aos Ministros de forma separada e daremos os encaminhamentos necessários e devidos.

Enquanto isso, enquanto aguardamos...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sou relator do item 4, que é não terminativo. Então, eu queria sugerir a V. Exª a inversão para que pudéssemos começar com os itens não terminativos cujos relatores estão presentes, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não temos quórum para votação, mas a leitura poderá ser feita.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Não terminativo pode.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Existe um requerimento de minha autoria, convocando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Está aqui na pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Isso. Convocando o Ministro das Minas e Energia.

A primeira informação que pergunto a V. Exª é se o requerimento já foi lido e se, portanto, está na pauta para apreciação no dia de hoje. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O requerimento já foi lido e está na pauta. Precisamos de quórum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – O Senador Valdir Raupp havia solicitado para mim que esse requerimento fosse apreciado na reunião da semana que vem. Concordei com S. Exª para que fosse apreciado na semana que vem, diante do seguinte: há um tema igual ao desse requerimento.

É de conhecimento de todos do País o fato de estarmos vivendo uma iminente crise no setor elétrico. Isso não está sendo dito por nós; isso está sendo dito por uma das mais conceituadas consultorias do setor, que é a PSR. Essa consultoria emitiu um parecer há três semanas dizendo que o risco de racionamento era de 17,5% e um parecer emitido por essa consultoria na última semana aumenta esse risco para 25%.

Diante disso, diante dos notórios acontecimentos, eu considero que é de interesse do Senado Federal seja ouvido aqui S. Exª o Ministro de Minas e Energia.

Tive conhecimento de que um requerimento igual a esse foi objeto na Comissão de Infraestrutura, e lá esteve presente o Secretário Márcio Zimmermann.

Sem nenhum desmerecimento, mas, o País na iminência de ter uma crise; a Presidente da República tendo feito no ano passado, se não me engano, uma cadeia nacional de rádio e televisão comunicando a redução da tarifa do setor elétrico; com o País na iminência de uma crise no setor, eu creio que seria o caso de a Presidente da República fazer de novo uma cadeia nacional de rádio e televisão e comunicar quais as providências para que nós não tenhamos um colapso no sistema e que aqui, no Senado, esteja presente não o Secretário-Executivo do Ministério, mas o Ministro de Minas e Energia.

Portanto, eu concordei aqui com o pedido de S. Exª o Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB. Nós podemos apreciar isso na semana que vem, mas eu quero aqui dizer o seguinte: que venha aqui o S. Exª o Ministro

de Minas e Energia, sem nenhum desmerecimento de ninguém, sem nenhum desmerecimento ao Secretário Márcio Zimmermann.

Mas, vejamos: jornais dão conta de uma grave crise na Eletrobras, de uma queda das ações da Eletrobras, de sua cotação na bolsa. Os jornais dão conta de um colapso do setor de energia elétrica no País. O noticiário dá conta. A mais conceituada agência de risco do setor de energia elétrica dá conta do aumento do risco de apagão no setor. Não é possível que nós não possamos ter no Senado Federal a exposição do Ministro da Pasta.

Então, eu quero aqui, Presidente Eduardo Amorim, aquiescer o pedido de S. Exª o Líder do PMDB feito a mim ainda há pouco, para nós não apreciarmos no dia de hoje esse requerimento de convocação de S. Exª o Ministro de Minas e Energia. Eu até aquiesço, se houver uma concordância para que ele venha. Não quero fazer nenhuma conversão do requerimento por enquanto, deixemos para a semana que vem, mas queria fazer um apelo aqui aos Srs. Parlamentares da Base de Apoio ao Governo, em especial aos Parlamentares do PMDB e do PT, para que tivéssemos uma garantia da vinda do Sr. Ministro, em virtude da necessidade de esclarecimentos, pelas notícias que temos da grave crise que paira sobre o setor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Entendo que o senhor está pedindo para retirar de pauta, portanto, para que possamos votar na próxima semana, a partir do apelo, do pedido do Senador Raupp, que estava aqui até há pouco.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 13, de 2014

Requer, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso III da Constituição Federal, e na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Edson Lobão, a respeito da situação do sistema elétrico brasileiro e do risco de racionamento de energia, bem como da situação econômica da Eletrobrás.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Observações:

-Durante a reunião, o Senador Humberto Costa sugeriu a alteração de convocação para convite, o que foi acatado pelo autor.)

Pois não, Senador Humberto Costa. Depois, Senador Aloysio Nunes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Queria só fazer uma sugestão, entendendo a importância deste debate, mas lembrando que na semana passada foram mais de cinco horas de audiência pública na Comissão de Infraestrutura não só com a presença do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia como de outras autoridades da área, inclusive de integrantes do órgão nacional que trata dessa temática e da agência também. Então, eu faria a proposição de que nós pudéssemos trazer o Sr. Ministro, ou alguém que o represente na condição de prestar todos os esclarecimentos, mas na forma de um convite ao invés de uma convocação. Com essa ideia do convite nós poderíamos até aprovar hoje essa proposição. Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu vou votar a favor do requerimento. Inclusive, se o proponente concordar com a sugestão do Senador Humberto Costa, eu não teria nenhuma objeção. Pessoalmente, eu votaria também a favor.

Agora, eu quero que venha o Ministro. Sabe por quê, Presidente? Na semana passada, realmente esteve aqui o Sr. Zimmermann com várias autoridades do setor elétrico brasileiro. Fizeram uma exposição, como lembrou o Senador Humberto Costa, por mais de cinco horas. Segundo a exposição que fizeram estava tudo bem, tudo tranquilo e sob controle, com algumas preocupações aqui ou ali, mas naquele mesmo dia o Ministro da Fazenda, as autoridades da área econômica anunciaram o tamanho do rombo provocado pela medida precipitada, populista, eleitoreira da Presidente Dilma ao pretender reduzir na marra a tarifa de energia.

De manhã, tudo bem; à noite, vem a notícia ruim. Quer dizer, temos um rombo enorme, coisa de R$20 bilhões. No ano que vem, depois das eleições, haverá aumento da conta de luz ou aumento de impostos e não se sabe exatamente em que montante, porque hoje o jornal *Folha de S. Paulo* publica uma notícia que, se verificar ser correta, agregará mais R$15 bilhões ao passivo que essa medida gerou. São R$15 bilhões referentes à indenização de investimentos realizados pelas empresas de transmissão de energia anteriores ao ano 2000. Para mim, Zimmermann não serve mais, não dá. Chegou aqui, falou que estava tudo bem e à noite apresentaram a conta. Então, que venha o Ministro!

Agora, para ouvir novamente essa cantilena de gente que vem aqui e fala uma coisa, de um Governo que afirma que está tudo bem e à noite apresenta a conta para os brasileiros pagarem, eu não virei. Os companheiros, os Senadores que quiserem perder seu tempo, que venham. Eu não virei. Se vier o Ministro, virei com o maior prazer para ouvi-lo. Agora, para ouvir Zimmermann e outras autoridades que vieram aqui com enrolação, eu não virei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Indago ao Senador Randolfe Rodrigues se ele concorda que seja modificado e ao invés de se fazer uma convocação fazer-se um convite ao Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Eu já tinha inclusive, Senador Eduardo Amorim, destacado para o Senador Valdir Raupp que não via nenhuma objeção. O próprio Senador havia perguntado se poderia ocorrer na semana que vem. Não vejo nenhuma objeção. Pode ser convertido em convite.

Agora, queria reiterar e gostaria de ouvir aqui um compromisso das Lideranças do Governo de que viesse o Ministro. Quero reiterar o que foi dito aqui pelo Senador Aloysio. Sem nenhum desmerecimento, mas o Secretário-Executivo, Dr. Zimmermann, já veio e após a vinda dele nós vimos notícias como esta. Além do que o Senador Aloysio já falou, há notícias como esta. Este é o jornal *O Estado de S. Paulo* de domingo, que publicou que "Eletrobras perde R$19 bi na Bolsa e até muda de sede para economizar aluguel".

Só não vê quem não quer a crise que nós temos no setor elétrico! É uma grave crise. E, veja, é o setor que a Presidente da República dirigiu até assumir a Presidência da República. Não é um setor qualquer.

Eu reitero que a principal consultoria do setor está advertindo sobre o risco de apagão nesse setor. Nós não podemos desmerecer esses riscos. É urgente e necessário que venham para cá esclarecer para nós o que de fato existe, o que está acontecendo na Eletrobras. Por que a Eletrobrás está desvalorizando na Bolsa? Por que a Elebrobras teve que mudar de sede para economizar aluguel? Por que a principal consultoria do setor aumentou o risco de apagão do setor elétrico? Por que tudo isso? É necessário que venha o Ministro! O Sr. Zimmermann já veio aqui, como foi dito. Então, não tenho problema nenhum, não apresento objeção para transformar em convite, mas é necessário que aqui venha o Ministro.

Eu queria somente ouvir isso, Senador Eduardo Amorim, e ter essa garantia.

Eu tinha acertado com o Senador Raupp deixar para a semana que vem, mas o que pode ser acertado e fechado hoje não precisa ser deixado para a semana que vem. Se tiver um compromisso aqui – compromisso! – de que virá o Ministro, este compromisso dito aqui pelas Lideranças do Governo de que virá o Ministro a esta Casa, converte-se em convite, resolvemos isso hoje e, pronto, acabamos com este requerimento hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, acolhido?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Não temos quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não. Já temos quórum, mas esse requerimento ficará para a próxima reunião. Já temos quórum, sim, para apreciá-lo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu penso que aqui já tem uma posição do Líder Humberto Costa e havia o posicionamento prévio do proponente, Senador Randolfe. É um tema polêmico, para nós nos interessa a todos os esclarecimentos, mas eu queria cumprimentar o Senador Randolfe por ter acatado essa sugestão de transformar a convocação em convite e nós apreciaríamos, então, na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Na próxima semana. Assim fica acordado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... já que temos posição favorável de vários Senadores. Semana que vem apreciaremos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, vamos à apreciação do requerimento do Senador Ivo Cassol, lembrando que é necessária, se aprovado o requerimento,a confirmação, a assinatura dos Senadores que assim concordarem.

Aqueles que concordam com o requerimento feito pelo Senador Ivo Cassol permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2 da pauta.

ITEM 2
OFICIO "S" Nº 22, de 2012
- Não Terminativo -

Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao exercício de 2011.
Autoria: Ministério da Integração Nacional

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pelo conhecimento e pela apresentação de requerimento para realização de Audiência Pública
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 11/03/2014.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CDR.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu peço autorização da Mesa para ir direto à análise do relatório.

Trata-se do Ofício "S" nº 22, de 2012, do Ministro de Estado da Integração Nacional, que encaminhou ao Senado Federal, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) relativo ao exercício de 2011, e cópia do parecer conjunto elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e Sudeco.

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que

os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

O §4º desse mesmo artigo, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, determina, por sua vez, que

o relatório de que trata o caput do art. 20, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência de desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.

O §5º do mesmo artigo determina que o relatório de que trata o *caput* do art. 20, "acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional.

Assim, nos termos da legislação mencionada, cabe a esta Comissão atestar se o FCO está contribuindo para o fim para o qual foi criado pelos Constituintes de 1988: a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões do País.

Para proceder essa avaliação, seria necessário que o Banco do Brasil, o Ministério da Integração Nacional e a Sudeco estivessem atentos ao ditame constitucional a seguir reproduzido, com grifo nosso:

> *Art. 159. A União entregará:*
>
> .....
>
> c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;
>
> .....

Como não se tem como referência o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, pois este não foi elaborado apesar de ser uma exigência constitucional, a análise da documentação encaminhada ao Congresso Nacional não pode constatar se houve ou não redução das disparidades inter-regionais de desenvolvimento.

As informações contidas na documentação são abundantes e diversificadas, mas se concentram na distribuição e no valor das operações de crédito, sem fazer a ligação entre as atividades do FCO e as prioridades regionais, referência essa que deveria constar do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Anotada a ausência do Plano, cabe indicar a constatação das seguintes questões: 1ª) o FCO aplicou, em 2011, seus recursos em benefício de grandes tomadores; 2ª) o Banco Brasil não concede à recuperação das operações com risco integral do FCO a mesma atenção que dedica à recuperação das operações cujo risco lhe cabe integralmente; e 3ª) o diminuto volume de recursos repassados a outras instituições financeiras.

Concentração de renda: ao concentrar um terço de suas aplicações em tomadores – empresas e produtores rurais – com faturamento ou renda bruta superior a R$2,4 milhões, e ao destinar R$1.226,2 milhão ou 22% dos recursos aplicados em 2011, a 26 operações com valor médio de R$47,2 milhões, o FCO não contribuiu para a melhoria da concentração da renda e das oportunidades de progresso no Centro-Oeste.

Atenção do banco administrador à recuperação das operações com risco integral do FCO: no relatório, se observa que as ações ajuizadas para recuperação de operações inadimplentes correspondem a 1% do valor da carteira com risco integral do Banco e a 0,4% do valor da carteira com risco integral do Fundo. Em relação

ao valor das parcelas em atraso, as ações ajuizadas correspondem a 230% quando o risco é do banco e a apenas 1% quando o risco é do Fundo.

Diminuto volume de recursos repassados a outras instituições financeiras: em 2011, o Banco do Brasil, como banco administrador do FCO, repassou R$27,9 milhões para aplicação por cinco outras instituições financeiras. Tal volume de recursos corresponde a apenas 0,5% do total de aplicações em toda a Região Centro-Oeste em 2011, o que indica limitada promoção de maior capilaridade na oferta de recursos para investimentos.

Além dos três pontos acima indicados, é importante discutir duas outras questões que estão subjacentes ao tema das atividades do FCO em 2011. A primeira questão consiste no apoio dos Fundos Constitucionais de Financiamento ao setor comércio e de serviços; e a segunda questão, ligada à primeira, consiste na participação do Distrito Federal no rateio dos recursos do FCO entre as quatro unidades federativas do Centro-Oeste.

Financiamento a Empreendimentos Comerciais e de Serviços.

Originalmente, os Fundos Constitucionais de Financiamento não financiavam o setor comércio e de serviços. Assim estava previsto na Lei nº 7.827, de 1989:

Art. 4° São beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial e agroindustrial das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O ditame acima refletia o entendimento de que os recursos dos Fundos deveriam ser aplicados no financiamento de atividades produtivas com prazo longo de maturação e que não fossem do interesse dos bancos comerciais, pois apresentariam risco superior ao aceitável pelo mercado financeiro em geral.

Em 2001, abriu-se a possibilidade de o setor serviços e de prestação de serviços receber até 10% dos recursos a serem aplicados em cada exercício. Em 2008, esse limite foi ampliado para até 20% no plano regional e até 30% no plano de cada unidade federativa.

Agora, mediante a Lei nº 12.716, de 2012, acabou-se a imposição de qualquer limite para a participação do setor comércio e de serviços, com a nova redação dada ao art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, com grifo nosso:

Art. 4º São beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção, que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com as prioridades estabelecidas nos respectivos planos regionais de desenvolvimento.

Como não há Plano Regional de Desenvolvimento, o Banco do Brasil – assim como os demais bancos administradores – utiliza os recursos do FCO para financiar empreendimentos que poderiam ser atrativos para os bancos comerciais ou para outras instituições financeiras.

Mesmo com a restrição de não haver o Plano Regional de Desenvolvimento, deveria se orientar os recursos do FCO para atividades onde há exigência de longo prazo para a maturação dos investimentos, como hotéis, pousadas, centros de eventos e feiras, parques temáticos, *shoppings centers*, centros de comércio atacadistas, portos secos, distritos industriais e tantos outros empreendimentos que têm efeitos sobre a estrutura produtiva da economia regional.

Como não há a referência do Plano Regional de Desenvolvimento, o Banco do Brasil utiliza os recursos do FCO como um ativo financeiro, sem vinculação aos objetivos de promoção do desenvolvimento regional e de atenuação das desigualdades sociais e regionais.

Participação do Distrito Federal no rateio dos recursos do FCO.

O relatório se refere à frustração quanto ao alcance das metas estabelecidas para a participação do Distrito Federal e indica que, que na direção oposta, Goiás se beneficiou de uma expansão considerável nos recursos ali aplicados pelo FCO. No Distrito Federal, estava prevista a aplicação de 19% da disponibilidade esperada, mas foram aplicados apenas 7,4%, enquanto em Goiás foram aplicados 37% dos recursos, frente à previsão de uma participação esperada de 29%.

Cabe considerar três questões:

a) o Distrito Federal abriga apenas 18,3% da população regional, enquanto Goiás abriga 42,7%;

b) a economia do Distrito Federal tem uma base econômica menor do que Goiás, caso seja considerada apenas o conjunto de atividades econômicas produtivas e a participação da Administração Pública seja desconsiderada; e

c) no quadro apresentado a seguir, também se observa uma participação menor do Distrito Federal na distribuição regional dos desembolsos do BNDES.

A ampliação da atuação do FCO no Distrito Federal está sendo promovida mediante a aplicação de recursos no apoio ao setor comércio e de serviços. Cabe, então, considerar se não seria o caso de sugerir que, dentro

do setor comércio e de serviços, houvesse o objetivo de destinar mais recursos para as atividades de comércio e de serviços com prazo mais longo de maturação, retorno mais baixo e risco mais elevado.

Considerações finais.

Com esses antecedentes, considero que esta Comissão deveria apresentar à CDR a proposta de realização de uma audiência pública conjunta, com a presença dos dirigentes do Banco do Brasil, do Ministério da Integração Nacional e da Sudeco, para a discussão das questões identificadas como sendo aspectos críticos da atuação do FCO, como instrumento de promoção do desenvolvimento regional.

Antes de apresentar o voto, é importante registrar aqui que parte dessas questões apontadas nesse relatório de 2011, sobretudo em relação do Distrito Federal, está sendo minorada pela modificação da lei realizada em 2012, a partir, inicialmente, de um projeto de minha autoria na Comissão de Desenvolvimento Regional. Depois, em uma medida provisória de que o Senador Walter Pinheiro foi relator e teve a participação fundamental do Senador José Pimentel retirou-se o limite de 20% para atividades de comércio e serviços, ficando livre a partir da definição do Plano de Desenvolvimento Regional.

Isso vai beneficiar enormemente o Distrito Federal e a região do Entorno, porque a característica da economia do Distrito Federal e dessa região é exatamente a de ter mais de 90% da sua economia sustentados pelas atividades de comércio e serviços. É por isso que o Distrito Federal, que tinha direito a 19% de recursos do FCO, estava utilizando menos de 8%, o Distrito Federal e Entorno. É importante registrar que os recursos destinados ao Distrito Federal também atendem à região metropolitana, à região do Entorno do Distrito Federal.

Portanto, no ano de 2013, já temos uma utilização do Distrito Federal muito superior a que tivemos em 201, percentualmente. Certamente em 2014 será maior ainda. Nesse sentido, a gente agradece a ação do Ministro da Integração Nacional à época, Ministro Fernando Bezerra Coelho, e do Superintendente do Sudeco à época, Marcelo Dourado, que trabalharam fortemente para a modificação da legislação.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício "S" nº 22, de 2012, e recomendo a proposta de realização de uma audiência pública conjunta entre CMA e CDR, com a presença dos dirigentes do Banco do Brasil, do Ministério da Integração Nacional e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para debater a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o qual deveria estabelecer as prioridades regionais para a aplicação dos recursos do FCO, conforme previsto na alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

Acrescentaria aqui também a sugestão de participação de representantes do setor produtivo – da área de indústria, da área de comércio e serviços e da área de agricultura – para que esse debate possa ficar completo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu queria pedir a colaboração de todos que estão na Comissão com relação às conversas paralelas, para que a gente possa ouvir de forma mais clara e audível os relatores.

Obrigado pela compreensão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria e pela aprovação do requerimento para realização de audiência pública.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Só para confirmar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Confirmo que seu requerimento, na verdade lido e aprovado, transformou-se em quatro requerimentos para que possa ser dada, segundo o Regimento, uma forma mais clara e depois serem encaminhados para cada órgão, como foi solicitado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Era isso que eu queria solicitar a V. Exª como Presidente porque ele foi desmembrado em quatro requerimentos... (*Falha na gravação.*). Então, foi dividido em quatro requerimentos para facilitar o trabalho dos nossos assessores. Então, está dito nos quatro requerimentos a mesma coisa que está no requerimento que foi lido e aprovado. Eu só queria a confirmação disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Para confirmarmos a formalização necessária, pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se todos concordam.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos, Senador Ivo Cassol.

(São os seguintes os itens aprovados:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 14, de 2014

Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 336 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista as graves denúncias trazidas esta Comissão pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt, da etnia Cinta Larga, nos Estados de Rondônia e Mato-Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013. Desta forma, diante da gravidade que envolve o caso, solicito sejam adotadas as providências a seguir elencadas: 1) solicito a regulamentação dos dispositivos constitucionais, ou seja, calendário especial para a PEC nº 76, de 2011, que altera dos artigos 176 e 231, todos da Constituição Federal; e, 2) urgência para imediata apreciação do PLS nº 605, de 2007, que regulamenta o art.231, §3º da Constituição Federal. Pede-se aos ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos obter os esclarecimentos competentes.

Autoria: Senador Ivo Cassol

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 15, de 2014

Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art.50 da Constituição Federal, combinado com os art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista as graves denúncias trazidas esta Comissão pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt, da etnia Cinta Larga, nos Estados de Rondônia e Mato-Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013. Desta forma, diante da gravidade que envolve o caso, requeiro sejam adotadas providências junto ao Presidente do Senado Federal, com vistas a intentar a imediata aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas (PL nº 2.057, de1991), após a apreciação, também, do PL 1.610 de 1996, em tramitação na Câmara dos Deputados, além de serem ouvidas as partes interessadas - Índios, Poder Executivo e Ministério Público. Pede-se aos ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos obter os esclarecimentos competentes

Autoria: Senador Ivo Cassol

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 16, de 2014

Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art.50 da Constituição Federal, combinado com os art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista as graves denúncias trazidas esta Comissão pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt, da etnia Cinta Larga, nos Estados de Rondônia e Mato-Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013. Desta forma, diante da gravidade que envolve o caso, requeiro seja instado o Ministro da Justiça para que explicite se a FUNAI dispõe de recursos humanos capacitados, aptos a fiscalizar com os devidos recursos materiais; Se existe medidas a serem implantadas para suprir uma possível insuficiência de recursos; informações sobre os eventos de exploração em terras indígenas; e, solicito, ainda, informações ao Ministro da Justiça e ao Ministro do Meio Ambiente para que esclareçam qual a situação atual da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTAs); Solicito seja requerido ao Ministro da Justiça que esclareça se há inquéritos policiais na Polícia Federal e processos administrativos, na Polícia Federal e FUNAI, instaurados para apurar extração ilegal, e eventual envolvimento de servidores públicos da FUNAI e da Polícia Federal nestes delitos. Pede-se aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos obter os esclarecimentos competentes.

Autoria: Senador Ivo Cassol

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 17, de 2014

Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista as graves denúncias trazidas esta Comissão pelos Senhores Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na terra indígena Roosevelt, da etnia Cinta Larga, nos Estados de Rondônia e Mato-Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013. Desta forma, diante da gravidade que envolve o caso, requeiro seja oficiado ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, sobre a existência de procedimentos administrativos instaurados para apurar a exploração ilegal de riquezas em terras indígenas, bem assim o eventual envolvimento de membros ou servidores do Ministério Público Federal nesta exploração. Pede-se aos meus ilustres pares da Comissão do Meio Ambiente que aprovem o Requerimento supracitado, para que possamos obter os esclarecimentos competentes.
Autoria: Senador Ivo Cassol.)

Antes de continuar a nossa pauta, lembro apenas a rotina desta Comissão. Registro que, quando a colega ou o colega Senador não puder vir à Comissão por algum motivo qualquer – são muitas Comissões de que participamos –, vamos seguir aquilo que o Senador Blairo Maggi assim determinou para esta Comissão: respeita-se uma ausência, e, na ausência seguinte, caso o relator não esteja presente, solicitaremos ou indicaremos um relator *ad hoc* para aquele projeto.

Então, vamos passar ao item 4 da pauta, de relatoria do Senador Cícero Lucena.

ITEM 4

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 21, de 2013
- Não terminativo -

Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n° 2596/2013 - TCU - Plenário, referente à acompanhamento de auditoria realizado com o objetivo de conhecer a estrutura de governança dos agentes envolvidos na gestão dos jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, bem como a carteira de projetos essenciais, responsabilidades e níveis de execução. (TC 012.890/2013-8)
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Cícero Lucena
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do Aviso com recomendação à Autoridade Pública Olímpica - APO

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este relatório já estava disponível tanto na forma digital como impressa desde a reunião passada. Portanto, vou direto ao voto.

Este Relator recomenda que, nos próximos relatórios semestrais de atividades, sejam apresentadas pela Autoridade Pública Olímpica – APO, além das informações relativas ao cumprimento do art. 6º da Lei nº 12.396, informações acerca do cumprimento das recomendações dirigidas à entidade pelo Tribunal de Contas da União no tocante à elaboração da Matriz de Responsabilidades dos Jogos, instrumento que possibilitará o conhecimento do cumprimento das ações programadas.

Assim sendo, votamos no sentido de que a Comissão tome conhecimento do Aviso nº 21/2013, que encaminhou cópia do Acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União nos autos do processo TC 012.890/2013-8, e determine seu encaminhamento ao arquivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Informo que oficiaremos à autoridade pública olímpica sobre recomendação do Relator.

Item 5:

ITEM 5

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 22, de 2013

- Não terminativo -

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 3239/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional a respeito da transferência do gerenciamento de unidades públicas a entidades privadas (TC 018.739/2012-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

-A matéria constou na pauta do dia 11/03/2014.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente Senador Eduardo Amorim, Srs. Senadores, o Tribunal de Contas da União encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, por meio do Aviso nº 1546–Seses–TCU–Plenário, cópia do Acórdão nº 3239/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional na transferência do gerenciamento de unidades públicas a entidades privadas (TC 018.739/2012-1).

Segundo o Relatório de Auditoria Operacional, realizado para verificar falhas e efetuar determinações e recomendações quanto à transferência do gerenciamento de serviços públicos de saúde a organizações sociais, a posição do TCU é de que apesar de abrir mão da execução direta dos serviços de saúde objeto de contratos de gestão, o Poder Público mantém responsabilidade de garantir que sejam prestados na quantidade e qualidade apropriados.

Assim, acordaram os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em efetuar diversas determinações à Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, à Secretaria Municipal de Saúde de Araucária, à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, à Secretaria Municipal de Saúde de Salvador e ao Ministério da Saúde.

Decidiu o TCU também encaminhar cópia da deliberação acompanhada do relatório e acórdão que a fundamentam para conhecimento e/ou adoção das medidas pertinentes à Secex-RJ, à Secex-PB, à Secex-BA, à Secex-SP, ao Ministério da Saúde; às Secretarias Estaduais de Saúde da Bahia, da Paraíba e de São Paulo; às Secretarias Municipais de Saúde de Araucária, de Curitiba, do Rio de Janeiro, de Salvador e de São Paulo; ao Conselho Nacional de Saúde; à Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e à Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal; e ao Ministério Público Federal.

Deliberou o TCU, por fim, autorizar o monitoramento das determinações e recomendações proferidas.

Voto.

Assim sendo, como as providências cabíveis para sanar os problemas apontados foram adotadas pelo TCU, este voto é pelo arquivamento deste processo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA pelo arquivamento da matéria.

Voltamos ao item 3.

Peço a colaboração do Senador Aloysio Nunes para que seja o Relator *ad hoc*, já que o Senador Eduardo Braga não pôde estar e não faz nenhuma objeção.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União encaminha a esta Comissão cópia do Acórdão proferido nos autos do TC 039.089/2012-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, pelo qual foi aprovado Relatório de Auditoria realizado pela SecobEdif, um órgão técnico do Tribunal de Contas da União, nas obras de reforma e adequação do terminal de

passageiros e acesso viário do Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães, ação incluída na Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo de 2014.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Conforme frisou o Ministro-Relator, a Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo é peça vital para o conhecimento da sociedade acerca do exato esforço para a realização do evento esportivo. Portanto, deve espelhar mais fidedignamente os reais gastos empreendidos. Dessa maneira, o Tribunal determinou ao Ministério do Esporte que tome as providências necessárias a seu cargo para atualização, na Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo, dos valores e dos prazos para a conclusão das obras de reforma e adequação do terminal de passageiros e acesso viário do Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães. A diferença entre o valor estimado e o efetivamente contratado superou R$70 milhões. Estimou-se contratar por R$15,4 milhões, e a contratação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi de R$87,2 milhões.

Em razão da discussão desenvolvida sobre o RDC e a sua aplicação pela Administração, e atendendo a Declaração de Voto do Ministro Raimundo Carreiro, que propugnou pela medida, a Corte de Contas recomendou ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil que estudem a inclusão no regulamento do RDC, na hipótese prevista no art. 17, §1º, inciso I, da Lei 12.462/2011, combinado com o art. 18, parágrafo único e art. 20 do Decreto 7.581/2011, de mecanismos que coíbam a possibilidade de eventual licitante – que venha sistematicamente ofertando propostas intermediárias – de cobrir o menor preço por desconto irrisório, como, por exemplo, obrigando a apresentação de lances com intervalo mínimo aplicado, tanto com relação às propostas de cada licitante, como também com relação à melhor proposta, no caso de o lance intentar cobrir o menor preço.

Como de hábito, o tribunal monitora determinações e recomendações feitas em auditorias, e também encaminha o resultado do monitoramento aos destinatários de cópias do acórdão em que aquelas foram exaradas. Em face de todo o exposto, julgo que, por ora, o mais apropriado é aguardarmos os frutos dessa verificação, em segunda aproximação, do atendimento das determinações e recomendações assinadas pela Corte de Contas.

À luz do exposto, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 6, de 2013, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham.

Esse é o voto inicialmente redigido e apresentado pelo Relator original da matéria, o Senador Eduardo Braga.

Eu gostaria, Sr. Presidente, se me fosse permitido regimentalmente, de agregar uma proposta a essa que o Relator Eduardo Braga apresenta no seu parecer. A proposta de que seja enviada a íntegra desse acórdão e desse voto do Ministro Raimundo Carreiro à Srª Senadora Gleisi Hoffmann, que está neste momento relatando uma medida provisória perante uma Comissão Mista, medida provisória essa que altera algumas normas relativas ao RDC. O objetivo dessa minha proposta é que S. Exª possa tomar conhecimento deste voto e analisar a possibilidade de inclusão dessa proposta do Ministro Carreiro no seu parecer.

Portanto, submeto a V. Exª a possibilidade de agregar esta minha sugestão, o encaminhamento deste voto à Ministra Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom, colocamos também em votação a sugestão de V. Exª, o encaminhamento.

Agora, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que concordam com o relatório e com a sugestão do Senador Aloysio Nunes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, e também a sugestão, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, de 2013

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão n° 306/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, bem como do Relatório de Auditoria realizado pela SecobEdif nas obras de reforma e adequação do terminal de passageiros e acesso viário do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães, ação incluída na matriz de responsabilidade para a Copa do Mundo 2014.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Eduardo Braga

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Obrigado, Presidente.

Apenas permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Queria sugerir a V. Exª e à Secretaria da Comissão que, o mais rapidamente possível, encaminhasse esse processado à Senadora Gleisi Hoffmann, porque ela já está ultimando seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Assim será feito, Senador Aloysio Nunes.

Quero pedir a contribuição, a colaboração do Senador Flexa Ribeiro, para que possa relatar o item 6 da pauta e também, Senador Aloysio Nunes, a sua contribuição e colaboração, mais uma vez, para que possa ser o Relator ad hoc também do item 7, relatoria também do Senador Eduardo Braga, que manifestou não ter objeção alguma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. Obrigado pela colaboração.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente Eduardo Amorim, farei a leitura do relatório da Senadora Kátia Abreu, item 6 da pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Aviso nº 14, de 2013, da CMA (nº 264-Seses-TCU-Plenário, de 2013, na origem), cujo objeto é discriminado em epígrafe.

O Tribunal de Contas da União cumpre sua missão constitucional de auxiliar o Congresso Nacional a exercer o controle externo da atividade administrativa do Estado ao encaminhar a esta Comissão cópia do aludido acórdão e do relatório e Voto que o fundamentaram.

Em suma, a Tomada de Contas Especial aqui referida foi instaurada em virtude da conclusão assentada no Acórdão 783/2006-TCU-Plenário, com base em informações oriundas da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dos Correios, de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) teria realizado pagamentos de comissões em valores superdimensionados a agências de correios franqueadas (ACFs), entre março de 2005 e junho de 2006.

De acordo com as conclusões do aludido acórdão, o débito apurado teria decorrido da utilização de uma base de cálculo incorreta para obter os valores das comissões devidas às ACFs. Em termos mais específicos, a ECT, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ao proceder ao cálculo do referido comissionamento, em vez de utilizar a média aritmética referente aos últimos seis meses de operação dos serviços de franqueamento de agências, o que teria ocorrido entre 2004 e 2005, utilizou os seis meses do ano de 2002. Essa conclusão foi construída pela interpretação de dispositivos do Manual de Comercialização e Atendimento da ECT.

Os trabalhos daquela Corte de Contas culminaram no Acórdão nº 587/2013-TCU-Plenário, que, diante das razões expostas pelo Relator, conclui pelo seguinte:

. nos termos do art. 12, §3º, da Lei nº 8.443/92, considerar revel, para todos os efeitos, neste processo, a sociedade empresarial Expresso Postal Teng Ltda.;

. excluir do rol de responsáveis deste processo Ernesto Duarte e Juliana Azeredo Duarte, bem como a sociedade empresarial Inter.mail Ltda.;

. acolher as alegações de defesa apresentadas por Carlos Eduardo Fioravante da Costa, Marcos Antônio Vieira da Silva e Valter Ferreira de Araújo, e pelas sociedades empresariais Blue Star Intermediações de Negócios Ltda., L. Fernando de Castro Franchising Ltda., Diretex Serviços e Representações Ltda., Inter Post Assessoria Comercial S C Ltda., JK Comercial e Serviços Ltda., Orrine Administração de Documentos Ltda., Art Tudo Franquia dos Correios Ltda., Benserve Serviços Gerais Ltda. - ME e Top Gun Atendimento e Contato Ltda.;

. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, julgar regulares as contas dos responsáveis Carlos Eduardo Fioravante da Costa, Marcos Antônio Vieira da Silva e Valter Ferreira de Araújo, dando-lhes quitação plena;

. com base no art. 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, dar quitação plena, neste processo, às sociedades empresariais Blue Star Intermediações de Negócios Ltda., L. Fernando de Castro Franchising Ltda., Diretex Serviços e Representações Ltda., Inter Post Assessoria Comercial S C Ltda., JK Comercial e Serviços Ltda., Orrine Administração de Documentos Ltda., Art Tudo Franquia dos Correios Ltda., Benserve Serviços Gerais Ltda. – ME, Top Gun Atendimento e Contato Ltda. e Expresso Postal Teng Ltda., tendo em vista a insubsistência dos débitos que motivaram suas citações neste processo;

. cientificar a Empresa de Correios e Telégrafos e as sociedades empresariais abaixo discriminadas de que, em função do presente julgamento, tornaram-se indébitos valores recolhidos pelas referidas empresas

em decorrência das citações havidas neste processo, cabendo às partes adotarem, a seu critério, as providências necessárias à restituição dos respectivos valores:

- Diretex Serviços e Representações Ltda.;
- Blue Star Intermediações de Negócios Ltda.;
- L. Fernando de Castro Franchising Ltda.;

. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam:

- à Presidência da Empresa de Correios e Telégrafos;
- aos responsáveis e demais interessados arrolados no item 3 do acórdão;
- ao Ministro de Estado das Comunicações;
- ao Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 2º da Lei nº 10.001/2002, para ciência, em complemento aos Avisos GP/TCU nº 148, de 21/3/2012, e nº 1312, de 22/11/2012;
- à Procuradora da República no Distrito Federal, Drª Michele Rangel de B. Vollstedt Bastos, nos termos da solicitação versada no TC 017.788/2010-2, para, em complemento ao Ofício 358/2010-TCU-Sefid, de 14/7/2010, subsidiar o procedimento de Tutela Coletiva 1.16.000.000699/2006-96 ou a ação dele decorrente;

. autorizar o apensamento deste processo ao TC-020.585/2005-3 (contas da ECT do exercício de 2004) e juntada de cópia dos presentes acórdão, voto e relatório ao TC-020.571/2006-0, levantando-se eventuais sobrestamentos decorrentes da tomada de contas especial.

Análise, Sr. Presidente.

Chega ao conhecimento desta CMA o acórdão atinente à tomada de contas especial instaurada pela ECT e realizada pelo TCU, com base em investigações realizadas por ocasião da CPMI dos Correios, bem como o voto e o relatório que o fundamentaram, tudo conforme explicado acima.

De acordo com o art. 102-A, inciso I, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim, avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, notadamente quando houver indícios de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte prejuízo ao Erário.

Por concordar com todo o encaminhamento dado à matéria pelo TCU, dou-a por conhecida e opino pelo seu arquivamento, juntamente com os documentos que a acompanham.

Voto, Sr. Presidente.

À luz do exposto, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 14, de 2013, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 6
AVISO Nº 14, de 2013
- Não terminativo -

Encaminha cópia do acórdão n° 587/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, referente à Tomada de Contas Especial instaurada por força da determinação contida no subitem 9.2.1 do Acórdão n° 783/2006 - TCU - Plenário (TC 002.629/2006-0 - Representação oriunda da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI - dos Correios), em face de supostos pagamentos excessivos a título de percentual de comissionamento em favor de agências franqueadas da ECT, entre 2005 e 2006, em desacordo com as normas internas daquela empresa (TC 019.201/2007-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Kátia Abreu

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

-A matéria constou nas pautas dos dias 10/12/2013, 04/02/2014, 11/02/2014, 18/02/2014 e 11/03/2014.)

Mais uma vez, obrigado pela colaboração, Senador Flexa Ribeiro.

Novamente solicito a colaboração do Senador Aloysio Nunes para que possa relatar *ad hoc* o item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2011
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados.
Autoria: Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Eduardo Braga
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.

Agora, o Relator *ad hoc* é o Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, o projeto de lei de autoria do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – ... Antonio Carlos Valadares prevê que – cito – "as unidades de comercialização de alimentos e os serviços de alimentação deverão disponibilizar ao consumidor informação nutricional dos alimentos preparados, na forma do regulamento". E há uma cláusula de vigência de 180 dias, após a publicação da lei.

O Senador Eduardo Braga, ao analisar a matéria que vem ao conhecimento desta comissão, em primeiro lugar, concorda quanto ao mérito dessa iniciativa, uma vez que ela busca oferecer à população informações nutricionais básicas sobre os alimentos consumidos em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares para que os consumidores possam, com base nesse conhecimento, optar por uma alimentação equilibrada, diminuindo, assim, a incidência de enfermidades associadas a dietas desbalanceadas.

O Senador Braga observa que essa medida não surtirá os efeitos pretendidos se adotada isoladamente, independentemente de outras iniciativas como campanhas de educação alimentar.

O Senador propõe uma emenda que leva em conta a diversidade deste ramo de fornecimento de alimentação, que é composto não apenas das grandes redes de *fast food*, mas também de cozinhas industriais, restaurantes, lanchonetes, ambulantes. Muitos desses estabelecimentos são de pequeno porte e não poderiam dispor de recursos para realização da análise laboratorial de suas preparações a fim de determinar a sua composição nutricional.

Daí porque ele apresenta uma emenda incumbindo as autoridades sanitárias de prover aos estabelecimentos de pequeno porte tabelas de composição de alimentos e formas simplificadas para a difusão dessas informações. Nesse sentido o Senador Braga apresenta uma emenda com o seguinte teor.

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se ao art. 47-A do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 47-A. As unidades de comercialização de alimentos e os serviços de alimentação deverão disponibilizar ao consumidor as informações nutricionais dos alimentos preparados.

Parágrafo único. A forma de declaração e a abrangência das informações nutricionais a que se refere o caput serão estabelecidas em regulamento pela autoridade sanitária competente."

De modo, Sr. Presidente, que, com vistas ao exposto, o voto é pela aprovação com a emenda já mencionada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 da CMA.

Submeto ao Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 5ª e 6ª Reuniões da Comissão.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Mais uma vez agradeço a todos os colegas Senadores pela contribuição, pelo trabalho aqui desenvolvido nesta manhã, os Senadores que estão sempre presentes. Não temos quórum para votar os projetos terminativos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, está em pauta um requerimento do Senador Pedro Taques, que não faz parte mais da Comissão de Meio Ambiente, em que ele suspende a audiência que ele teria solicitado para o projeto de minha autoria que trata da Rebio.

Nas últimas reuniões, Presidente, o Senador disse que iria marcar a data da audiência. Então eu quero, mais uma vez, pedir que a Presidência da Comissão possa definir a data ou então que não o faça, mas que dê andamento no processo, que está desde 2010 aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Vamos fazer, sim, a audiência. Vamos combinar, se possível ainda hoje, qual será a melhor data para a audiência, Senador Flexa Ribeiro. Pode ter certeza.

Mais uma vez agradeço a todos os colegas Senadores e reafirmo que, a partir de então, faremos por sorteio a distribuição de todos os relatórios. Eu respeito quem pensa diferente, mas eu entendo que assim sejamos um pouco mais democráticos quanto às relatorias. E, assim, adotaremos essa medida enquanto estivermos aqui.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, a colaboração e desejo um bom-dia.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Jorge Viana, Humberto Costa, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Ana Rita, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Blairo Maggi e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que na última reunião foram apresentados seis requerimentos pelo Senador Ivo Cassol e não quatro como constou. Além disso, informa alguns parâmetros para o sorteio das relatorias na comissão. A seguir, faz a **LEITURA DE AVISOS,** em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senhores membros, os mesmos serão arquivados: 1) Aviso TCU nº 157, de 26 de fevereiro de 2014. Cuida de auditoria de conformidade constituída para avaliação da legalidade, economicidade, eficiência e eficácia nos contratos de tecnologia da informação necessários à realização da Copa do Mundo de 2014; 2) Aviso TCU nº 174, de 26 de fevereiro de 2014. Cuida de fiscalização com o objetivo de acompanhar a operação de crédito relativa à obra de construção da Arena da Amazônia, formalizada entre o BNDES e o Estado do Amazonas, e que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014; 3) Aviso TCU nº 206, de 26 de fevereiro de 2014. Cuida de acompanhamento da operação de concessão de crédito relativa ao financiamento do Projeto BRT Transcarioca, Corredor T5, que liga a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), celebrada entre o BNDES e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. **LEITURA DE REQUERIMENTOS E DE PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**. A Presidência faz a leitura dos seguintes requerimentos e da Proposta de Fiscalização e Controle apresentados perante a comissão: **1) REQUERIMENTO**. Requeiro, na forma do disposto nos arts. 50, 'caput', e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e nos arts. 90, III e 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia convocado para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre o episódio da aquisição pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), sociedade de economia mista vinculada àquela Pasta, da Pasadena Refining System Inc (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **2) REQUERIMENTO.** Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e nos arts. 93 e 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Senhora Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) convidada para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre o episódio da aquisição por aquela sociedade de economia mista, da Pasadena Refining System Inc (PRSI), localizada na ci-

dade de Pasadena, nos Estados Unidos da América.Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **3) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2014.** Propõe que se investigue a legalidade, legitimidade e regularidade na operação de compra da refinaria Pasadena Refining System Inc., em 2005, pela empresa belga Astra Oil em Pasadena, Texas, Estados Unidos da América, ao valor divulgado pela imprensa de US$ 42,5 milhões [ou aproximadamente] (R$ 88,45 milhões). Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. **4) REQUERIMENTO**. Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o Sr. Nestor Cerveró, ex-diretor financeiro da BR Distribuidora, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **5) REQUERIMENTO.** Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão a Srª Maria das Graças Silva Fortes, Presidente da Petrobras, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **6) REQUERIMENTO.** Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 13, de 2014.** Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Requer, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso III da Constituição Federal, e na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Edson Lobão, a respeito da situação do sistema elétrico brasileiro e do risco de racionamento de energia, bem como da situação econômica da Eletrobrás. Resultado: Aprovado, com aditamento para que seja alterada a convocação para convite e para que a reunião seja realizada em conjunto com as demais Comissões que convidem o Ministro. **ITEM 2) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2012 - Não Terminativo**. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de dispensação de medicamentos por unidade de apresentação e doses compatíveis às necessidades do consumidor. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2012- Não Terminativo**. Autoria: Senadora Ana Rita. Altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre o registro e o fracionamento de medicamentos. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 33, de 2012, nos termos do substitutivo, e pela prejudicialidade do PLS nº 149, de 2012. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2013 - Não Terminativo**. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 21, de 2014.** Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Requer, nos termos constitucionais e regimentais, seja o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia convidado para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre o episódio da aquisição pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), sociedade de economia mista vinculada àquela Pasta, da Pasadena Refining System Inc (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América. Resultado: Aprovado, com aditamento para que a reunião seja realizada em conjunto com as demais Comissões que convidem o Ministro. **ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 22, de 2014.** Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e nos arts. 93 e 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Senhora Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) convidada para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre o episódio da aquisição por aquela sociedade de economia mista, da Pasadena Refining System Inc (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América. Resultado: Aprovado, com aditamento para que a reunião seja feita em conjunto com as demais Comissões que convidem a Presidente da Petrobras. **ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 23, de 2014**. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Requer, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão a Srª Maria das Graças Silva For-

tes, Presidenta da Petrobrás, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006. Resultado: Aprovado, com aditamento para que a reunião seja feita em conjunto com as demais Comissões que convidem a Presidente da Petrobras. **Ficam adiadas as demais matérias.** A Presidência submete aos Senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às dez horas e dois minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle no exercício da Presidência.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados da Presidência.

Comunico que, na última reunião, foi aprovado requerimento de autoria do Senador Ivo Cassol sobre denúncias trazidas pelos Srs. Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes de exploração ilegal de diamantes e madeiras na década de 2000, na Terra Indígena Roosevelt, da etnia cinta larga, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, em audiência pública realizada no dia 5 de novembro de 2013 nesta Comissão. Na mesma reunião, foi informado aos Srs. Senadores que esse requerimento fora desmembrado em quatro requerimentos para adequação ao Regimento Interno da Casa. Quero registrar que, na realidade, foram seis os requerimentos oriundos do desmembramento, todos eles contidos no requerimento original apresentado e lido pelo autor na última reunião.

Informo também que iniciaremos, na próxima semana, a distribuição das matérias que aguardam designação de relatoria por meio de sorteio, conforme eu havia combinado anteriormente com os Srs. Senadores. Então, na primeira e na terceira terça-feira de cada mês faremos o sorteio.

Comunico que a Secretaria da CMA desenvolveu uma planilha em *software* para efetuar o sorteio. Ela gera um número aleatório em cada procedimento. Na planilha, cada número é associado a um Senador. Esses números serão mostrados antes do sorteio, no telão.

Os Senadores que atualmente possuem em seu poder uma quantidade de matérias para relatoria em número superior a seis não participarão, inicialmente, do sorteio. A lista de Senadores nessa situação será apresentada antes do sorteio, no telão.

Somente participarão do sorteio os Senadores titulares. Caso os suplentes tenham interesse em participar, basta enviar um comunicado para a Secretaria desta Comissão.

Algumas considerações a respeito do sorteio: o telão mostrará inicialmente a lista dos Senadores que participarão do sorteio, com seus respectivos números; em seguida, será mostrada no telão a lista contendo os Senadores que possuem mais de seis matérias sob sua relatoria; então, mostrar-se-á a planilha para sorteio a ser utilizada; far-se-á o sorteio de cada matéria sujeita à distribuição individualmente; em um mesmo dia, será distribuída somente uma matéria por Senador (assim, caso seja sorteado um Senador que já tenha sido contemplado anteriormente, o sorteio será refeito, com indicação do sistema); caso seja sorteado um Senador que tenha quantidade de matérias sob relatoria superior a seis, o sorteio também será refeito, com indicação do sistema.

Na execução do sorteio, um servidor da CMA executará os procedimentos, de acordo com a planilha de instrução; a célula que contém a matéria a ser distribuída será selecionada, com um clique duplo; posteriormente, o servidor pressionará a tecla "*enter*", gerando um número aleatório e selecionando um Senador ao acaso. Se o Parlamentar já tiver sido sorteado ou possuir número de matérias sob sua relatoria superior a seis, volto a dizer, o sorteio será refeito. Se o sorteio for válido, o número gerado será anotado na célula que se encontra do lado direito da matéria; para fazer novo sorteio, realiza-se o mesmo procedimento.

Passamos agora à leitura de avisos.

Portanto, na primeira e na terceira terça-feira de cada mês, faremos os devidos sorteios, diante do acúmulo de relatorias.

Passamos agora à leitura de avisos.

Em conformidade ao Ato n° 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, serão arquivados:

Aviso TCU nº 157, de 26 de fevereiro de 2014. Cuida de auditoria de conformidade constituída para avaliação da legalidade, economicidade, eficiência e eficácia nos contratos de tecnologia da informação necessários à realização da Copa do Mundo de 2014.

Aviso TCU nº 174, de 26 de fevereiro de 2014. Cuida de fiscalização com o objetivo de acompanhar a operação de crédito relativa à obra de construção da Arena da Amazônia, formalizada entre o BNDES e o Estado do Amazonas, e que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Aviso TCU nº 206, de 26 de fevereiro de 2014. Cuida de acompanhamento da operação de concessão de crédito relativa ao financiamento do Projeto BRT Transcarioca, Corredor T5, que liga a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), celebrada entre o BNDES e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Passamos à leitura de requerimentos.

Farei a leitura de três requerimentos... Na verdade, são cinco requerimentos. Farei a leitura dos cinco requerimentos e de uma proposta de fiscalização e controle recebidos nesta Comissão com o objetivo de dar ciência aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras quanto aos seus conteúdos. Os requerimentos serão votados na próxima reunião deliberativa da Comissão, e a proposta de fiscalização e controle será distribuída, por meio de sorteio, para elaboração do relatório prévio.

O primeiro requerimento é do Senador Vital do Rêgo. Como de rotina desta Comissão, por ele não estar presente, regimentalmente, aguardaremos sua presença para que possamos proceder à leitura do requerimento.

Vamos ao segundo requerimento.

Requeiro, na forma do disposto nos arts. 50, 'caput', e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e nos arts. 90, III e 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia convocado para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre o episódio da aquisição pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), sociedade de economia mista vinculada àquela Pasta, da Pasadena Refining System Inc (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Terceiro requerimento.

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e nos arts. 93 e 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Senhora Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) convidada para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre o episódio da aquisição por aquela sociedade de economia mista, da Pasadena Refining System Inc (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2014.

Propõe que se investigue a legalidade, legitimidade e regularidade na operação de compra da refinaria Pasadena Refining System Inc., em 2005, pela empresa belga Astra Oil em Pasadena, Texas, Estados Unidos da América, ao valor divulgado pela imprensa de US$ 42,5 milhões [ou aproximadamente] (R$ 88,45 milhões).

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Há mais três requerimentos, como já havia referido anteriormente.

Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o Sr. Nestor Cerveró, ex-diretor financeiro da BR Distribuidora, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006.

Requerimento seguinte:

Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão a Srª Maria das Graças Silva Fortes, Presidente da Petrobras, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006.

Os dois requerimentos lidos anteriormente são do Senador Randolfe Rodrigues.

Terceiro requerimento do Senador Randolfe Rodrigues:

Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006.

Todos esses requerimentos lidos hoje serão apreciados na próxima semana, como determinam as regras da Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Saudando V. Exª, Sr. Presidente, o item 3, peço para retirar de pauta para reanálise, se for possível, por gentileza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Será acolhido, Senador Gurgacz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Só pergunto a V. Exª se entre os requerimentos de minha autoria está o de convite do Sr. Nelson Cerveró.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Está. Já foi lido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Perdão e corrigindo: Nestor Cerveró, que é inclusive de minha autora e do Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Já foi lido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente, eu consulto V. Exª se os requerimentos que V. Exª acabou de ler, se pretende incluí-los em votação ainda nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não. A regra da Comissão é: se lê em uma reunião e se coloca em votação na reunião seguinte.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Eu consulto V. Exª: se houver acordo com a Liderança do Governo, se a Liderança do Governo concordar, se V. Exª admitiria colocar em apreciação esses requerimentos ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A vontade do Plenário é soberana, entendo assim. Mas a regra seguida é esta: se lê em uma reunião e se aprecia na reunião seguinte.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Bom, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Mas havendo um acordo, nada impede.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – O Líder do PT está chegando aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Ainda não temos quórum para fazer nenhuma votação.

Senador Randolfe. (*Pausa.*)

Vamos aguardar para que haja quórum para apreciação e um possível entendimento com relação aos requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Eu estou consultando aqui o Líder do PT, neste momento, o Senador Humberto Costa, se é sabido que certamente em outras comissões haverá requerimentos do mesmo teor. Eu mesmo apresentei na Comissão de Assuntos Econômicos, que se reunirá hoje às 10 horas, um requerimento de convite para a Srª Graça Foster, Presidente da Petrobras, vir prestar esclarecimento sobre o episódio da compra da refinaria de Pasadena. Eu entendo que deve ser de interesse da Petrobras prestar todos os esclarecimentos o mais rápido possível como também da parte do Governo.

O que eu quero sugerir a V. Exª em relação a esse requerimento de convite da Presidenta da Petrobras? Que esta Comissão avaliasse já, com a autorização do Líder do PT, a apreciação desse requerimento e a sua aprovação. Certamente outros requerimentos serão apreciados em outras comissões, e como é um convite, decidiríamos na próxima semana, ou nas próximas semanas, uma data para a vinda da Presidenta da Petrobras, para prestar os esclarecimentos necessários. Entendo que esse será um caminho positivo, mostrando que o que efetivamente nós queremos é esclarecer de forma profunda, de forma serena os episódios. E ninguém melhor, neste primeiro momento, para prestar os esclarecimentos do que a Presidenta da Petrobras.

Eu quero adiantar que a posição do nosso Partido, Partido Socialista Brasileiro, neste momento é: antes de assinar qualquer pedido de CPI, nós queremos ouvir as explicações da Presidenta da Petrobras. Nós estamos hoje indo, com o Senador Randolfe, Senador Cristovam, Senador Pedro Simon, Senadora Ana Amélia, Senador Jarbas Vasconcelos, à Procuradoria Geral da República, para que a Procuradoria Geral da República possa fazer as investigações necessárias sobre o episódio de forma profunda, serena e isenta. Nós não queremos "eleitoralizar" esse debate. Nós entendemos que o ideal é que esse debate, que essa investigação se dê da forma técnica, sem exploração política. Estamos falando de uma empresa que é patrimônio de todos os brasileiros, que é a Petrobras. Mas é claro que a população brasileira espera do Congresso Nacional atitudes no sentido de esclarecer de forma profunda e transparente esse episódio.

Portanto, faço esse apelo ao Líder do PT. Imagino que deve ser interesse da Petrobras e do próprio Governo esclarecer isso o mais rápido possível.

E nosso apelo é para que a gente possa apreciar o requerimento de convite à Srª Graça Foster, na reunião desta Comissão, ainda hoje, porque certamente outras comissões do Senado apreciarão ao longo desta semana. E marcaríamos uma data próxima para a vinda dela a fim de prestar os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, antes de mais nada, é importante dizer, transmitir ao Congresso Nacional qual a posição do Governo em relação a essa questão. O Governo tem todo o interesse que quaisquer dúvidas, quaisquer questionamentos possam ser respondidos da forma mais transparente possível por quem quer que seja que componha o Governo.

Nós aqui já temos um requerimento para avaliar, da semana passada, do Senador Randolfe, convocando o Ministro Edison Lobão, no sentido de debater a suposta crise energética que tem sido levantada pela oposição. E também não temos nada a opor. Ao contrário, queremos que a Presidenta da Petrobras venha até aqui.

No ano passado, já tivemos esse assunto colocado em pauta. Não sei se V. Exªs lembram, mas o ex-Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, veio aqui para uma reunião de várias horas, quando ele explicou exaustivamente o processo de aquisição da refinaria de Pasadena. Portanto, seria alguém – eu vou consultá-lo pessoalmente – que talvez pudesse trazer luzes também sobre esse assunto. E aí, se for do entendimento dele querer vir aqui prestar esclarecimentos, nós poderíamos convidá-lo, já que não temos o poder de convocá-lo. Mas acho que ele teria todo interesse de aqui vir e refazer toda a discussão feita.

Esse requerimento de convite à Presidenta da Petrobras tem o apoio do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Já existe um requerimento também do Senador Randolfe Rodrigues, que foi lido agora, convidando também o ex-Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

Senador Raupp, próximo inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, eu pedi ao nobre Senador Randolfe Rodrigues que o requerimento fosse adiado para outra semana e ele me disse que poderia ser transformado em convite, o que está sendo feito.

Eu queria fazer um apelo aqui aos demais Senadores que estão apresentando outros requerimentos: já que são todos da mesma área, que o convite seja feito apenas para o Ministério de Minas e Energia, ao qual está ligada a Petrobras.

A investigação está sendo devidamente feita pelos órgãos de controle, em todas as instâncias, dentro da Petrobras. Então, que o convite fosse apenas ao Ministro de Minas e Energia e não para outras autoridades da área, até porque todos estão abaixo do Ministério.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – A Presidente da Petrobras não?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Não, porque ela está abaixo; se o Ministro está vindo, todo o resto está abaixo do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, não há entendimento.

Senador Randolfe. Depois, Senador Ivo Cassol.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Sr. Presidente, inicialmente, em relação ao nosso requerimento, que deve ser submetido e que eu espero, inclusive, que não seja submetido à apreciação no dia de hoje, é o requerimento que está à apreciação, um requerimento de convocação/convite do Ministro de Minas e Energia. Está na ordem, na pauta, na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – É o item 1 da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Perfeitamente.

Pois bem, como explicou o meu caríssimo Senador Valdir Raupp, na semana passada, S. Exª solicitou que este requerimento fosse convertido em convite. Este requerimento tem outra natureza, ele se reveste da necessidade de discutirmos a iminente crise do setor de energia elétrica, que foi inclusive explicitada por uma das principais consultorias do setor, reconhecida principalmente pela Presidente da República, a Consultoria PSR, que, em seu relatório Energy Report, no início deste ano, disse que o risco de racionamento no País era de 17,5%, e em relatório mais recente ampliou esse risco para 25%.

Sem entrar em pormenores, esta é a razão da convocação de S. Exª o Ministro de Minas e Energia. Convocação, repito, que o meu caríssimo amigo Senador Valdir Raupp solicitou que fosse convertida em convite. Eu disse que não via dificuldade nisso. Fizemos apenas, na semana passada, uma ponderação. Em uma comissão desta Casa, salvo melhor juízo, na Comissão de Infraestrutura, quem compareceu foi o Secretário Zimmermann, do Ministério de Minas e Energia. Sem nenhum demérito ao Secretário Zimmermann, diante de um tema dessa natureza, que vai se amplificar agora, ao comparecer a esta Casa o Ministro de Minas e Energia, ele não será

perguntado somente sobre a questão energética, sobre o relatório da PSR. Obviamente, farão a ele perguntas sobre a situação da Petrobras. Portanto, com todo respeito ao Secretário Zimmermann, é necessário que venha o Ministro Lobão a esta Casa, porque é ele o agente político e são necessárias respostas políticas. E esta é uma Casa política.

Portanto, não há problema na conversão da convocação em convite. Eu queria apenas fazer essa ponderação, já que é o requerimento que, pela força regimental, será apreciado. Que haja, em relação a este requerimento, o compromisso da Liderança do PMDB e da Liderança do PT de que quem vem é o Ministro Edison Lobão, pela importância dos temas que envolvem hoje a Pasta de Minas e Energia, não apenas a questão energética, mas outros temas também.

Em relação à Petrobras, considero da maior importância o que diz o Senador Humberto Costa. Há um convite, também da nossa lavra – e tem que ser convite mesmo –, a outras personalidades: ao Sr. Nestor Cerveró – meu e do Senador Rodrigo –, e ao Sr. Sérgio Gabrielli. Havendo acordo – pois, obviamente, como o senhor mesmo destacou, Presidente Eduardo Amorim, subverte a ordem da Comissão – com o Líder Humberto e com os Líderes da Comissão, e havendo a possibilidade de aqui apreciarmos os requerimentos, e me parece que há disposição do Líder Humberto, poderíamos convidar não apenas a Presidente Graça, mas também o Sr. Sérgio Gabrielli e, se houver disposição, o Sr. Nestor Cerveró. Eu entendo, quando o Líder Humberto apresenta a disposição de estender inclusive para o Sérgio Grabrielli o convite, que há disposição para o esclarecimento. Havendo então essa disposição, eu vejo que não existe obstáculo para termos um convidado a mais presente nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Ivo Cassol. Depois, Senador Flexa, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Humberto.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só quero lembrar, porque já estamos discutindo muito essa questão da Petrobras, que no ano passado, dia 25 de junho de 2013, eu coloquei um requerimento que foi aprovado por esta Comissão, para discutirmos e verificarmos o prejuízo dado pelo ex-Presidente Sérgio Gabrielli e o Sr. Nestor Cerveró. O Sr. Sérgio Gabrielli veio aqui, foi ouvido nesta Comissão. E o Sr. Nestor Cerveró não veio.

Eu quero aqui também aproveitar, nesta oportunidade, e fazer uma outra denúncia grave contra o Sr. Nestor Cerveró, que estava na BR Distribuidora, que cuidava dos interesses da Petrobras, mas ao mesmo tempo cuidava dos interesses particulares dele ou de um grupo, quando eu fui solicitado para intermediar uma situação que aconteceu no meu Estado de Rondônia. O Senador Raupp, que está aqui do meu lado, conhece o posto de que vou falar agora aqui.

Na nossa cidade, Senador Raupp, nós temos o posto da Petrobras, antigo Posto Petromoura. E aquele Posto Petromoura estava sendo leiloado por essa BR Distribuidora por 1,5 milhão, quando, na verdade, aquele mesmo empreendimento custa o valor de mais de R$4 milhões a R$5 milhões. Os proprietários queriam parcelar o pagamento e o Sr. Nestor Cerveró fazia de tudo e não realizou o parcelamento, dificultando qualquer acordo que fosse de encontro.

O que nós entendíamos que tinha por trás disso? Um benefício a alguém que estava arrematando ou iria arrematar aquele patrimônio quando, infelizmente, houve dificuldade dos proprietários na época. Portanto, isso aconteceu no meu Estado de Rondônia.

As pessoas me procuraram, foram ao Rio de Janeiro quando foram atendidas por Nestor Cerveró e ele, infelizmente – não sei a que grupo, como estava sendo tratado –, não viabilizou para que aquela propriedade fosse resgatada pelo próprio proprietário, ao pagar o débito. Quem não quer comprar algo no leilão, ou sendo leiloado por um terço do valor do patrimônio? E o Sr. Nestor Cerveró é que cuidava disso na Petrobras.

Portanto, quero dizer aqui, com tristeza, que nós, no ano passado, no dia 25 de junho, fizemos o requerimento para que ele viesse aqui, mas ele pouca bola deu para a nossa Comissão de Fiscalização. E agora, este ano algo veio à tona de novo e o barulho é muito maior. Mas além desse estouro que tem, quero fazer mais essa denúncia grave contra ele. Ele cuidava da parte de crédito da BR Distribuidora e tinha interesse em que se leiloassem as propriedades dos proprietários com dificuldades, vendendo por um terço ou um quarto do valor, enquanto os verdadeiros proprietários ficavam na miséria de uma vez por todas. Isso aconteceu no meu Estado. Eu fui procurado por empresários do meu Estado para intermediar. E esse cidadão aí na verdade deveria estar na cadeia, e não viajando para o exterior, o Sr. Nestor Cerveró.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Eduardo Amorim, eu fico feliz de ver o entendimento do Líder Humberto Costa para os requerimentos que foram apresentados para convidar

o Ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, como também para convidar a Srª Graça Foster, Presidente da Petrobras.

Não entendo por que o Senador Valdir Raupp quer excluir a Presidente da Petrobras com a vinda do Ministro. Eu acho que, como o Senador colocou, não há dificuldade, ou não vai haver interferência no que o Ministro será perguntado sobre parte da crise de energia.

O Senador diz que ele também será perguntado pela parte da Petrobras. Lógico que sim! Mas a vinda da Drª Graça é importante, como a vinda também do Sr. Nestor Cerveró é importantíssima! Acho que o requerimento poderia ser numa audiência pública em que tivesse a Srª Graça Foster, o Sr. Sérgio Gabrielli e o Sr. Nestor Cerveró, porque aí nós iríamos dirimir as dúvidas todas.

Essa é a proposta que faço para que possamos ampliar o requerimento de audiência com a Drª Graça e mais os dois convidados, e deixarmos o Ministro Edison Lobão isolado, para que ele venha sozinho a uma audiência, até, como colocou o Senador Valdir Raupp, por ele ser Ministro de Estado.

Então, eu acredito que possa vir para responder, mas independe. Eu acho que é necessária a vinda da Presidenta da Petrobras, como do ex-presidente e como do diretor da Petrobras Distribuidora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente, eu quero, aqui, também reiterar que nós queremos apreciar e aprovar o requerimento de convite à Srª Graça Foster, Presidente da Petrobras, e gostaríamos que fizéssemos isso, por acordo, ainda hoje.

Acho que isso é de interesse de todos que querem, efetivamente, esclarecer o episódio.

Eu lembro que o ex-Presidente da Petrobras, Sérgio Grabielli, esteve aqui, salvo engano no ano passado, para explicar esse mesmo episódio, e defendeu a compra da refinaria como um bom negócio para a Petrobras.

Agora, a Presidenta da República diz que tomou uma decisão que não teria tomado se tivesse tido acesso a todos os documentos. Segundo ela, ela teve acesso apenas a parte dos documentos, e isso a fez tomar uma decisão, pelo que ela própria disse, equivocada.

Posteriormente, executivos da Petrobras disseram que, no conselho de administração, quando vai tomar uma decisão dessas, os conselheiros têm acesso a todos os documentos.

Portanto, há, aí, um conjunto de contradições que precisam ser esclarecidas.

Nós temos um ex-presidente da Petrobras que diz que é um bom negócio. Nós temos a Presidenta da República, à época presidente do conselho de administração, que diz que só tomou a decisão porque teve acesso a um documento incompleto. Se tivesse acesso a todas as cláusulas do contrato, não teria apreciado. Nós temos a declaração de um conjunto de executivos da Petrobras que diz que quando uma informação desse tipo vai à apreciação, os membros do conselho têm acesso a toda a documentação.

Portanto, são necessários esclarecimentos e, no nosso entendimento, esses esclarecimentos devem ser iniciados pela presença da Presidenta da Petrobras, que, hoje, é quem detém o conjunto das informações técnicas, todo o processo que pode, efetivamente, esclarecer esta Casa.

Nós sabemos da delicadeza que é, da importância que é tratar de um tema desse para uma empresa como a Petrobras, que é uma empresa que é patrimônio de todos os brasileiros, que é uma grande demonstração da capacidade de realização do povo brasileiro.

Entendo que esse debate, esses esclarecimentos devem ser prestados de uma forma serena, de uma forma profunda.

De nossa parte, do PSB, nós não queremos "eleitoralizar" esse debate. Nós não abrimos, nós não descartamos a possibilidade de assinar apoio a uma CPI, mas, antes de qualquer procedimento desse tipo, nós queremos ouvir a Presidenta da Petrobras.

Portanto, eu sei que, pelas regras regimentais, esse requerimento, efetivamente, só tem obrigação de ser votado na próxima reunião da Comissão, mas eu quero, aqui, mais uma vez... O Senador Humberto Costa acenou que concordava com a sua aprovação.

Quero aqui, também, fazer um apelo ao Senador Valdir Raupp e aos demais Senadores desta Comissão, para que, efetivamente, esses requerimentos já sejam, este requerimento, especialmente este – se tiver algum outro também, tudo bem –, este, de convite à Srª Graça Foster, Presidente da Petrobras, seja apreciado e votado hoje, para que, numa data muito próxima, ela possa vir prestar os esclarecimentos ao Senado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Antes de passar a palavra ao Senador Humberto Costa, eu quero propor a seguinte questão: existem dois requerimentos convidando, convocando o Ministro de Minas e Energia para dois momentos.

Eu acho que poderíamos concentrar num momento só, para tratar das duas questões, os dois requerimentos.

O do Senador Randolfe Rodrigues, que é o item 1 da pauta, deveremos apreciar daqui a pouco, então, já que o Ministro vem para aqui, ele poderia, realmente, tratar dos dois assuntos na mesma audiência.

É apenas uma sugestão, para que a gente possa, aí, apreciar os dois requerimentos ao mesmo tempo. Mas o Plenário é soberano.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Bem, Sr. Presidente, eu entendo que nós podemos fazer um acordo aqui e aprovar o convite ao Ministro de Minas e Energia e à Presidenta da Petrobras.

As outras pessoas que, eventualmente, venham a ser convidadas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O Ministro para tratar dos dois assuntos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu acho que sim. Não faz sentido ele vir...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Duas vezes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Obviamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não. Por que não na mesma audiência? Ninguém está proibido de perguntar sobre outro assunto além do assunto relativo à questão energética.

Então, a minha sugestão seria essa, que nós pudéssemos aprovar esses dois requerimentos de convite e, em relação a outros convites, a Liderança do PT do Governo não apóia, ao menos neste momento. Eu já disse que vou consultar o ex-Presidente Gabrielli, até porque ele já esteve aqui. Lamentavelmente, naquele dia, o próprio autor do requerimento não compareceu, mas ele já esteve aqui.

Então, eu vou consultá-lo se ele acha que é necessária a vinda dele para explicar, novamente, o que já explicou.

Então, nós poderíamos fazer o acordo nesse sentido. Faríamos...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... a aprovação desses dois convites e, depois, discutiríamos, eventualmente, qualquer outro convite mais.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Humberto.

Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Antes de passar ao Senador Raupp, é necessário consultar o Senador Rodrigo Rollemberg se ele concorda ou não de, ao invés de convocação, convite ao Ministro.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Concordo, e concordo que aproveitemos a presença do Ministro para tratar dos dois temas. Apenas entendo que devemos aprovar e, depois, a própria Presidência da Comissão analisa com os Senadores o que é mais conveniente: a vinda do Ministro isoladamente, porque, certamente, são muitos assuntos para tratar – essa crise do setor elétrico, certamente, vai gastar bastante tempo –, se faremos conjuntamente, ou se faremos separadamente, ouvindo o Ministro e ouvindo a Presidenta Graça Foster.

Aqui, apenas, uma questão de métodos, para ver qual o que será mais eficiente para que, efetivamente, o Senado possa ter todas as informações sobre o caso da refinaria e sobre a crise do setor elétrico aqui apresentada pelo Senador Randolfe, e, ao mesmo tempo, é muito importante ouvir a Presidenta da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu queria fazer uma pergunta ao Senador Humberto. A informação que nos chega aqui é que estão convocando, ou convidando, em outras comissões também. Se isso acontecer, que possa ser conjunta. Se isso acontecer em outras comissões, que possa ser conjunta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Estamos de acordo, Raupp. Talvez V. Exª ainda não tivesse chegado e não tenha ouvido, mas, quando eu propus, exatamente, ao Senador Humberto... Eu mesmo sou autor de um requerimento, também, de convite à Drª Graça Foster e de convocação, que pode ser transformada em convite, do Ministro Edison Lobão, na Comissão de Assuntos Econômicos. Certamente, outros Senadores devem ter apresentado em outras comissões, e eu entendo que deve ser uma audiência conjunta. Depois, transformaríamos em conjunta de todas as comissões que aprovarem para que, também, tanto o Ministro, como a Presidente da Petrobras só tenham que vir ao Senado uma vez. Não se justifica vir mais de uma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Em discussão.

Então, podemos apreciar os dois requerimentos no mesmo momento, o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues e o requerimento do Senador Randolfe... Todos os dois convidando o Ministro de Minas e Energia para comparecer.

Então, o requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg e o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues. Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, que é o item 1, de nº 13, de 2014, e o requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg. Dois requerimentos que vamos apreciar, e as reuniões deverão ser realizadas, conjuntamente, com outras comissões, caso assim aprovem outras comissões.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 13, de 2014

- Não terminativo -

Requer, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso III, da Constituição Federal, e na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Edson Lobão, a respeito da situação do sistema elétrico brasileiro e do risco de racionamento de energia, bem como da situação econômica da Eletrobrás.

Autoria: Randolfe Rodrigues.

Esse é o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

E o requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg:

Requeiro, na forma do disposto nos arts. 50, 'caput', e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e nos arts. 90, III e 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia convocado para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre o episódio da aquisição pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), sociedade de economia mista vinculada àquela Pasta, da Pasadena Refining System Inc (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América.

(É a seguinte a matéria:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 21, de 2014

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, seja o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia convidado para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre o episódio da aquisição pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), sociedade de economia mista vinculada àquela Pasta, da Pasadena Refining System Inc (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.)

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

Aguardaremos outras comissões que também tenham como tema o convite ao Sr. Ministro Edison Lobão para falar das duas questões.

Esse foi o item 1 da pauta. Não existe um consenso com relação – foi isso que entendi – à vinda da Presidente da Petrobras e dos outros membros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Portanto, deixaremos para apreciar na próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Não, Presidente. Desculpe-me, mas entendi que havia um consenso sobre a Presidenta da Petrobras. Não havia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Existe um consenso sobre a Presidenta da Petrobras? Podemos apreciar hoje?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Isso. Podemos apreciar o convite à Presidente Graça Foster. Há consenso nisso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, vamos apreciar.

Requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão a Srª Maria das Graças Silva Fortes, Presidente da Petrobras, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006.

Em discussão o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Tem também do Senador Rodrigo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, antes da votação propriamente dita, eu só queria sugerir que fosse dado o mesmo tratamento que foi dado ao Ministro Lobão – certamente, haverá outros requerimentos de convite: nós fazermos reunião conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Reunião conjunta. A sua proposta é acolhida pela Mesa. Portanto, se ela for convidada por outras comissões, que a reunião seja conjunta.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – É só para esclarecer que o requerimento é conjunto. Na verdade, são dois requerimentos de convite à Srª Graça Foster, transformados em um só, claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Só um minuto. Encontramos. Já foi lido, mas agora nós vamos apreciar.

O requerimento, de duas autorias – do Senador Rodrigo Rollemberg e do Senador Randolfe Rodrigues –, está convocando – mas o acordo é para que seja convidada – a Srª Presidente da Petrobras –, se for o caso, em reunião conjunta com outra comissão, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal – para prestar esclarecimento sobre a aquisição da Pasadena.

Em discussão os dois requerimentos. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 22, de 2014

Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e nos arts. 93 e 102-A, do Regimento Interno do Senado Federal, seja a Senhora Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) convidada para, em reunião desta Comissão, prestar informações sobre o episódio da aquisição por aquela sociedade de economia mista, da Pasadena Refining System Inc (PRSI), localizada na cidade de Pasadena, nos Estados Unidos da América.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 23, de 2014

Requer, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão a Srª Maria das Graças Silva Fortes, Presidenta da Petrobrás, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Eduardo Amorim, na reunião passada, eu pedi a V. Exª que pudéssemos marcar uma audiência pública para tratar do Projeto nº 258, de 2009, de minha autoria. Esse requerimento está aqui na CMA desde setembro de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que pedia a audiência. Inclusive, numa reunião recente, o Senador Pedro Taques desistiu da audiência, abriu mão da audiência, mas o Senador Jorge Viana não concordou. Então, só gostaria que V. Exª pudesse, de uma vez por toda, marcar a audiência. Desde 2011 – e já estamos em 2014 – estamos esperando para fazer a audiência solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Flexa, já determinei à Secretaria da Comissão que marcasse a reunião, que conversasse com V. Exª sobre a melhor data, já está autorizada a fazer isso. Resta apenas agora haver um entendimento entre a Comissão e V. Exª para que a data seja escolhida, mas já está mais do que autorizada a realização da audiência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Poderíamos definir, Presidente, daqui a 15 dias, daqui a duas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Flexa, sou inteiramente a favor. Vamos ver o melhor momento, trata-se de sentarmos aqui depois do encerramento da reunião e escolher a melhor data. De minha parte, volto a dizer, a repetir: concordo plenamente com sua realização.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Dia 8 de abril, a segunda terça-feira do próximo mês.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não tenho nenhuma objeção, mas pode ser feita até em outro dia, caso queira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Os demais itens são terminativos e não temos quórum para deliberá-los. Os itens 2 e 3 foram retirados de pauta por solicitação dos respectivos relatores e os demais são terminativos.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 2
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2012
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de dispensação de medicamentos por unidade de apresentação e doses compatíveis às necessidades do consumidor.
Autoria: Senador Eunício Oliveira.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2012
- Não Terminativo -

Altera as Leis nos 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre o registro e o fracionamento de medicamentos.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 33, de 2012, nos termos do substitutivo, e pela prejudicialidade do PLS nº 149, de 2012.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2013
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a demarcação e a legitimação de posse para fins de regularização fundiária rural de interesse social.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Acir Gurgacz.
Relatório: Pela aprovação com uma emenda.)

Portanto, nada mais havendo...
Antes de encerrar, gostaria de aprovar a ata da reunião anterior.
Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada a ata da reunião anterior.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Obrigado a todos mais uma vez.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 2 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Ana Rita, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Vanessa

Grazziotin, Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino, Blairo Maggi e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros: 1) a divulgação por cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) de um novo relatório que alerta para os efeitos do aquecimento global. Usam da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp e Rodrigo Rollemberg; 2) que a Mesa do Senado Federal devolveu dois requerimentos aprovados pela Comissão na reunião do dia 18/03, de autoria do Senador Ivo Cassol, devido a questões regimentais; 3) que, conforme Resolução nº 44, de 2013, as comissões permanentes devem selecionar, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. A Consultoria Legislativa da Casa sugeriu quatro temas para esta Comissão. São eles: 1. Implementação da política nacional de resíduos sólidos. 2. Implementação da Lei de Recursos Hídricos e criação e funcionamento dos Comitês de Bacia. 3. Avaliação da política da implantação das unidades de conservação da natureza. 4. Floresta, prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios – como já aqui debatemos; 4) que a comissão iniciará hoje a distribuição das matérias que aguardam designação de relatoria por meio de sorteio, utilizando a planilha desenvolvida pela Secretaria da CMA no Microsoft Excel, seguindo procedimento explicitado na última reunião. A seguir, faz a **LEITURA DE AVISOS,** em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senhores membros, os mesmos serão arquivados: 1) Aviso do TCU nº 273, de 12 de março de 2014, que cuida de acompanhamento de operação de crédito para a construção da Arena das Dunas, em Natal/RN, formalizada entre o BNDES e a Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A., que se insere no esforço para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014; 2) Aviso do TCU nº 264, de 12 de março de 2014, que cuida de acompanhamento, com o objetivo de apreciar regularidade do contrato de empréstimo para financiar a reforma do Estádio Mineirão, palco dos jogos da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte, pactuado entre o BNDES e a Sociedade de Propósito Específico Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.; 3) Aviso do TCU nº 241, de 12 de março de 2014, que cuida de monitoramento das determinações expedidas ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que cuidou de representação com pedido de medida cautelar suspensiva, formulada por uma Procuradora da República no Município de Rio Grande - RS, na qual questionava a legalidade de instrução normativa interministerial editada pelos respectivos órgãos para a permissão de exploração da pesca da Tainha no litoral sudeste e sul, na temporada de 2010; 4) Aviso nº 128, de 19 de março de 2014, que cuida de resposta a Requerimento de Informações da CMA, RMA nº 7/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes, que requisita cópia do acórdão que julgar as contas do FCO referentes ao exercício de 2012, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem. Informo que será enviada cópia do conteúdo ao autor do requerimento. Em seguida, a Presidência passa ao sorteio das relatorias. São sorteados relatores, respectivamente: Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2014 - Senador Luiz Henrique; Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 20, de 2013 - Senador Flexa Ribeiro; Aviso nº 56, de 2013 – Senador Anibal Diniz; Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2014 - Senador Aloysio Nunes; Aviso nº 10, de 2014 – Senadora Kátia Abreu; Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2014 – Senador Cícero Lucena; Mensagem do Senado Federal nº 21, de 2014 - Randolfe Rodrigues; e Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2012 – Senador Alvaro Dias. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 4) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 104, de 2013 - Não Terminativo**. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Cria o Programa de Conscientização Ambiental para o Futuro, no âmbito do Senado Federal. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do projeto e de requerimento para que a matéria seja analisada pela Comissão Senado do Futuro. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, de 2013 - Não Terminativo**. Autoria: Senador Cyro Miranda. Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, e dá outras providências. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pela aprovação com doze emendas. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2011 – Terminativo.** Autoria: Senador Ciro Nogueira. Altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar ao fornecedor a possibilidade de efetuar cobrança de custos de cobrança. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade. Resultado: Lido o Relatório e adiadas a discussão e a votação da matéria. **Ficam adiadas as demais matérias.** A Presidência submete aos Senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às nove horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle no exercício da Presidência.

NOTAS TAQUIGRAFICÁS DA REUNIÃO DE 01/04/2014

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Ontem, cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgaram, no Japão, um novo relatório que alerta para os efeitos do aquecimento global, que devem ser rigorosos e irreversíveis. Devo confessar que fiquei extremamente preocupado, Senador Raupp. De fato, precisamos trazer os dados desse relatório para serem discutidos no âmbito desta Comissão.

Com base em mais de 12 mil estudos de 500 especialistas em todo o mundo, o documento é considerado um dos mais completos relatórios científicos da história. Lança o alerta para as diferentes regiões do Planeta e afirma que o mundo não se preparou para lidar com as mudanças. Segundo os pesquisadores, desde o ano de 1850, a cada três décadas, é possível registrar aumento nas temperaturas, e os primeiros dez anos do século XXI foram os mais quentes até agora.

Infelizmente, as evidências estão mais fortes do que nunca. O clima do Planeta está sofrendo transformações por influência do homem. As previsões nos dão conta de que as secas vão ficar ainda mais severas. Teremos menos águas nos rios e, dessa maneira, aumentarão os riscos para a saúde, a energia, o turismo e a agricultura.

A segurança alimentar é uma das grandes preocupações listadas nesse relatório, que aponta a previsão de queda nas colheitas de trigo, de arroz, de milho e de diversos tipos de grãos. Tudo isso sem falar nas previsões de enchentes agravadas pelo derretimento de gelo em função do aquecimento global. Isso é diário.

Como podemos constatar, o relatório das Nações Unidas faz previsões assustadoras. Devemos entender esse documento como um alerta que de maneira alguma deve ser ignorado.

Mas é esta também a Comissão de Fiscalização e Controle e, como tal, não pode se omitir. Precisamos, sobretudo, cobrar da Petrobras claras explicações sobre o que vem ocorrendo relativo às compras, como foi dito aqui, de refinarias.

Vivemos em um regime republicano, e o zelo, o respeito e a responsabilidade com o que é público tem que ser grande, tem que ser enorme. É que a vontade do povo brasileiro, como a de todos nós, tem que ser soberana, é sagrada e não se pode, sob nenhuma hipótese, ser profanada.

Contudo, dando sequência à 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, passo agora aos comunicados da Presidência.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, há muito tempo que os cientistas vêm alertando sobre as mudanças climáticas.

Nós temos, aqui no Congresso, uma comissão que trata também deste tema. Além desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, temos a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, que, no momento, está um pouco adormecida. Praticamente este ano ela ainda não funcionou. Penso que ela precisa, urgentemente, voltar a funcionar.

Os desequilíbrios na questão do clima são visíveis. Veja o que está acontecendo agora no Brasil, sem falar no mundo todo, a exemplo do Norte, que vive a maior enchente de toda a sua história. Não há registro na história; creio que nos últimos 500 anos depois da descoberta do Brasil, não há nenhum registro de que os rios da Amazônia tenham tido tanta água.

Pelo Rio Madeira, há algumas semanas, há quatro, cinco semanas, passam 55 milhões de metros cúbicos de água por segundo, fazendo com que o nível do Rio Madeira tenha alcançado o maior da história, quase 20 metros: 19 metros e 64 centímetros. A última grande enchente que eu presenciei no Rio Madeira foi quando eu era Governador, em 1997, com 17 metros e 53 centímetros. Agora chegou a 19 metros e 64 centímetros, desabrigando em torno de 15 mil pessoas. Comunidades inteiras completamente debaixo d'água. Não estão alagadas não, estão debaixo d'água.

Nós sobrevoamos a região, acompanhados da Presidente da República Dilma Rousseff e vários ministros, no helicóptero da Força Aérea, e as comunidades do chamado Baixo Madeira: São Carlos, Cujubim Grande, Nazaré, Terra Caída, não fomos até Calama, porque ficava muito longe, mas também está alagada... Em São Carlos, uma comunidade de mais ou menos 300 famílias, poucas casas não estavam completamente debaixo d'água, cobertas pelas águas. A água subiu até os telhados das casas. A igreja, que fica no lugar mais alto – as igrejas quase sempre ficam nos lugares mais altos das cidades –, estava com água em meia-parede. Não ficou

nenhuma casa nessa comunidade sem ser atingida. Falo apenas de uma comunidade; foram várias comunidades. Então, é muita água.

Cientificamente, falam que houve um bloqueio de chuvas nas regiões da Amazônia brasileira, da Amazônia boliviana e da Amazônia peruana, nas nascentes do Rio Madre de Dios, do Rio Beni, do Rio Mamoré e do Rio Guaporé, e as chuvas ficaram concentradas naquelas regiões durante quatro meses, ou seja, desde outubro do ano passado até agora, porque ainda continua chovendo naquelas regiões. Enquanto isso, falta chuva no Centro-Oeste, falta chuva no Sudeste. São Paulo, a maior metrópole brasileira e uma das maiores do mundo, está correndo risco de desabastecimento de água e energia, pois os reservatórios estão secando, estão com nível crítico já para geração de energia elétrica. Então nós temos que repensar esse modelo de geração de energia elétrica, de poluição.

A Alemanha talvez esteja dando o grande salto do futuro com a geração de energias limpas, completamente limpas: energia eólica, à base do vento, que não afeta em absolutamente nada o meio ambiente, e a energia solar. Então, a Alemanha está com uma meta de substituir toda a energia poluente por energias limpas. E, se o mundo todo estivesse, já há algum tempo, seguindo esse mesmo caminho, talvez houvesse uma contribuição para diminuir o aquecimento global, a poluição.

Outra questão é o desmatamento. O Brasil ainda preserva pouco mais de 50% das suas florestas. Só a Amazônia preserva acho que 82 ou 83%. Só 17% da Amazônia brasileira, da Amazônia Legal foram desmatados. É muito? É muito, até porque a área é muito grande; são dois terços do território brasileiro. Os nove Estados da Amazônia Legal ocupam, mais ou menos, dois terços do Território brasileiro, mas só 17% foram desmatados. Se todos os países do mundo tivessem desmatado só o que a Amazônia desmatou, talvez o clima do mundo hoje, o meio ambiente seria outro. Então, nós, o Brasil está contribuindo para a melhoria do clima, a melhoria do meio ambiente no mundo.

Então, esse é o apelo que faço, pedindo a Deus que nos ajude lá na Amazônia, lá em Rondônia, porque o sofrimento daquelas famílias é muito grande. Sei que não tem faltado assistência, e o socorro, neste primeiro momento, não tem faltado, com barcos da Marinha, com aviões da Aeronáutica, com carros, caminhões do Exército. As três Forças estão lá: Marinha, Exército e Aeronáutica. A Defesa Civil nacional também nunca faltou com apoio, nem a Defesa Civil do Estado de Rondônia. O Coronel Caetano tem sido um comandante exemplar, comandando essas Forças lá, para dar o socorro às vítimas. Graças a Deus, nenhuma morte. Graças a Deus, nas enchentes em Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, cidades isoladas, completamente isoladas, nenhuma morte. Então, a parte do socorro foi exemplar, foi cem por cento.

Agora, precisamos fazer a reconstrução. Após as águas baixarem, vamos trabalhar, e tenho pedido ao Governo Federal, à própria Presidente da República que possa emitir uma medida provisória, a exemplo do que foi feito em Santa Carina e no Rio de Janeiro, para a reconstrução dessas cidades atingidas pelas enchentes em Rondônia. Estradas foram destruídas; agroindústrias foram completamente alagadas, destruídas também; as casas, talvez tenhamos que construir duas, três mil moradias para abrigar essas pessoas, para elas não voltarem a essas áreas de risco. Porque, quase todos os anos, este ano um pouco mais, mas todos os anos os rios enchem e acabam desalojando algumas pessoas. Este ano foi atípico, como já falei, é uma enchente histórica, mas é possível prevenir e tirar essas pessoas dessas áreas de risco. Então, é isso que peço.

Estive ontem em uma reunião com a diretoria do Banco da Amazônia, em Belém, tratando disso, porque o Banco da Amazônia financia muitos pequenos produtores, e mais de quatro mil produtores tiveram problema com as enchentes, para que essas famílias de produtores possam ter suas dívidas alongadas, renegociadas ou, de repente, até perdoadas, porque algumas famílias dessas vão levar três, quatro, cinco anos para se recomporem, para reconstruírem a sua vida. Então, estive em Belém, com o presidente do Banco da Amazônia, com o diretor também de crédito do banco, e vamos conversar com o Banco do Brasil, com todos os bancos que tenham envolvimento nessas áreas atingidas lá em Rondônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senador Raupp. Bastante esclarecedora a sua fala, trazendo-nos notícias do que está acontecendo em Rondônia e em outros Estados da Região Norte, exatamente por todas essas mudanças, como já falamos anteriormente, mudanças climáticas.

Vamos aos comunicados da Presidência...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Quero também fazer um comentário a respeito do relatório do painel intergovernamental sobre mudanças climáticas. Eu diria que reitera as preocupações, as convicções da comunidade científica de que estamos avançando muito rapidamente no sentido de alterar as condições climáticas do Planeta, o que vai gerar consequências muito graves para o conjunto da

população mundial, especialmente as populações mais pobres e especialmente as populações localizadas em determinadas regiões, principalmente nas regiões litorâneas.

O lamentável é que esse painel reforça a convicção do último, já de há alguns anos, reforça a convicção das catástrofes que se anunciam e, lamentavelmente, os governos fizeram muito pouco. Este talvez seja o fato mais grave que precisa ser acentuado, alertado: os governos de todo o mundo fizeram muito pouco.

Você veja que o Brasil já esteve numa posição privilegiada em relação à contenção do desmatamento da Amazônia. Ainda somos um dos países do mundo que mais desmata e somos responsáveis, em função disso, pela emissão de uma quantidade grande de gases de efeito estufa. No entanto, os dados do Inpe apontam que o desmatamento na Amazônia está aumentando de forma considerável! Este talvez seja um dos grandes fracassos deste Governo: o aumento do desmatamento. Isso é um dado lamentável sob todos os aspectos: é porque estamos perdendo grande parte da nossa biodiversidade e é porque estamos contribuindo para o aumento da emissão de gases de efeito estufa e, com isso, também aumentando os problemas climáticos.

É vergonhoso para um país como o Brasil, que tem uma diversidade na sua matriz energética fantástica, que tem um potencial fantástico de agroenergia, e a Embrapa vem, através do Centro de Agroenergia, desenvolvendo pesquisas nesse sentido, mas que o Governo tenha reduzido fortemente o apoio a essas iniciativas, a essas políticas de agroenergia, à política do etanol, e que estejamos utilizando como nunca as termelétricas, como nunca se usou neste Brasil as termelétricas.

Nós, que nos orgulhávamos até pouco tempo de fazer com que grande parte da nossa produção de energia elétrica se desse em base sustentável, nunca usamos tanto as termelétricas como estamos usando neste momento, com um efeito fiscal grande porque são quase R$15 bilhões neste ano que o Governo terá que aportar em função do rombo, do aumento dos custos da energia elétrica, mas também o aumento das emissões.

Chama a atenção a falta de planejamento do Governo, porque temos um conjunto de empreendimentos de geração de energia elétrica que estão prontos e que não são utilizados simplesmente porque não há rede de transmissão, algo absolutamente óbvio, que precisava estar articulado à construção da geração de energia, inclusive em alguns parques eólicos, com as consequentes redes de transmissão para que essa energia pudesse ser utilizada.

A situação do etanol: nós nos orgulhávamos de termos sido o país que desenvolveu a tecnologia do etanol. Grande parte dos carros brasileiros são flex, e, no entanto, hoje, o setor passa por uma dificuldade muito grande por falta de políticas.

E vejam o absurdo desta questão: eu denunciei, na semana passada, e li uma carta da Presidente da SPBC, Drª Helena Nader, e li uma carta também assinada pelo Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis, do absurdo de o Governo do Distrito Federal estar querendo desalojar parte da Embrapa Cerrados, 90 hectares, Senador Valdir Raupp, aqui, próximo a Planaltina, para colocar um núcleo habitacional ali – um núcleo habitacional que é importante, mas há vários outros locais em que ele pode ser instalado.

Nessa área, a Embrapa desenvolve pesquisas, inclusive de melhoramento de solo, há 30 anos, pesquisas que seriam interrompidas! E uma das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Cerrados, neste local, é de aumento de produtividade da pecuária. E o que tem a ver a pecuária com as mudanças climáticas? Por incrível que pareça, tem muito a ver, porque hoje no Brasil, além das emissões em função do desmatamento de florestas, grande parte das emissões é em função da utilização do processo de digestão do gado bovino. E a gente sabe que grande parte do desmatamento no Brasil é por causa do aumento das fronteiras agrícolas e da pecuária, pois é esta que chega primeiro, pressionando o avanço sobre novos biomas e, depois, essas áreas são incorporadas à agricultura.

O aumento da produtividade da pecuária brasileira – e isso foi apontado pelos cientistas aqui durante a discussão do Código Florestal – é um elemento indispensável para a questão ambiental, porque com isso vamos liberar milhões de hectares para a agricultura, para a agroenergia, evitando a pressão sobre biomas preservados.

Portanto, quero registrar, com muita tristeza, que o Brasil ensaiou alguns passos no sentido de que poderia efetivamente ter um protagonismo na questão das mudanças climáticas – o Congresso aprovou aqui a Política Nacional sobre Mudança do Clima –, e o que estamos vendo em relação ao Governo Federal é um retrocesso; é um retrocesso com o aumento do desmatamento; é um retrocesso com o aumento da utilização de termoelétricas; é um retrocesso com o abandono das políticas de apoio à agroenergia e ao etanol. E isso é extremamente lamentável. Parece que depois que o Governo descobriu o pré-sal, abandonou as fontes, a pesquisa, o desenvolvimento, enfim, o fortalecimento das políticas de agroenergia no País.

Aqui, então, fica manifestada a nossa preocupação grave, porque efetivamente o que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas afirma é o seguinte: uma convicção cada vez maior da tragédia anunciada em função das mudanças climáticas. E o Brasil não tem nada a comemorar. Nós, assim como vários outros governos do mundo, não estamos fazendo a nossa parte.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, só para contraditar um pouquinho o colega Senador Rodrigo Rollemberg, posso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pode. Eu ia ler os comunicados, mas leio em seguida.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Apenas um minuto.

Quero concordar, em parte, com essa questão da Embrapa. É claro que em área que a Embrapa desenvolve pesquisa não se deve mexer. Seria um absurdo desalojar a Embrapa de uma área em que faz pesquisa há décadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – E é um orgulho nacional.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – A Embrapa é um orgulho nacional, está no mundo inteiro auxiliando países da África, levando experiência, tecnologia do Brasil para países que têm fome.

Quanto à geração das térmicas, isso foi uma necessidade, porque a chuva não veio. Como já falei, as chuvas que deveriam vir para o Centro-Oeste e para o Sudeste ficaram concentradas na Amazônia. Os reservatórios secaram, e as térmicas tiveram que entrar em funcionamento. Ainda bem que há as térmicas de *stand-by* para entrar em funcionamento, senão teríamos já neste momento racionamento de energia elétrica.

Quanto ao desmatamento na Amazônia, Senador Rodrigo, pode ter aumentado de um ano para outro, mas nas últimas duas décadas diminuiu infinitamente o desmatamento na Amazônia. No passado era uma loucura. Os aeroportos no passado fechavam devido às fumaças das queimadas, e hoje não há mais isso. São pontuais algumas derrubadas e queimadas clandestinas em terras não documentadas. É aí que a regularização fundiária tem sido muito importante. Se bem que está muito lenta, deveria avançar um pouco mais rápido, porque em área documentada fica mais difícil fazer desmatamento, derrubadas.

Então as derrubadas clandestinas é que ainda estão ocorrendo na Amazônia. O Ibama e as secretarias ambientais de Estados teriam que ser mais rigorosos nesse sentido aí, mas o desmatamento na Amazônia diminuiu infinitamente nos últimos anos.

Eu defendo o desmatamento zero. Eu tinha um projeto, antes da aprovação do Código Florestal, para instituir no Brasil o desmatamento zero. Acho que não precisamos mais desmatar. Temos que colocar um freio imediatamente no desmatamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Vamos aos comunicados enquanto aguardamos a chegada de mais alguns colegas Senadores.

Comunico que a Mesa devolveu dois requerimentos aprovados pela Comissão na reunião do dia 18/03, de autoria do Senador Ivo Cassol, devido a questões regimentais.

O Requerimento nº 14, de 2014, que solicita calendário especial para a PEC nº 76, de 2011, que assegura aos índios participação nos resultados e o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas, deve ser apresentado pela maioria dos membros do Senado ou os líderes que representem esse número.

O Requerimento nº 15, de 2014, solicita urgência para o PLS nº 605, de 2007, matéria terminativa na Comissão. Segundo o art. 336, parágrafo único, do Regimento Interno, as proposições reservadas a competência terminativa das comissões não poderão ser apreciadas em regime de urgência, salvo se da decisão proferida houver recurso interposto por um décimo dos membros do Senado para discussão e votação da matéria pelo Plenário.

O Relator do projeto, Senador Jorge Viana, já foi informado do desejo da Comissão de dar celeridade à sua apreciação.

Comunico ainda que, conforme Resolução nº 44, de 2013, as comissões permanentes devem selecionar, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. A Consultoria Legislativa da Casa sugeriu quatro temas para esta Comissão. São eles:

1. Implementação da política nacional de resíduos sólidos.

2. Implementação da Lei de Recursos Hídricos e criação e funcionamento dos Comitês de Bacia.

3. Avaliação da política da implantação das unidades de conservação da natureza.

4. Floresta, prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios – como já aqui debatemos.

Submeterei a decisão sobre a escolha do tema ao Plenário, mas lembro que está em pleno funcionamento na CMA a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, sob a competência do Senador Cícero Lucena, criada exatamente para acompanhar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que foi o primeiro tema sugerido.

A Subcomissão já tem plano de trabalho aprovado e já realizou uma audiência pública sobre o tema, sendo que a segunda está agendada para amanhã, às 9 horas.

Informo também, conforme determinamos na última reunião, que iniciaremos hoje a distribuição das matérias que aguardam designação de relatoria por meio de sorteio, utilizando a planilha desenvolvida pela Secretaria da CMA no Microsoft Excel, seguindo procedimento explicitado na última reunião.

Leitura de avisos, em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Informo que os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Confome análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias, na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, serão arquivados.

Aviso do TCU nº 273, de 12 de março de 2014, que cuida de acompanhamento de operação de crédito para a construção da Arena das Dunas, em Natal/RN, formalizada entre o BNDES e a Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A., que se insere no esforço para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Aviso do TCU nº 264, de 12 de março de 2014, que cuida de acompanhamento, com o objetivo de apreciar regularidade do contrato de empréstimo para financiar a reforma do Estádio Mineirão, palco dos jogos da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte, pactuado entre o BNDES e a Sociedade de Propósito Específico Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.

Aviso do TCU nº 241, de 12 de março de 2014, que cuida de monitoramento das determinações expedidas ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que cuidou de representação com pedido de medida cautelar suspensiva, formulada por uma Procuradora da República no Município de Rio Grande - RS, na qual questionava a legalidade de instrução normativa interministerial editada pelos respectivos órgãos para a permissão de exploração da pesca da Tainha no litoral sudeste e sul, na temporada de 2010.

Aviso nº 128, de 19 de março de 2014, que cuida de resposta a Requerimento de Informações da CMA, RMA nº 7/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes, que requisita cópia do acórdão que julgar as contas do FCO referentes ao exercício de 2012, bem como do relatório e do voto que o fundamentarem. Informo que será enviada cópia do conteúdo ao autor do requerimento.

Solicito à Secretaria da Mesa que mostre a lista de Senadores que possuem mais de seis matérias em seu poder para relatoria e que serão excluídos do sorteio.

Senador Jorge Viana, Senador Rodrigo Rollemberg, Senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin.

Informo que, na Secretaria da CMA, existe uma lista que aponta todos os projetos que estão sob relatoria, discriminados por relator. Caso haja alguma dúvida a respeito, a lista pode ser solicitada.

Solicito, agora, que disponibilize no telão a lista dos Senadores que participarão do sorteio, com a indicação do número de cada um. Informo que os Senadores que não possuem número não participam do sorteio, ou por não terem informado a intenção de participar da distribuição, ou por estarem licenciados, ou por estarem com mais de seis projetos para relatar.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente, só para uma consulta a V. Exª.

Dentre os projetos que tenho para relatar, entregarei ainda hoje o relatório de alguns. É possível, com isso, participar do sorteio?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não do de hoje; no próximo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Então, está bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Solicito agora que se destaque o número de Senadores que participarão do sorteio...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente, pela ordem. Eu só queria um esclarecimento.

Eu não estava na reunião no momento em que a Mesa, em que V. Exª fez o ajuste dessa nova deliberação aqui, na Comissão, de usar a metodologia de sorteio. O Plenário deliberou sobre isso ou foi uma posição de V. Exª? O Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Isso cabe à Mesa, à Presidência distribuir, como o Regimento manda, as relatorias. Estamos fazendo dessa maneira

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone.*) – Democratizando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Democratizando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas o...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu entendo que esse é o melhor critério. Isso cabe...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu penso que sempre foi democrático, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Mas era uma prática...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Rodrigo foi Presidente da CMA durante dois anos, e penso que ele foi um Presidente democrático.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Cada um pensa do...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, eu só queria que V. Exª garantisse a minha palavra, por gentileza.

O Senador Blairo, eu também – eu sou membro da Comissão – penso que agiu de maneira democrática, como V. Exª também. Eu estava apenas fazendo um questionamento, e V. Exª já está afirmando que é democrático o sorteio. Eu queria fazer um comentário.

Nós estamos em uma Comissão, temos Senadores aqui que têm profundo conhecimento em algumas das áreas que apreciamos, e penso que o critério de sorteio, por mais que possa aparentar ser democrático, pode, às vezes, impedir que a Comissão faça um aprofundamento de determinados temas. Esta Comissão aqui cuida do meio ambiente, fiscalização e controle e defesa do consumidor. São temas densos, complexos e, às vezes, exigem um conhecimento mais apurado de uma área ou de outra. E nós aqui, no Senado, temos uma dificuldade enorme de estar presente em três comissões, com relatorias que exigem um grau de responsabilidade nossa e consumo de trabalho, e, ao mesmo tempo, outras atividades que temos, além do Plenário e do mandato em si, tendo que voltar para os nossos Estados de origem. Agora mesmo, no Acre e em Rondônia, estamos vivendo um drama que mal dá para vir a Brasília e voltar. Temos que somar forças lá.

Agora, eu estava fazendo só esse questionamento por conta disso, porque o problema foi meu, eu estava ausente. Por isso, eu estava perguntando a V. Exª, porque V. Exª está experimentando um modelo, e acho que toda tentativa no sentido de melhorar os trabalhos pode ser boa, mas eu estava aproveitando a oportunidade para expor essas ponderações, tendo em vista a complexidade – porque aqui não é uma comissão de meio ambiente, ela envolve uma série de áreas, e nós temos uma sobrecarga de trabalho muito grande. E eu estava querendo só obter a informação, baseado em que V. Exª havia adotado essa medida, para que eu possa estar bem informado, e aí, se achar por bem, em algum momento, se achar que esse caminho pode ser ruim, ver se também, regimentalmente, a gente pode fazer o debate aqui, no Plenário, e deliberar sobre isso.

Mas V. Exª está informando que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Estou informando que cabe à Presidência da Comissão escolher de quem realmente seria a relatoria. Então, nós estamos distribuindo a relatoria desse modo, para que não haja, realmente... Alguns relatem mais ou menos, que todos tenham oportunidade, não só ao querer do Presidente. Mas eu entendo que é justo, em respeito, Senador Jorge Viana, à condução dos outros colegas. Não estou aqui para criticar, de forma nenhuma, nem para dizer que era democrático ou não. Eu entendo que esse é um modelo justo e correto. Então, enquanto estivermos aqui, eu acho que devemos adotar essa maneira.

Eu acho que, quanto àqueles que não têm condições de relatar, porque não estão tecnicamente preparados, aí é a consciência de cada um. Cabe à consciência de cada um. Quando vai para o Poder Judiciário algum tema, alguma matéria, e lá é feito por sorteio, eu acho que também é realizado algo similar. Mas é bom lembrar que todos os projetos, todos os votos são dados por cada um de nós. Eu entendo que essa é uma forma justa, pela qual começamos a distribuir de forma mais equânime, mais igual, dando oportunidade a todos.

Então, isso é prerrogativa. Assumo esses dados e respeito a vontade dos outros que aqui passaram. Não estou criticando o Senador Blairo Maggi nem desrespeitando o Senador Rodrigo Rollemberg. Só entendo que, no meu ver, esse é um critério justo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Eu fiz um questionamento a V. Exª, mas eu quero cumprimentar V. Exª pela medida. V. Exª inova na Presidência da Comissão. Eu quero registrar que, como Presidente da Comissão, procurei ser democrático...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Respeito.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – ... adotando uma postura de tradição na Casa. Mas quero aqui parabenizar V. Exª pela medida. Não estou discordando dela não, pelo contrário. Eu já critiquei publicamente que é um absurdo que, nesta Casa, as relatorias importantes sejam distribuídas para uma panelinha de Senadores – a verdade é esta – no âmbito das medidas mais importantes, e para que tenha o controle do relatório. Os relatórios nesta Casa são distribuídos assim: você vai relatar, mas a sua posição tem que ser favorável porque o interesse é este ou aquele.

Ao fazer V. Exª um sorteio, coloca todos os Senadores em igualdade de condições. Considero que aqui nós temos uma consultoria de excelente qualidade para todos os níveis, e o Senador pode não se sentir muito à vontade para relatar determinada matéria e devolver.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Sim, devolver.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Com todo respeito ao Senador Jorge Viana, que é um grande companheiro e tenho por ele uma profunda admiração, eu acho que a solução adotada por V. Exª deveria ser adotada por todos os presidentes de comissão e pelo Presidente do Senado e que essas relatorias fossem proporcionais ao tamanho das Bancadas. Eu entendo que essa seria a forma adequada, que tivéssemos um processo legislativo em que todos pudessem dar sua contribuição, havendo diversidade de opiniões nos próprios relatos.

Eu tenho três relatórios prontos para devolver. Vou fazê-lo, mas quero registrar que não vou fazê-lo antes de V. Exª fazer o sorteio. Não quero fazer só para poder participar do sorteio. Acho que o critério que V. Exª está colocando nesta Comissão é um critério correto, inovador, e eu desejo que outros presidentes de outras comissões façam o mesmo, porque V. Exª está democratizando o processo legislativo, no meu modesto entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, também me somo às palavras do Senador Rodrigo, até com parte dos mesmos argumentos, no sentido de dizer que esse sorteio gera um processo democrático, um processo de rodízio, sem uma avaliação pessoal, mas, sim, uma oportunidade para todos. Quanto à possibilidade de um Senador não se sentir à vontade para relatar, ele tem a faculdade de devolver e, consequentemente, ser colocado novamente em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Agir com consciência.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – E também, pelo critério do sorteio, o senhor atende outro item que o Senador Rodrigo Rollemberg colocou como necessário: a proporcionalidade das Bancadas, porque elas aqui são representadas conforme a sua proporcionalidade. E se todos participam e terão uma nova chance após todos terem um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – É o princípio da proporcionalidade obedecido.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – ... também a proporcionalidade estará obedecida. Então, quero parabenizá-lo pela iniciativa e espero que esse exemplo tome conta desta Casa e das demais Casas legislativas deste País para que as oposições e situações sejam tratadas de forma igual.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Volto a dizer: respeito quem pensa diferente, mas essa é a nossa forma de conduzir.

Solicito agora que se destaque o número de Senadores que participarão do sorteio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, não sei, V. Exª já tomou a decisão, inclusive tem apoio de alguns colegas, e eu não quero interromper, e nem poderia. Mas acho que é uma oportunidade, já que estive ausente quando V. Exª deliberou nesse sentido, de conversarmos um pouco mais.

Se eu pudesse, já que os colegas fizeram um contraponto a apenas uma busca de informação que eu tinha... Acho muito correta a atitude de V. Exª – eu o cumprimento por isso – de tentar ter a participação maior do Plenário no processo legislativo da Comissão. Então, isso é mérito de V. Exª, e eu não estou entrando nesse mérito. V. Exª está pegando uma opção e dizendo: "Faço um sorteio, a composição aqui é proporcional às Bancadas."

Mas, quero, pelo menos, deixar registrado que não acho adequado muito menos que isso seja adotado como regra no Senado. Vale experimentarmos, porque toda e qualquer tentativa no sentido de ter o envolvimento maior dos Senadores é meritória. V. Exª está buscando esse caminho, então, não estou aqui fazendo uma crítica direta porque a intenção de V. Exª vale. Só estou querendo fazer um comentário, expondo um contraponto à colocação do meu querido colega, amigo Rodrigo Rollemberg e até do Senador Cícero, de que, com todo respeito, esta Casa não é uma casa lotérica, onde se busca sorteio. Esta é uma Casa – estou garantindo a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não estamos garantindo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas estou garantindo a V. Exª que a tentativa é muito válida, V. Exª está tentando democratizar, mas já estão falando aqui para fazermos sorteio para tudo. Para vir para cá, tem que estar filiado a um partido, tem que ter voto, tem que ter aliança partidária, senão, daqui a pouco, faremos um sorteio para ver quem preside o Senado.

Só estou dizendo que a sua tentativa é válida, estamos tentando democratizar. Eu, por exemplo, poderia sugerir algo, um aperfeiçoamento. Ora, estabelecemos um limite de tantas relatorias por Senador e garantimos que, a partir daquele teto...

V. Exª está tentando um caminho, está tentando um caminho. Se, mais à frente, encontrarmos um caminho um pouco melhor ou que possa melhorar a sua ideia, é nesse sentido que estou pondo. Só não acho e não posso

concordar com os colegas em que o sorteio vai resolver, porque esta é uma Casa de composição política, aqui se fazem acordos. Agora, é claro, tem maioria e tem minoria. Quando a minoria está fora, ela quer também ter um papel e assumir um papel de maioria, mas, quando ela está no poder, ela quer que a minoria seja minoria.

Acho que se a gente encontrar regras que funcionem quando somos minoria e maioria, tanto melhor. Não sou muito favorável – vale a tentativa, estou aqui endossando a tentativa – que trabalhemos, no Senado Federal, e institucionalizemos a lógica do sorteio para fazermos as coisas aqui. Esta é a Casa do entendimento político, é difícil fazer entendimento político em um país que tem trinta partidos políticos, em que não há regras para se criarem partidos políticos, pelo menos, não são respeitadas. É grave. Para V. Exª, é difícil presidir uma comissão. Eu nunca fui presidente de comissão, ainda, no Senado, mas imagino a dificuldade que há, porque vi vários colegas, inclusive o Senador Rodrigo Rollemberg, para fazer funcionar as comissões. E V. Exª está tentando um caminho, e eu estou dizendo que é válido, mas quero fazer esse contraponto de que não acho adequado que tudo vire sorteio no Senado. Estamos fazendo um experimento aqui, vamos ver se funciona. Sou mais favorável a estabelecermos um teto de relatoria e abrir. Era esse o sentido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Isso já está sendo feito, isso foi obedecido também. Existe um teto, essa sua sugestão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso é que V. Exª falou aqui: tem que ter seis para poder participar do sorteio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Tudo isso ajuda, porque os colegas precisam participar. Eu também quero participar e já tenho participado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Esta Comissão tem inovado. Há algum tempo atrás, o Presidente Blairo Maggi também determinou que deveríamos usar minimamente papéis. Passaríamos para o meio eletrônico. Já foi uma inovação. Então, agora, experimentamos esse novo método.

Passamos ao sorteio. (*Pausa*.)

Vamos sortear o PLC nº 21, de 2014.

Senador Luiz Henrique.

Vamos sortear agora o AMA nº 20, de 2013.

Senador Flexa Ribeiro.

Vamos sortear agora o AVS nº 56, de 2013.

Anibal Diniz.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – No anterior, do Flexa Ribeiro, está aparecendo José Agripino. Qual dos dois?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Vamos sortear o PLS nº 313, de 2013.

A assessoria está nos afirmando que José Agripino aparece até dar o *click* seguinte.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Não entendi, mas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Vamos ao PLC nº 5, de 2014. Isso já foi testado, Senador Jorge Viana.

Aloysio Nunes.

Vamos ao AVS nº 10, de 2014.

Kátia Abreu.

Vamos ao PFS nº 1, de 2014.

Cícero Lucena.

Vamos ao MSF nº 21, de 2014.

Randolfe Rodrigues.

Vamos ao PLS nº 360, de 2012.

Alvaro Dias.

Ali, como o Randolfe já tinha sido sorteado, o próprio programa rejeita. Então, vamos sortear de novo.

Assim, creio que encerramos esta etapa.

É um novo momento. Volto a dizer: respeitamos quem pensa diferente.

Temos alguns requerimentos.

Leitura de requerimentos.

Do Senador Vital do Rêgo. S. Exª não está presente, portanto, por acordo da Comissão, não se lê.

Do Senador Ivo Cassol também, porque não está no momento.

Temos alguns requerimentos – do Senador Randolfe Rodrigues, do Senador Flexa Ribeiro – e algumas matérias terminativas, mas não temos ainda quórum.

A palavra está franqueada. Enquanto isso, a gente aguarda a chegada de mais alguns colegas Senadores, mas a palavra continua franqueada.

Senador Jorge Viana, qualquer dúvida acerca do sorteio a própria Secretaria da Comissão pode dirimir. Isso foi testado, visto, revisto...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Fique tranquilo. Jamais vou pôr em dúvida o trabalho dos profissionais, que são muito competentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Foram eles que elaboraram, com muita tecnicidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não tenho dúvida. A única coisa que eu acho é que estamos tendo uma mudança muito importante na Casa. A eleição de quem compõe a direção da Comissão é feita a partir da composição das Bancadas, de maioria, de como a gente elege proporcionalmente, levando em conta a representação das Bancadas na Casa. Numa Comissão como esta, nós estamos aqui fazendo uma inversão. Não é só um processo de democratização. A intenção é essa, mas aqui nós estamos fazendo uma inversão: minoria deixa de ser minoria, maioria deixa de ser maioria. E o que nos colocou aqui foi a vontade popular. Eu, particularmente, vou fazer uma reunião com o meu Líder – não sou o Líder da Bancada – e vamos ver o posicionamento que possamos trazer no sentido de seguir essa linha de V. Exª, que é tentar democratizar as relatorias, mas não rompermos com algo que as urnas decidiram, que é a composição do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pode ter certeza de que a composição do Senado Federal, feita pelo critério da proporcionalidade, está sendo respeitada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – É um debate bom.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – À medida que todos os Senadores participam, realmente, eles entram, e o princípio da proporcionalidade está sendo respeitado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não. Senador Cícero Lucena, primeiro.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Acho que esse debate que o Senador está propondo é importante, porque estamos dando exatamente a oportunidade de ser respeitado o processo da representatividade feita pelo eleitor na escolha da maioria ou da minoria.

O que o senhor está inovando é a forma impessoal dessa representação. Em outras palavras, é que a Comissão que for presidida por agentes da maioria só fornece a relatoria que interessa à maioria, àqueles Senadores, como aqui foi dito pelo Senador Rollemberg, a quem interessa dar essa relatoria; e aquela que for da oposição também faria isso com os deles. Então, V. Exª está propondo algo inovador no sentido de a representatividade ter o seu papel, cumprir as suas obrigações, só que de forma democrática, inclusive estimulando a produção para que o Senador que tiver um determinado número só se habilite ao novo sorteio se ele entregar e não der o famoso embargo de gaveta de que tanto muitos reclamam.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sr. Presidente, já externei minha posição em relação à decisão de V. Exª. Acho que V. Exª está dando um exemplo, está abrindo mão de poder para democratizar a distribuição, dando oportunidade a todos. Considero que V. Exª está produzindo uma inovação.

Mas queria fazer uma solicitação a V. Exª: enquanto não há quórum para deliberar, sou o Relator do item 8 da pauta e gostaria de solicitar de V. Exª se posso fazer a leitura, já para adiantar, do item 8.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A leitura pode, sim; não podemos votar, porque não temos quórum ainda.

Pode fazer a leitura.

Senador Rodrigo Rollemberg, com a palavra.

(É a seguinte a matéria a ser relatada:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2011
- Terminativo -

Altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar ao fornecedor a possibilidade de efetuar cobrança de custos de cobrança.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Trata-se do parecer da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que "altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar ao fornecedor a possibilidade de efetuar cobrança de custos de cobrança".

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado, PLS n° 326, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Por concordarmos integralmente com o lúcido relatório apresentado a esta Comissão pelo Senador Paulo Davim, repetimos aqui seu teor.

O PLS n° 326, de 2011, propõe alterações à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), com vistas a explicitar a desoneração do consumidor no tocante à cobrança de carnês e boletos bancários.

Para tanto, a proposição acrescenta inciso XIV ao art. 39 do CDC, com o objetivo de incluir, como prática abusiva, o ato de efetuar cobrança de custos, taxas ou despesas pela emissão de carnê, boleto bancário ou qualquer outro meio de cobrança, salvo se a possibilidade estiver prevista em lei.

Ademais, a proposição altera o inciso XII do art. 51 do Código, para considerar como cláusulas abusivas aquelas que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação.

O Senador Alvaro Dias ofereceu emenda ao PLS n° 326, de 2011, a fim de somente admitir a cobrança de custos, taxas ou despesas pela emissão de carnê, boleto bancário ou qualquer outro meio de cobrança na hipótese de inadimplemento da obrigação.

Compete a esta Comissão pronunciar-se sobre o mérito de assuntos atinentes à defesa do consumidor, nos termos do art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Inicialmente, cabe salientar a relevância do empenho do Senador Ciro Nogueira, autor da proposição, porquanto os maiores prejudicados são os consumidores de menor poder aquisitivo que, por não poderem efetuar pagamento mediante débito em conta-corrente, cartão de crédito ou via rede mundial de computadores, celular ou qualquer outro meio eletrônico, necessariamente efetuam o pagamento por meio de carnê ou boleto bancário.

Para a avaliação de mérito, recorde-se que o objetivo do PLS n° 326, de 2011, é tornar mais claro que o consumidor está desobrigado de pagar o custo de carnê ou de boleto bancário, de maneira a dirimir as dúvidas existentes nesse sentido e, por conseguinte, proteger o consumidor brasileiro.

Como essa cobrança do custo de boleto bancário ou de carnê vem se tornando comum ao longo dos últimos anos, surgiu a necessidade de disciplinamento da questão. Para tanto, foi apresentada proposição com esse intuito, que está em fase avançada de tramitação no Congresso Nacional. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 690, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata.

O PLS nº 690, de 2007, que tramitou nesta Casa, foi objeto de exame nesta Comissão, em decisão terminativa.

Com a sua aprovação na CMA, em decisão terminativa, e sem que tenha havido interposição de recurso para sua apreciação em Plenário, o PLS nº 690, de 2007, seguiu à Câmara dos Deputados.

Dessa forma, desde 16 de junho de 2008, o PLS nº 690, de 2007, que acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário, tramita, em regime de prioridade, na Câmara dos Deputados, onde passou a ser identificado como Projeto de Lei (PL) nº 3.574, de 2008.

Naquela Casa, a matéria foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sujeita à apreciação conclusiva das Comissões, conforme o disposto no art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Na CDEIC, foi aprovado, por unanimidade, parecer favorável à proposição, com substitutivo. A CDC aprovou a proposta, com o oferecimento de novo substitutivo. Na CCJC, em 24 de agosto de 2011, o Relator, Deputado Rubens Otoni, apresentou o relatório pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL nº 3.574, de 2008, do Substitutivo da CDC, e pela injuridicidade do Substitutivo da CDEIC.

Como se depreende da leitura da ementa da proposição enviada à Casa revisora, o teor do PLS nº 326, de 2011, é semelhante ao do PLS nº 690, de 2007, já aprovado pelo Senado Federal.

Nos termos do art. 334, inciso II, do RISF, o Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

Por essas razões, nosso parecer é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2011.

Eu quero concluir esse voto, Sr. Presidente, e esclarecer que acabei de entregar à Secretaria desta Comissão três relatórios de projetos que estavam designados para minha relatoria. Quero registrar que segurei esses projetos na condição de Presidente da Comissão de Atualização do Código do Consumidor. Nós estávamos concluindo o processo de atualização do Código do Consumidor, especialmente no que se refere à questão do comércio eletrônico e da proteção ao superendividamento, aguardando o relatório do Senador Ricardo Ferraço, que incorporou outras temáticas nesse relatório, e por isso não encaminhei os relatórios relativos aos projetos de defesa do consumidor.

Como aquele relatório foi aprovado na Comissão na semana passada, nós já estamos em condições de devolver a esta Comissão todos os projetos que relato no que se refere ao Código de Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Como a Senadora Vanessa Grazziotin chegou e é autora de um projeto, do item 4 da pauta, informo a S. Exª que o Senador Cristovam Buarque pediu a retirada desse item da pauta – é a primeira vez que ele vem à pauta – e, portanto, lhe daria maiores detalhes caso a Senadora assim o desejasse.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 4
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 104, de 2013
- Não Terminativo -

Cria o Programa de Conscientização Ambiental para o Futuro, no âmbito do Senado Federal.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.)

A palavra está franqueada. (*Pausa.*)

Não havendo quórum para deliberar, vou encerrar a presente reunião. Antes, lembro que a próxima reunião, a ser realizada na próxima semana, será feita em conjunto com a CAE, com a presença da Presidente da Petrobras, Srª Graça Foster.

A todos muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, em relação a esse assunto aí...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu não posso garantir a V. Exª que a Presidente da Petrobras estará aqui na medida em que há a possibilidade de implantação de uma CPI. Se a CPI for implantada, não faz nenhum sentido que ela venha até esta Comissão prestar esclarecimentos, porque obviamente deverá ser convocada para falar nessa CPI.

Portanto, eu me reservo a esperar o resultado das assinaturas que foram entregues ao Presidente da Casa para confirmar ou não a vinda da Presidente da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom, no decorrer da semana, faremos as comunicações de acordo com aquilo que for decidido.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 33 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e cinquenta e quatro minutos do dia oito de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AMORIM**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Jorge Viana, Ana Rita, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Romero Jucá, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino, Blairo Maggi e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros o agendamento de audiência pública para a instrução do PLS nº 258, de 2009, em atendimento ao Requerimento da CMA nº 93, de 2011, nº 11, de 2014, e

nº 12, de 2014, de autoria dos Senadores Pedro Taques, Jorge Viana e Flexa Ribeiro, para o dia 22 de abril, terça-feira, logo após a reunião deliberativa. Comunica também audiência pública para discutir s políticas públicas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas, tratando, entre outros temas, sobre a qualidade de vida dos índios, proteção aos grupos isolados e de recente contato, terras indígenas regularizadas ou ocupadas, bem como em relação aos conflitos decorrentes do uso dessas terras, com a Presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, em atendimento ao Requerimento da CMA nº 8, de 2014, de autoria do Senador Jorge Viana, agendada para o dia 29 de abril, terça-feira, logo após a reunião deliberativa. A seguir, faz a **LEITURA DE AVISOS,** em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senhores membros, os mesmos serão arquivados: 1) Aviso do Senado Federal nº 18, de 2014. Cuida de auditoria realizada no Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Rio de Janeiro; 2) Aviso TCU nº 466, de 26 de março de 2014. Cuida de comunicação do Ministro-Ouvidor, que submete, para fins de publicação, o "Relatório Estatístico Anual dos Pedidos de Acesso à Informação e Outras Demandas" elaborado pela Ouvidoria do TCU, referente ao exercício de 2013. Informo que foi enviada cópia do inteiro teor do Aviso a todos os membros da Comissão; 3) Aviso TCU nº 423, de 26 de março de 2014. Cuida de solicitação do Congresso Nacional em que a CMA solicita, por meio do RMA nº 40/2013, a realização de auditoria nos registros de câncer nas unidades hospitalares de alta complexidade em oncologia do SUS. Informo que será enviada cópia do teor do Aviso à autora e aos autores do Requerimento, Senadora Ana Amélia e Senadores Waldemir Moka e Sérgio Souza; 4) Aviso TCU nº 409, de 26 de março de 2014. Cuida de resposta a solicitação do Congresso Nacional para que o TCU envie informações periódicas quanto ao cumprimento dos Acórdãos 3.249/2012-Plenário e 100/2013-Plenário (AMA 28/2012 e AMA 1/2013). Conforme análise prévia, o seguinte Aviso será relatado: 1) Aviso do Senado Federal nº 20, de 2014. Cuida de proposta de decisão normativa que fixa para o exercício de 2015 os coeficientes destinados ao cálculo das quotas referentes ao FPE, em face da competência do TCU de efetuar o cálculo das quotas referentes aos fundos constitucionais especificados no art. 161, parágrafo único, da Constituição. A Presidência informa que a comissão recebeu um email da presidência da Petrobras, informando que a vinda da presidente da entidade, Graça Foster, está dependente da instalação da CPI da Petrobras. Além disso, a Presidência comunica a indicação do Senador Cidinho Santos como representante da CMA no Conselho Assessor Nacional da EMBRAPA. Passa-se à **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 24, de 2014**. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Requer, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor José Sérgio Gabrielli, expresidente da Petrobrás, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006. Resultado: Sobrestado por decisão da maioria do Plenário, até que seja definida a instalação da CPI da Petrobras. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 25, de 2014.** Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Requer, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o Srª Nelson Cerveró, ex- diretor financeiro da BR Distribuidora, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006. Resultado: Sobrestado por decisão da maioria do Plenário, até que seja definida a instalação da CPI da Petrobras. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 23, de 2013 - Não Terminativo**. Autoria: Tribunal de Contas da União. Encaminha cópia do Acórdão nº 3253/2013 - TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 016.438/2013-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional que teve por objeto verificar o controle exercido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis sobre o cálculo, o pagamento e a distribuição de participações governamentais devidas pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural no Brasil, bem como o controle exercido pela agência sobe a medição da produção desses hidrocarbonetos. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento do projeto. **ITEM 4) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 104, de 2013 - Não Terminativo**. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Cria o Programa de Conscientização Ambiental para o Futuro, no âmbito do Senado Federal. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013 - Não Terminativo**. Autoria: Deputado Ricardo Izar. Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2003 - Não Terminativo**. Autoria: Senador Valdir Raupp. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a

recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento do projeto. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 605, de 2007 - Não Terminativo**. Autoria: Senador Augusto Botelho. Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2012 - Não Terminativo**. Autoria: Senador Jayme Campos. Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator.

ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2013 – Terminativo. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o cancelamento do serviço pelo consumidor. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 26, de 2014.** Autoria: Senador Eduardo Amorim. Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, sobre o FUNCIONAMENTO DA TELEFONIA CELULAR NO PAÍS, NOTADAMENTE NOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE, com a presença dos seguintes convidados: EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOÃO REZENDE, PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL; SENHOR ANTONIO CARLOS VALENTE, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – TELEBRASIL; SENHOR ZEINAL ABEDIN MAHOMED BAVA, PRESIDENTE DA OI S.A.; SENHOR ANTONIO CARLOS VALENTE, PRESIDENTE DA VIVO S.A.; SR. CARLOS ZENTENO, PRESIDENTE DA CLARO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL S.A.; SR. ANDREA MANGONI, PRESIDENTE DA TIM PARTICIPAÇÕES S.A.; e SENHORA PROMOTORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE, EUZA MISSANO, DA PROMOTORIA EM DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR. Resultado: Lido o requerimento e apresentadas sugestões para inclusão na lista de convidados do jornalista Leão Serva e de um representante da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE. **ITEM 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 27, de 2014.** Autoria: Senador Ivo Cassol. Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, inciso I, alínea a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento do presente pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado das Minas e Energia, junto à Petrobras, de cópia de todos os contratos de arrendamento e operação, das seguintes plataformas de perfuração semi-submersíveis: SS Amazônia e SS Pantanal; e dos seguintes navios-sonda: SC Lancer, Vitória 10000, Cerrado e Sertão, além do contrato de licitação da plataforma Schahin Guara, do Schahin Modec. Resultado: Lido. **ITEM 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 28, de 2014**. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, com a presença do Ministro Relator ou do Dirigente do Tribunal de Contas da União da área de Saúde, para esclarecer os Senhores Senadores sobre o relatório Sistêmico de Fiscalização da Saúde, conforme Acórdão nº 693/2014 – TCU – Plenário. Resultado: Lido. **ITEM 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 29, de 2014**. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos seja selecionada para ser avaliada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Resultado: Lido. **ITEM 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 30, de 2014**. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, em ADITAMENTO ao Requerimento n.º 03 de 2014, aprovado na reunião ocorrida em 18/02/2014, a inclusão do nome do Tenente-Brigadeiro do Ar, Rafael Rodrigues Filho – Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), com vistas a discutir as condições de utilização da pista principal do Aeroporto Internacional de Belém/Val-de-Cans, recentemente reformada e que não apresenta condições de receber voos em dias de chuva, causando atrasos e risco à segurança de passageiros. Resultado: Lido. **ITEM 22) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 31, de 2014**. Autoria: Senador Jorge Viana. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 21/2014, denominado Marco Civil da Internet. Considerando que a mencionada proposição tramita nesta Casa em regime de urgência constitucional, e simultaneamente nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), além desta Comissão, sugiro que a presente Audiência Pública seja realizada conjuntamente entre todas as Comissões constantes do despacho do Presidente da Mesa do Senado Federal,

bem como quaisquer outras comissões que vierem a propor audiência do mesmo tema, tudo sempre condicionado à aprovação de Requerimentos pelas mesmas Comissões. Oportunamente será apresentado o rol de expositores que serão convidados a compor a mesa da citada Audiência Pública. Resultado: Aprovado. **Ficam adiadas as demais matérias.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle no exercício da Presidência.

NOTAS TAQUIGRAFICÁS DA REUNIÃO DE 08/04/2014

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Em virtude do pedido de licença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Blairo Maggi, assumi interinamente a Presidência desta Comissão.

No dia 18 de março, anunciei, então, na reunião do nosso Colegiado, que, enquanto estivesse no exercício da Presidência, abriria mão da prerrogativa de designar a meu bel-prazer os relatores, nem atenderia a apelos ou pressões políticas para este fim, estabelecendo como método a distribuição por sorteio.

Neste sentido, usando da competência atribuída ao Presidente de ordenar e dirigir os trabalhos, como rege o art. 89, inciso I, do Regimento Interno, determinei à Secretaria da Comissão que criasse um método de sorteio das matérias.

A questão da proporcionalidade partidária foi garantida, haja vista já ter sido estabelecida no momento da composição desta Comissão e, assim, estabeleci um limite de distribuição de projetos por Senador, de forma que, almejando igualar o número de projetos por membros, buscaria ao mesmo tempo tal proporcionalidade, que já é estabelecida na composição da Comissão.

Acredito que a distribuição aleatória, desvinculada do poder ou do interesse político, buscando igualar os Senadores, independente de sua agremiação partidária, posicionamento político ou afinidade de qualquer natureza, traduz um método mais democrático, proporcionando a todos os Parlamentares igual possibilidade de relatar matérias importantes.

Na reunião do dia 25 de março, anunciei que a Secretaria da Comissão havia desenvolvido uma planilha capaz de efetuar o sorteio e que iríamos realizar a distribuição dos projetos que aguardavam designação dos relatores na próxima reunião, no dia 1º de abril, de forma pública e transparente, como deve ser. Assim, esclareço que a minha decisão foi anunciada em duas reuniões consecutivas, tendo, na segunda, descrito a forma do sorteio.

Comunico, com satisfação, que, na terça-feira da semana passada, realizamos o primeiro sorteio, distribuindo nove matérias que aguardavam designação de relator.

Evidentemente, há aqueles que não concordam com o processo que eu entendo ser mais democrático, que, portanto, é justo que a escolha dos relatores seja por sorteio. Tanto assim que já tramitaram pela Casa e tramitam ainda diversos projetos de resolução com esse intento e que nunca conseguiram aprovação da maioria.

Ora, a designação por livre-arbítrio é um exercício de poder e raramente quem tem poder quer abrir mão de seu uso.

No meu caso, por estar convicto do acerto e justiça da medida, por entender como contribuição ao processo democrático da produção legislativa e por entender que se encontra dentro das prerrogativas do cargo que interinamente assumi, eu abro mão disto.

Espero que esse gesto, que não tem o condão de mudar as regras pertinentes ao assunto e só é obrigatório até aqui para o atendimento do meu compromisso com as instituições democráticas, possa servir de modelo e de exemplo para outras comissões. E que a experiência se mostre positiva para que a maioria finalmente aceite a modificação do procedimento como salutar ao processo democrático.

Comunico o agendamento da seguinte reunião: audiência pública para a instrução do PLS nº 258, de 2009, em atendimento ao Requerimento da CMA nº 93, de 2011, nº 11, de 2014, e nº 12, de 2014, de autoria dos Senadores Pedro Taques, Jorge Viana e Flexa Ribeiro, respectivamente, agendada para o dia 22 de abril, terça-feira, logo após a reunião deliberativa.

Comunico ainda audiência pública para discutir sobre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas, tratando, entre outros temas, sobre a qualidade de vida dos índios, proteção

aos grupos isolados e de recente contato, terras indígenas regularizadas ou ocupadas, bem como em relação aos conflitos decorrentes do uso dessas terras, com a Presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, em atendimento ao Requerimento da CMA nº 8, de 2014, de autoria do Senador Jorge Viana, agendada para o dia 29 de abril, terça-feira, logo após a reunião deliberativa.

Leitura de Avisos, em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Informo que os Avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes Avisos ficarão à disposição dos Srs. Senadores por sete dias na Secretaria da Comissão. Após esse prazo, não havendo manifestação dos Senadores membros, serão arquivados:

- Aviso do Senado Federal nº 18, de 2014. Cuida de auditoria realizada no Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Rio de Janeiro.

- Aviso TCU nº 466, de 26 de março de 2014. Cuida de comunicação do Ministro-Ouvidor, que submete, para fins de publicação, o "Relatório Estatístico Anual dos Pedidos de Acesso à Informação e Outras Demandas" elaborado pela Ouvidoria do TCU, referente ao exercício de 2013. Informo que foi enviada cópia do inteiro teor do Aviso a todos os membros da Comissão.

- Aviso TCU nº 423, de 26 de março de 2014. Cuida de solicitação do Congresso Nacional em que a CMA solicita, por meio do RMA nº 40/2013, a realização de auditoria nos registros de câncer nas unidades hospitalares de alta complexidade em oncologia do SUS. Informo que será enviada cópia do teor do Aviso à autora e aos autores do Requerimento, Senadora Ana Amélia e Senadores Waldemir Moka e Sérgio Souza.

- Aviso TCU nº 409, de 26 de março de 2014. Cuida de resposta a solicitação do Congresso Nacional para que o TCU envie informações periódicas quanto ao cumprimento dos Acórdãos 3.249/2012-Plenário e 100/2013-Plenário (AMA 28/2012 e AMA 1/2013).

Conforme análise prévia, o seguinte Aviso será relatado:

- Aviso do Senado Federal nº 20, de 2014. Cuida de proposta de decisão normativa que fixa para o exercício de 2015 os coeficientes destinados ao cálculo das quotas referentes ao FPE, em face da competência do TCU de efetuar o cálculo das quotas referentes aos fundos constitucionais especificados no art. 161, parágrafo único, da Constituição.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Amorim, Srªs e Srs. Senadores, apenas quero dar uma boa notícia. Como nós tanto debatemos aqui, nesta Comissão, e no Plenário do Senado Federal as enchentes do Rio Madeira, quero dizer que, graças a Deus, as águas começaram a baixar e que, ontem, os caminhões que estavam carregados para levar mercadorias para o Acre já começaram a atravessar a região do Abunã, que estava isolada, interditada.

Espero que, em breve, dentro de poucos dias, também as cidades de Guajará-Mirim e Nova Mamoré já possam ter acesso também por terra, porque até então não estão tendo. E a cidade de Porto Velho, que também tem vários distritos e bairros alagados, já começa a dar sinais de arrefecimento e de baixa das águas. Espero que, dentro de pouco tempo, as famílias, pelo menos aquelas que moram nas áreas atingidas onde não há muito risco, possam voltar a seus lares, porque elas hoje estão dentro de escolas, em barracas improvisadas, com muitas dificuldades.

Era este o anúncio que eu queria fazer aqui, na Comissão de Meio Ambiente, onde discutimos as enchentes de Rondônia várias vezes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Uma excelente notícia, Senador Raupp.

Na semana passada, V. Exª manifestava, expressava o sofrimento de todo o povo daquela região com as enchentes e sua preocupação não apenas com os danos materiais, mas também com as vidas que estavam sendo ceifadas com toda aquela enchente.

Então, é uma excelente notícia que o senhor traz, na manhã desta terça-feira, para todos nós desta Comissão.

Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Bom dia, Senador Amorim e Senador Raupp.

Quero cumprimentar todos os assessores aqui presentes.

Quero solicitar, Sr. Presidente, a retirada do item 15 da pauta, do PL nº 541, de 2013, de que sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – V. Exª será atendido, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – E solicito a retirada também do item 8.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – V. Exª será atendido.
Estão retirados da pauta os itens 8 e 15, a pedido do Relator.
(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2012
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços.
Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o cancelamento do serviço pelo consumidor.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.)

Farei agora a leitura dos requerimentos recebidos nesta Comissão, com o objetivo de dar ciência aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras quanto aos seus conteúdos. Os requerimentos serão votados na próxima reunião deliberativa da Comissão.

De acordo com o Regimento da Casa e da Comissão, vamos ler os requerimentos cujos autores estão aqui presentes.

O primeiro requerimento é de nossa autoria.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 26, de 2014

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, sobre o FUNCIONAMENTO DA TELEFONIA CELULAR NO PAÍS, NOTADAMENTE NOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE, com a presença dos seguintes convidados: EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOÃO REZENDE, PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL; SENHOR ANTONIO CARLOS VALENTE, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – TELEBRASIL; SENHOR ZEINAL ABEDIN MAHOMED BAVA, PRESIDENTE DA OI S.A.; SENHOR ANTONIO CARLOS VALENTE, PRESIDENTE DA VIVO S.A.; SR. CARLOS ZENTENO, PRESIDENTE DA CLARO SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL S.A.; SR. ANDREA MANGONI, PRESIDENTE DA TIM PARTICIPAÇÕES S.A.; e SENHORA PROMOTORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE, EUZA MISSANO, DA PROMOTORIA EM DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR.
Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Senador Raupp, a solicitação é feita porque, no Nordeste e em quase todo o País, o povo brasileiro paga muito pela telefonia celular, mas ainda não conta com aquele serviço que nós,, brasileiros, merecemos. Especialmente em algumas áreas, você paga, mas não conta com o serviço. Então, acho que é preciso realmente defender todos nós, consumidores, sobretudo aqueles que mais necessitam e têm o celular também como instrumento de trabalho.

Os autores dos demais requerimentos não estão aqui presentes. Então, vamos aguardar mais um pouco, para que possamos lê-los.

Como ainda não há quórum, peço aos senhores um pouco mais de paciência, para que possamos dar continuidade, em seguida, aos nossos trabalhos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu queria fazer uma indagação à Mesa. Nós aprovamos aqui alguns convites para autoridades. As oitivas, em princípio, foram suspensas devido à possibilidade de instalação da CPI. E, quando nós os assinamos, quando os aprovamos, nós o fizemos no sentido de que, se os

aprovássemos, não haveria assinaturas para a CPI, o que acabou acontecendo, com as assinaturas suficientes. Então, não sei se os requerimentos vão ser suspensos. Como é que ficará isso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu fui informado verbalmente – e pedi à assessoria da Presidente da Petrobras que informasse isto formalmente, por escrito – que ela não estaria aqui hoje. Foi um convite, não foi uma convocação. Todos assim concordaram. Até o presente momento, eu não tenho absolutamente nada por escrito e pergunto aqui à assessoria da Comissão se foi enviado. Eu fui informado verbalmente, mas acho que essa não é a melhor forma. A melhor forma, com certeza, assim como somos obrigados pela formalidade, é que as explicações devidas quanto a por que a Presidente não estaria aqui também se fizessem por escrito, para que a gente pudesse ler e passar para todos os colegas Senadores. Mas até o presente momento, não. A audiência estaria marcada para hoje conjuntamente com as duas comissões, a nossa Comissão e a CAE.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu queria propor, não sei se isso é regimental, a suspensão temporária até que se defina a situação, se vai haver CPI ou não. Porque, se eles vierem aqui e depois acontecer a CPI, eles podem ser chamados novamente. Então, não há necessidade. Então, que ficasse suspenso, sobrestado, até que se decidisse na CCJ e no plenário do Senado se vai ser instalada a CPI ou não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom, Senador Raupp, foi um convite, não foi uma convocação. Segundo informações que estou recebendo aqui, o convite pode ser renovado. Mas eu acho que deveríamos receber minimamente alguma explicação, alguma opinião do porquê a Presidente não pôde estar aqui neste momento. Volto a repetir, recebi verbalmente, mas seria preciso realmente externar…

Bom, corrigindo aqui, a assessoria da Comissão nos informa que foi mandada uma nota explicativa para a CAE e replicada para a nossa Comissão do Sr. José Eduardo Sobral Barrocas. Conforme a nota que foi passada para a CAE:

Prezados senhores, conforme acordado e considerando as indefinições que perduram em relação à instalação da CPI da Petrobras no Senado Federal, informamos que a Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, declinará do convite para comparecer nessa Comissão no próximo dia 08/04/2014, ficando à disposição para novos entendimentos tão logo seja definida a situação.

Certos da compreensão, apesentamos votos de estima e consideração e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente

José Eduardo Sobral Barrocas.

Volto a dizer, este *e-mail* foi mandado para a CAE e replicado para a nossa Comissão. Não foi um *e-mail* mandado diretamente para a nossa Comissão.

Pois não, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Está entendido, né?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Vamos aguardar, então, um pouco mais para que possamos ter quórum.

Enquanto isso, comunico aos nobres colegas Senadores que a Comissão recebeu um convite da Embrapa, solicitando a indicação de um membro para integrar o Conselho Assessor Nacional daquele órgão.

Essa mesma solicitação foi enviada à Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, onde foi indicado o seu Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, para integrar o Conselho.

Por essa razão, sugiro indicar o nome do Senador Cidinho Santos para representar a CMA no Conselho, deixando a deliberação definitiva sobre o assunto a cargo do Presidente da Comissão, o Senador Blairo Maggi, já que o Senador Cidinho Santos substitui o Senador Blairo Maggi, a ser feita após o seu retorno.

Então, farei a indicação do Senador Cidinho Santos para integrar o Conselho Assessor Nacional da Embrapa, como representante da CMA.

Vamos continuar aguardando. (*Pausa.*)

Vamos continuar aguardando mais alguns instantes para haver quórum. Hoje, há 16 itens na pauta para serem apreciados, entre eles, cinco requerimentos, vários projetos não terminativos, outros terminativos. Dois já foram retirados de pauta – o item 8 e o item 15 –, a pedido do seu Relator.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, digo, com alegria, nesta terça-feira, mais uma vez, aqui em Brasília, que, no nosso Estado de Rondônia, as águas começaram a baixar. Com isso, agora, temos que levantar os prejuízos causados pela enchente. A exemplo disso, estivemos, ontem – vieram junto para Brasília o Prefeito da cidade de Cacoal, Padre Franco, e sua assessora –, levantando a situação daqueles ribeirinhos que moram lá e tiveram suas casas alagadas. Ao mesmo tempo, a Prefeitura de Cacoal trabalha em um projeto para fazer mil e quinhentas casas

para tirar esses ribeirinhos e, ao mesmo tempo, naquela região, fazer um parque municipal, uma área ambiental que possa preservar e, ao mesmo tempo, diminuir danos futuros que possa haver.

E há a situação de Porto Velho, de Pimenta Bueno, onde também aconteceu enchente; foi o rebojo do Rio Madeira. Em Guajará-Mirim não é diferente. Então, é importante que o Prefeito de Guajará-Mirim, o Secretário de Guajará-Mirim, o Secretário de Nova Mamoré, o Prefeito de Nova Mamoré, tanto o Dúlcio de Guajará-Mirim quanto o Laerte de Nova Mamoré, os prefeitos, além do Prefeito Mauro Nazif, que foi Deputado Federal por vários mandatos, comecem agora, com suas equipes, a levantar os estragos causados pela enchente de dois meses, quase três meses, do Rio Madeira. Levantando os estragos, tão logo as águas baixem, poderão ter nas mãos o levantamento do prejuízo causado tanto para a Prefeitura como para os particulares, especialmente para os moradores ribeirinhos que foram atingidos em cheio.

Sr. Presidente, temos lá o Distrito de São Carlos, que foi totalmente invadido pelas águas, temos lá o Distrito de Nazaré, que também foi totalmente invadido pelas águas. Tivemos parte do Distrito de Calama, divisa com Amazonas, lá embaixo. Uma parte alta, onde fica a escola e a igreja, embaixo, de anos, alagou tudo, está corroendo o barranco, com as águas abaixando.

Sobre esse prejuízo causado, é importante agora que a Prefeitura da Capital – aqui quero aproveitar a nossa Comissão para orientar os prefeitos e o secretariado – aproveite essa oportunidade enquanto as águas começam a baixar, já estimando o prejuízo que está sendo causado para a população e também para o setor público sobre o que tem que recuperar.

Vale lembrar que, sobre esse projeto, no Ministério da Integração Nacional e na Secretaria de Defesa Nacional, só são liberados recursos para reconstrução. Então, não adianta a prefeitura, os secretários, de repente, quererem fazer obras de prevenção futura. É o contrário. Precisamos, na verdade, é fazer um trabalho para fazer a recuperação de bueiro que foi levado embora, de pavimentação asfáltica que foi levada embora.

Também é importante, além de as Prefeituras fazerem esse trabalho, das três cidades que citei… Estive há poucos dias em Guajará-Mirim e Nova Mamoré, fazendo a reunião com os prefeitos, orientando-os e preparando-os para que façam o projeto, para que façam o trabalho, que façam a parte de comprovação do alagamento e do que foi danificado. Em Guajará-Mirim, temos o museu, temos lá as máquinas da estrada de ferro Madeira-Mamoré, Sr. Presidente, tudo alagado. Tudo foi alagado, foi tomado conta, e a Prefeitura vai ter que refazer. Eu tinha deixado recursos, como Governador na época, e foi feita a reforma. O prédio é antigo, portanto, vai ter que se refazer a situação.

Na Receita Federal também, lá em Guajará-Mirim, alagou tudo. A água estava no teto, os carros velhos que estavam no estacionamento ficaram boiando, então, o prejuízo agora é que vai ser calculado. Para isso é que precisamos que a Prefeitura se organize, com sua equipe de engenheiros, tendo à mão o local que tem que ser recuperado e o que tem que ser substituído

Quanto às casas, falei com o Ministro das Cidades na semana passada. Eu estava acompanhado do Prefeito José Rover, se não me engano na quarta-feira da semana passada, e já solicitei que viabilizasse mais casas populares do Minha Casa, Minha Vida, com custo zero e baixo, para atender a essas famílias que estão nessa área de risco, para não deixar que seja causado futuramente um novo prejuízo.

Portanto, estamos orientando os prefeitos. O Prefeito de Cacoal já está aqui em Brasília, veio comigo ontem. Cacoal é um Município da BR-364, um dos maiores Municípios do Estado de Rondônia. Cacoal é conhecido como a capital do café no nosso Estado de Rondônia. Há poucos dias, chegou a rodar a BR-364 entre Cacoal e Pimenta Bueno, nos mesmos dias em que deu enchente. E nós temos, aí, uma reivindicação, entre pontes e bueiros que rodaram e que precisam ser substituídos, no sentido também de alertar o Diretor-Geral do DNIT e o chefe do DNIT do Estado de Rondônia, que, relativamente à BR-364, no trecho que foi alagado, eles já têm que começar a se preparar, procurando saber qual a altura que a água subiu, que foi mais de 1,70m acima da BR que está lá hoje, e já contratar esse serviço, para ser feito agora na seca. Não adianta o DNIT ou o Ministério dos Transportes só lembrarem de fazer nas águas do ano que vem, quando encher novamente.

Então, é importante deixar aqui registrado, nesta Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, que nós do Senado demos suporte. A BR-364 é a espinha dorsal do Acre, tanto assim que o povo daquele Estado está isolado até hoje por conta das águas, por conta da enchente, passando por falta de alimentação, por falta de tudo lá. E o único caminho que nós temos é, urgentemente, erguermos a BR-364 nesses 20 ou 30 quilômetros, não importa, mas o importante é nos prepararmos para erguer a BR-364 o suficiente. O terreno é firme, o terreno é bom, tem rocha embaixo, tem tudo. Então, é só o DNIT contratar e já pegar todos esses pontos críticos da BR-364 e erguê-los, a fim de, com isso, evitar prejuízos futuros.

Sr. Presidente, eu queria registrar isso e, ao mesmo tempo, gostaria que V. Exª lesse o requerimento, de minha autoria, onde reivindico…

Se o senhor me permitir, eu lerei o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Nós faremos a leitura, mas o senhor pode comentar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Sr. Presidente, conforme notícia veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*, Caderno de Empresas e Negócios, página B-5, do dia 09/3/2014, a Schahim Engenharia foi condenada, em processo arbitral, por erro grave de engenharia no nosso Estado de Rondônia, bem como a empresa Centrais Elétricas Belém, no valor de R$1 bilhão, pela queda da barragem na Central do Apertadinho, em Rondônia. Na época, eu era Governador. Houve ali um grande dano ambiental. Cabe ressaltar que o Grupo Schahim e seus acionistas também são prestadores de serviços e arrendatários de plataformas e navios para a Petrobras.

Hoje, qualquer coisa que se mexe na Petrobras, infelizmente, está fedendo. A coisa não está boa; a coisa está complicada, para não dizer que está podre. Há pouco tempo, falava-se tanto da Petrobras, mas, infelizmente, em pouco tempo, eles deterioraram, sugaram, enfim. Eu até estranhei, quando eu li o jornal, hoje pela manhã – eu tenho o caderno que o Senado nos manda –, e vi lá que mais de R$90 milhões foram contratados sem licitação ou mais de 90 processos contratados sem licitação. Quer dizer, nós, prefeitos, quando fazemos alguma contratação de remédio ou qualquer coisa sem licitação, somos denunciados; e com a Petrobras, que contrata obras de milhões ou até de bilhões de reais sem licitação, fica por isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Milhões ou bilhões?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Bilhões; bilhões, milhões, bilhões, é tanto dinheiro que a gente que… Não é que a gente não acompanha, mas é que a gente faz poucas contas, poucos cálculos e acaba se perdendo no meio do caminho.

E o contrato do Grupo Schahim é de mais de R$10 bilhões com a Petrobras.

Portanto, nós precisamos fazer um trabalho para requisitar do Ministério de Minas e Energia que sejam encaminhados a esta Comissão os contratos entre a Petrobras e o citado grupo empresarial, bem como os efeitos que poderiam acarretar o respectivo descumprimento na performance da companhia.

Vai que essa mesma empresa está fazendo a mesma porcaria que fez em Rondônia. E aí? Como é que fica? No meio de tantos escândalos que estão acontecendo, isso vem ao encontro desse meu requerimento.

Eu queria ainda aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que encontrei, nos corredores desta Casa, hoje pela manhã, um amigo meu de velhos carnavais, um jovem que eu conheci quando ele era na verdade… Ele é um artista; ele faz apresentações nas aberturas dos parques de exposição. Ele é conhecido no meu Estado como Bagunça; ele faz uma apresentação com um carrinho velho que desmonta e vira de ponta-cabeça. E, na época que ele fazia essa apresentação no Estado de Rondônia… Hoje, ele é Vereador pelo Município de Corumbiara, está presente aqui, se não me engano, lá no fundo.

Bagunça, levante por gentileza.

Ele é o palhaço dentro da arena para evitar que os peões sejam chifrados pelos touros.

Numa época, tempos atrás, ele sofreu um acidente, uma carreta passou por cima dele e ele ficou num leito de hospital, paraplégico, diziam os médicos que para o resto da vida. E lá no hospital, no leito, ele me ligou no meu celular, eu era Governador do Estado de Rondônia, solicitando que fosse encaminhado para um centro de especialidade da área de coluna e área da espinha dorsal. Eu imediatamente contratei um avião pelo Estado e o remetemos para o Rio de Janeiro, Ele ficou vários anos em uma cadeira de rodas, mas, com a fé que ele tinha, voltou a andar e hoje é o nosso Vereador da cidade de Corumbiara, no Cone Sul do Estado de Rondônia, e está presente na reunião de hoje.

Então, queria só registrar aqui essa humildade que é o Vereador Bagunça, o popular Bagunça, a pessoa que faz o povo que vai nos rodeios sorrir e brincar. E ele costuma contar muitas piadas, porque o palhaço é aquele que diverte todo mundo que está dentro da arena.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Seja bem-vindo, nobre Vereador, a esta Casa, a esta Comissão.

Pois não, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, no dia 10 de dezembro do ano passado, foi aprovado um requerimento meu visando a realização de uma audiência pública para buscar esclarecimentos a respeito das causas que levaram a um grave acidente ferroviário na minha cidade natal, São José do Rio Preto, que havia causado a morte de várias pessoas.

Eu apresentei o requerimento no sentido de que sejam convidados o Sr. Ministro dos Transportes, o Sr. Diretor-Geral da ANTT da época, o prefeito municipal e o presidente da empresa concessionária da ferrovia naquele trecho.

Queria lembrar a V. Exª que tenho sido cobrado várias vezes por pessoas da minha cidade no sentido de que seja realizada essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Poderemos combinar, Senador Aloysio Nunes, assim que terminar esta reunião, juntamente com V. Exª e com os servidores da Comissão, o melhor momento e, com certeza, a melhor data. Tenha certeza de que, se depender desta Presidência, faremos o quanto antes.

De qualquer maneira, um requerimento de vossa autoria, uma sugestão de vossa autoria, é melhor combinarmos a melhor data, lógico, dentro daquilo que a Comissão possa vir a realizar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Vamos continuar a leitura dos nossos requerimentos, já que temos aqui o Senador Ivo Cassol, o Senador Aloysio Nunes, e eles têm requerimentos.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 27, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, inciso I, alínea a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento do presente pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado das Minas e Energia, junto à Petrobras, de cópia de todos os contratos de arrendamento e operação, das seguintes plataformas de perfuração semi-submersíveis: SS Amazônia e SS Pantanal; e dos seguintes navios-sonda: SC Lancer, Vitória 10000, Cerrado e Sertão, além do contrato de licitação da plataforma Schahin Guara, do Schahin Modec.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Como de regra desta Comissão, a leitura do requerimento é feita na reunião e a votação na reunião seguinte.

Vamos agora ler o requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 28, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, por esta Comissão, com a presença do Ministro Relator ou do Dirigente do Tribunal de Contas da União da área de Saúde, para esclarecer os Senhores Senadores sobre o relatório Sistêmico de Fiscalização da Saúde, conforme Acórdão nº 693/2014 – TCU – Plenário.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Não temos ainda quórum para deliberar. Portanto, a palavra está franqueada.

Também apresentamos outro requerimento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Já que a palavra está franqueada, eu queria fortalecer ainda mais uma explanação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Só vou pedir…

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Pode concluir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Só para concluir o requerimento. Em seguida, a palavra estará franqueada.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 29, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos seja selecionada para ser avaliada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

A justificativa é que a Resolução nº 44, de 2013, alterou o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimentos de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal. No desempenho da competência prevista no inciso IX do art. 90, as comissões permanentes devem selecionar, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas.

A Consultoria Legislativa da Casa sugeriu, para cada comissão permanente, alguns possíveis temas para serem avaliados. Para esta Comissão, as sugestões foram as seguintes: acompanhar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – já temos uma subcomissão instalada; acompanhar a implementação da lei de

recursos hídricos e a criação e o funcionamento dos comitês de bacia; avaliar políticas de implementação das unidades de conservação da natureza e floresta e preservação e controle dos desmatamentos e dos incêndios.

Tendo em vista que está em pleno funcionamento, como já foi dito nesta Comissão, a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, sob a presidência do ilustre Senador Cícero Lucena, criada exatamente para acompanhar a implementação da Política Nacional de Resíduos, e a Subcomissão já tem plano de trabalho aprovado e já realizou audiências públicas sobre o tema, entendemos que a escolha desse tema facilitará o atendimento da determinação regimental sem prejuízo do acompanhamento de outras tantas políticas públicas que se façam necessárias.

Diante do exposto, aguardamos a consideração e o acolhimento do pleito por parte dos nobres colegas Senadores.

Aguardamos agora haver quórum para que possamos apreciar todos os requerimentos e os itens.

Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Queria aproveitar que a nossa Comissão é conhecida como Comissão do Meio Ambiente e Fiscalização e o assunto cabe a nós, nesta Casa, uma vez que nós é que aprovamos e deliberamos especialmente sobre concessões, para dizer que, infelizmente, os sinais de telefonia celular aqui em Brasília estão uma porcaria. É uma droga, para dizer a verdade. Nós, Senadores, porque é o povo quem paga a nossa ligação, estamos sendo roubados. Estou com o telefone e vou dizer até a empresa, a Oi. Daqui para minha casa, a ligação cai dez vezes no meio do caminho. Dez vezes! Isso porque estou em Brasília, não estou em Rondônia, não estou em Costa Marques, não estou em Porto Rolim de Moura, não estou no Baixo Madeira. Eu estou em Brasília, na Capital Federal, e o nosso telefone aqui é uma droga, é uma porcaria. E cada vez, Senador Aloysio, que cai a ligação é uma ligação que temos de fazer. "Ah, mas é só dez centavos, trinta centavos, quarenta centavos." Não interessa! Vou daqui lá para a superquadra sul, ao apartamento do Senado, para eu fazer uma ligação, quando passo pertinho da rodoviária não há sinal, quando estou na Quadra 309, perto do Bloco D, não tem sinal, quando saio para outro lugar, no meio do caminho, não há sinal. Gente, isso é inaceitável, inadmissível! E uma empresa dessa ganha aqui no Senado para fornecer os celulares, para que possamos utilizá-los para poder fazer o trabalho. Então, não é só o caso dos Senadores, mas com certeza é todo mundo, e não é só essa companhia. As companhias de telefonia celular viraram uma picaretagem, é um pessoal que só quer faturar às custas do povo brasileiro e, com isso, temos que refazer as ligações constantemente. Isso tem um custo. Parece que existe um dispositivo em que essas empresas fazem cair as ligações de propósito. E aí a gente tem que repetir a ligação várias vezes. E isso não é de agora, já faz mais de um ano que está desse jeito e eles não mudam. Não mudam! A gente tem que verificar urgentemente uma maneira de penalizar essas empresas para impedir que elas fiquem apenas sugando e faturando, sem melhorar o sinal. E olhem que vamos sediar a Copa do Mundo.

Se os celulares estão essa porcaria, imaginem o resto! É difícil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, é a oportunidade que me permite um comentário sobre a observação que faz agora o Senador Ivo Cassol.

Há coisa de um mês, no jornal *Folha de S.Paulo*, o jornalista Leão Serva escreveu um artigo – ele escreve periodicamente um artigo a respeito de direitos do consumidor – muito interessante a respeito da experiência que ele fez na tentativa de reclamar para a Anatel contra falhas na telefonia celular. Ele se referiu a um episódio que seguramente nós todos já vivemos em várias ocasiões. Quando a pessoa faz uma ligação para determinado número, um número que é habitualmente chamado e que não apresenta nenhum problema de conexão, frequentemente vem uma gravação dizendo: "Este número para o qual você ligou está programado para não receber chamadas." Acho que todos nós já passamos por isso.

Ele procurou identificar a razão dessa gravação, porque frequentemente nós ligamos para números que rotineiramente são acessados por nós nas nossas ligações telefônicas e aí aparece essa mensagem.

A explicação que ele formula é de que essa gravação é colocada pelas operadoras para mascarar a deficiência do serviço, a deficiência da infraestrutura que elas são obrigadas a manter para atender aos seus contratos de concessão. Entra essa gravação para não dar pretexto para reclamações junto à Anatel. Como entra a gravação e o número é indisponível, não há o que reclamar, porque o número está indisponível. E o consumidor, usualmente, se conforma com o conteúdo dessa gravação.

Ele tentou levar o caso à Anatel através de um número que é colocado à disposição dos usuários para reclamação. Ele conta as vezes em que tentou falar com a Anatel, mais de uma centena de telefonemas que ele deu para o número que está à disposição dos usuários para reclamações. Quando ele conseguia completar a ligação, começava a fazer a reclamação e caía a ligação. E era obrigado a refazer. Como não havia gravação,

não havia protocolo da primeira chamada, era preciso recomeçar tudo de novo para conseguir fazer a reclamação. Cada tentativa era frustrada pela queda da ligação com a Anatel.

Então, é um caso, muito bem lembrado aqui pelo Senador Cassol, que mereceria um trabalho da nossa Comissão para identificar a origem dessa verdadeira fraude apontada pelo jornalista para que tomemos providências.

Penso até que a presença do jornalista Leão Serva aqui na nossa Comissão seria muito útil para que ele relatasse de viva voz os percalços que ele teve que enfrentar para fazer uma reclamação junto à Anatel.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Vamos aproveitar esta oportunidade e já fazer esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Desculpe, Senador Cassol, só um minuto.

Os senhores. colegas Senadores não estavam presentes quando nós apresentamos um requerimento que trata exatamente dessa questão.

Vou reler o requerimento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Foi o primeiro requerimento:

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, sobre o funcionamento da telefonia celular no país, notadamente […] [nós destacamos aqui a Região Nordeste, mas a gente poderia estender a todo o País.] nos estados da região nordeste, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Senhor Antonio Carlos Valente, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil); Senhor Zeinal Abedin Mahomed Bava, Presidente da Oi S.A.; Senhor Antonio Carlos Valente, Presidente da Vivo S.A.; Sr. Carlos Zenteno, Presidente da Claro Serviços de Telecomunicações do Brasil. S.A.; Sr. Andrea Mangoni, Presidente da TIM Participações S.A.; e Senhora Promotora do Ministério Público de Sergipe, Euza Missano, da Promotoria em Defesa dos Direitos do Consumidor.

Fizemos a leitura desse requerimento.

Não foi nada combinado. A nossa fala, o nosso pedido demonstra, acho, a indignação de todos os brasileiros, à exceção dos proprietários dessas empresas, para quem está bom como está. Mas a indignação é geral, é de toda família brasileira, que se sente lesada. Por isso, fizemos esse requerimento.

Se os senhores tiverem a sugestão de algum nome, poderia ser acrescentado. Aqui estão sendo convidadas todas as empresas de telefonia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Só para não ficar só com o Nordeste…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não. Todo o País.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Vamos incluir aí especialmente a nossa Capital Federal, o Distrito Federal, Brasília. Aqui o sinal de celular é uma porcaria – desculpem-me a expressão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Já tem o Ministério Público, já tem o Presidente da Anatel…

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – E o jornalista Leão Serva.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Vamos incluir o jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Vamos acatar a sugestão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Uma outra situação sobre o que Senador Aloysio Nunes acabou de falar aqui. Eu fiz uma ligação hoje pela manhã. Eu precisava, era caso de doença. Liguei para São Paulo e exatamente deu que o telefone estava com problema, o que o Senador Aloysio acabou de falar. Então, vamos aproveitar a carona e incluir esse jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Apenas para cumprimentar os três Parlamentares e dizer que assino embaixo da observação que V. Exª faz, Senador Eduardo Amorim. De fato, esse é um problema do Brasil. Vários Estados brasileiros acabaram de concluir… Alguns ainda nem concluíram, mas houve uma orientação da Unale – algumas iniciativas individuais, mas houve uma orientação através da Unale – para que vários Estados abrissem CPIs. Seria importante, Sr. Presidente, se for possível, sugiro que venha alguém da Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais). Aliás, acho que o Presidente é lá da terra de V. Exª …

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Já foi substituído.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Já foi substituído.

Sugiro que venha alguém de lá para falar a respeito dessas investigações que ocorreram em mais de 20 Estados brasileiros…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – No meu Estado isso aconteceu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – … cujas Assembleias Legislativas instalaram CPIs. Então, seria importante. Se houver alguém da Unale com essa capacidade de falar a respeito desses trabalhos desenvolvidos, isso seria importante. É a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – No meu Estado foi instalada uma CPI como esta.

Acatamos também a sugestão de V. Exª, que é muito interessante, já que esses trabalhos foram realizados e seria bom que todo País os conhecessem. Com certeza, o propósito, a finalidade e o resultado devem ser os mesmos. A indignação é geral. Então, vamos colocar aqui no requerimento a oitiva de alguém que represente os Parlamentos estaduais, além do jornalista sugerido pelo Senador Aloysio Nunes.

Pois não, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Se o senhor permitir, estou precisando falar com o nosso Líder do PP, o Senador Dornelles, e acabei de ligar para ele. Por incrível que pareça, deu exatamente isso de que estamos falando agora: impossibilidade de completar a ligação porque o telefone não existe, não sei o quê… Vejam a situação das operadoras aqui. Portanto, é fundamental o requerimento de V. Exª e dos demais colegas, com a complementação da nossa indicação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Como se vê, a indignação, repito, é geral, é do País como um todo. Necessário se faz que providências sejam tomadas urgentemente para que os consumidores não sejam mais lesados, mais prejudicados.

A palavra continua franqueada enquanto aguardamos quórum para deliberar. (*Pausa.*)

Continuamos aguardando a chegada de mais alguns colegas Senadores para que possamos deliberar sobre temas importantes. (*Pausa.*)

Já temos quórum. Senador Ivo Cassol, vou pedir apenas um pouco de compreensão para que possamos votar alguns requerimentos e alguns projetos.

O item 1 trata do Requerimento da CMA nº 24, de 2014, que requer, com fulcro no art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a prestar esclarecimento no Plenário desta Comissão o Sr. Sérgio Gabrielli, ex-Presidente da Petrobras, a respeito da compra da refinaria de Pasadena em 2006. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Em discussão.

Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu acho que… Aliás, nós já tivemos outros requerimentos aprovados aqui na Casa a respeito da matéria, creio, em outras comissões.

Entretanto, nós estamos na iminência de uma CPI ser instalada.

A polêmica é se a CPI será ampla ou será exclusiva, se ela terá outros assuntos ou terá exclusividade de assuntos divergentes entre tantos vinculados à Petrobas.

Então, acho que seria de bom tamanho, Sr. Presidente, sobrestar o requerimento para que a gente pudesse ter a CPI instalada, porque não faz sentido. Depois ter que voltar novamente para cá?

Esta é a sugestão que eu faço à Mesa: sobrestar o requerimento, aguardar a instalação da CPI e, se for o caso, faremos o debate posteriormente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento o Sr. Presidente e os colegas. E como estamos em fase de discussão, eu queria seguir mais ou menos a mesma linha da Senadora Vanessa, me parece que o Senador Raupp também já tinha ponderado isso. No ano passado, o Sérgio Gabrielli veio para uma audiência, fez uma exposição, ficou à disposição da Comissão, respondeu todos os questionamentos.

Este ano, com esse debate em torno dos questionamentos que envolvem a execução de projeto por parte da Petrobras, este tema voltou com a força que nós sabemos, tem proposta de criação de quatro CPIs no Congresso e certamente esta semana agora, provavelmente amanhã, esse debate da realização da instalação de uma CPI mista, ou de mais de uma CPI, ou de uma única CPI aqui vai ter um encaminhamento na Comissão de Constituição e Justiça. E, certamente, os requerimentos que procuram trazer para cá se somam aos outros, como o da Graça Foster, que inclusive já foi aprovado e perdeu completamente a eficácia, porque o propósito era um. Se não vai haver CPI, trazemos imediatamente quem for necessário para sofrer as inquisições, os questionamentos aqui na Casa – principalmente nesta Comissão, e sou favorável, como disse o Líder, Humberto Costa. Mas, tendo em vista essa decisão da CPMI, eu acho que o correto, na minha percepção, era sobrestarmos isso, o que não significa prejuízo dos requerimentos. Se não houver CPI, ou se ela não for acontecer, que

apreciemos e possamos dar o encaminhamento. Agora, nós apreciarmos esses requerimentos hoje, e amanhã havendo uma decisão que, certamente, pode dar na instalação de uma CPI, eles perderão complemente a eficácia. Eu me somo ao Senador Raupp e à Senadora Vanessa, solicitando a V. Exª que se possa sobrestar, sem prejuízo da proposta, até que a gente tenha uma decisão da instalação ou não da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Continua a discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, eu concordo em parte, mas eu acho que a gente não sabe que rumo vai tomar e nem quanto tempo vai levar a montagem dessas CPIs. E a gente sente também que há uma coisa intrínseca, e chega a ser até uma manobra, no sentido de que comecem a ser ouvidos os requerimentos, se for instalada uma CPMI ou CPI, com a parte de São Paulo, de Pernambuco, e isso vai levar dois, três meses até que a gente venha a ouvir a Petrobras.

Então, a minha sugestão é que, como não sabemos como vai ser, que deixemos aprovado e sem a data marcada ainda, esperando o resultado de hoje ou de amanhã. E, na semana seguinte, se realmente sair e for instalada, esta Comissão vê a conveniência, porque eu acho que as coisas são esclarecedoras e não vejo o porquê de nós estarmos segurando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Ivo Cassol e, em seguida, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – É só para sobrestar esse requerimento porque se já há a CPI e lá todo mundo já vai ser ouvido, eu acho que nós vamos chover no molhado; é a minha sugestão. A não ser que a CPI não vá ter sucesso, vá virar uma pizza, então aí é diferente. Mas, se por acaso a CPI progredir do jeito que a gente espera, portanto, não seria necessário a gente fazer nada especial aqui porque a CPI tem muito mais força para poder solicitar ou rever qualquer situação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Eduardo Amorim, eu penso exatamente o contrário do Senador Ivo Cassol, da Senadora Vanessa e do Senador Jorge Viana. Nós estamos ainda sem saber se a CPI será ou não instalada e qual CPI será instalada. O Governo não tem interesse em tratar do assunto da Petrobras. Apesar de dizerem que têm, que são a favor da instalação da CPI, eles querem fazer uma CPI com fatos desconexos para que possam trazer à discussão, como têm a maioria, o que interessa a eles, que é a questão lá do metrô.

Quer dizer, acho que esta Comissão de Fiscalização e Controle é o fórum adequado para nós aprovarmos esse requerimento. Damos uma demonstração à sociedade de que o Senado e a Comissão de Fiscalização e Controle estão antenados com a sociedade, com a voz que vem das ruas, que quer saber o que há na Petrobras. O que nós sabemos são os efeitos de termos o valor patrimonial da Petrobras reduzido à metade, mas queremos saber as causas, o que foi que levou a essa situação.

A revista *Veja* desta semana traz uma matéria que, por si só, já seria fundamento para que a gente pudesse apreciar e aprovar esse requerimento. Então, a minha proposta, Presidente, é que se aprove o…

(*Interrupção do som.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – … requerimento e V. Exª, como Presidente, ficaria aguardando esta semana (*Fora do microfone.*) e, se não houvesse a definição, porque eu acho que isso vai acabar no Supremo, nós então marcaríamos a vinda do Presidente Gabrielli, como temos já aprovada a da Presidente Graça Foster para cá, e, parece-me, do Ministro de Minas e Energia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Do Ministério de Minas e Energia.

Recebemos um comunicado, juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de que a Presidente Graça Foster não viria, que iria aguardar o resultado de todas essas solicitações. Foi mandado para a CAE e repassado para cá, não foi diretamente para a Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Mas, de qualquer maneira, o requerimento está aprovado. Terminada a questão, V. Exª tem o poder de marcar imediatamente a vinda das pessoas que foram convidadas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como está em fase de discussão e sem querer polemizar, mas já que de certa forma fui citado pelo colega Senador Flexa, respeitando inclusive a opinião de S. Exªs, primeiramente, quero deixar bem claro que tanto eu quanto o Senador Humberto Costa, a Senadora Vanessa, o Senador Ivo Cassol, todos nós não somos contra a vinda, o convite, a convocação de autoridades para tratar da Petrobras. Ao contrário, aprovamos aqui, na Comissão, a vinda da própria Presidente da Petrobras, do Ministro de Minas e Energia.

Também estou afirmando, com meus colegas, que não queremos prejuízo a esses dois requerimentos. Nós apenas – e isso tem que ficar bem claro – estamos fazendo uma ponderação, sem prejuízo aos requerimentos para que não se apreciem hoje, que possam ficar sobrestados os dois requerimentos até que decidamos, na CCJ, a instalação de uma, duas ou três CPIs.

Feito isso, se também não andar a CPI, voltamos a apreciar os requerimentos. O que estamos entendendo é que não tem sentido fazermos algo – eu, particularmente, acredito que é possível haver um entendimento para se instalar uma CPI – gastarmos tempo, consumirmos tempo e tratar da aprovação de um requerimento, porque, aí, sim, ele pode ficar prejudicado.

Então, volto a reafirmar: há uma disposição nossa, minha, pessoal, que sou membro da Base de Apoio ao Governo, do Líder Humberto Costa, que já expôs aqui, que é membro da Comissão, de convocarmos pessoas ligadas aos questionamentos que se fazem em cima da Petrobras. Então, disso não se pode ter dúvidas. Todas as intervenções do Senador Cassol, da Senadora Vanessa e minha foram neste sentido: queremos que isso seja esclarecido. A sociedade exige e cobra, e vamos fazer.

A única ponderação que estamos fazendo, apelando ao bom senso, é de que se possa sobrestar os dois requerimentos, enquanto esta semana… Passada esta semana, na outra, caso fique o impasse, vamos apreciar os requerimentos, sem prejuízo, para que não tenhamos que votar "sim" ou "não" em uma hora dessas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Estamos diante de duas propostas: votar o requerimento agora ou sobrestá-lo. Vamos tomar essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Não, a decisão está tomada, nós vamos votar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Vamos votar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Vamos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não, Sr. Presidente, apareceu um terceira proposta, que é de sobrestar, uma proposta que, aliás, tem a maioria do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O Plenário…

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Existe essa proposta, e é possível, encaminho essa proposta de sobrestar, de não votarmos agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O Plenário decide.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O Plenário decide se sobresta ou se vota. Acho que essa é a preliminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – O Plenário decide o que fazer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, o autor do requerimento não está presente. Temos uma prática de votar. V. Exª está começando a adotar medidas que… Inclusive, há três Senadores que se posicionaram propondo uma posição para ser apreciada, e V. Exª está desprezando?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Jorge Viana, acho que não é preciso e nem é elegante aumentar o tom. Nós vamos apreciar, vamos colocar, e o Plenário decide.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas a proposta é sobrestar ou votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Desculpe, Senadora Vanessa, vamos acatar todas as ideias, e o Plenário decide.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – E o Plenário decide, calma, não precisa elevar o tom.

Em nenhum momento, alteramos ou deixamos de fazer o que deveria ser certo e correto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª tem razão quanto a isso. A minha intenção não é elevar tom, é tentar buscar um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Peço compreensão. Não tenho nenhuma intenção de levar para o lado B ou lado A.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pode ter certeza, tratarei com toda a isonomia e toda igualdade possível. Eu acho que não é necessário, nesta Comissão, neste ambiente, elevarmos o tom ou haver qualquer alteração. Será respeitada, sim, a vontade da maioria. Pode ter certeza. Defendo esse princípio.

Continua em discussão.

Temos aqui a apreciação do requerimento de vinda do ex-Presidente Sérgio Gabrielli para falar sobre a compra da refinaria de Pasadena, em 2006, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Ainda explicando ao Senador Jorge Viana, a conduta da Comissão é ler o requerimento em uma semana, estando o autor do requerimento presente naquele momento, mas nada impede, não é norma, não é conduta que a leitura do requerimento seja feita com a presença do Presidente. É assim que a gente recebe e é orientado.

Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nunca foi assim, Sr. Presidente. Nunca foi assim.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Só uma…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu estou recebendo a orientação daqueles que estão na Comissão permanentemente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como membro da Comissão, eu estou questionando as informações que V. Exª está recebendo. Aqui, nós temos uma prática, há três anos, de sempre apreciar requerimento com a presença do autor. Pode haver acordo, o entendimento do Plenário de apreciar sem a presença do autor, mas é a primeira vez que nós vamos fazer algo dessa maneira. Então, peço aos assessores que busquem… Nós sempre trabalhamos dessa maneira na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Jorge Viana, é a informação que eu estou recebendo. Se eu estou errando…

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não estou questionando V. Exª, estou questionando a informação…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – … estou errando conjuntamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – … que V. Exª está recebendo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Eu só gostaria de…

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estão mudando a prática da Comissão. Nunca foi dessa maneira. Com o Senador Rodrigo Rollemberg, com o Senador Blairo, sempre trabalhamos apreciando requerimento com a presença do autor. Agora, se vamos mudar as regras, é outra coisa.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Eu só queria uma informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pios não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – O requerimento aprovado no ano passado tem que ser refeito este ano ou ele tem validade, tem um período de duração, pelo nosso Regimento Interno? Vamos dizer que tenha sido, pelo requerimento, solicitada a participação de alguém em uma audiência, para ser ouvido aqui, o requerimento precisa ser refeito no ano subsequente? A assessoria poderia passar isso para a gente ou não? Ou tem validade o mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Ele tem validade, mas o Senador Jorge Viana disse que…

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Não, não, não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – … o ex-Presidente Sérgio Gabrielli já esteve aqui no ano passado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Ele já esteve, mas o Cerveró não esteve. E foi aprovado junto o requerimento. O Cerveró foi aprovado junto, na época, e não veio aqui, tanto que não… E ele era servidor público na época, porque era da Petrobras. Só por isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª tem…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu não estava…

Desculpe-me, Senador Jorge.

Darei a palavra quando o senhor solicitar. Apenas estou respondendo ao Senador Ivo Cassol.

Eu não estava como Presidente desta Comissão; estou como Presidente desta Comissão há apenas algumas semanas.

Continua a discussão.

Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria compactuar também do pensamento do Senador Jorge Viana, da Senadora Vanessa e também do nosso Senador Humberto Costa de que é de bom tom e de bom senso da nossa parte aguardarmos a definição da Comissão de Constituição e Justiça, que se reúne hoje, à tarde, sobre o destino das propostas de CPI que eles têm para, na próxima reunião da nossa Comissão, avaliarmos e votarmos esse requerimento de convocação do ex-Presidente da Petrobras Sérgio Gabrielli.

É esta a minha posição, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a palavra para discutir.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Peço a palavra, depois do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A Senadora Vanessa Grazziotin sugeriu um requerimento de sobrestamento.

É necessário, Senadora, que a senhora formalize o requerimento.

Pois não, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu não sei qual será o resultado dessa votação, se vamos sobrestar, se vai aprovar, se vai-se rejeitar o requerimento, mas, para mim, o que está claro, patente, é que o Governo tem verdadeiro terror, pânico de tratar dos temas da Petrobras. Terror, pânico. Não é que está à beira de um ataque de nervos, ela já está em pleno ataque de nervos. A simples menção à palavra Pasadena ou ao nome Cerveró já provoca uma revoada, uma convocação urgente dos governistas para a Comissão para, com seu número, número que legitimamente tem, impedir que esse nome seja mencionado de uma forma mais detida e seja averiguada qualquer coisa relativa à Petrobras. De modo que, qualquer que seja o resultado dessa votação, Sr. Presidente – ou se adia, ou se vota contra –, o fato é que o Governo não permitirá que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado se debruce sobre esse tema.

Portanto, eu vou votar aqui conforme já expuseram os meus companheiros, mas considero que a sorte já está lançada e a questão já está decidida.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pela ordem, com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, eu sei que V. Exª procura mediar a vontade do Plenário, como é próprio de V. Exª e da Presidência da Comissão…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Com toda a isonomia e com todo o equilíbrio necessários. Tenha certeza disso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu respeito a opinião dos colegas, mas penso que não cabe, pelo menos aqui, na Comissão, especialmente ao Senador Aloysio Nunes… Porque, nesta Comissão, nós aprovamos, com a condução do Líder Humberto Costa, a convocação da Presidenta da Petrobras e do Ministro de Minas e Energia para debatermos Pasadena, para debater os problemas da Petrobras. Nós aprovamos.

Agora, que a Casa e o Congresso Nacional estão debatendo a instalação de uma ou duas CPIs ou de uma CPMI, isso é fato. Assim, penso que a sugestão, a proposta da Senadora Vanessa é objetiva. Ela está afirmando, nós todos estamos afirmando que somos favoráveis à proposta de convocar novamente o Sr. Gabrielli, o Sr. Cerveró, seja quem for, para esclarecermos esses fatos. Contudo, só estamos solicitando um sobrestamento. Esta é a proposta de S. Exª relativamente aos dois requerimentos, sem prejuízo deles, até que se decida, na CCJ, o caminho. Se for haver CPMI, certamente ele perde eficácia. Se não, vamos votar aqui e convocar as pessoas que o Plenário entender seja necessário ouvirmos para tratar, trabalhar e debater a Petrobras.

Esta é a proposta de encaminhamento. Como V. Exª sugeriu, a gente poderia apreciar a proposta da Senadora Vanessa, de sobrestar ou não, sem prejuízo da apreciação, *a posteriori*, dos dois requerimentos, como propôs o Senador Ivo Cassol também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr, Presidente, na linha de raciocínio do Senador Jorge Viana, do Senador Humberto Costa e da Senadora Vanessa e para que a Comissão de Fiscalização e Controle possa exercer, efetivamente, a sua condição, eu proporia que nós pudéssemos fazer uma alteração no encaminhamento: que o requerimento fosse aprovado e, se a CPI fosse instalada, ele perderia o efeito. Ele fica aprovado, aguardando a instalação da CPI.

Se é isso que os Srs. Senadores pretendem, essa proposta atende a eles, ou seja, fica aprovado o requerimento e, se a CPI for instalada, o requerimento perde o efeito; se não se instalar, já está aprovado o requerimento em relação ao qual eles também são favoráveis, ou seja, de que venha o Sr. Gabrielli.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – É exatamente o contrário do que a Senadora Vanessa está propondo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pelo menos, eu entendi que eles são a favor do requerimento, mas só não querem aprová-lo em função da discussão em torno da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senadora Vanessa, por favor.

Nós vamos apreciar o sobrestamento.

Esclareço que existe o requerimento de convite do ex-Presidente da Petrobras, Sr. Sérgio Gabrielli, e existe também a proposta de sobrestamento.

Nós, primeiramente, vamos apreciar o sobrestamento em relação aos itens 1 e 2. Porém, lembro, desde já, que o Ministro das Minas e Energia também foi convidado, conforme requerimento aprovado aqui. Enviaremos o convite a S. Exª o Ministro de Minas e Energia, que poderá recusá-lo, apresentando as suas justificativas, como fez a Presidente da Petrobras. Contudo, repito, enviaremos o convite ao Sr. Ministro de Minas e Energia.

Então, vamos, primeiramente, apreciar o sobrestamento, ou seja, se aguardamos ou não o desenrolar de toda essa questão – e isso para os dois itens, o item 1 e o item 2.

Volto a insistir, Senador Jorge Viana, que esta Mesa trata de todos os assuntos, independentemente de cor partidária, com a maior de todas as isonomias e o equilíbrio necessário. Todavia, o Plenário, com certeza, é soberano.

Aqueles que concordam com o sobrestamento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Estão sobrestados os itens 1 e 2, cujos sobrestamentos foram votados.

São os seguintes os itens sobrestados:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 24, de 2014

Requer, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o senhor José Sérgio Gabrielli, ex-presidente da Petrobrás, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 25, de 2014

Requer, com fulcro no art. 58, § 2°, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão o Srª Nelson Cerveró, ex- diretor financeiro da BR Distribuidora, a respeito da compra da refinaria de Pasadena, em 2006.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Eu gostaria, se possível, de pedir a colaboração dos nobres colegas Senadores, pois ainda há requerimentos…

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. O próximo item da pauta é de sua autoria, um projeto não terminativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Era o que eu ia pedir, a inversão, para poder relatar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Item 3.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 23, de 2013
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 3253/2013 - TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo n° TC 016.438/2013-2, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional que teve por objeto verificar o controle exercido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis sobre o cálculo, o pagamento e a distribuição de participações governamentais devidas pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural no Brasil, bem como o controle exercido pela agência sobre a medição da produção desses hidrocarbonetos.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso nº 23, de 2013, do Tribunal de Contas da União (nº 01541-Seses-TCU-Plenário, de 27 de novembro de 2013,na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 3253/2013 - TCU - Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 016.438/2013-2, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam,referente à auditoria operacional que teve por objeto verificar o controle exercido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis sobre o cálculo, o pagamento e a distribuição de participações governamentais devidas pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural no Brasil, bem como o controle exercido pela agência sobre a medição da produção desses hidrocarbonetos.

A citada auditoria insere-se no projeto de cooperação entre a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a GIZ, agência de cooperação internacional da Alemanha, para o desenvolvimento de capacidades institucionais entre as entidades fiscalizadoras superiores (EFS) membros desta organização, em conformidade com as metas definidas no seu plano estratégico referente ao período de 2011-2015.

Acordaram os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária de 27/11/2013, ante as razões expostas pelo Relator, diversas providências, entre as quais destaco:

1. determinar à ANP que, no que concerne aos processos de fiscalização *in loco* dos sistemas de medição:

1.1. no prazo de 180 dias, encaminhe ao TCU plano de ação contendo a metodologia e as metas para saneamento das impropriedades encontradas na instrução processual do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção;

2. no que se refere ao controle sobre o cálculo, o pagamento e a distribuição das participações governamentais:

2.1. estabeleça outros procedimentos, além daqueles estabelecidos no Manual de Atividades para a auditoria das deduções da participação especial que possibilitem conhecer a estrutura contábil e de custos dos concessionários e confirmar as informações por eles declaradas;

2.2. tome as providências necessárias ao estabelecimento de critérios objetivos para a qualificação das instalações de embarque e desembarque, para fins de enquadramento de Municípios como beneficiários, em atendimento à Lei 9.478/1997 e à Lei 12.734/2012;

2.3. quanto à divulgação oficial das informações sobre a distribuição de *royalties* aos Municípios beneficiários, aperfeiçoe o Manual de Procedimentos de *royalties* no sentido de apresentar, com base nas planilhas disponíveis no sítio eletrônico da Agência, passo a passo de como calcular as parcelas correspondentes aos *royalties* devidos aos Municípios beneficiados;

3. recomendar ao Ministério de Minas e Energia que, no que concerne ao enquadramento de Municípios na zona de produção mineral para fins de *royalties*, tome as providências necessárias ao estabelecimento de critérios objetivos para a qualificação das instalações industriais e de apoio à exploração e à produção de petróleo e gás natural.

O TCU encaminhou cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam ao Ministro de Estado de Minas e Energia; Diretora-Geral da ANP; Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, determinando em seguida o arquivamento dos autos.

Relatório, Sr. Presidente.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso nº 01541-Seses-TCU-Plenário, de 27 de novembro de 2013, que encaminha cópia do Acórdão nº 3253/2013-TCU-Plenário, acompanhado dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referentes à auditoria operacional realizada na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), cujo objeto é discriminado em epígrafe.

O referido Relatório de Auditoria Operacional foi conduzido pela Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnergia), avaliando aspectos operacionais e relativos à transparência das ações de fiscalização promovidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

A citada auditoria insere-se no projeto de cooperação entre a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) e a GIZ, agência de cooperação internacional da Alemanha, para o desenvolvimento de capacidades institucionais entre as entidades fiscalizadoras superiores (EFS)

membros desta organização, em conformidade com as metas definidas no seu plano estratégico referente ao período de 2011-2015.

Além disso, o tema relativo aos ingressos públicos provenientes das atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos foi definido como uma área estratégica pelo Comitê de Capacitação Regional da Olacefs.

Acordaram os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária de 27/11/2013, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à ANP que, no que concerne aos processos de fiscalização in loco dos sistemas de medição:

1.1. no prazo de 180 dias, encaminhe ao TCU plano de ação contendo a metodologia e as metas para saneamento das impropriedades encontradas na instrução processual do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção;

1.2. no prazo de 180 dias, estabeleça forma adequada para a prática dos atos de autorização de utilização de sistemas de medição da produção de petróleo e gás natural para fins fiscais e de apropriação, inclusive para Teste de Longa Duração, bem como que sejam convalidados os atos já praticados por intermédio de ofícios, em atenção aos requisitos mínimos exigidos no §1º do art. 22 da Lei 9.784/1999;

2. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à ANP que, no que se refere ao controle sobre o cálculo, o pagamento e a distribuição das participações governamentais:

2.1. estabeleça outros procedimentos, além daqueles estabelecidos no Manual de Atividades - cálculo, distribuição e auditoria da participação especial, para a auditoria das deduções da participação especial que possibilitem conhecer a estrutura contábil e de custos dos concessionários e confirmar as informações por eles declaradas;

2.2. estabeleça critérios de análise dos demonstrativos de apuração da participação especial que considerem um intervalo temporal superior a dois períodos-base consecutivos;

2.3. defina um procedimento específico de análise para a apuração da participação especial correspondente ao primeiro trimestre de contribuição;

2.4. tome as providências necessárias ao estabelecimento de critérios objetivos para a qualificação das instalações de embarque e desembarque, para fins de enquadramento de municípios como beneficiários, em atendimento à Lei 9.478/1997 e à Lei 12.734/2012;

2.5. formalize, em normativo ou outro documento, o estabelecimento de diretrizes e a regulamentação para o planejamento e a execução dessas ações, definindo critérios de seleção e periodicidade de realização; e

2.6. adote as providências necessárias ao desenvolvimento e à implementação definitiva de um sistema informatizado dotado de funcionalidades que permitam o registro e o tratamento automático de dados e informações necessárias ao controle do cálculo, do pagamento e da distribuição de royalties e participações especiais;

3. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Ministério de Minas e Energia que, no que concerne ao enquadramento de municípios na zona de produção principal para fins de royalties, tome as providências necessárias ao estabelecimento de critérios objetivos para a qualificação das instalações industriais e de apoio à exploração e à produção de petróleo e gás natural;

4. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à ANP que, quanto à divulgação oficial das informações sobre a distribuição de royalties aos Municípios beneficiários: 4.1. aperfeiçoe o Manual de Procedimentos de royalties no sentido de apresentar, com base nas planilhas disponíveis nos sítio eletrônico da Agência, passo a passo de como calcular as parcelas correspondentes aos royalties devidos aos Municípios beneficiados; e 4.2. seja dada ênfase, no sítio eletrônico da Agência, à planilha que apresente os valores distribuídos a cada Município beneficiado;

5. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, além do inteiro teor do relatório de auditoria constante da Peça 47, para os seguintes destinatários: Ministro de Estado de Minas e Energia; Diretora-Geral da ANP; Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados; Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal; Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União e,

6. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU".

Voto, Sr. Presidente.

Assim sendo, como as providências cabíveis para sanar os problemas apontados foram adotadas pelo TCU, voto pelo conhecimento e encaminhamento deste processo ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da CMA pelo conhecimento e arquivamento do Aviso.

Antes de pedir ao Senador Jorge Viana que faça a leitura dos seus projetos, temos dois requerimentos sobre a mesa, sendo um deles em caráter de urgência.

O primeiro requerimento, de autoria do Senador Flexa Ribeiro é o seguinte:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 30, de 2014

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, em ADITAMENTO ao Requerimento n.º 03 de 2014, aprovado na reunião ocorrida em 18/02/2014, a inclusão do nome do Tenente-Brigadeiro do Ar, Rafael Rodrigues Filho – Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), com vistas a discutir as condições de utilização da pista principal do Aeroporto Internacional de Belém/Val-de-Cans, recentemente reformada e que não apresenta condições de receber voos em dias de chuva, causando atrasos e risco à segurança de passageiros.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

O segundo requerimento, de autoria do Senador Jorge Viana:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 31, de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 21/2014, denominado Marco Civil da Internet.Considerando que a mencionada proposição tramita nesta Casa em regime de urgência constitucional, e simultaneamente nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), além desta Comissão, sugiro que a presente Audiência Pública seja realizada conjuntamente entre todas as Comissões constantes do despacho do Presidente da Mesa do Senado Federal, bem como quaisquer outras comissões que vierem a propor audiência do mesmo tema, tudo sempre condicionado à aprovação de Requerimentos pelas mesmas Comissões.Oportunamente será apresentado o rol de expositores que serão convidados a compor a mesa da citada Audiência Pública.

Autoria: Senador Jorge Viana

Este requerimento está em apreciação e em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento de urgência para avaliar o marco civil da internet.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana.

Autoria: Ricardo Izar

Relatoria: Jorge Viana

Relatório: Pela rejeição

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Esse projeto dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem, para os Municípios que tenham, no mínimo, uma árvore por habitante na área urbana.

É de autoria do Deputado Ricardo Izar, e coube a mim a relatoria.

Como V. Exª e outros colegas sabem, tenho, até pela formação, compromisso com a causa ambiental e tive o privilégio de ser Relator do novo Código Florestal aqui nesta Comissão, mas tenho, antes dos meus sonhos e dos meus desejos, como V. Exª faz, e faz muito bem aqui, tenho de cumprir o meu papel de Relator, de Senador, de averiguar, conforme estabelece o Regimento Interno do próprio Senado, se o projeto atende os critérios que a Constituição estabelece.

Então, nesse sentido, o projeto institui o Selo Árvore do Bem, a ser conferido pelo Governo Federal aos Municípios que tenham em área urbana, no mínimo, uma árvore por habitante. A ONU trabalha, por exemplo, com área verde por habitante, mas árvore por habitante é algo que não tem amparo ainda. Determina que os Municípios contemplados com o Selo Árvore do Bem terão prioridade na obtenção de recursos da União des-

tinados a programas especiais nas áreas de saneamento, infraestrutura básica, habitação, saúde, educação e transporte. E determina que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizará, anualmente, a contabilização das árvores para conferir o Selo Árvore do Bem aos Municípios.

Então, o projeto, por melhor intenção que tenha, inviabiliza-se quando se confronta com a própria Constituição. O Pacto Federativo, que estabelece igualdade entre os entes federados, não pode ser rompido. Dessa maneira, a União não pode determinar que um grupo de Municípios, em detrimento dos outros Municípios, receba prioritariamente recursos públicos.

Este é um tema recorrente que apreciamos aqui, porque não está nas nossas prerrogativas fazer esse tipo de modificação na legislação brasileira. Essas áreas integram a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse sentido, é dever da União promover a melhoria do saneamento, da infraestrutura básica, da habitação.

O projeto obriga o Ibama a realizar a contabilização anual das árvores para conferir o Selo Árvore do Bem aos Municípios.

Tendo em vista esses esclarecimentos e essa análise que faço, passo, então, à minha posição como Relator. Cabe notar, então, que o PLC nº 59, de 2010, que foi analisado pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, no momento, está aguardando votação no Plenário, e alcança os mesmos objetivos de aumentar a arborização das regiões urbanas, mas dentro da competência legislativa dos Municípios, diferentemente da proposição que ora apreciamos.

Pelas razões acima, concluímos que é aconselhável que a presente proposição não prospere e seja rejeitada.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2013.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente, Senador Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

Item nº 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2003
- Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pelo arquivamento

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço um resumo, já analisando o PLS nº 191, de 2003. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal, de autoria do colega, Senador Valdir Raupp. Então, é muito meritório. Esse foi um dos temas que debatemos no novo Código Florestal: como criar incentivos para recomposição de áreas de preservação permanente e reserva legal.

O confronto também, neste caso, é com a própria Constituição. O projeto concede incentivos fiscais para proprietários rurais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, visando à implantação e manutenção e reconstituição das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Permite a dedução de até 20% do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, as importâncias aplicadas nessas atividades de reflorestamento.

Determina ainda que as deduções poderão incluir os custos de implantação do reflorestamento.

No parecer, temos a obrigação de nos prendermos ao que a lei estabelece.

A iniciativa parlamentar invade competência privativa do Presidente da República, contida no art. 84, VI, alínea "a", da Constituição Federal, na medida em que as normas propostas nos arts. 2º e 3º do projeto de lei estabelecem atribuições a órgão da administração pública federal.

Então, é inconstitucional. Ele fica prejudicado e nós encontramos uma maneira de solucionar esse problema na proposta do novo Código Florestal, a que vou me referir daqui a pouco.

O art. 41 do novo Código Florestal, com a redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012, já autoriza – aí é uma proposta autorizativa diferente da proposição atual – o Poder Executivo Federal a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente.

Então, nesse sentido, aproveitando a ideia do Senador Valdir Raupp, eu fiz um relatório no sentido de deixar claro que o projeto fica prejudicado, tendo em vista a aprovação do novo Código Florestal e o fato de ele invadir as atribuições do Executivo. Não pode o Poder Legislativo legislar nesse caso. Então, vou ao meu parecer. Mas, felizmente, o projeto dele é antigo e foi acolhido dentro do novo Código Florestal.

Em suma, a presente iniciativa legislativa, de autoria do Senador Valdir Raupp, inegavelmente contribuiu para o debate sobre o aprimoramento das normas que regem a exploração sustentável dos recursos florestais. Como se sabe, o marco regulatório, recentemente inserido em nosso ordenamento jurídico, representa uma solução de compromisso entre os vários segmentos da sociedade civil e os agentes públicos e políticos envolvidos com a temática. Agora, cabe ao Congresso Nacional e, particularmente a esta CMA, acompanhar e avaliar tanto os atos esperados do Poder Executivo sobre a matéria, como o comportamento dos agentes públicos e privados, e, com efeito, propor as medidas corretivas em tempo hábil.

Quer dizer, nós já aprovamos de maneira autorizativa que o Executivo crie um programa de incentivos fiscais à recomposição florestal de áreas de reserva legal e de preservação permanente. Então, a partir dessa análise, pelos motivos expostos, entendo que a presente iniciativa legislativa tornou-se extemporânea e, assim, nos termos do art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pelo arquivamento do PLS nº 191, de 2003, em virtude de encontrar-se prejudicado.

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA pelo arquivamento do projeto.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 605, de 2007
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas.
Autoria: Senador Augusto Botelho
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela rejeição

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, esse projeto trata de uma matéria muito sensível. É o PLS nº 605, de 2007, que dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas.

É uma matéria complexa. O autor é o Senador Augusto Botelho.

A proposição determina que a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas dependerão de autorização do Congresso Nacional. A exploração pelo regime de garimpagem será privativa dos índios.

As áreas situadas em terras indígenas poderão ser declaradas disponíveis para fins de requerimento de autorização de pesquisa e a concessão de lavra, mediante edital que estabelecerá os requisitos a serem atendidos.

O meu parecer é pela rejeição do Projeto. O Senado tratou dessa matéria quando aprovou o PLS nº 121, de 1995, de autoria do Senador Romero Jucá. Atualmente, esse projeto se encontra tramitando na Câmara dos Deputados como o PL nº 1.610, de 1996, estando em estágio mais avançado de tramitação do que esse PLS nº 605, de 2007, já tendo sido aprovado no Senado.

Por essa razão, tendo em vista que o Senado já se pronunciou sobre a matéria ao apreciar o projeto que hoje tramita na Câmara dos Deputados, não vemos necessidade de aprovar nova proposição. Como aquela proposição concentra atualmente o debate sobre mineração em terras indígenas e será objeto de nova análise por parte do Senado Federal, seria inoportuno outra tentativa de regulamentar a matéria que já está tramitando no Congresso e que, certamente, voltará ao Senado Federal.

Sr. Presidente, o meu parecer é pela prejudicialidade em razão do que foi exposto.

O voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 605, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA pela rejeição do projeto.

O item 8 tem como relator o Senador Rodrigo Rollemberg, que pediu para retirar de pauta para que pudesse reexaminar a matéria.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2012
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços.
Autoria: Jayme Campos
Relatoria: Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
- Foi oferecida uma emenda de autoria do Senador Gim, acolhida na emenda substitutiva apresentada pelo relator.
- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CDH.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Os demais itens são projetos terminativos. Não temos quórum.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2009
- Terminativo -

Dá nova redação ao caput art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 (quarenta e cinco) dias antes da data final para matrícula.
Autoria: Deputado Clodovil Hernandes
Relatório: Pela aprovação com as duas emendas de redação aprovadas na CCJ.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, de 2007
- Terminativo -

Dispõe sobre a dispensa da exigência de certidão negativa de serviços de proteção ao crédito e congêneres para a consignação em folha de pagamento de servidor público adquirente de imóvel.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Cristovam Buarque

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2011
- Terminativo -

Altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar ao fornecedor a possibilidade de efetuar cobrança de custos de cobrança.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011
- Terminativo -

Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por a*d hoc*)
Relatoria a*d hoc*: Senador Luiz Henrique

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a CâmaraLegislativa do Distrito Federal, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências.
Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Gim

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, de 2013
- Terminativo -

Altera o art. 32 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a oferta de componentes e peças de reposição após cessadas a produção ou importação de produtos.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Acir Gurgacz

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o cancelamento do serviço pelo consumidor.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar a retenção de senha ou documento comprobatório do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento.
Autoria: Senador Vicentinho Alves

Portanto, nada mais havendo a tratar…

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) –Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Era só para me desculpar com V. Exª e com as pessoas que o assessoram. Não há nenhuma intenção minha de complicar ou de não colaborar com a boa condução dos trabalhos. Sei que V. Exª assumiu a Comissão com a intenção de, obviamente, no seu jeito, dar a melhor condução, mas estamos vivendo um momento muito conturbado aqui dentro do Senado. Temos um permanente confronto em qualquer espaço. Penso em - a minha intenção, pelo menos era essa -, em uma hora dessa, buscarmos qual tem sido a prática aqui dentro, nos momentos de maior calmaria, e foi com essa intenção que fiz a observação, aqui, inclusive para os assessores da Mesa.

O Regimento de fato estabelece a leitura e a apreciação dos projetos com a presença do relator, mas temos uma maneira de proceder, tentando agilizar os trabalhos, à leitura, às vezes na presença do autor, e à apreciação, em acordo. Também fazíamos sempre, estávamos fazendo, com a presença do autor.

A minha intenção não é estabelecer novas regras, que também podem ser estabelecidas, mas só queria dar esse esclarecimento e apresentar aqui as minhas desculpas no sentido de não querer com isso tentar tolher o trabalho que V. Exª, com toda autonomia, tem e pode e deve exercer na Presidência da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senador Jorge Viana, pode ter certeza, conhecendo um pouco, como conhecemos, o senhor, só estranhamos o tom de voz. Saiba que aqui a gente procura conduzir a Presidência desta Comissão com o máximo de equilíbrio. Se adotamos a medida do sorteio para distribuir as relatorias, o que era uma prerrogativa da Presidência, foi porque entendemos que as-

sim seria melhor. Quando o Senador Blairo Maggi voltar, poderá conduzir ou não dessa forma. Respeito quem pensa diferente, mas acho que assim é melhor.

Quanto à análise dos requerimentos em uma reunião e votação em outra, estando ou não com a presença, volto a dizer e insistir que o que tenho recebido por parte dos servidores desta Comissão é que não é necessário, para apreciação do requerimento, que o autor esteja presente.

A conduta que tem sido feita é a de que é necessário, sim, que o autor esteja presente para a leitura. Se eu estiver errado, digo a V. Exª que estou errando conjuntamente com todos os servidores da Comissão. É isso que eles estão me informando.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Desculpe-me! Portanto, estou seguindo a orientação e estou respeitando aqueles que permanentemente estão aqui, nesta Comissão.

Então, se há algum dolo ou alguma mudança nesse sentido, estou fazendo isso e estou me responsabilizando por isso junto com os servidores da Comissão, que estão permanentemente aqui. De qualquer maneira, não há qualquer prejuízo. Conduzimos e vamos conduzir esta Comissão com a maior de todas as isenções, dando nossa contribuição neste espaço.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e faz a leitura do Plano de Trabalho da Subcomissão para o ano de 2014. Usam da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin. Colocado em votação, o Plano de Trabalho é aprovado. Ficam adiados os dois requerimentos apresentados pelo Senador Anibal Diniz, ante a ausência do autor. A Presidência comunica a substituição do Senador Rodrigo Rollemberg pela Senadora Vanessa Grazziotin como relatora da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Cícero Lucena,** Presidente da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 11/02/2014

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Declaro aberta a primeira reunião da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por objetivo realizar a leitura do Plano de Trabalho desta Subcomissão e submetê-la à aprovação dos Srs. Senadores.

Chegou o Presidente da Subcomissão.

Passo a palavra ao Presidente da Subcomissão, Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Quero, inicialmente, agradecer ao Senador Eduardo Amorim.

Tive que correr bastante, porque, mais uma vez, fui vítima dos problemas de aeroportos. Cheguei da Paraíba e gastei, esperando pela mala, quase o tempo de vir de João Pessoa para Brasília: uma hora esperando! Nós, brasileiros, estamos vivendo isso em todo o País. Infelizmente, pagando um preço muito alto por essa Copa.

Como o nosso querido Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim, tinha dado início, a presente reunião tem por objetivo realizar a leitura do Plano de Trabalho desta Subcomissão e submetê-lo à aprovação dos Srs. Senadores.

Vamos à leitura.

A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos (CMARS) foi criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, por meio do RMA nº 33 de 2013, com objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei 12.305, de 2 agosto de 2010.

Conforme o RMA nº 33 de 2013, que criou a CMARS, *a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos envolve toda a sociedade brasileira e todas as esferas federativas: União, Estados e Municípios. Não podemos, pois, deixar de participar nos termos das atribuições do Senado Federal, que incluem a fiscalização do Poder Executivo, em sua efetiva implantação.*

A Lei 12.305, de 2010, dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento desses resíduos e às responsabilidades dos geradores e do Poder Público.

A lei traz preceitos inovadores como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e o sistema de logística reversa: em resumo, a responsabilidade pós-consumo do setor produtivo. A Política Nacional atribui responsabilidades a todos que, de alguma forma, participam da geração de resíduos, inclusive os consumidores, comerciantes, distribuidores e fabricantes. É uma abordagem inovadora, colocando o Brasil ao lado de países como os da União Europeia e o próprio Japão.

Estão sujeitas à observância da lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos, e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento dos resíduos.

Para os trabalhos desta Subcomissão, no ano de 2014, o presente plano propõe, numa primeira etapa, fazer um diagnóstico o mais completo possível das ações preconizadas pela Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos executadas até o momento ou em estágio de implantação.

Com esse objetivo, sugerimos realizar audiências públicas específicas para conhecimento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, bem como da atual situação dos planos municipais, da coleta seletiva e dos sistemas de logística reversa – já estabelecidos ou em implantação, como os de descarte de resíduos de medicamentos e de eletroeletrônicos –, considerando que esses instrumentos, disciplinados pela Lei da Política Nacional, são essenciais para o cumprimento da data fixada para a erradicação dos lixões: dia 2 de agosto de 2014.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos – cuja versão preliminar para consulta pública está disponível, desde 2011, na página do Ministério do Meio Ambiente (MMA) – foi elaborado por várias entidades que integram o Governo Federal e por representações da sociedade civil com base no diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no Brasil realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Os planos municipais são uma das ferramentas mais relevantes da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Podem ser elaborados com planos intermunicipais, microrregionais, de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, e podem ser inseridos no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, desde que respeitado o conteúdo mínimo estipulado pela Lei de Resíduos Sólidos. Os planos municipais são condição necessária para o Distrito Federal e os Municípios acessarem os recursos financeiros da União, ou por ela controlados, destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

Recordamos que, nos termos da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, observado o preceito do art. 30, *caput* e inciso V, da Constituição Federal, incumbe ao Poder Público local – Distrito Federal e Municípios – a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados em seus respectivos territórios.

Por sua vez, a logística reversa caracteriza-se por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento – em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos – ou para outra destinação final ambientalmente adequada. A logística reversa é, portanto, um instrumento de desenvolvimento econômico, bem como social.

Para implementar esse instrumento, o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, criou o Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (Cori), presidido pelo MMA, que desempenha também as funções de Secretaria Executiva.

Além desses temas, sugerimos ainda, nessa primeira etapa, audiências públicas que tragam informações sobre inovações tecnológicas aplicadas à reciclagem e outras formas de destinação final de resíduos sólidos urbanos.

A última reunião dessa fase preliminar de trabalho terá como objetivo avaliar e deliberar sobre as ações futuras da Subcomissão. Para a maior eficiência dos trabalhos da Subcomissão, sugerimos que as audiências

públicas sejam realizadas, no máximo, com quatro convidados e que, em caso em que o tema exija a participação de mais palestrantes, a audiência seja desdobrada.

Apresentamos o Plano de Trabalho à consideração dos membros deste Colegiado, contando com o aperfeiçoamento das propostas pelos nobres colegas.

Passo ao detalhamento das reuniões.

Para a primeira reunião, estamos propondo uma audiência pública sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, convidando o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (ABETRE) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A segunda reunião seria uma audiência pública sobre os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a situação atual, as perspectivas e os desafios. Os convidados são o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, o Ministério das Cidades, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e o Ministério da Saúde, a Fundação Nacional de Saúde, bem como a Confederação Nacional dos Municípios.

Por que fazer essa discussão com os Municípios? Porque, na política nacional, parte é compatível com o Ministério do Meio Ambiente, que é o maior gestor da questão. Algumas ações do Governo Federal são feitas pelo Ministério das Cidades. E a questão dos pequenos Municípios brasileiros é atribuição do Ministério da Saúde, através da Funasa.

A terceira reunião seria uma audiência pública sobre coleta seletiva e inclusão social dos catadores: a situação atual, as perspectivas e os desafios. Os convidados são o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano; o Instituto Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais; o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), que é um órgão empresarial, uma associação empresarial que muito tem contribuído na formação e divulgação dos trabalhos na área de cooperativa, bem como nas soluções adotadas; e a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE).

A quarta reunião seria uma audiência pública sobre os Sistemas de Logística Reversa implantados e sobre os sistemas dependentes de acordos setoriais. O convidado é o Ministério do Meio Ambiente. Como os senhores sabem, a questão está sob sua responsabilidade, os Comitês a serem discutidos setorialmente. Então, estaria presente a Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias, pela extrema necessidade de darmos um correto destino final aos medicamentos vencidos ou mesmo utilizados nas residências – esta é uma preocupação, e é fundamental ouvirmos esse segmento nessa discussão –; o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. Estes são os dois itens principais da logística reversa: medicamentos e eletroeletrônicos.

A quinta reunião seria uma audiência pública sobre soluções e tecnologias inovadoras voltadas à reciclagem e a outras formas de destinação final de resíduos sólidos.

Convidados: Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo (IPT); Núcleo de Estudo e Pesquisa em Resíduos Sólidos (NEPER) da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, sempre também se fazendo presente, e o Jornalista e Professor André Trigueiro, pós-graduado em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e editor-chefe do programa Cidades e Soluções, da GloboNews.

A sexta reunião: avaliação e deliberação sobre os trabalhos futuros da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

Então, senhores membros desta Comissão, esse é o plano de trabalho que proponho para esta Subcomissão – obviamente com a aprovação de V. Exªs – dar como contribuição nesse momento, ou num momento futuro, para que possamos aprimorar esse plano de trabalho e atingir o objetivo no nível da responsabilidade que esta Subcomissão assume, com esse trabalho em relação ao Brasil, ao compromisso ambiental e ao compromisso social que todos nós desejamos.

Em discussão.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Cícero Lucena, só para parabenizá-lo pelo programa que V. Exª acaba de ler das atividades da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

Também quero verificar, Sr. Presidente Cícero Lucena, da possibilidade de a Subcomissão fazer um levantamento de quantos Municípios brasileiros já fizeram o dever de casa. V. Exª anunciou, logo no início da sua fala, que o limite é agosto…

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – É 2 de agosto de 2014.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É 2 de agosto de 2014. Nós já estamos em fevereiro. Então, gostaria que pudéssemos fazer um levantamento, através dos Ministérios que estão coordenando o tra-

balho, de quantos Municípios já fizeram o seu plano de resíduo sólido. Acredito que bem poucos. Acredito – não tenho certeza – que várias capitais também não devem ter feito. Então, seria importante que a Subcomissão tivesse um panorama dos Municípios brasileiros com relação ao tratamento de resíduos sólidos, para que possamos fazer um trabalho num movimento de acelerar ou chamar essas prefeituras a executarem seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Senador Flexa, agradeço suas palavras e gostaria de corroborar a preocupação de V.Exª, até porque, na nossa proposta do plano de trabalho, a primeira audiência tem como objetivo exatamente diagnosticar; diagnosticar com a participação do Ministério do Meio Ambiente, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com a Associação Brasileira de Tratamento de Resíduos e com a Confederação Nacional da Indústria. Nós pretendemos diagnosticar a quanto anda a aplicação da política de resíduos sólidos.

A segunda audiência vem sobre os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, a situação atual, as perspectivas e os desafios, porque quem lida nessa área, como nós lidamos, sabe que um dos grandes problemas para a implementação, principalmente por parte dos Municípios, muitas vezes são questões tecnológicas, são quadros técnicos que a maioria dos pequenos e médios Municípios não tem, e também as condições financeiras. Por isso, inclusive, entre os convidados está a representação dos Municípios, para que eles possam nos trazer o diagnóstico não apenas dos números, junto ao Ministério, dos que já fizeram o plano e dos que estão atuando na busca dessa solução, do cumprimento dessa legislação, como também dizer quais são os problemas, quais são os desafios, se são tecnológicos, se são técnicos de quadros de prefeitura, se são financeiros, que alternativas nós devemos propor em termos de ajuda financeira.

V. Exª se recorda: nesta Comissão de Meio Ambiente, há cerca de quatro anos, quando aprovado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, nós apresentamos um projeto de Comissão, uma emenda de Comissão. Foram aprovados 217 milhões para apoio aos pequenos Municípios, para que cumprissem essa legislação. Dos 207 milhões, apenas 9 milhões foram aplicados por parte do Governo Federal.

Para o senhor ter ideia do quanto esse problema é grave, eu, como Parlamentar do Estado da Paraíba, coloquei a minha emenda de Bancada, que foi aprovada na Paraíba, exatamente como recurso para dar suporte a esses pequenos Municípios, para elaborarem os planos, para darem soluções de consórcio, consorciadas, enfim, para se buscar essa solução. Então, essa preocupação de V. Exª está contemplada na primeira e na segunda audiência pública. Já na primeira nós teremos o diagnóstico e na segunda já ouviremos também, por parte dos Municípios, quais são os problemas que eles estão vivendo.

Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Também quero, como fez o Senador Flexa, cumprimentá-lo, Senador Cícero, e pedir a V. Exª que eu possa – não trouxe aqui as sugestões – apresentar algumas sugestões dentro das audiências que V. Exª propõe, de uma ou outra entidade que considera importante o tema da Conferência Nacional do Meio Ambiente do ano passado, que foi exatamente resíduos sólidos. E esse é um debate fundamental. Então que V. Exª, se pudesse, acatasse algumas sugestões de entidades, não de audiência, mas dentro da audiência se que propõe, uma ou duas entidades para que componham também os referidos debates.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Com certeza, Senadora Vanessa. Inclusive, coloco no plano de trabalho a proposta de que a gente aprove e iniciamos a agenda das datas com essas audiências, enquanto os Senadores sugerem outros nomes e aprovamos nas próximas reuniões algumas sugestões que porventura os Senadores façam.

Então, não tendo mais quem queira discutir, em votação o Plano de Trabalho.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu gostaria também de comunicar a presença de dois requerimentos do Senador Aníbal Diniz, apenas para registrar, sem os colocar em votação, porque o Senador não se encontra aqui.

Antes de encerrar esta audiência, esta reunião, eu gostaria de fazer um anúncio que para mim é algo muito importante, porque considero também um importante passo que esta comissão está dando. No início da formação desta Subcomissão, tinha ficado como relator o Senador Rodrigo Rollemberg. O mesmo, em função das suas atribuições e da impossibilidade de acompanhar o esforço e a exigência desse trabalho, pediu-me para que o substituísse.

Para nossa honra, Senadora Vanessa, eu formulei o convite à Senadora Vanessa, que hoje é Presidente da Globo Internacional, do Brasil, e ela se dispôs, sabendo da importância desse tema e da preocupação com esse tema, a ser a Relatora desta Subcomissão.

Então, por motivo de satisfação nossa, contaremos com o trabalho, a inteligência, a dedicação e o compromisso da Senadora Vanessa como Relatora desta Subcomissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Com o compromisso de que todo o arcabouço do relatório será preparado por V. Exª, que preside a Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Vamos fazer todos juntos.

Então muito obrigado.

Não havendo mais nada a discutir, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA 11 HORAS, NA SALA Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Wellington Dias, Roberto Requião, Paulo Davim, Eduardo Lopes, Angela Portela, Eduardo Suplicy e Humberto Costa. Justificou a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 2ª a 4ª Reuniões da CDH, que são dadas por aprovadas. A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais e informa aos presentes a edição do Boletim Informativo da Comissão de Direitos Humanos nº 2, de 2014, com notícias das atividades da Comissão no final de 2013 e início de 2014. Informa também sobre reunião dos Presidentes das Comissões com o Presidente do Senado, que tratou dos trabalhos a serem desenvolvidos no decorrer de 2014, incluindo a modificação di calendário do Senado, considerando os eventos deste ano, em especial a Copa do Mundo, e, ainda, a Resolução nº 44, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal. Passa-se à apreciação da Pauta**: Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** - Terminativo – que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado**: Adiado. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita. (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado:** Adiado. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012** - Terminativo – que altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que

concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** - Terminativo – que altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 10**. **Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 11**. **Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012** - Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado:** Adiado. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** - Terminativo – que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Resultado**: Adiado. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2012** - Não Terminativo – que acrescenta o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2013** - Não Terminativo – que acrescenta o art. 24-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para impor ao poder público o dever de coletar informações biométricas e de material genético dos pais e parentes das crianças desaparecidas ou em situação de risco, e das crianças e adolescentes em processo de adoção ou em situação de risco, cujas famílias não sejam conhecidas, reunindo-as em um banco de dados nacional de perfis genéticos e biométricos. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 15. Requerimento Nº , de 2014**. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater e analisar o possível atentado aos Direitos Humanos decorrente de manipulação de informações que se está convencionando chamar de "contabilidade criativa". Palestrantes sugeridos: a. Guido Mantega - Ministro da Fazenda; b. Gil Castello Branco - Presidente da ONG Contas Abertas; c. Claudio Weber Abramo - Diretor Executivo do Transparência Brasil; d. Mansueto Almeida - Especialista em Finanças Públicas do IPEA; e. Arno Augustin - Secretário do Tesouro Nacional; e f. Jorge Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal. Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Não lido. **Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 8, de 2014**. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater a permanência do analfabetismo entre uma parcela significativa de jovens e adultos no Brasil e a constatação de que o analfabetismo não apenas não foi eliminado como também não tem tido a redução esperada em termos percentuais e quase nada em números absolutos. Palestrantes sugeridos: Sr. Moacir Gadotti – Professor da USP, Dirigente do Instituto Paulo Freire; Sra. Maria do Rosário – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. Jose Henrique Paim – Ministro de Estado da Educação. Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovado**. Item 17. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 9, de 2014**. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, tendo como convidados brasileiros presos e torturados no Chile em 1973, com o objetivo de apurar e esclarecer a participação e as ações ilegais efetuadas por representantes da polícia política brasileira durante o golpe mili-

tar que depôs o Presidente chileno Salvador Allende, bem como identificar os policiais que clandestinamente estiveram no Estádio Nacional, local esportivo que foi transformado em campo de concentração de prisioneiros políticos. Convidados: 1 - Edson Campos - torturado com choques elétricos; 2) Otto Brockes - 3) Vitório Sorotiuk, advogado e residente em Curitiba; 4) Nielson de Paula Pires - Professor Universitário da UnB. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado:** Aprovado com a inclusão do convidado: Tomás Togni Tarqüinio, ex-preso político. **Item 18. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 10, de 2014.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "Estratégias para uma vida digna ao motorista em prol de menos acidentes e mais vidas: Lei 12619/2012". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região; Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Terrestres; Representante da Associação Nacional do Transporte Urbano - NTU; Representante da Associação Nacional de Transportes de Cargas- NTC; Representante do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga – Presidente Neori Tigrão. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **Item 19. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 11, de 2014.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "Debate sobre a questão das drogas no Brasil: uma questão de Direitos Humanos" Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Saúde (MS); Sr. Vitore André Zílio Maximiano – Secretário Nacional de políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD-MJ); Sr. Alexandre Bastos Peixoto – Coordenador-Geral de Programas Macro-Regionais do Ministério da Integração Nacional (MI); Sr. Fernando Grella Vieira – Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Sr. Edgar Aparecido Costa – Professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus Pantanal; Sr. Giancarlo Parini Sena – Coordenador da ONG Cortando o Mal Pela Raiz. Observações: Durante a reunião o Senador Paulo Paim aditou o requerimento para acrescentar, nos termos do art. 93, inciso I do RISF, o seguinte objeto à matéria: instruir a SUG Nº 8/2014, que pretende regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. Relatoria da SUG: Senador Cristovam Buarque. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado com aditamento. **Item 20. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 12, de 2014**. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater alternativas para a implementação de programas de capacitação de servidores públicos para atender vítimas de violência doméstica e familiar, com a presença dos seguintes convidados: Senhora Aline Yamamoto, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Combate à Violência; Senhor Sandro Torres Avelar, secretário de segurança pública do Distrito Federal; e Senhor Alessandro de Oliveira Soares, chefe de gabinete do Ministério da Justiça. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros. **Resultado:** Aprovado**. Item 21. Requerimento Nº , de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal cominado com a Resolução 44/2013 do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faça estudos, avalie e acompanhe as seguintes programas e políticas do Poder Executivo: a) Lei nº 12.711 que institui cotas sociais e raciais nas Universidades Federais; b) Programa "Juventude Viva". Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: **Não Lido**. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, João Capiberibe e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dez minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 2ª à 4ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de iniciarmos pela pauta de hoje, eu quero apenas informar aos Srs. Senadores e à Srª Senadora que já está sobre a mesa de cada um o Boletim Informativo da Comissão de Direitos Humanos nº 2, de 2014, que traz notícias deste primeiro semestre de 2014 e, também, algumas notícias deste primeiro semestre de 2014 e também algumas notícias do final de 2013. Então, é um balanço dos trabalhos da Comissão de Direitos

Humanos. Acho importante que os Srs. Senadores possam fazer uma leitura e também oferecer sugestões e críticas, para que possamos, cada vez mais, melhorar esse instrumento de informação.

Além desse informativo que está sendo disponibilizado para cada um dos Srs. Senadores e Senadoras, nós colocaremos também, via *on-line*, essas informações, dando-lhes ampla publicidade. Vejo que isso é importante, porque, assim, divulga-se também o trabalho de todos os Srs. Senadores que compõem esta Comissão. A sociedade precisa, cada vez mais, acompanhar o trabalho da Comissão de Direitos Humanos.

Então, isso está à disposição de todos vocês. Alguns números estão com a assessoria. Caso alguém tenha interesse, poderá depois solicitá-los.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, eu só queria cumprimentar V. Exª e a assessoria.

Estou recebendo aqui o boletim. Entendo que é um boletim qualificado, que demonstra o trabalho desta Comissão. É claro que não pode mostrar tudo, porque é muito trabalho. Mas ficam aqui meus cumprimentos a V. Exª e a toda a equipe por essa divulgação, dando um resumo do trabalho da Comissão. Meus parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Paim.

Acho que é importante registrar que aqui há informações a respeito da diligência que foi feita no presídio de Pedrinhas, no Estado do Maranhão; informações sobre a nossa visita feita a uma das vítimas do incêndio, da queima do ônibus que aconteceu no período de rebeliões no presídio de Pedrinhas; informações a respeito das audiências públicas realizadas aqui, no Senado; informações a respeito de todo o trabalho realizado pelos Srs. Senadores.

Procuramos – é claro que não é possível colocar tudo –, na medida do possível, tratar de temas que cada Senador desenvolveu aqui durante esse período, tanto na Comissão Memória, Verdade e Justiça, conduzida pelo Senador João Capiberibe, quanto nas audiências públicas, algumas delas conduzidas pelo Senador Paulo Paim, pelo Senador João Capiberibe e pelo Senador Anibal Diniz. Enfim, há informações, na medida do possível, as mais completas. Então, isso está disponível a todos vocês.

Também quero aproveitar a oportunidade para dizer que, no dia de ontem, houve uma reunião dos Presidentes das Comissões com o Presidente Renan Calheiros, para que pudéssemos discutir alguns pontos relacionados aos trabalhos a serem desenvolvidos durante este ano de 2014. Um dos pontos que já foi informado pelo próprio Presidente do Senado, na sessão de ontem à tarde, é relativo ao calendário do ano de 2014.

Então, considerando todos os eventos que serão realizados neste ano, como a Copa do Mundo e o processo eleitoral, e também os feriados, foi deliberado um calendário em que estão confirmadas as sessões deliberativas ordinárias no plenário do Senado e também as sessões não deliberativas, contemplando um cronograma que prevê os jogos da Copa e o processo de eleições. Posteriormente, com certeza, cada Senador e cada Senadora vão receber isso em seu gabinete, para que cada um possa se organizar.

No mês de julho, há o recesso. O mês de junho é o mês da Copa, no qual, então, faremos um esforço concentrado do dia 2 de junho ao dia 6 de junho, durante uma semana, de segunda-feira à sexta-feira. Incluem-se ainda os dias 10 e 11 de junho no esforço concentrado, com sessões deliberativas ordinárias. Afora isso, o período praticamente todo inclui os jogos da Copa, e as sessões serão não deliberativas. Também o mês de agosto é um mês em que faremos algumas sessões ordinárias apenas, é período pré-eleitoral. O mês de setembro também. O mês de outubro é o mês em que acontecem as eleições. Então, serão três meses em que teremos menos sessões ordinárias deliberativas e mais sessões não deliberativas. Então, este calendário está disponível também para que todos vocês possam acompanhar.

Também foi uma reunião que nós apresentamos, e aqui quero informar a vocês que cada Comissão apresentou por escrito quais os projetos prioritários que deverão ir para o plenário para serem votados no plenário. Eu adiantei, me antecipei. Pedi à assessoria que fizesse um levantamento. Fizemos uma análise e apresentamos três projetos de lei que consideramos prioritários. Os demais que ainda estão com os relatórios para serem entregues. Chegando o relatório a tempo, nós poderemos também encaminhá-lo.

É claro que a essas matérias prontas para a pauta poderão ser acrescentadas outras – acredito que não haverá nenhuma dificuldade –, para que possamos encaminhar novas matérias, caso os Srs. Senadores entendam que essas matérias não são as únicas prioritárias, que há outras prioritárias. Então, vou informar a vocês quais nós encaminhamos e quais estão ainda com relatoria para ser entregue à Presidência.

Então, já está pronto para ser votado o PLS nº 443, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que pretende proteger a mulher contra a violência, prevenir a continuidade das agressões e permitir à vítima o retorno à vida normal e a relatoria é da Senadora Angela Portela. Portanto, esse projeto já está pronto para ser votado no plenário.

Um outro projeto também pronto para ser votado no plenário é de autoria do Senador Sérgio Souza, um PLS que determina que as empresas e cooperativas que operam em frotas de táxi, com 20 ou mais veículos,

tenham no mínimo 5% da frota adaptada para embarque e desembarque de cadeirantes, sem a necessidade de que deixem suas cadeiras. O Senador Antonio Carlos Valadares foi o Relator, o relatório está pronto, enfim, já foi votado por esta Comissão e já está pronto para ser votado no plenário.

Um outro projeto, de autoria do Senador Gim Argello, também relatado pelo Senador Cristovam Buarque, inclui os idosos na educação de jovens e adultos, determinando que a oferta de escolarização na idade sênior será feita em regime colaboração entre os sistemas de ensino, cabendo à União propiciar programas intersetoriais nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, entre outras, mediante concurso de espaços, equipamentos e profissionais apropriados.

Então, esses são os três projetos prioritários prontos para serem votados no plenário. Os demais consideramos prioritários, mas os relatórios ainda faltam ser aprovados aqui: o PLS nº 78, de autoria da Senadora Angela Portela, que dispõe sobre diplomas legais, medidas garantidoras do direito à moradia da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; também o PLS de autoria da CPMI da Violência contra a Mulher, da qual fui a Relatora, que cria o fundo penitenciário nacional; um outro projeto, que é uma sugestão, a Sugestão nº 4, de autoria do Programa Senado Jovem, que fixa diretrizes adicionais para a educação no Brasil, cuja relatoria é da Senadora Angela; também o PLC nº 16, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que permite à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho, com relatoria também da Senadora Angela Portela; o PLC nº 22, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a licença-gestante e adotante e que tem como Relator o Senador João Capiberibe.

Então, essas são as matérias cujos relatórios faltam ser aprovados. Devem ficar prontos para que sejam votados no plenário.

Aqui, claro, enfrentamos uma dificuldade de quórum presencial. A pauta está lotada de projetos terminativos que nós não conseguimos votar e, assim, poder oferecer um leque maior de projetos em condições de serem votados em plenário. Esses são os que nós consideramos prioritários.

Outra informação que eu gostaria de passar a vocês e que foi um ponto também discutido na reunião de ontem com os presidentes das comissões. Foi aprovada no ano passado a Resolução nº 44, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal. Então, considerando a aprovação dessa Resolução, a Consultoria do Senado – está aqui presente o Fernando, que faz parte da Consultoria –, apresentou um texto que nos ajuda nesse processo de reflexão, definindo o conceito de política pública, o que é, de fato, política pública, qual o papel do Congresso no acompanhamento das políticas públicas e por que avaliar uma política pública, o que é avaliar uma política pública. Isso nos ajuda porque cada comissão do Senado Federal vai definir, em comum acordo com o Colegiado, uma política pública relacionada aos trabalhos daquela comissão, a fim de que a comissão acompanhe, monitore essa política pública, e, ao final do ano, ofereça uma contribuição não só para o Poder Executivo, mas para o Poder Legislativo, para o Poder Judiciário e para a sociedade, de modo geral.

Nós temos um prazo para fazer essa indicação: até o dia 31 de março. Eu tomei a iniciativa de propor duas políticas públicas, que poderemos avaliar. A própria Assessoria do Senado fez o levantamento de algumas sugestões de políticas públicas a serem avaliadas. Diante dessas sugestões e de outras que poderão vir deste Colegiado, poderemos, mais adiante, cumprindo o prazo do dia 31 de março, selecionar uma política pública que esta Comissão vai acompanhar, monitorar, conforme orientação da Consultoria do Senado.

A Consultoria sugere que a CDH – é uma sugestão, não precisamos ficar presos a ela – avalie a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Política Nacional do Idoso ou o Programa Bolsa Família. Eu também sugeri a Lei nº 12.711, que institui cotas sociais e raciais nas universidades federais ou o Programa Juventude Viva, considerando o extermínio de jovens em nosso País, que é muito alto, e existe um programa do Governo Federal relacionado a essa problemática.

Então, são sugestões que estão sendo colocadas à disposição. V. Exªs, Senadores João Capiberibe e Paulo Paim e Senadora Angela Portela, que esteve aqui conosco e deverá retornar, assim como outros Senadores que compõem esta Comissão, poderão sugerir outros temas, a fim de que, mais adiante, de posse dessas sugestões, façamos aqui um debate, com a contribuição da Consultoria, e decidamos por uma política pública.

Eu consulto os Srs. Senadores se desejam se manifestar sobre isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero apenas concordar com o seu encaminhamento. Poderemos nos debruçar sobre o tema e, num segundo momento, encaminhar contribuições a V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Cumprimentando a Presidenta da Comissão, Senador Paim, aproveito para levantar uma questão que apresentei na audiência pública que tratava de cotas de ingresso no serviço público, presidida pelo Senador Paim, que é a de endurecer a lei de combate ao racismo e à discriminação racial, injúria racial, enfim, em função de que, há uns 15 dias, houve o caso patético de uma turista australiana que discriminou uma pessoa e foi presa em flagrante, mas, 24 horas depois, estava solta. E

ainda xingou os policiais, injuriou os policiais. Enfim, a ideia é permitir a prisão preventiva em caso de flagrante delito, de crime de injúria racial, de racismo. Então, que o juiz possa decidir e decretar prisão preventiva.

Eu estive conversando com a consultoria do Senado, que me apresentou uma sugestão, e eu vou dar entrada num projeto de lei e vou pedir prioridade para que a gente acelera, aqui na CDH e na CCJ, a tramitação desse projeto.

Em relação às políticas públicas prioritárias, eu tenho uma preocupação com a política de combate às drogas. Eu acho que talvez fosse o caso de nós fazermos uma rodada de discussão para decidir qual seria a política que acompanharíamos. E eu vou levantar um pouco mais essa questão, para que, nesse debate, a gente possa definir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me um aparte, Senador, nessa mesma linha? Até porque nós vamos apreciar um requerimento depois.

O Senador Cristovam é Relator de uma proposta sobre a questão das drogas, que, se não me engano...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Da maconha, particularmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Da maconha. Aí, discute-se uma coisa e acaba-se discutindo tudo; não há como não discutir as outras drogas.

Como ele já encaminhou...

Eu conversei no plenário e, casualmente, com a mesma preocupação sua, eu entrei com um pedido de uma audiência pública para discutir a questão das drogas no Brasil. E o Senador Cristovam concorda já que haja uma primeira audiência e a gente se debruce sobre esse projeto, que é uma iniciativa da sociedade. Acho que poderíamos fazer, porque é muito grave a questão das drogas.

Confesso que é difícil haver uma família que não tenha enfrentado esse tipo de problema. Eu mesmo enfrentei. Não vou entrar em detalhes se foi primo, se foi sobrinho, se foi irmão. Mas é uma coisa assim... Tu não sabes para onde correr para tentar salvar aquele jovem.

Eu acho que a sua proposta é muito interessante, de nós fazermos um ciclo de debates sobre a gravidade da questão das drogas e como nós, como agentes públicos e na Comissão de Direitos Humanos, podemos colaborar com o País.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Acho que a questão do *crack* é uma tragédia humana. É uma coisa chocante! E tem implicação com o Código Penal esse conceito de como tratar o caso das drogas. Temos que repensar. Mas, enfim, vai chegar o momento oportuno. Eu só levantei essa questão. E peço prioridade para ver se a gente consegue endurecer o crime de racismo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe. Obrigada, Senador Paulo Paim.

Consulto o Fernando se há alguma informação a mais por parte da consultoria, para orientar melhor os nossos Senadores com relação a esses temas, com relação a esses debates que nós vamos fazer sobre as políticas públicas.

O SR. FERNANDO MENEGHIN – Sim. Primeiramente, agradeço muito à Senadora Ana Rita. A explanação da senhora foi perfeita. Nós fizemos essa sugestão juntamente com as da senhora. A consultora Conceição acompanha diariamente aqui os trabalhos da CDH, e a gente está à disposição da senhora para ajudar na escolha e para dar todo o suporte para essa avaliação, que deve ocorrer neste exercício. Ao final de 2014, vai ser votado o relatório aqui, com sugestões do Poder Executivo, sugestões de melhoria da legislação. Enfim, nós estamos à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada, Fernando. Obrigada, Conceição, que está aqui também nos acompanhando.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Eu queria aproveitar, já que os consultores estão aqui, para pedir que eles nos apresentassem uma síntese dessas políticas e alguns resultados delas. Os obstáculos, os avanços, enfim, porque nós não acompanhamos todas as políticas públicas e, aí, nós teríamos um resumo que nos permitiria, digamos, aprofundar, caso os Senadores desejem.

O SR. FERNANDO MENEGHIN – Senador, a resolução foi aprovada pela Mesa Diretora no ano passado, a Resolução nº 44, de 2013. Então, esse é um projeto totalmente piloto.

O Senado vai começar essa atividade de avaliação de políticas públicas. É uma coisa nova. É uma coisa que os Parlamentos dos países desenvolvidos já fazem, com uma certa frequência, e a gente tem muita expectativa sobre essa atividade, porque o Senado vai ser um ator ativo nas políticas públicas do Executivo. Então, o Senado vai ter como trabalhar e oferecer aprimoramento das políticas públicas do Executivo.

Assim, a gente tem muita expectativa nessa atividade. Neste ano, a gente está começando uma atividade: cada Comissão vai escolher uma política pública, e nós ainda não temos resultado, mas o que nós temos é

o que o TCU (Tribunal de Contas da União) faz, o que o TCU vem fazendo, mas o Tribunal de Contas da União se atém muito à eficácia, ao cumprimento de metas. E o Senado pode ir muito além disso. O Senado pode verificar a efetividade da política pública, a mudança do comportamento na sociedade, a melhoria da sociedade. E é aí que a gente está à disposição dos senhores, porque os senhores têm um papel importantíssimo na condução dessa avaliação de política pública.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Muito obrigado.

Para nós, é fundamental termos informação básica, porque nós tratamos de um leque enorme de temas, os mais diversos, e, claro, cada um de nós se especializa em algumas áreas. Eu mesmo faço acompanhamento de políticas de transparência, mas é um esforço muito pessoal, é difícil fazer um acompanhamento porque há, digamos, implicações judiciais, de descumprimento da legislação. De repente, a gente fica aqui fazendo leis que não são cumpridas – isso é muito comum –, aprovando políticas públicas que tampouco têm eficácia.

Eu acho que é fantástico. Eu sempre tive um interesse muito grande em criarmos não o simples acompanhamento, digamos, processual burocrático das políticas públicas. Para isso, há os tribunais, há o Tribunal de Contas da União. Mas que a gente possa combinar a eficácia dessas políticas públicas com uma análise política do seu resultado. Eu acho que é uma ideia interessante, vou me sentir muito contemplado, e vou participar ativamente naquela esfera a que eu mais me dedico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe. Obrigada à Consultoria que está aqui presente.

Nós vamos encaminhar aos Srs. Senadores cópia desse material que foi entregue ontem na reunião dos presidentes de comissões, para que os senhores possam ter esse subsídio em mãos, e vamos definir um tempo, talvez nestas duas semanas próximas, para recebermos sugestões, e, numa dessas reuniões ordinárias que fizermos, nós deliberamos sobre isso. Precisamos deliberar até o dia 31 de março.

Então, é importante que os Srs. Senadores reflitam sobre isso nos seus mandatos, coletivamente, para que possamos aqui ter temas realmente que sejam possíveis de serem acompanhados, que sejam de interesse da maioria de nós e da própria sociedade.

Assim, agradecemos a todos vocês.

Encerrando esta parte da reunião, o Senador Eduardo Suplicy pediu a palavra antes que entrássemos na pauta diretamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É na área das audiências. Esta Comissão de Direitos Humanos, inclusive sobre a presidência do Senador Paulo Paim, teve a oportunidade de ouvir algumas mães que estavam solicitando atenção do Governo para obterem a guarda de suas crianças, que, às vezes, por desentendimento entre os pais, acabam ficando em outros países. Essa é uma luta muito difícil. A Ministra Maria do Rosário tem dado atenção a esse tema e disse que, antes de deixar o Ministério, gostaria que houvesse uma audiência conjunta desta Comissão com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu acabo de falar com o Presidente Senador Ricardo Ferraço, e ele me disse que, no máximo até amanhã, poderia coordenar com V. Exª uma data de acordo com a Srª Ministra, se possível em março, para a realização dessa audiência. E a Ministra diria de todas as iniciativas e de todas as dificuldades que tem tido, às vezes até junto a governos como o da Alemanha e de outros países.

Então, agradeceria muito se... Inclusive houve o pedido de algumas mães, e há a vontade da Ministra Maria do Rosário de aqui comparecer e – quem sabe? – até fazer um balanço das atividades dela antes de deixar o Ministério, acho que em abril próximo. Portanto, em março.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora, me permite?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Eduardo Suplicy, quero me somar a essa sua iniciativa.

A Ministra Maria do Rosário, para mim, fez um brilhante trabalho na Comissão de Direitos Humanos. Dava-me a impressão de que a Secretaria não andava como nós gostaríamos. Ela revolucionou, a bem dizer, pelo trabalho que fez, um excelente trabalho.

Enfim, lá no Rio Grande do Sul, só está a dúvida agora, porque os dois foram muito bem. Ontem, por exemplo, esta Casa aprovou um projeto de regulamentação do vinho artesanal, que era um sonho do povo gaúcho. Diversos fomos os relatores, mas o autor foi o Pepe Vargas, nosso Ministro. O mérito é do Pepe Vargas, sim, e vou falar isso em plenário.

Mas há uma dúvida lá em relação a quem é o nosso candidato ao Senado: o Pepe ou a Maria do Rosário? Porque os dois fizeram um belo trabalho como Ministros e como Parlamentares também.

Então, é mais do que legal nós trazermos aqui a Maria do Rosário para ela fazer um balanço. Ela fez um trabalho belíssimo na Secretaria de Direitos Humanos.

Parabéns a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – E se o Ministro Pepe Vargas quiser vir, vamos trazê-lo também à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porque ele foi muito bem também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – A Comissão já aprovou o requerimento, nós já encaminhamos, já foi feito o agendamento dessa audiência pública, é só bater o martelo aqui. Já pedi à Mariana, que é nossa Secretária, para já definirmos o cronograma do mês de março. Então, já está contemplada essa audiência pública agora em março. Eu vou, depois, informar exatamente a data. Então, com certeza, Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Se puderem avisar ao Presidente Ricardo Ferraço, eu agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – É só acertar com o Senador Ricardo Ferraço. Então, pode ficar tranquilo que já está encaminhado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado. Parabéns.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Nós vamos passar agora para o item 18 da pauta, considerando que os primeiros itens, do 1 ao 8, são projetos terminativos, todos os relatórios já foram lidos, mas precisamos aqui da presença regimental para serem aprovados.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2009
- Terminativo -

Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.
- Em 27/04/2010, a matéria foi aprovada na CAE,com a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).
- Em 23/10/2013, foi lido o Relatório e, em seguida, concedida vista ao Senador Paulo Paim.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.
Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por ad o)
Relatoria ad hoc: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR.
Observações:
Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.
- Em 20/09/2011, a matéria foi aprovada na CDR com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5- CDR.
- Em 28/06/2012, o Relatório foi lido pelo Senador Eduardo Suplicy, Relator "ad hoc"; a Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc)

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE.
Observações:
Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.
- Em 06/03/2012, a matéria foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com as Emendas nºs 1 e 2-CE.
- Em 11/12/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.
- Em 20/11/2013, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para determinar a abrangência dos benefícios relativos ao transporte coletivo.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.
- Em 08/03/2012, a matéria foi aprovada na CI.
- Em 11/12/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: Terminativo na CDH.
- Em 17/05/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, de 2012
- Terminativo -

Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências.
Autoria: Senador Eduardo Lopes
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.
- Em 11/12/2013, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2012
- Terminativo -

Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.
- Em 11/12/2013, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Presidenta, por favor.

O item 17 pode ser...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Pode ser lido aqui também.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Pode, porque não é terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, podemos encaminhar o item 17.

Sobre o item 15, de autoria do Senador Cristovam Buarque, ele pediu para que não fosse lido, porque ele está em viagem. Então, solicitou que o deixássemos para uma próxima reunião.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 15
REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater e analisar o possível atentado aos Direitos Humanos decorrente de manipulação de informações que se está convencionando chamar de "contabilidade criativa". Palestrantes sugeridos: a. Guido Mantega - Ministro da Fazenda; b. Gil Castello Branco - Presidente da ONG Contas Abertas; c. Claudio Weber Abramo - Diretor Executivo do Transparência Brasil; d. Mansueto Almeida - Especialista em Finanças Públicas do IPEA; e. Arno Augustin - Secretário do Tesouro Nacional; e f. Jorge Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal.

I Autoria: Senador Cristovam Buarque.)

O item 16 é de autoria do Senador Paulo Paim. Então, nós vamos seguir pela ordem: o item 16; o item 17 e o item 18.

Pode ser assim, Senador João Capiberibe?

Vamos seguir, então, pela ordem.

Item 16, p. 306:

ITEM 16
REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater a permanência do analfabetismo entre uma parcela significativa de jovens e adultos no Brasil e a constatação de que o analfabetismo não apenas não foi eliminado como também não tem tido a redução esperada em termos percentuais e quase nada em números absolutos. Palestrantes sugeridos: Sr. Moacir Gadotti – Professor da USP, Dirigente do Instituto Paulo Freire; Sra. Maria do Rosário – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. José Henrique Paim – Ministro de Estado da Educação.
Autoria: Senador Cristovam Buarque e Senador Paulo Paim

O Senador Cristovam Buarque não está presente, mas também foi subscrito pelo Senador Paulo Paim.
Então, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidenta Ana Rita, muito rapidamente, o próprio requerimento que V. Exª leu diz tudo. Mas como surgiu esse requerimento? Surgiu daquele debate que tivemos aqui sobre as cotas do serviço público. E o Senador Cristovam disse que é muito importante as cotas no serviço público, mas, para passar num concurso para o serviço público, os nossos jovens e adultos, enfim, com certeza, têm de estar muito preparados.

E ele levantava que nós teríamos também de fazer uma campanha nacional contra o analfabetismo. E todos os painelistas disseram que isso é natural, que todos nós estamos dispostos e sempre estivemos nessa trincheira de combate ao número de analfabetos que ainda temos no Brasil no chamado ensino básico. Por isso, foi ali de entendimento que faríamos um requerimento com esse objetivo para debater esse tema. A autoria seria do Senador Cristovam e deste Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Em votação o requerimento.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Item nº 17, p. 311.

ITEM 17
REQUERIMENTO Nº – CDH

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, tendo como convidados brasileiros presos e torturados no Chile em 1973, com o objetivo de apurar e esclarecer a participação e as ações ilegais efetuadas por representantes da polícia política brasileira durante o golpe militar que depôs o Presidente chileno Salvador Allende, bem como identificar os policiais que clandestinamente estiveram no Estádio Nacional, local esportivo que foi transformado em campo de concentração de prisioneiros políticos. CONVIDADOS: 1 - Edson Campos - mora na Suécia e seu endereço pode ser obtido através de sua irmã Márcia Gomes [torturado com choques elétricos]: 2) Otto Brockes - 3) Vitório Sorotiuk [residente em Curitiba]; 4) Nielson de Paula Pires - Professor Universitário da UnB residente em Brasília.
Autoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, eu queria acrescentar nessa lista o nome de Tomás Togni Tarquínio, que atualmente é assessor aqui no Senado e que também esteve preso no Estádio Nacional.

O objetivo dessa Comissão é ouvir as pessoas que estiveram presas no Chile e que também foram torturadas no Estádio Nacional por agentes da repressão brasileira e analisar, a partir dessas informações, se é possível identificar esses agentes que torturaram brasileiros fora do Brasil.

Logo depois do golpe de 1973 que depôs o Presidente constitucional do Chile, Salvador Allende, houve uma verdadeira caça aos estrangeiros. Os estrangeiros, naquele momento, residentes ou turistas que estavam no Chile, foram ferozmente perseguidos, e a maioria ou buscou refúgio nas embaixadas ou foi para campos de refugiados das Nações Unidas ou caiu presa na mão da repressão do novo governo chileno e foi parar no Estádio Nacional. Lá, então, eles não apenas foram torturados pelos militares chilenos, como também pela re-

pressão enviada do Brasil. Como é sabido, o Brasil, naquele período, teve uma relação muito próxima com o golpe que derrubou Salvador Allende.

A ideia da Subcomissão é ouvir essas pessoas e buscar estabelecer a relação delas, do que aconteceu com elas com o que mais tarde se denominou de Operação Condor, que envolvia as ditaduras do Cone Sul – do Chile, da Argentina, do Brasil, do Uruguai –, que trabalhavam em conjunto, promovendo assassinatos de adversários desses regimes, prisões arbitrárias, sequestros, enfim, essa tragédia que ocorreu na América Latina dos anos 70.

Isso se inscreve dentro da Comissão Nacional da Verdade, porque essas informações nós devemos encaminhar a essa Comissão. Então, entre os nomes, estou sugerindo também o de Tomás Togni Tarquínio para que a gente possa promover essa audiência pública para a qual eu peço a anuência e o apoio dos Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu quero aqui parabenizar o Senador João Capiberibe, porque ele tem atuado, na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos, de forma bastante dinâmica e tem oferecido realmente uma grande contribuição com o resgate da nossa história e contribuindo, com certeza, com a Comissão Nacional da Verdade.

Parabenizo pela iniciativa desta audiência pública, que, com certeza, será muito rica em termos de informações.

Coloco em votação o requerimento, que inclui mais um convidado, o Sr. Tomás Togni.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Item 18, p. 321.

ITEM 18
REQUERIMENTO Nº , de 2013

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: estratégias para um vida digna ao motorista em prol de menos acidentes e mais vidas - a Lei nº 12.619, de 2012. Para tanto, sugiro que sejam convidados:

· Representante do Ministério Público do Trabalho;

· Representante do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região;

· Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Terrestres;

· Representante da Associação Nacional do Transporte Urbano - NTU;

· Representante da Associação Nacional de Transportes de Cargas- NTC

· Representante do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga – Presidente Neori Tigrão;

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, essa lei, na verdade, é de autoria do ex-prefeito de Novo Hamburgo e do ex-Deputado Federal Tarcísio Zimmermann, e eu fui Relator da matéria aqui no Senado. Ela foi fruto de um amplo entendimento entre empregados e empregadores do setor. Depois da lei aprovada, parece-me que houve 16 vetos e, assim, um descontentamento de todos – por isso a lei é citada aqui – em relação à redação final.

Como isso ocorreu, o Governo – e participei dos encaminhamentos – acabou instalando um tipo de câmara setorial para ajustar a lei à realidade das ruas, ou seja, entendendo que o número de acidentes continuava – e continua – acontecendo em alto grau no Brasil, não só no transporte de caminhão e de ônibus, como de carros. Depois de dialogar muito com eles, chegamos ao entendimento de que seria, digamos, de boa iniciativa realizarmos uma audiência pública para debatermos a questão na ótica da vida e das condições dignas de trabalho.

Por isso nós solicitamos essa audiência pública, que contará com a participação de todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigado, Senador Paim.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Importante lembrar, Senador Paulo Paim, que a audiência a que se refere esse requerimento já está marcada para o dia 10 de março.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Já fizemos o cronograma e já incluímos esse requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até digo, de público, que um ou outro pediu para trocar, mas eu disse que não há como trocar. Se um ou outro não poderá vir, não venha, mas a audiência vai ser na data estipulada por V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Item 19, p. 323:

ITEM Nº 19
REQUERIMENTO Nº, de 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "Debate sobre drogas no Brasil: uma questão de Direitos Humanos". Para tanto sugiro que sejam convidados: Representante do Ministério da Saúde (MS); Sr. Vitore André Zílio Maximiano – Secretário Nacional de políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD-MJ); Sr. Alexandre Bastos Peixoto – Coordenador - Geral de Programas Macro -Regionais do Ministério da Integração Nacional (MI); Sr. Fernando Grella Vieira, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Sr. Edgar Aparecido Costa – Professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus Pantanal; Sr. Giancarlo Parini Sena – Coordenador da ONG Cortando o Mal Pela Raiz
Autoria: Senador Paulo Paim

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, quando chega mediante apelo popular – se não me engano, foram mais de 20 mil assinaturas pelo sistema eletrônico do Senado, pedindo que houvesse um debate em que fosse discutida a questão da maconha. E V. Exª designou o Senador Cristovam para ser o Relator dessa SUG, se não me engano. É isso? Estou correto?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois bem. Como eu tinha um pedido da sociedade para que eu debatesse esse tema, e, como eu disse, é difícil uma família que não tenha, de uma forma ou de outra, enfrentado a gravidade do que é ter alguém que se droga, ou amigo, ou conhecido ou parente, eu dialoguei com o Senador Cristovam. Na conversa com ele, nós ajustamos que, como disse aqui o Senador Capiberibe, nós poderíamos ter até um ciclo de debates sobre esse tema, mas, claro, cada coisa no seu tempo. E o Senador Cristovam acordou comigo que essa poderia ser uma audiência pública que já tratasse dessa SUG provocada pela sociedade organizada. Por isso, eu queria fazer um adendo ao requerimento antes da votação, que ficaria com a redação que está aqui, mas, vírgula, também aproveitando para instruir a SUG número tal. Esse seria o adendo que eu proporia antes da votação, combinado com o Relator da matéria. Porque, já que o tema é droga, não dá para a gente não debater, na minha avaliação, e ficaria até com mais consistência uma proposta cuja matéria já tem um Relator aqui na Comissão. Só temos que adaptar a redação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, o senhor já conversou, Senador Paulo Paim, com o Senador Cristovam.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já falei com o Senador Cristovam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Acho que é importante acertar uma data em que seja possível...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro, com a presença do Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – ... a presença também do Relator da matéria. Então, na verdade, o requerimento agrega que também nesse debate seja contemplado o projeto de lei que está em tramitação aqui no Senado, a fim de instruí-lo para...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. Aí nós adaptamos a redação depois. Mas isso aí é a votação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Para orientar melhor a relatoria do Senador Cristovam Buarque. É isto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. E a audiência será marcada a combinar com ele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – A combinar com ele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, naturalmente, com V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem. Então, em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O próximo requerimento é de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Ela não se encontra presente, então vamos deixar para a próxima reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, ela me pediu aqui que eu assinasse o requerimento dela para que pudesse ser votado. Eu assinarei. Nem sei qual é o conteúdo. Mas como é da Vanessa...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Existe esse encaminhamento. Então vamos fazer a leitura do item 20, p. 325.

ITEM Nº 20
REQUERIMENTO Nº , de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal,a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater alternativas para a implementação de programas de capacitação de servidores públicos para atender vítimas de violência doméstica e familiar, com a presença dos seguintes convidados: Senhora Aline Yamamoto, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça e Combate à Violência; Senhor Sandro Torres Avelar, secretário de segurança pública do Distrito Federal; e Senhor Alessandro de Oliveira Soares, chefe de gabinete do Ministério da Justiça.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para que faça os devidos encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, quando me pediram para assinar o requerimento, e por isso eu disse que como eu sabia que vinha da Vanessa, só podia ser coisa boa – boa no sentido de fazer o debate construtivo aqui. O requerimento dela é exatamente para discutir como a gente capacita servidores para atender vítimas de violência doméstica e familiar. E aqui há um série de convidados.

Então, esse é o requerimento. Tem nosso aval com certeza absoluta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Esse requerimento certamente vem atender também uma demanda já colocada pela CPMI da Violência contra as Mulheres, que teve como conclusão que os profissionais que atuam nos diversos espaços, equipamentos, órgãos públicos de atendimento às mulheres em situação de violência precisam com certeza ser cada vez mais capacitados. Então, esse é um requerimento importante que vem fortalecer, de fato, essa demanda apresentada pela CPMI.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª que liderou a CPMI, eu até diria que V. Exª que deveria assinar o requerimento, é mais do que justo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Mas aí, automaticamente, todas nós aqui, a Senadora Angela Portela, que se encontra presente, que também fez parte da CPMI, com certeza temos plena concordância com o referido requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós todos assinamos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Mesmo que nosso nome não esteja escrito aqui, nós estamos referendando e assinando.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o referido requerimento.

O último requerimento da pauta, o item 21, de minha autoria, estou retirando porque tratava de apresentação de temas para a discussão de políticas públicas.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM Nº 21
REQUERIMENTO Nº , DE 2014
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal cominado com a Resolução 44/2013 do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faça estudos, avalie e acompanhe as seguintes programas e políticas do Poder Executivo: a) Lei nº 12.711 que institui cotas sociais e raciais nas Universidades Federais; b) Programa "Juventude Viva".
Autoria: Ana Rita.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Nós estamos aqui abrindo esse espaço, conforme já informei no início da reunião, para que os Srs. Senadores também debatam, apresentem as suas sugestões e, posteriormente, possamos aprovar o requerimento já em consenso com os demais Senadores.

A pauta de hoje...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidenta, a assessoria me lembra, e eu quero dividir com os Senadores, se eles acham importante ou não, até foi, se não me engano, algum jornalista aqui do Senado, a gente já aprovou, aqui na Casa, o requerimento para discutir a violência contra os jornalistas, baseado naquele caso do assassinato – eu assumo a responsabilidade da frase – do cinegrafista. Eles pediram – e espero que todos entendam o pedido – que nós convidemos para essa mesma audiência já aprovada o representante do tal Black Blocs. É isso? Aqueles mascarados. Não sei se é mascarado ou não, posso estar cometendo uma injustiça aqui. Representantes do Black Blocs para que eles venham aqui também, eles que têm participado dessas mobilizações, para dar o ponto de vista deles, o que eles acham desses fatos lamentáveis que estão acontecendo na linha do quebra-quebra, que resultou inclusive com o assassinato de um jornalista. Antes de eu fazer o pedido que a pessoa me fez, eu disse: sim, mas como é que eu tenho o nome? "Nós conseguimos o nome." Garantiu-me que consegue o nome do representante do grupo aqui em Brasília que provavelmente viria aqui.

Então se a Comissão entender que é possível, o nome vou garantir porque eles me disseram que garantem que ele estaria aqui presente, não sei se uma menina, um menino, um homem, uma mulher, mas, enfim, um representante desse setor aqui em Brasília.

Esse é o encaminhamento que eu faço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu consulto os Srs. Senadores se podemos acatar o encaminhamento feito pelo Senador Paim. Há um requerimento já aprovado por esta Comissão, foi aprovado na reunião passada, de realizarmos uma audiência pública para discutirmos a violência contra jornalistas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com eixo no caso último.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Com eixo no caso do cinegrafista que foi morto, que foi assassinado em uma daquelas mobilizações que aconteceram no Rio de Janeiro.

Os jornalistas procuraram o Senador Paulo Paim para que incluísse nessa audiência pública um representante do movimento Black Blocs. E o jornalista que fez a solicitação disse que é possível sim indicar o nome porque ele conhece as pessoas.

Eu pergunto aos Srs. Senadores se há concordância com esse encaminhamento. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim, nós vamos então aguardar a indicação do nome. Faça um requerimento com a indicação do nome para que nós possamos aprovar aqui na próxima reunião. Pode ser assim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Ajustado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então fica aí o encaminhamento feito, mas aprovaremos a indicação do nome a partir do requerimento já com o nome sugerido.

Não havendo mais nada a tratar, considerando que para os demais pontos da pauta não temos os representantes, os Senadores presentes, considero inviabilizada a discussão dos demais pontos.

Então, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada e um bom dia a todos.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Presidente eventual **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. É registrada a presença dos Deputados Federais Izalci e Vitor Paulo. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1 de 2014, aprovado em 12/02/2014, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "**Violação dos direitos humanos e conquistas dos militares: realinhamento dos cargos e salários das forças armadas**". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Genivaldo da Silva, Presidente da

Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas no Distrito Federal – AMARP-FFAA/DF; Eduardo Souza Silva, Presidente da Comissão Nacional do Quadro Especial de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica - QESA Brasil; Ivone Luzardo, Presidenta do Partido Militar Brasileiro do DF – UNEMFA/DF/Nacional; Miriam Cristina Dienstmann Stein, Esposa de Militar do Exército Brasileiro e Presidente Mulher da Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas no Distrito Federal – AMARP; Kelma Costa, Presidenta da UNIFAX – União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares. O Senhor Presidente registra a presença e concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário da Comissão: Sargento Ervander Cesar Ferreira; Sargento Alexandre Andrade; Sargento Antônio V. da Silva Neto; Paulo Pimenta, Presidente da Federação dos Aposentados de Brasília; Rita Siqueira, Relações Públicas da AMAP; Mauro Rogério, Suplente de Deputado Federal; Sargento Henrique Oliveira e Margarida Chairet, Jornalista. A Presidência concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Criar um grupo de trabalho com os convidados presentes à audiência pública; 2) Solicitar audiência com o Ministro da Defesa e os Comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, na qual será entregue documento com as reivindicações apresentadas na audiência pública e as notas taquigráficas da reunião. O Senhor Presidente lê mensagens recebidas do serviço Alô Senado. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Izalci. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, *Christiano de Oliveira Emery*, Secretário Interino da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 1, de /2014, de minha autoria e outros, aprovado em 12/2/2014 para debater o tema Violação dos Direitos Humanos e Conquistas dos Militares, Realinhamento de Cargos e Salários das Forças Armadas.

Nós temos convidados para este evento, foram feitos ajustes aqui na última hora. Espero que tenha havido entendimento no Plenário, porque eu recebi, em um primeiro momento, uma lista de 20 pessoas para virem para a mesa, e aí eu disse: "Quem sabe os 20 vêm para cá, e eu vou para lá, porque não há lugar". Não, isso é para descontrair. É bom, porque todos querem falar, todos querem participar, e isso é a parte boa da história. Ninguém veio aqui só para olhar; querem se expressar, querem demonstrar suas preocupações e saber no que cada um pode ajudar na busca do atendimento às questões relacionadas com o motivo desta audiência.

E eu faço questão de dizer isso, porque as pessoas têm a mania de pensar que Comissão de Direitos Humanos só olha para presos e nunca olha para aqueles que fazem a nossa segurança, que defendem a Pátria, que defendem as nossas vidas e que defendem o patrimônio público e o particular, que é o conjunto das Forças Armadas. Então, esta audiência, e não é a primeira – deve ser a terceira ou quarta que já fizemos; é a terceira –, demonstra que isso não é verdade.

A Comissão de Direitos Humanos olha para todos. Por isso, vocês fiquem bem à vontade, porque nós estamos aqui discutindo direitos humanos. O policial militar é direitos humanos, o general é direitos humanos, o soldado, digamos – é raso o termo que se usa? –, o soldado raso é direitos humanos. Enfim, nós estamos aqui para discutir direitos humanos e não para dizer que Comissão de Direitos Humanos só cuida de quem cometeu um delito e não cuida daqueles que defendem as nossas vidas durante gerações e gerações, e não somente perante a nossa geração.

Assim, é com muito orgulho que vocês são hoje os nossos convidados a partir da audiência pública que solicitaram.

Vamos formatar a nossa Mesa: Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas do DF (Amarp-FFAA/DF). Uma salva de palmas para o nosso Genivaldo (*Palmas.)*, que é um dos que têm me procurado sempre aqui. O Genivaldo é um daqueles teimosos, e tem que ser teimoso mesmo. Se não é teimoso, não leva. Como diz o Barack Obama, querer é poder, não é, Genivaldo? O Dr. Genivaldo está sempre insistindo, pedindo agenda e ocupando um espaço legítimo.

Convido Eduardo Souza Silva, Presidente da Comissão Nacional do Quadro Especial de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica (QESA), que já esteve conosco aqui também em outras audiências. (*Palmas.*)

Miriam Cristina Dienstmann Stein, esposa de militar do Exército Brasileiro e Presidente Mulher da Associação dos Militares da Reserva Remunerada. (*Palmas.*)

Kelma Costa, Presidente da Unifax, União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares. (*Palmas.*)

Ivone Luzardo, Presidenta do Partido Militar Brasileiro do DF. (*Palmas.*)

Essa é a Mesa que nós construímos aqui, mediante entendimento, sem prejuízo de, depois, eu ainda abrir a palavra para alguns companheiros no plenário.

O companheiro Pimenta, por exemplo – está aqui o Pimenta –, sempre está conosco aqui, seja com a Cobap, seja com a Associação de Aposentados de Brasília, seja com a Confederação Nacional dos Aposentados, e também neste momento, mas ele disse que não se importa de usar a palavra num segundo momento, aí das cadeiras onde vocês estão sentados, porque há um microfone aí, também.

Primeiro, fala a Mesa e, em seguida, falam, então, os companheiros com assento no plenário e, claro, num número limitado. Normalmente, a gente fala e de três a cinco dos que estão no plenário também usam a palavra.

Muito bem. Nós vamos, de imediato, iniciar a nossa audiência pública, porque, aqui, quem tem de falar são os senhores, para colocar as suas preocupações, e a gente, como fez em outros momentos, a partir do final da audiência pública, faz os encaminhamentos cabíveis a esta Comissão.

A Comissão é que vai decidir. Nós vamos, aqui, receber, ouvir, e o que for decidido será encaminhado por esta Comissão aos ministérios, enfim, para a competência devida, de acordo com o que for aqui ajustado entre nós.

Então, de imediato, eu passo a palavra ao Sr. Genivaldo da Silva, que é Presidente da Associação dos Militares da Reserva.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – Bom dia a todos. Bom dia, senhoras e senhores aqui presentes. Aos nossos familiares das Forças Armadas brasileiras, o meu bom-dia.

A V. Exª, Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, os nossos agradecimentos.

Excelência, componentes da Mesa, Exmºs Srs. Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores, eu, Genivaldo da Silva, Presidente da Amarp (Associação dos Militares da Reserva), pensionista reformado das Forças Armadas Brasileiras, falo, aqui, em nome da Lei nº 7.524, de 17 de julho de 1986, sancionada pelo presidente Sarney. Temos a Súmula nº 56 do Supremo Tribunal Federal, que me dá direito de falar em nome dos militares da reserva, pensionistas e reformados. Pelos nossos companheiros da ativa, quem tem de falar é o comandante do Exército e o Ministro da Defesa, o Exmº Sr. Ministro Celso Amorim.

Como representante da Amarp, eu gostaria de dizer que o tempo concedido nos impede de fazer uma profunda abordagem sobre tudo aquilo que entendemos como direitos humanos em nível universal e, especificamente, no Brasil tão rico, ainda com desigualdade social. Em razão disso, deixo aqui, como parte dos direitos humanos, a situação da família militar das Forças Armadas, que necessita de uma nova lei de remuneração urgentemente. Nós não podemos continuar sem uma nova lei de remuneração, para que possamos ter os nossos salários reajustados.

Temos certeza de que os nossos Senadores da República, os nossos Deputados Federais e o próprio Governo vão empenhar-se para que nós possamos ter essa nova lei de remuneração da família militar das Forças Armadas Brasileiras.

Lei de Remuneração do Militar. Aprovação da MP nº 2215, de 31 de dezembro de 2001, há 13 anos no Senado Federal.

Graças à participação de V. Exª, Senador Paulo Paim, fizemos audiência pública em 25 de março de 2013, às 10h da manhã, nesta mesma Comissão de Direitos Humanos. Aliás, foi um sucesso para os nossos militares das Forças Armadas.

Espero que o nosso Presidente do Senado Federal, que é o nosso Senador Renan Calheiros, possa sensibilizar-se e colocar essa MP na pauta de votação, para que ela possa ser aprovada, devolvendo os direitos adquiridos dos nossos militares, porque, aliás, essa MP tirou nove itens que nós ganhávamos. É por isso que o nosso salário, hoje, está superdefasado, mas, com a participação do ilustre Senador Paulo Paim, com quem estamos trabalhando em conjunto, de frente para essa questão, esperamos colocá-la na pauta de votação até o meio do ano.

Faço um apelo aqui ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, para que se sensibilize com a nossa questão, coloque-a na pauta e a aprove.

Aliás, nós estamos pedindo só quatro itens. Depois desta reunião, vou passar os itens para V. Exª, Senador Paulo Paim, para que possamos aprová-los até o meio do ano. São essenciais os quatro itens.

Vou dizer aqui exatamente, para que todos os militares tomem ciência: o posto acima; o adicional de inatividade; 5% que nós ganhávamos ao completar dez anos de serviço; o salário-família e o auxílio moradia. É simples.

Temos certeza de que os nossos Senadores da República do nosso País vão entender e aprovar, para que a nossa Presidenta Dilma Rousseff possa assinar e transformar em lei. É o que esperamos.

Estamos lutando, há cinco anos neste Senado Federal, com a participação desse ilustre Senador da República Paulo Paim. Temos que citar o nome do Senador Paulo Paim sempre. Aliás, a família militar do Brasil e a sociedade brasileira conhecem muito bem o papel desse Senador da República do nosso País. É um orgulho falarmos o nome do Senador Paulo Paim.

Quero também pedir à nossa Presidenta, Dilma Rousseff – por favor, se estiver nos ouvindo –, que mande pagar os 28% que são devidos.

Em 1993, os militares – os majores, a maior patente – todos receberam; e os capitães, a menor patente, não receberam.

Por favor, Presidenta, mando este recado para Vossa Excelência: faça o pagamento dos 28% que são devidos. Lei nº 8.622/93. (*Palmas.*)

Está fácil para V. Exª resolver essa questão. É o pagamento mínimo. Isso vai atingir. O capitão é a menor patente. Já foi colocado no orçamento de 2013, e o pagamento não foi feito.

Então, esse é um apelo que faço a V. Exª, com referência exatamente a essa questão que acabamos de citar.

Quero falar também sobre os R$0,16. É o valor que um filho de militar ganha quando nasce no nosso País. Somos brasileiros, e até o momento isso não foi resolvido. São R$0,16. Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Governo: o que se faz com R$0,16?

O Senador Paim está sempre presente, dando apoio para toda essa classe. Já citei várias vezes o Senador Paim e vou citar sempre, porque tenho orgulho de estar aqui graças ao Senador Paulo Paim, que nos deu a oportunidade de estar aqui, falando na Comissão de Direitos Humanos, para que possamos colocar as nossas reivindicações.

Então, no meu entender – vou ser muito claro –, a respeito dos R$0,16, eu gostaria de fazer uma pergunta para a nossa Presidenta Dilma Rousseff: o que nós conseguimos com R$0,16? Presidenta, vou deixar a pergunta no ar, e Vossa Excelência nos dê uma responda, por favor.

Na audiência pública do dia 25 de março de 2013, já aqui citada, o Senador Paulo Paim enviou um documento ao Governo, um documento jurídico com as nossas reivindicações. Vossa Excelência recebeu esse documento, com certeza, porque tenho consciência disso. Os nossos Parlamentares, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Ministério da Defesa, Planejamento e todos os órgãos competentes do Governo o receberam. Sabem qual foi a resposta que nos deram até agora? Nenhuma!

No meu entender, é uma falta de consideração. Vou falar de forma bem fundamentada aqui: falta de consideração com a família militar das Forças Armadas, que defende a soberania nacional, o Brasil e a nossa fronteira brasileira. Estamos lá, trabalhando, com a Polícia Federal. Parabéns para a nossa Polícia Federal, pelo papel que ela representa para o Brasil, mas, quando se fala em aumento, nos separam da nossa Polícia Federal. Dão aumento para eles, merecidamente, e o Exército Brasileiro recebe o quê? Eu respondo: nada!

Quero fazer aqui uma referência a todos os Parlamentares que ajudaram na promoção do Sargento do Quadro Especial do Exército Brasileiro, do qual faço parte. Parabéns ao nosso Deputado Izalci, aqui presente. O senhor deu uma força enorme nessa Câmara Federal. Mas saiu daqui, do nosso Senador. A proposta foi um projeto de lei que o Senador Paulo Paim apresentou em 2004 e 2010. Como não era competência do Senado, ele passou esse problema para o Deputado Paulo Pimenta. Não é Paulo Paim, mas é Paulo Pimenta, um parceiro da Câmara Federal. É preciso falar.

Eu quero agradecer, inclusive, a todos os Parlamentares, mas não posso deixar de citar nomes, como cito aqui S. Exª, o Senador Paulo Paim. Não vou dizer que é o único Senador da República que abraçou nossa causa – eu já disse aqui que ele foi o único Senador da República que abraçou – porque aí os outros Senadores realmente não ficarão satisfeitos. Mas peço a todos eles, por favor, que nos ajudem e façam parte do pensamento desse ilustre Senador da República Paulo Paim.

Vai ficar cansativo, vou falar sempre, com deferência. Eu agradeço! A família militar e o Brasil conhecem o papel desse ilustre Senador da República. Eu espero que, um dia, o senhor seja Presidente da República! Mas um dia ele será, porque Deus quer, e nós queremos. Essa aí é uma outra história.

Quero agradecer aqui a todos os presentes, a todos os Parlamentares, Senadores da República do nosso País. Os nossos agradecimentos.

Quero fazer uma referência, para a minha complementação, ao Diretor do Hospital Central do Exército, porque, no dia 22 de dezembro, eu passei mal, mal mesmo, e tive um apoio total desse hospital do Exército brasileiro, administrado pelo General Vitor Cesar. Não foi só a minha pessoa, mas parabenizo a direção e a administração desse HCE.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GENIVALDO DA SILVA – Parabenizo o 2º Sargento Enaldo Moreira; o 2º Sargento Marcelo Coimbra, que me deu todo apoio. Deus devolveu a minha saúde, mas com a participação desses companheiros. Os meus agradecimentos a todos.

Eu sei que tenho um tempinho ainda e quero falar também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais cinco minutos.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – Faço um agradecimento especial ao Senador Pedro Taques, do PDT de Mato Grosso. Dia 18/2, na tribuna do Senado Federal, S. Exª fez um discurso realmente valoroso, nas palavras do Senador da República do nosso País, falando do Quadro Especial do Exército Brasileiro, do qual a Reserva ficou fora.

Nós solicitamos à Presidente Dilma Rousseff, porque aliás ela recebeu um ofício do próprio Senador... Todos os Senadores da República... Nós temos 81 Senadores da República e 513 Deputados Federais que sempre estiveram do nosso lado e nos informando: "Os senhores têm direito a essa promoção". Aliás, a Lei nº 12.158, de novembro de 2009, que promoveu os nossos taifeiros da Aeronáutica a pensionistas reformados. Só que nessa atual Lei nº 12.782, de 2013, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, a nossa Reserva ficou de fora, e também os pensionistas. Solicito a Vossa Excelência, porque tem tempo ainda, que mande uma mensagem para o Senado Federal a fim de aprovar; e a senhora vai assinar e sancionar, porque nós temos certeza absoluta disso. Confiamos no seu Governo, Presidenta! E que possa rever também essa questão do Sargento do Quadro Especial, da Reserva do Exército brasileiro e familiares, que ficaram de fora! Trabalharam como os outros companheiros também trabalharam.

Eu faço parte disso. Sou Sargento do Quadro Especial do Exército brasileiro com muita satisfação. E tenho certeza de que a Presidente Dilma Rousseff vai nos atender com referência a todas as questões aqui especificamente citadas.

Quero fazer uma referência aqui ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nosso companheiro Eduardo, por tudo o que tem feito aqui no Congresso Nacional, na Câmara Federal, com referência à nossa família militar das Forças Armadas. Ele é da Aeronáutica. Tenho acompanhado o trabalho desse cidadão – vou chamar de cidadão. Parabéns para você. Que a Aeronáutica brasileira e os seus associados ou militares também da Reserva, pensionistas, vejam o trabalho desse companheiro; o que faz aqui no Senado e na Câmara! São seis anos de trabalho aqui, graças a Deus, com essa coragem e participação nessa grande Comissão Nacional QESA Brasil. Eu faço parte dela e do Exército brasileiro com muita honra.

Quero pedir permissão, antecipadamente, ao nosso Presidente da Câmara, para fazer referência a essa Comissão Nacional QESA Brasil. Que Deus ilumine a todos aqui presentes e seus familiares.

Vamos ter Copa do Mundo agora. Vamos ter eleição. Que nós, brasileiros, tenhamos tranquilidade para resolver os grandes problemas nacionais!

Para completar, falo em nome de 5,775 militares das Forças Armadas brasileiras.

Meus agradecimentos e agradecimentos dessa classe a V. Exª, Senador Paulo Paim. Tem que falar sempre "Senador Paulo Paim". Tenho orgulho de falar no nome do Senador Paulo Paim. Tenho satisfação de falar o nome dele.

Quando chego ao estacionamento e vejo uma plaquinha Lei nº 10.741/2003, eu não, 45 milhões de idosos no País... Está aqui o Senador Paulo Paim, que abraçou essa causa em 2003, e hoje temos uma lei que ajuda e resolve o problema dos nossos idosos no País.

Quero pedir aqui a V. Exª, Presidente Dilma Rousseff, que também dê uma olhadinha para os nossos idosos. Os nossos idosos hoje estão passando necessidades. Não têm dinheiro nem para comprar remédio. Sei que a pauta hoje é militar, mas somos brasileiros, como todos aqui presentes. Esses idosos construíram nosso País. Hoje somos a sexta economia mundial, graças aos nossos idosos, que construíram o nosso País, e aos nossos trabalhadores e aos nossos jovens, que deram essa continuidade para o nosso Brasil.

Muito obrigado e um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Sr. Genivaldo da Silva, que, aqui na sua exposição, apresentou uma pauta. No fim, vamos fazer, como da outra vez, formular um documento para mandar aos Poderes responsáveis para apreciar o que foi solicitado.

Vou passar agora a palavra ao Eduardo Souza Silva, Presidente da Comissão Nacional do Quadro Especial de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica.

O SR. EDUARDO SOUZA SILVA – Nobre Senador, antes de computar meu tempo, gostaria de fazer um comunicado de que dezenas de companheiros nossos de graduação pediram que não mudasse o discurso da última audiência da Câmara Federal, porque foi um sucesso. Portanto, vamos continuar divulgando esse histórico de injustiças com a nossa graduação. Foi na Câmara; agora, no Senado, OAB, Ministério Público e até mesmo no Supremo Tribunal Federal. Vou tentar divulgar com a minha pequena capacidade.

Vamos lá!

Senador Paulo Paim, grande defensor da justiça social, na sua pessoa, cumprimento a Mesa, os Parlamentares presentes, os companheiros QESA, senhoras e senhores.

Exmº Sr. Senador Paulo Paim, com a proteção de Deus, gostaria de iniciar minha fala sobre a violação dos direitos humanos na questão do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (QESA), que se insere no contexto de Governo, em 1984, quando os integrantes do quadro de cabos femininos da Aeronáutica sejam promovidos à graduação de terceiro-sargento, com direito de acesso à última graduação hierárquica, que é Suboficial.

O acesso direto de cabo a terceiro-sargento pelas integrantes do cabo feminino deu-se por mera portaria, Deputado Izalci, do então Ministro Délio Jardim de Mattos, pela Portaria nº 1.456, de 17 de outubro de 1984, mediante a simples apresentação de certificado do segundo grau, o que não era previsto pela Lei nº 6.924, de 1981, que criou o corpo feminino da Reserva da Aeronáutica. Não existe nenhuma justificativa para que os militares do sexo masculino não sejam contemplados com o direito à promoção na mesma condição das integrantes do quadro feminino.

A portaria que determinou, em 1984, que somente as mulheres fazem jus à promoção é mais que discriminatória. É inconstitucional. Mesmo dentro do próprio ordenamento constitucional então vigente, que era a Constituição de 1969, não se encontra amparo, sob nenhuma hipótese, na atual Constituição da República, senhoras e senhores, segundo a qual homens e mulheres estão sujeitos aos mesmos direitos e obrigações.

Convido os senhores para analisarem nossa Carta Magna, que é nossa Constituição. Esta, sim, é nossa Carta Magna. Vamos analisá-la.

A existência de duas situações funcionais para uma mesma função, dentro de quadros idênticos, é atribuição absolutamente inconstitucional, uma vez que fere tanto os direitos e deveres individuais e coletivos, dispostos no art. 5º, inciso I, sobre os direitos sociais, e disposto no art. 7º, inciso XXX, que dispõe respectivamente... Vamos analisar aqui, senhoras e senhores.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

No seu art. 7º:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXX – proibição de diferença de salários, de exercícios de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo [no nosso caso, quadro feminino e quadro masculino], idade, cor ou estado civil.

Vejam os senhores que tal ação provocou, na prática, uma quebra do princípio da isonomia, na medida em que o quadro de cabo feminino da Aeronáutica, de criação posterior da masculina, hoje possui integrantes suboficiais e até oficiais, enquanto para os integrantes do quadro masculino a ascensão máxima, Sr. Presidente, é a graduação de terceiro-sargento. E veja o absurdo, com 20 anos ou mais na graduação.

Tentando amenizar a insatisfação dos cabos masculinos, que moveram ações judiciais que, ao final, acabaram por obrigar o Comando da Aeronáutica a realizar promoções por ordens judiciais, através do Decreto nº 3. 690, de 2.000, foi criado o estágio de adaptação à graduação de terceiro-sargento direcionado aos cabos e taifeiros.

Após o estágio, os dois quadros da mesma formação curricular chegariam ao final da carreira na graduação de terceiro-sargento. A promoção levaria em conta o quesito tempo de serviço 20 anos a mais na graduação para os cabos e 14 anos para os taifeiros.

A segunda ação deu-se quando, através da Lei nº 12.158, de 2009, os taifeiros foram contemplados com direito a serem promovidos até a graduação de suboficial na reserva remunerada.

Faço aqui um esclarecimento. Em relação aos taifeiros, observa-se uma quebra de paradigma, uma vez que servidores de um mesmo patamar hierárquico são submetidos a diferentes situações funcionais. Pelos atuais critérios, um cabo leva 20 anos para chegar a terceiro-sargento, enquanto o taifeiro-mor, no mesmo círculo, faz o percurso em apenas quatro anos, Deputado Izalci.

Para muitos que não serviram ao militarismo, vou explicar. Para quem não está acostumado aos termos da caserna, a taifa é o ofício relacionado ao serviço de alimentação e de alojamento e que serve, de forma especial, ao oficialato. A especialidade do Quadro de Taifeiro da Aeronáutica (QTA) resume-se a arrumador e cozinheiro, enquanto no dos cabos são 24 especialidades. Cito algumas dessas especialidades: comunicações, que é a minha; mecânico de aeronaves, equipamentos de voo, material bélico, enfermagem, auxiliar odontológico, entre outras.

O benefício aos taifeiros, resultado da Lei nº 12.158, de 2009, foi extensivo aos militares da ativa, inativos e pensionistas, nos seguintes termos – nós analisamos a Constituição, vamos analisar essa Lei nº 12.158 –, conforme diz o seu art. 1º:

Art. 1º - Aos militares oriundos do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica - QTA, na reserva remunerada, reformados ou no serviço ativo, cujo ingresso no referido Quadro se deu até 31 de dezembro de 1992, é assegurado, na inatividade, o acesso às graduações superiores na forma desta Lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SOUZA SILVA – No seu §1º diz:

§1º- O acesso às graduações superiores àquela em que ocorreu ou venha a ocorrer a inatividade dar-se-á conforme os requisitos constantes desta Lei e respectivo regulamento e será sempre limitado à última graduação do QTA, a de Suboficial.

No seu §2º:

§2º- O acesso às graduações superiores, nos termos desta Lei, adotará critérios tais como a data de praça do militar, a data de promoção à graduação inicial do QTA, a data de inclusão do militar no QTA, a data de ingresso na inatividade e o fato motivador do ingresso na inatividade, conforme paradigmas a serem definidos em regulamento.

O QESA, atualmente, conta com aproximadamente 9.522 militares. Esses pleiteiam o envio, pelo Poder Executivo, de projeto de lei que permita promoção à graduação de suboficial quando da passagem para a reserva remunerada, a exemplo do que disciplina a Lei nº 12.158, de 2009.

Sobre os pleitos dos integrantes do QESA, não se trata de criação de novos quadros ou aumento efetivo, mas da legítima ascensão funcional para o efetivo já existente.

Na minha conclusão, os integrantes do Quadro Especial de Sargento da Aeronáutica (QESA) buscam legitimamente os mesmos direitos estendidos aos integrantes do quadro feminino da Aeronáutica, bem como os dos quadros de taifeiro da Aeronáutica, de serem promovidos à graduação de suboficial na inatividade com os direitos e prerrogativas inerentes à graduação.

Senhores, por que insistir em buscar soluções no Comando da Aeronáutica?

Sobre esse assunto, é importante ressaltar que o planejamento de carreira dos oficiais e dos praças é atribuição exclusiva de cada Força Armada, conforme prescreve o parágrafo único do art. 59 da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980, o Estatuto dos Militares. E a Lei Complementar nº 99, de 1999, em seu art. 4º, preconiza que a direção e a gestão da respectiva Força deve ficar a cargo de seus respectivos comandantes.

Exmo Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa, finalizando, neste momento, sob o comando de Deus, que é o general dos generais, rei dos reis, reto juiz e o Sol da justiça, gostaria de solicitar a V. Exª que fosse encaminhado ao Exmo Sr. Comandante da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito solicitação de que, na reformulação dos Decretos nº 881, de 23 de julho de 1993, o Reprogaer, e 3.690, de 19 de dezembro de 2000, o RCPGAER, fosse solucionada essa situação do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (QESA) ou que fosse enviado, o mais urgente possível, um projeto de lei, nos mesmos moldes do dos taifeiros, a fim de que possa permitir que os 9.522 militares do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica, integrantes do mesmo ciclo hierárquico, sejam também promovidos à graduação de suboficial quando da passagem da reserva remunerada, e de igual teor – vou repetir, de igual teor – à Lei 12.158, de 28 de dezembro de 2009, onde é garantido aos taifeiros da Aeronáutica, no QTA, o acesso a graduações superiores até a graduação de suboficial. Inclusive, esse benefício é estendido além dos militares da ativa para os militares inativos e pensionistas e também para os nossos irmãos do QCS.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SOUZA SILVA – Peço também para os nossos irmãos do QSS o realinhamento na carreira para suboficial *máster*, a exemplo da Força Aérea americana, dessa maneira, Sr. Presidente, garantindo tratamento justo, equânime e digno para todos os graduados da Aeronáutica.

Atendendo a esse pedido, aí sim, vamos levantar voo cumprindo a justiça social azul no espaço sideral e por que não no céu de brigadeiro?

Que Deus abençoe a Comissão de Direitos Humanos, que Deus abençoe o Senador Paulo Paim, que Deus abençoe todos nós e que Deus abençoe a nossa Força Aérea Brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Eduardo Souza Silva, Presidente da Comissão Nacional do Quadro Especial de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica.

Peço que os documentos sejam todos, no final, entregues à Secretaria-Geral da Mesa, para resumirmos em um único e encaminharmos, como eu disse, aos ministérios competentes.

Passo a palavra, neste momento, a Ivone Luzardo.

A SRª IVONE LUZARDO – Bom dia, antes de iniciar, quero aqui convidar o Espírito Santo de Deus para se fazer presente neste ambiente, e somente a Deus toda honra e toda glória para sempre. Amém.

Meu caro Senador Paulo Paim, excelentíssimo senhor, no nome de quem cumprimento a todos, especialmente o nosso Deputado Federal Izalci, que desde o início da Unemfa Brasil/DF, nos idos de 2003 – lembra meu caro? –, esteve conosco. O senhor emprestou o seu carro de som para que pudéssemos chamar as pessoas nas quadras. O senhor esteve presente conosco naquele acampamento de 2005, por 69 dias. Então, temos que dar glória, temos que dar gratidão a quem realmente merece. (*Palmas.*)

Esse trabalho da Unemfa somou no bolso dos militares 63%, mesmo divididos, mas somou. Esse trabalho da Unemfa trouxe para os PMRs de Brasília, do Exército, toda a reforma da parte hidráulica, porque estivemos reunidos com o Vice-Presidente José Alencar à época. E, assim, seguimos a nossa trajetória e fomos conhecendo pessoas. Conhecemos, por exemplo, o Sr. Genivaldo, que somou com a gente no acampamento. Obrigada, Genivaldo! Conhecemos o Brás. Obrigada, Brás, por me mandar o convite. Você é um guerreiro. Conhecemos o nosso amigo Mauro Rogério, um militar da ativa que, em nenhum momento, mediu esforços para defender os militares. Peço a esse homem humilde uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Conhecemos também a Tereza, a Geórgia, a D. Rita, a D. Míriam, a D. Kelma. Uns somam, outros querem e tentam destruir o nosso trabalho. Mas venho, em nome do Deus altíssimo, e não há lança que possa nos abater, porque Ele é o nosso general de guerra.

Meu caro Senador, há um ano... Esqueci de citar aqui o Henrique. Henrique, um abraço, amigo. Você foi aquele homem que buscou a promoção dos taifeiros. Infelizmente, você não conseguiu... (*Palmas.*)... levar para as demais Forças e as demais patentes, que tanto precisam.

Não estão presentes o Coronel Cantídio e o Comandante Campelo, mas eu deixo aqui um abraço para eles.

Meu Senador, no dia 25 de março, eu estive aqui compondo esta Mesa e cobrei do Governo, naquele momento, meu caro Senador, o pagamento da diferença remuneratória de 28,86% devida aos militares desde 1993.

Nós fomos chamados pelo Alto-Comando do Exército, na pessoa do General Sodré, que era o Comandante Militar do Planalto, para tomar conhecimento desse caso. Dali, a gente saiu, meus caros, para o Ministério da Defesa. Com o Coronel Coimbra, nós tivemos acesso ao número da mensagem do Executivo MD para MPOG e fomos atrás. Empreendemos, desde então, várias inserções no Ministério do Planejamento com Otávio Correia, um homem sério, que está trabalhando e é concursado. Fizemos vários manifestos de rua. Fomos para o Rio de Janeiro. Somamos lá com o Marcelo Machado, que não pode estar aqui. Na época, a D. Kelma também foi. E eu gosto de ser justa com as pessoas.

Mas, senhores, conseguimos desengavetar esse projeto de lei, e hoje, meu caro Senador, ele está na Secretaria Executiva. Falta apenas vontade política de fazer.

E eu gostaria, Exmo Sr., que, mais uma vez, aquele documento que nós entregamos no ano passado, fosse reenviado, porque ali está o compêndio de todas as nossas reivindicações. Todas.

Meu caro Deputado, nós entregamos – não foi, Senador? – um documento para o senhor. Todos os presidentes de associação o assinaram. Mas até o momento não houve uma resposta do Executivo, que tem dinheiro para construir um porto em Muriel – mais de R$1,6 bilhão, pelo que a gente sabe –, que tem dinheiro para perdoar dívidas de outros países, que tem dinheiro para financiar um programa médico cubano, mas não tem R$5 bilhões para pagar esses 28,86%. (*Palmas.*)

E ainda vem uma proposta descabida do Ministério da Defesa, na pessoa do Dr. Ari Cunha: "Vamos dividir em sete vezes".

Ministro, não queremos dividido! Queremos integral e com efeito retroativo! É isso que estamos buscando!

Lembro aqui, mais uma vez, o salário-família, a vergonha dos R$0,16. Nem xerox a gente tira mais. Nem balinha se compra. Não se faz nada com esse dinheiro.

Lembro aqui a famigerada Medida Provisória nº 2.215, Lei de Remuneração dos Militares, editada a toque de caixa, do dia para a noite, que entrou como lei, porque obedece à Resolução nº 1, do Congresso Nacional, que não tranca a porta e hoje tem força de lei. Tirou todos os direitos dos militares, inclusive o posto acima. E hoje só se votam as emendas. Tudo isso é um absurdo.

Faço aqui uma referência a todo trabalho que já foi empreendido por todas as associações de Brasília e do resto do Brasil para reverter esse quadro. Senador, abrace essas emendas, por favor! Tenha misericórdia da família militar, porque precisamos que algumas dessas emendas sejam aprovadas principalmente o posto acima.

Hoje, os nossos militares não têm nem o apoio governamental nas grandes cidades para pagar aluguel. Precisamos de um auxílio-moradia urgentemente, porque nossos militares estão morando em lugares inóspitos, cheios de riscos.

Senhores e senhoras, precisamos promover a mudança, precisamos nos unir, precisamos parar de querer passar rasteira nas pessoas que sempre trabalharam, para que possamos crescer. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.)*

A SRª IVONE LUZARDO – Hoje, aqui, quero dizer que os sargentos do Quadro Especial do Exército não foram promovidos na ativa porque o Exército estabeleceu o interstício de sete anos, e muitos não foram contemplados. Nem os da reserva.

Ora, se fazem todos parte de uma mesma patente, por que dar tratamento diferenciado a um e a outros?

Que o Exército Brasileiro reconheça o seu erro e corrija essa injustiça.

Muito obrigada e um bom-dia a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi Ivone Luzardo, que representa o Partido Militar Brasileiro, do DF.

Passamos a palavra agora à Miriam Cristina Dienstmann Stein, esposa de militar do Exército Brasileiro e Presidente Mulher Associação de Militares da Reserva Remunerada.

Quero também registrar – já devia tê-lo feito antes – a presença do Deputado Federal Izalci, do DF, que chegou aqui. Muito bem. Seja bem-vindo. Nossos cumprimentos. Cumprimento também o Deputado Federal Vítor Paulo, do Rio de Janeiro. Seja bem-vindo também. Uma salva de palmas para os dois Deputados. (*Palmas*.)

Quero prestigiar a nossa audiência pública.

Por favor, Miriam, por dez minutos; se necessário, mais cinco.

A SRª MIRIAM CRISTINA DIENSTMANN STEIN – Está certo. Quero dizer bom dia a todos os componentes da Mesa, em especial ao Senador Paulo Paim, e a todos os amigos presentes.

Antes de tudo, eu gostaria de agradecer. A primeira vez que surgiu a possibilidade desta audiência, no ano passado, foi graças ao nosso amigo João Pimenta, que está lá atrás. (*Palmas*.)

Com a preocupação em prol dos aposentados, ele questionou: "E como ficam os militares que vão para a reserva também"?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Interrompo só para dizer que o Pimenta é outro teimoso também. Ficava insistindo: "E a audiência, Paim? A audiência, Paim".

A SRª MIRIAM CRISTINA DIENSTMANN STEIN – É. E, na ocasião, ele falou: "Vou procurar o Senador Paulo Paim porque ele é uma pessoa em quem acredito e, com certeza, vai abraçar essa causa".

Então, eu gostaria de dizer que, primeiro, foi o Senador, mas, depois, o João Pimenta foi quem deu voz à tropa e às famílias da tropa, das Forças Armadas. Então, vou pedir uma coisa para o senhor e para o João Pimenta: levantem, porque vamos dar uma salva de palmas para vocês, merecida. (*Palmas*.)

Senador, eu vou fazer uma breve explanação de alguns pontos, que são conhecidos por muitos militares, mas não tanto para alguns civis. Uma coisa que fica bem clara é o fato de que, dentro da profissão dos militares nas Forças Armadas, não é permitido fazer greve, nem sindicalizar-se, mas o militar vota. Por isso, acho tão importante o militar ter voz, a família do militar ter voz. Não podemos ficar excluídos da sociedade, porque nós votamos.

Então, ali há um quadro que mostra o Território brasileiro. Ali há dados com relação à fronteira, tanto na parte terrestre quando na marítima. Quem resguarda esse Território brasileiro são as Forças Armadas. Neste momento, em cada canto do Brasil, nos destacamentos de fronteiras, há muito militares, praças que estão trabalhando, que deixaram suas famílias muitas das vezes em locais distantes; ficam às vezes 15 dias lá. É muito complicado.

As Forças Armadas têm a base na hierarquia e na disciplina. Isso é extremamente fundamental porque, em alguns momentos, hoje em dia, eu sinto falta de hierarquia e disciplina no Brasil. O que eu noto também, uma coisa de que eu gosto muito, é esta Constituição aqui, que é a Constituição Cidadã. No momento em que audiência pública foi para tratar de direitos humanos, eu olhei para ela com mais carinho ainda. Só que o que nós temos de fazer é buscar que a letra bonita da lei que está aqui ganhe corpo, ganhe força, seja exercida em plenitude, como no caso da causa QESA, que é um direito que eles têm – viola o princípio da isonomia essa não promoção.

Vou passar para o próximo eslaide.

Hoje em dia, as Forças Armadas mudaram muito suas ações. Elas fazem parte de programas educacionais, de saúde, constroem estradas, pontes, ferrovias. As Forças Armadas serão acionadas durante a Copa para garantir que ocorra tudo bem nas 12 cidades-sedes. O Exército recentemente enviou um helicóptero para Bolívia, para ajudar no caso das enchentes. O Exército ajudou na remoção de pessoas das áreas atingidas pelas cheias no Acre.

Outra coisa: a equipe de engenharia do Exército trabalhou no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e fez um trabalho exemplar, um trabalho que deveria ser valorizado. O que eu acho que está faltando é valorização para os nossos militares.

No ano passado, a Senadora gaúcha, tão gaúcha quanto o senhor, a Senadora Ana Amélia, participou de uma audiência aqui no Senado e depois foi à tribuna falar com relação ao corte no orçamento das Forças Armadas. Se o senhor vir ali, é necessário algo em torno de quase R$30 bilhões para manter coisas básicas, como alimentação e coisas costumeiras. Com esse corte, ficou muito abaixo. O Exército recebeu cerca de R$14 bilhões. É um absurdo! A gente vê que o Exército americano cortou gastos, mas, mesmo cortando e reduzindo gastos, não chegam nem aos pés dos gastos que estão sendo reduzidos no Brasil.

A importância das Forças Armadas hoje em dia é tamanha. Ela garante a integridade nacional, a defesa e a preservação das nossas milhas marítimas e terrestres. Nós não podemos tapar os olhos para essas necessidades e carências. Por isso, a Senadora achou absurdo um corte tão tamanho. Isso expõe o Brasil.

Naquela audiência, estiveram os comandantes das três forças aqui. Eles relataram, durante a audiência, as carências. Então, isso que estou dizendo para o senhor são dados retirados aqui da página do Senado Federal. Então, é uma coisa que preocupa não só os militares – eu vejo o meu marido preocupado –mas a família do militar. E eu acho que deveria preocupar todos os brasileiros, porque isso não fica só no Exército, não se fecha só no Exército, na Marinha, na Aeronáutica. É uma ação de defesa nacional.

Só que, além desses cortes, Senador, a gente vê outros absurdos também. Os militares têm sido massacrados – e eu não vou falar em relação a partidos. Esse massacre é uma constante que já vem ocorrendo há muitos anos, essas perdas dos militares.

Este aqui é o contracheque de um militar do Exército com 17 anos de serviço. Ali, circulado em vermelho, é o salário-família, os famigerados R$0,16, mencionados por todo mundo. Esse senhor aí tem três dependentes; então, ele ganha a fortuna de R$0,48 como salário-família. Isso é uma vergonha diante de todo o quadro do Executivo!

As Forças Armadas são a que paga menos aos seus subordinados, aos seus militares. Esse militar, em janeiro de 2014, no salário líquido, retirou R$3.800,00. Isso é vergonhoso, porque, hoje em dia, os militares são obrigados a recorrer a empréstimos em cima de empréstimos. Se o senhor entrar na página do Exército Brasileiro hoje em dia, há *links* explicando como o militar pode recuperar-se desses empréstimos, como administrar economicamente a situação financeira, que é cruel. É muito triste isso! Uma vez, naquela ocasião, a minha mãe falou e depois o nosso amigo ali, o Silva Neto, disse também que o filho de militar hoje em dia é o filho do não. O filho chega em casa e pede: "Papai, eu quero isso, eu quero aquilo." E o pai é obrigado a dizer não, frente a uma situação complicada dessa.

E o que gera isso tudo? Gera uma saída prematura de muitos militares do Exército. Estes são dados: em 2012 ou 2013, foram mais de 300 militares que saíram. Esses dados são referentes apenas a oficiais, porque não existe divulgação dos dados em relação aos praças brasileiros. Está havendo uma evasão muito grande do militar. Sabe-se que, normalmente, o militar é bem preparado. Independentemente de ser oficial ou praça, ele leva as coisas a sério e, se ele vai fazer um concurso público aí fora, ele vai ser aprovado e, às vezes, ele acaba abrindo mão daquele sonho de ser militar em prol de um salário mais adequado para manter a sua família.

Esses dois depoimentos saíram na revista da Abril, e eu vou ler agora. O militar não se identificou, nem posto nem arma, disse: "Acredito que vai melhorar! É notável a desvalorização social e a inferioridade salarial dos militares em relação ao funcionalismo público federal, do qual fazemos parte. É duro saber tal realidade e conviver com ela. Tiraram quase tudo de nós: licença-prêmio, posto acima após ida para reserva remunerada, etc. Mas vai melhorar".

O senhor veja que os militares acreditam que vai melhorar e nós estamos aqui neste momento porque acreditamos também.

Um sargento da Marinha também disse: "Não somos valorizados, somos menosprezados e desprezados, mas quando a polícia não dá conta…. chamem os militares. Quando há tragédias…chamem os militares. Epidemia de dengue e outras mais… chamem os militares. E por aí vai!"

(*Soa a campainha.*)

A SRª MIRIAM CRISTINA DIENSTMANN STEIN – Será que vai acontecer um dia em que eles vão precisar chamar os militares e eles não vão estar lá? Essa é a preocupação que deve ser de todos os brasileiros. (*Palmas.*)

Para terminar, quero dizer que sou esposa de militar, com muito orgulho, sou filha de militar, minha mãe que está ali... Foram 28 transferências no Brasil inteiro. Meu marido é militar por convicção e amor ao que faz. Eu e meus filhos temos muito orgulho de vê-lo fardado saindo para trabalhar. Da mesma forma que a minha mãe e eu tivemos sempre muito orgulho de ver o meu pai fardado sair para trabalhar.

O que queremos é ver as Forças Armadas, seus militares e suas famílias serem valorizados. Para isso, Senador, o senhor já deu o passo inicial, que é dar voz à tropa, dar voz a nós, brasileiros, e isso é muito importante.

Eu queria agradecer ao senhor e a todos os presentes.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Miriam Cristina.

Como ela disse, ela é esposa de militar do Exército brasileiro e presidente da Associação Mulher da AMARP.

Vamos à Presidente da Unifax (União Nacional de Familiares das Forças Armadas Auxiliares), Srª Kelma Costa.

A SRª KELMA COSTA – Bom dia a todos.

Exmº Senador Paulo Paim, é um prazer conhecer o senhor pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O prazer é nosso.

A SRª KELMA COSTA – Quero deixar aqui já a minha gratidão.

Quero mandar aqui um grande abraço a toda a família militar que está ligada esta manhã, esperando daqui, Senador, um resultado positivo, porque nós estamos cansados e esgotados. Se perguntar aqui a qualquer um presente nesta audiência se ele está cansado, ele vai responder que está esgotado, que as forças já estão no fim.

Mas é uma honra participar, Senador, deste evento, juntamente com tantas personalidades ilustres, homens de coragem. Muitos aqui já estão na reserva, creio que há pessoas da ativa, que se fazem presentes nesta manhã. São pessoas ilustres, lutadoras, guerreiros, estão vencendo uma batalha – uma batalha contra a omissão do próprio Ministério da Defesa, que não teve coragem de mandar um representante aqui nesta manhã, Senador. (*Palmas.*)

Como família militar, nós já estamos acostumados, sabe? (*Palmas*.) Mas há omissão até com a pessoa do senhor. O desrespeito chega a um grau tão grande porque se trata da família militar. Então, para eles, não tem muito valor. O assunto é sempre o mesmo, eles já conhecem qual é. Mas sabe o porquê, Senador, de o assunto ser sempre o mesmo? Porque eles não resolvem nada! Há 12 anos é sempre a mesma coisa! (*Palmas*.) É o mesmo assunto, são os 28,86%, é o auxílio-moradia, é o salário-família, há 12 anos, Senador. Já podíamos até estar reivindicando outras coisas se não tivéssemos um comando tão omisso. Mas infelizmente a tropa está entregue a um comando omisso, que não se preocupa e não quer saber. Só dá ordens e quer que as executem, como a Copa do Mundo, que agora foi citada pela Míriam. E vão ser executadas, Senador! E vão ser executadas porque as Forças Armadas têm homens íntegros, de caráter, decentes, que têm como arma sua disciplina, sua lealdade com a Pátria. (*Palmas*.)

Eu queria aqui, nesta manhã, repetir um brado de guerra que aprendi na ocasião da minha visita à ESA (Escola de Sargentos das Armas). Ouvi um General vibrar muito forte, e ele dizia: "fé na missão".

Quero convidar a todos que estão aqui nesta manhã e a todos os Senadores que estão nos ouvindo: 5,2 milhões de pessoas pertencem à família militar. Fazem descaso da família militar, mas somos 5,2 milhões. Quero deixar esse recado para a nossa Presidenta Dilma Rousseff, a comandante suprema das Forças Armadas. (*Palmas.*). Não somos um grupinho que surgiu de qualquer lugar não, Senador Fazemos parte da sociedade brasileira.

Senador, foi citada aqui a Medida Provisória nº 2215, como já havia dito para o senhor. Foi citado o auxílio-moradia, foram citados os R$0,16. É sempre o mesmo assunto, o senhor já está ciente. Mas, há pouco tempo, Senador, dia 1º de outubro de 2013, agora, aconteceu uma injustiça tamanha – e o senhor sabe disso – que foi a questão do QE, do Quadro Especial do Exército. Foi colocado em votação no Senado a MP 618, e uma mão maldita, Senador – vou dizer para o senhor – uma mente maquiavélica, resolveu colocar o art. 19, que deixava de fora todos os reservas, Senador. Todos! Foi o maior descaso e desprezo com esses homens.

Quero dizer para o senhor, Senador, que o meu marido é reserva, QE, e estava com uma esperança tremenda, lutou muito, para que passasse essa 618. Mas ele acreditava que não haveria esse art. 19, que significou uma injustiça para com o QE. Foi uma injustiça, Senador. E peço ao senhor nesta manhã, porque sei que o senhor pode, que o senhor é um homem íntegro, de caráter, e pode reverter essa situação do QE. (*Palmas*.) Eu sei que pode! O senhor tem levantado essa bandeira, e todos os militares deste Brasil confiam em que o senhor pode fazer isso por nós. (*Palmas*.)

A Míriam colocou aqui um contracheque de pouco mais de R$3mil – não é, Míriam? – de não sei qual graduação. Mas vou passar às suas mãos, Senador, um contracheque de um terceiro-sargento das Forças Armadas, que está recebendo R$1.461,00. Quero perguntar ao senhor, Senador, quem é que está sobrevivendo com isso? Detalhe: poderíamos estar sobrevivendo muito bem se tivéssemos bolsa-família, se eu tivesse o *kit* gás para ajudar, se eu tivesse o vale-leite, o vale-gás. Aí, sinceramente, eu não estaria reclamando não porque isso somaria uns R$3mil. Aí daria. Mas o militar não tem esse direito. Não temos direito nem ao barraco minha vida. Não temos, não, Senador. (*Palmas*.) Não temos! Infelizmente. Nem ao barraco minha vida estamos tendo direito. O PNR, Senador, não há PNRs para todo mundo. É uma bagunça, é uma bagunça. Senador, 40% dos salários dos militares, dos sargentos são gastos com moradia. Agora, eu pergunto para o senhor: como um militar que ganha R$1.461,00 consegue pagar um aluguel em Brasília? Diga-me. Não consegue! Isso é notório. E o Ministério da Defesa faz da gente fantoche, Senador. Fantoches! Reunião com o Dr. Ari Matos, com Adriano,

com técnicos... Eu já falei com o Adriano que não quero saber daqueles números que ele me apresenta. Eu não quero saber! Tudo técnico. Eu quero saber é da realidade que a tropa está vivendo.

Há marinheiros ganhando R$480,00, estão lá no Rio de Janeiro.

E detalhe: usaram as Forças Armadas para pacificar o Alemão, agora, militar não pode nem morar no Alemão mais, porque não tem dinheiro para pagar o aluguel. Não pode, não aguenta. Ele pacificou o Alemão e ele mesmo foi expulso do lugar que pacificou, porque ele não tem dinheiro para pagar aluguel agora no Alemão. Esse é o nível a que nós chegamos. (*Palmas.*)

Senador, outra coisa. Chegamos a um grau muito sério. Há militar arriscando a própria vida descendo em Ponte Rio-Niterói, subindo em estátua com mais de 23m de altura, tentando chamar a atenção do Ministério da Defesa e da Presidente Dilma Rousseff para ver se ela faz alguma coisa. Como um militar, sargento das Forças Armadas, coloca a sua vida em risco descendo na Ponte Rio-Niterói para chamar atenção de uma coisa que o próprio Ministério da Defesa já deveria ter consciência, Senador?! (*Palmas.*)

Precisaríamos chegar a esse ponto? Estamos vivendo isso. Eu vou dizer que estamos vivendo os últimos dias das Forças Armadas. Os últimos dias!

Agora, tivemos uma notícia. Parabéns à PM de Brasília, porque os soldados da PM de Brasília vão ganhar R$7.000,00. Parabéns para eles. Vão à luta, brigam, lutam, fazem greve, entram em briga, pagam um preço, mas ganham. E os militares das Forças Armadas que não podem brigar, não podem reivindicar, não podem fazer greve? Como é que fica?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KELMA COSTA – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KELMA COSTA – É isso aí, Senador.

(*Soa a campainha.*)

A SRª KELMA COSTA – É isso aqui que eu quero deixar para o senhor nesta manhã. Essas são as minhas palavras.

Os QEs me batizaram como madrinha deles. Obrigada, gente. É uma honra. (*Palmas.*)

A SRª KELMA COSTA – Eu quero muito representá-los, mas eu quero convocar as mulheres de militares, Senador, nesta manhã. Seus maridos não podem, não, viu? Está na Constituição, mas você, mulher, pode. A força da sua casa, a mudança começa dentro do seu lar. Se você quer mudança, você parta para a briga. E fé na missão. Se houver punição, o próprio Dr. Ari Matos falou, em reunião, que não haveria punição. Os militares ficam com medo, suas esposas ficam com medo de seus maridos serem punidos. Então, elas não vão à luta, não. Sabe, Senador? Elas ficam esperando, pedindo pelo amor de Deus que alguém fale. Se é para falar, vamos falar, mas, antes de falar, Senador, eu gostaria de ter resposta, porque nós estamos cansados, Senador. Eu sei que vem época política aí, e não venham me encher a paciência falando que vai fazer, que vai acontecer em época política, não. Nós queremos resultados. Nós queremos alguma coisa palpável, verdadeira. Aqui, Senador, assinado no papel deste aqui. É este aqui que vale para a gente. De conversa nós já estamos cheios, nós estamos por aqui.

Eu quero agradecer ao senhor por esta grande oportunidade.

Eu quero agradecer Geórgia Las Casas e Tereza Alves, que estiveram aqui comigo, que vieram comigo, Senador, noite inteira no volante. Saímos de Juiz de Fora às 3h da tarde e chegamos aqui, Brasília, às 5h da manhã, dirigindo a noite inteira, Senador. Eu faria isso quantas vezes for preciso, farei quantas vezes for preciso. (*Palmas.*)

A SRª KELMA COSTA – A nossa luta, Senador, é justa e é válida. Eu conto com o senhor.

Família militar, juntos, somos fortes. E fé na missão. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um pouquinho, pessoal. Nós vamos ter que ordenar a nossa reunião. A Kelma foi a última da mesa e falou, com muita indignação. Transmitiu ao Plenário, pode ter certeza, a nós todos da mesa e a todos que estão neste momento assistindo à nossa TV Senado, a situação dos militares. Pode saber que o seu pronunciamento marcou neste momento, na tribuna.

A SRª KELMA COSTA – Eu quero selar com o senhor, Senador, nesta manhã, o compromisso de que se o senhor precisar de nós, nós vamos estar com o senhor, viu? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns. E parabéns pelo pronunciamento, muito firme. Não foi desrespeitoso, mas cobrou que tem de haver uma resposta, que vocês estão esperando há muito tempo. Meus cumprimentos pela fala que fez.

Já falaram todos à mesa. Como é de praxe, eu sempre abro a palavra, aqui na Comissão para Senadores e Deputados.

O Deputado Izalci já pediu a palavra. Então, neste momento, concedo a palavra a V. Exª. E se o Deputado Vitor Paulo, que está aqui, quiser falar, falará em seguida.

Por favor, Deputado Federal Izalci, pelo DF, com a palavra.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar a todos, de forma especial o Senador Paulo Paim, pela iniciativa desta audiência pública. Quero dizer também da minha satisfação de poder participar deste evento.

Para quem não sabe, eu também sou militar da reserva, eu fiz CPOR. É um orgulho muito grande ter servido as Forças Armadas. Tenho participado bastante da luta para reforçar e colocar as Forças Armadas no lugar que elas merecem. Eu inclusive vou promover, no dia 11 de março, às 10 horas, no plenário da Câmara, uma comissão geral sobre as Forças Armadas. Já estive com o Comandante do Exército, General Enzo, e ontem estive com o Comandante Saito, da Aeronáutica. Com relação à Marinha, parece que o Ministro Comandante estará viajando no dia 11, mas vai mandar um representante. E o Ministro da Defesa.

O que percebi nos últimos dois anos em que acompanhei a situação das Forças Armadas é que, de fato, as Forças Armadas estão sem prestígio no Governo. Há uma discriminação muito forte do Governo em relação às Forças Armadas, não só com relação aos militares, mas às próprias Forças. Basta ver os cortes no orçamento e a falta de investimentos em programas estratégicos de defesa do nosso País. Nós agora temos que preservar o pré-sal e as fronteiras, que estão totalmente abandonadas. Existem grandes projetos, mas não vemos prioridade nas ações.

Eu inclusive fui convidado, no ano passado, para ser paraninfo de uma turma do NPOR, de alunos da Artilharia. Por incrível que pareça, eles se formaram sem ter dado um tiro na fazenda de Formosa, que ficou desativada dois anos pelo simples fato de que a Presidente da República teve que desviar seu voo porque estava em missão na fazenda de Formosa. Dois anos desativada, em função dessa observação da Presidente, comprometendo inclusive os alunos que se formaram sem a parte prática. É uma coisa absurda.

Portanto, no dia 11 de março, eu, como autor do requerimento para a comissão geral, pretendo levantar algumas questões importantes para o País.

Mas quero aproveitar esta oportunidade para deixar clara a questão também dos militares. É uma vergonha, realmente. Há falta de preparo e também falta priorizar a questão dos recursos humanos, foi o que disseram alguns que me precederam aqui. Muitas categorias relacionadas a recursos humanos, seja do Governo Federal, seja do governo local, que têm o poder da greve, acabam se manifestando e, pelo poder da mobilização, conquistam seus direitos. E os militares, exatamente por estarem impedidos de fazer greve, acabam ficando em segundo plano. E eu quero aproveitar essa comissão geral exatamente para destacar essas questões, que foram muito bem apresentadas aqui.

Kelma, você tem toda razão de estar revoltada porque é uma falta de consideração, realmente. Nós precisamos valorizar um pouco mais as Forças Armadas, e contem comigo. Já pedi cópia das apresentações de vocês para que eu possa manifestar, no dia 11, essa indignação que vocês passaram aqui e essa total falta de consideração e falta de iniciativa do Executivo de resolver essas questões, o que foi muito bem colocado aqui.

Então, contem comigo. Estão todos convidados. No dia 11 de março, vamos realmente prestigiar essa comissão geral porque é lá no Congresso, no plenário, que vamos colocar de uma forma mais concreta.

Uma das coisas que aprendi, e hoje até, muitas vezes, sou penalizado por isso, é hierarquia e disciplina, mas, nós, que cumprimos horário, que temos hierarquia, que temos disciplina acabamos sendo penalizado hoje. As pessoas atrasam aos compromissos meia hora ou uma hora e acham que tudo é normal.

Mas eu quero, nesta audiência pública, levantar essas questões e tentar, com isso, resgatar realmente aquilo que a gente tem que preservar, que é isso que foi colocado aqui, o respeito pelos nossos militares que tanto serviram e ainda servem a esta Pátria. Agora, infelizmente, o comando maior do Ministério da Defesa realmente não tem buscado junto ao Executivo, junto à Presidente uma valorização das Forças Armadas. Infelizmente, falta isso mesmo.

Eu fiz, no ano passado, a defesa do Hospital das Forças Armadas – é um absurdo o que acontece no Hospital das Forças Armadas – e o Ministro nem sequer atendeu a um pedido para ir comigo conversar com a Presidente sobre isso. Um médico das Forças Armadas – hoje, foi lançado um edital de concurso – recebe R$3.194,00. Isso é pago para um médico das Forças Armadas, enquanto você está pagando R$10 mil para médicos cubanos que não têm o mínimo preparo. (*Palmas.*)

Não nos esqueçamos de que o Hospital das Forças Armadas, que está aqui em Brasília, é um dos maiores e melhores hospitais que temos no País, responsável inclusive pela Defesa Civil de Brasília. Hoje nós temos mais de 70 leitos fechados e mais de 10 leitos de UTI fechados por falta realmente de consideração, por falta de priorizar as ações das Forças Armadas.

Então, parabenizo vocês, mulheres militares, e também o Genivaldo, que faz parte da Mesa, na pessoa de quem eu quero cumprimentar toda a família militar e colocar-me à disposição de vocês.

No dia 11 de março nós vamos colocar claramente essas questões no plenário, para que todo mundo saiba o que está acontecendo com os militares, principalmente em relação à defesa brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse que usou da palavra foi o Deputado Federal Izalci, já que aqui, na audiência pública, eu sempre abro a palavra aos Senadores e Deputados.

Vamos passar a palavra agora para os outros do plenário.

Eu só vou fazer um apelo a todos para apresentarem seu ponto de vista, darem sua opinião no tempo limite, fazerem sua reivindicação, mas peço para tomarem o mínimo de cuidado não digo nem no campo político, para que não tenhamos – tenho certeza de que não houve da Mesa até o momento, porque a Mesa foi firme e clara – uma discussão partidarizada, que não ajuda em nada. Nós fazemos uma reunião partidarizada aqui e depois vamos, no outro dia, entregar as reivindicações? Agora, a cobrança, seja qual for o governo, do PSDB, do PT, do PDT, porque os problemas das Forças Armadas não começaram agora, vêm lá de trás. Eu não estou dando desculpa, porque agora continuam. Então, todos os governos que passaram aí têm a sua responsabilidade. Então, temos que ter esse cuidado de cobrar dos... Nós queremos uma política de Estado para as Forças Armadas, não desse ou daquele governo. Eu só peço que a gente mantenha esse tom. Não faço crítica a nenhuma fala aqui. Sei que todos falarão aqui, mas apresentem e cobrem, como a mesa fez. A mesa foi firme, mas não teve nenhuma distorção aqui no campo pessoal e, muito menos, no campo partidário. Se a gente fizer uma discussão partidarizada, fugiremos do objetivo desta reunião, que é fazer cobranças, ter uma pauta e, como foi dito aqui, há muito tempo, é conhecido, não é novidade, fazer com que a audiência pública encaminhe novamente ao Executivo para o cumprimento.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Senador, eu vou pedir licença a V. Exª porque nós estamos em votação lá no plenário.

Parabéns a V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

Passamos a palavra agora ao Sargento Evander César Ferreira.

O senhor tem cinco minutos para fazer a sua fala

O SR. EVANDER CÉSAR FERREIRA – Bom dia, senhores.

Senador Paulo Paim, em seu nome, cumprimento todos os demais parlamentares e convidados presentes a esta audiência.

Farei um breve histórico.

Em 1969, através do Decreto-Lei nº 1.029, foi constituído o QC, o Quadro Complementar de Terceiros Sargentos, que previa a estabilidade ao Cabo.

Em 1971, o Decreto nº 68.951 regulamentou o QC no Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica e dava outras providências.

Em 1981, edita-se o Decreto nº 86.325, que cria, no Ministério da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva.

Em 1984, o Decreto nº 68.951, que constituiu o QC, foi revogado pelo Decreto nº 89.394.

Aqui termina uma das oportunidades que nós, Cabos, tínhamos de ser promovidos a Sargento. Revogaram a nossa lei em 1984, quando, então, começou a ingressar o Corpo Feminino na Aeronáutica.

Ainda em 1984, foram formadas as primeiras turmas femininas.

Os Cabos do Corpo Feminino que tinham o 2º Grau foram promovidos a Terceiros Sargentos no mesmo ano, sem concurso público. Ou seja, elas se formaram em 1984 e, no mesmo ano, foram promovidas de Cabo a Terceiro Sargento. Não houve interstício; não houve nada. Tudo isso por meio de uma portaria, que dava a condição necessária ao Corpo Feminino, mas não dava a mesma oportunidade para o quadro de Cabos masculinos, já existente na Força há mais tempo. Isso fere o art. 5º da Constituição, uma vez que constitui discriminação de sexo.

Em 1988, Sr. Senador, foi promovida a última Cabo feminina,entre aquelas que tiveram promoções sucessivas a Segundo Sargento, a Primeiro Sargento e a suboficial.

Vale indagar: se em 1984 elas foram promovidas, por que, apenas em 1988, a última? É porque muitas não tinham o 2º Grau, e a Força lhes deu esses quatro anos para se adequarem.

Eu, quando fiz o Curso de Cabo, em 1981, foi-me exigido o 2º Grau. Para fazer a Escola de Sargentos, era exigido o 1º Grau; para ser Taifeiro, exigia-se o ensino fundamental.

Em 2000, foi criado o QTA, o Quadro de Taifeiros da Aeronáutica, e também o QESA, o Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica, com distorções aviltantes no que diz respeito às sucessivas promoções que o QTA teve e que o QESA não tece.

O pessoal do QTA foi promovido a terceiro-sargento com 14 anos de serviço. A partir do momento que entrou, contados 14 anos, ele era promovido a terceiro-sargento. O soldado, depois de fazer o concurso, passava a cabo e, aí, mesmo formado cabo, não recebia a promoção; ficava aguardando vaga para ser promovido. E ficava, às vezes, como soldado especializado por seis anos, quando, então, era promovido a terceiro-sargento. Assim, o Cabo QESA tinha que ter, no mínimo, 20 anos na graduação de Cabo para ser promovido a terceiro-sargento. Alguns, Senador, chegavam a ser promovidos a terceiro-sargento quando tinham 26, 27, 28 anos de serviço.

Nós somos a única classe, no Brasil, que demora mais de 20 anos para ganhar uma promoção!

Em 2010, eu acredito, tenho consciência, como retaliação ao movimento que os Sargentos da Reserva estavam fazendo dentro do Congresso, o Comandante da Aeronáutica acabou com a estabilidade do Cabo.

Em 2012, foi criado o QOAP, o Quadro de Oficiais de Apoio, e, aí, segue-se uma longa história sobre a qual eu não vou entrar em detalhes.

Em 2013, foi diminuído o interstício para a promoção dos Oficiais – ano passado. E os graduados? Quando irão mexer nos interstícios?

Outras distorções do tipo interstícios dos taifeiros, que, nos últimos anos, foram mudados mais de uma vez, geraram muitos conflitos. Aí, eles vão adequando, adequando, mexendo.

Para concluir, os Cabos da FAB têm alto nível técnico, comprovados por assumirem cargos de encarregados nas Bases Aéreas. Eu fui cabo durante 22 anos e assumi como encarregado durante muitos anos, só que eu não recebia como encarregado. Eu tinha, sim, as responsabilidades do encarregado.

Vale lembrar, também, que o sargento especialista dos últimos anos, os que estão entrando mais recentemente estão usando a FAB como trampolim, para cursar uma universidade, prestar concursos, e, depois, caindo fora. Há uma debandada muito grande. Mesmo que a Força diga o contrário, é a pura verdade. Tem a ver com os baixos salários, é óbvio. É claro, Senador, nesse contexto, todos os QESAs estão sendo preteridos nas promoções, e o Comando nada vê, se faz de cego.

A Comissão Nacional QESA Brasil, com trabalho voluntário, é amparada pela Lei Sarney, Lei nº 7.524. Mesmo que contrariando a vontade do nosso Comandante, ela mostra as injustiças causadas a esses militares e pleiteia um projeto que seja pelo menos igual ao dos taifeiros, criando uma isonomia, resolvendo o impasse com a classe dos cabos e QESAs. Não queremos ser oficiais. Sr. Comandante, não queremos ser oficiais! Basta que nos deem a isonomia com os taifeiros.

Somos, sem medo de errar, Senador, excelentes, dedicados profissionais que a FAB teima em não valorizar.

Agradecemos à Deputada Gorete Pereira, que infelizmente hoje não pôde estar presente, mas que criou a Frente Parlamentar QESA, a segunda maior do Congresso. E queremos aproveitar para fazer um convite a todos aqui presentes. No dia 12 de março, estaremos fazendo lançamento da Frente Parlamentar.

Deus abençoe a todos e ao nosso Comandante também, que, acredito, precisa mais que qualquer outro!

Só para encerrar definitivamente, quero dizer que, ao final de 30 anos de carreira, passamos para a reserva com uma indenização – saímos ricos, Senador – equivalente a quatro salários. Isso, na vida civil, Senador, equivale a uma indenização de um trabalhador de salário mínimo de dois anos de trabalho. Levamos 30 anos para sair com quatro salários de indenização ao final de nossa carreira. E muitos de nós, devido a todo esse sofrimento, não temos uma casa própria, e não podemos entrar para comprar uma casa própria porque o nosso salário não é digno, não é condigno, não temos suficiente teto para entrar no FHE para financiar uma casa.

Sr. Senador, deixo, agradecido, o meu muito obrigado.

Sou Sargento Ferreira, da reserva de Florianópolis, Santa Catarina. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Se quiser, pode deixar cópias de documentos, Sargento Evander César Ferreira, que, além de falar, documenta.

Recebi pelo WhatsApp – é uma pena que o Deputado saiu, mas vocês digam para ele – mensagens dizendo que a história do R$3 mil para os médicos não fecha. As vagas estão abertas. Para quem quiser ser médico para ganhar R$15 mil no Brasil, as vagas estão abertas. Há uma coisa que não está fechando. Duvido que um médico vá trabalhar por R$3 mil em algum lugar do mundo. Vocês vão ficar sem médicos nas Forças Armadas, então. Vocês não vão ter médico. Não fecha! A história dos R$3 mil não fecha.

Todos sabem, e aqui temos que ter cuidado, a história dos médicos que vieram do exterior, e não foi só de Cuba, mas de diversas partes do mundo. A população adorou. Houve pesquisa que mostrou que 90% da população quer mais médicos. Então, temos que ter cuidado para não jogarmos, digamos, areia em um campo que não é positivo para nós. Que venham os médicos do mundo todo, se quiserem vir para cá, desde que se possa pagar! E que os médicos das Forças Armadas também ganhem o salário correspondente a...

Para mim, me disseram que, para qualquer médico brasileiro, e falo em frente à TV, que quiser ir para o interior, o salário é R$15 mil. Pode ser que os médicos estejam me ouvindo. O sindicato dos médicos está me

ouvindo também. Quem me disse foi um ex-Ministro da saúde. Qualquer médico do Brasil ganharia no mínimo R$15 mil, desde que fosse para o interior. Mas esse não é o debate. Só estou fazendo um esclarecimento, porque veio a pergunta aqui. Não consigo entender como um médico das Forças Armadas vai aceitar trabalhar por R$3 mil. Ele não aceita. Ele vai embora. E, pior, ficamos sem médico para atender as Forças Armadas, no caso.

Só esse esclarecimento. Depois, converso de novo com o Deputado para ver essa informação e não ficar nenhuma dúvida.

Quero cumprimentar o Sargento Evander de novo. Ele falou firme, claro, cobrou, documentou, e vai deixar os documentos aqui. Ele falou de fatos que aconteceram. Isso, para mim, é importante. Vou anexar todos os documentos que você deixou – além de apresentar, você argumentou – àquele resumo que fazemos ao final, como também os daqui da Mesa. Toda Mesa, quando sustentou, documentou praticamente tudo o que falou. Não tem nenhuma dúvida do que foi falado aqui na Mesa. Só fiquei um pouco na dúvida com essa história dos médicos.

Sargento Alexandre Andrade, por favor, esteja com a palavra.

O SR. ALEXANDRE ANDRADE – O.k.

Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa.

Senador, só para fazer um comentário sobre esse assunto dos R$3 mil o médico. Vou informar aqui para o senhor o valor de um 1º Tenente. Talvez R$3 mil seja para um Aspirante. Enfim, não sei, porque não sou Oficial. Mas um 1º Tenente das Forças Armadas, geralmente é um médico que começa como Aspirante, enfim, ganha R$6,5 mil. Estou falando de 1º Tenente. Talvez o Aspirante ganhe um pouco menos.

Quero aproveitar essa oportunidade aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já diz aqui o meu Comandante orientador que esse dado está mais atualizado do que o outro que falava em R$3 mil.

O SR. ALEXANDRE ANDRADE – De fato é atualizado. Daqui a pouco falarei mais sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode falar. Fique à vontade.

O SR. ALEXANDRE ANDRADE – Então, vou aproveitar e já falar sobre comparativo salarial.

Parabenizo a nossa amiga Kelma e agradeço por conhecer pessoalmente, uma guerreira, veio junto com as amigas do Rio de Janeiro, com esse esforço. Seja bem-vinda ao nosso meio. Você, que já está na luta há um bom tempo, continue firme.

Nossa amiga falou ali sobre a PM do DF. Eu quero falar também um pouquinho sobre a PM do Estado de Santa Catarina. Um Coronel da PM...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só quero lembrar para você que tenha cuidado, porque só tem cinco minutos.

O SR. ALEXANDRE ANDRADE – Está o.k.

Um Coronel da PM ganha mais de R$22 mil. Um Almirante de Esquadra ganha R$10,8 mil. Aí vamos para Capitão. Um Capitão da PM do Estado de Santa Catarina ganha mais de R$15,8 mil. Um Capitão-Tenente ganha R$6,9 mil. Como já falei do 1º Tenente... Enfim, a situação do 1º Tenente em Santa Catarina: ganha R$14 mil. Agora. Foi aprovado. Para ser mais preciso são R$14,464 mil, enquanto o nosso ganha R$6,585 mil. É o que está aqui no papel. Eu tenho como comprovar isso, se necessário for.

Enfim, quero agradecer ao senhor pelo empenho, pela força. Gostaria também que o senhor desse um abraço no Deputado Federal Paulo Pimenta, que tem apoiado esta causa. Estou tratando dos QEs, em nome do pessoal de Santa Maria, que são meus colegas, companheiros e parceiros. Forte e firme nisso aí.

Sr. Senador, eu preciso também deixar algo registrado. Quero solicitar algo ao nosso Comandante, o Comandante do Exército, General Enzo; ao Ministro da Defesa; à Presidente Dilma, como Chefe Suprema, que olhem para as Forças Armadas. Eu posso dizer o seguinte, Senador, a tropa está passando fome! A família militar está passando fome. Então, pelo amor de Deus, acordem! Se o General está bem, então graças a Deus! Se ele tem vários motoristas, é merecedor sim! Mas nós também somos dignos de algo como alimentação, moradia.

Já foi falado muito bem e todos se expressaram muito bem. Inclusive a palavra da nossa amiga Kelma matou tudo. Não era preciso que eu falasse mais nada. Mas como andei muito para estar aqui e não foi fácil chegar até aqui e estar com o senhor, como estivemos hoje de manhã no café – sou grato por tudo isso –, não posso deixar passar em branco.

Eu quero falar um pouco dos 28%. Como já foi falado muito, quero pedir o seguinte: Presidente Dilma, mande pagar os meus 28%. É meu. É direito meu. Eu quero! É meu. Não abro mão! Isso já está na esfera judicial e foi determinado. Tem só que pagar! Só isso. Então pague e me dê o que é meu! Não quero nada que é dos outros, mas me dê o que é meu! (*Palmas*.)

Quanto aos R$0,64, se possível for, com todo respeito – eu respeito todas as autoridades – peço o seguinte, que retire do meu contracheque os R$0,64 que ganho. Retire! Para mim aquilo é uma humilhação! Eu olhar

o meu filho, a minha esposa, compartilhar e ver aquilo ali para mim é uma humilhação sem limite. Então, retire do contracheque, não me pague nada, porque vou tentar uma Bolsa Família, como a amiga ali falou, alguma coisa para complementar o salário. (*Palmas*.)

Hoje eu não passo fome porque a minha esposa se vira nos trinta – não só nos trinta, mas muito mais – para ajudar a manter a casa. A nossa amiga Miriam mostrou um contracheque de um sargento que ganha aproximadamente R$3,8 mil. Esse cidadão está bem, ganha três vezes mais do que eu. O meu líquido é mais ou menos aquilo ali, mas, quando tiram os três empréstimos que tenho e outras dívidas que todos temos, não me sobra nada! Nada, Senador. Sabe o que é nada?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE ANDRADE – Sabe o que é um cidadão andar 30 horas de ônibus e não ter dinheiro para entrar num restaurante e fazer uma refeição de R$20? Ter que trazer seu lanchezinho? Talvez até tenha deixado meu filho com fome. Isso é uma vergonha! Eu tenho vergonha de dizer que sou membro do Exército, que sou militar. Talvez tenha sido um erro lá atrás. Não sei. Talvez tenha sido. Não sei. Não posso culpar ninguém! Talvez eu seja o único culpado. Não sei. Mas quero dizer o seguinte: há uma possibilidade, sim, de corrigir esse erro.

Eu vejo nossos amigos taifeiros, os QESA, com essa luta. Os amigos taifeiros da Aeronáutica hoje vão a suboficial. Inclusive, quando foi feita a Lei nº 12.158, se não me engano, veio junto o pessoal da ativa. O Henrique sabe muito bem disso, os QESA, o pessoal da reserva e os inativos. Agora, recentemente, há três meses, foi aprovada a lei para os QESAs do Exército, como já foi falado, só trilha 22 para o pessoal da ativa. Por que não incluíram os da reserva? "Ah, a Constituição, não sei o quê..." Não foi feito porque não quiseram, porque, se quiserem fazer, fazem.

Então, quero agradecer aos senhores, a todos os presentes. Que todos tenham um bom dia!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Sargento Alexandre Andrade, a quem agradeço porque ficou exatamente no tempo. Quando ia concluir os 5,5 minutos, ele terminou. Ficou dentro, deu o seu recado, fez a cobrança firme, mas respeitosa. Meus cumprimentos ao Sargento Alexandre pela sua fala.

Concordo com você. Não tenho nenhuma dúvida. Digo aqui, e quero atestar embaixo, que, se tivesse isso no meu contracheque, pelo amor de Deus, "tira essa porcaria daí", porque de fato ficaríamos com vergonha. Você tem toda razão! (*Palmas.*)

Isso aqui, e estou dando razão, e a Mesa toda falou, já é fruto de outra audiência em que tratamos mais desse ponto, e continua igual. É um absurdo! Essa não há ninguém que me prove que tem o mínimo de fundamento. É uma bobagem! Não quero usar um termo mais pesado, senão depois vocês vão usar outros mais pesados ainda, e vou cobrar que vocês estão baixando o nível. Não vou usar o termo que gostaria de usar.

De fato, como você disse, é, no mínimo, uma vergonha olhar no contracheque um salário-família de R$0,16, ou o que seja, R$0,10, R$0,50, R$0,20 ou R$0,80. Não chega a R$1,00. De fato, acho que tem que constar isso no nosso documento, porque é inadmissível, nem que a façamos um ofício específico sobre esse ponto para mostrar que isso é reflexo do conjunto da obra, não que seja só essa a questão. Vejam o ponto a que chegamos.

Então, Sargento Alexandre, meus cumprimentos, e a todos que trataram dos temas de forma muito firme, mostrando a indignação. Se é para vir aqui bater palmas, também não tem lógica. Tenham claro que assumo essa responsabilidade da indignação de vocês.

O Sargento Antônio da Silva Neto. O Sargento Antônio esteve comigo hoje pela manhã.

O SR. ANTÔNIO V. DA SILVA NETO – Muito obrigado, Senador. Quero cumprimentar a todos, especialmente ao senhor, que preside a mesa.

Senador Paulo Paim, falo em nome da Aprafa. Meu nome é Silva Neto, nome de guerra. Como o senhor bem disse, não é a primeira vez que nos encontramos tratando desse lamentável assunto.

Particularmente o Exército, senão as Forças Armadas, faz questão de nos deixar expor aqui as suas vísceras. Isso é nojento! Isso é alguma coisa completamente na contramão da coisa certa, mas, se assim querem, nos obrigam, estamos aqui.

Quero lembrar que, nessas Casas, a PM do Distrito Federal, os índios, os *gays* e lésbicas, os loucos buscam melhoras e encontram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os negros.

O SR. ANTÔNIO V. DA SILVA NETO – Os negros. Ótimo! Obrigado!

Não que esses ou aqueles sejam menores que nós, de maneira alguma!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza. Bem colocado**.**

O SR. ANTÔNIO V. DA SILVA NETO – Somos iguais, pelo menos é o que diz a Constituição Federal, a Carta Magna do nosso País, no art. 5º.

Então, vivemos esse desprezo, essa coisa nojenta, horrorosa, essa falta de respeito implementada aguerridamente pelos nossos Comandantes, pelo nosso Ministro da Defesa e, que me desculpe, pela Comandanta Suprema das Forças Armadas, Sua Excelência nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Presidente, digo sempre que temos o filho do não, até tenho visto a Ivone e a Drª Rita fazerem uso dessa expressão. É isto: a gente não tem condição de dar ao nosso filho o mínimo, digo e repito, o mínimo em se tratando de dignidade financeira.

Essa coisa dos 16% é algo que dispensa comentário. O senhor disse, assumiu, e a gente está ombro a ombro aqui. Não tem lógica isso! É alguma coisa que extrapola ou ultrapassa qualquer imaginação!

Então, estou pedindo que os senhores nos ajudem.

A Lei nº 12.872, de 2013, não nos contemplou; e poderia, porque nós estivemos aqui. Somos oriundos do quadro de taifeiros do Exército.

Eu quero dizer que o Projeto de Lei nº 4.373, que culminou com a aprovação dessa lei que acabei de citar, chegou a estas Casas, à Câmara e ao Senado, através do nosso esforço, dos taifeiros das Forças Armadas, especialmente do Exército, inclusive dos inativos, como eu. Só que, maquiavelicamente, foi apresentada a MP nº 618, que, na calada da noite, eu poderia até dizer, aprovou a Lei nº 12.872, tirando-nos o direito de também participar. Por quê, meu Deus?! Por que tamanha discriminação, por que tamanha injustiça?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO V. DA SILVA NETO – Quero ser muito restrito com o horário, mas agradeço demais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor tem um minuto ainda.

O SR. ANTÔNIO V. DA SILVA NETO – Ainda tenho um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando toca, ainda há mais um minuto.

O SR. ANTÔNIO V. DA SILVA NETO – Obrigado.

Então, é isso, Senador, que a gente implora. Se existissem outras palavras para a gente expor aqui! Mas, pelo amor de Deus, será que alguém entende a nossa voz, será que alguém ouve a nossa voz?

A gente, mesmo caladinho aqui, está gritando, esperneando, implorando, pedindo pelo amor de Deus para que tenham consciência! Nós também temos família, assim como a senhora, Presidente. Se beliscar na senhora, dói, assim como se beliscar na minha esposa e em mim, dói. A senhora tem gripe. Eu também sofro de uma gripe, uma dengue. Aliás, minha esposa, que está lá ouvindo, teve dengue.

É impossível! Como foi dito também, é impossível, impossível, impossível!

Muito obrigado.

Que Deus nos ajude. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O sargento Antônio da Silva Neto expôs aqui também e pediu que alguma coisa se faça. Eu, mais uma vez, afirmo que o que estiver ao alcance desta Comissão e deste Senador, nós daremos os encaminhamentos. E que os documentos serão encaminhados, serão. Vocês podem certeza disso. Vocês demonstram suas preocupações. Eu chego a pensar se não seria até o caso – podemos ver com a assessoria da Comissão – de tentarmos marcar uma audiência com o Ministro Chefe das Forças Armadas. (*Palmas.*)

Alguns exemplos que vocês dão aqui, não há como se chegar lá, e ele não dizer: "Isso aqui, de fato, não pode ser assim." Então, quem sabe a gente discuta no final. Podemos tentar fazer uma comissão mínima, de repente representada pela Mesa ou por alguém do plenário, uma audiência com o Comandante em Chefe das Forças Armadas. Não estou falando que é com a Presidenta. Não adianta nós só marcarmos com a Presidenta. Eu sei. Uma que é uma disputa a agenda. Vocês sabem disso. Mas ela sempre vai perguntar: "Já estiveram lá com o ministro responsável?"

Então, a gente tem que tentar com uma decisão mais prática e objetiva. Eles têm que ouvir vocês. Embora eu ache, e digo para vocês, que esta audiência eles acabam vendo. Tudo o que aqui é dito não é escondido. Isso aqui é ao vivo para todo o Brasil, e naturalmente eles devem estar assistindo, mas, assim mesmo – estou aproveitando para me comunicar um pouco, talvez, com eles também; talvez, não, de fato –, nós vamos aqui fazer uma comissão, que não seja grande, para falar com o Ministro Chefe das Forças Armadas, para que vocês ponderem para eles aquelas coisas básicas. E, claro, nós estamos aqui falando do salário-família como alguma referência, para mostrar o absurdo do absurdo do absurdo a que chegamos, ao ponto de estar no contracheque R$0,16.

O SR. ANTÔNIO V. DA SILVA NETO – Não paga nem a tinta que se gasta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Absurdo, absurdo, mas vamos encaminhando, vamos ver, no final, como é que a gente faz.

O SR. ANTÔNIO V. DA SILVA NETO – Se não for pedir demais, eu quero ser o primeiro da lista dessa comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos ajustar aqui. Se depender de mim, vocês é que montam. Eu apenas farei tudo possível e, se for necessário, eu quero dizer que nessa eu junto, porque dificilmente eu vou a reunião nos Ministérios. (*Palmas.*)

Mas, se marcada, eu vou junto, até para a responsabilidade de provocar a audiência.

Passamos a palavra ao Presidente da Federação dos Aposentados de Brasília, o João Pimenta, também líder da Cobap, que é a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, e tem trabalho muito, muito em âmbito nacional e também no DF em defesa de todos aqueles que – eu não digo inativos – se aposentaram esperando ter uma aposentadoria decente, e não foi o que aconteceu, tanto da área pública como da área privada.

Pimenta, por favor, conhece a Casa, aperte o botão, luz verde acende.

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Obrigado por dar, mais uma vez, oportunidade a essa categoria tão sofrida, todos amigos nossos, que vêm gritando, e poucos ouvindo, o senhor é um deles. Obrigado a todos que me homenagearam, não mereço, eu estou fazendo somente reverberar o grito desses guerreiros.

Quero dizer, Senador, que o senhor é um homem sensível às causas sociais. Por esse motivo é que está hoje de mãos dadas com os militares das Forças Armadas brasileiras.

Olhe, Senador, trabalhar 30 anos, trabalhar de mãos vazias, sabendo que seus filhos, sua esposa não têm recursos para se alimentar bem, para ter acesso a uma boa qualidade de vida, como que esse militar vai, no quartel, desenvolver uma missão que o Estado brasileiro espera dele? É muito difícil.

Então, estamos falando de vidas humanas. A Kelma, a Ivone, o Eduardo, a Miriam, todos colocaram muito bem a situação do militar, e é triste para a Nação ver. Antigamente, Senador, todo mundo quando perguntava a uma criança o que ela queria ser: "eu quero ser militar." Hoje, se perguntar, você quer ser militar? A criança: "Militar? Eu quero é ir para a PM, principalmente a PM de Brasília." (*Palmas.*)

Mas não que eu ache que a PM de Brasília esteja ganhando o que não mereça. A PM merece ganhar muito bem, até mais do que o que está ganhando hoje, e eles buscam uma conquista com a isonomia da Polícia Civil, que eu acho justa. Mas os militares das Forças Armadas brasileiras querem, e desejam, e esperam ganhar também muito bem, para ter qualidade de vida, que esses homens e mulheres tanto buscam.

Portanto, Senador, minha solidariedade aos militares das Forças Armadas, minha solidariedade ma essas guerreiras, mulheres de militares, que estão aqui buscando essa isonomia. (*Palmas.*)

E agradeço ao senhor mais esta oportunidade de buscar esse resultado financeiro para os militares da ativa e da reserva. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Paulo Pimenta, Presidente da Federação dos Aposentados de Brasília, militante das causas dos aposentados e também de quem está na ativa tanto na área pública quanto na área privada, civil ou militar. O Paulo Pimenta faz um belíssimo trabalho. Acompanho a caminhada dele e já tive a felicidade de me hospedar na casa dele, inclusive. Isso não era para contar, não, é, Pimenta? Num fim de semana, sem ter o que fazer, me perguntaram: "O que está fazendo, Senador?""Ah, estou aqui num quarto de hotel.""Então, vem aqui para casa fazer um arroz com galinha com os meus familiares." Aí, estavam lá os familiares dele, os amigos, foi um dia muito legal para mim, viu?

O SR. PAULO PIMENTA – Foi uma honra para mim e para toda a minha família recebê-lo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E aquele arroz com galinha foi um dos melhores que já comi. Se der ciúme em alguém, azar! (*Risos.*)

Obrigado.

Um abraço a toda a família.

Passo a palavra, neste momento, à Srª Rita Siqueira, Relações Públicas da Amarp.

A SRª RITA SIQUEIRA DEINSTMANN – Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia a todas as autoridades aqui presentes e aos meus amigos militares, que, com força e garra, estamos conseguindo chegar onde queremos.

Senador Paulo Paim, quero dizer, primeiramente, que tenho muito orgulho de ser esposa de militar e fazer parte da família militar.

Quero agradecer muito a Kelma, que veio de longe, mulher batalhadora e guerreira, como eu, como todas que estão ali, a Ivone e a minha filha também. Somos batalhadoras... (*Palmas.*)

Muito obrigada.

Senador Paulo Paim, o senhor é muito importante na vida dos militares, porque o senhor comprou uma briga, que não é mais nossa, é sua também.

Quero agradecer também a todos que o tempo todo vêm brigando. O civil também é nosso amigo, o que falta é a oportunidade de eles ouvirem e serem ouvidos também.

Muitas vezes, nós estamos aqui ofendendo até o brigadeiro, o general e não é por aí... Sabe por que, Paulo Paim? Porque existe uma hierarquia e, para que chegue até a Presidente da República, eles têm que passar pelo comando da defesa, e o Ministro da Defesa impede que isso chegue até a Presidente da República.

Nós queríamos que os nossos ministros tivessem mais voz, e gostaria que a Presidente da República – com todo o cuidado que tenho em me dirigir a ela, porque acho que tenho que respeitá-la, como autoridade que ela é – nos ouvisse. Já que ela não consegue ouvir o Ministro da Defesa, o Ministro das Forças Armadas, que ela nos ouça então, porque ela é mulher como nós, e fomos nós, mulheres, que a colocamos no poder, e não quero nunca me arrepender disso, certo? Então, eu tenho uma consideração muito grande pela Presidente da República e quero pedir a ela que olhe com carinho essa causa que nos deixa tristes e revoltadas, e que ela olhasse também pelos praças das Forças Armadas. Esses merecem, porque levam nas costas o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Não são os oficiais, mas eles! Esses, sim, são homens que brigam realmente. (*Risos.*)

Então, eu quero dizer que a minha revolta é muito grande! Não condeno as Forças Armadas. Nenhum ministro das Forças Armadas eu condeno, nem da Aeronáutica, nem da Marinha e nem do Exército. Condeno, sim, o Ministro da Defesa, que não nos deixa ter voz, porque ele toma a frente do jeito que quer, porque ele é civil e não sabe o que nós passamos. Então, chega!

Presidente Dilma, se a senhora não está nos ouvindo – alguém vai fazer chegar a seus ouvidos a nossa revolta –, nos receba, nós vamos lhe cumprimentar com todo o respeito que a senhora merece. Mas nós merecemos muito mais respeito que talvez a senhora, porque nós temos família (*Palmas.*) e família que trabalha, e família que luta, e família que preserva muito sabe o quê, Presidente Dilma? O nosso Brasil, a nossa bandeira. Nós somos isso aqui, Presidente Dilma. (*Palmas.*)

O nosso teto, Presidente Dilma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem um minuto ainda.

A SRª RITA SIQUEIRA DEINSTMANN – ... o nosso teto é a nossa bandeira, que é a nossa casa, que nos abriga, que abriga a senhora também de braços abertos, porque nós temos um carinho muito grande pelo nosso Brasil. Mas o carinho maior que eu tenho é pelas Forças Armadas e pelo praça. E por esse eu vou lutar enquanto vida tiver. Eu quero vê-los bem. E a causa QUESA irá ganhar, porque o Senador Paulo Paim está junto conosco. Nós não estamos sozinhos.

E muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi Rita Siqueira, Relações Públicas da Amarp, que mostra o orgulho de toda a família militar, que tem o orgulho de abraçar a Pátria, de defender a Pátria, mas que quer ter um salário descente, é só isso, não é? Pelo que estou entendendo. Só isso. Só queremos ter um salário descente tanto para quem está na ativa como para aquele que está aposentado.

Embora a gente fale em quem está na ativa e quem está na reserva ou reformado, inativo, mesmo estes podem ter certeza, se der um conflito maior e forem chamados, eles são os primeiros a se apresentarem para defenderem a Pátria. Isso tem que ser lembrado. (*Palmas.*)

São os mais preparados inclusive, pela experiência que tiveram ao longo de suas vidas. Eles são o que chamamos as Forças que estão na verdade na reserva; se chamados, se apresentam. Não tenho nenhuma dúvida. Até os 65 anos. Depois são reformados. Mas eu tenho certeza de que, em época de guerra, mesmo com 65, se chamados, apresentam-se. Se for para defender a Pátria, eles se apresentam.

A SRª RITA SIQUEIRA DEINSTMANN – Com certeza..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos chamar o Mauro Rogério, suplente de Deputado, acompanhou desde a abertura a nossa audiência, e, mais do que justo, que seja um dos que o Plenário escolheu para falar.

O SR. MAURO ROGÉRIO – Senhoras, bom dia. Senhores, bom dia. Meus cumprimentos a todos e em especial ao Presidente da Comissão e a todas as mulheres aqui presente.

Meu nome é Mauro Rogério, sou Tenente-Coronel da Força Aérea, num cargo político atualmente, suplente de um mandato aqui pelo Distrito Federal, graças à confiança que essas pessoas depositaram em mim e continuam depositando, pelo visto.

Isso exige uma certa responsabilidade. Vou tentar contextualizar tudo. Sou praça de 87, sou ali do subúrbio da Penha e fui muito feliz para Barbacena. E hoje tenho perto de 27 anos de serviço.

O juramento que nós fazemos à Bandeira, de servir com lealdade, amor à Pátria, com civismo, é uma coisa que sempre me orgulhou. E não tenho dúvida, orgulha a todos aqui.

Choca-me quando ouço alguns comentários de pessoas que se envergonham da condição militar – houve um comentário desse aqui – em função dessa pressão no contracheque da pessoa não conseguir dar o sustento para a família. Se por um lado, devotamos a vida dos nossos familiares transferidos pelo Brasil afo-

ra, por outro, há uma certa desconsideração, um desrespeito da própria sociedade, dos próprios governantes que não dão o devido respaldo.

E o senhor, Senador, tem toda a razão quando fala que isso não vem de hoje.

Quando eu tinha 25 anos, na década de 90, eu ouvi um termo que sempre me pareceu muito estranho, que é revanchismo. Que diacho é esse negócio de revanchismo? Hoje não tenho dúvida, existe. Existe sim. E ele existe de quatro formas manifestadas. O revanchismo velado, aquele gradual que você não percebe, vem desde 1994 – o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso – para cá. Em oito anos ininterruptos, não houve um aumento sequer para os militares e enterrou-se uma Medida Provisória, a 2.215, lá no Congresso antes da Emenda Constitucional 31, que não define bem, não responde à realidade, às necessidades da nossa categoria. Então, isso vem de longe. De lá para cá, o nosso poder aquisitivo relativo diminuiu 30% com relação à média dos servidores civis federais que menos ganham. Nós ganhamos, em média, 30% a menos hoje. Isso vem de 1994 para cá.

A gente percebe também um revanchismo revelado quando existe uma diferença de tratamento que é exatamente esta com relação à tramitação legal do plano de carreira, de remuneração etc. Há um dado para a Polícia Militar do Distrito Federal: o dinheiro que sai para pagar a Polícia Militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e outros órgãos é do Tesouro Nacional. É o mesmo que nos paga. E um plano de carreira deles passa por esta Casa para sanção presidencial. Isso aconteceu no governo passado, em outros governos. Quando eles estão insatisfeitos, fazem a greve deles para a valorização. Agora o senhor imagina se todas as Polícias Militares saírem para fazer greve e se os militares... Deus me livre e guarde, isso não vai acontecer, porque eu confio na instituição que eu sigo e, quando o circo pega fogo, chamam os militares. Querem que as coisas deem certo, chamam os militares, mas não têm aquela consideração e aquele respeito.

Esse revanchismo é apresentado também de forma explícita quando, depois de muitos e muitos anos, abre-se uma comissão da verdade parcial que não averigua a totalidade dos fatos de forma imparcial. Então, qual é o objetivo disso? (*Palmas*.) Qual o objetivo disso? Este ano é crítico – considero. Por quê? Nós estamos num ano eleitoral e temos aí, em 31 março, completos 50 anos de Revolução de 64. Os militares promoveram, em 1978, a Lei da Anistia para uma transição democrática, a qual possibilita à atual Presidente da República, que um dia pertenceu aos grupos guerrilheiros Palmares e Colina, ser Presidente hoje, uma coisa promovida e possibilitada pelos militares. Que ditadura é essa?

Nós temos exemplos de estadistas na história da humanidade, como Nelson Mandela, que ficou preso 27 anos, em 4m^2, quebrando pedra. Aquele homem é lembrado e exaltado pela capacidade de conciliação, de reconciliação e do perdão.

Eu achava que eu nunca teria que entrar nisso, que isso seria página virada. Só que as pessoas não viraram essa página. Então, hoje eu digo que a atual Presidente, a Presidente democraticamente eleita comandante suprema das Forças Armadas, tem a oportunidade ímpar de seguir o exemplo de Nelson Mandela, fazendo uma aclamação das Forças Armadas, tendo uma atitude concreta de valorização desses profissionais militares. Caso contrário, vai ser o mesmo do que tem acontecido de 94 para cá, o mais do mesmo, um revanchismo que não constrói, um revanchismo que não leva a lugar nenhum.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputado, claro que eu não vou entrar numa análise do campo ideológico, como é que foi a questão de 64, porque não cabe neste momento. Mas eu acho que V. Exª encerrou muito bem. E eu quero ficar com a parte em que eu comungo plenamente com você, quando deu o exemplo de Mandela. Lá houve também a Comissão da Verdade. Como ela funcionava? Eu sei porque estive lá, quando Mandela estava no cárcere. Estive com Winnie Mandela. Levei uma carta em nome do Governo brasileiro – quando digo Governo brasileiro, refiro-me aos três Poderes –, exigindo a libertação de Mandela. Foi tão pesado. Quando nós chegamos de avião da Varig, disseram que o avião ia ser bombardeado. Aí o comandante da base disse: "Bombardear coisa nenhuma! Vocês vão descer com a disciplina militar, vão descer, cumprir a missão, e nós ficaremos esperando aqui." E cumprimos, estivemos lá, estivemos com a Winnie Mandela, depois o Nelson Mandela, liberto, veio ao Brasil. Entregamos a ele – até eu tive a alegria de entregar em nome do Congresso – a melhor condecoração que um Chefe de Estado quando visita o Brasil recebe. E Mandela fez esse gesto que você falou mesmo. Quero dar testemunho com o qual você iniciou a sua fala aqui.

Mandela foi símbolo da conciliação. Na Comissão da Verdade, ele só pedia que todos falassem a verdade e assumissem o que fizeram, seja quem fosse. E, assim, depois, as pessoas foram perdoadas. Eu me lembro daquele jogo de futebol. Não era futebol, era *rugby*, em que negro não podia jogar. Ele fez uma conciliação e fez do *rugby* uma forma de unir negros e brancos pelo esporte. Por isso que você fala que o símbolo da conciliação, neste momento, seguindo o exemplo de Mandela, nós todos temos que seguir. Nós, Parlamentares, o Executivo, o Judiciário.

Eu li uma mensagem que me mandaram – recebo muitas mensagens pelo celular – que diz o seguinte: "Senador, há momentos na vida em que a gente chega à conclusão de que eu não quero virar só a página; eu quero é fechar o livro e escrever um novo livro, um novo momento, uma nova história em que todos possam caminhar juntos." (*Palmas.*)

E essa sua palavra de conciliação... É uma bela mensagem lembrar o Mandela nessa conciliação.

Eu passei o tempo da ditadura, também, e, claro, tive momentos difíceis, mas, também, não sou daqueles que dizem que foram torturados, que apanharam. Comigo não aconteceu nada disso. Eu era um jovem estudante, rebelde, na época – natural –, mas o máximo que aconteceu comigo... Muita gente gosta de dizer que foi torturado naquela época. Não digo que muitos não o foram, mas quem não foi não deve mentir também.

Eu fui chamado no Exército, onde me disseram que eu parasse de agitar lá no colégio onde eu presidia, lá em Caxias do Sul – quem está ouvindo sabe –, o Ginásio Noturno para Trabalhadores: "Olha, rapaz, para tu não te incomodares, para de agitar." E daí me convidaram que eu trocasse de colégio. Aí me deu um conselho lá o Comandante do Exército. Ele disse: "Olha, você vai para um outro colégio, perto da tua casa, mas só me prometa o seguinte, você vai para lá e não vai agitar." "Sim, senhor, eu prometo." Fui para lá, em dois meses, eu já era presidente do grêmio de novo. E fiz tudo de novo e não aconteceu nada. E fiquei presidente do grêmio e tudo bem. Eu me lembro que houve uma reunião com a diretora, que disse: "Não, tu tinhas prometido que não ias te meter na política aqui. Nós vamos para uma assembleia, agora, dos estudantes e tu vais renunciar ao cargo." Eu disse: "Olha, eu vou para a assembleia; agora, renunciar depende da assembleia." É claro, aquela rebeldia natural da juventude, o ginásio lotado, o que houve? "Fica, Paim! Fica Paim! Fica Paim!" (*Risos.*) E continuei, não ouve problema nenhum, estudei lá e não houve nenhuma questão maior na época.

Eu conto isso para mostrar a importância de a gente não ser sectário e avançar na política de conciliação. É isso o que estamos fazendo aqui. Quando eu abri aqui a nossa audiência, cheguei a dizer que se tem a mania de dizer que Direitos Humanos só cuida dos presos, de quem cometeu um delito. Essa é a terceira vez já que nós estamos nos reunindo aqui. Houve momento em que ocorreu uma greve por falta de condições de trabalho da Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Eu fiz audiência lá, e eles me mostraram, de fato, que não tinham a mínima condição de fazer a segurança da população. Então, a Comissão recebe todos. Quem está assistindo neste momento, aqui a gente recebe todos os setores da sociedade e cada um se expressa e dá o seu ponto de vista, como você deu agora, o que você pensa e termina pedindo que haja uma grande conciliação e que se valorizem as Forças Armadas.

Então, nossos cumprimentos. (*Palmas.*)

Terminamos com o Sargento Henrique Oliveira. É o último inscrito. Depois, vamos para os encaminhamentos.

O SR. HENRIQUE OLIVEIRA – Meu cordial bom dia.

Em seu nome, eu queria cumprimentar a todos, Senador, pela oportunidade de estar aqui novamente. No ano passado, nós estivemos aqui em uma audiência pública, e até hoje não sabemos o resultado daquela audiência pública, o que gerou, infelizmente. Estamos aqui, tivemos a audiência pública na Câmara também, e estamos aí navegando e correndo. Nós fazemos parte de uma geração – eu queria até dizer ao senhor que sou militar da ativa, tenho 28 anos, quase 29 anos, de serviço. Eu tenho assistido, com muita tristeza, a alguns companheiros que têm nos procurado, tenho unido forças e temos andado nesta Casa de ponta a ponta.

Não há um Parlamentar nesta Casa que não conheça a causa militar. Nós começamos pela causa dos taifeiros. Hoje, nós temos uma referência, que são os taifeiros, senão nem os taifeiros teríamos para reivindicar. A gente percebe que até os próprios companheiros que são taifeiros hoje não conseguiram adquirir todos os direitos que eram previstos na lei, todos os direitos de promoção de suboficial. Hoje faltam 4% da promoção, que é o CAS e que hoje é uma das nossas brigas, já falamos com comandante, e, até agora, não resolveram. Há um grupo se unindo para entrar na Justiça para reivindicar isso.

Então, o que a gente percebe, pelo tamanho do nosso desespero, é que, quando nós somos promovidos a graduação suboficial, durante um período x de tempo, é importante, você consegue suprir as suas dívidas, mas, no decorrer da história, você percebe que o salário ainda é pouco, continua sofrendo. Eu sei pelo que os companheiros do Exército têm passado com essa causa, com esse descaso. Qual é a nossa reivindicação aqui, Excelência? É porque nós andamos tanto, caminhamos tanto para chegar aqui, nós não vamos desistir. Nós sabemos que sozinhos somos fracos, mas, com a presença do senhor, engrossando esse caldo, com certeza, a gente vai chegar lá.

A Presidenta Kelma falou com muita propriedade o que nós sentimos na veia, que talvez a gente não tivesse coragem de dizer, por ser militar, mas foi muito bem. Parabéns pelas suas palavras, Presidente.

Então, Excelência, qual é a nossa reivindicação aqui? Nós sabemos que, nesta Casa, tudo ocorre com vontade política. Sabemos que a política é o caminho mais rápido de um milagre acontecer na nossa sociedade e

na nossa vida, principalmente na vida militar. Hoje, nós somos órfãos: órfãos do Governo Federal e órfãos do governo local. Não existem projetos que possam viabilizar a nossa inclusão social neste Governo. Por que eu falo isso? O militar vai para a reserva hoje com 46, 47 anos. O que ele sabe fazer? Ele é militar. Ele lutou a vida inteira para aprender a ajudar, para defender o País. Não existe, hoje, um projeto para que possa preparar o militar para a reserva, para que ele possa continuar dando fruto lá fora.

As nossas angústias, hoje... Eu falo para o senhor, porque eu faço parte de um quadro de taifeiros da Aeronáutica, eu tenho, como falei para senhor, 29 anos de serviço. Há tempo, nós fizemos uma pesquisa e descobrimos que os taifeiros, antes dessa promoção, após irem para a reserva, sobreviviam, no máximo, seis, sete anos. No primeiro ano, ele arrumava encrenca com a esposa, porque a esposa não estava preparada para receber o marido o tempo todo dentro de casa. No segundo ano, ele se divorciava. No terceiro ano, ele ficava alcoólatra, porque ele descobria que o salário dele não dava para suprir a vida dele nem a da família, porque teve que pagar uma pensão. No quarto ano, ele ficava na rua. No quinto ano, ele morria.

Sabe, essa promoção veio a devolver a esses companheiros dignidade, respeito e amor próprio. O de que nós precisamos hoje é que venham, literalmente, nos enxergar. Precisamos devolver a esses companheiros do Exército, a esses companheiros do QESA da Aeronáutica os mesmos direitos. Qual é a conversa que a gente escuta? Vocês não têm o direito porque não existe uma lei que não beneficia vocês, infelizmente. Eu falei: aquilo que não temos direito hoje, aqui é a Casa de construir vias, pontes, para que esses companheiros venham a ter direito amanhã. Nós acreditamos muito nisso, porque aqui tudo acontece.

Nós fazemos parte de um grupo, de uma classe social dessa sociedade, em torno de quase 7 milhões de pessoas que votam, que definem uma eleição, só que nós não podemos nos manifestar, porque nós somos militares, nós não fomos preparados para isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. (HENRIQUE OLIVEIRA – Só que, diante desse desespero e da causa que a gente tem percebido, a gente percebe que os comandantes não estão mais conseguindo mais segurar essa insatisfação que está dentro da tropa.

O jovem entra hoje, ele estuda para sair, porque não quer ficar mais nas Forças Armadas, é um trampolim, como a gente ouviu aqui as pessoas dizerem.

Qual é o nosso problema hoje, Excelência? É um olhar crítico para nós. Nós temos um Ministro da Defesa, que não conhece a nossa realidade militar. Nós temos três comandantes, e, a cada ano que passa, a gente percebe que as Forças Armadas têm perdido credibilidade no Governo. Antigamente, eram Ministros, eram quatro Ministros. Hoje nós temos três comandantes, amanhã quem garante que vai continuar sendo comandante. E o pior é que esses companheiros estão lá e não percebem isso. Nós não estamos sendo valorizados como deveríamos ser valorizados. Nós queremos fazer parte, sentar à mesa, não comer as migalhas que caem da mesa. Queremos fazer parte de uma sociedade democrática, livre e mais igual. (*Palmas.*)

É essa a nossa reivindicação hoje. Isto é o sonho que o brasileiro e que todo militar sonha: fazer parte de uma sociedade digna e respeitada.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sargento Henrique Oliveira.

Pessoal, nós vamos agora para os encaminhamentos.

Eu só vou fazer um apelo, porque é praxe também, porque a Mesa fala, o Plenário fala, e, depois, eu sempre dou a possibilidade de uma mensagem final da Mesa. Pessoal, todo mundo expressou seu ponto de vista. Eu vou dar dois minutos a cada membro da Mesa para se manifestar, falando o que acharam desta audiência e o que eles esperam. Tem de ser dois minutos cada um. Eu digo dois, mas todo mundo sabe que estoura até três, pois eu dou mais um.

E eu peço que possam usar a palavra neste momento. Vou voltar de novo para a nossa lista. Eu sei que o plenário gostaria de falar, mas foram combinados cinco e falaram sete. Já há três que me fizeram sinal. Se eu abrir para um, vou ter de abrir para os três. Há aqui também a nossa amiga... Deu branco aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Margarida, Margarida.

Fui a diversos eventos dela, eventos também valorizando todos – inclusive eventos internacionais. E é ligada também às Forças Armadas. Você não se inscreveu, estouraram os sete aqui. Ela está esperando, há mais dois lá atrás. Sinto muito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas vamos dar um minuto para ela, então. Pelo menos para ela. (*Palmas.*)

Por ser uma mulher, vamos dar um minuto para ela. Ela fez um olhar tão pedinte, que eu não tenho como dizer não.

A SRª MARGARIDA CHAIRET – Um bom dia para todos.

Eu sou apenas uma jornalista filha de um militar, como vocês, taifeiro, que lutou pela causa dele em Recife, Pernambuco, e venceu. Então, quando eu estava escutando os companheiros falando, eu me lembrei de papai e da luta dele. Vão em frente que vocês vão conseguir.

Eu fui convidada pelo nosso Presidente para fazer parte e ser uma espécie de porta-voz de vocês aqui, em Brasília, por ser jornalista e por circular nos meios. É um privilégio para mim ter a oportunidade de defender vocês. Eu estarei com vocês. Tudo o que estiver ao meu alcance eu farei por vocês.

Fiquei muito feliz hoje, pela manhã, quando tomei café com meu grande amigo que é orgulho nacional, o Senador do meu coração. Tenho o maior respeito, o maior apreço por ele, é uma pessoa séria, justa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Junto com o Pimenta e mais dois, três. Senão, dá impressão... (*Risos.*)

A SRª MARGARIDA CHAIRET – ...honrado e digno. Estamos nas mãos de um Senador brilhante, iluminado, humilde e simples, que vai, com certeza, lograr a defesa de todas das Forças Armadas brasileiras, que estão reivindicando e puseram nas mãos deles.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARGARIDA CHAIRET – Obrigada, Senador Paim. É um privilégio grande. Meu amigo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Margarida.

Pessoal, não sei se é bom ou ruim o aviso que chegou aqui, mas eu acho que é bom. Pelo menos, ele demonstrou que aceitará receber a comissão, já que não pôde estar aqui. (*Palmas.*)

Qual é o recado que chegou aqui? Eu vou dar o recado como chegou para mim aqui. A responsabilidade é de quem me passou o recado, a assessoria do meu gabinete. Então, tem credibilidade como tem toda a assessoria da Comissão. Uma dos assessores do meu gabinete disse que o Ministro Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, não está aqui, porque ele está em audiência pública na CRE. Então, se ele disse isso, ele gostaria de estar aqui e, com certeza, é um dos que nos receberão. Fica aqui o registro feito: ele só não está, porque ele está numa audiência pública da CRE. O.k?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sabem aquela história do limão e da limonada? Como ele mandou justificativa de que gostaria de ouvi-los, pois bem.

Ministro, fica um abraço para o senhor. O senhor vai receber o pedido de uma audiência pública com a comissão que está aqui, para o senhor ter a oportunidade de ouvi-los, já que hoje não está aqui. Pode ser por aí? (*Pausa.*)

Cadê as palmas, então? (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO V. DA SILVA NETO – Só lamento, Senador, o Comandante do Exército e o Comandante da Marinha, até agora, não terem se manifestado, mas já é um passo. Agradecemos muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos fazer contato. Um Ministro já se manifestou. Vamos fazer contato com os outros dois.

A primeira decisão, antes mesmo do encaminhamento final, é a de que nós vamos tirar uma comissão composta pela Mesa, e vamos discutir se mais dois ou três do Plenário – só não podem ser muitos –, no sentido de que marquemos essa conversa com os Ministros, o.k.? (*Palmas.*)

Agora, vamos inverter. Vamos começar, na Mesa, pela lista que aqui está, do último para o primeiro. Com isso, o Genivaldo vai encerrar – desculpe-me chamá-lo de Genivaldo.

Pela lista, então, falará Ivone Lazardo, Presidente do PMB (Partido Militar Brasileiro).

Por favor, V. Sª tem dois minutos.

A SRª IVONE LUZARDO – Meu caro Senador, quero, em primeiro lugar, agradecer ao nosso Deus. Eu sempre vou fazer isso em nome do nosso Jesus.

Quero agradecer ao senhor, Senador, por me conceder esta honra de sentar-me ao seu lado. Muito obrigado, de todo o coração. Muito obrigada mesmo.

Quero agradecer a todos que estão aqui. As pessoas que vieram de tão longe como a Tereza. Não é isso, Tereza? Agradeço à Georgia, à Kelma. Obrigada por vocês terem passado uma noite inteira viajando para estar aqui hoje.

Obrigada, Amap. Obrigada às lideranças que vieram somando depois do caminho que abrimos: Miriam, Rita, Genivaldo. Eu só queria pedir que não façamos disso um palanque político, porque aqui está cheio de candidatos e pré-candidatos. Mas que nos unamos pelo bem comum, pelo bem da causa.

Obrigada, Senador. Eu gostaria muito que o senhor me concedesse a honra de participar desta Comissão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu entendo que Mesa automaticamente... Se pôde falar em público, vai poder falar lá. Aí vamos discutir. Eu proponho mais três pessoas do Plenário, para não ser...

A SRª IVONE LUZARDO – Eu gostaria de convidar o Mauro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas nós faremos, quem sabe, ao final. Vamos conversar e combinar quem serão as três pessoas.

Por favor, agora, a Presidenta da Unifax (União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares), a Srª Kelma Costa.

A SRª KELMA COSTA – Senador Paim, mais uma vez, muito obrigada.

Eu apenas gostaria de abrir um parêntese. É que a Lei nº 12.872 promoveu uma parte só dos QESA, Senador, que será promovida. Parabéns! Eles merecem. Mas ficaram de fora os taifeiros, que não serão alcançados por causa do interstício. Eu quero deixar aqui registrado o caso do nosso sargento de Juiz de Fora Aquiles Müler... (*Palmas.*) Hoje, ele está servindo no Colégio Militar, Senador. Ele faz aniversário no dia 31 de junho e a compulsória vai pegá-lo e a promoção acontece no dia 1º julho. É triste, não é?

Mas Müler, você é um grande homem. Tenho certeza de que o Senador vai conseguir reverter essa situação e você será promovido! Creia, pela missão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O pior é que eu não tenho a caneta aqui.

A SRª KELMA COSTA – A caneta. A caneta será movida aqui.

Muito obrigada a todos.

Obrigada a você que veio aqui. Fé na missão, família militar. Juntos somos fortes!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Kelma Costa, Presidente da Unifax (União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Familiares e Auxiliares).

Agora, passamos a palavra a Miriam Cristina Dienstmann Stein, que faz questão de colocar aqui "esposa de militar do Exército brasileiro" e Presidenta Mulher da Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas.

A SRª MIRIAM CRISTINA DIENSTMANN STEIN – Senador, antes de mais nada, quero dizer que vivemos dois momentos históricos. Primeiro, a voz da família militar ecoando nos quatro cantos do Brasil. O segundo movimento histórico, muito bonito de se ver, é a presença e a participação da mulher aqui. (*Palmas.*)

A SRª MIRIAM CRISTINA DIENSTMANN STEIN – Nesta semana, faz 40 anos que a mulher teve direito ao voto. Sei que é demorado ascendermos ao que nós queremos. Como a minha mãe fala, a mulher está na política não porque tem força física, mas porque ela pensa, age com carinho e amor.

E neste momento em que vemos essas guerreiras, a Kelma, a Ivone Luzardo, a minha mãe, a Tereza, a Georgia, lutando pelos seus maridos, elas estão representando a força da mulher brasileira diante disso tudo.

Então uma salva de palmas a todas as mulheres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Miriam, que fez uma homenagem às mulheres. Elas estão muito bem representadas aqui. As falas delas são muito firmes, contundentes, respeitosas, com a sensibilidade que é natural delas – e que elas a têm muito mais do que nós –, mas com a mesma coragem, a mesma raça e a mesma força de qualquer barbado. Ninguém tenha dúvida quanto a isso.

Deixa-me contar uma historinha de um minuto. Posso contar uma história de um minuto?

Eu visitei um país que estava em plena revolução. Eu vou fazer uma homenagem às mulheres, não entrando no mérito da revolução que estava lá. Isso foi há muitos anos. Houve um momento em que um dos comandantes daquela revolução recebeu essa missão que foi do Brasil, do Parlamento brasileiro. A nossa missão era de paz. Tanto que eu fui na companhia de padres, bispos, OAB, CNBB, enfim.

Esse comandante nos recebeu, e alguém falou lá, no meio da reunião com esse comandante – que já faleceu também –, disse: "Olha, como aqui a gente vê que as mulheres participam ativamente da frente de batalha? Lá no Brasil há a mania de dizer que atrás de um grande homem sempre há uma grande mulher." Sabe o que ele nos disse? "Pode saber que aqui não é bem assim. Na hora em que pega mesmo, é mais fácil dizer que, na linha de frente da batalha, há uma mulher chamando os homens." Isso eu ouvi lá. (*Palmas.*)

Então a mulher, na verdade, tem essa força, a coragem e a sensibilidade, mas, se precisar, como disse o outro, ir à guerra em nome da paz, ela vai. E, olha, foi um comandante de uma revolução que me disse isso. Ele era militar; havia uma divergência lá entre eles. Eu nem disse o país e não vou entrar no detalhe aqui. Mas ele falou com muita propriedade. Disse: "Olha, se quiser que os homens estejam na frente de batalha, as mulheres preparadíssimas chamam, e os homens vão todos." Ninguém quer dizer: "Como é que eu não vou."'

Então fica essa homenagem às mulheres pela coragem, pela raça e pela sensibilidade. São guerreiras mesmo.

Agora, Presidente da Comissão Nacional do Quadro Especial de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica (QESA), Sr. Eduardo Souza Silva.

O SR. EDUARDO SOUZA SILVA – Senador Paim, estou muito feliz com o resultado desta audiência.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus e, repetindo, como já falei antes, que é o General dos generais, Rei dos reis, reto Juiz e Sol da Justiça, já que estamos na Comissão de Direitos Humanos. Em segundo, à nossa Senadora Ana Rita, que autorizou – a pedido do nosso nobre Senador – a realização desta audiência pública. Fico feliz também pela justificação do nosso comandante, que não pôde vir, porque está em outra audiência, que, com certeza, vai sensibilizar seu coração e vai mandar reverter esses dois decretos que estão sendo reformulados. E – por que não – colocar na ativa, primeiro-sargento ou segundo-sargento e, na reserva, o suboficial.

Agradeço, também, todas essas mulheres que estão sendo uma energia, uma garra para a Comissão Nacional – QESA Brasil. Agradeço a todos, e que Deus abençoe a nós todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Eduardo Souza Silva, Presidente da Comissão Nacional do Quadro Especial de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica – QESA Brasil.

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas do DF.

Permita-me só, Genivaldo, porque pediram que eu fizesse o registro do nome de duas mulheres que queriam muito estar aqui, mas não puderam por motivos que nós imaginamos – pelo deslocamento, gasto e tudo –, mas que gostariam que os nomes delas fossem citados. Então eu cito aqui, como me pedem, o nome de: Núbia Araújo, Delegada da Unemfa do Ceará – uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*) – e Adriana Savietto, Delegada da Unemfa em São Paulo.

Com essas palmas, a gente homenageia todos aqueles homens e mulheres que gostariam de estar aqui, com certeza, mas a questão financeira prejudica a mobilização. Então, palmas a todos. (*Palmas.*) De uma forma ou de outra, pela TV Senado, estão acompanhando este debate.

Dr. Genivaldo, por favor.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – Bom dia a todos aqui presentes, familiares de militares. Quero, inicialmente, agradecer a V. Exª, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Paulo Paim, não pense que de vez em quando não me dá um branco.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – É a emoção. Ao falar do Senador Paulo Paim, realmente, eu fico emocionado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E ele foi o que mais falou meu nome hoje nesta audiência aqui.

O SR. GENIVALDO DA SILVA – Quero fazer aqui um agradecimento e a satisfação dos nossos militares das Forças Armadas Brasileiras, em nome de sete mil – não é mais seis mil, é sete mil – num País, que, aliás, no nosso Brasil, que conhece o trabalho de V. Exª, Senador. Trago aqui, em meu nome, os nossos agradecimentos a V. Exª, por ter abraçado a nossa causa. Vou dizer exatamente: todo Senador da República, são 81 Senadores, meus parabéns a todos, mas o Senador Paim ficou na história do Senado Federal e do Brasil. (*Palmas*.)

Quero mandar um recado aqui aos nossos sargentos do Quadro Especial do Exército brasileiro. Parabéns pela promoção em dezembro, graças ao Senador Paulo Paim também. Um abraço a todo sargento do Quadro Especial do Exército brasileiro e seus familiares. E também o QESA, quero parabenizar o Presidente do QESA mais uma vez, o nosso companheiro Eduardo. Parabéns pela sua luta. Parabéns a todos da mesa. Obrigado por tudo. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Genivaldo, que fez essa homenagem a sete milhões de brasileiros que compõem a reserva das Forças Armadas.

Muito obrigado.

Vamos para os encaminhamentos finais.

Acho que a decisão mais importante, pessoal, das reivindicações – vocês sabem mais do que ninguém, não preciso listá-las aqui, porque posso listar e deixar alguma fora –, é que a gente formate, no encerramento, esta Comissão, e vamos trabalhar, em nome da Comissão de Direitos Humanos, com as audiências. De preferência uma audiência só que reúna os Ministros das três Forças. Claro que algumas coisas básicas foram colocadas e nós vamos, mediante um documento que esta Comissão pode formular junto, eu me comprometo, também, a olhar o documento, só para dizer que, de fato, não é um documento que vocês fizeram em algum lugar; não, é um documento fruto desta audiência pública. Comprometo-me, inclusive, como eu presidi a reu-

nião, a rubricar esse documento para dizer que ele tem validade, fruto desta audiência pública que fizemos. Vamos mandar o documento antes e depois vamos à audiência. Se entregar o documento na hora, sei como é que funciona: "deixa aqui que a gente vai estudar e num outro momento a gente responde."

Então, vamos mandar o documento, o mais tardar, na semana que vem. É preciso formular o documento, seria bom que vocês o fizessem, e já vamos, nesta semana, pedir a audiência lá no Ministério. E encaminhamos o documento que vocês vão formular, com as questões fundamentais básicas. Se vocês concordarem, pela simbologia, eu tenho a liberdade, se me permitirem, de começar falando dessa questão dos dezesseis centavos, só como referência, só dizendo: vejam o que acontece. Agora, por favor, olhe o que segue abaixo. Os dezesseis centavos nem estão em debate, ninguém está preocupado. Nós queremos saber das reivindicações gerais. Os dezesseis centavos, para mim, são a simbologia da situação inacreditável em que nos encontramos. Acho que tem que chamar a atenção ali em cima, no primeiro item. É inadmissível isso. Depois vamos colocando ponto por ponto e vocês farão o diálogo, então, no espaço competente.

Como de praxe, também, eu já ia encerrar, mas nunca deixei de ler o que chega aqui por escrito aqui pelo celular, pelo WhatsApp. Eu tenho dificuldade com essas pronúncias. Eu sou favorável às mobilizações. Sou contra a agressão, o quebra-quebra, de um lado ou de outro. E tenho falado com muito equilíbrio nesse sentido. Mas como são chamados um dos grupos aí? Black Blocs. Mas para que usar esse nome? Para que usar? É um grupo que eu entendo ser de brasileiros. É um grupo criado no Brasil...

O SR. MAURO ROGÉRIO (*Fora do microfone.*) – Eles se vestem de preto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, mas eu apenas queria dizer: por que usar esse nome? Nós temos no Brasil... Que deem o nome que quiserem, busquem lá o nome. É só a roupa, como ele está dizendo. O nobre Deputado ajudou aí, porque iria dar um problema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exato. Eles se vestem de preto.

Mas vamos ver o que chegou aqui.

Mensagem enviada para o Alô Senado *on-line*, Comissão de Direitos Humanos, debate em relação a direitos e humanos e a questão dos militares, as conquistas do militares: "Concordo com a divulgação da minha mensagem nas mídias do Senado." Então, ele está dizendo que eu fale o que ele disse e dá o nome. "Eu não sou um militar, mas foi ao meu conhecimento que o recruta das Forças Armadas ganha R$537,00, ou seja, menos que um salário mínimo. É isso mesmo?"

É a pergunta que ele faz, ou seja, o recruta das Forças Armadas ganha R$537,00. É importante porque ele diz: "Eu não sou militar, mas é inacreditável." Ganha R$537,00.

Então, fica aqui, cidadão Emerson Fonseca Araújo da Silva, uma bela contribuição que você deu aqui. E você enfatiza que não é militar, mas é inacreditável que, no fundo, um militar ganhe R$537,00 por mês. A que ponto chegamos! Por isso é fundamental que a gente dê os encaminhamentos que vocês propuseram, mediante essa reunião, junto ao Governo.

"Também concordo com a divulgação do que estou dizendo." Cidadão Emerson Fonseca de Araújo da Silva.

Outra dúvida: "O reajuste programado para oficiais a cada três anos é compensatório para quem quer seguir carreira?" Não. Eles já disseram aqui que não compensa. Está muito longe daquilo que eles gostariam, do entendimento.

Outro cidadão diz: "Essa audiência foi de suma importância para mim. Através dela, eu vim saber com mais detalhes o tema de violação dos direitos humanos e conquistas dos militares, realinhamento dos cargos, salário das Forças Armadas. E o caso [ele deu o destaque que nós demos aqui] absurdo do absurdo: R$0,16 de salário-família, algo que é humilhante não só para os militares, mas também para toda a sociedade, para todo brasileiro."

Uma salva de palmas para ele, que resumiu muito bem. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Marina Bavaresko pede ajuda para o Exército no sentido de criar uma clínica para militares portadores de Alzheimer. É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bom. Fica aqui o pedido também nesse sentido.

Pessoal, encerramos assim a nossa audiência pública. Peço que nos reunamos no final, para dar os encaminhamentos.

Eu queria cumprimentar todos vocês pelo nível do debate. Ninguém pode se queixar de que este debate não foi de alto nível. Pelo nível de indignação em que vocês se encontram – e justo nível – na busca da justiça, para mim foi um debate qualificado. Esperamos que, a partir desta audiência, possamos apontar saídas e en-

caminhamentos que melhorem a qualidade de vida dos nossos militares, tanto da ativa quanto daqueles, aposentados e pensionistas, enfim, que estão afastados do cargo por aposentadoria ou por um motivo ou outro.

Agradeço a todos, e podem contar com a gente.

Eu sempre digo que, na vida, a gente tem lados, e eu sempre fico do lado dos oprimidos; e, hoje, eu considero vocês os oprimidos e, por isso, eu estou do lado de vocês.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia dez de março dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Presidente eventual **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 10 de 2014, aprovado em 26/02/2014, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para debater o tema: "**Estratégias para uma vida digna ao motorista em prol de menos acidentes e mais vidas: Lei nº 12.619, de 2012**". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. Em seguida, a Presidência autoriza que o Sr. Valdir de Souza de Pestana, da Federação Rodoviários de São Paulo, apresente o vídeo "Resumo - 1º Congresso Regional de Trabalho Seguro no Transporte Rodoviário, Campinas – SP, realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2013". O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Valdir de Souza de Pestana, Federação Rodoviários de São Paulo; Flávio Alegretti de Campos Cooper, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT; Vantuir José Rodrigues, Presidente da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Cargas – FETAC; Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região. A convidada Edmara Claudino dos Santos, Diretora Executiva da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística - NTC&Logística, declina da palavra e permanece em plenário. Justificou ausência, o convidado Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos. O Senhor Presidente anuncia a presença e concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário da Comissão: Luiz Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT; Esmeraldo Barbosa, Diretor da FETAC; Márcia Marques Assessora do SINAIT; Carlos Fernando da Silva Filho, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho - SINAIT; Ubiraci Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB; Reivaldo Alves, Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Distrito Federal - SINDMOTO/DF; Hamilton Dias de Moura, do Fórum Nacional em Defesa da Lei 12.619/2012 - FNDL. O Senhor Presidente lê a "Carta de Campinas do Transporte Seguro". O Senhor Presidente lê os seguintes encaminhamentos dos palestrantes: Dr. Flávio Allegretti de Campos Cooper: 1) Aprovação do Estatuto do motorista, com reparo no art. 8º do projeto, alterando o intervalo de descanso entre as jornadas de trabalho para 11 horas; 2) Aprovação do Projeto de Lei 301/2012, de autoria do Senador Magno Malta, que estabelece pontos de paradas sem aumentar pedágios; 3) Enquanto não houver esses pontos de paradas nas estradas, com intervalos de 4 a 5 horas de direção, que exista obrigatoriedade do trabalho ser realizado em dupla para revezamento, como está no artigo 235 parágrafo 6º da CLT; 4) Inclusão na Comissão Mista que, responde pelo mapeamento das necessidades de infraestrutura, especialmente nos pontos de paradas, as seguintes entidades: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Entidades de Classe (profissionais e econômica), Polícia Rodoviária Federal, CONTRAN, Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho; Sr. Valdir Pestana: 1) que exista um esforço conjunto pela preservação do texto da Lei 12.619/2012 – manutenção do texto integral; 2) que as melhorias não contempladas na referida lei sejam incorporadas no Estatuto do Motorista; Sr. Luis Antonio Festino: 1) Lutar pela efetiva concretização da Lei 12.619; 2) Reforçar as atividades do Fórum de Defesa da lei que vai regulamentar a profissão de Motorista – Estatuto do Motorista; Sr. Esmeraldo Alves Barbosa: 1) Solicitar à Presidenta Dilma Roussef que promova o Programa *PRO-CAMINHONEIRO, MEU CAMINHÃO, MEU SUOR, MINHA VIDA*, exclusivamente para caminhoneiros autônomos; 2) Abertura de linha de

crédito para que as montadoras aceitem o caminhão usado na compra de novo, possibilitando retirar de circulação o caminhão velho; 3) Aposentadoria aos 25 anos de contribuição; 4) Jornada de trabalho da seguinte forma: a) 4 horas de jornada e descanso de meia hora, mais 4 horas de jornada e descanso de meia hora e mais 4 horas de jornadas; b) Para longas jornadas: Descanso Ininterrupto de 8 horas, 1 hora de almoço, e 1 hora para janta; Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes: 1) oficiar à casa Civil, DENATRAN, Ministério das Cidades e Polícia Rodoviária Federal para que empreendam imediato empenho na fiscalização da Lei nº 12.619/12; 2) que, no caso de remessa do PL que revoga a Lei nº 12.619/12 ao Senado, que esta Comissão de Direitos Humanos, no bojo da discussão do estatuto do Motorista, instale um amplo e cuidadoso debate em torno da matéria, de modo a oportunizar o efetivo acompanhamento e avaliação da lei; Sr. Hamilton Moura: 1) realização de reunião da Frente Parlamentar em defesa dos motoristas e do estatuto dos motoristas. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 10, de nossa autoria, aprovado em 26/02/2014, para debater o tema: "Estratégias para um vida digna ao motorista em prol de menos acidentes e mais vidas", que tem como arcabouço legal a lei publicada o ano passado, como também o Estatuto do Motorista.

Esta audiência pública já faz parte de uma série de audiências públicas que realizamos tanto aqui como nos Estados. Fomos a uma dúzia de Estados e aqui fizemos mais uma dúzia de reuniões com o setor para discutir a valorização e a qualidade de vida dos profissionais do volante, seja de caminhão, de táxi, de moto, de ônibus, enfim, de todas as áreas.

Nós vamos retomar os nossos trabalhos, que têm um histórico que não vou precisar repetir, mas aqui acabei resumindo.

Temos, indicados para fazer uso da palavra, os seguintes convidados, que já chamo para fazerem parte da Mesa: Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região – seja bem-vindo, Dr. Paulo! –; Flavio Allegretti de Campos Cooper, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT) – seja bem-vindo! –; Edmara Claudino dos Santos, Diretora-Executiva da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística; Vantuir José Rodrigues, Presidente da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Cargas (Fetac) – está chegando –; Valdir de Souza Pestana, da Federação dos Rodoviários de São Paulo. Esses são os nomes indicados. Vão participar do debate no plenário.

Foi-me pedido aqui que liberasse, e já está liberada, a distribuição desse boletim que todos estão recebendo, que é assinado aqui, pelo que vejo, pela maioria das centrais e por uma série de movimentos cujos nomes estão aqui atrás, na contracapa. "Fórum nacional. Defesa da Lei nº 12. 619, de 2012. Eles juntam dinheiro enquanto as famílias juntam os pedaços. Carta de São Paulo em Defesa da Lei 12.619 de 2012, lei de descanso, por menos acidentes e mais vidas".

Podem distribuir.

Foi-me solicitado também que o primeiro painelista pudesse usar nosso sistema de imagem para passar um vídeo. Está liberado. O vídeo é passado em nome da Federação de São Paulo, a pedido do Sr. Valdir, que será, consequentemente, o primeiro a usar a palavra, iniciando com o vídeo. Depois entrará no tempo dele.

O tempo será de dez minutos e mais cinco para cada um.

Vamos ao vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Então, passamos, de imediato, a palavra para o Sr. Valdir de Souza Pestana, da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Senador Paulo Paim, mais uma vez, agradecemos a acolhida. Nunca mais esqueço aquele dia em Santos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, foi muito bom.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Nunca mais o esqueço, então o senhor pode estar certo de que a gente vai tentar dar o máximo retorno àquilo que o senhor tem feito com a gente.

Na pessoa do Dr. Cooper, cumprimento as autoridades, o Sr. Omar, os sindicalistas.

Não posso perder a oportunidade. A Lei nº 12.619, a gente chama de Lei do Descanso, mas eu sempre digo que não é a lei do descanso, é a lei que salva vidas. É a lei que veio, na verdade, trazer um alento para os trabalhadores de transportes.

Posso dar como exemplo o Porto de Santos hoje. O Dr. Adilson tem postado algumas matérias que eu peço para lhe postar, inclusive: trabalhadores, 30 horas naquele porto, o de Santos, para desembarcar soja, trigo, milho, tudo lá, fora o que se vai levar para dentro da Nação.

Então, acho que está chegando uma hora em que não tem que ter retorno, nem tem que deixar mexer na lei. Há interesses de alguns segmentos em mudar a lei, Senador Paulo Paim. E eles querem a qualquer custo, mas não matando mais cidadãos nas rodovias, porque não é só o motorista, há os usuários das rodovias, as cidades por onde trafegam os caminhões. Então, isso tem sido uma constante, e depois da lei está começando a se reduzir o nível de mortes, mas mesmo assim ainda é muito grande.

A gente espera que a Presidente Dilma, junto com o Senado, não deixe alterar a lei, doutor. A gente espera, Senador, que o senhor, com a liderança que tem, ajude-nos a não deixar mexer nessa lei e, sim, melhorá-la mais ainda. Nós gostaríamos até, se pudesse, discutir os vetos. A Presidente Dilma, se eu não estiver enganado, nas novas licitações, começou a colocar os pátios dos estacionamentos, mas deveria estar na lei. Mesmo nas novas concessões ou nas novas licitações que se desse pelo menos esse local, que seria, inclusive, até um novo nicho de mercado nas rodovias. A gente não conseguiu entender por que foi vetado à época, não é Festino? O Festino tem até mais propriedade para discutir em relação à parte técnica. O senhor mesmo acompanhou. Como o senhor bem colocou, correu o Estado. Algumas categorias estão sendo prejudicadas, e a gente não quer perder o momento nunca, nunca. Para nós, não tem preço salvar as vidas.

O Ministério Público tem sido um ferrenho lutador em defesa dessa lei. Estamos andando pelo Brasil todo, estamos lançando fóruns. Inclusive, neste congresso, que seria em princípio um seminário, Senador, foi tirada a Carta de Campinas. Nós vamos fazer em Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, em São Paulo, na Bahia. Se puder estar presente, vai ser uma grande honra para a gente. Mas vamos fazer eventos nas rodovias. Fizemos em Curitiba, no Paraná; estivemos na rodovia, com a Polícia Rodoviária Federal nos dando apoio. Estamos tentando conversar no Estado de São Paulo com o Governador Geraldo Alckmin, para que ele, com a polícia estadual, também dar incentivos, porque hoje o trânsito nas rodovias estaduais é muito grande, em demasia. Na Anchieta, só para dar exemplo – e o senhor conhece aquele caminho –, 25 mil caminhões descem aquela rodovia todos os dias. São 25 mil caminhões diariamente naquela rodovia. Então, o senhor veja qual é a logística que tem de ser feita no Porto de Paranaguá, que o senhor também conhece bem.

Então, nós queremos, na verdade, que essa lei seja mantida e melhorada e não dilapidada como alguns estão tentando fazer.

Senador, apelamos ao senhor que procure essas bancadas e não deixe alterar a lei. Do contrário, sei que vai morrer muita gente nas rodovias.

O senhor está de parabéns! Mais uma vez a gente agradece o espaço disponibilizado pelo senhor. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo. PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Valdir de Souza Pestana, da Federação dos Rodoviários de São Paulo, que fala sobre a importância da lei.

Sei que surgiram algumas controvérsias, como a gente diria. Alguns dizem a favor e outros, contra, mas alguns dizem que há controvérsias. Eu fui Relator da lei, desse substitutivo. Quando eu apresentei o substitutivo... Digo até hoje e repito que, quando me questionam, foi nesta mesma sala que recebi empresários e trabalhadores e perguntei: "Esta lei é consenso?" Foi ou não foi, Festino? O Omar também estava e outros também estavam. Todos me disseram: "É consenso." Claro, fui ao plenário e defendi nessa linha. Então, os Senadores que estavam no plenário perguntaram: "Paim, é consenso?" Eu disse: "Olhem, eu recebi o documento como sendo consenso por parte de empregado e empregador."

Depois, só concordando com o seu raciocínio, houve 17 vetos. E quando houve os vetos, um direito legítimo da Presidenta, não ficou aquilo que as partes tinham entendido. Consequentemente, houve alguns desacordos com a lei. Se houve desacordo com a lei, quero pegar as palavras do Dr. Valdir, da nossa Federação, vamos aprimorar, vamos ver em que se pode melhorar e não simplesmente revogar a lei. Eu também tenho esse entendimento. Toda vez que eu vou... Pessoal, é fácil dizer: "Terra arrasada, parte-se do zero". Como é que

o senhor disse aqui no dia da aprovação? "Mais 40 anos", não é? Há 40 anos o senhor vinha lutando para aprovação dessa lei.

Então, eu acho que o Valdir foi feliz aqui no que disse. A questão não é revogar a lei. Se acham que há algum problema, vamos aprimorar, vamos avançar de forma tal que dê mais segurança para todos e, principalmente, para as vidas, que estão em primeiro lugar. Então, parabéns pela sua fala. Só fiz esse esclarecimento porque alguns ficam...

Mais uma vez digo que sou autor do Estatuto do Motorista. Esse seria o grande arcabouço onde nós poderíamos avançar ainda mais. Agora, não regredir. Com a regressão eu tenho certeza de que ninguém nesta Mesa vai concordar.

Então, agora vamos para o Flávio Allegretti de Campos Cooper, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

O SR. FLÁVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER – Cumprimento todos, especialmente os companheiros da Mesa. Agradeço muitíssimo ao Senador Paulo Paim pelo honroso convite de estar aqui e dizer a experiência do nosso Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que compreende 95% do Estado de São Paulo, onde há uma atividade intensa de transporte, e as ações de horas extras de motoristas são em número elevadíssimo.

Recordo-me de um advogado que sustentou, pela atividade econômica do transporte, que a cifra paga de horas extras pelas empresas era uma coisa enorme, absurda, e que aquela jornada de doze, catorze, dezesseis e até dezoito horas era inverossímil, era humanamente impossível. Eu pedi vista desse processo para examinar a prova dessa jornada e acabei constatando documentalmente que, principalmente o motorista do transporte de cargas, realmente faz essa jornada. E estava documentada a hora que ele saía até a hora da entrega da mercadoria. Então, fiquei pasmo com essa jornada.

Portanto, como um entusiasta da Lei nº 12.619, de 2012, eu trouxe quatro sugestões objetivas, bem objetivas para contribuir para o avanço, para a melhoria. A sugestão número um é a aprovação do estatuto do motorista, da autoria de V. Exª, Senador Paim. Louvo que essa seria a primeira lei que consideraria uma atividade profissional penosa. Temos atividade penosa contemplada na Constituição, mas nenhuma lei ainda considerou uma atividade como penosa. V. Exª inaugura esse direito, considerando a atividade do motorista penosa, e realmente o é. Mas rogaria que, no art. 8º, §2º do Estatuto....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só peço para a assessoria que peque – é importante – as sugestões que ele está colocando para, ao final, e tenho certeza de que será um entendimento, botarmos como resolução desta audiência pública, se assim o Plenário entender.

O SR. FLÁVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER – Eu rogaria o intervalo de dez horas de descanso ininterruptas fosse revisto, porque entendo que V. Exª considerou um avanço excluir o fracionamento do intervalo de onze horas para fixar o intervalo de dez horas. Eu rogaria que o intervalo voltasse para onze horas. Por quê? Porque se é uma atividade penosa, e hã um intervalo genérico da CLT para todos os trabalhadores entre uma e outra jornada de onze horas, esse intervalo poderia ser mantido também para o trabalhador no transporte.

A sugestão número dois seria a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 301, da relatoria do Senador Magno Malta, que estabelece a obrigatoriedade dos pontos de parada, porque o trabalhador, em quatro ou cinco horas de direção, precisa parar, porque a lei o obriga a fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E isso foi vetado?

O SR. FLÁVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER – É exatamente o que vou falar agora. Ele foi vetado pela Presidenta Dilma, querido companheiro Valdir Pestana, porque isso oneraria e faria com que aumentasse o pedágio. A minha sugestão número dois seria a aprovação desse projeto, mas sem aumento do pedágio, considerando, como falou o Pestana, que as atividade de combustível, hospedagem e conveniência já dariam o retorno do investimento. Não haveria necessidade de onerar as estradas. Então, essa seria a sugestão número dois.

Sugestão número três: enquanto não houver esses pontos de parada, que seja obrigatório o estabelecimento do trabalho em dupla, em revezamento; enquanto a lei diz que é uma faculdade do empregador que o trabalho pode ser por revezamento. Quando não houver ponto de parada, tem que ser obrigatório o trabalho em dupla. As empresas vão ter que contratar mais mão de obra e isso é bom para a economia, bom para o mercado de trabalho, mas também nós estamos tratando de vida. Não pode um trabalhador sem o ponto de parada se submeter a essa jornada enorme.

E a quarta e última sugestão: já existe uma comissão mista, Senador, que mapeia na malha rodoviária, quais os pontos mais carentes que necessitam de apoio da infraestrutura. Mas não vi o Ministério do Trabalho e Emprego lá.

No Estatuto do Motorista, de V. Exª, o Ministério do Trabalho e Emprego precisa regulamentar as condições mínimas e ele precisa fazer parte dessa comissão; assim como a Polícia Rodoviária Federal, com a sua

experiência; o Contran; e claro que as associações de classe profissionais e econômicas. E, se acharem conveniente, o Ministério Público do Trabalho e até a Justiça do Trabalho com a sua experiência.

E com isso, creio que podemos oferecer algumas sugestões que nos permitem avançar no sentido de tornar efetiva a lei já existente e avançar em alguns pontos para que ela possa trazer os efeitos que todos nós queremos no mundo do trabalho.

Muito obrigado pela oportunidade. É um prazer estar aqui com vocês. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Flávio Allegretti de Campos Cooper, que, de forma objetiva e muito precisa, nem usou o tempo que tinha de direito e comentou a importância da lei e, ao mesmo tempo, já tem quatro sugestões, registradas pela Secretaria-Geral da Mesa e que, ao final, vamos dar o encaminhando, já tendo algumas propostas concretas para atender à demanda do setor e da sociedade.

Vou passar a palavra agora, intercalando, à Edmara.... Por favor.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Vantuir José Rodrigues, Presidente da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Cargas (Fetac).

Vamos chamar o Sr. Omar José Gomes, Presidente da Confederação dos Trabalhadores de Transportes Terrestres (CNTTT). O Omar é um dos mais... quando me perguntam como está a idade, eu digo para perguntarem a quem é mais sábio aqui da sala.... Eu digo que não sou eu o mais sábio. Quando perguntam o que eu acho, eu digo que é aquele que tem mais idade. Na escala, eu venho próximo.

Agora, eu chamo agora o mais sábio da sala, que aprendeu na faculdade da vida, com a sabedoria dos anos, para usar da palavra.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Cumprimento os nossos Senadores e demais membros desta Mesa.

Eu sempre, como o senhor mesmo sabe, há 40 anos, luto para conseguir aprovação desta lei, que, para mim, continua sendo a lei da vida. Sempre dei apoio a que ela seja mantida. Mas, agora, eu quero pedir licença ao Senador para passar... sempre deleguei poderes para meus diretores falarem e agora peço licença para o meu assessor Festino falar em nome da Confederação e da Nova Central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – o Festino já não é só seu assessor, já é assessor de todos nós, um líder respeitadíssimo dos trabalhadores. Então, achamos natural a indicação dele para dividir o tempo.

Festino, com a palavra.

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Obrigado, Senador. Bom dia a todos.

Senador, eu não vou aqui fazer um histórico da lei, mas sim dos problemas que vêm sendo causados; um histórico do que vem causando a implantação da lei. Uma lei sancionada que, com certeza, não vai resolver todos os problemas, mas ela foi um avanço em todas as categorias, nas atividades econômicas. Eu tenho participado de diversas audiências e encontros antes e depois da aprovação da lei. Esses questionamentos que têm sido levantados, essas polêmicas que têm sido colocadas na pauta de discussão são de diversos setores. Nessa atividade, estou procurando apresentar um histórico dessa tramitação e dos seus problemas, já começando pelo Congresso Nacional, porque não adianta a gente perguntar o que está acontecendo se o Congresso aprova, a Presidente Dilma vem e faz 19 vetos e setores do próprio ministério questionam, mas não apresentam soluções.

A situação da lei começa aqui no Congresso Nacional. No Senado, o senhor mesmo acabou colocando no Fórum Sindical dos Trabalhadores que o Senado e a Câmara trabalham com interesses de vários setores. O senhor até citou um caso do fator previdenciário lá no Fórum Sindical dos Trabalhadores. Uma propositura, uma lei, um projeto de lei vai para uma comissão que não tem nada a ver com o assunto. Na época, o senhor até citou o fator previdenciário, que parece que estava na agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A desaposentadoria, que tínhamos aprovado em todas as comissões que eu achei que ia para sanção, mas entraram com requerimento e mandaram para a Comissão de Reforma Agrária. O que tem a ver desaposentadoria com a questão da terra? Para obstruir a votação!

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – É essa a situação que a gente precisa debater com muita clareza e tudo o mais. Nesse jogo, estão tentando fazer parecer que a lei é uma novidade. Não é essa situação que, se somar, já está aí há mais de 40 anos como se nada tivesse sido discutido. Essas condições de trabalho não são discutidas só há 40 anos, mas há quase 50 anos, desde a primeira regulamentação que teve sobre aposentadoria especial do Presidente João Goulart, através do Decreto 53.851. Foi um dos últimos atos do Presidente João Goulart, em que ele regulamentou a aposentadoria especial para os motorneiros e cobradores de bonde, motoristas e cobradores de ônibus, motoristas e ajudantes de caminhão. Isso perdurou até 1995, quando Fernando Henrique

impôs restrições às aposentadorias especiais. Então, veja bem, lá atrás já havia o problema da "penosidade", da insalubridade. Isso em 1964! Com o crescimento do País, essa situação piorou e piorou muito mais.

Depois da Constituição de 1988, houve uma avalanche de projetos sobre a regulamentação. O primeiro deles, que está na mesa da Câmara ainda, é o 1113, do Deputado Vivaldo Barbosa. Ele está lá na mesa para votação, na mesa da Presidência da Câmara, desde 1995. Como um projeto de regulamentação de uma profissão pode ficar parado só na mesa desde 1995 se desde 1988 ele foi apresentado? Nesse período, o senhor mesmo acabou apresentando o 4827 em 1991. Ele tramitou, passou na Câmara e, em 1995, foi arquivado aqui no Senado. Então são vários projetos que acabam tramitando igual à nossa lei.

Em 1996, o próprio Fernando Henrique, que tinha tirado, em 1995, a aposentadoria – tirado, não, mas tinha colocado restrições –, apresentou o PL 2660, aquele que regulamenta o tempo de direção dos motoristas de caminhão e ônibus trafegando em rodovias. Esse PL foi aprovado na Câmara, Senado e foi vetado pelo então, à época era quem estava no comando da Presidência da República, Vice-Presidente José Alencar. O que eu acho interessante é a justificativa do Fernando Henrique quando apresentou o projeto. Ele colocou o seguinte: no primeiro momento, inevitavelmente propiciaria um custo para prestação desse serviço, mas, em seguida, esses custos seriam, de imediato, compensados e superados pelos benefícios resultantes da redução de acidentes no trânsito. Então, veja bem: um projeto da Presidência da República, que é aprovado pelos benefícios do custo do acidente; depois, ele é vetado.

Há também a discussão que estamos fazendo em paralelo, a questão do Estatuto do Motorista. Sua grande vantagem sobre os demais é que o Senador Paim procurou colocar junto vários projetos; são vários projetos no Estatuto. E a discussão que estamos fazendo no Estatuto, e espero que volte em breve, é que cada categoria vai ser discutida separadamente.

Essas divergências que existem – a jornada do caminhoneiro de longa distância; a jornada do motorista do transporte que fica só na cidade; a do ônibus de longa distância –, no Estatuto, privilegia-se a discussão delas separadamente, categoria por categoria. Não sei se vai dar tempo neste ano ainda, para entrar na pauta.

Agora, a questão da Lei nº 12.619. Ela vem sendo questionada principalmente por uma minoria de trabalhadores do transporte autônomo, com apoio do agronegócio. Eu falo minoria, porque, só por esse panfleto que o senhor está recebendo, os trabalhadores autônomos, em sua maioria, apoiam a lei. Agora, essa minoria que fechou com o agronegócio, por interesse dos embarcadores, essa minoria quer mudança na lei.

Inclusive, o PL que está em debate pede a revogação total da Lei nº 12.619. É impressionante: uma lei que foi discutida durante 40 anos – só aqui, mais de cinco anos – e a gente percebe a atuação do Governo, o empenho do Governo nessa questão da lei. Eu senti isso muito claramente numa reunião – não sei se o Dr. Paulo Douglas estava – com um dos ministros, em que ele colocou que tem lei que pega e que tem lei que não pega. Não tem cabimento um ministro de Estado falar que tem lei que pega e que tem lei que não pega, jogando, como se a lei não valesse nada.

Essa situação vem-se repetindo no setor de transportes. Eu só levantei o setor de transportes. Várias vezes, desde 2007... Um exemplo: a Lei nº 11.442, em que o senhor teve participação, que é o transporte rodoviário de cargas, por conta de terceiros. A única coisa feita nessa lei é a questão do registro, Registro Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas. Mesmo assim, ele é totalmente defasado. A Anamatra e o Ministério Público estão com uma ADI questionando seu art. 5º. Até hoje, está desde 2007, lá parado, com o questionamento da Anamatra, com o questionamento do Ministério Público e sem ter um avanço na sua discussão, ficando restrito a um registro de trabalhadores.

Nós temos dois outros projetos em que o senhor colaborou muito também, o 12.009 e o 12.436, que é do moto-frete e do mototáxi. Também são dois projetos que não caminham e que seriam para resolver essa situação colocada aqui, um pedacinho ali, do trabalho com motocicleta. Projetos estão parados. A 12.468, que regulamenta a profissão de taxistas também está ficando no papel. A 12.023, dos movimentadores de mercadoria, essa é a grande questão que foi formada entre trabalhadores do transporte rodoviário e esses movimentadores de mercadoria.

(*Soa a campainha.)*

O SR. LUIS ANTÔNIO FESTINO – Mas essa estrutura do transporte não fica por aí. Tem a 12.379, que cria o Sistema Nacional de Viação e a 12.587, a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Inclusive, o senhor realizou uma audiência sobre essa lei, com o pessoal do setor, da Política de Mobilidade. Também não saiu do papel. Continuam paradas.

Aí eu ressalto, novamente, a importância dessa lei. Em alguns setores, mesmo com as divergências, ela tem uma importância enorme quando aborda a qualificação profissional, em seu art. 2º, inciso I. Os empresários afirmam que faltam 100 mil motoristas no País, principalmente por falta de qualificação. Só que a Lei nº

12.619 exige qualificação gratuita e feita pelo Poder Público. Só que até agora, depois de dois anos, nada foi encaminhado. Essa é a situação que em geral se vê na questão da qualificação.

A questão da saúde, que é o atendimento específico do SUS para as doenças específicas, vem sendo debatida na Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho e o Ministério da Saúde tem dado apoio, promovendo oficinas, para ver como implantar. Mas também há restrições de setores da Casa Civil.

Outro avanço: o teste e o programa em relação ao uso de drogas. Apesar do avanço e com total apoio nosso, o Contran vem editando regulamentações, como a última, de número 460, sobre o exame de larga janela, em que exige somente dos trabalhadores das categorias C, D e E, discriminando as demais funções e discriminando também o trabalhador em transporte. Só ele é o consumidor de droga? Concordamos, tem que haver o exame. Mas o Ministério da Saúde enviou um memorando ao Contran, não aceitando esse tipo de exame, que não tem comprovação. É aquele em que, na renovação da carteira, é retirado um fio de cabelo do motorista, o que vai comprovar se ele consumiu alguma droga cinco, seis meses antes.

O que também questionamos é o fato de que esse exame é feito nos Estados Unidos. Privilegia dois laboratórios no País. É uma situação delicada, em que o Contran, contrariando as decisões do Ministério da Saúde, privilegia dois laboratórios. E o trabalhador teria que pagar R$400,00 – novamente, à custa do trabalhador – para realizar esse tipo de exame.

A Lei também abriu à discussão o tempo de espera, que nunca era discutido, o intervalo de trinta minutos a cada quatro horas de direção, assim como o intervalo para refeição. No setor urbano, a situação do intervalo para refeição é caótica. Também já chegamos a discutir aqui no Senado o fracionamento da jornada de motoristas, cobradores e trabalhadores de transporte urbano. Infelizmente, o que estamos vendo, depois da promulgada a Lei nº 12.619, é que ninguém a cumpre. Não se vê as empresas cumprirem o que está determinado na própria Lei. Nós sabemos que há dificuldades enormes para implantar esses intervalos e tudo mais. Mas primeiro ela precisa ser discutida.

Também houve avanço. A comissão de trabalho, a comissão tripartite permanente abriu a discussão sobre a condição de trabalho...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR JOSÉ GOMES –... e refeição, condição sanitária. Inclusive vai haver, nos dias 12 e 13, uma audiência para discutir a NR 24 e a NR 21, que é sobre o trabalho a céu aberto.

Um avanço: a Câmara Municipal de São Paulo já aprovou, foi sancionada pelo Prefeito, a construção de sanitários nos pontos de parada, no ponto inicial e no ponto final. Então, a lei já obteve um grande avanço.

Para finalizar essa questão do avanço, eu reforço agora a importância do fórum de defesa, que tem a participação da nossa confederação, tem a participação da Nova Central, tem a participação de três centrais sindicais. Eu espero que as outras também se engajem nessa luta, porque, na última reunião que tivemos no Ministério do Trabalho, infelizmente, ouvimos também do Secretário que o País, o Governo tem que trabalhar em cima de acordos, e, infelizmente, o Ministério acaba não podendo sobressair à Casa Civil.

E, para encerrar mesmo, eu vou colocar aqui o parecer do Ministério dos Transportes no veto daqueles pontos de parada, para o senhor ver como é que está a situação do Governo – os vários Ministérios – com a Casa Civil.

O que é colocado pelo Ministério dos Transportes?

Afirmou que a Casa Civil da Presidência da República coordena a participação de todos os Ministérios afins, inclusive dessa pasta, com a finalidade de avaliar o PL 59/43, que propõe modificação na Lei 12.619.

Vejam bem: eles estão invertendo a ordem! O Ministério dos Transportes está atrelado à Casa Civil para avaliar o PL, e não à lei que já foi aprovada! Isso está no parecer do Ministério dos Transportes no veto dos pontos de parada.

Mais uma vez, eu agradeço, Senador. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Faustino e também o Omar José Gomes, que dividiram o tempo, ambos falando em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

Agora, passamos a palavra ao Sr. Vantuir José Rodrigues, presidente da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Carga (Fetac); em seguida, falará o Dr. Paulo Douglas.

O SR. VANTUIR JOSÉ RODRIGUES – Bom dia, Senador. Cumprimentando V. Exª, eu cumprimento todas as autoridades presentes à Mesa, como também cumprimento todos os presentes.

Nós concordamos com muitas coisas ditas pelo companheiro, Senador.

Pois bem, Senador. Eu tinha dito, antes de começarmos a mudança de local aqui – e eu quero cumprimentar todos os presentes, senhores e senhoras –, que concordo com muita coisa que foi dita pelo Festino. Ao mesmo tempo, há outras coisas com que os trabalhadores autônomos discordam.

Nós trouxemos uma análise confeccionada pela Federação, e vou pedir ao nosso diretor, Sr. Esmeraldo, que faça a leitura, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Como é o nome dele?

O SR. VANTUIR JOSÉ RODRIGUES – Esmeraldo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Por favor, Esmeraldo. A exemplo do líder anterior, vocês podem dividir o tempo.

O SR. ESMERALDO BARBOSA – Prezado Sr. Senador Paulo Paim, bom dia. Ao cumprimentá-lo, quero também estender o meu bom-dia às demais autoridades que compõem a Mesa e aos meus companheiros que estão no plenário: Luís Vasconcelos, de Alagoas; em especial o presidente da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), Ubiraci Dantas, representando aqui, Senador Paulo Paim, os Transportadores Autônomos de Cargas, através da Fetac (Federação dos Transportadores Autônomos de Carga), instituição cujo registro sindical está inscrito no Ministério do Trabalho.

A estrutura está distribuída em três Estados, a saber: Brasília, Goiás, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com adesão de 35 entidades sindicais.

Quero, na minha fala, antes de adentrar o tema específico do Estatuto do Motorista, parabenizá-lo pelo mandato diferenciado que exerce nesta Casa. O senhor que é o Senador das minorias, o Senador dos excluídos, dos idosos, das pessoas com deficiência, do índio, do negro e de todas as classes trabalhadoras brasileiras, que defende, como poucos, pautas importantes para a Nação, como a soberania e a defesa da indústria e da empresa nacional, contra a privatização e a maior interferência do Estado na economia. Acompanhamos de perto o seu trabalho e sabemos de sua luta, luta esta que agora está à disposição dos caminhoneiros autônomos, cidadãos brasileiros que ainda hoje buscam, na labuta diária, melhores condições de vida para si e para sua família, caminhoneiros estes que saem de casa na esperança maior de poder retornar com vida, com o bem material e recurso, mesmo que minguado, para o sustento da sua família.

Não quero aqui, Senador Paulo Paim, traçar um quadro melancólico, no entanto, esta é a realidade da classe a que pertenço, e isto é de norte a sul: insegurança, roubo, assalto, os assassinatos vêm aumentando, e a estatística comprova isso. A infraestrutura da estrada e de portos está há muito tempo estagnada, e, agora, ao nosso entender, para piorar a situação, o Governo acabou de privatizá-la, assim como são privatizados os pontos de carregamento e de descarga, onde inexiste norma reguladora. Existe, sim, um total abandono, pois em mais de 90% dos pontos de carga e descarga não tem banheiro, chuveiro ou cozinha. O caminhoneiro fica exposto a céu aberto, em condições por demais inseguras e insalubres, e muitas vezes ele está acompanhado de sua mulher e filhos.

Preciso fazer esse relatório, Senador, antes de me posicionar sobre o tema, pois, no dia a dia da estrada, sou constantemente cobrado pelos companheiros da estrada de que algo precisa ser feito para modificar essa dura realidade. Senador, mesmo quando conquistamos algo, como por exemplo a excelente Lei nº 11.442, assinada pelo Presidente Lula em 2007, que regulamenta a profissão e que traz no seu artigo 11 a questão da diária para o caminhoneiro autônomo, a partir da quinta hora para carga ou descarga, no valor de R$1,00 por tonelada-hora, tramita na Câmara Federal o projeto que praticamente acaba com esse direito duramente conquistado. Falo que praticamente acaba, pois, ele tem a influência dos grandes embarcadores que querem, nas cargas fracionadas, pagar apenas pela parte fracionada da carga, como se o caminhão não estivesse disponível com toda sua carga, como se não estivesse à disposição do destinatário da mercadoria.

Outro exemplo de conquista foi o Procaminhoneiro, plano formulado e destinado à renovação da frota dos caminhoneiros autônomos, mas, após liberado recurso pelo Banco BNDES, tivemos a ingrata surpresa de ver que menos de 5% dos transportadores autônomos tiveram acesso a esse crédito pelas mais diferentes causas e que as grandes transportadoras ou os empresários do ramo se beneficiaram do recurso.

Talvez não seja esse o momento, mas não posso me furtar de dizer, Senador Paulo Paim, que não só os caminhoneiros autônomos necessitam, mas o Brasil precisa renovar a sua frota, pois a idade média dos veículos do transportador autônomo é 23 anos. Isso é uma frota sucateada, com alto custo ambiental, de manutenção, de lançamento de poluentes e com consumo excessivo de diesel, que, aliás, é o grande vilão na planilha de custos, pois representa 50% das despesas nesse sentido, Senador.

Queremos lançar aqui o desafio ao Governo Dilma de promover o Procaminhoneiro, meu caminhão, meu suor, minha vida exclusivamente para os caminhoneiros autônomos que tenham um caminhão com mais de 18 anos de vida útil, um caminhão por RNTRC, e para o autônomo que tenha cinco anos de registro na ANTT. Há o exemplo dos créditos concedidos aos produtores rurais, com 2% de juros ao ano, com um ano de carência e com 15 anos para pagar. As montadoras devem dar um crédito ao caminhão a ser usado na compra do novo e retirar de circulação o caminhão velho.

Talvez, essa questão aqui posta, Senador, possa fazer parte do esboço do estatuto que o senhor vem, há mais de dois anos, conduzindo e discutindo. O senhor vem opinando sobre isso, vem ouvindo o setor e tratando disso com o setor em audiências públicas como esta e em outras pelos Estados, pelo País.

No sentido de contribuir com esse tema, também temos posições a trazer para o debate. A primeira vem no sentido do retorno da aposentadoria aos 25 anos de contribuição, por entendermos que a jornada é penosa, insalubre e perigosa. Enfim, todas as características que dão um diferencial para a categoria podem exigir esse direito. A segunda trata do grande debate que se trava quanto à jornada de trabalho e ao tempo de direção. Esse tema é, com certeza, o mais difícil de ser tratado, devido às posições antagônicas que se colocam ao longo do debate.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESMERALDO BARBOSA – De um lado, há um exagero verificado por parte dos trabalhadores, sejam eles autônomos ou empregados. É que sua grande maioria desenvolve jornada de trabalho bem acima de 12 horas diárias, colocando, assim, sua vida e a dos demais usuários da rodovia em risco. Para atingir tal jornada, usam vários tipos de artifícios legais e ilegais.

Temos um acordo no sentido de que esse exagero precisa acabar. No entanto, a Lei nº 12.619 também apresenta exagero quando prende e faz reféns esses trabalhadores por 11 horas ininterruptas. Eles ficam parados. Onde ficam parados e em que condições de segurança?

Sabidamente, neste momento, não dispomos da infraestrutura necessária. Acreditamos que a lei atende muito bem aos trabalhadores que fazem um percurso diário de pequena e média quilometragem, em que a jornada proposta é adequada. Nossa proposta visa a atender e a flexibilizar as condições de trabalho para aqueles transportadores autônomos ou empregados que tenham uma jornada que envolva uma distância maior do que 600 quilômetros diariamente. Esses trabalhadores ficam mais de quatro dias fora de sua base e, assim, poderiam ter uma jornada de trabalho distribuída da seguinte forma: quatro horas de jornada e descanso de meia hora com mais quatro horas de jornada e descanso de meia hora com mais quatro horas de jornada e descanso ininterrupto de 12 horas, com uma hora para o almoço e com uma hora para o jantar.

Essa proposta visa a atender as longas jornadas, para que também economicamente a norma seja viável, sem o aumento do chamado custo Brasil. Segundo o estudo apresentado ao longo deste debate, esse contingente de trabalhadores de longa jornada é de aproximadamente 400 mil trabalhadores. É necessário flexibilizar tanto para um lado como para outro: não ao exagero da longa jornada! Não ao exagero das 11 horas de prisão!

Prezado Sr. Senador Paulo Paim, colocadas essas questões, resta-me agradecer ao senhor a oportunidade de estar aqui presente e de colocar o nosso ponto de vista acerca daquilo que diariamente nos aflige.

Muito obrigado, Senador. Continuaremos vigilantes e ao seu dispor para um futuro debate.

Uma boa audiência e uma boa luta para todos!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –Muito bem!

O nosso amigo Vantuir, que usou a palavra num primeiro momento, é o Presidente da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Carga.

Em seguida, falou outro diretor da mesma entidade, o Esmeraldo Barbosa, que fez a leitura do documento que mostra a posição da entidade, deixando claro que também trouxeram contribuições ao debate e pedindo a aprovação do Estatuto do Motorista, que é de minha autoria, claro que com todo o aprimoramento que nós haveremos de fazer juntos. O Estatuto ainda está sendo, digamos, alinhavado e só poderá ser aprovado depois de um amplo entendimento.

Também quero registrar a presença do Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Vice-Presidente do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), que também tem dado uma bela contribuição... (*Palmas.*)

Em nível nacional a todas as áreas do mundo do trabalho.

Sejam bem-vindos. Se quiserem usar da palavra no momento adequado, tanto você quanto a diretora que o acompanha aí, que é a ex-Presidenta... Deu branco.

A SRª MÁRCIA MARQUES (*Fora do microfone.*) – Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não estou ouvindo. Use o microfone aí.

A SRª MÁRCIA MARQUES (*Fora do microfone.*) – Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Márcia.

Mas eu quero que ela diga ao microfone. Diga aí, Márcia.

A SRª MÁRCIA MARQUES – Bom dia, Senador.

Meu nome é Márcia. Eu sou assessora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seja bem-vinda, Márcia.

A Márcia já esteve aqui conosco diversas vezes e também já participou de debates representando a entidade.

Seja bem-vinda.

Agora, vamos passar a palavra, então, ao nosso último painelista, Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho da Procuradoria-Regional do Trabalho da 24ª Região.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim, o Ministério Público do Trabalho agradece por mais esta oportunidade de falar na Casa do povo. Falamos aqui não apenas em nome do Ministério Público do Trabalho, mas também como membro do Fórum Nacional em Defesa da Lei nº 12.619 e como membro e Presidente do Ipeatra (Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho), que reúne juízes e procuradores de todo o País.

Enaltecemos de maneira especial esta oportunidade, porque essa norma que hoje é comentada está sob um franco ataque. Mas percebo, com muita felicidade, que também temos aqui uma defesa extremamente diligente desse avanço, que é importante para todos nós, defesa essa simbolizada aqui pelo fato de em uma única mesa termos o Poder Legislativo, o Poder Judiciário... O Dr. Flávio Cooper, aliás, preside o tribunal em que eu tive a felicidade de atuar como juiz. Embora tenha sido por pouco tempo, foi, para mim, uma passagem muito feliz, muito agradável e que acrescentou muito ao meu currículo de vida.

E temos um movimento sindical se levantando de uma maneira absolutamente altiva. Está sentado à mesa o Sr. Omar, um homem que há discute esse assunto há 40 anos. E agora está sentado à mesa também o Sinait. Então, temos o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e o movimento sindical absolutamente vigilantes com relação a esse avanço, e isso nos deixa bastante tranquilos e confiantes de que não teremos um retrocesso nesse avanço.

A Comissão de Direitos Humanos é o local, Senador, natural para se debater este assunto, porque quando falamos em direitos humanos, não podemos nos esquecer, jamais, de que o principal direito humano, ou seja, aquele inerente ao fato simplesmente de o cidadão, de a pessoa ser um ser humano, quer dizer, ostentar a condição de ser humano, é a vida. E essa lei defende, diretamente, a vida. Deriva da vida e nós não podemos jamais defender... E a doutrina dos direitos humanos é muito clara nisso; não se defende apenas a vida, mas uma vida digna. E esta lei vem em socorro da dignidade do motorista, dignidade do profissional motorista.

Outro direito humano de especial relevância é a segurança, e a segurança vem albergada por essa norma no seu aspecto individual. O motorista tem a sua segurança preservada, sobretudo no aspecto coletivo. Nós estamos aqui falando de uma lei que cuida da segurança no trânsito e, portanto, da segurança de todos os usuários de rodovias. Então, não há lugar melhor e com maior propriedade para se debater esse assunto do que a Comissão de Direitos Humanos.

E, para que fique bem clara essa vinculação, como começou esse debate? Foi uma senhora, esposa de um motorista, que procurou a fiscalização do trabalho, um medido do trabalho e disse: "Eu sou viúva de um marido vivo". A esse marido, um motorista, já tomado pelas drogas, ela dava por morto, porque não tinha mais como desenvolver as suas atividades, digamos, como um ser humano poderia dignamente fazê-lo. E, a partir daí, fomos às rodovias e verificamos, testando a urina dos motoristas, na madrugada, em duas oportunidades – uma em Rondonópolis, outra em Diamantina –, que mais de 30% dos motoristas estava utilizando, na época, principalmente cocaína. Na segunda aferição, 15% deles estava em estado de pré-overdose.

Veja, Senador, o ataque aos direitos humanos como me referi logo no início! Inclusive, na segunda aferição, em Diamantina, 40km depois, um motorista se envolveu num acidente em que morreram três pessoas. O motorista não morreu, mas matou três pessoas. Isso foi registrado pela equipe do Ministério Público do Trabalho na oportunidade, e isso se repete, infelizmente, de modo cotidiano.

Pois muito bem; esse debate, que há 40 anos já vem sendo travado só com a figura do Sr. Omar, que está aqui conosco, acabou aproximando, a partir de uma ação civil pública com o deferimento liminar da Justiça do Trabalho, de maneira inédita, trabalhadores e empregadores. O Edmar, aqui presente, que embora não esteja na mesa, pode me desmentir se, por acaso, esteja eu dizendo alguma inverdade, bem assim o Sr. Omar.

O que disseram a V. Exª com relação ao consenso que a Lei nº 12.619 representava era a absoluta verdade e continua sendo verdade. Nós temos um consenso inabalável com relação a essa norma, porque ela foi fruto de um longo processo de negociação entre as representações patronais e laborais. O que aconteceu – e é bom que a gente perceba, conforme foi mencionado, ali, pelo Festino e, aqui, pelo Pestana – é que nós tivemos uma reação de parte de um setor que se viu prejudicado economicamente por uma lei que vem prevenindo mortes nas estradas.

Esse setor, basicamente um setor muito importante – e nós não estamos aqui, de modo algum, buscando atacar um ou outro setor –, o setor do agronegócio, viu-se prejudicado porque entendeu que teria de

pagar um frete maior, uma vez que a hora extra, antes sonegada a esse motorista, agora deveria ser paga. O período não trabalhado tem um custo – é evidente! – e isso é apropriado pelo frete. Assim, o produtor rural, que entendeu que isso oneraria a sua atividade, acabou utilizando um movimento, que se dizia representante de trabalhadores, quando, na verdade, representava sim o setor do agronegócio – o Movimento União Brasil Caminhoneiro –, parou o País ilegitimamente e passou a falsa impressão de que aquele consenso, na verdade, não existia, de que o trabalhador não queria a lei, de que o trabalhador, enfim, entendia que era um exagero, como colocado aqui, dormir e descansar por 11 horas.

Esse é o contexto que levou a sociedade a uma perplexidade, num primeiro momento, vendo-se confusa: "Ora, por que um trabalhador está contra uma norma que salva a vida dele e salva a vida de terceiros?" Logo depois – na verdade, isso levou um ano –, essa situação ficou muito clara quando esse mesmo movimento tentou parar o País por mais uma vez, e o próprio Governo Federal colocou um basta.

Enfim, é esse o conjunto político que nós temos sob o ponto de vista social. Nós temos uma lei, fruto de um consenso; uma lei que já produziu um resultado importantíssimo para a sociedade... E, aqui, Excelência, eu gostaria de esclarecer: nós verificamos e tabulamos os dados da Polícia Rodoviária Federal e, da edição da norma para cá, já foram poupadas 1,5 mil vidas nas estradas brasileiras. Nós tivemos – e isso fica muito claro nos números – uma ampliação na violência do trânsito, de um modo geral, e uma redução relativa quando analisamos os acidentes envolvendo caminhões e ônibus. Por quê? Nós fizemos uma nova aferição nas estradas e apenas 25% dos motoristas já trafegam dentro do limite de oito horas. Vejam: nós temos 75% ainda trabalhando acima do limite, mas apenas esses 25% produziram já a redução de 1,5 mil mortes. Mil e quinhentas famílias continuam tendo o seu pai, e as esposas o marido efetivamente vivo.

Essa norma vem sendo atacada e recebeu o apoio da Bancada Ruralista no Congresso, mais especificamente na Câmara. E temos um projeto hoje, na Mesa da Câmara dos Deputados, com um pedido de urgência. E esse projeto, como já mencionado, não apenas pede a revogação da lei, esse projeto legitima o sistema anterior que mata, porque o sistema anterior matava, mas matava ilegalmente. Hoje nós temos um sistema que, infelizmente – e a lei propõe isso – passa a legalizar a maneira de matar motoristas nas estradas.

Qual é a reação que hoje – volto a mencionar – nós temos observado e participamos diretamente dela? Foi fundado um fórum, já referido aqui, em que os trabalhadores finalmente disseram um "não", digamos, a essa irracional reação a uma norma que é extremamente positiva para todo o País. Esse fórum vem ampliando a sua representatividade, a sua legitimidade a cada dia, o que nos dá a certeza de que não teremos eventual revisão sem um debate maduro. E a oportunidade que está sendo aberta aqui no Senado Federal é de extrema relevância. Por quê? Porque em um eventual sucesso de esse projeto sair da Câmara dos Deputados, temos a certeza de que o Senado não tratará de maneira açodada uma matéria de tamanha relevância.

Nós estamos em um ano absolutamente atípico. Nós temos um ano eleitoral combinado com a nossa Copa do Mundo, portanto, um ano extremamente curto.

Qual é a expectativa que se cogita na Câmara dos Deputados? Aprovar esse projeto até maio. Então, conta-se com uma celeridade na Casa, o Senado Federal, que, esperamos, não haja ressonância. Nós precisamos de um debate maduro com relação à eventual alteração da Lei nº 12.619.

Então, veja Senador, para eu concluir porque o meu tempo – parece-me – já está esgotado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo. PT - RS) – Está bem ilustrativo e bem didático. E essa explicação didática é fundamental para as pessoas entenderem o que está acontecendo. Então, você tem, além daqueles três, mais cinco minutos.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Muito obrigado.

Então, qual é... E o Ministério Público tem insistido no sentido de que nós precisamos – e é bom que se diga – da eficácia plena da Lei nº 12.619. E o apoio do Senado Federal é determinante nesse sentido. Por quê? Porque o Contran, logo depois da edição, e também pressionado pela Bancada Ruralista, acabou, de certo modo, recebendo eco dessa Bancada e editou a Resolução nº 417 que, em termos práticos, retirava da Polícia Rodoviária Federal as condições práticas para que a lei fosse fiscalizada.

Então, qual é o quadro que temos hoje? Eu preciso mencionar também que, na verdade, essa resolução já não está mais no mundo jurídico, em razão de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho aqui na 10ª Região, agora confirmada pelo TRT da 10ª. Então foi declarada a nulidade dessa resolução na Justiça do Trabalho.

Mas, ainda assim, nós temos um imobilismo da nossa Polícia Rodoviária Federal. Significa que temos um ator importantíssimo que se mantém inerte e faz uma fiscalização preventiva com relação à aplicação da norma. Aí poderiam me questionar: "Mas o senhor não acabou de dizer que 25% já estão cumprindo? Estão cumprindo por quê?" E 25% - repriso – com 1,5 mil mortes a menos. Se tivermos 100%, quantas outras vidas não salvaremos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais de cinco mil vidas, no mínimo, pela proporção.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Com certeza. Nós teremos um trânsito efetivamente seguro.

Por que então esses 25% estão cumprindo? E aqui, Dr. Flavio, eu devo dizer que o sistema criado pela Lei nº 12.619 promove vários momentos de fiscalização. Um momento prévio, preventivo, depende da atuação efetiva da Polícia Rodoviária Federal, mas temos um momento que não é o melhor, porque há um dano consolidado, que é a discussão na Justiça do Trabalho.

Temos falado muito – não é, Edmara? – também para as empresas. Essa lei interessa a empresários e a trabalhadores. As empresas diligentes já estão empenhadas em aplicar a Lei 12.619, até porque senão o passivo trabalhista se torna incalculável e compromete a saúde dessas empresas também.

Nós temos hoje um sistema que se no médio e longo prazo não for alterado, mesmo com toda essa resistência essa norma não será uma lei – Festino – que não pegou. Viu, Pestana? É uma lei que pegou e não tem como não pegar. Por essa razão, a única ameaça real que temos é efetivamente um projeto da natureza do que tramita na Câmara, com esse viés que desestrutura esse grande avanço, não apenas para os motoristas mas também para a sociedade como um todo.

Então, o que pedimos? Que o Poder Legislativo interaja junto ao Poder Executivo para que tenhamos esse elemento fundamental de fiscalização preventiva atuando. Que a Polícia Rodoviária Federal passe a se desincumbir adequadamente da sua missão de verificar o cumprimento da Lei nº 12.619.

E mais. Finalizando e colocando sugestões objetivas, o Ministério Público entende, Excelência, que uma lei que se discute de uma maneira ou de outra há 40 anos – e veio pelo consenso – não pode ser desconstituída ou desnaturada um ou dois anos depois da sua sanção. Então, o Ministério Público entende que essa norma deve ser efetivada, experimentada, aplicada por pelo menos dois anos, para que, sim, possamos, todos os setores, aqueles que pensaram a lei, construíram a lei, ou seja, trabalhadores e empregadores – também o agronegócio, por que não? Todos fazemos parte dessa mesma sociedade – avaliar eventuais aperfeiçoamentos, mas jamais legitimar um sistema que mata.

O que o Ministério Público realmente imagina – já num estado da arte para o setor – é a aprovação do estatuto que V. Exª vem debatendo com tanto cuidado e que realmente vai trazer uma proteção ampla para esse segmento. Mas a Lei 12.619 vista como um passo para alcançar esse objetivo precisa de um período de avaliação para que nós identifiquemos com precisão eventuais aperfeiçoamentos, e isso não pode ser feito de uma maneira açodada.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região. Sua palestra foi muito clara e nítida, como a de todos aqui, que concluiu com sua exposição.

Lembro-me, Festino, você que esteve mais diretamente aqui nessa discussão, que os próprios empregadores me diziam na época uma frase que o senhor disse aqui agora: "Paim, se não legalizar isso aí, nós vamos quebrar tudo em longo prazo. Vamos perder o nosso capital, porque a dívida trabalhista é impagável pela insegurança jurídica. Eu não sou advogado, mas olha o termo que eles usaram aqui; o senhor tem razão e eu estou apenas afirmando aqui. "Insegurança jurídica." É isso? Criam uma insegurança total. A qualquer momento, o camarada, alegando falta de uma lei clara, me coloca na Justiça e eu vou ter que pagar o que não tenho.

Eu entendo que a lei só é boa quando ela atende a todos. Por isso eu achei importante a sua fala, citando o agronegócio também. O agronegócio faz parte da economia brasileira, tem um papel fundamental, o que nós não podemos negar. E todos devem sentar e discutir, para que a gente possa aprimorar a lei numa visão clara, a longo prazo, sem prejuízo para ninguém.

E, claro, quando se quer legalizar uma lei como esta, para nós o eixo – e foi o que eu ouvi aqui – de todo debate é a vida. Depois, vem a questão econômica. Mas, acima da vida, nada.

Por isso, cumprimento todos os painelistas aqui, pela clareza na exposição. A lei está aí. Pode ser aprimorada? Pode, ouvindo todos. E o estatuto – eu também defendo – não está pronto; eu diria que está muito longe de estar pronto. Mas que bom que está longe, porque isso significa que todos poderão contribuir para uma redação que venha atender o coletivo, como foi muito bem colocado aqui.

Acho que a linha é esta: ninguém pode querer revogar uma lei recentemente aprovada de forma açodada. E ninguém vai querer também aprovar o estatuto de forma açodada, porque senão nenhum problema vai ser resolvido. Então, todos estão de parabéns.

Agora vamos aos nossos indicados pelo Plenário. Temos três. Eu pergunto primeiro se o vice-presidente do Sinait quer usar a palavra. (*Pausa.*)

Pode usar aí mesmo. Você tem cinco minutos.

O vice-presidente do Sinait é o Sr. Carlos Fernando da Silva Filho. A gente fala tanto em siglas aqui, e quem está assistindo à TV Senado – nós estamos ao vivo para todo o Brasil, não só a TV, mas também a Rádio Senado e a Agência Senado – já vai perguntar para mim o que quer dizer Sinait. Nós aqui sabemos, mas os que nos assistem não são obrigados a saber. O Sinait é o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, aqui representado pelo Sr. Carlos Fernando da Silva Filho.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Isso, Senador Paulo Paim. Nós agradecemos ao senhor e a toda a Comissão de Direitos Humanos do Senado pela bela discussão que está sendo aqui realizada.

Eu gostaria de ressaltar, em nome do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a defesa da manutenção da Lei nº 12.619, a aprovação do estatuto que está sendo gestado, construído coletivamente, registrando a importância desses instrumentos na defesa da vida, como já foi bem desenhado aqui por todos em suas falas.

Todos os dias, os auditores fiscais do trabalho, em suas ações, constatam o tratamento desumano que é dado a muitos desses trabalhadores, o que acaba ceifando a vida de muitos deles. São milhares de mortes registradas, porque os instrumentos até hoje utilizados não se demonstram eficazes para cessar esse cenário que aflige toda a nossa sociedade, não só as desenvolvidas diretamente, mas que encontram esses trabalhadores desrespeitados nas vias por onde trafegam diariamente.

Nós encontramos, como todos já bem sabem, jornadas absolutamente desumanos, excessivas, jornadas que colocam a vida de todos que se encontram nessas vias em risco. Nós encontramos vidas desrespeitadas, o que acaba por levar muitos deles ao consumo de drogas, e acabam levando também para esse ambiente toda a família desses trabalhadores envolvidos nessas condições.

As vias utilizadas por esses trabalhadores são vias que também favorecem, de maneira significativa, a ocorrência de acidentes. E nós temos, portanto, o dever com o guia, com a linha mestra do primado da vida, da justiça social, de dizer que esse cenário precisa ser finalizado. Nós precisamos mudar a página da história das vidas que andam pelas estradas brasileiras, tornando nossos instrumentos capazes de promover uma transformação de fato desses ambientes de trabalho. Esses veículos são, verdadeiramente, os ambientes de trabalho desses trabalhadores. E os auditores fiscais do trabalho, aplicando a legislação até então existente, não conseguiram cumprir o seu ordenamento, a sua missão maior que é transformar esses ambientes de trabalho, levando para eles condições dignas, condições seguras, para que o trabalhador faça dessa sua atuação social, que é o trabalho, algo que, de fato, dignifique-o como homem, como cidadão.

Portanto, nós, ao lado de todas as entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Lei nº 12.619, defendemos, sim, que esses instrumentos – este, especificamente, a lei, o seu estatuto – sejam mantidos e sejam aprimorados no sentido de dar efetividade à ação do Estado na promoção da vida, na promoção de ambientes dignos para os trabalhadores que desempenham suas atividades dia a dia, no nosso País.

Obrigado a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Bela contribuição do Vice-Presidente do Sinait, Sr. Carlos Fernando da Silva Filho.

Há mais cinco companheiros do plenário. Nós vamos para os encaminhamentos e a palavra volta para a Mesa.

Vamos passar a palavra agora para o Sr. Ubiraci Oliveira, que é Presidente da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), para que dê a sua contribuição. Diz o Bira que já está prevista a votação do Hino à Negritude, que é de um companheiro seu, de São Paulo, que faleceu e escreveu esse belo hino. Está acertado que a matéria será votada esta semana de forma definitiva e seguirá, então, para a sanção da Presidência. Iniciativa que você capitaneou, ao me trazer a relatoria do projeto.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Muito obrigado.

Bom dia a todos!

Eu queria, primeiro, ressaltar a contribuição que esse companheiro, esse metalúrgico, o Senador Paulo Paim, tem dado no conjunto das ações democráticas de avanço da nossa sociedade em vários setores: negros, idosos, caminhoneiros, indígenas, aposentadoria, enfim, não há luta dos trabalhadores em que o Paim, Senador, companheiro, amigo, colega de profissão, não esteja. Então, eu queria agradecer profundamente a oportunidade de nos dar a palavra.

Antes de entrar nesse problema, quero dizer o seguinte: isso que o senhor está fazendo sobre a questão da negritude, do Hino à Negritude, do Prof. Eduardo de Oliveira, vai ficar na história, porque o combate ao racismo e à desigualdade precisam efetivamente jogar pesado. Vocês viram o que aconteceu com o Tinga, vocês viram o que aconteceu com o Arouca, vocês viram como a situação está barra pesada, e nós não vamos arredar pé.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O juiz, lá no meu Estado.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – O juiz!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma minoria, mas foram covardes.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Uma idiotice!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma ameaça que fizeram a eles.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Exatamente. Foi bom a gente denunciar essa situação aqui.

Quero dizer que o senhor pode contar com o nosso apoio, da Central Geral dos Trabalhadores, porque nunca houve um dia em que eu viesse aqui conversar com ele e que eu não fosse atendido. Não por interesse pessoal, mas pelos meus trabalhadores.

Então, nós temos essa gratidão pelo nosso Senador Paulo Paim.

Segundo, quero cumprimentar meu companheiro Vantuir, o Esmeraldo e o Luiz, que estão aqui representando a Fetac, e dizer o seguinte: esses caras – eu até gostei do que está escrito aqui – da Comissão Especial, formada na Câmara dos Deputados, do Cemotor, tentaram uma manobra pesada, denunciada pelo Dr. Paulo Douglas, recentemente. Eu falei com o senhor, e o senhor falou: "Bira, alerta – aliás, o senhor me chamou a atenção –, porque vem confusão por aí." E eu falei: "Está certo." E o que estava sendo feito ali era uma armação para se tentar inviabilizar toda tentativa de consenso que se estava fazendo no fórum, aqui no Senado, nas Comissões, um esforço grande. Tenho que reconhecer aqui o papel do companheiro Festino, que tem trabalhado nessa direção; o do Sr. Osmar, meu amigo de pelo menos 62 anos, que é a minha idade, que tem dedicado a vida inteira a essa luta dos condutores de veículos e afins.

Quero dizer que esses caras que fizeram esse movimento e que tentaram criar cizânia, logo em seguida ficou claro qual era o objetivo central deles. O objetivo central deles era tentar inviabilizar o consenso para favorecer principalmente as grandes empresas desse setor e outras regiões também, outras áreas também em que eles queriam jogar pesado. Felizmente, eles não foram vitoriosos no seu intento. Quando acontece alguma coisa que dá errado, é efeito dominó: começa a cair por terra tudo aquilo e vir à tona quais são os objetivos centrais desse tipo de gente.

Acho que a nossa lei foi um esforço coletivo para chegar aonde chegou, mas acho que tem algumas coisas que precisam ser analisadas. Por exemplo, essa questão bem colocada pelo Esmeraldo aqui de a gente analisar o descanso de quatro horas. Acho que no Estatuto a gente pode dar uma aprofundada nisso, dar uma levantada nisso, porque, além de contar com um caminhão que tem mais de 18, 20, 25 anos de uso e que prejudica não só do ponto de vista ambiental, mas que pode causar acidentes, etc... É necessário mudar a frota, renovar a frota, porque, se não renovar a frota, isso vai dar problema para nós evidentemente. Está certo?

Quanto a esses pontos de descanso, nós consideramos que tem de haver uma infraestrutura importante para poder dar força, ajudar e minorar a situação sofrível e penosa que têm os nossos trabalhadores.

Estivemos com o Lula, a CGTB e o Sindicato de Transportadores Autônomos de Carga, um tempo atrás, um pouco antes de terminar o mandato dele e discutimos essa questão do Procaminhoneiro para essa área, a importância que tem facilitar a vida dos cidadãos, para eles poderem ter seus caminhões novos e trabalharem com muito menos riscos, observando tanto a lei como essas idéias e essas propostas com que estamos trabalhando aqui.

Acho que a tentativa de acabar com a lei é dar murro em ponta de faca, é tentar destruir aquilo que foi construído. Há avanços significativos na lei. Agora, estamos querendo melhorar a situação, apresentar algumas situações. Que não se mexa naquilo que já foi conquistado, que já está lá, mas que se possa dar oportunidade, particularmente, como a gente fala, para os trabalhadores autônomos de carga. Estamos querendo debater.

Não nos colocamos como donos da verdade, no entanto a gente tem conversado com o Vantuir sobre a situação de a pessoa ficar três meses longe da família, e vem o patrão dele, a carga ou o frete e o obriga a pisar no acelerador, a chegar rápido do Rio Grande do Sul ao Ceará, e ele, para dar conta do recado, se esvai. É o corpo, é a mente, é o problema emocional, tudo acaba prejudicando sobremaneira esse cidadão. Por isso acho, Sr. Senador, que a gente deve abrir espaço para discutir essa questão.

Acho que, ao querer transformar, mudar a lei, isso vai cair na mão do Marquezelli. Vamos falar logo o nome aqui. Vai cair nas mãos dos Marquezelli, que não é canhoto; é destro, do ponto de vista político e, portanto, quer voltar ao passado, lá atrás, na minha opinião. Eu falo e assumo a responsabilidade, porque nós discutimos com ele e conversamos com ele essa questão. Ele fala que a gente é radical. Radical é quem voltar àquela situação em que estavam os caminhoneiros anteriormente.

Por isso quero parabenizar essa iniciativa do Senador Paulo Paim, cumprimentar todos os meus companheiros, o companheiro Omar, o companheiro Pestana, o Procurador Douglas, o companheiro que está à direito, cujo nome não gravei – e eu não enxergo direito daqui, o companheiro Hamilton, o Festino, todos os companheiros que estão aqui com o objetivo de chegar a uma conclusão.

Por último, vamos participar do fórum. Vamos entrar para o fórum de uma maneira mais objetiva. Temos mais de 50 Sindicatos de Trabalhadores Autônomos de Carga no País inteiro e queremos trazer a nossa contribuição, não como donos da verdade, mas como um setor que pensa essa área, que discute essa área dentro da Central, dentro da Federação, dentro do Sindicato para poder dar nossa contribuição para isso. Então, Senador Paim, muito obrigado e, mais uma vez, parabéns pela iniciativa. Pode contar conosco porque o senhor só tem feito coisas do bem para os trabalhadores brasileiros e para a Nação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Ubiraci Oliveira, Presidente da CGTB, que deixa a sua contribuição, mostrando toda a disposição para o diálogo, para aprimorar a lei, não como alguns querem, revogar a lei. Isso é bom porque mostra, como aqui foi dito, o espírito coletivo de salvar vidas e melhorar a qualidade do trabalho dos nossos motoristas de todo o País.

Agora passamos a palavra para o Secretário do Fórum, Hamilton Dias de Moura. O Hamilton já participou conosco de algumas audiências, sempre contribuindo muito para o bom debate.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Bom dia a todos.

Queremos também, mais uma vez, em nome do Fórum Nacional em Defesa da Lei 12.619, Senador Paulo Paim, agradecer por mais esse espaço e deixar registrado nos *Anais do Senado* que esperamos que a Presidenta Dilma e todo o Poder Executivo possam ter a oportunidade de assistir a este debate de hoje e perceber a profundidade do debate.

Mesmo diante do discurso da governabilidade ou da necessidade de um governo de coalizão, buscando as palavras do Dr. Paulo Douglas, o que nós estamos debatendo aqui hoje não é uma lei trabalhista simplesmente, não é uma lei para aumentar salários, não é uma lei para privilegiar setores econômicos ou sociais. Estamos debatendo o que a Presidenta Dilma corroborou também ao aderir a resolução da ONU de reduzir os acidentes de trânsito, as mortes nas estradas, a carnificina em 50% até 2020. A Presidenta da República e todo o *staff* do Executivo deveria refletir e ver que o esforço coletivo que se faz não só em prol da lei promulgada por ela, mas para a manutenção dessa lei, pela aplicação dessa lei é uma das maiores contribuições dos setores envolvidos neste debate. Apesar de todas as contradições e necessidades de aprimoramentos que possam existir, e que existem, estamos dispostos a debater, a dar uma contribuição sem gastar um milésimo do dinheiro que está sendo gasto com as propagandas para melhorar o trânsito nas rodovias.

Eu queria rapidamente dizer, Paulo Paim, que o Fórum Nacional em Defesa da Lei nasceu de uma necessidade implícita dos setores sociais envolvidos na discussão e na defesa da vida e dos direitos humanos, particularmente dos trabalhadores, que se encontravam ainda de forma desorganizada nos debates promovidos pelo Deputado Marquezelli, para tentar elaborar um projeto de lei para revogar a lei e para rever inclusive situações, colocando o pior do que aquilo que está na CLT, que está na legislação. Quando nós nos encontramos com aquele setor e vimos que os trabalhadores, tanto empregados como autônomos, estavam bem representados por sua confederações e federações, os setores das instituições governamentais e do setor Judiciário, como o Ministério Público Federal, a Anamatra, os setores organizados das organizações não governamentais, como o SOS Estrada, Abramet, e setores de entidade de classe, como o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, a ANPT e outros, percebemos que estávamos diante de uma situação que somente um debate amplo no Brasil por essas instituições e organizações poderia fazer frente ao poder econômico que se sobrepunha sobre uma legislação criada depois de 40 anos de debate; depois de um consenso inclusive entre classes trabalhadoras e classe patronal, chegou-se inclusive a um consenso. Tive oportunidade, junto com o senhor, relator no Senado, com os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi, de fazer o último acordo. Inclusive não era um consenso entre nós.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – O Ministério Público não aceitava retirar o problema dos embarcadores, a responsabilidade, e nós conseguimos convencer que era melhor aprovar com isso. Tirou uma parte, inclusive, da responsabilidade civil dos embarcadores naquele momento, com apoio do Senador Blairo Maggi.

Então, o consenso no Congresso Nacional ainda levou 19 vetos. Então, esse fórum hoje se inscreve nos Anais da CDH, mais uma vez com a participação e a liderança do senhor: esse fórum e esses atores são tão importantes, ou muito mais importantes do que o fórum – o fórum é apenas uma instituição criada, mas os atores que fazem parte dele e sua determinações – para levar essa discussão.

Então, queríamos deixar um pedido a V. Exª, que também faz parte da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores: que fizesse um esforço para que pudéssemos também ter uma reunião da Frente Parlamentar, da qual a Deputada Jô Moraes é a presidente, para que a gente pudesse repercutir mais dentro do Congresso Nacional essas discussões.

Finalmente, dizendo o que o nosso companheiro Ubiraci Dantas colocou aqui, nós estamos fazendo um trabalho, um esforço muito grande, o fórum, para trazer para o debate todas as centrais sindicais e todos

aqueles que, por princípio, defendem a Lei nº 12.619, mesmo porque nós queremos estabelecer dentro desse fórum a discussão sobre aquilo que é uma contradição entre nós, porque elas não são antagônicas; elas são aprimorativas. Nesse sentido, a gente convida todos aqueles que nos acompanham, todos aqueles que defendem a vida, os direitos humanos nas estradas do Brasil, que componham conosco nesse fórum uma luta para que a vida seja sobreposta ao pode econômico.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o secretário do Fórum, Hamilton Dias de Moura, que mais uma vez deixou aqui, além da sua afirmação, convicção da importância da lei, que também a gente colabore – já tomei nota aqui –, para que haja uma reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Motoristas para debater essa questão.

É isso? *(Pausa.)*

Feito!

Depois do Hamilton, temos então Reivaldo Alves, Presidente do Sindicato dos Motociclistas do DF.

O SR. REIVALDO ALVES – Bom dia a todos.

Quero, primeiramente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, o nosso Presidente da CNTT, Sr. Omar, o Presidente da Federação, Valdir Pestana, e os outros companheiros. Aqui em Brasília, temos a nossa Lei Federal nº 12.009, da profissão de moto-frete e mototáxi, e nos sentimos muito ausentes, Senador, pela quantidade de motociclistas no Brasil se envolvendo em acidentes.

Temos um grande exemplo no Nordeste, onde as pessoas não andam mais nos animais; agora, só andam de moto. Então, em várias cidades do Nordeste, não há fiscalização, as pessoas não usam capacete, as pessoas não têm habilitação. Então, o Governo Federal está gastando bilhões com os motociclistas acidentados, e não existe uma campanha educativa para esses trabalhadores, para esses usuários de moto. Além de não ter uma campanha educativa, também não existe nenhuma fiscalização. Não somos contra nenhuma fiscalização, desde que haja uma campanha educativa antes.

Então, nos sentimos frágeis nessa situação. Aqui em Brasília, por exemplo, de dez pessoas andando de moto, quatro não são habilitadas, e, quando eles caem no chão, as pessoas julgam que é um trabalhador, por ser uma moto de pequena cilindrada. Queremos qualificar os trabalhadores, ampliar mais ainda os benefícios para esses trabalhadores e diferenciá-los do usuário comum. É muito importante para nós ter uma diferença entre trabalhadores motociclistas, mototaxistas também, o que foi aprovado aqui depois de muita luta, com o Secretário Rubens e outros diretores em Brasília. Foi aprovada em dezembro do ano passado.

Então, é uma realidade o serviço de moto no Brasil. As pessoas estão morrendo no trânsito, e nos sentimos reféns, por não estar acontecendo um trabalho mais amplo, principalmente do Governo, sobre a quantidade de motociclistas envolvidos em acidentes. Então, tem de haver mais fiscalização, mais campanha educativa e mais apoio às entidades sindicais, porque a nossa categoria está só crescendo. Hoje, tudo se entrega de moto – é uma realidade, hoje, o serviço de moto no Brasil.

Esse é o recado que quero dar aqui e agradecer muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero pedir para que fique nos Anais da Casa também a sua contribuição porque você vem fortalecer uma luta antiga, que é combater os acidentes com nossos amigos, os trabalhadores motociclistas. Que a gente, neste debate, não esqueça colocar no Estatuto, de repente, uma contribuição de vocês para ampliar o que já existe, no sentido de melhorar ainda mais a qualidade do trabalho de vocês.

Valeu, amigo. Esse foi o Reivaldo Alves, Presidente do Sindicato dos Motociclistas do DF.

Vamos para o encaminhamento final. Se me der a carta, primeiro, enquanto bate o resto... Eu havia me comprometido e farei neste momento a leitura da Carta de Campinas, de onde resultou esta audiência. Eu havia sido convidado a estar lá, não pude, todos entenderam e disseram que fariam uma em Brasília. E estamos fazendo hoje. Dizia eu naquele momento que eu faria a leitura da carta no dia de hoje.

CARTA DE CAMPINAS DO TRANSPORTE SEGURO

Os participantes do 1° Congresso Regional do Trabalho Seguro no Transporte Rodoviário, organizado pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo e pela Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de São Paulo, realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2013, em Campinas/SP, vêm a público, após deliberação em assembleia, para:

1) DESTACAR que estudos e ações de fiscalização comprovaram a existência de jornadas de trabalho excessivas e desumanas no transporte rodoviário de cargas, não sendo incomuns jornadas de 14, 18 ou mesmo mais de 24 horas de trabalho;

2) OBSERVAR que a fadiga dos motoristas conduz a uma enorme quantidade de acidentes envolvendo veículos de transporte de carga, tendo ocorrido em 2012, em estradas estaduais e federais no estado de São Paulo, 37.774 acidentes com caminhões; [só em um ano, quase 40 mil acidentes no Estado de São Paulo em um ano.]

3) REFERIR que embora os veículos de carga correspondam a apenas 3,2% da frota total de veículos terrestres, eles estão envolvidos em 28,6% das mortes, 18,9% dos acidentes com feridos e 25% do total de acidentes ocorridos em estradas federais, e 36% dos acidentes em rodovias estaduais paulistas;

4) ENFATIZAR que no estado de São Paulo, considerando todos os acidentes fatais reconhecidos por Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), a categoria profissional que lidera a lista de mortes é a de "motoristas de caminhão" (253 mortos nos anos de 2006 a 2008), figurando em quarto lugar o "ajudante de motorista" (61 mortos);

5) REGISTRAR, com enorme preocupação, que para suportar jornadas desumanas muitos motoristas estão recorrendo ao uso de drogas, inclusive anfetaminas e cocaína, havendo estudos apontando positividade clínica para uso de tais substâncias em 22% dos motoristas [quase um quarto dos motoristas];

6) ESCLARECER que o excesso de jornada e a insuficiência de descanso conduzem, de acordo com a ciência médica, a elevado número de adoecimentos;

7) INFORMAR que os acidentes nas estradas acarretam enorme prejuízo econômico às empresas, ao estado e a toda sociedade, estimado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em R$30 bilhões;

8) INSISTIR que jornadas excessivas e desumanas fazem com que a qualidade e a produtividade do transporte rodoviário sejam mantidas no patamar mais baixo possível, impedindo que o setor abandone práticas antieconômicas e ganhe maior eficiência;

9) PRECONIZAR que a implementação do desenvolvimento sustentável exige a superação da antiga mentalidade, que atribuía à questão trabalhista a condição pejorativa de "custo a ser evitado", para que seja considerada "investimento a ser realizado";

10) LEMBRAR que para corrigir parte desses problemas foi editada a Lei nº 12.619/2012, resultado de intensa negociação entre governo, patrões e empregados do setor de transportes, com o propósito de implantar melhorias nas condições de trabalho e maior qualidade ao serviço, em proveito dos trabalhadores, das empresas e do País como um todo;

11) DENUNCIAR que, apesar da urgência na abolição das jornadas desumanas, há setores, capitaneados pelo agronegócio, que se mobilizam para tentar impedir as desejadas melhorias, para a defesa de seus interesses econômicos;

12) REPUDIAR a aprovação de projetos de lei em tramitação que, a pretexto de alterar ou revogar a Lei 12.619/2012, buscam a implantação de enorme retrocesso social, pretendendo aumentar a jornada de trabalho de motoristas, diminuir seus períodos de descanso e excluir a fiscalização pela polícia rodoviária, contrariamente aos objetivos da Década de Ação Pelo Trânsito Seguro convocada pela ONU;

13) PROCLAMAR ser indefensável que os motoristas continuem sendo submetidos a jornadas desumanas, apenas para que caminhões possam ser usados para o depósito da produção agrícola, com a deturpação da própria natureza do serviço de transporte, transferindo aos trabalhadores o ônus pela falta de silos e condições de armazenamento na época da safra;

14) CONVOCAR a sociedade brasileira a se empenhar na eliminação das jornadas desumanas no transporte de cargas, em nome da segurança de todos nas estradas, da prevenção de acidentes de trânsito, da eficiência no setor de transportes e da dignidade dos trabalhadores.

Campinas, 22 de novembro de 2013. (Palmas.)

Parabéns pela carta e pela iniciativa desse evento. A carta fica nos Anais da Casa.

Vamos agora aos encaminhamentos que surgiram desta nossa audiência pública. Vou fazer a leitura, e, se alguém tiver algum adendo, que coloque. Depois, ainda passo para a mesa fazer as considerações finais.

Encaminhamentos:

Dr. Flávio – Aprovação do Estatuto do Motorista, com reparo no art. 8º da Lei, alterando o intervalo de, intrajornada de trabalho, para 11 horas. É isso, Dr. Flávio?

O SR. FLÁVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aprovação do Projeto de Lei nº 301, de 2012, do Senador Magno Malta, que estabelece pontos de paradas, sem aumentar pedágios, conforme foi apresentado aqui.

Enquanto não houver esses pontos de paradas nas estradas, com intervalo de quatro a cinco horas de direção, que exista obrigatoriedade do trabalho a ser realizado em dupla para revezamento, como está no art. 235, §6º, da CLT. Também foi colocado.

Inclusão, na comissão mista que responde pelo mapeamento da necessidade de infraestrutura, especialmente nos pontos de paradas, das seguintes entidades: MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), entidades de classes profissionais e econômicas, Polícia Rodoviária Federal, Contran, Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. É isso?

Sr. Valdir Pestana: que exista um esforço conjunto pela preservação do texto da Lei nº 12.619, de 2012, manutenção do texto integral, e que as melhorias não contempladas na lei citada sejam incorporadas, diz aqui, no Estatuto do Motorista. É isso?

Luis Antônio Festino: lutar pela efetividade e concretização da Lei nº 12.619, reforçar as atividades do fórum de defesa da lei, que vai regulamentar a profissão do motorista, o Estatuto do Motorista, em resumo.

Esmeraldo Alves Barbosa: solicitar à Presidenta Dilma Rousseff que promova o programa "Pró-Caminhoneiro – Meu Caminhão, Meu Suor, Minha Vida", exclusivamente para caminhoneiros autônomos.

Abertura da linha de crédito para que as montadoras aceitem o caminhão usado na compra do novo, possibilitando retirar de circulação o caminhão velho.

Aposentadorias com 25 anos de contribuição.

Jornadas de trabalho da seguinte forma: quatro horas de jornada, descanso de meia hora; mais quatro horas de jornada, descanso de meia hora; mais quatro horas de jornada, concluindo assim. Para longas jornadas, descanso ininterrupto de oito horas, com uma hora de almoço e uma hora para janta. Isso foi o que ele colocou.

Encaminhamento do Dr. Paulo Douglas: oficiar a Casa Civil, o Denatran, o Ministério das Cidades e Polícia Rodoviária Federal para que empreendam o imediato empenho na fiscalização da Lei nº 12.619, de 2012, e que, no caso da remessa do PL que revoga a lei aqui citada para o Senado, que esta Comissão de Direitos Humanos, no bojo da discussão do Estatuto do Motorista, instale um amplo e cuidadoso debate em torno da matéria, de modo a oportunizar o efetivo acompanhamento e avaliação da lei. O.k?

Do Hamilton – tomei nota aqui: reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Motorista, para que haja uma provocação positiva, naturalmente, para debater esse tema. Reunião da Frente Parlamentar, como o Hamilton colocou.

É isso? Está colocado por todos. Isso foi o que ficou unificado aqui no debate. Claro que cada frase dessas dá outro debate, mas é na construção coletiva que a gente vai avançando. A essência é que se mantenha a lei e que caminhemos para o Estatuto do Motorista, que está sendo formulado.

Agora, vamos para as considerações finais.

Vou começar pelo último orador que falou, invertendo.

Dr. Paulo Douglas Almeida, por favor.

Cada um tem cinco minutos para as considerações finais.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Eu gostaria de reiterar aqui o agradecimento e também, agora fazendo uma referência à iniciativa desta importante audiência pública, que teve no seminário realizado em Campinas sua motivação primeira, de destacar o trabalho realizado pelos procuradores e juízes da 15ª Região, que, em parceria com a Federação dos Trabalhadores, enfim, com os motoristas do Estado de São Paulo, conseguiram estabelecer um verdadeiro marco nessa discussão.

Dr. Rafael, Dr. Flávio, Pestana, percebo que o debate ganhou um novo patamar nesse seminário, que reuniu Ministros do TST e o Procurador-Geral do Trabalho. E de certo modo, eu acho que temos hoje um novo olhar, uma nova oportunidade para refletir sobre esse assunto que é de extrema relevância para o nosso País.

Eu só gostaria de, nestes cinco minutos, abordar dois pontos que acabei não tratando ao longo da minha fala, que diz respeito aos pontos de parada e ao suposto ônus ao custo real, ao custo Brasil, para dizer que são ambos fundamentos falaciosos na seguinte medida: com relação aos pontos de parada, é parcialmente verdadeira a ideia de que eles não existem, porque é importante observar, e eventualmente o óbvio passa, a gente deixa de observar o óbvio, que o sistema anterior não significa que o motorista não parava e não descansava. O problema é que o motorista parava muito depois do que o seu relógio biológico exigia, relógio biológico artificialmente alterado por substâncias químicas. O que a lei vem trazer não é exatamente a necessidade de dizer: "Você tem que descansar." Mas você tem que descansar em pausas, em períodos, em intervalos compatíveis com o seu relógio biológico.

Ora, se os motoristas já paravam, e é evidente que paravam, porque todos temos necessidades fisiológicas, eles paravam em pontos de parada. E quais pontos de parada? Os que existem, e não em pontos inexistentes. O que temos que avançar é com relação, claro, ao aumento desses pontos e melhorar a qualidade desses pontos, mas jamais colocar o ponto de parada como condicionante para a aplicação da norma. Esse é o primeiro

ponto que o Ministério Público gostaria de destacar e temos estudos nesse sentido. O SOS Transportes, aliás, SOS Estradas, do Rodolfo, tem um estudo muito consistente com relação a esse assunto.

No que toca ao custo Brasil, Senador, aí a falácia se mostra ainda mais, chega ao ponto de gerar um paradoxo, o nosso País, embora com dimensões continentais, está desenhado não para o modal rodoviário de transportes, mas tem a vocação do modal aquaviário e do modal ferroviário. Ocorre que o subsídio oculto ao frete rodoviário, tornando o frete rodoviário artificialmente reduzido, acabou por desestimular os investimentos, sobretudo privados, em modais diferentes do rodoviário, o que acaba, de certo modo, traindo a necessidade e o grande objetivo de desenvolvimento nacional. O nosso produto é colocado no mercado externo a um custo muito maior do que o dos nossos concorrentes exatamente porque nós utilizamos maciçamente o modal rodoviário, quando deveríamos utilizar o modal ferroviário e aquaviário. Significa dizer então, só para finalizar, que a efetiva implementação da Lei 12.619, longe de aumentar o custo Brasil, vem promover o desenvolvimento nacional, colabora firmemente nesse sentido.

Enfim, com essas palavras, encerramos, já reiterando os agradecimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse é o Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, que nesse final de seus cinco minutos complementou algumas informações importantes para o debate.

Eu não tinha lido antes dos encaminhamentos a sugestão dada pelo Reivaldo Alves, não é Reivaldo?, que é do Sindicato dos Motociclistas do DF. Que no Estatuto dos Motoristas a gente tenha um cuidado especial, claro, com a participação de vocês, porque a situação dos motociclistas ainda é delicada, quanto a acidentes, enfim, quanto a situações de trabalho.

Agora vamos para o Dr. Flávio Allegretti de Campos Cooper – me lembrei de Alegrete, lá no meu Rio Grande –, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

O SR. FLAVIO ALLEGRETTI DE CAMPOS COOPER – Vocês viram que a Justiça do Trabalho perdeu um brilhante juiz, Dr. Paulo, mas o Ministério Público do Trabalho ganhou um grande procurador. O Ministério Público do Trabalho é o promotor da Justiça do Trabalho. Então, ele está fazendo um papel muito bom.

Cumprimento o Senador Paulo Paim pela sua profunda sensibilidade social em empreender seus esforços em proteger os segmentos frágeis da sociedade, como esse trabalhador que está exposto a esta condição de alta "penosidade", que V. Exª vai inaugurar no nosso ordenamento jurídico legal como a primeira atividade penosa reconhecida por lei. Parabéns também por essa audiência pública.

Reivaldo, que é aqui dos motociclistas de Brasília, se o senhor fizer um levantamento em São Paulo, o número de acidentes de trabalho é uma coisa impressionante. Estamos discutindo a questão da responsabilidade pelo acidente de trabalho. Mesmo que o motociclista seja autônomo, quem toma o trabalho dele, para que ele vá rápido naquelas marginais de São Paulo, também tem que responder pelo... É um estudo em que a Justiça do Trabalho está engatinhando ainda, mas vale a pena aprofundar.

Finalmente, quero dizer por que essa lei é de consenso, e é raro que aconteça isso, entre trabalhadores e empregadores, por que essa lei é de consenso para os empregadores também.

Antigamente, toda jornada externa que não era controlada não dava direito à hora extra. Acontece que os sistemas eletrônicos que foram criados para controlar o veículo acabaram por controlar a jornada. Então, os trabalhadores começaram a ter direito à hora extra do momento em que saiam do carregamento do caminhão até o retorno. Isso é um passivo trabalhista astronômico. Então, com essa lei de controle de jornada e esses períodos de descanso, que são excluídos da jornada de trabalho, essa despesa vai deixar de ser astronômica para ser uma despesa razoável e programada. Por isso, essa lei tem consenso. Ela protege, mas também é do interesse da atividade econômica, porque assim se regulamenta a contento de todos.

Então, eram essas as considerações. Essa lei merece ser mantida e merece todo empenho de todos os segmentos da sociedade, de todas as instituições públicas e privadas, e sindicais também, porque é uma lei protetiva. É uma lei que precisa ser mantida porque gera o bem-estar e a dignidade do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Flávio Allegretti de Campos Cooper, que é Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e deixou aqui uma série de contribuições para o aprimoramento da legislação, seja no Estatuto, seja até mesmo em uma emenda, desde que venha para ampliar a proposta.

Queria, neste momento, antes de continuar, somente dar uma informação que vocês vão entender.

Todos aqui acompanharam aquele episódio lamentável da morte de 242 jovens em Santa Maria. Fui procurado pelos familiares das vítimas e fiz uma audiência pública aqui com eles, quando me pediram muito que eu fosse a Santa Maria. Levei a Comissão de Direitos Humanos a Santa Maria. De fato, a cidade continua até hoje chorando seus mortos. Uma mãe, quando eu disse que via na audiência uma cascata de lágrimas, ao mesmo tempo, disse "de um rio, Senador". Esse rio vai continuar circulando pelo País até que um dia esse País tenha

uma legislação que efetivamente proteja os que ficam nas casas de espetáculos e que vão lá para se divertir, e acontece o que aconteceu, como no caso de Santa Maria. Eles estavam esperando o resultado da minha ida lá. Então, posso informar a eles, que a mim estão assistindo agora – os familiares –, que a filmagem do dia em que estive lá, da boate, já está aqui no Senado.

Eu agradeço muito à Câmara de Vereadores de Santa Maria, na figura do Jorjão, que foi quem estava lá representando a Câmara. Foi tudo filmado e, como eu disse lá, era uma visita oficial; era uma missão oficial. Não era uma audiência pública, era uma...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diligência. Era uma diligência que realizamos lá e o material já se encontra aqui. A direção da TV Senado vai informar o dia que vai ao ar. Mas informo também que na próxima quarta-feira, às 11 horas, eu lerei o relatório do que vi e percebi lá, juntamente com a equipe aqui da Comissão. O Agostinho me acompanhou. Eu farei a leitura do relatório na próxima quarta-feira. Na ocasião, avisaremos o dia em que a filmagem vai ao ar, para que todos saibam o que ainda está acontecendo ali na Boate Kiss, em Santa Maria.

Claro que há – vocês calculem – a indignação dos pais. Foi uma audiência muito forte, muito pesada. E eu sei que eles entenderam que os filhos não iam mais voltar. Mas a indignação era legítima e teremos de continuar lutando para que não aconteçam mais fatos lamentáveis como aquele que aconteceu ali.

Nós temos para votar aqui um código mínimo e até hoje não votamos. A Câmara não votou. E tinha de vir um do Executivo que não chegou aqui. E o relatório que eu fiz e mandei apensar ao da Câmara... Porque seria indevido, vocês vão entender que é incorreto eu apresentar um projeto de lei aqui e a Câmara outro lá, sobre o mesmo tema. O que eu fiz? Peguei meu relatório discutido aqui no Senado, remeti para a Câmara, a qual fez a redação de um projeto.

O projeto votado na Câmara vem para o Senado, que após aqui votado vai para a sanção. Eu espero que quando ele chegar aqui, eu já tenha construído também a proposta pelo menos básica do Ministério da Justiça, para fazermos um único texto legal que seja um código mínimo para as casas de espetáculos, a fim de que fatos como esse não venham mais a acontecer.

Então, aos familiares que me procuraram em Canoas e depois eu trouxe para cá – e fui lá – fica aqui toda nossa solidariedade e o carinho de sempre. E contem sempre com a gente.

Feita a leitura dos encaminhamentos. Já passei a palavra para dois dos nossos convidados. Vamos agora para os últimos, para as considerações finais.

Tem a palavra o Sr. Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Meu grande Senador e demais componentes desta mesa; representantes de categoria; senhores e senhoras no plenário, eu hoje estou um pouco mais feliz da minha vida, porque essa lei foi mesmo construída por consenso, aqui no Senado, na presença do Senador Paim. Eu tive a honra de assinar essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nesta mesa aqui.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Nesta mesa também, minha gente!

E hoje continuo ficando mais satisfeito, porque eu também não admito, como Presidente da Confederação, mudança para piorar essa lei. E todos os presentes, autoridades e entidades que criaram esse fórum, não me deixaram também sozinho, porque antes do fórum era sempre só a confederação a ser chamada. Hoje, sinto que há muitos companheiros e entidades apoiando a manutenção da lei. Se precisa melhorar? Tudo bem. Mas melhorar para os dois lados, não para acontecer o que está havendo na Câmara dos Deputados.

Senador, também sobre o pedido do Hamilton para novas reuniões com a nossa Frente Parlamentar, eu designo o nosso companheiro Faustino, que tem muito trânsito aqui no Senado e na Câmara, para ajudar na composição do dia dessa reunião.

Portanto, eu continuo e estou feliz da vida hoje em dia. Conforme disse no dia da assinatura: se eu morrer hoje, morro feliz com a nossa lei.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Omar, que é o nosso decano, mostra que temos que valorizar cada vez mais nossa experiência de vida. Vejam a lucidez com que ele sintetiza o ponto de vista dele com a idade que ele tem. E que é uma idade muito boa, não é Omar? Sabe por que eu digo boa? Porque alguns teimam em dizer que idade boa é quando se tem 15, 18, 20... Eu digo que idade boa é aquela que eu tenho, porque eu estou vivo ainda. Porque quando não tiver uma idade ainda a contar, a falar, é porque eu já fui. Então, me perguntam qual é a melhor idade? A melhor idade é aquela que eu tenho. Eu procuro desfrutar dela ao máximo. Lembro-me dos meus 15 anos, claro. Mas me lembro dos meus 63 também! E quando

eu tiver com 70, 80, quando eu estiver com a sua idade, que eu não vou dizer – eu digo a minha –, eu quero estar com a mesma lucidez que o senhor está.

Meus parabéns!

Uma salva de palmas ao nosso envelhecimento com qualidade. *(Palmas.)*

A Drª Edmara abriu mão da sua fala, então, passamos a palavra ao Sr. Vantuir, que é o Presidente da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Cargas (Fetac).

O SR. VANTUIR JOSÉ RODRIGUES – Parabéns, Senador, a reunião foi muito proveitosa!

Na verdade, há algumas coisas que precisam ser mexidas na lei. Eu concordo com isso, porque nós, que rodamos pelas estradas brasileiras, sentimos isso. E, conforme disse o Paulo Douglas, têm que ser revistas.

Então, uma reunião como esta é sempre muito proveitosa, porque há pessoas de todas as classes, participando dela. Eu acho importante isso acontecer. O caminhoneiro autônomo tem pressa que isso aconteça. Porque hoje, para se cumprir a lei, não há lugar onde se possa parar no País, não tem onde descansar. A 20 anos atrás, eu trabalhava de Goiás para o Mato Grosso, para o Pará, para todo o lado e eu parava em qualquer lugar, não tinha problema. Dormia sem problema. Hoje não, hoje o caminhoneiro para e ele é atacado pelo perverso.

A lei é ótima, nós concordamos com a lei. Temos que mexer nela, sim; temos que mexer. Agora, em relação aos pontos de parada, não só para o caminhoneiro autônomo, mas para todos os caminhoneiros que circulam pelas estradas brasileiras, há essa necessidade e com urgência, porque os postos nunca fizeram nada para essa categoria que trafegam pelas rodovias.

E a gente está esperando aí que essa lei venha a ser aplicada, mas com recursos, para que o caminhoneiro tenha condições de descansar, de cumprir a jornada, porque até o presente momento não tem. Eu fui para São Paulo mês passado de caminhão para eu ver. Existem postos entre São Paulo e Goiás que para parar tem que pagar. Se quiser tomar um banho, tem que pagar. Agora, o caminhoneiro, realmente, necessita.

Agora, por exemplo, tem a bendita carta-frete que até hoje não foi extinta, Senador; ela está vigente no País. Então, você chega a um posto para abastecer e essa carta-frete vai ser trocada com um óleo mais caro para o caminhoneiro. Em torno de Goiânia, por exemplo, para o caminhoneiro parar ele paga R$30,00, por 18 horas, ali, parados nas margens dos postos. Se passar disso, são R$5,00 na hora excedente. Então, são coisas que a gente tem que pensar e ver, porque existe caminhoneiro que é empregado e não tem o dinheiro para pagar para ficar parado. Então, ele fica em lugar que põe em risco a sua integridade, a sua vida.

Então, são muitas coisas que têm que ser vistas. V. Exª Senador, vem batalhando por essa lei há muito tempo, mas, graças a Deus, parece que ela está chegando a um consenso, como disse o Omar, que vem acompanhando, juntamente com o Festino e o companheiro Bira.

Então, eu acho que a lei ajuda muito o País, como disse o Dr. Paulo Douglas, em redução de mortes. A maior parte desses companheiros que provoca mortes no País não é porque eles querem, mas sim porque a empresa está forçando para que ele cumpra o seu horário, então, ele usa a droga para não dormir, porque precisa chegar, mas não sabendo que ele pode causar problemas para quem cruzar com ele.

No mais, Senador, muito obrigado por esta reunião. No que o senhor precisar da gente, da Federação, a gente está disposto a ajudar no que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Vantuir José Rodrigues, Presidente da Federação dos Trabalhadores Autônomos de Carga (Fetac).

Para fechar os nossos trabalhos, ele, que abriu, Sr. Valdir de Souza Pestana, da Federação dos Rodoviários de São Paulo.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Senador Paulo Paim, Mesa, participantes, senhoras, eu gostaria de, hoje, não falar como técnico nem como Presidente de uma Federação, mas como dirigente sindical, como o senhor foi um dia também, não é Paim? Metalúrgico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim, com muito orgulho.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – E eu fui de uma empresa de transportes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sou muito fiel às minhas raízes. Sei de onde eu vim, por que estou aqui, e sempre olhando para os nossos trabalhadores que estão nas fábricas, nas ruas, enfim...

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Verdade. Eu sempre escuto o seu histórico. Esse currículo é muito rico.

O que eu gostaria de discutir hoje nesta Casa, na verdade, é o que é bom para o ser humano, o IDH. Discute-se muito IDH.

O que é o razoável em matéria de lucro? Aí, me desculpe o autônomo, me desculpem os empregados, nós todos tentamos burlar um pedacinho seja de qual lei for, ou por interesse próprio, financeiro, pessoal. Mas ninguém pensa naquilo que a gente tenta discutir dentro do Brasil, ou seja, nós discutimos a redução da jornada de trabalho para seis horas, para termos uma condição de vida melhor, discutimos um frete melhor para

o autônomo e um salário melhor para o trabalhador, mas, quando sobra um espacinho, a gente tenta burlar mais uma vez para ter um pouquinho mais de lucro e nesse pouquinho mais de lucro é que se esvaem as vidas por essas rodovias. Isso é da natureza do ser humano principalmente no Brasil.

Eu gostaria de citar duas pessoas que não estão aqui, que é o Epitácio, da Federação do Paraná, também um grande lutador em relação à Lei 12.619...

Gostaria de deixar também bem claro algo sobre esses congressos que aconteceram em Campinas. Na verdade, Senador Paulo Paim, o senhor também está nessa luta com a gente, a das contribuições sindicais. Isso foi um passivo que foi gerado lá. Tem que deixar isso público, porque isso passa, inclusive, por nós dirigentes sindicais. Faço essa lição para mim e para os empresários. Foi da geração de um passivo que nós fizemos um acordo com o Ministério Público, que não está para agradar a nós sindicalistas, nem a todos. Temos as nossas divergências, mas, nessa hora, nós nos unimos, pois é interesse da Nação e do cidadão. Dali, o Dr. Rafael enxergou junto com a gente, com nossos advogados, com o jurídico, com a militância, que era interessante começar a fazer a lição de casa, Senador. O que era a lição de casa? Tentar discutir a vida desses trabalhadores do transporte em todos os segmentos.

É difícil chegar a uma Mesa rica como essa. O que o Dr. Paulo Douglas colocou em relação ao transporte ferroviário – o senhor conhece já o portuário, porque o senhor esteve com a gente – é que os interesses são muito grandes. Agora, o lucro, o dinheiro não dá moleza para ninguém, não, Senador, o senhor sabe disso. Ninguém quer pagar uma conta maior, ninguém quer perder um contrato com o estrangeiro.

Hoje eu acho que a soja e o tomate mais valem no País do que dinheiro em banco, do que ouro, do que dólar. Essa discussão é muito grande. Estão lá colocando 20% de soja e o resto de trigo sem vergonha, e milho, e dando chapéu nos gringos lá fora. Isso está acontecendo no Porto de Santos. Isso é para o senhor ver como está a situação.

Agora, em relação às rodovias, antes da lei, como falou o Dr. Paulo Douglas, como a gente trabalhava? Não era na rodovia que se parava, Senador, porque o assalto não é de agora, mas de muitos anos. É matéria de segurança. Ninguém mais para num lugar bonito para ficar olhando a vista, tomando aquela cachacinha que tomavam no passado sem pensar no acidente, outro cheirando uma cocaína. E não era com pressa de entregar mercadoria, não, porque não tinha pressa naquele tempo.

Hoje, com o País bombando do jeito que está, não tem caminhão. Isto é para se deixar público: não tem caminhão hoje para carregar a safra que o Brasil está produzindo. Como eu citei logo no início, o senhor pode ver a matéria – passo para o senhor, está no nosso *tablet* –, em 30 horas, um motorista com caminhão, seja empregado ou autônomo, dentro do Porto de Santos... O senhor acha que vai ter caminhão para buscar de novo a soja lá? Não está tendo. Não está tendo. A soja está ficando coberta com uma lona, apodrecendo no pé ou embaixo da lona, porque não dá tempo de buscá-la.

Agora, o que está faltando realmente no Brasil? Não é só a lei; é a logística para isso tudo funcionar, porque se faz do motorista e do caminhão um silo, um depósito. Ele é jogado ao léu e deixado na rodovia ou nas Companhias Docas da vida, nos portos, nos armazéns, nos supermercados. Com qual resultado? Aí entra o Ministério Público buscando um passivo trabalhista junto com os sindicatos, mas e o ser humano? Onde ele fica naquela hora? Desculpe-me o autor, mas não tem que ter quatro mais quatro; tem de ser só seis horas com um bom frete que desse para pagar a prestação do seu caminhão, a escola do seu filho, a educação e a saúde, o que não acontece realmente. Isso para nós é que é o importante.

Agora também não dá para discutir o motorista querendo fazer um monte de hora extra e você querendo fazer um monte de horas para carregar mais frete. Eu acho que o justo é que não está sendo discutido no Brasil: a logística.

O Dr. Paulo Douglas sempre disse: "Pestana, um dia vocês vão perder em representação." Vamos mesmo. Eu quero perder para ferrovia, que sei que vai chegar com mais qualidade e menos risco.

Então, desculpe tomar o tempo Senador, mas para nós foi muito importante. Cada dia que passa discutir o IDH do cidadão brasileiro é importante para a gente.

Mais uma vez deixo bem claro: é uma pena que falta aqui o Dr. Rafael e o Epitácio, do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Valdir de Souza de Pestana, da Federação dos Trabalhadores Rodoviários...

O SR. UBIRACI OLIVEIRA – Senador, só uma coisinha, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

O SR. UBIRACI OLIVEIRA – É que a gente gostaria de deixar gravado aqui que nós defendemos essa questão das quatro horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está claro. A posição está clara e ficou documentada.

O SR. UBIRACI OLIVEIRA – Foi colocado pelo companheiro no final, mas eu queria registrar porque a colocação não é só dele e do Vantuir; é de um conjunto de companheiros que quer ter uma apreciação posteriormente, como falamos, através do estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso fiz questão de dizer... Essas foram as propostas encaminhadas, e eu disse que para cada uma dessas propostas haveria outra audiência pública, se necessário. Mas as propostas foram encaminhadas, e cada um que as encaminhou ficou com o nome registrado. Na construção do estatuto haverá esse debate.

Todos sabemos que a jornada é um dos pontos que mais pega, todos que estão na trincheira de melhorar a qualidade de vida dos rodoviários sabemos que temos caminhar com muito cuidado na questão da jornada, que é o que divide as visões sobre a importância do trabalho de qualidade para nossos rodoviários e das vidas.

Todos podem colocar seu ponto de vista. Eu, por exemplo, quando apresentei, coloquei um bem radical, e de lá para cá já mudou muito.

Pessoal, muito obrigada a todos. Foi uma alegria enorme.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 12 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia doze de março de dois mil e quatorze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúnem-se as Comissões Permanentes de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Paulo Paim e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 117 de 2013-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, e do de nº 15 de 2012-CRE, aprovados em 04/12/2013 e 29/03/2012, respectivamente, para "Debater sobre a Convenção de HAIA, com ênfase na situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos, tendo em vista as diferenças de suporte legal que os diversos países adotam sobre a questão, bem como sobre as ações adotadas pelo governo brasileiro para solucionar tais problemas". A Senhora Presidenta apresenta a convidada, Ministra Maria do Rosário Nunes, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e solicita que tome lugar à mesa. Dando continuidade, faz suas considerações iniciais acerca do tema desta Audiência Pública. A seguir, o Senador Eduardo Suplicy sugere que o Senhor Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), seja convidado a tomar lugar à mesa. A Senhora Presidenta convida o Conselheiro a sentar-se e lhe franqueia a palavra, para suas considerações. A senhora Presidenta passa a palavra para a Ministra Maria do Rosário Nunes, que faz sua apresentação. Por sugestão do Senador Eduardo Suplicy, a Senhora Presidenta concede a palavra à Senhora Eliana März, mãe e vítima da má aplicação da Convenção de Haia. A Senhora Presidenta franqueia a palavra aos representantes do Ministério das Relações Exteriores presentes no Plenário da Comissão para responder às indagações da Senhora Eliana März. Apresenta-se o Senhor Leonardo Collares, Servidor do Ministério das Relações Exteriores, que faz suas considerações acerca daquelas indagações. A Senhora Presidenta concede a palavra a Senhora Natália Camba Martins, Advogada da União, no Departamento Internacional da AGU, que faz suas considerações. O Senador Eduardo Suplicy lê cartas de mães que suportaram problemas relacionados à guarda de seus filhos, por motivo de divergências entre normas internacionais. Ao término das exposições, a Senhora Presidenta concede a palavra à Ministra para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) realizar audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a questão da adoção internacional; 2) solicitar informações a órgãos brasileiros e à Embaixada da Alemanha a respeito do caso da Senhora Eliana März; 3) avaliar a possibilidade da "PEC nº 5" ser votada para aprimorar a nossa legislação. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita, e os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pelo Senhor Presidente da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 5ª Reunião da Comissão Permanente de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Essa audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (http://bit.ly/CDHHaia) e do Alô Senado (0800 6122 11), conforme aparece aqui na nossa tela.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos dos Requerimentos nºs 117, de 2013, da CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, e 15, de 2012, da CRE, aprovados em 4 de dezembro de 2013 e 29 de março de 2012, respectivamente, para debater sobre a Convenção de Haia, com ênfase na situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos, tendo em vista as diferenças de suporte legal que os diversos países adotam sobre a questão, bem como sobre as ações adotadas pelo Governo brasileiro para solucionar tais problemas.

A nossa convidada, já está aqui conosco, a Ministra Maria do Rosário Nunes, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Antes de passar a palavra à Ministra, eu vou pedir licença à S. Exª, para fazer a leitura de um texto, Srª Ministra, considerando que neste fim de semana foi aberta a Campanha da Fraternidade de 2014 pela CNBB em todas as dioceses e arquidioceses de nosso País. Este ano a Campanha da Fraternidade trata de um tema extremamente importante relacionado ao tráfico humano.

Então, rapidamente, vou fazer a leitura de um texto, apenas para introduzir essa temática na Comissão de Direitos Humanos. Quero dizer que esse é um tema que sempre foi trabalhado pelo Senado Federal, inclusive já houve CPI a esse respeito, e agora está prevista também uma sessão solene sobre o assunto para que possamos, de fato, contribuir com as reflexões, com os debates, porque é necessário também subsidiar a sociedade brasileira com informações a respeito do tema.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, lançou no dia 5 de março, em Brasília, a Campanha da Fraternidade de 2014. Para este ano o tema escolhido foi "Fraternidade e o Tráfico Humano". Entre os objetivos apresentados no texto-base da campanha estão denúncias de estruturas e situações causadoras de tráfico humano, a reivindicação de políticas públicas e meios para reinserção das vítimas, além da promoção de ações para prevenir o problema.

Segundo a ONG Walk Free, são 30 milhões de pessoas no mundo exploradas no tráfico humano. Relatório da Organização Internacional do Trabalho aponta 21 milhões de pessoas no mundo e 1,8 milhão só na América Latina.

Segundo o relatório da ONU, o crime de tráfico de pessoas gera um lucro de US$32 milhões. O relatório também informou que o tráfico para exploração sexual registra 58% de todos os tipos de tráfico encontrados em todo o mundo, enquanto a percentagem de casos detectados para trabalho forçado dobrou nos últimos quatro anos, atingindo 36%.

Este é um tema que diz respeito a todas as pessoas de bem. O Congresso Nacional já tomou diversas iniciativas para combater o tráfico humano: CPIs foram criadas, denúncias são recebidas com frequência e encaminhadas para as autoridades competentes.

De toda forma, penso que estamos diante de uma oportunidade ímpar para avançarmos nessa luta contra o tráfico de seres humanos. E é preciso avançar.

A CNBB, com sua presença capilar no País e com sua capacidade de divulgar e recolher denúncias e sugestões para formularmos políticas públicas, foi muito feliz em tratar desse tema na edição da campanha de 2014.

A iniciativa é de fundamental importância. Quero externar publicamente meus cumprimentos pela oportuna e feliz escolha do tema. A CNBB, como sempre, muito assertiva na escolha dos temas para reflexão durante o período da Campanha da Fraternidade.

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reconheceu publicamente que o número de inquéritos policiais abertos sobre o tráfico de pessoas é muito pequeno em relação ao volume da realização desse crime, porque há uma resistência das pessoas em denunciar o tráfico.

A Campanha irá encorajar as pessoas a se engajarem nessa luta. Estamos diante de uma oportunidade de junção de forças da sociedade com todos os órgãos públicos que têm interface com o tema, como a Polícia

Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, as Casas Legislativas, os governos estaduais e municipais, entre outros.

O Ministro também já anunciou que será criado um comitê conjunto que vai buscar aprimorar as políticas de Estado, receber sugestões e enraizar a atuação da sociedade sobre o tráfico de pessoas. Vamos apoiar essa iniciativa com todos os meios que estão ao nosso alcance.

A nossa Comissão de Direitos Humanos deve se somar à mensagem do Papa Francisco para a Campanha da Fraternidade. Em carta aos brasileiros, o Pontífice destacou que não se pode ficar impassível ao fato de seres humanos serem tratados como mercadoria, citando a exploração de trabalhadores, as mulheres obrigadas a se prostituir e o tráfico de crianças para remoção de órgãos. O Papa pediu que os fiéis usem a consciência e concluiu: "Como se pode anunciar a alegria da Páscoa sem se solidarizar com aquelas cuja liberdade aqui na Terra é negada?"

Por fim, esperamos que a Campanha da Fraternidade sensibilize o coração da sociedade e também das autoridades, pois essa luta é de todos nós.

Isso é apenas uma introdução sobre o tema. Iremos aprofundar a partir das próximas reuniões.

Dando sequência aos nossos trabalhos, antes de conceder a palavra à Ministra Maria do Rosário, quero registrar aqui a presença do Senador Eduardo Suplicy, um Senador altamente comprometido também com o tema que vamos debater aqui hoje. Quero registrar também a presença do Dr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também é uma pessoa altamente comprometida com esses temas relacionados ao assunto de hoje e com a questão dos direitos humanos. Temos a alegria de poder recebê-lo aqui hoje, Dr. Guilherme. Sei que o senhor não vai poder ficar até o final, por isso não está aqui à Mesa, mas é uma alegria recebê-lo. Também quero registrar a presença de Jorge Lima, Coordenador-Geral, Autoridade Central Administrativa Federal da Presidência da República, da Secretaria de Direitos Humanos. E temos aqui a presença de outras pessoas, que, posteriormente, faremos o registro.

Vou conceder a palavra à Ministra Maria do Rosário. Nosso debate é sobre a Convenção de Haia. Já informei no início qual é o objetivo.

Também temos a presença de uma das mães, Eliana März, que posteriormente, com certeza, vai se manifestar.

O nosso objetivo é discutir a situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos, tendo em vista as diferenças de suporte legal que os diversos países adotam sobre a questão, bem como as ações adotadas pelo Governo brasileiro para solucionar os problemas.

Srª Ministra, com o tempo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidente, Senadora Ana Rita, meus cumprimentos à Ministra Maria do Rosário. Dada a relevância da presença do Conselheiro Guilherme Calmon Nogueira da Gama, e pela forma cooperativa com que ele tem agido junto a esta Comissão, e com a própria Ministra, então, para que ele assista pelo menos à exposição inicial da Ministra Maria do Rosário, eu gostaria que V. Exª o convidasse para compor à Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Ah, sim. Então, Conselheiro Guilherme Calmon venha até a nossa Mesa. *(Pausa.)*

Obrigada, Senador Eduardo Suplicy. Eu havia feito uma consulta a S. Sª anteriormente, mas ele preferiu não vir. Mas, que bom que V. Exª deu essa possibilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Inclusive, sobre outro tema que é de grande interesse da Ministra Maria do Rosário, nós tivemos um diálogo, e ele vai colaborar conosco nos próximos dias sobre a questão do debate que se está desenvolvendo relativamente à maioridade penal. Portanto, é importante essa interação com o Dr. Guilherme.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Dr. Guilherme, a Ministra disse-me que se o senhor quiser fazer a sua fala antes da dela, o senhor pode ficar à vontade. Sabemos que o senhor tem agenda... Se o senhor quiser se manifestar...

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – Bom dia a todos!

Eu queria, primeiramente, saudar a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; cumprimento também o Senador Eduardo Suplicy e agradeço pela deferência, é uma honra compor aqui esta tão seleta Mesa. Saúdo também a Ministra Maria do Rosário, Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na pessoa de quem cumprimento todos os servidores e autoridades que trabalham na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em especial o Dr. Jorge.

Sabemos das dificuldades que existem em relação ao tema. Mas, quero, na condição até de uma pessoa muito interessada no tema, seja no campo profissional, seja no campo acadêmico – tenho uma pesquisa de-

senvolvida a respeito do tema – pontuar que essa é uma das questões mais difíceis que hoje, no Brasil, temos enfrentado, relacionada exatamente a maior efetividade dos direitos humanos em relação ao cumprimento das convenções e tratados internacionais que envolvem especialmente crianças e adolescentes.

No âmbito da Convenção de Haia – evidentemente a Ministra terá oportunidade de trazer aqui várias informações importantíssimas –, o conceito de criança é um conceito diferente do conceito que o Brasil adota internamente. Para fins da Convenção de Haia, consideramos criança aquela pessoa de até 16 aos de idade e não o adolescente que está entre 12 e 18 anos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso vem demonstrar, pelos conceitos próprios que a Convenção de Haia apresenta, que é preciso um olhar diferenciado, é preciso uma capacitação por parte dos profissionais e uma sensibilidade por parte das pessoas envolvidas para que, de fato, olhem que, naquele caso, naquele processo, naquele procedimento no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, na Acaf e no Judiciário, existem crianças que têm sua formação psíquica desenvolvida exatamente – obviamente também a formação física – nesse período, até os 16 anos de idade.

Então, se não houver um comprometimento e uma efetiva atuação de todos os órgãos e instituições para dar efetivo cumprimento àquilo que tem que ser, especialmente em relação a assegurar o princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente, sem dúvida, não chegaremos a lugares muito saudáveis.

Cumprimento, então, esta Casa Legislativa pela iniciativa de realizar esta audiência pública porque, de fato, o tema é da mais alta relevância, e eu tenho oportunidade de poder aqui assistir e participar dessa discussão.

Muito obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Dr. Guilherme, é sempre um prazer recebê-lo aqui.

Com certeza, teremos a oportunidade de conversar com o senhor em outras ocasiões em função dessa discussão da maioridade penal.

Obrigada pela presença.

Concedo agora a palavra à nossa Ministra, Maria do Rosário.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Quero, inicialmente, cumprimentar a Senadora Ana Rita e agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos que, aqui, realiza uma audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores, e dizer que para nós, da Secretaria de Direitos Humanos, é uma honra comparecer mais uma vez a esta Comissão tão bem dirigida por V. Exª e tão atenta a todos os temas do Brasil, em especial aos direitos da criança e do adolescente.

Recentemente, atuamos de forma conjunta também em relação à situação de Coari, na proteção das meninas, e recebemos várias demandas a partir da Comissão de Direitos Humanos e do trabalho das Senadoras e Senadores.

Eu quero destacar, portanto, que esta audiência está colocada no plano dos direitos de crianças e adolescentes. Estejam elas no Brasil ou no exterior, a nossa responsabilidade é idêntica e a linha que nós implementamos, além da referência da Convenção dos Direitos da Criança, é sem dúvida o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal.

Então, eu quero cumprimentá-la e agradecer imensamente o convite em nome da Secretaria de Direitos Humanos. E, igualmente, cumprimentar o Dr. Guilherme Calmon, Conselheiro do CNJ, que tem dedicado boa parte das suas atribuições à atenção aos direitos da criança e dos adolescentes brasileiros. Agradeço essa parceria. E também cumprimento o Senador Eduardo Suplicy, que já havia buscado a realização dessa reunião com as mães, que têm o que dizer e é importante que sejam ouvidas no nosso País e nesta Casa no âmbito da Comissão de Relações Exteriores. Realizamos esta audiência hoje com esse sentido de trabalhar os direitos humanos para além das fronteiras geográficas, mas com olhar naquilo que deve nos unir, que são os direitos humanos de um modo geral.

Eu gostaria também de cumprimentar a Drª Natalia Martins, advogada da União, coordenadora do núcleo da AGU que trabalha com o tema de direitos e disputas internas. E também cumprimentar o Jorge Lima, que é o Coordenador-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), com a equipe de trabalho que está aqui.

E não posso deixar de registrar como muito relevante – e uma aprendizagem para todos nós, para lidarmos com isso e buscarmos enfrentar essa realidade – a presença da Eliana März, como mãe de uma menina, e que hoje participa aqui certamente com a história dela, Eliana, mas que também é uma história que diz respeito a muitas outras mães. Então, tomo esse seu depoimento posterior já como um alerta para o Estado, a fim de que não deixe de ser humano, sobretudo, e compreenda com essa ótica suas atribuições.

Bom, a nossa meta é apresentarmos o que o Governo está realizando e como estamos agindo como Estado diante da Convenção de Haia. Em primeiríssimo lugar, quero dizer a vocês que o Brasil participa, no âmbito

internacional, do que ficou compreendido e das responsabilidades de cumprir os princípios da Convenção de Haia, que foi ratificada por 91 países. Foram mais de vinte anos de debate até chegarmos à Convenção de Haia.

Senador Suplicy, a Convenção de Haia é um avanço civilizatório na relação entre as nações e os Estados nacionais. Antes da Convenção de Haia nós tínhamos princípios difusos, mas os procedimentos não estavam delineados de forma a preservar o princípio mais elementar que ela nos traz que é o superior interesse da criança. Se há algo que, seja no Brasil ou em qualquer dos países participantes, da Convenção de Haia que deve ser observado, Senadora Ana Rita, é o superior interesse da criança.

Aqui interessa menos a disputa entre países. Não deve haver uma disputa entre países. Não deve haver uma disputa entre Estados nacionais. Não deve haver uma disputa política entre quem ganha ou quem perde, quando se decide que uma criança deve estar em um país ou em outro país. Tampouco deve haver uma disputa somente entre pais, uma análise que priorize a avaliação dos genitores.

Diante de um impasse entre os genitores, diante de uma situação que ultrapassa qualquer limite no estresse e que prejudica essa criança é que os Estados nacionais, que são chamados a agir a partir justamente, em geral, de um dos genitores ou de quem queira arguir uma necessidade diferenciada do que vive a criança, é que nós devemos agir.

Portanto, nós não agimos de plano. Nós agimos diante de um impasse. Quando há acordo no âmbito dos genitores não existe qualquer referência à utilização da Convenção de Haia. Ela é um instrumento diante do desacordo. E eu faço questão de dizer isso, porque quando chega, então, no plano da atuação dos Estados nacionais, aí esses Estados nacionais devem cumprir alguns princípios. E o primeiro deles, eu acredito que é a referência mais ampla e mais correta, é o superior interesse da criança envolvida. A partir dele se estrutura uma série de outros procedimentos.

Bem, dito isso, o Brasil, ao adotar os princípios da Convenção de Haia, tanto no que diz respeito aos aspectos civis do sequestro internacional de criança, que é assim que é chamado no plano internacional, a retenção por um dos genitores em um dos países, tanto nesse aspecto quanto no aspecto da adoção internacional, nós temos uma autoridade central constituída. Essa autoridade central foi constituída por decreto, portanto, por ato do Presidente da República, amparada na ratificação dos documentos, dos tratados internacionais no âmbito de Haia e com esses dois objetivos é que a autoridade central atua no País, a Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf) atua no Brasil, sob a responsabilidade, como autoridade central, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Então, além de todas as atribuições que nós devemos exercer no plano interno, com a cooperação e o trabalho integrado ao Itamaraty, aos consulados, o trabalho do Ministério de Relações Exteriores, nós exercemos, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que também foi definida por lei, portanto, já em caráter permanente no Brasil, não mais uma Secretaria Especial, ela tem a atribuição de exercer aquilo que é referência para a Convenção de Haia, que é justamente o papel de Autoridade Central Administrativa Federal.

Diante desses dois braços, antes de fazer uma breve apresentação sobre a matéria que, internacionalmente, é chamada de sequestro internacional, eu quero destacar a importância de a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Relações Exteriores também se dediquem ao tema da adoção internacional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que é de 1990, foi muito genérico ao tratar do tema da família substituta, especificando, em 1990, exclusivamente a tarefa de que, diante da impossibilidade de a criança permanecer com a sua família original, a adoção, a família substituta se configura como uma forma de assegurar o direito à família como um direito da criança crescer em uma família.

Posteriormente, nós tivemos um amplo debate na Câmara e no Senado e aprovamos uma lei nacional sobre adoção de crianças, que foi incorporada ao corpo do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo um conjunto de questões sobre adoção no Brasil, mas, particularmente, estabelecendo regras e procedimentos sobre a adoção internacional.

Então, eu considero relevante dizer isso, porque a Acaf, também como autoridade central no âmbito da adoção internacional, tem algumas atribuições, ponto que eu chamaria a atenção da importância para que o Senado Federal acompanhasse. Primeiro, a Acaf tem a responsabilidade de credenciar organismos estrangeiros e nacionais voltados à adoção internacional. Então, hoje, não pode qualquer pessoa entrar no Brasil e promover a adoção internacional.

Esses organismos que fazem esse trabalho, que têm conexões com isso, que são italianos, noruegueses, franceses, enfim de qualquer nacionalidade, precisam se credenciar na Autoridade Central e demonstrar que os procedimentos que realizam são adequados à Convenção de Haia, adequados à legislação interna, e que, posteriormente à adoção internacional, a criança estará em condições adequadas. Ou seja, o Brasil tem a preocupação de não promover a adoção internacional sem critérios.

Agora há pouco, a Senadora Ana Rita homenageava, com justa razão – quero me somar a isso –, a CNBB pela medida tomada de chamar a atenção para as questões relacionadas ao tráfico de seres humanos, ao tráfico de crianças.

Aqui, num diálogo com a CNBB quanto aos procedimentos adotados, queremos dizer que, ao longo de cada ano, o Estado brasileiro, tanto o Poder Executivo, quanto o Poder Judiciário, o CNJ, que estabelece suas regras, o Poder Legislativo brasileiro, o Ministério Público, enfim o Estado nacional brasileiro tem atuado para configurar condições que enfrentem essa realidade, estruturando princípios, normas e procedimentos que sejam fiscalizados.

Então, hoje, temos a clareza de um rol de procedimentos – talvez, essa palavra não seja a mais adequada – hierarquizados no País. A referência principal é que a criança permaneça com a família original; tudo deve ser feito em termos de renda, de atendimento e de política social para que ela permaneça com sua família.

Senador Suplicy, o senhor tem uma vida dedicada a demonstrar que a pobreza não é motivo para alguém se afastar dos seus filhos.

Este é um aspecto que deve ficar claro: se, diante da violência, do abandono, das situações de violência, fica decidido por um juiz que a criança não tem condições de permanecer com sua família original, então, uma família brasileira, através do Cadastro Nacional de Adoção, em qualquer lugar do Brasil, pode e deve ser localizada. Então, a adoção nacional tem prioridade diante da adoção internacional. Nos casos de adoção internacional, há de se seguir um rito. É preciso utilizar, inclusive, essas organizações parceiras e credenciadas. A atuação deve se dar dentro desses princípios. Leva-se em conta o tempo de maturação dessas pessoas adotantes dentro do próprio País e o período de convivência. Há uma série de questões que a Acaf fiscaliza em conjunto com o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, que reúne desembargadores de todo o Brasil. O próprio CNJ participa conosco, debatendo esse tema.

Então, ainda que eu não queira me estender, quero chamar a atenção para isso, porque esse é um tema humanitário importante e é um dos trabalhos que a Acaf, sob a coordenação de Jorge Lima, realiza com essa equipe, à qual tenho apenas agradecimentos a fazer, com o reconhecimento da sua dedicação e do seu trabalho.

Passado esse aspecto, vamos ao tema em si desta audiência. É um tema relevante e desafiador que diz respeito à subtração internacional de crianças.

Mesmo rapidamente, vou me valer da apresentação da Autoridade Central Administrativa Federal.

Senadora, quais são os objetivos da Convenção de Haia? Retornar a criança para o seu país de residência habitual, para que, no juízo competente, se discutam as questões do fundo de guarda. Além disso, a Convenção também prevê a cooperação para a regulamentação do direito de visitas.

O que são esses dois aspectos? A Acaf não debate a guarda. A Secretaria de Direitos Humanos não tem nenhum poder de decisão como Autoridade Central sobre de quem deve ser a guarda, sobre qual a decisão justa a ser tomada para que a guarda seja do pai ou da mãe. Nós não fazemos nenhuma escolha a respeito de qualquer dos genitores e não temos, nem de acordo com a Convenção, nem de acordo com nossas atribuições administrativas, que são coerentes com a Convenção, a atribuição de decisão da guarda. Como eu disse, nós lidamos com litígio, mas esse litígio deve ser decidido em tribunais, no âmbito do Poder Judiciário. Nós somos uma autoridade administrativa.

Agora, se há um princípio do superior interesse da criança, o segundo princípio da Convenção de Haia em matéria de retenção de crianças e de subtração internacional é o da residência habitual. Isso vale em todos os sentidos: uma criança que é trazida para o Brasil ou uma criança que é levada do Brasil para outro país. Nesses casos, nos dois casos, deverá ser observado o tempo em que a criança já vivia em determinado país. O fato de ela ser trazida para o Brasil e o outro genitor reivindicar, em um outro país, que não concordou com a sua vinda para o Brasil e essa criança ter uma vida estruturada nesse país onde ela estava anteriormente, antes de vir para o Brasil, estabelece, sim, responsabilidade, de acordo com a Convenção, de que o fórum onde será decidida a guarda é o fórum da residência habitual. Então, sempre, em qualquer circunstância, favorável à permanência no Brasil ou desfavorável, o fórum de decisão será o da residência habitual. A guarda não é decidida no lugar para onde a criança foi levada; ela é decidida no lugar onde ela vivia até o momento de onde ela foi trazida.

Além disso, a Convenção também assegura que nenhum dos genitores poderá ter uma atribuição exclusiva de permanência, a não ser que existam situações de violência. A não ser que existam motivos judicialmente comprovados de violência, ambos os genitores devem estar em contato com a criança – no caso, até os 16 anos, como destacou o Dr. Guilherme Calmon, diferentemente do que nós temos como criança no Brasil de acordo com o Estatuto, que é até 12 anos. E essa cooperação também estrutura como essas visitas serão asseguradas, não sendo possível, e devendo ser monitorada, a alienação parental, que é também algo previsto na legislação brasileira e no âmbito da Convenção de Haia.

Cooperação internacional ativa.

O que nós chamamos de cooperação internacional ativa? É quando a criança é levada do Brasil para o exterior. Então, a Acaf aciona a Autoridade Central estrangeira, requerendo o retorno da criança para o Brasil. Nesse caso ativo, de crianças brasileiras ou residentes no Brasil levadas para o exterior, nós temos 16% dos casos.

Agora vamos ver como é o caso de cooperação. Sempre é uma cooperação internacional. Então, participarmos da Convenção de Haia pressupõe a responsabilidade de cooperarmos entre países.

A cooperação internacional passiva é quando a criança é trazida do exterior para o Brasil. Uma criança residente no exterior, uma criança brasileira ou com dupla nacionalidade, ou estrangeira, independentemente da nacionalidade, que é trazida do exterior para o Brasil e que, lá no outro polo, observa-se que ela não poderia ter sido trazida. Então, naquele polo, naquele país, a pessoa, o genitor que se considera prejudicado aciona a Autoridade Central do seu país, e a Autoridade Central do seu país solicita à Autoridade Central brasileira um posicionamento. Dessa forma, requer o retorno da criança.

Em geral, o que essa Autoridade Central estrangeira procura configurar? Que havia vivência, que a residência habitual da criança era lá, não era aqui. Que havia matrícula de escola, presença na vida escolar, enfim, estruturada. Então, nós temos 171 casos em tramitação para retorno das crianças, portanto, em situação passiva...

(Interrupção fora do microfone.)

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Não, aí nesse caso, para retorno para o Brasil ou para fora do Brasil são 148. São 171 casos que solicitam retorno para o local de origem. São 148 casos, 86% das crianças, o que corresponde a 185 crianças, visto que há casos que envolvem mais de uma criança. São casos nos quais outro país solicita que as crianças que estão no Brasil sejam devolvidas. E 23 casos, menos que 16, portanto, 14 casos de crianças que eram residentes no Brasil – 29 crianças – e que foram levadas para o exterior. São 214 crianças de 27 países, de um total de 213, como foi dito ali. Um total de 264 crianças, agora, nesta semana, mais precisamente ontem – não é? –, dia 11 de março.

Então, aqui estão as estatísticas de como é que estão. Nós vamos deixar isso para os Senadores.

Todos os casos são acompanhados praticamente diariamente; a cada semana, cada um deles é trabalhado.

Existem casos que são recusados. Como é que se dá essa recusa? A recusa pode se dar no plano administrativo. A Acaf tem autoridade para dizer que não será ajuizado, que nós não daremos sequência, porque observamos, então, que o interesse da criança neste caso, realmente, o genitor, que busca outra decisão, está pensando mais naquilo que ele considera importante para si do que para a criança, e, assim, não tem o apoio da Convenção de Haia. Por exemplo, quando não há nenhum traço que identifique que a criança tinha uma residência habitual no país para onde ele reclama que ela volte, nós não damos prosseguimento.

Essa questão da residência habitual é uma linha divisória, porque está expresso que a guarda não será decidida no país para onde foi levada a criança; é, contudo, decidida no sentido da preservação da criança no local onde ela tinha residência habitual, onde ela está acostumada ao idioma, onde ela frequentava a escola, onde ela tem parentes, onde ela tem amigos, já que o foco é a criança.

Então, aqui, são os casos passivos, volto a dizer: crianças brasileiras ou estrangeiras residentes em outro país trazidas para o Brasil.

Por que há essa diferença tão grande entre casos que entram no Brasil e casos que saem do Brasil? Eu considero também, do ponto de vista humanitário e das responsabilidades do Estado brasileiro – e é importante sublinhar isso –, que há uma diferença muito grande entre casos em que o Brasil é demandado pelos outros países sobre crianças que foram trazidas para o Brasil e que agora de outro país se demanda que sejam enviadas de volta, nos termos da Convenção; e casos em que o nosso País demanda sejam trazidas de outros países para cá.

Senadora Ana Rita, ocorrem dois movimentos que eu considero importante destacar. O primeiro é que nós temos mais de dois milhões de brasileiros e brasileiras que vivem no exterior – 2,5 milhões, se não me engano. O Itamaraty indica cerca de 2,5 milhões de brasileiros vivendo no exterior. Esses brasileiros e brasileiras, com o advento da crise econômica a partir de 2008 em vários países desenvolvidos, começaram a trilhar o caminho de volta, e, ao trilharem um caminho de volta, nada mais natural que eles tragam as suas crianças, o que pode significar a vinda das crianças sem um acordo estabelecido previamente com o outro genitor ou com uma espécie de arrependimento do outro genitor. Também existem casos onde há esse acordo inicialmente, em que as mães – em geral são as mulheres –, chegando ao Brasil, apresentam a declaração de que esse acordo existia, mas que ele não foi suficientemente documentado num primeiro momento e, lá no outro país, o genitor que permaneceu ingressa na Acaf do seu país, buscando um posicionamento do Brasil acerca do tema.

Bom, isso é um fenômeno: o retorno diante da crise econômica e o não acordo, a ausência de acordo entre os genitores e de formalização de acordos, mesmo, que existam. O outro aspecto que nós queremos destacar, positivamente para o Brasil, é que o Brasil tem uma relação de maior atenção à saída de crianças que estão no Brasil do que os outros países têm.

Para uma criança brasileira sair do País, viajar para fora do País, ela não embarcará, em qualquer viagem, sem a autorização expressa de ambos os genitores, o que não ocorre, Senador Suplicy, em grande parte dos países. Em grande parte dos países, a guarda possibilita que a mãe ou o pai viajem com seus filhos sem que tenha sido autorizado em cartório ou por um juiz, sem que o outro genitor tenha, realmente, manifestado, expressamente, essa autorização.

Então, de lá para cá, a existência de um passaporte e a vinda com um dos genitores é autorizada.

Outro aspecto: muitas vezes, crianças, querido Senador Paim, com dupla cidadania, com dois passaportes, o que também explica crianças que foram retiradas do Brasil e que nós solicitamos que retornem. Saíram com outro passaporte e, na verdade, nós consideramos que são brasileiras, não é?

Então, essa questão da dupla cidadania nos traz elementos que talvez devamos regrar melhor, até mesmo no plano brasileiro, com um cadastro de cidadãos brasileiros com dupla cidadania que nos possibilite, por exemplo, no âmbito pelo menos das crianças – e é apenas o que eu busco aqui –, protegê-las de forma mais objetiva. Mas o fato é que a nossa Polícia Federal não tem autorização para permitir o embarque de qualquer criança, de qualquer adolescente com um dos genitores sem que o outro tenha, claramente, assinado a autorização para essa viagem.

Da Alemanha para o Brasil, da França para o Brasil, de vários países para o Brasil, um só genitor pode viajar com o seu filho e, aí, o outro que fica lá se sente prejudicado diante da busca de se estabelecer permanentemente no Brasil, no caso, com a criança que é também seu filho, aí, recorre.

Há, também, aí sim, um problema para nós, que nós, realmente, precisamos aprimorar que é a questão, além da dupla nacionalidade, da necessidade de maior atenção às fronteiras secas do Brasil.

Nesse caso, nós acreditamos que devemos observar mais o tema das fronteiras secas.

Aqui, portanto, nós demonstramos quais são os países com os quais nós temos um maior número de casos – passivos, portanto –, casos nos quais a criança, brasileira ou não, residente em outro país, veio para o Brasil.

Então, Portugal, 35; Itália, 21; Estados Unidos, 19; Espanha, 14; França, 12; Argentina, 06. São 107.

Agora, a Acaf produziu, aqui, uma comparação também para observamos a comunidade brasileira em cada uma das nações, o que é relevante.

Então, os Estados Unidos, que têm a maior comunidade brasileira, entre todos esses países, em números absolutos, são o terceiro em termos de retenção de crianças que vieram para o Brasil. O primeiro é Portugal, que é o quarto país em termos de comunidade brasileira.

Então, é apenas para vocês verem, também, essa atenção. Então, retomo aqui. Vou deixar nos objetivos centrais.

Agora, a Convenção, Senadora, a legislação não é infalível. Nós mesmos baixamos, agora, a Portaria de nº 34, em 29 de janeiro, para criamos uma comissão permanente sobre subtração internacional de crianças, justamente para que a Acaf verifique o funcionamento de recursos que as famílias têm no plano administrativo ainda.

Então, esta Comissão, formada por autoridades que atuam na área dos direitos da criança e no plano internacional, irá contribuir com a Acaf, com o Estado brasileiro, para resolução de questões que estão em aberto, e para que sejamos melhores diante disso.

Quero concluir dizendo que, mesmo quando há uma decisão de retorno de uma criança, não nos sentimos como quem conclui a sua missão. Então, estamos procurando oferecer seja a Secretaria de Direitos Humanos, a Acaf, seja o Ministério de Relações Exteriores, o apoio necessário, talvez muitas vezes insuficiente ainda aos olhos de alguém que está distante de seus filhos, que tem essa luta e essa causa como uma causa de vida. Costumo dizer para muitas mães e tive oportunidade de conversar com a Eliana também, que mantemos nossas obrigações, cumprindo a Convenção de Haia, não devemos abandonar.

Quando o Brasil decide, Senadora, e acata, quando um juiz brasileiro aceita que a decisão sobre a guarda da criança deve ser tomada em outro país, porque considera que sua residência habitual é o outro país, não significa que nosso País não permaneça apoiando aquela parte brasileira que vai disputar a guarda naquele outro país. Significa apenas que a criança foi para outro país, para decidir a guarda, mas nós mantemos nossa responsabilidade, se consideramos que é uma demanda justa e adequada. Orientamos as famílias para que tenham acordos, mas não podemos fechar os olhos. Incorporamos a Secretaria de Políticas para as Mulheres ao trabalho da Acaf, porque boa parte das mães que vêm ao Brasil sem autorização da outra parte, do outro genitor, elas vêm ao Brasil fugindo de violências domésticas, de violências no âmbito da família. Então, passamos a considerar isso. Temos que considerar, porque a Convenção de Haia, Senador Paim, traz essa excepcionalidade. Quando se trata de violência, some o princípio da residência habitual e passa a prevalecer, mais uma vez, o interesse da criança que é sempre viver protegida da violência. Então, deixa de haver um direito líquido e certo da residência habitual, como fórum para decidir a guarda, e passa haver a proteção da vida e da integridade psicológica, física, do desenvolvimento infantil.

Então, inovamos, ao longo do último ano, principalmente, sob coordenação do Jorge e de sua equipe, incorporando mais fortemente a SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres, porque é esta Secretaria que pode nos ajudar a definir e a receber essa documentação.

Mas as mães também têm outro tipo de problema. Elas nos trazem o conhecimento que, em vários outros países, as autoridades não recebem a denúncia de uma mãe brasileira, de uma mulher brasileira contra um homem estrangeiro. São discriminadas, porque são negras, porque são de origem brasileira, porque são brasileiras. Então, essas condições nós não negamos, nós nos indignamos. Temos relações bastante difíceis com algumas nações, com alguns Estados nacionais. A relação do Brasil, Senador Suplicy, o senhor que é da Comissão de Relações Exteriores, com a Alemanha é bastante difícil. O caso da D. Jaci indica as dificuldades. O caso da Eliana indica uma série de dificuldades. Estamos atentos. Estamos em alerta. O Itamaraty chamou o consulado alemão. As autoridades alemães vieram ao Brasil. Estamos em uma relação em que exercemos nossa autoridade no sentido de cobrarmos uma atitude adequada das autoridades alemães diante de crianças que, se são alemãs, também são brasileiras e que eles devem observar, com o mesmo princípio que nós, diante do superior interesse da criança; porque muitas vezes nos parece estar relativizado por algumas autoridades.

Eu queria ainda, a título de conclusão, sem prejuízo de ouvir, acatar e analisar as situações que a D. Eliana poderá trazer, citar um outro problema. No caso da D. Eliane März e de sua filha, a situação da D. Eliana März foi decidida por um juiz em primeira instância no Estado de São Paulo. Não havia conclusão de procedimentos pela Acaf. Nós não tínhamos concluído nossos procedimentos. Eram recentes! As demandas eram recentes. A agilidade com que esse juiz decidiu pela devolução da filha da D. Eliana à Alemanha é algo que devemos pensar, meu amigo e parceiro de direitos humanos Guilherme Calmon.

Nós não tivemos possibilidade de aplicar a Convenção. O juiz de primeiro grau arvorou-se... Porque o pai da menina, ao mesmo tempo em que a Alemanha ingressou na Acaf, que nós fazíamos nossos procedimentos, que nós não podemos nem dizer, porque nós não chegamos a tomar os procedimentos, ingressou em juízo na Justiça comum e contratou advogado, conquistou a busca, a criança foi localizada com a mãe, ao arrepio da autoridade federal.

Quando os casos de retenção indevida... Os casos relacionados à Convenção de Haia são casos federais. Não podem ser, do nosso ponto de vista, e isso é uma jurisprudência pacificada... Devem estar colocados no plano da Justiça Federal. Mas o juiz decidiu, e, num tempo rápido, decidiu pela devolução da menina, filha da D. Eliana. Hoje o Brasil tem uma disputa, uma série de disputas, a D. Eliana tem uma série de disputas, o foro é a Alemanha para decisão da guarda, mas não lhe foi assegurada uma série de prerrogativas que deveriam ter sido asseguradas e que seriam no plano mais amplo. Ela não teve direito de recurso. Ela não teve recurso. Ainda que ela tenha tido recurso em primeira instância e em segunda – ela está recorrendo ao STJ, e nós até pedimos a agilização dos procedimentos, para justamente não configurar a permanência da criança em situação definitiva –, nós acreditamos que, no plano administrativo, ela não teve oportunidade de recurso. Só no âmbito jurídico.

Eu concluo, efetivamente, dizendo a V. Exª que eu considero muito grave, e faço um pedido ao Itamaraty inclusive, às autoridades internacionais brasileiras e à Comissão de Relações Exteriores, no seguinte sentido: eu acho que o Brasil deve propor uma nova excepcionalidade no plano da Convenção de Haia, além da violência contra crianças – e a D. Eliana sustenta a existência de violências que não foram observadas na decisão judicial, na qual ela guarda razão nesse sentido, porque não foram observadas –, eu sustento que o Brasil tenha o protagonismo diante da Convenção de Haia na atualização da Convenção, para os casos de crianças com deficiência intelectual – deficiência mental, deficiência intelectual. Por quê? Porque me parece, pela responsabilidade que temos também com a área de direitos humanos das pessoas com deficiência, que uma criança com deficiência é uma criança que tem todos os mesmos direitos de todas as crianças, mas tem direitos específicos, que devem ser observados.

Uma criança com deficiência, que se relaciona principalmente com sua genitora, ao ser retirada dessa genitora, perde a sua pátria. A criança com deficiência deve ser colocada numa disputa entre idiomas? Uma disputa entre nacionalidades? Uma disputa entre genitores? Qual é a pátria da criança com deficiência? Além do ponto de vista civil e dos direitos ser a sua nacionalidade, ela deve – toda criança deve –, mas essa criança para a qual deve haver uma forma diferenciada de contar o seu tempo de vida, para a qual não conta o tempo exclusivamente cronológico de maturação do seu desenvolvimento intelectual. Essa criança tinha como referência a sua mãe.

E, aí, eu me valho, inclusive num desabafo, no sentido de considerar completamente inadequada a decisão judicial brasileira de primeira instância, na qual nós não conseguimos atuar como autoridades federais, porque, volto a dizer, o juiz, num curto espaço de tempo, agiu, e a criança foi devolvida. Assim, foi desconsiderado que a filha da D. Eliana é uma menina com deficiência.

Se isso não está considerado na Convenção de Haia, o Brasil deve propor a Haia que observe, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Pessoa com Deficiência, também com grau de excepcionalidade, que analise a condição de deficiência como algo que estabelece um vínculo diferenciado com os cuidados de quem criou e esteve ao lado dessa criança por todos os dias da sua vida, o que eu realmente reputo como necessário para o desenvolvimento afetivo e intelectual dessa criança. Eu acho que a mãe dessa menina foi roubada pela decisão judicial.

Portanto, eu manifesto a minha discordância e observo o limite que a Convenção de Haia tem em relação às pessoas com deficiência, que deve ser atualizado. E o Brasil, que tem importante protagonismo no plano internacional, do meu ponto de vista, deve levar o caso da D. Eliana à análise internacional, em Haia, para que, lá, sejam observados os direitos específicos do que é ser uma criança, um jovem com deficiência. Aí, inclusive, observando temas diferenciados quanto à contagem cronológica da idade.

Muito obrigada.

Era isso que eu queria dizer. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada, Ministra Maria do Rosário, pela exposição, pela explicação de tantas particularidades que envolvem esse debate.

Eu penso que teríamos tantas perguntas para fazer e as faremos no momento oportuno.

Eu pergunto ao Conselheiro Guilherme Calmon, que está com o tempo reduzido, se deseja se manifestar agora. (*Pausa.*)

Em seguida, então, eu concederia a palavra aos Srs. Senadores.

O SR. GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA – Eu agradeço a V. Exª, Senadora Ana Rita, pela deferência. Eu queria, primeiramente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, como já havia feito, no início, em relação ao Senador Eduardo Suplicy.

Queria fazer rápidas pontuações em relação à brilhante exposição ora apresentada pela Ministra Maria do Rosário, com a experiência de um julgador e, ao mesmo tempo, como eu havia dito, como alguém que tem, pelo menos por seis anos, se debruçado sobre o tema com preocupação a respeito da Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças.

A três pontos eu gostaria de chamar a atenção, aproveitando alguns ganchos que a Ministra Maria do Rosário permitiu. Primeiro, a questão relativa ao número de casos de saída de crianças do Território Nacional para o exterior, comparativamente ao número de crianças vindas do exterior para o Brasil – e, aí, independentemente da nacionalidade.

O fato é que, no Brasil, nós temos um controle maior em relação à saída das crianças brasileiras, até por força de todo um tratamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que também merece uma atenção por parte do Conselho Nacional de Justiça, através das autorizações bastante rígidas no que tange a viagens de crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto. Isso não ocorre, como foi dito, em vários países com relação à saída de crianças de seus territórios para outros países, inclusive para o Brasil.

Há também, Senadora Ana Rita, um número de crianças que vêm para o Brasil, cujo genitor que ficou no exterior não se reporta à Autoridade Central do seu país e, consequentemente, não chega ao conhecimento da Acaf, aqui no Brasil, essa situação. Então, nós temos também, ao lado dos procedimentos que tramitam perante a Autoridade Central brasileira, várias outras situações em que sequer se iniciou um procedimento na Acaf, diante da iniciativa, como foi dito até no exemplo concreto de um pai que, diretamente com um advogado particular, ingressou com uma ação na Justiça brasileira para obter o retorno do seu filho que havia sido trazido aqui para o Brasil. Então, esse é um aspecto que também precisa ser bem destacado, porque nem sempre nós temos todas essas situações envolvendo a atuação da Autoridade Central.

O terceiro aspecto é a divisão que existe, de modo muito claro aqui no Brasil, entre qual é a competência da Justiça Federal e a competência da Justiça Estadual, porque matéria envolvendo guarda, visita da criança é matéria da competência de um juiz estadual, de um juiz de Direito, como nós assim o chamamos. Já a matéria que envolve a aplicação de tratados e convenções internacionais com base constitucional é matéria a ser regulada e resolvida pelo juiz federal. Daí, então, uma diferença que não ocorre em muitos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, eles têm a justiça federal como também têm as justiças estaduais, mas não há uma predeterminação sobre qual dos dois será o juiz competente para essas ações. Dou esse exemplo para demonstrar – já parabenizando a Secretaria de Direitos Humanos pela iniciativa da constituição daquela comissão especial para tratar do tema relativo a essa convenção – que há necessidade de nós termos uma legislação interna brasileira que permita pontuar aspectos que são próprios da realidade do sistema brasileiro em relação a essa divisão de competência.

O Conselho Nacional de Justiça está preocupado com isso. Eu sou o Conselheiro que coordena o Grupo de Cooperação Jurídica Internacional no âmbito do CNJ e nós temos já avançado numa busca de edição de

uma resolução para o Poder Judiciário brasileiro, ou seja, tanto para a Justiça Estadual quanto para a Justiça Federal, de modo a que permita pelo menos deixar muito claro não só o tipo de procedimento que tem que ser adotado, como também, principalmente, a distinção das atribuições do juiz estadual e do juiz federal, coisa que, de fato, tem gerado algumas perplexidades, como no caso concreto que já foi aqui mencionado.

E outra preocupação que nós temos desenvolvido – e mais uma vez em parceria com a Acaf, com a Secretaria de Direitos Humanos – é com relação a um estímulo no sentido de que se promovam medidas que sejam autocompositivas, ou seja, através da mediação, através da conciliação a possibilidade de essas situações serem resolvidas. Isso porque muitas vezes o fato de a criança ficar no Brasil ou ser retornada para o exterior não vai resolver a questão de fundo, que é uma briga do casal que continua de fato em conflito e que vai transferir esse conflito para a criança, que é aquela que é aquela que vai sofrer as consequências mais deletérias desse efeito.

Então, a prática do que hoje é conhecido como alienação parental é algo que só poderá ser resolvido não através de uma sentença, não através de um retorno ou de uma manutenção de uma criança no Brasil, mas através de outros mecanismos que venham efetivamente a permitir a solução desse conflito do qual muitas vezes o casal não está consciente. Então, eles precisam resolver esse conflito interno para depois haver, aí sim, a definição sobre a situação jurídica daquela criança em relação à sua manutenção ou ao seu retorno.

Esta é uma outra iniciativa que a Acaf e a Secretaria de Direitos Humanos vêm desenvolvendo, ou seja, buscar estimular métodos compositivos, não necessariamente através da via judicial, para permitir a solução desses casos.

Dito isso – desculpando-me até por não poder permanecer em razão de outro compromisso –, eu agradeço mais uma vez a deferência com relação à minha fala.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Agradecemos aqui a presença do Dr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e que, com certeza, vai continuar colaborando conosco em vários outros tema além desse.

Então, muito obrigada pela presença, Dr. Guilherme Calmon. Leve o nosso abraço ao Conselho Nacional de Justiça. Muito obrigada.

Quero aqui registrar a presença do Senador Cristovam Buarque, do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Paulo Paim. Já esteve aqui a Senadora Lídice da Mata, o Senador Wellington Dias.

Eu vou aproveitar para registrar também a presença do Igor da Motta Magalhães Carneiro, que está aqui representando o Ministério das Relações Exteriores. Quem é o Igor? *(Pausa.)* Você? O.k. A presença do Leonardo Collares, do Ministério das Relações Exteriores também; o David Millard, da Embaixada do Canadá; a Marinete Merss, que é da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Natália Camba Martins, da AGU, que já foi mencionada aqui, do Departamento Internacional, Coordenadora das Ações Judiciais sobre Sequestro; também do Antonio Carlos Parente, da Secretaria de Direitos Humanos da Autoridade Central Administrativa; Guilherme Henrique de Castro, também da Secretaria de Direitos Humanos da Autoridade Central Administrativa; Eleonora Dutra, também da Secretaria de Direitos Humanos.

Os demais são os nossos assessores, colaboradores que aqui se fazem presentes. A Eliana já foi mencionada também.

Eu quero agora, antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, como esta audiência pública é interativa, chegaram até nós duas perguntas da Anna Flávia Schmitt. Ela tem interagido muito conosco por meio do Twitter*:*

Como a diplomacia brasileira tem agido para colaborar nestes casos de pais que não conseguem manter a guarda de seus filhos? Qual a carência da nossa diplomacia para agilizar o trabalho nesse sentido?

Outro comentário: "Acho que os diplomatas devem ser escutados com relação ao tema levantado por essa audiência".

Eu não sei se a Ministra tem condição de responder.

Eu faria também uma pergunta, Ministra, que me causou certa preocupação: se a Convenção de Haia ou outro instrumento não dá preferência às mães num processo como esse. Se a mãe tem alguma prerrogativa a mais pelo fato de ser aquela que gesta a criança e que tem os cuidados com os primeiros meses de vida da criança, salvo em algumas situações de impossibilidade de essa mãe cuidar da criança. Há alguma coisa prevista nesse sentido?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Não, neste caso, eu acho que valeria, Senadora Ana Rita, observar que nós olhamos o mundo também e os cuidados com a infância a partir daquilo que nos forma como mães. É impossível nos separarmos daquilo que nos constitui e a nossa cultura é diferente. Cada cultura é uma cultura. Então, em outras nacionalidades, em outras culturas, talvez existam – e isso não nos diminui. São culturas diferentes. Há uma relação diferente entre ser mãe, ser pai, a paternidade, a maternidade, os cuidados parentais, de acordo com a cultura. E isso não faz uma cultura melhor do que a outra. Nós não somos melhores do que

os outros, nem os outros melhores do que nós. Mas, de toda forma, essa sua observação tem muito a ver – e me somo a ela também como mãe – com essa preocupação porque tem a ver com a nossa formação, inclusive historicamente com o nosso papel, com aquilo que nós somos.

Por outro lado, a Convenção também já repete uma tendência que há dentro do País, porque nós, no Brasil, já avançamos para a noção da guarda compartilhada. Não se fala mais no pátrio poder. Nós tínhamos até bem pouco tempo na legislação a noção de pátrio poder. Havia um poder até superior do pai. Hoje nós já falamos em poder familiar. Então, nós tínhamos determinados cuidados com a mãe, mas o poder com o pai. Hoje nós equilibramos também no plano nacional. Então, há coerência maior entre o que propõe a Convenção de Haia e como nós pensamos no Brasil com a ideia de guarda compartilhada.

Sobre a outra questão, concordando com a Anna Flávia Schmitt, sem dúvida, a diplomacia tem um papel fundamental na busca de soluções. E eu lhe sugeriria, se possível, ainda que as respostas pudessem estar aqui comigo, que o próprio Itamaraty usasse da palavra, porque este é um trabalho que nos integra a todos – AGU, Secretaria de Direitos Humanos e o Itamaraty –, particularmente nos casos a que me referi da Alemanha, as visitas consulares. Nós temos solicitado visitas consulares a crianças lá. Essas visitas são realizadas. Então, se a senhora concordar, talvez a resposta ficasse mais adequada e justa, colocada na palavra da própria diplomacia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permite-me uma sugestão, Srª Presidenta?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Até mesmo antes de nós, Senadores, mas, como a Srª Eliana März está presente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu acho que seria interessante até que possa a Srª Eliana expor, muito brevemente, a situação em que se encontra o caso dela...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ...e, inclusive, para que o Itamaraty tenha consciência melhor.

Então, eu acho que seria ótimo se ela puder dar um breve testemunho sobre como está o histórico da situação dela que não vê a sua filha há dois anos ou mais até.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Tudo bem. Então, eu vou...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Então, é a sugestão que eu formulo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu vou solicitar, então, ao Itamaraty, que está aqui presente, que se manifeste, mas vamos ouvir, primeiro a Srª Eliana, que eu acho que vai, conforme a orientação do Senador Eduardo Suplicy, oferecer maiores informações.

Então, Eliana, num prazo máximo de cinco minutos, dá para você expor? Sim?

A SRª ELIANA MÄRZ – Vou descobrir primeiro como funciona isso aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Está funcionando.

A SRª ELIANA MÄRZ – Excelência, a história da minha filha e a minha é um história tremendamente triste. Eu sou mãe de Helena März, uma criança que, hoje, tem 14 anos de idade, uma criança com síndrome de Down, que foi tirada dessa mãe no ano de 2012, em janeiro, sem que tivesse, sequer, o direito de se despedir, num processo que, dentro do Brasil, durou apenas 40 dias.

E, infelizmente, resta um gosto amargo de muitas decepções, porque esse caso da Helena März não começou no ano em que eu vim para o Brasil. Esse caso começou muito antes. Já em 2008, eu estava em contato com a Autoridade Central federal e eu pedi socorro por esse caso.

Infelizmente as coisas não saíam como devido. Infelizmente, o caso passou ao largo e, quando eu, finalmente, vim para o Brasil, com uma autorização judicial registrada em cartório, com tudo legalizado, eu não estava numa situação em que eu tivesse fugido do país. Eu vim com a pequena, com toda a autorização do pai. Infelizmente, conforme a Ministra disse, o pai entrou pela Justiça normal e conseguiu, por uma liminar, que a menina me fosse tirada. A questão é – me resta a pergunta: como é que a AGU agiu como litisconsorte num processo que não tinha sido finalizado pela Acaf?

Essa é uma dúvida que me fica, porque eu considero que, se não tivesse sido finalizado esse processo na Acaf, como é que haveria de se explicar a assistência que a AGU prestou nesse processo?

A outra dúvida que me resta é: não só a Acaf, mas, muito antes de vir ao Brasil, eu também tinha pedido ajuda para o Itamaraty. No Itamaraty, a situação de violência doméstica, a situação de risco da minha filha, em especial, a deficiência de Helena já era conhecida. E, infelizmente, o que aconteceu foi que tudo que eu ouvi é: "Nós não podemos fazer nada. A senhora está em território estrangeiro".

Infelizmente, isso aconteceu. Por que, quem são as pessoas culpadas, quem deixou de ser culpado, a esta altura, já não é mais importante. O importante é sanar para que, no futuro, isso não volte a acontecer. Mas

isso não pode passar ao largo, de ser bem observado que isso aconteceu com o conhecimento, desde o ano de 2008, tanto do Itamaraty, quanto da Acaf, e com a AGU agindo como litisconsorte num processo que durou apenas 40 dias. E, para não ficar nada que não tenha sido dito, infelizmente, também, o Judiciário, há uma má informação no caso da aplicação do Acordo de Haia.

Dois dias antes de tirarem minha filha, eu ouvi de um desembargador, na minha cidade, que, neste País, nenhuma criança sai daqui antes do julgamento do Supremo Tribunal Federal. Isso não é uma realidade. Pelo menos não era na época. Nós estamos lutando para que seja.

Desde que eu vim para Brasília, depois desse sofrimento, eu me decidi pela Associação de Mães de Mãos Vazias e eu estou me juntando com outras mães que também são vítimas da aplicação da Corte de Haia. Nós temos tido o precioso apoio do nosso Senador Suplicy nisso tudo, e, inclusive, eu encaminhei ao gabinete do Senador, um pedido, uma sugestão de um projeto de lei para que, no futuro, realmente, conforme era o sonho daquele desembargador, nenhuma criança deixe o País depois de uma decisão de primeira instância, porque, conforme nós estamos vendo, na maioria dos casos, não se resolve com um recurso.

A coisa se complica muito, porque a criança, uma vez afastada da mãe, cai naquela questão da alienação parental. Isso para a gente não falar nessa questão do olhar diferenciado que tem que haver na aplicação do Acordo de Haia. Não é possível que uma criança deficiente seja colocada no mesmo nível de igualdade que as demais crianças, uma vez que a necessidade que uma criança assim tem da sua mãe é muito maior.

O caso da minha filha. Vivemos na Alemanha desde o nascimento, mas já há 8 anos eu estava separada do pai de Helena. A violência doméstica, nem depois da separação, se findou. Por fim, tive de descobrir que, mesmo tentando dar à minha filha a oportunidade de convívio com o pai, não era a melhor possibilidade para Helena porque se manifestaram, a partir do momento em que Helena começou a falar, suspeitas de pedofilia. Essas suspeitas eram conhecidas do Itamaraty e eram conhecidas da Acafi. Denunciei, em tempo, na hora, e pedi socorro, mas ainda assim isso aconteceu.

Hoje o que me resta é me juntar às outras mães que são vítimas e pedir para que, no futuro, a mesma tragédia não ocorra com outras mães. Já não é mais uma questão de se descobrir quem são os culpados. Vamos tentar, daqui para a frente, fazer de uma maneira que não ocorra novamente.

Em breve, todos os Senadores terão uma visita minha, com certeza. Pedirei, pessoalmente, o apoio de cada um no sentido de sensibilizá-los para a urgência dessa nova lei que impede que uma criança saia do País antes do julgamento do Supremo. Que a gente consiga a aprovação disso. Isso é muito urgente. Uma criança é muito urgente. É preciso que se entenda que existe uma lacuna grande e demasiada entre aquilo que se afirma, aquilo que se escreve e aquilo que realmente acontece, conforme foi dito há pouco, e o trabalho de se acompanhar as visitas por parte da Acafi. A Acafi está presente. Peço que me digam como estão andando as visitas das mães que têm seus filhos lá fora? Alguém sabe me dizer? Acho que não, mas eu sei, porque eu tenho contato com todas essas mães. Esse contato entre essas mães e essas crianças não está acontecendo.

Pior, tivemos uma reunião no ano passado, em setembro. A Acafi alemã esteve presente e afirmou que faria algumas diligências no sentido de ver as denúncias que eu tinha feito, no caso da minha filha. Até hoje estou aguardando uma resposta dessa diligência que a Acafi alemã iria fazer, até hoje não tenho uma resposta. Eles afirmaram, numa reunião em que eu não estive presente, que eles não tinham conhecimento das denúncias de pedofilia. Se eu estivesse presente nessa reunião poderia, de imediato, dizer: isso não é verdade. Tanto pelo largo conhecimento que tenho do idioma alemão quanto pelo fato de que eu provo, a qualquer tempo, por documentos, que eles tinham conhecimento.

Com essa desculpa, disseram isso para a Acafi brasileira, viraram as costas e até hoje eu cobro da Acafi onde está o relatório que eles prometeram. Até hoje não o recebi. Isso acontece comigo e com todas as outras mães. A questão das visitas não está sendo monitorada. Tenho contato com todas essas mães. Sei o estado em que está cada uma dessas mães. Hoje, a causa das mães e suas crianças é a minha vida. Por isso, pessoalmente vou até cada uma deles.

No ano passado, havia uma mãe goiana. Estive dois dias em Goiás e consegui evitar o pior, mas não foi fácil. Nós temos de, primeiro, lutar contra a lacunas no atendimento, na assistência para essas mães, o que não deveria ser uma realidade, mas é. Isso está acontecendo, infelizmente.

A menina me foi tirada nesse processo. Havia todas as provas das minhas suspeitas, dos motivos das minhas suspeitas dentro do processo. O juiz ignorou tudo isso, cerceou o meu direito de defesa, não permitindo a tradução juramentada dos documentos, e entregou a minha filha a um pai suspeito de pedofilia. Depois disso, no ano passado, a minha filha fez chegar às minhas mãos uma carta que traz novos indícios de que ela continua sendo abusada pelo pai. O que aconteceu? De imediato, levei essa carta tanto para a Acafi quanto para o Itamaraty.

Recentemente, recebi uma carta do Itamaraty dizendo que a resposta do Ministério das Relações Exteriores na Alemanha era a de que não havia motivos para que se reabrissem as apreciações, no caso da minha filha, porque não havia novas denúncias que dessem margem a isso. Pergunto: se o Itamaraty sabia da existência dessa carta há quase um ano, por que não usou essa carta para dizer que lá estavam as provas de que existem, sim, motivos para se reabrirem as investigações? Por que o silêncio? Por que acreditam que talvez seja mais fácil calar uma mãe?

Não é esse o Brasil que eu quero. Não é esse o Brasil pelo qual eu vou trabalhar enquanto eu respirar. Esse é um Brasil lastimável, que eu não desejo mais ver para mães e filhos. E eu conto, realmente, com as pessoas de bem, com os Senadores, com todos os políticos de bem que quiserem ver este País, realmente, numa posição respeitada lá foram. Neste momento, infelizmente, ainda não está, mas eu peço a ajuda de todos para que isso aconteça.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Eliana. (*Palmas.*)

O Itamaraty vai se pronunciar, mas o Senador Cristovam Buarque pediu para falar e aqui os Senadores têm uma certa preferência, porque são membros desta Comissão. Então, eu peço licença ao Itamaraty para aguardar um pouquinho.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srª Ministra, o depoimento que a gente acaba de ouvir mostra como é necessário, no mundo global de hoje, com tantos brasileiros espalhados e com tantos estrangeiros e estrangeiras aqui dentro, nós termos, no Congresso, representantes dos brasileiros que hoje vivem no exterior. São três milhões de brasileiros e brasileiras, inclusive crianças, que vivem lá fora sem que ninguém os represente aqui dentro. É preciso ouvir um depoimento como esse para a gente tomar conhecimento disso.

O Itamaraty tem feito um esforço para atender, mas não vai conseguir fazer no nível da política, da denúncia, da vinda aqui. O Itamaraty faz um trabalho técnico, administrativo, eu diria até burocrático, jurídico, mas não político de defender os interesses dos brasileiros que estão fora.

Grande parte hoje dos países já tem representantes eleitos por seus nacionais que vivem no exterior. A Itália tem uma Deputada, se não me engano, que vive no Brasil. Foi eleita para representar os italianos que moram no Brasil.

Há uma PEC nesse sentido, a PEC nº 5, que chegou a ser aprovada numa primeira instância no plenário do Senado e que foi paralisada. Em parte, eu devo confessar que não fiz tanta força para avançar, porque a mídia ficou tão dura, contra, dizendo que quatro Parlamentares a mais vão provocar um aumento de custos do Congresso, que eu próprio não insisti muito mais com o Presidente do Senado.

Eu acho que está na hora, Senadora Rita, de, em nome dos próprios direitos humanos dos brasileiros no exterior, nós termos uma representação deles aqui dentro. A experiência é grande de Portugal, da Itália, da França, da Argélia. Muitos países já podem mostrar a nós como é que se faz isso. Não é difícil. Não custa muito mais ter quatro Parlamentares entre quase 600 que nós temos; mas, se custa, então reduzamos o número de Parlamentares dos atuais representantes dos brasileiros aqui dentro para ter alguém que represente os brasileiros do exterior, como já fazem os outros países.

A essa audiência eu vim, sobretudo, para lembrar essa PEC nº 5, que está esperando ser colocada na segunda rodada, na segunda votação pelo Plenário. Está na mesa. Está na mesa.

Eu gostaria de pedir e eu vou, Senadora, se quiser também, voltar a trabalhar isso, Ministra, porque não é possível que, por causa da ideia de que vão aumentar custos com quatro Parlamentares... Eu imagino quatro. Pode ser até... Aliás, o projeto não diz isso. O projeto apenas diz que se abre a possibilidade na Constituição. Haverá necessidade de uma regulamentação por lei e aí irão dizer quantos, como são eleitos, que continentes representam, que países.

O número de três milhões é maior do que o de muitos Estados. Eu represento o Distrito Federal, que tem dois milhões. Há mais brasileiro no exterior do que no Distrito Federal. Eu acho que não é diferente do Acre, não é diferente de Rondônia, de Roraima. Então, fica aqui a minha manifestação, Senadora.

Eu quero voltar a dizer que tenho o maior respeito pelo trabalho do Itamaraty e acho que estão fazendo um trabalho satisfatório dentro dos limites do possível, mas é uma dedicação técnica, administrativa, burocrática, jurídica, não é política. Não conseguem representar os cidadãos porque não é esse o trabalho deles.

Fica aqui então, Senadora, o pedido que esta Comissão se interesse em nome dos direitos humanos dos brasileiros no exterior por levar adiante a votação da PEC nº 05.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque, pode contar com nosso apoio no sentido de retomarmos e verificarmos com a Mesa o porquê de não ter sido

colocado em votação, o que está acontecendo com a PEC Nº 5. É isso? Então, é importante, é um desdobramento desse tema. Precisamos realmente buscar formas de assegurar que a nossa legislação seja a mais completa possível para darmos as respostas necessárias a essas questões. Muitas vezes, existem dúvidas acerca de um ponto ou outro, e uma legislação pode, às vezes, resolver esses problemas. Não é isso?

Então, acho que se V. Exª puder fazer a provocação, verificar o porquê de ela estar parada, nós nos somaremos a esse encaminhamento, com apoio dos Senadores Eduardo Suplicy e Paulo Paim.

Vou conceder a palavra ao Itamaraty. A Ministra fala depois. É o Leonardo que vai falar?

O SR. LEONARDO COLARES – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – É o Leonardo Colares, do Ministério das Relações Exteriores, da Divisão de Assistência Consular.

Leonardo. Fique à vontade.

O SR. LEONARDO COLARES – Senadora, Ministra e demais Senadores presentes, muito obrigado pela oportunidade de nos pronunciarmos aqui. Vou esclarecer que, tanto eu quanto o colega da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional que aqui se encontra, na verdade viemos na condição de público, e, por isso, não viemos preparados para a locução, porque o convite que nos foi feito foi para participação na audiência. Não chegamos, portanto, a preparar propriamente uma intervenção. Então, peço desculpas antecipadamente se isso ficar evidente.

De qualquer maneira, acho que podemos, primeiramente, manifestar a nossa solidariedade com a Srª Eliana März e com as demais mães e pais brasileiros que se encontram em situações análogas. Seguimos acompanhando o caso da Srª Eliana März e os demais casos para os quais fomos chamados a prestar assistência. Temos, no caso da Srª März, contato regular com ela. Ela nos visita regularmente. Continuamos prestando o apoio que podemos especificamente na intermediação do contato com o genitor alemão da Helena. Por exemplo, fizemos um contato recente, a pedido da Srª Eliana März Portanto, na esfera do que é possível fazer, continuamos prestando. assistência consular que nos permitem as limitações às quais estamos sujeitos.

Acho que foram mencionados alguns aspectos, nas intervenções anteriores, sobre o fato de que as nossas representações consulares e diplomáticas operam no contexto do ordenamento jurídico estrangeiro. Portanto, estamos impossibilitados de atuar concretamente, nos casos que se desenvolvem, na posição de parte, nos processos judiciais ou com funções análogas à autoridade policial. É importante ter isso em mente para se avaliar o tipo de assistência que é prestada nesses países.

Expandindo um pouco para falar em termos muito gerais do tipo de assistência que é prestada em casos que chegam às nossas representações consulares, podemos dizer que buscamos inicialmente fornecer alguma orientação e assistência preliminar sobre as normas vigentes no próprio país, mas também as normais internacionais como a Convenção da Haia no que tange à necessidade de que os genitores brasileiros observem estritamente as decisões e deliberações tomadas no âmbito da Justiça local em benefício do menor envolvido, em benefício do próprio genitor brasileiros. Desse modo, evitamos situações prejudiciais, no futuro, que decorram da avaliação das ações do genitor brasileiro como possíveis violações dessas normas que determinam como buscar solução para esses casos envolvendo a disputa da guarda.

Uma das nossas preocupações principais com relação ao atendimento desses casos que nos chegam é nos assegurarmos de que o genitor brasileiro esteja recebendo assistência jurídica. Isso muitas vezes se dá por meio de um advogado dativo, de um defensor público ou mesmo de um advogado constituído privadamente.

Outras formas de assistência são as próprias visitas consulares, que já foram mencionadas aqui pela Ministra Maria do Rosário, em que procuramos ter o contato direto com a criança, com o menor envolvido, mesmo naqueles casos em que o genitor brasileiro já não se encontra no país estrangeiro.

Então, eu acho que o sentido da minha intervenção aqui é dizer que nós buscamos fazer tudo que está ao nosso alcance por meio das nossas representações consulares para assistir aos genitores brasileiros que se encontram nessas situações envolvendo a disputa da guarda dos menores e o risco de subtração internacional, operando dentro dos limites colocados pela legislação internacional e local e das funções que cabem à atuação consular no caso.

Muito obrigado.

Eu queria, desculpem, só, por fim, aproveitando a intervenção do Senador Cristovam Buarque, mencionar o fato de que temos aqui hoje dois membros de conselhos de cidadãos brasileiros no exterior: a Srª Celma Regina Hellebust e o Sr. Mário André Vargas, que estão ali. Eles são respectivamente membros do Conselho de Cidadãos Brasileiros de Estocolmo – isso a Srª Selma –, e o Sr. Mário é membro do Conselho de Cidadãos de Mendoza, na Argentina.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Leonardo Collares.

Eu vou conceder a palavra à Ministra para fazer também uma complementação.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Apenas para referir, diante do relato bastante dramático, de vida da D. Eliana que nós temos total consideração e respeito pelo sofrimento que ela vem vivendo. Não apenas isso, nós temos procurado agir com todas as nossas forças e instrumentos de relação internacional.

Consideramos gravíssimas as denúncias que ela faz da possibilidade de abuso e violência sexual. Essas denúncias foram encaminhadas, são de ocorrência de um crime: uma mãe denunciando um crime que ocorre num outro país. Essas denúncias tramitam para inquérito e ações na Alemanha. As autoridades alemãs, quanto ao inquérito, não comprovam a existência desses indícios. Vejam, nos coloquemos na situação contrária: aqui no Brasil uma denúncia que vem de fora, se as autoridades brasileiras não comprovam.

Então, é uma situação muito complexa, na qual temos que lidar com o direito da criança e dessa mãe, que é uma pessoa com direitos. De forma que nós estamos procurando por todos os caminhos visitar a família lá, exigir da Alemanha, das autoridades alemãs, o direito de visita e a agilidade na decisão no Brasil, já que a Drª Eliana fez um recurso ao STJ. Estamos pedindo que o STJ agilize a decisão, porque ela precisa de uma decisão também do seu País.

Acredito que é uma situação muito difícil, é uma situação em que mesmo diante de muitas violações, que temos todos os motivos com mulheres para dar fé e acolher, há circunstâncias muito complexas, além de acolhê-las, nós precisamos encontrar um grau de acordo para que ela volte a conviver com a sua filha e possa recorrer no tema da guarda, e em condições de igualdade e de direitos, na Alemanha.

Eu também queria complementar que cada dia que passa, em cada um desses casos, é difícil, porque aquilo que se configurava como "a mãe vivia com a filha" – e aí estou me referindo a todos os casos e não apenas ao da Dona Eliana –, com o tempo passado em que está a criança em convívio exclusivamente com outro genitor, inverte-se. Então, agora, "a filha vive com o pai há tantos". E quanto aos direitos da criança, isso será observado.

São situações humanas muito difíceis. O que essa criança tem para o seu futuro é a certeza de que a mãe não desistiu dela. O que nós queremos que ela tenha também é a certeza de que o País fez o máximo, como o Brasil, para atender as necessidades, inclusive enfrentando, muitas vezes, contradições com as autoridades internacionais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Srª Ministra.

A Natália, da AGU, Coordenadora das Ações Judiciais sobre Sequestro, também quer trazer uma contribuição para este diálogo nosso. Estamos meio preocupados com o tempo, porque temos que abrir a reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos, para votação de projetos.

A SRª *NATÁLIA KAMBAR MARTINS* – Agradeço a oportunidade e serei mais do que breve.

Temos falado sobre subtração internacional de crianças, Convenção da Haia. Eu acho importante a gente mencionar, para quem ainda, eventualmente, não tem muita familiaridade com o tema que a Convenção da Haia sobre subtração também visa a garantir o direto de visitação internacional. Então, ainda que a gente não tenha a discussão de uma subtração, ou a gente tenha a discussão de uma subtração em curso, é possível a qualquer dos genitores que esteja aqui no Brasil, por exemplo, apresentar um pedido de cooperação jurídica internacional para a nossa autoridade central, para a autoridade central brasileira, para que sejam obtidas visitas internacionais. E é obrigação do outro Estado cumprir ou dar tratamento a esse pedido de cooperação internacional, para que sejam garantidas essas visitas.

Acho que é importante deixar muito claro que, em querendo, qualquer mãe que está no Brasil, qualquer genitor, qualquer pai que está no Brasil e deseja visitar uma criança no exterior, pode, sim, contar com o apoio do Estado brasileiro, contar com o apoio da autoridade central brasileira, para que, preenchidos os requisitos para o pedido de cooperação jurídica internacional, seja tramitado esse pedido para o Estado onde a criança se encontra, ainda que penda alguma discussão sobre subtração ou mesmo que não exista nenhuma discussão sobre subtração. Esse pedido vai receber o tratamento no país onde a criança se encontrar, para que seja garantido, sim, esse direito de acesso.

Reforço – e termino aqui a minha intervenção, agradecendo a oportunidade – que basta ao genitor que está aqui no Brasil peça, por intermédio do art. 21 da Convenção o direito de acesso no exterior.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Natália, pelos esclarecimentos, pelas informações.

O Senador Eduardo Suplicy também pede para fazer uma intervenção.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Desculpe, eu precisei voltar à CCJ.

Quero muito agradecer a presença da Ministra Maria do Rosário. Está previsto que ela, eventualmente, deixe o Ministério, por uma atribuição do Partido dela, do nosso Partido, que vai levá-la para uma missão importante, do ponto de vista eleitoral. Então, antes que ela deixe o Ministério, felizmente ela pôde vir aqui fazer

esse balanço de toda a sua dedicação aos mais diversos temas. Cumprimento-a por ter aqui ressaltado, conforme V. Exª colocou no início, a importância da Campanha da Fraternidade com respeito ao tráfico de seres humanos. É uma das principais preocupações.

Quero também agradecer à Ministra Maria do Rosário pela atenção que deu aos diversos casos, seja o da Srª Eliana März, seja o da Srª Jacy Raduan e de todos os demais.

Eu gostaria aqui de registrar algo, até para dar esperança à Eliana, Jacy e outras, porque elas próprias conhecem um caso que se deu há alguns anos e que eu pude acompanhar de perto, da Srª Maria Célia Vargas, que vai ter uma conclusão ainda este ano, positiva. E, se me permite, eu vou recordar, até porque a Srª Maria Célia Vargas está acompanhando a nossa audiência lá do Rio de janeiro, com a sua filha.

Permita que eu aqui recorde. No início do ano de 1975, Maria Célia Vargas trabalhava na Embaixada do Brasil na França e conheceu o Sr. Raymond Rosner, que trabalhava na Casse d'Epargne – caixa econômica francesa. Conheceram-se, namoraram e se casaram. Vieram casar-se no Rio de Janeiro. Ela, então, em 1983, teve um filho, a quem dera o nome de Hugo Vargas Rosner. Com ele voltou à França. Depois de algum tempo, o filho não tinha um ano de idade e Raymond avaliou que era bom trabalhar na Caisse d'Epargne francesa, em Miami. Ela, funcionária do Ministério das Relações Exteriores, foi trabalhar no Consulado brasileiro em Miami. Mas, certo dia, Maria Célia Vargas ficou surpreendida por um diálogo que testemunhou, em que seu marido planejava um assalto à Casse d'Epargne, caixa econômica francesa, em Miami, onde ela trabalhava. Por causa disso, houve uma discordância muito séria e ela, então, resolveu se separar e veio com o seu filho para o Brasil. De vez em quando o pai o visitava. Mas quando o filho tinha três anos, simplesmente o pai pegou o filho, falou que ia sair com ele um pouco, mas foi para Foz do Iguaçu, atravessou a fronteira e sequestrou o filho. Levou o filho sem autorização, o que a Ministra Maria do Rosário diz que a lei brasileira não permite, mas ele conseguiu fazê-lo.

Pois bem. Acontece que, por 14 anos, Maria Célia Vargas procurou o seu filho e se empenhou muito. Eu acompanhei com muitos detalhes. Fui ao Ministro da Justiça, José Gregório, e ao chefe da Polícia Federal. Ela, inclusive, teve um diálogo com o primeiro-ministro da França, Lionel Jospin, que transmitiu a ela, num encontro realizado no Rio de Janeiro: "Olha, a França não é tão grande assim. Nós vamos achar o seu filho." E o governo francês de Lionel Jospin finalmente conseguiu. No dia 1º de outubro de 2001 – já se passaram 14 anos – pediu que ela encaminhasse uma carta, porque havia sido encontrado o endereço onde ele se encontrava, em Nice.

Permita-me só ler duas cartas. Uma, do dia 1º de outubro de 2001. Eu vou ler isso para dar esperança à Eliana, à Jacy, a todas as mães.

Em 1º de outubro de 2001, escreve Maria Célia Vargas para seu filho:

Hugo, meu filho, meu amor, minha vida, você foi brutalmente levado de meus braços na idade de três anos por seu pai. Esse sofrimento já dura mais de 14 anos. Depois de seu sequestro, tenho lhe procurado por toda parte do mundo. Com a ajuda de Deus e de muitas pessoas, nós vamos nos reencontrar. Minha mãe e eu não paramos mais de chorar depois que você partiu. [E é com o coração sangrando e com a garganta apertada que prossigo esta carta.] Nossa história desenvolve-se como se fosse um filme ou um cinema. Quando você nasceu, você era o mais lindo bebê do mundo. É impossível descrever a dor de nossa separação. Tenho sonhado, de todo o meu coração, em falar pessoalmente com você.

Quero mostrar-lhe o longo caminho que percorri para chegar até você. As mais altas autoridades têm sido contactadas, muitos grupos que lutam pela defesa dos direitos do homem, um número enorme de advogados e de jornalistas – tudo para poder reencontrá-lo, meu filho. [Novamente, a garganta se fecha.]

Até breve.

Chame-me, o mais rapidamente [ela fornece o número do seu telefone] no Rio de Janeiro; ou, se você não estiver tão certo de toda a causa dessa confusão, peço-lhe que chame o Senador Eduardo Suplicy, uma pessoa que Deus nos colocou no caminho para realizar o nosso reencontro.

Todo o amor do mundo,

Sua mãe, Célia Vargas.

Pois bem, em novembro daquele ano, pouco depois de já ter sido constatado onde ele estava, eu então resolvi acompanhar Maria Célia Vargas a Nice e testemunhei o encontro dos dois, ele então com 17 anos.

Para essa audiência com a Ministra Maria do Rosário, a Maria Célia Vargas resolveu escrever uma carta para que eu lesse aqui – e ela está nos ouvindo.

Ela abre com uma citação de Albert Einstein:

Um ser humano é parte do todo, por nós denominado de "Universo" (...). Ele percebe a si próprio, os seus pensamentos e sentimentos como algo separado do resto, uma espécie de ilusão de ótica de sua consciência. Essa ilusão constitui um tipo de prisão para nós, limitando-nos a nossos desejos pessoais e à afeição por algumas poucas pessoas que nos cercam. Nossa tarefa deve consistir em nos libertarmos dessa prisão, alargando o nosso círculo de compaixão, de modo que consigamos abraçar todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza." Albert Einstein

Daí ela escreve:

Dezembro de 1986 – A repentina separação. Mãe e filho (uma linda criança de cachos dourados) foram separados. Dor inenarrável e depois... Silêncio.

Novembro de 2001 – O reencontro e a reconstrução mais difícil. A reconstrução do emocional. Não o esquecimento do passado, mas o florescimento e o enraizamento do presente, visando a robustez do futuro, transformando o passado em excelente adubo. Transformando o presente numa árvore frondosa e sólida. Cicatrizes? Muitas. Mas nenhuma ferida aberta.

Hoje, mãe e filho estão aprendendo a elaborar emoções. Todos juntos e entrelaçados construíram, à distância, um lar.

Hoje, como se Hugo fosse só mais um filho que vai viver no exterior, tudo se transformou em uma relação repleta de novidades no dia a dia.

Acompanhar seu amadurecimento e o de seus irmãos transformou-se numa tarefa suave e recompensadora. Numa tarefa feliz. [Porque Maria Célia Vargas se casou no Rio de Janeiro e teve duas outras crianças, que são irmãs de parte de mãe do Hugo.]

Fevereiro de 2014 – Hugo assumiu a nacionalidade brasileira.

Muito tempo, dirão alguns. Mas o que é o tempo senão mais uma ilusão da nossa mente limitada?

Copa do mundo/2014 – Hugo virá ao Brasil pela primeira vez depois de 1986... [Ele vem a trabalho, não sei todos os detalhes, mas vem cobrir aqui a Copa do Mundo, e, por isso, encontrará a sua mãe e irmãos.]

(...) Só mais uma comprovação do poder de manifestação que existe na mente do ser humano. Sim, meu filho está chegando.

Durante a "guerra contra os titãs" (autoridades brasileiras e francesas),...

E aqui eu vejo o esforço de Eliana März, que há pouco falou – desculpe-me o representante do Itamaraty –, porque ela avalia que tanto ela quanto o Jacy Raduan – e quanto Karla *(Fora do microfone)* Jamin – não têm recebido a devida assistência jurídica, mas, quem sabe a partir desse encontro, possa se restabelecer, inclusive, em função das palavras que ambos disseram, e espero que ela possa ter toda a assistência, assim como as demais.

Mas:

Durante a "guerra contra os titãs" (autoridades brasileiras e francesas), consegui o apoio incondicional de alguns "titãs". Foi essa suprema generosidade, apoiada na justiça...

E aí, como a Ministra Maria do Rosário...

(pois desde o início tinha a posse e guarda de Hugo em ambos os países) que levou ao reencontro.

Agradecimentos jamais serão suficientes, mas:

"Todas as coisas estão conectadas, assim como o sangue nos une a todos. O que acontece à Terra (à você e a mim) acontece a todos os filhos da Terra. O homem não teceu a teia da vida; ele apenas faz parte dela. O que quer que lhe faça a teia, fará a si mesmo." Chief Seattle

Pensem nisso, senhoras e senhores, pois a recente ciência chamada de neurociência está comprovando que estamos realmente entrelaçados quer queiramos ou não.

Pensamentos, sentimentos e intenções fluem e atingem seus objetivos independentes do espaço-tempo. Partículas antes unidas e depois separadas, quando uma delas é estimulada a outra recebe o estímulo simultaneamente.

A neurociência agora sabe que nossos pensamentos, mesmo aqueles que não percebemos, podem nos construir ou nos destruir. Os benefícios do cultivo da inteligência emocional já são um fato científico. Pensem nisso antes de fecharem as suas portas às crianças e às mães.

Queridíssimas mães, tudo que posso fazer é abraçá-las e dizer: continuem. Nada é em vão. Cada dia que passa aproxima mais o reencontro e é um dia a menos de distância.

Deixo aqui uma única questão: vamos lutar inutilmente contra a corrente ou vamos fluir com a inexorável expansão do universo, com a expansão do ser, incluindo a espécie humana? Sintam-se todas e todos emocionalmente, afetuosamente e amorosamente abraçados.

Obrigado a todos que estão colaborando para que o objetivo alcançados por Maria Célia Vargas possa também ser alcançado por Eliana, por Jacy e por todas as mães que buscam estar com seus queridos filhos e filhas.

Meus cumprimentos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy, pelo seu compromisso, pela sua sensibilidade na luta pela defesa dos direitos das pessoas e particularmente nesses casos.

Obrigada pelas informações, pelo relato, por ter sido porta-voz da Srª Célia, que teve a grata alegria, depois de tantos anos, de ser vitoriosa nesta luta.

Eu vou conceder a palavra à Ministra Maria do Rosário, para que faça as considerações finais. Em seguida, faço aqui o fechamento desta audiência pública.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Srª Presidenta, uma audiência como esta...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me agradecer também ao Senador Paulo Paim, que, como Presidente da CDH, recebeu aqui a Srª Jacy Raduan e a Srª Eliana März, sempre apoiando também, como Presidente e agora membro, esta causa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem. Obrigada.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Srª Presidenta, Sr. Senador Eduardo Suplicy, Sr. Senador Paulo Paim, uma audiência como esta não tem verdadeiramente considerações finais. Ela indica que nós devemos continuar, continuar com a mesma força que a Eliana März demonstra em buscar sua filha.

Atenta ao pronunciamento e à carta de Maria Célia, vi o quanto ela documentou cada passo na sua busca pelo reencontro, um reencontro que era um direito seu e um direito de seu filho e que ela alcançou, que é, sinceramente, o que mais nós desejamos para todas as mães, para todos os pais, para todas as famílias.

Eu tenho certeza que Eliana e Jacy, assim como a vó de Sean Goldman, todos têm como documentar, até aquelas pessoas que a gente não lembra o nome, mas todos têm como documentar toda uma luta que empreenderam e que empreendem para que seus filhos e netos sintam o quanto foram amados, mesmo na sua ausência.

Isso não diminui a nossa responsabilidade, mas demonstra que devemos compor, em meio a esse trabalho, a competência técnica e a dedicação ao conhecermos a legislação e tudo que possa estar a favor desse reencontro. Ao mesmo tempo, nós devemos fazer isso com a mesma amorosidade e dedicação humana que Maria Célia nos trouxe na sua carta.

Exercer uma função pública na área de direitos humanos é uma grande responsabilidade, porque o Estado não pode perder a capacidade de ouvir as pessoas, saber dos sentidos e de que lado ele deve estar em cada momento.

Digo isso com a dor de quem também sente por não ter conseguido resolver as questões trazidas por Eliana e por tantas mães, mas com o sentimento que quero compartilhar com vocês de confiança de que a equipe que atua na CAAF, que o trabalho do Ministério das Relações Exteriores, que a AGU, que esse grupo de trabalho, inclusive o Dr. Guilherme Calmon, pelo CNJ, e tantas outras autoridades estão voltados a buscar a efetivação disso.

Nós vamos superar essas obstruções, vamos melhorar a nossa atuação a cada dia e estaremos, sem dúvida, orientados pelos princípios de direitos humanos.

Quero agradecer a oportunidade desta audiência. Foi também um momento para podermos prestar contas em meio aos trabalhos e, sem dúvida, para nos sensibilizarmos ainda mais pelo olhar dessas pessoas que querem tão somente abraçar os seus filhos no final de cada dia, o que não é diferente do que ocorre com a Senadora Ana Rita, com o Senador Paim, com o Senador Suplicy nem é diferente do que ocorre comigo como mãe e alguém que tem que enxergar de forma carinhosa e com muita responsabilidade o olhar da D. Eliana e saber da responsabilidade que nós temos.

Era isso que eu queria dizer, agradecendo a Georgia e a toda a equipe da CAAF.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ministra, antes de V. Exª terminar eu não poderia deixar de falar bem rapidamente, por um minuto, Senadora Ana Rita.

Quero apenas cumprimentar a Ministra Maria do Rosário pelo trabalho feito ao longo desse período na Secretaria de Direitos Humanos. Foi um trabalho exemplar.

Como V. Exª sabe, querida Ministra, eu torço muito para que, se V. Exª for candidata a Deputada Federal, seja a mais votada do Rio Grande. Se for candidata a Senadora será muito, muito bom para nós todos tê-la aqui, no Senado da República. E tenho certeza de que o Rio Grande do Sul a conduzirá mais uma vez para o Parlamento se não for chamada, por exemplo, para ser Governadora do Rio Grande. Seria muito orgulho para nós. Sabemos que lá, é claro, o candidato é o nosso querido Tarso Genro e estaremos na festa dele no dia 15, mas quem sabe hoje ou amanhã V. Exª seja convocada.

Quero dar este depoimento de coração pelo seu trabalho e espero mesmo. Se V. Exª voltar para o Parlamento, seja como Senadora, seja como Deputada, espero que a Presidenta, que com certeza vai se reeleger com muito trabalho, a convoque novamente para ser Ministra, porque V. Exª para mim é daquelas Ministras que não olham quem faz o convite, é daquelas pessoas – e gosto desta frase porque marcou a minha vida – que fazem o bem sem olhar a quem.

Por isso, Ministra, eu quero dar este depoimento de coração e de alma. O Rio Grande e o Brasil precisam de pessoas como V. Exª.

Agora eu quero puxar as palmas.*(Palmas)*

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Eu tenho que devolver em dobro tudo o que pude receber desta Comissão, da senhora, como Presidenta, mas, permita-me, também do meu querido Paulo Paim, o nosso Senador, um Senador das melhores causas do Brasil, a quem eu agradeço.

E essa história de governo, nós temos o nosso Tarso, mas temos, sem dúvida, uma fila e nessa fila o senhor está bem na frente.

Um abraço, gente. Muito obrigada.*(Palmas)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Ministra, só um minutinho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Primeiro, eu entreguei à Ministra Maria do Rosário a carta sugestão da Eliana März para que ela possa, inclusive, quem sabe, com tempo, antes de sair do Ministério, pedir para a sua assessoria eventualmente opinar sobre a proposta que ela fez de que uma criança só pode sair do Brasil se houver decisão em última instância, e não apenas da primeira instância. Se tiver alguma sugestão de aperfeiçoamento agradeço.

E queria dizer à querida Ministra Maria do Rosário que se eu tiver chance de mais uma vez estar nas ruas de Porto Alegre para, como já fiz, dar o meu testemunho sobre a qualidade do seu trabalho pode contar comigo.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu quero também, Ministra, antes de fazer o agradecimento a V. Exª, dizer que esta Comissão de Direitos Humanos se soma a essa luta cada vez mais. Nós estamos propondo alguns encaminhamentos para que essa discussão não fique apenas nesse estágio a que chegamos hoje. A proposta é de que façamos, aqui também, uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Internacionais sobre a questão da adoção internacional, como a própria Ministra disse logo no início da sua fala.

Nós duas dialogávamos sobre o que mais poderíamos fazer para reforçar, apoiar essa luta, esse movimento que a Eliana hoje provoca aqui, em que a Srª Maria Célia teve uma experiência e felizmente conseguiu resolver o problema, mas tantas outras mães que passam por essa situação ainda não conseguiram.

Vamos solicitar informações.

A proposta é de que a Comissão de Direitos Humanos solicite informações aos órgãos do nosso País, mas também à Embaixada e aos órgãos representativos da Alemanha, para que também nos deem informações a respeito do seu caso, no sentido de provocar, de nos somar a esse movimento.

Além disso, o Senador Cristovam Buarque mencionou uma PEC que está na Mesa para ser votada, a PEC nº 5.

Vamos avaliar com ele a possibilidade de essa PEC ser votada para qualificar e melhorar a nossa legislação.

Quero dizer que a luta pelos direitos humanos não é uma luta fácil, não é verdade, Ministra? É uma luta que ultrapassa, e muito, o que dizem os papeis, a nossa legislação. A lei existe justamente para disciplinar os procedimentos, até onde nós podemos ir, os direitos e os deveres de cada um, mas se não estiver recheada de um compromisso de quem cuida da legislação, de quem faz com que a legislação seja de fato aplicada... Tem que ter alma humana, tem que ter o compromisso humano, tem que ter a sensibilidade humana para fazer com que as coisas aconteçam. E eu acredito muito que quem está aqui representando a CAAF, quem está aqui representando a AGU, que é a Natália, tem esse compromisso, tem essa responsabilidade. Também o Ministério das Relações Exteriores, enfim, todos os profissionais que aqui estão têm esse compromisso de realmente atuar nesses casos com essa responsabilidade de cuidar da vida de quem mais precisa. E, nesse caso, a Ministra foi muito clara: a criança em primeiro lugar. Não são os interesses de famílias, mas o interesse da criança: onde é melhor ela ficar, o que é melhor para o seu futuro.

A legislação precisa dar essa possibilidade de fazer também esse... Eu acho que a legislação contempla isso, mas precisa haver um olhar humano sobre ela para que as decisões realmente sejam em favor da criança e não de outras pessoas que não sejam a criança.

Faço essa colocação porque vi a emoção do Senador Eduardo Suplicy e da Eliana. E possivelmente outros que estão aqui se emocionaram com esses casos.

Então, dizer a vocês que a Comissão de Direitos Humanos é parceira, é solidária. E desejamos que essa luta realmente seja vitoriosa. Portanto contem conosco.

Para finalizar, Ministra, todo o nosso carinho, o nosso respeito. Faço minhas as palavras do Senador Paim, mas também quero dizer que tive a oportunidade de conhecê-la melhor a partir do momento em que cheguei a esta Casa. Já a conhecia antes, mas não tão de perto, acompanhando o seu trabalho e presenciando a sua atuação. Você não poderia ser a pessoa melhor para ocupar, nesse momento, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Também tivemos a presença de outro Secretário de Direitos Humanos, Deputado Nilmário de Miranda, a quem também passei a admirar muito quando o conheci à frente da Secretaria.

Quero desejar todo sucesso, boa sorte, parabenizar toda a sua equipe, que tem sido bastante prestativa, muito companheira e que está presente em todos os momentos aqui nos trabalhos desta Comissão.

Precisamos do apoio e da força de todos vocês, para que esta Comissão continue cumprindo o seu papel. Não é fácil o trabalho realizado aqui. Nós sabemos disso. Os nossos assessores, colaboradores que aqui estão, sabem que não é fácil; temas difíceis, polêmicos, complexos, mas que são de muito interesse de toda a sociedade. Então nós precisamos contar, com certeza, com o apoio de todos vocês.

Parabéns, Ministra, que Deus a abençoe, que seja feliz na sua trajetória. (*Palmas.*)

Eu, dessa forma, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

(Iniciada às 09 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA LOGO APÓS A 8ª REUNIÃO, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia doze de março de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão e Lídice da Mata. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião e informa que ocorrerá em duas partes, a primeira, deliberativa, e a segunda, reunião de trabalho com o objetivo de ler e discutir o Relatório da diligência realizada pela CDH, na cidade de Santa Maria/RS. Às onze horas e quarenta minutos, a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª Parte: Pauta Deliberativa. Item 1. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 13, de 2014.** Que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os direitos e as políticas publicas destinadas às pessoas com Síndrome de Down, por ocasião do dia internacional da Síndrome de Down. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Deputado Federal Romário PSB/RJ; Dra. Elizabeth Tunes, Doutoura em Psicologia Educacional e Professora da UNB; Sra. Lourdes Cabral Piantino, Fundadora da Associação de Mães em Movimento; Sra. Helvia Fortes Rodrigues, Bibliotecária e Terapeuta; Sra. Helena Werneck - Fundadora da ONG Meta Social; Dr. Zan Mustacchi, Médico Pediatra e Doutor em Farmácia; Tatiana dos Mares Guia, Servidora do Senado Federal. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: Aprovado, com a inclusão do convidado Senador Lindberg Farias. Às honze horas e quarenta e dois minutos o Senhor Presidente eventual Senador Paulo Paim devolve a Presidência. A Senhora Presidenta consulta as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores se concordam com a inclusão de Requerimento extrapauta, coloca em votação a inclusão extrapauta e aprova. **Item 2. Extrapauta. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14, de 2014.** Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater e marcar o "Dia Internacional do Autismo - dia 02 de abril". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Berenice Pianna – precursora da Lei do Autismo e mãe de autista; Ulisses da Costa Batista – Pai de autista e representante do Movimento Autista; Fernado Cotta – Presidente do Movimento "Orgulho Autista no Brasil"e pai de autista; Claudia Moraes – Coordenadora do Movimento "Orgulho Autista do Brasil" e mãe de autista; Nilton Salvador – Escritor de três livros sobre o Autismo e pai de autista; Evelyn Diniz - Mãe de autista e Criadora do Blog "Autista sem Gluten". Autoria: Senador Paulo Paim e outros. **Resultado**: Aprovado, com a inclusão de convidado representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH. **Item 3**. **Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 15, de 2014.** Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "Campanha da Fraternidade 2014: Fraternidade e Tráfico Humano". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Representante da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; Representante do Ministério da Justiça; Representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil; Representante do CONIC Conselho Nacional de Igrejas Cristãs; Representante da SDH - Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. **Resultado**: Aprovado. **2ª Parte. Reunião de Trabalho.** Finalidade: Apresentação do Relatório da Diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada na cidade de Santa Maria/RS, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na boate Kiss, buscar a adoção de medidas pelo Senado Federal em favor das famílias das vítimas e

sobreviventes e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza. Relator: Senador Paulo Paim. **Resultado**: O Relatório foi apresentado e discutido. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião será composta de duas partes. A primeira, deliberativa, e a segunda, reunião de trabalho com o objetivo de ler e discutir o relatório da diligência realizada pela CDH na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Nós temos um único item na pauta deliberativa, que é um requerimento. Eu sou a autora deste requerimento e solicito ao Senador Paulo Paim que presida, para que possa fazer a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o requerimento.

ITEM 1
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 13, de 2014

Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os direitos e as políticas publicas destinadas às pessoas com Síndrome de Down, por ocasião do dia internacional da Síndrome de Down. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Deputado Federal Romário PSB/RJ ; Dra. Elizabeth Tunes, Doutoura em Psicologia Educacional e Professora da UNB; Sra. Lourdes Cabral Piantino, Fundadora da Associação de Mães em Movimento; Sra. Helvia Fortes Rodrigues, Bibliotecária e Terapeuta; Sra. Helena Werneck - Fundadora da ONG Meta Social; Dr. Zan Mustacchi, Médico Pediatra e Doutor em Farmácia; Tatiana dos Mares Guia, Servidora do Senado Federal.
Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – A audiência pública para discutir a questão da Síndrome de Down, das pessoas com Síndrome de Down, é importante para dar visibilidade também a essa realidade. Embora, por outras ocasiões, já tenhamos feito aqui algumas atividades – o próprio Senado Federal já fez atividades importantes nesse tema –, é necessário que continuemos fazendo o debate para que possamos também ressaltar os direitos das crianças com síndrome de Down, o papel das famílias nesse processo. E entendemos que dar visibilidade a esse tema significa, inclusive, ampliar o conhecimento e a visão da própria sociedade com relação aos direitos das pessoas com síndrome de Down. Então, é um debate que considero fundamental, importante, com a participação também de Parlamentares.

Quero aqui sugerir... Não sei se a assessoria fez contato com o Senador Lindbergh Farias. O Senador Lindbergh não está relacionado aqui. S. Exª foi convidado para estar? Porque está o Deputado Romário. Quero aqui acrescentar o Senador Lindbergh Farias entre os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já fica automaticamente incluído, por sugestão da autora.

Então, em votação o requerimento, já incluído o nosso Senador Lindbergh Farias.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Ninguém para discutir.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora, eu teria dois requerimentos – um, inclusive, assino com V. Exª – sobre dois temas. Se V. Exª puder também aproveitar este momento para colocá-los em votação, depois discutiremos a data adequada para a votação dos mesmos. Um é sobre o Dia Internacional do Autismo, que assina V. Exª e de que sou também signatário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores sobre se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta. São dois requerimentos apresentados pelo Senador Paulo Paim.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Farei a leitura... É um requerimento, não é, Senador?

Primeiro o requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim.

ITEM 2
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 14, de 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos, para debater e marcar o Dia Internacional do Autismo, dia 2 de abril.

Para tanto, sugiro que sejam convidados Berenice Piana, precursora da Lei do Autismo e mãe de autista; Ulisses da Costa Batista, pai de autista e representante do Movimento Autista; Fernando Cotta, presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil e pai de autista; Claudia Moraes, coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil e mãe de autista; Nilton Salvador, escritor de três livros sobre o autismo e pai de autista; Evellyn Diniz, mãe de autista e criadora do blogue Autista sem Glúten.

Autoria: Senadora Ana Rita e Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Rita, por ser o Dia Nacional do Autismo, e a lei que beneficiou essas crianças e adultos que possuem o autismo se originou nesta Comissão, fruto de uma proposta apresentada aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Veio como legislação participativa, eu fiquei na relatoria, e hoje é lei.

Mas eu queria pedir, Srª Presidente, se possível, como há uma discordância sobre um artigo do decreto que regulamentou a lei, acho importante que seja colocado aqui alguém ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – não precisa ser a Ministra, mas alguém que ajudou a elaborar esse projeto –, me mandou, ontem, uma carta colocando a sua posição em relação ao tema. Então, se possível, indicaríamos alguém representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Coloco em votação o requerimento, com a inclusão de um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para que possa também se manifestar sobre o tema, em particular sobre...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sobre o decreto que regulamentou a lei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – ... o decreto que regulamentou a lei.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o referido requerimento.

Segundo requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim:

ITEM 3
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 15, de 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos, para debater o seguinte tema: Campanha da Fraternidade 2014 – Fraternidade e Tráfico Humano.

Para tanto, sugiro que sejam convidados: representante da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil); representante do Ministério da Justiça; representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); representante do Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) e representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Antes de conceder a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar, pergunto ao Senador – se me permite, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro! Pode tocar!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – O Senador Paulo Davim e eu estivemos, recentemente, na Polícia Federal, conversando com um delegado federal a respeito de uma situação específica, no Rio Grande do Norte, caracterizada como tráfico de crianças, e nesse momento nós também avaliamos a importância de fazer o debate aqui no Senado Federal.

Já existe um requerimento para a realização de sessão solene de abertura da Campanha da Fraternidade aqui no Senado Federal, mas não sei se o Senador Paulo Davim gostaria também de subscrever esse requerimento do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que seja de nós três ou de nós quatro o requerimento – o objetivo é o mesmo –, até porque vocês estão trabalhando, inclusive, a fundo nessa questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, é isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faremos lá, mas faremos um debate mais aprofundado aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, a CNBB tem nos ajudado muito com as Campanhas da Fraternidade toda vez que solicitamos que esse tema venha também para o Congresso. Foi assim no Estatuto do Idoso, foi assim no caso da pessoa com deficiência, foi no caso da igualdade racial.

Então, neste momento, em que estamos tão preocupados com a questão do tráfico humano, além das iniciativas já tomadas, como uma sessão de homenagem no Plenário e a ida tanto do Senador Paulo Davim como de V. Exª, Senadora Ana Rita, à Polícia Federal para ver essa questão, nós poderíamos também, aproveitando este momento da Campanha da Fraternidade, sendo todos nós signatários – não haveria primeiro ou segundo, todos nós –, aprofundar o debate aqui na Comissão. Esse é o objetivo.

Então, o requerimento seria em nome de nós quatro, e até proponho que encabeçado por V. Exª, como Presidente da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Coloco em votação o requerimento do Senador Paulo Paim, com o apoio também do Senador Paulo Davim, o qual também estou assinando como requerente e acredito que o Senador Eduardo Suplicy, da mesma forma.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos agora passar para a segunda parte da reunião da Comissão de Direitos Humanos.

A segunda parte tem como finalidade a apresentação do relatório da diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na boate Kiss, buscar a adoção de medidas, pelo Senado Federal, em favor das famílias das vítimas e sobreviventes, e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza.

A relatoria é do Senador Paulo Paim, a quem concedo agora a palavra para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, Senador Eduardo Suplicy, Senador Paulo Davim, Senadores, Senadoras, todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, enfim, nos ouvindo pela Rádio Senado ou por outros meio de comunicação da Casa, este é o momento difícil, delicado, e que faz com que a gente viaje no tempo e volte àquele momento tão triste em que 242 jovens perderam a vida no incêndio da boate Kiss.

Srª Presidenta, eu fui procurado, há alguns meses, pelos membros da comissão de familiares dos jovens que morreram no incêndio da boate Kiss, em Canoas, onde conversamos longamente. A partir daí, fizemos uma audiência pública aqui nesta Comissão, onde eles mostraram suas preocupações com o quadro pós-acidente, ou pós-incêndio, ou pós-morte dos seus filhos. E aqui, naquele momento, chegamos à decisão de que teríamos uma diligência lá em Santa Maria, para que a gente olhasse, ali, de corpo presente, como estava sendo o desdobramento da investigação, enfim, ver quem é quem em tudo o que aconteceu – culpados, inocentes. O quadro, de fato, é muito grave. Eu diria, como disse lá, que a cidade continua chorando os seus mortos, oportunidade em que uma mãe respondeu, no plenário, de forma muito positiva: "Sim, Senador, estamos chorando nossos mortos, e esse vai ser um rio permanente; as águas não pararão de circular até que se encontre o mar da justiça e que, efetivamente, tudo seja esclarecido."

Em homenagem a esses familiares, é que estivemos lá. Como eu disse, os filhos deles não voltarão, mas medidas terão que ser tomadas.

Por isso, Presidenta, eu tinha a intenção de só comentar as fotos que estão no painel – o painel vai acontecer –, mas acho que em um momento como esse não tenho que acelerar, não tenho que ser rápido, nem que a gente fique aqui até as duas horas, em respeito a uma situação tão grave desse crime cometido a esses familiares, àqueles que perderam a vida em respeito aos familiares.

Portanto, vejo-me na obrigação de ler o relatório na íntegra porque sei que eles estão, nesse momento, lá, nos assistindo pela TV Senado. O relatório – cumprimento aqui a Secretaria-Geral da Comissão que V. Exª preside – retrata o que aconteceu.

Cumprimento, aqui, a Câmara de Vereadores de Santa Maria, na figura do Jorjão, do Presidente e de todos, que, numa parceria conosco, filmaram toda a diligência e já ajustamos aqui com a TV Senado, ainda no mês de março, que vamos anunciar, vai passar ao vivo para todo o Brasil como se encontram os familiares e quais os desdobramentos.

Passo a ler o relatório.

Relatório da Diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na boate Kiss, buscar a adoção de medidas pelo Senado Federal em favor das famílias das vítimas e sobreviventes e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza, conforme Requerimento nº 116/2013, de iniciativa deste Senador, aprovado pela CDH.

Relatório.

O presente relatório refere-se à Diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na boate Kiss, buscar a adoção de medidas pelo Senado Federal em favor das famílias das vítimas e sobreviventes e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa reuniu-se no dia 21 de fevereiro de 2014, na cidade de Santa Maria-RS por sugestão da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) – e aqui vai o primeiro agradecimento, nossa primeira homenagem aos verdadeiros heróis – feita na audiência pública realizada em dezembro de 2013, na Comissão de Direitos Humanos do Senado e transformada no Requerimento nº 116/2013 de iniciativa deste Senador.

A diligência constitui-se em reunião com a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), com autoridades municipais, Ministério Público, autoridades policiais, corpo de bombeiros, universidade federal, estudantes, familiares e também contato com todas as forças constituídas do Município.

Vamos agora, rapidamente, à síntese feita pela Secretaria-Geral da Comissão.

Histórico da tragédia da boate Kiss.

O incêndio na boate Kiss, na cidade de Santa Maria (RS), **em 27 de janeiro de 2013**, deixou **242 mortos** e 116 feridos. Foi um dos piores eventos do tipo já registrados em todo o mundo. A tragédia comoveu o País e gerou amplo debate sobre a segurança em estabelecimentos noturnos, com repercussões no Congresso Nacional.

Senadores e Deputados se mobilizaram no acompanhamento das investigações, no apoio aos familiares das vítimas e na promoção de diálogo com especialistas das áreas envolvidas. A legislação existente foi revista, em busca de uma proposta que pudesse, de forma clara e objetiva, estabelecer parâmetros nacionais para a prevenção de incêndios e desastres em locais de aglomeração de pessoas. No Senado, funcionou uma comissão especial temporária que fez levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios.

Entre as propostas apresentadas no relatório elaborado após 60 dias de trabalho da Comissão, estão uma minuta de Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico; a regulamentação das atividades dos corpos de bombeiros militares e dos bombeiros civis, municipais e voluntários; a padronização dos procedimentos operacionais para os corpos de bombeiros; e um programa educacional nas escolas. As propostas da Comissão do Senado foram encaminhadas à Comissão Especial da Câmara e ao grupo de trabalho do Executivo — coordenado pelo Ministério da Justiça — criados, respectivamente, para tratar do tema da segurança em locais de concentração de público e da regulamentação da ação dos bombeiros pelo País. Na Câmara, houve acordo para que se apresentasse uma emenda substitutiva global de Plenário ao Projeto de Lei nº 2.020/2007, da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que está pronto para votação em Plenário desde julho do ano passado.

Quero aqui fazer justiça com três registros: primeiro esta Comissão aqui no Senado foi presidida pela Senadora Ana Amélia; fui Relator do trabalho que aqui está sendo apresentado. Lá, na Câmara dos Deputados, além da Deputada Elcione Barbalho, quero aqui dar também os meus cumprimentos ao Deputado Federal Pimenta, que é da cidade de Santa Maria e fez um belo trabalho, contribuindo muito para a redação final do projeto que está pronto para ser votado lá na Câmara dos Deputados desde julho do ano passado.

O nosso trabalho, como Relator aqui foi apresentar na Comissão Assuntos Sociais do Senado Federal também o Projeto de Lei do Senado nº 56/2014, que altera a Lei nº 8.080, de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos.

Quero dizer que apresentei esse projeto – já está tramitando aqui no Senado –, como sugestão dos familiares. Essa Associação dos Familiares é que me propôs esse projeto, que já está tramitando.

Em outras palavras: O PLS inclui na competência do SUS, planejar, regulamentar, implantar e coordenar o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT), em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal.

Espero que a regulamentação da futura lei defina todas as fases da logística, isto é, desenvolvimento, produção, importação, exportação, armazenamento, distribuição, inclusão e exclusão em protocolo terapêutico ou relação de medicamentos, reposição, reaproveitamento, reciclagem e descarte.

Também pretendo que o sistema se encarregue de incluir outros antídotos e de prestar informações a toda a população, mas em especial aos profissionais de saúde, de salvamento e de resgate, sobre os vários aspectos relacionados com a prevenção e o tratamento de intoxicações, bem como sobre o acesso a antídotos.

Audiência Pública na CDH.

Em 2 de dezembro de 2013, a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, atendendo ao requerimento de nossa iniciativa e de outros Senadores, realizou audiência pública para debater o tema: "A Tragédia da boate Kiss e suas Consequências" com a participação dos seguintes convidados: Adherbal Alves Ferreira, grande coordenador da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia, que perderam seus filhos na boate Kiss. Fica aqui a minha homenagem a esse herói, entre tantos outros heróis dessa luta. O Sr. Adherbal é Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na boate Kiss, em Santa Maria (RS).

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Qual deles é o Sr. Adherbal ali na foto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele está a minha esquerda na foto. Foi bom lembrar. Muito bem, Senador Suplicy, sempre atento para que as pessoas vejam quem é o Presidente da Associação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – O de camisa laranja?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, à minha esquerda na foto. O que está de terno e gravata, sentado à minha esquerda.

Depois, destacamos também a presença do Sr. Walter Souza Cabistani, Vice-Presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss de Santa Maria (RS). O Walter, Senador Suplicy, na foto, está à esquerda do nosso Presidente Adherbal. Ao meu lado, de camisa amarela, está um jovem estudante. Temos o Alex Monaiar estudante de Psicologia, Coordenador-Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (RS); Solange Garcia, Professora de Toxicologia da UFRGS; Luiz Fernando Smaniotto, advogado da Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia ocorrida na Boate Kiss; Coronel Alexandre Augusto Aragon, da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Força Nacional, em representação do Ministério da Justiça; Paulo de Tarso Monteiro Abrahão, Coordenador-Geral da Força Nacional do SUS do Ministério da Saúde – MS e José Eduardo Fogolin, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

Na oportunidade, foram feitos os seguintes encaminhamentos:

1) Enviar ofício da CDH ao Ministro da Justiça para que seja agilizada a remessa para a Casa Civil do Executivo Federal do anteprojeto de lei nacional que regulamenta a prevenção e combate a incêndio, a fim de que a mensagem presidencial chegue o mais breve possível ao Congresso Nacional;

Na verdade, aqui, nós estamos fortalecendo um belo trabalho feito pela Comissão Especial no Ministério da Justiça. Sabemos que esse trabalho já se encontra na Casa Civil e estamos solicitando que chegue rapidamente ao Congresso para que seja votado também junto com o projeto que foi construído em parceria com o Senado e principalmente com a redação final dada lá na Câmara dos Deputados.

2) Elaborar projeto de lei para estabelecimento de uma política nacional de antídotos, prevendo o treinamento médico, fornecimento e distribuição de medicamentos e antídotos, nos moldes do Sistema Nacional de Antídotos, criado em 1993;

Já foi feito o projeto, foi apresentado e já está tramitando nas Comissões do Senado.

3) Elaborar lei para o apoio público nas áreas de saúde, trabalho e previdência social, às vítimas e seus familiares, em caso de tragédias;

Também está sendo já encaminhado.

4) Diligência da CDH para fiscalizar a atuação dos Poderes Públicos na situação atual, pós-tragédia de Santa Maria – RS;

Diligência que já aconteceu, estivemos lá, e aqui estou fazendo o relatório final de todo esse trabalho.

5) Elaboração de política de incentivo à cultura nas universidades públicas para construção de espaços de convivência como, por exemplo, centro de eventos para realização de formaturas;

Aqui, o objetivo é, em vez de procurar na hora da formatura ir para uma boate, que, muitas vezes, é um forno, que acaba ceifando vidas, que as universidades tenham os seus centros de convivência para a realização de formaturas, como muitas já têm, por exemplo, a Ulbra, no Rio Grande do Sul tem, e como tem também a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

6) Inserção do tema "atuação em emergências e desastres" nos currículos dos cursos de saúde, para formação de profissionais capacitados para trabalhar nessas situações;

7) Potencializar os serviços de atendimento, do tipo 0800, do Ministério da Saúde.

Descrição da Diligência.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizou reunião com os seguintes participantes – a qual eu presidi, por indicação da Presidenta, a diligência lá em Santa Maria –: Adherbal Alves Ferreira, Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e sobreviventes da Tragédia de Santa Maria; Paulo Afonso Burmann, Reitor da Universidade Federal de Santa Maria; Deputado Estadual Valdeci Oliveira, representante do Governador do Estado do Rio Grande do Sul Tarso Genro; Julio Nunes, Secretário de Saúde Adjunto de Santa Maria, representante do Prefeito Municipal, Cezar Augusto Schirmer; Major Francisco Otávio Rodrigues Nunes, Comandante do 4º Comando Regional dos Bombeiros de Santa Maria; Marcelo Arigony, Delegado Regional de Polícia Civil de Santa Maria-RS; Marcelo Dornelles, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público Estadual do RS; Joel Dutra, Promotor de Justiça de Santa Maria (RS).

Todos esses participaram da audiência pública em Santa Maria, que vocês vão ver numa foto em seguida. A foto mostra a composição da Mesa. Aquela foto que está a minha direita é a composição da Mesa, a mesma foto que tenho aqui. Eu li os nomes dos que estão participando do evento na mesa principal.

Às 14 horas e 15 minutos do dia 21 de fevereiro de 2014, no auditório – ali representado nas fotos – da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (RS), este Senador declarou aberta a Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal em parceria com a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria.

Esclareci que aquela reunião destinava-se ao cumprimento de diligência nos termos do Requerimento nº 116 de 2013, da CDH, de nossa autoria, aprovado em 4/12/2013, para debater e averiguar a atuação do Poder Público no andamento das providências relacionadas à tragédia que ocorreu no dia 27 de janeiro de 2013, na boate Kiss, na cidade de Santa Maria (RS), bem como tomar conhecimento de novas providências que poderão ser adotadas pelo Senado Federal, especialmente pela Comissão de Direitos Humanos, em prol das famílias das vítimas e da prevenção de novos eventos dessa natureza para evitar que fatos como esse voltem a acontecer.

É claro que a responsabilidade não é só desta Comissão e nem do Congresso, mas de todos os Poderes constituídos na República e por que não dizer até da preparação e da formação da população em geral.

Afirmamos, lá, que a presença da Comissão de Direitos Humanos do Senado aconteceu pela solicitação feita pela Associação de Familiares e Sobreviventes por ocasião da audiência pública realizada em Brasília, em dezembro de 2013.

Lá, manifestei nossa total solidariedade aos familiares e disse que a Câmara de Vereadores, mediante solicitação da TV Senado, faria, então, a gravação da reunião, que posteriormente, como aqui já anunciei, seria veiculada para todo o Brasil, via TV Senado. Agradeço, mais uma vez, ao Vereador Jorjão e a toda a Câmara de Vereadores pelo apoio que nos deram quando lá tivemos.

Comprometi-me, naquele momento, a fazer chegar a gravação às mãos da Presidenta Dilma, como também ao Presidente do Senado e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Também afirmei que o objetivo da reunião não é outro senão envidar todos os esforços em busca da verdade, para que todos os responsáveis respondam pelos seus atos de ação ou omissão.

Em seguida, convidei o Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, Sr. Adherbal Alves Ferreira, o Reitor da Universidade de Santa Maria, Sr. Paulo Afonso Burmann, e o Deputado Estadual Valdeci Oliveira, que falou em nome do Governador Tarso Genro, para comporem a Mesa, na abertura dos trabalhos.

Enfim, a palavra foi dada ao Presidente da Comissão e, em seguida, ao Reitor. Fiz um agradecimento ao Reitor pela disponibilização do auditório para que fosse realizada a reunião e pela colaboração da Universidade em favor das famílias dos estudantes vitimados. O Reitor, por sua vez, disse, de uma forma muito gentil, que ele estava ali cumprindo a sua obrigação e que era uma honra para a Universidade receber uma delegação do Senado da República. Disse, ainda, que a Universidade também sente a dor das famílias que perderam seus filhos e filhas porque a maioria das vítimas eram estudantes da Universidade. Agora, passada a principal fase da dor, que não termina, a Universidade está empenhada e comprometida com a busca de respostas para que a justiça seja feita.

Na sequência, o representante do Governador Tarso Genro, Deputado Valdeci Oliveira, usou a palavra e afirmou que o Governo do Estado acompanha o caso desde as primeiras horas e tem colaborado com as autoridades locais e nacionais para a apuração das responsabilidades. Também adotou todas as providências necessárias em favor das vítimas, no alcance do Estado, tanto na aérea da saúde, como na assistência social e psicológica. Informou, ainda, que a Assembleia Legislativa aprovou legislação estadual de prevenção e combate a incêndios em estabelecimentos públicos e privados, no nosso Rio Grande do Sul.

Adherbal Alves Ferreira, Presidente da Associação dos Familiares, iniciou sua fala agradecendo a nossa presença lá, o apoio e a colaboração e disse que a sua luta é a luta de todos os pais e mães que perderam suas filhas e filhos. Lembrou que a ideia da fundação da Associação foi lançada no sétimo dia após a ocorrência da tragédia e que sua existência é fundamental para que todos paguem por suas responsabilidades.

Disse que sua maior esperança está em Deus para que justiça seja feita. "Nós precisamos de paz, mas não existe paz sem justiça, e precisamos de paz", afirmou.

Por fim, fez um desabafo informando que muitos empresários e políticos querem que os familiares esqueçam a tragédia. Dizem que a luta por justiça é movida por interesses políticos, e afirmou: "Nós trabalhamos com todos os partidos políticos sem abrir mão da atividade política, porque todos nós somos cidadãos políticos e fazemos política, porém apartidária".

Dando prosseguimento aos trabalhos, este Senador convidou os Srs. Julio Nunes, Secretário de Saúde Adjunto de Santa Maria, representante do Prefeito municipal, Cezar Augusto Schirmer; Major Francisco Otávio Rodrigues Nunes, Comandante do 4º Comando Regional dos Bombeiros de Santa Maria; Marcelo Arigony, Delegado Regional de Polícia Civil de Santa Maria; Marcelo Dornelles, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul; e Joel Dutra, Promotor de Justiça de Santa Maria. Todos usaram a palavra.

O Secretário Julio Nunes reiterou a solidariedade em nome da prefeitura municipal e disse que está comprometido com os familiares e as vítimas sobreviventes para atender a todas as necessidades afetas às secretarias do Município. Informou que a Drª Vania Olivo, que assumiu há poucos dias a Secretaria da Saúde, está reestruturando a equipe para cuidar especialmente do Centro de Referência de Acolhimento, onde as vítimas são atendidas com assistência médica, social e psicológica.

O Major Francisco Otávio Rodrigues Nunes disse que iniciou seu trabalho como bombeiro voluntário no dia da tragédia e que está acometido pela mesma dor das famílias, porque seu filho também estava frequentando a boate Kiss na noite da tragédia. Por essas coisas do destino, ele retornou para casa, mas ele estava solidário com todos aqueles que perderam seus filhos. Disse que está hoje na condição de Comandante do 4º Comando Regional dos Bombeiros de Santa Maria graças ao seu empenho como cidadão e como profissional em favor da vida e pelo trabalho que vem desenvolvendo.

Marcelo Arigony, Delegado Regional da Polícia Civil de Santa Maria, informou – e diga-se que ele foi muito aplaudido pelos familiares – que a Polícia Civil envidou todos os esforços para concluir o inquérito policial, com o indiciamento de 17 pessoas por homicídio, sete pessoas por crime militar e o indiciamento do Prefeito municipal Cezar Augusto Schirmer por improbidade administrativa.

O Delegado disse que, neste momento, a delegacia está diligenciando novos fatos que poderão resultar em outros indiciamentos. Disse que recebe, recorrentemente, vítimas que necessitam de amparo material e, por isso, fez um apelo às autoridades da Mesa para que sejam providas tais necessidades.

Marcelo Dornelles, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, disse que o Ministério Público denunciou quatro pessoas por homicídio, oito por crime militar e oito por improbidade administrativa. Disse que a presença na reunião se deve ao compromisso do Ministério Público com a apuração dos fatos. Embora não tenha atuação direta nas ações judiciais, sua presença é para demonstrar o compromisso da instituição em apoio aos promotores que atuam diretamente nos processos.

Joel Dutra, Promotor de Justiça de Santa Maria, Rio Grande do Sul, que atua diretamente nos processos, juntamente com outros promotores, disse que o Ministério Público do Rio Grande do Sul determinou a todos os membros uma fiscalização em todas as comarcas do Estado. Nessa atuação foram verificadas, segundo ele, inúmeras irregularidades, tais como a inexistência de bombeiros e de legislação clara e precisa para a atuação do Ministério Público. Disse que há muitas cidades que dependem da atuação de bombeiros que ficam em cidades maiores – ou seja, distantes de onde está acontecendo o evento. Informou, ainda, que o Ministério Público colaborou com o Legislativo estadual, que hoje já dispõe, então, de uma lei estadual de prevenção e combate a incêndios em estabelecimentos públicos e privados.

O Delegado da Polícia Civil Sandro Luís Mainerz, que também foi convidado a compor a Mesa, afirmou que as novas diligências que estão sendo feitas certamente não irão alterar substancialmente o quadro de fatos já constantes do inquérito – mas são também importantes.

Perguntas e questionamentos do público às autoridades da Mesa.

Após a exposição dos convidados, como Presidente da Mesa, franqueei a palavra aos participantes da reunião, em especial aos familiares das vítimas e aos sobreviventes da tragédia.

Participaram, além dos familiares das vítimas, estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, o Vereador Jorjão, representando a Câmara Municipal; o Vereador Werner Rempel, representante do Movimento Santa Maria do Luto à Luta; e representantes da Associação de Pais e Mães de Janeiro.

Inscreveram-se 11 pessoas para falar, todas elas fizeram manifestações veementes, mostraram toda a indignação pela morosidade da apuração e, especialmente, segundo eles, pela postura do Ministério Público; e também pela gritante – segundo eles – omissão do Corpo de Bombeiros e das autoridades municipais.

Todas as pessoas se referiam às divergências entre os trabalhos da Polícia Civil e do Ministério Público quanto ao indiciamento de pessoas e à efetiva denúncia oferecida pelo Ministério Público.

Ao todo foram indicadas 36 pessoas envolvidas no caso pela Polícia, dos quais 28 foram apontadas com alguma responsabilidade, inclusive o Prefeito. Enquanto isso, o Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de quatro pessoas por homicídio, oito pela prática de crimes militares e oito pela improbidade administrativa, deixando de denunciar agentes da administração pública e municipal, incluindo o Poder municipal.

Aqui, com esse relatório mostramos a divergência que existe entre a Polícia Civil e o Ministério Público. Um faz o indiciamento de 36 pessoas; o outro, na verdade, o Ministério Público oferece a denúncia a quatro por homicídios, oito pela prática de crime e oito pela improbidade. Então, há uma divergência aqui até na indicação dos indiciados. Essas divergências entre o número de pessoas indiciadas pelas autoridades policiais e o número de pessoas contra as quais o Ministério Público ofereceu denúncia não é aceita pelos familiares. As famílias acusam o Ministério Público de omissão e acreditam haver algum tipo de entendimento na cidade.

Os familiares alegam que todos os responsáveis pela fiscalização e autorização para o funcionamento da boate Kiss sabiam das irregularidades existentes, porque participaram dos Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 2009 e 2012, em que os proprietários da casa noturna e as autoridades públicas se comprometeram adequarem ao funcionamento da boate e às regras vigentes, coisa que não aconteceu, segundo eles.

Enfim, constam do relatório final do inquérito policial as seguintes conclusões: havendo indícios da pratica de improbidade administrativa, remetemos cópia integral do presente inquérito policial à 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, para averiguar suposta responsabilidade do prefeito municipal.

Aportaram aos autos, em 29 de janeiro de 2013, documentação oriunda da Procuradoria da República do Município de Santa Maria, pertinente à verificação de conduta irregular, observada na casa do estudante.

Por esse caso, houve no entender do Ministério Público federal indícios de omissão do Poder Municipal em fiscalizar a boate do DCE, que funcionou por mais de 10 anos com licença vencida.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul encaminhou cópia do inquérito civil que investigou a poluição sonora produzida pela boate Kiss, dentro do qual há um Termo de Ajustamento de Conduta entabulado entre o agente ministerial e um dos proprietários da boate.

Passo a ler o documento aqui citado.

Matheus Fettermann da Silva, 7 de março, era comentário corrente no meio dos funcionários da boate Kiss que corrimão fotográfico na AP-3448, Fotografo nº 10, não poderia permanecer no local. Tal fato era de conhecimento de Elizandro Maurício e Ricardo. Ajudou no resgata às vítimas, pois integrou o grupo de cerca de 20 civis que ajudaram no socorro. Os populares usavam camisetas para proteger as vias respiratórias quando ingressavam no interior da boate. Esclareceu que os bombeiros jogavam água nos voluntários como que a fim de que ingressassem no interior da boate. Os bombeiros estavam tensos, despreparados técnica e emocionalmente. Ademais, muitos não apresentavam condições físicas para o exercício de suas atribuições. Afirmou ter visto somente um bombeiro adentrar a Kiss. Apenas dois bombeiros faziam uso de cilindro e oxigênio.

O declarante e os demais civis que atuam no resgate, em momento algum foram advertidos pelos bombeiros sobre a gravidade ou a periculosidade da fumaça. Não enxergou, segundo ele, nenhum bombeiro naquele momento, na quebra da parede da boate.

Necessidade de mudança na Legislação.

Os participantes da reunião também enfatizaram a necessidade de mudanças profundas na legislação e entendem que uma nova Legislação é somente possível com a participação da sociedade.

Aqui estamos indo ao encaminhamento, por isso o representante do Núcleo Missões VST Ijuí, Rio Grande do Sul, Jorge Luiz Malheiros reivindicou a participação dos familiares no debate sobre o PL nº 4.923, de 2013, em tramitação no Congresso Nacional.

Entregou documentos e um DVD com as considerações dos familiares e as reivindicações de que pudessem participar dos debates, o que foi prontamente acatado por este Presidente naquela diligência. Esclarecendo de que a participação é possível por meio de audiências públicas ou mesmo de reunião de trabalho, que poderemos realizar para debater o projeto.

Outra questão que nos informaram: falta de remédios específicos e equipamentos para tratamento das vítimas. Familiares dos sobreviventes da tragédia denunciaram que a farmácia que fornece os remédios específicos para atendimento das vítimas recorrentemente alega que a Secretaria Estadual de Saúde não estaria fornecendo regularmente os remédios. Também reclamam da falta de equipamentos adequados para reabilitação dos pacientes. E dizem que é uma constante.

Enfim, respondi a todos dizendo que a Comissão de Direitos Humanos fará gestão para contribuir na solução dessa demanda.

Denúncia sobre a repressão de Brigada Militar contra estudantes e familiares das vítimas da tragédia da boate Kiss.

Durante a reunião, este Senador também recebeu denúncias dando conta de que no dia 20 de fevereiro ocorreu uma manifestação pacífica de movimentos sociais contra o aumento da tarifa de transporte público. Segundo denúncia, os manifestantes foram atacados com tiros de balas de borracha, bomba de gás lacrimogênio, sendo arrastados pelas ruas com agressões e humilhações.

Entre os manifestantes, encontrava-se a Srª Jandira Ávila, mãe de uma das vítimas, das 242 vítimas da boate Kiss, que foi brutalmente agredida, ficando inconsciente, porque estava lá protestando e exigindo justiça.

Foi então entregue a este Senador um ofício e um DVD, contendo relato e imagens da violência acontecida no protesto realizado pelos estudantes. Ao receber a denúncia, esse Senador informou que a CDH fará encaminhamento de todos os documentos recebidos, cobrando apuração dos fatos e a responsabilização dos autores da violência praticada contra os manifestantes, ampla maioria estudantes ou familiares das vítimas da boate Kiss.

O Delegado da Polícia Civil, Sandro Mainer, presente na reunião, solicitou a palavra para esclarecer que já havia recebido a notícia crime, que estava me sendo entregue naquele momento. De imediato, instaurou o competente inquérito para a apuração dos supostos crimes.

Defesa do Ministério Público em resposta à manifestação dos participantes.

Os membros do Ministério Público argumentaram que a divergência se baseia em dados técnicos, jurídicos que não permitem o oferecimento de denúncia contra todas as pessoas indiciadas. Negam qualquer favorecimento ou existência de conluios com autoridades municipais e consideraram ofensivas as acusações contra a instituição, feita por alguns dos familiares dos mortos.

De outra parte, afirmam que os familiares carregam uma verdade que não é a mesma dos promotores, porque uma se baseia no sentimento, que é justo, e a do Ministério tem como base os fatos e as regras a serem perseguidas baseadas na lei.

Srª Presidenta, vou, agora, para a última folha.

Por fim, os promotores alegaram que a tragédia envolvia muitas irregularidades, e irregularidades não significam necessariamente desobediência à lei ou infração legal, que permite o enquadramento como conduta criminosa.

Isso foi o que disseram os representantes do Ministério Público.

Encaminhamentos finais, que passo a ler:

1 – Oficiar ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando informações sobre a apuração dos atos de violência praticados pela Brigada Militar contra os manifestantes no dia 21 de fevereiro [que exigiam justiça e protestavam contra, também, o preço da passagem de ônibus. Estudantes e familiares das vítimas].

2 – Oficiar a Secretaria Estadual de Saúde, requerendo providências quanto ao fornecimento de remédios e equipamentos necessários para os tratamentos das vítimas da tragédia de Santa Maria.

3 – Instar o Governo municipal de Santa Maria para que examine a possibilidade de enviar projeto de lei à Câmara de Vereadores com a finalidade de instituir ajuda material às vítimas sobreviventes da tragédia de Santa Maria.

Claro que isso poderia ser em parceria com o Estado e com a União.

4 – Encaminhar a gravação integral da reunião para a Presidenta Dilma Rousseff, ao Presidente do Senado Renan Calheiros e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal para conhecimento e adoção de medidas que julgarem pertinentes.

5 – Solicitar celeridade à Casa Civil para encaminhar ao Congresso Nacional anteprojeto de lei que disporá sobre a prevenção e combate a incêndios [elaborado já pelo Ministério da Justiça, que está em estudo, para que, junto com o projeto que está em debate aqui no Congresso, avancemos para a formatação de um código mínimo de combate a incêndios em casas de espetáculo, seja de dia ou à noite].

6 – Acolher as sugestões da Associação de Familiares e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria para aperfeiçoar [com a participação deles] o PL nº 4.923, de 2013.

Ao encerrar os trabalhos, este Senador disse que a emoção e a indignação dos familiares com as divergências, omissões e morosidade na solução e a falta de transparência na busca da verdade é perfeitamente compreensível e pediu uma salva de palmas a todos os familiares pela perseverança e a coragem na luta pela justiça, dizendo que eles são uns heróis que ficavam, naquele momento, as nossas homenagens, sabendo que os seus filhos não voltariam, mas eles nunca desanimaram na luta permanente, buscando a justiça e a verdade.

Enfim, agradecemos lá, especialmente à equipe da TV da Câmara Municipal de Santa Maria, que, pela cobertura que nos deu, em parceria com os órgãos de comunicação do Senado, filmaram toda a audiência pública, cujo material já está aqui. A nossa TV Senado já se prontificou, pegando esse relatório e as filmagens para apresentar um documentário ainda no mês de março.

Quero também agradecer muito ao reitor da Universidade Federal de Santa Maria por todo o apoio que nos deu no momento em que lá chegamos.

Especial agradecimento a todas as famílias que colaboraram e participaram do evento, contribuindo para que as soluções que estamos trazendo sejam encaminhadas aos poderes competentes.

Enfim, eu encerro o relatório, Srª Presidenta, dizendo que cumprimos essa etapa do nosso trabalho.

E termino com a frase dita por uma mãe: "O rio de lágrimas continua."

É justa a indignação que todos lá demonstraram. Ficará claro no momento em que o vídeo da audiência pública aqui for passado.

Eu compreendo todos: os filhos não voltam, mas a luta para o bem de todos, que fatos como esses não mais se repitam, com certeza, haverão de continuar. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Cumprimentos pelo trabalho, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Obrigado, Senadora Ana Rita, que foi fundamental para que eu fizesse os encaminhamentos lá propostos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim, que, em nome da Comissão de Direitos Humanos, fez essa diligência na boate Kiss, no Estado do Rio Grande do Sul, e conversou com diversas autoridades: Ministério Público, Polícia Civil, sociedade em geral, os sobreviventes, os familiares das vítimas, daqueles que, infelizmente, não sobreviveram àquele grave problema, àquele grave acidente.

Esperamos que situações como aquela nunca mais aconteçam em nosso País. Mas, para isso, realmente algumas providências precisam ser adotadas.

O relatório apresenta aqui algumas sugestões, que já estão sendo encaminhadas. E esperamos, Senador Paulo Paim, com certeza, que o Congresso Nacional, através da Comissão de Direitos Humanos, faça um pouco a sua parte. Não é o suficiente, com certeza, porque a situação é tão grave, tão grave, que precisa do envolvimento também de diversas outras autoridades, mas acredito que a Comissão de Direitos Humanos, com esse relatório, com a diligência, dando voz àquelas famílias, tenha sido muito importante.

E quero aproveitar para manifestar, aqui, mais uma vez, a nossa solidariedade a todos os familiares.

Vamos considerar esse relatório conclusivo com relação à tarefa que foi designada, que o Senador Paulo Paim, com muita dedicação, se comprometeu de realizar e realizou, com a colaboração também, aqui, da assessoria da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos: o Augustino, que esteve representando os servidores da Comissão de Direitos Humanos; a Mariana e o Ronaldo, que também estiveram à frente para poderem concluir o relatório.

Eu pergunto se alguém mais gostaria de se manifestar.

Senador Paulo Paim? (*Pausa.*)

Apenas para finalizar, gostaria de dizer que precisamos acompanhar de perto, Senador Paulo Paim, todas as providências aqui encaminhadas.

Quero também lhe pedir outra coisa: que, se possível, juntamente com a nossa Comissão, com certeza, V. Exª monitore, na medida do possível, já que V. Exª é do Rio Grande do Sul e está mais próximo da realidade dos familiares, mais próximo do Governo do Estado, do Ministério Público e de todas as instituições de Justiça de lá, todos os encaminhamentos que estão sendo feitos. E, havendo necessidade de a Comissão de Direitos Humanos tomar alguma outra providência, algum outro encaminhamento, além dos, aqui, já sugeridos por V. Exª, colocamo-nos inteiramente à disposição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezessete de março de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senhor **Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 8 de 2014, aprovado em 26/02/2014, de iniciativa dos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, que requerem a realização de Audiência Pública para debater o tema: **"A permanência do analfabetismo entre uma parcela significativa de jovens e adultos no Brasil e a constatação de que o analfabetismo não apenas não foi eliminado como também não tem tido a redução esperada em termos percentuais e quase nada em números absolutos".** O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados e solicita que tomem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor de Estatísticas Educacionais do Ministério da Educação; e Cláudia Paes de Carvalho Baena Soares, Coordenadora de Desenvolvimento de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Ibero-americanos. Por solicitação do Senador Paulo Paim, a Presidência concede a palavra à Senhora Graciela Bastos, beneficiária do fundo Aeros. O Senhor Presidente faz indagações aos convidados acerca do analfabetismo. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: realização de audiência pública na CDH para debater o tema analfabetismo, sob a ótica dos Direitos Humanos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos de um requerimento feito pelo Senador Paulo Paim e por mim próprio, para debater o tema "A permanência do analfabetismo entre uma parcela tão significativa de jovens e adultos no Brasil e a constatação de que o analfabetismo não apenas não foi eliminado como também não tem tido a redução esperada em termos percentuais e quase nada em números absolutos."

Na verdade, podem-se citar as estatísticas publicadas há algum tempo que diziam que havia aumentado o número absoluto de analfabetismo entre 2012 e 2013. Eu disse que poderia porque, em um universo de 13 milhões, um aumento de, se não me engano, 60 mil pode estar na margem de erro. De qualquer maneira, é muito grave. Em vez de reduzir, mesmo na margem de erro, aumentou.

Esta audiência faz parte de um grupo de duas, na verdade. Hoje é para discutirmos o porquê da permanência do analfabetismo. A outra, que será em abril, é para discutir o analfabetismo de adultos como uma questão ética, e não educativa, como questão de direito humano. Por isso, lamento que a Secretaria de Direitos Humanos, que foi convidada para esta audiência, não queira mandar representante. Isso mostra como é importante uma audiência para discutir o analfabetismo do ponto de vista da moral do Pais. Quando a Secretaria de Direitos Humanos recusa-se a participar de uma audiência sobre analfabetismo é porque está dizendo: "Analfabetismo não é uma questão de direitos humanos". Mas é! É porque tem uma desigualdade e tem uma imoralidade.

O dicionário é claro: desigualdade é uma coisa, imoralidade é outra. Entre pessoas que têm curso superior e pessoas que têm curso secundário há uma desigualdade, mas não há uma imoralidade. Agora, entre pessoas que têm nível superior, segundo grau ou que sabem ler bem e o que não sabe ler, não é desigualdade; é uma imoralidade. A diferença é que, entre quem tem curso superior e quem não tem, é uma constante, depende do número de anos. Mas analfabetismo é um corte: os que estão de um lado e os que estão de outro.

Por isso, essa próxima audiência, também com apoio do Senador Paulo Paim, vamos fazer mais adiante, e vamos discutir a questão ética, a questão moral de haver no Brasil – 115 anos depois da Proclamação da República; 116, da Abolição da Escravatura; 30, de a democracia ter voltado – 13 milhões de analfabetos.

Chamo a atenção para o fato de que temos hoje mais de duas vezes mais analfabetos do que tínhamos na Proclamação da República. Aí, alguém diz: "Mas a percentagem diminuiu; naquela época eram setenta por cento, hoje são de nove a dez por cento". Não justifica. É como se disséssemos que, depois da redemocratização, reduzimos o número de torturas e não eliminamos a tortura no Brasil. A tortura é uma imoralidade, e o analfabetismo condena esse homem ou essa mulher analfabeta a uma forma de tortura diária, constante: a tortura de não saber qual o ônibus que toma, a não ser perguntando ou decorando a cor. Se mudar a cor, ele toma o ônibus errado. Toma remédio sem saber se o remédio que está tomando é o certo, porque está escrito e ninguém conhece o remédio só pela caixa. Senta em uma lanchonete para comer alguma coisa na hora do almoço, e não sabe escolher pelo menu, tem que escolher perguntando.

Que haja isso é uma imoralidade no nosso País, que essas pessoas continuem submetidas a essa tortura. Mas, antes da reunião para discutir o analfabetismo na ótica da moral, nós vamos discutir, do ponto de vista educacional, o porquê dessa permanência.

Eu passarei, no momento que ele quiser, a palavra para o Senador Paulo Paim, não só porque ele é um dos signatários dessa convocação como também porque os Senadores sempre têm direito e porque ele é um Senador especial. Se quiser falar agora, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom dia a todos, aos nossos expositores, à Drª Cláudia, ao Dr. Carlos.

Senador Cristovam, eu vou fazer um pedido especial a V. Exª. Estou acompanhando dia e noite a questão do Aerus. É uma situação da maior gravidade. Felizmente houve uma decisão do Supremo favorável. Eu estou aqui com a Graziella Baggio, que é a líder do movimento, e eu queria ver se antes de nós iniciarmos o debate propriamente dito do tema educação, que tem tudo a ver com o que V. Exª me fala: "Paim, olhe bem para os idosos, mas nunca se esqueça de olhar para as crianças", conselho que V. Exª me deu há muito tempo e que tenho seguido na íntegra, por isso, se V. Exª permitir que ela possa, já que estamos na Comissão de Direitos Humanos, em uma audiência que tem repercussão para todo o Brasil, portanto, antes de entrarmos exatamente no tema, que ela possa dizer por que estão acampados no Salão Verde, numa vigília que começou na quarta-feira, depois da decisão do Supremo, para ver se o Governo cumpre a decisão e paga os aposentados...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero dizer primeiro que essa é uma grande vitória de vocês, uma grande vitória do Senador Paulo Paim, que é quem aqui nesta Casa abraçou a ideia, e do Brasil inteiro. Vocês estão de parabéns! Eu estou ao lado de vocês. A senhora tem a palavra aqui, mas eu gostaria de pedir que esperasse por uma razão: se eu colocar esse caso na frente do outro, parece que eu estou menosprezando o analfabetismo. Parece.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não. Se me permitir, Senador Cristovam. Não é menosprezar em hipótese alguma. Ela usaria três minutinhos. É que há outra votação hoje no STJ e eles têm que ir para lá. Se ela não puder falar, ela não fala.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Desculpe eu insistir: se não houver jeito, eu permito. Mas não dá para atrasar um pouquinho a sua presença lá para a gente falar primeiro do analfabetismo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pronto. Faça isso. É um pedido meu. O do Senador Paulo Paim para mim é uma ordem. Eu espero que um pedido meu para ele não seja uma ordem, mas que haja pelo menos uma compreensão. Logo depois de eles falarem, antes mesmo de eu falar, antes do debate, eu passo a palavra para ela. E como só são dois – às vezes a gente tem oito, dez aqui –, eu creio que vamos ser muito rápidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De minha parte não há problema. Se ela pode esperar... Eu fiquei apenas preocupado por causa do julgamento no STJ.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Que vai ser à tarde, não é? Vai ser à tarde. Está bem?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai ser à tarde ou agora de manhã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai ser agora de manhã, mas ela disse que, se der, alguém vai no lugar dela e depois ela chega lá.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas a gente vai ter a sua palavra aqui, aproveitando o gancho de um debate sobre analfabetismo. Eu acho que dividir ainda dá, mas botar na frente ficaria ruim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De minha parte, tudo bem. Ela só faria um registro. Mas eu acato a posição do Presidente naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, nesse sentido, eu passo a palavra ao Carlos Eduardo Moreno Sampaio, que é Diretor de Estatísticas Educacionais do Ministério da Educação.

Nossa pergunta, Prof. Carlos Eduardo, é o porquê dessa permanência, dessa insistência, no Brasil, de o analfabetismo continuar e o que podemos fazer para, no prazo determinado, erradicar o analfabetismo. Há uma posição pedagógica no sentido de que não se deve buscar a erradicação; deve-se buscar a alfabetização sem prazo. Eu quero saber, havendo um prazo, como é que a gente faz para erradicar o analfabetismo; nem vou dar o prazo, mas havendo um prazo.

Está com a palavra.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Bom dia a todos, Senador Cristovam Buarque, Senador Paim, Profª Cláudia, todos os presentes.

Eu trouxe algumas informações para subsidiar este debate, informações a respeito do analfabetismo no Brasil que eu gostaria de mostrar e, enfim, entrar na questão propriamente dita, na pergunta que o senhor me fez.

Eu vejo que um sistema educacional de sucesso é um sistema que garante o direito à educação, que está presente na nossa Constituição, para todos e em todo o Território nacional. Eu identifico alguns indicadores que poderiam nos ajudar a verificar se esse direito está sendo cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só um detalhe. Eu sei que o certo aqui, geralmente, é não interromper nunca, mas eu não resisto a dizer que, naquela frase, está faltando a expressão "com a mesma qualidade". "O sistema de educação de sucesso pode ser visto como aquele que garante o direito à educação de todos os cidadãos de seu território com a mesma qualidade." Não é só garantir uma vaga na escola, para aos três, quatro, cinco anos o menino sair da escola.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está faltando ali "com a mesma qualidade".

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Exatamente, Senador.

Então, eu vejo indicadores como alfabetização, acesso, frequência à escola e trajetória regular, Senador, ou seja, garantir que as pessoas que têm acesso à escola na idade apropriada tenham uma trajetória regular que garanta o direito à educação, como etapas concluídas na idade própria, e, naturalmente, como o senhor bem salientou, o aprendizado. E vai para além disso: a questão de entendimento de que o processo educacional garante o direito que está estabelecido na nossa Constituição, com qualidade naturalmente.

E o analfabetismo, nesse contexto, é uma medida de falha completa do sistema educacional na garantia desse direito à educação.

Como estamos no Brasil? Eu trouxe, então, essa tabela para mostrar a evolução desse indicador, como eu mencionei há pouco, como um indicador que registra a falha completa desse sistema.

Internacionalmente, mede-se a educação a partir dos 15 anos, e essa tabela mostra exatamente o analfabetismo a partir de 15 anos no Brasil. Em 1996, tínhamos 106 milhões de pessoas com 15 anos ou mais; dessas, 15 milhões eram consideradas pelo IBGE como analfabetas. É bom lembrar que esses dados são do IBGE. Isso dava uma taxa de 14,7%. E, em 2012, último dado disponível pela PNAD, 154 milhões de pessoas com 15 anos ou mais, e um pouco mais de 13 milhões de analfabetos, registrando uma proporção de 8,7%.

Mas eu fui além disso, Senador, e peguei a população de 15 anos, que é a população com que a gente começa a medir o analfabetismo. No Brasil, temos cerca de 3,5 milhões de pessoas com 15 anos. Dessas, 32 mil são analfabetas, o que representa uma proporção de menos de 1%. Mas, ao mesmo tempo, consegui identificar 10 mil pessoas, dessas 32 mil, que, um dia, frequentaram a escola. Ou seja, esse é um fracasso recente, e um terço dos analfabetos, hoje, com 15 anos frequentaram a escola.

Seguindo, então, com as informações a respeito desse tema, observei inclusive, com o tema proposto, fui analisar não a proporção, mas o número de analfabetos entre os Estados brasileiros, porque, em geral, identificamos as Regiões Norte e Nordeste como aquelas que têm maior proporção de analfabeto. Então, listei entre os Estados brasileiros, em números absolutos, os analfabetos com 15 anos ou mais. E eu identifico ali cinco Estados que detêm mais de 50% dos analfabetos do Brasil. São os Estados da Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Maranhão. Aí, ordenei até Roraima, que detém o menor número de analfabetos. Sinteti-

zamos aqueles Estados – Roraima, Amapá, Acre e Distrito Federal –, que, juntos, detêm 1,5% dos analfabetos no Brasil. Então, essa é a ordem na distribuição desses analfabetos em números absolutos, Senador Cristovam.

Depois, fui às cidades, ver onde se concentram os analfabetos entre as cidades brasileiras, o maior número de analfabetos, e eu não sei isso está no senso comum, mas eles se concentram nas grandes cidades, em especial nas capitais e não nas regiões mais longínquas. A cidade com o maior número de analfabetos no Brasil é São Paulo, com 283 mil analfabetos. Aí, segue São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Salvador, Maceió; ou seja, são as capitais. E as grandes cidades.

Acesso e trajetória. O direito à educação exige que cada criança tenha acesso e oportunidades educacionais na escola, numa escola regular, e, se matriculada nessa escola, faça uma progressão regular e conclua cada etapa da escolarização na idade própria. Acho que isso é uma tradução muito interessante sobre qualidade da educação.

Então, em relação a isso, Senador Paim, eu fui buscar uma informação que complementasse essa lógica de trajetória regular. Assim, eu fui olhar a proporção de crianças que frequentam escola, sobretudo na idade obrigatória, dos 4 aos 17 anos. É este o comportamento: de zero a 3 anos, que seriam as crianças para as quais o adequado seriam as creches, temos 21%, ou seja, um pouco mais de um quinto das crianças frequentando a escola; de 4 a 5 anos, que seriam as crianças para as quais o adequado seriam as pré-escolas, 78%; de 6 a 14 anos, o ensino fundamental, 98,2%; de 15 a 17 anos, 84%. Essa é a distribuição, ou seja, ainda não garantimos o acesso universal, embora estejamos prestes a isso. Esse é um desafio. O Brasil precisa avançar nisso.

Em relação ao analfabetismo, Senador, eu fui investigar um pouco melhor a questão dos 8,7% de analfabetos. O analfabetismo é medido a partir dos 15 anos. Então, eu avaliei isso por grupos etários. É esta informação que eu trago aqui: de 15 anos ou mais, 8,7%. E fiz uma distribuição por faixa de idade: de 15 a 19 anos, que são os adolescentes de hoje; de 20 a 24 anos; de 25 a 29 anos; até 50 anos ou mais. E a gente percebe que há uma distância entre gerações. O sucesso educacional mais recente em relação a esse aspecto de alfabetização é maior do que nos anos anteriores. Por exemplo: de 50 anos ou mais, que se refere aos nascidos a partir da minha geração, ou seja, quem nasceu até 1964, nós temos 18,6% de analfabetismo nessa população. Na outra ponta, de 15 a 19 anos, nós temos 1,2%, ou seja, este indicador tem forte viés de estoque. Ele é muito diferente entre as gerações.

Sintetizando isso, neste gráficos, a gente percebe ali a diferença entre esses cortes que estamos avaliando.

Para finalizar minha participação, Senador Cristovam, distribuí esses analfabetos nestas diferentes faixas de idade entre os Estados brasileiros. Estou pegando a taxa de analfabetismo da população de 50 anos ou mais. No Maranhão, por exemplo, nessa faixa de idade, quase a metade da população é analfabeta. Na outra ponta, está Santa Catarina, com apenas 7,7%.

Eu vou fazer uma transição de eslaides. Eu fiz questão de colocar na mesma escala, para vermos como se comporta esse indicador entre as gerações mais jovens. No tocante a esse mesmo indicador para a população de 25 a 29 anos, percebe-se que o índice reduziu bastante, mas temos, no caso de Alagoas, para essa faixa de idade, de 25 a 29 anos, uma taxa de analfabetismo de 10%. Na outra ponta, o Distrito Federal, com menos de 1%. Isso é para podermos analisar o comportamento entre as unidades da Federação.

Por fim, a faixa de idade mais jovem, de 15 a 19 anos, que é resultado do processo educacional recente, de agora, de ontem, eu diria: Alagoas, com 3,6%; a maioria dos Estados, em torno de 1% ou até um pouco abaixo de 1%, o que revela que esse é um indicador que tem, como eu disse, forte viés de estoque, ou seja, o resultado da educação de hoje é bastante diferente do de décadas anteriores.

Então, são essas as informações que eu trouxe para subsidiar e enriquecer o debate.

Fico à disposição para prestar alguns esclarecimentos a respeito dessas estatísticas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Prof. Carlos Eduardo.

Passo a palavra à Profª Cláudia Baena, Coordenadora de Desenvolvimento de Cooperação Técnica da Organização dos Estados Ibero-Americanos. Nós a convidamos para haver uma espécie de comparação e para vermos o conjunto da situação do mundo ibero-americano.

A SRª PRESIDENTE (Cláudia Paes de Carvalho Baena Soares) – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria agradecer por esta oportunidade do convite, Senador, e não queria deixar de fazer, primeiramente, uma fala no sentido da garantia dos direitos. Eu sei que esse vai ser um tema específico de um próximo debate, mas acho inconcebível, e todos nós achamos, que o direito à educação de qualidade, que respeite a diversidade e a especificidade desse público de EJA (Educação de Jovens e Adultos), ainda não seja uma realidade, e que isso submeta, como mencionou o Senador, o cidadão a essa tortura diária que limita sua cidadania plena e o expõe a diversos tipos de exploração, inclusive ao trabalho escravo, de que temos visto tantas denúncias, em tantas oportunidades de vivenciar isso na mídia.

Sem dúvida nenhuma, nós precisamos trabalhar de maneira mais forte, mais incisiva, diferente de como o Governo tem trabalhado hoje, e também a sociedade civil organizada, tratando de se somar a esse esforço governamental de não só assegurar o ingresso à educação para uma alfabetização inicial, mas também uma trajetória de continuidade.

Então, não tenho dúvida de que para isso a gente precisa ter uma abordagem pedagógica inovadora, integrada a uma política para a juventude, à oportunidade de formação profissional, a ingresso no mundo do trabalho. Acho que está faltando, no caso do Brasil, o tema entrar no discurso das autoridades de maneira geral. Tenho certeza de que se a Presidenta falasse algumas vezes nos seus discursos sobre a importância do tema, e os Ministros da Educação pudessem também, em todas as oportunidades, ressaltar essa necessidade, a gente conseguiria até sensibilizar os gestores estaduais e um número grande de pessoas da sociedade para se envolverem nesse movimento de inclusão dessa população excluída.

Há várias iniciativas interessantes que tive a oportunidade de acompanhar aqui no Brasil, que acabam tendo uma certa descontinuidade. A gente tem uma carência grande de material adequado. O Ministério da Educação, por um tempo, organizou também a publicação de livros de literatura para neoleitores adultos, que foi interrompida quando o senhor era Ministro de Estado...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Foi interrompida quando eu saí; fui eu que criei.

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – Pois é, exatamente. É uma pena. É uma demanda grande que a gente tem visto da sociedade.

O problema do analfabetismo, é claro, não é um problema só do Brasil; na América Latina temos acompanhado muito esse diálogo. A Organização de Estados Ibero-Americanos implementa e construiu, junto com os Ministros de Estado, o Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos. Esse plano tem vários focos. Um deles é o apoio aos países que ainda não construíram seus programas e suas políticas específicas na construção dessa engrenagem sistemática de trabalho, para exatamente incluir essa população excluída. Temos também trabalhado muito junto aos governos dos países na formação dos gestores que estão trabalhando nos departamentos e secretarias voltados para educação de jovens e adultos.

Um trabalho muito importante, como mencionei também, deve ser feito junto à mídia. Está faltando um pouco dar importância a isso, parar de falar de tantos crimes e tantas coisas horríveis e falar de educação, de modo geral, educação como direito, educação de qualidade para todos. Acho que esses focos de ação são bastante importantes em quaisquer países da região.

O quarto foco, que é esse nosso plano do conjunto de países que integram a Organização de Estados Ibero-Americanos, que são 22 países: os países da América Latina, Portugal e Espanha, nós trabalhamos muito na cooperação entre os países, identificando experiências, de um lado e de outro, que tenham conseguido certo êxito nessa caminhada de reduzir os índices. Temos, assustadoramente, nos deparado com um incremento do número absoluto de analfabetos e a redução do impacto dos programas que o Governo brasileiro tem implementado.

Além disso, tem sido feito um trabalho importante pelos países ibero-americanos no sentido de dar aportes conceituais, de trabalhar em instrumentos e que possam ser colocados à disposição dos países para esse trabalho.

O Plano Ibero-Americano fez um trabalho interessante também no sentido de ver como cada país conceituava o seu analfabeto, o que era considerado, e há uma diversidade bastante grande com relação a isso também.

Então, eu sinto que é muito difícil a gente avaliar, de certo modo, que país avançou muito ou pouco com relação à redução desse número de analfabetos e a inclusão educacional plena dos nossos jovens e adultos, porque há uma distância conceitual bastante grande. E há, em muitos casos – havia –, vou dizer que há uma mudança muito importante que a gente pôde verificar na América Latina com a trajetória e com a continuidade. Por um certo tempo, trabalhou-se muito na própria alfabetização inicial e se deixou de vincular a essa trajetória de continuidade, pelo menos para os anos iniciais do ensino fundamental, o que fazia com que essa população oscilasse muito. Se alfabetizava e não utilizava, não avançava e voltava a esquecer como ler ou como se expressar de maneira escrita.

Então, nós acompanhamos alguns países, anunciando e colocando também o mérito do seu avanço nesse sentido. E a minha análise pessoal é de que houve um movimento importante de envolvimento da sociedade civil nessa abordagem e nessa busca das pessoas que necessitam regressar à educação ou ingressar pela primeira vez, que vejam que não há tempo nem hora para se aprender a ler e a escrever. E onde nós observamos um aumento importante houve esse movimento de busca ativa nas comunidades dessa população e um pouco de movimento também de diagnóstico da realidade de trabalho daquela pessoa, dos horários em que ela po-

deria estar disponível. Por muito tempo, tivemos mania de pensar que a EJA tinha que ser oferecida só de noite, porque as pessoas trabalhavam de dia, como se não houvesse trabalho à noite. Então, houve um movimento bastante importante dessa identificação e dessa busca ativa e animação das pessoas para que permanecessem e percebessem a importância dessa continuidade, sobretudo, de não ser apenas um momento de se engrenar nas primeiras ações, mas de continuar e de identificar a sua própria diversidade, de se reconhecer nas ações.

As experiências que pude acompanhar em alguns países tiveram um movimento muito forte nesse sentido e conseguiram não só atrair, mas manter a participação desses jovens e adultos nas ações.

Penso que um exercício importante que Organização dos Estados Ibero-Americanos faz é este, o de colocar em conversa, em contato essas práticas e promover a mobilidade dos gestores e a vivência dessas oportunidades para ver se nós também, além de iluminarmos outros com as nossas boas práticas, somos iluminados e conseguimos avançar nessa patinação que temos vivenciado.

Enfim, agradeço esta oportunidade.

Vamos continuar o diálogo.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu tenho uma série de perguntas a fazer, mas, conforme prometi, eu lhe passo a palavra. Eu não anotei o nome.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Graziella Baggio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Graziella Baggio, que representa aqui todos os filiados, todos os que vêm sofrendo há décadas com o problema do não cumprimento dos direitos do Aerus e, agora, ganharam a causa na máxima instância e começam a luta para que a lei seja cumprida.

A senhora pediu três minutos; eu lhe dou cinco.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – (Graziella Baggio) Muito obrigada. Bom dia, Senador Cristovam Buarque, Senador Paim, convidados. Muito obrigada pela oportunidade.

Queria afirmar que fiquei impressionada com os números que foram apresentados. Principalmente me preocupou sobremaneira o analfabetismo na faixa acima de 50 anos. Eu acho que o sofrimento é dobrado, porque o idoso tem sido extremamente prejudicado nesses últimos anos, com uma série de políticas. E o analfabetismo traduz um sofrimento ainda maior nessa situação que hoje está colocada para a população brasileira.

De qualquer forma, Senadores, eu vim lhes agradecer imensamente, primeiro, esta oportunidade; segundo, todo o empenho do Senado durante esses oito anos de sofrimento e de luta em busca de uma solução para todos os participantes do Fundo Aerus. Nós somos aproximadamente 20 mil. Entre esses, nós temos em torno de 10 mil aposentados e pensionistas e mais 10 mil participantes do Fundo que eram da antiga Varig e que até hoje não receberam absolutamente nada das suas rescisões de contrato e tudo mais.

Essa vitória da ação da defasagem tarifária é uma vitória muito boa – eu poderia assim dizer –, mas tardia, porque a gente tem que ir um pouquinho mais para trás e perceber que os trabalhadores, hoje, da Varig e da Transbrasil estão sofrendo por falta de seriedade na condução da questão dos fundos de pensão, Senador. Preocupa-me sobremaneira isso, porque os próprios funcionários públicos hoje são subordinados, estão dependentes dessa questão do fundo de pensão.

E, realmente, nós tivemos na década de 80 e 90 situações muito sérias com relação aos fundos. Poucos sobreviveram; só os maiores – BB, Previ, Funcef, Petros –, que têm uma grande atividade, uma participação muito grande dos trabalhadores. Outros, sim, enfrentam problemas. E o nosso, tanto Aerus, que é da Varig, e Aeros, que é da Vasp, ambos estão com as duas empresas falidas – quebraram e não responderam absolutamente nada para os seus trabalhadores.

Ainda por cima, aqueles trabalhadores que lá estiveram contribuíram por 20 anos, 25 anos, deram sua contribuição mensal firmes e nunca falhando, eles hoje se veem na terceira idade, na hora em que mais precisam de um atendimento médico, de um plano de saúde, de ter uma tranquilidade, de viver. No entanto, já está hoje faltando um mês para pararem de receber uns mingos 8% que eles estão ganhando daquele Fundo.

E a nossa propositura é efetivamente buscar junto ao Governo, depois dessa vitória no STF, a regularização imediata dos pagamentos mensais, pelo menos, porque, a partir do mês de abril, esses pagamentos serão suspensos por falta de liquidez dentro do Fundo Aerus. E a gente sabe que o processo judicial é um processo lento. A Justiça é um pouco lenta no nosso País. E, até sair efetivamente a execução dessa ação que foi julgada no STF, nós poderíamos contar aí, Senador, com aproximadamente uns dez anos para que seja executada.

Então, nós estamos em busca da sensibilidade do Governo, dos Parlamentares, no sentido de trazerem uma solução imediata, porque, a partir do mês que vem, esses trabalhadores estariam sem os seus benefícios. E são oito anos ou mais de sofrimento, porque, efetivamente, a Secretaria de Previdência Complementar, em 2003, autorizou que essa ação de defasagem tarifária fosse garantia desse fundo de pensão, quer dizer, uma ação que sequer tinha sido julgada, sequer tinha seus encaminhamentos a que nós assistimos essa semana.

Poderíamos ter perdido. E a SPC, em 2003, autorizou essa ação ser garantia do fundo, o que me leva a acreditar que, no mínimo, foi mais um sofrimento para os trabalhadores essa possibilidade de ganhar ou perder. E também me leva a lutar.

Estamos aqui, dentro do Congresso Nacional, desde quarta-feira, mais precisamente no Salão Verde. Hoje já completam 40 dias de vigília que estamos fazendo. Fizemos 26 dias no Rio de janeiro, dentro do Fundo de Pensão Aerus. Houve um movimento do Governo. Nós chegamos aqui com disponibilidade de conversar, mas não houve a conclusão. No ano passado, estivemos aqui. O senhor até chegou a nos visitar no Salão Verde. Foram 9 dias. Saímos daqui com a promessa de que o assunto seria decidido em pouco tempo, independente da decisão da ação de defasagem tarifária. Também não houve finalização dessa proposta do Governo e nossa.

Hoje, nós estamos aqui até buscar uma solução definitiva para esses mais de 20 mil trabalhadores que querem voltar a adquirir o direito à vida e à dignidade necessária, porque contribuíram e foram sempre presentes, todos os meses, com suas contribuições, sem poder negar essas contribuições. Hoje, na terceira idade, se veem impedidos de terem, no mínimo, os princípios básicos de um cidadão, que são saúde, alimentação e tudo mais.

Eu queria agradecer a V. Exª, Senador, por esta oportunidade, mais uma vez, de poder, primeiro, alertar todos, porque é uma questão muito séria. Fundo de pensão é uma questão muito, mas muito, muito, muito séria. É preciso ter muita seriedade, responsabilidade e honestidade ao tratar de fundo de pensão. O nosso exemplo vai ficar marcado para o resto de nossas vidas, principalmente porque durante esse período, Senador, perdemos. Acho que já estamos chegando à casa de 960 óbitos nesses últimos seis anos, o que nos trouxe uma tristeza muito grande, porque temos certeza de que esses óbitos foram antecipados em função desse clima, dessa falta de condições de essas pessoas sobreviverem. Isso aumentou o estado de ansiedade e depressão. Houve vários suicídios.

Estamos aí lutando para vencer e gostaríamos de poder contar com o seu apoio, como sempre, e de agradecer novamente todo o empenho desta Casa em busca de uma solução definitiva para os trabalhadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado e conte com o nosso apoio.

O Senador Paim quer falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não vou alongar o assunto, até porque o tema é outro. Quero agradecer a V. Exª pelo espaço.

Eu os tenho acompanhado nesses 50 dias, praticamente, de vigília entre o Rio, a Câmara e também o Senado. Eles estiveram aqui nesse período.

Eu só faço um apelo. Estou aproveitando o momento. Tive a ousadia de, como diz o outro, quebrar o protocolo numa audiência que não trata do tema, porque a causa é justa, como farei agora na própria Comissão de Agricultura. A Comissão de Agricultura está reunida, já acertei lá com o Presidente, ele vai abrir um espaço para que você possa também fazer um apelo, pelos meios de comunicação do Senado, ao Palácio, para que receba a comissão que está acampada – eu digo acampada –, ou está aqui em vigília, dentro do Congresso, e se estabeleça uma forma do pagamento, já que a decisão é do Supremo. E, como aprendemos a dizer: de decisão do Supremo podemos discordar, mas não há mais o que discutir. A decisão é do Supremo: tem que pagar. Se tem que pagar, vamos pagar e não vamos, mais uma vez, postergar, para que outra centena de pessoas morra e os familiares é que vão receber no futuro. Tubo bem; é justo que familiares também recebam, mas eu prefiro que eles recebam ainda em vida.

Então, esse é o apelo.

Agradeço muito a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu que agradeço, Senador Paim.

E quero dizer que eu não dou a menor importância ao protocolo. Eu só adiei a fala dela porque eu dou importância à alfabetização. Não foi pelo protocolo.

Fiquem livres, mas, se quiserem participar aqui, tudo bem. (*Falha na gravação.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... com ela ali e eu volto para cá. Ela vai para o Supremo, mas eu volto para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito. Até porque eu acho mais importante a alfabetização. Todavia, mais urgente é o problema de vocês. O nosso já tem 125 anos, desde a República.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas eu volto aqui em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem, eu quero fazer algumas considerações e perguntas, começando pelo Dr. Marcelo.

Eu quero dizer o seguinte: as estatísticas que foram colocadas – eu até pediria que colocasse de novo aquela que tem as idades... (*Pausa.*) Aquela está bem, a anterior. A que tem os 30 mil. Esta aí, 32 mil – população de 15 anos.

Isso é uma prova clara do fracasso do sistema educacional. É inadmissível que o sistema educacional continue com a torneirinha aberta, pingando analfabetos, como esses 32 mil. Todos esses entraram na escola depois dos chamados governos de esquerda no Brasil. Todos são produtos dos governos de esquerda, e eu coloco aí desde o Fernando Henrique Cardoso até agora, que são 20 anos. Se a gente vai olhando para trás, continua pingando de uma maneira assustadora, em vez de parar essa torneirinha.

Agora, ao mesmo tempo, não dá para ficar pensando só em fechar a torneirinha e esperar que morram os que têm mais de 15 anos, ao longo das décadas, para poder zerar o analfabetismo. Não pode. Eu já ouvi gente defender a solução biológica. A gente alfabetiza os meninos, e os analfabetos que não são meninos ainda morrerão, e aí a gente resolve o problema. Eu fiz as contas uma vez: com uma média de esperança de vida de cada um, levaria uns 70 anos para a gente conseguir fazer isso. Não dá, a gente não pode aceitar isso. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é que, a partir daí, com esse fracasso, confirma-se a luta proposta que faço pela federalização da educação. Não há como os Estados pobres, os Municípios pobres fazerem campanha com a competência, a eficiência e o recurso necessário para erradicar o analfabetismo e ter uma boa escola para as crianças. Aí dizem: mas São Paulo é o que tem maior número – o que acho uma coisa assustadora –, 283 mil. Também defendo a federalização. Não dá para deixar o governador de São Paulo lutar contra o analfabetismo, não dá para deixar para o governador nem para o prefeito. É preciso que haja uma intervenção nacional.

No Brasil, quando um banco ameaça quebrar, o Governo Federal o adota, através do Banco Central. A gente tem essas estatísticas, e a gente não ouve nem uma fala dos Ministros da Educação. Porque, inclusive, sumiu...

A professora falou que parou um programa que nós tínhamos, no meu Ministério, de livros para os recém-alfabetizados. É preciso a gente lembrar o seguinte: um problema é alfabetizar, mas outro muito grave é manter a alfabetização. O ex-analfabeto que não tiver leitura durante os anos seguintes, ele volta. Tem coisas na vida que se aprende e não para mais. A alfabetização regride. Aliás, conhecimento, em geral, regride. Todo conhecimento regride.

Mas o grave não foi que parou. Foi que o tema sumiu do Governo Federal. E aí ele parou, e não só isso: ele fechou a secretaria logo que eu saí. A Secretaria para a Erradicação do Analfabetismo, que eu havia criado, foi fechada. Coisa, aliás, raríssima neste País é você fechar um quadradinho de um organograma. Precisa muita vontade de não fazer a erradicação para parar aquela secretaria. Foi por causa da concepção. A concepção não é de haver a erradicação, é de ir alfabetizando conforme a pessoa quer, conforme aqui e ali pinga um pouco de dinheiro.

Parou-se um programa que tínhamos de levar livros na casa das pessoas. Os carteiros levavam livros e ficavam ali. Mesmo que ele não lesse, ele estava em contato, ele via as letras.

Parou-se um programa de mais bibliotecas, bibliotecas domésticas.

Foram parando os programas, e o analfabetismo saiu do discurso. Saiu do discurso o problema do analfabetismo.

Veja como este País é corporativo e elitista. Quais são os temas mais falados na educação?

Enem. Todo mundo fala no Enem permanente. Prouni. Todo mundo fala no Prouni. Pronatec. Todo mundo fala no Pronatec. Cotas. Todo mundo fala em cotas.

Eu sou um grande defensor das cotas para negros. Acho que este País tem uma dívida com os negros. É uma vergonha termos uma elite branca em um país que não é branco, mas eu sempre reclamo do movimento das cotas, que luta pela garantia de uma vaga na universidade para o jovem negro e não luta para erradicar o analfabetismo de todos os negros do Brasil. Mas é o elitismo. A gente dá importância à coisa de cima. A gente abandona as coisas de baixo.

Então veja esse tema. E, se eu procurar... Lembrei agora, mas vou ver outros temas favoritos do discurso governamental e do discurso da elite em geral.

E o abandono do tema analfabetismo, porque, a meu ver, aquele dado mostra... Aliás, com os dois dados, a gente nota que só a federalização. Um porque os Estados pobres não têm como fazer, e outro porque São Paulo não quer fazer. É inadmissível que o Estado de São Paulo, que tem um PIB maior do que uma quantidade enorme de países, não consiga erradicar o analfabetismo. É falta de interesse. É falta de vontade política. Não é falta de recursos.

Mas não são só eles. Quando eu estava Ministro, Cláudia, eu criei um programa, eu concebi a ideia do Prouni. Chamava-se, naquela época, e ficou o projeto de lei nas gavetas do Palácio do Planalto, PAE – Programa de Apoio ao Estudante. Nós íamos pagar o custo do aluno, como o Prouni faz, mas tinha uma condição: cada

aluno beneficiado teria que ser alfabetizador de adultos por seis horas por semana, durante um semestre. Veja que é pouquinho. São oito semestres. Só um semestre e só seis horas.

Outro programa era para transferir dinheiro para as universidades federais. Num caso, teria as bolsas nas particulares; no outro, a gente passaria o dinheiro às federais se elas, as universidades, investissem em colocar os seus alunos para alfabetizar adultos.

Eu ouvi um reitor dizer que isso não era problema dele. Eu ouvi isso. Ele só não disse por respeito: "Vire-se". Mas disse: "Não, esse não é um problema da universidade", esquecendo que, primeiro, o jovem universitário que faz a alfabetização de adultos fica melhor do que aquele que não faz, inclusive profissionalmente. Ele adquire uma consciência que ajuda na sua profissão. Então, beneficia a universidade. E, segundo, é uma dívida.

A gente fala muito que há 13 milhões de analfabetos. O que a gente esquece é que isso seria possível num país em que todo mundo tivesse só o ensino médio. Mas nós temos 4,5 milhões de universitários. Se cada universitário hoje alfabetizasse duas pessoas, ou três, a gente resolveria. Então, só é preciso organizar esses universitários. Ah, eles não querem. A UNE não quis apoiar isso, o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) não quis apoiar isso; a Andifes não quis apoiar isso, a Associação das Federais. Não há motivação, não há interesse.

Eu quero também colocar para a Professora Cláudia Baena que falta fala às autoridades. É isso que eu disse.

Estou totalmente de acordo que falta autoridade, mas tenho duas perguntas aqui: uma, eu gostaria de saber como estão os outros países ibero-americanos. Como é que está o analfabetismo nos outros países? Quais têm enfrentado isso e quais têm sido vitoriosos nisso, entre os nossos países. E, para os dois, uma pergunta, que é o tema central desta audiência: por que permanece o problema do analfabetismo? Por quê? Qual é a razão da permanência? É falta de dinheiro? É falta de vontade política? Falta de organização? Falta de prioridade? De que a gente precisa para erradicar o analfabetismo? E eu sinto que se pode dizer que... E aí o Distrito Federal é o melhor de todos, não é? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Santa Catarina.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO (Fora do microfone.) – Mas isso é a população mais velha, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A mais velha. Da mais nova, é Brasília. Um por cento, é isso? O último não é Brasília não. Santa Catarina. Brasília não está tanto assim.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO (Fora do microfone.) – Um por cento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Um por cento, exato.

Um por cento. Se a gente gastasse... Eu vou dar um chute aqui, mas eu vou fazer essa conta. Se a gente gastasse 10% do que custou o Estádio Nacional Mané Garrincha, a gente resolveria esse problema, porque 10% equivaleriam a 170 milhões. A gente deve ter aí 20 mil. Vamos botar 40 mil. Com 170 milhões, a gente teria à disposição R$4 mil para cada um, o que é muito mais do que o custo. Se não me engano, o custo de alfabetizar uma pessoa deve estar em torno de R$200,00, R$300,00, incluindo o lanche, incluindo pagamento do professor, tudo.

Então, vocês vejam: é uma questão de prioridade. Um estádio que a gente nem sabe para que vai ser usado no futuro.

Eu acho – vou fazer essas contas – que não precisaria mais de 2% ou 3% do custo do estádio. Aliás, eu vou fazer as contas não em cima do custo do estádio, mas em cima do custo do sobrefaturamento só, que foram 400 milhões, segundo o Tribunal de Contas.

É uma questão de prioridade. Então, por que permanece isso?

Mas eu passo a palavra, primeiro, à Cláudia Baena, porque eu queria também saber como é que estão os outros países.

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – Desculpe, Senador. Se o senhor me permitir dois comentários, como educadora, e não como representante da OEI, eu queria dizer que acho que o senhor tem toda razão: precisamos federalizar a educação de jovens e adultos, não só os programas de alfabetização.

Eu queria fazer um comentário como observadora das políticas. Se o senhor hoje perguntar, no Ministério da Educação, quantos funcionários o Departamento de Educação de Jovens e Adultos tem, o senhor vai se espantar muito: menos do que tem aqui nessa mão. Estou falando de funcionários técnicos, que fazem o seguimento junto aos Estados e junto à população geral, apoiando tanto a implementação do Brasil Alfabetizado quanto dando orientações de outra natureza. Então, é um pouco chocante, como educadora, ver a prioridade que se dá. Não tenho nenhuma dúvida de que a gente precisa disso.

Acho que a gente precisa de recursos específicos, porque, na panela da divisão dos recursos com os Estados e Municípios, a educação de jovens e adultos não tem uma assinação específica de recursos. Está dentro

dos recursos que devem ser aplicados na educação básica, e não há, em virtude disso, nenhum grande compromisso, infelizmente, dos gestores estaduais e municipais com o tema, já que não há uma cobrança específica do gasto nessa modalidade de educação. Então, dar uma mensagem de prioridade política do tema, acho que estamos precisando muito – muito – no Brasil.

Queria agora fazer um comentário sobre o movimento da educação de jovens e adultos no mundo, em geral, porque fico muito preocupada quando vejo essa exclusão no ensino médio. Estamos pingando e pingando, não deixamos de pingar pessoas que não concluem ensino médio, e as demandas da vida moderna e da globalização estão mostrando que o mínimo de que se precisa é ter educação básica completa. Então, temo que, cada vez mais, estejamos criando um contingente de pessoas que vão ter muita dificuldade em se colocar na sociedade, no mundo do trabalho. Eu acho que vai dando uma aflição horrível, porque não é só a alfabetização e os primeiros anos do fundamental; a demanda é muito maior do que isso para uma plena participação política e social também. Então, é um pouco aflitivo ver isso.

Estava pensando nos dados que a gente tem dos países ibero-americanos com relação à educação de jovens e adultos e pensando o quão difícil é dizer em virtude... E não quero deixar de elogiar a seriedade e o respeito internacional que o trabalho do Inep tem. O Inep é uma referência para os outros países com relação à coleta de dados. A gente coloca o dedo na ferida de verdade e a gente tem um respeito muito grande dos outros países com os dados que a gente apresenta. Então, eu não quis, de propósito, trazer dados concretos de outros países, porque nem em todos os lugares são usados os mesmos critérios de idade e o que se usa para considerar se é um país mais plenamente alfabetizado do que de analfabetos. Eu fico com um pouco de medo de fazer afirmações muito concretas em virtude dessa deficiência dos sistemas de informação.

Quero falar que o Inep é um grande parceiro da OEI nessa construção, nessa consolidação nos demais países de um sistema, de uma dinâmica. Trabalhamos junto com a Unesco também, com o Instituto de Estatísticas, justamente tratando de conseguir um retrato mais homogêneo, por assim dizer, para não dizer comparativo das realidades dos países. Mas acho que a gente não precisa ir muito longe se a gente olhar para as ações que fizeram Argentina e Paraguai. Estou pensando em uma realidade mais próxima, para não pensar em América Central, onde há realidades bastante diferentes.

Se a gente olhar as ações do próprio Paraguai, que tem uma série de dificuldades, que não tem os recursos financeiros que temos disponíveis para essa modalidade e para a educação básica em geral, há um trabalho muito importante ativo nas próprias prisões. Junto aos privados de liberdade, há um trabalho bastante importante que não ignorou essa população e que está conseguindo resultados muito interessantes, observados por outros países. Acho que a gente pode olhar com um pouquinho de humildade a experiência dos países.

Como educadora, quero dizer que fico chocada quando buscamos universidades federais de referência no tema educação de jovens e adultos. E a gente não fala em mais do que isso, o que cabe na minha mão: temos quatro ou cinco universidades federais que fazem um trabalho expressivo de formação de educadores para essa modalidade. Essa é uma carência grande para a gente, assim como a produção científica; mas estou pensando na prática mesmo: são poucas universidades, das 200 federais, que se dedicam e que colocam esse tema no topo da sua agenda.

Acho que a gente precisa mesmo federalizar e pensar que, assim como fizemos um programa que coloca como contrapartida atuar nas escolas públicas, na educação básica, a gente poderia, com toda certeza, pensar que cada aluno para o qual o Estado brasileiro contribuiu para a formação recebesse uma formação específica, em parceria com as universidades ou com os institutos federais, para virar um alfabetizador. Eu acho que a gente conseguiria, sim, Senador, retomar algumas ações importantes que tivemos no passado, como a de produção de materiais e de leitura; acho que conseguiríamos impactar. Mas, sobretudo, é preciso mesmo estar no discurso de cada dirigente, não só na educação; precisa estar no discurso das pessoas que estão na televisão o tempo todo e que estão tendo a oportunidade de mostrar, não só o valor da educação, mas também o direito que têm as pessoas que foram excluídas dessa oportunidade. Então, eu diria que, do meu ponto de vista, o problema permanece principalmente pela falta de destaque que deveria ter.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu queria... De sua fala eu lembro o seguinte: nós comemoramos, no Brasil, coisas boas que fazemos, mas que nem deveriam ser mais necessárias. Bolsa Família é um programa fundamental, absolutamente necessário, mas nem deveria ter sido necessário. A gente deveria dizer que só se comemora quando não tiver mais ninguém precisando. Nem passa pela nossa cabeça fazer com que as pessoas não precisem de ajuda.

Mais Médicos. Outro programa que acho fundamental. Finalmente descobriu-se que havia cidades sem médicos. E fizemos o gesto correto de buscar no exterior. Mas o certo era que nem precisássemos buscar médicos no exterior e nem criar um programa de emergência.

Outro exemplo é o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Educação de jovens e adultos só existe com esse conceito, para recuperar quem não estudou, em um país que não leva a sério a educação. Um país que leva a sério a educação não precisa de um departamento de educação de jovem e adulto, porque todos tiveram o ensino médio. Obviamente, todos foram alfabetizados. Mas a gente termina se satisfazendo em comemorar os pequenos passos que a gente dá apenas para preencher uma brecha do problema inteiro. Nós comemoramos paliativos; não comemoramos curas. E é triste que essa seja a nossa realidade.

Eu passo a palavra ao Prof. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Bom, Senador, os números confirmam a opinião do senhor. Eu daria a resposta à pergunta "Por que o analfabetismo permanece?" dividindo-a por faixa de idade. Quando a gente olha a população em idade escolar, percebemos que 98,2% das crianças de 6 a 14 anos frequentam a escola. Refletindo sobre o que o senhor acabou de dizer, nós temos 1,8% que não frequentam a escola. Quer dizer, é necessário um esforço adicional, que vai certamente além do Bolsa Família, para garantir que 100% dessas crianças, que são de grande vulnerabilidade e não estão nessa escola apesar desses programas fundamentais para o País, estejam ali, porque só assim iremos erradicar o analfabetismo na sua origem.

Quando olhamos o número absoluto de analfabetos de 15 anos, temos ainda cerca de 30 mil. Em relação à população adulta jovem, Senador, que vai de 15 a 29 anos, nós temos cerca de 5% de analfabetos. E eu não vejo alternativa senão a Educação de Jovens e Adultos. E uma educação de jovens e adultos oferecida onde? Nas grandes cidades, porque eles se concentram nas grandes cidades. Aí não posso desconsiderar a questão da mobilidade urbana.

Essa oferta de EJA tem que considerar essa possibilidade de um trabalhador de renda não muito alta, de se locomover nesses centros urbanos para encontrar uma escola que ofereça Educação de Jovens e Adultos, para recuperar esse trabalhador e qualificá-lo para o trabalho. Talvez a união de EJA com... para torná-la atrativa para esse quase menino de 15 a 29 anos, a fim de que ele possa retornar à escola e alfabetizar-se. Enfim, acho que é um desafio que o País ainda precisa vencer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só para ter uma ideia, antes de passar a palavra, só 1,8% que não estão na escola. É isso?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Sim. De 6 a 14 anos: 1,8%.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – De 6 a 14, não está na escola. Mas isso equivale a quase um milhão, porque são um pouco mais do que 50 milhões de alunos, mas, de qualquer maneira, isso dá quase um milhão. Ou seja, se a gente não colocar esses na escola, será um milhão a mais de analfabetos, alguns daqui a um ano, quando completam 15 anos, outros, daqui a dois anos, outros daqui a três anos, totalizando um milhão ao longo dos próximos anos.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam, de forma muito rápida. Como eu tive que sair, talvez a minha pergunta já tenha sido respondida, mas vou ter o atrevimento de fazê-la. Primeiro, eu vi na tabela do Dr. Carlos – só para ficar bem claro para quem está assistindo à reunião pela TV Senado –, que, na verdade, em São Paulo tem o maior número de pessoas analfabetas.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Como cidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como cidade, mas considerando que São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É a cidade ou é o Estado?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – A cidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E o Estado? Eu estava pensando que era o Estado inteiro. O Estado tem um milhão e trezentos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É o segundo: um milhão, trezentos e treze. É inacreditável!

Desculpe-me, Paim, tê-lo interrompido...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, só enriquece.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vejam como é grave a situação! Eu considerava o Estado, mas não; é a cidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como eu me assustei com os números também, da mesma forma que V. Exª, mas também São Paulo tem o maior número de habitantes na proporção dos outros Estados ou mesmo as capitais. Na verdade, o maior número de analfabetos não está em São Paulo, proporcionalmente à população do Estado. Significa que o Estado que tem mais analfabetos, temos que fazer esse cálculo, qual é o Estado?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – A Bahia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Bahia tem, em percentual... *(Pausa.)*

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Eu coloquei aqui por faixa de idade. Aqui, de 50 anos ou mais, é o Maranhão que tem a maior proporção. De 25 a 29 anos, a maior proporção é Alagoas. É essa tabela que está ali.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É esse esclarecimento que eu queria para ter claro, porque, devido à quantidade da população, o percentual muda radicalmente.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, Maranhão, Bahia e Alagoas, na verdade, é que despontam. É onde está o maior número, proporcionalmente, de analfabetos.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Proporcionalmente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É aí que entra, Paim, a minha luta pela ideia de indignação com o analfabetismo e de tratar como direito humano. Quando a gente trata educacionalmente, estatisticamente, a gente vê a proporção. Mas quando a gente trata como direito humano, a gente vê o número absoluto.

Por exemplo, suponha que, depois da democracia, a gente fosse qualificar os Estados conforme a percentagem de torturados. Não existe isso. Mesmo que só seja um já fere o direito humano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro. Não há nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E daí a importância da outra audiência que nós dois convocamos sobre o analfabetismo sob a ótica dos direitos humanos.

É preciso ver as estatísticas porque é uma questão de estudo, uma questão de técnicas educacionais em que enfrentar é melhor. Mas, do ponto de vista dos direitos humanos, é igual. São Paulo, então, é o Estado que mais tem analfabetos, mesmo que a sua proporção seja bem menor. Qual é a proporção de São Paulo?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – De 50 anos ou mais, 9,2. E, nas populações mais jovens, 0,8.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E no total? De mais de 15?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Não tenho esse eslaide aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para mim, a resposta está clara. Eu apenas quis fazer esse cálculo porque é natural. Eu não vou querer que tenhamos, por exemplo, mais negros em Santa Catarina do que na Bahia. Proporcionalmente sempre teremos mais negros na Bahia do que no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Volto a insistir em proporção. Imagine que a gente fizesse a comparação de quantos por cento há de escravo em cada Estado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou entendendo, Senador Cristovam. Estou entendendo o seu ponto de vista. Apenas estou dizendo que é natural que num Estado – eu não estou defendendo São Paulo – que tem 100 milhões de pessoas e num outro Estado que tem 1 milhão de pessoas... Claro que a gravidade é sempre a mesma de haver analfabetos. Mas é natural que um Estado que tem 100 milhões de pessoas tenha mais analfabetos do que um Estado que tem 1 milhão de pessoas. É só um detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu acho que você usou a palavra certa: a gravidade! É muito grande.. Mas a imoralidade é a mesma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exato. É inegável...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Enquanto tiver um, é imoral.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós ficamos com aquela frase do Che: onde houver um injustiçado no mundo, eu estarei lá para estar do lado dele.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Aliás, o Presidente Lula teve esta consciência no caso da alimentação: enquanto houver uma pessoa passando fome, o Brasil não está bem. Ele não trabalhou proporção: onde tem uma proporção menor de pessoas passando fome, onde tem uma maior? Ele até usou isso na hora de executar o programa, mas não na hora de conceber o programa. Na concepção dele, uma pessoa passar fome é imoral.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em qualquer lugar. E ser analfabeto também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E o analfabetismo é igual.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu apenas, sem querer defender São Paulo, quis mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu sei, eu sei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ficou claro para todo mundo que onde há 100 milhões de pessoas é mais fácil encontrar até um milhão passando fome ou que, numa cidade que tem 100 pessoas, você vai encontrar uma pessoa passando fome. O problema é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mais grave. Natural eu não diria, mas é a gravidade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A gravidade é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Até porque a alfabetização é a alimentação da alma, da mente. Nos animais, basta atender às necessidades dietéticas, de calorias, pronto – a vaca comeu. O ser humano, não. O ser humano come para viver, mas ele estuda para sobreviver dignamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nessa linha, Senador Cristovam, se me permite uma segunda pergunta – eu sei que vamos aprofundar um outro dia, nós temos aí todo um corte da pobreza –, como já disse uma vez um pensador ou uma Deputada, uma Senadora, a pobreza no Brasil tem cor. Vocês têm dados aqui neste momento para nos dizer o número de analfabetos – você demonstrou aqui que a quantidade é enorme no País – proporcionalmente ou em números absolutos, entre negros, brancos e índios?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Eu não trouxe aqui, Senador, mas esses dados existem. E há uma diferença muito grande entre essas populações, seja por região – aliás, em qualquer indicador social –, cor ou raça, localização urbana ou rural. Essas diferenças vão aparecer. E esses dados existem. Posso preparar e encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro! Sei que não era o eixo hoje do debate. O debate era geral, mas esses dados...

E fora do País vai na mesma linha, podemos dizer. Em matéria de cor, raça, etnia, origem ou procedência, os analfabetos acabam estando bem mais junto ao povo negro. E além da fronteira do Brasil? Eu pergunto à Drª Cláudia. Não precisa dar os números, mas uma visão...

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – Eu penso que a questão da pobreza é, digamos, o que salta mais aos olhos quando você olha a população excluída e não alfabetizada. Não gosto de usar a palavra analfabetismo, porque eu acho que o alfabetismo seria muito mais... Mas eu sei que a gente tem que botar o dedo na ferida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, a senhora não usa a palavra doença, câncer...

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – Uso, uso. Estou brincando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ah, sim.

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – Eu queria fazer dois comentários sobre uma coisa que o Senador falou, que ambos falaram. Primeiro, esse debate sobre percentual e números absolutos me fez lembrar que, em um dos programas da Unesco para tema da alfabetização, que se chama LIFE, o Brasil entrou como possível beneficiário não pelo seu percentual de analfabetismo, mas pelo número absoluto. Então, o programa considerou duas vertentes, e o Brasil entrou por essa razão.

Mas, desculpe, voltando à sua pergunta, eu penso que, em muitos países que têm uma população, na América Latina, indígena, destacada, digamos assim, e negra em alguns lugares, como a Colômbia, que tem um percentual grande, a gente consegue também notar essa concentração de excluídos da educação em geral e de analfabetos também. Então, elementos como a pobreza ou elementos étnicos são bastante fortes na América Latina como um todo. Considerando do México para baixo, conseguimos ver bem destacadamente uma realidade bastante semelhante à do Brasil nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Uma pergunta. Não sei se a senhora tem os dados: Bolívia e Venezuela fazem muita divulgação, para ser bem neutro, de que fizeram um grande trabalho na alfabetização. Eu fui a Caracas, na solenidade em que se declarou a Venezuela livre do analfabetismo. E olhe que já faz uma porção de tempo. Eu estava na solenidade em que a Unesco deu o reconhecimento. E eu fiz um teste, embora muito parcial, para ver se era verdade. Eu escrevi um endereço. E, sempre que eu via um homem bem pobre, em geral vendendo um jornalzinho, eu perguntava: "Você sabe onde é este endereço?". Todos souberam ler. É verdade que foi em Caracas, mas todos souberam ler. Então, realmente, o programa dos chamados Estados bolivarianos tem tido esse sucesso?

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – É muito difícil afirmar que sim ou que não, em virtude da deficiência de dados estatísticos que os países enfrentam. Mas, quando eu falei da busca ativa, no início da minha fala, destacando, eu pensei justamente nos exemplos de Venezuela e Bolívia, que fizeram um trabalho de identificação na casa das pessoas, de ir até lá oferecer oportunidades de educação. Às vezes, se reuniam na casa de um e chamavam os vizinhos.

Então, eu acho que essa busca ativa que eles fizeram teve realmente um impacto muito importante, muito. Sem querer discutir que o que eles consideram...

Eu acho que o nosso problema é que o brasileiro é muito purista em termos conceituais. Nós estamos sempre discutindo: "Não, mas o critério dele de alfabetizado não é o mesmo que o meu". Saber ler é uma coisa muito simples, mas não quer dizer que ele consiga interpretar o que lê. Então, ficamos perdidos num debate tão purista e conceitual.

Eu também tive a oportunidade – não na OEI; eu sou do quadro permanente do Ministério da Educação – de fazer uma viagem de observação ao projeto-piloto de implantação de um método cubano de alfabetização, que recebeu muita crítica da parte de nós educadores. Com um grupo de jornalistas, fomos observar essa primeira alfabetização em três cidades do interior do Piauí, em que havia uma grande concentração de analfabetos. E eu, uma crítica ferrenha do método, que não é exatamente um método, por não ter uma explicação muito científica de como se apropria da linguagem, era a primeira a atirar pedra. Mas devo dizer que me admirou o fato de que um jornalista de um jornal importante de São Paulo chamou um dos alunos e fez o mesmo teste que o senhor fez. Ele escreveu três ou quatro frases e pediu para aquele que havia sido alfabetizado em três meses ler. Eu confesso que me surpreendi. Embora os teóricos da educação de jovens e adultos façam muitas críticas à rapidez e à associação de letras e números e tal para conseguir ler, eu penso que temos de repensar um pouco de onde estamos vendo as coisas e de que maneira estamos fazendo, porque não estamos conseguindo resultados. Ficamos muito perdidos nessa decisão tão importante e conceitual.

O Ministério da Educação tem uma comissão nacional de educação de jovens e adultos, da qual também faço parte. Integro a Unesco e a OEI, onde tenho um assento; por ter importante programa voltado para a educação de jovens e adultos, fomos convidados, mas é a sociedade civil representada. E eu sinto que esse grupo se sente muito impotente por não ter ouvidos como deveria ter.

Quando muda ministro, tentamos audiência para falar do assunto; nós organizamos um documento para pedir uma agenda, mas não conseguimos. Então, há uma comissão nacional de educação de jovens e adultos designada nos meios oficiais de constituição que não se consegue fazer ouvir. É muito aflitiva essa falta de espaço político para o tema. Isso me preocupa muito. Desculpe-me. Eu fico me alongando; eu fico empolgada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É bom, porque provoca.

Eu vou citar duas provocações.

Uma é essa linguística, de a gente, no Brasil, querer reduzir a gravidade dos problemas mudando a expressão. Há quem insista que não se deve usar a palavra "analfabeto", que se deve usar "carente de leitura" – há uma outra palavrinha, que é uma coisa dessas. É querer escamotear. A mesma coisa quando se diz que não há prostituta infantil, que existem meninas submetidas à exploração sexual.

O que está errado é colocar a culpa da prostituição na própria pessoa, colocar a culpa do analfabetismo no analfabeto. Mas eu acho que a gente tem que chamar pelo nome próprio. Sabe por quê? Porque nós não vamos vencer isso se não houver uma indignação. E quando a gente diz "não letrados" – não é carente de letras que se diz –, diminui a raiva, a indignação. E, Paim, a escravidão só acabou quando houve uma indignação com a existência da escravidão. Foi a indignação que levou a isso, especialmente onde começou no mundo ocidental, que foi na Inglaterra. Foi a indignação; o povo ficou com raiva quando viu o tratamento dado aos escravos, sobretudo um acidente em um navio, em que, para aliviar a carga por causa da tempestade, jogavam os escravos vivos no mar, muitos. Essa é uma tragédia conhecida. Isso foi levado ao público inglês e provocou uma grande indignação.

Nós estamos jogando pessoas vivas no mar. Não haverá tubarão comendo biologicamente o corpo, mas estamos jogando pessoas no mar porque não aprenderam a ler. Porque uma pessoa que não aprende a ler no mundo moderno, num país moderno... Isso não vale para os indígenas, por exemplo; ali não há por quê. Quem vive num estado de analfabetismo está naufragando, está se afogando, na falta de letras. Então, é só o que suas provocações me fazem.

Mas eu tenho uma palavra. Vamos olhar pelo lado positivo. Quantas cidades já erradicaram o analfabetismo no Brasil? Você tem esse dado?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – (*Fora do microfone.*) – Eu tenho num *pen drive.*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não dá para usar o *pen drive* aqui? Você tem os nomes dela?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – (Fora do microfone.) – Dá. Eu tenho uma lista delas, de todas as cidades...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou ter que ir à outra comissão, porque agora é que eles vão me dar um espaço ali, e volto aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito bem. Está bem.

Enquanto esperamos...

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – Desculpe-me, mas, enquanto o esperamos...

Nós, há pouco, falamos de um ministério ter ou não departamento dedicado ao tema. Isso me remeteu à lembrança da posição do Brasil, em termos de desenvolvimento econômico, e de como a gente está com relação ao tema. Essa é uma coisa quase incompreensível.

E, pensando na preocupação que têm os ministérios da educação dos países que têm um desenvolvimento educacional maior, nos seus departamentos ou secretarias dedicadas ao tema, percebo que essa preocupação é com a educação permanente dos seus cidadãos, para que possam fazer face às mudanças que o mercado de trabalho, que o mundo do trabalho exige. E aí a gente pensa: se a pessoa não pode nem ler, ela não pode se educar sozinha; não é? É a coisa mais básica e simples.

Mas agora – desculpe-me – vou devolver a palavra ao Prof. Carlos Eduardo Moreno.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Ali está a lista de todos os Municípios brasileiros, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – São quantos?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – São 5.565. O que tem menos analfabetos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, não, não. Ah, está bem, ali está a lista de todos os Municípios. Eu pensei que fosse a lista de todos os Municípios que erradicaram o analfabetismo. Eu já estava comemorando.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Nenhum.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nenhum?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Nenhum.

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – Nenhum.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não. No Rio Grande do Sul, eu já passei em frente a uma cidade, na estrada, onde eu quase parei. Eu queria ver, porque disseram que ali...

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – V. Exª lembra o nome?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, São José de... Não lembro.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – A que tem menos é São Vendelino.

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – Rio Grande do Sul também.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Tem 19 analfabetos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com 19, podemos dizer que se erradicou, porque existem pessoas que terminam não conseguindo. Mesmo a Suécia tem uma percentagem. Há um grupo que temos de reconhecer que tem limitações para o aprendizado, alguns casos pela idade, mas, sobretudo por outras razões.

São 19 numa população de quantos?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Você poderia mostrar as colunas da tabela para eu identificar? Volte para o início, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Subir.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Você poderia fixar? Você sabe? Embaixo, isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não sabia que havia esse recurso não.

A SRª CLÁUDIA PAES DE CARVALHO BAENA SOARES – Nem eu.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ele quer colocar o título em todas as páginas.

Agora, quantas já se pode dizer que erradicaram a gente não sabe, não é, Prof. Moreno? Não se sabe o número de quantas podem receber um diploma da Unesco dizendo: "território livre do analfabetismo". Ou botar uma placa na frente do aeroporto ou na entrada das cidades: "Este é um território livre do analfabetismo." Nenhum?

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É inacreditável.

O SR. CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO – A população, analfabetos e a proporção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem, eu creio que esta audiência já atendeu ao que a gente queria: perceber uma tragédia brasileira, provocar a raiva pela situação em que estamos, de indignação. Superado isso, nós teríamos como resolver o problema. Não é preciso muito dinheiro. Eu creio que um programa de erradicação em cinco anos – se for possível tecnicamente em cinco anos – custaria, se não me engano, mais ou menos R$3,5 bilhões por ano. Isso não é nada! Somemos os cinco anos, R$15 bilhões, para um país que tem R$4 trilhões de renda, que tem R$2 trilhões de receita do setor público, que gasta na Copa R$35 ou R$50 bilhões. Então – e estou falando 15 em 5 anos –, não é possível esse problema ainda continuar.

Espero que quem esteja assistindo aqui sinta uma indignação, uma raiva com essa situação, como se a gente estivesse falando de tortura nas cadeias do Brasil; como se a gente estivesse falando de tortura dos presos políticos, que gerou tanta indignação e terminamos conseguindo a anistia. A gente precisa anistiar esses

13 milhões de analfabetos brasileiros. É de uma anistia que eles precisam. Essa anistia significa ensiná-los a ler e a escrever.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de março de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 5 de 2014, de autoria da Senadora Angela Portela e outros, aprovado em 12/02/2014, "**com a finalidade de Comemorar o Dia Internacional da Mulher"**. A Senhora Presidenta apresenta as senhoras convidadas e solicita que tomem lugar à mesa. A Senhora Presidenta se solidariza em nome da CDH com a Senadora Angela Portela e família pelo falecimento da mãe da Senadora. A seguir, a Presidência faz suas considerações iniciais e passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Ministra de Estado Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Natália de Oliveira Fontoura, Coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Cláudia Araújo, Assessora Técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres – Ministério da Saúde; e Tatau Godinho, Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres da Presidência da República. A Senhora Presidenta faz apelo à TV Senado para que a gravação desta Reunião seja exibida em horário acessível às mulheres. A Senhora Presidenta passa a palavra às senhoras convidadas para as considerações finais. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e o Senador Aníbal Diniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Bom dia a todos vocês.

Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 5, de 2014, da CDH, de autoria da Senadora Angela Portela, aprovado em 12 de fevereiro de 2014, para debater e comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Neste mês de março, o Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, tem promovido diversas atividades para celebrar o dia 8 de março. A Comissão de Direitos Humanos tem a Senadora Lídice da Mata como Presidente da Subcomissão da Mulher e a Senadora Angela Portela como Vice-Presidente da Subcomissão da Mulher. A Senadora Angela Portela apresentou requerimento para que nós pudéssemos realizar aqui esta audiência pública para conversar sobre as políticas públicas relacionadas à mulher.

Para isso, convidamos para vir aqui diversas pessoas. Aqui já está conosco a Ministra de Estado da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci. Nós a recebemos com muito carinho. (*Palmas.*)

Quero aqui manifestar os nossos agradecimentos antecipadamente pela presença da Ministra.

Quero convidar também para compor a Mesa a Srª Natália de Oliveira Fontoura, Coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Seja bem-vinda, Natália! Sente-se aqui. Obrigada pela presença. (*Palmas.*)

Também quero convidar para compor a Mesa a Srª Cláudia Araújo, Assessora Técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres, do Ministério da Saúde. (*Palmas.*) Seja bem-vinda, Cláudia! Fique à vontade. Pode se sentar ao lado da Ministra ou aqui.

Antes de concedermos a palavra às nossas convidadas, quero fazer a abertura desta audiência.

Primeiro, quero justificar a ausência da Senadora Angela Portela. A sua mãe faleceu semana passada. Ela estava aqui em Brasília e teve que sair muito rapidamente. Ela não está aqui hoje em função desse acontecimento. Por isso, vamos presidir esta audiência pública. E queremos aqui fazer rapidamente uma homenagem à Senadora Angela Portela.

Esta audiência pública é uma iniciativa da Senadora Angela Portela para debater e comemorar o Dia Internacional da Mulher. Quero, antes de começar a reunião, manifestar, em nome da Comissão de Direitos Humanos, os nossos sentimentos à Senadora Angela Portela e a todos os seus familiares, os familiares da D. Maria do Socorro Araújo Gomes, sua mãe, que faleceu no último dia 12 de março.

A Srª Maria do Socorro Araújo Gomes, mãe da Senadora Angela Portela, que faleceu na manhã do dia 12 de março, era, desde muito jovem, uma mulher batalhadora, uma educadora apaixonada, que, vencendo as adversidades de uma cidade pequena, privada de muitas oportunidades, levava os estudantes de Coreaú para Sobral, impedindo-os de cessarem seus estudos.

Trabalhou a vida inteira e, com amor à educação e à liberdade da mulher no mercado de trabalho, D. Socorrinho, como era carinhosamente chamada, criou seus filhos.

Esta paixão pelo conhecimento e pela defesa das mulheres, como podermos observar, ganhou força nos corações dos filhos, como a Senadora Angela Portela, que, seguindo os passos da mãe, não só se enveredou com afinco pela educação, como pela bandeira em defesa das mulheres. Portanto, Senadora Angela, receba não só o nosso carinho, mas também a nossa homenagem, o nosso reconhecimento pelo seu trabalho e pela sua trajetória de lutas em favor das mulheres.

A Senadora Angela Portela é sempre muito presente nas atividades desta Comissão, foi Presidente a atualmente é Vice-Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Comissão de Direitos Humanos, e participa ativamente das diversas iniciativas que o Senado Federal realiza neste mês de março para refletir e debater temas relacionados às mulheres.

Esta audiência também se realiza em virtude das atividades decorrentes do dia 8 de março, para que possamos discutir as políticas públicas desenvolvidas e coordenadas pela Secretaria de Política para as Mulheres, aqui representada pela nossa querida Ministra Eleonora Menicucci; pelo Ministério da Saúde, na área de atenção à saúde da mulher, com a Assessora Técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres, Drª Cláudia Araújo; com dados atualizados sobre igualdade de gênero e raça, que serão comentados e discutidos pela Drª Natália Oliveira, do Ipea.

Esse é um momento importante de reflexão que nos permitirá analisar e verificar o quanto avançamos nesses últimos anos em direção à igualdade de gênero e raça/etnia, mas também para vislumbrarmos os desafios ainda existentes para o pleno exercício da cidadania feminina.

De parte do Legislativo, gostaria de citar algumas iniciativas do Congresso Nacional em defesa das mulheres.

No ano passado, aprovamos a Emenda Constitucional nº 72, que iguala os direitos das trabalhadoras domésticas aos dos demais trabalhadores. Com a promulgação da emenda, em 2 de abril de 2013, a categoria, formada em sua imensa maioria por mulheres, passou a contar com direito a jornada fixa, hora extra e intervalo de descanso. A regulamentação dos demais direitos, como recolhimento do FGTS por parte do empregador, multa rescisória e seguro-desemprego, foi aprovada em 11 de julho pelo Senado no PLS 224/2013 - Complementar, que agora tramita na Câmara dos Deputados.

Faço questão de destacar, também, alguns projetos que a CPMI da Violência da Mulher propôs em seu relatório final e que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados.

Um importante projeto é o PLS 292, que define o crime de feminicídio, o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, que tramita no Senado Federal. Está na Comissão de Constituição e Justiça, tendo como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann.

Outro projeto importante para as políticas de enfrentamento à violência e para a SPM é o PLS 298/2013, que cria um fundo para o enfrentamento à violência contra a mulher. Este projeto foi relatado nesta Comissão pela Senadora Angela Portela e pretendemos aprová-lo na sessão de amanhã.

Menciono ainda, a aprovação da Resolução nº 1, de 2014, do Congresso Nacional, que criou a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Ao todo, foram 13 projetos propostos pela CPMI que estão em tramitação no Congresso. Com o esforço da bancada feminina e das Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara, pretendemos aprová-los ainda nesta Legislatura.

Após este comentário inicial, vamos dar sequência a esta audiência pública, mais uma vez reafirmando o nosso carinho e todos os nossos sentimentos à família e à Senadora Angela Portela e também aos funcionários do seu gabinete, aqui hoje representado pela Luciana Mendina, pela Sabrina e pela Edineide. Hoje o gabinete

da Senadora Angela Portela está aqui representado por três companheiras, três assessoras que colaboram com a Senadora Angela. Então, a Senadora Angela está presente aqui através de vocês.

Obrigada pela presença e obrigada pelo apoio que vocês têm dado a ela neste momento de dificuldade. Muito obrigada pela presença.

Ministra, é um prazer recebê-la aqui.

Sabemos o quanto é importante uma audiência pública como esta, porque contribui para que a Secretaria de Políticas para as Mulheres possa fazer aqui um relato das grandes lutas, das grandes conquistas que obtivemos particularmente neste período do Governo da Presidente Dilma em benefício das mulheres brasileiras. Então, a sua presença aqui hoje é motivo de muita alegria e satisfação.

Concedo a palavra à Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira, para que possa aqui expor as políticas públicas para as mulheres brasileiras.

Fique à vontade, Srª Ministra.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero, em primeiro lugar, deixar o meu abraço afetuoso à Senadora Angela Portela. Peço que encaminhem em meu nome, em nome de toda a Secretaria de Políticas para as Mulheres e, sem dúvida, em nome de todo Governo Federal, o abraço carinhoso e pesaroso, desejando que ela ultrapasse com força e coragem este momento.

Por favor, transmitam a ela. Quero que fique gravado isso aqui.

Eu agradeço o convite e digo que aceitei porque o convite veio da Comissão de Direitos Humanos, porque meu tempo está muito curto. Mas nós todos, Ministros e Ministros, mais do que obrigação, o compromisso democrático de nos relacionar com o Parlamento, embora aqui de Parlamentar só tenha a Senadora Ana Rita…

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES. *Fora do microfone*.) – A Comissão de Educação está funcionando agora…

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Eu sei que há várias Comissões, mas é bom registrar isso também.

Mas, como também tenho um carinho muito grande e um respeito pelo trabalho que a Senadora Ana Rita faz, eu não poderia deixar de comparecer.

Também quero de antemão pedir desculpas, porque não ficarei para ouvir a Cláudia, por quem tem o maior respeito – nós trabalhamos juntas há muitos e muitos anos –, pelo trabalho que ela vem desenvolvendo –, e também não ouvirei o debate feito pela Natália. Embora não a conheça, respeito imensamente o Ipea, que é um órgão federal que faz parte da Secretaria de Assuntos Estratégicos, cujo Ministro é o Marcelo Neri.

Sinto-me bastante confortável para dizer que acho muito estranho um órgão de Governo debater o que o outro órgão do Governo está fazendo. Acho isso estranho; no mínimo, esquisito e estranho.

Mas eu não ficarei aqui porque tenho uma reunião no Planalto às 13 horas. Então, é assim, pontuado. E cheguei às 2 horas da manhã com a Presidenta e a Senadora Gleisi, vindas de Foz do Iguaçu.

Sobre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, nos seus dez anos, temos orgulho de dizer que ela hoje é um ministério consolidado na luta pela ampliação e consolidação dos direitos das mulheres em todos os sentidos e em todas as esferas e, sobretudo, no governo. Na gestão da Presidenta Dilma, ela foi… Peço desculpas porque estou com uma virose… Estou com tudo, só não estou com piolho, como criança tem (*Risos.*)

Mas ela toma uma proporção enorme e muito forte pela política, pela gestão transversal que nós desempenhamos, o que significa que nós temos um comitê de monitoramento composto por 33 ministérios que têm, no âmbito da sua estrutura organizacional, um grupo ou um núcleo ou um centro de gênero. Para quê? Para acompanhar e monitorar as políticas de gênero daquele ministério específico. Nós conseguimos, Senadora, até no Ministério da Defesa. Então, é muito importante.

Em 2011, foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ainda na gestão da Ministra que me antecedeu, a minha amiga Deputada Iriny Lopes, a quem rendo minhas homenagens aqui, e também as rendo à Ministra Nilcéa Freire, porque elas iniciaram esse ministério que peguei encaminhado, e é mais fácil quando você pega a casa cimentada para avançar. Muito obrigada às duas ex-Ministras.

Em 2012, nós lançamos o 3º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançamos a campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é mais forte.

Em 2013, a realização do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável e do Prêmio Mulheres Negras Contam sua História; o lançamento do maior programa existente neste País, e eu tenho viajado e não tenho dúvida de dizer, o maior programa da América do Sul, Caribe e América Latina e talvez até, ouso dizer – a Secretária Executiva acaba de chegar da CSW, da ONU – um dos programas mundialmente reconhecidos, que é o programa "Mulher, Viver sem Violência".

Em 2013 ainda, participamos efetivamente da promulgação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012, que estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais

trabalhadores urbanos e rurais, em que agradeço também a participação ativa da Senadora Ana Rita e de todo o Parlamento, Câmara e Senado.

Em 2013, tivemos também o lançamento do edital para o Prêmio Carmen Santos Cinema de Mulheres, com o MinC, o Prêmio Mulheres nas Artes Visuais, com o MinC; a campanha Quem Ama Abraça – Fazendo Escola, que é para o enfrentamento à violência, a campanha Mercosul Livre de Tráfico de Mulheres, envolvendo todos os países do Mercosul.

Em 2013, a entrega de unidades móveis para atendimento às mulheres vítimas de situação de violência no campo e na floresta: 54 ônibus foram entregues, sendo que 35 deles, se não me engano, estão em andamento permanente.

Em 2014, lançamos, em parceria com a Caixa Econômica Federal, os barcos para levar as populações ribeirinhas. Estamos agora navegando no arquipélago das ilhas do Marajó e depois navegaremos no Amazonas com o Chico Mendes e, em seguida, no Rio São Francisco.

Ainda na área de violência, o lançamento do programa da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, em parceria com o Ministério da Justiça. Uma portaria interministerial foi lançada agora, em janeiro, que determina um grupo de trabalho que está em parceria com alguns governos de Estados, para desenvolver ações na área da saúde para as mulheres presas, salas de amamentação, e também zerar o déficit carcerário das mulheres que estão em situação não de condenadas e separá-las das que estão em situação de condenadas.

Estamos lançando hoje, às 16 horas, a 5ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que é um programa exemplar que o ministério desenvolve, de responsabilidade da Secretária Tatau Godinho e da sua equipe. Recentemente, estabelecemos parceria com a Seppir; Senado e Câmara já aderiram, a fim de construir boas práticas de gênero no âmbito organizacional das empresas. Hoje, temos mais de noventa empresas e estamos tendo a adesão de empresas privadas. O impacto desse programa no cotidiano das mulheres tem sido extraordinário porque tem garantido creches, tem garantido promoções, tem garantido o cumprimento das licenças – a licença-maternidade, embora voluntária a de seis meses, algumas empresas a tem garantido – e, sobretudo, tem garantido a quebra do paradigma do preconceito de gênero, sexual e racial no âmbito das empresas e, concomitantemente, isso leva a um exemplar modelo de combate ao assédio moral e sexual na esfera empresarial.

Temos também um trabalho muito forte em parceria com o Ministério do Esporte, que é a retomada do Brasileirão de Futebol Feminino. Fizemos isso ano passado, e agora uma das nossas metas é transformar um dos legados da Copa, no que diz respeito a recurso, no investimento ao esporte feminino, de maneira geral. Já temos um compromisso da Caixa de continuar financiando o futebol feminino. Isso nos mobiliza muito.

Temos um trabalho muito forte numa coordenação da diversidade, em que trabalhamos com a população LGBT e mulheres idosas. Essa população é população feminina, desculpe.

Mulheres idosas, mulheres deficientes. Temos induzido ações, muitas delas em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos. E, fora essas ações, nós temos uma política indutora no âmbito internacional. Nós fomos protagonistas, o Brasil foi protagonista na reunião do Uruguai, chamada pela Cepal, no ano passado, que foi uma reunião para discutir Cairo +20, onde nós conseguimos que saísse um documento que não retrocedesse em questões aprovadas no Cairo +20, na Plataforma do Cairo +20. E, depois, fizemos… Eu estive no Uruguai, depois fomos à Costa Rica também. E, agora, na CCSW, a reunião, o objetivo é o objetivo do milênio, uma avaliação do cumprimento dos Objetivos do Milênio. A Secretária Executiva Lourdes Bandeira chegou. E a Sônia Malheiros, que é uma assessora está agora lá com uma equipe maior. E, em abril, eu irei para a reunião internacional sobre desenvolvimento e população junto com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e População, com o Ministro Marcelo Néri e com o Presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e População, que é da SAE.

Em 2014, no final do ano, nós faremos aqui em Brasília o Fórum Hemisférico 2014, Vinte Anos de Combate à Violência contra a Mulher, uma avaliação da Convenção de Belém do Pará.

Quais são as nossas principais ações em 2014? Elas estão voltadas para ampliar a participação política das mulheres nos espaços de poder. Participamos conjuntamente com as parlamentares, de várias campanhas, que foram desenvolvidas, Mulheres Felizes, em partidos políticos, Mulheres Participem, Mulheres se Candidatem, para que a participação das mulheres seja ampliada e consiga fazer a diferença, como faz a presença da Senadora Ana Rita aqui nesta Casa e de várias outras mulheres.

E eu quero dizer que nós conseguimos ampliar em 10 anos de 13 organismos de políticas para mulheres, que são secretarias, conselhos ou superintendências, não importa o nome que chama. Importa por causa do recurso que está disponibilizado. Nós chegamos de 13 para 603. A nossa meta é chegar a 1.000 até 2014.

E eu tenho feito uma cruzada pelo Brasil afora para os Estados criarem as secretarias de mulheres com recursos financeiros e humanos próprios, porque é fundamental, isso principalmente, com o programa Mulher Viver sem Violência, não há como gerir esse programa se não existir uma secretaria de mulheres forte.

O prêmio Construindo Igualdade de Gênero, que está na décima edição, é um prêmio consolidadíssimo de gênero, um prêmio voltado para indução da linha temática de gênero, não só nas escolas, mas nas pesquisas, e todos os prêmios de que falei para não me alongar muito. O lançamento da publicação da plataforma Mais Mulheres no Poder assume esse compromisso. O fórum de Igualdade para Mulheres no Mundo Empresarial. Ontem mesmo, eu estive com a Presidenta em Foz do Iguaçu, numa premiação de mulheres empresárias do Estado do Paraná, que foi muito bonito, e a Presidenta também foi homenageada. E o prêmio Apex, que é igualdade de gênero nas empresas de exportação, em parceria com o MDIC. Também já falei das mulheres no esporte. Falei do nosso trabalho com as mulheres do Brasil e as reuniões que temos feito nacionalmente e regionalmente sobre os desafios e os legados da Copa.

E agora publicaremos o livro *Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável.* E também lançaremos, em parceira com o CNPq e a Capes o prêmio Feministas Históricas, um prêmio que se constitui em uma bolsa para mulheres com no mínimo 70 anos, mas que deixaram uma marca e que já fizeram, que constroem a marca na luta democrática e na luta de gênero no País. É um prêmio por dois anos. Durante cinco anos esse edital será aberto.

Recursos. Nós temos os nossos recursos deste ano, de emendas individuais, R$13,1 milhões, e coletivas, R$63.331.171,00, e o nosso orçamento com o corte de R$20 milhões, hoje é R$170 milhões, fora as emendas.

Eu termino dizendo das… Eu trouxe, vou deixar com a Senadora Ana Rita, para não gastar o tempo das companheiras que estão aqui e de quem está nos ouvindo, a descentralização de recursos da SPM, via convênio, via Siconv, por Estado e por área temática. Eu acho que isso, Senadora, é muito importante para a senhora, para esta Comissão, por Estado e por área. Combate à violência, num total de R$27 milhões em 2011. Veja, R$27.056.611,00 só para combate à violência. Para cidadania e efetivação de direitos da mulher, em 2011, foram R$24 milhões. Em 2012, já aumenta esse repasse para R$52.537.000,00 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Que coisa boa.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Em 2013, só a ação 210-B da Violência, que é atendimento às mulheres em situação de violência, foram R$21.860.000,00. E, na ação orçamentária 21-A, que é promoção de direitos, de igualdade de direitos das mulheres, foram R$12 milhões, quase R$13 milhões. E, na autonomia das mulheres, foram R$20 milhões.

Então, eu deixo isso com a senhora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Vou repassar para os demais.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Por favor.

Quero dizer da minha satisfação em comunicar aos senhores que, hoje, o primeiro edital para licitação de obras da Casa da Mulher Brasileira no Distrito Federal está sendo aberto agora – por isso que eu estou muito agoniada – no Banco do Brasil, para ver que empresa construirá a Casa da Mulher Brasileira em Brasília, que será inaugurada neste semestre.

E, no dia 30 de março, Senadora, iniciaremos a abertura de editais das obras de reforma da cidade de Vitória, de São Paulo, de Minas Gerais, de Porto Alegre, de Salvador, de Fortaleza, de São Luís, de Maceió, de Boa Vista, de Macapá e de Campo Grande. Então, não tenho certeza – acho que não –, se conseguiremos inaugurar mais do que uma, mas é uma prestação que eu quero fazer publicamente, porque as Casas estão saindo do papel.

Para terminar, eu só quero dizer que, nos três anos de Governo da Presidenta Dilma, foram criados 4,8 milhões de novos empregos com carteira assinada, sendo que, destes 4,8 milhões, 2,8 foram de mulheres. Onde estão essas mulheres? No setor de serviços, na construção civil, na funilaria e nas indústrias de transformação. Então, isso é um alento muito grande para nós, do ponto de vista de mais empregos no mercado de trabalho e mais mulheres empregadas com carteira assinada. Ontem, dados do Caged mostraram que a geração de 260,8 mil empregos formais em fevereiro de 2014, portanto, foi a melhor taxa de emprego desde 2011.

O setor que mais cresceu foi o de serviços, e, sem dúvida, nós comemoramos isso, porque não significa apenas retirar. Além dessa importante ação da retirada da pobreza, nós agora podemos comemorar a abertura de um número significativo de empregos com carteira assinada.

Eu não sei se respondi e prestei contas a contento, mas eu estou aqui com uma equipe bastante representativa da SPM: Angela Fontes, Secretária Adjunta de Articulação Institucional e Ações Temáticas; Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência, Rosângela Rigo; Secretária Nacional de Autonomia Econômica, Tatau Godinho; a Rosa Maria, minha cerimonial, e a Regina Adami, que todas vocês conhecem, a nossa Assessora Parlamentar.

Eu deixei a parte da saúde, primeiro porque é minha área, senão eu não paro de falar, segundo, é uma parceria enorme que temos com o Ministério da Saúde bastante exitosa. E eu tenho certeza de que a Cláudia fará essa apresentação muito bem e muito melhor do que eu. Mas digo que a nossa parceria é muito saudável, muito boa para as mulheres. E também temos dados para comemorar, não só os dados da portaria da mamografia, mas também o dado de que, nos últimos 20 anos, a mortalidade materna vem caindo numa curva descendente em 50%; e entre as causas que levam à morte materna, que é no parto, gestação e puerpério, o aborto provocado, malfeito, que era a terceira causa, passou para a quinta causa.

Então, ainda temos este desafio, que considero o desafio maior ao terminar aqui: de diminuir radicalmente essa taxa da mortalidade materna, incluindo todas as causas, porque hoje ela está 61% dos nascidos vivos, não é Cláudia? E a nossa batalha é para que ela caia para 35 mulheres por 100 mil nascidos vivos. Isso significa que nós temos de diminuir 16% ao ano até 2016. Estou craque nos dados. Eu tenho certeza de que nós, em conjunto, se não conseguirmos chegar ao número, próximos chegaremos.

O Brasil – e aí eu termino – não está omisso e não está fechado em copas para essa lamentável situação da mortalidade materna no nosso País.

Muito obrigada.

Coloco a Secretaria à disposição e, ao sair, convido a Tatau Godinho para ficar em meu lugar para responder a tudo o que for perguntado. Depois eu gostaria de ver as questões colocadas pela Natália.

Senadora, coloco-me à disposição, como sempre o fiz, não só a Secretaria, mas o meu mandato de gestora nacional responsável pelas políticas públicas para as mulheres do nosso País.

Muito obrigada e o meu respeito político, intelectual e pessoal a todas que estão aqui na Mesa.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Ministra de Estado Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, pelas informações que a senhora nos trouxe hoje, e também pela alegria em saber que os investimentos financeiros realmente estão crescendo para os Estados e Municípios, a fim de ampliar as políticas públicas para as mulheres do nosso País. Inclusive essa foi uma recomendação da CPMI da Violência Contra as Mulheres: que todos os entes da federação – União, Estados e Municípios –, realmente, tenham um olhar atento e preferencial sobre as políticas de enfrentamento e, em particular, a violência contra as mulheres. E enfrentar a violência contra as mulheres é investir, realmente, na formação das nossas mulheres, na inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, cuidando da saúde das mulheres. E é dessa forma integrada que o nosso Governo tem cuidado das mulheres brasileiras.

Sempre digo, Ministra, como faz a diferença ter uma mulher presidindo o País. Faz uma enorme diferença para nós mulheres que somos a maioria da população brasileira.

O clima de Brasília já começou a afetar as nossas gargantas….

Costumo dizer isto em todas as atividades em que eu vou: ter uma mulher presidindo o País faz muita diferença em todas as áreas, mas, particularmente, em defesa das mulheres, porque há um olhar atento. Nós sabemos o quanto nós avançamos a partir do início do governo do Presidente Lula, mas, com a Presidenta Dilma, nós ampliamos muito.

Então, parabenizo a Presidenta Dilma neste mês da mulher pelo seu trabalho, pelo seu esforço e pela sua coragem.

A SRª ELEONORA MENICUCCI (*Fora do microfone.*) – E nós estaremos aqui no Prêmio Bertha Lutz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – É isso o que eu quero dizer. A entrega do Prêmio Bertha Lutz vai ocorrer no dia 25 de março, às 11 horas, no plenário do Senado Federal. Será uma sessão do Congresso com a participação das duas Casas. É uma atividade que acontece todos os anos, é um evento, é uma solenidade muito importante organizada pelo Congresso na qual teremos, com certeza, a presença da Presidenta Dilma e de todas as ministras, particularmente da nossa Ministra Eleonora Menicucci.

Então, Ministra, muito obrigada pela sua presença e pelas suas informações.

Convido a Tatau para estar presente aqui conosco, em substituição à Ministra.

Pela ordem das convidadas, vou conceder a palavra a Natália de Oliveira Fontoura, Coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Natália, pelo tempo que você julgar necessário, a palavra está com você.

A SRª NATÁLIA DE OLIVEIRA FONTOURA – Muito obrigada. Bom dia, bom dia a todos os presentes. Cumprimento muito cordialmente a Senadora Ana Rita, Tatau, e, pela Tatau, todas as colegas da SPM, onde eu tive o prazer de trabalhar também. Cumprimento Cláudia Araújo.

Bem, eu acho que fazer uma audiência pública em comemoração ao Dia Internacional da Mulher é um desafio porque a gente tem muito assunto. Falar de desigualdade de gênero significa falar de desigualdade

de gênero nos mais diferentes campos da vida social. Então, a Ministra abarcou diferentes campos de atuação da política do Governo Federal, a Cláudia vai abarcar o campo da saúde da mulher e eu fui chamada aqui até pela própria história do Ipea para falar sobre a presença das mulheres no mercado de trabalho e os desafios que ainda permanecem nesse campo.

É uma honra estar aqui no Senado, acho que faz parte da nossa missão como servidores públicos poder contribuir com todos os debates. Dentro da missão do Ipea está exatamente produzir conhecimento para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Nós temos um diálogo permanente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, temos muitas iniciativas em conjunto e é isso mesmo que acreditamos que o Ipea tenha que fazer.

Dentro dessa missão de produzir conhecimento para o aperfeiçoamento das políticas públicas, na Coordenação de Igualdade de Gênero e Raça, é claro, um dos campos essenciais é o estudo do mercado de trabalho. Então, o objetivo da apresentação é trazer um retrato atual dessa presença das mulheres no mercado de trabalho e discutir o que pode ser feito para transformar o atual quadro.

Apesar de todas as conquistas observadas no avanço das mulheres no mercado de trabalho, as mulheres são cada vez mais escolarizadas – e já faz muitos anos que têm uma escolaridade superior à dos homens –, avançam nos diferentes campos profissionais, mas a gente observa que, apesar das transformações, ainda persistem muitas dificuldades e muitos desafios.

Isso se agrava se analisamos a questão das mulheres negras, que constitui o grupo que ocupa as piores posições no mercado de trabalho. Então, de forma geral a gente pode dizer que prevalece uma desvalorização do trabalho feminino, seja ele produtivo, que é o trabalho para o mercado, realizado no mercado de trabalho, seja ele reprodutivo, que é o trabalho cotidiano das mulheres realizado no âmbito doméstico.

A gente pode fazer um apanhado das desigualdades existentes no mercado de trabalho hoje e os números traduzem essa desigualdade entre as mulheres e os homens. As mulheres têm menor taxa de participação, maior taxa de desocupação, vínculos trabalhistas mais precários, jornadas mais reduzidas, presença menos frequente em cargos de direção e menores rendimentos. Eu vou passar rapidamente por cada uma dessas questões.

Não há como a gente analisar a inserção das mulheres no mercado de trabalho sem pensar na atribuição feminina pelos trabalhos de cuidado, pelo trabalho doméstico não remunerado. Então, o fato de que as tarefas domésticas são vistas como responsabilidade feminina tem influência direta, cotidiana e grave sobre as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Assim, elas não só enfrentam uma dupla jornada de trabalho, como têm mais dificuldades na sua inserção e, quando se inserem no mercado de trabalho, têm uma inserção que também está relacionada aos trabalhos de cuidado. Em geral, as mulheres são maioria na educação, na saúde, nos serviços, no trabalho doméstico e isso está diretamente relacionado a essa responsabilização feminina pelo trabalho de cuidado.

A primeira dificuldade enfrentada pelas mulheres é acessar o mercado de trabalho, a gente coloca que é se colocar disponível para trabalhar. Isso significa as mulheres que estão trabalhando à procura de emprego. Apesar de esse número ter crescido nas últimas décadas, a gente consegue perceber nos últimos anos que parece que foi atingido um teto, e esse teto é muito baixo, sobretudo em comparação à população masculina. Portanto, hoje – nesse caso o gráfico apresenta mulheres negras e brancas e homens negros e brancos – dá para perceber que a linha está quase reta, a linha de cima é a taxa de participação, ou seja, os homens a partir de 16 anos de idade que trabalham e estão à procura de emprego, isso desde 1995 até 2012, e as mulheres. A gente percebe que das mulheres houve uma melhoria…

(*Interrupção do som.*)

A SRª NATÁLIA DE OLIVEIRA FONTOURA – … anos há uma estagnação, e essa estagnação, dá para perceber, não passa dos 60% de mulheres que se colocam à disposição do mercado de trabalho, comparado a 80% dos homens. Essa diferença, tendo em vista que as brasileiras são mais escolarizadas do que os homens, é dificilmente explicada por qualquer outro fator que seja ligado ao próprio mercado de trabalho, no sentido estrito do termo, ou a atributos próprios das mulheres. É muito difícil explicar essa diferença permanente no atual estado da economia brasileira, no século XXI, sem relacionar ao fato de que as mulheres são as que respondem pelos cuidados dos filhos, dos idosos e pelas tarefas domésticas.

Assim, uma mulher hoje, com filho pequeno, que não tem acesso a creche pública, não tem uma vizinha ou uma parente com quem deixar esse filho simplesmente não tem como trabalhar, qualquer pessoa que tem um filho pequeno sabe que é impossível. E não só a impossibilidade de trabalhar pelo cuidado do filho pequeno, como toda uma questão cultural que coloca as mulheres num papel de cuidadoras e de donas de casa.

Para aquelas mulheres que conseguem se colocar no mercado de trabalho, aqueles entre 55% ali que a gente mostrou, existe uma segunda barreira, que é a barreira de encontrar, de fato, uma ocupação, um emprego. De uma maneira muito persistente, a taxa de desemprego das mulheres é maior do que a dos homens, isso ao longo das décadas, sendo mais grave ainda para as mulheres negras.

No gráfico a gente percebe a flutuação da taxa de desemprego. As linhas superiores são as linhas das mulheres, essa linha vermelha do meio são as mulheres em geral, e as mulheres negras têm as maiores taxas de desemprego, como dá para perceber, e os homens brancos as menores taxas de desemprego. Então, por mais que haja flutuação nesse período todo, a distância entre homens e mulheres permanece, ou seja, as mulheres que resolvem se colocar no mercado de trabalho têm mais dificuldade e têm uma taxa de desemprego de quase o dobro da masculina.

Então, a primeira barreira é entrar no mercado de trabalho, a segunda é encontrar uma posição e a terceira é encontrar uma posição de qualidade, um posto de trabalho de qualidade.

Então, em geral, os vínculos das mulheres são mais precários, as jornadas são mais reduzidas, elas têm uma dificuldade de ascensão profissional e de acessar cargos de direção.

Isso tem muita relação com a visão de trabalhador ideal. Esse é um termo usado bastante pela Organização Internacional do Trabalho, de que vou falar mais depois, também.

A relação entre mulher e maternidade é um fato. As mulheres que são mães já têm dificuldades de acessar esses cargos de direção por serem mães e as mulheres que não o são por talvez se tornarem. Então, é uma dificuldade que se coloca para todas as mulheres, porque, senão, teríamos muitas solteiras sem filhos ocupando cargos de direção, que não é o que acontece. De fato, são cargos masculinizados e o oposto da relação entre mulher e maternidade é a visão de trabalhador ideal, que é um homem, um trabalhador do sexo masculino, sem nenhuma responsabilidade familiar além de levar renda para casa e que tem total disponibilidade para o trabalho: 24 horas por dia e sete dias por semana.

Uma caracterização da questão dos vínculos mais precários. Em 2011, 37% das mulheres ocupavam as posições, no mercado, consideradas precárias: emprego sem carteira, trabalho doméstico sem remuneração, na produção para o próprio consumo, na construção para o próprio uso. Essa classificação vai mudar um pouco, agora, com o IBGE. Em comparação, somente 24% dos homens estavam nessas posições consideradas mais precarizadas no mercado de trabalho.

A questão da jornada de trabalho também expressa essa dificuldade de inserção das mulheres. Aí a gente tem a barra maior que é a jornada média semanal na ocupação principal: dos homens, 42 horas, e das mulheres, 36 horas.

A escala não ajudou muito. Não é tão diferente assim, mas ainda são significativas seis horas de diferença, o que poderia ser positivo se a gente considerasse que as mulheres que estão com jornadas mais reduzidas têm mais tempo para fazer outras coisas da vida, mas não é o caso. Em geral, no Brasil, ter uma jornada reduzida significa mais precariedade, menor renda e discriminação. Isso também, claro, está diretamente relacionado à atribuição feminina, à responsabilização feminina pelos trabalhos domésticos.

As pesquisas que conseguem levantar… No caso, estou trazendo, aqui, dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, do IBGE, mas existem outras pesquisas que questionam ao respondente: "Você gostaria de trabalhar mais? Você gostaria de ter uma jornada mais extensa?" Em geral, a resposta é que sim. O trabalhador, se pudesse, a trabalhadora, se pudesse, gostaria de ter uma jornada maior, para ter renda, para ter mais renda e um vínculo melhor.

Todas essas questões – jornada, inserção precarizada, discriminação, falta de acesso a cargos de direção – têm como consequência essa diferença nos rendimentos.

Então, aí, a gente já está tirando a questão da jornada de trabalho, porque a gente colocou o rendimento/hora. Mesmo considerando o rendimento/hora, eu acho esse gráfico muito interessante, porque ele traz, também, por nível de escolaridade, porque a primeira intuição que a gente tem é de, quanto mais escolarizadas somos, mais estamos em ambientes mais igualitários.

Os dados mostram, pelo menos na questão de renda, que isso não é verdade. Na verdade, a distância entre a renda dos homens e das mulheres aumenta com a escolaridade. Entre os menos escolarizados, até quatro anos de estudos, a distância é esta aqui, de R$5,00/hora, R$3,80/hora. A distância vai aumentando e entre os mais escolarizados a gente chega a esta distância aqui para o ano de 2012. Isso também está diretamente relacionado à dificuldade de acessar os cargos de direção.

Então, entre as profissões que até estão se tornando mais femininas, a gente costuma citar que a profissão mais feminizada é a das professoras. Então, as professoras de educação infantil são maioria de mulheres e têm os salários mais baixos. Entre os professores universitários, de pós-graduação, que têm os salários mais altos, já diminui bastante a proporção de mulheres.

Os médicos: cada vez temos mais médicas, mulheres, mas entre os médicos, entre os mais bem remunerados, como os cirurgiões, a maioria é de homens. As pediatras são mulheres, enfim.

Mesmo entre profissões, a gente tem essa divisão sexual do trabalho, que tem como consequência essa diferença de renda. No geral, nas profissões que acabam se tornando mais femininas, como Direito e Medicina,

a tendência é de, quanto mais se feminiza uma profissão, mais desvalorizada e menor a renda se torna. Então, não é coincidência.

Como eu falei no começo, é imprescindível a gente olhar para o trabalho reprodutivo para entender essa inserção das mulheres no mercado de trabalho. Olhar para o trabalho reprodutivo significa olhar para as atividades que são fundamentais para a reprodução da sociedade, para que a gente exista, para que todos nós tenhamos saúde, uma boa alimentação, uma boa higiene em casa, as crianças consigam crescer, os idosos consigam ter qualidade de vida. Tudo isso alguém tem de fazer. Todo esse trabalho alguém tem que fazer: a comida não surge do nada, a roupa não é lavada, a casa não é limpa, nada acontece com varinha de condão, e a sociedade, sem isso, não sobrevive.

Então, é um trabalho fundamental que sequer é visto como trabalho, e é um trabalho realizado, majoritariamente, pelas mulheres. Então, tem toda uma discussão de incorporar esse trabalho reprodutivo, ou trabalho doméstico não remunerado, no conceito de trabalho. Existem avanços nesse sentido sob o ponto de vista internacional.

Então, a atribuição por esse trabalho pelas mulheres traz uma dupla jornada, que tem direta consequência sobre saúde, bem-estar, qualidade de vida e possibilidades de fazer outras coisas da vida além de trabalhar, mas também trabalhar; tem consequências diretas na inserção e no afastamento do mercado de trabalho, na forma como acessam. Então, muitas vezes, as mulheres têm jornadas mais reduzidas exatamente porque têm que pegar filho, levar filho na escola, porque têm que aceitar um posto de trabalho mais próximo de casa para ter essa mobilidade, enfim, nenhuma novidade para ninguém aqui.

No Brasil, a forma de medir esse trabalho reprodutivo, ainda não há um instrumento mais sofisticado para isso, mas já há alguns anos tem uma pergunta na PNAD sobre quanto tempo as pessoas dedicam ao afazeres domésticos. Eu vou falar desse levantamento. Primeiro, na verdade, o IBGE pergunta se a pessoa realiza afazeres domésticos.

Então, a gente tem, ali, que 90% das mulheres respondem que sim, contra 50% dos homens, o que já é um quadro que fala sozinho, eu acho. Dá para perceber que esse número não muda, não tem muita diferença.

Nesse grupo de 90% de mulheres e nesse grupo de 50% dos homens respondentes, a diferença de horas é esta aqui: enquanto os homens dedicam… Ah, eu não trouxe o número, mas os homens estão… Ah, na verdade, não, calma, perdão, ali já está somado. Desculpe, eu não trouxe o número, mas as mulheres dedicam cerca de 29 horas por semana. É só a gente fazer a diferença: as mulheres estavam com 36 horas de trabalho, os homens com 42. Então, os homens somam, aqui, pouco mais de quatro horas de trabalho, para a gente ter 46, e as mulheres passam das 54 horas de trabalho por semana.

Então, dentro daquela visão de considerar o trabalho reprodutivo como trabalho, existe esse indicador, também usado em outros países, da carga global de trabalho, que soma a jornada de trabalho remunerada com essa jornada que, no Brasil, é levantada por essa questão dos afazeres domésticos.

Então, as mulheres, além de realizar muito mais afazeres domésticos, dedicam muito mais tempo de suas vidas a esses afazeres. Se a gente considera como trabalho e pensa na sobrecarga disso, a gente chega a uma jornada de trabalho de quase 55 horas por semana, que é um escândalo.

Toda essa configuração tem que a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo também responde pela importância do trabalho doméstico remunerado como forma de ocupação das mulheres.

Então, entre aquelas mulheres mais escolarizadas e que têm uma maior renda, a responsabilidade pelo trabalho doméstico continua sendo delas, mas, muitas vezes, se elas não o executam diretamente, elas delegam para outra mulher, que é remunerada para isso. Então, apesar de essa ocupação vir caindo nos últimos anos no Brasil, ainda é muito importante e merece bastante debate.

A Senadora colocou todos os avanços que o Brasil conseguiu alcançar nos últimos meses com a aprovação da PEC das Domésticas, mas acho que o debate ainda tem que continuar, inclusive porque ainda não houve a regulamentação, não é, Senadora? A regulamentação vai garantir que, de fato, elas sejam consideradas trabalhadoras, que a profissão seja digna como qualquer outra, com todos os direitos garantidos.

Há uma questão racial importantíssima aí: 19% das trabalhadoras negras eram domésticas em 2012; nas casas das brancas, perto de 11%. Há uma diferença racial importante. Ainda é uma profissão feminina e negra.

Tenho tempo ainda?

A partir desse quadro, acho que é interessante discutirmos o que fazer para transformar essa realidade, porque é interessante a gente pensar que, muitas vezes, quando falamos "as mulheres ainda respondem pelas tarefas de casa e não há compartilhamento", vemos que o trabalho reprodutivo bem como o cuidado dos filhos e dos idosos ainda é um assunto das famílias e, dentro da família, é uma atribuição feminina.

O que o Estado pode fazer para mudar esse quadro, que parece ser uma questão tão privada? É interessante apontarmos que há possibilidades, existem experiências internacionais que mostram que é possível ado-

tar políticas para transformar essa realidade. Então, estamos começando a falar, em nossos textos, em nossos debates, que temos um objetivo final, que é a corresponsabilidade social. É a visão de que famílias, Estado e sociedade – sociedades de mercado, empresas – são igualmente responsáveis, são corresponsáveis pelos trabalhos de cuidados. Então, não é um assunto somente da família o cuidado do filho, o cuidado do idoso. Todos são responsáveis por essa reprodução da sociedade. Portanto, tem que haver compartilhamento de tarefas para, no limite, alcançarmos, para todos os trabalhadores e trabalhadoras, equilíbrio entre trabalho, família e vida pessoal, porque é isso que queremos, não é? Esse são termos usados pela OIT. É isso que é possível alcançar, e existem medidas para busca disso ao longo dos anos.

O objetivo estratégico existe porque hoje esse trabalho é realizado, majoritariamente, pelas mulheres. Não queremos que continue assim, mas o fato é que assim o é, e essas mulheres precisam de suporte, precisam de serviços e precisam de estímulo para ocupar melhores posições no mercado de trabalho. Então, acho que são duas ações simultâneas que se complementam: uma para alcançar esse objetivo final de compartilhamento de tarefas e corresponsabilidade e uma para garantir mais condições ás mulheres de se inserirem no mercado de trabalho de um modo mais equitativo.

Para tudo isso, temos que ter medidas de conciliação entre trabalho e família. Então, o papel do Estado, falando bem rapidamente… as pesquisas de uso do tempo – citei que temos um dado que é só um indicativo, no Brasil – são importantes exatamente para a gente mensurar quem faz esse trabalho, qual o trabalho que demanda mais tempo das mulheres, o perfil das mulheres que o realizam, o tanto que compromete essa inserção.

Temos um quadro muito genérico, porque não temos essas informações de uso do tempo mais detalhadas. Isso ajudaria também a desenhar políticas de cuidado e de conciliação, como falei, para atingir esses dois objetivos. E temos também a regulação do trabalho doméstico remunerado, em que já avançamos bastante.

Esses são alguns exemplos de políticas de conciliação e políticas de cuidados, inclusive já encontrados em negociações coletivas. Alguns avanços muitas vezes já estão garantidos na nossa legislação, mas em muitos podemos avançar. Como exemplo, há a licença parental, que é um exemplo sempre citado, para desvincularmos a questão do cuidado do filho do papel da mãe e aumentar a responsabilidade e estimular a paternidade ativa. Existe um projeto de lei tramitando no Congresso sobre a licença parental. Não sei como anda.

Folga para acompanhar parentes, em questões saúde e educação, tudo isso preferencialmente para trabalhadores e trabalhadoras igualmente. Que as empresas sejam incentivadas a terem esse tipo de visão para o pai e para a mãe.

Outros exemplo: proteção contra a demissão do pai pelo nascimento do filho, que é uma coisa que ainda não existe; existe só para a mãe. Outro exemplo: licença maior para nascimento de gêmeos, enfim, vários exemplos, alguns já existem em negociações coletivas de trabalho.

(*Soa a campainha.*)

A SRª NATÁLIA DE OLIVEIRA FONTOURA – Agora, mesmo o que já existe tem baixa cobertura, são muitos poucos os trabalhadores e trabalhadoras e têm acesso a esses direitos, muitas, muitas medidas estão voltadas somente para as mulheres, Então, só se houver trabalhadoras é que há creches, é a mulher que tem a licença maior, ou seja, o enfoque é ainda muito na infância. A questão dos idosos e das pessoas com deficiências é da maior relevância e vai se mostrar ainda mais relevante no nosso País. Isso reproduz as desigualdades, ou seja, as mulheres que podem delegar esse serviço, que podem pagar uma creche, que podem pagar uma babá, uma trabalhadora, continuam tendo esse privilégio, e continua a reprodução das desigualdades na atribuição feminina pelo cuidado, e não masculina.

Acho que vou tentar…

O custo da inexistência desse tipo de política – acho que é interessante apontar – é um custo pessoal muito significativo, mas acaba se tornando um custo social e um custo econômico para o País. Então, há um desperdício muito grande da força de trabalho porque há mulheres, como falei, escolarizadas, que desejam trabalhar, que gostariam de trabalhar, mas que não têm acesso ao mercado de trabalho. Isso é antieficiente, não é economicamente interessante para nenhum país que existe esse desperdício.

Para produtividade das empresas, é uma tensão que afeta o desempenho tanto de trabalhadores quanto de trabalhadoras. Essa conciliação entre vida familiar, vida social e trabalho faz com que as pessoas se sintam sempre divididas entre família e trabalho, sempre com dificuldade de fazer essa conciliação até porque é uma conciliação que cabe somente à família, já que hoje a empresa não se responsabiliza.

Há efeitos na qualidade de vida individual e familiar – falei um pouco disso –, na democracia, porque ficam lacunas na representação política. Todas essas dificuldades estão relacionadas a uma relação mulher/espaço privado e homem/espaço público, e isso se traduz muito diretamente na nossa política. A nossa representação no congresso traduz isto: o Brasil ocupa um dos piores postos, um dos piores lugares na proporção

de mulheres no Parlamento. A Senadora deve saber o tanto que é difícil estar nesse espaço, um espaço masculino, não é, Senadora? Extremamente machista.

Finalmente, é uma questão de justiça social, de equidade. Se estamos em um país democrático que quer justiça social para todos, temos que ter igualdade entre cidadãos e cidadãs, entre trabalhadores e trabalhadoras.

Obrigada. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Natália, que pena que o nosso tempo não permite fazer um aprofundamento, mas você traz muitas questões que, para mi, não novas, Que bom que o Ipea pode colaborar conosco com essas informações. Então, obrigada, Natália, com certeza, vamos aqui fazer uma conversa sobre isso, mas em outra ocasião poderemos aprofundar mais.

Quero agradecer a Natália de Oliveira Fontoura, Coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Vou conceder a palavra também à Cláudia Araújo, assessora técnica da Coordenação Geral de Saúde das Mulheres, do Ministério da Saúde.

Cláudia, não vou marcar tempo, assim como não marquei para a Natália. Estamos com o horário um pouco avançado, mas não queremos que a sua apresentação fique prejudicada. Então, vamos ser objetivas, mas utilize o tempo que achar necessário para expor suas ideias.

A SRª CLAUDIA ARAÚJO – Bom dia a todos e todas. Cumprimento a Senadora Ana Rita e agradeço o convite do Senado Federal para o Ministério da Saúde no ano em que estamos comemorando 30 anos da Coordenação Geral de Saúde das Mulheres. Para nós, é uma honra estarmos nesta Casa em um momento que é tão importante para nós.

Vou falar um pouco para vocês da história da Saúde das Mulheres. Nossa área é uma área transversal às políticas públicas de saúde. É a política transversal mais antiga do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde tem 62 anos de idade, e nossa política tem, em média, 30, 31 anos de discussão dentro da trajetória de saúde pública no Brasil.

Formalmente, o documento que institui a política nacional foi lançado em 2004 e trabalha para que a transversalidade das políticas públicas contemplem todo o processo de vida das mulheres, do nascer até o fim da sua vida.

Nos direitos sexuais e direitos reprodutivos, que á parte integrante da política e que é um dos principais eixos do trabalho no Ministério da Saúde, trabalhamos, respeitando o acesso universal aos serviços de saúde e o respeito àquilo que é o direito sexual, direito reprodutivo de mulheres em todos as faixas etárias.

Trabalhamos na eliminação de causas preveníveis de morte materna, de morbidade e de mortalidade, que é a internação ou óbito; o acesso efetivo aos serviços de interrupção da gravidez para os casos previstos em lei, enfrentando dificuldades ao longo de 30 anos de trabalho nas frentes do Sistema Único de Saúde, buscando garantir o acesso e ampla distribuição dos métodos contraceptivos no País; promoção e detecção oportuna das doenças sexualmente transmissíveis e da aids, tratando, tentando eliminar estigmas, tentando evitar discriminação de pessoas e, em particular, de mulheres que vivem com o vírus da Aids.

Ainda, trabalhamos nos acordos internacionais, no desenvolvimento de políticas e programas que deem conta de trabalhar a questão da discriminação através da orientação sexual e da identidade de gênero, de mulheres, deixando claro, para nós todos, que a questão de gênero na área de saúde pública é, em muitos momentos, uma possibilidade de enfrentar a situação da discussão de gênero no Brasil. Isso ocorre quando conseguimos trabalhar com todas as áreas fazendo seu papel do que seja a defesa do feminino e a defesa do masculino, e, em outros momentos, enfrentando dificuldades quando temos que nos deparar com direitos sexuais e direitos reprodutivos de homens, mulheres, adolescentes, jovens, LGBT, pessoas com deficiência e outras que vivem em situação de vulnerabilidade.Isso faz com que o desafio seja aumentado e que haja a necessidade maturação e discussão de situações e diferenciações entre necessidades de saúde.

Na questão de partos e nascimentos, há um alinhamento naquilo que se vem buscando fazer ao longo dos últimos anos em detrimento dos ODMs, metas do milênio, e estamos trabalhando para que haja um aumento do número de partos que são realizados em ambientes hospitalares, mas que também haja a possibilidade de que os partos e nascimentos sejam feitos de maneiras mais equilibradas, Há um processo de trabalho no Ministério da Saúde, junto às secretarias estaduais de saúde e entidades médicas, para que se busque a redução das cesarianas desnecessárias. Trabalhamos para que o parto normal tenha uma evolução dentro do sistema público de saúde.

Aqui, mostro para vocês que há um processo, ao longo dos anos, que vem fazendo com que o número de partos normais diminua no País e, em detrimento disso, o número de cesarianas evolua. Todo o processo que vem sendo construído é para que a gente consiga fazer a redução dessa situação complexa, de fazer com

que mulheres e bebês fiquem expostos a situações de risco porque a cesariana envolve todas as complicações que estão colocadas em um ato cirúrgico.

A ampliação e melhoria de qualidade de assistência pré-natal está colocada em projetos do Ministério da Saúde e, mais recentemente, no que é a composição do Programa Rede Cegonha. Com isso, a gente vem tentando fazer o fortalecimento da rede de serviços no Sistema Único de Saúde, como um todo, envolvendo em grande parte os serviços de atenção básica para que haja a mudança do modelo na atenção ao parto normal, ao parto e nascimento, com expansão de serviços, com inclusão e cuidado na gestação na adolescência e através de ouvidoria, através de serviços que consigam dar qual a situação das mulheres que estão em pré-natal, parto e puerpério.

Aqui, a razão de mortalidade materna. A gente vem trabalhando no conceito de mortalidade corrigida e alcance de metas. A gente percebe que há uma redução da mortalidade materna ao longo dos últimos 30 anos e há momentos em que a gente percebe que há pequenos picos de aumento. Mais recentemente, percebemos que houve um aumento de mortalidade materna entre 2008 e 2009 por questões de doenças – H1N1, nesse período, levou a óbito um número expressivo de mulheres gestantes no Brasil.

Depois a gente consegue um equilíbrio de novo em 2010/2011 e, agora, estamos trabalhando numa queda para redução da mortalidade materna no Brasil. Isso é um avanço, mas ainda é uma preocupação que precisamos estar sempre observando, acompanhando para que não haja novamente picos de aumento de morte materna no Brasil.

Aqui algumas causas, que a Ministra já tinha colocado antes para a gente. Maiores causas de mortalidade específicas na idade materna. Em primeiro lugar, hipertensão; depois, as hemorragias, as infecções puerperais, o aborto e as doenças do aparelho circulatório. Sempre momentos em que nos preocupamos com o acompanhamento disso e que, na grande maioria das vezes, depende exclusivamente de um pré-natal bem-feito.

Se você consegue perceber, nos primeiros meses de gestação, que essa mulher apresenta problemas de hipertensão, que ela pode vir a ter uma hemorragia, que ela pode vir a ter outros problemas a partir daquele momento de identificação, se você acompanha e monitora isso no começo, você pode evitar provavelmente a morte dessa mulher. Ou evitar o aborto, ou evitar outras situações a que doenças possam colocá-la em exposição.

Nas políticas intersetoriais, a gente trabalha fortemente as questões de enfrentamento à violência contra mulheres e à feminização da epidemia de Aids.

As políticas intersetoriais de saúde da mulher se integram a todas as políticas de governo que façam enfrentamento a essas situações e, como é de conhecimento amplo, nós trabalhamos sempre de bom grado com políticas para as mulheres, Ministério da Justiça, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, todos os Ministério da área social, e os Ministérios da área econômica, que nos favorecem com possibilidades de trabalho e ações.

No pacto nacional de enfrentamento á violência, nós fazemos parte de quase todos os eixos, garantindo direitos sexuais e direitos reprodutivos, ampliação da nossa rede de serviços, ampliação de estratégias em saúde que possam ser agregadas com outros setores para fazer atendimento, qualificação de profissionais, organização de serviços, e possibilidade de garantir autonomia para as mulheres que se encontram em situação de violência.

Nossa rede de serviços, em 2012, era de 557 hospitais que faziam atendimento à violência sexual e 402 que faziam atendimento à violência doméstica. Nos nossos fóruns de enfrentamento à violência contra a mulheres – estamos, este ano, no 18º ano de realização –, nós acordamos com todas as secretarias estaduais e municipais de saúde que fazem parte da rede de que não há o deslocamento de que "eu atendo violência doméstica; eu atendo violência sexual." Nós somos uma rede de serviços e atendemos mulheres em situação de violência. E precisamos tomar as providências necessárias para cada situação que se apresente.

Hoje, nós estamos organizando algumas separações que se fazem estritamente necessárias para identificação de serviços pela relação de pagamento de procedimentos, das formas de qualificação que precisam ser feitas para cada categoria profissional e a forma de abordagem que precisa ser colocada para os tipos de violência que se apresentem.

Nesse processo a gente trabalha com a notificação da violência, que é obrigatória, para o Sistema Único de Saúde – passível de punição ao servidor que não a fizer –, porque ela nos dá o retrato daquilo que precisa ser melhorado, daquilo que precisa ser mais bem planejado, dos insumos que nós precisamos adquirir para que isso tenha forma de atendimento no sistema.

Estou dizendo que isso nos traz aperfeiçoamento, mas ainda nos traz resistência, nos traz dificuldades, porque quem está lá na ponta realizando atendimento, muitas vezes, não faz a compreensão do que significa sofrer violência, do que significa estar num momento de vulnerabilidade, precisando institucionalmente de alguém que tem dificuldades com o tema, que tem dificuldades em reconhecer o assunto.

Nos medicamentos e nos avanços tecnológicos daquilo que serve para enfrentamento à violência sexual, em particular, nós conseguimos inovações importantes dentro da assistência farmacêutica em saúde, colocando a pílula anticoncepcional de emergência em todos os Estados e em todos os Municípios do País.

Então, hoje, qualquer pessoa que sofre violência sexual tem à disposição nos serviços do País a anticoncepção de emergência, para o seu primeiro atendimento.

A gente tem um protocolo de bolso, que é distribuído três vezes por ano no sistema para que todas as pessoas que têm condição de realizar atendimento conheçam o documento – ele é mínimo –, com orientações rápidas daquilo que se precisa saber. Nós temos um outro documento um pouco maior, que é a norma técnica de atenção a pessoas em situação de violência sexual e o protocolo de uso do misoprostol, que é um medicamento utilizado para indução do parto e que, quando necessário, também pode ser utilizado para as necessidades de realização de abortos previstos em lei.

Aqui a quantidade de métodos contraceptivos e os valores em milhões que são gastos para distribuição nacional. Esses são os dados de 2012. Neste ano de 2014, está-se fazendo uma nova compra. Ela é bianual, calculada pelo quantitativo de mulheres em idade fértil mais 10%, que é o volume de adolescentes que começam a entrar na faixa etária de idade fértil. A aquisição centralizada com distribuição aos almoxarifados das Secretarias Estaduais de Saúde.

A distribuição a partir dos Estados é feita na mesma base de cálculo. Os Municípios dizem o quantitativo de que necessitam; calcula-se um pouquinho a mais para que haja uma margem de segurança na distribuição. Isso é monitorado pela área técnica de saúde da mulher, pelas nossas farmacêuticas, em parceria com a assistência farmacêutica do Ministério.

A nossa tentativa de controle disso é para que não haja o descarte de medicamentos. Se um Município não utilizou o quantitativo total, ele avisa ao Ministério da Saúde, e nós tomamos providências para que se faça a redistribuição disso para outros locais que usaram quantidades maiores. É um processo trabalhoso, mas é um processo que faz com que haja menos desperdício de recursos financeiros e de tecnologias.

Sobre a legislação que vem amparando o enfrentamento à violência sexual, há avanços representativos no sistema que fazem com que nós consigamos ao longo dos anos dar estabilidade a processos de trabalho. No Ministério da Saúde, todas as vezes em que se faz uma portaria, uma nova estratégia de determinação para o sistema, ela é feita com muito cuidado, com muita discussão, com muitas opiniões, para que a gente consiga fazer com que efetivamente se alcancem os objetivos daquilo que está sendo construído.

Mais recentemente foi publicado um decreto que regulamenta a Lei nº 8.080, de 1990, que coloca o planejamento em saúde e todas as estratégias em saúde, em organização de redes. Isso favorece a atenção à saúde de mulheres no País com outro olhar, com outro potencial e com outras capacidades.

Aqui nossos serviços de aborto previsto em lei: o quantitativo de hospitais que realizaram os procedimentos nos últimos anos e o total realizado o Brasil nos últimos anos.

Há uma queda de procedimentos ao longo dos anos. Atribuímos isso a um maior espaço de prevenção. Os profissionais estão sendo mais bem esclarecido sobre a situação da violência sexual que acomete mulheres e meninas. Em algumas situações, quando percebemos que há uma evolução discreta no número de procedimentos de aborto legal, trata-se da condição de aumento de situações de violência contra mulheres. Por mais que percebamos e pensemos que a violência sempre esteve presente e que nós agora temos novas formas de enxergar a violência que as mulheres vêm sofrendo ao longo dos anos na história do Brasil, a percepção de quem trabalha diretamente com o tema é de que há uma expansão no número de pessoas que vêm sofrendo violência sexual. Relatórios internacionais afirmam que a América do Sul é uma das regiões do mundo mais violentas no ato sexual violento contra as mulheres e que o Brasil ainda é o País que mais comete violência sexual contra mulheres. Contestamos isso, mas não temos argumentos para dizer quais são os quantitativos reais dessas pessoas, posto que ainda há uma média de 70% a 80% de pessoas que sofrem violência sexual no mundo inteiro e que não se apresentam a serviço nenhum, que não buscam ajuda em lugar nenhum. Elas não aparecem. Elas estão nas suas casas com seu sofrimento e com seu silêncio.

Nossos projetos em parcerias institucionais.

Temos parcerias que são financiadas e parcerias que são colaborativas, não financiadas pelo Ministério da Saúde. Hoje, temos uma média de 300 a 400 hospitais sendo capacitados, sendo treinados para atendimento humanizado a pessoas em situação de violência. Tratamos em particular do problema violência sexual, que é uma das grandes mazelas que o Brasil precisa enfrentar. Hoje temos 88 hospitais no interior do País e nas capitais sendo treinados em questões de objeção de consciência, em questão de reconhecimento de leis, apropriando os profissionais de saúde no que é necessário compreender dentro do âmbito legal para a proteção de direitos sexuais e direitos reprodutivos de quem sofre violência.

Temos um projeto com a Unifesp que visa à capacitação de 30 hospitais universitários em capitais ou no interior do País para a implantação de serviços de interrupção de gestação previstos em lei. Há ainda 10 hospitais de referência estão sendo monitorados no projeto de atenção humanizada ao abortamento: quais são as qualificações, qual é a forma de atendimento, qual é a forma de não discriminação que está sendo dada dentro de um estabelecimento de saúde para pessoas que estão em situação de abortamento? Sabemos que, quando uma mulher chega ao serviço acompanhada de um familiar ou de outra pessoa e está em situação de abortamento por questões de doença ou naturais de seu corpo, o tratamento é um e, quando essa mulher dá entrada no serviço com um abortamento provocado, com um abortamento que não é considerado um aborto natural, essa pessoa recebe outro tratamento dentro da unidade de saúde. O processo e o monitoramento que a gente desenvolve hoje é para que não haja esse tipo de discriminação. O Sistema Único de Saúde é construído e colocado no País para atender as pessoas, independentemente da situação de saúde que ela apresente.

Temos ainda um processo com oficinas de mídia e comunicação para qualificar profissionais de saúde que atendem nos serviços de atenção à violência sexual ou ao aborto previsto em lei para aprenderem a ser porta-vozes desses hospitais, na tentativa de proteção às pessoas que estão em atendimento e dos profissionais que atuam nos serviços, para que as informações sejam corretas, sejam coerentes com a necessidade do que precisa chegar à população.

Temos outro projeto que é a construção de serviços em 10 Municípios prioritários do campo, da floresta e das águas para o trabalho que fazemos em parceria com a SPM para o acesso de mulheres que residem nessas regiões do País a direitos e ao enfrentamento à violência.

Outros movimentos dentro do Ministério são voltados para a população adolescente e jovem: enfrentamento à aids no Brasil, trabalhando com o programa nacional para as questões que se apresentam; há também direitos humanos e saúde para as questões relacionadas ao direito das pessoas no processo transexualizador, no processo de identidade de pessoas transexuais e travestis, trabalhando para não discriminação dentro do próprio sistema.

Hoje, a Área Técnica de Saúde da Mulher e o Departamento de Apoio à Gestão Participativa são responsáveis por essa ação e trabalham em parceria com outras áreas do Ministério para o desenvolvimento de direitos humanos dentro do sistema.

Nossos desafios são todos. A saúde da mulher não se faz sozinha, não se faz somente na área de saúde, não se faz somente através de políticas públicas de saúde ou políticas públicas para as mulheres. Como foi colocado pelas minhas antecessoras, temos uma questão no Brasil que é o reconhecimento do que significa ser mulher neste País, do que significa ter direitos, do que significa manter equilibradamente uma ação estratégica, que, no nosso caso, envolve saúde pública.

O maior volume de pessoas que usam o sistema de saúde são mulheres. Ainda assim, essa grande maioria de usuárias enfrenta dificuldades no atendimento nas suas cidades, nas suas regiões.

Ampliar serviços de saúde para atender mulheres dentro do sistema é o desafio de fazer com que seja validado, seja reconhecido, seja respeitado aquilo que se apresenta como problema de saúde para as mulheres. Hoje, as mulheres não procuram o sistema somente para as questões da reprodução, para o atendimento pela condição de serem mães. Não há essa possibilidade somente. Hoje se precisa do serviço de saúde para milhões de ações em saúde que são voltadas para as mulheres, para as suas necessidades.

Os nossos desafios são atender com qualidade, com equidade, com capacidade de ofertar aquilo que realmente é necessário para o momento de saúde que aquela mulher apresenta. A mudança do modelo de atendimento, a mudança do modelo de cuidados, a mudança de intervenções que se fizerem necessárias para o atendimento à saúde das mulheres se faz pela construção social do sistema e por todo um processo de compreensão e apoio da própria população.

O Ministério da Saúde fica à disposição.

Muitíssimo obrigada pela oportunidade nesta Casa!

Bom dia a nós todos! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Cláudia Araújo, Assessora Técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde.

Quero aqui parabenizar muito a Cláudia, a Natália, a nossa Ministra, que trouxeram informações. E são informações novas! Não foi só aquilo que conhecemos. As informações novas ampliaram o conhecimento de todas nós, que estamos no Congresso Nacional, mas particularmente das mulheres brasileiras que acompanham os trabalhos, aqui, no Congresso, pela TV Senado. Parabenizo todas vocês!

Quero aqui fazer um pedido à TV Senado. Se for possível, ao reproduzir essa audiência pública, que a TV possa reproduzir em horários que as mulheres possam ouvir e acompanhar essas informações e se apropriarem dessas informações. É muito importante conhecer os programas que existem e saber também dos dados

estatísticos apresentados aqui pelo Ipea, mas de todo o trabalho, de todos os programas que o nosso Governo tem realizado.

Então, o objetivo da audiência pública era justamente este; não era o de fazer aqui um debate, mas justamente o de trazer esses dados, essas informações no mês em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, para que possamos divulgar e tornar bastante conhecido esse trabalho.

Essa discussão não se encerra aqui hoje. Não é porque é o mês de março que vamos fazer aqui este debate e achar que é só neste mês. É uma discussão que permanece e, em outras ocasiões, queremos contar com a presença do Ipea, com a presença do Ministério da Saúde, com a presença da SPM, para que possamos aprofundá-la.

Quero lembrar que, além do Prêmio Bertha Lutz, que entregaremos em sessão solene do Congresso Nacional, homenageando as mulheres que prestam seus serviços à sociedade brasileira, a Campanha da Fraternidade deste ano – eu já disse isto na reunião da Comissão de Direitos Humanos da semana passada – também aprofunda este tema do tráfico de pessoas, do tráfico humano. Nós vimos aqui pelas falas que esse também é um tema que certamente interage com a questão da mulher muito fortemente e que o nosso Governo está atento a isso. Então, nós queremos também fazer um debate sobre esta questão do tráfico de pessoas.

O Congresso Nacional já fez uma CPI, apresentou um relatório com diversas sugestões, e nós queremos continuar debatendo esse tema, assim como o tema da violência contra as mulheres, da violência sexual, da violência doméstica, que são temas que infelizmente não conseguimos esgotar em um curto espaço de tempo, não é, Cláudia? Lamentavelmente! Então, é um debate que permanece. Nós precisamos realmente trabalhar no sentido de reduzir os índices de mulheres que são violentadas, tanto sexualmente como pela violência doméstica e outros tipos de violência existentes.

Eu vou agora conceder a palavra para as considerações finais às nossas convidadas. Primeiramente, para Tatau Godinho, que é a Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres da Presidência da República, que está aqui neste momento substituindo a nossa Ministra, que teve que se ausentar, mas ela permanece conosco, por um tempo de três minutos. Em seguida, à Natalia e à Cláudia.

A SRª TATAU GODINHO – Boa tarde.

Eu queria, em nome da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Ministra Eleonora Menicucci, das representantes das duas outras áreas da Secretaria, de Enfrentamento à Violência e Articulação Institucional e Ações Temáticas, dizer que nós consideramos que, nesses últimos anos, houve avanços muito grandes na situação das mulheres no Brasil. O fato de o Governo se colocar com um olhar direto sobre essa questão e trabalhar a necessidade de ter políticas públicas, de incentivar Estados e Municípios para que também ampliem as suas políticas e a sua rede de atenção às mulheres fez com que a gente tivesse um momento privilegiado para a situação das mulheres no Brasil.

Podemos ver que, nos últimos anos, houve um aumento muito grande, sistemático, que já vem das últimas décadas, da participação das mulheres no mercado de trabalho. Então, as mulheres estão aproveitando as oportunidades do desenvolvimento econômico. A Ministra mencionou e eu quero chamar a atenção exatamente para a área do crescimento do emprego formal, que também é uma área importante que o Governo tem enfatizado como uma estratégia da melhoria das condições de vida. E as mulheres ocuparam mais cargos do emprego formal no último período do que os homens. Isso é positivo, porque elas vêm de um histórico de informalidade muito maior. Portanto, na verdade, estamos correndo atrás de uma desigualdade.

É muito importante dizer isso, porque quando, às vezes, a gente diz assim: as mulheres estão ocupando mais cargos formais que os homens, parece que nós estamos tirando o lugar do emprego masculino. E não é verdade. Os dados que a Natália apresentou são muito consistentes e mostram que nós estamos ocupando mais espaços, mas que ainda há uma desigualdade muito grande tanto do ponto de vista de rendimento, do ponto de vista das ocupações menos precárias, do ponto de vista de ocupar cargos de direção no mercado de trabalho e na política, não é, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – É verdade! É verdade!

A SRª TATAU GODINHO – Toda vez que a gente apresenta os dados do Brasil a participação das mulheres na política faz a gente ficar meio envergonhada, apesar de termos a grande vitória de ter uma mulher Presidenta da República, o que significa também uma mudança política e cultural extremamente importante.

Tivemos também, nesse último mandato da Presidenta Dilma, um aumento significativo das mulheres ministras, o que é um incentivo para que a sociedade brasileira veja o quanto é importante ampliar a participação das mulheres no cargo de direção.

Uma das coisas que eu considero, para a população feminina como um todo, um ganho muito grande e que às vezes não é colocado como parte do ganho para as políticas para as mulheres, é a política de valorização do salário mínimo. Entre 2011 e 2014, houve um aumento de 41% do salário mínimo, em continuidade

a uma política já desenvolvida no Governo Lula de ampliação desse salário e a criação de uma política consistente. Nesse sentido, quando a gente olha que, entre as mulheres ocupadas, 33% estão na faixa do salário mínimo, isso é um ganho econômico fundamental para as mulheres. E esse ganho se reverte também, ele incide nas aposentadorias e pensões em que o rendimento das mulheres também é muito importante, o ganho com aposentadorias e pensões, e nos benefícios de prestação continuada.

Então, quando a gente pensa em um país que está construindo igualdade, quando a gente pensa em um país que está buscando desenvolvimento econômico para todos, nós temos que pensar que essa igualdade não se fará se ela não for também dirigida a romper com a desigualdade entre mulheres e homens, a romper com a desigualdade entre negros e brancos, a romper com a desigualdade entre campo e cidade. Portanto, essas políticas que também nós vimos na saúde, que têm um olhar específico para a população que está no campo, para a população que é mais desfavorecida, vão construir a igualdade. Ao mesmo tempo, vão construir na medida em que houver um desenvolvimento econômico importante do País, mas um desenvolvimento econômico focado nas pessoas; um desenvolvimento econômico que vai trabalhar políticas de cuidado.

Nós temos ainda hoje, no Brasil, uma deficiência importante na cobertura de creches, na educação de 0 a 3 anos, mas a gente não pode esquecer nunca de que, de 2001 para 2014, subiu de 10% para 33% a cobertura. Isso é um crescimento fantástico! Só no Governo da Presidenta Dilma foram 11 pontos percentuais de subida, de 22% para 33%. Então, é muito! Ainda há muito o que fazer? Com certeza. E o mês da mulher, a comemoração do Dia Internacional da Mulher, serve para nos fazer ver o quanto nós ainda precisamos avançar e o quanto a política pública, a decisão de um governo comprometido com as mulheres pode cumprir um papel fundamental nessa mudança no País.

Eu quero agradecer à Senadora Ana Rita por esse convite em nome da SPM; agradecer tanto à Cláudia, que está aqui representando o Ministério da Saúde, portanto, é parceira cotidiana no desenvolvimento dessas políticas, e à Natália Fontoura, que, como ela bem lembrou, já trabalhou inclusive conosco diretamente na SPM, mas agora faz parte de um grupo conjunto com a SPM também, que é o grupo de estudos do uso do tempo e é parceira em todas as tarefas, não só nesta, né, Natália? Para nós, é fundamental: conhecer a realidade das mulheres é saber também orientar que políticas nós queremos ter. Para isso, nós precisamos que as pessoas que elaboram dados, analisam a situação da sociedade brasileira tenham esse olhar e nos ajudem a elaborar melhor as políticas.

Muito obrigada. Obrigada à Comissão de Direitos Humanos, a todos os Senadores aqui presentes. Quero dizer para vocês que o compromisso da SPM com a igualdade entre mulheres e homens é o compromisso de uma sociedade justa, de uma sociedade que sabe que, se não há igualdade, não há justiça.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Tatau Godinho. Parabéns pelo seu trabalho, parabéns a toda a equipe da SPM pelo trabalho que vem fazendo, que muito nos orgulha e tem nos ajudado muito a avançar em políticas públicas no nosso País.

Eu quero também dizer que já está conosco há bastante tempo aqui na nossa audiência pública o Senador Anibal Diniz, que está acompanhando este debate. Ele tem sido um grande parceiro também na luta das mulheres.

Concedo a palavra agora à Natália de Oliveira Fontoura, para as suas considerações finais.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Fui citado aqui e gostaria de, primeiro, lamentar que este debate tenha acontecido exatamente no dia em que acontece, na CAE, um debate com o Presidente do Banco Central. Então, todo mundo foi para lá, a televisão também foi para lá e eu também tive que acompanhar aquele debate lá do meu gabinete. Do meio para o final, foi que eu vim para cá, em solidariedade mesmo, porque eu sabia que nós estávamos com este debate bastante esvaziado, o que é uma pena.

Mas eu gostaria de dizer que tenho procurado, no aprendizado aqui com todas as companheiras que fazem política, do Acre e do Brasil, tentar estabelecer um fio de coerência entre o discurso e a prática. Eu fiz muitos discursos no Senado, muitos, defendendo o equilíbrio de gênero dentro dos espaços de poder, principalmente do Parlamento. Fiz muitos pronunciamentos defendendo aquela proposta do PT de lista preordenada com alternância de gênero, para que a gente possa ter verdadeiramente um equilíbrio de representação no Parlamento.

Por último, coube a mim também um desafio bastante interessante: eu fui chamado a abdicar da minha condição de candidato a Senador para ceder espaço a uma mulher. E fiz isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A candidata ao Senado pelo Acre vai ser a Perpétua Almeida, Deputada Federal do PCdoB. Veja que, no Estado do Acre, nós temos prefeitura do PT, na capital, temos o Governo do Estado do PT; ou seja, eu teria todas as possibilidades de me reeleger a Senador, porque nós tínhamos essas condições.

Essas condições foram criadas para garantir a participação da mulher no Senado Federal com a Perpétua. Acho, inclusive, que a gente deve aprofundar o debate sobre o que fazer para acelerar a maior participação, digamos assim, o aumento da representatividade feminina no Parlamento. Eu sei que isso é muito difícil. Quando a gente coloca lista preordenada, a reação é imediata; a gente não encontra eco, não passa. Mas nem por isso a gente deve desistir de insistir com essas bandeiras e de pensar alguma coisa também para o Senado, porque o Senado é feito de um terço e de dois terços. Eu acho que a gente deveria pensar em algum caminho para que, quando tivesse eleição em dois terços, uma vaga fosse para o mais votado do sexo masculino e a outra vaga fosse para a mais votada do sexo feminino; a gente tem que pensar alguma coisa que pudesse dar um salto de qualidade na representação feminina no Parlamento.

Então, eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui com vocês. Parabenizo a todas as expositoras. Vou ter acesso depois às notas taquigráficas para analisar com mais cuidado o conteúdo e quero estar na sessão especial do dia 25 de março, no plenário, para dar o meu testemunho no sentido de que o discurso feito pelas mulheres precisa ser assumido pelos homens.

Eu quero, nos meses que me restam no Senado Federal, poder também dar esse testemunho em defesa do equilíbrio de gênero nesta Casa, no Parlamento brasileiro.

Agradeço muito a atenção de vocês.

Preciso me retirar agora, porque a nossa reunião de Bancada já começou e o pessoal está me cobrando direto aqui, por telefone, que eu esteja presente lá com eles.

Muito obrigado.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Anibal. Eu também devo estar nessa reunião. Por isso a gente precisa agilizar o término.

Parabéns pela sua fala. É um exemplo para muitos homens companheiros que muitas vezes não abrem mão dos seus espaços para atender às mulheres.

Nós mulheres temos capacidade de assumir esses espaços. E o Senador Anibal, em uma atitude muito digna e reconhecendo seu potencial para se tornar novamente Senador desta Casa, para garantir a presença da mulher e garantir também que a coligação no seu Estado caminhasse da melhor maneira possível, não titubeou. De forma muito tranquila, muito serena, tomou essa decisão.

Parabéns, Senador Anibal!

Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra a Natália de Oliveira Fontoura, do Ipea.

A SRª NATÁLIA DE OLIVEIRA FONTOURA – Obrigada.

Só queria agradecer o convite e a oportunidade.

Acho que a audiência pública mais do que cumpriu o objetivo, Senadora, de discutir. Passamos pelos desafios e pelos avanços no campo da política, do trabalho, da saúde, do cuidado, da violência, da família. Acho que mais do que se mostrou o tanto que avançamos nos últimos anos. Temos hoje um programa pró-equidade e todos os programas do Ministério da Saúde, como Construindo a Igualdade de Gênero e avanços no mercado de trabalho. Mostramos todos os desafios que temos à frente.

Agradeço a oportunidade.

Espero poder continuar debatendo e cobrando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem.

Muito obrigada, Natália, Coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça do Ipea. Desejo a vocês do Ipea, ao Prof. Marcio Pochmann, que está lá presidindo – desculpe, agora é o Marcelo, o Marcio está na Fundação Perseu Abramo. Quero parabenizar todos vocês. O Ipea tem sido grande parceiro nosso aqui. Sempre que eu, particularmente, precisei do Ipea, foi muito atento em atender às necessidades em termos de reflexão, de apoio. Parabéns a todos vocês.

Concedo a palavra à Claudia Araújo, nossa companheira da área de saúde, assessora técnica do Ministério da Saúde.

A SRª CLÁUDIA ARAÚJO – Gostaria apenas de agradecer o convite, de colocar o Ministério da Saúde à disposição desta Casa e dos Ministérios parceiros. E quero colocar para vocês que os desafios em saúde, os desafios em política públicas no Brasil são de todas e de todos nós. Não existe política pública efetiva que dê

conta daquilo que se propõe se não houver o conjunto de atores que representam a sociedade no Legislativo, no Judiciário, no Executivo fazendo a operacionalização dessas coisas.

Muito obrigada.

Vamos aguardar a próxima atividade.

Boa tarde.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada, Cláudia Araújo, do Ministério da Saúde, assessora técnica.

Quero finalizar, então, esta audiência pública de hoje, que cumpriu seu objetivo, justamente trazendo informações, trazendo dados importantes para subsidiar não só o nosso trabalho no Senado Federal, mas também informando as mulheres brasileiras, o movimento de mulheres, enfim, os Estados e Municípios, os que acompanham a TV Senado.

Eu acredito que as informações aqui colocadas servem muito para animar as mulheres. Vale a pena lutar, vale a pena construir políticas públicas para melhorar as condições de vida das nossas mulheres brasileiras. São muitos avanços, muitas conquistas. Mas, sabemos, temos a plena consciência de que temos um longo caminho à frente para garantir, de fato, a igualdade de gênero, a igualdade entre homens e mulheres no nosso País. Mas muita coisa boa já foi feita. E nós precisamos continuar firmes na caminhada, para que possamos avançar cada vez mais.

Muito obrigada.

Um abraço a todas vocês e que possamos continuar firmes nessa luta.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 25 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e doze minutos do dia dezenove de março de dois mil e quatorze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, João Durval, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Wilder Morais, Gim e Marcelo Crivella. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, faz suas considerações iniciais e informa o andamento dos encaminhamentos relativos à diligência relacionada à tragédia da Boate Kiss, em Santa Maria/ RS. O Senador Paulo Davim relata a diligência na Polícia Federal, acerca de crianças desaparecidas em Natal, RN. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª a 11ª Reuniões da CDH, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª Parte: Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** - Terminativo – que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita. (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Resultado: **Adiado**. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado:** adiado. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro

de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado**. Item 5. Projeto de Lei do Senado Nº 667, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido da Relatoria. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012** - Terminativo – que altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** - Terminativo – que altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado**. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. **Resultado:** Adiado**. Item 9**. **Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** - Terminativo – que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 10**. **Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012** - Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado:** Adiado**. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** - Terminativo – que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Adiado**. Item 12. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999** - Não Terminativo – que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável a aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da relatoria. **Item 13. Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013** - Não Terminativo – que dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada. Autoria: Deputado Eduardo Barbosa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Durante a reunião a Presidência redistribui a matéria ao Senador Paulo Paim, em virtude de o Senador Eduardo Lopes não mais pertencer à CDH. É aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto. **Item 14. Projeto de Lei do Senado Nº 151, de 2012** - Não Terminativo – que acrescenta o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Item 15. Projeto de Lei do Senado Nº 221, de 2012** - Não Terminativo – que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar o processo de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Gim, após a leitura do Relatório pelo Senador Paulo Davim. **Item 16. Projeto de Lei do Senado Nº 298, de 2013** - Não Terminativo - que dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências. Autoria: CPMI - Violência contra a Mulher - 2012 (CPMIVCM). Relatoria: Senadora Angela Portela (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apre-

senta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Item 17. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 16, de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater e analisar o possível atentado aos Direitos Humanos decorrente de manipulação de informações que se está convencionando chamar de "contabilidade criativa". Palestrantes sugeridos: a. Guido Mantega - Ministro da Fazenda; b. Gil Castello Branco - Presidente da ONG Contas Abertas; c. Claudio Weber Abramo - Diretor Executivo do Transparência Brasil; d. Mansueto Almeida - Especialista em Finanças Públicas do IPEA; e. Arno Augustin - Secretário do Tesouro Nacional; e f. Jorge Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal. Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado com a retirada dos seguintes convidados: Ministro da Fazenda, Guido Mantega; e Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Também com alteração de Presidente para Representante da Presidência da Caixa Econômica Federal. **Item 18. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 17, de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal combinado com a Resolução 44/2013 do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faça estudos, avalie e acompanhe as seguintes programas e políticas do Poder Executivo: a) Lei nº 12.711 que institui cotas sociais e raciais nas Universidades Federais; b) Programa "Juventude Viva". Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado**. Item 19. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 18, de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na cidade de Salvador – BA com a finalidade de apurar as condições de vida e denúncias de desrespeito aos direitos fundamentais dos moradores da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, localizada em área reivindicada pela Marinha do Brasil. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado**. Item 20. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 19, de 2014**. Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os Direitos das Empregadas Domésticas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Maria Creuza – Coordenadora Nacional das empregadas Domésticas; Dep. Benedita da Silva – Frente parlamenta em defesa das empregadas domésticas; Senador Homero Jucá – Relator da regulamentação da PEC das Domésticas; Ministra Luiza Bairros - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; Presidente do Superior Tribunal da Justiça do Trabalho; Representante do Conselho Federal do Ministério Público. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado**. Item 21 Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 20, de 2014**. Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema: Contratação temporária de reservistas do Exército para exercer atividades típicas e exclusiva da polícia militar do Estado do Goiás em detrimento da contratação de concursados aptos e habilitados para os cargos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Concursados; Deputado Mauro Rubem; Representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás; Representante do Ministério Público Estadual; Representante do Ministério da Justiça; Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado**. EXTRAPAUTA: Item 22 Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 21, de 2014.** Requeiro, seja realizada, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Audiência Pública para discutir sobre segurança pública e a desmilitarização das polícias, com a presença dos seguintes convidados: - Dep. Marcelo Freixo – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; - Sen. Lindbergh Farias – Autor da PEC 51 de 2013, que trata da desmilitarização das polícias; - Sr. Luiz Eduardo Soares – Ex- Secretário Nacional de Segurança Pública. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado**. Item 23 Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 22, de 2014**. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 6/2014, seja incluído o Senhor Paulo Henrique da Silva Santarém, representante do Movimento do Passe Livre-DF. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado**. Item 24. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 23, de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o cinquentenário do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.Ministra Maria do Rosário; 2. Ex-Presidentes do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado**. Item 25 Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 24, de 2014.** Requeremos, a realização de Audiência Pública para tomarmos conhecimento dos principais feitos da política externa brasileira de direitos humanos em 2013 e para identificar-

mos as prioridades para 2014. Para tanto, indicamos como convidados: um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; um representante do Ministério das Relações Exteriores, e dois representantes do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado**. Item 26. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 25, de 2014.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "Meio Ambiente do Trabalho, Direito Penal Inclusivo e, Competência da Justiça do Trabalho". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Dr. Nino Toldo - AJUFE - Associação dos Juízes Federais do Brasil - Presidente da AJUFE; Dr. Alexandre Camanho de Assis - Presidente da ANPR- Associação Nacional dos Procuradores da República; Dr. Paulo Luiz Schmidt. Presidente da ANAMATRA Associação Nacional dos Magistrados da Justiça Federal; Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima. Presidente da ANPT- Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Dr. Paulo Douglas Moraes. Presidente do IPEATRA- Instituto de Pesquisas Aplicadas da Magistratura; Dr. Luis Antonio Camargo de Melo. Presidente da Procuradoria Geral do Trabalho. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado**.** Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristóvam Buarque, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, João Durval, Paulo Davim e Gim. Às onze horas e vinte e um minutos, assume a Presidência o Senador João Durval; devolve às onze horas e trinta e três minutos. Às onze horas e trinta e seis minutos, assume a Presidência o Senador Paulo Paim; devolve às onze horas e quarenta e nove minutos. Às doze horas e vinte e sete minutos, assume a Presidência o Senador João Capiberibe; devolve às doze horas e trinta e um minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª à 11ª Reuniões da CDH. Vou aguardar mais um pouco para que possamos votar essas atas.

Vou aproveitar este momento inicial para informar a todos vocês os encaminhamentos feitos após a audiência pública que discutiu aqui a diligência da Boate Kiss. Foram sugeridos diversos encaminhamentos, e esta Comissão, então, já fez os previstos, os propostos durante aquela audiência pública. Na verdade houve uma audiência pública e, fruto desta, se realizou uma diligência à Boate Kiss. E durante a diligência, no período da diligência o relatório elaborado pelo Senador Paulo Paim, que foi lido e apresentado aqui na reunião passada, apresentou diversos encaminhamentos. Então, eu vou agora informar as providências que nós já adotamos a partir do que está previsto no relatório.

A primeira providência: oficiar ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando informações sobre apuração dos atos de violência praticados pela Brigada Militar contra manifestantes no dia 21 de fevereiro.

O ofício já foi encaminhado; é o Ofício nº 149. Então, já foi feito esse comunicado ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando aí diversas informações.

Também o Ofício nº 148 foi encaminhado para a Secretaria Estadual de Saúde requerendo providências quanto ao fornecimento de remédios e equipamentos necessários para os tratamentos das vítimas da tragédia de Santa Maria.

Um outro ofício já foi encaminhado, o Ofício nº 150, para o Governo municipal de Santa Maria, para que examine a possibilidade de enviar projeto de lei à Câmara de Vereadores com a finalidade de instituir ajuda material às vítimas sobreviventes da tragédia de Santa Maria.

Também foram encaminhados Ofícios, os de nºs 154, 155 e 151, à Presidenta Dilma Rousseff; ao Presidente do Senado, Renan Calheiros; e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal para conhecimento e adoção de medidas que julgarem pertinentes.

Esses ofícios foram encaminhados com uma gravação integral da diligência realizada na Boate Kiss, para que tanto o Governo Federal quanto o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal conheçam a gravação, conheçam o conteúdo dessa diligência e possam se manifestar com relação a isso, se assim julgarem necessário.

Também foi encaminhado o Ofício nº 152 à Casa Civil solicitando celeridade para encaminhar ao Congresso Nacional anteprojeto de lei que disporá sobre prevenção e combate a incêndios.

Então, esses foram os encaminhamentos dados com relação à diligência realizada à Boate Kiss.

Também naquela diligência foram dadas diversas sugestões, apresentadas pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria para aperfeiçoar o Projeto de Lei que está em tramitação, o de nº 4.923, de 2013.

Essas sugestões serão consideradas quando a Casa Civil encaminhar o projeto de lei ao Congresso Nacional. Então, nós estamos aguardando o encaminhamento do projeto de lei.

Eu quero informar a todos vocês que nós estamos com uma pauta com 21 itens para serem apreciados. Desses itens, nós temos aqui 11 projetos de lei terminativos; já foram quase todos lidos. Desses 11 itens, 7 já foram lidos, já estão na pauta há algum tempo, e nós precisamos deliberar a respeito. Estamos aguardando aqui a presença dos Senadores para que possamos fazer a deliberação. Temos também na pauta 5 projetos de lei não terminativos, para que nós possamos aqui fazer a leitura, o debate e a votação desses projetos. Além disso, nós temos 5 requerimentos que precisam ser apreciados por esta Comissão.

Eu vou aguardar mais um pouco porque a reunião da Comissão de Assuntos Sociais foi bastante polêmica. Na verdade, não foi polêmica, mas bastante participativa. E boa parte dos Senadores que compõem esta Comissão também fazem parte da Comissão de Assuntos Sociais. Então, nós estamos aguardamos.

Que bom que o Senador já chegou!

Senador João Durval, eu vou solicitar a V Exª que presida esta reunião e eu vou tomar a iniciativa, consultando V. Exª, de fazer uma inversão de pauta para que possamos votar os requerimentos enquanto aguardamos o quórum qualificado. Queria consultar V. Exª se tem concordância com a inversão de pauta. Tem concordância? (*Pausa.*)

Então, solicito a V. Exª que presida esta reunião.

Antes de passar a Presidência ao Senador João Durval, eu vou fazer o encaminhamento relativo às atas.

Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 5ª à 11ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Concedo a palavra ao Senador João Durval para que faça a leitura dos requerimentos e, assim, possamos encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº , de 2014

Requeiro, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal cominado com a Resolução 44/2013 do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faça estudos, avalie e acompanhe as seguintes programas e políticas do Poder Executivo: a) Lei nº 12.711 que institui cotas sociais e raciais nas Universidades Federais; b) Programa "Juventude Viva".

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para encaminhar a votação o requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Esse requerimento foi apresentado porque nós estamos fazendo já um ano de implementação das cotas sociais e raciais no nosso País, fruto de um projeto de lei aprovado aqui no Senado Federal, do qual eu fui Relatora. É importante que haja o monitoramento da implementação dessas cotas, para que possamos conhecer os resultados já obtidos pelas universidades federais, pelos institutos federais, para sabermos se realmente nós avançamos ou não com as cotas sociais e raciais.

Fazer um balanço da implantação do sistema de cotas é de fundamental importância. Portanto, solicitamos, na verdade, essa audiência pública.

Apresento o requerimento para que haja, de fato, esse acompanhamento, considerando que é uma política pública altamente importante, que tem um efeito fundamental, principalmente sobre a população mais pobre do nosso País, que é a população negra. Então, o sistema de cotas sociais e raciais combina a questão da vulnerabilidade social de muitos jovens brasileiros que têm dificuldades de acesso às universidades públicas e aos institutos federais e é também para aferir se essa juventude, que é pobre e negra, consegue acessar as universidades em igualdade com os demais jovens brasileiros.

É claro que nós temos informações que já nos dão um retrato de que é positiva a implantação do sistema de cotas, mas nós precisamos, realmente, fazer estudos, avaliar e acompanhar esses programas de políticas sociais do Governo Federal.

Então, o nosso objetivo com esse requerimento é justamente assegurar todo esse levantamento, esse estudo com relação à Lei nº 12.711, que institui as cotas sociais e raciais, e, em particular, o programa Juventude Viva, que tem uma interface profunda com o sistema de quotas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 20.

Como sua autoria disse faço a leitura.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 19, de 2014

Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os Direitos das Empregadas Domésticas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Maria Creuza – Coordenadora Nacional das Empregadas Domésticas; Dep. Benedita da Silva – Frente Parlamentar em Defesa das Empregadas Domésticas; Senador Homero Jucá – Relator da Regulamentação da PEC das Domésticas; Ministra Luiza Bairros – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; Presidente do Superior Tribunal da Justiça do Trabalho; Representante do Conselho Federal do Ministério Público.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para encaminhar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Como já é do conhecimento de todos, esta Casa já aprovou uma emenda constitucional, uma PEC, a de nº 72, que iguala os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas em nosso País. No entanto, essa PEC ainda não foi regulamentada. Existe um projeto, que está em tramitação, para a regulamentação da PEC que, neste momento, está na Câmara dos Deputados.

Então, a realização dessa audiência pública é de fundamental importância para que nós possamos manter vivo esse debate aqui no Congresso Nacional. O nosso objetivo é justamente fazer essa discussão com o Relator, que trabalhou a questão aqui no Senado, o Senador Romero Jucá, repito: que trabalhou a regulamentação da PEC das Domésticas, e que possamos também ouvir outras autoridades, como é o caso, por exemplo, da Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, o Presidente do STJ e também o representante do Conselho Federal do Ministério Público.

Esse debate é importante porque a regulamentação da PEC, que hoje é uma emenda constitucional, traz alguns retrocessos ao que a PEC assegurou. A regulamentação pode trazer prejuízos. Nós não queremos que haja retrocesso nesse processo de regulamentação da emenda constitucional.

Então, essa audiência pública é muito importante porque poderemos debater com o Relator, que teve oportunidade de trabalhar o projeto de regulamentação da PEC no Senado Federal, e ouvir o Ministério Público, o Superior Tribunal de Justiça, para que possamos amadurecer, aprofundar e continuar contribuindo para que essa regulamentação não traga prejuízos aos nossos trabalhadores e trabalhadoras domésticas.

Então, é esse, Sr. Presidente, o nosso objetivo com a realização desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20, de 2014

Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema: Contratação temporária de reservistas do Exército para exercer atividades típicas e exclusiva da polícia militar do Estado do Goiás em detrimento da contratação de concursados aptos e habilitados para os cargos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Concursados; Deputado Mauro Rubem; Representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás; Representante do Ministério Público Estadual; Representante do Ministério da Justiça; Representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora para encaminhar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada, Senador.

Essa audiência pública foi uma solicitação do Deputado Estadual Mauro Rubem, do Estado de Goiás, para que nós pudéssemos fazer um debate acerca do que o próprio requerimento já deixa bastante claro: no Estado de Goiás, está havendo contratação temporária de reservistas do Exército para exercer atividades típicas e exclusivas da Polícia Militar do Estado, em detrimento da contratação de concursados aptos e habilitados para o cargo. Então, já existe um concurso público de policiais militares para o exercício do cargo, no entanto, esses servidores aptos a serem convocados não estão sendo convocados e no seu lugar está-se fazendo contratação temporária de reservistas do Exército.

O Deputado Mauro Rubem, que é um Deputado estadual de Goiás, nos solicitou que fizéssemos uma audiência pública para que possamos debater esse tema, que é importante e, ao mesmo tempo, polêmico e difícil.

A Comissão de Direitos Humanos considerou pertinente, eu considerei, como Presidente desta Comissão, pertinente esse debate, por isso apresentei esse requerimento e conto com o apoio dos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Durval. Bloco Apoio Governo/PDT - BA) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Retorno a Presidência dos trabalhos à Senadora Ana Rita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Rita, pela ordem.

Eu tenho um único requerimento, se não me engano, extrapauta. Pediria que nós pudéssemos votar, para marcarmos a data, no momento que V. Exª entender mais adequado, para realizar a audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Antes eu quero agradecer o Senador João Durval por ter presidido o início desta reunião.

Eu consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão, extrapauta, do requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do requerimento.

O requerimento do Senador Paulo Paim diz o seguinte:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº , de 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "Meio Ambiente do Trabalho, Direito Penal Inclusivo e, Competência da Justiça do Trabalho". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Dr. Nino Toldo - AJUFE - Associação dos Juízes Federais do Brasil - Presidente da AJUFE; Dr. Alexandre Camanho de Assis - Presidente da ANPR- Associação Nacional dos Procuradores da República; Dr. Paulo Luiz Schmidt. Presidente da ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça Federal; Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima. Presidente da ANPT- Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Dr. Paulo Douglas Moraes. Presidente do IPEATRA - Instituto de Pesquisas Aplicadas da Magistratura; Dr. Luis Antonio Camargo de Melo. Presidente da Procuradoria Geral do Trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra a S. Exª para fazer os devidos encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidenta, de forma muito rápida, Senadora Ana Rita, esclareço. Por que nesta Comissão? Porque foram os juízes que me procuraram. Eles têm essa visão de que o Direito Penal inclusivo tem que ser debatido também no âmbito da Justiça do Trabalho. E claro que estamos nos referindo aqui às condições de vida e de trabalho, e por isso à ótica dos direitos humanos. Como é nossa linha de atuação, nunca escondemos isso, e visa ampliar o leque de defesa do trabalhador, porque algumas questões eles jogam para o Direito Penal, e não são executadas, porque lá eles dizem que é uma questão do mundo do trabalho e, no mundo do trabalho, eles não têm competência, por isso resolvemos então fazer uma audiência.

É uma tese que ganha campo no mundo e poderá ser fruto de um projeto de lei nessa audiência pública, a ser apresentado pelas entidades aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Esse é o objetivo principal de realizarmos essa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senador Paulo Paim, eu solicito a V. Exª que presida aqui a reunião. Eu vou avocar para mim uma relatoria. A Relatora é a Senadora Angela Portela. Como ela está com dificuldade pessoal de estar aqui hoje em função do falecimento da mãe, e é um projeto que está entre os prioritários para ser aprovado no Plenário do Senado, eu solicito a V. Exª que presida, para que eu possa fazer a leitura do relatório.

Vou fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Estou aqui do lado do meu Senador Durval, parceiro de todas as horas, que hoje ia votar com a gente – não é, João Durval? – pelo bem do nosso Bolsa Família. Muito bem.

Então eu assumo a Presidência neste momento.

A Presidenta de fato vai relatar o projeto, *ad hoc*, no lugar da Senadora Angela Portela.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, e dá outras providências.
Autoria: CPMI da Violência contra a Mulher - 2012
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatora *ad-hoc*: Senadora Ana Rita

Com a palavra a Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sr. Presidente, vem a exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher. Trata-se da instituição do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres, órgão ligado à Presidência da República, com *status* de ministério.

De acordo com o art. 1º da proposição, o Fundo tem o objetivo de apoiar e financiar as atividades e os programas da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, de modo a garantir a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

O art. 2º detalha as fontes dos recursos que irão sustentar o Fundo. Já as ações que serão garantidas por esses recursos estão detalhadas no art. 3º.

O projeto também prevê, em seu art. 4º, o repasse de recursos provenientes do Fundo, mediante convênios, acordos ou ajustes.

O art. 5º, por sua vez, determina que o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas forneça os dados para a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Conforme o art. 6º, o Poder Executivo disporá sobre os atos necessários à regulamentação da matéria. O art. 7º, por fim, prevê que a lei, que chama de complementar, entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da matéria, a CPMI afirma que é grave a falta de recursos para sustentar a implementação das ações da política de enfrentamento à violência contra a mulher, mormente no âmbito municipal, no qual constatou descontinuidade das ações e ausência de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Despachado para votação em Plenário, a matéria foi submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em razão da acolhida do Requerimento nº 981, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin.

Na CCJ, a Senadora Ana Rita, nomeada Relatora da matéria, ofereceu voto pela aprovação do projeto, na forma de substitutivo. O texto, no entanto, acabou sendo rejeitado.

O relatório do vencido foi oferecido pelo Senador Pedro Taques, que, mesmo ressaltando as boas intenções do projeto, viu no texto invasão da competência do Poder Executivo, e, portanto, descumprimento dos requisitos de constitucionalidade.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do inciso IV do caput do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem competência para opinar sobre iniciativas que tratam dos direitos da mulher. Como o PLS nº 298, de 2013, versa sobre essa temática, é regimental sua análise por este Colegiado.

O projeto em exame é fruto do trabalho da CPMI da Violência contra a Mulher que percorreu 17 Estados e o Distrito Federal e realizou um diagnóstico da situação da atuação dos entes públicos no enfrentamento à violência contra mulheres e constatou que grande parte dos dispositivos de proteção estabelecidos pela Lei Maria da Penha encontram obstáculo em sua implantação pela falta de alocação de recursos.

Tal aspecto se percebe com mais força nos âmbitos estadual e municipal, nos quais é baixa e, muitas vezes, até inexistente a alocação de recursos para a instalação e manutenção de equipamentos indispensáveis de atendimento à mulher, como as Casas-Abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

A CPMI verificou, ainda, que é precária a manutenção das redes de enfrentamento à violência contra a mulher, o que gera frustração na sociedade, tendo em vista que as avançadas medidas legais enfeixadas na Lei Maria da Penha acabam não encontrando correspondência na dura realidade enfrentada pelas mulheres no seu dia a dia.

Em face de tal situação, a CPMI apresenta um projeto que cria um fundo com o objetivo de reunir a arrecadação e a alocação de recursos voltados especificamente para a garantia dos direitos da mulher. O projeto prevê a assinatura de convênios com os entes federativos e deixa a cargo do Poder Executivo a regulamentação da matéria.

Somos favoráveis ao mérito da iniciativa.

No entanto, verificamos a necessidade de fazer reparos ao texto, a fim de corrigir aspectos que certamente influenciaram em sua rejeição pela CCJ e, dessa maneira, contribuir para que tão importante matéria prospere em sua tramitação.

Elaboramos, então, um substitutivo que retira do texto a menção explícita à Secretaria de Políticas para as Mulheres, a fim de que ele não invada competência do Poder Executivo. Retiramos, também, a alusão aos orçamentos de Estados e Municípios na composição dos recursos que comporão o Fundo, para evitar conflito com o Pacto Federativo. Da mesma maneira, retiramos igualmente da medida a referência às fontes financiadoras já previstas como dotações do Fundo Penitenciário Nacional (Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994).

No que tange à destinação dos recursos, modificamos o *caput* do art. 3º, de maneira a corrigir deslize na justaposição de termos contraditórios entre si relacionada às ações que se buscam realizar, a partir da criação do Fundo. Elaboramos, ademais, uma redação mais sucinta dos itens do referido dispositivo, de modo a facilitar a compreensão do texto. Além disso, eliminamos a menção à lei como "complementar", certamente um equívoco do ponto de vista do processo legislativo.

Suprimos, ainda, a determinação contida no art. 5º da proposição relacionada ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas por entendermos que se trata de medida não relacionada diretamente ao Fundo.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2013, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDH (Substitutivo)
PROJETO DE LEI DO SENADO nº 298, DE 2013

Cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, de natureza contábil, destinado a financiar as ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Parágrafo único. O Fundo deve atender, na forma de seu regulamento, aos objetivos traçados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em consonância com o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres:

I – as dotações consignadas na lei orçamentária da União;

II – as doações, as contribuições em dinheiro, os valores, os bens móveis e imóveis que venham a ser recebidos de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

III – os recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

IV– os rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;

V – os saldos de exercícios anteriores;

VI – outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher serão aplicados em:
I – implantação, reforma, manutenção, ampliação e aprimoramento dos serviços e equipamentos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;
II – formação, aperfeiçoamento e especialização dos serviços de garantia de direitos e assistência às mulheres em situação de violência, bem como prevenção e combate à violência;
III – aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados imprescindíveis ao funcionamento dos serviços referidos neste artigo;
IV – implantação de medidas pedagógicas, campanhas e programas de formação educacional e cultural consoantes com os objetivos e prioridades da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres;
V – programas de assistência jurídica às mulheres em situação de violência;
VI – participação de representantes oficiais em eventos científicos relacionados à temática da violência contra as mulheres;
VII – publicações e programas de pesquisa científica relacionados à temática da violência contra as mulheres;
VIII – custos de sua própria gestão, exceto despesas de pessoal relativas a servidores públicos.
Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.
Sr. Presidente, é esse o parecer, com certeza, elaborado pela Senadora Angela Portela, que contempla aqui diversas questões do projeto original, o que o torna, na minha opinião agora, possível de ser votado sem nenhuma dificuldade. Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Colocamos em discussão o relatório da Senador *ad hoc* Ana Rita. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Coloco em votação o relatório pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresentou.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constitui o parecer da CDH pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresentou.

O projeto segue para análise do Plenário.

Eu retorno a Presidência à Senadora Ana Rita.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não. Eu já passo a Presidência à Senadora Ana Rita, mas concedo a V. Exª pela ordem.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Eu solicito a V. Exª a inversão de pauta. Eu gostaria de ler o item 15, que é não terminativo. Eu sou o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Ana Rita vai responder a V. Exª de imediato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu coloco em votação a inversão de pauta solicitada pelo Senador Paulo Davim.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Concordando obviamente com a inversão de pauta, aquiescendo e tendo prazer em ouvir logo em seguida o Senador Paulo Davim, eu queria também requerer a V. Exª, e obviamente com a aquiescência do Plenário, que fosse incluído extrapauta um requerimento de minha autoria para que nós realizássemos, se fosse possível, Presidenta, ainda neste mês de março, se a agenda da Comissão assim permitir, uma audiência pública a fim de que possamos discutir a desmilitarização da Polícia Militar, notadamente, a Proposta de Emenda Constitucional nº 51, que tramita aqui no Senado Federal.

Eu queria, se V Exª me permite, justificar o porquê dessa audiência pública.

Notadamente, eu creio que os acontecimentos de ontem no Rio de Janeiro, o terrível assassinato de Cláudia da Silva Ferreira e os acontecimentos anteriores, a morte de Amarildo Dias de Souza... E o que ocorreu a Amarildo e Cláudia são fenômenos de várias cláudias e vários amarildos que todos os dias são assassinados nas favelas brasileiras por conta dos excessos cometidos por obra, por ações desmedidas por parte de uma

polícia despreparada, por uma polícia que não está pronta e preparada para tratar, em especial, com o povo pobre, com o povo da periferia brasileira.

Tramita aqui no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional concebida pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares, que foi apresentada pelo nosso companheiro Lindbergh Farias.

Eu creio que este mês em que nós lembramos o cinquentenário do golpe de 1964, em que debatemos um período da História do Brasil em que houve excesso de violência contra os direitos humanos – inclusive, foi nesse período da História nacional que se instituíram as polícias militares – é o período ideal para nós debatermos essa proposta de emenda constitucional.

Então, requeiro a V. Exª, com aquiescência do Plenário, por meio desse requerimento, a realização dessa audiência pública no momento em que a Comissão melhor convir. Se for possível, que ainda neste mês de março nós possamos realizar esse debate neste espaço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador, nós vamos, então, votar a inclusão extrapauta, mas votaremos o requerimento a seguir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Depois da votação do projeto de relatoria do Senador Paulo Davim.

Primeiramente, consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Votaremos o requerimento posteriormente.

Item 15, p. 296.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar o processo de escolha dos conselheiros tutelares.
Autoria: Senador João Vicente Claudino
Relatoria: Senador Paulo Davim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Srª Presidente, peço permissão para já iniciar na análise.

O projeto visa regulamentar o Conselho Tutelar.

O art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CDH competência para opinar sobre proposições relativas à proteção à família, à infância e à juventude.

Os Conselhos Tutelares são órgãos autônomos, não jurisdicionais, aos quais compete zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente nas suas respectivas áreas geográficas de atuação.

A concepção descentralizada de aplicação do ECA atribui alto grau de autonomia aos Estados e Municípios para fixar normas adequadas a sua realidade específica. Nessa linha, dada a elevada diversidade que temos no Brasil, os membros dos Conselhos Tutelares são eleitos pela comunidade local.

O desencanto de muitos cidadãos com os partidos políticos é compreensível, dada a profusão de maus exemplos que muitos políticos têm dado. Não obstante, é preciso evitar que a política passe a ser estigmatizada como um assunto espúrio, sob pena de ferirmos de morte o processo democrático e esvaziar a política partidária, deixando as agremiações completamente à mercê dos maus políticos. Não podemos admitir a presunção de má-fé contra as pessoas somente em razão de serem filiadas a partidos políticos.

É desejável, inclusive, que a filiação partidária, quando houver, seja conhecida do público. Dessa forma, os cidadãos podem acompanhar melhor o trabalho dos Conselheiros Tutelares, pois a ciência de que um dado membro é filiado a algum partido facilita a identificação do uso político do seu mandato.

Com relação à criação do requisito de reconhecida atuação na defesa e na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, opinamos que essa exigência tende a ser inócua, pois poderia advir da consideração da comunidade local. Ou seja, o ato de eleger um candidato a membro do Conselho Tutelar poderia ser interpretado como reconhecimento da comunidade.

Em suma, consideramos ser preferível preservar a ampla autonomia municipal para regulamentar essa matéria, bem como a autonomia dos eleitores para escolher seus candidatos, podendo, inclusive, rejeitar aqueles que pareçam querer usar o Conselho Tutelar como mero trampolim político.

Portanto, em razão do que foi exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2012.

Era só, Srª Presidente.

Só quero fazer um comentário: este projeto proíbe a filiação a partidos políticos, durante o exercício do mandato, dos conselheiros tutelares. Isso é uma limitação do exercício pleno da cidadania. A democracia representativa concebe, inclusive, que os mais diversos segmentos da sociedade se organizem e coloquem seus representantes no Parlamento ou até mesmo no Executivo. Isso é a legitimidade, a beleza da legitimidade da democracia representativa.

Portanto, na hora em que se cerceia o direito do cidadão, pelo fato de estar exercendo o mandato no Conselho Tutelar, a pleitear uma representatividade no Parlamento da sua cidade, do seu Estado e até mesmo do Brasil, eu acho que se cerceia o legítimo e sacrossanto direito do cidadão.

Por isso, o nosso voto foi pela rejeição.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) –Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor, eu gostaria de pedir vista desse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Pedido de vista?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, regimentalmente, vista concedida.

Próximo projeto.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – O requerimento do Senador Randolfe: nós vamos colocar em votação...

Sim, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Por favor, proceda à votação e depois eu peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Está bem.

Então, nós vamos colocar em discussão o requerimento do Senador Randolfe.

O Senador Randolfe já fez aqui a defesa do requerimento, e eu coloco em votação o requerimento de audiência pública para que possamos discutir aqui a questão da atuação da Polícia Militar, em particular no Estado do Rio de Janeiro.

É isso, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Perfeitamente, é isso.

A audiência pública é para discutir segurança pública e desmilitarização das polícias, notadamente a PEC nº 51, convidando o Deputado Estadual Marcelo Freixo, o Sr. Luiz Eduardo Soares e o Senador Lindbergh Farias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Está bem, muito obrigada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Senador Randolfe, nós vamos verificar a possibilidade de fazermos, conforme V. Exª solicitou, o mais cedo possível, só que, no mês de março, o cronograma de audiências públicas já está fechado. Então, só se houver algum problema, se houver alguma dificuldade para a realização de alguma dessas audiências públicas, poderemos incluir a de V. Exª.

O Senador Paulo Davim pediu a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Senadora Ana Rita, eu quero registrar, até com certo retardo, a audiência que nós tivemos, eu e a senhora, com o Diretor-Geral na Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello. Essa audiência é o resultado de um requerimento aprovado por esta Casa, de minha autoria, para que pudéssemos saber alguma coisa sobre a investigação do desaparecimento de cinco crianças do bairro Planalto, lá em Natal, crime este que tem todos os traços e *modus operandi* de tráfico de pessoas – e a Campanha da Fraternidade deste ano trata disso, seu tema é "Fraternidade e Tráfico Humano".

Nós estivemos lá na Polícia Federal e fomos bem recebidos pelo Dr. Leandro. Ele já estava ciente desse caso, a Polícia Federal já está no caso, e ele nos garantiu prioridade máxima para ele, mesmo alegando as dificuldades decorrentes da passagem de tantos anos. No caso de crianças, quando são vítimas de tráfico, a investigação é complicada, porque as crianças passam por modificações em seu jeito, altura, feições, enfim, em suas características pessoais, e de uma forma muito rápida – foram crianças muito pequenas. Nós temos consciência dessas dificuldades.

Ele foi extremamente gentil, solícito, disse que vai encaminhar delegados com maior experiência nesse tipo de crime e, ao mesmo tempo, fez uma solicitação a mim e à Senadora Ana Rita, já que o Brasil não dispõe de banco de DNA, coisa que já existe nos Estados Unidos e na Europa. Isso facilita muito a investigação desses casos, sobretudo quando envolvem crianças, não só vítimas de tráfico ou simplesmente desaparecidas, porque há o comparativo, há uma comunicação entre os países que facilita essa investigação. E ele propôs à Senadora e a mim – inclusive, nós estamos aguardando... Poderemos até cobrar da assessoria parlamentar –, ele nos garantiu que iria nos procurar para trazer as sugestões para que possamos apresentar nesta Comissão uma matéria criando um banco de DNA no Brasil, que vai ser um instrumento fantástico para o Brasil enfrentar esse crime do tráfico de pessoas.

Esse crime, como digo sempre, está muito mais presente do que se imagina, só que é um crime revestido de legalidade. O tráfico de pessoas é diferente do sequestro. No sequestro, a vítima vai contra a vontade, vai na marra. Já no tráfico, a vítima vai seduzida por uma proposta que, de fato, não existe e se reveste de todas as características de legalidade.

É um crime tão importante, tão severo, tão cruel, tão abominável, que a Igreja Católica lançou como tema de reflexão na Campanha da Fraternidade. Mais de 2,5 milhões de pessoas por ano são traficadas no mundo. Envolve um montante de mais de US$30 bilhões, é o terceiro comércio ilegal mais lucrativo do mundo. Esse crime fortalece o trabalho escravo, fortalece as redes de pedofilia internacionais, fortalece as redes de prostituição internacionais, não só prostituição de mulheres, mas de homens e de travestis também. E o pior de tudo, se é que podemos criar uma escala de hierarquia na gravidade dos crimes, mas, dentro desse universo de crimes propiciado pelo tráfico de pessoas, está a comercialização de órgãos de crianças. Portanto, o Brasil precisa se preparar para fazer o enfrentamento sério desse crime.

No domingo anterior, foi lançada em Natal a Campanha da Fraternidade. A Igreja Católica fez questão de lançar a Campanha da Fraternidade exatamente no bairro Planalto, um bairro de periferia, um bairro muito pobre, até porque o tráfico de pessoas se estabelece em áreas de grande vulnerabilidade social. E o lançamento da campanha foi nesse bairro. Estavam lá todo o clero, toda a sociedade civil e as organizações não governamentais que trabalham e lidam com esse tipo de crime. Enfim, uma verdadeira multidão se fez presente.

Fiz questão, Senadora Ana Rita, me foi dada a palavra no final da celebração, de ressaltar o trabalho desta Comissão, pois através dela tivemos a CPI que investigou o tráfico internacional de pessoas. Foram dois anos de trabalho árduo. Esta Comissão continua com a subcomissão de tráfico de pessoas e trabalho escravo. Disse do nosso trabalho, da nossa preocupação, da preocupação da Comissão, do seu empenho e falei também da nossa audiência, pois fomos nós dois lá, e disse o resultado da audiência nas palavras do delegado geral Dr. Leandro Daiello. Por coincidência, nesse mesmo dia, o delegado Leandro Daiello estava em Natal e foi procurado pela imprensa e confirmou *ipsis litteris* tudo o que foi dito nas minhas palavras e nas entrevistas que dei na nossa audiência.

Portanto, estava devendo essa informação, esse relato, esse registro que esta Comissão tem uma atividade constante e incansável. Muitas vezes, as pessoas cobram muito, e é natural que cobrem, a apreciação de matérias, a reunião nas comissões, mas esquecem que a Comissão tem outras diligências, outros trabalhos, audiências que não param. Portanto, é importante que façamos o registro, para que as pessoas tomem conhecimento de que a Comissão transcende os limites geográficos destas salas, onde fazemos a apreciação de matérias.

É esse registro que queria fazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim, pelas informações, pelo relato feito aqui da reunião com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello. Também parabenizo-o pelo empenho nessa causa.

Este ano, com certeza, teremos aqui na Comissão de Direitos Humanos debates sobre esse tema por diversas vezes, porque a Campanha da Fraternidade permanece o ano todo. Então, será um ano em que vamos nos debruçar também sobre esta questão do tráfico de pessoas, do tráfico humano. E a Comissão de Direitos Humanos tem o papel fundamental de acompanhar, contribuir no debate e qualificar a nossa legislação além dos projetos de lei que tramitam nesta Casa, fruto da CPI que foi realizada e de que V. Exª participou juntamente com a Senadora Lídice da Mata e a Senadora Vanessa – uma presidiu e a outra relatou a matéria. Isso trouxe um conteúdo importante para o Senado Federal, trouxe informações importantes e encaminhamentos muito necessários.

Eu só quero lembrar, Senador Paulo Davim, que V. Exª é relator do PL que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que o Dr. Leandro também propôs. Eu acredito que V. Exª está aguardando, como nós obtivemos a informação dele e de todo o seu comprometimento no sentido de oferecer sugestões, contribuições para que possamos melhorar a nossa legislação. Imagino que V. Exª esteja aguardando também o

retorno do Dr. Leandro e da equipe dele, que ficou de se reunir conosco, trazendo essas sugestões para que possamos... V. Exª já apresentou relatório, imagino que queira...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV - RN) – Senadora, eu até pedi para que seja retirado de pauta exatamente para aguardar as informações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Perfeito.

Então, é o item 5 da pauta, que é retirado de pauta como V. Exª está solicitando, para que receba também as contribuições da Polícia Federal, em particular do Dr. Leandro, que é o Diretor-Geral da Polícia Federal.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relator: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
- *Tramitação: Terminativo na CDH.*)

Nós estamos invertendo a pauta porque os primeiros itens da pauta são projetos terminativos, e nós ainda não temos 10 Senadores presentes, embora tenhamos aqui mais de 10 assinaturas na lista de presenças. Mas precisamos de ter 10 Senadores presentes para aprovar os projetos terminativos.

A CCJ está funcionando. Na medida do possível, os demais Senadores e Senadoras virão para cá.

Vou colocar em apreciação o item 13 da pauta.

O Relator é o Senador Eduardo Lopes. Em virtude de o Senador Eduardo Lopes não mais exercer o mandato devido ocupar neste momento o Ministério da Pesca, designo o Senador Paulo Paim para ser, de fato, o Relator da matéria. Conforme o Regimento, deve-se designar outro Relator, e não um Relator *ad hoc*.

Portanto, solicito ao Senador Paulo Paim que seja Relator da referida matéria.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2013
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada.
Autoria: Deputado Eduardo Barbosa
Relator: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- *Tramitação: CDH.*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Srª Presidenta.

Vou direto à análise do tema.

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos do art. 24 da Constituição Federal, pois trata da proteção à pessoa com deficiência. Não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado, cabe à CDH, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos e, ainda, sobre a proteção e a integração social das pessoas com deficiência. Por essa razão, a apreciação da matéria neste Colegiado é pertinente.

Quanto ao mérito, informamos que são inúmeros os estudos que apontam para o aumento da expectativa de vida da população brasileira. Esses estudos nos mostram, também, que a essa realidade soma-se uma industrialização intensa e os efeitos da urbanização, que fazem com que a população esteja mais exposta a inúmeros problemas de saúde. Desses problemas, decorrem, muitas vezes, alterações corporais drásticas, que resultam na necessidade de ajuda de recursos tecnológicos como implantes de próteses e órteses, com vistas a salvar ou proporcionar à pessoa alguma qualidade de vida. E essa pessoa ostomizada requer atenção especial.

De fato, diferentemente da maioria das pessoas com deficiência, as condições peculiares das pessoas ostomizadas são pouco conhecidas e, por isso, ainda propiciam discriminação. Essas pessoas, certamente, requerem adaptações diferenciadas nos vários ambientes que frequentam, que são fundamentais para conseguirem realizar, com tranquilidade, suas atividades mais cotidianas.

Muitas pessoas ostomizadas, contudo, hesitam em sair de suas casas e ter uma vida social ativa. Isso decorre da preocupação com o esvaziamento de sua bolsa coletora fora da residência. Para um ostomizado, pode ser estressante utilizar banheiros públicos. Por essa razão, a disponibilização de banheiros públicos para o atendimento adequado aos ostomizados, com um símbolo que lhes permita identificar os locais em que podem esvaziar sua bolsa, pode ser a chave para aumentar a sensação de bem-estar e a reabilitação dos ostomizados em sua comunidade.

Por essa razão, entendemos que a proposição é extremamente meritória e traz justiça a essa parcela da população ainda tão discriminada.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2013.

É o voto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório lido pelo Senador Paulo Paim.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para análise do Plenário.

Eu vou solicitar ao Senador Cristovam Buarque... Há um projeto de lei de relatoria de V. Exª terminativo. Por enquanto nós não temos quórum para votar, mas pode ser lido. Pergunto a V. Exª se o senhor aceita fazer a leitura agora. Pode ser? É o item nº 9, página 134.

Só para lembrar: enquanto o Senador Cristovam faz a leitura, vamos aguardar aqui o quórum de votação dos projetos terminativos. Eu peço, então, aos colegas Senadores que permaneçam na sala para que possamos assegurar aqui o número mínimo regimental para votação dos projetos terminativos.

Antes de mais nada, Senador...

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 651, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos.

Autoria: Gim

Relatoria: Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- *Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.*

Eu concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para leitura do relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011, do Senador Gim, inclui os idosos na modalidade de educação de jovens e adultos, determinando que a oferta de escolarização, quando destinada à idade sênior, deverá ser feita em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.

Pelo projeto, cabe à União propiciar programas intersetoriais nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, entre outras. A matéria também estabelece que a oferta de ensino a esse segmento deverá assegurar, com prioridade, o cuidado com o corpo, mediante concurso de espaços e equipamentos apropriados e presença obrigatória de profissionais da saúde e da educação, inclusive, educação física. Para tanto, o projeto inclui o art. 37-A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Na justificação da matéria, o Senador Gim afirma que a mudança proposta abre o espaço tanto para uma política de educação diretamente destinada a idosos quanto para uma interface de programas de vários setores e esferas de governo.

O projeto foi encaminhado para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que ofereceu parecer favorável, e agora é submetido a esta Comissão.

No mérito, o PLS disciplina a inserção de idosos na modalidade de educação destinada a possibilitar o acesso ou a continuidade dos estudos. A medida se coaduna com o Estatuto dos Idosos. Propiciar um ambiente educacional com as características apresentadas pelo PLS nº 651, de 2011, significa levar em consideração as necessidades multidisciplinares das pessoas idosas.

Tornar mais específica a educação para pessoas idosas também pode se revelar uma ferramenta importante no combate ao analfabetismo nas faixas etárias mais elevadas, que é onde está concentrado o maior número de adultos que não sabem ler.

Por todas essas razões, o projeto é meritório e deve ser acolhido.

No entanto, apresentamos três emendas que visam a aperfeiçoar a redação da matéria, tornando nítida a natureza de seus objetivos: a primeira modifica a ementa, de modo a torná-la mais específica, uma vez que a redação atual apresenta um escopo maior que o efetivado pelo texto.

Já a segunda emenda retira do projeto a referência ao art. 1º da Lei nº 10.741, por considerar que modalidade de educação destinada a pessoas idosas deve ser ofertada atendendo à íntegra dos direitos estabelecidos pelo Estatuto, especialmente àqueles relacionados à educação, cultura, esporte e lazer.

Além dessa alteração, também decidimos por dividir as garantias estabelecidas no art. 1º da proposição em análise, tornando a redação mais adequada às exigências da técnica legislativa.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 651, de 2011, do Senador Gim Argello, com a seguinte redação:

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir os idosos na modalidade de educação de jovens e adultos."

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 37-A:

'Art. 37-A. A oferta da modalidade de educação de jovens e adultos prevista no art. 37, quando destinada a pessoa idosa, nos termos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, far-se-á em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.

§ 1º O acesso da pessoa idosa à educação levará em conta sua peculiar condição de idade, e suas necessidades de cuidado com a saúde e o corpo, garantido o uso de espaços e equipamentos apropriados e a presença de profissionais da saúde e da educação.

§ 2º Cabe à União promover e coordenar programas intersetoriais nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social.' "

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Ela vai ficar sobrestada então; a discussão permanece e o projeto continua na próxima reunião.

Nós não temos quórum para os terminativos, dos não terminativos o Senador Anibal Diniz pediu para retirar o item nº 12; o item nº 13 já foi votado; o item nº 14 o Senador Humberto Costa não está aqui neste momento, e os demais itens já foram votados, e há um requerimento do Senador Cristovam e um requerimento do Senador Randolfe. Eu consulto o Senador Cristovam se nós podemos inverter a pauta para votar o item nº 17.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu até proponho mais do que isso. Esse trata do assunto da discussão da chamada contabilidade criativa?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu sugiro até retirar por enquanto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Retirar por enquanto?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sim, para conversar com algumas sugestões que eu tenho e que têm sido propostas por outros Senadores, como Wellington e Humberto Costa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Está bom, muito obrigada, Senador. Tudo bem.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater e analisar o possível atentado aos Direitos Humanos decorrente de manipulação de informações que se está convencionando chamar de "contabilidade criativa". Palestrantes sugeridos: a. Guido Mantega - Ministro da Fazenda; b. Gil Castello Branco - Presidente da ONG Contas Abertas; c. Claudio Weber Abramo - Diretor Executivo do Transparência Brasil; d. Mansueto Almeida - Especialista em Finanças Públicas do IPEA; e. Arno Augustin - Secretário do Tesouro Nacional; e f. Jorge Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal.)

Quanto ao item nº 19, eu consulto o Senador Randolfe se podemos inverter a pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Senadora Ana Rita, este item nº 19 é resultado, inclusive, de uma visita que fiz a Salvador sobre uma situação que percebemos de grave violação aos direitos humanos. É a existência de um quilombo, o Quilombo Rio dos Macacos, que fica em uma área da Marinha. Eu recebi, e V. Exª também, uma visita do Comando da Marinha, para que nós, sem nos opormos à realização dessa diligência, mas para que ela ocorresse, que acertássemos a data para a realização dessa diligência. Eu não me opus à data para realização dela, porque não vejo nenhum óbice em aprovarmos e acertarmos, com o Comando da Marinha, a data que melhor convir para a realização da diligência.

Então, acho que poderíamos combinar assim: aprovar aqui o requerimento, na data de hoje, e ajustar a data mais adequada para a realização da diligência que aqui está sendo proposta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Perfeitamente. Acho que é importante, também, porque o Governo Federal já está tomando providências com relação à comunidade Rio dos Macacos, o que foi fruto de uma audiência pública realizada aqui no Senado Federal, na Comissão de Direitos Humanos, ainda em 2012, se não estou enganada. A partir daquela audiência pública, diversas reuniões ocorreram com o Governo Federal e com as famílias. Então, é importante primeiro nos certificarmos do andamento dessas providências, antes de fazermos a diligência. Eu faria essa ponderação para que possamos fazer a diligência cientes da situação atual, em termos de negociação, em termos de providências que estão sendo tomadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – De pleno acordo, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem.

Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Randolfe.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o referido requerimento, que trata de fazer uma diligência da Comissão de Direitos Humanos à comunidade quilombola Rio dos Macacos, localizada na cidade de Salvador, Bahia, em uma área reivindicada pela Marinha do Brasil.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 19
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 18, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na cidade de Salvador – BA com a finalidade de apurar as condições de vida e denúncias de desrespeito aos direitos fundamentais dos moradores da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, localizada em área reivindicada pela Marinha do Brasil.)

Peço um pouco a paciência aos Srs. Senadores, estamos aguardando o quórum.

Estamos com quantos Senadores presentes? (*Pausa*.) Temos quórum suficiente de assinatura, mas falta presença agora, por causa da Comissão de Constituição e Justiça, que está funcionando neste horário, e uma parte dos nossos Senadores e Senadoras está lá na Comissão de Constituição e Justiça.

Enquanto nós estamos aguardando a presença regimental do quórum, estou com alguns requerimentos de minha autoria.

Solicito ao Senador João Capiberibe que presida a reunião neste momento, para que eu possa apresentar os requerimentos de audiências públicas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, só para uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O item 14 é não terminativo e o Relator é o Senador Humberto Costa. Se a senhora pudesse relatar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu posso verificar se o Senador Humberto Costa virá. Se ele não vier, se é possível designar Relator *ad hoc*, porque ele está na pauta pela segunda vez.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o projeto é pela aprovação, não há nenhuma polêmica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, vamos encaminhar. Vamos votar o requerimento, já que estamos encaminhando dessa forma. Em seguida, esse relatório.

Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, consulto os senhores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 23
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 6/2014, seja incluído o Senhor Paulo Henrique da Silva Santarém, representante do Movimento do Passe Livre-DF.

Autoria: Senadora Ana Rita

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Este requerimento trata apenas da inclusão de mais uma pessoa, do representante do Movimento Passe Livre, em uma audiência pública que vai debater a questão da violência contra os jornalistas. Eu senti falta, entre os convidados, de um representante do Movimento Passe Livre. Então, o requerimento se refere a isso, apenas à inclusão de um nome numa audiência pública. Inclusive, o requerimento é do Senador Paulo Paim. Ele vai discutir a questão da violência contra os jornalistas. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Em votação o requerimento da Senadora Ana Rita.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao próximo requerimento.

ITEM 24
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o cinquentenário do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.Ministra Maria do Rosário; 2. Ex-Presidentes do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Autoria: Senadora Ana Rita

V. Exª tem a palavra para encaminhar, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – O objetivo dessa audiência pública é justamente fazer um balanço, uma prestação de contas, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que tem à frente a Ministra Maria do Rosário.

Todos nós sabemos que a Ministra está para deixar o Ministério. Nós consideramos importante dar a oportunidade à Ministra de fazer aqui um balanço, e é de interesse nosso e também da Comissão de Direitos Humanos fazer um balanço das atividades da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O nosso objetivo, além convidar a Ministra Maria do Rosário, é convidar todos os ex-presidentes da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Estamos também trabalhando a possibilidade de fazermos essa audiência pública em conjunto com

a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal para que ela possa fazer essa prestação de contas com a Câmara e com o Senado num único momento.

Então, esse é o nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Em votação o requerimento da Senadora Ana Rita.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

Retornando à Presidência, vamos agora para o item nº 14, que é o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2012, não terminativo, página 284.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2012
- Não terminativo -

Acrescentam-se o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia.

Autoria: Paulo Paim

Relatoria: Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

- Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, por meio do qual se pretende acrescentar o inciso VIII ao § 1º do art. 10 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, e o § 4º ao art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968 (Lei da Ação de Alimentos), para impedir a prisão do idoso devedor de obrigação alimentícia. O projeto é composto de três artigos, descritos a seguir.

O art. 1º promove a mencionada alteração do art. 10 do Estatuto do Idoso, convertendo em um dos aspectos do direito à liberdade assegurado à pessoa idosa a vedação de sua prisão, na hipótese de inadimplemento de pensão alimentícia.

O art. 2º, por sua vez, dedica-se à referida modificação do art. 19 da Lei nº 5.478, de 1968 (que dispõe sobre a ação de alimentos e dá outras providências), harmonizando esse dispositivo – que versa sobre a possibilidade de prisão do devedor no curso da ação de alimentos – com aquela vedação inserida no Estatuto do Idoso pelo art. 1º do PLS nº 151, de 2012.

O art. 3º carreia a cláusula de vigência, estipulando que a lei porventura decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto alega-se que, "por causa da inadimplência do filho, o avô idoso acaba sendo preso para o pagamento de alimentos ao neto". Assim, "muitos idosos [estariam a ser] presos civilmente por causa da irresponsabilidade alheia", e não parece certo "que pessoas de saúde frágil, com grandes gastos com medicamentos, médicos e hospitais, sejam submetidas a esse tipo de humilhação, ainda mais nessa fase da vida".

O PLS nº 151, de 2012, foi distribuído inicialmente a esta Comissão, de onde deverá seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta decisão terminativa.

Há competência regimental desta Comissão para opinar sobre esse projeto.

Não há qualquer aspecto de inconstitucionalidade no projeto.

Do ponto de vista da juridicidade, também não há questionamentos a fazer.

E, quanto à técnica legislativa, nós fizemos duas ressalvas que serão posteriormente lidas.

A primeira diz respeito à voz passiva sintética empregada na ementa do projeto ("Acrescentam-se"), que não condiz com o padrão de voz ativa a ser empregado em ementas de lei, visto que o sujeito da frase que as integra é necessariamente a lei a ser editada.

A segunda objeção concernente à técnica legislativa diz respeito ao teor do novo inciso que se pretende inserir no § 1º do art. 10 do Estatuto do Idoso. Todos os sete incisos ora constantes desse dispositivo meramente destacam, de modo exemplificativo, aspectos do direito à liberdade mencionado no *caput*, que não são, em absoluto, atribuíveis de modo exclusivo aos idosos.

No mérito, os fundamentos esposados na justificação do projeto afiguram-se razoáveis. Segundo o art. 1.696 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), "o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros". A primeira parte do art. 1.698, por seu turno, estipula que, "se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato".

Com espeque principalmente em tais dispositivos, alguns órgãos jurisdicionais pátrios têm determinado a prisão dos avós do alimentando, em razão dessa responsabilidade sucessiva e complementar que os alcança quando o pai ou mãe alimentante deixa de adimplir a obrigação originalmente sua.

É o que se depreende, por exemplo, do Habeas Corpus (HC) 243.721 – impetrado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que havia denegado pedido semelhante contra decisão de primeiro grau intimando os avós paternos a pagar dívida alimentícia, sob pena de prisão civil – ou do HC 173.708 – mediante o qual se buscou atacar, também perante o STJ, decisão monocrática de caráter liminar, proferida por desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná, que determinava a prisão civil do avô paterno da alimentanda.

Conquanto amiúde amparadas em fundamentos que não afastam de forma categórica e definitiva a possibilidade da prisão civil dessas pessoas, as decisões do STJ em regra têm suspendido as ordens de prisão decretadas pelos órgãos jurisdicionais antecedentes. Isso sugere, de *per si*, que tem faltado a certos magistrados, em semelhantes casos, a necessária ponderação entre o princípio da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, encartado no *caput* do art. 227 da Constituição Federal, e o princípio da dignidade do idoso, consubstanciado no mesmo texto logo em seguida, no *caput* do art. 230. E, no exercício de tal ponderação, devem-se considerar não somente as condições físicas e psicológicas peculiares ao idoso, mas também, e notadamente, o caráter apenas subsidiário da responsabilidade avoenga na prestação dos alimentos.

Ao examinar a justificação do PLS nº 151, de 2012 – da qual sobressaem expressões como "avô idoso", "pagamento de alimentos ao neto" e "irresponsabilidade alheia" – só se pode concluir que era precisamente nessa hipótese de responsabilidade subsidiária que o proponente pretendia salvaguardar o idoso e sua dignidade. Nota-se, entretanto, um descompasso entre essa intenção e o modo mediante o qual se pretende materializá-la.

Com efeito, as alterações alvitradas pela proposição para o Estatuto do Idoso e para a Lei nº 5.478, de 1968, vedariam a prisão como forma de coação ao pagamento de alimentos mesmo naquelas situações em que o idoso fosse o devedor principal da obrigação (vale dizer, o alimentante original). Como é cediço, muitos são os casos dos chamados filhos temporãos, que, aliás, tendem a tornar-se mais e mais frequentes, haja vista a conjugação dos avanços da medicina com a definitiva inserção da mulher no mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, não se afiguraria judicioso cogitar a priorização dos interesses do genitor, mesmo que idoso, em detrimento dos de seus filhos necessitados.

Assim, aventamos substitutivo para coadunar os objetivos do Senador Paulo Paim, expressos na justificação, com o trecho dispositivo do projeto de sua autoria.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2012, na forma da seguinte emenda substitutiva que se segue.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutiva).

O projeto segue para análise da CCJ em discussão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não quis discutir a matéria porque não havia necessidade; contudo, faço questão de cumprimentar o Substitutivo apresentado pelo Senador Humberto Costa, que atinge todos os objetivos das inúmeras denúncias que eu recebi. Ficou, assim, uma redação que contempla a situação do idoso de forma muito mais tranquila e equilibrada do que aquela que se continha no projeto original, de minha autoria.

E aproveito para, de público, dizer a S. Exª o que disse em particular: meus cumprimentos, Senador Humberto Costa, pela brilhante defesa que fez, hoje, da Bolsa Família na Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Muito bem.

Informo que precisamos aqui da presença de Senadores de outros blocos que não apenas o Bloco de Apoio ao Governo.

Assim, apelo às Srªs e aos Srs. Senadores que estão no plenário ou em outras Comissões da Casa e que não têm projetos a relatar que venham a esta Comissão para garantir o quórum presencial.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pela ordem, Srª Presidenta.

Eu, ontem, entreguei um requerimento, por sugestão de entidades relacionadas aos Direitos Humanos – elas o sugeriram e eu acatei –, para que seja realizada audiência pública sobre a posição do Brasil em relação aos Direitos Humanos em nível internacional.

Então, se V. Exª considerar que pode ser lido...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu vou solicitar à Secretaria...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Foi entregue ontem à Secretaria da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu solicito à Secretaria que providencie o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

A Secretaria está providenciando, Senador Eduardo Suplicy, e, assim que chegar à Mesa, nós o colocaremos em apreciação como item extrapauta.

O Senador Humberto Costa teve que se retirar em função de um projeto que teria de ser lido por S. Exª.

Assim, terei de encerrar a reunião.

Do item nº 1 ao item nº 7, todos os projetos terminativos já foram lidos. Só falta nós votarmos. Para votarmos, precisamos de dez Senadores presentes.

O item 8 é terminativo, o Senador Requião não está presente. O item 9 é terminativo, o Senador Cristovam já fez a leitura do relatório. O item 10 é terminativo, falta a leitura; o Senador Humberto teve que se ausentar para atender ao telefone. O item 11 é terminativo, o Senador Gim esteve aqui, mas teve que se ausentar também. E os demais itens já foram apreciados e votados.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, sobre o meu requerimento, eu já tive as conversas com representantes do Governo e aceito as ponderações deles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Até porque o que eu tinha colocado eu achava que era em benefício de pôr a visão deles aqui. É apenas não convidar o representante do Tesouro, o Ministro Mantega, e, o que é óbvio, o Presidente da Caixa Econômica poder mandar um representante no lugar dele. Isso eu nem sei se precisa escrever ou não.

Eu aceito perfeitamente que, no lugar do Presidente, venha o representante que ele indicar. Se quiser mudar para pôr um representante, muito bem. Mas, em geral, a gente põe o Presidente e ele manda um representante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Eu vou fazer então a leitura do requerimento, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – O senhor faz a inclusão verbal, e nós votaremos o requerimento. Posteriormente, o senhor formaliza por escrito a inclusão das pessoas. Pode ser assim?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Então, o item 17, pág. 324:

ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 16, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater e analisar o possível atentado aos Direitos Humanos decorrente de manipulação de informações que se está convencionando chamar de "contabilidade criativa". Palestrantes sugeridos: a. Guido Mantega - Ministro da Fazenda; b. Gil Castello Branco - Presidente da ONG Contas Abertas; c. Claudio Weber Abramo - Diretor Executivo do Transparência Brasil; d. Mansueto Almeida - Especialista em Finanças Públicas do IPEA; e. Arno Augustin - Secretário do Tesouro Nacional; e f. Jorge Hereda - Presidente da Caixa Econômica Federal.)

Eu vou solicitar novamente ao Senador Cristovam Buarque que faça os ajustes no referido requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Os ajustes seriam retirar o Ministro Mantega, o Tesouro, e, no caso da Caixa, deixar claro que será um representante do Presidente, indicado por ele.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Sim. Então, em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam da forma como o Senador Cristovam Buarque acabou de defender permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, nos termos requeridos pelo Senador Cristovam neste momento.

Eu vou colocar em votação, extrapauta, o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Aqueles que aprovam a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Eduardo Suplicy permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento diz o seguinte:

ITEM 25
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24, de 2014

Requeremos, a realização de Audiência Pública para tomarmos conhecimento dos principais feitos da política externa brasileira de direitos humanos em 2013 e para identificarmos as prioridades para 2014. Para tanto, indicamos como convidados: um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; um representante do Ministério das Relações Exteriores, e dois representantes do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

A autoria é do Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra para fazer os devidos encaminhamentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, como acabou de ser aprovado, há pouco, o requerimento de V. Exª convidando a Ministra Maria do Rosário, para fazer o balanço, no que diz respeito à parte referente à Ministra dos Direitos Humanos, quando ela aqui estiver, ela certamente poderá fazer o balanço das posições do Brasil em fóruns internacionais sobre os direitos humanos. De alguma forma, então, estaria contemplada a parte referente a ela.

O que fico pensando – e agora penso alto com V. Exª – é se poderíamos até avisar as pessoas que estão aí indicadas e comitês de direitos humanos que talvez elas pudessem estar aqui presentes por ocasião da visita da nossa Ministra Maria do Rosário quando ela aqui estiver, para eventualmente até fazer perguntas. E quem sabe termos também a representação do Ministério de Relações Exteriores nessa oportunidade. Estou pensando: quem sabe pudéssemos combinar essa proposição, assim, modificada, e o requerimento que acabamos de aprovar, há pouco, em que V. Exª convida a Ministra Maria do Rosário.

Fica a sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Deixe-me entender. O senhor está querendo fazer um adendo ao requerimento anterior, que já foi aprovado, para que estes representantes...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Para que o tema de como o Brasil tem atuado nos fóruns internacionais, que é o tema deste requerimento, possa ser objeto da atenção da Ministra quando da visita dela aqui. De tal maneira que seria um acréscimo a todo o temário sobre o qual ela vai nos falar.

E como há sugestão, nesse requerimento, de dois representantes de entidades, quem sabe possam essas pessoas estar aqui presentes por ocasião da vinda da Ministra.

E poderia até haver um convite ao Itamaraty, para que possa também estar presente e completar as informações relativas a tudo aquilo que se refere aos direitos humanos nos fóruns internacionais, o posicionamento do Brasil, seja ali na ONU, seja na OEA, seja em todos os fóruns onde se faz presente o Brasil, preocupado com a defesa dos direitos humanos.

Então, de alguma forma, eu estou combinando a minha iniciativa com aquela que V. Exª apresentou e já foi aprovada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de sugerir que nós aprovássemos o requerimento da forma como V. Exª apresentou, sem prejuízos. E no diálogo que nós tivermos com a Ministra, por ocasião do convite para a referida audiência pública, vamos avaliar a possibilidade de ampliar com mais representantes. Caso fique muito longo, porque eu imagino que ela queira fazer um balanço bastante completo dos trabalhos da Secretaria, aí fica mantido o requerimento de V. Exª e, numa outra ocasião, nós o faremos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Está bem. Estou de acordo nesses termos, Srª Presidenta.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Pode ser? Mas nada impede que façamos os convites aos Ministérios, para que estejam presentes, também, acompanhando aí a apresentação da Ministra.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo condições regimentais de continuarmos aqui o debate, até porque já se iniciou uma sessão solene para discutir a questão das mulheres nos espaços de poder, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. Uma boa tarde a todos.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte de março dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Presidente eventual **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim e da Senadora Vanessa Grazziotin. É registrada a presença do Deputado Federal Romário. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 13 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/03/2014, para debater o tema: **"os direitos e as políticas públicas destinadas às pessoas com Síndrome de Down, por ocasião do dia internacional da Síndrome de Down"**. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Elizabeth Tunes, Doutora em Psicologia Educacional, Professora da Universidade de Brasília e Escritora em parceria com Lurdinha Piantino do Livro com o tema: Síndrome de Down; Lurdinha Danesy, Mãe de Lúcio Piantino (Síndrome de Down), uma das autoras do livro: "Cadê a Síndrome de Down que estava aqui?" e Fundadora da Associação: Mães em Movimento – AMENDF; Hélvia Fortes Rodrigues; Bibliotecária, Terapeuta-florais, aromoterapia e massoterapia e Mãe de Sophia (Síndrome de Down); Zan Mustacchi, Pediatra, Autor dos Livros: "Genética Baseada em Evidências: Síndromes e Heranças" e "Síndrome de Down: aspectos clínicos e odontológicos"; Tatiana dos Mares Guia, Mãe de Augusto (síndrome de Down) e Guilherme (deficiente motor e cognitivo); Deputado Federal Romário, Pai de Ivy. O Senhor Presidente concede a palavra a várias pessoas presentes no plenário: Josenilton Pereira dos Santos – Icep – Brasil; Eliana März, mãe de Elena (síndrome de Down); Lúcio Piantino (síndrome de Down); Andréa Góes Bakaj Rezende, Gestora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais da Diretoria Geral do Senado Federal. O Senhor Presidente agradece a presença dos intérprete de libras Maria de Lourdes Costa e Rubens. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom dia, bom dia.

Declaro aberta a 13ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 13, de 2014, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/03/2014, para discutir os direitos e as políticas públicas destinadas às pessoas com síndrome de Down, por ocasião do Dia Internacional da síndrome de Down.

A audiência será interativa, conforme *link* que vai aparecer em seguida na tela.

Nós iniciamos, peço desculpas a vocês, com seis minutos de atraso. Normalmente, eu não atraso. A reunião era para ter iniciado às 8h30, mas houve um problema de tráfego, e atrasei cinco minutos. Mas vamos à nossa audiência.

A Senadora Ana Rita pede desculpa a vocês porque não pôde estar presente em virtude de um compromisso de última hora em seu Estado, para onde teve de se deslocar. Mas, assim mesmo, fez contato comigo, e assumi a responsabilidade de estar aqui na audiência, a pedido da Senadora. Eu estaria aí no plenário com vocês, mas, com mais satisfação, estou presidindo, e ainda representando a minha querida Presidenta, Senadora Ana Rita.

Ela manda aqui, em uma carta, um abraço a todos vocês, agradece a todos convidados: "em especial, agradecimento fraterno a todos as pessoas com síndrome de Down pelo Dia Internacional da síndrome de Down. Parabéns a todos, Senadora Ana Rita".

Vamos aos nossos convidados. Vamos formatar a nossa Mesa.

Os Senadores e Deputados que passarem por aqui, claro, poderão usar da palavra. Teremos, depois, ao meio-dia, uma sessão também no plenário. Provavelmente estarão lá.

Convidamos, de imediato, a Drª Elizabeth Tunes, Doutora em Psicologia Educacional, Professora da Universidade de Brasília e Escritora em parceria com Lourdes Piantino do Livro com o tema: síndrome de Down.

Muito bem. Nossas palmas. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda, Doutora.

Lurdinha Danesy.

Da outra vez em que ela esteve aqui, já me chamou a atenção por causa da minha pronúncia; ela começou falando que eu tinha errado o nome. (*Risos.*) A senhora sabe que é com carinho enorme que estou aqui representando a Senadora Ana Rita.

Lurdinha Danesy, mãe de Lúcio Piantino (síndrome de Down), uma das autoras do livro: *Cadê a Síndrome de Down que estava aqui?* e fundadora da associação Mães em Movimento (AMENDF);

Agora convidamos Hélvia Fortes Rodrigues, Bibliotecária, Terapeuta - florais, aromoterapia e massoterapia, mãe de Sophia (síndrome de Down); (*Palmas.*)

A pronúncia do próximo sobrenome será pior ainda. Vou tentar; depois vocês deem uma risada e batam palmas: Zan Mustacchi – recebi uma ajuda –, Médico, especialista em Pediatria Genética, autor dos Livros: *Genética Baseada em Evidências: Síndromes e Heranças* e *síndrome de Down: aspectos clínicos e odontológicos.*

Agora chamamos Tatiana dos Mares Guia, mãe de Augusto (síndrome de Down) e Guilherme (deficiente motor e cognitivo, ainda sem diagnóstico). Seja bem-vinda também, Tatiana. (*Palmas.*)

Há uma pequena introdução que a Senadora Ana Rita deixou aqui como contribuição, da qual farei a leitura em nome dela.

O Dia Internacional da síndrome de Down, que é comemorado em 21 de março, já era lembrado em diversos países, mas agora passou a fazer parte do calendário oficial de 193 países membros das Nações Unidas (ONU).

A data foi escolhida pela Associação Internacional de Down, em alusão aos três cromossomos no par de nº 21, que as pessoas com síndrome de Down possuem – daí por que 21-3. Ao contrário do que muita gente pensava e pensa ainda, a síndrome de Down não é uma doença. É uma ocorrência genética natural que está presente em toda a população do mundo. Por motivos ainda desconhecidos, durante a gestação as células do embrião são formadas com 47 cromossomos no lugar dos 46 que se formam normalmente. O cromossomo extra, localizado no par de número 21, altera o desenvolvimento regular da criança. Os efeitos variam muito de uma para outra, mas pode-se dizer que as principais características são os olhinhos puxados, o bebê ser mais molinho e ter um ritmo mais lento no desenvolvimento em geral. Mas que ninguém se engane. Com apoio para o seu desenvolvimento e inclusão em todas as esferas da sociedade, as pessoas com síndrome de Down têm rompido muitas barreiras e estão conquistando seu legítimo espaço.

Conforme as informações da Federação Nacional das Apaes, em sua página na internet, em todo o mundo e também aqui no Brasil, as pessoas com síndrome de Down estão estudando, trabalhando, vivendo sozinhas, escrevendo livros, cursando universidades, enfim, vivendo plenamente e intensamente.

Esta audiência pública se insere em um conjunto de atividades que o Senado Federal está realizando por ocasião do Dia Internacional da síndrome de Down. Nosso objetivo aqui é contribuir na elaboração de políticas públicas que possam sensibilizar o coração da sociedade e, também ,das autoridades. Essa luta em favor dos direitos da pessoa com síndrome de Down é de todos nós.

Parabenizamos todas as pessoas que acreditam em pessoas com síndrome de Down, que as apoiam e criam espaços para a sua inclusão e autogestão, seja na família, seja na escola, seja em qualquer espaço da sociedade.

Feita a introdução, agora vamos passar a palavra para os nossos convidados, que são as pessoas que realmente conhecem com profundidade o tema. Começamos, então, com a Drª Elizabeth Tunes.

Pode ser a senhora? Então, vamos seguir, porque aqui a gente combina e a mesa muda. Democraticamente, eu permito que a mesa altere a ordem.

Então, Drª Elizabeth Tunes, doutora em Psicologia Educacional, professora da Universidade de Brasília, e escritora, em parceria com Lurdinha Piantino, do livro cujo tema é Síndrome de Down. V. Sª dispõe de dez minutos com mais cinco, com a tolerância necessária, se for preciso.

A SRª ELIZABETH TUNES – Eu trouxe aqui para vocês algumas ideias que apresentamos num seminário sobre preconceito, inclusão e deficiência, que foi feito na Ilha do Fundão, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2005. São nove anos. Nesse seminário, os participantes, todas pessoas que trabalham com a temática, aprovaram um manifesto.

Reli esse manifesto nove anos depois, e é interessante que tudo continuou igual. Infelizmente, ele tem uma atualidade pelo fato de que permanecemos no mesmo ponto em que estávamos. Então, eu trouxe aqui algumas coisas daquele seminário. Quem sabe, se ficarmos repetindo, pode ser que, algum dia, alguma coisa mude, embora cada dia acreditemos menos nisso.

A primeira coisa a falar é que a noção de deficiência que está muito presente no nosso cotidiano – fulano é deficiente, fulano tem síndrome de Down, fulano tem isso, fulano tem aquilo – é uma noção que carrega em si um preconceito. Não adianta dizer: "não, eu não tenho preconceito contra o deficiente". A partir do momento em que você o chamou de deficiente, o preconceito já está presente. Porque, quando eu chamo uma pessoa de deficiente, eu estou me referindo a ela por um único atributo que ela apresenta. Uma pessoa não apresenta um único atributo; ela apresenta uma multidão de atributos. E, quando seleciono um atributo para falar dessa pessoa, especialmente um atributo sobre o qual pairam ações de desvalorização, não há dúvida de que acabei de cometer um ato de preconceito, pela simples palavra.

A palavra é um ato de preconceito. Chamar uma pessoa de deficiente é cometer o preconceito numa palavra-ato. Então, não há com justificar, mesmo que se eu dissesse: "Fulano de tal é inteligente". Isso é uma palavra-ato preconceituosa. Não é porque é positiva ou porque é negativa; é o fato de reduzir a pessoa àquele atributo. Então, quando eu me refiro às pessoas dessa maneira – e é assim que se faz, especialmente no âmbito da escola, é assim que se faz...

E, no caso da deficiência, ainda há agravantes, especialmente as deficiências como a chamada paralisia cerebral ou a síndrome de Down e outras equivalentes, em que você está associando aquela personalidade a uma bioidentidade e deixando transparecer que, no plano da vida biológica, ela tem valorização menor do que aqueles que são considerados normais. Isso já é um preconceito. e não há como negar por mais que a gente queira.

Apresentado esse preâmbulo, eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que vamos falar em inclusão exatamente porque a gente chamou a pessoa de deficiente. Se nós não chamássemos a pessoa de deficiente, nós não precisaríamos falar em inclusão. Então, quando nós falamos em inclusão, nós estamos mantendo os mecanismos excludentes da sociedade e estamos mantendo o nosso preconceito. Porque, se nós fôssemos uma sociedade não excludente, nós não precisaríamos falar em inclusão. Então, quando eu chamo de inclusão de deficiente, é claro que eu tenho que falar de inclusão do deficiente, porque eu já estou mostrando que o excluo, com a palavra deficiente.

Neste manifesto – e eu vou pedir licença a vocês para ler –, nós escrevemos o seguinte:

A exclusão é a negação da diversidade humana, o que, em seu efeito mais deletério, pode tornar insustentável a vida entre os homens. Diante do desafio de enfrentar essa grave ameaça à vida social, o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS) da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS) realizaram o Seminário Nacional sobre Preconceito, Inclusão e Deficiência.

Pensar a inclusão social da pessoa assim identificada, ultrapassando-se a barreira do preconceito, foi o desafio a que se propuseram estudiosos, profissionais e representantes de entidades públicas e privadas, reunidos na Ilha do Fundão, entre os dias 16 a 19 de maio de 2005. Em decorrência do debate, firmou-se a presente declaração:

1. Sendo a vida humana relação, a ética nasce do entre dois. Não está no sujeito a primazia do ser, mas sim em nossa vulnerabilidade à alteridade. A vida ética é, assim, a experiência de limites. E se nutre do exercício de virtudes. O propriamente humano é, então, resposta ao apelo de um outro, percebido numa relação vinculante, a quem se reconhece e se acolhe em sua irredutível alteridade. A resposta ao apelo do outro é pessoal e, portanto, intransferível;

2. Sendo a vida humana relação, excluir significa banir o outro para o exílio relacional, impossibilitando-o de uma vida humana em plenitude. São próprias do ato de justiça a pressuposição da responsabilidade pessoal e a crença na consciência individual.

No tratamento do que é justo, os fatores extrapessoais são considerados apenas como circunstâncias de um ato que efetivamente uma pessoa praticou. Logo, o acolhimento ao outro que é próximo como ato justo é um modo de a ele responder, um modo de afirmar a responsabilização pessoal;

3. O encontro como resposta pessoal à alteridade de um outro ente não pode se dar por intermédio da unidade anônima e neutralizante de conceitos e discursos sobre o outro. O princípio dialógico pressupõe o encontro autêntico, face a face com o outro, um falar com ele, e não dele, por meio da generalidade de anonimatos conceitos. Dialogar é responder pessoalmente ao apelo que um outro a mim endereçou. O dialógico é o fundamento do encontro entre pessoas;

4. A disponibilidade dialogal para com a alteridade, a vulnerabilidade e a interferência relacional são bloqueadas e inviabilizadas pelo preconceito em quaisquer de suas formas. A emergência do preconceito no âmbito relacional tem uma implicação intrinsecamente desresponsabilizadora e, portanto, incompatível com os fundamentos da vida ética e do aprendizado em exercício de virtudes a ela vinculados. O preconceito é, por definição, o já sabido pelo eu, um saber prévio e independente a qualquer escuta interpessoal. No preconceito evita-se a confrontação face a face com o rosto do outro próximo, sua alteridade permanece sempre negada por uma imputação que é intrinsecamente um ato de violência. É o exercício do poder do eu, um poder que também fuga do sempre arriscado, incerto e surpreendente lugar de encontro com o não sabido.

Tendo como fundamento o que se acabou de afirmar, declara-se o princípio basilar da inclusão social nos seguintes termos: a inclusão social é um ato de responsabilidade pessoal fundamentado na afirmação da irredutibilidade da pessoa e orientado para a preservação da alteridade.

E desse princípio decorrem as seguintes proposições:

1. A inclusão social afirma-se no campo da ética;

2. A inclusão social é um ato de justiça;

3. A inclusão é regida pelo princípio dialógico em que há o primado do encontro com a alteridade;

4. A igualdade dos seres humanos deve estar sempre referida ao primado da alteridade;

5. Toda pessoa é soberana para recusar-se a submeter-se a condições que lhe imponham alguma desigualdade como ser humano, enquanto tal;

6. O preconceito é um modo de desresponsabilização pessoal que serve como barreira para o ato relacional inclusivo e afirmativo da irredutibilidade da pessoa;

7. A recusa ao acolhimento de uma pessoa em razão da afirmação de uma desigualdade humana presumida é um ato de preconceito;

8. A identificação da pessoa pelo atributo da deficiência é um ato de preconceito.

Diante desse princípio declarado e das proposições que dele decorreram, um programa de inclusão social deveria priorizar:

1. O combate ao preconceito sob quaisquer formas, inclusive a de afirmação de bioidentidades;

2. O combate a formas segregadoras, discriminatórias e assistencialistas de educação, de acesso ao trabalho e às atividades culturais artísticas, desportivas e sociais;

3. O combate a formas setorizadas de atividades educacionais, profissionais...

(Soa a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fique tranquila, tem mais cinco.

A SRª ELIZABETH TUNES – *...profissionais...*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco, se for preciso.

A SRª ELIZABETH TUNES – Está bom então. Obrigada.

...discriminatórias e assistencialistas de educação...

Não, espere aí.

...profissionais, culturais, artísticas, desportivas e sociais que imprimam nessas atividades um caráter social segregador e discriminatório;

4. O combate às formas de institucionalização que admitam, requeiram ou visem à...

Esse é mais importante. Vou chamar a atenção.

4. O combate às formas de institucionalização que admitam, requeiram ou visem à padronização e hierarquização dos seres humanos sob a forma de bioidentidades,

5. a desobrigação do diagnóstico como forma de identificação e de atestado de bioidentidade para o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer;

Não é o caso no Brasil. Na escola é praticamente obrigatório o diagnóstico, quer dizer, a escola obriga a mãe a fazer o diagnóstico do filho. Ela não pode recusar o diagnóstico. É um absurdo isso. Você é obrigada a levar o menino ao médico para ter um diagnóstico de que ele é deficiente, para confirmar o que o professor já sabe. Isso é um absurdo!

6. O incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias mediacionais que possibilitem o acesso a bens culturais da humanidade;

7. O incentivo à criação de alternativas educacionais, profissionais, artísticas e culturais fundamentadas na afirmação da diversidade e possibilidade dos seres humanos e mais outros tantos.

.

Vou parar aqui porque quero fazer exatamente o comentário sobre a inclusão social na escola. À medida que a escola padroniza currículo, padroniza ritmo, o menino é obrigado, o estudante é obrigado a aprender tal conteúdo em tal tempo, porque a avaliação é em tal dia. Ele tem que aprender aquele conteúdo todo X em um ano, senão ele toma bomba; ele tem que aprender aquele conteúdo, porque é aquele conteúdo que algum adulto diz que ele tem que saber. Os interesses, as necessidades, as características específicas dessa pessoa não são levadas em conta, porque é tudo padronizado. E, enquanto houver padronização, estaremos diante de mecanismos de exclusão social na escola. Não adianta fazer dia nacional da síndrome de Down, não adianta ir para a televisão e dizer viva a inclusão social, viva isso, viva aquilo, porque os mecanismos excludentes das instituições continuam presentes, porque os nossos legisladores ainda não acordaram para o fato de que o maior empecilho à inclusão é padronização e hierarquização de modos de vida, de modos de ser. Enquanto essas coisas existirem, qualquer coisa que falarmos sobre inclusão social é mera retórica, é mero populismo.

Trago isso aqui para reflexão desta Casa de legisladores. Por favor, pensem numa escola democrática verdadeiramente. Uma escola democrática verdadeiramente é uma escola em que não há padronização de currículo, não há padronização de ritmo. A criança e o jovem estudante é atendido naquilo que é o interesse e necessidade dele e não naquilo que a universidade definiu que tem que ser para passar no vestibular. Isso é um absurdo! Isso é manter os mecanismos da exclusão social e ficarmos comemorando, celebrando como se um dia no ano da síndrome de Down...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELIZABETH TUNES – ... fosse resolver o problema.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Elizabeth Tunes, que é doutora em Psicologia Educacional, professora da Universidade de Brasília e escritora.

Estamos aqui pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelo sistema de comunicação todo da Casa. Quem quiser participar da nossa audiência pública, como ela é interativa, o endereço está ali na tela. Audiência pública interativa sobre os direitos e as políticas públicas destinados às pessoas com síndrome de Down. Você pode assistir e participar pelo seguinte contato: http://bit.ly/CDHSindromeDown. O número é 0800-612211. O.k.?

Eu tinha que fazer a leitura, senão a TV não pegava. Fui assessorado pela minha líder ao meu lado.

Então, sem erro, ela que me ajudou – sem erro, se errar você me xinga logo – eu chamo a Drª Lurdinha Danesy. Peguei um z na minha pronúncia, busquei um z lá. Mesmo não tendo nada a ver com z, ela me ajudou na pronúncia. Mãe de Lucio Piantino, síndrome de Down, uma das autoras do livro *Cadê a síndrome de Down que Estava Aqui?* É fundadora da Associação Mães em Movimento. Por favor, doutora.

A SRª LURDINHA DANESY – Bom dia a todos e a todas. A você, Lucio. Muito obrigada, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Doutora, veio uma reclamação do Plenário, e sou rápido aqui para atender as reclamações. Pediram que eu registre, antes da sua fala, as seguintes presenças – descontarei do seu tempo: representantes do ICEP (Nacional, Instituto Cultural Educacional Profissionalizante da Pessoa com Deficiência); representante do grupo Fashion Inclusivo. Estivemos juntos já em duas oportunidades. Em uma, me chamaram a atenção, na outra me elogiaram, porque tentei me recuperar.

Representante da Associação de Down do DF e representante do Programa de Acessibilidade do Senado Federal.

O Dr. Zan chegou, e eu queria convidá-lo, de imediato, para a Mesa.

Volta para a nossa querida Lurdinha.

A SRª LURDINHA DANESY – Obrigada pelo querida.

Vou reforçar com a minha fala a fala da Drª Beth Tunes, que é uma pessoa que tem visão bastante clara do que é o preconceito, do que é a exclusão, do que é a inclusão e, principalmente, do que é ter pessoas com diagnóstico de deficiência incluídas na escola regular.

Estou aqui porque sou mãe do Lúcio, que tem 18 anos e tem síndrome de Down. Quando ele nasceu, fiquei sabendo que ele ia ser uma pessoa bem deficiente, porque é isso que escutamos dos médicos. A gente escuta muito acerca da questão das incapacidades. E eu não quis que o meu filho fosse incapaz, então eu não acreditei nos médicos e fiz um trabalho de desenvolvimento dele para que ele pudesse mostrar suas possibilidades de desenvolvimento, e não as impossibilidades.

Desde um ano e meio, o Lúcio estuda em escola regular. No início, ele estudou em creche e, assim que ele fez seis anos, ele foi para a escola pública. Acho que a escola pública é um lugar necessário, porque, pela

legislação, existe a obrigatoriedade de receber pessoas com diagnóstico de deficiência. Então é um lugar menos pior para colocarmos os nossos filhos.

E realmente nós tivemos muitos problemas. Foram muitos problemas de aceitação, de respeito, de respeito à diversidade, de respeito à personalidade. O Lúcio sofreu muito preconceito. E viver na escola foi um sofrimento grande pra gente. Mas como entendíamos que, numa sociedade, as pessoas têm que ir para a escola, o Lúcio ficou na escola.

Ao concluir o ensino fundamental, a 8ª série, por uma opção nossa, e também pelo fato de no primeiro mês do ensino médio o preconceito ter sido tão grande, optamos por não continuar sofrendo preconceito, já que ele já tinha concluído o ensino fundamental.

Então, quando falamos em inclusão, em colocar pessoas com deficiência na escola regular, eu acho que está certo, tem que colocar, desde que repensemos o modelo de escola, que é isso que a Drª Beth está falando.

Esse modelo de escola que temos é um modelo de escola que não inclui pessoas, que não acolhe pessoas e que não educa pessoas. Temos que lutar pela presença e pela permanência das pessoas com deficiência nas escolas, mas, antes disso, a gente tem que lutar pela mudança da escola.

Enquanto tivermos esse modelo de escola, a inclusão vai ser só uma vontade. A inclusão vai ser um jeito de falar, um jeito chamar a atenção para a pessoa com deficiência. Eu não sei exatamente o que é, mas, para que as pessoas com deficiência possam participar socialmente como qualquer outra pessoa, precisamos quebrar todos esses preconceitos – não é Beth? –, toda essa forma de ver a pessoa com deficiência. E a Beth tem uma fala que agora repito sempre que é: olhar para as possibilidades e não para as impossibilidades.

Então, quando você recebe um diagnóstico de deficiência, o médico chega para você – não é, Dr. Zan? – e fala muito mais das impossibilidades. Ele chega para você e fala muito mais o que o seu filho não vai fazer. E a mãe, desatenta e respeitosa da autoridade médica, acredita que aquela criança que ela gerou é uma criança deficiente, cria essa criança como deficiente e consegue, finalmente, torná-lo um ser deficiente.

A partir do momento em que repensarmos essa postura em relação à diferença biológica das pessoas e começarmos a olhar para elas com possibilidades de desenvolvimento tão possíveis quanto às das pessoas que não têm diagnóstico, essa pessoa tem uma condição muito maior de ter um desenvolvimento.

Então, precisamos é de começar uma mudança de olhar mesmo, é começar a ver o outro como ele é. Essa é a questão da alteridade – não é, Beth? –, ou seja, de ver o outro como ele é, e não como o livro que fala sobre a síndrome de Down descreve que ele seja. Então, eu vejo isso. E eu posso falar isso com a maior tranquilidade do mundo, porque, quando o Lúcio nasceu, recebi uma lista de características e de possibilidades do Lúcio, que era muito mais de impossibilidades do que de possibilidades.

Hoje, o Lúcio tem 18 anos, é artista plástico profissional desde os 15 anos, tem uma inteligência impressionante. A capacidade dele de percepção, de fazer as coisas, de aprender por ele mesmo é fantástica, porque, se dependesse da escola para aprender, acho que ele não aprenderia. Então, ele aprende muito as coisas sozinho.

Outro dia, ele tirou umas fotos, e eu falei: "Lúcio, agora, como vamos fazer para mandar essas fotos para internet?" Ele falou: "Não, mãe. Pode deixar que eu mando pelo *bluetooth*." Eu falei: "Meu Deus do céu, o que é *bluetooth*?" E eu nunca mexi com *bluetooth*. Eu não sei, ele aprendeu sozinho, mexendo.

Então, eu não posso dizer para ele que ele não é capaz. Não podemos dizer para ninguém que a pessoa não é capaz. Não podemos estabelecer, no primeiro momento do nascimento, qual vai ser o futuro dela. E, principalmente, dizer que esse futuro vai ser nefasto.

Então, eu acho boa a presença do Dr. Zan aqui, que é um médico especialista, porque precisamos, além de tratar da questão da escola com bastante seriedade, tratar também do desenvolvimento, do crescimento da pessoa com síndrome de Down, ou com qualquer outro diagnóstico de deficiência, de outra forma.

Temos que pensar que as mães que recebem os filhos com deficiência, ou qualquer filho, não sabem o que é ter um filho, não sabem o que é ter uma pessoa. Quando o Lúcio nasceu, por exemplo, eu não sabia nada sobre a síndrome de Down e eu não sabia nada sobre o Lúcio também.

Hoje em dia, eu sei muito sobre o Lúcio, mas ainda não sei tudo, porque o Lúcio me surpreende a cada dia. A cada dia, ele mostra que aquele médico que me falou que ele não seria muita coisa na vida, que ele teria um monte de dificuldades, que não daria conta de um monte de coisas, estava absolutamente errado.

E eu, hoje, posso dizer para vocês, todos vocês, principalmente para as mães que estão recebendo agora uma pessoa com síndrome de Down – basicamente, porque é onde eu navego e transito melhor, porque eu tenho o Lúcio em casa –, que eu acho que, se ele pode, qualquer pessoa pode, dependendo da estimulação, dependendo da possibilidade que o ambiente cria, como qualquer pessoa.

Nasce uma pessoa com 46 cromossomos, com tudo direitinho, tudo arrumadinho, sem nenhum probleminha, e, se ela não tiver um ambiente propício ao desenvolvimento, ela não vai se desenvolver. Então, você não pode dizer que uma pessoa que nasce biologicamente diferente não vai se desenvolver. Você precisa dizer

que uma pessoa que nasce biologicamente diferente precisa de um ambiente diferenciado para promoção do desenvolvimento dela, e esse ambiente depende muito, acho que depende muito da colocação do profissional que recebe essa mãe e que orienta...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LURDINHA DANESY – ... na condução do desenvolvimento.

Eu não vou precisar dos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou lhe dar os cinco minutos.

A SRª LURDINHA DANESY – Não, mas eu não quero, já falei muito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou lhe dar, já está lá em cima.

A SRª LURDINHA DANESY – Então, só para concluir. (*Risos.*)

Eu acho que temos pouco a comemorar, já que o tema são as políticas públicas das pessoas com síndrome de Down. Temos oportunidade de ver pessoas com síndrome de Down tendo um desenvolvimento fantástico, fazendo coisas maravilhosas por aí, mas temos muitas pessoas com síndrome de Down. A grande maioria não teve o seu desenvolvimento promovido por uma questão de preconceito, por uma questão de impossibilidade, por uma questão de incapacidade de compreensão da sociedade, da família, dos profissionais que acompanham, de que é possível esse desenvolvimento acontecer. Então, quando mostramos exemplos de pessoas com síndrome de Down que escrevem livros, que são artistas plásticos, que fazem isso, que fazem aquilo, é uma minoria bem pequenininha. Então, falta muita coisa para fazer, Senador, muita coisa para fazer.

Acho até que temos algumas leis que protegem, mas lei não resolve nada. Precisamos fazer com que realmente as coisas aconteçam. E a questão da escola é fundamental porque as pessoas hoje vão para a escola aos dois, três meses de vida; acabou de nascer, elas vão para a escola. Vão para a escola porque não têm opção. Então, temos que pensar muito em como esse ambiente em que a criança vai obrigatoriamente viver, um direito obrigatório de frequentar a escola desde que nasce praticamente; temos que pensar muito nesse ambiente escolar, seja de creche, seja de pré-escola, enfim, temos que repensar a escola, temos que discutir e temos que mudar, porque essa mudança é absolutamente necessária.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Dr. Lurdinha Danesy, mãe de Lúcio Piantino (síndrome de Down), uma das autoras do livro *Cadê a síndrome de Down que estava aqui?* e fundou a associação Mães em Movimento.

Chamamos agora para usar da palavra Hélvia Fortes Rodrigues, que é bibliotecária, terapeuta – florais, aromoterapia e massoterapia – e mãe de Sophia (síndrome de Down).

A SRª HÉLVIA FORTES RODRIGUES – Bom dia a todos. Gente, eu vou me ater a uma...

Toda vez que falo da minha filha eu fico assim, mas vai passar. Eu não sei preparar texto para escrever quando eu tenho que falar sobre as demandas da minha filha. Mas eu achei lindíssimo o título desta palestra, que fala sobre direitos e políticas públicas para as pessoas portadoras – "portadoras", não existe mais esse termo –, pessoas com síndrome de Down.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

A SRª HÉLVIA FORTES RODRIGUES – O primeiro direito que eu acho que o ser humano tem, que inclusive é um direito constitucional, é o direito à vida, e quase que minha filha ia perder esse direito, porque o próprio pai sugeriu que eu a abortasse. Foi muito duro tomar atitudes para me defender, para levar uma gravidez adiante, mas em momento algum eu pensei que a minha vida poderia existir sem Sophia. Quando Sophia nasceu e colocaram-na no meu peito, eu pensei: "Gente, que coisa mais linda!"

Quando a Sophia veio, na semana passada, com um trabalhinho da escola, pedindo para fazer um retrato da família em que dissesse "com quem eu me pareço" eu escrevi lá: Sophia parece com um anjo. E, realmente, é um anjo na vida da gente. Se formos ver por um lado até meio antropológico, até meio assim espiritual da coisa, esses olhinhos puxados, eu nunca vi um anjo com olho redondo. Todos eles têm olhinhos puxados. Então, para nós, que recebemos um ser desses, é uma responsabilidade muito grande. Não estamos fazendo favor a ninguém, porque fomos premiados. O maior beneficiado em toda essa história somos nós, mães que recebemos, somos aquela família que preparamos, que ensinamos, que coordenamos, para que tudo faça com que o desenvolvimento dessa criança atinja o máximo que ela possa dar. E quando ainda pensamos que ela atingiu o máximo, aí é que começa outro trabalho, para não entrar na estagnação. É tentarmos uma coisa mais, para a criança crescer cada vez mais.

E lidar com a Sofia como uma mãe quase que mãe solteira, mas muito feliz, graças a Deus, foi a melhor experiência. Porque não foi à toa que, desde que nasci, desde quando me entendi como gente, na adolescência, as minhas primeiras experiências com as pessoas especiais foi como voluntariado. Eu montei uma biblioteca em Braille, em Belo Horizonte. Eu não tinha cego na família, mas eu já estava fazendo a minha faculdade

de biblioteconomia. Eu não sei ficar à toa. Fiz meu primeiro concurso e vim para Brasília. Eu senti que era uma cidade muito energética, e botei para fora toda a minha potencialidade de desenvolver além da matéria. Foi quando me tornei terapeuta em aromaterapia, florais de Bach, massoterapia – que eu não vou dizer o que é, que é massagem, e eu estou gorda. Mas eu acho que Sofia veio na minha vida para dar uma lição de crescimento, porque, quando um no ambiente é diferente, o ambiente mexe. Então, temos que saber lidar com isso.

Quando minha filha nasceu, os meus dois filhos receberam a Sophia com uma naturalidade tão grande que eu falei: "uai, Felipe, mas você não está vendo que sua irmã é diferente? "E daí,mãe? É minha irmã e ela é muita fofa", disse. Porque eles são molinhos. A outra, a Nanda, que era um pouco menor ainda, dizia; "Ai, que delícia! Vou ter com quem brincar."

Então, eu acho que um ambiente equilibrado ajuda muito no desenvolvimento de uma criança. A gente sabe, quem recebe uma criança especial, com certeza, tem capacidade de fazer o máximo para que essa criança desenvolva, através de estimulação – se não pode ir – dentro de casa, através de brincadeiras, qualquer coisa. Eu não acredito que uma mãe tenha a coragem de não levar um filho para fazer uma estimulação porque é longe. Gente, cantar, fazer brincadeiras, tudo é motivo para desenvolver a pessoa.

Então, eu penso o seguinte: onde é que a coisa começa a ficar complicada? É quando temos que demandar o cuidado dos nossos filhos para as outras pessoas cuidarem por um determinado período do dia. É quando a criança vai para uma escola. Ô meu Deus! Que sofrimento! O que é que acontece?

Eu posso dizer, com propriedade e muita responsabilidade, que desde que Sophia nasceu – ela está com 14 anos – as reclamações são diárias e não mudam. Podem mudar as leis, mas a conduta das pessoas não muda. Isso dá um desânimo tão grande! Eu quero ser só mãe da Sophia. Com isso, eu tenho que ser a terapeuta de Sophia, eu tenho que fazer o trabalho que o outro está ganhando para fazer. Eu poderia estar desenvolvendo outras coisas dentro de casa para a minha filha, masmas a demanda externa de escola, de instituições, ainda é falha, e a lei às vezes até atrapalha, porque ela obriga, mas não cobra, não é?

Na escola da minha filha, lutei tanto, fui à internet, solicitei coordenador, monitor, para ajudar as crianças, e colocaram um monitor homem para cuidar de crianças, meninos e meninas. Então, são coisas feitas sem coerência. Aí eu tive que entrar com um processo junto ao Proeduc e explicar que não é assim que se faz.

Quando fazemos uma demanda a um órgão público, a gente imagina, pelo menos, que eles tenham conhecimento, propriedade de saber mais do que a mãe; e, às vezes, a gente pede coisas a que não tem direito. Então, são eles que têm que ter o conhecimento do direito e de como fazer.

E o que aconteceu? A primeira pessoa que respondeu ao meu *e-mail* foi da Proeduc.

Eu acho uma irresponsabilidade colocar um monitor homem para cuidar de mocinhas e de meninos. Então, são coisas que, dentro de políticas públicas, isso deve ter um olhar... Não que eu queira dizer que todo mundo não presta. Não, não é nesse sentido; é uma questão de cuidado.

E a gente deve procurar melhorar as leis, modificando algumas coisas. É muito triste a gente ver as leis ocupando o Senado, a Câmara, tanta gente para fazer uma lei, e depois ver as falhas nessa lei. Então, a gente precisava ter uma coisa, uma certificação de qualidade da aplicação da lei. Se realmente é viável, se está sendo cumprida. Porque é muito fácil a mãe ser pega por negligenciar o cuidado do seu filho, mas ninguém nunca puniu um professor que larga uma escola, uma direção que não se preocupa em mandar colocar um monitor.

A minha demanda nesse sentido é como uma mãe muito emocionada, mas também muito feliz. Eu acho que eu cresci muito depois que minha filha nasceu.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, D. Hélvia Fortes Rodrigues, que é bibliotecária, terapeuta – florais, aromoterapia e massoterapia – e mãe de Sophia.

Agora convidamos o pediatra, autor dos livros *Genética Baseada em Evidências: Síndromes e Heranças* e *síndrome de Down: aspectos clínicos e odontológicos*, o Sr. Zan Mustacchi.

O SR. ZAN MUSTACCHI – Bom dia a todas e a todos.

Senador Paulo Paim, senhoras e senhores, obrigado pela oportunidade de poder compartilhar com vocês alguns momentos que talvez resumam 40 anos de convivência com a questão da síndrome de Down.

E trazer esses 40 anos em 10 ou 15 minutos não é fácil de fazer, falar dessa situação chamada de vulnerável. Mas entendo que temos muito a comemorar.

Lurdes, perdoe-me, mas nós temos muito a comemorar.

Há 40 anos, um indivíduo que tinha síndrome de Down não tinha as oportunidades que hoje tem. Hoje talvez a melhor palavra que nós temos que usar e que vinha a ser, ou continua sendo, o alicerce da nossa fala de uma forma contínua deva ser oportunidades. E estão nas oportunidades as condições de todas as formas: educação, nutrição, saúde. Em qualquer modelo que a gente venha a abordar, a palavra tem que ser oportunidade.

Se eu sou médico hoje foi porque tive oportunidade e não porque quis. Aquela história de querer é poder – vírgula –, querer é poder desde que você tenha oportunidade. Porque, se não tiver oportunidade, não adianta querer e muito menos poder.

Nós também estamos representando o IPDSD, que é o Instituto Ibero-americano de Pesquisas e Diretrizes de Atenção à síndrome de Down. Se vocês forem ver esse emblema, essa logomarca, ela tem uma curiosidade. Esses três ícones que vocês estão vendo - perdoem-me um pouquinho –, essas três...

Opa, não acendeu. Vou ver se consigo localizar melhor.

Esses três não são três cromossomos 21. É uma simbologia de uma planta que é basicamente o figo. Essa é a parte de baixo, a palma do figo da Índia, esses são os três frutos. Para quem conhece o figo da Índia, é uma fruta que tem muitos espinhos, difícil de ser pega. Para pegá-la tem que ter muita cautela, se não vai se machucar. Entretanto, sabendo como pegar, quando a abrir vai ver o quanto ela é saborosa e doce por dentro, figurando aí a tradução do indivíduo com síndrome de Down: todos têm medo, todos têm preocupação, todos desconhecem, mas na hora em que souberem como fazer vão ver qual é o produto saboroso e de ampla possibilidade.

Quero frisar também que estamos num momento peculiar. o Dia Internacional da síndrome de Down é 21 de três, por isso é Dia Internacional da síndrome de Down, que está sendo comemorado em todo o País. E nós vamos fazer o IV Simpósio Internacional da síndrome de Down em São Paulo, nos dias 21 e 22, sendo que, no dia 21 à noite, será a abertura, e, no dia 22, será o evento como um todo. Então, temos várias situações. Há o SUS, Sistema Único de Saúde, que, não tenham dúvida alguma, é uma estrutura de saúde que dá, sim, a melhor qualidade de saúde – e vou dizer para vocês – mundial à pessoa com síndrome de Down. As pessoas da mesa talvez não estejam a par do que temos hoje em termos de atenção à saúde com síndrome de Down no País.

Somos os melhores do mundo em atenção à pessoa com síndrome de Down. Nós ultrapassamos o domínio, que era da Espanha, com relação à atenção à saúde. Nós perdemos, sim, para o conjunto inteiro só para a Espanha, porque eles têm um conjunto assessorado por pesquisa. E a pesquisa de lá está muito bem alicerçada no sentido de ofertar melhores condições. É só por isso que perdemos para a Espanha. Em saúde, ganhamos.

A título de complementação, também preciso frisar que tive uma rápida oportunidade, faz uns cinco anos, ao ser chamado ao Canadá para atender uma mãe grávida, com o diagnóstico dessa gestação de feto com provável síndrome de Down. E a indicação era: interrompa, governamentalmente colocando. interrompa essa gestação. E a mãe me chamou para socorrê-la, no sentido de tentar atender essa criança na sala de parto, com medo inclusive de que essa criança sofresse consequências no momento do nascimento. Essa criança nasceu comum, abram-se parênteses: sem síndrome de Down. E ia ser interrompida.

Ora, perguntei para o colega: "E agora?" "Ah, o casal faz outro."

Esse é o valor à vida que os outros dão, diferente do que o Brasil dá, completamente diferente.

O Brasil teve uma diferenciação de 40 anos para cá muito além de qualquer outro país com relação à atenção da pessoa com síndrome de Down. Antes não operávamos as crianças com síndrome de Down em termos de cardiopatia congênita. Hoje quem opera é o chefe de serviço. Quem tem o melhor protocolo de atendimento? É realizado pelo Ministério da Saúde deste País. É o protocolo de atenção aos direitos da criança com síndrome de Down. Esse protocolo está definido como direitos bem colocados e descritos em 12/11/2012, quando foi publicado. Nós temos toda uma atenção muito bem estruturada.

É claro que sempre eu quero mais. Eu concordo com vocês plenamente, Lourdes. Concordo plenamente com toda a mesa. Eu não fico satisfeito? Não. Eu tenho que entender o seguinte: os momentos ocorrem oportunamente. Eu tenho que conquistar e querer mais, é claro. Concordo plenamente com o querer mais, exigir mais: exigir mais do Governo, exigir mais de toda a sociedade.

Mas é preciso lembrar o seguinte: a primeira coisa, a grande preocupação que tem de ter o País é a preocupação relacionada com a nutrição. Se não houver nutrição... Não estou falando de fome, mas de nutrição. O projeto Fome Zero já foi conquistado, já tivemos a glória do projeto Fome Zero, e não vou discutir isso. Estou falando da questão de nutrição. É preciso nutrir o povo, nutrir a população com síndrome de Down, para, numa segunda instância, dar educação. E, quando houver nutrição e educação, existirá a intenção e a possibilidade de haver saúde. Portanto, sendo médico, estou colocando a saúde em terceiro plano. Olhem que curiosidade!

Então, há a questão da nutrição e da educação. E é claro que a educação me ensina a lavar as mãos antes e depois de comer ou antes e após ir ao banheiro, o que faz com que eu tenha uma saúde adequada, a partir da educação.

Sem dúvida alguma, tenho de mostrar algumas situações para vocês, para traduzir alguns momentos peculiares.

Em 1990, a população brasileira era de 146 milhões de habitantes. Com síndrome de Down, havia 300 mil indivíduos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZAN MUSTACCHI – E nasciam por ano oito mil indivíduos com síndrome de Down.

Ali vemos a pirâmide relacionada a ano, idade, sexo masculino e sexo feminino.

Em 2014, a população expectante é de 200 milhões de habitantes, e são 492 mil nascidos com a síndrome de Down. De 300 mil indivíduos com a síndrome, o número passou para 492 mil. E há por ano mais de oito mil nascimentos de indivíduos com síndrome de Down.

Eu, sozinho, estou atendendo, como mostrei para vocês, por volta de sete mil indivíduos com síndrome de Down. Ora, se nascem oito mil por ano, há muitas pessoas com a síndrome de Down sem atendimento adequado. Entretanto, há o potencial de haver um atendimento adequado.

São dois perfis, duas pirâmides que mostram, da década de 90 ao ano de 2014, a faixa etária de prolificidade. Está caracteristicamente definido que os indivíduos estão tendo filhos mais cedo e mais tarde, o que preocupa, porque a incidência da síndrome aumenta. De 1990 a 2014, houve uma progressão, e as curvas, de novo, mostram quinquenalmente uma progressão da idade, uma progressão da prolificidade muito grande com relação ao entardecer para proliferar. Ora, esse entardecer para proliferar gera um aumento da progressão do nascimento de indivíduos com síndrome de Down. Então, sim, mais pessoas com síndrome de Down estão nascendo.

Portanto, há um índice de infertilidade evidente. O índice de nascimento está diminuindo em termos de familiaridade. Há a relação de quantas pessoas comuns e de quantas pessoas não comuns estão tendo indivíduos com a síndrome de Down. E há uma relação intimamente sobreposta.

A Eugenia, teoricamente, é uma ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e ao melhoramento da raça humana, mas foi desviada a sua interpretação, infelizmente, na época da Segunda Guerra Mundial, com o holocausto, em que foi dada uma tradução errônea. Mas esse é um termo criado por um francês, por Galton, que faleceu em 1911, que a definiu como o estudo dos agentes de controle social que podem melhorar ou empobrecer a qualidade racial de futuras gerações física ou mentalmente.

Há uma seleção natural. A própria natureza restringe a sobrevida de alguns embriões, de tal forma que a mulher, ao estar grávida, corre o risco de 15% de sofrer um aborto espontâneo. E, se a mulher está grávida de um bebê com a síndrome de Down, o risco gerado é de 80% de aborto espontâneo. Essa é uma coisa que a própria natureza já determina.

E a famosa seleção médica, ela existe? Existe fora do País. Fora do País, existe a indução de uma seleção, mas, infelizmente, no País, isso não existe.

O que acontece? Eu falei que, nesta mesma época em 2013, nós tínhamos 6.316 pacientes. Eu fiz um levantamento recente e, em 2014, no atendimento no Cepec, que é nossa clínica do Centro de Estudos e Pesquisas Clínicas de São Paulo, no Hospital Infantil Darcy Vargas, no Jardim Peri Peri, que é o Centro de Especialidades Médicas da prefeitura, nós temos 7.566 indivíduos. São muitos indivíduos nessa diferença de um ano para o outro. Por quê? Porque aumentou a tensão, aumentou o interesse e, claro, a procura. Houve mais oportunidades.

Eu preciso entender o seguinte: a expectativa de vida também aumentou muito. Aumentou como? Quando a expectativa na década de 50 era de 15 anos, na década de 70 era de 20 anos, na década de 80 era de 30 anos, na década de 2000, 2010, a expectativa está em 60 a 70 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZAN MUSTACCHI – Então, está aí: nós temos duas gerações que temos que respeitar e temos, sim, que nos preocupar em aprender em como cuidar também do envelhecimento, como dar atenção também a esse pessoal.

Então, o que estou pedindo neste momento a todos nós, a todos vocês é que compartilhem com momentos de oportunidade.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, doutor!

Esse foi o Zan Mustacchi, pediatra, autor dos livros *Genética Baseada em Evidências – Síndromes* e *Heranças* e *Síndrome de Down – Aspectos Clínicos e Odontológicos.*

Eu fiquei feliz em ouvir, porque a gente, às vezes, só vê o lado em que está tudo, tudo muito mal, e aquilo vai dando uma angústia na gente.

V. Sª não disse que não temos que melhorar, mas mostrou que estamos melhorando.

O SR. ZAN MUSTACCHI – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso anima um pouco a gente. A gente tem que ouvir esse lado também, se não a gente vai só entrando para baixo, para baixo, para baixo e não sabe para onde ir mais, devido à preocupação que todos nós temos com essa situação.

Fiquei muito feliz em ouvi-lo.

O SR. ZAN MUSTACCHI – Obrigado, mas é a verdade do País. Estamos melhorando cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bom, muito bom ouvi-lo.

Agora passamos a palavra à Drª Tatiana dos Mares Guia, mãe do Augusto, síndrome de Down, e Guilherme, deficiente motor e cognitivo.

A SRª TATIANA DOS MARES GUIA – Bom dia, Senador; bom dia, Dr. Zan; bom dia, Lurdinha, Drª Elizabeth, Hélvia.

Eu queria, primeiro, agradecer ao pessoal da acessibilidade, que me fez este convite – fiquei muito honrada –, e à Senadora e à Comissão de Direitos Humanos, que estão cuidando desse assunto com tanto carinho.

Eu falo que agradeço ao pessoal da acessibilidade porque trabalho no Senado há quase 20 anos – o meu Augusto tem 13 –, e é a primeira vez que sou chamada a participar, não como funcionária, não como relações públicas, mas como mãe.

Eu acho que hoje o debate é, sim, médico, é técnico, é social e fala muito de amor, não é, Lurdinha? Fala muito de possibilidades, de oportunidades, como o Dr. Zan falou muito bem.

Sou de uma família de seis irmãos ao todo. Meu pai era um cientista insistente. Ele punha a gente na flauta, no violão, no balé e, graças a Deus, com alguma condição financeira, e a mamãe às vezes falava assim: "Mas, Marcos, ela não quer mais flauta, ela quer violão; ela não quer violão, ela quer balé." E o papai falava assim: "Henriqueta, enquanto a gente puder dar oportunidades, é o que nós vamos fazer, porque, mais do que qualquer coisa, a gente tem que tentar descobrir o caminho para os nossos filhos serem felizes." Como felizes? Descobrindo talentos, descobrindo dons através de oportunidades.

Então, acho que a fala do Dr. Zan foi fantástica, assim como a de todos daqui da Mesa, porque mescla uma coisa do que é a oportunidade, o que é a realidade do Brasil hoje, que melhorou, sim. Lógico que melhorou. Há 40 anos, os pais escondiam os filhos com síndrome de Down ou com deficiência em casa.

Algum tempo atrás, estive com o Dr. Zan, eu acho que há uns dez anos, e perguntei a ele: "Dr. Zan, está aumentando o número de síndrome de Down ou estamos vendo mais pessoas com síndrome de Down na rua?" E o Dr. Zan me respondeu: "As duas coisas. Primeiro, porque realmente está aumentando e, segundo, porque as famílias estão tendo mais oportunidades e as crianças e os jovens com síndrome de Down também estão tendo essas oportunidades." E isso é muito bom.

Eu acho que não podemos nos cansar, e não vamos nos cansar. Eu não vou me cansar – viu, Lurdinha? –, nunca, de estar aqui no dia da síndrome de Down, no dia nacional, internacional, mundial, porque são as oportunidades que temos para mostrar o que já conquistamos e o que ainda falta conquistar, que não é pouco. Não é pouco.

A realidade que as mães, que as famílias vivem é muitas vezes muito dolorosa. Eu digo isso porque tive uma oportunidade fantástica aqui em Brasília. Eu tenho dois filhos com deficiência. Um com síndrome de Down e o outro eu digo que é SD: sem diagnóstico. E eu já penei muito, Drª Elizabeth, porque as pessoas querem saber o nome do que o Guilherme tem. E o Guilherme tem algo que ninguém sabe o que é. Às vezes as pessoas olham e perguntam: "Mas ninguém descobriu?". Eu respondo: "Não." E parece que não buscamos, não pesquisamos. Não, buscamos e pesquisamos incansavelmente. Mas, de uns quatro anos para cá, Dr. Zan, eu realmente dei um tempo. Eu falo para o Guilherme: "Guilherme, a gente está dando um tempo." Parei de furar ossinho da tíbia, parei de tirar litros e litros de sangue, mandar para os laboratórios, porque, por enquanto, ainda não existe diagnóstico. No dia em que houver – vamos, obviamente, continuar pesquisando, mas respeitando o tempo do Guilherme –, se esse diagnóstico servir para ajudar outras crianças que tenham a mesma coisa que ele, ótimo. Se for só para dar um nome ao que o Guilherme tem, não precisa. O Guilherme é o Guilherme e o Augusto é o Augusto.

Então, eu tenho dois filhos com deficiência, o Augusto com 13 anos e o Guilherme com 10, que, graças a Deus, foram muito bem aceitos na única escola que procurei até hoje, uma escola particular. Hoje eu falo dessa escola com muito orgulho porque o Guilherme tinha um aninho e ninguém, absolutamente ninguém, sabia o que ele tinha. Havíamos feito a primeira ressonância magnética há poucos meses, mostrava algumas manchas brancas no cérebro. Ele teve o diagnóstico de desmielinização, que depois, graças a Deus, foi combatido esse diagnóstico, porque ele não estava perdendo a capacidade cerebral; ao contrário, estava ganhando. Os primeiros médicos me disseram que ele tinha uma doença degenerativa seriíssima e que morreria antes dos 4 anos de idade. Graças a Deus, nós conseguimos provar que, em vez de morrer, ele tinha uma qualidade não de morte, mas uma qualidade de vida. Hoje ele está com 10 anos e tem uma inteligência emocional fantástica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Doutora, permita-me apenas expressar um carinho especial. Todos gostamos dele como jogador e, hoje, como Deputado Federal.

Uma salva de palmas para o Romário, que vem nos dar a alegria de falar aqui. *(Palmas.)*

A SRª TATIANA DOS MARES GUIA – E como pai da Ivy, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que vai ser o último a usar a palavra nesta Mesa, depois do seu tempo.

A SRª TATIANA DOS MARES GUIA – Então eu acho que eu tive essa sorte. Essa escola aceitou o Guilherme e o Augusto sem perguntar o que o Guilherme tinha, sem perguntar o que o Augusto tinha. Os dois foram o segundo e o terceiro alunos com deficiência que talvez a escola estivesse aceitando. Nós viemos, nesse processo de dez anos, construindo, tentado construir uma educação inclusiva. Não vou dizer que a escola é *expert* nisso, nem eu, mas tentamos fazer isso. E me parece que a escola estava no caminho certo. Por quê? Porque, há 20 anos, quando eu era alfabetizadora, eu era professora, eu ouvia as escolas dizerem que não estavam preparadas, como ia ser isso.

E aconteceu uma coisa surpreendente: no ano passado, fui procurar uma vaga para o Augusto, que está terminando o 5º ano nessa escola. O Augusto ainda não está alfabetizado, ainda está em processo de alfabetização, mas vai terminar o 5º ano. Ele não pode ficar repetindo porque nem a idade nem a capacidade dele de realizar outras tarefas obriga... Eu não posso deixá-lo convivendo com crianças de nove, oito anos. Ele tem que seguir esse desenvolvimento do ensino fundamental. Então, fui procurar outra escola que me pareceu maravilhosa, as instalações apropriadas, e o que eu ouvi depois de 20 anos de educação, sendo professora, e depois de 13 anos, a idade do Augusto? Que a escola tinha apenas uma vaga para deficiente, por sala, por ano. Aí eu falei: "Muito bem. Então eu quero a vaga de 2015." Porque eu, como mãe, estou cansada de ver essas coisas e não vim procurar vaga para o Augusto para 2014, vim procurar para 2015, porque eu sei que essa procura vai ser árdua. Tudo bem. Reservei a vaga para 2015. Alguém acredita que ela vai colocar meu filho nessa escola em 2015? Não. Não, porque eu não quero uma escola que aceite o meu filho porque é obrigada a aceitar. Elas têm que ter condição de aceitar. Elas têm que querer aceitar. (*Palmas.*)

E, depois de 20 anos, de 10 anos, Dr. Zan, como mudou, como melhorou! Porque essa escola não aceitava ninguém. E agora ela me fala que aceita um por sala, por ano. E eu pergunto: onde está escrito isso? Vocês estão lendo a lei? Vocês estão escrevendo que a missão de vocês é ser a melhor escola de Brasília, é ser a melhor educação no Brasil nos próximos cinco, dez anos, e vocês não têm políticas públicas privadas, vocês desconhecem a própria missão? Porque o que é ser a melhor escola? É educar? É dar muito mais do que isso.

Hoje em dia, há muitas mães, muitos pais que querem transferir para a escola a responsabilidade de pai e mãe de educar, como escovar os dentes, como usar o banheiro. Não, não é isso. Nós queremos que a escola seja, sim, parceira das famílias e as famílias parceiras da escola.

Eu acho que a gente tem que lidar com esse assunto da inclusão com muita responsabilidade. Primeiro que não é obrigar a escola a aceitar porque educar não é aceitar; educar é transformar, é modificar. E, segundo, eu acho que as famílias têm que pensar em inclusão com muita responsabilidade também.

E eu, assim a Lurdinha, estou chegando a um ponto em que o Augusto vai terminar o ensino fundamental e, honestamente, gente, pelo que tenho visto, eu vou preferir educá-lo em casa. Eu não vou soltar o Augusto nas escolas do sexto ao nono ano, para ele conviver com adolescentes complicados, com professores que não aceitam e não sabem lidar com a deficiência. Então, eu acho que a gente está chegando a um patamar em que a gente vai questionar, sim, a educação da creche à universidade, mas com qualidade.

Nós já passamos, Senador, dessa fase da lei, da obrigação. As escolas, agora, têm que perceber que não existe mais esse diálogo, esse discurso de que "estou me preparando", "não estamos preparados". Isso, a escola em que eu dei aula a 20 anos atrás falava. Não é possível! Será que a gente vai ter que pegar nossos filhos, congelá-los para esperar que as escolas se preparem? Enquanto isso, "eu vou deixar meu filhinho ali, porque vocês estão se preparando". Esse papo existe há 20 anos.

Então, quem não se preparou que se prepare, porque os números estão provando que a deficiência existe, que ela não vai diminuir e que a escola tem que se preparar para isso, a escola, a sociedade, o governo, e melhorar a acessibilidade. Nós não podemos mais ficar à mercê disso.

Esse é um diálogo, é um discurso. "Ah, vai falar de novo?". Vou. Vou falar, incansavelmente; vou falar, porque o Augusto pode não ter tido isso nem o Guilherme, mas, se a gente puder fazer alguma coisa para os bebês que estão nascendo, para as crianças que estão vindo aí, para que elas tenham uma condição melhor do que a que meus filhos tiveram, com certeza, eu vou continuar lutando e trabalhando.

Eu quero, realmente, essa coisa da padronização, do preconceito – é tão difícil falar disso! Eu quero. E, se depender de mim, eu lutarei sempre, como mãe, como funcionária pública, como comunicóloga, como o que for. Hoje eu agradeço demais a sorte de ter tido a escola dos meus filhos como parceira. Mas eu sei que a luta é árdua. Mas nós estamos aqui lutando. Vamos em frente!

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Tatiana, por sua lição de trabalho, otimismo e garra. E vamos continuar peleando, não é, doutora?

A Drª Tatiana dos Mares Guia é mãe do Augusto (síndrome de Down) e do Guilherme (deficiente motor e cognitivo).

Se vocês me permitirem, temos aqui umas visitas, e eu teria um encontro com elas no meu gabinete, mas tenho de coordenar hoje três audiências públicas e não pude atendê-los, porque tive de assumir aqui em lugar da Senadora Ana Rita, que teve de viajar; se vocês permitirem, está aqui o Prefeito José Luiz, de Santo Augusto, e ele só quer tirar uma foto com a Mesa – estão admirados com a Mesa, e o que está sendo debatido aqui existe lá no meu Rio Grande, com certeza; lá existem situações idênticas na cidade. Então, eles pediram se podem tirar uma foto com a Mesa e se retirar. Pode ser? E eu continuo presidindo.

Então, por favor, Prefeito José Luiz. (*Palmas*.)

Se vocês ficarem aqui atrás de nós, já é suficiente. Daí nós tiramos a foto, e o Deputado Romário usa a palavra. Vocês vão ouvir ainda o Romário falar. Vocês chegaram num momento bom.

O SR. LÚCIO PIANTINO (*Fora do microfone*.) – Grande mestre!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – (*Risos*.) Grande mestre.

O.k, Prefeito? (*Pausa*.)

Valeu, Prefeito.

O SR. JOSÉ LUIZ ANDRIGUETTO (*Fora do microfone*.) – Satisfação. Obrigado. Obrigado mesmo pela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desculpe, viu? Você sabe que a causa é justa.

O SR. JOSÉ LUIZ ANDRIGUETTO (*Fora do microfone*.) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso é que não fiquei na reunião lá com vocês.

Se quiserem encostar atrás do Romário, levem esta, que não é todos os dias. Eu sei que, no fundo, todo mundo quer tirar foto é com o Romário, e não comigo. (*Risos.*) Estamos ao vivo, Prefeito, com essa declaração que dei aqui.

O.k., pessoal. Vamos lá então?

Então, passamos a palavra neste momento ao Deputado Federal Romário, estudioso do tema, militante da causa, e tem uma filhinha com a síndrome de Down.

Romário com a palavra, por favor.

O SR. ROMÁRIO (PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Quero saudar o nosso grande Senador e Presidente desta Comissão Paulo Paim. Como não poderia ser diferente, quero agradecer a presença da Profª Lurdinha, mãe do Lúcio, como também da Drª Tatiane, Srª Hélvia, nosso grande Professor e Mestre Dr. Zan e todos os demais presentes aqui neste momento.

Eu gostaria de dizer que a minha fala aqui vai ser bastante rápida e objetiva, e eu hoje falo apenas como pai. Pai de um anjinho que, há nove anos, eu costumo dizer que Papai do Céu colocou no meu colo. E, como qualquer outro pai, a notícia, nos primeiros minutos, no primeiro momento, realmente é difícil. No meu caso, até um pouco mais difícil talvez do que de alguns outros pais, porque eu já havia tido cinco filhos, e foi a sexta. Várias perguntas surgem na cabeça: por que eu? Por que a Ivy veio com a síndrome de Down? Por que uma criança com algum tipo de deficiência, depois de ter tido cinco filhos que vieram sem nenhum tipo de deficiência?

Os minutos vão passando, o tempo vai passando, e a conclusão hoje, depois de nove anos – mas cheguei a essa conclusão depois de algumas horas –, foi baseada numa frase que eu sempre dizia quando eu jogava: Papai do Céu olhou pra mim e disse: "Esse é o cara!" E, depois do nascimento da Ivy, eu comprovei definitivamente que essa frase eu sempre carreguei, e tinha certeza de que um dia eu iria mostrar para as pessoas o porquê. E a resposta foi a Ivy.

Eu acabei de ouvir agora a Profª Tatiana falar sobre alguns problemas pelos quais nós pais passamos e pelos quais, principalmente, nossos filhos passam. Realmente, dou razão a ela em 100%. É exatamente isso o que ocorre.

Nós entendemos, nós sabemos – eu, que, hoje, sou Deputado Federal, e nosso grande Senador Paulo Paim, que abraçou essa causa há muitos anos – que a nossa política pública ainda é falha, que a nossa política pública ainda anda bastante devagar, mas, se olharmos para trás, se olharmos para o que ocorria há alguns anos – não é preciso ir muito longe, falo de nove anos ou cinco anos atrás –, teremos de admitir que muitas coisas já aconteceram, que muitas coisas já melhoraram.

Tenho a certeza de que este movimento havido hoje nesta Comissão e outros que acontecerão nesta Casa, no Congresso em geral – e tenho a certeza de que, hoje, isto ocorre em muitos lugares no Brasil –, vão fazer com que as coisas sigam positivamente e andem, mesmo devagar, para dar a essa questão um rumo diferente.

Existe o preconceito. Infelizmente, existe ainda a falta de respeito. Existe por parte de muitos brasileiros a ignorância, por ainda entenderem que uma pessoa com síndrome de Down tem algum tipo de doença. Mas

tenho a certeza de que o Papai do Céu vai determinar que vai chegar certo dia em que essas pessoas com a síndrome de Down serão aceitas como pessoas – nós temos isto por obrigação e por necessidade – que são até muito mais capazes do que nós, que não temos nenhum tipo de síndrome. Essa é a minha opinião.

Convivendo com uma pessoa com a síndrome, entendi que, se fazemos uma comparação entre os mundos, o mundo bonito, o mundo gostoso, o mundo legal, o mundo de felicidade é, na verdade, o mundo em que eles vivem. O carinho que eles nos transmitem, o amor e o afeto que eles nos passam são, realmente, a demonstração de que nós, que não temos a síndrome de Down, poderíamos estar preparados para esse mundo. Mas, infelizmente, nós estamos muito aquém disso.

Então, como pai, só tenho realmente de agradecer ao Papai do Céu por esses nove anos de convívio que tenho diretamente com o meu anjinho, que é a Ivy.

Quero dizer que, no que depender do cidadão Romário e, principalmente, do político e Deputado Federal, podem contar comigo. Apesar de proporcionar à minha filha uma boa situação financeira – e tenho amigos e conhecidos com filhos com a síndrome de Down que não têm a mesma condição que eu tenho –, sei exatamente o quanto é difícil, em algumas situações, em alguns momentos, dar aos nossos filhos um tratamento adequado desde os primeiros meses de suas vidas. Mas, com toda essa dificuldade, se formos conviver com o carinho dessas pessoas, com o que elas têm para nos ensinar e para nos passar, nós, olhando para trás, vamos ver que, a cada dia, estamos aprendendo alguma coisa.

Então, só tenho a agradecer. Hoje, sou uma pessoa muito melhor do que aquela que eu era há nove anos. E vou comemorar com a minha filha o dia de amanhã, que é o Dia Internacional da Síndrome de Down. Fico sempre um pouco emocionado quando falo da minha filha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É por isso que ele é o cara! Isso é coração, é emoção, é vibração.

O SR. ROMÁRIO (PSB - RJ) – Eu agradeço de coração ao Papai do Céu por ter me dado esse anjinho.

Muito obrigado, Senador, pelo convite, por estar aqui hoje podendo dizer e passar todo esse sentimento que tenho pela minha filha especial, claro, mas por essa causa.

Vejo aqui o Lúcio. Lá na Chapelaria tem a sua arte, tem seus quadros, e, assim como o Lúcio, muitos outros também, demonstrando – não só em Brasília, no Rio de Janeiro, meu Estado, mas no País todo – que é exatamente o que li aqui no livro: *Cadê a Síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu*. Isso realmente é muito legal, e é muito interessante saber que existem pessoas nesta Mesa e muitas outras que estão aí... A síndrome de Down é realmente uma deficiência, mas a deficiência, na verdade, está mais na cabeça daquelas pessoas que não entendem que é apenas uma síndrome de Down. Eles podem, devem e têm que conviver na nossa sociedade igualmente aos que não têm, igualmente a quem tem outras síndromes, igualmente a muitos que têm algumas doenças raras.

Então, para finalizar, eu falo com orgulho que sou pai de uma criança Down e agradeço, realmente, ao Papai do Céu por isso.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse é o Romário, essa forma espontânea, tranquila, simples e objetiva de falar. Por isso que ele é o Romário e por isso que ele disse mesmo, corretamente que ele é o cara! Romário, não é você que diz, somos nós que estamos dizendo. Você é o cara.

Mais uma salva de palmas para você. (*Palmas.*)

A SRª LURDINHA DANESY – Só uma licencinha, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª LURDINHA DANESY – A Beth Tunes e eu escrevemos o livro *Cadê a Síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu*. Ele está na quarta edição, e a gente queria te presentear com ele. E esse é outro livro, da Drª Beth e do Roberto Bartholo, que fala sobre preconceito, inclusão e deficiência.

O SR. ROMÁRIO (PSB - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já recebi de carona com o Romário. Obrigado, Romário.

A SRª LURDINHA DANESY – E a gente queria dar um livro para o Zan Mustacchi.

Só mais uma coisinha: quando o senhor fala da questão da nutrição, intuitivamente quando o Lúcio nasceu, eu cuidei muito e me preocupei muito com a questão da nutrição. E eu acredito muito que esse é um ponto fundamental para o desenvolvimento dele. Por isso é que eu queria que o senhor desse uma lidinha no nosso livro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Eu quero, então, registrar a presença em plenário também do representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Ricardo Lima Caratti.

Seja bem-vindo, Ricardo, que é o primeiro secretário.

Pessoal, aqui nós vamos ter que dar o seguinte encaminhamento agora: às 11h, eu tenho que estar numa outra Comissão, e, ao meio-dia, haverá temos uma sessão no plenário, para a qual todos estão convidados.

Então, vou dar cinco minutos para quatro pessoas do plenário que se inscreveram. Aí encerraremos nossa audiência pública. Vou para a de Assuntos Sociais, porque lá sou autor também do requerimento, e, em seguida, nós nos encontramos no plenário.

Então, passo a palavra, por cinco minutos, ao Josenilton Pereira dos Santos, Icep Brasil. Está aqui ainda?

O SR. JOSENILTON PEREIRA DOS SANTOS – Sim, Senador.

Bom dia a todos!

Meu nome é Josenilton Pereira dos Santos. Vim representado o Icep Brasil, que significa Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil.

Eu vim em nome do nosso Presidente, Sueide Miranda, representá-lo nesta audiência pública e fiquei muito feliz em estar aqui. Quero parabenizar todos vocês por essa incansável luta.

Mais uma vez, o instituto está andando de mãos dadas com vocês. Estará à disposição de vocês. E eu convido todos vocês a comparecerem no instituto para conhecer o nosso trabalho.

Só isso que tenho a dizer, Senador.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns. Foi objetivo, ajudou muito.

Eliana März, mãe de Helena.

A SRª ELIANA MÄRZ – Muito bom dia a todos os presentes, às senhoras e aos senhores.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar presente a esta audiência e de mostrar a vocês que, na comemoração no dia de hoje, está faltando a dona destas três medalhas, duas de ginástica rítmica e uma de natação: uma garota de 14 anos de idade com síndrome de Down, um talento, a minha filha, Elena März. Essa criança que desde os 5 anos de idade, dança flamenco, essa criança que hoje domina dois idiomas, o alemão e o português, em bom termo também já está aprendendo o inglês, essa pequena fantástica que em seis meses de aula de piano foi capaz de fazer o que eu não fui. Quando matriculei minha filha no curso de piano, porque sempre apostei nas capacidades de Elena, eu também me matriculei. Para tudo que a Elena aprendeu eu precisei também saber fazer para incentivá-la. Então, eu também comecei aprender a tocar piano na ocasião. Em seis meses, a Elena foi capaz, no mês de dezembro, de tocar com o professor um dueto de Natal para mim, em minha homenagem. E eu não estava em condições de fazer o mesmo. Realmente, eu ainda não dominava.

O mais amargo, senhores, na ausência da dona destas medalhas é que minha filha Elena não está conosco porque me foi tirada e se encontra hoje na Alemanha, nas mãos do pai, entregue por um juiz brasileiro, que se embasou num tratado, o Acordo de Haia, para cometer a atrocidade de tirar uma criança especial de uma mãe, fazendo uso de um tratado que, quando foi criado e pensado, sequer houve o cuidado de considerar com olhar diferenciado as crianças especiais.

Então, hoje, a minha presença é também uma oportunidade, de que faço uso, como mãe, de cobrar do Estado brasileiro a ausência de Elena aqui. O Brasil é signatário da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, mas para cumprir o acordo internacional de Haia, eles feriram o direito de Elena. Então, eu me pergunto, senhores: qual é a verdade em um tratado, qual é a verdade em uma lei que diz respeitar os direitos do deficiente e que, ao mesmo tempo, rouba a dignidade e a infância de uma garota de 13 anos? E a mãe, depois de anos clamando ao Estado brasileiro por ajuda, pois sofria violência doméstica no estrangeiro, não foi socorrida. E quando essa mãe veio pedir ajuda ao Estado brasileiro para proteger a filha do pai suspeito de pedofilia, o Estado brasileiro, por meio do Judiciário, entrega a criança a esse pai.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELIANA MÄRZ – Eu exijo que o Brasil se digne a cumprir aquele acordo dos direitos dos deficientes com o olhar diferenciado na aplicação dos tratados de Haia. E que recupere a segurança da minha filha, trazendo-a de volta. O Brasil deve isso a Elena März. Eu, a mãe de Elena, estou aqui para cobrar isso. E vou cobrar uma mudança na aplicação dos tratados de Haia, na forma de um projeto de lei que trate das crianças especiais de forma diferenciada.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELIANA MÄRZ – Um Tratado de Haia mais humano, que dê garantias para que, no futuro, uma mãe como eu não tenha que passar o Dia Internacional da Síndrome de Down afastada de sua criança, sem sequer direito ao contato, que o pai me nega hoje:...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ELIANA MÄRZ – ...a minha filha, em cujo desenvolvimento eu apostei. E por espantoso que seja, eu lhes digo, senhores, há uma quarta medalha. A quarta não pertence à Elena, ela é minha. Eu recebi medalha por ter levado minha filha aos níveis de atletismo e desenvolvimento a que Elena chegou.

Que uma mãe como eu não tenha que passar pela dor que eu estou passando, sem saber como a minha criança especial está sendo tratada. É por isso também que eu quero aproveitar a oportunidade para pedir à sociedade como um todo, assim como eu venho pedindo ao Senado por esse projeto de lei, uma aplicação diferenciada do Tratado, que discutam a questão do Tratado de Haia.

Desde que cheguei a Brasília, eu senti a necessidade de que se fundasse uma associação, a nossa Associação das Mães de Mãos Vazias, isso de maneira geral, quanto mais a questão da criança especial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A senhora tem mais um minuto para concluir, porque nós temos uma série de oradores.

A SRª ELIANA MÄRZ – Sim, Senador.

Eu peço aos senhores, neste dia de comemoração, que cada um de vocês leve este tema e sejam um multiplicador no pedido da sociedade como um todo para uma aplicação diferenciada e mais humana do Acordo de Haia com relação às crianças especiais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Ah, eu recebi um pedido. Querem saber qual foi o juiz que fez isso. Ele é o Juiz Fernando Moreira Gonçalves, da 1ª Vara, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, que, infelizmente, me parece, não estava em condições de entender a importância de um prêmio que uma mãe ganha, que é um filho especial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi, mais uma vez, a Eliana März. Palmas pelo seu depoimento claro, preciso e objetivo. Pela grandeza do problema, a senhora usou até pouco tempo.

Meus cumprimentos por ter passado muito bem a mensagem.

A SRª ELIANA MÄRZ – Muito obrigada, Senador.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lúcio Piantino.

O SR. LÚCIO PIANTINO – Obrigado, meu mestre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, gostei! Olha aí, rapaz, me chamou de mestre! (*Palmas.*)

O SR. LÚCIO PIANTINO – Valeu! Até minha mãe, até o meu *brother*, meu amigo também.

Eu estou feliz pelo meu trabalho. E também estou feliz de você e todo mundo estar aqui no plenário. É muito bom a minha mãe falar e pessoas importantes. Por exemplo, as pessoas especiais, meninos com síndrome de Down têm uma coisa importante, por exemplo, eu estudo, trabalho e faço coisas que toda gente pode fazer. Há coisas importantes, por exemplo, até o mestre está falando coisas importantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está muito bem. Vá lá!

O SR. LÚCIO PIANTINO – Ele me ajudou a fazer aquele trabalho. Até o meu doutor – esqueci o nome dele –, que arrumou o meu coração, que bate forte. Tenho meus amigos, tenho minha família. Outras pessoas também. Tenho meu pai e minha mãe. Ele tem maioridade, já é professor, e a minha mãe era professora de História. E o meu pai é professor de Artes também. E eu sou o Lúcio, profissional mesmo. Nasci do meu pai e da minha mãe. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Lúcio!

Pode continuar. As palmas são pela sua firmeza na exposição.

O SR. LÚCIO PIANTINO – Valeu!

A minha exposição está na chapelaria, lá embaixo. E eu quero que você, Sr. Paulo, mestre também, até o mestre Romário, o jogador Gilvan, que vocês vão ver, eu estou chamando vocês para irem lá ver, até a filha, até...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou lá ver hoje à tarde.

O SR. LÚCIO PIANTINO – E dei meu recado. Valeu!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Valeu! Valeu! Parabéns! (*Palmas.*)

Como disse o nosso mestre, o Dr. Zan: é só dar oportunidade. Deram oportunidade para ele falar, ele ó: "É tudo comigo. Se deixar para mim...."

Ele bateu no peito, botou ali na marca do pênalti e disse: "Romário, sai que essa é minha!" E foi lá e fez o gol. Parabéns. (*Risos.*)

O SR. LÚCIO PIANTINO – Foi campeão!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – (*Risos.*)

Agora, passo a palavra à Drª Andrea Goes Rezende, gestora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais da Diretoria-Geral do Senado Federal.

A SRª ANDREA GOES BAKAJ REZENDE – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom dia.

A SRª ANDREA GOES BAKAJ REZENDE – É uma oportunidade para divulgar que o Senado Federal, na busca constante pela acessibilidade, pela inclusão dos servidores e de todos os que buscam a Casa, criou, no ano passado, o Núcleo de Ações Socioambientais, em que englobou o Programa de Acessibilidade da Casa e o Programa Senado Verde.

Então, nós nos colocamos à disposição de todos para ajudá-los nas causas em que a gente possa realmente interferir junto aos Parlamentares ou junto à Administração da Casa, para melhorar toda a acessibilidade que vocês merecem aqui dentro.

Bom dia a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Andrea Goes.

Dentro do ritual normalmente de uma audiência, eu quero, primeiro, agradecer aos intérpretes de Libras, Maria de Lourdes Costa e Rúbens. (*Palmas*.) Parabéns a ambos.

Nós sempre permitimos no encerramento – pois temos mais duas atividades, e vocês vão participar daquela do plenário – que a Mesa faça suas considerações finais em três minutos. Então, vou fazer um apelo à Mesa para que use seus três minutos – todos usarão da palavra –, e a gente vai terminar no tempo previsto, conforme combinado.

Eu começo pela Drª Elizabeth, por favor.

A SRª ELIZABETH TUNES – Eu queria somente aproveitar para agradecer a oportunidade de vir aqui falar com vocês, agradecer ao Senador Paulo Paim e fazer um agradecimento muito especial à amiga Hélvia.

Espero que as considerações que eu aqui fiz possam inspirar algum pensar sobre a escola, que, ao que tudo indica, parece é o grande problema, não só da síndrome de Down.

Muito obrigada a todos vocês que aqui estão. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Elizabeth.

Pode ter certeza, Drª Elizabeth: eu gostei muito de ouvir a todos, inclusive o senso crítico, porque, se não houver o senso crítico, a gente não avança. E é esse senso crítico que nos dá oportunidade de vir aqui o doutor e dar também a sua visão. Mas esse senso crítico, para mim, é fundamental. Tanto que eu sou da Base do Governo, e todo mundo sabe que eu sou considerado um rebelde, porque eu estou sempre reclamando também. Fizemos muito, mas temos que fazer muito mais.

Drª Lurdinha, por favor.

A SRª LURDINHA DANESY – Eu acho bom ele me chamar de doutora. Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – (*Risos*.)

A SRª LURDINHA DANESY – Pois bem, ouvindo aqui as mães... Quando eu falo sobre a síndrome de Down, eu acabo falando muito mais como analista da questão do que como mãe.

Agora, como mãe, é um privilégio. Eu acho que todas as mães têm essa sensação – pelo menos as que eu conheço – de que receber uma pessoa com síndrome de Down é um grande prazer e uma grande felicidade. A pessoa com síndrome de Down vem no seio familiar e traz muita felicidade pra gente, mas ela também tem que viver em sociedade.

Assim, a minha preocupação em relação à pessoa com síndrome de Down é que se crie uma sociedade justa, que realmente consiga lidar com a pessoa com síndrome de Down, independentemente de ela ter síndrome de Down. Eu acho que a relação tem que ser de pessoa para pessoa. A síndrome de Down é só mais uma característica.

Eu queria agradecer também a oportunidade de estar aqui e de a gente sempre poder discutir, conversar e buscar alternativas para melhorar cada vez mais – é necessário melhorar –, principalmente porque a grande maioria das pessoas não tem as mesmas oportunidades necessárias para o desenvolvimento. Então, que sejam criadas oportunidades para todos.

Gostaria de convidar todo mundo, mais uma vez, reforçando o convite do Lúcio, para a exposição na chapelaria até amanhã, uma exposição individual, a 10ª exposição individual da carreira de artista dele. Se tudo der certo, no domingo, os quadros dele vão aparecer no programa do Domingão do Faustão, no telão do Faustão se a gente conseguir colocar. Eu mandei as fotos e não tenho certeza se deu certo. Mas ele recebeu o convite e também recebi o convite para fazer uma exposição na Itália.

Vamos patrocinar isso aí, Senador? Vamos procurar um patrocínio? (*Risos*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sabe que uma vez...

Deixe eu responder para ela aqui.

Quando eu cheguei em Brasília, nós morávamos juntos, eu o Lula e o Olívio. Daí perguntaram o seguinte: Qual dos três é mais "pão duro". Até hoje não descobrirão. (*Risos*.)

A SRª LURDINHA DANESY – Já ouviram a resposta, não é? Nada de patrocínio para a Itália. Vamos procurar em outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas podemos colaborar indiretamente.

A SRª LURDINHA DANESY – Outra coisa que eu queria também falar. Mostra o nosso livro Senador, por favor. Este livro *Cadê a Síndrome de Down que estava aqui? O Gato comeu* é sobre o Lúcio, sobre todo o processo de desenvolvimento dele desde o nascimento até os quatro anos de idade. Foi escrito há 14 anos, não é Beth? Está na 4ª edição, ou seja, continua atual e a gente vai fazer o lançamento oficial da 4ª edição dia 10 de abril lá na universidade, lá no UniCeub. Vou mandar convite para todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Lurdinha.

Drª Hélvia, por favor.

A SRª HÉLVIA FORTES RODRIGUES – Primeiramente eu quero agradecer a oportunidade do convite e agradecer a Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa e principalmente a Secretaria de Acessibilidade que sempre está nos dando a oportunidade de mostrarmos a nossas angústias, as nossas vitórias e as nossas reivindicações.

Eu espero que a gente consiga realmente dar aos nossos filhos uma vida dentro do direito e da cidadania, porque é o mínimo que nós como brasileiros podemos oferecer para as nossas crianças. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Hélvia.

Drª Tatiana.

A SRª TATIANA DOS MARES GUIA – Também adorei o "doutora"!

Eu vou ser bem rápida.

Eu anotei algumas palavras que foram ditas aqui na Mesa durante as falas das pessoas e eu queria primeiro falar as que eu quero substituir: exclusão, segregação, padronização, setorização, inércia, padronização, preconceito, deficiência. Essas palavras tomaram que sejam substituídas por: soberania de escolha, igualdade, ética, justiça, mudança, direito, oportunidade e querer mais. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –Muito bem!

A Drª Tatiana tem um poder de síntese enorme. Resumiu as palavras e fez uma síntese perfeita. Meus cumprimentos.

Eu deixei para encerrar mesmo o Dr. Zan, para que ele possa dar a mensagem final e a gente encerre a nossa audiência pública.

O SR. ZAN MUSTACCHI – Bom, para começar: uau! A Mesa foi assim: exuberante, excelente, brilhante, abordando uma série de itens que emocionaram, que mexeram, que construíram e conseguiram trazer certezas, certezas de que teremos margens de oportunidades cada vez maior. E a grande certeza é que todos dizem: nunca é tarde. Eu prefiro dizer: sempre é cedo. Vamos fazer todo dia com grandes oportunidades.

Obrigado pela oportunidade de estar com vocês novamente. Até mais! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Dr. Zan; a palavra-chave é oportunidades.

E assim, cumpridos os objetivos desta audiência, nós terminamos, eu vou para outra, porque eu quero chegar em tempo no plenário, porque quanto mais eu atrasar lá, mais tarde eu vou chegar no plenário para poder ouvi-los.

Então, muito obrigado a todos.

Vamos tirar uma foto coletiva aqui, porque esta é uma data que nós temos que festejar todos os dias.

Então, está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Presidente eventual **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara

aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 100 de 2013-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 20/11/2013, para **"Instruir o PLS 287/2013, sobre o Direito de Greve no Serviço Público".** O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, que fazem suas explanações, nesta ordem: Daro M. Piffer, Vice-Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – Fonacate; Rudinei Marques, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle - Unacon Sindical; Maria Urânia da Silva Costa, Diretora-Adjunta de Relações Intersindicais, que representa o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco; Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Rita Maria Pinheiro, Assessora, que representa o Senhor Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; Rosa Maria Campos Jorge, Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Anfip – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. O Senhor Presidente concede a palavra a várias pessoas presentes no plenário: Senhora Graciela Bastos, beneficiária do fundo Aeros; João Paulo Ribeiro, Secretário de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central de Trabalhadores do Brasil – CTB; Rubens Romão Fagundes, Vice-Presidente da Força Sindical; Luiz Carlos S. Oliveira, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores do Estado do Paraná – CSPB; Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) uma reunião de trabalho com a presença das centrais sindicais, dos expositores e de representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Planejamento, para discutir sobre a fusão dos projetos e a apresentação do resultado em outra audiência pública. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom dia. Boa tarde.

Lá no Rio Grande do Sul, é assim, quando o cara chega atrasado, damos boa tarde. Por isso, eu estou dando boa tarde, mas o tráfego está uma loucura. O tempo que levo para chegar aqui é de trinta minutos, mas hoje levei uma hora e meia.

Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 100, de 2013, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 20/11/2013, para instruir o PLS 287, de 2013, sobre "Direito de Greve no Serviço Público".

A audiência pública terá caráter interativo, garantindo a participação popular ao vivo, com perguntas, opiniões e comentários, por meio do Portal e-Cidadania e do telefone Alô Senado 0800-612211, conforme consta ali na tela.

A descrição do direito de greve é algo que nós vimos trabalhando e debatendo desde a Constituinte, e claro que antecedeu o debate. Nós estamos tentando regulamentar depois do processo constituinte de 1988, há mais de 25 anos, 26 anos. Apresentei um projeto ainda em 1989 e, até hoje, ele não foi aprovado. Foi anexado a um e a outro, assim vai, vão jogando e nunca permitem a aprovação.

Agora, baseado neste projeto e outros que chegaram à Casa, nós estamos tentando, mais uma vez, aprovar aquilo que considero um direito pleno dos trabalhadores, o direito de greve. E não alguns projetos que chegam aqui que, na verdade, vêm na linha da proibição do direito de greve.

É um tema que vocês dominam, e eu também conheço relativamente bem, até porque vim do movimento sindical, durante anos, fui da direção de centrais e estou no Parlamento há quase 30 anos já.

Vamos chamar os convidados e vamos começar a conversar sobre o tema.

Convido o vice-presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Daro Piffer. Seja bem-vindo, Daro. (*Palmas.*)

Convido Rudinei Marques, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical). Seja bem-vindo. (*Palmas*.)

Convido Maria Urânia da Silva Costa, diretora adjunta de Relações Intersindicais, que representa o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Seja bem-vinda, Drª Maria. (*Palmas.*)

Convido Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (*Palmas.*) Olhar para o Sérgio, lembro-me do Dieese, não sei por quê. (*Risos.*)

Grande Sérgio, seja bem-vindo.

Convido Rita Maria Pinheiro, assessora que representa o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Convido Rosa Maria Campos Jorge, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait). Seja bem-vinda.

Palmas para os últimos chamados. (*Palmas.*)

Convido Floriano Martins de Sá Neto, vice-presidente de Assuntos Parlamentares da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Havia um pedido também para que o João Domingos participasse. Ele está aí? (*Pausa.*)

Não. Então, vamos lá. Vamos começar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faremos.

As centrais estão aí? (*Pausa.*)

Quantas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem. Então, nós faremos duas mesas

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. Há necessidade ou não há. Primeiro você reivindica, depois diz que não há necessidade?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, entendi. Então, nós vamos assegurar que a mesa fale, e as centrais terão direito pelo microfone aí mesmo; é isso? (*Pausa.*)

Obrigado pela ajuda, parceira. Salvou-me agora. Agora que entendi: você estava era me ajudando. Grande parceirão. (*Risos.*)

Muitíssimo obrigado. (*Pausa.*)

O Floriano não teve espaço na Mesa? Ele foi chamado. Vamos ver se… Só se vocês combinarem: alguém fala, vai, e a pessoa vem para cá depois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois de falar, troca; pode ser? (*Pausa.*)

Deu lugar? (*Pausa.*) Deu um espaço lá.

Depois, falarão ainda:

- João Paulo Ribeiro, da Central de Trabalhadores do Brasil, Secretário de Serviço Público e dos Trabalhadores Públicos; é isso? (*Pausa.*)

- Rubens Romão Fagundes, vice-presidente da Força Sindical;

- Luiz Carlos Oliveira, da UGT (União Geral dos Trabalhadores) e também vice-presidente do Paraná da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil);

Se o João Domingos chegar, ele falará da mesma forma que vocês aqui falarão.

Então, já está completa a primeira Mesa.

De imediato, vamos dar 10 minutos para cada um dos convidados.

Começamos, então, com o Daro Piffer, que fala pela Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado).

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, meus colegas de mesa.

Agradecemos a oportunidade de fazer esta audiência pública sobre o direito de greve, com base na sugestão feita pela Fonacate que originou o Projeto de Lei do Senado nº 287/2013.

O direito de greve, no Direito brasileiro, já é um direito fundamental, visto que está previsto na nossa Constituição.

A nossa Constituição fala do direito de greve em dois momentos; um, garantindo esse direito a todos os trabalhadores; posteriormente, especificando o servidor público como também detentor desse direito de greve.

Essa previsão diferenciada entre trabalhadores e servidores públicos é oriunda do regime diferenciado entre as duas classes de trabalhadores, uma vez que o regimento do servidor público é estatutário porque ele deve atender os interesses da coletividade.

Porém, deve-se ressaltar que todos nós somos trabalhadores; sendo todos nós trabalhadores, o direito deve ser igual para todos, sob pena de reduzirmos o servidor público a uma subcategoria. Ou seja, o servidor público seria de categoria inferior à do empregado da iniciativa privada, o que configuraria verdadeira desigualdade.

Outra coisa que devemos notar é que a relação entre o servidor público e o Estado vem passando por uma grande mudança. Antigamente, ela era puramente unilateral. O servidor público aderia ao Estado, e ao Estado competiam todas as obrigações referentes ao bem-estar do servidor público.

Só que a Constituição de 1988 introduziu a bilateralidade. Hoje, como se vê, nós assistimos a uma grande celetização do servidor público, haja vista que já perdemos o direito à integralidade da aposentadoria e outros que tais. Essa bilateralidade obriga a que o Governo atenda ao direito de greve do servidor público; não só o direito de greve, mas também o direito à negociação coletiva – aliás, o direito de greve só se faz necessário porque deve existir o direito à negociação coletiva.

Nisso, a Carta Social da União Europeia, de 1961, diz: "A fim de assegurar o exercício eficaz do direito de negociação coletiva, as partes devem reconhecer o direito dos trabalhadores e empregadores em caso de conflito de interesses".

Portanto, o direito de greve só existe se estiver atrelado ao direito de negociação coletiva. Infelizmente, o direito à negociação coletiva não está presente na nossa Carta Constitucional, mas é extremamente necessário, uma vez que a greve é pura e simplesmente a consequência de uma situação de conflito. E tanto se faz necessário e tanto interessa à coletividade que nós coloquemos na legislação o direito à negociação coletiva… O servidor público hoje acaba tendo de fazer três ou quatro greves a cada período de negociação, que, segundo a Constituição também, é anual.

O servidor público tem que fazer uma greve para começar uma negociação, para dizer que ele está descontente, porque simplesmente, quando ele pede ao Governo para negociar, o Governo normalmente não atende.

Depois, tem que fazer uma greve para que se dê termo à negociação, porque, para a negociação, geralmente se fica de reunião em reunião, e dificilmente se chega a uma conclusão. Então, deve-se fazer nova greve para pôr termo à negociação. Muitas vezes, essa greve é um conflito – não só para pôr termo, mas também porque, muitas vezes, os parâmetros de negociação não são acordados.

Isso quando não se faz necessária uma última greve, para fazer com que o Governo encaminhe um projeto de lei ao Congresso, visto que o servidor público, exatamente devido àquela unilateralidade de atender à sociedade, simplesmente não tem o direito de fazer um acordo coletivo com o Governo. Mas, como fruto da mesa de negociação, o Governo tem que fazer o devido encaminhamento de projeto de lei para esta Casa, para que aquilo que foi negociado seja aprovado.

Então, é de interesse da coletividade, sim, regulamentar o direito de greve, à medida que se obrigue a negociação coletiva anual, de forma a que já se vá diminuir em grande parte, só pelo direito à negociação coletiva, a necessidade de o servidor público fazer greve.

Assim, não se pode esperar que um Estado que se pretenda democrático imobilize ou amordace todos os servidores públicos. Não pode o Estado condenar o servidor a se conformar eternamente a suas condições de trabalho, retirando-lhe o único instrumento de luta que possui em relação aos serviços da coletividade.

Por outro lado, eu queria acrescentar que o Comitê de Liberdade Sindical, ligado à Organização Internacional do Trabalho, diz que o direito de greve só pode ser objeto de restrições, na função pública, nos serviços essenciais, que, no sentido estrito do termo, são "aqueles serviços cuja interrupção possa pôr em perigo a vida, a segurança ou a saúde da pessoa, no todo ou em parte da população".

Portanto, as organizações internacionais entendem como amplo o direito de greve do servidor público. São muito específicas as condições em que se deve restringir o direito do servidor público. Obviamente que se espera que todos os serviços essenciais à coletividade continuem sendo prestados. Por isso mesmo, é necessária uma regulamentação, para que também a sociedade não seja prejudicada de modo acintoso; deve haver uma proporcionalidade entre o direito de greve e o direito da sociedade de ter seus serviços públicos atendidos.

Por fim, eu gostaria de dizer que greves não são feitas porque leis autorizam; greves são feitas porque constituem o único meio de resistência no caso de uma situação de conflito dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Daro Piffer, que falou pela Fonacate, deixando clara a importância de se criar o direito de greve para todos os trabalhadores, da área privada e da área pública – esta em busca dessa regulamentação.

Passamos a palavra agora ao Sr. Rudinei Marques, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical).

O SR. RUDINEI MARQUES – Bom dia, Senador Paim, demais integrantes da Mesa, senhores e senhoras.

Vou ser bastante objetivo porque esse assunto é de conhecimento da maioria dos que estão aqui presentes, já temos debatido em outras instâncias o direito de greve no serviço público; não só o direito de greve, mas, fundamentalmente, antes de tudo, o direito à negociação salarial, que nós não temos, e o Daro abordou muito bem o tema.

Nós fazemos hoje greves, paralisações, operações padrão simplesmente para termos direito a uma negociação salarial. É lamentável que a situação esteja assim. Era de se esperar que, passados 12 anos do Governo do Partido dos Trabalhadores… Lembro, é claro, que o Senador Paim é petista, faz parte desse Governo e muito nos orgulha; acho que é o Senador que mais nos orgulha a todos nós que somos lá do Rio Grande do Sul; votei no Senador e continuarei votando sempre, porque percebo que ele honra, tem honrado sempre seus compromissos com a classe trabalhadora, e, muitas vezes, é claro, não tem força política – a gente sabe que a democracia é uma tensão entre forças – para levar adiante a defesa dos nossos direitos.

Então, era de se esperar que, passados 12 anos do Governo do Partido dos Trabalhadores, nós tivéssemos uma regulamentação da negociação coletiva no âmbito do serviço público. Infelizmente, não temos. Pior do que isso, eu costumo dizer que os servidores públicos tiveram, ao longo do Governo petista, a maior perda de sua história, que foi a perda da aposentadoria integral e agora, por último, a instituição da Previdência complementar. Nas negociações que temos tido na SRT (Secretaria de Relações do Trabalho), o Sérgio costuma lembrar que o Governo reajustou salários além da inflação e tudo o mais nesse período do Governo petista, mas o mundo não começou quando o PT assumiu o governo.

Mas muito bem. Ainda que fosse um raciocínio correto que tivemos aumentos acima da inflação, ora, os aumentos, num período inflacionário de cinco anos, vão para o ralo. Sem correção, como não temos a definição de uma data-base e da correção anual determinada pela Constituição, em cinco anos, em dez anos, qualquer reajuste vai para o ralo.

Agora a previdência é uma perda absoluta. Ela vale para sempre agora. E o Governo nos joga para o mercado, atirou-nos para o mercado. Se o fundo quebrar, não há garantia nenhuma. Você sai com limite da previdência, que também é outro que a gente tem que buscar para aumentar todo ano, não há tantas garantias assim. Enfim, o mínimo seria a regulamentação agora da negociação coletiva e do direito de greve.

E não há problema nenhum em abrir o jogo e dizer que nós, dirigentes das entidades de classe, vamos dar um jeito. Mesmo sem regulamentar, nós vamos continuar fazendo nossas reivindicações, vamos continuar fazendo nossas paralisações e correndo riscos – é claro –, porque a vida é correr riscos. Nós tivemos, em 2012, mesmo sem regulamentação, a maior greve da história do serviço público. É claro que é triste para nós, por exemplo, lá da CGU, que fazemos o combate à corrupção. A gente tem que fazer um cálculo estratégico e ver o que é possível levar para a categoria. Nós tivemos, por exemplo, que fazer um cálculo e perceber que nós tínhamos dinheiro para bancar só dois dias de greve. E o que a gente fez? O Governo instalou, em 2013, um programa de fiscalização de Municípios a partir de sorteios públicos. Então, basicamente, para vocês entenderem, uma semana de planejamento, uma semana de campo e uma semana de relatório. São fiscalizados, a cada edição, 60 Municípios. Ora, a gente avaliou que tinha direito, tinha R$1 milhão, dava para pagar dois dias de paralisação. Paramos justamente nos dois dias iniciais das atividades de campo. Ou seja, inviabilizou completamente todo o trabalho de combate à corrupção, que leva todo o ano mais de R$100 bilhões dos cofres públicos.

Bom, são as armas que nós temos. Se é para trabalhar dessa maneira, vamos trabalhar. Mas seria muito mais racional, muito mais lógico, muito mais aceitável para a sociedade que nós tivéssemos uma definição de data-base, de negociação coletiva e, por fim, o direito de greve.

E agora, entrando especificamente no PLS 287, mais uma vez, nós parabenizamos o Senador Paim por ter acatado a nossa sugestão, ele vai bem na direção de tentar fixar regras claras para negociação coletiva, por exemplo, definindo que, no mês fevereiro de cada ano, os sindicatos façam as suas assembleias e apresentem uma pauta de reivindicações. O Governo teria então 60 dias para se manifestar sobre essa pauta. Se não houver consenso, então temos alternativas de mediação, conciliação e arbitragem. Parece-me que este é o único projeto dos que tramitam nesta Casa e na Câmara que trata deste assunto.

No mais, como o Senador Paim já disse, nós temos restrições ao direito de greve tramitando, como é o caso do projeto do Senador Jucá. Tivemos uma audiência pública há algumas semanas e ficou bem caracterizado que aquilo ali basicamente inviabiliza o exercício do direito de greve, colocando dezenas de atividades que são consideradas essenciais de Estado e, dessas, tem que manter um contingente tão grande dentro da tradição que não causa nenhuma preocupação para o gestor e muito menos para a sociedade, porque 60% ou 70% do contingente operando é quase que a normalidade do dia a dia.

Aqui, não. Aqui você tem as datas definidas e a apresentação da pauta de reivindicações, tem mecanismos alternativos quando não se chega a um entendimento, que define um contingente de 30% para manter as atividades essenciais, cria o observatório das relações de trabalho, uma composição tripartite entre entidades sindicais, governo e sociedade. Enfim, busca um mecanismo de solução do impasse último: quando não se chega a uma definição, a um encaminhamento comum, então se apela para a Justiça fixar os termos de um possível dissídio.

Então, eu acho que nós temos, mesmo ainda dentro desse projeto, algumas questões que poderiam ser trabalhadas. Por exemplo, ele está remetendo aqui, para uma legislação posterior à regulamentação do exercício as liberações para o exercício de mandato classista. Nós sabemos que, a partir da Lei nº 9.527, em 1997, ela quase inviabilizou o trabalho sindical. Com ela, nós tivemos uma restrição brutal das liberações. Hoje, entidades com até 5 mil servidores podem liberar um dirigente. Ora, 5 mil integrantes da base é um número mais expressivo do que a população de boa parte dos Municípios do País. Quer dizer, como é que um dirigente sozinho vai dar conta de tudo isso? De 5.001 a 30.000, dois dirigentes e, acima de 30.000, três dirigentes. Quer dizer, isso aí é brincadeira, inviabiliza o trabalho sindical. Nós poderíamos pensar em já definir essas liberações aqui dentro para evitarmos ainda esperar mais 12 anos talvez para uma nova legislação que venha a regulamentar esta matéria.

Por fim, mais uma vez, saudamos a iniciativa do Senador não só na acolhida desta proposta nossa, mas a própria audiência pública para avançar um pouco no debate e nós podermos finalmente, porque já passa da hora, usufruir da Convenção 151, que tem constado da pauta reivindicatória das Centrais Sindicais, dos Sindicatos e entidades de classe há décadas, e a coisa não anda. A gente tem que colocar um ponto final. Senão, torna-se até chato a gente voltar sempre ao mesmo assunto. Mas, enfim, temos que insistir até que se regulamente.

Fica, então, mais uma vez, o agradecimento ao Senador pela acolhida, por propiciar o diálogo. Creio que, se depender do Senador, nós teremos finalmente uma regulamentação da negociação coletiva no serviço público.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rudinei Marques, que falou pela Unacon sindical.

Só fazendo um esclarecimento, Rudinei, para que não fique nada mal entendido. Eu sei que não foi sua intenção e você me preservou até com destaque especial na sua fala, mas a questão do direito de greve é um problema de todos os partidos praticamente, porque aqueles que ideologicamente mandaram neste País durante 500 anos nunca deixaram regulamentar o direito de greve. Isso não é desculpa para que nós, que estamos no Governo – eu concordo –, já não tenhamos regulamentado nesses 12 ou 13 anos. Não é desculpa. É como a história do fator, de que falo. Todos sabem da minha briga com o fator. Veio de governos anteriores, mas também não é desculpa para que a gente não tenha mudado.

Então, só para ficar no leque da abrangência que é a cobrança que tem que ser em cima de todos os partidos, de todos, porque aqueles que podiam nunca fizeram, e eu admito que nós também não estamos fazendo. É claro, incluo-me porque eu sou do Partido dos Trabalhadores. Já devíamos ter resolvido essa questão do direito de greve. Neste ponto, não há nenhuma contradição. Eu só quis ampliar o leque de responsabilidade, para que todos tenham mais responsabilidade para aprovar aqui tanto o direito de greve, o fator, 40 horas e tantas outras que nós ainda não resolvemos.

Mas vamos lá agora. O meu papel aqui é só presidir.

Convido a Srª Maria Urânia da Silva Costa, Diretora Adjunta de Relações Intersindicais, que representa o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), para fazer uso da palavra.

A SRª MARIA URÂNIA DA SILVA COSTA – Bom dia a todos os presentes. Bom dia aos componentes da Mesa, ao Senador Paulo Paim.

O Sindifisco nacional se faz presente marcando a real necessidade da aprovação dessa regulamentação da Convenção 151 da OIT.

Na verdade, gostaria – como já foi colocado muito bem pelo representante da Fonacate, o outro representante – de afirmar que sou, basicamente, prova viva, como servidora de 42 anos de atividade, de que os servidores públicos, ao longo destes anos, vêm, gradativamente, fragilizando-se, porque inúmeros são os direitos adquiridos dos servidores públicos que não estão sendo mais considerados. Em 1988, quando a Constituição estabeleceu o direito de greve do servidor público, que até hoje não foi regulamentado, lembro que foi comemorado pela nossa categoria, por todos os servidores públicos, e, na época, eu ocupava cargos. Dos anos 80 aos anos 90, eu ocupava cargos públicos e, quando vinha a Brasília, para trabalhos, para reuniões da instituição, voltava e fazia reuniões com os nossos servidores, os nossos colegas. Havia uma ansiedade do que teria sido tratado, de qual seria a época do aumento, de quando seria definido o aumento.

Eu falava para os meus colegas que havia necessidade de fortalecimento do sindicato, das entidades representativas de classe, porque não via, na administração, em todos os governos, a preocupação efetiva de resolver questões dos servidores espontaneamente. Os servidores teriam que reivindicar, e as entidades representativas de classe, associações e sindicatos é que deveriam ser fortalecidos para as reivindicações – eu falava isso, porque entendia que era assim que a coisa funcionava no serviço público.

Eu trabalho, desde 1972, no serviço público, e lembro também que, naquela época, quando havia greves, os próprios representantes do partido que hoje atua, que tem a predominância no Governo, apoiavam. Tínhamos como representantes Deputados Federais que iam com os nossos colegas até a porta dos órgãos e diziam: "Ora, vocês precisam, realmente, fortalecer a greve, vocês precisam buscar reivindicar, porque, senão, o Governo não oferece nada." Dessa forma, nós esperávamos que, ao longo desses anos, para não deixar o serviço público tão fragilizado, o servidor público tão fragilizado… porque ele está fragilizado; o servidor público aposentado perdeu o direito de ter seus descontos previdenciários; o servidor público, com a implantação do subsídio, por exemplo, perdeu as suas vantagens pessoais.

Quando, um dia, ouvi da minha mãe dizer: "Meu DAS foi retirado da minha folha de pagamento." Eu disse: "Eu não acredito, porque isso é uma vantagem pessoal que a senhora adquiriu, foi um direito adquirido." Ela disse: "Não existe mais o direito adquirido." Então, ao longo desses anos, vemos…

E, quanto às greves, presenciei colegas terem dificuldades na sua licença-prêmio; colegas serem prejudicados até nas suas aposentadorias, por conta de terem participado de greve; servidores serem discriminados. Diziam: "Esse é grevista, esse servidor faz parte de greve, eu não quero ele no meu setor." A cultura era essa. E sabemos que tem evoluído a consciência do servidor, tem sido cada vez maior, mas o Governo precisa fazer a sua parte.

Agradecemos ao Senador Paulo Paim, Relator do projeto, que, com sua sensibilidade, tem mostrado preocupação. E sabemos, todos aqui estamos aqui falando o óbvio: é necessária a regulamentação. Esse projeto merece algumas correções, não vou-me ater a ele, mas, de qualquer forma, há uma esperança de que, realmente, o senhor traga esse esforço não só para os Parlamentares, mas que haja uma vontade política de resolver, porque nossa categoria, realmente, aqueles que pretendem ingressar no serviço público hoje acho que ainda estão um pouco iludidos quanto à segurança efetiva do servidor público.

O servidor público não tem mais a integralidade na sua aposentadoria. Há uma previdência complementar que não nos dá muita segurança. Além disso, vejo a própria estabilidade do servidor público ameaçada, porque temos uma burocracia, há os órgãos burocráticos em que o servidor, muitas vezes, pratica o ato, e pratica o ato em decorrência da sua função.

E ele hoje se sente muito inseguro, porque existe uma Corregedoria que, às vezes, procura coisas pequenas, para, muitas vezes, levar um servidor à demissão sem, efetivamente, serem aplicados outros recursos até para a própria orientação do servidor de como ele deve agir, treinamentos efetivos para ele saber como agir como servidor público – e, depois, muitas vezes, é prejudicado.

Então, senhores, o nosso sentimento, e o sentimento da nossa categoria é que essa instabilidade, essa insegurança de uma falta de política salarial definida, a negociação coletiva, o direito à greve, isso traz uma ansiedade à categoria, traz uma preocupação. E é sempre motivo, quando estamos reunidos, de ser tratado, porque, como foi dito aqui, a condição de negociação coletiva, a definição evita até, realmente, greves desnecessárias, porque existe a segurança de que haverá o momento, estará definido o momento em que o Governo terá a obrigação de colocar em orçamento as nossas reivindicações, aquilo que foi acordado, e não haverá uma situação basicamente unilateral em que o Governo diz: "Não, eu só posso dar isso, só dou isso", e o servidor fica sem alternativa, sem poder, como, nessa última negociação de 15,8%, dividido em três anos – isso não cobre sequer as perdas anteriores.

Então, quero, mais uma vez, agradecer ao Senador. E não quero me alongar, porque, realmente, o que já foi dito aqui já é o suficiente para o convencimento da necessidade da regulamentação dessa norma.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Srª Maria Urânia da Silva Costa, que falou pelo Sindifisco.

Gostaria de lembrar que, quando o projeto foi-me apresentado, fiz questão de que ele caminhasse aqui pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O meu parecer está pronto. Seria importante que, se vocês tiverem algum adendo a fazer, depende desta audiência, o projeto está exatamente como foi apresentado pelas entidades. Se tiverem algum adendo, remetam, porque a minha intenção é votar o projeto no mais tardar, na semana que vem aqui nesta Comissão. É claro que depois ele vai para a Comissão de Assuntos Sociais. Em tese, há um acordo lá na Comissão de Assuntos Sociais por uma audiência que já fizemos lá sobre esse tema. O Senador Waldemir Moka, que é Presidente,

daria também a mim para relatar lá. Mas, quanto mais completo ele sair daqui, na visão dos trabalhadores, é fundamental.

Então, se alguém quiser, pode mandar por escrito algum adendo e tal, para que eu possa colocar no projeto, ampliando, no caso, a visão dos trabalhadores, porque, depois desta audiência, eu vou encaminhar para votação com o parecer favorável como foi-me encaminhado e com os adendos que surgirem deste evento. O.k.?

Depois ele vai ainda para a CCJ, onde eu vou tentar relatar também. Eu vou falar com o Presidente daquela Comissão.

Passamos a palavra para o Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o nosso amigo do Dieese ainda, o Dr. Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça.

Sérgio Eduardo Mendonça, mais conhecido.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – Obrigado, Senador. Bom dia a todos. Quero cumprimentar os nossos debatedores aqui da Mesa. Primeiro, agradecer o convite do Senador Paulo Paim, é uma honra estar aqui com o senhor. Eu não sei se o senhor lembra, estivemos juntos quando o senhor propôs a primeira comissão do salário mínimo, em 1991; 15 anos depois, se construiu uma política do salário mínimo. Certamente o senhor, na época Deputado, deu uma contribuição grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Participamos de uma comissão especial mista, de que surgiu o projeto que é aquela redação que é hoje, mais inflação e o dobro do PIB. Ora, sabíamos que esse dobro era para sair o PIB pelo menos. E foi um final que foi ajustado com o Presidente Lula e sancionado depois pela Presidenta Dilma.

O SR. SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA – É um prazer grande estar aqui com o senhor nesta Comissão. Cumprimento o Floriano, os amigos aqui. Hoje estamos em lugares um pouquinho diferentes, mas todos os colegas de luta. O Rudinei Marques, o Daro, a Maria Urânia e a Rosa, além da minha colega de Governo, a Rita Pinheiro, que hoje está no Ministério do Trabalho.

Eu quero dizer que, quanto a esse tema da regulamentação do direito de greve, de fato, se qualquer analista externo olhar para nossa situação brasileira e observar que, durante 25 anos, ou quase 26, nós não regulamentamos o direito de greve no serviço público, muito provavelmente vai dizer: "Bom, eles não querem fazer isso." Como já foi citado aqui pelo Rudinei, mais especificamente, este Governo, com os compromissos que vêm do passado, que foi eleito em 2002, com o primeiro mandato do Presidente Lula, depois o segundo e, agora, o mandato da Presidenta Dilma, pode também não estar querendo fazer isto: a regulamentação do direito de greve.

Então, eu acho que só esses dois indicadores de tempo – 25 para 26 anos para regulamentar o direito de greve no serviço público e 12 anos de continuidade de um governo com determinados compromissos com os trabalhadores – acho que mostram, para nós, um conjunto de dificuldades que essa regulamentação impõe.

Eu queria citar, primeiro, alguns números sobre esse debate. Quando a gente fala de serviço público, evidentemente, não estamos falando só de serviço público federal. O serviço público federal é importante, mas nós estamos falando de serviço público no Brasil inteiro. Então, nós estamos falando de 10 milhões de trabalhadores, dos quais a grande maioria é de trabalhadores regidos pelo regime estatutário, que, como foi dito aqui, no plano do Direito Administrativo, quase sempre é visto não numa relação clássica entre empregador e empregado ou entre empregador e trabalhador, que é regida pela CLT e por relações coletivas de trabalho, convenções coletivas, Justiça do Trabalho. É regido por um outro tipo de estatuto, em que o servidor, ao fazer um concurso, adere a uma situação instituída pelos diversos regulamentos, seja no Município, seja no Estado, seja na União.

Logo, a regulamentação da negociação coletiva, do direito de greve e da organização sindical no serviço público passa pelas diversas instâncias federativas e passa, evidentemente, também pela União. Só que a União, em termos de serviço público, representa, desses 10 milhões, alguma coisa em torno de 1,4 milhão de servidores entre ativos e inativos – que é uma outra complexidade do serviço público –, se nós incluirmos aí o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e também o fundo constitucional do Distrito Federal. Nós vamos chegar a esses números, estou excluindo as Forças Armadas, que representam, aproximadamente, 600 mil servidores.

Isso só para dar alguns grandes números, iluminar um pouco a nossa discussão, porque não basta ter vontade do Presidente da República ou da Presidenta da República, para que se consiga regulamentar o direito de greve no serviço público, como foi instituído pelos constituintes na Constituição, em 1988. Eu acho que isso é um primeiro ponto que a gente tem que levantar.

O segundo ponto é que eu acho que os projetos que o senhor, inclusive, relata aqui – e também outros projetos que já estão há muitos anos nesta Casa, seja na Câmara, seja no Senado – demonstram que – e essa é a visão do Governo – não é possível imaginar regulamentação do direito de greve sem pensar no tripé, que

é a regulamentação do direito de greve, a regulamentação na negociação coletiva e também da organização sindical.

Nós todos sabemos – e os que acompanham esse debate há mais tempo – que a Constituição veio manca nesse tripé. Ela estabeleceu o direito de organização sindical e o direito de greve, porém ela não estabeleceu o direito da negociação coletiva. E há, inclusive, vários pensadores, juristas, advogados que dizem que não cabe a negociação coletiva no plano do direito da estrutura do Estado brasileiro do Direito Administrativo, inclusive decisões do Supremo Tribunal Federal.

Se a gente tomar o relatório do Senador Pedro Taques, em relação à proposta do Senador Aloysio Nunes Ferreira, ele chega a um ponto em que diz: "A negociação coletiva não cabe". Bom, quero dizer que não é a nossa posição. Eu quero dizer aos senhores e ao Senador Paulo Paim que, na greve de 2012, quando estávamos fazendo a negociação em 2012, no término daquela greve, com diversos termos de acordo, a Presidenta Dilma nos orientou claramente, a Ministra do Planejamento, a Ministra Miriam, que é responsável, no plano federal, por essa discussão, para que qualquer proposta e qualquer debate sobre esse assunto no Congresso Nacional deveria ter o debate indissociado da negociação da regulamentação do direito de greve. O Governo não tomará nenhuma iniciativa que seja apenas na direção da regulamentação do direito de greve. Só tomará a iniciativa se a indicação for nessa direção politicamente na relação com o Congresso Nacional for tratando dos dois assuntos e, se possível, até do terceiro assunto. Os dois assuntos quais são? A negociação coletiva e a regulamentação do direito de greve. Também não tomará uma iniciativa isolada, porque todos nós sabemos que a greve no serviço público atinge essencialmente a sociedade. É um direito dos trabalhadores, mas é indissociável pensar em greve no serviço público com serviços essenciais, com essencialidade do serviço público.

Então, por isso que uma regulamentação do direito de greve no serviço público tem uma característica diferente da regulamentação do direito de greve no setor privado, para que nós temos a Lei nº 7.783, de 1989. Então, o que temos? Temos uma determinação da Presidenta de que qualquer iniciativa do Governo nessa direção será indissociada entre negociação coletiva e regulamentação do direito de greve. Não faz sentido discutir apenas a regulamentação do direito de greve, como, aliás, é o seu projeto, a comissão que o senhor relatou e outros projetos que aqui circulam. Temos de dar mais ênfase, se possível, à negociação coletiva, porque a greve é um desdobramento do fracasso da negociação coletiva, e não o contrário, a negociação coletiva ser iniciada a partir da greve, como alguns dirigentes que me antecederam apontaram.

Quero dizer que, no plano específico da União, nós tomamos várias iniciativas em relação a essa situação, muito embora ainda reconheça que a institucionalidade que hoje vige sobre um, vamos chamar de "sistema de negociação coletiva no serviço público federal", é muito baixa, é muito limitada, são portarias que regulamentam essa negociação. Mas nós estamos fazendo, há onze anos e três meses, estamos trabalhando em cima de uma mesa de negociação permanente; temos mais de 130 termos de acordos assinados com as entidades sindicais; e, portanto, permitam-me divergir das falas anteriores, quando dizem que é preciso fazer greve para conversar com o Governo Federal. Acho que estamos vivendo situações muito diferentes, porque uma coisa é dizer que eu saí insatisfeito de uma negociação e de um termo de acordo que tive de assinar, outra coisa é dizer que a prática deste Governo é igual à dos governos anteriores, já que temos 130 termos de acordo assinados ao longo desses onze anos.

Também quero dizer que, em 2008, o Presidente Lula encaminhou a Mensagem presidencial nº 58 ao Congresso Nacional para tratar da Convenção 151, da adesão, da ratificação do Brasil à Convenção 151, da OIT, de 1978, que trata da negociação coletiva. Isso foi aprovado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 206, em 2010. Foi depositado, no mesmo ano, em 2010, na Conferência anual da OIT, tanto a Convenção 151 como a Recomendação 159, e, em 2013, agora em março de 2013, através do Decreto nº 7.799, a Presidenta Dilma internalizou a Convenção 151 no regramento brasileiro, no regramento legal brasileiro.

Essa é uma discussão sem fim entre os juristas, se essa internalização já significa a vigência plena da Convenção 151 ou se temos de adaptar a Constituição e a legislação brasileira aos termos da Convenção 151 da OIT. Mas quero dizer que houve várias iniciativas importantes, inclusive, não sei se agora, a Rita depois pode me corrigir, haverá um balanço este ano ou no próximo, na OIT, sobre esse avanço.

Então, apesar de a gente não ter conseguido institucionalizar, como todos gostaríamos, a negociação coletiva e, por extensão, a regulamentação do direito de greve no Brasil, nós demos passos importantes, não só temos uma prática de 12 anos de mesa de negociação aberta, em que as entidades sindicais nacionais participam ativamente de um debate, de negociações que eram feitas na antiga Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e hoje na Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, como temos diversos resultados concretos, que são esses termos de acordos que se transformaram em projetos de lei ou em medidas provisórias e que viraram de fato avanços importantes, sobretudo do ponto de vista da recuperação salarial dos servidores públicos nesses onze anos e três meses.

E quero enfatizar, para terminar aqui, que regulamentar a negociação coletiva e regulamentar direito de greve no Brasil não é iniciativa apenas da União e do Governo Federal. O Governo Federal pode ter uma contribuição importante nisso, mas passa, como eu disse, por esses 10 milhões de servidores públicos e também por iniciativas e desejo dos governadores, 27 governadores, e 5.600 prefeitos que temos no Brasil. Aliás, eu diria que a negociação coletiva daria muito mais proteção nesse momento a esses servidores dos Municípios, e em segundo grau de importância aos Estados, do que propriamente aos servidores públicos federais, que têm maior capacidade de organização e de mobilização.

Então, seriam essas as palavras iniciais, agradecendo mais uma vez o convite do Senador Paulo Paim, ficando à disposição neste debate e em futuros debates em audiências públicas.

Muito Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sérgio Mendonça, Secretário de Relações do Trabalho do Serviço Público do Ministério do Planejamento, que expôs aqui o seu ponto de vista sobre esse tema tão importante.

Agora, passamos a palavra à representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Srª Rita Maria Pinheiro.

A SRª RITA MARIA PINHEIRO – Bom dia a todos e a todas. Estou falando em nome do Secretário Manoel Messias, que pede desculpas, pois, infelizmente, já tinha uma agenda com o Ministro e por isso não pôde se fazer presente aqui. Em nome do Senador, cumprimento toda a mesa e os presentes, muitos dos quais, inclusive, eu conheço há longos anos.

Como o Sérgio já falou, este é um debate muito importante, não só para os servidores públicos, mas para a sociedade como um todo. É um debate antigo, sobre o qual a Constituição de 1988 deu alguma luz, e isso faz 25 anos, e aí não é mérito dos servidores. Nos 25 anos da Constituição Federal, muitas coisas não foram regulamentadas até hoje. O direito de greve é só mais um dos elementos que a Constituição apontou e que, até hoje, não foram regulamentados.

O Sérgio já citou algumas coisas, mas eu acho que vale à pena citar uma das questões centrais a partir do governo Lula, que foi o Fórum Nacional do Trabalho, um dos espaços muito importantes, um dos espaços centrais para se discutirem relações de trabalho no Brasil. Foram meses e meses de debate, onde estiveram presentes todos os setores relacionados ao mundo do trabalho, como empregadores, trabalhadores, algumas pessoas da sociedade civil, juristas, e o Governo, quando se tentou acordar sobre a diversidade que se dá no mundo do trabalho. Um deles foi o direito de greve e organização sindical no serviço público.

O que foi acordado, infelizmente, depois de meses e meses de negociação, quando chegou ao Congresso deixou de ser acordado – nós sabemos disso. A única coisa que restou do que fora acordado no Fórum Nacional do Trabalho foi o Presidente ter emitido o Projeto de Lei de reconhecimento das centrais. No mais, tudo o que havia sido acordado, infelizmente, não chegou a contento aqui no Congresso Nacional, o que para nós foi uma perda, porque muitas das questões que os trabalhadores, particularmente, continuam a demandar estavam constituídas e acordadas no Fórum Nacional do Trabalho, quer seja negociação coletiva… Lembro-me muito bem de que os servidores acordaram um conjunto de diretrizes para a negociação coletiva e direito de greve, naquele momento, no Fórum Nacional do Trabalho. E eram elementos centrais para garantir a democratização das relações de trabalho também no serviço público. Nós consideramos isso uma perda importante.

O Sérgio recordou bem essa questão da Constituição não garantir, no seu contexto, o direito à negociação coletiva dos servidores públicos, aquilo, para nós, digamos, já faltou, naquela Constituição, quando se discutiu o direito do servidor público, um elemento central, que é a negociação coletiva.

Então, o que aconteceu, primeiro, o servidor faz greve para poder entregar uma pauta de reivindicação, e o princípio, para nós, da democratização das relações de trabalho, é o direito à organização, à negociação e o direito de greve.

A greve, como um todo, quer seja no setor público ou privado, ela é uma das questões, quando na parte final de qualquer processo de negociação. Quando o acordo não chega a contento por uma das partes ou por ambas as partes, cabe aos trabalhadores fazer o que lhe é peculiar, que são as paralisações, são as greves. O que aconteceu? No serviço público, não foi garantido o direito de negociação coletiva. Embora, a partir do governo Lula, haja mesas de negociação no serviço público federal, isso não acontece no serviço público estadual e municipal, em que, muitas vezes, não existe negociação.

E quando nós tratamos aqui de negociação, embora se tenha como a grande referência o serviço público federal, o menor problema é o serviço público federal, que, hoje, mesmo não sendo oficialmente garantido na Constituição ou em qualquer legislação, existem mesas de negociação.

Via de regra, o SUS tem uma mesa permanente de negociação, há mais de 10 anos, que discute condições de trabalho. Ele não discute salário, mas discute condições de trabalho. E ela já tem um conjunto de

protocolos enormes, tudo pactuado entre Governo e trabalhadores do serviço público, inclusive entidades da sociedade civil.

O Ministério da Saúde, hoje, está fazendo formação em negociação coletiva voltada para gestores e servidores públicos, para garantir que a negociação seja qualificada e que os gestores tenham a negociação com a importância devida que lhe é peculiar, porque nós sabemos, também, que ainda existe uma dificuldade muito grande de compreensão dos gestores públicos com relação à negociação coletiva, ao direito de negociação coletiva no serviço público.

Existe, nós sabemos muito bem, uma peculiaridade muito grande, uma grande diferença entre servidores públicos federais, sua forma de organização, forma de negociação, com o restante dos servidores públicos, que são maioria absoluta neste País. Num conjunto de 10 milhões, como diz o Sérgio, só menos de 2 milhões são servidores públicos federais.

O que cabe ao Ministério do Trabalho, nesse contexto, nós vimos tentando realizar, existe, no âmbito do Ministério do Trabalho, coordenado pelo Ministério do Trabalho, uma câmara bipartite de servidores públicos e Governo e que vem discutindo tanto a organização sindical, como o financiamento dos servidores públicos. E temos avançado, o debate tem sido muito interessante. Vimos tentando construir elementos importantes para a organização sindical e financiamento dos servidores públicos.

Do ponto de vista da negociação coletiva, o Governo, como disse Sérgio, vem discutindo, desde a ratificação da Convenção 151 e, a partir do decreto presidencial que internaliza a convenção, nós realizamos um seminário, um seminário muito interessante, com participação, inclusive, de especialistas da OIT na área, para discutir qual a melhor forma de regulamentar a Convenção 151.

Nós sabemos que têm dificuldades, porque têm diferenças de pensamento de como regulamentar a Convenção 151, porque, na verdade, o que a Convenção traz são diretrizes gerais para a regulamentação da negociação coletiva, e que isso não se constrói da noite para o dia.

Nós sabemos que há dificuldades, no âmbito do Governo, porque existem entendimentos diferentes, como no âmbito dos trabalhadores. Não é à toa que existem tantas diferenças, que, há alguns anos, foi feito, claro que foram cometidos erros de ambos os lados, mas que houve uma comissão, que trabalhou, de servidores e Governo, que trabalhou na constituição desse conjunto de elementos e de propostas de projetos de lei para regulamentação da negociação coletiva, da organização sindical, do direito de greve, e que, ao final, terminou não havendo acordo. Trabalhou por muito tempo, num momento, no Ministério do Planejamento, e, noutro momento, teve divergência e foi para o Ministério do Trabalho.

Ou seja, construir esses elementos e construir acordos e consensos não é tarefa fácil. Por isso é que eu diria que não é só, quando a gente faz essa avaliação, que é vontade política do Governo, por ter sido Governo do PT, eu diria que não é isso, porque, para construir qualquer proposta, nós temos que acordar com os atores. Os atores têm que estar, tem que ter consenso sobre algumas questões gerais, e que construir consenso não é tarefa tão fácil.

Não adianta colocar qualquer projeto de lei que não tenha consenso, porque, senão você…

(*Soa a campainha.*)

A SRª RITA MARIA PINHEIRO – … você não vai trazer aqui o que os atores querem. E construir entre os próprios atores não é tarefa tão fácil, porque têm diferenças, quer seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Os olhares são diferentes.

Então, para nós, como o Sérgio já disse, não tem como você discutir direito de greve sem discutir o princípio da democratização das relações de trabalho, que é a negociação coletiva. E o Governo está aberto para isso. Agora, cabe ao Congresso discutir, porque é aqui que se fazem as leis. Não é o Executivo que faz leis, é o Congresso Nacional. Estamos dispostos e abertos a emitir opiniões, mas eu acho que cabe ao Congresso e, neste momento, eu acho que é uma tarefa muito importante que o Senado vem fazendo, que é discutir, agora, tem que considerar o que os atores pensam, porque são eles que vivenciam, cotidianamente, as relações de trabalho.

Então, não dá para, simplesmente, apresentar um projeto que não seja, não tenha o acordo entre as partes, quer seja pensando os 27 Estados, por isso, como o Sérgio citou, não é uma tarefa fácil, porque a gente não está vendo só o âmbito federal. Qualquer projeto de lei tem que perceber como é que os governos e prefeitos querem, também, porque, afinal de contas, lhes diz respeito, assim como servidores em todas as esferas e âmbitos de poder.

É isso. Muito obrigada. Estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa é a Srª Rita Maria Pinheiro, que falou em nome do Ministério do Trabalho, demonstrando a série de iniciativas que houve, ao longo da história, e que compete ao Congresso votar. Está correto, mas a participação do Executivo é importante.

Nós sabemos também, por isso que vocês estão aqui na Mesa com a gente, nesse momento, mas eu concordo com a palavra final: quem tem que votar é o Congresso.

Por isso que a pressão para votar uma lei importante como essa, como eu dizia antes, tem que ser em cima de todos os partidos. Ninguém, sozinho, aqui, vota nada; nenhum partido consegue votar o que quer aqui. Por isso que o diálogo com todos é fundamental. Fazer uma pressão, é legítimo que se faça.

Passamos a palavra, agora, à Srª Rosa Maria Campos Jorge, que é Presidenta do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Muito bom dia a todos e a todas aqui. Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e dizer que concordo com as palavras que foram ditas antes, que nós temos, aqui, sem dúvida nenhuma, um dos maiores defensores dos trabalhadores, tanto da iniciativa privada, quanto do serviço público, um Senador pelo qual nós temos o maior respeito e admiração. Em seu nome, cumprimento todos os demais componentes da mesa, aos representantes das centrais sindicais e a todos os colegas servidores aqui presentes.

Muito bem, como Presidente, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, é um prazer participar desta importante audiência pública, que trata das relações de trabalho no serviço público.

Senador, há anos que os servidores públicos aguardam a regulamentação do direito de negociação, de organização sindical e o seu legítimo direito de greve.

A Convenção 151, da OIT, finalmente ratificada pelo Brasil, trouxe, para todos nós, um grande alento, a esperança de que, finalmente, depois de tanto tempo em que o Poder Público deve aos seus servidores essa regulamentação, finalmente, ela viria. Está demorando.

Eu gostaria também de parabenizar o Fonacate, o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado, pela iniciativa que resultou no projeto de lei que é objeto deste debate.

Sr. Presidente, o direito sindical, para que seja pleno, segundo a Organização Internacional do Trabalho, pressupõe a liberdade de organização e filiação dos trabalhadores, a garantia de mecanismos de solução de conflitos, incluindo a negociação coletiva e o direito de greve. Esses princípios são universais e valem para todos os trabalhadores, inclusive os do setor público. A própria OIT estabelece que, para dar efetividade ao tripé organização sindical, que é a liberdade de organização, direito de greve e negociação coletiva, editou várias convenções internacionais, tendo o Brasil ratificado, entre outra, a Convenção 154, sobre negociação, em 1992, e a Convenção 151, em 2010.

Qual o objetivo? Assegurar a promoção e a defesa dos interesses dos trabalhadores da função publica nos três níveis, municipal, estadual e federal, como já bem exposto aqui antes.

No Brasil, infelizmente, esses postulados universais do trabalho não valem plenamente para os servidores públicos. A Constituição reconhece em sua plenitude o direito de organização e filiação dos servidores, mas nega-lhes o direito de negociação e a regulamentação do direito de greve, que também está previsto na Constituição.

Apesar de não existir regulamentação específica para o direito de greve no serviço público, por analogia, o STF mandou aplicar a lei do setor privado, completamente inadequada para os servidores da administração pública, cuja regulamentação só se justifica após assegurado o direito de negociação. Ora, já foi explicitado aqui que a relação entre os servidores públicos e o seu patrão. Quem é o patrão do servidor público? É a sociedade brasileira.

Então, a nossa relação não é de contrato de trabalho, como é na iniciativa privada. Nós somos servidores nomeados a uma instituição. Há uma relação institucional entre os servidores e o Estado. Somos servidores de Estado, servimos ao Estado brasileiro. E somos tratados, hoje, como servidores da iniciativa privada, quando convém. Quando convém, vamos tratá-los exatamente como servidores da iniciativa privada. Quando não convém, aí são servidores públicos que não podem fazer greve, porque isso vai atingir toda a sociedade.

Se pensassem assim todos aqueles trabalhadores que, em meio a muito sofrimento, se reuniram no século XIX naquela praça dos gravetos, Place de Grève, em Paris, para poder reivindicar os seus direitos, sabiam que quando fizessem isso iam trazer prejuízos.

Um filósofo já disse que "o direito de greve é o sagrado direito de causar prejuízo a outrem". É isso que é greve. Não existe greve sem prejuízo a outrem. Greve sem prejuízo a outrem não funciona. É preciso que esse "causar prejuízo" signifique chamar a atenção, alertar a sociedade como um todo de que algo não está bem, algo não está funcionando. E a sociedade precisa funcionar como um todo.

Como é que eu vou ficar chateada com os motoristas de ônibus se eu não vou poder pegar o ônibus para ir ao meu serviço? Mas eles estão reivindicando um reajuste de salário.

Então, há uma tentativa na grande mídia de desqualificar a greve, como se a greve fosse o pior dos males, um ato de terrorismo, como se o servidor, os trabalhadores em geral não pudessem usar o sagrado direito de reivindicar, de pedir, de pleitear.

Mas eu não vim aqui para falar sobre greve, eu vim para falar sobre negociação, porque, apesar de o Secretário haver mencionado esses anos, o meu sindicato tem participado efetivamente dessas mesas de negociação lá no Ministério do Planejamento.

O Ministério do Trabalho, que é a minha casa, criou uma mesa setorial, em 2006 ou 2007, por aí, quando era ministro o Luiz Marinho. Até o meu sindicato foi convidado. Nós participamos de umas duas reuniões e nunca mais. Então, não há negociação setorial, pelo menos que eu conheça.

E eu quero dizer para vocês que uma mesa de negociação não tem um objetivo só salarial. Os servidores públicos, que estão na ponta, atendendo à população, conseguem observar situações que a administração central, às vezes, não conhece. E em uma mesa de negociação, a palavra do servidor deve ser ouvida, inclusive, para o aperfeiçoamento da administração pública. Os servidores públicos querem ser ouvidos, querem trazer a sua contribuição para a melhoria da qualidade do serviço público.

Quero dizer para vocês que é verdade que as entidades de servidores entendem que o direito de negociação tem de vir antes da regulamentação do direito de greve, até porque essa greve que existe hoje, na sua grande maioria, é para forçar a negociação.

Muitas vezes, instala-se uma mesa e ela não tem efetivamente negociação. É uma mesa de conversa onde o Poder Público chega e diz: "É assim e ponto". Onde está então a negociação? Não basta receber para cumprimentar. Claro que o fato de a nossa Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, se recusar a receber os servidores agora é extremamente preocupante. Nos sentimos desconsiderados, porque ela é a autoridade maior nesse assunto e poderia perfeitamente nos receber para nos tratar com dignidade.

Eu devo dizer que a regulamentação vai obrigar o Estado brasileiro a aplicar os princípios universais já mencionados antes. Nós precisamos da data-base, todos os trabalhadores brasileiros têm uma data-base. Os servidores públicos não têm data-base. Queremos uma data-base em que os servidores possam exigir que o poder público sente-se à mesa para nos ouvir, para efetivamente negociar. E quando toda essa negociação for frustrada, aí sim, se for necessário, como último recurso, podermos usar o nosso direito de greve, na sua plenitude, como dever ser no mundo democrático.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Srª Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Foi com muito entusiasmo que a sua fala recebeu os aplausos do plenário.

Vamos ao Sr. Floriano Martins de Sá Neto, que é Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Anfip, Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal no Brasil.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia a todos.

Quero saudar o Senador Paulo Paim, agradecer o convite, saudar, em nome de todos aqui, a companheira Rosa. Vai ser difícil falar depois dela, depois dessa fala emocionada e que nos tocou fundo. Mas eu vou tentar seguir aqui o roteiro que foi determinado pela nossa associação.

Nós estamos preocupados um pouco mais em não sermos repetitivos, mas em falar um pouquinho sobre a questão que permeia… Ou seja, na hora em que o direito de greve for regulamentado, o direito de negociação, nós vamos chegar a uma questão sobre o que é serviço essencial, ou seja, o que vai ter um tratamento diferenciado em relação à necessidade de se manter…

Eu fui buscar um pouquinho aqui na história – deparei-me com um artigo do ex-Ministro Almir Pazzianotto – a origem de toda essa questão da essencialidade. Na realidade, o que a gente tem acompanhado em outros projetos não é um projeto de lei para fazer greve, é um projeto de lei para não fazer greve, porque dificilmente vai sobrar alguma categoria que não esteja inclusa enquanto essencial e/ou, pelo outro lado, a quantidade de não participação na greve será tão grande, que ela será totalmente ineficaz, ineficiente e não vai realmente transparecer aquilo que também foi colocado aqui antes pelos outros colegas.

Então, eu fui buscar aqui na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, no seu art. 162, a proibição a greve nos serviços públicos e atividades essenciais definidas em lei. De 1969 pulamos para 1978, quando o Presidente Ernesto Geisel baixou o Decreto-Lei nº 1.632 – naquela época nós tínhamos o decreto-lei – que definiu, ali, quais seriam as atividades essenciais. Nós tínhamos aqui um elenco de basicamente todas. E os colegas que estão aqui, na sua imensa maioria, fizeram uma coisa interessante: transformaram isso aqui em letra morta, porque as nossas entidades, os nossos colegas, os trabalhadores foram à luta, e a greve aconteceu, e as coisas mudaram.

Bom, pano rápido, já estamos agora na Constituição de 1988. E, na Constituição de 1988, nós temos basicamente três diretrizes básicas. A greve no serviço público é negada aos integrantes das Forças Armadas, polícias militares – que existe um regramento a parte. Para os trabalhadores da iniciativa privada, nós já temos aqui, como foi dito pelo Sérgio, a Lei nº 7.783, de 1989. Então demorou um pouquinho, mas já foi regulamentada. E, de 1988 até hoje, não há a regulamentação para nós, servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Eu queria marcar, como primeira posição da nossa entidade, que essa posição é extremamente desconfortável. Não ter a regulamentação não interessa – acho que para ninguém. Não interessa para a sociedade, não interessa para o Governo, não interessa para as representações, porque o que tem acontecido nos últimos anos é o Poder Judiciário… Ou seja, chama-se um terceiro que vem e determina, então, aquilo que a lei não o faz.

Então, nós viemos aqui para basicamente dizer que 25 anos – que espero que não chegue a 26 anos – já é tempo mais que suficiente para que essa lei seja discutida nas duas Casas, seja aprovada, seja sancionada.

Eu acho que é importante a presença hoje do Sérgio e da Rita. E o recado para os Ministros e para a Presidente Dilma fica no sentido de que o Governo tem que efetivamente vir aqui – onde se discute a lei, onde ela é aprovada –, ele tem que vir aqui e se posicionar claramente; dentro dessa proposta que está tramitando, por exemplo, com o que concorda, com o que não concorda, o que precisa ser ajustado, porque, sem haver essa participação, a gente teme que esse projeto não vá longe, que, na melhor das hipóteses, a gente consiga que ele avance no Senado, mas depois ele vai para a Câmara e lá na Câmara… Se, aqui, a dificuldade, em uma escala de um a dez, seria talvez um sete, mais ou menos, lá na Câmara nós sabemos que a dificuldade é, pelo menos, dez vezes maior, para que esse projeto tramite sem que haja, efetivamente, a participação do Governo.

Então a gente precisa efetivamente de que o Governo venha para cá, diga com o que concorda, diga até se quer continuar dessa forma, com o Judiciário decidindo, com essa omissão. Porque realmente é uma coisa que causa… Os militares levaram nove anos aqui para regulamentar… A gente sabe a época, a questão da exceção e tudo. E nós, num regime democrático… O que será que acontece?

Bom, a Rosa comentou uma coisa que vem acontecendo ao longo desses anos: cada vez mais o servidor público tem os seus direitos alterados, na maioria das vezes, diminuídos. O servidor público agora, com o Funpresp, basicamente se iguala – aqueles que ganham acima do teto do INSS – a qualquer trabalhador que tenha o fundo de pensão – seja do Banco do Brasil, da Caixa Econômica –, mas infelizmente de uma maneira piorada, porque o nosso fundo é pior, muitas vezes pior do que o fundo dos demais trabalhadores que têm essa proteção.

Quero realçar que a questão, o que fica para a mídia, que a grande mídia discute, é sempre a greve, o direito de greve. Eu quero dizer que, no nosso entendimento, a greve é a pontinha do *iceberg*, é aquela parte visível – que todo mundo vê –, mas para baixo tem um imenso contingente. Nós estamos falando de negociação, nós estamos falando do dia a dia, da convivência. O servidor público não é vilão do Estado. Hoje o servidor público é quem exerce efetivamente as ações de Estado. É inconcebível um Estado sem servidor público; não inventaram isso ainda. Até tentaram, na época dos governos neoliberais, mas não existe essa possibilidade mais. Nós não vemos isso.

Então eu quero falar sobre esse imenso contingente que está submerso, que não vai para fora, mas que é o nosso dia a dia; a nossa relação é permanente. Agora, o patrão é patrão, e o empregado é o empregado. Nós somos, sim, empregados do Governo. Nós somos servidores públicos, temos, obviamente, como norte a ideia de que o nosso patrão é a sociedade, que me paga o meu salário, mas, de qualquer forma, a relação ali é com o Governo enquanto patrão.

E essa relação é que nós queremos discutir; nós queremos fazer uma DR, uma discussão de relação; uma DR entre nós, servidores públicos, e o nosso patrão. A greve é o elemento extremo, é um dos poucos casos previstos de solução de conflitos na autotutela, em que um dos lados toma a iniciativa de solucionar o problema sem ouvir o outro lado. E nós não queremos isso não; nós gostaríamos é de realmente sermos respeitados.

Já que talvez isso seja um objetivo estratégico de cada vez mais aproximar o servidor público dos demais trabalhadores, então nós queremos tudo, nós não queremos ficar só com a parte ruim, com a parte não regulamentada. Nós queremos a lei, nós queremos o regramento, queremos regras claras, porque aí não tem que a Justiça ou o terceiro vir dar a sua opinião; criam-se instrumentos. E o servidor público está realmente… Nós estamos cansados. Eu acho que 25 anos já deu.

Eu acompanho, desses 25 anos, eu estou há, mais ou menos, uns vinte e poucos anos nessa luta. Chamo a atenção para isto: que o Governo venha para dentro dessa negociação, venha mostrar efetivamente com o que concorda, com o que discorda. Venha, de fato, com os seus instrumentos, acompanhar a tramitação do projeto de lei; não fazer com que essa Convenção 151 seja motivo de vergonha para nós lá fora, de não a cumprirmos, de não a colocarmos em prática ou de ficarmos usando de filigranas: "Ah, mas será que a 151 vai ser acatada como constitucional, ou seja, ela terá a condição de ter o mesmo amparo que a Constituição?" Acho que não é por aí, o nosso regramento legal é claro.

Vamos aprovar as leis necessárias e, da parte dos servidores públicos, da parte da Anfip, da parte do Fonacate, tenho certeza de que os servidores públicos estão querendo que essa relação seja a melhor possível, porque, sendo boa a relação, ela efetivamente resultará em serviços públicos de qualidade. Cada vez mais ve-

mos um Estado tão carente, quando a gente vê várias carreiras que atuam na ponta, aonde não vai ninguém, onde a iniciativa privada não tem interesse de agir, onde só tem o Estado mesmo.

Então, pessoal, Senador Paulo Paim, é isso. Quero parabenizar, colocar em votação e chamar os atores todos para dentro desse processo de negociação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Floriano Martins de Sá Neto, que é Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Anfip.

Parabéns, Floriano, pela sua fala.

Tem lugar aqui, tem lugar ali no meio… Seja bem-vindo, representante da Nova Central Sindical.

Antes de passar para as centrais, temos quatro centrais aqui, estamos recebendo uma visita e quero dar uma oportunidade neste momento – e vocês vão entender que está correto – de passar a palavra para a Graziella Baggio. A Graziella Baggio representa os companheiros do Aerus, que estão acampados dentro do Congresso, ali no Salão Verde, há uns quinze dias já, calculo eu. Tenho ido lá todos os dias, todas as noites, só não fiquei esse fim de semana com eles porque tive um problema com um filho meu e tive que viajar, mas voltei e hoje estarei lá de novo com eles, como tenho ficado, até meia-noite, uma hora.

É uma situação desesperadora. Eu queria aproveitar que estão aqui confederações, centrais, lideranças sindicais da área pública e da área privada, vocês todos sabem mais ou menos a história do Aerus, e a Graziella vai falar agora, vamos abrir um espaço para ela.

Mas, antes da sua fala, Graziella, quero fazer um apelo. Eu sou sindicalista eterno, podem crer nisso. Estou Senador da República, estive durante quase duas décadas como Deputado Federal e estou há quase duas como Senador. Acho que o movimento sindical poderia fazer um gesto de carinho e de solidariedade aos companheiros do Aerus. São homens e mulheres com 75, 80, 85 anos. Calculem, eu vou ali e vou para o conforto da minha casa; eles ficam aí comendo pizza, dormindo no chão. Eles não saem daqui de dentro, tomam banho aqui – os seguranças têm feito um gesto de abrir para eles tomarem banho –, sobem lá e trazem roupa. Isso não pode continuar assim.

Havia uma reunião de negociação, que eu mesmo já tinha forçado muito no Governo, negociação para pagar o que o Supremo decidiu – ela vai explicar em seguida, permita-me só antecipar aqui –, pagar uma decisão do Supremo e, infelizmente, essa negociação não caminha. A reunião estava marcada para amanhã, mas fui comunicado, no fim de semana, que foi jogada para outra semana. Eu quero aqui, de público, estamos ao vivo para todo o Brasil, dizer que o movimento sindical não pode deixar isso ficar assim. Isso não é cobrança, é um pedido que estou fazendo. Não é cobrança, é um pedido. Nós temos que vir visitá-los, no mínimo. Se nós começarmos a mandar delegação de trabalhadores, eu garanto a entrada. Vir visitá-los no Congresso, vir visitá-los aqui dentro, dizer que isso não pode continuar assim: vai morrer gente, podem ter certeza absoluta. Nós temos que dizer isso: vai morrer gente ali. Eles não vão aguentar! Eu estou com 63 e tenho dificuldades de ficar ali, calculem eles que têm 75, 80!

Temos que fazer um movimento. Vem uma delegação e traz umas flores, vem outra delegação e traz umas pizzas, vem outra e traz um saco de leite. Teríamos que fazer um movimento nacional. Vocês sabem que sou da base deste Governo, mas temos que fazer esse movimento nacional para sensibilizar a fazer esse acordo, não dá para continuar. Eles já fizeram de tudo. Acho que o movimento sindical pode fazer isso, não custa nada, é só pedir para alguns companheiros entrarem ali. Se tiverem dificuldade de entrarem, me chamem, porque vão entrar, ninguém vai barrar, entram lá. Eles estão ficando sábado, domingo, segunda, não tem dia, entraram e não saíram.

Então, é um apelo que eu quero fazer para a gente fazer um movimento nesse sentido, de caráter nacional, ou fazer uma vigília, no sindicato tal, na Câmara dos Vereadores, um dia só, que seja um dia: o dia de vigília do Aerus. Eles têm um sistema de internet que comunica com todo o País. Alguma coisa tem que ser feita. Eu fui comunicado, enfim… A reunião de negociação, que ia ser amanhã, passou para a outra terça. Para mim, tudo bem; mas e para eles?

Faço esse apelo antes da fala dela. Você fala como é que eles estão ali, conta um pouco da história, explica por que estão nessa situação, a situação Varig. Antes mesmo de você falar, nós vamos dar uma salva de palmas aos companheiros que estão acampados lá. (*Palmas.*)

Lá que eu digo é aqui do lado, é só atravessar o corredor. No fim da reunião, se vocês quiserem, nós vamos lá todos juntos, numa bela caminhada, para mostrar um gesto.

Graziella.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Bom dia a todos os companheiros que estão aqui, sindicalistas, companheiro do Dieese antigo, da CUT, que estão sentados à mesa. Fiz questão de vir porque achei o assunto bastante interessante, a greve e a relação do servidor público com o Governo.

Eu queria alertar que aeronautas e aeroviários têm o mesmo problema que o servidor público no que se refere às greves, ao direito de greve garantido na Constituição. Os tribunais estão além da conta de mandar, os aeronautas e aeroviários não têm direito de fazer greve, não têm. Efetivamente, pelo menos toda vez que a gente tenta fazer, o tribunal manda para lá aquelas multas de R$3 milhões, R$500 mil, R$200 mil, o que acaba ultrapassando a vontade de fazer, essa é a tônica.

Em poucas palavras, alguns companheiros já conhecem o dilema do Aerus. Ele começa na década de 90, nos governos neoliberais, quando foram permitidas inúmeras negociações com relação ao saldo devedor das patrocinadoras…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles pediram que você explique o que é Aerus. Eu sei, mas explique para que eles…

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Aerus é o fundo de pensão complementar que agrega todos os trabalhadores do setor aéreo, com exceção da Vasp, que já tinha seu fundo de pensão criado na década de 70. Então, o Aerus foi criado praticamente no início da década de 80. O Fundo tinha três pilares: a contribuição dos trabalhadores, da patrocinadora e 3%, durante 30 anos, de todas as passagens aéreas. Era um contrato de 30 anos, que foi rompido com dez anos de duração. A administração da época, das empresas, não foi à Justiça, não recorreu. Passados dez anos, as empresas recorreram à Justiça, em função do rompimento do contrato. Lamentavelmente, segunda-feira passada, no Tribunal Federal aqui de Brasília, o Aerus perdeu por três votos a zero, sem direito à retomada desse processo que não foi cumprido.

Paralelamente a isso, nós tivemos, na década de 90, aproximadamente 21 renegociações com a Varig. Ou seja, a Varig não repassava o dinheiro do fundo recolhido dos trabalhadores – apropriação indébita! A Transbrasil, a mesma coisa – apropriação indébita dos valores recolhidos dos trabalhadores e não repassados ao fundo de pensão. Sem contar a parte dela, da patrocinadora, sem contar o final da terceira fonte, que tinha um prazo de 30 anos, foi suprimido com dez anos e não recorreram à justiça.

Então, o fundo ficou com um déficit muito grande, claro, com a possibilidade de as empresas arcarem, se as empresas se mantivessem vivas, por óbvio. Foram feitas até renegociações no sentido de diluir essa dívida monstruosa – estamos falando de dívida muito alta por conta do número de pessoas que esse fundo agrega: mais de 20 mil pessoas. No entanto, essas renegociações não foram honradas pela patrocinadora. As empresas deixaram de existir: Vasp, Transbrasil, Varig, Rio Sul, Nordeste e Sata, empresas que estavam ligadas ao fundo de pensão. Esses participantes, então, ficaram, realmente, na rua da amargura, porque sequer receberam rescisão contratual da Transbrasil, que fechou em 2001. Essa é a verdade. Até hoje os 4 mil trabalhadores da Transbrasil, quando ela fechou, em 2001, não receberam um centavo de Fundo de Garantia, rescisão contratual ou qualquer crédito possível, assim como os da Varig, em 2006, e os da Vasp, em 2005. Ninguém nunca recebeu nada até agora.

Mas o que mais nos chama atenção é que, em 2013, a Secretaria de Previdência Complementar aceitou uma garantia para o fundo Aerus, dada pela patrocinadora, que foi, efetivamente, essa ação de defasagem tarifária, julgada no último dia 12 de março no STF. É uma ação de 21 anos, sobre um congelamento tarifário que ocorreu na época dos planos cruzado, verão, etc. e tal, e garantiu a vitória da Varig nessa questão de congelamento. E, por óbvio, o fundo tinha como garantia essa ação, que a própria SPC concordou em… E é outro absurdo: a Secretaria de Previdência Complementar concordar com uma garantia que sequer foi julgada. Quer dizer, a SPC, que tem que estar… E aí eu alerto aos senhores que estão, agora, como funcionários públicos, com plano de fundo de pensão idêntico ao nosso. Isso acontece com todo mundo. Vocês têm que abrir os olhos. O nosso grande companheiro Gushiken dizia: "Se tem problema, é porque os trabalhadores não se prepararam para enfrentá-los." Então, todos têm que estar em dia com as informações, com seus direitos e tentar impedir que as coisas ocorram como ocorreu no fundo de pensão Aerus. O companheiro Floriano disse aqui que não existe nada pior que o fundo de vocês. Eu digo que existe sim. E nós somos as verdadeiras vítimas desse processo.

Todos os governos autorizaram essas renegociações, autorizaram uma garantia que sequer tinha garantia de que íamos ganhar no STF, porque o Governo insistia em dizer que ele ia ganhar essa ação. No ano passado, ficamos em vigília aqui. Nós já estamos no 45º dia de vigília nesses últimos 12 meses. Ficamos 28 dias acampados dentro do fundo de pensão no Rio de Janeiro e, depois, nove dias aqui, com um trabalho que, diga-se de passagem, só quero agradecer ao Senador Paim e à Senadora Ana Amélia, que têm nos apoiado nesse processo como um todo, assim como o Senador Alvaro Dias, inclusive. Nós conseguimos reabrir uma negociação com o Governo. Por quê? Os sindicatos…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela fala isso e deixa bem claro que não tem nada partidário. Há uma causa com que estou há quase 20 anos. Outros vêm, outros saem, e continuamos.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Sim, é apartidário.

Os sindicatos entraram com uma ação na Justiça, em 2003, buscando condenar a União por ter permitido essas renegociações, que, segundo a Legislação 109… O Governo não quis nos enquadrar na 108. Esse foi outro problema, porque é uma concessão pública. Nós entendemos que estamos dentro da 108, mas o Governo não quis isso sob hipótese nenhuma. Estamos na 109, mas entramos na Justiça para buscar os nossos direitos, e o histórico é bem aquele que todos conhecem: não se sabe quando termina o que vai para o Poder Judiciário, mas a vida das pessoas vai embora. Para ser julgado na primeira instância, levou exatamente 12 anos. Isso porque nós ganhamos uma antecipação tutela. O Governo recorreu ao STF. O Governo só conseguiu derrubar a multa, manteve o mérito a nosso favor no STF. Depois, foi julgado novamente um novo recurso da União no STF. O Ministro Gilmar Mendes condicionou o pagamento imediato a partir de uma decisão de primeira instância. Só viemos a ter essa decisão favorável porque a primeira instância condenou a União por ter permitido essas renegociações ilegais perante a 109, etc. e tal. De certa forma, tínhamos um resultado extremamente favorável vindo do próprio STF. A União recorreu, e um Desembargador do TRF aqui derrubou uma decisão do STF. Inacreditável, senhores! É coisa do arco da velha. O Desembargador Moreira Alves conseguiu derrubar uma decisão do plenário do STF. Quem explica isso? Quem explica? É inacreditável! Então, é uma dica para vocês, para o bem ou para o mal, mas derrubou a decisão do STF.

Derrubada a decisão do STF, ficamos com a decisão de primeira instância. E o Governo, no ano passado, depois de um movimento, resolveu negociar. Há uma preocupação muito grande do Governo de que essa nossa decisão, que é totalmente favorável aos participantes, que condena a União pela falta de fiscalização ao fundo, se expanda para os outros centenas de fundos que existem. Então, tínhamos esse interesse mesmo: sentar e negociar.

Tudo pronto, tudo absolutamente pronto com o Governo. Nós tínhamos – e ainda temos – alguns Ministros a nosso favor, nos defendendo. E aí pasmem: todos a nosso favor e, no entanto, o Ministro…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cinco minutos para concluir.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – O.k.

O Ministro da Fazenda e o Secretário do Tesouro disseram que não, e está matando gente.

Quero informar, Senador, assim como o senhor também teve uma emergência, que nós também passamos um final de semana bastante triste. Com a chuva, parece que o céu estava chorando. Perdemos três companheiros de morte súbita neste final de semana. Confesso que isso afetou a todos. Já estamos aqui há 16 dias. Não é fácil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O número de falecidos que tínhamos era 950. Agora, 953.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Isso. Na verdade, somos sensíveis e, como dirigente, temos que ter a responsabilidade. Nós temos pessoas com 85, 82, 78 aqui conosco. É duro conseguirmos suportar essas pancadas que o Governo tem dado em nós. E considero inacreditável, porque é um Governo que ajudamos a eleger – nós ajudamos a eleger. Não sei se posso falar da maioria aqui, mas nós ajudamos a eleger. Há falta de compreensão e estão insensíveis completamente.

Estamos muito preocupados porque essa reunião foi cancelada e – pasmem! –, foi reagendada para 1º de abril. É uma piada. Ninguém vai acreditar nisso. É uma piada. Estão gozando da nossa cara. Mas vamos resistir.

Nossa história é longa. É difícil eu resumi-la em 15 minutos, mas eu gostaria de agradecer a todos os companheiros que, de uma forma ou de outra, indiretamente, nos apoiaram durante esses anos todos, que não foram poucos. Aqui na mesa vejo pessoas que nos apoiam já há algum tempo, que sabem do nosso problema.

E peço, clamo a todos que consigamos fazer uma corrente positiva para mudar esse cenário, porque não aguentamos mais essas mortes antecipadas. É uma coisa inédita, porque são falecimentos… Todos vocês vão dizer: "Mas são velhos mesmo. Eles iam morrer etc." Não é isso. São mortes súbitas, além de dezenas de suicídios que tivemos durante esse período. Preocupa-nos não só o presente, mas o futuro para vocês, funcionários públicos. E se pudermos, ainda neste Governo, que ajudamos a eleger, contribuir para mudar esse cenário, nós precisamos fazer uma força-tarefa, porque só o Senado ou só a Câmara não estão conseguindo. A união e a solidariedade são de extrema importância.

E faço um pedido para as centrais: ajudem-nos a sair, porque acho que todas as categorias, se não abrirem os olhos, vão enfrentar o mesmo problema adiante.

Muito obrigada. Desculpe ter interrompido a audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Graziella Baggio, que está acampada aqui, no Salão Verde, com em torno de 18 companheiros, calculo eu, mais ou menos, permanentes aqui. Vinte companheiros há 15 dias. Já houve um outro, lembrando bem, em que foram mais de 40 dias.

A gente faz esse apelo final, então, às centrais, confederações e entidades de caráter nacional e estadual para que venham aqui. Acho que se começarem a vir aqui, a fazer um movimento, esse movimento tem

tudo para virar um movimento nacional, eu acredito nisso. Tive a ousadia de, sem combinar com você, propor, aproveitando este momento em que estão aqui centrais e confederações. É um movimento tranquilo, pacífico, mas que pode pegar volume. Eu gostaria muito de ver filas de pessoas tentando entrar no Congresso só para visitá-los. Oxalá isso aconteça! Isso há de sensibilizar o outro lado da rua.

Dentro do Governo – Sérgio, você que é do Ministério – sei que há um setor grande do Governo que quer sim que haja o acordo, que não haja protelação permanente. Eu tenho conversado com os setores, mas há um setor minoritário que tem um peso no campo das finanças. Mesmo o conforto legal de que se precisava nós já temos, que é essa decisão do Supremo. Disseram: "Paim, sem uma decisão do Supremo nós podemos cair num deslize jurídico que pode complicar o Governo." Agora há a decisão do Supremo, que é de indenizar. Já há uma decisão anterior de que, uma vez indenizada a Varig, o dinheiro seria para pagar os créditos trabalhistas de dezenas e centenas de trabalhadores que foram demitidos e não receberam nada, mandaram procurar o direito na Justiça. Milhares, são 10 mil que estão nessa situação. Temos aposentados e pensionistas também numa situação semelhante e que pela decisão anterior deveriam receber parte desse dinheiro.

Então, faço mais uma vez aqui… Fiz da tribuna e farei novamente aqui. Outro dia da tribuna eu fiz um apelo respeitoso ao meu amigo – e todo mundo sabe que ele está no centro deste debate – que é o Arno Augustin. Arno, de novo faço o apelo aqui, um apelo respeitoso, em nenhum momento faltei em relação a você com uma postura agressiva. Então, mais uma vez faço o apelo. Sei que o Gilberto Carvalho tem demonstrado e não esconde caminhar para um acordo. O Advogado-Geral da União tem falado com ele, ele quer o acordo. Há outros setores também, falei com o Aloizio Mercadante: "Paim, fala lá com o Gilberto, há uma vontade." Falei com a Ministra Ideli, ela disse que já falou com a Presidenta e há também a vontade do acordo. Está trancando num ou noutro. Não dá mais, as pessoas estão morrendo!

Vamos tentar, a partir dessa reunião com o movimento nacional, sensibilizar aqueles que ainda estão entendendo que não dá para fazer o acordo. Dá para fazer, tem-se que fazer e vamos fazer. Senão, vamos ficar aqui até o… Eu não gostaria que ficássemos aqui até o fim do ano nessa mesma peleja. Eu vou todo dia à tribuna, para vocês terem uma ideia. O que estou falando aqui não é novidade. Falo todo dia na tribuna o que estou falando aqui. É como a dívida dos Estados, viu? Da dívida dos Estados falo todo dia, um projeto de lei que veio do Executivo para cá e, de uma hora para outra, não querem votar mais. Vamos votar, de qualquer jeito vamos ter que votar. Com acordo ou sem acordo, temos que votar essa dívida que resolve o problema de 27 Estados.

Vamos voltar, então, ao nosso tema.

Vou passar a palavra às centrais. Vocês entenderam este momento, eu acho,não é? Todos aqui têm compromisso com esta causa e, na fala de vocês, se quiserem tocar no assunto podem tocar.

Então, começamos com o João Paulo Ribeiro, Secretário de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). João Paulo, vamos dar o mesmo tempo que tiveram os outros, dez minutos cada um.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Bem, Senador, eu estou até com a mão suada aqui, tentando ver se eu consigo não erguer minha voz e nem mostrar toda minha indignação depois da fala da companheira Graziella.

Mas, para nós, só quem é analfabeto político – acho que se poderia dizer isso –, porque nós servidores públicos falamos na época da reforma da Previdência, nós já dizíamos isso. Não há só o Aerus não, há o fundo da Telebras também, companheiros que agora estão na luta do mesmo jeito, tudo oriundo das privatizações, das coisas malfeitas e da falta de habilidade política também deste Governo em resolver as questões que nós deveríamos resolver, pela falta, inclusive, de enfiar goela abaixo, com todos os problemas que não preciso elencar aqui, para nos colocar o malfadado fundo de previdência privado que temos agora, o Funpresp, dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, alguns com autonomia dos Municípios e Estados.

No mundo todo acabaram com o fundo, destruíram, mas, no Brasil, nós queremos incentivar o fundo de pensão. Tem a solidariedade da CTB, vai ter toda a luta possível lá. Em nome do meu Presidente Adilson Araújo, podem contar com o apoio incondicional da CTB que essa luta é nossa. Pode ter certeza, até porque temos vários sindicatos, dos aeroportuários e nossas militâncias aí.

Senador, é difícil. E posso dizer, antecipando, há outros companheiros meus que estão aqui, outros pela dificuldade de uma segunda-feira pela manhã, e nós estávamos aqui no Ministério do Trabalho, no final da semana passada, em uma série de atividades, alguns companheiros não conseguiram chegar – a companheira Rita já falou do Ministério do Trabalho, o próprio companheiro Sérgio, que é do Ministério do Planejamento, os dois secretários aqui –, que nós estamos em trâmite sobre a negociação coletiva.

Eu estava pensando se a gente ia falar do projeto com os nossos colegas do serviço público também, que inclusive todos nessa mesa fazem parte do Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais. Nós estamos na mesma mesa de negociação, e a minha comandante-chefe Rosa falou brilhantemente. Nós temos mesa, realmente, mas que não tem efetividade.

Nós falamos, o Governo fala, não concorda com nada, e nós tocamos a vida, é assim. Então, para nós, precisamos ter efetividade das mesas. Tanto é que eu, sendo dirigente da Fasubra, queria a solidariedade não só dos companheiros meus, dos colegas da mesa, mas dos próprios Senadores. Nós da base da Fasubra estamos em greve, nossos companheiros do comando nacional de greve estão presentes todos aqui, e já estamos numa semana em greve e estamos hoje fechando com 31 universidades públicas federais em greve, diante de apenas pedir para que o Governo se sensibilize com o pior piso de toda a esplanada. Que se sensibilize, dê uma proposta, 15% foi bom, mas lógico que vamos pegar, ninguém rasga dinheiro ultimamente, pelo menos em nosso País. Nós captamos, mas isso não quer dizer que vamos ficar engessados durante três anos.

Os auditores podem falar, se eu estiver errado. Tem que ter uns aditivos – e não tem – em todos os termos: olha, em quatro anos você tem que fazer determinada coisa. Não deu. Eu geralmente coloco 25%. Se derem 25%, como os contratos que a União faz com todas essas obras, nós aceitamos. Isso é normal. E temos que dizer: olha, aceitamos o acordo, foi o que deu, mas nós queremos mais. A vida continua. O mundo muda, a inflação aumenta, a comida aumenta. E não quero entrar nessa polêmica da inflação, porque estou com um exímio companheiro do Dieese, que nos ajudou a fazer toda essa elaboração nossa para criticar a forma e a metodologia de cálculos, mas não vou entrar nesse assunto. Agora, é difícil. O que eu como não é o mesmo de 2012, é diferente. Então, temos que tentar ajudar. Não sou economista, longe disso, sou quase um semianalfabeto aqui dentro, perto das autoridades, mas acho que precisamos fazer um jogo melhor, precisamos ser muito mais solidários.

E não nos basta apenas a questão da negociação coletiva primeiro. Nós estamos aqui numa audiência de direito de greve. Nós não temos, Paim, direito à liberação sindical. Nós não temos direito, por exemplo, a desconto em folha. São concessões. O dia em que um prefeito resolver não fazer essa benevolência, ou um Governador, ou o próprio Governo Federal, acabou. Nós não temos liberação. Muitos dirigentes aqui, se forem filmados ou se colocarem o nome deles, aí nossos amigos também auditores da AGU, podem pegar e anotar, como aconteceu no caso de uma universidade federal do Paraná e dizer: olha, esse companheiro que está aqui que é integral, embora estejamos em greve, não há problema nenhum, eles estavam lá no Senado naquele dia, mas aqui no ponto está integral.

É isso o que está acontecendo, é perseguição. As nossas entidades federais não podem mais colocar o nome do dirigente sindical porque estamos sendo perseguidos pelos próprios companheiros. São leis, mas resolveria como? Resolveria se nós tivéssemos o advento da liberação sindical, a negociação coletiva, o direito a nos organizarmos como trabalhadores do serviço público. Nós não somos uma classe, nós não existimos, essa é a questão. E nós precisamos resolver esse detalhe. "Ah, falta aí, nós estamos tentando!". Gente, eu comungo, eu votaria; infelizmente, eu não sou funcionário, eu sou paulista, né, então… Eu tenho alguns problemas. Sou funcionário público estadual da Universidade Estadual de Campinas, há 33 anos, então, eu tenho alguns problemas com o Governo de lá. Agora, eu falei: eu votei nas três vezes aí, mas vou lhe dizer que é difícil, que é difícil. É mais difícil lidarmos com quem acreditamos do que com quem somos contra. Pior que eles sabem, inclusive, as táticas da gente, aí, fica mais difícil ainda.

Então, eu acho que precisaria tentar fazer um pacto no final, no *sprint* final. Este ano é eleitoral, vamos fazer o seguinte: nós vamos fazer um saco de bondade para os trabalhadores do serviço público, já que nós resolvemos pegá-los como bodes expiatórios deste Governo. Eu acho que se tem de fazer isso aí, gente. Acho que nós temos de fazer um pacto, aí, dá para fazer uma negociação coletiva decente com os trabalhadores do serviço público. E isso ajudaria não só na esfera federal, ajudaria em todas as esferas, porque é disso que nós necessitamos.

Com relação ao projeto em si, eu não queria taxar, mas, por exemplo, há algumas coisas que foram exatamente traduzidas de um projeto oriundo do Ministério do Planejamento, que nós achamos que não tem sentido.

Eu não queria tecer muitas críticas porque eu acho que nós trabalhadores podemos nos juntar entre nós e fazermos um projeto. Por exemplo, nós das sete centrais sindicais – e, aí, eu posso listar, CUT, UGTs, Força Sindical; todas, exceto a Conlutas – fizemos um projeto de lei que trata da negociação coletiva, da liberação sindical e do direito de greve e entregamos na mão do Gilberto Carvalho, em novembro de 2012. Até hoje não houve resposta. É o maior consenso, é um consenso histórico que nós fizemos entre as centrais sindicais. Para quê? Para o debate. Nós conseguimos pontuar elementos importantes que foram feitos da mesa do Ministério do Trabalho e elementos importantes da mesa do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me fazer uma pergunta, só uma pergunta, para ajudá-lo, porque nós estamos aqui para isso mesmo, a audiência é para isso.

Por que vocês não apresentam esse projeto aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, apensado a esse, e o encaminhamos para fazer um relatório mediante um grande entendimento.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Aceitamos o encaminhamento de V. Exª, agora, nós já fizemos esse trâmite por meio do Senador Romero Jucá, que apresentou em regime de urgência, urgentíssima e ia acabar com a vida da gente em uma semana. Aí, nós conseguimos enrolar ele também pouquinho lá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vocês entregaram, e eu não estou pedindo que entregue nem para mim, que entregue aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque, daí, eu articulo com a Ana Rita, que me manda para eu relatar, e nós trabalhamos com o projeto que já está aqui. Agora, vocês entregaram na mão do Romero Jucá, que, com todo respeito, é o meu Senador…

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Não, é porque ele apresentou e disse: "Em uma semana, eu vou votar tudo e vai-se resolver o problema do direito de greve." E disse que não havia mais saída. Aí, chamou uma pessoa que é bem flexível, V. Exª deve conhecer, chamada Cândido Vaccarezza, que deu as costas para nós e disse o seguinte: "Não tem conversa."

Na última audiência pública, nesta mesma sala, …

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO –… ele ficou mais flexível.

E fala o seguinte. A companheira Lílian do Dieese – Dieese é o nosso organizador das centrais –, assim que terminar este espaço aqui, fará com que chegue à mão de V. Exª. Gostaria muito de lhe apresentar e de contribuir nesse debate também que eu acho que é importante.

Inclusive no Projeto nº 401/91, que é de V. Exª, lá no Congresso Nacional, nós também trabalhamos, e há elementos muito importantes. Essa é a síntese que queremos fazer, diferentemente do que a Rita Camata está querendo, com o Senador Nelson Marquezelli, que mudou muitas coisas, mas que ainda está muito ruim

Porque o público está preocupado – para terminar aqui? O que está acontecendo é que as pessoas querem, primeiro, impedir o direito de greve, que é exercido pelos servidores, para, depois, pensar em negociar. Eles não conseguem fazer um trâmite legal, não conseguem organizar e fazer a negociação e resolvem o seguinte: "Vamos impedi-los, primeiro, da ação para, depois, tentarmos fazer a negociação." Parece que o Senador ficou sensível a isso. Parece que o Senador Romero Jucá ficou sensível à própria liberação para que o dirigente venha à Mesa, venha ao Senado, venha ao Congresso Nacional para negociar.

Enfim, nós das centrais temos uma proposta. Convidamos também, acho que os companheiros do Fonacate, aqui, devem não pedir a votação com urgência desse projeto neste momento para que nós tenhamos tempo necessário para fazer um projeto. Por que eu digo isso? Porque nós da CTB estamos fechados nesse projeto; achamos que há algumas coisas que não cabem. Por exemplo: deixar que a regulamentação de quem vai para os poderes – a liberação sindical, no caso da 8.112, são três pessoas –… É isso. Então, eu acho que há alguns ajustes no próprio projeto que a gente não queria elencar todos aqui, inclusive a questão da justiça comum. Este é o problema: enquanto a gente não determinar que vai ser resolvida essa… Por exemplo, nós, sindicalistas, queremos que o TST é que resolva os problemas trabalhistas; nós nos consideramos trabalhadores do serviço público. Não dá para ir para a justiça comum, ainda com esse monte de elemento, um desembargador cassar; eu nunca vi uma bobagem dessa. Mas, infelizmente, é a vida. Segue, vamos tentar convencer. Estamos no Brasil, para deixá-lo mais moderno, mais progressista.

Obrigado, Senador, pelo espaço que nos deu. E pedimos solidariedade à greve da Fasubra, de que vamos sair vitoriosos nesse processo de que sou dirigente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o João Paulo Ribeiro, Secretário de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central de Trabalhadores do Brasil, que deu uma bela contribuição. Porque não adianta fazer audiência pública com todo mundo dizendo que está bom o projeto. É isso mesmo, por isso é audiência pública, para ouvi-los e a relatoria acatar tudo aquilo que for de entendimento das partes interessadas no tema. Só em saber que vamos receber o projeto que já está lá no Palácio, ajuda para caminharmos para a redação final. E aqui já surgiu, pelo que o João Paulo falou, a ideia de que não precisa acelerar a votação, nem que tenhamos que fazer o substitutivo e chamar uma outra audiência pública para ver se atende à vontade da categoria. O.k.?

Rubens Romão Fagundes, Vice-Presidente da Força Sindical.

O SR. RUBENS ROMÃO FAGUNDES – Senador Paulo Paim, em nome do qual cumprimento todos os membros da Mesa, demais companheiros todos aqui presentes, primeiramente, quero externar a nossa solidariedade com os companheiros do Aerus e nos colocar à disposição para o que for necessário e puder contar com a gente.

O João Paulo fez uma síntese do que é hoje o nosso pensamento entre as centrais com relação a essa questão do servidor público. Hoje não conseguimos reunir todos os companheiros em razão do curto espaço de tempo em que tomamos conhecimento da audiência pública, mas procuramos organizar os que foram possíveis para poder estar aqui presentes, principalmente por ser um assunto que atinge diretamente todos

nós. Ouvimos muito dizer que até hoje ou não houve a regulamentação ou muita coisa não acontece porque não há consenso entre os próprios trabalhadores. Muitas vezes, ouvimos isso. E ultimamente temos buscado, entre as centrais, principalmente o consenso, para que podermos caminhar o mais rápido possível a fim de atingir os objetivos da melhor maneira possível.

Neste momento, não quero nem analisar diretamente o projeto, mas principalmente externar a nossa preocupação. O projeto atinge focos e interesses do servidor público federal, mas nós temos que entender que o servidor público abrange as diversas esferas de governo. Há servidor público federal, talvez, com menos dificuldade, mas, nos Estados e principalmente nos Municípios, há uma dificuldade muito grande com relação à negociação. São arbitrariedades que vêm ocorrendo constantemente e dificultam a organização do trabalhador.

Então, o projeto precisa de uma maior discussão. Já esperamos 25 anos, não vamos agora achar que em um mês vamos resolver todos os problemas. Acho que, se a gente puder protelar um pouquinho mais, mas que a gente possa ampliar o espaço de discussão, principalmente envolvendo todos os atores interessados –, tenho certeza de que envolvendo todos os atores interessados o projeto vai caminhar com mais facilidade, não só no Senado como também na Câmara.

Algumas questões que nos preocupam também é que possamos colocar as nossas posições. Como disse o JP, nós elaboramos alguns projetos entre as centrais. Ele fala da questão de ter apresentado esse projeto, Senador Romero Jucá, mas, na realidade, o que estamos fazendo é apagando incêndio. É uma correria, porque a cada hora aparecem projetos, e esses projetos não têm a preocupação de regularizar o direito de greve. Muito pelo contrário, são projetos que visam a coibir, que visam a cercear o direito de greve dos trabalhadores do serviço público. Estabelecem lá uma relação tão grande de serviços essenciais que fica completamente inviável a organização de um movimento de greve, principalmente quando estabelecem limites de 50%, 60%. Como é que você vai conseguir apresentar uma representatividade do servidor com uma greve com 30%? Não vai sequer ser sentida. Então, não se tem como objetivo regularizar direito de greve e, sim, cercear um direito constitucional previsto.

Então, A nossa preocupação é que possamos debater, ampliar esse debate, contribuir com esse debate, para que possamos ter um projeto que atenda todas as esferas, não só o federal, mas também o estadual e o municipal, de forma a garantir… Portanto, o principal para nós, neste momento, é a negociação coletiva. A greve é decorrência, é consequência das negociações mal efetivadas. O principal para nós é regularizar a negociação coletiva e, depois, conjuntamente, a questão do direito de greve.

Nós já vimos discutindo na Câmara do Setor Público – como já explicado pela Rita –, no âmbito do Conselho de Relações do Trabalho, uma câmara bipartite do setor público, onde as centrais vêm fazendo uma ampla discussão, vêm buscando o consenso para a definição do servidor público como categoria, para representatividade sindical, custeio do sistema sindical. Então, toda esse discussão vem sendo feita. São contribuições que podem ser muito importantes.

Nosso apelo ao Senador é que possamos abrir esse espaço de discussão, apresentar todas essas propostas, como foi dito pelo JP, e que a possamos contribuir para, realmente, termos garantida a nossa negociação coletiva e o direito de greve no serviço público.

Obrigado pelo espaço. Nosso agradecimento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Rubens Romão Fagundes, Vice-Presidente da Força Sindical.

Só para esclarecer quem está assistindo, o projeto que nós estamos debatendo como eixo – nós vamos além dele, naturalmente – foi apresentado pelo Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado). Esse é o projeto que foi apresentado. É bom que as centrais e outros setores que entendem que deva ser ajustado saibam que, com certeza, esse projeto está muito melhor dos que aqueles que estão circulando por aí. Acho que dá dez a zero nos que estão circulando por aí. Mas pode ser reajustado. Então, de pronto, nós acataremos a recomendação. Quer dizer, não vota logo, aguarda, discute mais, funde as propostas, e vamos caminhar para o grande entendimento.

Passamos a palavra, agora, ao Luiz Carlos Oliveira, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores do Estado do Paraná.

O SR.. LUIZ CARLOS OLIVEIRA – Bom dia, Senador Paulo Paim, Ex^{mo} Senador da República, é uma satisfação estarmos aqui segunda vez. Sabemos da sua posição em defesa dos trabalhadores. Vimos as companheiras aí. Quero dizer que eu também já fiz uma grave de fome em Foz do Iguaçu, na Câmara dos Vereadores, por vários dias. Foi pedido até apoio da Câmara, à Comissão de Direitos Humanos, naquela época. Mas, infelizmente, a gente sabe que está difícil resolver até aqui, dentro da própria Casa.

Na verdade, quero transmitir nossa preocupação, nossa solidariedade ao movimento que a gente está acompanhando há muito tempo, a questão da Varig e de outras empresas. Inclusive, no Paraná, há muitas em-

presas falidas em que os trabalhadores estão vendo navios. Perguntaram-me assim: "Mas é tema?" É, não deixa de ser, pois são trabalhadores, seres humanos passando necessidade por erros e falta de fiscalização.

Mas quero dizer, para os dois segmentos que estão aqui representando a parte patronal e do Governo, que, na verdade, a questão da 151 foi um empenho de todos os trabalhadores na busca de que o Brasil fosse o signatário. Então, não foi o Governo simplesmente, mas, sim, todos os trabalhadores que pressionaram para que realmente o Governo brasileiro fosse o signatário. Mas, lamentavelmente, foi feito um decreto legislativo e, depois, viu-se o erro do decreto legislativo e foi feito um decreto do Executivo. Mas, quer queira ou não, foi citado 2008, estamos em 2014: são sete anos, e nada! A Constituição tem 25 anos, e ficaram mais de duzentos e poucos artigos para serem feitas as leis complementares, inclusive a questão da greve, a questão da negociação e os direitos dos trabalhadores do serviço público. A CLT tem setenta e poucos anos, setenta e sete anos, e também deixou muito a desejar nessa questão.

Mas eu queria aqui – o JP voltou aqui – dizer o seguinte: que além de representarmos as centrais, nós estamos representando uma das maiores confederações do Brasil, que é a CSPB, e também nossas federações e nossos sindicatos. E é lá na base, lá nos nossos Municípios, que passamos todas as dificuldades. É aquilo que se falou: nós não temos, como aqui foi colocado, a mesa de negociação, e, sim, a pauleira, lá no Município, indo buscar o direito lá nas nossas greves e, no interdito proibitório, em todos os movimentos, a partir de uns cinco anos para cá, todos os nossos movimentos com interdito proibitório.

Então, na verdade, é assim: quando se fala em arbitragem, conciliação, observatório, a gente vê com bastante preocupação, porque todos esses organismos que foram criados na iniciativa privada até hoje não funcionaram, e vai tudo para a Justiça. A gente tem que pensar muito bem, porque, quando se falou em fundos, nós estamos indo para o fundo privado de Previdência, mas temos um exemplo grande, que faliu, e daí deixa os trabalhadores em uma situação difícil.

Na verdade, voltando para a questão da 151, Senador, quando se falou do Senador Jucá, é porque nós tivemos que ir lá apagar incêndio, mas nós temos aqui a… Começou com o fórum – viu, Rita? –, que o Ministério do Trabalho puxou em âmbito de Brasil. Discutiu-se muitos pontos da questão dos trabalhadores em geral e alguns pontos focados na questão do servidor. E lá nós estávamos discutindo a questão da competência, quem iria julgar a questão dos direitos do servidor público, se a Justiça Comum ou se a Justiça do Trabalho; e lá, pelo menos no Paraná, nós colocamos a questão da Justiça do Trabalho.

A questão do fórum foi muito importante, mas o fórum foi esquecido, como muitas coisas da questão do Governo.

Então, na questão da greve, o direito de greve, que foi o tópico colocado, pegou-nos de surpresa. Não desmerecendo os companheiros. Quero dizer assim para todos os segmentos: nós temos que nos unir. E as centrais se uniram, conseguiram, inclusive com uma ou duas centrais que a gente não conseguia, que era o debate tanto no Ministério do Planejamento quanto no Ministério do Trabalho – nós discutimos em âmbito de Brasil, não foi só aqui no Ministério em Brasília. Nós levamos a discussão da questão até ao Rio Grande do Sul, pontuando e tirando as diretrizes da negociação, tudo que se referia a 151. Foram cinco seminários – você me relatou a questão dos cinco seminários, onde foi feita essa discussão.

Então, gostaríamos, Senador, como foi pedido aqui, que a gente tivesse a oportunidade, então, de anexar todas aquelas diretrizes que foram contempladas, e dizer para os demais companheiros, aqui, que também ajudaram na elaboração – até em alguns pontos aqui a gente não vai entrar em discussão –, para que a gente possa junto com o Senador, talvez não numa audiência… Pode-se fechar com audiência, mas que a gente tenha oportunidade de discutir melhor, Senador…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Numa reunião de trabalho.

O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA – Isso, com todas as entidades e segmentos que foram convidados, para que a gente possa fazer uma discussão melhor, juntando todas aquelas diretrizes.

Há um companheiro que não está aqui, que participou de todas as discussões, elaborou junto com todas as centrais e isso foi apresentado.

Eu acho assim: nós também queremos ter o compromisso dos dois segmentos, tanto do Ministério do Trabalho quanto do Ministério do Planejamento, que participam dessas discussões, para que a gente possa, junto com o Congresso Nacional, principalmente com o Senador Paim, realmente aprovar, para que esse projeto trazido aqui e contemplado com as ideias e propostas que vão surgir venha a ser realmente aprovado, porque a classe dos trabalhadores… Tem um professor nosso que sempre coloca: é a nossa vida a negociação. Nós estamos indo para todos os movimentos.

Agora, não se pode colocar aquele projeto… Nada contra, mas aquele projeto que foi colocado, do Senador lá, em regulamentar para não fazer… Então, na verdade, não precisava. Nós continuaríamos fazendo o nosso movimento.

Senador, muito obrigado. Agradecemos em nome da UGT e da Central. Com certeza a luta pela melhoria das condições de trabalho vai surtir efeito no quê? Na comunidade, com um trabalho de melhor qualidade para toda a população. E fazer com que realmente a gente consiga "pegar" a responsabilidade dos governantes.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Luiz Carlos Oliveira, Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores do Paraná (UGT) e, ao mesmo tempo, da CSPB. É isso? Muito bem. Que foi na mesma linha, pedindo para que haja, então, a fusão do projeto apresentado pelo Fonacate com o das centrais e para que a gente faça uma reunião de trabalho primeiro e feche com uma audiência pública no segundo momento.

Agora passamos a palavra para Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimentando a Mesa.

Bom dia a todos.

Agradeço pela iniciativa de estarmos nesta Casa debatendo um tema tão relevante como esse para os servidores e trabalhadores públicos.

Quero dizer que nós, da Nova Central, a nossa grande preocupação, como os nossos companheiros já bem colocaram, é de estarmos há muito tempo fazendo esses debates. Em momentos, a gente é surpreendido com outros que querem sair na frente, atropelando, sem reconhecer as representações, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), com a qual também estamos organizados.

Nós temos debatido constantemente com essas frentes. A CSPB tem 47 federações e 1.007 sindicatos de servidores públicos no Brasil inteiro, na esfera dos poderes federal, estadual e municipal, Legislativo, Executivo e Judiciário. E as centrais sindicais organizadas dentro do CSPB, o tema da sétima marcha das centrais sindicais que também foi colocado era a regulamentação da 151.

No passado, todos sabem que houve uma grande divergência entre o Ministério do Planejamento e o Ministério do Trabalho. E nós ficamos ali, debruçados em mais de 200 horas de debates, na construção de um entendimento com as centrais. Houve divergências, como foi colocado pelos nossos companheiros, mas houve um consenso que foi mediado.

A Presidente Dilma, na 7ª Marcha das Centrais Sindicais, recepcionou-nos, recebendo o documento, o consenso, por intermédio do Ministro Gilberto Carvalho. E o que nos surpreendeu é que não houve retorno algum, não houve uma… Não se agilizou nada em relação ao que foi tratado entre os temas.

E dentro da câmara em que estamos debatendo, com o Ministério do Trabalho e as representações das centrais sindicais, eu observo o quanto é a falta de interesse do Governo em organizar o setor público. O Governo não tem interesse, porque se tivesse interesse já nos teria sinalizado com mais compromissos. Nós até agora não temos um compromisso firmado do Governo. Ora, são 11,5 milhões de servidores públicos. Esses 11,5 milhões de servidores públicos são os que tocam o Estado, a máquina pública, são os que conseguem fazer um País de excelência para a população. Há 25 anos, a Constituição deu o direito de os servidores se organizarem, mas até agora não vemos nenhum avanço. Tudo que acontece, por incrível que pareça, são medidas contrárias a nós servidores públicos. Sempre somos surpreendidos com medidas contrárias, como bem colocaram os nossos companheiros colegas das centrais.

Nós fomos ao Senador Romero Jucá porque ele já tinha um projeto praticamente acabado, com dia e hora de entrar nesta Casa, nos tratorando, tirando nossos direitos. E o dirigente sindical… É um absurdo um país como o Brasil, que se diz democrático, viver numa ditadura sindical. O dirigente sindical não pode representar suas categorias, suas bases pela perseguição que existe.

Nós vivemos o Governo dos trabalhadores no século XXI, num país que lá fora é reconhecido internacionalmente, com muitas políticas de excelência, mas no setor público o trabalhador público, o servidor público é o bode expiatório, é o vilão da história. Tudo que acontece, todas as mazelas são atribuídas, são focadas em cima do servidor público. O servidor público é quem vai conseguir trazer o serviço público de excelência. Enquanto não focarmos em dois pilares no Brasil, não avançaremos. Um é o desenvolvimento no País pela educação – viu, Senador Paim? – e o outro é pelos servidores públicos. Se assim os dirigentes não entenderem, se sobre isso não se debruçarem com responsabilidade, com compromisso e forem empurrando de quatro em quatro anos, vamos ficar num país de fazer vergonha.

Vamos sediar uma Copa do Mundo no nosso Brasil e vamos nos envergonhar quando o mundo vir nossas mazelas aqui dentro, quando conhecer o Brasil por dentro, não só em matérias de viagens bonitas, mas conhecendo o Brasil por dentro, como funcionam as suas organizações. Quando um agente internacional souber que um dirigente sindical no nosso País ainda tem que fazer política… Assistimos a dirigentes sindicais serem as-

sassinados, como vemos em várias cidades do interior. É um absurdo! Não temos condições de custear o nosso movimento, Senador Paim, não temos o imposto sindical, não temos o direito de greve, não temos a negociação coletiva, os gestores da máquina pública estatal ainda não reconhecem o movimento sindical no setor público.

O servidor público é escravizado, é perseguido. Cada gestor que entra persegue o servidor público com assédio moral. É outro caso que está arrebentando os servidores públicos, como sempre arrebentou: o assédio moral dentro do serviço público. Não dá mais para um Brasil como o nosso, com essa dimensão, que desponta na esfera internacional, nas suas posições. Nós aqui dentro estarmos desorganizados.

Louvo a Deus por um Senador como o Senador, Paim, que tem trazido à luz esses debates, que tem trazido as entidades sindicais. O senhor as reconhece, aceita todas. O senhor debate.

A Nova Central Sindical e a CSPB estão aqui clamando pelos servidores públicos, pelos trabalhadores públicos para que esses dirigentes, para que esses políticos acordem, parem de fazer discursos, parem de querer apresentar projetos de última hora, sentem com as entidades que representam. Como pode a Bancada Rural chegar aqui e ser representada por uma outra Bancada, simplesmente porque ouviu alguma história ou pesquisou na internet. Tem-se que ouvir os ruralistas. No caso dos servidores públicos, das representações constituídas, das representações constitucionalmente legalizadas, está acontecendo isso com os servidores.

Aparecem muitas entidades, inclusive em projetos em que colocam submarinos no meio para nos prejudicarem. É incrível que coloquem vários projetos no meio de outros que não têm nada a ver com o serviço público, nada a ver com servidores públicos, só para nos prejudicarem. Não aparece nenhum projeto no meio, um submarino, para conceder reajuste ou trazer um benefício. Só aparece projeto para tirar benefício de servidor. Nós sindicalistas, nós representantes na nossa vida inteira lutamos para não perder benefícios concedidos, para não perder benefícios que já alcançamos.

E outro fundo que eu queria incluir aqui urgentemente são os fundos das teles. Está uma vergonha! O fundo das teles é preciso urgentemente ser debatido, porque está na mesma situação dos fundos do Aerus. Se os companheiros não sabem, eu gostaria até de futuramente a gente puxar um debate sobre esses companheiros lá. As teles acabaram, arrebentaram com os companheiros que lá ficaram. O seu fundo desapareceu, e hoje estão aí morrendo à míngua também.

Essa é a preocupação da Nova Central, da CSPB, e das centrais sindicais. Nós queremos, sim, aprofundar esse debate. Nós queremos, sim, preparar esse debate para que a gente possa trazê-lo à luz da necessidade do movimento do setor público e dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado.

Deus abençoe a todos e até breve. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da nova central sindical de trabalhadores.

Chegaram aqui algumas afirmações.

Uma dizendo que a mesa permanente do SUS deveria discutir também a remuneração.

Outra diz, a título de informação: "No Ceará, existe a mesa de negociação, mas que serve só para empurrar as decisões para frente. Por exemplo, nós, servidores fazendários, há mais de dois anos estamos lutando por uma lei orgânica."

Outra dizendo que é totalmente contrária à lei de greve para o servidor.

Outra fala sobre um debate amplo, polêmico, sobre direito de greve, mas que deve ser visto com olhar de muito cuidado, fortalecendo a democracia.

"Se torna contradição quando não se tem, por exemplo," aqui ele diz, "soberania estadual e soberania tecnocrata."

O cidadão afirma estar acompanhando a audiência pública que debate o direito de greve. Sugere que os Parlamentares – estou resumindo aqui – não criem problema para os trabalhadores. Que todo trabalhador tem que ter direito à luta, ou seja, ao direito de greve. Na verdade, ele quer dizer isso. Há uma frase que é muito dita pelas pessoas com deficiência que é a seguinte: tudo conosco; nada sem nós. Eu aprendi isso com eles em inúmeras audiências públicas aqui.

O nosso tempo terminou. Acho que aqui chegamos a um consenso. Alguém já disse aqui que todo projeto que trata dessa questão é polêmico, e percebemos aqui que mesmo no do Fonacate não há consenso. Há divergências, como expresso aqui no plenário com muita clareza pelas centrais.

Acho que o encaminhamento que a gente pode tirar nesta audiência pública, que veio aqui do Plenário e acho com que a Mesa também concorda: primeiro, nós faremos uma reunião de trabalho, convidando as centrais e os companheiros da mesa que puderem comparecer, principalmente os do Fonacate, que é a autora do projeto apresentado.

Faremos uma reunião e vamos convidar naturalmente o Ministério do Trabalho e do Planejamento também, para uma discussão na perspectiva de fusão dos dois projetos. Se chegarmos a um entendimento, marcamos uma audiência pública, apresentamos o projeto. Se tivermos um ajustezinho já se faz ali, depois marcamos um dia para votar, com a presença, de preferência, de todos os que ajudaram a articular essa proposta. Esse, para mim, é o encaminhamento que podemos tirar desse momento.

E fica o compromisso de eu não apresentar o meu relatório, sempre essas duas tarefas: uma reunião de trabalho e uma outra audiência para se bater o martelo pela importância que envolve esse tema do direito de greve, da liberdade da autonomia sindical, da negociação, enfim. Foi falado aqui do tripé, esse tão falado. Que seja contemplado, já que estamos tratando também no berço da 151.

Assim, devido ao nosso tempo, vamos encerrar a nossa audiência pública.

Vejam ali: Greve é um direito! Eu apoio a greve! Fasubra! Não à privatização! Se dirigindo ao Governo para que negocie com a Fasubra.

Pelo que percebo aqui deste Plenário, todos apoiam, claro, e querem que haja negociação com a Fasubra.

Ainda, Graziella, a última questão. Naquele encaminhamento que fiz, se vocês concordarem, ao qual me disponho, nós saímos daqui agora e vamos até o Salão Verde para dar um apoio aos companheiros do Aerus que estão há 15 dias.

Vamos pedir ao pessoal das centrais que venham aqui na frente para fazermos o registro desta audiência pública. Os dirigentes todos que estão aqui sejam todos bem-vindos. Não há limite. Podem vir os companheiros da base com os cartazes. Vamos fazer uma foto coletiva.

Vou encerrar agora.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e sete minutos do dia treze de março de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência a Senadora **Vanessa Grazziotin**. O Presidente declara aberta a Reunião e submete a esta Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente Comunica que no dia 20 de março de 2014 haverá, nesta Comissão, Audiência Pública com a presença do Ministro Mauro Borges, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente saúda a Presidente Michelle Bachelet, por sua posse no cargo de Presidente do Chile. O Presidente informa sobre eleição de membro desta Comissão para compor a CCAI, a realizar-se nesta Reunião e declara aberto o processo de votação. Tem início a apreciação da **PAUTA – 1ª PARTE: Audiência Pública** para discutir as relações diplomáticas entre o Brasil e a França, em atendimento ao RRE nº 98/2013. O Presidente convida a compor a Mesa o Embaixador **Denis Pietton**, da República Francesa no Brasil. O Presidente concede a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para a sua exposição. Usam a palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Embaixador responde os questionamentos e faz suas considerações finais. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia para registrar a presença dos seguintes visitantes vindos de Santa Rosa – RS: Alcides Vicini, Prefeito de Santa Rosa; Ângela de Faria Maraschin, Presidente da 20ª Fenasoja; Cléo Antonio Rockenbach, Coordenador-Geral da 20ª Fenasoja; e José Aurélio, Diretor da Comissão de Serviços. O Presidente agradece a presença do Embaixador e, então, passa-se à **PAUTA – 2ª PARTE:** Deliberativa. Usam a palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, que solicita a inclusão de um item extrapauta, aprovada; e Mozarildo Cavalcanti, que solicita inclusão de três requerimentos extrapauta, aprovada; o Senador Cyro Miranda solicita, também, inversão de pauta para apreciação inicial do item 3, aprovada. **EXTRAPAUTA: ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, de 2014,** de autoria dos Senadores Paulo Bauer e Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeremos, nos termos regimentais, que esta Comissão designe representantes para, em Missão Oficial, colaborar com a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que irá à Ho-

landa acompanhar as investigações acerca das denúncias de corrupção nos contratos firmados entre a Petrobras e a empresa holandesa *SBM Offshore*, para locação de plataformas marítimas." Aprovado. **ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, de 2014,** de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "Requeiro, nos termos do art. 40, §1º, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, a instituição de missão desta Comissão de Relações Exteriores, composta de 03 (três) membros, destinada a verificar, *in locu*, o atual quadro de comoção social instalado na República Bolivariana da Venezuela, suas consequências para os cidadãos brasileiros ali residentes, e o reflexo do mesmo para as cidades fronteiriças com o referido País." Aprovado. **ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, de 2014,** de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para debater o atual quadro de comoção social na República Bolivariana da Venezuela e seus reflexos para os cidadão brasileiros ali residentes, os reflexos no MERCOSUL e as relações fronteiriças com o Brasil, sendo convidados para tanto: • O senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil; • O Subsecretário Geral para a América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores; • O Sr. DIEGO ALFREDO MOLERO BELLAVIA, Embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil; • O Sr. RUY CARLOS PEREIRA, Embaixador do Brasil em Caracas." Aprovado. **ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, de 2014,** de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "Requeiro seja encaminhado Ofício desta Comissão de Relações Exteriores à Prefeitura Municipal de Pacaraima, no Estado de Roraima, bem como à Câmara de Vereadores do referido Município, solicitando o envio a esta Comissão da relação dos bens imóveis públicos e privados, construídos ou em construção, localizados na zona *non aedificandi* estabelecida na faixa de fronteira entre o Brasil e a Venezuela, conforme acordado com a Missão criada através do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores n.º 38, de 2013." Aprovado. **ITEM 15 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, de 2014,** de autoria do Senador Roberto Requião, que "Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, requeiro, ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações relativas às negociações para a celebração do acordo entre o Mercosul e a União Europeia e, em especial, sobre a oferta brasileira, a oferta do Mercosul, a oferta da União Europeia, as normas econômicas relativas a serviços, indústria, agricultura, investimentos, regras de promoção e proteção dos direitos dos investidores, subsídios, dumping, mecanismos de proteção à propriedade intelectual, mecanismos de solução de conflitos, tais como o recurso a arbitragem internacional, dentre outros, e os compromissos políticos envolvidos nas tratativas." Aprovado. **ITEM 16 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 26, de 2014,** de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos regimentais, autorização para ausentar-me do País nos dias 24 e 25 de março de 2014 para participar do Seminário Internacional "America Latina: Oportunidades y Desafios" (programação anexa), que se realizará na cidade de Lima/Peru, organizado pela *Fundación Internacional para la Libertad* e que terá como moderador o escritor peruano Álvaro Vargas Llosa." Aprovado em conjunto com os Requerimentos nºs 25 e 27. **ITEM 17 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 27, de 2014,** de autoria do Senador José Agripino, que "Requeiro, nos termos regimentais, autorização para ausentar-me do País nos dias 24 e 25 de março de 2014 para participar do Seminário Internacional "America Latina: Oportunidades y Desafios" (programação anexa), que se realizará na cidade de Lima/Peru, organizado pela Fundación *Internacional para la Libertad* e que terá como moderador o escritor peruano Álvaro Vargas Llosa." Aprovado em conjunto com os Requerimentos nºs 25 e 26. **ITEM 3 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2007,** de autoria do Senador Alvaro Dias, que "Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, de 2007,** de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 590, de 2007,** de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores por associações, sindicatos e federações representativas de trabalhadores ou de categoria econômica." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2008,** de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras de hemofilia." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2008,** de autoria do Senador Renato Casagrande, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240,**

de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, de 2008,** de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "Prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, de 2008,** de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nela especificados às Casas Militares ou aos Gabinetes Militares da União, dos Estados e do Distrito Federal." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2009,** de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera o inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2009,** de autoria do Senador Flávio Arns, que "Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2009,** de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a ferramentas diversas." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2009,** de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, de 2009,** de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2010,** de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a receita bruta decorrente da venda de motocicletas com cilindrada até 125 cm3, no mercado interno, quando adquiridos por motoboys ou mototaxistas." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2010,** de autoria do Senador Romeu Tuma, que "Acrescenta o inciso VI, ao artigo 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência físicas, e dá outras providências." **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2011**, de autoria do Senador Pedro Taques, que "Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas." O Presidente concede a palavra ao Senador Cyro Miranda para considerações sobre o Relatório. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Roberto Requião. Registra-se voto contrário do Senhor Senador Eduardo Suplicy. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma da Emenda nº 5 - CRE (Substitutivo), e pela rejeição dos demais PLS de nºs 589/07, 590/07, 174/08, 181/08, 240/08, 449/08, 463/08, 45/09, 277/09, 305/09, 347/09, 380/09, 160/10, 197/10 e 130/11. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 155, de 2014,** de autoria do Senador Paulo Davim, que "Requer, nos termos do art. 40, observado o disposto no art. 13, ambos do Regimento Interno do Senado Federal,autorização para participar da reunião da Confederação Médica Latino Americana – CONFEMEL, a convite da Federação Nacional dos Médicos, que ocorrerá na Costa Rica, no período de 13 a 15 de maio de 2014." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o Relatório. Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, de 2014,** de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Audiência pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para debater os financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em projetos de infraestrutura no exterior, nos modais rodoviários, ferroviários, aeroportuários, hidroviários e outros investimentos na área de logística." Aprovado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO**

DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto KC-X, destinado ao desenvolvimento e produção, pela Embraer, da aeronave de transporte militar e reabastecimento denominada KC-390, com capacidade de 20 toneladas, cuja finalidade é atender necessidades operacional e estratégica da Força Aérea Brasileira, relacionadas a missões militares e de ajuda humanitária, entre elas apoio a calamidades públicas e apoio a localidades de difícil acesso na região amazônica." Aprovado. **ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 24, de 2014,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com o objetivo de debater o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas com a presença dos seguintes convidados: • Dom Leonardo Steiner, Secretário-Geral da CNBB; • Paulo Abrão Pires Junior, Secretário Nacional de Justiça; • Representante do Ministério das Relações Exteriores – Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior; • Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal." Aprovado. **ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, de 2014,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, autorização para ausentar-me do País nos dias 24 e 25 de março de 2014 para participar do Seminário Internacional "America Latina: Oportunidades y Desafios" (programação anexa), que se realizará na cidade de Lima/Peru, organizado pela *Fundación Internacional para la Libertad* e que terá como moderador o escritor peruano Álvaro Vargas Llosa." O Presidente concede a palavra à Senadora Ana Amélia, Relatora, para proferir o Relatório. Aprovado em conjunto com os Requerimentos nºs 26 e 27. O Presidente solicita à Senadora Ana Amélia que apresente minuta de Projeto de Resolução do Senado referente a ausência de Senador(a) em missão oficial. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque e o Senador Mozarildo Cavalcanti. **MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA:** às doze horas e dezesseis minutos assume a presidência a Senadora Ana Amélia; e às doze horas e vinte e seis minutos reassume-a o Senador Ricardo Ferraço. O Presidente registra a presença do Embaixador Rubens Barbosa. O Presidente convida a Senadora Ana Amélia e o Senador Cristovam Buarque para proceder a apuração de votos da eleição de membro desta Comissão para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI. É aprovada a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2013,** de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, que "Torna obrigatória a apresentação do Quadro de Sócios e Administradores para inscrição, suspensão ou baixa da pessoa jurídica domiciliada no exterior no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ." Retirado de pauta para reexame do Relator. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, de 2011,** de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Autoriza o Poder executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda a Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite." Adiado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2011,** de autoria do Senador Humberto Costa, que "Concede pensão especial aos ex-integrantes do "Batalhão Suez"." Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 395, de 2013,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas, celebrado em Brasília, em 9 de outubro de 2006." Adiado. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores, aos brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, que, no próximo dia 20 de março, será realizada audiência pública com a presença de S. Exª o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges, para debatermos os rumos do Mercosul. É importante que nós possamos estar atentos a essa audiência pública considerando a robusta agenda que o nosso País tem diante dos fatos e da conjuntura em relação ao Mercosul.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, saúdo a posse, nesta semana, de S. Exª a Presidente Michelle Bachelet. Fazemos votos de prosperidade e estabilidade para a sociedade chilena e que

a democracia do Chile se fortaleça cada vez mais. Em seu segundo mandato, a Presidente Bachelet tem a vantagem da experiência e do tempo para ver refletido sobre governança e resultados, sobre valores, opções e escolhas estratégicas para esse importante país que tem históricas relações com o nosso Brasil.

Como vizinho, ao qual está ligado por laços históricos de grande densidade, o Brasil deseja intensificar cada vez mais seu relacionamento, nas mais diversas áreas, com essa querida e estimada nação amiga.

Nossas congratulações a S. Exª a Presidente Bachelet, os nossos votos de felicidades pessoais e de muito êxito em suas elevadas funções à frente da República do Chile.

Conforme determina o art. 7º, inciso III, letra f, da Resolução nº2, de 2013, do Congresso Nacional, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deve indicar um Senador para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Esclareço que essa indicação será mediante votação secreta do colegiada e será realizada hoje.

Até o momento, apenas S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti se disponibilizou a compor essa nova estrutura do Congresso brasileiro, uma comissão formada por Senadores e Deputados Federais e que têm o propósito de acompanhar e monitorar as atividades de inteligência do Poder Executivo.

Sendo assim, está aberto o processo de votação para escolha do Senador Mozarildo Cavalcanti que apresentou o seu nome para representar esta Comissão, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, junto à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Governo da República.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Estou de acordo, Sr. Presidente. É só para dizer que estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A primeira parte da reunião destina-se, Srªs e Srs. Senadores, a ouvir S. Exª o Embaixador da França no Brasil, o novo Embaixador da França no Brasil, o Embaixador Denis Pietton, para fazermos uma abordagem e uma reflexão sobre as relações do nosso País com a República Francesa, atendendo a requerimento de S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Nós estamos, portanto, recebendo a presença de S. Exª o Embaixador Denis Pietton, que queremos convidar para que tome assento à mesa dos trabalhos na Comissão de Relações Exteriores.

Desejo convidar o Senador Aloysio Nunes Ferreira, na condição de autor do requerimento, para que possa fazer a saudação inicial a S. Exª o Embaixador da República da França em nosso País, que gentilmente aceitou o nosso convite, num gesto e ato de absoluto respeito ao Parlamento brasileiro, para que possa se apresentar oficialmente ao nosso País e possamos fazer uma abordagem e um debate sobre as nossas relações com a República da França.

Na condição de autor, passo a palavra a S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, meus prezados colegas Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, esta reunião, que foi requerida por mim, resulta de uma convergência de vontades. O senhor foi designado para representar a República Francesa em nosso País e assumiu seu posto no ano passado, no mês de julho, se eu não me engano.

Imediatamente, logo depois, V. Exª nos procurou, procurou a Comissão de Relações Exteriores e também o Grupo de Amizade França–Brasil, manifestando o desejo de comparecer a esta Comissão. Essa sua *démarche* foi imediatamente acolhida com a maior boa vontade, receptividade e entusiasmo pelo Presidente da nossa Comissão, Senador Ricardo Ferraço.

Tivemos depois uma reunião na residência com uma delegação do Grupo de Amizade, em que trocamos ideias a respeito do interesse que teríamos na sua visita.

Depois desses encontros, tivemos dois eventos importantes nas relações França–Brasil, com a presença do Ministro das Relações da França e depois do Presidente François Hollande. A Presidente Dilma Rousseff também esteve na França nesse período. De modo que este momento é particularmente adequado para que V. Exª, ao mesmo em que se apresenta a esta Comissão, que, aliás, já o conhece pelo seu currículo...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fazendo soar a campainha*.) – Há um Senador fazendo uso da palavra, fazendo uma saudação a S. Exª o Embaixador da República francesa, e gostaria de pedir *máxima venia* a gentileza e a delicadeza de que pudéssemos respeitosamente ouvir o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Apoio Governo/PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Não é um Senador, é o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu me associo a V. Exª, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não é qualquer Senador, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Peço a contribuição e a colaboração dos colegas, da assessoria e de todos que nos acompanham e nos honram com suas presenças aqui na Comissão.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Obrigado.

O Senador Luiz Henrique, há muito anos, me distingue com a sua benevolência e a sua amizade.

Mas eu dizia, Sr. Embaixador, que a nossa Comissão o conhece pelos contatos pessoais que alguns de nós tivemos oportunidade de ter com o senhor, mas também pelo seu currículo. O senhor é Embaixador, funcionário do Ministério das Relações Exteriores, onde ingressou há mais de 30 anos e que tem uma vastíssima experiência nas relações internacionais e também na vida interna do Ministério das Relações Exteriores. É um quadro da política francesa, do Estado francês da mais alta distinção. Por isso, ficamos muito honrados quando o Presidente da República o designou para ser Embaixador do nosso País.

Mas eu dizia, Sr. Embaixador, que este é o momento adequado para fazermos um balanço desses encontros, o resultado que deles adveio. Ao mesmo tempo, pediria ao senhor que, dentro de um contexto mais amplo, traçasse um panorama do que, na sua opinião, existe de mais relevante nesta nossa tradição já consolidada de boas relações não apenas entre a República Francesa e a República Brasileira, mas entre os nossos povos.

Também ousaria pedir ao senhor que, a partir já da sua longa experiência nas relações internacionais, pudesse abordar também algumas questões mais delicadas que hoje afetam a conjuntura internacional, como o caso mais imediato que mais nos preocupa: a situação da Ucrânia.

De modo que, reafirmando em nome de toda a nossa Comissão a nossa alegria por recebê-lo, quero também desejar que o senhor tenha uma presença muito profícua, muito produtiva e muito feliz no plano pessoal aqui no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Bem, com essas palavras iniciais do Senador Aloysio Nunes Ferreira, requerente desta audiência, com muita honra recebemos a visita de S. Exª o Embaixador da República da França, Denis Pietton, queremos passar a palavra a S. Exª para que faça fazer uma abordagem sobre os principais desafios nas nossas relações comerciais.

Com a palavra V. Exª pelo tempo que julgar necessário.

O SR. DENIS PIETTON (*Tradução simultânea por profissional habilitado*.) – Muito obrigado Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, muito obrigado Senador Nunes pela sua introdução e pelas palavras que são palavras amigáveis à altura da amizade e afeição que o senhor tem com a França.

Queria, primeiro, Sr. Presidente, agradecê-lo pelo convite e agradecer a todos aqueles que contribuíram para que esse encontro pudesse acontecer hoje. Tenho certo problema, pois me expresso em francês, peço desculpas por isso e tenho certeza de que a tradução será excelente. Prometo que, se me convidarem novamente, falarei Português da próxima vez. Não sei se terei o sotaque do Rio, de Porto Alegre ou do norte, mas provavelmente terei um sotaque francês quando falar Português.

Muito obrigado mais uma vez por essa oportunidade excepcional que os senhores estão me oferecendo.

A relação entre a França e o Brasil é uma relação antiga, extremamente intensa; não vou diante desta Comissão lançar-me em um histórico desta relação. Todos sabem que os primeiros contatos entre a França e o Brasil são muito antigos e remontam a vários séculos.

Como disse o Senador Nunes, ser embaixador no Brasil não é ser embaixador em qualquer país. Acho que os laços que unem a França e o Brasil são laços muito profundos. Há no Brasil uma sincera amizade e um sincero interesse pela França e há na França, eu acho, o interesse pelo Brasil que nunca foi desmentido.

Para um embaixador que começa a sua missão, já que apenas começou em setembro, partir com uma bagagem histórica que, na verdade, é positiva e promissora para o resto da minha missão, pelo menos é o que espero.

É verdade que a França e o Brasil estão ligados por relações que qualificamos como parceria estratégica. Essa expressão tende hoje a não significar muito. O Brasil tem várias parcerias estratégicas com muitos países, a França também tem muitas parcerias estratégicas, mas acho que a parceria entre a França e o Brasil reveste-se de uma atualidade e profundeza que, mais uma vez, fazem dela uma relação especial. Pelo menos o objetivo da minha missão é o de desenvolver essa parceria entre os nossos dois países.

Como bem disse V. Exª, Senador Nunes, visitas importantes aconteceram, a Presidenta Dilma Rousseff foi fazer uma visita de Estado em dezembro de 2012 na França, eu era na época chefe de gabinete do Ministro das Relações Exteriores e, um ano depois, o Sr. François Hollande fez também uma visita de Estado no Brasil. Congratulo-me que essa visita tenha acontecido no início da sua missão, porque é uma chance extraordinária para um embaixador que tenha havido uma visita de tal nível no início de sua missão porque isso nos coloca

um horizonte. Esse horizonte havia sido fixado quando a Srª Rousseff havia ido à França, já que os dois chefes de Estado haviam adotado um plano de ação, mas o verdadeiro início dessa parceria estratégica remonta o ano 2006, com as relações entre o Presidente Chirac e o Presidente Lula e se concretizou por um primeiro plano de ação em 2008, dezembro de 2008.

Parece que todas as visitas importantes entre a França e o Brasil ocorrem em dezembro. Não sei por que, deve ser um presente de Natal para nós todos, quando o Presidente Sarkozy veio, portanto, em dezembro de 2008, aqui ao Brasil.

É preciso que uma parceria estratégica tenha uma base sólida. Entre a França e o Brasil temos esse alicerce. Qual é o alicerce? É a recusa do *laissez-faire* no cenário internacional.

É uma banalidade dizer que a globalização se impõe para nós. Ela tem muitos efeitos benéficos, mas também tem efeitos distorcidos. E eu acho que os nossos dois países não querem abandonar a sua capacidade de canalizar essa globalização para ela ser justa e em benefício da maior parte do mundo.

Os nossos dois países acreditam numa forma de regulação internacional, que é muito importante. Tanto o Brasil quanto a França estamos engajados na ideia de trabalhar em favor de um mundo mais justo, favorecer a emergência das economias e fazer com que, mais uma vez, os benefícios da globalização possam atingir o maior número possível de pessoas. Também nesse mesmo sentido fazemos questão de entrar numa abordagem bastante próxima dos dois países do que deve ser a governança mundial, tanto no plano econômico quanto no plano político, de modo que os organismos internacionais sejam ao mesmo tempo mais equilibrados na sua representatividade e mais representativos do mundo tal como é.

Claro está que as instituições herdadas da segunda guerra mundial, num mundo que era totalmente diferente, não são mais pertinentes hoje.

A visita da Presidenta Dilma Rousseff a Paris em 2012 e a do Presidente Hollande em 2013 aqui no Brasil permitiram confirmar essa parceria estratégica e relançá-la.

O que significa isso para países como França e Brasil? Lembro que o Brasil é a sétima economia mundial, daqui a pouco sexta, quem sabe a quinta e obviamente temos muito a intercambiar. O que caracteriza nossa parceria é o interesse que temos por verdadeiras transferências de *know-how* e de tecnologia.

Nosso objetivo não é apenas multiplicar as nossas trocas econômicas, não é apenas que o Brasil venda mais para a França e a França mais para o Brasil. Desse ponto de vista fizemos progressos enormes. Nos últimos dez anos o nosso comércio bilateral dobrou e o objetivo fixado pelos Presidentes era dobrar o nosso comércio nos dez próximos anos. Aparentemente é algo perfeitamente realizável. Mas, no fundo, não é isso o que nos interessa mais na nossa relação com o Brasil. O que nos interessa é que haja mais empresas brasileiras no Brasil e mais empresas francesas que participem do desenvolvimento do Brasil e que concorram para essa ambição que tem o Brasil de se tornar potência mundial, que tenha um peso no concerto das Nações.

Existem programas emblemáticos dessa transferência de *know-how* e de tecnologia. O mais conhecido é o programa de construção de submarinos, que foi lançado nos anos 2008/2009, é o tal programa Prosub que se divide em várias ações. Primeiro a fabricação no Brasil de quatro submarinos Scorpène, criação entre a DCNS e a Odebrecht, que criaram um *joint venture* de uma base para esses submarinos no Estado do Rio de Janeiro.

Eu gostaria de ressaltar esse ponto, que me parece capital, a decisão dos dois países de, juntos, construírem um submarino de propulsão nuclear, com a França trazendo o seu apoio para ajudar na definição desse submarino, sendo que a parte de propulsão nuclear depende do *know-how* do lado brasileiro.

Eu queria insistir sobre esse ponto porque estou aqui para falar francamente. Tenho lido na imprensa que esse programa não estava indo tão bem assim. Todas as indicações que temos mostram o contrário. A Presidente Dilma Rousseff disse ao Presidente Hollande que ela se sentia muito satisfeita pelo avanço do projeto. O Chefe do Estado Maior da Marinha esteve na França e também se declarou muito satisfeito. É um programa que está funcionando bem, sim. Quero lembrar que a França é o primeiro país nuclear que compartilha desse *know-how* nuclear. Isso nunca havia sido visto antes, esse fato é único e merece ser ressaltado.

A esse respeito, as relações entre a França e a Marinha brasileira são simplesmente excepcionais. Somos o primeiro parceiro estrangeiro da Marinha brasileira. Temos muito interesse, pela vontade que tem o Brasil de ter uma Marinha moderna, que o Brasil deseje desenvolver um novo sistema de proteção de suas fronteiras marítimas com o Sisgaaz. A França pode contribuir para isso.

O Brasil quer comprar fragatas e também tem a ambição de fabricar, ele próprio, o seu primeiro porta-aviões. A França, a esse respeito, está disposta a trazer o seu apoio.

Esse é apenas um exemplo. São muitos os outros, eu poderia citar os helicópteros da Helibras, que são propriedade, a 70% pela chamada Airbus e EADS. É a construtora de helicópteros brasileira, mas também é a única construtora de helicópteros na América do Sul. Hoje, a Helibras produz cerca da metade dos helicópteros

utilizados neste País e, sobretudo, está engajada neste programa apresentado pelo Presidente Sarkozy e pela Srª. Rousseff de produção de 50 helicópteros para as Forças Armadas brasileiras.

Esses são dois exemplos. Eu gostaria de citar mais um exemplo bastante único também. Em matéria de transferência de tecnologia: é a vontade de o Brasil ter um supercalculador. Há discussões entre a empresa Bull e o Ministério da Ciência. Essas discussões estão avançando bastante. Esse supercomputador vai dar ao Brasil capacidades de cálculos excepcionais. Pouquíssimos países dispõem dessa potência de cálculo. Por parte da França, parece-me ser uma contribuição muito grande ao desenvolvimento da capacidade brasileira.

Mas, para além de tudo isso, as nossas empresas não têm por único objetivo vender mais no Brasil, como também investir neste País. Eu fico muito feliz em ver que somos o quarto país investidor no Brasil, com um estoque de US$35 bilhões. Todos os anos são US$2,8 bilhões de investimentos novos franceses no Brasil; 620 subsidiárias francesas registradas no Brasil, que representam 500 mil empregos no Brasil.

Mas não é apenas uma presença ligada ao tamanho do mercado brasileiro ou latino-americano. É uma presença simplesmente mundial. Muitas empresas, e penso na Rhodia, na L'Oréal e em muitas outras empresas, resolveram criar centros de pesquisa no Brasil que não são apenas destinados ao Brasil. Esses centros de pesquisa são destinados a todo leque de produtos produzidos por essas empresas, que querem vender no mundo inteiro. Portanto, são centros de pesquisas de nível internacional, criados pelas empresas francesas em solo brasileiro.

Na sequência da visita do Presidente Hollande no Brasil, eu acho que podemos dizer que essa parceria hoje está se reorientando em três eixos principais que vão estruturar a relação entre a França e o Brasil nos próximos anos.

Primeiro: a energia. Parece-me óbvio que as empresas francesas e o *know-how* francês têm um papel a desempenhar em matéria energética no Brasil. Alguns exemplos. O primeiro é a Total, o nosso campeão nacional do setor petroleiro é membro do consórcio do pré-sal com 20%. Isso significa concretamente que a Total vai investir, nos próximos anos – eu acho –, um valor da ordem de US$25 bilhões no Brasil, o que é uma marca de confiança excepcional. Eu não acho que hoje a Total tenha perspectivas de investimentos tão vultosas em outro lugar do mundo. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é a presença já muito importante na hidreletricidade da GDF Suez, que é muito presente aqui no Brasil.

E o terceiro ponto muito importante no contexto energético brasileiro é a energia nuclear, já que a Areva, nossa campeã nacional em matéria nuclear, vai terminar a central de Angra III.

São decisões que o Governo brasileiro deverá amadurecer no âmbito da sua reflexão sobre o que deveria ser o melhor *mix* energético. Mas, se o Brasil prevê relançar um programa nuclear – o que me parece que ele deverá fazer –, a nossa empresa francesa Areva terá muito que oferecer.

Então este é o primeiro eixo: energia.

O segundo eixo muito importante é espaço e satélites. Durante a visita do Presidente Hollande, foi concluído um acordo com a empresa Thales e Arianespace para a construção de um satélite de comunicação dual, tanto civil quanto militar. Tal aquisição iria implicar transferência de tecnologia, já que parte do satélite será construída no Brasil, é o início de um programa importante. Eu penso mais uma vez que, na área do satélite, numa área espacial, há muito que fazer entre a França e o Brasil.

E o terceiro eixo, que já mencionei, portanto não vou insistir, é tudo que diz respeito aos supercalculadores. Temos aqui um alicerce, um conjunto renovado, regenerado para os próximos anos.

E um ponto muito importante para nós, já que estou falando, tenho a sorte de poder falar com o Parlamento brasileiro: há um acordo muito importante que foi assinado entre a França e o Brasil, que é um acordo de previdência social que irá permitir, facilitar a mobilidade dos trabalhadores entre a França e o Brasil. Isso é importante numa perspectiva de desenvolvimento de relações tal como a nossa.

Obviamente, a França é uma parceira importante na área de altas tecnologias – eu penso na aeronáutica, com a presença da Airbus; na área dos radares; também assinamos um recente acordo com a Fiesp e o Senado em matéria de capacitação aeronáutica em São Paulo; e, na área dos transportes, sobretudo ferroviários. Todos sabem que o Brasil vai ter que investir maciçamente na área dos transportes. A França, mais uma vez, é uma parceira essencial.

Mas nada disso tem sentido se não for completado por uma política ativa dos dois países na área do acesso ao saber e ao conhecimento. E aqui estamos falando da área cultural, universitária. As relações culturais entre a França e o Brasil são, diria eu, excepcionais.

A França – perdoe-me a expressão, porque pode parecer um pouco arrogante – é uma superpotência cultural. Investimos muito na cultura. Temos um Ministério da Cultura, como o Brasil, o que não é o caso de todos os países. Está aí mais um ponto de aproximação entre a França e o Brasil.

Nós fomos muito associados ao desenvolvimento da universidade brasileira, notadamente da Universidade de São Paulo, com professores como Bastide e Lévi-Strauss que marcaram as trocas universitárias constantes entre as nossas universidades, apenas a parte emergida do *iceberg*, mas eu mesmo assinei acordos com o reitor da Universidade Federal do Rio, o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais para criar novas cátedras e organizar uma troca de professores entre a França e o Brasil.

Durante muito tempo o Brasil foi o parceiro referencial em termos de mobilidade dos alunos, mobilidade orientada entre os diversos programas e isso surtiu resultados. Há um efeito colateral, essa mobilidade permitiu manter uma certa francofonia no Brasil – me congratulo com isso –, mas essa mobilidade permitiu, sobretudo, formar – sem dizer besteiras – 2 mil doutores na França nas últimas décadas e mais de 5 mil engenheiros desde 2005, o que é um número importante.

Ao olharmos para essa paisagem, fica óbvio que a França havia de ser um parceiro importante do Brasil no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras e nos comprometemos a receber na França dez mil estudantes no âmbito desse programa. Hoje já temos cerca de 6 mil estudantes brasileiros que vão para a França no âmbito do Ciência sem Fronteiras, o que torna a França o primeiro parceiro europeu do Brasil nesse programa e o terceiro parceiro do Brasil depois dos Estados Unidos e do Canadá. É um desafio a que precisamos responder juntos, um desafio para as nossas universidades receber esses estudantes brasileiros. Acho que eles estão sendo bem recebidos na França, mas é um desafio também, porque precisamos reorientar o que constituía um pouco a base das nossas trocas universitárias, já que hoje a competição não é apenas na área das humanas, em que a França sempre teve um papel importante, mas também na área de ciências e tecnologias.

Mas é um desafio que vamos conseguir vencer. Hoje, mais de 5 mil estudantes brasileiros estão na França. É muito importante pois esses estudantes são o futuro da relação entre a França e o Brasil. E, por oportunidade da visita do Presidente Hollande aqui ao Brasil pudemos lançar um programa de estágios previstos no Ciência sem Fronteiras, estágios na França em empresas francesas e estágios no Brasil em empresas francesas para que os estudantes brasileiros que se beneficiam desse programa tenham também uma experiência prática e operacional.

Um ponto que me parece essencial e, pessoalmente, como Embaixador no Brasil me dá alegria, quando falo 5 mil estudantes brasileiros na França, temos cada vez mais estudantes franceses no Brasil e isso me parece o símbolo de uma forma de amadurecimento das nossas relações. Temos 1,4 mil alunos em várias universidades, em São Paulo, Brasília. São estudantes que foram atraídos pela qualidade das universidades e dos institutos de formação brasileiros. Talvez interesse a S. Exªs saber que o segundo efetivo de estudantes estrangeiros do Brasil é o francês, depois do colombiano.

Nesse aspecto, era isso que eu tinha a dizer.

Eu queria também evocar nossas relações no que tange à Guiana, já que a França tem o privilégio de ter fronteiras com o Brasil e reciprocamente. Parece-me que essa proximidade geográfica deve se traduzir num verdadeiro trunfo nas nossas relações bilaterais. Para que possamos nos beneficiar plenamente desse trunfo da proximidade, 650km de fronteira comum, a maior fronteira que a França tenha com o país brasileiro, o que também faz com que o Brasil seja também fronteiriço com a União Europeia, é preciso resolver várias questões, o que estamos fazendo graças ao apoio do seu Parlamento, do Senado, dos parlamentares franceses e graças ao engajamento das autoridades brasileiras e dos nossos colegas do Itamaraty.

Recentemente chegamos a ratificar o acordo sobre o garimpo clandestino. Eu queria agradecer às autoridades brasileiras, aos nossos colegas do Itamaraty pelo seu engajamento, mas, sobretudo, agradecer aos Parlamentares por essa ratificação que ocorreu do lado brasileiro no próprio dia da visita do nosso Presidente da República em Brasília.

Temos um acordo na área de transportes, que é importante, esse acordo será assinado em 19 de março em Paris, o Sr. Figueiredo vai a Paris se encontrar com o Sr. Fabius e o acordo será assinado nessa ocasião.

E temos um acordo sobre o estatuto dos transfronteiriços para facilitar a mobilidade dos fronteiriços. O acordo está quase pronto. Espero, muito sinceramente, que possamos assinar muito em breve, graças a uma troca de cartas diplomáticas.

No âmbito das minhas visitas ao Brasil, eu estive no Amapá. Foi uma visita muito importante. Eu entendi que havia uma verdadeira expectativa naquele Estado por um desenvolvimento de relações com a Guiana e, portanto, com a França. Faremos tudo para responder a essa expectativa. Obviamente, há a questão da ponte. A ponte sobre o Oiapoque será inaugurada, é um compromisso que tomaram os dois Presidentes durante seu encontro e espero que essa inauguração possa ocorrer muito rapidamente.

Para terminar, uma palavra sobre nossas relações políticas. Acho que as relações entre a França e o Brasil são relações de alto nível, muito amigáveis. Eu disse há pouco que se alicerçavam sobre uma visão do mundo talvez não similar, mas muito próxima, que permite convergências. Às vezes temos formas de ver um pouco

diferentes, mas isso não prejudica essa compreensão recíproca. É preciso fazer um esforço, me parece, para que o nosso diálogo político possa ser um pouco mais alimentado, rico, que corresponda à intensidade e à qualidade das nossas relações.

O Brasil é um país que tem uma política africana, por exemplo, que multiplicou o número de representações diplomáticas na África. A França, às vezes sem querer, é obrigada a estar presente e às vezes até a intervir militarmente, o que pôde provocar às vezes alguns questionamentos pelo lado brasileiro. Acho que esses questionamentos hoje foram totalmente resolvidos.

No que diz respeito à defesa dos estados africanos, o que a França deseja e o que ela promoveu com os estados africanos durante a última Cúpula África–França em Paris é que os próprios africanos possam se encarregar de sua própria defesa. Estamos intervindo no Mali, que estava no ponto de ser dominado pela Al-Qaeda, coisa que ninguém queria. Se o Mali caísse, toda a região cairia, muitas perseguições e infringimentos dos direitos humanos. A França era o único país que poderia agir de forma urgente e o fez.

Na República Centro Africana, a mesma coisa, grandes massacres estavam-se preparando. Foi uma intervenção muito complexa, só a França podia fazer. Pedimos o apoio dos nossos parceiros europeus, o que recebemos, pedimos o apoio da comunidade internacional. E queria dizer, da forma mais clara, que tanto na questão do Mali quanto da República Centro Africana, recebemos o acordo do Conselho de Segurança para apoiar as forças africanas.

Mas são questões extremamente delicadas e o Brasil, que conhece a África, tem muito a trazer para a França e a França também pode trazer sua experiência.

Eu acho que o Oriente Médio também é um tema que interessa ao Brasil. Também temos uma área em que ganharíamos ao desenvolver nossas relações.

Há questões mais globais, mais transversais que eu queria evocar rapidamente.

Primeiro, o meio ambiente. O fato de que o Protocolo de Quioto vai chegar ao ser término, que vai ser preciso renová-lo e que a questão da mudança climática continua na nossa frente e, se não fizermos nada, corremos o risco de provocar uma alta de temperatura de dois graus.

A França tomou para si a responsabilidade de receber a COP 21, Conferência Mundial que visa obter um novo acordo na área da redução dos gases de efeito estufa. É uma tarefa difícil; tomamos essa responsabilidade que nos dá obrigações, e uma obrigação de neutralidade, mas estamos plenamente engajados com a posição europeia que renovou a sua intenção de reduzir em 40% a emissão de gases de efeito estufa.

Mas como é tema sensível também no Brasil, vocês têm a sorte de ter um Ministro das Relações Exteriores que é um perito, um especialista na matéria, esse acordo deve ser universal.

Todas as partes devem se encontrar nele. A tarefa é difícil, mas é uma responsabilidade histórica a que assumimos.

Um outro tema que eu queria abordar, um outro tema importante, pois o Brasil tem um papel internacional cada vez mais importante, são as operações de manutenção da paz. O Brasil está engajado no Haiti, na República Centro Africana, no Líbano. A França também engajou suas forças através da presença de capacetes azuis. É um tema que devemos desenvolver.

O último tema que queria desenvolver são as perspectivas de acordo entre a União Europeia e o Mercosul e a governança da internet. Na governança da internet, as nossas abordagens são semelhantes; quando o Presidente da República veio, ele concordou com a Presidente Dilma Rousseff de que a França seja um dos dois países europeus associados ao comitê encarregado da preparação dessa conferência de abril em São Paulo. A França, portanto, figura nesse comitê com o mesmo título que a Alemanha. Congratulamo-nos com isso e queremos trazer uma contribuição positiva à organização da conferência.

Quanto ao acordo da União Europeia–Mercosul, é um acordo no qual a União Europeia está encarregada de negociar; ela lançou as negociações com muitas regiões, muitos países. A negociação mais importante atual é com os Estados Unidos. E nós desejamos que essa negociação entre União Europeia e Mercosul possa acontecer para chegar a um acordo o mais completo possível, cobrindo o maior número de temas e de forma equilibrada para que todo mundo possa ganhar com isso. Concessões serão necessárias; nós teremos que fazer concessões, vocês terão que fazer concessões, mas, no final das contas, um acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul seria um sucesso formidável e um grande incentivo para o desenvolvimento das nossas trocas comerciais.

Queria terminar dizendo que, como a França tem relação antiga com o Brasil, como a França aprecia essa vontade do Brasil de existir no cenário internacional, pois ela tem a mesma vontade, a França deseja que o Brasil tome cada vez mais responsabilidades no palco internacional e seríamos totalmente favoráveis, como já foi dito muitas vezes, que o Brasil tenha um assento no Conselho de Segurança.

Agradeço aos senhores por sua atenção e estou a sua disposição para responder às suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Denis Pietton. A densidade e a robustez da apresentação de V. Exª dão a dimensão do quão mútuos são os interesses dos nossos países, que cultivam valores e princípios muito importantes, valores e princípios que estão relacionados com a independência, com a soberania, com a democracia, com o multilateralismo, com a valorização da diplomacia.

Faço a V. Exª duas indagações: como a República Francesa está assistindo essa crise na Ucrânia? Qual a avaliação que o governo de V. Exª está fazendo a respeito desse episódio? Que registros e comentários V. Exª poderia fazer sobre os esforços que a França e a União Europeia estão fazendo para a superação da última crise econômica de 2008? Qual é a perspectiva, qual o horizonte que V. Exª e o seu país identificam na construção desse ambiente, desse cenário?

São essas duas questões que eu gostaria de compartilhar com V. Exª. Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que já se pronunciou. Portanto, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, queria cumprimentá-lo pela iniciativa do convite ao Embaixador Denis Pietton para vir aqui falar sobre as relações bilaterais.

Prestei atenção ao que V. Exª falou, na área de defesa, que é uma área muito pertinente a esta Comissão, porque ela é de relações exteriores e defesa nacional. V. Exª mencionou os projetos conjuntos, mesmo tendo se referido à Helibras, porque a Airbus não é um grupo apenas francês, mas é *joint venture* com a Alemanha também. Mencionou uma área muito sensível, que é o porta-aviões e também o supercalculador. No caso do porta-aviões, especificamente, gostaria de saber de V. Exª, Sr. Embaixador, se esse projeto compensa a frustração que teve o seu país em o Brasil não ter feito a compra dos aviões caças Rafale.

V. Exª mencionou vários eixos da relação bilateral na área econômica, falando na área energética, no caso do pré-sal, na questão relacionada à hidrelétrica e também da área da energia nuclear, no caso do Areva, no caso do projeto Angra 3. Não mencionou, talvez por um esquecimento, uma área muito importante no Brasil, que está crescendo muito – e agora, com a Copa do Mundo, tem uma expressão mundial, porque a França estará aqui jogando também –, a área de turismo. Grupos franceses estão operando no Brasil com bastante presença, dando qualidade à hotelaria, por exemplo, mas há outros investimentos também nesse setor.

O senhor mencionou ainda a questão do acordo de previdência social entre a França e o Brasil. Tive a honra de ter sido a Relatora aqui na Comissão de Relações Exteriores desse acordo bilateral, que é um acordo muito relevante, porque garante a área da previdência aos trabalhadores franceses no Brasil e, da mesma forma, a trabalhadores brasileiros que estejam na França.

Ocorre que, segundo a informação que eu recebi do Departamento de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, o projeto de decreto legislativo aprovado aqui nesta Comissão, que leva o número 396, do ano passado, aprovando esse acordo, já foi aprovado e está aguardando apenas a notificação pelo governo do seu país, porque o Brasil já notificou, e é preciso que haja notificação das duas partes para que o decreto seja promulgado, ou seja, entre em vigor. Então, eu gostaria, como Relatora que fui, de ter uma palavra de V. Exª.

V. Exª também mencionou que a França é uma potência cultural. Queria dizer que – nós, do Rio Grande do Sul, eu sou uma Senadora do Rio Grande do Sul, um Estado que tem uma economia agropecuária muito forte – um francês, o Prof. André Voisin, teve um participação muito forte no Rio Grande do Sul, no manejo de pastagens na pecuária do meu Estado. Então, a França está presente há muito tempo. Talvez, V. Exª não tivesse nascido ainda quando o Prof. André Voisin, que deixou muitos discípulos lá, ensinou essas tecnologias modernas.

Por fim, mas não menos importante, houve um acidente muito grave com um avião da Air France que fez muitos franceses e estrangeiros vítimas – brasileiros do meu Estado, inclusive um médico que era muito conhecido. Ele, a esposa e a filha morreram nesse acidente. O avião ficou desaparecido por algum tempo. E, agora, nós estamos com um acidente muito parecido envolvendo a Malasya Airlines – um voo que ia de Kuala Lumpur para a China.

Eu gostaria de ter alguma informação sobre se a França, por ter vivido uma experiência trágica e dramática como essa, está dando alguma assessoria ou se está ajudando nas buscas dessa aeronave, porque, mesmo que não haja brasileiros ali, ela está criando uma enorme expectativa no mundo em relação a vários aspectos. Então, eu queria agradecer a V. Exª pela atenção a essas questões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Exª para comentar as reflexões que foram aqui submetidas para que nós possamos debatê-las.

O SR. DENIS PIETTON (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – A nossa posição é muito clara. Depois dos princípios colocados aqui, nem sempre é o mais fácil. Para nós, franceses, é muito importante a integridade territorial da Ucrânia. Através da União Europeia, fizemos negociações entre a Ucrânia e a União

Europeia, os senhores sabem o que aconteceu. Houve uma reviravolta do Presidente ucraniano da época, Yanukovich, que denunciou não o acordo, que não havia sido assinado, mas as negociações, e decidiu voltar sob a proteção da Rússia e obter dinheiro, financiamentos da Rússia. Lamentamos essa situação, pois a União Europeia tem uma política há vários anos muito ativa em relação a sua vizinhança. A adesão da Ucrânia à União Europeia nunca foi pensada, mas a Ucrânia, como outros países das vizinhanças europeias, tem vocação a ter relações estreitas com a União Europeia.

Queria fazer uma reflexão de ordem mais geral. Conhecemos uma crise financeira muito grave. Vou responder a sua pergunta, Sr. Presidente, mas, ao mesmo tempo, queria ressaltar a extraordinária capacidade de atratividade da União Europeia, que às vezes tende a se esquecer ao ver as dificuldades dos últimos anos. Quando o Muro de Berlim caiu, lembrem-se, os países do ex-Bloco Soviético queriam apenas uma coisa: se juntar à OTAN e à União Europeia. Por que se juntar à União Europeia? Porque, fundamentalmente, no âmago da construção europeia, ela representa um projeto de paz e de estabilidade. Então, nós queríamos que a Ucrânia se beneficiasse do que representa a União Europeia, inclusive em termos de proteção dos direitos humanos e da vida democrática.

Não foi o caso, e hoje assistimos a uma situação extremamente perigosa, já que um referendo deve ser organizado na Crimeia, parece-me que no dia 16. Para nós, esse referendo, muito claramente, que visa destacar a Crimeia do resto da Ucrânia, é um referendo ilegal e nos pronunciamos claramente com os nossos parceiros europeus a esse respeito. Somos muito ativos. Na véspera da saída do Presidente ucraniano do território ucraniano, o nosso Ministro foi à Ucrânia para manter um acordo. Houve esse acordo, mas o Yanukovich preferiu frente ao desenvolvimento dos protestos. Preocupa-nos muito, portanto, essa situação. Vemos que o que está em andamento hoje por meio desse referendo ilegal é a divisão da Ucrânia e, no término das coisas – da Crimeia, perdão –, o atamento da Crimeia à Rússia. É um processo que não podemos aceitar e, obviamente, estamos numa situação de profundo desacordo com a Rússia, o que não significa, aliás, que tenhamos rompido as relações. É importante manter o contato com a Rússia. É o que fazemos, é o que fazem os principais países que tentam circunscrever essa crise.

Esperamos que a sabedoria prevaleça. Infelizmente, o que acontece no campo não nos leva ao otimismo, já que houve quase uma invasão armada sem uniformes definidos, o que corresponde a um tipo de tomada de poder na Crimeia. Portanto, a situação é extremamente preocupante e nos obriga a agir com um dos instrumentos de que dispõe a comunidade internacional, que são as sanções. As sanções nunca são uma resposta ideal, mas a União Europeia está adotando sanções, num processo de adotar sanções contra a Rússia.

Quanto à crise econômica e financeira, Sr. Presidente, parece-me que houve um verdadeiro sobressalto da Europa para tomar as medidas correspondentes à altura da situação. As intervenções do Banco Central europeu... É o caso de todos os progressos que fizemos também em termos de governança econômica comum para os países da União Europeia, especialmente para os países da Zona do Euro. Parece-me que essa crise, como todas as crises, pode ter efeitos benéficos. No final das contas, ela vai permitir que a Europa vença um novo degrau em sua integração. A conduta das políticas econômicas na Europa e as políticas orçamentárias devem ser cada mais harmonizadas.

Felizmente, evitamos o pior, que seria o naufrágio da Grécia; evitamos que a crise financeira se propagasse, sobra a crise econômica dela decorrente e vê-se que há hoje uma retomada do crescimento na Europa. Penso que essa crise foi muito dura, ela continua sendo dura, mas acho que é possível tirar ensinamento para a construção europeia.

Srª Senadora, no que diz respeito ao porta-aviões, V. Exª falou de frustração em relação ao contrato do Rafale.

Senadora, desculpe, estou respondendo suas perguntas.

No que tange ao porta-aviões, V. Exª evocou a nossa frustração depois do fracasso do Rafale. Eu não usaria a palavra frustração. É claro que ficamos decepcionados, não poderia ser de outra forma, o Rafale é um excelente avião, uma aeronave que está prosseguindo seu desenvolvimento, uma aeronave operacional, um avião cuja escolha os brasileiros fizeram, é uma escolha soberana que respeitamos, e para nós a página foi virada. Há outros mercados para o Rafale em outros países. Isso em nada impede a nossa excelente cooperação com a Marinha, com quem desejamos continuar tendo as nossas relações, com o Exército, com a Força Aérea, e hoje mesmo o Chefe de Estado Maior do Exército Francês está começando uma visita ao Brasil.

Quanto ao porta-aviões, é um projeto que data de vários anos. Não é segredo para ninguém que o Brasil deseja construir um porta-aviões, já tem um porta-aviões de construção francesa, que, embora não haja aviões nele, permite que o Brasil se familiarize com esse tipo de equipamento. Construir um porta-aviões é um empreendimento muito complicado, que requer muita tecnologia. O Brasil quer lançar, a França está disposta a aju-

dar e estamos tendo consultas entre as Marinhas e os Estados maiores que evocam a questão. Quanto a saber qual é o avião a ser colocado nesse porta-aviões, não sou eu que devo responder e, sim, o Governo brasileiro.

No que diz respeito ao turismo, são muitos os investimentos franceses no setor turístico. O Grupo Accor tem cerca de 150 hotéis no Brasil. Um êxito, um sucesso muito grande. Eu acho que o turismo é uma das prioridades, aliás, da política que o nosso Ministro quer implementar. O Brasil é um destino turístico que deve ser desenvolvido, porque não tem o suficiente. Quarenta mil franceses, no entanto, vêm ao Brasil para a Copa do Mundo e há um fluxo de visita de franceses muito regular. Os brasileiros também gostam muito de ir para a França. A França é o primeiro destino na Europa para os brasileiros. Congratulo-me com isso, obviamente.

O acordo da Previdência Social, Srª Senadora, está sendo ratificado na França, já foi ratificado pelo Brasil. Então, em 17 de janeiro – e eu olho aqui nas minhas anotações para não errar nas respostas – foi adotado pela nossa Câmara dos Deputados em 26 de fevereiro e será analisado pelo Senado em 15 de abril. Portanto, até 15 de abril teremos todos os elementos necessários para que esse muito importante acordo, no qual a senhora desempenhou um papel importante, relevante, possa ser adotado.

No que tange ao avião da Malaysia Airlines, obviamente, o que aconteceu com o avião Air France Rio Paris está em todas as nossas lembranças, e eu tenho com isso um pensamento para todas as vítimas – francesas, brasileiras ou outras. Aparentemente, V. Exª conhece pessoas que faleceram no acidente. Embora a área seja muito longe da França, longe dos lugares onde temos uma presença militar, há muitos recursos que estão sendo implementados na região por esses países que têm muitos recursos. Não conheço exatamente a situação, mas, obviamente, se alguém pedisse ajuda à França, ela forneceria, mas eu não posso lhe dar informações mais precisas a respeito.

Eu acho que respondi, com isso, as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Uma última questão, para a qual gostaríamos de merecer a atenção de V. Exª, tem a ver com a consolidação de um acordo econômico entre os nossos blocos, a União Europeia e o Mercosul. Há mais de dez anos estamos buscando pontos convergentes, ofertas convergentes que possam nos levar a uma zona econômica de maior facilitação para os nossos países.

Na visão de V. Exª, o que estaria dificultando a conclusão desse entendimento entre o Mercosul e a União Europeia? Há muitas vozes que sustentam que esse acordo não se consolida em razão dos elevados subsídios da agricultura da República da França.

Qual é a visão que V. Exª tem sobre essa questão e como a França se posiciona em relação a esse acordo entre o Mercosul e a União Europeia?

O SR. DENIS PIETTON (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente, por levantar essa pergunta. É uma questão que está na mente de muitos dos nossos amigos brasileiros.

Primeiro, é uma negociação entre a União Europeia e o Mercosul. Pelo nosso lado europeu – não estou falando como francês –, estamos dispostos a lançar essa negociação. Estamos esperando uma proposta do Mercosul. No que me diz respeito, eu penso que uma proposta deve aparecer em breve.

Esse acordo tem por vocação tratar de todos os temas. As trocas econômicas são tão complexas que um acordo desses vai demorar para ser negociado. São vários os aspectos a serem cobertos, não apenas o da agricultura.

No que diz respeito à agricultura, justamente eu queria, talvez, acabar com algumas percepções um tanto errôneas que se tem deste lado do Atlântico. A União Europeia é uma grande potência agrícola, é a primeira potência agrícola mundial. O Brasil é uma grande potência agrícola igualmente, como todos sabem. O fato de que cada lado seja uma grande potência não nos impede de ter trocas agrícolas extremamente ricas – e trocas agrícolas funcionam muito bem. Há problemas que a negociação deverá resolver, mas essas trocas funcionam assim mesmo.

Deixe-me dizer uma coisa: quando nós, europeus, vendemos dois ao Brasil, o Brasil vende dez em matéria agrícola. A União Europeia, portanto, está muito aberta aos produtos agrícolas brasileiros. Em essência, é o principal do que eu queria dizer. Essas negociações deverão cobrir todos os aspectos, é óbvio. Há alguns aspectos em que o Brasil continua a ter barreiras tarifárias e não tarifárias importantes na área industrial e de serviços e a negociação há de ser global. Mas quero dizer, de forma muito clara, que a União Europeia já está muito aberta aos produtos brasileiros.

Se me permite, eu queria terminar com esse ponto. Apoiamos – eu falo da França – essa negociação. Apoiamos a abertura de todas as negociações. A União Europeia está em discussão com muitas regiões – Japão, Estados Unidos. Os Estados Unidos são um pedaço grande para a União Europeia. É normal que haja negociações com o Mercosul. Não há razão nenhuma para pôr o Mercosul de lado. Somos a favor dessa negociação. Aprovamos o mandato de negociação dos negociadores da União Europeia e queremos que essa negociação vá a cabo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, último Senador inscrito nesse diálogo com S. Exª o Embaixador da República Francesa Denis Pietton.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Prezado Senador Presidente Ricardo Ferraço, caro Embaixador Denis Pietton, quero cumprimentá-lo pela maneira tão positiva com que comparece aqui à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal brasileiro, para nos dizer da excelente relação que existe, historicamente, entre a França e o Brasil, assim como também, presentemente, com a presença recente do Presidente da França François Hollande, aqui, visitando a Presidenta Dilma Rousseff.

Gostaria de lhe transmitir que meu pai é de ascendência francesa – Suplicy. Portanto, meus antecedentes são franceses, assim como também italianos e portugueses. Sinto-me um amigo da França.

Quero também cumprimentar a Embaixada Francesa e o Governo francês por ter aberto oportunidades que o senhor mencionou a um número tão grande de brasileiros. Acho que mencionou mais de dez mil estudantes nos programas de pós-graduação na França, hoje. Além disso, a França, recentemente, abriu oportunidades de maior intercâmbio com o Brasil através do Programa de Residências 2014, que a Embaixada da França anunciou recentemente, que permitirá que pessoas com ótima qualificação no Brasil possam passar três meses na cidade internacional das artes, Paris, onde desenvolverão projetos, sobretudo, de interesse para o conhecimento da melhoria das cidades.

Eu fui contatado por pessoas que se interessaram por esse programa, inscreveram-se, inclusive, por exemplo, uma arquiteta, que é conselheira, eleita recentemente na cidade de São Paulo, que se interessou muito em saber como é que ali, em Paris – onde se realizará esse intercâmbio –, também se elege conselheiros entre a população para, inclusive, escolher o prefeito de Paris; e, em cada *arrondissement*, distrito, há reuniões onde se discutem todos os temas relativos à melhoria da qualidade de vida das pessoas, às preocupações com o meio ambiente, com o verde, com acessibilidade.

Então, será uma oportunidade para que brasileiros e brasileiras possam aprender mais com aquilo que se passa, por exemplo, na administração da cidade de Paris, e isso, no caso de São Paulo e de outras cidades brasileiras, será muito interessante.

Então, quero cumprimentar a França por essa inciativa também.

Eu gostaria de lhe dar uma boa nova também, pelo menos, eu fiquei muito feliz.

Em função de recomendações realizadas, por exemplo, pela escritora Fred Vargas, que é uma das mais bem sucedidas escritoras francesas, a Éditions Calmann-Lévy resolveu publicar o meu livro "Renda de Cidadania: a saída é pela porta", *Revenu de Citoyenneté*, que está na 7ª edição. E fiquei muito contente de saber que essa mesma editora Calmann-Lévy, que publicou livros, dentre outros, do Marcel Proust, do nosso maior economista Celso Furtado, publicará este livro em francês, possivelmente este ano.Então, quero lhe transmitir isso.

Aqui já lhe perguntaram sobre a Ucrânia. Mas eu tive a oportunidade de, acompanhado do Senador Valdir Raupp e dos Deputados Federais Ivan Valente e Edison Santos, visitar o Irã – de 15 a 17 de fevereiro último, estivemos em Teerã. Tivemos inúmeros diálogos e, dentre outros temas, conversou-se sobre o melhor entendimento, que agora está ocorrendo, entre os Governos dos Estados Unidos, da França, da União Europeia, tendo em conta o entendimento que deverá haver com respeito à garantia de que o Irã, tal como o Brasil, irá utilizar a energia nuclear do urânio apenas para fins pacíficos; que ali se aguarda, no desenvolvimento dos diálogos, que possa haver a suspensão das sanções econômicas e de outra natureza que a União Europeia – e acho que a França está incluída – havia definido para o Irã.

Então, eu agradeço se o senhor puder nos informar como estão esses diálogos que a França está participando também, porque, pelo o que as autoridades francesas nos disseram, se houver o levantamento das sanções da União Europeia contra o Irã, isso vai proporcionar, inclusive, um maior intercâmbio entre o Brasil e o Irã, como resultado disso.

Eu agradeço se o senhor puder nos dar as informações a respeito. E encaminho a V. Exª o exemplar do meu livro, para que possa conhecê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Tem a palavra S. Exª o Embaixador Denis Pietton.

O SR. DENIS PIETTON (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – Sr. Senador Suplicy...

O microfone do Embaixador...

Sr. Senador Suplicy, eu sei que V.Exª é amigo da França, e me congratulo que a sua obra esteja proximamente disponível em francês, pela Editora Calmann-Lévy. Você tem uma madrinha, na pessoa de Fred Vargas, que é uma escritora de livros policiais extremamente apreciada na França, e o seu livro, tenho certeza, poderá contribuir para um melhor conhecimento entre os nossos dois povos e para a descoberta da riqueza cultural de cada um. Só posso me congratular a respeito.

No que diz respeito ao primeiro elemento da sua intervenção, V. Exª falou da cidade de Paris, de residências de artistas. Apenas um comentário, que é a importância da cooperação descentralizada. É uma cooperação descentralizada que põe diretamente em contato os políticos eleitos dos nossos dois países, é muito ativa no Brasil. Daqui a pouco o Presidente da Região Midi-Pirenéus, que é a região de Tolosa, vai para Recife, para concluir acordos. Já há uma cooperação muito rica.

A Região Nord-Pas-de-Calais tem também uma cooperação muito ativa no Brasil, especialmente com o Estado de Minas Gerais, com o apoio da agência francesa de desenvolvimento. Outras regiões, a Região de Paris e de Île de France com a região de São Paulo. Eu acho que multiplicamos essas trocas, que devem se traduzir em relações concretas de trocas de expertise, por exemplo. Eu acho que é uma contribuição para um melhor conhecimento das nossas democracias locais e representativas respectivas. É uma orientação muito positiva para as nossas relações.

No que tange ao Irã, é uma questão extraordinariamente difícil, que pesa sobre a vida internacional há vários anos. Primeiro, permita-me dizer que nunca houve, do lado da União Européia e muito menos pelo lado francês, uma animosidade qualquer em relação ao Irã. Pelo contrário, o Irã é um País extremamente importante que desempenha um papel chave no Oriente Médio. É um País que tem muito dinamismo, uma vida, uma história extraordinária, e queremos que o Irã possa reintegrar a comunidade internacional.

A questão do programa nuclear, que o senhor conhece bem. Tanto o Brasil como a França somos favoráveis a que o Irã tenha acesso ao uso pacífico do nuclear. É direito do País e respeitemos.

A dificuldade está em saber se o Irã está desenvolvendo um programa militar nuclear. Houve um primeiro acordo, felizmente um acordo provisório, na espera de um acordo definitivo. Esse acordo permitiu, desde já, levantar várias sanções que contribuíram para aliviar um pouco a situação econômica no Irã.

Agora a negociação não chegou ao seu término. Há a questão das garantias que o Irã deve dar de que não há programa militar; tem a questão dos estoques de urânio enriquecidos. São questões completas que devem ser tratadas, mas nós que estamos engajados nessa negociação, nós como o Brasil, queremos que a negociação chegue a termo e que, no fim das contas, as sanções possam ser levantadas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Nos diálogos que tivemos com as autoridades iranianas, inclusive o Presidente da Assembléia Islâmica, da Assembléia Nacional do Irã, nos relataram que, por exemplo, as relações com a própria França estavam melhorando muito. E, recentemente, acho que 120 empresários haviam visitado o Irã, da França, e deram como exemplo que está havendo uma retomada de bons entendimentos.

Queria registrar isso. Relataram-nos isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Embaixador, foi com extraordinária alegria, honra e satisfação que acolhemos V. Exª na Comissão de Relações Exteriores, por iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, mas com aplauso de toda a Comissão, que viu nesse gesto de V. Exª um gesto de profundo respeito pela democracia, pelo Parlamento brasileiro e, sobretudo, por esta Comissão, que tem a tarefa e as prerrogativas de fazer os debates em relação à nossa política externa.

Passo a palavra a V. Exª para suas manifestações finais, deixando, evidentemente, as portas desta Comissão abertas a V. Exª, em nome das ótimas e excepcionais relações históricas que o nosso País tem com a República Francesa.

A palavra é de V. Exª para as conclusões finais.

O SR. DENIS PIETTON (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, eu queria primeiro agradecer o convite que me foi feito, agradecer a todos aqueles que contribuíram para sua realização, em especial ao Senador Nunes; agradecer aos membros da Comissão que aqui estiveram presentes e tiveram a bondade de fazer perguntas.

Enquanto novo Embaixador no Brasil, para mim, intervir na Comissão de Relações Exteriores é uma chance, mas, sobretudo, um privilégio. Quero agradecer essa honra que me foi feita e dizer que estou disposto a aceitar seu convite para voltar assim que quiserem V. Exªs.

Muito obrigado pela recepção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu gostaria de solicitar ao Senador Aloysio Nunes Ferreira que acompanhasse o nosso Embaixador, considerando que vamos dar sequência agora à nossa reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado a S. Exª o Sr. Embaixador.

Item 1.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria apenas pedir a atenção dos colegas, porque está visitando esta Comissão de Relações Exteriores uma representação da Fenasoja, liderada pelo Prefeito da cidade de Santa Rosa, do meu Partido, Alcides Vicini, com a competente Presidente da Fenasoja, Srª Ângela Maraschin; também o Cléo Antonio Rockenbach, que é o Coordenador Geral da 20ª Fenasoja, e o Diretor da Comissão de Serviços, José Aurélio.

Por que eu falo de Santa Rosa? Não só porque ali nasceu a loira do Senador Suplicy – a Xuxa Meneghel também nasceu em Santa Rosa –, mas não é esse só o motivo relevante. É que Santa Rosa está ao lado da Argentina; são 40 quilômetros da cidade à fronteira com a Argentina. Então, justificaria não só pelas relações que temos também com a Argentina, mas pela relevância que essa feira tem.

Assim, eu queria, em nome da Comissão de Relações Exteriores, saudar os visitantes que acompanharam aqui o final da exposição do Embaixador da República Francesa no Brasil, Sr. Denis Pietton, e a iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira e do Senador Ricardo Ferraço com esse convite tão oportuno da vinda do Embaixador até aqui.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sejam Vossas Senhorias muito bem-vindas à Comissão de Relações Exteriores, é um prazer e uma alegria recebê-los aqui, sobretudo em razão da saudação e do acolhimento desta extraordinária Senadora Ana Amélia, que nos honra com sua militância e com sua efetiva participação aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Sejam Vossas Senhorias sempre muito bem-vindas aqui em nossa Comissão.

Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, associando-me à sua saudação aos representantes da Fenasoja e também fazendo coro ao que V. Exª disse a respeito da nossa querida amiga, a Senadora Ana Amélia, da qual os senhores têm que se orgulhar por terem uma representante dessa altura, eu queria pedir a inversão da pauta de modo que pudesse V. Exª colocar perante a Comissão o requerimento que foi concebido pelo Senador Paulo Bauer e que eu subscrevi, mas o Senador Paulo Bauer não pode estar presente hoje nesta Comissão por ter compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) –

Em discussão a solicitação do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que pede inversão de pauta para que nós possamos submeter ao Plenário da Comissão o requerimento de autoria do próprio Senador Aloysio Nunes Ferreira com o Senador Paulo Bauer.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está incluído na pauta.

Pela ordem o Senador Mozarildo.

Está aprovada a inclusão na pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, eu queria, sobre o tema...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu dei a palavra, por ordem, ao Senador Mozarildo e, em seguida, vou ouvir V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB - RR) – Sr. Presidente, é rápida a minha intervenção. Eu queria pedir a V. Exª ou a inclusão em pauta ou a apreciação extrapauta de três requerimentos que eu fiz.

Um solicita uma representação da Comissão de Relações Exteriores destinada a verificar a situação na Venezuela, principalmente em relação aos brasileiros que lá estão.

O segundo é uma audiência convidando o Sr. Ministro das Relações Exteriores, o Subsecretário Geral da América do Sul, Central e do Caribe, o Embaixador da República Bolivariana da Venezuela e o Sr. Ruy Carlos Pereira.

Quero aqui aduzir que o Ruy Carlos Pereira é o nosso Embaixador na Venezuela. Eu conversei já longamente com ele que me disse que está completamente de acordo em vir, porque acha que somente esse diálogo pode favorecer a relação com os brasileiros não só neste momento. Essa questão do momento é mais política.

E, finalmente, um requerimento solicitando que a Comissão envie um ofício ao prefeito de Pacaraima e ao Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima para complementar a nossa missão, porque nós estivemos lá e até hoje tanto o Prefeito, que ficou de mandar a relação dos bens públicos dentro da tal faixa *non aedificandi*, como também os vereadores ficaram de colher assinaturas lá da população diretamente envolvida – e não o fizeram – para que a gente pudesse concluir o relatório daquela missão lá realizada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Solicita o Senador Mozarildo a inclusão extrapauta de três requerimentos cujos escopos e objetos foram declinados.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nós vamos incluí-los na pauta para que possamos deliberar sobre os requerimentos.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Depois pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, relativamente ao requerimento do Senador Aloizio Mercadante... Ah! Aloysio Nunes Ferreira, que...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Está me perseguindo, não é, Eduardo? É uma coisa inacreditável, ele não consegue se livrar da lembrança do Mercadante. É uma lembrança obsessiva.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – É que toda vez que falo em Aloysio, ele me vem à mente. Sei perfeitamente que...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Acho até que você pensa em mim com mais prazer. Não sei... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a palavra S. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Acho perfeitamente legítimo que o Senador Aloysio Nunes Ferreira proponha que possa também a Comissão de Relações Exteriores do Senado acompanhar o que será feito pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara, mas acho que o Líder Humberto Costa conversou com o Senador Aloysio no sentido de propor que possa haver ainda algumas informações, por parte do Governo brasileiro, das iniciativas que a Petrobras está tomando com respeito a esse assunto.

Então, venho sugerir que, até regimentalmente, conforme as diretrizes aqui definidas nesta Comissão, possamos fazer a leitura desse requerimento no dia de hoje e decidir na próxima reunião da próxima semana.

É a sugestão que formulo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Cyro Miranda, a palavra é de V. Exª, pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigado, Sr. Presidente. Queria pedir a vênia de V. Exª para começar pelo item não-terminativo, o item 3, até porque os relatores do primeiro e do segundo itens não estão presentes. Tenho uma audiência no Ministério às 12 horas e 15 minutos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Solicita o Senador Cyro Miranda a inversão de pauta para que, após a deliberação dos requerimentos, possamos dar início pelo item 3.

Se não houver objeção das Srªs e dos Srs. Senadores, vamos iniciar pelo item 3.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o encaminhamento do Senador Cyro Miranda queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos fazer a inversão da pauta.

Pede a palavra o Senador Roberto Requião. A palavra é de S. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Ferraço, a minha posição em defesa da Petrobras é conhecida. Em defesa da Petrobras, iniciei a minha militância política. Mas a prerrogativa precípua do Parlamento é a fiscalização das empresas públicas, do Poder Público. Quero deixar aqui clara a minha posição a favor do requerimento do Senador Aloysio. A defesa da Petrobras é a investigação e a transparência. Não consigo entender que o Governo se oponha ao aprofundamento da investigação. E quando se pretende obstaculizar essa investigação, não se está defendendo a Petrobras, mas está se diminuindo a competência do Senado da República e do Parlamento. Então, é a primeira questão que queria colocar para V. Exª.

A segunda questão é uma informação que quero trazer à Comissão. Estou requerendo no plenário, hoje, informações a respeito do tratado bilateral entre o Brasil, o Mercosul e a União Europeia, em especial em relação à oferta brasileira, à oferta do Mercosul e à oferta da União Europeia, às normas econômicas relativas a serviços, indústria, agricultura, investimentos, regras de promoção e proteção dos direitos dos investidores, subsídios, *dumping*, mecanismos de proteção à propriedade intelectual, mecanismos de solução de conflitos, tais como recursos à arbitragem internacional, entre outros, e os compromissos políticos envolvidos nas tratativas. Estou pedindo informações inclusive das medidas ditas e consideradas, a meu ver, indevidamente como sigilosas. Só queria trazer ao conhecimento da Comissão. Vou levar ao plenário imediatamente, para queimar uma instância, porque a Comissão acabaria remetendo isso ao plenário.

Não é possível que nessas tratativas, na ausência do *fast track* – porque já propus na outra legislatura o acompanhamento do Congresso em relação a esses acordos –, se faça um sigilo absoluto. Nós precisamos saber o que o Governo conversa, o que o Mercosul conversa e o que a União Europeia propõe, senão, cá entre nós, não posso entender mais a finalidade da nossa própria Comissão de Relações Exteriores.

Então, é apenas essa informação, vou protocolar isso daqui a pouco no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas lembrando a V. Exª, fazendo coro, a oportunidade desse pedido de informação, porque, na próxima quinta-feira, estaremos recebendo aqui na Comissão S. Exª o Ministro Mauro Borges, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Será uma oportunidade para que possamos aprofundar nossos debates em relação ao Mercosul, inclusive conhecer os entraves, os gargalos, a proposta e a oferta que o Brasil está apresentando; e não apenas o Brasil, mas também nossos parceiros do bloco econômico do Mercosul.

Cumprimento V. Exª pela tempestividade da iniciativa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Na verdade, Senador, a Europa está quebrada. A única saída da Europa é exportar produtos industrializados para o mundo, para o Brasil especificamente. As suas tarifas, no que se refere às nossas exportações, já são muito baixas, não vejo no que mais devam baixar. Então, o que elas querem é a abertura definitiva do nosso mercado para produtos industriais. Isto significa, se cedermos além da medida, a condenação do Brasil a ser definitivamente uma *plantation*. Nós liquidaremos definitivamente com as possibilidades de crescimento industrial. Então, é esse o sentido da proposta.

E em cima das suas considerações, até gostaria de examinar a possibilidade desse requerimento não ser um requerimento apenas meu, mas ser um requerimento do coletivo da Comissão de Relações Exteriores levado ao plenário, que é a proposta que faço à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – – Podemos submeter o requerimento de V. Exª ao plenário desta Comissão e, assim entendendo o plenário, este requerimento passa a ser um requerimento coletivo da Comissão de Relações Exteriores. Faremos isso em seguida.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, de 2014

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, requeiro, ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações relativas às negociações para a celebração do acordo entre o Mercosul e a União Européia e, em especial, sobre a oferta brasileira, a oferta do Mercosul, a oferta da União Européia, as normas econômicas relativas a serviços, indústria, agricultura, investimentos, regras de promoção e proteção dos direitos dos investidores, subsídios, dumping, mecanismos de proteção à propriedade intelectual, mecanismos de solução de conflitos, tais como o recurso a arbitragem internacional, dentre outros, e os compromissos políticos envolvidos nas tratativas.

Autoria: Senador Roberto Requião e outros

Se V. Exª me encaminhar cópia do requerimento, nós estaremos incorporando também extrapauta, se não houver objeção de nenhuma das Srªs e Srs. Senadores.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 17, de 2014

Requeremos, nos termos regimentais, que esta Comissão designe representantes para, em Missão Oficial, colaborar com a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que irá à Holanda acompanhar as investigações acerca das denúncias de corrupção nos contratos firmados entre a Petrobras e a empresa holandesa SBM Offshore, para locação de plataformas marítimas.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Em discussão.

Pede a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

A palavra é de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, acho legítimo que os Senadores possam estar acompanhando tudo aquilo que acontece na Petrobras. Quero aqui reiterar que a Petrobras já solicitou à Polícia Federal que faça apuração completa desse episódio, tudo será aberto e do conhecimento do Congresso Nacional nas suas conclusões etc.

A ponderação que fiz é que possamos ter ainda melhor informação sobre o caso e, conforme o Regimento aprovado com respeito a requerimentos, que uma vez lido e apreciado, possa ser decidida a questão na próxima semana.

Não vou criar caso com isso, só estou sugerindo.

O próprio líder do PT, Humberto Costa, conversou com o Senador Aloysio fazendo essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Aloysio Nunes Ferreira pediu a inclusão do requerimento extrapauta e esta Presidência submeteu ao Plenário desta Comissão, que não incorporou qualquer tipo de objeção.Portanto, a iniciativa do Senador Aloysio é uma iniciativa absolutamente dentro do nosso marco regimental.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento pela unanimidade os presentes na Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Falei há pouco com o Senador Humberto Costa; consegui alcançá-lo ainda no aeroporto. Tanto ele quanto eu tínhamos a ideia de que haveria na nossa Comissão essa praxe regimental. Fui esclarecido de que aqui se pode apresentar e votar no mesmo dia. De modo que...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas, independentemente disso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Independentemente disso, tinha sido incluído...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... democraticamente, nós submetemos à manifestação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... do Plenário, que é a instância superior das decisões nesta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sim, o próprio Senador Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós temos agido de modo republicano em relação a...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Exato. Eu quero só esclarecer que o Senador, o Líder do PT, de uma maneira muito cavalheiresca, disse: "Bem, se não for assim, não há nenhum problema, podem tocar".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu tenho certeza de que a Petrobras terá toda a disposição de informar ao Senado e ao Congresso Nacional tudo que tiver ocorrido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) –

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 18, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 40, §1º, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, a instituição de missão desta Comissão de Relações Exteriores, composta de 03 (três) membros, destinada a verificar, in locu, o atual quadro de comoção social instalado na República Bolivariana da Venezuela, suas conseqüências para os cidadãos brasileiros ali residentes, e o reflexo do mesmo para as cidades fronteiriças com o referido País.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão o requerimento.

Pediu a palavra, Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Eu apenas fiz um aceno muito amigo ao Senador Cristovam Buarque, sobre quem falarei de uma maneira muito enfática na reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Devo desculpas ao meu querido Senador. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Roberto Requião, a palavra é de V. Exª para discutir o requerimento de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Na verdade, Presidente, mais uma informação. Eu estou me dirigindo, no dia 16, a Montevidéu, como membro brasileiro da Mesa do Parlasul. Esse assunto vai ser tratado também. E já há uma pré-deliberação de que o observatório democrático do Parlasul se dirija à Venezuela para acompanhar os acontecimentos.

De qualquer forma, quero aprovar aqui, com louvor, a iniciativa do Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não havendo quem queira discutir... V. Exª pede a palavra?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente.

Eu queria endossar as posições do Senador Roberto Requião nos dois temas, especialmente no primeiro requerimento que foi aprovado por esta Comissão, pela argumentação tão bem fundamentada sobre por que nós aprovamos. Porque nós todos, Senador Requião, como o senhor, defendemos a Petrobras e queremos, como disse muito bem o senhor, que...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – ... essa empresa continue nos orgulhando muito. É a maior empresa brasileira. Num momento em que a democracia vive a chamada transparência, que é fundamental para o cidadão, para o investidor, para o trabalhador, para a própria presidente da empresa, é fundamental essa transparência. Como disse bem V. Exª, seguramente, a empresa é a maior interessada em prestar esses esclarecimentos. Parabéns pelo pronunciamento.

Também cumprimento o Senador Mozarildo pela oportuna proposta e pelo requerimento, dado que o seu Estado, o Estado de Roraima, tem um compartilhamento muito vivo com esse país, como o meu tem com a Argentina e com o Uruguai. Então, eu queria também ratificar o apoio integral à iniciativa de V. Exª.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Cumprimento o Senador Mozarildo pela oportunidade da iniciativa.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para debater o atual quadro de comoção social na República Bolivariana da Venezuela e seus reflexos para os cidadãos brasileiros ali residentes, os reflexos no Mercosul e as relações fronteiriças com o Brasil, sendo convidados para tanto:

• O senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil;

• O Subsecretário Geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores;

• O Sr. Diego Alfredo Molero Bellavia, Embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil;

• O Sr. Ruy Carlos Pereira, Embaixador do Brasil em Caracas;

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda do Senador Mozarildo Cavalcanti.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 20, de 2014

Requeiro seja encaminhado Ofício desta Comissão de Relações Exteriores à Prefeitura Municipal de Pacaraima, no Estado de Roraima, bem como à Câmara de Vereadores do referido Município, solicitando o envio a esta Comissão da relação dos bens imóveis públicos e privados, construídos ou em construção, localizados na zona non aedificandi estabelecida na faixa de fronteira entre o Brasil e a Venezuela, conforme acordado com a Missão criada através do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores n.º 38, de 2013.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 15
REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, requeiro, ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações relativas às negociações para a celebração do acordo entre o Mercosul e a União Européia e, em especial, sobre a oferta brasileira, a oferta do Mercosul, a oferta da União Européia, as normas econômicas relativas a serviços, indústria, agricultura, investimentos, regras de promoção e proteção dos direitos dos investidores, subsídios, dumping, mecanismos de proteção à propriedade intelectual, mecanismos de solução de conflitos, tais como o recurso a arbitragem internacional, dentre outros, e os compromissos políticos envolvidos nas tratativas.
Autoria: Senador Roberto Requião e outros e Senador Cyro Miranda

Em discussão o requerimento do eminente Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Esse pedido de informação passa a ser um pedido coletivo desta Comissão, que nós estaremos subscrevendo, com muita honra, cumprimentando V. Exª pela oportunidade da iniciativa.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – E, dessa forma, encaminhado ao plenário.
O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim, vamos encaminhá-lo ao plenário e colher a assinatura dos nossos colegas que compõem a Comissão de Relações Exteriores.

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2007
- Não terminativo -

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.
Autoria: Senador Alvaro Dias

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, de 2007
- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores para transporte de mercadorias quando adquiridos por agricultores familiares e suas associações ou cooperativas.
Autoria: Senador Marcelo Crivella

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 590, de 2007
- Não Terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores por associações, sindicatos e federações representativas de trabalhadores ou de categoria econômica.
Autoria: Senador Marcelo Crivella

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2008
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos automotores adquiridos por pessoas portadoras de hemofilia.
Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2008
- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alimentos dietéticos e exclui a receita de sua venda da incidência das contribuições que menciona.
Autoria: Senador Renato Casagrande

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2008
- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.
Autoria: Senador Alvaro Dias

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, de 2008
- Não terminativo -

Prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.
Autoria: Senador Francisco Dornelles

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, de 2008
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nela especificados às Casas Militares ou aos Gabinetes Militares da União, dos Estados e do Distrito Federal.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2009
- Não terminativo -

Altera o inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência.
Autoria: Senador Flávio Arns

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, de 2009
- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição.
Autoria: Senador Flávio Arns

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2009
- Não Terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a ferramentas diversas.
Autoria: Senador Raimundo Colombo

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, de 2009
- Não Terminativo -

Estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, de 2009
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos de carga quando adquiridos por transportadores autônomos.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2010
- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a receita bruta decorrente da venda de motocicletas com cilindrada até 125 cm3, no mercado interno, quando adquiridos por motoboys ou mototaxistas.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2010
- Não terminativo -

Acrescenta o inciso VI, ao artigo 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.
Autoria: Senador Romeu Tuma

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2011
- Não terminativo -

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, na forma do Substitutivo apresentado, e pela rejeição dos demais PLS de nºs 589/07, 590/07, 174/08, 181/08, 240/08, 449/08, 463/08, 45/09, 277/09, 305/09, 347/09, 380/09, 160/10, 197/10 e 130/11.
Observações:
1 - Em 11/09/2012, a Matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CE (Substitutivo), e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senados nºs 589, e 590 de 2007; 174, 181, 240, 449 e 463 de 2008; 45, 277, 305, 347, e 380, de 2009; 160 e 197, de 2010 e 130, de 2011.
2 - A Matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.
3 - Em 19/02/2014, o Relator, Senador Cyro Miranda, apresentou novo Relatório
4 - Em 20/02/2014, a matéria constou da pauta, lido o Relatório foi concedida vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para apresentação do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada. Nós aprovamos a inversão de pauta, o Senador Cyro fez... Só quero fazer uma consulta. Terminada a leitura do item 3, na inversão, seguirão os outros requerimentos daqui ou volta para a pauta normal?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Seguiremos a pauta normalmente ou, se houver algum requerimento para inversão de pauta, nós estaremos submetendo ao Plenário...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É porque, como o senhor fez os requerimentos extrapauta, imaginei que os outros requerimentos que já estão na pauta seriam apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Podemos fazê-lo, assim que o Senador Cyro Miranda concluir o seu parecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Primeiro, agradeço a gentileza de todos os pares pela inversão e é muito rápido porque eu apresentei na última reunião nossa um substitutivo extenso, que foi lido, debatido e do qual foi pedida vista. Eu, então, peço... Ele é extenso. Mesmo tendo sido pedida vista, ele foi altamente explicado aqui, fiz um novo para conciliar com um pedido da Senadora Grazziotin e, como ele é não terminativo e nós temos uma pauta muito curta este ano, tenho medo que não dê para este projeto andar se formos esperar mais um pouco. Então, peço só que coloque em votação, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O substitutivo de V. Exª já é do conhecimento de todos, já foi publicado, portanto, tem fé pública.

Em discussão o relatório de S. Exª o Senador Cyro Miranda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Esse é o item 3?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Item 3. V. Exª quer a palavra?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Trata-se do PLS nº 4, de 2007, do Senador Alvaro Dias, que modifica a legislação tributária federal para isentar do IPI as operações que envolvem máquinas, equipamentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, caso adquiridos com a finalidade de produção de leite.

Em razão de requerimento de apreciação conjunta, tramitam outros 15 projetos. Salientamos que essas proposituras já foram apreciadas na Comissão de Educação, que elaborou um substitutivo que, em linhas gerais, aprova os projetos relativos à concessão do benefício para deficientes físicos produtores de leite para os entes federados e de alimentos dietéticos, rejeitando os demais.

O Relator da matéria nesta Comissão propõe a aprovação do substitutivo da Comissão de Educação, com a apresentação de subemenda e pela rejeição das demais. A subemenda proposta visa a adequar o projeto às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Conforme o Relator, os ajustes são necessários para a obtenção de precisão, permitindo que o texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance da normativa, visto que a discriminação dos produtos sujeitos à isenção acrescentados ao art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, está ampla e genérica, o que não corresponde à necessidade de especificação presente na tabela de incidência do IPI.

O Relator inclui também parágrafo específico para assegurar a isenção do IPI para produtos oriundos do Mercosul, sem assegurar, entretanto, a reciprocidade para os mesmos produtos brasileiros nos mercados de outros Estados-partes do Bloco. Trata-se de matéria complexa e extensa que demanda debate mais aprofundado.

No que tange aos deficientes físicos, a legislação em vigor já trata adequadamente das isenções fiscais para a aquisição de equipamentos, se necessário, inclusive, a cadeira de rodas.

Não há estudos do impacto desse substitutivo na arrecadação tributária nacional, o que é preocupante.

Em vista dessas razões, Sr. Presidente, eu sugiro a rejeição do projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É evidente que nós não podemos aprovar um projeto que prejudica a indústria nacional, principalmente numa coisa simples, como o é a produção de leite. Mas o Senador Cyro Miranda me assegura que estabeleceu no seu relatório a possibilidade da isenção apenas diante da impossibilidade absoluta da similaridade nacional. Nesse caso, voto favoravelmente ao projeto. Não votaria assim se qualquer medida contida na proposta prejudicasse a indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em votação o parecer do Senador Cyro Miranda.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Respeitosamente, eu voto contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Aprovado o parecer por cinco votos, contra o voto do Senador Eduardo Suplicy.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº 155, DE 2014
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40, observado o disposto no art. 13, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da reunião da Confederação Médica Latino-Americana (Confemel), a convite da Federação Nacional dos Médicos, que ocorrerá na Costa Rica, no período de 13 a 15 de maio de 2014.
Autoria: Senador Paulo Davim.
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Relatório: pela aprovação.

Em discussão o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti.
Passo a palavra a S. Exª, para que possa proferir o relatório.
O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB - RR) – Agradeço ao Senador Requião pela observação. Como o próprio requerimento diz, trata-se de participar de um fórum, vamos dizer assim, na Confederação Médica Latino-Americana. Então, isso é muito importante para o País e muito importante, sobretudo, para a classe médica. Portanto, o parecer favorável é nesse sentido.
O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir o relatório, eu o coloco em votação.
As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2014
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para debater os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de infraestrutura no exterior nos modais rodoviários, ferroviários, aeroportuários e hidroviários e em outros investimentos na área de logística. Para tanto, sugiro seja convidado o Sr. Presidente do BNDES, o Sr. Luciano Coutinho.
Autoria: Senadora Ana Amélia.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar do Projeto KC-X, destinado ao desenvolvimento e produção, pela Embraer, da aeronave de transporte militar e reabastecimento denominada KC-390, com capacidade de 20 toneladas, cuja finalidade é atender necessidades operacional e estratégica da Força Aérea Brasileira, relacionadas a missões militares e de ajuda humanitária, entre elas apoio a calamidades públicas e apoio a localidades de difícil acesso na região amazônica.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 24, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, com o objetivo de debater o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas com a presença dos seguintes convidados:

• Dom Leonardo Steiner, Secretário-Geral da CNBB;
• Paulo Abrão Pires Junior, Secretário Nacional de Justiça;
• Representante do Ministério das Relações Exteriores – Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior;
• Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, autorização para ausentar-me do País nos dias 24 e 25 de março de 2014 para participar do Seminário Internacional "America Latina: Oportunidades y Desafios" (programação anexa), que se realizará na cidade de Lima/Peru, organizado pela Fundación Internacional para la Libertad e que terá como moderador o escritor peruano Álvaro Vargas Llosa.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Subscrevem este requerimento o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador José Agripino e o Senador Ricardo Ferraço.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre anexação dos requerimentos de igual teor das Srªs e dos Srs. Senadores que manifestaram interesse em participar desse evento: o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Senador José Agripino.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos designar a Senadora Ana Amélia para que possa proferir parecer sobre esse requerimento, ainda nesta Comissão, se fosse possível.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – V. Exª já fez o enunciado. Vou direto à análise.

Está tudo de acordo com o que prevê o Regimento.

A matéria também é fundamentada pelo inciso III do art. 55 da própria Constituição, que faculta ao Parlamentar deixar de comparecer às sessões ordinárias da Casa a que pertencer, desde que em gozo de licença ou em desempenho de missão por esta autorizada.

Então, meu voto é pela aprovação desse requerimento e dos Senadores mencionados por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão o parecer da Senadora Ana Amélia.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Só uma preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É evidente que meu voto será favorável. Eu acho que a participação dos membros do Senado em todas essas discussões é muito importante, pelo que podem dizer e pelo que podem aprender, mas me preocupa a contaminação dos nossos companheiros com as ideias do Vargas Llosa. (*Risos.*)

Então, voto favoravelmente, deixando clara a minha preocupação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É Alvaro Vargas Llosa. Não se trata do Vargas Llosa, romancista e brilhante escritor, que, aliás, escreveu um artigo que merecia ser lido por todos, a respeito da tragédia da Venezuela bolivariana. Foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, no último domingo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Aumentou a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Trata-se de um seminário internacional intitulado "America Latina: Oportunidades y Desafios", que será coordenado e dirigido pelo Presidente da Fundación Internacional para la Libertad e terá a presença do Sr. Sebastián Piñera, ex-Presidente do Chile, e do Sr. Felipe Calderón, ex-Presidente do México, entre outras tantas autoridades da América Latina.

Pede a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu não vou entrar no mérito da iniciativa, que dispensa comentários. Eu apenas fico feliz, pois acabei de voltar dessa cidade, Lima, e lá se pode ver o retrato daquilo que

representa segurança jurídica, daquilo que representa um Estado normal, do ponto de vista da sua estabilidade política e econômica. O Peru está dando um bom exemplo, e o Presidente Ollanta Humala, que comparo a José Mujica, do Uruguai, pela forma como tem conduzido a presidência do país. É um presidente *low profile*, muito discreto, mas é visível a situação favorável do que representa a estabilidade política e econômica naquele país, que tem problemas sociais, claro, tem mazelas como todos nós temos e inclusive as nações ricas, como foi mencionado aqui durante a exposição brilhante do Embaixador da República Francesa em nosso País.

Eu queria dizer que a simples visita a Lima já é um fato relevante.

Eu também queria fazer uma sugestão, Sr. Presidente, mas não sei se esta Comissão pode fazê-lo. O que notamos é que, quando estamos em representação – o Senador Requião é um de nós –, quando estamos, por exemplo, em uma reunião na Comissão do Parlamento do Mercosul, de que faço parte, nossa presença deveria ser confirmada porque nós estamos em uma missão de trabalho. Nós não estamos passeando, estamos trabalhando. Não é considerada a presença nesses eventos. Nós temos, pelo Regimento do Senado, uma falta justificada. Nós não estamos faltando, nós estamos trabalhando. V. Exª, Senador Requião, que é representante no Parlamento do Mercosul, sabe muito bem disso. Então, eu penso que não é lógico. Aprovamos aqui...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senadora, permita-me um aparte.

É mais do que uma falta não justificada, é uma presença justificada numa atividade parlamentar externa. Agora, a imprensa usa isso como quer. É esse tripudiamento continuado em cima do Parlamento. É uma verdadeira... Eu, por exemplo, fui considerado o quinto mais ausente do plenário do Senado. V. Exª sabe que eu, V. Exª, o Senador Cristovam, o Senador Pedro Simon e o Senador Mozarildo somos os mais presentes do Senado da República, inclusive porque todas as segundas e sextas-feiras, com o plenário vazio, nós estamos aqui na Casa. Portanto, é um absurdo total isso, é uma maneira de tentar desgastar, quando, na verdade, nós estamos exercendo uma função.

No meu caso, eu sou vice-Presidente do Parlasul. Nós temos sede no Uruguai e temos reuniões periódicas. Eu sou Presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Parlamento Europeu Latino-Americano. A sede é em Bruxelas, e as reuniões são feitas em países da Europa e da América Latina; e são muitas. Eu sou membro da Comissão de Educação do Parlatino. Na verdade, às vezes as sessões são duríssimas, em que se tem de sair do Brasil em um dia, participar de uma reunião à tarde e voltar à noite. E isso tudo é contabilizado como sessão pela má-fé cínica ou ignorância córnea da imprensa brasileira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Senador Requião, eu penso que o senhor justifica até a alteração do Regimento Interno. E eu renovo a sugestão, porque nós aprovamos aqui, e justificamos, a ausência do trabalho por um missão de representação da Comissão de Relações Exteriores ou de outras comissão. No fundo, no fundo, estamos trabalhando, representando o Senado Federal. Nessas condições, Senador Requião, o erro é de origem do nosso Regimento. No momento em que se aprova, os dias ali previstos não são faltas, são presenças, justificadíssimas, porque estamos lá trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu penso que nós poderíamos encaminhar coletivamente a apresentação de um projeto de resolução

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... visando à correção desse equívoco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É verdade. Eu, por exemplo, tive 14 faltas justificadas. Aí eu fui ver e eram essas viagens, ou a um seminário em Boston, nos Estados Unidos, ou no Parlamento do Mercosul.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Ou seja, são as presenças em missões exteriores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Exatamente, em missão.

Então, eu fico até inibida de participar mais – e são enriquecedoras essas viagens, essas missões, em que a gente aprende muito –, por conta desse equívoco regimental de a própria Casa não reconhecer.

Agradeço a V. Exª pelo acolhimento e pelas providências que tomar em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª poderia ficar encarregada de minutar o conteúdo desse projeto de resolução, para que nós pudéssemos encaminhar coletivamente, inclusive em razão de esta Comissão ser a que precipuamente tem a tarefa e as prerrogativas dessas missões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Farei isso. Muito obrigada, Presidente.

Eu aduziria apenas que foi aprovado um requerimento de minha autoria a respeito de realização conjunta da audiência pública, já marcada para o dia 25, do presidente do BNDES, o Sr. Luciano Coutinho, da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Assuntos Econômicos.

E por que eu o fiz? Porque o objeto do requerimento é tratar de financiamentos de contratos internacionais do BNDES, e esta é a Comissão adequada para isso.

Fiquei muito preocupada. Eu não tenho nenhum preconceito e acho que o Brasil, cada vez mais, precisa, nessa inserção regional ou latino-americana, que tem a ver com a nossa cultura e o desejo dessa participação

política internacional da geopolítica latino-americana, tem que estar inserido e protagonizar cada vez mais, pela liderança que tem.

Mas, Presidente, quando se fala em financiamento do BNDES, se está falando em recurso público. E é exatamente por isso que não é admissível que esse recurso público seja usado em contratos secretos de que o País – nem o Tribunal de Contas nem a CGU, a Controladoria Geral da União) – não tem acesso a informações. No caso do financiamento para o Porto de Mariel, na República de Cuba, só em 2027 é que os termos desse contrato serão feitos.

O financiamento a Cuba não vai representar, além do problema relacionado a este contrato secreto, uma concorrência ao Brasil. Agora, eu estive na Feira do Polo Naval em Rio Grande, onde há um grande empreendimento, e a informação que recebi é que o BNDES poderá – poderá, não está oficializado – financiar um porto de alta profundidade no Uruguai, na Província de Rocha. Tudo bem, é ótimo, só que, de novo, seguramente, será um contrato de termos secretos. Nós, do Rio Grande do Sul, temos com o Uruguai uma relação muito intensa, muito estimulada com o Uruguai, pela forma com que nos relacionamos com esse país, uma fronteira cheia de *free shops* uruguaios. Mas esse porto vai representar, se não forem feitos os mesmos investimentos no Porto de Rio Grande, uma concorrência que não se vai justificar. O Porto de Paranaguá vai sofrer, os portos de Santa Catarina vão sofrer essa concorrência com o dinheiro que o BNDES vai repassar ao Uruguai, se for confirmada essa operação de financiamento.

Eu tenho muita preocupação, até porque, com o Polo Naval, o Porto do Rio Grande se transformou numa grande referência, não só para exportação de *commodities* agrícolas, mas também para a exportação e importação de outros produtos.

Agradeço a V. Exª e aos colegas a aprovação do requerimento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu me associo a V. Exª e lembro que, na próxima quinta-feira, nós teremos aqui a presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O BNDES é um órgão vinculado a esse Ministério.

E também nos chama a atenção não o fato de o nosso País, como líder regional, estar contribuindo para o desenvolvimento econômico da região, mas nos chama a atenção e nos causa espécie que temas como esse, de operações com recursos públicos, tenham que ser tratados de forma sigilosa. Isso é mais ou menos como cantou o poeta: "o avesso do avesso do avesso".

Pede a palavra o Senador Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, sobre este assunto, quero dizer que dou todo o apoio ao pedido da Senadora e digo que a gente precisa, de fato, debater as dificuldades, porque o sistema de gerenciamento nacional no Brasil hoje emperra a realização de obras.

Muitos criticaram o financiamento do BNDES a esse porto em Cuba. E eu disse que me preocupa menos termos financiado do que sabermos que, lá, eles conseguem fazer o porto e, aqui, a gente não consegue, por uma malhar de dificuldades, Senador Mozarildo, que nós fomos criando ao longo do tempo. Assim, em qualquer obra hoje, trabalham menos engenheiros do que procuradores – em geral, os engenheiros para fazerem a obra, e os procuradores para descobrirem problemas para impedir que se faça. Tem que dar um jeito nisso! Não pode continuar a infraestrutura sendo paralisada pela malha de leis, de regras que nós criamos, pelo Brasil afora, em relação a todas as obras, desde a licitação até a execução.

Quanto à fala anterior, inclusive a do Senador Requião, sobre faltas, eu acho que é um mal-entendido na opinião pública sobre o que é o trabalho do Parlamentar. Eu trabalho mais fora do plenário do que dentro do plenário. Eu trabalho duro quando termina a sessão e eu vou conversar com o eleitor, eu vou debater com o estudante, eu vou conversar com pessoas. Fim de semana, não há sessão, eu não bato ponto, mas eu estou trabalhando por aí. Amanhã, termina a sessão, eu vou para Tocantins; volto sábado de manhã e, à tarde, vou para Santa Maria – não Santa Maria no Rio Grande do Sul, mas Santa Maria aqui, no Distrito Federal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Cidade-satélite.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Cidade satélite.

Há um mal-entendido na opinião pública sobre o que é o trabalho do parlamentar. Além de mudar as regras, eu acho que a gente deveria ter uma campanha de educação – não sei como – que mostrasse à opinião pública qual é o momento em que um parlamentar está trabalhando, e qual é o que ele não está também. É possível que algumas viagens sejam para passear. Eu não digo que isso não exista. Deve existir, até numa quantidade razoável. Mas, muitas vezes, Senador Requião, quando não estamos aqui, estamos trabalhando mais do que se estivéssemos aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Senador Cristovam, eu queria cumprimentá-lo, até porque, se o senhor não for a Santa Maria, os seus eleitores e a sociedade, que esperam muito do senhor, no debate das demandas deles, vão também reclamar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Claro!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – E muito. Porque o contato pessoal tem um significado e um valor que é indescritível. E é preciso que se leve em consideração isso.

Hoje à tarde, eu também irei a Passo Fundo. Vou chegar às 11 horas da noite, para, amanhã de manhã, ir a Não-Me-Toque debater, em uma audiência pública, extensão rural, numa das maiores feiras, com 77 países presentes lá, 505 expositores. Até ontem, foram 150 mil visitantes a essa feira que se chama Expodireto Cotrijal. É uma grande vitrine de toda a produção agropecuária brasileira, para a agricultura familiar, para as cooperativas de produção.

Então, é esse o nosso trabalho, e será transmitido pela TV Senado. E é exatamente nessa medida que há uma dificuldade de se entender o que nós estamos fazendo. Por isso que, alterar o Regimento... Eu fiquei muito animada com a atitude do nosso Presidente, vou fazer o texto do requerimento do projeto de resolução, para alterar o Regimento Interno, porque, se o senhor estiver em Santa Maria, o senhor estará presente em uma sessão, porque esta, às vezes, até vale mais do que estarmos aqui dentro do Senado Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Claro! É isso! O trabalho do Parlamentar é conjunto: é dentro e fora. E outra coisa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – E queria também agradecer, Senador Cristovam: quando o debate sobre o financiamento sobre o Porto de Mariel foi estabelecido – eu até levantei no plenário –, foi feita uma argumentação, até por um conterrâneo seu, Armando Monteiro, sobre a relevância disso para a questão da nossa balança de pagamentos. E isso é serviço. Quando exportamos serviço, exportamos o conhecimento nosso e a nossa tecnologia. Isso é ótimo! É maravilhoso! Só que, como muito bem V. Exª pontuou, nós temos que fazer isso e ganhar o valor agregado, usando os nossos engenheiros, os nossos arquitetos, os nossos projetistas, os nossos analistas, os nossos economistas, os nossos consultores para resolver esse gargalo brutal que nós temos no sistema portuário, no sistema ferroviário, no sistema de transportes de modo geral, em todos os modais de transporte.

Então, essa é a grande questão, e é a minha posição, e fico feliz que a sua seja essa.

Não é o problema do financiamento para Cuba, mas o aspecto do seu secretismo, do seu sigilo absoluto até 2027. Este é o ponto que nós cobramos. Não é o dinheiro que vai para lá, mas que vá abertamente; e, ainda, por que a mesma coisa não está sendo feita no nosso País, de tantas carências na área da logística?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O problema não é o financiamento para Cuba; o problema são os sigilos que rodeiam o BNDES, que virou uma caixa preta, em que a gente não sabe direito como é que se decide ir para Cuba ou ficar aqui. O fato de ir para Cuba pode ser correto; afinal, é uma instituição que investe, e o Brasil tem que ter cooperação. Agora, a gente precisa aprender a fazer aqui dentro.

E eu quero lembrar a frase que eu disse: nossas obras, hoje, têm mais procuradores que engenheiros envolvidos, Senador Ricardo. Se não forem mais procuradores que operários...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Se não forem mais advogados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Há mais advogados para fazer qualquer obra e mais dificuldades jurídicas que qualquer dificuldade técnica.

E, finalmente, ainda sobre o trabalho fora daqui: muitos acham que viajar ao exterior é diversão. Para mim, pelo menos, diversão é ir à praia. E, hoje, com a globalização, existe um pouco de sentimento de políticos sem fronteiras, como existem médicos sem fronteiras. Quem não estiver alerta para o que está acontecendo fora do Brasil – e os de lá ao que está acontecendo aqui – fica para trás. A luta contra a corrupção nós só vamos vencê-la aqui se começarmos a ver o que está sendo feito em outros países onde isso deu certo e por que deu certo.

Educação. Não vamos encontrar saída para a crise educacional se nós não olharmos o que aconteceu nos países onde deu certo a revolução educacional. E isso exige deslocamentos; isso exige estar alerta. E isso é trabalho também, o que não se pode, repito, misturar com aquilo que faz quem viaja de férias durante o período. Mas quem viaja a trabalho... Eu acho que há de se entender: o trabalho parlamentar vai além dos limites do Congresso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

Pela ordem, com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB - RR) – Srª Presidente, eu quero me ater, realmente, à questão das faltas. Veja bem, o Regimento prevê três hipóteses em que o Parlamentar pode se ausentar: a primeira é justamente para o tratamento de assuntos de interesse político-partidário. O Senador Cristovam o faz com frequência, porque é aqui a sua base; mas e a minha, que é lá no extremo Norte? Então, o que faço? Em vez de estar lá todos os fins de semana – até porque não sou um cara tão jovem assim para viajar quase cinco horas para chegar

ao meu Estado –, eu vou uma vez por mês, às vezes, de dois em dois meses, por uma semana, para tratar de temas de interesse político-partidário. O que é isso? É justamente o contato com os eleitores; é a explicação para os eleitores.

A mesma coisa, o tratamento médico. Você adoece, apresenta o atestado médico, mas não é computado como presença, porque está sendo computado como presença apenas o painel do dia. Então, sobre isso, realmente, temos que conversar com o Presidente do Senado para que seja sanado. Isso porque, senão, você fica aqui, como diz o Senador Requião, pegando fama de faltoso quando não está faltando. Você, na verdade, está deixando de comparecer ao plenário, porque está em missão, seja de interesse político-partidário, sejam essas que o Senador Cristovam mencionou, ao exterior.

Então, precisamos urgentemente cuidar dessa questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu tive também, só para encerrar esse capítulo da questão das faltas – justificadas ou não –, uma falta não justificada – uma! E que falta foi essa? Foi quando eu fui a Porto Alegre enterrar o meu marido. Todo trabalhador brasileiro tem direito ao luto nos casos de morte da mãe, do pai, do irmão. Eu achei aquilo muito injusto; e não era o problema do desconto por uma falta, até porque isso não me interessava; era o motivo de considerar injustificada uma das coisas que, para mim, era uma perda irreparável.

Então, eu fiz também uma solicitação à Mesa para que aos Parlamentares, aos Senadores, fosse estabelecido não o mesmo direito dos trabalhadores, mas, pelo menos, dois dias de luto. E o fiz porque tive essa falta injustificada, que se deu por eu estar em Porto Alegre enterrando o meu marido.

Então, eu compartilho do pensamento dos senhores também sobre esse direito. Se é dado a todos os trabalhadores, temos de considerar que nós aqui também somos, mesmo que legitimados pelo voto popular, no fundo, trabalhadores. Estamos aqui a serviço da sociedade brasileira.

Ao passar a Mesa, os trabalhos ao nosso querido, competente e combativo Presidente, o Senador Ricardo Ferraço, queria saudar a presença do Embaixador Rubens Barbosa, que tem uma atuação muito importante nas questões internacionais, nas questões econômicas.

Convido também o Senador Cristovam Buarque para fazer a apuração da indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti para uma Comissão Especial desta Comissão de Relações Exteriores.

Passo os trabalhos ao nosso querido Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Solicito que a Senadora Ana Amélia, por gentileza, e o Senador Cristovam Buarque possam proceder à apuração da indicação, da eleição, na verdade, do Senador Mozarildo Cavalcanti para compor, em nome desta Comissão, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, para acompanhamento e monitoramento das ações e atividades de inteligência da República brasileira.

De igual modo, também acolho e agradeço a presença sempre honrosa entre nós do Embaixador Rubens Barbosa, um dos melhores quadros da diplomacia brasileira, tendo honrado nosso País à frente...

O SR. RUBENS BARBOSA – Ex-quadros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ex-quadro não. Excepcional Embaixador que conduziu a nossa missão diplomática no Reino Unido, também conduziu a nossa missão diplomática em Washington, deixando um legado de excepcionais serviços prestados à diplomacia brasileira, à política externa brasileira, hoje coordenando importante departamento na Federação das Indústrias e exercendo uma relevante dinâmica e orgânica atividade acadêmica em nosso País.

Seja V. Sª muito bem-vindo à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque para que possa anunciar o resultado da indicação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Para inveja de qualquer outro Senador, por unanimidade, o Senador Mozarildo foi escolhido por todos seus pares que votaram, 11 votos, 100%.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª e à Senadora Ana Amélia pela contribuição e colaboração.

Fica, portanto, consolidada a indicação de S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro desta Comissão, a Comissão de Relações Exteriores, para compor a CCAI, que é alvo e produto de uma Comissão Mista que foi instituída recentemente pelo Congresso brasileiro, por Senadores e Deputados, visando ao exercício, à fiscalização e ao monitoramento das atividades de inteligência da República brasileira.

Não havendo mais nenhuma matéria a ser tratada, nós vamos encerrar a presente sessão, agradecendo às Srªs, aos Srs. Senadores e aos brasileiros que nos acompanham pela TV Senado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte de março de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira e Gim.** Assina a lista de presença o Senador não membro desta Comissão **Wellington Dias**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores **Flexa Ribeiro** e **Jarbas Vasconcelos**. O Presidente declara aberta a Reunião e faz leitura de comunicado. Tem início a apreciação da **PAUTA – 1ª PARTE: ADIADA – Audiência Pública** com o Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, Mauro Borges Lemos, para debater a agenda do Mercosul para o ano de 2014, tendo em vista a desafiadora conjuntura político-econômica apresentada; em atendimento ao RRE nº 7/2014. Sua Excelência o Senhor **Mauro Borges Lemos**, Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, justificou ausência. O Presidente faz pronunciamento sobre o Mercosul. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, que solicita inclusão de itens extrapauta; solicitação aprovada. Passa-se à **PAUTA – 2ª PARTE: Deliberativa.** Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, que solicita inclusão de item e inversão na pauta. Aprovada. **EXTRAPAUTA: ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora KATIA GODINHO GILABERTE, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013–SF. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Tonga." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013–SF. **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso." O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013–SF. A Senadora Ana Amélia registra a presença do Senhor Rolf Hoenger, Diretor Presidente da Roche. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, que faz leitura de mensagem recebida sobre a Ucrânia. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, a Senadora Ana Amélia e o Senador Francisco Dornelles. Usa a palavra o Senador Cyro Miranda. **ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 28, de 2014,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, para discorrer sobre a crise na Ucrânia que culminou na consulta popular para a reintegração da Crimeia à Federação Russa domingo último, provocando forte reação da comunidade internacional. Na ocasião, o Senhor Ministro terá a oportunidade de expor ao Senado a posição do governo brasileiro sobre o assunto." Aprovado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29, de 2014,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o embaixador da Ucrânia no Brasil Rostyslav Tronenko, para discorrer sobre a crise na Ucrânia que culminou na consulta popular que aprovou a reintegração da Crimeia à Federação Russa domingo último, provocando forte reação da comunidade internacional. Na ocasião, o Senhor Embaixador terá a oportunidade de expor ao Senado e à população brasileira seus referidos argumentos e pontos de vista." Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 30, de 2014,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Embaixador da Federação da Rússia no Brasil Sergey P. Akopov, para discorrer sobre a crise na Ucrânia que culminou na consulta popular que aprovou a reintegração da Crimeia à Federação Russa domingo último, provocando forte reação da comunidade internacional. Na ocasião, o Senhor Embaixador terá a oportunidade de expor ao Senado e à população brasileira seus referidos argumentos e pontos de vista." Aprovado. **ITEM 8 – MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2014,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do

Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos." É designada Relatora *ad* hoc a Senadora Ana Amélia, que profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013–SF. **ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 31, de 2014,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela. Recomendo a presença dos seguintes convidados: • Embaixador Ruy Carlos Pereira, Embaixador do Brasil em Caracas; • Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República; • Demétrio Magnoli, Sociólogo e Professor da USP." Aprovado. **ITEM 9 – MINUTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , de 2014,** de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Altera os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal –, para dispor sobre o registro de frequência de Senador incumbido de representação do Senado Federal ou em desempenho de missão de interesse parlamentar no País ou no exterior. O SENADO FEDERAL resolve: Art.1º Os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 13. .... § 3º O nome do Senador incumbido da representação do Senado Federal, ou em desempenho de missão de interesse parlamentar no País ou no exterior, constará das listas de comparecimento das Comissões das quais seja membro e do Plenário, devendo, ainda, neste último caso, estar registrado no painel eletrônico. § 4º Nas hipóteses tratadas no § 3º, o nome do Senador não será contabilizado para fins de obtenção de quorum." (NR) "Art. 40. A representação da Casa por Senador e o desempenho de missão no País ou no exterior deverão ser autorizados mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado. ...."(NR) "Art.68. .... Parágrafo único. O nome do Senador incumbido da representação externa de que trata o caput contará das listas de comparecimento da Casa, observado o disposto nos arts. 13 e 40."(NR) Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação." O Presidente concede a palavra à Senadora Ana Amélia, para considerações sobre esse assunto. Usam a palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Luiz Henrique. Aprovada a apresentação do Projeto de Resolução, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Usam a palavra os Senadores Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, a Senadora Ana Amélia e o Senador Francisco Dornelles. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos formalmente a nossa pauta, em razão do quórum, vamos fazer alguns comunicados.

Comunico a Suas Excelências, os senhores Senadores, que no dia 25 de março, às 10 horas, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, acontecerá audiência pública para debater os financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de infraestrutura no exterior, nos modais rodoviários, ferroviários, aeroportuários, hidroviários e outros investimentos na área de logística, com a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES. Trata-se de uma audiência conjunta entre a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Assuntos Econômicos.

No dia 27, às 10 horas, estaremos recebendo aqui na Comissão de Relações Exteriores o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, para discutir os rumos da Defesa brasileira e prestar informações no âmbito de sua competência.

Também no dia 27, às 14h30, audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos com o objetivo de debater sobre os avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali, Indonésia, com a presença do Embaixador Roberto Azevêdo – brasileiro –, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio. Enfim, são audiências públicas em conjunto, na própria quinta-feira pela manhã e à tarde, com o Ministro Roberto Azevêdo.

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, e em atenção aos Ofícios nºs 49, 50, 51, de 2014, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, designo o Senador Marcelo Crivella para compor, como suplente, as seguintes Subcomissões:

-Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas;

-Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira; e

-Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

O Senador Luiz Henrique pede a palavra?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para solicitar a inclusão extrapauta dos projetos oriundos da Mensagem nº 10, de 2014, e nº 16, do mesmo ano, em que a Senhora Presidente da República indica a Srª Kátia Godinho Gilaberte para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia; e do Sr. Eduardo Ricardo Gradilone Neto para exercer o cargo de Embaixador do Brasil do Reino de Tonga, cumulativamente com o cargo de Embaixador na Nova Zelândia.

Se V. Exª, ouvida a Comissão, concordar em apreciar esses dois projetos extrapauta, eu faria a leitura de ambos para que tivessem andamento nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Luiz Henrique, nós estamos aguardando os nossos colegas Senadores que estão em outras Comissões e assim que eles chegarem e houver quórum, estamos em linha e concordo plenamente com V. Exª para que possamos agilizar os nossos relatórios dos embaixadores que serão sabatinados por esta Comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a V. Exª, caro Presidente Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Srs. Senadores, desde sua criação, há pouco mais de 20 anos, o Mercosul contribuiu de forma decisiva para o incremento das trocas comerciais no Cone Sul. O comércio intrabloco aumentou 12 vezes, saltando de US$4,5 bilhões, em 1991, para US$59 bilhões, aproximadamente, em 2013. Nos últimos 10 anos, o Brasil acumulou superávit de US$46 bilhões em relação a seus parceiros de bloco. Vale ressaltar, ademais, que 91% do montante exportado do Brasil para o Mercosul eram produtos manufaturados, ou seja, bens de maior valor agregado. Os números falam por si. É inegável que o Mercosul sempre foi e continua a ser importante instrumento de expansão das exportações brasileiras, em especial de manufaturas, cuja participação é expressiva na pauta exportadora, entre outros países.

Por outro lado, já tivemos inúmeras oportunidades de salientar que o mapa-múndi do comércio global está em profunda transformação, haja vista o quadro de novas parcerias e entendimentos comerciais entre importantes *players* do tabuleiro econômico internacional, enquanto o Mercosul emite sinais de desgaste, de isolamento e até mesmo de falta de perspectivas.

Os exemplos disso. Nos últimos 10 anos, foram assinados mais de 350 acordos bilaterais de comércio no mundo, fomentando exportações e importações entre diferentes países; o Brasil, com o Mercosul, nesse período, firmou apenas três acordos: com Israel, Egito e Autoridade Palestina.

A intensificação do debate sobre os rumos das relações comerciais externas do Brasil deriva da coincidência entre as imensas transformações que se operam na economia internacional e o momento preocupante que voltamos a atravessar em nosso País. Com efeito, há muitos anos o Brasil não temia, como agora, a volta do fantasma da inflação ou a deterioração de nossos fundamentos macroeconômicos, notadamente no balanço de pagamentos e na balança comercial, tudo isso em conjuntura de baixo crescimento do Produto Interno Bruto. As expectativas, que são balizadoras da confiança dos agentes econômicos, parecem toldadas por sentimentos de crescente incerteza e de preocupação.

Contra esse pano de fundo é que se coloca a negociação do acordo de liberalização comercial entre o Mercosul e a União Europeia, que pode revigorar e dar novo impulso ao combalido bloco do Cone Sul. As expectativas estão voltadas, agora, para a reunião técnica a ser realizada amanhã, 21 março, em Bruxelas, na qual se espera que as duas partes possam trocar suas respectivas propostas e ofertas de listas de preços e que, finalmente, possamos dar um passo seguro nessa direção.

Desde que foram retomadas essas negociações, em 2010, após paralisação de mais de cinco anos, em processo de inércia, retomado em 2001, uma sucessão de circunstâncias adversas vem prejudicando a consolidação de uma lista comum de produtos e ofertas que possa ser submetida, em conjunto, pelo Mercosul, aos negociadores europeus.

Se é certo que os últimos anos foram problemáticos para diversos membros importantes da União Europeia, haja vista as crises vividas pela Grécia, Espanha, Portugal e Itália, não é menos verdade que, também no Mercosul, sérias dificuldades econômicas e políticas também se sucederam recentemente.

Houve a polêmica da suspensão do Paraguai e do ingresso da Venezuela, ora atravessando grave crise econômica e política, além dos problemas experimentados pela Argentina. Não apenas por ser o Brasil a maior economia e o líder inevitável do Mercosul, mas também porque, à luz da situação na Argentina e na Venezuela, é natural que nossos parceiros europeus queiram conhecer nossa percepção sobre com que horizonte aquelas negociações haverão de prosseguir.

Caso seja impossível consolidar uma oferta comum do Mercosul, é importante que o Brasil tenha latitude política para poder, eventualmente, levar adiante suas próprias negociações tarifárias com a União Europeia, mesmo que isso signifique liderar processo de flexibilização das normas que hoje obrigam a negociação conjunta – e consensual – de novos acordos com terceiros países.

Objetivamente, o Brasil precisa estar preparado para liderar o processo de flexibilização de normas, como a inscrita na Resolução nº 32 do Conselho do Mercado Comum, que impedem Estados Parte do Mercosul de negociar, de forma conjunta, acordos de natureza comercial com terceiros países ou blocos de países extrazona nos quais se outorguem preferências tarifárias. Dessa forma, nós poderíamos manter efetivamente o bloco, mas nós poderíamos tratar dos elevados interesses do nosso País.

Pelo que se lê na imprensa, pelo menos o Uruguai e o Paraguai têm manifestado interesse em conquistar esse tipo de flexibilidade, o mesmo quero crer que se aplica ao Brasil. Assim, caberá a nós, nesta conjuntura em que a Argentina enfrenta dificuldades – que esperamos sejam transitórias –, liderar o processo de flexibilização que, se possível, minimize prejuízos ao espírito do Mercosul.

Mais do que apenas ampliar o acesso a mercados compradores, acordo de liberalização comercial, como esse que o Mercosul ora negocia com Bruxelas, permite valiosa harmonização de marcos regulatórios e de superação de barreiras técnicas ao comércio, o que gera efeito positivo sobre a competitividade geral, na medida em que as empresas exportadoras se veem obrigadas a observar padrões cada vez mais universais de qualidade.

Um dos principais efeitos dessa proliferação de acordos bilaterais e/ou plurilaterais que observamos no mundo, hoje, está na introdução de normas inovadoras em áreas politicamente sensíveis como investimentos, concorrência, facilitação de comércio, compras governamentais, propriedade intelectual, comércio eletrônico, trabalho e meio ambiente – tudo isso à margem do sistema Organização Mundial do Comércio.

Urge não continuarmos à margem desse processo, que, se bem aproveitado pelo Brasil e pelo Mercosul, propiciará a abertura de novos mercados para nossos produtos agrícolas e minerais, para nossas manufaturas e serviços, ampliando o horizonte de oportunidades do empreendedor brasileiro.

O Brasil começou 2014 com déficit em sua balança comercial – por volta de US$6 bilhões. Já em 2013, obtivemos superávit comercial de US$2.5 bilhões, o pior desde 2000 (e mesmo assim, computando a exportação de sete plataformas de petróleo vendidas a estrangeiros e alugadas pela Petrobras – sem isso talvez tivéssemos déficit na balança comercial em 2013).

Ademais, o Brasil já está enfrentando problemas e desafios em sua pauta de exportações para parceiros importantes como a Argentina e a Venezuela, o terceiro e o sétimo maiores, respectivamente, e para os quais exportamos, em 2013, o equivalente a cerca de US$25 bilhões.

Apesar desse preocupante quadro, tenho consciência da relevância do Mercosul para nossa economia. Contudo, é chegada a hora de o Brasil liderar o processo de atualização de nosso já precocemente envelhecido Mercosul, que nem por isso merece ser condenado à obsolescência, pelo potencial que ainda representa para a economia brasileira, sem contar as demais dimensões em que seus laços institucionais e políticos novos vinculam aos parceiros de Bloco.

Portanto, a conjuntura não nos é favorável e nem podemos nos dar ao luxo de seguir adiando um entendimento vantajoso com a União Europeia. Se nossa presença no Mercosul continuar a ser um obstáculo ao acordo com a União Europeia, é chegada a hora de pensar, pragmaticamente, em outras alternativas para o adequado encaminhamento desse importante processo negociador. O interesse nacional não pode mais ser adiado.

Faço esta comunicação em razão de nós termos agendado para hoje a presença de S. Exª o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nesta Comissão, onde nós trataríamos dos gargalos que estão impedindo que as nossas negociações com a União Europeia possam seguir adiante. Evidentemente, se nessa negociação os nossos interesses estiverem absolutamente preservados. Não tem e não faz sentido fazermos negociações bilaterais a todo e qualquer custo, se isso não preservar o interesse da economia nacional. Mas estamos certos de que essa reunião, que amanhã acontecerá em Bruxelas, poderá ser decisiva em razão de tantas outras que foram adiadas.

O Sr. Ministro entrou em contato comigo, ontem, pedindo desculpas, escusas, porque não estaria presente em razão de uma convocação que recebeu de Sua Excelência, a Presidente Dilma, para acompanhá-la em uma agenda. Então, remarcaremos essa dada para uma reunião posterior, a reunião de Bruxelas, amanhã, em que as partes estarão entregando as suas ofertas e as suas listas. Será importante que nessa reunião possamos conhecer os resultados e o balanço dessa importante reunião para o nosso País e para o Mercosul.

Ao fazer, portanto, essa comunicação, nós damos início a nossa pauta.

O Senador Luiz Henrique pede a inclusão extrapauta de alguns itens que estão relacionados a relatórios de embaixadores que foram encaminhados a esta Comissão pela Presidente da República.

Coloco em discussão e em votação a proposta do Senador Luiz Henrique de inclusão extrapauta desses relatórios, em que nós estaremos avaliando as indicações da Srª Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.

Também a indicação do Sr. Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Ministro de Primeira Classe, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Tonga.

De igual forma a Srª Regina Célia de Oliveira Bittencourt, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Também o Sr. Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, para exercer o cargo de Embaixador no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

Esses são os requerimentos que S. Exª, o Senador Luiz Henrique, pede que, após inverter a pauta, sejam incluídos extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

EXTRAPAUTA
MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2014
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora KATIA GODINHO GILABERTE, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos necessários para deliberar sobre a indicação presidencial.

Passo a palavra, portanto, a S. Exª, Senador Luiz Henrique, para que possa iniciar o relatório das matérias que estão sob sua designação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Presidenta da República encaminha a esta Casa Mensagem nº 10, de 2014 (Mensagem nº 24, de 27 de fevereiro de 2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Katia Godinho Gilaberte, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.

Trata-se de diplomata de competência comprovada e reconhecida e que ocupa, no momento, a função de Cônsul-Geral do Brasil, em Bruxelas, no Reino da Bélgica.

A urgência na aprovação de sua nova designação diz respeito à necessidade do Itamaraty de prover, nesse cargo, diplomata já sabatinado nesta Comissão.

O Projeto está revestido de todas as formalidades constitucionais e legais e, por isso, opino pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Em discussão, a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vamos conceder vista coletiva à matéria, para que possamos marcar a data para a sabatina.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sigo o exemplo do Senador Luiz Henrique e também, pela relatoria, se puder haver a inclusão extrapauta da indicação da Embaixadora Regina...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Já está.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Já está?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Já está incluída.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Então, está bom. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) –

EXTRAPAUTA
MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2014
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumu-

lativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino de Tonga.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos necessários para deliberar sobre a indicação presidencial.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Luiz Henrique, para proferir o seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Trata-se, Sr. Presidente, simplesmente da extensão da jurisdição do Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, que já exerce as funções na Embaixada de Nova Zelândia, para que possa também ser Embaixador no Reino de Tonga.

É uma medida que tem caráter de contenção de despesas. O Itamaraty, em vez de designar outro diplomata para o Reino de Tonga, está estendendo ao Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto a competência naquele território.

O Projeto também se reveste de todas as formalidades constitucionais e legais e, por isso, opino, aos meus pares, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos, nos termos regimentais, conceder vista coletiva.

EXTRAPAUTA
MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2014
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos necessários para deliberar sobre a indicação presidencial.

Concedo, portanto, a palavra a S. Exª, Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

É sempre uma alegria fazer a apresentação de um relatório de indicação de uma diplomata mulher. Aí não é nem puxar brasa para o assado, mas é pela dedicação, pelo empenho de todas as diplomatas que conheço e pelo compromisso com uma missão tão bonita que é representar o interesse nacional no exterior.

O currículo encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores informa que ela nasceu em Alagoinhas, na Bahia. Filha de Renato Vasconcelos Bittencourt e Josefa Célia de Oliveira Bittencourt, a Diplomata, após concluir o Instituto Rio Branco, foi nomeada Terceira Secretária, em 1983. Foi, subsequentemente, promovida a Segunda Secretária, em 1987; a Primeira Secretária, em 1997; a Conselheira, em 2004, passando a Conselheira do Quadro Especial, em 2013, e Ministra de Segunda Classe, do Quadro Especial, também em 2013.

Formou-se em Direito, em 1978, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em 2011, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese "A transição democrática na Nicarágua – perspectivas para o relacionamento com o Brasil".

Dentre as funções que desempenhou na Secretaria de Estado, cumpre destacar as seguintes: Subchefe da Divisão de Privilégios e Imunidades, 1995 a 1998; Subchefe da Divisão de Temas Sociais, 2001 a 2003; e Assessora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, 2003 a 2005.

Entre os postos no exterior, onde serviu, cabe mencionar a Embaixada em Copenhagen, a Embaixada em La Paz, a Embaixada em Budapeste, a Embaixada em Manágua, a Embaixada em Londres, a Embaixada em Port of Spain, onde serve desde 2011.

Foi Cônsul Adjunta do Consulado Geral em Miami, de 1998 a 2001.

O posto para o qual a Diplomata em questão é indicada, o Burkina Faso, conta com uma população de 17,5 milhões de habitantes, segundo dados fornecidos pelo Itamaraty. Tem Produto Interno Bruto de US$12,13 bilhões e PIB *per capita* de, aproximadamente, US$682, Índice de Alfabetização de apenas 28,7%, segundo dados das Nações Unidas, de 2012, e alto índice de desemprego. Da ordem de 77% é o desemprego em Burkina Faso.

O relacionamento bilateral com Burkina Faso integra o contexto amplo das parcerias que o Brasil procura fortalecer com os países do sul e com os africanos em particular. Há iniciativas de cooperação técnica, no

âmbito do chamado Cotton 4, que reúne Burkina Faso, Benin, Chade e Mali, para fortalecer a produção algodoeira nesses quatro países africanos.

Ademais, projetos bilaterais nas áreas agrícola e social, do Ministério da Agricultura do Burkina Faso, demonstraram interesse em conhecer a experiência brasileira na implementação do Programa Fome Zero.

No tocante ao comércio bilateral, as exportações brasileiras para Burkina Faso crescem, consideravelmente, em 2010 e 2011, alcançando quase US$50 milhões neste último ano. Em 2013, o intercâmbio foi de US$5,5 milhões, após haver recuado para US$3 milhões, em 2012.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, inciso IV, da Constituição, submeto a escolha da Srª Regina Célia de Oliveira Bittencourt a esta Comissão, certa de que os membros da CRE já dispõem de elementos para deliberar sobre a indicação presidencial.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos, nos termos regimentais, conceder vista coletiva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria apenas Presidente, pela ordem, anunciar que está aqui participando conosco o novo Presidente da Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos, Dr. Rolf Hoenger. Ele é suíço de nascimento e está nessa missão importante aqui, no Brasil, com quem vou conversar. Mas está tendo a oportunidade de assistir ao trabalho desta Comissão de Relações Exteriores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Seja muito bem-vindo. O convidado da Senadora Ana Amélia é convidado de todos nós e o acolhemos com muito carinho.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, recebi um e-mail do cidadão Marco Antônio Pensak, que é um dos quinhentos mil descendentes de ucranianos. E ele faz um apelo, por meu intermédio, a esta Comissão, tendo em vista as consequências que podem derivar de um conflito entre a Ucrânia e a Federação Russa, consequências econômicas que podem desencadear uma nova crise mundial; tendo em vista a dependência europeia de fontes de energia procedentes da Rússia; tendo em vista que esse conflito pode restabelecer aquela ameaça de uma guerra nuclear que rondou as nossas cabeças durante décadas de guerra fria; tendo em vista toda a gravidade desse conflito.

O nosso compatriota, Marco Antônio Pensak, interpretando o que seria o desejo dos quinhentos mil brasileiros oriundos da Ucrânia, solicita que eu impetre, nesta Comissão, um pedido de moção ao Itamaraty para que o Brasil se faça protagonista nas ações que forem feitas para evitar o conflito e normalizar as relações entre a Ucrânia, a Comunidade Europeia e a Federação Russa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª está submetendo ao Plenário, portanto, o requerimento de moção.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – No sentido de que o Brasil participe como protagonista de um esforço diplomático para resolver pacificamente esse conflito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu aduziria à iniciativa do Senador Luiz Henrique, em relação à crise da Ucrânia, possivelmente que esta Comissão – aí cabe um julgamento de V. Exª, submetido aos demais membros desta Comissão de Relações Exteriores – ouça o Ministro Luiz Alberto Figueiredo a respeito dessa séria questão relacionada à crise da Ucrânia, nas relações inclusive com a Rússia.

Com esse recente referendo na Crimeia, o mundo todo hoje está com os olhos voltados para aquela região. São questões estratégicas. O Brasil tem relações com os dois países. Presidentes já estiveram na Ucrânia, é um País muito importante, não só pelo número de descendentes de ucranianos que estão no Brasil, mas pela relevância geopolítica que representa essa crise.

Então eu aduziria à iniciativa do Senador Luiz Henrique eventualmente a Comissão convidar o Chanceler especificamente para este caso.

Obrigada, Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Presidente?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Ouvindo aqui o Senador Luiz Henrique e também a proposta da Senadora Ana Amélia, eu pergunto ao Senador Luiz Henrique se não seria mais conveniente se nós convidássemos o Ministro das Relações Exteriores para discutir o assunto nesta Casa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – De pleno acordo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – E depois então iniciaríamos a votação dessa moção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, nós vamos solicitar à Secretaria que providencie um requerimento coletivo para que deliberemos sobre convite a S. Exª Chanceler Figueiredo, para que nós possamos conhecer o posicionamento da Chancelaria brasileira em relação a esse conflito.

De igual forma, devo comunicar a S. Exªs que nós recebemos um contato do Embaixador da Ucrânia no Brasil, desejoso de estar conosco nesta Comissão, para aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado explorar e fazer sua manifestação, dando pleno conhecimento e a sua visão da conjuntura do país.

Com base nisso, nós preparamos um requerimento, com base nos artigos do Regimento, convidando o Embaixador da Ucrânia no Brasil para discorrer sobre a crise da Ucrânia, que culminou na consulta popular que aprovou a reintegração da Crimeia à Federação Russa, no último domingo.

Com base nesse contato feito pelo Embaixador, nós estamos, portanto, submetendo à discussão de S. Exªs a oportunidade de termos aqui na Comissão a presença do Embaixador da Ucrânia em nosso País.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exª se antes de ouvir o Embaixador da Ucrânia não seria conveniente ouvir o nosso Ministro das Relações Exteriores, para conhecer a posição do Brasil no conflito? E depois então ouviríamos os embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós podemos ouvir primeiro o Chanceler, mas também poderemos ouvir os nossos dois Embaixadores, tanto da Ucrânia como da Rússia, para que possamos ter um juízo de valor e em seguida termos um diálogo com o Chanceler brasileiro. Então, iríamos para esse diálogo com o Embaixador, com o Chanceler Figueiredo, conhecendo as partes e os seus fundamentos e o que moveu a posição diante desse conflito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Com qualquer decisão tomada por V. Exª eu estarei de acordo, mas acho que nós deveríamos primeiro ouvir o nosso Ministro das Relações Exteriores sobre a problemática e depois então ouvirmos os embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está perfeito!

Vamos, então, aprovar os três requerimentos: convidando S. Exª o chanceler Figueiredo, convidando S. Exª o Embaixador da Ucrânia e o Embaixador da Rússia no Brasil, para que tenhamos um diálogo aqui, em dias separados, com essas autoridades, o que dará condição a esta Comissão de firmar um juízo de valor sobre uma posição ou um posicionamento que deve ter o Governo brasileiro em relação a esse conflito, porque até aqui o Governo brasileiro, ao que eu saiba, não se posicionou.

Eu não conheço a posição do Governo brasileiro em relação a essa questão. São dois países com os quais o nosso País mantém relações bilaterais, de modo que eu vou colocar em discussão os três requerimentos solicitados em conjunto, de maneira coletiva, pelas senhoras e pelos Srs. Senadores.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem o Sr. Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Ricardo Ferraço, Srªs e Srs. Senadores, em relação a esse tema, eu li na imprensa que o Brasil não se pronunciou com medo de tomar uma posição, pois em julho deste ano, logo após a Copa do Mundo, haverá a reunião dos BRICS, que será no Ceará, em Fortaleza. E devido à posição que o Brasil possa tomar, haja o receio de que o Presidente Putin não venha.

Então, parece-me que vão querer levar isso mais ou menos em banho-maria até perto da reunião. É o que eu tenho sentido e o que tem sido o comentário da imprensa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu tenho procurado ler e me informar, inclusive em jornais estrangeiros, sobre essa crise. Ela é realmente um assunto muito complexo. Envolve nacionalidade diversa dentro de um território de outro país; envolve uma votação plebiscitária realizada na Criméia. E entendo que o Itamaraty está correto em ser cauteloso no tratamento dessa matéria, tendo em vista a importância dos dois países nas relações bilaterais, nas relações negociais, nas relações culturais e nas relações políticas com o Brasil. De modo que o Senador Cyro Miranda tem plena razão.

Acho que a posição do Brasil tem sido correta. Agora vai chegar o momento em que o Brasil terá que colocar, seja na reunião dos BRICS, seja no G-20, a sua posição de protagonista no sentido de que as nações encontrem uma negociação para essa questão, que pode ter consequências muito dramáticas e provocar, com já disse, uma nova crise mundial.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) –

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 28, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, para discorrer sobre a crise na Ucrânia que culminou na consulta popular para a reintegração da Crimeia à Federação Russa domingo último, provocando forte reação da comunidade internacional. Na ocasião, o Senhor Ministro terá a oportunidade de expor ao Senado a posição do governo brasileiro sobre o assunto.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o embaixador da Ucrânia no Brasil Rostyslav Tronenko, para discorrer sobre a crise na Ucrânia que culminou na consulta popular que aprovou a reintegração da Crimeia à Federação Russa domingo último, provocando forte reação da comunidade internacional. Na ocasião, o Senhor Embaixador terá a oportunidade de expor ao Senado e à população brasileira seus referidos argumentos e pontos de vista.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 30, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Embaixador da Federação da Rússia no Brasil Sergey P. Akopov, para discorrer sobre a crise na Ucrânia que culminou na consulta popular que aprovou a reintegração da Crimeia à Federação Russa domingo último, provocando forte reação da comunidade internacional. Na ocasião, o Senhor Embaixador terá a oportunidade de expor ao Senado e à população brasileira seus referidos argumentos e pontos de vista.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão, portanto, os três requerimentos, para que nós façamos um debate, nesta Comissão, sobre esse conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia.

As Srªs e o Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Nós vamos fazer o procedimento e a organização desses eventos.

Há ainda sobre a mesa a indicação do Sr. Gilberto Fonseca Guimarães de Moura.

EXTRAPAUTA
MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2014
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos necessários para deliberar sobre a indicação presidencial.

Eu consulto a Senadora Ana Amélia se ela poderia, de forma *ad hoc*, em nome do Senador Aloysio Nunes Ferreira, apresentar esse relatório?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Com muito prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Com muito prazer, passo à leitura do relatório, preparado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, da informação do currículo do indicado pela Presidente Dilma Rousseff, Gilberto Fonseca Guimarães de Moura.

Ele é filho de Ivo Coutinho de Moura e Alcina Fonseca Guimarães de Moura e nasceu no dia 12 de março de 1952, no Rio de Janeiro.

Ele graduou-se em Ciências Jurídicas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1974, e em História, pelo Centro Universitário de Brasília, em 1990.

Em 1974, ingressou no curso de preparação para a carreira diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário em 1975, tornou-se Segundo-Secretário em 1978, Primeiro-Secretário em 1984. Foi a Conselheiro em 1992, ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 1999 e a Ministro de Primeira Classe em 2009.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se a de chefe da Divisão de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, chefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, coordenador executivo do Departamento do Serviço Exterior, chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, diretor-geral substituto do Departamento de Organismos Internacionais, diretor do Departamento da Ásia e Oceania e diretor do Departamento de Mecanismos Inter-Regionais.

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada em Paris, Conselheiro na Embaixada em Varsóvia, Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berlim e Embaixador na Embaixada na Liubliana, capital da Eslovênia, em 2012.

O Ministério das Relações Exteriores anexou, ainda, na mensagem presidencial, informações sobre as relações do Brasil com os países onde vai servir o Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura.

Sobre a Tailândia, a informação é que as relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1959. A Embaixada do Brasil em Bangkok foi aberta no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia em Brasília em 1964.

O relacionamento é promissor nas áreas de comércio e investimentos, energia, sobretudo biocombustíveis, ciência e tecnologia, pesquisa agrícola, saúde e turismo. Em 2012, a Tailândia se manteve como o principal parceiro comercial do Brasil na Associação dos Países do Leste Asiático, posição que ocupa desde 2009. O Brasil também é o maior parceiro comercial da Tailândia na América Latina.

Durante a realização da II Comissão Mista, em Brasília, em 2012, a parte tailandesa anunciou a meta de uma troca de US$12 bilhões para o comércio até 2016. Entre 2006 e 2011, a intensificação das relações bilaterais foi prejudicada pela instabilidade política na Tailândia – cinco gabinetes no período, situação que, de outro lado, mostra sinais positivos de mudança, desde a posse da atual Primeira-Ministra.

Ainda assim, o comércio bilateral tem apresentado expressivo crescimento. O Brasil tem exportado produtos básicos – soja, ferro e resíduos alimentares e derivados representaram mais de 70% em 2012 da balança comercial) e importado bens de maior valor agregado – máquinas, borracha, aparelhos elétricos e veículos responderam por 80% do que nós compramos da Tailândia.

Ademais, a troca de visitas entre os chanceleres em dois anos seguidos e a possibilidade de visita da primeira-ministra ao Brasil são sinais animadores para o futuro das relações bilaterais.

Sobre o Camboja, as relações diplomáticas entre Brasil e o Camboja foram suspensas em 1966, mas retomadas em 1994. Os contatos políticos são ainda pouco frequentes, não havendo Embaixada residente nas respectivas capitais – a Embaixada do Brasil para o Camboja é cumulativa em Bangkok, e a Embaixada do Camboja para o Brasil é cumulativa em Havana.

Devido às dimensões demográficas e econômicas do Camboja e a seu baixo nível de desenvolvimento, o relacionamento bilateral, pouco denso, se concentra em possibilidades de cooperação e de apoio em fóruns multilaterais e na Associação dos Países Asiáticos.

O comércio bilateral é pouco expressivo, tendo atingido apenas US$23 milhões em 2012. O Brasil tem exportado produtos manufaturados (químicos orgânicos, como sais do ácido glutâmico, e fumo responderam por quase 70% do total em 2012) e importado roupas e calçados – 92% é o percentual do que nós compramos do Camboja –. Nos últimos cinco anos, o saldo da balança comercial foi desfavorável ao Brasil.

E, em relação ao Laos, as relações diplomáticas entre Brasil e Laos são modestas e foram estabelecidas em 1995. A Embaixada do Brasil, cumulativa em Bangkok, foi criada em 1996. A Embaixada do Laos é cumulativa em Havana. Há escasso fluxo de visitas bilaterais.

O comércio bilateral é muito baixo – no pico, chegou a US$ 2 milhões, quase US$3 milhões –. O Brasil tem exportado fumo, carne, grãos e madeira, e tem importado roupas.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão já têm elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial do Embaixador do Brasil Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de

Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, no Reino do Camboja e na República Democrática Popular do Laos.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão o parecer da eminente Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos conceder vista coletiva à matéria.

Há, ainda, Srªs e Srs. Senadores, requerimento sobre a mesa.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 31, de 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela.

Recomendo a presença dos seguintes convidados:

• Embaixador Ruy Carlos Pereira, Embaixador do Brasil em Caracas;

• Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República;

• Demétrio Magnoli, Sociólogo e Professor da USP

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Quem é o autor, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O autor é o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ah, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por solicitação desta Comissão na reunião anterior, a Senadora Ana Amélia estaria apresentando Minuta de Projeto de Resolução que altera os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, do Regimento Interno do Senado, para dispor sobre o registro de frequência de Senador incumbido de representação do Senado Federal ou em desempenho de missão de interesse parlamentar no País ou no exterior.

Conforme comprometido, a Senadora Ana Amélia, sempre pontual, redigiu essa minuta.

EXTRAPAUTA
MINUTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2014

Altera os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal –, para dispor sobre o registro de frequência de Senador incumbido de representação do Senado Federal ou em desempenho de missão de interesse parlamentar no País ou no exterior.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art.1º Os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. .....

.....

§ 3º O nome do Senador incumbido da representação do Senado Federal, ou em desempenho de missão de interesse parlamentar no País ou no exterior, constará das listas de comparecimento das Comissões das quais seja membro e do Plenário, devendo, ainda, neste último caso, estar registrado no painel eletrônico.

§ 4º Nas hipóteses tratadas no § 3º, o nome do Senador não será contabilizado para fins de obtenção de quorum." (NR)

"Art. 40. A representação da Casa por Senador e o desempenho de missão no País ou no exterior deverão ser autorizados mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado.

....." (NR)

"Art.68. .....

Parágrafo único. O nome do Senador incumbido da representação externa de que trata o caput contará das listas de comparecimento da Casa, observado o disposto nos arts. 13 e 40." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Autoria: Senadora Ana Amélia

Passo a palavra a V. Exª para que faça a sustentação dessa Proposta de Resolução, a fim de discutirmos e ao final da discussão encaminhá-la à Comissão de Constituição e Justiça, que regimentalmente deverá deliberar de maneira conclusiva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu agradeço ao Presidente Ricardo Ferraço.

Queria antes cumprimentá-lo pela iniciativa do requerimento em relação à questão da Venezuela. Muito oportuno, Presidente.

Apenas desejo relembrar o debate que tivemos na reunião anterior, da semana passada, quando levantei essa questão, ao votarmos aqui requerimento de viagem de um Senador para uma determinada missão.

Eu a levantei porque penso que seja incoerente que a Comissão de Relações Exteriores e o Plenário do Senado aprovem um afastamento do Senador para uma missão.

Nós vamos ter, no dia 7 de abril, uma reunião no Mercosul, para tratar da escolha do novo comando diretivo do Parlamento do Mercosul; a representação é oficial, e nós estaremos lá. A reunião é na segunda-feira e na terça-feira.

Na terça-feira, há sessões deliberativas. No painel, constamos como ausentes, e, no nosso prontuário – vamos dizer assim –, no prontuário do Senador, aparece falta justificada. Ora se estamos em Montevidéu, na reunião do Parlamento do Mercosul ou em outro evento, em outro foro, nas Nações Unidas ou em Genebra, na OMC, se estamos lá, numa reunião, representando o Brasil, essa representação é do Senado. Não estamos ausentes, não é uma falta justificada, estamos fazendo um trabalho parlamentar e legislativo. É incoerente até aprovarmos aqui, isso seria dispensável. Se sempre temos falta justificada, nem precisaríamos submeter ao Plenário a autorização para sair daqui, pela lógica do processo, do procedimento.

Então, vários Senadores, especialmente o Senador Roberto Requião, ponderaram exatamente a necessidade de fazer uma alteração no Regimento Interno do Senado sobre essas questões. Evidentemente, num dia de deliberação, de sessão deliberativa, como terça-feira, naquelas votações o Senador não estará ausente, no conceito que temos hoje, pelo Regimento Interno.

A elaboração do projeto de resolução passo a ler, porque é muito singelo. Altera os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93...

O Senador Luiz Henrique, que também viaja, Senador Dornelles, Senador Cyro, Senador Suplicy...

Ele altera os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, de 27 de novembro de 1970, do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o registro de frequência do Senador incumbido de representação do Senado Federal ou em desempenho de missão de interesse do Parlamento no País ou no exterior. Isso vale também para uma viagem ao Amazonas, ao Espírito Santo, Senador Ricardo Ferraço, a Pernambuco, a Rio Grande do Sul, na missão de representação parlamentar.

Os arts. 13, 40 e 68 da Resolução nº 93, de novembro de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13.

§3º O nome do Senador incumbido da representação do Senado Federal ou em desempenho de missão de interesse parlamentar no País ou no exterior constará das listas de comparecimento das comissões das quais seja membro e do plenário, devendo, neste último caso, estar registrado no painel eletrônico.

§4º – Nas hipóteses tratadas no §3º, o nome do Senador não será contabilizado para fins de obtenção de quórum.

Art. 40. A representação da Casa por Senador e o desempenho de missão no País ou no exterior deverão ser autorizados mediante deliberação do Plenário se houver ônus para o Senado.

Art. 68.

Parágrafo único. O nome do Senador incumbido da representação externa de que trata o *caput* constará das listas de comparecimento da Casa, observado o disposto nos arts. 13 e 40.

Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

É bastante singelo. Apenas para corrigir o que considero uma incoerência. Nós faltaremos, como vai acontecer no dia 7 de abril, quando formos para a reunião do Mercosul... O Senador Luiz Henrique faz parte, eu faço parte, assim como o Senador Requião e o Senador Paulo Paim. O Senador Suplicy também estará lá. Então, eu penso que os Senadores têm mais experiência nesse procedimento. Eu tenho viajado com alguma... Todas elas são viagens muito rápidas e curtas, mas, independentemente disso, eu fico lá com falta justificada, mesmo numa representação oficial.

Esse é o projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Nesta...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Neste dia 7, eu, infelizmente, não vou poder...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Suplicy quer a palavra?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Não, eu estou de acordo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão a proposta de resolução apresentada pela Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Apenas para louvar a iniciativa, que realmente supre uma lacuna do nosso Regimento. Parabéns à Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos encaminhar a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para deliberação do projeto de resolução.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, que pediu a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu também quero louvar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Comissão não é apenas de Relações Exteriores, mas é também de Defesa Nacional. E um dos pilares da defesa nacional, em qualquer país, é a sua energia.

E hoje estamos vendo uma situação, pelo menos nos noticiários, nas análises, de um desconforto, para não dizer algo mais sério, sobre o estado do sistema elétrico brasileiro daqui para a frente. Como se isso fosse pouco, a gente está vendo notícias de que a Petrobras, que é um pilar da estabilidade da nossa defesa nacional, está sendo depredada, ameaçada, degradada. São as suas ações que caem de uma maneira vertiginosa. É o seu lucro que não corresponde ao aumento do preço do petróleo. É o seu uso para impedir que haja o aumento de preços, que pode ser até bom neste momento, mas é uma tragédia a médio e a longo prazo, como sempre se vê no caso de controle de preços, que não só ameça a empresa cujo preço é controlado, como também depois arrebenta, explode tudo, como um bolha.

Eu creio que a gente deveria pelo menos aqui conversar sobre isso. Eu não tenho nenhuma proposta a fazer. Eu não quero aqui propor convidar Presidente da Petrobras, não quero aqui propor CPI, embora não abra mão de que participarei disso também. Aqui, não é nem isso. É uma questão de defesa nacional a situação do sistema elétrico brasileiro hoje e sobretudo a vergonha que a gente está vendo na Petrobras. A Presidenta, em uma nota, reconheceu erros no laudo, mas erros que levaram a prejuízos de bilhões, nem uma desculpa. E o principal responsável pelo assunto, na época, continua em cargos importantes e, segundo noticiário, foi passear na Europa, agora – muita coincidência até – saía do Brasil. E não sei se realmente é uma preocupação só pessoal, se esse é o momento, se é o fórum, mas algo temos que fazer, para dizer à opinião pública brasileira que não estamos omissos. Ou repudiamos tudo isso como falso, ou denunciamos tudo isso como verdade.

Essa preocupação que tive hoje, ao ler os jornais, ao ver o noticiário – e já havia tido há muito tempo, tinha feito o discurso sobre a Petrobras, Eletrobras, BNDES –, esses erros de laudo ninguém garante que não vamos ter daqui a mais um tempinho com o BNDES. Ninguém fique achando que não vai haver erro de laudo também na situação do nosso banco. E tudo isso é uma questão de defesa nacional: é ou não assunto desta Comissão? – é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Franqueio a palavra aos Srªs e Srs. Senadores que quiserem fazer o uso desta, mas, de minha parte, considero, sim, que este é um tema que tem uma conexão direta e evidente com a defesa nacional; estamos tratando de energia, em todos os sentidos.

Então, Senador Cristovam Buarque, se for o entendimento do conjunto dos Srs. Senadores, poderemos evoluir para fazer aqui uma audiência pública e debater esse assunto com convidados que pudessem opinar, ajudar-nos na formação de um juízo de valor em relação a todos esses temas.

Existe a minha concordância, a minha associação; mas quero socializar com o conjunto das Srªs Senadoras e dos Senadores se encaminharíamos um passo adiante, um convite para que pudéssemos debater a real situação do sistema de energia no Brasil, e não apenas o sistema elétrico, mas o sistema de energia no Brasil, que é fundamental e tem uma conexão direta, a meu juízo, com a defesa.

Mas eu consulto as Srªs e Srs. Senadores se desejarem se manifestar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Acho que tem tudo a ver essa lembrança do Senador Cristovam em trazer para esta Comissão também. Com certeza, é um programa, sim, de defesa nacional. Imagine num caos de energia – não é o caso, ainda, mas caminhando para isso – o que acontece com o País? Nós estamos e esta Comissão, sim, está envolvida, tem todo o meu apoio também e me associo às palavras do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não havendo mais quem queria se manifestar com relação a este tema...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Só gostaria de lembrar, com licença, associando-me amplamente e irrestritamente à preocupação do Senador Cristovam Buarque, que aprovamos, já na última reunião desta Comissão, a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal na Comissão Externa que será constituída na Câmara dos Deputados, que já está sendo constituída na Câmara dos Deputados, para investigar, averiguar, levar, colher informações a respeito de uma denúncia que foi feita de pagamento de propina aos funcionários da Petrobras por uma empresa holandesa. Então, teremos já uma representação, não sei em que pé está isso, Presidente. Vou pedir até a V. Exª, que, se puder, esclareça como será formalizada essa representação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O requerimento foi aprovado na última reunião, e o que nos parece razoável é que pudéssemos ter uma representação, quem sabe, de até dois Senadores: um Senador que pudesse ser da base do Governo e um Senador que pudesse ser da oposição. De modo que está aberta e franqueada aos Srs. Senadores que desejarem participar. O requerimento foi aprovado, só aguardamos a disponibilidade para que possamos comunicar à Presidência da Casa a prolação desse requerimento.

E consulto aos Srs. Senadores se esse encaminhamento estaria adequado, um Senador de situação e um Senador de oposição, para se associarem a esse esforço, com base nesse requerimento que foi aprovado aqui na Comissão, que é de autoria de S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Se assim o for, podemos comunicar de forma imediata de forma imediata, à Presidência da Casa. Mas eu consulto: V.Exª, na condição de Senador, participaria, por exemplo, dessa comissão? Algum Senador deveria participar? (*Pausa*.)

Nós vamos, então, fazer a comunicação ao Líder do Governo na Casa solicitando que este, se o desejar, indique um Senador da situação para que possa compor essa representação da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Com respeito à legítima preocupação do Senador Cristovam Buarque, eu tenho quase certeza de que a Comissão de Infraestrutura, que trata das questões relativas à energia, está tomando as iniciativas necessárias, inclusive na área de fiscalização, sobre o que ocorre com o setor de energia e com a própria Petrobras.

Avalio que seria próprio que a Comissão de Relações Exteriores até averiguasse quais serão as eventuais audiências que lá estão programadas e, eventualmente, até fazer a reunião conjunta, porque eu tenho certeza de que o Senado Federal está realizando as ações que o Senador Cristovam Buarque, muito adequadamente, está propondo que sejam realizadas.

Então, talvez possa haver a coordenação de esforços. É a sugestão que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu estou de acordo, mas são dois olhos diferentes que a gente precisa colocar. Esta é uma entidade política, que olha por outros lados. Há o lado da infraestrutura, mas há o lado da defesa nacional também.

Eu hoje tenho usado muito isso. Eu tenho levado muito para a Comissão de Direitos Humanos problemas que, em geral, são tratados pela educação.

O analfabetismo de adultos, por exemplo, para mim, é uma questão de direitos humanos, não uma questão de educação. A Petrobras não é uma questão só de infraestrutura, é uma questão de defesa nacional. E, ao meu ver, alheios ao problema não se pode ficar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Olha, eu me associo à preocupação de V.Exª, mas quero crer que é preciso que se proponha alguma iniciativa concreta. Qual é a iniciativa concreta para que nós possamos aprofundar esse debate?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não tenho a proposta concreta, neste momento, pelo menos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Pode-se ver o que se passa na Infraestrutura...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pode ser, e juntar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ... e juntar esforços.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu não sei. Eu propus aqui uma conversa entre nós, um debate, em algum momento. Mas alguma coisa concreta, do ponto de vista do Regimento, eu, neste momento, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos, então, de maneira coletiva, refletir sobre o encaminhamento para incorporar à nossa agenda de defesa as preocupações relacionadas com cenários da crise energética brasileira no que diz respeito ao sistema elétrico brasileiro, no que diz respeito à Petrobras e assim por diante.

O Senador Luiz Henrique pede a palavra?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Embora não seja assunto da competência específica desta Comissão, eu gostaria de fazer uma comunicação aos ilustres membros aqui presentes que são, coincidentemente, membros da Comissão de Justiça, no sentido de que, na próxima quarta-feira, como primeiro item da pauta, debateremos as três emendas apresentadas pelo Senador Randolfe Rodrigues. S.Exª requereu que fossem retiradas, mas o Plenário decidiu mantê-las. Quero informar aos ilustres pares que são membros, também, da Comissão de Justiça que, na semana passada, o Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, me apresentou uma emenda para consolidar os incentivos fiscais oferecidos pelos Estados – se não me engano, por todos os Estados, menos por Roraima – nas suas políticas de desenvolvimento regional.

Eu, recebendo aquela emenda – e ela só poderia prosperar se fosse apresentada por mim, na qualidade de Relator – procurei ouvir os Governadores de Estado, por meio de seus Secretários da Fazenda, que estiveram reunidos em meu gabinete. Eles fizeram uma proposta de que adiássemos para o próximo dia 26, quarta-feira, deliberação, porque teriam hoje, em Teresina, no Piauí, uma reunião do Confaz para deliberar sobre essa matéria e encaminhar ao Relator sua posição a respeito.

Houve reuniões preliminares dos Secretários da Fazenda e me parece que hoje, em Teresina, estarão deliberando que o Confaz deseja a aprovação do Projeto tal qual veio da Câmara. Não deseja que a ele seja aposto nenhuma emenda, entendendo que a questão da convalidação dos incentivos e benefícios fiscais e administrativos devam ser objeto de projeto alternativo, projeto específico. De modo que, na próxima quarta-feira, eu vou manter meu parecer pela rejeição das três emendas, e é muito importante que nós deliberemos esse assunto para que a Comissão de Assuntos econômicos, já na terça-feira seguinte, possa também receber o meu parecer. E, em mais quinze dias, nós deliberaremos, finalmente, nas Comissões, sobre essa matéria, para que o Plenário sobre ela possa opinar. É essa a informação que eu queria dar aqui, já que... Acredito que todos são também membros... Todos os presentes somos membros da Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Congratulo-me com V. Exª pela oportunidade e tempestividade da comunicação. O Senador Luiz Henrique é Relator do PLC 99. Trata-se de um Projeto de Lei Complementar que propõe alteração dos indexadores das dívidas dos Estados e dos Municípios. Esse assunto está em fase final de deliberação pela Comissão de Constituição e Justiça; posteriormente, irá à Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, ao Plenário do Senado.

Agradeço a V. Exª pela oportunidade da comunicação e pela relevância da matéria para nossos Estados.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria apenas ratificar ao Senador Luiz Henrique que os Senadores do Rio Grande do Sul têm particular interesse. Talvez o Estado com maior dificuldade na questão relacionada a endividamento.

Eu não faço parte da Comissão de Constituição e Justiça. O Governador do Rio Grande do Sul, Sr. Tarso Genro, ontem esteve no gabinete com o Senador Luiz Henrique; conversei com o Governador ao sair do encontro. Pareceu-me que há um endosso, pelo menos, dos Estados com maior dificuldade, que dão apoio integral a esse posicionamento, refletido por V. Exª, embora reconheça que os Estados do Centro-Oeste, apoiados pela região Norte, no caso específico dos incentivos, têm um interesse um pouco diferenciado sobre a questão da convalidação. Mas eu fiquei muito feliz, agora, pela forma como V. Exª entende. Quer dizer, são duas coisas distintas: uma é dívida: mudar o indexador; e a outra é incentivo fiscal. Então, matérias de natureza diferente que têm, claro, casam-se e têm afinidade. Porém, se entrarmos nesse debate, nós não vamos chegar a um resultado adequado. Como eu não faço parte, eu tenho certeza de que meu Líder, aqui presente, que é um ativo militante, atuante, Senador da CCJ, da CAE e desta Comissão, quero que ele me represente. Estarei do seu lado, esperando o apoio da relatoria brilhante do Senador Luiz Henrique.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Apoio amplo, geral e irrestrito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É o quarto Senador pelo Rio Grande, Francisco Dornelles, para minha alegria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – De Luiz Henrique, eu não esperava atitude diferente. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na prática, são operações de crédito que os Estados e os Municípios fizeram numa outra realidade, numa outra conjuntura econômica e o que se propõem, o que se procura, nada mais é do que um reequilíbrio econômico e financeiro em razão da mudança da conjuntura econômica.

Portanto, a nossa expectativa é de que possamos efetivamente, no mês de março, quem sabe, liquidar esse assunto aqui no Senado da República.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Esse alívio aos Estados é fundamental neste momento, principalmente neste momento de baixo crescimento do País, porque os Estados, aliviados com essa dívida, trocando indexador, vão recuperar parte da sua capacidade de investimento perdida. Isso vai ter reflexo no crescimento do emprego, na geração de renda e numa inserção mais forte da economia brasileira no conceito internacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não havendo mais nada a discutir... O Senador Francisco Dornelles pede a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Sr. Presidente, sobre a primeira parte da reunião, problema do Mercosul. Vou ocupar um minuto só.

Vejo uma pressão muito grande do empresariado brasileiro para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. V. Exª disse muito bem, ninguém pode ser contra ou a favor de um acordo sem conhecer o seu conteúdo.

De modo que acho que o Governo brasileiro está agindo com a maior competência, tomando todos os cuidados necessários para a conclusão desse acordo.

Considero que o relacionamento com o Mercosul deve ser prioritário para o Brasil. Hoje, a Argentina – que é um país pequeno, população pequena, área pequena – é o terceiro importador do Brasil em geral, atrás da China, dos Estados Unidos, sendo que nossas exportações para a Argentina são todas de produtos manufaturados, é o nosso grande mercado de manufaturados.

De modo que acho importante essa discussão do acordo de livre comércio do Mercosul/União Europeia, mas o Brasil não pode tomar nenhum passo para o enfraquecimento do Mercosul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Evidentemente, só faz sentido esse acordo ir adiante se for um acordo em que os nossos interesses, os interesses nacionais, estejam preservados. Mas é necessário que esta Comissão conheça as ofertas do Brasil, dos nossos parceiros do Mercosul e também da União Europeia, para que possamos conhecer o porquê de esse acordo não ir adiante, até porque precisamos também ter a consciência clara de que o Mercosul não pode ser uma ilha e não pode se isolar do mundo. Nos últimos dez anos mais de 350 acordos bilaterais foram firmados ao longo do mundo e nós aqui firmamos apenas três. Ou seja, é suficiente para o Brasil o Mercosul ou essas são coisas que não se excluem, que podem se complementar? O que estamos a buscar é o conhecimento nesta Comissão da oferta brasileira, dos nossos parceiros do Mercosul e da oferta da União Europeia, para que possamos chegar... "Não deu acordo." Não deu acordo por quê? Essa é a pergunta que precisamos fazer, porque esse é o entendimento que se retarda por mais de dez anos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Muito correto o entendimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Ainda sobre isso, penso que essa cautela registrada com sabedoria pelo Senador Dornelles faz sentido, especialmente por considerar que um dos setores mais sensíveis nesse acordo – sou de um Estado altamente competitivo nessa área – é a produção agropecuária.

Todos os países são protagonistas conhecidos reconhecidos, é o caso do Uruguai na carne e na lã, é o caso da Argentina nos mesmos setores, agora também com os vinhos e o Brasil, sem dúvida, protagoniza nesses setores. Conhece-se quais são as políticas protecionistas europeias em relação a isso. A dos Estados Unidos, com a PharmBio, da mesma forma, tem um protecionismo para esses setores considerados estratégicos, a questão agroalimentar. Então, essa cautela é fundamental e eu gostaria de endossar a manifestação de V. Exª, do Senador Dornelles e do Senador Luiz Henrique a respeito dessa questão do acordo, que tem uma grande relevância. Esse é um ponto muito sensível que precisa ser protegido. Não protegido com subsídios, protegido na defesa dos interesses nacionais, não só do meu Estado do Rio Grande do Sul, mas de todo o Território brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, antes de V. Exª encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... na linha do que falou o Ministro Dornelles e a Senadora Ana Amélia, eu queria enfatizar a importância da audiência que vamos ter na próxima quinta-feira, às 14h30, com o Embaixador Roberto Azevêdo, que recentemente foi eleito Presidente da Organização Mundial de Comércio.

Eu queria fazer um apelo aos Srs. Senadores, membros desta Comissão, embora reconhecendo as dificuldades desse período pré-eleitoral, que bloqueassem suas agendas, para que dedicassem a tarde da próxima quinta-feira para esse debate que é fundamental, não apenas no relacionamento do Brasil com a Europa e com as outras regiões desenvolvidas, mas também para que nós saibamos quais foram os avanços que efetivamente ocorreram na reunião de Bali e se há esperança para um avanço da Rodada de Doha, que teve origem na Rodada do Uruguai. É um assunto da maior relevância para o nosso País. Eu faria um apelo aos Srs. Senadores que bloqueassem as suas agendas, para que nós possamos ter uma grande presença aqui e um debate muito profícuo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na quinta-feira nós temos dois importantes debates.

Pela manhã, às 10h, com o Ministro Celso Amorim aqui nesta Comissão, oportunidade em que o Ministro estará fazendo um balanço de 2013 e apresentando os principais desafios da defesa nacional para 2014. Às 14h, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, essa audiência pública com o Embaixador Roberto Azevêdo, embaixador brasileiro, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Acho que não há qualquer tipo de divergência em relação à importância do Mercosul. O Mercosul não é opção, é destino, mas nós precisamos, de alguma forma, encontrar caminhos para que o Mercosul possa ir adiante nas negociações.

O art. 32 determina que qualquer acordo só pode ser possível se houver consenso, se houver unanimidade.

Em casos específicos, pode ser que interesse à Argentina fazer um acordo e não interesse ao Brasil.

Precisamos liberar a Argentina, e vice-versa. O que não podemos é submeter a nossa soberania comercial considerando as circunstâncias e as conjunturas macroeconômicas dos nossos países que compõem o Mercosul. Até porque a relação do Mercosul não é apenas uma relação comercial, é uma relação cultural, é uma relação política, é uma relação regional que faz e tem todo o sentido. Mas se nós não encontrarmos caminhos eventualmente para desengessarmos o Mercosul, o Mercosul continuará isolado. E o seu esgotamento está visível em razão das circunstâncias conjunturais de cada país que compõe o Bloco.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Eu tenho muito receio, Sr. Presidente, se no momento em que viermos a abrir a possibilidade de países do Mercosul fazerem acordos isolados com terceiros países, o Brasil seja o grande prejudicado.

V. Exª já imaginou um acordo bilateral entre Argentina e Estados Unidos na área automotiva?

O nosso mercado automotivo hoje é a Argentina.

De modo que acho que o acordo Mercosul-União Europeia tem que ser feito com a concordância de todos os membros do Mercosul. Qualquer acordo comercial feito pelo Mercosul deve ter a concordância de todos os membros do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente Ricardo Ferraço, queria aduzir que a audiência do dia 27 será feita com três comissões. Eu fui autora do requerimento também, com outros Senadores, de que ela será das Comissões de Relações Exteriores, Assuntos Econômicos e Agricultura e Reforma Agrária.

Falo isso em nome do nosso Presidente Benedito de Lira, em função de o setor agrícola ter uma parte significativa, inclusive à luz do debate sobre acordo das negociações, acordo Mercosul-União Europeia.

Então, só para dizer que serão três comissões, fortalecendo a relevância que estamos dando, nesta Casa, ao Diretor-Geral da OMC, o Embaixador Roberto Azevêdo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a lembrança oportuna de V. Exª.

E não havendo mais...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente, só antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Cyro Miranda, a palavra é de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sobre um item da audiência pública. Eu vou pedir desculpas a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Imagina.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Só para repetir qual o motivo por que o Ministro Mauro Borges Lemos não compareceu. Eu não cheguei a tempo, porque estava na CCJ, e não ouvi a explicação que foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Ministro, muito gentilmente, nos telefonou ontem à noite, porque foi convocado pela Presidente Dilma Rousseff para acompanhá-la na inauguração de uma usina para a produção de papel e celulose, não sei em que Estado da Federação.

E, portanto, ele solicitou que nós pudéssemos marcar uma outra data, porque eles tá inteiramente à disposição para que nós possamos discutir juntos – Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior e esta Comissão. Então, nós vamos marcar logo, logo, inclusive, na sequência da reunião de Bruxelas, que será amanhã, em que nós poderemos conhecer em detalhes, até porque quem tem sido protagonista nas negociações comerciais é o Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, e não o Itamaraty. Portanto, isso será muito importante para que a gente saiba efetivamente como se desenvolveu a reunião de Bruxelas.

Não havendo, finalmente, mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

Às oito horas e dezesseis minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **ACIR GURGACZ** e **WALDEMIR MOKA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, MOZARILDO CAVALCANTI e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, após a leitura de expediente e considerações sobre as dívidas de estados e municípios, com a participação da Senadora Ana Amélia, dá início à deliberação de proposições, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 - Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **1-** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2-** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: **a)** de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). **b)** de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3-** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4-** Matéria em fase de votação. **5-** O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª Reunião realizada em 06.02.2014. **6-** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2013 - Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 209, de 2013, e da Emenda nº 1-CCJ, com a Emenda que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas no prazo regimental perante a CCJ. **2-** A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **3-** Na 40ª Reunião da CRA realizada no dia 12/12/2013, colocada em discussão, após a leitura do Relatório pelo Senador Blairo Maggi, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Pre-

sidente encerra a discussão do PLS nº 209, de 2013, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4**- Matéria em fase de votação. **5-** O Projeto constou também da Pauta da 1ª Reunião realizada em 06.02.2014. **6**- A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 - Terminativo - EMENTA:** Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 1-CAS, na forma da subemenda que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas no prazo regimental perante a CAS. **2-** A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **3-** O Projeto constou também da Pauta da 1ª Reunião realizada em 06.02.2014. **4-** A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Blairo Maggi, colocada em discussão a matéria, a Senadora Ana Amélia e o Senador Blairo Maggi usam da palavra para discutir. **Resultado:** A Presidência concede vista do processo do PLS nº 323, de 2013, à Senadora Ana Amélia, nos termos do artigo 132, § 1º, do RISF. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2013 - Não Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da SUDENE dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei. **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 462, de 2013. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Benedito de Lira. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2011 - Não Terminativo - EMENTA:** Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura. **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 383, de 2011, com a emenda que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, passa a Presidência ao Senador Waldemir Moka, em razão de ser o relator do PLS nº 383, de 2011 (art. 89, § 1º, do RISF). Após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz e anunciada a discussão da matéria, não havendo senador inscrito para discutir, procede-se à votação do relatório do Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 383, de 2011, com a Emenda nº 1-CRA. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, de 2013 - Não Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para explicitar sua aplicação ao ecossistema do lavrado. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 327, de 2013. **1**- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2**- A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, passa a Presidência ao Senador Waldemir Moka, em razão de ser o relator do PLS nº 327, de 2013 (art. 89, § 1º, do RISF). Após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz e anunciada a discussão da matéria, tendo os Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka e Ruben Figueiró usado da palavra para discutir, procede-se à votação do relatório do Senador Acir Gurgacz **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 327, de 2013. **ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013 - Não Terminativo - EMENTA:** Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Mário Couto. **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 491, de 2013. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Benedito de Lira. **EXTRAPAUTA: ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, de 2014.** Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater o impacto dos chamados "apagões" de energia elétrica na atividade agropecuária, bem como possíveis soluções para este grave problema. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Acir Gurgacz, que solicita a inclusão Eletrobrás como convidada para a audiência pública, e Waldemir Moka usam da palavra. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado o Requerimento, com o adendo do Senador Acir Gurgacz, para incluir a Eletronorte como convidada para a audiência pública da CRA. **ITEM 9: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, de 2014.** Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública desta Comissão de Agri-

cultura e Reforma Agrária, em conjunto com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater sobre os avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali, Indonésia, com a presença do Embaixador Roberto Azevedo, Diretor-Geral daquela Instituição Internacional. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. Os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Waldemir Moka e Ruben Figueiró manifestam acerca do aumento da produção brasileira de grãos e do contencioso do algodão envolvendo Brasil e Estados Unidos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Vice-Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Srªs e Srs. Senadores, as severas adversidades climáticas que atingiram importantes regiões produtoras do País não impediram que fosse alcançado novo recorde na produção de grãos na safra 2013/14, estimada em 194 milhões de toneladas, 10,8% acima do obtido na safra 2012/13.

Esse desempenho, baseado em ganhos de produtividade (em torno de 4,2%) e na expansão na área plantada (6,2%), reafirma a pujança da agricultura brasileira e o empreendedorismo do produtor rural, assegurando o fiel cumprimento das funções tradicionais da agricultura de maneira econômica e ambientalmente sustentável. Estas consistem em assegurar adequado abastecimento do mercado interno, contribuir para o superávit da balança comercial e para a geração de energia, além da criação de emprego e renda.

A crescente inserção do Brasil no mercado agrícola internacional, se destacando como um dos principais produtores e exportadores de produtos agropecuários, revela sua capacidade de responder às oportunidades ditadas pela crescente demanda por alimentos, impulsionada principalmente pelo aumento de renda dos países emergentes e em desenvolvimento.

Os avanços do campo, no agronegócio e na agricultura familiar, são reconhecidos internacionalmente. Essa evolução pode, também, ser retratada na redução da miséria no Brasil e na ascensão da população do campo à classe C.

De acordo com dados do IBGE, a população do campo evoluiu economicamente nos últimos anos. Entre 2003 e 2010, o total de 4 milhões de pessoas que vivem no campo ascenderam à classe C. A renda do produtor, no período, teve crescimento real de 52% e a produção familiar, que ocupa 74% da mão de obra no campo, atingiu 33% do PIB agropecuário do País.

Os agricultores familiares, fixados em pequenas propriedades e que se organizam em associações, cooperativas e sindicatos, têm conseguido a proeza de viabilizar a permanência de milhares de famílias no campo, produzindo alimentos, gerando emprego e renda, além de manter na área rural ou ligada a ela um jovem que tem orgulho de suas origens, representando uma garantia de futuro.

Em todo o Brasil, existem mais de 5 milhões propriedades rurais, das quais 4 milhões, ou 85% do total, são da agricultura familiar, mas elas ocupam apenas 24% da área total das propriedades rurais brasileiras.

As dificuldades ainda são muitas, mas temos motivos de sobra para comemorar, neste Ano Internacional da Agricultura Familiar, os avanços dos últimos anos.

O nosso grande desafio é justamente ampliar a infraestrutura necessária para atender o crescimento da agropecuária e da agricultura familiar em todo o Brasil. Precisamos ampliar os investimentos na infraestrutura de transportes, na logística e na armazenagem, para exportação e comercialização interna dos grãos e produtos da agricultura brasileira.

O mesmo ocorre com a agropecuária de Rondônia, a mais nova fronteira agrícola do País, que cresce de forma exponencial. Além do crescimento na produção de grãos e hortifrutigranjeiros, Rondônia deu um grande salto na produção e na exportação de proteína animal, ampliando consideravelmente a exportação de carne bovina e a produção de pescado. Dados preliminares da Delegacia Federal da Agricultura em Rondônia indicam um crescimento de quase 500% nas exportações de carne bovina nos últimos dois anos, com a abertura de mercados na Europa, Ásia e África, sendo que o Egito já é um dos principais compradores da carne bovina de Rondônia. Com esse crescimento, pelo menos 20% da carne bovina exportada Brasil é proveniente do nosso Estado de Rondônia.

Na pesca e aquicultura, saltamos de 15 para 50 mil toneladas/ano na produção de pescado e também avançamos na produção de aves.

O grande gargalo, como já alertamos diversas vezes, é a baixa capacidade de beneficiamento e industrialização dos derivados de carne bovina, de aves e, principalmente, do pescado e a precária infraestrutura para o escoamento da produção. Ou seja, se, por um lado, os números de produção e produtividade são positivos, por outro, vivemos um colapso na infraestrutura de abastecimento, transporte, industrialização e exportação da superprodução de alimentos.

É evidente que esse problema já foi detectado e vem sendo atacado pelo Governo Federal. Tanto é que o investimento em transportes no Brasil saltou de R$1,5 bilhão, em 2002, para R$20 bilhões no ano passado. Mas isso ainda é pouco para dar conta do atraso e do crescimento do setor. Para recuperar o tempo perdido, o Governo Federal pretende investir R$100 bilhões por ano nos próximos seis anos.

Essa é uma meta satisfatória, e, para isso, será preciso buscar recursos também na iniciativa privada e estabelecer parcerias com os Estados e Municípios, como o Governo está fazendo, com a concessão de rodovias e o lançamento do programa nacional de pavimentação de estradas vicinais, para o qual incluímos uma emenda no Orçamento de 2014 no valor de R$30 milhões.

Estamos realizando em Rondônia um projeto-piloto desse programa, com a pavimentação da Linha 12 do setor rural de Itapirema, em Ji-Paraná, cuja obra será executada pela prefeitura, em convênio com o MDA e o Governo do Estado. É uma experiência nova, uma parceria que tem tudo para dar certo e que, além de melhorar a infraestrutura rural, vai levar mais conforto e qualidade de vida para o agricultor.

Para estimular a formação e a instalação de agroindústrias em Rondônia, também estamos trabalhando em diversas iniciativas, buscando o alinhamento de ações do Governo Federal, do Governo Estadual, prefeituras e cooperativas, associações rurais e iniciativa privada, no sentido de criar um forte parque industrial no Estado. Uma iniciativa que estimulamos diretamente é a criação de centros de produção e industrialização do pescado, e estamos trabalhando em projeto-piloto nos Municípios de Pimenta Bueno e Ariquemes.

Além da questão da infraestrutura, outros problemas que enfrentamos em Rondônia estão na regularização fundiária, que dificulta o crédito, cria insegurança em relação à propriedade, além de gerar conflitos, mas que também teve um avanço considerável nos últimos anos, com o programa Terra Legal, do Governo Federal, e o programa Título Já, do Governo do Estado, por meio dos quais foram entregues mais de 20 mil títulos definitivos de propriedades de imóveis rurais e urbanos nos últimos dois anos.

A educação também é um grande desafio, em que atualmente o Governo do Estado, através do nosso Governador Confúcio Moura, quer instalar ensino a distância, com teleaulas.

A falta de energia elétrica também é um problema que precisa ser resolvido, pois, somente em Rondônia, aproximadamente 17 mil propriedades rurais sofrem com a falta de energia elétrica constante. Além das questões de responsabilidade do Estado, como educação e assistência técnica, e do Governo Federal, como o crédito através do Pronaf e habitação rural, cabe às prefeituras um papel decisivo no desenvolvimento da agricultura de Rondônia, que é a organização da comercialização, como, por exemplo, criando mercados populares e proporcionando transportes que permitam a venda direta ao consumidor, com ganhos para o agricultor e para a população, no que temos auxiliado com a destinação de emendas e ações junto ao Governo do Estado e às prefeituras de Rondônia.

Portanto, temos motivos de sobra para comemorar, neste Ano Internacional da Agricultura Familiar, os avanços dos últimos anos, ao mesmo tempo em que temos de nos preparar, cada vez mais, para superar os problemas e os gargalos existentes. Um grande reforço que a agricultura está recebendo em Rondônia são as máquinas, caminhões e equipamentos agrícolas recebidos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os 45 Municípios do Estado selecionados pelo programa do PAC Equipamentos já receberam uma retroescavadeira cada um; no final de dezembro, mais nove máquinas motoniveladoras foram entregues; e, agora, a entrega de outras 36 máquinas está prevista para ocorrer nesta sexta-feira, dia 21, em Porto Velho.

A expectativa é que até maio deste ano sejam entregues mais 81 equipamentos, totalizando 25 milhões investidos na região. Destes, 15,5 milhões são referentes à aquisição de 45 motoniveladoras e, praticamente, 10 milhões aos 45 caminhões caçambas que serão entregues aos Municípos que darão atendimento aos nossos agricultores e também à população que vive nas cidades do nosso Estado.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Temos o Item 1, o PLS nº 679, de 2011, que é terminativo.

O Item 2 também é terminativo.

O Item 3 também é.

Temos o Item 4, que é não terminativo e a relatoria é do Senador Benedito de Lira, mas S. Exª pede para retirá-lo de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2013
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da Sudene dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei.
Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 462, de 2013.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa.)

Antes, porém, temos um requerimento extrapauta, da Senadora Ana Amélia, que passo a ler:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, de 2014

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater o impacto dos chamados "apagões" de energia elétrica na atividade agropecuária, bem como possíveis soluções para este grave problema. Para tanto, sugere sejam convidados: Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); Sr. Reive Barros dos Santos – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Sr. Jânio Vital Stefanello – Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura (Infracoop); Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Carlos Ribeiro – Presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE); Sr. Charles Lenzi – Presidente Executivo da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia para defender seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, caro Senador Moka, esse é um problema recorrente. Aqui, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, já discutimos a questão especialmente para a região das lavouras irrigadas em que a energia é fundamental no processo produtivo. Agora, temos tido uma frequência muito significativa de apagões, e isso causa prejuízo, porque queimam os transformadores, nas propriedades, e a restauração desse equipamento, ele se recupera, mas a qualidade do funcionamento da operacionalização cai, e aí prejudica todo o sistema, e fica por conta também do proprietário arcar com esse prejuízo.

"Falta de energia elétrica causa prejuízos agropecuários em Santa Catarina."

"Apagão deixa quase todo o Estado de Alagoas sem energia."

Faço essa leitura em homenagem ao nosso Presidente Benedito de Lira, que, aqui, tem muita atenção com o seu Estado.

Então, veja, não só na região metropolitana, mas também em regiões do agreste de Alagoas, aqui no Estado. Abastecimento comprometido em Alagoas, nas regiões do Baixo São Francisco, litoral sul, região metropolitana de Maceió, litoral norte e agreste, que é onde está aquele pequeno agricultor, os agricultores de lá.

Temos aqui duas entidades: "Federarroz e Farsul relatam para a Aneel problemas de falta de energia".

A irrigação está sendo prejudicada em função de problemas com a distribuição e fornecimento de energia. Além dos equipamentos queimados, os produtores necessitam, muitas vezes, utilizar os aparelhos nos "horários de ponta", ou seja, nos horários onde um valor maior é cobrado. Este horário vai das 18 horas às 21 horas, e, para compensar eles precisam ligar as máquinas neste horário e acabam pagando uma multa.

Então, tudo isso por conta desse uso para conter energia suficiente para produção.

Aqui: "Agricultores bloqueiam rodovia em protesto por falta de luz no Rio Grande do Sul".

Os agricultores reclamam dos prejuízos principalmente na produção de leite, que precisou ser descartada pela falta de refrigeração. Segundo a concessionária RGE, a previsão é de que a energia seja reestabelecida no Município no início da noite deste domingo.

Há previsão de que a energia seja restabelecida, já que a produção de leite é muito grande.

Então, esse é o motivo desse requerimento, Sr. Presidente, que eu gostaria fosse agendado o mais rápido possível, já que é uma questão de emergência.

Agradeço muito aos colegas Senadores pela aquiescência a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia.

Somando-se a todas essas questões que V. Exª colocou, quero dizer que no último final de semana estive em Alto Paraíso, em Rondônia, numa ampla reunião com os moradores. A grande reclamação é sobre a energia elétrica: a falta e a instabilidade. Ora ela está normal, ora ela tem uma queda grande e há a queima de transformadores…

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – De transformadores especialmente, aparelhos eletroeletrônicos em casa, geladeira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Aparelhos em casa, nas agroindústrias. Tem sido um problema gravíssimo.

Então, me somo a V. Exª a esse requerimento importantíssimo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Inclusive, se V. Exª quiser acrescentar alguma autoridade ou uma indicação, fica aberto aos demais Senadores também, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Obrigado.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu não sei se na relação há o usuário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Há sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O representante dele.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aqui há cooperativa… Não, aqui são os produtores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Porque sempre é importante nessas audiências ouvir as pessoas que vivenciam na prática o problema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aqui temos a representação da CNA, no caso da agricultura, que é usuária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu gostaria de sugerir, Senadora Ana Amélia, se me permitir, alguém da Eletronorte.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para debatermos as questões do Estado de Rondônia também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Assim entendo que estaria mais completo.

Em votação o requerimento, com o adendo da participação da Eletronorte.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós debatíamos há pouco, Senadora Ana Amélia – eu gostaria de ouvir o Senador Moka – com relação a esse aumento da produção brasileira, mesmo com as adversidades climáticas que aconteceram no Brasil nos últimos meses. Talvez esse reflexo aconteça na safra futura, mas na safra 2013/14 nós tivemos um acréscimo de 10% na produção de grãos. Há um aumento na área de plantio, mas é importante que se diga que não pela transformação de áreas de reservas para a área de plantio, mas pela transformação de área de pasto para áreas de produção de grãos, áreas degradadas que foram recuperadas e passaram a ser produtivas. Entendo que é o tema deste momento para ser debatido.

Então, passo a palavra ao Senador Moka para debater o assunto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Isso, durante a discussão do Código Florestal, foi, talvez, um dos argumentos mais valorosos, porque enquanto nós crescemos 34% em termos de áreas, novas áreas plantadas, a nossa produção – isso já há dois ou três anos – tinha três vezes o crescimento, até mais, mostrando primeiramente essa questão da produtividade.

Eu lembro que ali na região de Maracaju, que é uma grande produtora de soja, no início, quando dava média de 30 sacas de soja por hectare, isso já era considerado algo muito bom. Hoje, ali, para não ser exagerado, acho que a média são 50 a 55 sacas por hectare se houver chuva suficiente. É impressionante como isso tem melhorado. E melhorou também tudo.

Eu ouvi V. Exª falando que Rondônia está se transformando num grande produtor, exportador da chamada proteína vermelha, a carne bovina.

Em Mato Grosso do Sul nós nos orgulhamos. Nós somos o maior exportador, embora muita da nossa carne seja exportada através dos frigoríficos paulistas. Mas a carne originariamente é do Mato Grosso do Sul.

Então, se pegarmos realmente Estados como o de V. Exª e o meu, não o da Senadora Ana Amélia, que já é um Estado industrializado, o Mato Grosso do Sul está um pouco na frente de Rondônia, porque nós já começamos a chamada agroindustrialização. Ou seja, nós já temos usinas, nós temos lá uma indústria muito forte de papel e celulose e estamos começando a produção de borracha, com a seringueira.

Senadores, a única coisa com que sou inconformado – não é uma crítica ao Governo da Presidente Dilma ou ao PT –, na verdade, eu não entendo por que o Governo não percebe a força que tem, a locomotiva que é a agricultura, a pecuária, o chamado agronegócio. Não é que não há vontade política, até concordo, aliá, ontem, a Senadora Kátia Abreu fez um pronunciamento e deu muito crédito à ex-Ministra Gleisi, e é verdade: o nosso plano de safra, com a ajuda evidente aqui até desta Comissão, discutimos aqui com a Senadora Kátia Abreu, teve um avanço muito grande. Essas coisas são importantes. O crédito em volume correto na hora certa. Isso é fundamental.

E quero dizer que, desse total de exportação que V. Exª citou, pode ter certeza, mais de 50% passam pelas cooperativas, sobretudo cooperativas agropecuárias.

Então, quero me somar. Acho que vamos continuar produzindo. Há um tempo dizer que chegaríamos a 200 milhões de toneladas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem subsídio, não é, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – … falavam: "Estão malucos". E hoje essa é praticamente uma realidade.

Acho que vamos crescer e vamos crescer naquilo que é melhor. Vamos recuperar, sobretudo as áreas de pecuária, as chamadas pastagens degradadas, e vamos transformar essas áreas em áreas altamente produtivas, com tecnologia.

Para encerrar a minha fala, este País deve muito à Embrapa. E vejam o quanto foi importante você ter pesquisa, você ter produção. E olha que ficamos capengas um tempo. Por quê? Porque nós geramos pesquisa, mas na ponta essas pesquisas quase não estavam chegando, porque nós perdemos muito na extensão rural. Mas se continuarmos com a Embrapa e melhorarmos a assistência lá na ponta, a chamada extensão rural, o produtor brasileiro é imbatível.

Parabenizo V. Exª por ter trazido o tema a esta reunião de hoje, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado pela sua colocação.

De fato, houve um aumento grande em Rondônia na produção de grãos, mas não diminuiu a produção de gado bovino, porque houve uma consideração com o confinamento e houve um aumento no plantio.

Há poucos anos, se falássemos, Senadora Ana Amélia, em plantar soja em Rondônia, as pessoas nos chamariam de loucos, porque nós não tínhamos uma variedade de semente específica para o plantio, no norte de Mato Grosso e no Estado de Rondônia.

Graças aos estudos e pesquisas da Embrapa, foi desenvolvida uma variedade de semente específica para o nosso Estado, e hoje o norte do Mato Grosso é um grande produtor de soja, e em Rondônia começa a haver uma corrida dos pastos para a plantação de grãos.

Então é a Embrapa presente no Norte, no Sul, no Centro-Oeste, na Amazônia, ajudando o desenvolvimento da nossa agricultura.

Com prazer, ouço a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Cumprimentos por ter abordado esse tema. Falo exatamente para confirmar o que falou o Senador Moka, que é a questão que chamamos muito de sustentabilidade.

É claro que nós podemos aumentar a produção sem derrubar uma árvore, usando essas áreas degradadas, as recuperando.

Como disse bem V. Exª, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, está, eu diria, com muita honra, na vanguarda da chamada agricultura de alta precisão, que é aquela em que o maquinário altamente sofisticado, do ponto de vista da sua engenharia e dos seus sistemas de computação, dos seus programas, ele é capaz de identificar o solo e colocar numa mesma área quantias diferentes de fertilizantes, para não haver nem desperdício nem sobrecarga na terra onde serão recebidas as sementes. Isso significa racionalização, inteligência e aumento da produtividade.

Então, nós vamos ter agora, em março, a Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque, que é o retrato bem acabado de todo esse processo. Começamos com o plantio direto na palha, que preserva muito a natureza e a terra, sobretudo; a questão das curvas de nível; do manejo das nascentes; da preservação de matas ciliares, muito antes do Código Florestal.

O próprio Ministro, hoje Ministro dos Esportes, que foi o Relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, ao sobrevoar o Rio Grande do Sul, pôde constatar exatamente essa preocupação dos agricultores em relação à questão das nascentes, das matas ciliares preservadas e daquele cenário, que fazia uma composição com muita harmonia entre essa preservação e o cultivo de lavouras extensivas, como são a soja e o milho. O milho, Senador Acir, na região de Não-Me-Toque, chegou a ter uma produtividade de 220 sacas por hectare. Isso equivale, em algumas áreas, a quantidade superior à dos Estados Unidos.

Então, nós temos motivos de sobra para acreditar que não é criminalizando a produção agrícola que nós vamos andar, porque é ela que está sustentando a economia brasileira. Olhem a balança comercial do nosso País.

Não se pode imaginar que o empresário que hoje trabalha na agricultura, como lá no seu Estado de Rondônia, é uma pessoa que não dá aos trabalhadores que estão ali todos os direitos trabalhistas assegurados. Dão um pouco mais até, em relação exatamente a ter uma mão de obra qualificada, a dar uma atenção especial aos trabalhadores.

Então, é preciso entender a modernização na agricultura como um fator preponderante da preocupação com a sustentabilidade e com o meio ambiente.

Acho que nós temos que ver com olhos mais generosos quem está levando nas costas este imenso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. De fato, nós começamos nossos trabalhos aqui há alguns anos, exatamente pedindo ao Governo para levar tecnologia ao campo, levar crédito barato aos nossos agricultores, principalmente da agricultura familiar.

Hoje, nós estamos tendo acesso a isso. Os agricultores estão tendo acesso ao crédito rural mais barato, mais rápido, e também à tecnologia. Isso está resultando nesse crescimento da produção agrícola brasileira. Então, esse é o caminho para o crescimento e a garantia do desenvolvimento do nosso País.

Hoje, deve começar a Festa da Uva, no Rio Grande do Sul. É uma alegria, um orgulho para o Brasil a produção de uvas na vossa região.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Exatamente. Eu falei que em março começa a Festa da Uva.

Eu agradeço muito, porque o senhor é de Rondônia, mas tem uma identidade muito grande. O senhor compra os ônibus da Marcopolo, lá de Caxias. Os empresários mostraram a sua capacidade, e hoje é uma das maiores empresas fabricantes de carrocerias de ônibus do mundo. Está em todas as partes – no Egito, na China, em toda a América Latina. E é um orgulho para todos nós.

Mas, sobre a Festa da Uva, ontem, eu até sugeri ao Presidente Renan Calheiros a inclusão na pauta de um projeto que foi aprovado aqui nesta Comissão em caráter terminativo, que é a tipificação da produção do chamado vinho artesanal, o chamado vinho colonial, como nós chamamos lá, que é um vinho que é produzido em pequena escala, e a lei determina o limite em que ele é considerado vinho colonial. A autoria é do Deputado Pepe Vargas, agora Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Houve também a colaboração no início – porque eu fui ver a história desse projeto – de outros Parlamentares, como Onyx Lorenzoni, do Democratas, que havia também tomado a iniciativa, mas o projeto final que acabou sendo acolhido foi o do Deputado Pepe Vargas.

Então, eu solicitei até que fosse incluído ontem na pauta, para que a gente pudesse dar uma recompensa aos produtores de vinho, aos 20 vinicultores gaúchos e brasileiros, essa tipificação, que vale não só para o Rio Grande do Sul, vale também para Santa Catarina e, quando Rondônia estiver produzindo uvas e vinhos, também valerá para o seu Estado.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Já começamos a produzir uva em Rondônia. Já temos uva sendo produzida no nosso Estado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Este País, realmente, é… Deus é brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Deus é brasileiro. Tem abençoado, com certeza, todo o nosso País. E temos a nossa uva rondoniense, em pequena escala, evidentemente, mas, em Presidente Médici – V. Exª passou por lá – há uma plantação de uva e já há uma pequena comercialização, mas que atende ao mercado de Ji-Paraná, de Cacoal, de Presidente Médici, do interior do Estado de Rondônia.

Então, para nós, também, é um orgulho termos a uva rondoniense e, com certeza, teremos o vinho colonial.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Certamente, esses produtores de uva devem ter saído lá do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não tenha dúvida de que sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É para anunciar que, em relação aos produtores de algodão, sobretudo, o Presidente da Abrapa, o meu amigo Gilson Pinesso, apresentamos requerimento na

Comissão pedindo audiência pública conjunta com o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura para que possamos discutir o que eles chamam de contencioso do algodão. Aliás, o Senador Blairo Maggi, no final do ano passado, foi quem levantou esse assunto no plenário da Casa. Mas, ainda no recesso, fui procurado pelo Gilson Pinesso e fizemos uma audiência no Ministério de Indústria e Comércio. Portanto, Governo brasileiro precisa tomar uma decisão firme em relação a esse assunto.

O que aconteceu? A Organização Mundial do Comércio multou o governo norte-americano porque havia um acordo que previa que, enquanto não se mudasse a legislação que protegia o chamado algodão americano e, claro, trazia prejuízo para os produtores de algodão brasileiro, o governo norte-americano pagaria uma multa até que o congresso norte-americano mudasse.

Não mudou. Na verdade, votou-se, não sei se na câmara ou no senado, mas, na verdade, não houve uma mudança e a informação que os advogados que acompanham esse caso, inclusive lá nos Estados Unidos, é a de que o texto aprovado é pior do que o que havia anteriormente. E o governo norte-americano rompeu unilateralmente, deixou de pagar multa e não mudou a legislação, segundo os advogados, piorou.

Então, eu acho que o Governo brasileiro, especialmente o Ministério da Indústria e Comércio e o Ministério de Relações Exteriores, precisa fazer uma pressão; nós temos que pressionar. Nós temos que, da mesma forma que eles fazem, fazer aqui, e acho que o Congresso brasileiro tem que se posicionar.

Pois, muito bem. Combinado com o Presidente Benedito de Lira e com o Presidente de Relações Exteriores, Ricardo Ferraço, na pessoa do seu secretário da Comissão de Relações Exteriores, comunicou que lá – nós já aprovamos aqui, no dia 6, parece-me – foi aprovada e está marcada essa audiência conjunta para o dia 13 de março, Senadores Blairo, Figueiró e Senadora Ana Amélia, para que a gente possa discutir, com a presença dos dois Ministros, de Indústria e Comércio e de Relações Exteriores, e os representantes dos produtores de algodão, que a Abrapa vai indicar, e pressionar, através, sobretudo, do Senado, essa situação que me parece muito importante.

Então, dizer ao Presidente que está marcada; precisamos fazer uma grande mobilização para tratar esse assunto com rigor, em respeito aos produtores de algodão do Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Apenas à guisa de esclarecimento, hoje, Senador Moka, casualmente irei presidir a Comissão de Relações Exteriores. O Senador Ricardo Ferraço havia apresentado um requerimento no mesmo sentido na Comissão, porém, não conjunto.

Eu fiz um requerimento, a propósito até da iniciativa do Senador Moka, solicitando, no aditamento ao requerimento do Senador Ferraço, que preside a CRE, para que ela seja conjunta e aí há uma economicidade. Então, nós podemos fazer.

Também quero lembrar que há uma iniciativa relevante também nesse aspecto. A Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Assuntos Econômicos, por iniciativa do Senador Luiz Henrique, estão convidando para comparecerem a nesta audiência conjunta. Penso que, pela relevância que os temas da agricultura têm no âmbito do comércio mundial, poderíamos juntar ao requerimento – e aí o Presidente deveria fazê-lo, é a minha sugestão – que a reunião com o Diretor-Geral da OMC, o Diplomata Roberto Azevêdo, pudesse ser conjunta com a Comissão de Agricultura também. Porque a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Assuntos Econômicos, penso que têm tudo a ver. Acho que o Senador Blairo Maggi está – digamos – muito inserido nesse contexto internacional, assim como o Senador Moka e o Senador Figueiró também, enfim, todos os Senadores, então, acho que esta audiência poderia contar com a participação da nossa Comissão junto ao Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, que é extremamente relevante no capítulo relacionado à agricultura, porque os dilemas relacionados a subsídios e os contenciosos comerciais são muito relevantes, como esse citado pelo Senador Moka, do algodão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Precisamos de um requerimento para votar. Eu sugiro que façamos um requerimento, para que possamos fazer essa audiência em conjunto.

Pela ordem, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Bom dia, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores.

Sobre essa questão do algodão, sobre a política de garantia de renda que o governo americano faz, ela é extremamente danosa. Ela foi danosa para os produtores de algodão do Brasil e vai ser pior ainda agora, na nova *Farm Bill*, na nova lei que está vindo.

Para os senhores terem uma ideia do que está acontecendo, o governo irá garantir ao produtor rural de algodão, independente de onde ele estiver, uma…

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Independente que chova ou faça sol.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Faça chuva ou faça sol. Exatamente. Ele tem uma garantia de renda, é um seguro. Se, em determinado Município a média de produtividade é de 200 arrobas, ele ganha 200 arrobas vezes o preço mínimo americano; 80% disso está na conta do produtor. Produziu ou não produziu, o tesouro paga.

Onde está a coisa ruim para nós? Para nós, fica muito ruim não porque o produtor dele ganha dinheiro. Não temos nada a ver.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É que o custo nosso é muito alto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É. O que acontece é o seguinte: as áreas marginais que eles não plantam porque produzem muito pouco, com essa política, Senador Moka, eles colocam para produzir. Bom, se não produzirem nada, eles não vêm para o mercado, também não nos enchem. Ela é marginal, mas não é improdutiva. No ano em que ela produzir bem, eles atolam o mercado de mercadoria e nós não temos mecanismos para nos proteger e vamos quebrar aqui dentro a cotonicultura brasileira. Esse é o mecanismo que eles estão arrumando para a *Farm Bill* que eles estão fazendo, a lei de agricultura deles. Então, é um negócio extremamente danoso a nossa agricultura.

O que o Senador Moka está colocando já é o outro acordo da lei anterior. Nós fomos à OMC, bancados pelos produtores rurais do Brasil, o Governo, àquela época, nem se envolveu, depois, ao longo do processo, ele se envolveu. O Brasil ganhou essa pendenga jurídica e os Estados Unidos fizeram um acordo com os produtores brasileiros de transferir X milhões de reais para os fundos brasileiros dos produtores, para que eles pudessem tocar aqui as suas associações. É uma forma de indenização. Os produtores concordaram. O problema é que, ao longo desse último ano, o governo americano deu o calote e falou: "Não vou mais pagar." Quer dizer, em vez de fazer um acordo, deu o calote. Não pagou mais. Então, nós temos uma pendência do passado e uma coisa do futuro.

Na semana passada, nós voltamos de Mato Grosso com a Presidenta Dilma, a Senadora Kátia e o Senador Pedro Taques também estavam no voo – estávamos os três juntos no avião e também o Ministro da Agricultura. Então, viemos conversando sobre esse assunto. A Presidenta tem uma posição muito firme. Disse a Presidenta – são palavras dela, não me pediu segredo, acho que não há problema falar aqui também – que fará aquilo que os produtores e associações dos brasileiros querem que seja feito. Porque o Brasil tem direito de retaliar, com taxas tecnológicas ou outras coisas, por não cumprimento da legislação ou do acordo da OMC. Nós temos, o Brasil tem.

Agora, a Presidenta disse isso, esta semana, ao nosso Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Algodão, Gilson Pines, que nós não podemos entrar nessa briga. Nós não podemos pedir à Presidenta Dilma ou ao Itamaraty, a quem de direito seja: "Vamos retaliar o americano, porque ele não cumpriu com o nosso acordo". O.k. Vamos fazer isso. Mas ali, na frente, como é que os produtores vão se comportar quando as multinacionais que fornecem equipamentos para nós, insumos e tecnologias começarem a receber pressão do governo americano, eles falarem "olha, vocês não transferem mais tecnologia para o Brasil"? Talvez nós mesmos vamos ter que ir ao nosso Governo e falar: "Governo, alivia aí, porque nós vamos morrer afogados".

Então, é uma situação muito delicada, mas que tem que ser feito o enfrentamento. E a Presidente Dilma está indo agora, acho que neste final de semana, se não me engano, para Bruxelas, e convidou alguns produtores, associações de produtores de algodão e também da indústria, e eles estão indo junto, porque certamente vão tratar um pouco desse assunto nessa viagem, porque requer atenção realmente do Itamaraty, da nossa Chancelaria, da nossa Presidente e de todos aqueles que estão envolvidos nessa questão do algodão.

É uma situação delicada. Como eu disse, não tem a nada a ver – eu pelo menos penso assim – se o governo americano quer dar dinheiro para o produtor americano ficar no campo – porque, se eles não derem esse dinheiro, eles não ficam no campo, eles não produzem nada. Mas o problema é que o mecanismo que eles estão fazendo vai quebrar nossa produção de algodão. Porque, no dia em que eles produzirem uma supersafra, nós não aguentamos, o preço vem para baixo, teremos que entregar a preço mínimo aqui no Brasil, e a gente sabe que o Tesouro não tem recurso para bancar tudo também. Então, é uma tragédia anunciada.

Então, nesse momento, nós temos que fazer esse enfrentamento com o governo americano.

Antes de encerrar, Presidente, eu vinha da minha casa, agora, ouvindo, pela Rádio Senado, vocês falarem sobre soja, sobre Rondônia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, e quero dar aqui meu testemunho rápido também. Dizer que Rondônia, de fato, é um novo território para a agricultura, porque há 15 anos nós estamos tirando soja pelo porto de Porto Velho, mas os pecuaristas, os agricultores de Rondônia não entraram nesse processo. Eles demoraram muito para perceber, e, hoje, de fato, a agricultura rende muito mais no campo do

que rende a pecuária. Então, é inevitável, em terras que são boas para a produção agrícola – seja milho, soja, algodão, cultura de grãos –, que o boi saia para dar lugar para a agricultura. Porque todos que estão no campo também precisam ganhar dinheiro, e a agricultura vai dar e está dando mais dinheiro.

Mas isso não significa que Rondônia perca sua produção de gado, porque, no mesmo hectare que cabia uma cabeça, vão passar cinco, seis, sete, oito cabeças no mesmo hectare. Mato Grosso é um exemplo disso. A cada ano, nós reduzimos as áreas disponíveis de pastagem e, a cada ano, aumentamos o nosso plantel de pecuária, sem fazer novos desmatamentos. Quer dizer, tem; mas, perto do que era no passado, não chega nem perto. Nós tínhamos 1,2 milhão hectares por ano de transformação há anos, não sei se temos 20 ou 30 mil hectares por ano, no Estado de Mato Grosso.

Então, é uma atividade agrícola em que as duas se compõem muito bem. É uma simbiose. Todos ganham: o produtor de pecuária e o produtor de soja e grãos também.

E só para deixar aqui, nós vamos voltar a discutir isso: também se falou na Embrapa, e eu queria dizer que a Embrapa foi o nosso grande carro-chefe, sim, mas não é mais – não é mais –, e faz tempo.

E nós temos que chamar a Embrapa e discutir. Outro dia falei com algumas pessoas lá da Embrapa: a Embrapa não pode viver da fama do passado. Tem que tirar o pé do chão, tem que voltar para a pesquisa, tem que ter o seu papel de protagonismo nesse processo. Muitas vezes nós já falamos aqui, e eu concordo: faltam recursos. E não são R$100 milhões, não são R$200 milhões que vão resolver o problema da Embrapa; são bilhões que têm que ser colocados ali, para o Brasil ter uma tecnologia própria, brasileira, de domínio público. Eu sou favorável a isso. Mas, da forma como está, não. E pior: quando a gente faz algum movimento, ainda sofre crítica.

Esta semana, recebi um manifesto dos caras da Embrapa, bravos comigo, porque outro dia falei aqui um negócio, de que o algodão não estava bem, tinha 70%, 80% de *share* de mercado de algodão e, hoje, tem três. E ainda os caras querem ficar deitados nos louros do passado. Tem que mudar, não pode ser assim – não pode. A Embrapa continua custando para o Brasil, e não está produzindo.

Então, ela tem que voltar a produzir, tem que botar o pessoal no campo, tem que fazer pesquisa, tem que liderar, tem que liderar o processo no Brasil.

Isso aqui nós vamos discutir com calma, com tempo, e vamos chamar a Embrapa para discutir o porquê que nós, hoje, porque nós Embrapa estamos vivendo do passado; nós temos que viver é do futuro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi.

Em tempo, nós temos o Requerimento nº 4, aprovado aqui no dia 6 de fevereiro, com relação à audiência pública em conjunto com a CRE. Eu sugiro um aditamento ao requerimento, convidando o presidente da OMC, para que a gente possa legitimar, apenas legitimar o convite que já existe na CRE, e nós aprovarmos aqui como um aditamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas os dois requerimentos já foram votados exatamente com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não, é que só falta incluirmos o presidente da OMC, que, do nosso requerimento, não consta.

É só para isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Só um pouquinho, Presidente.

O presidente da OMC estará… Eu falei que ele estará…

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Estará na CRE.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – ... e na Comissão de Assuntos Econômicos.

A minha proposta é de que a nossa Comissão fizesse um requerimento para integrar… Seria uma audiência pública de três Comissões: CRE, Assuntos Econômicos e Agricultura, pela relevância que tem o setor agrícola, uma vez que o algodão é um dos maiores contenciosos no comércio internacional. Pelo nível da autoridade, seria melhor discutirmos no âmbito da própria Embrapa, trazer a Embrapa para cá, para esse questionamento levantado pelo Senador Blairo e as questões que o Senador Moka levantou em relação ao algodão. Seria especificamente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, sem o aditamento, vamos fazer outro requerimento, debatendo internamente…

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Especificamente para nos associarmos às duas Comissões do Diretor-Geral da OMC, Roberto Azevêdo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Peço, então, para que os nossos universitários aqui conversem com os universitários da CAE e da CRE, para que a gente possa fazer um requerimento específico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu quero só fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Por conhecer e até porque convivo no dia a dia com o Senador Blairo Maggi, essa "reação", entre aspas, da Embrapa, ela está sendo mal compreendida.

Seria uma oportunidade, talvez, numa audiência pública... Porque a Embrapa também, nos últimos anos, Senador Blairo Maggi, tem tido também... A gente sabe disso, pois me lembro da discussão que o Congresso travou em relação à questão das sementes geneticamente modificadas. Se a Embrapa colocava um posicionamento, o Governo entendia que não deveria ter. Quer dizer, há toda uma questão também. Mas o que mais causa dificuldade é a limitação de recursos. Há algum tempo, até quando se fazia o contingenciamento... Até que a gente votou que recurso para pesquisa não pode ser contingenciado.

Mas eu acho que o Senador Blairo Maggi faz uma advertência importante. Não é a Embrapa. Ninguém pode viver só das glórias do passado.

Então, na minha avaliação, seria uma audiência pública com o pessoal aqui, para que a gente colocasse isso com clareza e que a Embrapa pudesse dizer também quais são as dificuldades que enfrenta e o que seria necessário para que ela continuasse sendo essa empresa que nos últimos tempos colocou o País nesse *ranking* da produção.

Eu gostaria que o próprio Senador Blairo Maggi – tenho certeza de que todos nós assinaríamos em conjunto... A gente pudesse fazer essa audiência pública, para fazer esse debate. E seria importante ouvir a Embrapa dentro desse contexto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu sugiro o requerimento para que a gente possa, no mês de março, fazer essa audiência pública com a Embrapa para debater esse tema, que é da maior importância.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu farei isso, Senador Moka.

A minha posição aqui foi porque ouvi o Senador Acir dizer que a Embrapa desenvolveu as sementes que foram para Rondônia.

Faz 15 anos…

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Exatamente nessa época.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Faz 15 anos que não acontece mais isso. Se nós formos ao mercado hoje para ver a participação de genética nas sementes que estão sendo comercializadas no Brasil inteiro para os produtores, eu não sei se a Embrapa tem 5%.

Então, foi. E nós temos que reagir. Esse é o meu inconformismo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É claro, não pode parar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – E por que o meu inconformismo de ontem para hoje? Porque eu recebi um manifesto do pessoal da Embrapa – não sei nem de quem é, de servidores, de onde –, porque falei aqui do negócio do algodão. Mataram o negócio do algodão; mataram internamente o negócio do algodão. Aí vêm aqui e eu falo que têm de fazer alguma mudança; puxo a orelha, porque têm de mudar. E há a reação do bichinho interno, que não quer se mover. Têm de mover, têm de fazer mudança, sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Vamos, então, debater o tema.

Antes, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka, sempre que venho a esta comissão, saio aprendendo muitas coisas, pela experiência dos meus colegas que se manifestam aqui.

Sr. Presidente, a primeira questão a ser abordada aqui foi a do milho. O Senador Blairo Maggi honrou-me com o seu apoio para que nós realizássemos, através desta Comissão de Meio Ambiente, uma audiência pública para analisar o aproveitamento do milho no Brasil, sobretudo na fonte produtora, em razão dos problemas logísticos de transporte que nós sofremos na safra anterior. Ela deve ser realizada brevemente, sob o comando do Senador Blairo Maggi.

É um assunto extremamente importante, um dos grandes gargalos que nós temos nessa área importante da produção agrícola do nosso País.

O Senador Blairo Maggi abordou outra questão que eu reputo da maior importância. Digo isso com relação – e tenho certeza de que o Senador Waldemir Moka há de concordar comigo – à redução da área da pecuária.

É claro que nós estamos melhorando sensivelmente na área da produtividade. Hoje, graças à Embrapa, nós temos condições de aumentar a área de parceiros nas nossas invernadas, pelas sementes que ela tem lançado, e melhorado sensivelmente, pelo menos recuperado as áreas de campos, principalmente.

Mas essas terras já estão se tornando cansadas. É preciso que haja alguma reação nesse sentido. Isso somado também à questão do aproveitamento das nossas áreas com o plantio de uma sisflorestal, intensificando.

No Estado de Mato Grosso do Sul, pelo menos, nós estamos tendo áreas imensas com a utilização do eucalipto para a produção de papel e celulose. Agora, está avançando em outras áreas também a plantação de seringueira, com grande resultado econômico para a região. Entretanto, as áreas de pecuária estão sendo reduzidas, e são extremamente importantes, inclusive, para a fauna e para a flora que estão se extinguindo.

Eu tenho um exemplo recente nessa área de pecuária, que me foi dita por um produtor rural da Região de Paranaíba, dizendo que, com o avanço de plantio de seringueiras e de eucalipto, a área de pecuária está se reduzindo sensivelmente. Isso vai prejudicar também nos programas de alimentação do País.

Nós estamos nos dedicando à produção agroindustrial, mas estamos esquecendo que as proteínas vermelhas são extremamente importantes para o alimento, sobretudo do cidadão brasileiro, e também para a exportação de carne, que hoje é um fator importante na nossa pauta. Então, é uma questão que, naturalmente, esta Comissão vai também analisar.

Nós não podemos abandonar a pecuária. Não é apenas porque eu sou pecuarista, mas sinto que a nossa área de produção, sobretudo no Mato Grosso do Sul, está se reduzindo como se reduziu em São Paulo e como possivelmente tenha se reduzido no Rio Grande do Sul. Mato Grosso ainda tem uma área imensa. Em Mato Grosso, são 800 mil quilômetros quadrados. Tem terra de sobra para se fazer o que se quiser lá, e estão fazendo, graças ao pioneirismo do agricultor e do pecuarista.

Outra questão, Sr. Presidente, que eu também considero emblemática é a da Embrapa. A Embrapa, realmente, como disse muito bem o Senador Blairo Maggi, reforçado pelo Senador Moka, está exaurida nas suas forças. E o grande responsável por isso é o Governo Federal, sobretudo o Ministério da Agricultura. Os ministros que passaram e os que estão aí não olham com a atenção devida para essa área, para a importância da Embrapa na formação da nossa cultura agrícola e mesmo pecuária.

Em meu Estado, nós temos três unidades: a Embrapa Gado de Corte, em Campo Grande, que estuda, inclusive, a questão da semente para essas braquiárias e outros tipos que estão ainda sustentando e dando condições para que a pecuária mantenha o ritmo que tem mantido, apesar de tudo; a Embrapa Agropecuária Oeste, em Dourados, na área especificamente agrícola, que não tem recursos suficientes para manter as pesquisas que desenvolve; e a Embrapa Pantanal, que tem uma missão importantíssima e não tem merecido recursos de qualquer ordem para a pesquisa na região.

Então, para resumir, Sr. Presidente, saudando as manifestações do Senador Blairo e do Senador Moka, ressalto a importância desta reunião para que a direção da Embrapa diga aqui, de viva voz, que, sem recursos, a Embrapa não tem condições de manter a tradição que criou neste País. É o único órgão de pesquisa e tecnologia do qual nós podemos ainda nos orgulhar neste País.

É realmente de extrema importância que o assunto seja abordado e que o Governo da República destine recursos substanciais não só para o custeio – hoje, praticamente, os recursos são só para custeio –, mas também para o desenvolvimento dessa área de pesquisa.

Por isso, cumprimento os Senadores, inclusive a Senadora Ana Amélia, pela procedência das manifestações que tem feito aqui e que, para mim, como um bom aluno, um médio aluno, tem constituído o aprimoramento da minha cultura.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado. V. Exª é sempre muito gentil com todos nós aqui nesta Comissão. Meus cumprimentos, Senador Ruben Figueiró.

Antes de iniciarmos as nossas votações, eu sempre inicio os trabalhos, quando possível, debatendo um tema da agricultura para que possamos levar as informações aos nossos agricultores.

Comunico aos nossos colegas que as enchentes em Rondônia continuam, aumentando ainda o nível do Rio Madeira. Mostro aqui algumas fotografias da situação em que se encontram a nossa capital Porto Velho e a nossa cidade de Guajará-Mirim, que realmente estão numa situação bastante delicada. Na BR, a ligação entre Porto Velho e Guajará-Mirim está cancelada. Guajará-Mirim está isolado, assim como Humaitá, que depende do comércio. Esta é a fotografia de Porto Velho. Senador Blairo, veja como está a nossa capital Porto Velho – V. Exª a conhece muito bem. A nossa capital está realmente com muitas dificuldades. E a presença do Exército é muito forte no Estado de Rondônia, dando um apoio…

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Só para concluir.

O Exército está dando apoio aos nossos ribeirinhos, que são os principais afetados neste momento, principalmente em Guajará-Mirim, que está isolado e precisa de apoio aéreo para levar mantimentos, inclusive água

potável. A presença da Aeronáutica é forte. Nós estamos pedindo um aumento de equipamentos para que possamos abastecer a população de Guajará-Mirim, que já vai ficar sem água e sem mantimentos.

A questão do combustível é inevitável. Não há como levar combustível para Guajará-Mirim. Agora, alimentos nós precisamos levar.

O Governo Federal liberou ontem, através do Ministério da Integração, a pedido da Presidenta Dilma, R$4 milhões para o Governo do Estado, e fica aqui o nosso agradecimento. Estamos acompanhando, junto com o Governo Federal, junto com o Governo do Estado, as enchentes em Rondônia.

O Senador Blairo Maggi pediu a palavra, pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, só para corroborar o que V. Exª está falando, a minha empresa tem uma operação em Porto Velho que é o começo da hidrovia do Madeira-Amazonas. Embarcamos ali em torno de quatro milhões de toneladas de soja por ano, divididas entre nós e o outro terminal que há. E, de fato, em Rondônia, a única operação fluvial que ainda está funcionando é o transporte de soja, porque só precisamos da plataforma para sustentação das correias que lá estão. As barcaças que embarcam a soja não estão nem atreladas ao terminal. Tem um empurrador que fica na guarda…

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Segurando.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – … segurando, então está independente. É como se não estivéssemos ocupando. Mas as outras operações de Porto Velho estão todas suspensas devido à grande correnteza do Rio Madeira, que normalmente é um rio que tem de 4 a 5 m/s, e estava, esta semana, com 9 e 9,5 m/s, quer dizer, uma pressão muito grande…

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mais que dobrou a velocidade da água.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – … que dobrou a velocidade da água. E os portos não são bem estruturados, a questão do combustível, o caboclo que faz, tudo isso parou.

Então, o desabastecimento que V. Exª está falando de Guajará-Mirim, em função da estrada, também está, de certa forma, acontecendo ao longo do Rio Madeira, na descida do Rio Madeira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A situação é bem complicada, não é fácil e, de fato, a sociedade, o Governo devem estar atentos, porque as coisas tendem a ficar piores na região. As chuvas são muito intensas na região do Madre de Dios, lá em cima; no Mato Grosso também está chovendo muito nos últimos dias e a tendência do rio, de fato, é continuar subindo.

Então, só para colaborar com a sua preocupação, já que V. Exª é um Senador de Rondônia, mas também tenho uma participação na vida de Rondônia, vou lá sempre, e sei do grau de dificuldade por que o Estado está passando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Blairo, pelas suas colocações e pelo seu apoio, sempre, ao nosso Estado. E neste momento difícil.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Os nossos empurradores lá estão todos à disposição da Marinha, ajudando a fazer o que tem que ser feito, socorrendo. É o que pode ser feito lá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

É muito importante essa posição dos empresários na ajuda aos ribeirinhos que estão realmente com muito problema.

Houve, nesta semana, uma tentativa de espalhar um boato de que estariam prestes a estourar as usinas, o que traria um grande prejuízo à Cidade de Porto Velho. Só para desfazer este boato, não há nenhuma relação entre a enchente e as usinas e muito menos a probabilidade de estourar a usina e isso avançar, até porque não há um reservatório de água; a usina é de fio d'água, é pela velocidade, não pelo armazenamento. E não há risco de rompimento porque não há barragem; e também não há risco de estourar a usina e trazer problemas para a Cidade de Porto Velho.

Essa é a informação segura que temos das autoridades pertinentes.

Vamos, então, ao item nº 3:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013
- Terminativo -

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.

Autoria: Ana Rita

Relatoria: Blairo Maggi

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 1-CAS, na forma da subemenda que apresenta.

Observações:

1 - Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.

2 - A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

3 - O Projeto também constou da pauta da 1ª Reunião da CRA realizada em 06.02.2014.

4 - A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi, para fazer a leitura do seu relatório.

Convido o Senador Moka para presidir os próximos projetos porque serei Relator.

Obrigado.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório, então.

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 323, de 2013, que objetiva, ao alterar o *caput* do art. 18 da Lei nº 5.889, de 1973, atualizar o valor da multa pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural, que hoje é de R$ 380, para dois salários mínimos. Quer dizer, sai de R$380 para dois salários mínimos.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta:

Em 2001, a Medida Provisória nº 2164-41, de 2001, fixou o valor das multas por descumprimento da Lei do Trabalho Rural (Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973), em R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) por empregado em situação irregular. Naquela época, o salário mínimo era de R$ 180,00 (cento e oitenta reais). O valor das multas representava, portanto, um pouco mais do que dois salários mínimos.

Hoje, praticamente, doze anos depois, o valor registrado na Lei encontra-se visivelmente defasado. Sem contar que a evolução no contexto social e do trabalho tende a tornar injustificáveis as infrações. Não se pode alegar desconhecimento da legislação com o alto grau de informações disponíveis atualmente e as facilidades oferecidas pela legislação, mormente com a possibilidade de contratação por pequenos prazos.

A matéria foi analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deliberou pela sua aprovação, com emenda, fixando em R$1.356,00 o valor da multa a ser cobrada pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural, que corresponde, hoje, a dois salários mínimos, como proposto pela autora da proposição.

Análise.

Nos termos do art. 91, inciso I, combinado com o disposto no art. 104-B, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deliberar, em caráter terminativo, sobre projetos de lei que versem sobre instituição de normas relativas à regulação do emprego rural.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

A norma proposta, uma vez adequada aos ditames constitucionais, não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais estão sendo respeitados.

A proposição é meritória, eis que busca atualizar o valor da multa sobre as infrações às normas de proteção ao trabalho rural, e, assim, combater de maneira mais efetiva os abusos contra o trabalho no campo.

Revisões pontuais, quando necessárias, devem ser feitas sempre que a realidade dos fatos assim o exija. Caso contrário infrações de grande potencial ofensivo continuarão a ser punidas com penas irrisórias, como é o caso que estamos a analisar.

O objetivo do projeto atende ao princípio da razoabilidade e, diante dos enormes danos que o desrespeito às normas trabalhistas pode causar ao trabalhador rural, constitui o instrumento mais apropriado a ser imposto aos infratores.

Quando de sua análise na CAS, o relator da matéria, com o intuito de adequar a proposição às normas da Constituição Federal, apresentou emenda convertendo em reais o valor da multa fixado em dois salários mínimos pelo projeto.

A mudança é necessária, tendo em vista que a instituição do salário mínimo tem por finalidade atender as necessidades básicas do trabalhador, não podendo este instituto ser desvirtuado, nem ter a sua função substituída pelo legislador, tornando-se inconstitucional qualquer ato desta natureza.

Assim, sua utilização para a formação da base de cálculo de qualquer parcela remuneratória ou com qualquer outro objetivo pecuniário (multas, indenizações, pensões etc.) esbarra na vinculação vedada pelo artigo 7º, IV, da Constituição da República, *verbis*:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz…

Vou pular essa parte.

Em consequência, sua atualização, nos termos pretendidos tanto pelo projeto, quanto pela Emenda nº 1-CAS, resultaria em aumento de gradação da pena.

Com efeito, se corrigirmos o valor da multa, que, à época, era de R$180,00, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obteremos o valor de R$833,36, bem aquém, portanto, dos R$1.356,00 propostos.

Desse modo, não há que se atualizar valor da multa, nem nos termos fixados pelo projeto, nem nos moldes adotados pela CAS.

Por essas razões, propomos Subemenda à Emenda nº 1 - CAS, estabelecendo o novo valor da multa em R$ 833,36, que, com certeza, recompõe com mais justeza e exatidão seu valor atual.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, bem como da Emenda nº 1 – CAS, na forma da seguinte Subemenda:

SUBEMENDA À EMENDA Nº 1-CAS Nº …- CRA

Dê-se ao *caput* do art. 18 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 323, de 2013, a seguinte redação:

> Art. 18. As infrações aos dispositivos desta Lei serão punidas com multa de R$ 833,36 (oitocentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos) por empregado em situação irregular.
> ..... (NR)

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Relatório que é favorável. Pela aprovação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – O mérito desta proposta da Senadora Ana Rita é inegável, como foi reafirmada no relatório do Senador Blairo Maggi.

Eu tenho apenas uma preocupação com a agricultura familiar, com os pequenos agricultores, com o pequeno produtor, sobre a questão relacionada ao valor da multa; não à multa em si, mas ao valor da multa para o pequeno proprietário, o pequeno agricultor.

O ideal seria, na minha visão, o escalonamento dessa multa de acordo com o tamanho da propriedade, por exemplo, senão vai acabar penalizando ainda mais o já sofrido pequeno agricultor que tem dificuldade com a renda, pois nem sempre o que ele planta, colhe e produz, assim como o leite e seus derivados, é suficiente para arcar com as suas despesas.

O produtor pode ser multado por qualquer coisa, porque está faltando normas trabalhistas. Então, é uma coisa mais clara em relação a que tipo de infração ele vai ser submetido a essa multa. Então, é um esclarecimento.

É uma matéria terminativa. Então, consulto o Relator em relação a essa possibilidade de um ajuste ou de se manter como está.

Mas eu queria levantar essa preocupação com os pequenos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Uma observação: esta matéria é terminativa aqui. Nós não temos quórum para votá-la; nós vamos apenas discuti-la. O que nós podemos fazer é não suspender a discussão e V. Exª teria tempo de apresentá-la ou de pedir vista e de submetê-la ao Relator. A contribuição me pareceu, de primeiro momento, absolutamente coerente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – O pedido de vista eu posso fazer. Peço vista ao projeto, o que era a minha intenção, lembrando que como ele é terminativo, o quórum é maior para a deliberação.

Então, está pedida vista, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Regimentalmente, vista concedida.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente. Só para atualizar a nossa discussão. Em 2001, quando foi instituída essa multa, ela valia R$180, o que equivalia praticamente a um salário mínimo. Então, viemos de 2001 até 2014, ano em que nós estamos hoje. A autora do projeto apresentou

uma correção: lá valia dois salários mínimos e aqui tem de valer dois salários mínimos. Então, iria para mil trezentos e qualquer coisa.

O que eu fiz no meu relatório? O salário mínimo não serve para referência, nem para indexar nada. Não queremos uma economia indexada. Então, vamos pelo INPC. O INPC chegou a oitocentos e poucos reais. Então, é justo o valor de 2001, em relação ao valor de 2014.

O que a Senadora Ana Amélia está querendo discutir – e não há problema de minha parte – é fazer um escalonamento para os tamanhos das propriedades.

Se couber, Senadora Ana Amélia, é bem-vindo; não há problema nenhum escalonarem, então, os pequenos produtores. Vamos indo até chegar ao máximo de oitocentos e pouco, que é um valor razoável hoje. Não há como reclamar, se nós tivemos uma inflação e estamos tendo índices para corrigir, de 2001 para cá.

Eu aceito, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista concedida à Senadora Ana Amélia.

Item 5 da pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura.
Autoria: Walter Pinheiro
Relatoria: Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 383, de 2011, com a emenda que apresenta.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PLS determina que os descontos nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural, inclusive as cooperativas de eletrificação rural, serão concedidos ao consumo nas atividades de irrigação e aquicultura, em qualquer hora do dia.

O art. 2º estatui a cláusula de vigência.

O PLS nº 383, de 2010, foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos, que avaliará a matéria em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A análise é positiva e a favor da emenda.

E o voto, Sr. Presidente: opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº ...-CRA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 25. Os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural, inclusive Cooperativas de Eletrificação Rural, serão concedidos ao consumo que se verifique, em qualquer hora do dia, nas atividades de irrigação e aquicultura, definidas por instrumento próprio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Parágrafo único. O desconto tarifário de que trata o caput não poderá comprometer a segurança do atendimento ao mercado de energia elétrica e a garantia física das usinas hidroelétricas.' (NR)

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O relatório é pela aprovação, com a emenda já lida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Senador Acir Gurgacz, Relator da matéria, concluiu pela aprovação do PLS nº 383, de 2011, com a emenda que já apresentou.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, as Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir o parecer da Comissão de Agricultura, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

A matéria será apreciada pela CAE, em decisão que, lá, será terminativa.

Item 6 da pauta:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para explicitar sua aplicação ao ecossistema do lavrado.
Autoria: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 327, de 2013.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz, para a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, a proposição compõe-se por dois artigos. O art. 1º altera o art. 12 da Lei nº 12.651, de 2012 (Novo Código Florestal), para incluir um §1º, renumerando-se os demais, para determinar que os percentuais de Reserva Legal definidos nas alíneas "b" e "c" do inciso I do *caput* aplicam-se às fitofisionomias do ecossistema do lavrado, conforme regulamento.

Conforme a justificação que acompanha o PLS, o autor argumenta que, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA, embora seja parecido com o Cerrado, o Lavrado tem características próprias que o tornam um ecossistema único, localizado entre o Brasil, a Guiana e a Venezuela. E o Estado de Roraima detém cerca de 70% desse complexo.

A intenção com essa proposta é explicitar que valerá para o Lavrado o percentual de 35% de reserva legal se a vegetação da área for identificada como de Cerrado e de 20% se for reconhecida como de campos gerais, conforme o que dispuser o regulamento.

A análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno, opinar em assuntos correlatos às áreas de utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos.

Os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa serão tratados no âmbito da CMA, à qual caberá a decisão terminativa.

Com respeito ao mérito, entende-se importante o projeto de lei em análise.

Lavrado é o termo localmente usado para a região das Savanas de Roraima. No entanto, trata-se de um ecossistema sem correspondente em outra parte do Brasil, com elevada importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.

O agronegócio representa hoje o principal vetor de impacto ambiental no Lavrado, ao lado da grilagem de terras, pecuária extensiva e olarias. O crescimento urbano desordenado é outra preocupação importante, pois esse ambiente abriga mais de 80% da população em menos de 20% da área física do Estado de Roraima.

Como o Lavrado não possui nenhuma unidade de conservação desenhada especificamente para abrigar parte da diversidade de ambientes ali existentes, torna-se importante estabelecer critérios claros sobre as possibilidades de sua ocupação produtiva, à luz do Novo Código Florestal, delegando tal tarefa conservacionista às Áreas de Reserva Legal, juntamente com as Áreas de Preservação Permanente.

O projeto vai ser votado aqui e será terminativo na CMA.

O voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PLS nº 327, de 2013.

Este é o voto, Sr. Presidente. Entendemos que é uma matéria importante, que deve ser aprovada, regularizando, dessa forma, o Lavrado brasileiro, que é unicamente no Estado de Roraima. Nós não temos outro Lavrado no Brasil dessa natureza, apenas no Estado de Roraima, próximo à Venezuela, à Guiana e à capital, Boa Vista. Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão o relatório.

Com a palavra, para discutir, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu só queria uma explicação, Senador Acir. Desculpe-me, pois eu estava aqui olhando outra coisa e não prestei bem a atenção.

O Senador Jucá está propondo que as Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal se transformem em áreas de proteção. É isso?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não, ele está transferindo de 80% para 35% a área de preservação e aumentando de 20% para 65% a área de plantio. Essa é a mudança que acontece. No Lavrado, não há reserva.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Ele está querendo fazer a mesma regra para o Cerrado na Região Amazônica.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Do lavrado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Do lavrado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É um Cerrado diferente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só tem o nome diferente. É a mesma coisa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Praticamente é a mesma coisa e uma área grande, extensa, no Estado de Roraima. Existe na divisa quase com a Guiana inglesa e com a Venezuela também. Uma região localizada na Amazônia. Só há exatamente o lavrado na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A dificuldade é que Roraima está localizada na chamada Amazônia Legal.

Olha, como ele é terminativo – aliás, na comissão que V.Exª preside –, eu acho que esta discussão será travada lá com mais profundidade, mas eu acho que o Senador Romero Jucá tem razão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É um bom projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Você considerar um cerrado – porque na parte desse lavradão é um cerrado – e ter o mesmo percentual...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nós temos, Senador Moka, no Estado de Mato Grosso, algumas regiões, notadamente aquela região de Sapezal, ali, Campo Novo do Parecis, como se fosse um lavrado, como eles chamam em Roraima. Não tem árvore, só tem aquele capim que chamamos de barba-de-bode, capim nativo. Ali em Mato Grosso ele é cerrado e lá em Roraima é lavrado.

Então, só uma questão de terminologia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não é totalmente para discutir, mas para dar um testemunho.

Eu tive oportunidade, em 1982, como Deputado Federal, como membro da Comissão do Interior da Câmara, de percorrer essa região de Rio Branco a Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. Realmente, é uma vegetação completamente estranha às nossas daqui. São campos com capim, no meu modo de entender, de péssima fertilidade, onde, naquela época, só tinha cavalo e égua.

Posteriormente, em outra viagem que eu fiz, também representando a Câmara, ao então Território de Roraima, tive oportunidade de conhecer – ou reconhecer – dois gaúchos que saíram do Rio Grande e foram para Mato Grosso do Sul, na região de Fátima, e lá se dedicaram à rizicultura; e se deslocaram depois para Roraima. Lá já estavam plantando nessa região dos lavrados, mais para o lado das Guianas, onde as terras tinham melhor qualidade.

Realmente é uma região que precisa de uma atenção maior do Poder Público, até para recuperá-la para o sistema produtivo.

A proposta foi feita pelo Senador Romero Jucá, que é da região, foi governador daquele Estado, conhece realmente as necessidades da área.

Eu estou apenas dando este depoimento para apoiar o relatório do eminente Senador Acir Gurgacz, que dá uma especial atenção a um reclame justo daquele Estado.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2013.

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão que ali será terminativa.

Permita-me, ainda como Presidente, só para economia de tempo.

Um requerimento da Senadora Ana Amélia.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater sobre os avanços obtidos durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Bali, Indonésia, com a presença do Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral daquela instituição internacional.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Senadora Ana Amélia, para encaminhar o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Como nós já havíamos falado no início desta reunião, em vista de haver reunião conjunta de duas Comissões – a de Relações Exteriores e a de Assuntos Econômicos – e tendo em vista – como o próprio Senador Blairo Maggi lembrou – a Farm Bill, o Governo brasileiro, através da Chancelaria, já fez, junto à OMC, algumas reclamações, porque essa nova lei americana que regula a produção agrícola vai implicar em prejuízos dado o aumento dos subsídios concedidos especificamente à área da produção de algodão.

Então, penso que a presença do Diretor-Geral da OMC, o Diplomata brasileiro Roberto Azevêdo, será oportuno para que também levemos as questões agrícolas quando ele estiver na audiência pública. Por isso a razão desse requerimento, para o qual eu espero apoio dos demais colegas Senadores e Senadoras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o Requerimento da Senadora Ana Amélia.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

Os próximos itens dependem de quórum qualificado, porque são projetos terminativos. Como esgotamos os projetos não terminativos, consulto os Senadores e Senadoras se alguém ainda quer fazer alguma colocação. Se não, o Presidente vai encerrar a reunião. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 8 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

Às oito horas e dois minutos do dia 27 de fevereiro de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Waldemir Moka e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento do Ofício nº 16, de 2014, datado de 17 de fevereiro do corrente ano, subscrito pelo Sr. Álvaro Arthur Lopes de Almeida, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas (FAEAL), bem como pelo Sr. Domício Silva, Presidente da Associação dos Criadores de Alagoas (ACA), que solicitam a prorrogação da Portaria Interministerial n° 985, de 8 de outubro de 2013, referente à venda de milho aos produtores nordestinos a preço subsidiado, com vigência até dia 28 de fevereiro de 2014. A Senadora Presidente dá início à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 5, de 2014, de sua autoria, aprovado em 20.02.2014, com a finalidade de debater o impacto dos chamados "apagões" de energia elétrica na atividade agropecuária, bem como possíveis soluções para este grave problema, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Marco Olívio de Oliveira** - Assessor da Organização das Cooperativas – **OCB** / **INFRACOOP**; Sr. **Cristiano Palavro** - Consultor Técnico da Federação da Agricultura do Estado de Goiás – **FAEG / CNA**; Sr. **José Guilherme Antiloga Nascimento** - Conselheiro da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - **ABRAGEL**; Sr. **Wady Charone Júnior** - Diretor de Operação das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - **ELETRONORTE**. Após a exposição dos senhores convidados, fazem uso da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia, Cyro Miranda e Ivo Cassol, que sugere que a Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária encaminhe ao Banco do Brasil, Banco BASA e Banco do Nordeste, bem como, ao Ministério da Fazenda, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Banco Central do Brasil e Presidência da República solicitação para que voltem a financiar pequenos empreendimentos hidráulicos, que se chamam PCHs. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, acolhe a sugestão do Senador Ivo Cassol e ressalta a urgência de um contato da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Edson Lobão, para tratar sobretudo de dois pontos: a questão dos projetos das PCHs e das cooperativas, reduzir um pouco esse trato desigual às cooperativas de eletrificação rural; e a questão da relação do usuário com o fornecedor de energia, que é a falta de informação e de acesso. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente da CRA em exercício.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico o recebimento do Ofício nº 16, de 2014, datado de 17 de fevereiro do corrente ano, subscrito pelo Sr. Álvaro Arthur Lopes de Almeida, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas, bem como pelo Sr. Domício Silva, Presidente da Associação dos Criadores de Alagoas (ACA), que passo a ler, encaminhado ao Presidente, meu colega e correligionário, Benedito de Lira:

Sr. Senador,

Esta Federação, juntamente com a Associação dos Criadores de Alagoas - ACA solicitam a V. Exª interferir junto ao Governo Federal no sentido de prorrogar a Portaria Interministerial n° 985, de 8 de outubro/2013, referente à venda de milho aos produtores nordestinos a preço subsidiado, tendo sua vigência encerrada no dia 28 de fevereiro de 2014, o que significa dizer que a não renovação implica sérios prejuízos aos produtores do Estado de Alagoas.

Outrossim, solicitamos também ao eminente Parlamentar interferir junto à Conab, para que a cota máxima de aquisição do milho seja restabelecida em 12.000 (doze mil) quilos, vez que atualmente está limitada a 3.000 (três mil) quilos por produtor.

É necessário ainda pleitear junto à Conab que o abastecimento seja regularizado nas unidades do Estado, como também, que os armazéns existentes nos Municípios de Arapiraca e Santana do Ipanema continuem em atividade.

Certos da atenção que nosso pleito receberá de V. Exª, renovamos nossa estima e consideração.

Eu queria dizer ao presidente da Faeal e também ao presidente da ACA, respectivamente Álvaro Arthur Lopes de Almeida e Domício Silva – as duas entidades de Alagoas –, que o ofício será devidamente levado em consideração pelo Presidente Benedito de Lira, que, aliás, tem sido um constante defensor dos produtores nordestinos e, claro, em particular, do seu Estado, o Estado de Alagoas.

Informo à Comissão o recebimento do relatório de atividades de 2013 da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep), encaminhado pelo seu Presidente, Sr. Ágide Meneguette.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 5, de 2014, desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de minha autoria e com adendo do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de debater o impacto dos chamados "apagões" de energia elétrica, que impactam a atividade agropecuária, bem como possíveis soluções para esse grave problema, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marco Olivio de Oliveira, assessor da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); representante da Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura (Infracoop); Sr. Cristiano Palavro, Consultor Técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás; representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Os convidados que já se encontram aqui eu gostaria que viessem à mesa.

Sr. José Guilherme Antiloga do Nascimento, conselheiro da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), obrigada. Muito prazer. Obrigada por retornar à nossa Comissão. Obrigada à Eletronorte, também, pela presença aqui.

Sr. Wady Charone Júnior, Diretor de Operações das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte).

Eu queria, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, que debate esse tema tão relevante, dizer que não é só agricultor que está sofrendo com a intermitência ou a interrupção no fornecimento de energia elétrica.

Nós já tivemos, aqui, uma audiência pública debatendo o tema e vendo os reflexos que isso provoca: queima um gerador, o produtor faz a restauração, não é o mesmo equipamento, porque ele, restaurado, não é igual a um novo, a qualidade da energia que chega ali já é diferente e essa intermitência no fornecimento da energia acaba queimando seja refrigeradores para o leite, ou para armazenagem de frutas, ou para os próprios alimentos ali plantados, ou a energia, por exemplo, para os criatórios de suínos e aves, com que já tivemos seriíssimos problemas. Então, é esse conjunto de problemas que o setor agropecuário vem sofrendo em relação a esses cortes de energia.

Aqui, vamos discutir com os especialistas as consequências, as causas e quais as soluções para resolver o problema.

Eu queria dizer que nós recebemos... Eu, ontem, recebi um telefonema da assessoria direta do Sr. Ministro Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, dando conta de que o Ministério está envolvido com o trato de algumas questões prioritárias na agenda ministerial e o Ministro estará disposto a receber. Eu entendo que a justificativa do Ministro é aceitável, até porque foi com antecedência que foi feita a explicação, e que todas as demandas aqui oferecidas a Presidência da Comissão de Agricultura e Reformará Agrária encaminhará, através de sua Secretaria-Executiva, do Sr. Marcello Varella, ao Ministério para as providências cabíveis. Eu entendi, acolhi, disse que recebia, digamos, como justificativa razoável do Sr. Ministro, pela agenda que tem, também a preocupação de colocar a assessoria do Ministério à disposição, assim como o próprio Ministro, para receber essas demandas.

Recebemos também aqui, da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, que foi convidada... Foi convidado o Sr. Carlos Ribeiro e também o Sr. Alexei Vivan. Nenhum dos dois comparece. Poderia, eu penso, por a entidade representar as companhias de energia elétrica, ter alguém comparecido, de alguma entidade, aqui, embora tenham justificado. Mas penso que, num esforço, poderia um técnico estar aqui representando a entidade.

A Casa tem obrigação com o trato dos temas nacionais. Estamos cumprindo com o nosso dever de auxiliar nas questões possíveis que competem ao Poder Legislativo. Assim, consideramos uma falta de apoio da entidade nesse processo.

Da mesma forma, eu que tenho recebido a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), sempre destacado a relevância e o profissionalismo dessa agência, fico um pouco desconsertada, como Presidente desta audiência, com a ausência da Aneel, embora correspondência tenhamos recebido e a assessoria parlamentar tenha também oferecido a disposição de receber os responsáveis por esta audiência para encaminhar as questões. Mas penso que, como agência reguladora que está na interface entre o fornecedor de energia e o consumidor da energia, o usuário, essa agência, como ente público, deveria sim aqui estar presente.

De qualquer modo, digo que esperamos que a Aneel, como das outras vezes, consiga responder adequadamente às demandas, que são absolutamente legítimas, dos produtores rurais brasileiros, que estão sofrendo. Não só os produtores rurais, também os produtores da zona urbana, da mesma forma, em pequenas, médias e grandes cidades, estão vivendo os mesmos dilemas.

Dito isso e com o agradecimento muito especial ao Marco Olívio de Oliveira, ao Cristiano Palavro, ao José Guilherme Antiloga Nascimento e ao Wady Charone Júnior, que aqui comparecem, eu queria dizer-lhes que nós, no Congresso Nacional, estamos, digamos, com uma agenda bastante – já começa a ficar assim – comprometida em função de ser um ano com agenda complicada. Temos Copa do Mundo, teremos Carnaval já nesta semana, está começando o Carnaval. E evidentemente isso também tem um impacto sobre a agenda de viagens dos Parlamentares.

Como a audiência é transmitida ao vivo pela TV Senado, tem um alcance muito grande. Então, a relevância disso é o contato direto. Além do mais, a TV Senado, através dos seus órgãos de comunicação, com o serviço Alô Senado... Os produtores, através desse sistema de comunicação Alô Senado, do e-Cidadania, podem mandar questionamentos para os nossos palestrantes. Então, eu digo que o alcance disso é muito maior do que se possa imaginar.

Eu queria dar essa explicação e agradecer já aos nossos convidados.

Eu convido para fazer uso da palavra o Marco Olívio de Oliveira, que é da Infracoop, organização das cooperativas.

Com a palavra o Marco Olívio.

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – Agradeço a oportunidade, novamente, de estar aqui falando sobre o tema.

Hoje a gente fala de segurança energética em todo o setor elétrico brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Marco, eu só queria dizer que serão dez minutos para cada expositor. É apenas para informar. Obrigada.

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – Perfeito.

Eu estou aqui a pedido do Presidente Jânio, da Infracoop. Estou representando a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Para as cooperativas e para os pequenos agentes, isto aqui é crucial. Nós que estamos lá na ponta sofremos mais, junto com o produtor rural, junto com os consumidores de baixa renda.

Vou contextualizar um pouco como é o ramo infraestrutura, onde estão inseridas as Cooperativas de Eletrificação. Nós somos, na distribuição de energia, 65 cooperativas, distribuídas nos Estados com mais ou menos 800 mil cooperados.

Por favor, a próxima.

Nós estamos distribuídos no sul do País, fortemente na Região Sul do País, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; no Sudeste também, em São Paulo; e em Mato Grosso do Sul – são as principais. Isso é mais ou menos como se desenha. Nós somos seis federações vinculadas à Confederação e todas elas vinculadas à OCB.

Isso é para mostrar que, em tempos difíceis, as cooperativas ampliaram as suas redes, seu atendimento aos consumidores finais. Esses foram os dados. A gente não fechou ainda a atualização, mas é nítido o empenho das cooperativas em atender ao consumidor final, por sua característica própria. A cooperativa só existe para atender ao cooperado, ao consumidor final.

Basicamente, o contexto em que se insere a insegurança energética no País é complexo, é muito complexo. Hoje, a gente tem um baixo nível nos reservatórios, há um comprometimento da energia hidrelétrica gerada e isso faz com que se acionem as termoelétricas e os recursos para essa termoelétrica saem de uma conta chamada Conta de Desenvolvimento Energético. E essa conta, com o Decreto nº 7.891, de janeiro de 2013, passou a ganhar novos detentores desse recurso, onde estão inseridas as cooperativas também. Então, passaram ali os de baixa renda e as cooperativas também, entre outros elencados como detentores desse recurso para fazerem as suas operações.

Aí é que está o problema: num espaço de escassez dos recursos hídricos, esses recursos são priorizados para geração de energia elétrica. Porém, não são suficientes. Então, o que acontece? Desde outubro do ano passado, os repasses que deveriam ser mensais desses recursos da CDE para as cooperativas e pequenos agentes que têm no seu bojo consumidores de baixa renda, consumidores da classe rural, não estão sendo feitos da maneira como deveria. Isso sobrecarrega as cooperativas e os pequenos agentes, além de haver o risco de também não se conseguir pagar as termoelétricas. Há uma fragilidade do sistema como um todo.

O que isso representa para as cooperativas? Hoje, esses recursos que deveriam vir da CDE representam 30% do faturamento da cooperativa. O que acontece? No dia a dia, num mês, a cooperativa para de fazer serviços de manutenção preventiva, que são essenciais nesse setor. Isso aumenta o risco de apagões localizados, adicionado aos riscos de apagões gerais. E não por culpa da cooperativa, mas de todo um contexto, que é complexo, que tem um fator climático de fundo, mas que está instalado.

Aqui vocês podem acompanhar os recursos da CDE através do seu órgão gestor, que é a Eletrobras. No site da Eletrobras, há uma atualização dos repasses dos recursos da CDE. Ontem, foi liberada a parcela referente a novembro de 2013.

Então, o risco de apagão nas cooperativas – isso especificamente para as cooperativas – é muito grande. Por quê? Adicionalmente a isso estamos passando por um processo de revisão tarifária, em que a maioria ou quase a totalidade das cooperativas teve ou terá que reduzir seus custos operacionais em mais de 30%. Imaginem: são 30% mais os 25% a 30% da CDE, ou seja, é uma redução no seu faturamento de aproximadamente metade, 50%. Que empresa, que entidade sobrevive numa situação dessas, e tendo o compromisso de levar energia de qualidade ao consumidor final, ao proprietário rural, ao cooperado da cooperativa?

Então, o contexto é complexo.

Parabenizo a Senadora por trazer o tema à discussão, ao debate, porque ali estão famílias de produtores rurais que dependem disso para ter renda, para ter emprego, para a geração de emprego no campo.

Fico à disposição.

Esse é o contexto que eu gostaria de mostrar aos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Bom, com uma declaração dessas, só essa posição das cooperativas já é suficiente para acender uma luz não amarela – a luz de atenção –, mas uma luz vermelha. Vermelha porque, de fato, é uma situação complicada. O conjunto do sistema está tendo problemas bastante sérios.

Eu convido, para usar da palavra, o Dr. Cristiano Palavro, Consultor Técnico da Federação da Agricultura do Estado de Goiás.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – Bom dia a todos.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia e estendo meus cumprimentos aos demais companheiros aqui da Mesa e a todos presentes.

Eu sou Cristiano Palavra, representante da Federação da Agricultura do Estado de Goiás e conselheiro do Conselho de Consumidores da Celg, que é a nossa concessionária lá do Estado; e estou aqui hoje também representando a CNA. Vou levantar alguns pontos relevantes do que o setor rural necessita, no sentido de fornecimento de energia elétrica para a nossa atividade.

O setor, como um todo, tem sofrido muito com os problemas ocasionados principalmente pela falta de energia em diversas localidades do País. As quedas constantes desse fornecimento de energia e as oscilações na tensão recebida nas propriedades rurais têm gerado perdas acentuadas nos equipamentos, na produção e nos insumos, o que leva a um desestímulo nos investimentos no setor, a prejuízos financeiros ao produtor rural e à perda na qualidade e quantidade dos produtos agrícolas.

Na nossa visão, esses problemas têm ocorrido principalmente pela precariedade das redes de energia, com linhas de transmissão muitas vezes muito antigas, falta de manutenção dessas linhas e subestações muitas vezes praticamente abandonadas – esse a gente considera o principal fator gerador desses apagões.

Setores da atividade rural, como a produção leiteira, a produção de aves – produções essas que são totalmente dependentes de ambientes climatizados, que exigem um fornecimento de energia adequado –, frente a essas constantes quedas de energia, têm perdido grande parte de sua produção e de seus insumos, o que gera enormes prejuízos aos empreendimentos rurais, além das desagradáveis perdas de alimentos de alta qualidade tão demandados por nossa população.

Outro enorme problema enfrentado pelo setor é a morosidade no processo de expansão das redes de energia para nossos projetos. Inúmeros setores da economia rural estão com a atividade praticamente parada frente à não liberação de carga elétrica para viabilizar essas novas instalações, principalmente nas áreas de irrigação, armazenagem e beneficiamento dos produtos agrícolas.

Apesar de existir crédito por parte do Governo Federal, através dos programas como o PCA (Programa de Construção de Armazéns), através dos programas de incentivo à irrigação, esses novos projetos de armazéns e pivôs centrais ficam parados nas instituições financeiras, aguardando liberação de carga elétrica por parte das concessionárias, o que gera imensa estagnação dessas importantes atividades, que poderiam gerar melhorias na logística do País, diminuição dos riscos climáticos – que a gente vê a cada ano – e aumento da nossa produção como um todo, o que acarreta, claro, um prejuízo enorme para a economia do País como um todo.

Como exemplo dessas dificuldades que a gente tem encontrado na expansão das atividades, a gente pode citar alguns armazéns do interior do País com alta capacidade de armazenagem e que estão sendo tocados por geradores a diesel, o que é um problema real, e praticamente inconcebível, e muito oneroso para esses armazéns.

.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – E para o meio ambiente também.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – E para o meio ambiente também.

No caso da irrigação, a gente pode citar alguns projetos de expansão de pivôs que estão prontos e aguardam simplesmente a energia elétrica. Mesmo tendo água disponível, licenciamentos ambientais prontos, regularizados e outorgas de água também prontas, falta energia elétrica para tocar esses pivôs centrais.

Existem também muitas reclamações em relação à falta de agilidade na resolução de problemas, muitas vezes, simples, como quedas corriqueiras do sistema geradas por picos de energia. O produtor encontra dificuldade de comunicação com as concessionárias através dos seus *call centers* e a religação do sistema demora demais acontecer, sendo que em algumas propriedades isso leva 48 horas. Como citado, para uma empresa avícola ou uma empresa de leite, é impossível, realmente, segurar a produção sem energia elétrica.

Entre as possíveis alternativas para contornar e diminuir esses problemas causados por essas quedas e falta de energia, a gente vê as novas e alternativas fontes de produção, muitas dessas já existentes em algumas propriedades rurais e que precisam de maior incentivo, principalmente no sentido de difundir essas práticas, e a definição de um marco legal que realmente regulamente a inserção do excedente de energia produzida nessas propriedades nas redes das atuais concessionárias.

A gente também precisa adequar a nossa legislação referente aos processos de ressarcimento dos produtores prejudicados pelas quedas de energia, como no caso da Resolução nº 414, que deve também levar em consideração não só os prejuízos aos equipamentos, mas também os prejuízos à produção e aos insumos, evitando assim processos judiciais morosos, e muitas vezes caros, para garantir o direito do produtor rural de ressarcimento dessas perdas.

Dentre todas essas possíveis soluções que a gente pode levantar aqui, não existe como acabar com esse problema sem fugir dos aumentos dos investimentos no setor de energia elétrica para o setor rural do País. A necessidade imediata de melhoria na qualidade das instalações de transmissão de energia assim como a busca de novas fontes de produção têm que ser pautas básicas das discussões, dos direcionamentos do crescimento nacional.

Estamos diante de um enorme problema. E um problema que, infelizmente, hoje é visto como um dos principais entraves para o setor rural e para os produtores rurais como um todo.

Agradeço a atenção de todos e coloco todas das federações e a Confederação Nacional da Agricultura à disposição desta Casa para contribuir em todas as discussões acerca do tema.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A objetividade das exposições tem marcado aqui. Esse resumo perfeito e bem acabado dá o retrato das nossas dificuldades sobre as quais logo vamos conversar; vamos debater mais.

Eu convido agora o Dr. José Guilherme Antiloga Nascimento, Conselheiro da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Bom dia!

Cumprimento a Exma Senadora Ana Amélia e os demais Senadores presentes.

Agradeço o convite à Abragel. Para nós é uma satisfação sempre estar aqui nesta Casa.

Peço desculpas por o nosso Presidente-Executivo Charles Lenzi não poder vir. Ele teve um problema de saúde, teve que fazer uma pequena cirurgia e ficou impossibilitado de se movimentar, e eu vou, na tentativa de substituí-lo, fazer essa apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço à entidade pela preocupação que teve em mandar, mesmo na impossibilidade por motivo de doença, perfeitamente de força maior, um representante que, sem dúvida, vai corresponder às expectativas desta audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Na nossa apresentação, até porque algumas coisas já foram faladas e nós vamos passar um pouco rápido em algumas questões, o nosso objetivo é tentar avaliar a questão da dificuldade de suprimento e eventuais alternativas possíveis dentro do nosso rol de alternativa de geração com pequenos aproveitamentos hidrelétricos.

A Abragel é uma associação que tem sede em Brasília. Ela em 14 anos de atuação e congrega empreendedores que trabalham com usinas hidrelétricas até 50 megawatts. Isso inclui pequenas centrais hidrelétricas e centrais hidrelétricas que estão fora dessa classificação, mas que são objeto de autorização de um rito mais simplificado junto ao poder concedente.

Hoje temos 125 empresas associadas, todas elas praticamente com empreendimentos em operação e que já viveram todas as fases do desenvolvimento desses empreendimentos.

Aqui é basicamente para dar uma ideia da conjuntura atual. Hoje, em termos de PCH, que são usinas até 30, esse conjunto de empreendimentos representa 3,65% dos empreendimentos em operação, do total de potência. Nos últimos anos, esses empreendimentos têm tido um crescimento muito grande. Conseguiu-se aumentá-los, de 2000 para cá, em cinco vezes.

Aquele é o cenário do ponto de vista do portfólio que existe hoje operando e possível de entrar no curto prazo. Então, temos em operação 4.570 mega; em construção, 339; e 1.966 que teriam as condições de iniciar a construção num prazo curto.

Pode passar.

Essa é a localização dos projetos, daquele rol de projetos listados. Acho que é importante fazer um comentário com relação à palestra do Dr. Cristiano, que comentou que um dos problemas é dificuldade da expansão de redes. Esse tipo de geração tem uma peculiaridade: ela é uma geração que está no interior, que está perto do consumo. Então, ela facilita a possibilidade de não se precisar estender redes de grande porte. Lógico que grandes empreendimentos com grandes sistemas de transmissão são importantes para garantir o crescimento do País, mas esse tipo de geração em pequenas centrais consegue atender localmente a várias comunidades.

Aliás, o começo do setor elétrico brasileiro foi com centrais desse tipo. No século XIX, o setor começou assim, com pequenas centrais. Vamos dizer, elas foram as desbravadoras; depois, houve a criação de grandes empresas de geração – Furnas, Chesf, Cemig. As usinas foram aumentando, e essas usinas pequeninhas meio que ficaram abandonadas, mas, por exemplo, em alguns Estados que são de fronteira, como Mato Grosso e Rondônia, essas usinas ainda têm um papel importante de desbravar o interior, de substituir a geração a diesel em vários Municípios.

Então, essa capilaridade desse tipo de geração é muito interessante para essas questões que estávamos discutindo aqui de rede de transmissão ou de distribuição, com dificuldade de expansão ou com pouca capacidade de transmissão, o atendimento a cargas novas, como a agroindústria no interior, que esta sendo criada. Tudo isso tem uma característica muito compatível com esse tipo de fonte.

É importante, talvez, fazer um paralelo. Apesar de não ser objeto da nossa associação, temos de reconhecer que todas as fontes são importantes e que algumas delas são complementares. Há uma fonte que é muito parecida com a nossa e que tem muito a ver com esta Comissão: a biomassa. A biomassa tem essa... O Dr. Cristiano falou da possibilidade de geração local nas propriedades, e vamos ver que, em alguns casos, estamos mais ou menos no mesmo barco. Pode ser que a solução para incrementar uma seja a mesma para incrementar a outra também.

Pode passar, por favor.

Aquilo lá é a situação, vamos dizer, de curto prazo, e essa é situação de médio e longo prazo. O que temos aí? Hoje, temos junto à Aneel 688 projetos de usinas parados para análise. Isso representa 7 mil megawatts. É uma quantidade de potência razoável, é meia Itaipu em termos de potência. Então, é um volume razoável que nos dá a indicação de que não só elas têm um papel importante agora como podem vir a ter um papel importante no desenvolvimento, porque existe estoque suficiente para esse tipo de coisa. Além dos projetos que estão protocolados lá, ainda há registrados lá 134 projetos em elaboração e 696 eixos disponíveis para quem quiser estudar. Só esses 688 projetos, que somam 7 mil mega, são investimento da ordem de 40 bilhões, mais ou menos, para a implementação.

Voltando só um pouquinho, só para aproveitar e falar de novo que a característica de difusão desse tipo de fonte é muito importante. Se os senhores e as senhoras olharem no mapa, em todas as regiões há um conjunto grande de projetos, excetuada, talvez, a Região Nordeste, onde a questão hídrica é mais sensível, e a Norte, onde os rios são muito grandes e eu também não tenho uma rede de distribuição muito grande, como o Dr. Charone lembrou aqui. Quer dizer, é muito difícil, porque, se eu instalo uma usina lá, não tenho como entregar. Então, lá, talvez, eu tenha esse problema. Mas, na medida em que a infraestrutura lá for crescendo, eu vou poder ter isso.

Por favor.

Isso aqui já foi falado em detalhes pelo Dr. Cristiano, isto é, quais são os problemas com a interrupção de suprimento. Eu vou tentar passar rapidamente, até porque esse assunto já foi tratado. Mas, basicamente, são problemas tanto de funcionamento de sistemas quanto de perda de produção. E isso parece ser uma coisa bastante relevante não apenas para o setor da agricultura, como para o País, porque, afinal, tem uma repercussão na cadeia produtiva. Não dá para tentarmos achar que isso está restrito meramente ao sistema produtivo.

Pode passar, por favor.

A outra questão é: existe um problema no suprimento? Quer dizer: é uma questão pontual ou é uma questão sistêmica, estrutural? Esse é o gráfico do preço de curto prazo da energia no Subsistema Sudeste, que é basicamente o Sudeste e o Centro-Oeste juntos. De janeiro de 2011 até hoje, se vocês observarem, verão que ele é crescente. Isso quer dizer que tem problema? A gente não tem esse diagnóstico completo, mas, fazendo uma correlação, é como se isso fosse um termômetro. O paciente está com febre; você não sabe ainda se a doença vai passar ou se a doença vai se agravar, mas que existe um problema, existe. Quer dizer: se a febre está subindo, essa situação pode levar o paciente a óbito ou pode levá-lo a uma convulsão, a uma internação; por outro lado, o corpo pode se recuperar e a febre começar a baixar. Mas, claramente, parece que existe um problema.

Mais uma, por favor.

Fazendo uma análise das questões que envolvem o setor, que são complexas, como o Dr. Marco disse, outra questão é a seguinte: o planejamento do setor precisa evoluir. Esse planejamento, hoje, tem se pautado por fazer leilões para a compra de energia. Comprar energia no menor preço não implica atender o consumidor com uma menor tarifa. Essas são duas coisas diferentes. Certo? E é fácil a gente entender isso. O agricultor que produz soja no interior do Mato Grosso a um preço extremamente competitivo naquela região, para vender essa soja no porto, se não houver uma estrutura eficiente, verá o custo dessa soja aumentar. Então, é mais ou menos isso, ou seja, o custo de produção é uma coisa; o preço ao consumidor é outra.

As alternativas de grandes blocos são importantes, mas você tem os riscos da transmissão, que têm que ser superados, que serão superados, mas temos que pensar em fontes com capilaridade local com o objetivo de garantir o atendimento, substituindo, principalmente, as térmicas a combustíveis fósseis – óleo, óleo diesel, óleo combustível.

Pode passar, por favor.

Esse é um cenário de leilão. Só para os senhores terem uma ideia, nos leilões feitos até 2013, só 24 PCHs venderam energia. Nos leilões de 2013, somando agosto e dezembro, 24 PCHs venderam. Ou seja, no ano pas-

sado, a mesma quantidade, durante todo o período, desde que foi feito isso, conseguiu vender. E por que isso? Porque o BNDES melhorou as condições, porque o preço-teto do leilão foi melhorado, e, com isso, você tem condição de inserção dessa fonte.

Essa mesma questão que aconteceu aqui aconteceu com a biomassa. Se os senhores olharem a biomassa, verão que ela tem um potencial enorme, mas não tem participado dos leilões, ou melhor, tem participado de forma muito pequena, em parte por questões relacionadas ao preço-teto.

Pode passar, por favor.

E, aí, é um contexto entre 2005 e 2008, quando o Governo Federal comprou 7.801MW de potência, basicamente em térmicas a óleo combustível. Isso representou 40% das térmicas comprado nesses leilões. O custo médio de geração dessas térmicas foi de R$50,00/MW/h a R$1.100,00/MW/h. Em 2013, a estimativa é de que foi gasto algo da ordem de R$18 bilhões para geração térmica. Neste ano, existe a possibilidade de a gente acabar gastando, mais ou menos, a mesma quantidade. Se vocês olharem aqueles preços, verão que eles são maiores.

A minha última.

Então, a questão para reflexão é a seguinte: se lá, naqueles leilões, fossem acrescentados R$30,00/MW no preço de compra das PCHs e o mesmo no de biomassa, com a mesma quantidade de recursos que eu gastei para gerar na térmica eu geraria energia com essas fontes que não utilizam combustíveis fósseis, são renováveis, são locais, têm tecnologia nacional por dez anos. Ao final desse prazo, eu continuaria tendo ativos de geração que poderiam fornecer energia para o sistema. Esse custo seria diluído num prazo maior, e parece ser uma solução mais interessante. Por isso, a gente imagina que o planejamento tem que revisitar essas questões e olhar mais a longo prazo.

Pode passar, por favor. Muito obrigado.

Desculpe o alongar da...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – José Guilherme, naquele quadro em que apresentou a térmica, você colocou várias fontes, menos óleo diesel; colocou combustível, mas não entrou carvão.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Na verdade, quando a gente fez aquele levantamento, a gente se concentrou só nas térmicas a óleo combustível, óleo pesado B1 e óleo diesel. A gente fez essa análise. As térmicas a carvão nacional, a carvão importado e a gás ficaram fora daquele levantamento, até porque a gente entende que essas térmicas são de tamanho maior, servem para uma massa maior. As de carvão nacional têm uma questão envolvendo carvão nacional; as de gás, você tem fornecimento nacional de gás...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Nem sempre seguro.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Nem sempre seguro. Algumas delas, inclusive, são de gás liquefeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Derivado de petróleo.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – E, aparentemente, têm um custo mais barato de geração. Então, o nosso foco foi o seguinte: aquelas que têm um custo muito grande de geração e, mais do que isso, têm um problema de logística. Só para a senhora ter uma ideia, numa térmica de 120MW a óleo, se for despachado o dia inteiro, precisa de 76 caminhões entregando óleo para poder funcionar o dia inteiro. Então, a senhora imagina, num determinado local, numa rodovia, 76 caminhões chegando a algum lugar e 76 caminhões voltando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – E o material é altamente inflamável, além da questão da segurança.

Obrigada, José Guilherme, por enquanto.

Passamos ao nosso último convidado, Dr. Wady Charone Júnior, que é Diretor de Operações das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte).

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Bom dia, pessoal. Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia e, em nome dela, os demais membros desta Mesa.

Primeiramente, agradeço muito esse convite. Estou representando o Presidente Josias Matos de Araujo.

Estou ouvindo vocês aqui, mas é interessante apresentar um pouco o que é a Eletronorte, rapidamente. A Eletronorte é uma empresa que tem esses ativos todos no Norte do País. É uma empresa de geração e transmissão de energia elétrica, que vende energia elétrica para as distribuidoras de energia elétrica. Ao ser convidado aqui, vim para cá pensando que temos apagões em áreas onde as distribuidoras de energia elétrica são as responsáveis por distribuir essa energia elétrica. No Estado de Rondônia, por exemplo, ainda temos algumas linhas de baixa tensão, porque a Eletronorte se concentra numa tensão superior ou igual a 230 mil volts para transportar energia elétrica. Abaixo disso, as distribuidoras de energia elétrica são as responsáveis por fazer essa distribuição. Sobre esse detalhe, eu queria começar a comentar um pouco sobre a Eletronorte,

especificamente no Estado de Rondônia, porque uma das solicitações nossas justamente envolve o Estado de Rondônia, onde temos boa parte do atendimento na subtransmissão, nessa tensão inferior a 230 mil volts.

Fiz um levantamento. Em dois anos e meio, a Eletronorte participou de 0,35% do total de desligamentos nessas áreas rurais. Ou seja, é um baixo número de desligamentos, por parte de Eletronorte, nos apagões que estão sendo mencionados aqui.

Também, uma coisa interessante que vi aqui nessas apresentações, Senadora, foi o quão rico está o foco das pessoas em botar alguns detalhes importantes a serem considerados para o País. Como foi colocado aqui pelo José Guilherme, das PCHs, eu faria uma análise comparativa entre o quanto estamos gastando com energia térmica *versus* o quanto a gente poderia potencializar essa mesma venda com PCHs. São colocações interessantes que precisariam realmente ser estruturadas, a ponto de ir ao Ministério de Minas e Energia. Deveria ser colocada nesse nível de estrutura que estou vendo aqui – parabéns a vocês todos – essa colocação de vocês.

O Norte, realmente, em PCHs, leva um fator diferencial e desigual porque a baixa infraestrutura faz com que o investimento seja muito elevado. Transmitir no Norte sem nenhuma infraestrutura praticamente inviabiliza o empreendimento das PCHs. Realmente, é um detalhe a ser considerado que o norte tem ainda uma infraestrutura inadequada, embora tenha grande potencialidade de PCHs. Tem grande potencialidade de PCHs, mas, em compensação, o preço se torna totalmente disparado.

Quando me vejo numa audiência como esta, realmente acho que estou mais em um aprendizado de vocês, da riqueza que vocês apresentaram aqui, Senadora. Também, vendo alguns dados, concordo, em muitos aspectos, com que eles devem ser considerados e levados dessa forma ao Ministério das Minas e Energia, envolvendo a EPE. Senti muita falta, lamentavelmente, das distribuidoras de energia elétrica para se posicionarem sobre alguns aspectos também colocados aqui sobre os quais não posso, de jeito nenhum, me posicionar. Certo? Seria uma irresponsabilidade minha quanto a isso.

Quanto ao sistema de transmissão, quero só dar o detalhe aqui porque, em dado momento, acho que foi o Marco ou o Cristiano – foi o Cristiano – que mencionou o abandono das subestações de transmissão. Eu diria o seguinte: do ponto de vista das subestações de transmissão da parte do Governo, tenho certeza de que essa não é uma afirmação adequada; todas as subestações que estão na mão do grupo Eletrobrás, na transmissão, estão cem por cento, totalmente assistidas ou teleassistidas, mas com um sistema rigoroso de auditorias. Acho que o desempenho das empresas do Governo se torna resultado disso.

Quando ocorrem apagões neste País – aquilo que o pessoal chama de apagões, e recentemente tivemos um – se formos analisar criteriosamente, veremos que eles ocorrem em decorrência de possibilidades reais que existem em qualquer sistema elétrico em qualquer lugar do mundo. Há um sistema grande, temos um país de dimensões continentais e estamos sujeitos a ter desligamentos porque cem por cento de cobertura, para não desligar uma linha de transmissão, significa um alto custo para todos pagarem. E esse alto custo para todos pagarem se torna inviável para o consumidor.

Então, temos possibilidades, sim, de haver desligamentos, de haver apagões. O Governo tem demonstrado a sua preocupação de minimizar o máximo possível, e, para isso, forma muitos grupos para viabilizar que a transmissão tenha maior confiabilidade possível. O último grupo formado foi o protocolo de proteção, em que se focou muito claramente, através da coordenação do Ministério das Minas e Energia, uma auditoria permanente em todas as empresas do setor elétrico, tanto do Grupo Eletrobrás quanto dos grupos privados que se encontram hoje na nossa rede. E está havendo um resultado bem satisfatório do ponto de vista de que, acerca das falhas de proteção que ocorreram no passado, já estamos indo para o segundo ano sem elas.

Considero isso um grande sucesso do Governo, ao estabelecer uma regra de auditoria permanente chamada de protocolo de proteção do sistema elétrico, em todo o nosso País.

Sei que a minha contribuição aqui foi muito pequena perante a de vocês. O foco de vocês está muito no custo da energia elétrica, que é coisa de mercado sobre a qual eu não poderia me posicionar já que somos vendedores de energia, e somos do mercado Norte. O PLD do mercado Norte está em um patamar bem inferior ao do mercado Sul e Sudeste. Há um descolamento muito elevado da Região Norte para as Regiões Sul e Sudeste, descolamento que gera prejuízos grandes para quem comprou energia elétrica no Norte e teve que bancar agora o preço desse descolamento da energia elétrica.

Então, é o sistema que existe é que precisa ser melhor debatido para possibilitar maior resultado para todos. O.k.?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Wady Charone Júnior.

Eu tomo a liberdade de iniciar pelo senhor aqui um questionamento: o senhor falou que as linhas de transmissão, a manutenção e o cuidado, digamos, uma auditoria, a manutenção mesmo das linhas de transmissão no Sistema Eletrobrás é de qualidade e que o problema de segurança acontece em todos os países do mundo. Essa questão de uma suspensão de fornecimento de energia acontece. Mas o que está acontecendo

no Brasil, Dr. Wady, é que aumentaram as interrupções, aumentaram os chamados apagões, a suspensão das linhas de transmissão. E esse aumento não é porque caíram mais raios ou porque houve mais ocorrências de temporais, pois o clima não alterou fundamentalmente para ter reflexos sobre o processo de produção, geração e distribuição da energia. Então, é alguma coisa que não é o problema da segurança propriamente dita: raio, explosão ou o desgaste de uma... Qual é a justificativa que o Sistema Eletrobrás poderia dar para o aumento da queda de energia, especialmente na área rural?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Aí é que há um detalhe delicado para eu me posicionar, Senadora Ana Amélia. Do ponto de vista da transmissão, o número de apagões que ocorrem no País gera logo um cenário de Jornal Nacional. Se nós formos contabilizar os apagões ocorridos no sistema de transmissão em si, eles realmente não têm aumentado; o que tem acontecido são apagões ocorridos na distribuição de energia elétrica. Eu não sei me posicionar sobre o que está levando a esse número acentuado de apagões nas distribuidoras de energia elétrica, mas eu citaria, como exemplo, a Eletronorte.

A Eletronorte já está há dois anos sem nenhum desligamento que leve a apagão. Agora você vai lá ao Estado do Pará. No Estado do Pará, por exemplo, o número de apagões no oeste do Estado do Pará está sendo alto. Só no ano passado foram muitos apagões, tivemos até mais de 150. Sobre apagão eu diria que é uma localidade ficar sem energia elétrica com o número de consumidores em potência alta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É o tamanho da linha, é a falta de manutenção, é a falta de investimentos, é o sistema saturado, superado...?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Em alguns momentos, como no caso que eu citei aqui, do oeste do Pará, o sistema teve esgotada sua capacidade de transmissão. Então, nós temos um dado momento em que nós chegamos a um ponto de saturação do sistema de transmissão. A partir daí, no levantamento de causas que levaram a isso, já existem vários agentes que estão nesse processo. Um deles é a própria distribuidora de energia elétrica, porque uma estação é definida por quanto um distribuidor de energia elétrica declara de quanto ele necessita de carga, de demanda para o seu futuro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – As duas grandes hidrelétricas que estão sendo construídas na Região Norte, inclusive no Pará, vão resolver esse problema? Em que tempo?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – As hidrelétricas trazem para o País uma maior oferta de energia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Segurança.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – ... segura e com preço bem mais competitivo. Então, a hidrelétrica tem um preço de venda de energia elétrica altamente competitivo. Então, ela traria para o País maior segurança do ponto de vista de ter um maior bloco de energia elétrica de uma origem mais barata, capaz de atender ao País sem fazer uma oneração alta das tarifas elétricas em função desse custo de geração ser barato.

Então, Belo Monte, que está vindo aí – sua primeira máquina começa a gerar a partir do ano de 2015 –, e, futuramente, o Complexo Tapajós seriam hidrelétricas de alta importância para o País, assim como outras.

Eu até chamo a atenção para a falta de exploração do potencial da margem esquerda do Amazonas, que tem uma característica interessante – nosso País é rico nisso: enquanto a margem direita está na seca, a margem esquerda está na enchente. Então, você poderia até potencializar uma energia hidráulica num país bem maior se você usasse essa beleza que existe no nosso País de ter uma um lado na cheia e outra margem na seca e vice-versa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Só para completar: essa geradora, a Belo Monte, vai também fazer as linhas todas de transmissão na região?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Não. É o seguinte: hoje são feitos leilões separados de linhas de transmissão. Houve, agora, o leilão justamente para atender o complexo de corrente contínua de Belo Monte. Eles são separados, há um leilão só para usina, e outro, só para sistema de transmissão. São separados. Então, hoje em dia, não existe uma vinculação de quem ganhar a usina fazer o sistema de transmissão. No caso de Belo Monte, há um pequeno sistema de transmissão que interliga com a subestação de Altamira, mas é só um pequeno sistema de conexão, em função do próprio projeto previsto durante a licitação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então, os paraenses das áreas rural e urbana podem, a partir de 2016, ter uma tranquilidade maior.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Acho que o Brasil ganha mais fôlego em energia elétrica, mas, para mim, não seria adequado afirmar que a distribuição, principalmente no Amazonas, que é na Região Norte, que tem uma infraestrutura precária, estará garantida e que os pequenos consumidores, os agricultores, os avicultores serão atendidos. Posso dizer que, quanto à quantidade de energia, ela daria maior conforto para o País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigado, Dr. Wady.

Eu queria até informar que, diante do que disse o representante da Abragel, José Guilherme, em relação aos números que mostram que a Aneel ainda não liberou as solicitações de PCHs que foram solicitadas –PCHs

são as pequenas centrais elétricas –, apresentei uma emenda à Medida Provisória 638, para melhorar o aproveitamento delas no fornecimento de energia, e outra, para beneficiar as cooperativas de eletrificação de que o Marco Olivio falou. E veja, são as duas pontas atendidas com investimento menor, quer dizer, 40 bilhões para todo um sistema é menos do que todo o investimento de Belo Monte, se você considera o conjunto e o grau de capilarização para distribuir. Portanto, mais democrático seria, digamos, esse mercado, não só das PCHs, mas também para as cooperativas de eletrificação rural. Então, é uma questão de decisão política.

Essa questão é séria, e espero que essa minha emenda ajude, facilite o marco regulatório para a própria Aneel ter dispositivos legais para operacionalizar isso. Veja, estamos provando aqui, pelo menos a minha racionalidade ou a minha compreensão do problema entende que duas pontas, as PCHs e as cooperativas que também operam, não requerem investimentos vultosos para dar um atendimento adequado a esse setor mais carente. E, praticamente, a demanda maior, aqui, no caso das PCHs também, está concentrada na Região Sul, que é a região exatamente de pequena agricultura, de pequeno produtor rural.

Obrigada, Senador Cyro.

É região de pequeno agricultor também o Estado de Goiás, Estado do Senador Cyro Miranda. Ramificada ou distribuída, são 290 na Região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e este três Estados têm uma situação fundiária muito semelhante, que é a pequena agricultura familiar, a pequena propriedade, o chamado minifúndio. Então, penso que não há dúvida aqui de que é preciso, primeiro, uma agilização por parte da Aneel nesse sentido.

Acho que ficou claro aqui, também, no depoimento do representante da Infracoop, do Marco Olivio, que se está matando a galinha dos ovos de ouro, pelo menos no caso da infraestrutura para a agricultura familiar, que é a cooperativa de eletrificação, que nasceu da necessidade de atender a essas demandas, porque para a grande distribuidora da energia, esse é um consumidor de pequeno consumo, pequeno na avaliação geral do País. Então, estão deixando de fazer os investimentos e criando óbices. Ele diz que a redução de coisas é a metade.

Senador Cyro, V. Exª, que entende de economia e de gestão: o depoimento do Marco Olivio sobre as cooperativas de eletrificação rural que atendem às zonas mais distantes – não é o filé-mignon da energia; o filé-mignon está na zona urbana, na zona industrial, é o pequeno lá – eles que atendem vão ter, para atender exigências de normas e regras da Aneel, da Conta de Desenvolvimento Energético, de reduzir em quase 50% as suas despesas. Agora, recentemente, estão pagando o valor mensal dessa conta para as cooperativas do mês de novembro; estão pagando em fevereiro. Não fecha a conta. Esse dado é de ontem: em 26 de fevereiro foi liberado o que deveria ter sido pago à Aneel. Então, eles têm de reduzir em 35%, mais 20%; portanto, mais da metade, matando o sistema. É um contexto realmente muito complicado esse. Então, acho que o Senado aqui tem que fazer alguma coisa.

Eu queria ouvir o Senador Cyro, porque estão aqui os representantes do seu Estado de Goiás e também da Eletronorte, que têm incursão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu peço desculpas à Presidente por não ter chegado no horário, mas eu estava conversando com o prefeito da minha cidade, que estava viajando.

Esse é um problema, hoje, crucial para o agricultor. No passado, nós não dávamos muita importância para isso. Veja, na nossa região, principalmente, em que há um número elevado de pivôs centrais, a parte da agricultura para nós é da maior importância, assim como a da agroindústria. Hoje, nós somos os terceiros no País em usinas de álcool. Particularmente nós já temos uma preocupação com a Celg, que já vem debilitada há muito tempo: passou para o Governo Federal com a promessa de se resolver todos os problemas de investimento, e não se investiu nada; estamos com as nossas linhas de transmissão precárias, sem manutenção nenhuma; tudo aquilo que estava no papel está atrasado pelo menos cinco anos.

Então eu acho que nesta Casa, como disse a Senadora, temos que tomar uma providência, porque atualmente a principal força motriz deste País está sendo o agronegócio e, sem energia, não vai funcionar. Nós estamos tendo apagões constantes, pequenos apagões, mas em regiões onde você liga... Porque, junto da agricultura, sempre há uma indústria ligada. Então o prejuízo... Olha, tivemos um dado de Acreúna, de uma empresa que, em um mês, teve 105 interrupções. Agora, essas interrupções são de uma escala tal que, quando se desliga uma linha, para religar essa linha se gasta mais de uma hora. Há todo um processo para ser atualizado. Então, a coisa não é tão simples.

Portanto, esta audiência pública aqui vem em bom momento, mas o seu desdobramento, para mim, é o mais importante, Senadora Ana Amélia. Acho que nós devíamos reunir uma comissão de Senadores, principalmente dessas áreas agrícolas do País inteiro, Sul, Centro-Oeste e parte do Norte, e irmos conversar seriamente no Ministério, porque a situação tende a piorar. É isso o que estamos passando, e aqui nós temos um representante, o Cristiano, que conhece bem esse problema nosso lá.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada pela valiosa colaboração, Senador Cyro Miranda.

Aqui se falou muito sobre a questão da Aneel. A Aneel, como agência reguladora, é uma peça fundamental. Aqui também se falou da demora da análise dos processos. No caso das PCHs, há 680 pedidos lá esperando e entraram em análise mais 138, se não me engano. Então quero fazer agora uma corrida aqui, porque nós teremos um contato direto. Senador Cyro, queria contar com o seu apoio, bem como do nosso Presidente Benedito de Lira, que é muito envolvido com essa questão. Da mesma forma, conto com o apoio do Senador Acir Gurgacz, lá de Rondônia, tanto quanto do Senador Ivo Cassol e do Senador Valdir Raupp. Os três Senadores de Rondônia que fazem parte desta Comissão são muito preocupados, assim como o Benedito, com a questão da energia, porque há problemas de distâncias longas, os sistemas são complicados e a Eletronorte está, através do Dr. Wady, dando uma ideia das dificuldades: só são geradores, não são distribuidores da energia.

Eu penso, Senador Cyro, que, como nós estamos aqui com os especialistas – como diria o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, com os "universitários" –, nós vamos pedir ajuda a eles.

Eu começaria com o Marco Olivio. Marco, nós vamos fazer uma agenda com o Ministro Edison Lobão. O Ministério de Minas e Energia define as políticas de Estado para isso. A execução de análise de projetos fica com uma agência reguladora que tem independência em relação ao Ministério. Então, é uma coisa interessante essa estrutura que temos de execução.

A primeira pergunta: o que, do ponto de vista de política de Estado, política do Ministério, o senhor considera relevante para que seja levado ao Ministério?

E a segunda: o que a Aneel deve fazer?

Nós já tivemos lá uma demanda sobre essa questão da conta do desenvolvimento energético, mostrando algumas peculiaridades. O Governo, e especialmente a Aneel, não pode considerar sistemas diferentes como se iguais fossem ao sistema geral. Então, tem de dar tratamento diferenciado para sistemas diferenciados. PCHs são diferentes de grandes hidrelétricas. Então, elas têm de ter um trato diferenciado, assim como cooperativas de eletrificação rural, que poderiam estar num nível de PCHs ou com outra diferença, em função da sua natureza social e associativa, devem ter também um tratamento diferenciado.

Então, Marco Olivio, do ponto de vista do Ministério, o que fazer e, no da Aneel, o que fazer?

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – Senadora, muito bem colocado. Há uma máxima no setor elétrico, de que a energia mais cara é aquela que não temos. Foi muito bem pontuada pelo nosso colega da Abragel a necessidade de se pensar e de se repensar o custo, os leilões, como é feito o modelo de compra de energia elétrica; ou seja, o nosso desafio está no aproveitamento de todos os recursos energéticos do País, e isso tem de ser tratado de forma diferenciada. Há custos diferentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A questão da biomassa, que foi referida aqui: que o produtor poderia fazer um projeto na sua propriedade rural. Nós tratamos aqui, inclusive, com o caso da fronteira do Rio Grande do Sul, onde existe uma concentração muito grande de grandes indústrias de arroz – casca de arroz. A casca de arroz tem um passivo ambiental, porque ela tem de resolver o problema dessa casca; é um volume muito grande, e a queima dessa casca pode gerar – já está gerando em algumas unidades – uma energia de qualidade. Mas sobra um excedente. O agricultor não compra, não consome toda aquela energia daquela biomassa ali aproveitada. Então, essa política não foi definida ainda, que é o excedente que ele produz para jogar na rede de distribuição. Nesse caso, concordo que o modelo de compra de energia e também dessa questão levantada pelo José Guilherme tem a ver com essa política.

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – Isso. Até existe uma resolução da Aneel sobre geração distribuída, muito importante. Foi um avanço nesse sentido de aproveitamento desses diferentes recursos, mas o fato e o desafio para o setor elétrico é conjugar a eficiência com a qualidade da energia elétrica, ou a eficiência de todo o setor, desde a geração, transmissão, com a qualidade de energia elétrica. Isso como nós pensamos é complexo, mas tem de ser...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Enfrentado.

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA – ... enfrentado.

E outra: a visão do negócio da energia; ou seja, o nosso colega da Eletronorte falou do estresse da linha de transmissão, isso em um país que está crescendo a 2% do PIB. Imaginem se a gente estivesse crescendo a números como a metade dos chineses – vamos assim dizer –, seria, aí sim, um colapso.

Então, é pensar o negócio da energia elétrica, o setor como um negócio. Qual o desafio? Qual a previsão de crescimento? Onde a gente tem de investir? É difícil, numa hora em que o Governo, o País está descapitalizado, mas a gente não pode matar nossa galinha dos ovos de ouro.

Nesse contexto, a Aneel está fazendo um trabalho muito interessante. Abriu um espaço para rever a metodologia de revisão tarifária das cooperativas em si. É um processo que tem uma morosidade, mas ela sabe

dos desafios. E ela está encapsulada numa legislação, dentro de uma política que não é ela que define. Ela é consultada sobre alguns termos dessa política, mas não é ela que a define.

Então, é preciso nova reflexão do setor elétrico brasileiro. Como a gente pode gerir o aproveitamento de todos os recursos, garantindo uma prestação de serviço de qualidade para o consumidor final, de modo a desenvolver ou a garantir a continuidade das atividades produtivas, das atividades corriqueiras, e a qualidade de vida daqueles consumidores finais? É esse o desafio.

Isso passa por uma reflexão sobre os recursos e a remuneração do setor em si. O que acontece hoje é uma descapitalização das empresas que estão no setor elétrico, e isso tem reflexão na qualidade do serviço, na produção de energia, na distribuição e na transmissão de energia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Marco Olivio.

Passo, agora, a palavra ao Cristiano.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – Bom, Senadora, realmente, é preciso analisar o que deve ser feito e como a gente pode agir em relação ao isso. Nós da agricultura contamos muito com o setor elétrico, com os especialistas do setor elétrico. Realmente, nós somos especialistas em produzir. E a gente realmente sabe aquilo de que a gente está necessitando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Você só precisa de energia?

O SR. CRISTIANO PALAVRO – A gente precisa de energia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Como fazer é o Governo que resolve.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – A gente precisa se sensibilizar para entender realmente os impactos que essas mudanças no nosso padrão de fornecimento de energia elétrica vão gerar na agricultura. Quando a gente fala em produzir, nem sempre isso significa produzir mais ou garantir mais valores econômicos para o País. Realmente, é preciso se sensibilizar para os efeitos obtidos no longo prazo e para os efeitos em toda a cadeia logística do País, pois esses investimentos vão gerar frutos. No caso da armazenagem, por exemplo, ao se falar em armazenamento no interior do País, se são retirados os problemas logísticos das estradas, vamos ter mais tempo para levar a produção para o porto. Não vamos perder essa produção. O produtor vai ter uma melhor capacidade de negociação, não precisando vender sua produção em momentos em que ele não necessita ou em que os preços não são favoráveis.

Podemos falar em irrigação, por exemplo, que é um setor que está sofrendo muito com essa falta de fornecimento adequado. A irrigação, hoje, pelo menos quintuplica os valores de produção que a gente tem por área. Pode-se falar hoje em irrigação somente complementar. Vou citar um exemplo bem conhecido, que é o caso de Cristalina. Cristalina é uma das maiores áreas irrigadas do mundo. Cristalina tem cem mil hectares de área irrigada, o que gera um valor bruto de produção de R$1 bilhão, enquanto seus 300 mil hectares de área de sequeiro produzem apenas algo em torno de R$200 milhões a R$300 milhões.

Então, realmente, a gente precisa se sensibilizar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É valor agregado.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – ...quanto aos verdadeiros efeitos que essa falta de fornecimento adequado está trazendo para o setor. Não é somente o produzir mais. A gente sabe que não é só de supersafra que o Brasil vive.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É preciso agregar essa parte.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – A gente precisa agregar valor. É preciso fazer com que evolua a nossa agroindústria. Pensar na produção agrícola é pensar na base de uma agroindústria, o que é fundamental para a economia do País.

Então, realmente, temos de sensibilizar os setores responsáveis para o fato de que essa energia precisa chegar ao interior com qualidade.

Quando o nosso colega Wady Charone comenta sobre essas quedas geradas por efeitos naturais, como raios e acidentes, a gente entende esse ponto. A gente realmente sabe que isso sempre vai existir, mas a gente gostaria de ter um atendimento melhor. A gente sabe que essas quedas são corriqueiras. Mas uma propriedade não conseguir ter acesso nem à informação, para saber quando isso vai voltar, quando isso vai retornar? Realmente, o produtor tem de ser armar com outros artifícios. Ele tem de ter pelo menos informação de qualidade para saber como direcionar suas ações.

Então, realmente, alguns marcos legais precisam ser estabelecidos, principalmente na questão de novas fontes de energia e na adição dessas novas fontes à rede das concessionárias como um todo.

Há o caso da Resolução nº 7.891, com horários especiais para o consumo. Falando do caso da irrigação, a gente tem aquele desconto das 21h às 6h. Esses são pontos extremamente relevantes que a gente pode levar para outros períodos, não só os dias de semana, mas finais de semana, porque as plantas, a agricultura, em geral, não para no final de semana ou no feriado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Claro, tem que tirar o leite também.

O SR. CRISTIANO PALAVRO – A gente costuma falar que é só dia e sol, não é segunda, terça...

Mas seria isto: sensibilizar todo o setor para que essa energia chegue com qualidade nas propriedades.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Cristiano, essa Resolução 7.891 é da Aneel, não é?

O SR. CRISTIANO PALAVRO – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então, ampliar para mudar o...

Eu passo agora para o nosso José Guilherme.

É decreto, não é? Decreto é do Poder Executivo.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Bom, Senadora, a senhora estava comentando sobre as duas pontas: de que PCH e cooperativas são duas pontas do ponto de vista de produção e consumo, mas, às vezes, é a mesma ponta. Quer dizer, as cooperativas, principalmente no Rio Grande do Sul, são exímias construtoras de PCHs. Várias que existem lá e estão em operação são de cooperativas de eletrificação rural, assim como no Paraná também, e em Santa Catarina. No Sul, isso foi muito comum em uma determinada época.

A outra questão que acho importante, falando de biomassa, é que a gente, às vezes, pensa em biomassa numa escala pequena, mas, como a senhora falou, no caso da casca de arroz, tem-se um volume muito grande. Então, tem-se uma capacidade de geração razoável, assim como no açúcar e álcool – o Senador Cyro estava falando da região de Jataí e de Rio Verde em que existem grandes usinas que se implantaram já com uma estratégia de gerar energia elétrica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – De produção de sua própria energia.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Mas há usinas antigas em que se poderia fazer uma reforma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Uma conversão.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Isso, uma reforma na sua caldeira para gerar mais energia, mas não tem o sinal, não tem o preço nos leilões para fazer isso. Se houvesse o preço, se estaria gerando essa energia. Hoje, está-se jogando o calor fora e poder-se-ia estar usando esse calor de melhor maneira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Não há leilão para biomassa, então?

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Há leilão para biomassa, mas não tem preço. Se a senhora olhar naquela transparência que apresentamos, elas têm entrado muito pouco também, assim como as PCHs. E nós estamos falando em alguma coisa daquela ordem de R$30,00, de R$20,00 por megawatt a mais, quando se poderia mover essas pessoas a fazerem esses investimentos para ter essa disponibilidade. É a mesma questão de cavaco de madeira no Norte, quer dizer, há um excesso de cavaco de madeira e se poderia estar gerando biomassa com cavaco lá, o que também não ocorre.

Uma questão que o Dr. Marco estava falando: o PIB nosso cresceu 3%. Isso é o PIB geral, mas o PIB da agricultura cresceu 6,5% quase.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Onde o problema está maior, não é?

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – E onde é preciso atender é onde você está fazendo investimento, montando fábricas para processar grãos, transformar óleo, e, tanto as fábricas quanto os armazenamentos têm que estar com um gerador a diesel do lado. É um contrassenso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É porque a economia, a racionalidade recomenda que a agroindústria esteja próxima da matéria-prima, e aí é que aumenta o problema.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Acho que a visão, sem querer ser pessimista, é que nós precisamos trabalhar para que esse problema não se torne crítico. Por quê? O Dr. Cristiano falou muito bem. Há a agricultura irrigada, há uma série de questões que estão sendo implementadas que, basicamente, resume-se ao fato de que a tecnologia está indo para o campo. O campo está, cada vez mais, usando a tecnologia para a sua produção de maneira eficiente. E tecnologia é energia. Não há como achar que o campo vai ser uma área extremamente tecnológica sem energia, que é essencial.

A pergunta da senhora: "O que o Ministério pode fazer ou que a Aneel pode fazer?" Eu acho que a senhora mesma deu a resposta, que é não tratar igualmente os desiguais. Tem que existir uma visão de que se precisa de todas as fontes. Belo Monte, as usinas do Madeira são essenciais. Sistemas de transmissão de longa distância levam blocos de energia muito grandes ao Sudeste, onde o consumo exige, mas é preciso ter a geração local, ter fontes descentralizadas; mais do que isso, é preciso usar a potencialidade local. Jogar bagaço fora, jogar casca de arroz fora, não explorar uma determinada geração local, como a senhora acabou de colocar, é um contrassenso. A gente não pode se permitir isso. Precisamos usar todos os recursos que temos para tentar atender a necessidade da sociedade da melhor forma possível, sem ficar amarrado a determinado modelo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – E esse processo, José Guilherme, penso que permite ao Brasil, que hoje tem uma concentração sobre a produção de hidrelétricas – que é polêmica, am-

bientalmente falando –, diversificar a matriz energética brasileira, que está concentrada. E claro, o País com esses recursos hídricos que tem, é um dos melhores do mundo, precisa ter, por garantia de fornecimento, uma matriz que não seja focada nos derivados de petróleo. Diria que isso é uma coisa inacreditável no nosso País.

Então, tendo todo esse recurso de matérias-primas, de insumos para produzir energia, como o cavaco de madeira, a casca do arroz e outros tantos, como a palha da cana e o bagaço da cana, que não são aproveitado, que se abra espaço para essa diversificação da matriz energética.

No caso do Sul do País, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por exemplo, temos as termelétricas com carvão mineral de lá. Há a região carbonífera do Rio Grande do Sul, São Jerônimo, Butiá, Minas do Leão, Candiota, na fronteira com o Uruguai. É preciso fazer isso.

A tecnologia que chegou ao campo também chegou à produção de uma energia mais limpa, que é a grande reclamação se que faz. Hoje, uma geração térmica a carvão mineral é mais limpa em função do uso tecnológico. Antigamente, não. Não se podia.

E até aquelas áreas de mineração a céu aberto estão sendo restauradas com plantio de pasto, o senhor que é daqui da região, para uma nova atividade econômica. Ficou aquele buraco, aquela cratera da sobra da exploração do carvão, mas ficou uma utilização econômica e ambientalmente importante, porque a cobertura da superfície com terra e plantio também é ambientalmente muito importante.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Há um comentário feito pela senhora que é muito interessante: aqueles 40 bilhões, mesmo que não ocorram ao mesmo tempo, ocorram espaçadamente, estão tão dispersos dentro do País que o efeito deles é também de distribuição de renda. Se a senhora tiver a curiosidade ou se alguém pegar aqueles projetos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu vi o mapa dos números.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – ... e checar o IDH dos Municípios onde esses projetos estão instalados, vocês vão ver que o IDH desses Municípios...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É baixo.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – É baixo. Então, você tem uma chance de também levar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – De ser impulsionador do desenvolvimento econômico.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – ... da economia local. Esse é um efeito que muitas vezes a gente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Um ganho social também.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Em contrapartida, como são empreendimentos de uso pequeno de mão de obra, não é preciso ter aquela migração que se tem nos grandes projetos; consegue-se usar mão de obra local e têm-se distribuição de renda sem migração de mão de obra.

Então, é um círculo virtuoso no processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ainda mais nós – eu que sou do Rio Grande do Sul – temos um problema que continua do passado, que é o êxodo rural. E esse êxodo seria mitigado com essa inserção pelo acesso à internet – a energia é acesso à internet – ao entretenimento, à televisão, a todos esses bens de consumo que hoje estão à disposição do consumidor e do usuário. Ele precisa é do insumo fundamental, que é a energia para mover isso.

Então, na verdade, José Guilherme, o que nós verificamos é que a Aneel tem que agilizar.

Qual a justificativa que a Agência tem dado à entidade Abragel sobre a demora desse estoque de pedidos que têm lá.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Na verdade, ela tem um procedimento implantado lá, que é apenas analisar os projetos quando o licenciamento ambiental estiver emitido. Essa é uma questão.

Mas isso acaba provocando uma corrida do cachorro atrás do rabo, porque eu preciso do licenciamento emitido para ter análise do projeto, o projeto não é analisado, eu não consigo inscrever esse projeto num leilão para vender energia, não consigo sensibilizar os órgãos de meio ambiente no sentido de que aquele projeto poderá vir a ser implantado, e não se emite a licença. Então, a gente já teve algumas discussões com a diretoria da Aneel no sentido de reestruturar o processo, na medida em que ela consiga analisar os projetos, que emita uma informação de que esse projeto está em condição de ser aprovado, dependendo apenas da emissão da licença prévia – e só vai ser aprovado com a emissão da licença prévia; é o correto –, para que, com isso, a gente possa dinamizar o processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ele fica na boca do forno, não é?

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Fica na boca do forno.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – De fato, não há necessidade, porque isso pode demorar muito mais tempo e racionalizaria também para o planejamento estratégico do sistema.

Dr. Wady, agora é a sua vez. O senhor, como agente do Governo, porque a Eletronorte está no Sistema Eletrobrás, certamente vai ter demandas menores ou vai dizer que vai esperar que o Ministro decida, não?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Bom, poderia resumir dessa forma, mas eu acho que eu vi uma riqueza aqui muito grande de dados e fatos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É verdade.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Eu vi também uma certa organização e também algumas ausências de alguns números mais depurados com pontos de vista sobre que potencial econômico há em torno de uma PCH, o que ela geraria. Acabaram falando do IDH e outras coisas.

Eu também consigo perceber claramente que a agonia de vocês deve ter uma precedência muito forte. E eu quero me reportar a um número aqui, focando só o Estado de Rondônia, o.k? Eu me preparei para o Estado de Rondônia para esta Audiência, porque isso estava em foco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – O Senador Acir é muito é o nosso Vice-Presidente e é muito atuante.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Exatamente. Perfeito.

Então, vou dar uma ideia para vocês, pegando o ano de 2012, em que tivemos, pelas distribuidoras de energia elétrica, 1.019 desligamentos. Pelas transmissões da Eletronorte, que tem lá algumas linhas, foram 86 desligamentos.

Tempo. O tempo médio desses desligamentos, pela Eletronorte, foi de 45 minutos sem energia elétrica. Com relação às distribuidoras, eu levantei os dados aqui e pode haver alguns erros, porque são levantamentos feitos pelas transmissoras. Então, não se pode considerar isso como verdade; essa quantidade pode, mas o tempo, não. Nós tivemos até desligamentos ou racionamentos que duraram por dias, em função de queima de transformadores.

Então, se eu pegar a proporcionalidade de números, pegando dados de 2013, teremos seis desligamentos contra 525 das distribuidoras para essas localidades que vocês estão falando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Então, o problema está na distribuição?

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Não, aqui eu estou dando uma amostra. Será que isso se repete para outros? Não podemos tirar uma conclusão. Temos dados que poderão ser até uma extensão para as outras distribuidoras de energia elétrica, outras transmissoras, mas, em Rondônia, fica evidente que nós temos um problema sério a ser focado na distribuição de energia elétrica. Isso para mim fica evidente pelos números. Esse é um aspecto.

Eu queria dar-lhe os meus parabéns, Senadora Ana Amélia, porque eu gostei de ouvir o que a senhora falou: tratar os desiguais não como iguais. Quem vive no Amazonas, por exemplo, sente muito isso. E é muito apaixonante falar sobre o Amazonas; é muito apaixonante falar sobre a floresta; é muito apaixonante falar sobre a defesa de tudo aquilo lá, mas muitos falam sem conhecer a realidade da região, sem conhecer o quanto é difícil trafegarmos, andarmos 50 km em plena chuva no oeste do Estado do Pará. Muita gente desconhece o que significa isso e, às vezes, falam muitas coisas. Às vezes, temos muitos impedimentos sobre questões muito importantes para o nosso País. E há muitas ONGs que não falam nem português.

Então, nós temos certos programas que precisam ser mais bem focados, mais discutidos, sim. Acredito que sim. Este País merece uma atenção mais especial e merece saber também que há desigualdades muito acentuadas aqui, e não se pode colocar iguais com desiguais.

Então, isso me deixou muito feliz, ou seja, ver que existe uma consciência muito grande, pelo menos a senhora manifestou muito isso, quanto a essa necessidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – As desigualdades.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Como você pode estabelecer uma regra padrão para os desiguais? Como é que se comparam esses números para os desiguais?

Então, esse é um detalhe importante.

Eu chamo a atenção para isso, porque a energia de biomassa, essa energia de cavacos... Há a do caroço de açaí. O que temos de caroço de açaí e que podemos explorar também! Então, nós temos muitas matérias-primas que podem se transformar em fontes geradoras de energia elétrica. Elas são caras, são caras sim. Precisa ser mais bem visto o quão significa essa perspectiva, só cara. Se nós formos detalhar o ponto de vista...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – O custo benefício, neste caso, não pode ser feito como se faz para outros sistemas. Tem que fazer do ponto de vista do reflexo sobre o ambiente e sobre a racionalidade daquilo para o local.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Perfeito! Eu acho que uma visão mais holística, pegando mais parâmetros, não se concentrando num único parâmetro, torna-se um elemento principal. Às vezes se foca muito só no parâmetro econômico, mas não se percebe que aquilo que você achou caro, em longo prazo, sai muito mais barato com toda a certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Especialmente para a natureza.

O SR. WADY CHARONE JÚNIOR – Com toda a certeza. O.k.? Era isso que eu queria falar para vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Dr. Wady, agora chegou um especialista em Rondônia. Eu falei aqui já dos três Senadores por Rondônia que falam muito daquela região. Rondônia sofreu uma enchente muita séria, como também o Acre. As imagens que a gente viu são incríveis. De novo, a questão do planejamento. Uma ponte lá ficou coberta por água 1m acima daquilo que normalmente poderia ser. Então, além de ser da região, de ser ex-Governador de Rondônia, o Senador Ivo Cassol também entende muito de energia. Eu sou apenas uma leiga.

Então, Senador Ivo Cassol, sua contribuição neste debate que, a meu juízo, foi uma das melhores iniciativas que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária fez entre tantas de grande profundidade e de grande alcance.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado, ilustre Senadora do Brasil pelo nosso grande Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, nossa parceira do Partido Progressista.

Aos nossos convidados, fica o nosso abraço, o nosso obrigado por participar desta audiência pública.

Eu estava com outro compromisso fora e acabei chegando atrasado a esta audiência, mas não poderia deixar de participar dela, como conhecedor deste tema.

A nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, acabou de frisar há pouco a situação que o Estado de Rondônia está vivendo, tanto que foi para lá hoje, pela manhã, um avião da Força Aérea, levando uma comissão de Deputados Federais e Senadores. Eu fui convidado para estar lá, mas outros compromissos me seguraram aqui em Brasília, hoje, durante o dia.

Como a gente estava falando aqui de pequenos empreendimentos, muitos criaram expectativa de que as enchentes de Rondônia seriam por causa das usinas. Aproveito o ensejo para deixar bem claro que as usinas do Rio Madeira são de fio d'água, as quais não têm reservatório. É igual à casa da gente. A água entra por um cano e sai pelas torneiras. Então, não há uma caixa d´água que faz o reservatório. Criou-se o mito lá de que ia estourar a barragem, ia estourar não sei o quê, ia acontecer não sei aquilo. Isso é um fenômeno da natureza. Nós temos no Rio Madeira, que emboca tanto o Rio Beni, que é o Rio Madre de Dios, que vem do Peru, passa pela Bolívia, entra no Rio Madeira, como temos o Rio Mamoré, que nasce nos Andes também, dentro da Bolívia e passa pela cidade de Trinidad, cidade baixa igual a uma cidade dos Estados Unidos em que uma vez estourou um dique ao redor, alagando a cidade. Eles estão vivendo essa mesma situação lá em Trinidad. Eu estive lá, como governador, três vezes. É tudo plano, o rio sobe, sai da calha do rio. Eles fizeram um dique ao redor da cidade. Eu recordo que, a última vez que estava lá, estava havendo enchente na época, as pessoas já haviam perdido muito gado, era uma enchente igual a essa. O pessoal me colocou num hotel numa suíte embaixo: "Não, esta é a melhor que há. " Eu disse: "Não, esquece. Me dá a pior, a de cima. Eu não sei se esse dique estoura à noite ou não." Estava vazando água e as bombas tocando de volta por fora, porque não há rio dentro das cidades, só a água que as pessoas consomem e o rio que passa do lado e, em redor, tudo cheio, igual a uma piscina, mas o inverso: em vez de água dentro da piscina, o povo estava dentro da piscina e a água do lado de fora. Essa água não tem outro caminho a não ser passar por dentro do Estado de Rondônia, por dentro do Rio Madeira. Nós já chegamos ao pico de quase 18 m no passado. Ontem, nós estávamos com praticamente 18,6m. E a previsão é chegarmos, nos próximos dias, a 19,13m. Agora, o nível da água está subindo muito pouco porque é plano. Em todo o local do Estado de Rondônia com o Amazonas, então, a água sai e toma conta. Nós temos os ribeirinhos, todos eles, Senadora Ana Amélia, nossa Presidente, ilhados. São produtores da monocultura. Produzem, às margens do Rio Madeira, melancia, melão, feijão-de-vagem, hortaliças, fruticultura, e hoje está todo mundo ilhado, perderam por causa dessa situação. Mas, amanhã, com certeza, vão estar tudo de volta no mesmo lugar porque foi lá que aprenderam a vida inteira a sobreviver.

Então, esse mito que criaram de que pode estourar a Barragem do Rio Madeira... Tanto que a usina de Santo Antônio parou de gerar porque o nível da queda igualou a água de baixo com a de cima. Então não tem mais, parou de gerar desde quinta-feira da semana passada, se não estou enganado. Parou de gerar porque não tem força, porque a água de cima é igual a água de baixo. Então, o pessoal de Rondônia que está me assistindo, me acompanhando – já falei isso da tribuna do Senado na semana passada –, pode ficar tranquilo, pode até a água passar por cima da barragem, se for o caso. Mas os cálculos que fizeram foram muito além.

Essa energia vai poder ajudar o Brasil nessa crise que nós estamos vivendo hoje, porque, queira ou não queira, nós temos que admitir, temos uma crise de fornecimento de energia. Enquanto está chovendo muito na Bolívia e no Peru, porque não sei o quê, dizem os meteorologistas que o vento empurrou para lá e não veio para

cá e as nuvens ficaram lá e não vieram aqui, e aqui está seco e lá está chovendo, e aqui os reservatórios estão vazios. Vejam São Paulo, que situação está vivendo, com falta até de água potável para abastecer a população e, ao mesmo tempo, está sobrando água na Amazônia. Por isso a importância que têm essas usinas da Amazônia.

Nós temos que parar de dizer que a Amazônia não pode produzir energia. Isso é conversa de bêbado para delegado. Isso é conversa de ONG ou de algum membro de ONG que não faz o papel brasileiro, mas, infelizmente, faz um papel de interesse de alguns países que não querem que o Brasil tenha a energia em abundância, com sobra para ser competitivo no mercado. Então, essa é a situação que a gente vive. E uma das situações que temos de lembrar aqui, já que estamos discutindo essa questão de energia para o homem do campo, para as cidades mais afastadas, Presidente, é a situação de que, nos últimos tempos, o Governo Federal, com medo do que a imprensa vai dizer... Mas eu quero lembrar a imprensa brasileira que só se sobrevive com energia.

Se tirar a energia da imprensa, eles não podem rodar uma máquina de jornal; eles, sem energia, não conseguem rodar as televisões para poder passar para o Brasil e para o mundo o que está acontecendo. Então, a energia é fundamental. E as usinas que foram construídas e que estão sendo construídas não têm reservatório. Bom, se não têm reservatório, é fio d'água, do jeito que entra, do jeito que sai, vai embora e ficou por isso. Mas, mesmo assim, temos que aproveitar esse potencial, repensar essa situação de alguns empreendimentos, como a Belo Monte do Pará. A usina Belo Monte, do Pará, tem calha para fazer um grande reservatório, que não foi feito por medo de questões ambientais.

Hoje, todo mundo está sentindo na pele, todo mundo está arrependido, mas depois que a água bateu na bunda. Mas antes, se tivessem sido tomadas providências e com coragem, a situação seria diferente. Então, para certas situações em nível nacional, nós temos que ter coragem para isso.

Outro passo importante, Senadora Ana Amélia, nós precisamos – e o Congresso Nacional tem como ajudar nisso, mas tem que ser uma iniciativa do Palácio do Planalto – de uma legislação de cima para baixo. Hoje, nós temos uma legislação de baixo para cima. Alguém de repente nem vai entender, mas que legislação é essa de baixo para cima, se nós temos Constituição? É o contrário, qualquer um que entrar contra uma usina, que entrar contra o empreendimento, pode ter um calango lá, pode ter um formigão lá, pode ter uma abelha, para tudo, para tudo.

Quando eu falo que tem de ser de cima para baixo é o seguinte: se faz uma emenda na Constituição, se faz uma legislação, todas as obras de interesse nacional, ponto final. Não se discute. Cumpra-se e faça. Acabou. Mas hoje, não. Por qualquer motivo, para obra. Por exemplo, a Belo Monte, quantas vezes parou? Pega uma Santo Antônio. Veja quantas vezes parou? Quantas obras, no Brasil, que nós temos paradas?

Vou dar outro exemplo para vocês aqui. Vamos falar de Brasília. Brasília é a nossa Capital Federal, que bonito que é, né? A gente olha para um lado e vê aquele lago bonito; a gente olha para o outro e vê tudo florido; a gente olha para o Banco Central, e a gente não vê crise, a gente vê que tem o Banco Central, tanto que é para cima é um buraco para baixo com o dinheiro que tem lá no subsolo. Mas aí a gente olha para o resto do Brasil e vê que a situação é bem diferente.

Aqui em Brasília, para fazer... Nós temos o Eixão, temos o Eixinho, parece que é isso, que sai lá para o Gama... Para o Gama não, sai lá para o aeroporto. E na baixada, embaixo, nós temos seis, oito pistas em cima, e na baixada, embaixo, nós temos duas pistas, porque do lado, tem não sei o quê, um parque, e aí, por causa dos calangos aqui de Brasília, do Cerrado, não se faz a terceira, quarta pista. Isso é uma vergonha! Isso é falta, entendeu, de coragem, de determinação, de peitar, do Governo do Estado, que é da base do Governo, e também do Governo Federal. "Ah, mas por que não sei quem, não sei o quê..."

Meu chefe, é a população, é o ser humano. Nós temos que dar um exemplo para o Brasil, porque a nossa infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento, o progresso.

Então aqui em Brasília nós temos todo o movimento do centro aqui, na Praça dos Três Poderes, onde nós estamos agora, subindo, em frente aos Ministérios, pegamos o Eixão, pegamos o Eixinho, divide lá... Tem quantas pistas lá em cima? E aí chega lá na frente e emborca para duas pistas só.

E aí quando tu vais para o aeroporto... Já perdi o voo, já aconteceu. E ainda por cima tem a obra lá em cima, que deixaram para fazer a obra de última hora, o que não vem ao caso, com o...

Então é isso que o Brasil tem que parar. O Brasil tem que parar de correr atrás dos prejuízos. E nós temos que correr na frente. Temos uma legislação, que é de interesse nacional e não pode mudar. Por exemplo, tem a 101, que vai para Santa Catarina, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e vai para o Nordeste. Tem um lugar, no meio da 101, que está parado, porque alguma coisa, entendeu, o próprio Governo, entre o Governo, não se entende.

Eu fui governador. Eu fui Governador do Estado de Rondônia. Eu reuni meus secretários e falei: ou vocês se entendem ou eu exonero todos vocês. Porque aqui, se um falar uma língua diferente do outro, está fora.

Nós estamos o quê? Qual é o nosso projeto, qual é o nosso objetivo? Qual é o nosso propósito? É esse? É esse. Agora vocês se entendam e façam a parte legal da burocracia e vão para frente.

Então, hoje o problema do Brasil, a maioria desses empreendimentos de energia, mesmo de infraestrutura, está parado na burocracia.

Essa lei, essas leis existentes, infelizmente, fizeram lá atrás para travar os governos que estavam aí, e agora o próprio Governo está experimentando o próprio veneno. Ele mesmo está experimentando o próprio veneno. Não adianta reclamar não porque está aí olha... Lá em 2001, falaram da energia. Foi o mote de campanha. E agora é época de campanha e o plano de energia é o mesmo.

Então, o que nós precisamos? A classe política tem que parar, deixar de se preocupar, por causa de infraestrutura como discurso de palanque, e pensar em trabalhar e fazer da maneira que o Brasil e os outros países desenvolvidos também fizeram. Nós não temos que ter medo de fazer as coisas.

Eu falo isso porque eu sou um pequeno empreendedor. E é no ramo de atividade de PCH. E nós temos não uma, nós temos inúmeras PCHs aí para serem construídas no Brasil, mas nós tivemos uns problemas passados, Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, que não estimulou as PCHs, porque para você fazer uma PCH, o custo dela é o dobro de você fazer uma usina hidroelétrica.

Você vai dizer: mas o que é isso? Não é. É porque você faz um pequeno aproveitamento e, para você, naquele pequeno aproveitamento, fazer para cinco mega ou fazer para dez mega, a estrutura praticamente é a mesma, só muda o gerador, ou só muda, pouca coisa. A casa de máquina é a mesma. E o custo é de seis a oito a dez mil reais o megawatt. Enquanto, para você fazer uma grande usina, vai fazer por três.

Aí quando essa energia vinha para o mercado, há três, quatro anos, ela vinha pelo mesmo preço da energia de uma grande usina. Você nunca vai conseguir concorrer com uma grande distribuidora. Se você for comprar, mesmo qualquer produto, você vai comprar um litro de óleo, mas você vai lá e fala: não, eu quero mil caixas de óleo. Lógico que a fábrica vai fazer mais barato. Então precisa ter, urgentemente, um programa voltado para o fornecimento desses pequenos empreendimentos para estimular.

Existe, Senadora Ana Amélia, um incentivo, para transmissão de energia, de 50% de redução da tarifa, porque daí a PCH pode vender com essa diferença, mas na atual tarifa que tem hoje, no PLD, a energia está lá para o espaço, então isso não vem, mas na hora que abaixa... Mas teve uma época que era 100%.

Então, quer dizer, uma sugestão minha, que eu dou, é a gente trabalhar junto aqui para ver se consegue trazer de volta pelos 100%. Trazendo 100%, é R$50 o megawatt, mais ou menos, um pouco mais, um pouco menos, que o proprietário da PCH aproveita nisso.

Uma outra coisa importante. Bom, está aqui, vou dar um exemplo...

Nós da Amazônia, até o final de 2012, nós tínhamos uma linha de crédito no FNO, do Governo Federal, para construir PCH com o juro baixo. Aí, o Banco da Amazônia, o Governo Federal resolveu emprestar o dinheiro para esses grandes empreendimentos. Caparam todo o dinheiro do fundo, aplicaram na Santo Antônio, aplicaram na Jirau, aplicaram em Belo Monte, e sabem o que sobrou agora para nós, em Rondônia? Só uma banana. Não tem mais nada para podermos aplicar lá, nem lá, nem no Nordeste. Não tem mais nada! Se quisermos um real... E estou falando isso porque estou trabalhando em cima do Basa, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Fazenda, onde me atenderam super bem, mas disseram que, agora, a política é a seguinte: qualquer empreendimento de energia tem que ir para o BNDES. Só que, no BNDES, o dinheiro de é igual perna de cobra; todo mundo fala, mas ninguém vê. E estou falando por mim, como empresário: nunca tive sucesso no BNDES. Nunca! A não ser para comprar um caminhão ou uma máquina de esteira, etc. Mas, com empreendimento em PCH, eu lutei uma vez e não consegui.

E uma coisa importante, Senadora: o trabalho que se tem para fazer um projeto para tomar R$10 milhões, para uma PCH, ou o de ir lá e tomar R$1 bilhão, para uma grande usina, é o mesmo. Então, o que é preciso? É preciso separar isso rapidamente.

O Palácio do Planalto, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Integração, que tem lá a área desses fundos, precisam urgentemente voltar com o incentivo para os pequenos empreendimentos em PCHs. Não defendo para grandes – houve um erro lá no passado –, mas há que se voltar a incentivar, com juros subsidiados... E por quê? Porque o custo de fazer uma PCH é maior que o de fazer uma usina. Então, o dinheiro que se pega no FNO é um pouco mais barato. E isso, quando chega ao final, contribui muito. É disso que estamos precisando. Nós temos mais de mil pequenos potenciais hídricos para serem aproveitados.

E quero parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa de propor uma emenda à Medida Provisória nº 638, que pega esse IGH de 0,1 e passa para 0,3...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu mencionei aqui a emenda. Tenho aqui, aliás, o texto dessa emenda ao art. 8º da MP.

O artigo da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 8º. O aproveitamento de potenciais hidráulicos iguais ou inferiores a 3.000kW e a implantação de usinas termoelétricas de potência igual ou inferior a 5.000kW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente.

Essa é a lógica que comentávamos aqui: tratar diferentemente situações diferentes, e não de forma igual situações diferentes.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – O que acontece, Senadora? Aprovando, há um projeto de lei, já foi aprovado na Câmara, que está vindo para o Senado, e há essa emenda na medida provisória para poder ganhar tempo. Assim, nós vamos dar condições a todos esses aproveitamentos hidráulicos que existem no Norte, no Sul – especialmente no Sul, onde há muitos aproveitamentos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Só de PCHs, existem 290 projetos aguardando na Aneel.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Pois é; vai dar para a Presidente Dilma, nos últimos tempos aí, agora, gerar em torno de, no mínimo, 30 a 40 mil empregos só em cima da aprovação dessa mudança.

Outra mudança, também de autoria da senhora, que está lá – e sou o Relator revisor dessa medida provisória, juntamente com o Deputado Federal Gabriel, se não me engano –, diz respeito ao fato de que, hoje, o incentivo para linhas de transmissão de PCHs até 30 é de 50%. Com a emenda, nós estamos elevando para até 50%. Por que nós estamos fazendo isso? Para que a pessoa, quando fizer o projeto, não precise diminuir para se adequar ao incentivo; que aproveite ao máximo o potencial.

E, mesmo que seja só no período das águas, é importante, Senadora Ana Amélia. Como hoje, em Rondônia, nessa época, falta água para cá, se estivesse rodando 100% lá, aproveitando todo o rio... "Ah, mas depois, na seca, cai para 20%". Não tem problema nenhum! Assim se potencializou no tempo em que se tem água à vontade. E o empreendimento que é considerado modelo PCH mas que sai fora dos parâmetros da PCH, que é de 1 até 50, passaria para 100. Assim, não precisaria entrar no leilão. E por que isso? Porque nós temos, hoje, muitos empreendedores – vejam como é, e falo porque conheço vários – que estão nessa atividade de PCH e que, hoje, já têm potencialidade para construir uma usina de 60, 70 ou até 80MW, sem a burocracia existente.

E se você vai para o mesmo sistema, para o mesmo pacote dessas grandes empresas, você está sempre fora. Por que está sempre fora? Porque essas empresas grandes estão aí para fazer grandes projetos, grandes aproveitamentos hidráulicos. E esse projeto de lei, em que está a emenda da senhora, acatado pelos Deputados, acatado por todo mundo, com certeza vai dar oportunidade a esses empreendedores que já estão com atividade de PCH até 30 mega. Muitos deles – já falei com vários aí – estão preparados já para entrar, para poder começar no ano que vem ou nesse ano ainda da entrada na Aneel para poder aprovar esses outros projetos.

No passado, Senadora Ana Amélia, era assim. Nós temos o potencial em Rondônia. A usina, se não me engano, é a Rondon II – é isso mesmo –, de um grupo da Bahia, entre Pimenta Bueno e Vilhena. A usina já está funcionando. Ela é de 79 mega e foi nesse sistema. Foi lá atrás nesse sistema e está gerando energia. Então, quer dizer, você sai desse pacote em que você é obrigado a fornecer de qualquer maneira, por leilão, a disputar com essas grandes empresas – e ninguém sabe como é que funciona o acordo lá –, mas aí dá oportunidade para esses empreendedores individuais para poder aproveitar os aproveitamentos existentes nas suas propriedades, ou na sua região, ou no seu Estado, e com isso ter energia com sobra, com um custo menor, sob pena de nós continuarmos pagando essa conta de energia, que hoje, infelizmente, está alta e acaba sobrando para alguém. Então, portanto, nós precisamos de energia.

No Brasil, por mais que o pessoal reclame, sem energia, nem os ambientalistas conseguem tomar uma cervejinha gelada. Ontem, por exemplo... Sei que a maior torcida do Brasil é a do Flamengo, depois a segunda é a do Grêmio, que ganhou de um time não sei de onde de 3 a 0, na semana passada. Eu sou gremista. Não sei se a Senadora Ana Amélia é ou não. Mas, para poder festejar a vitória do time de qualquer um, nós precisamos ter uma geladeira. E, se quiser a geladeira para gelar, nós temos que ter energia para tomar uma cervejinha gelada.

Vamos assistir à televisão. Por mais que o cara seja ambientalista, ele precisa de energia para assistir ao jogo. Caso contrário, ele tem que se locomover do lugar onde está para lá onde acontece o jogo. E, para se locomover para lá, ele também precisa do avião. Se precisar do avião, também vai queimar petróleo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Mas a coisa mais simples em que todo mundo precisa de energia é a bateria de carregar o celular. Ela precisa de energia. Não há quem não tenha um celularzinho e que não precise de energia para carregar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Então, nós, seres humanos, somos tão inteligentes e já inventamos tanta coisa que, para poder fazer junto com a questão industrial, junto com a potencialidade que aproveitamos e mais a preservação ambiental, é fácil. Então, o brasileiro, o ser humano de qualquer parte do mundo sabe preservar, sabe aproveitar. Portanto, mesmo que haja algum impacto ambiental, isso não quer dizer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Mitiga-se se com compensações...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Compensa em outro lugar, que recupere em outro lugar. Há tantas áreas degradadas. É só uma questão de bom senso, e não trabalhar contra o País para que as coisas não deem certo, para que as coisas não vão, não funcionem.

Aqui eu gostaria que a senhora colocasse, como uma solicitação da Comissão de Agricultura e do entendimento desse setor de pequenos empreendimentos e de PCH, que o Banco Basa, que o Banco do Nordeste, que é do Governo Federal, voltem a financiar. E aí nós precisamos nesta comissão, Senadora Ana Amélia, sob a sua tutela, que o Banco Basa volte a financiar pequenos empreendimentos hidráulicos, que se chamam PCH, porque, se não voltar e não fizer isso... "Ah, mas usamos o dinheiro para Santo Antônio." Está errado. "Ah, mas lá no Nordeste nós autorizamos, financiamos um parque eólico." Foram incompetentes de fazer uma linha de transmissão. O que é isso? Como é que você compra um carro zero, no meio da Amazônia, e não faz uma estrada? Então, não pode comprar um carro zero. Antigamente, para andar dentro da Amazônia, você tinha que ter só carro traçado e um caminhãozão com aqueles pneus altos. Hoje, não, pode até andar com um carro importado, porque há asfalto.

Agora, faz um parque eólico, financia o parque eólico e, no projeto, o banco não avalia a linha de transmissão? Quem pegou a linha de transmissão? Quem foi que pegou? Meta a taca em quem pegou a linha de transmissão. Nossa legislação é severa até demais. Agora, tem que botar na prática. Se não botar na prática... Está faltando energia e existe parque eólico parado. "Ah, nós não temos culpa."

Então, que essa Comissão, sob a sua tutela, faça uma solicitação para o Banco do Brasil – não basta só para o Basa – e, especialmente, para o Ministério da Fazenda, que volte a financiar pequenos empreendimentos desses fundos. Tem que mandar também para o Palácio, porque do Palácio é que veio a determinação para não financiar, está paralisado há mais de um ano. Temos, só em Rondônia, mais de quatro projetos prontos para começar, não temos os recursos, têm que ser buscados no BNDES, e aí não há estrutura, tem que vir para cá, a história é toda diferente. E, ao mesmo tempo, para o Ministério das Cidades. Aí alguém pergunta: "Por que tudo isso?" É porque o Basa está ligado ao Ministério da Integração Nacional. Lá dentro estão as secretarias que cuidam dessa área dos fundos. Então precisa mandar para o Ministério da Integração Nacional, que tem as secretarias que cuidam dos fundos – se não me engano, o substituto interino é o Dr. Wanderley –, e, ao mesmo tempo, para o Banco Central, para o Ministro, para que botem em pauta no conselho para liberar, e para o Palácio, para que também tome as providências para que possa liberar e continuar financiando esses pequenos empreendimentos.

Outra coisa: são pessoas da localidade, da região, da cidade, têm facilidade de ir lá fazer o cadastro e financiar. E o banco sabe qual é o bom aproveitamento e qual não é. Quando se trata de um empreendimento que não é viável financeiramente, o banco não financia. Esquece, que banco...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Também sabe quem é o bom pagador e quem não é bom pagador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – É. Banco não dá dinheiro se o empreendimento não se viabiliza. Esquece. Hoje, não é mais aquele banco picareta e safado do passado, que os caras davam dinheiro a troco de propina. O banco de hoje só dá com reais garantias de que o empreendimento vá ter resultado. Eu falo porque tenho financiamento do Basa. Sou pagador em dia, por isso fui contemplado no final de 2012. Mas há mais pessoas que querem hoje e não têm acesso. E isso tem prejudicado essa questão da energia.

Outra coisa que estou pensando aqui, Srª Presidenta, é que nós temos, em Rondônia – olhe a situação – aprovado pela CCEE, pela Aneel... A CCEE é que devolve 100% da linha de transmissão. De Presidente Médici a Alvorada, a São Miguel, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques, divisa com a Bolívia, foi aprovado para fazer a linha de transmissão, isso em 2010. Foi aprovado para fazer de Jaru a Machadinho, e Machadinho a Cujubim. Aprovado em 2010. Buritis a Ariquemes, Ariquemes a Buritis. Aprovado em 2010, em Extrema. Resultado: a Eletrobras não fez essas linhas de transmissão lá atrás, o Governo Federal está devolvendo 100%, e hoje a Eletrobras está quebrada, não tem dinheiro. Mas como a Eletrobras está quebrada? A Eletrobras, com esse sistema novo que foi feito aí, infelizmente virou deficiente e perdeu as duas mãos e as duas pernas. Precisa de vinte e poucos bilhões e tinha nove bilhões no orçamento. Não tem dinheiro para pagar as contas. As empresas que fazem parte da Eletrobras, em Rondônia, Acre, Amazonas, Piauí, Alagoas e, se não me engano, Roraima, estão todas deficitárias, para não dizer que estão quebradas. Não têm dinheiro. A situação está precária, não têm dinheiro para investir em poste de luz, quem dirá para puxar energia. Não têm dinheiro mesmo. Não têm mesmo. Resultado: lá atrás tinha o incentivo, não fizeram, aí botaram umas pessoas para comandar essas empresas, só como *status;* agora que o ferro pegou, os caras não aguentaram e já passaram para os outros, e estão outros amigos aí tentando descascar o abacaxi.

Então, isso é ruim porque a situação energética do Brasil já está crítica, e não tendo dinheiro, ficou pior ainda. E tirar dinheiro do caixa do Mantega, aí que não tira nada. Aí não tira nada mesmo. E o dinheiro dos

fundos que havia da Eletrobras acabou. Então, hoje estamos vivendo uma situação precária nesses seis Estados. Temos o Presidente do Senado, que é de Alagoas, que urgentemente tinha que tomar providências junto, porque, caso contrário, vamos ter um apagão, de falta de eficiência e continuidade nessas obras para poder fazer tanto o Luz para Todos, concluir, tanto para atender essas cidades, para atender na expansão das próprias cidades, para poder comercializar energia... E não está tendo, está tendo falta até para poder botar indústria, e aí o Brasil não cresce, fica no patamar irrisório de 1% ao ano – se crescer, olhe lá se não vai virar ao contrário.

Então, quero parabenizar aqui a vinda de vocês e a nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, e espero, com o pouco que conheço de energia, contribuir para melhorar aquilo que está capenga, aquilo que está com dificuldade, para diminuir isso, e tanto o pessoal do Sul como do Norte, do Centro-Oeste, de qualquer lugar que tenha um potencial, que possa ser aproveitado e entrar no sistema nacional.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Senador Ivo Cassol, pela valiosa colaboração, até porque o senhor trouxe aqui o caso de um Estado, que foi bastante citado pelo Dr. Wady Júnior, da Eletronorte, o Estado de Rondônia, que é muito bem representado aqui, como eu disse, pelo ex-Presidente desta Comissão, Senador Acir Gurgacz, e também pelo Senador Valdir Raupp. Os dois, o Senador Raupp e o Senador Cassol, foram governadores desse Estado e de novo aqui o senhor salienta a necessidade de que não podemos tratar de forma igual situações completamente diferentes.

Acho até que as grandes hidroelétricas que estão em construção na Região Norte, em Rondônia e no Pará, deveriam ter uma preocupação politicamente correta de elas também, pelo poder que têm como grandes projetos, de juntar-se no grande guarda-chuva de toda a cadeia produtiva, porque quando se juntam pequenos, médios e grandes, seja cooperativa ou PCH, numa mesma mesa... Porque o problema é o mesmo. Qual é o problema? É fornecer energia de qualidade ao consumidor, seja ele urbano, industrial, comercial, de serviços ou rural; seja na cidade grande, na cidade média ou na cidade pequena. Esse é o desafio, e não há como cada um puxar para um lado, num sistema que é muito complexo.

O Dr. Wady sublinhou muito aqui... Eu também concordo com o senhor. É a mesma coisa que querermos analisar a China ou a Ucrânia com nossa visão ocidental. Nós não podemos, como nós, sulistas, não podemos avaliar a Amazônia. E acho que há muita gente dando opinião furada sobre uma realidade que é ignorada. Há ONGs que não falam português apitando, pintando e bordando na região. Que país é este o nosso? Então, é essa convivência de eficiência, de preocupação e de planejamento nos setores que são essenciais como esse de energia elétrica.

Eu já tinha preocupação. Desta audiência pública saio muito mais preocupada, Senador Ivo Cassol. A situação... Como se diz na gíria, o furo é mais embaixo ou mais em cima. É muito séria a situação e só não está pior, porque o índice de crescimento, como sublinhado aqui pelo Marco Olivio, está inferior ao da China. Mas, se ele der um salto de crescimento... Aliás, nem podemos dar, porque não há energia para crescer. Então, as demandas apresentadas aqui...

Aqui há também um problema sério que foi levantado pelo Cristiano que me parece também ser demanda para a Aneel não só da agilização dos procedimentos, de alterar as regras. Que não fique aguardando o laudo ambiental, mas também que se agilize o procedimento e fique na boca do forno para aguardar licenciamento da liberação do protocolo. São seiscentos o mapa...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Se a senhora permite, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Sim.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Com o conhecimento que tenho – eu estava conversando na Aneel com o Dr. Odenir –, acontece o seguinte: na regulamentação desses empreendimentos é preciso estar junto a licença ambiental estadual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Ele explicou.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – E o que acontece? Em muitos Estados não se consegue tirar as licenças. Aqui não quero...

No Estado de Rondônia pelo menos nunca aconteceu isso, mas sei que houve Estados no passado e há agora no presente que às vezes falam muito do Governo Federal, falam da Aneel, mas se esquecem de fazer o seu papel. A Aneel – e não estou aqui defendendo a Aneel – também está certa de só aprovar o empreendimento com o projeto ambiental. Por que falo isso para senhora? Porque, senão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, pelo que entendi aqui do José Guilherme, a Aneel só inicia o procedimento quando ela tiver na mão o laudo ambiental, só com autorização ambiental. E aí ela às vezes demora. O que eu entendi aqui é que, independente do laudo, ela vai até o final do processo, analisando tecnicamente do ponto de vista da energia, dos critérios técnicos e do marco legal e fica

aguardando. Ela não vai liberar antes de receber a licença ambiental, mas já dá andamento à análise técnica, porque isso não é um processo...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Que eu saiba, hoje a Aneel acompanha, faz e só publica a outorga a partir do momento que tem a licença ambiental. Por quê? Porque é necessário e a legislação obriga a ter essa licença. Então, portanto, da mesma maneira que o empreendedor dá entrada na Aneel, também tem de dar entrada no Estado. E aí, lógico, nos Estados que têm problema... Por exemplo, no Estado de Minas Gerais há cento e poucos projetos parados por falta de licença ambiental. No Estado do Paraná, há pouco mais de 130 projetos, se não estou enganado, e a todos falta licença ambiental. Então, o que é preciso? É preciso que a própria Aneel, no meu ponto de vista, sentar com o secretário, com o governo daquele Estado que tem o problema – estou falando aqui, pelo conhecimento que tenho –, para que a secretaria ambiental daquele Estado ou faça ou diga por que não está atendendo. Até ontem, eu mesmo pensava que a Aneel era culpada...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, desculpe, mas penso que, neste caso, é muito mais da ação dos gestores estaduais, dos governadores, dos Parlamentares aqui, sejam os Senadores ou os Deputados Federais do Estado, que tenham familiaridade com essa questão, e a questão tem de ser encaminhada politicamente no âmbito regional, porque a Aneel tem uma...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – É fiscalizadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu até criei aqui, fiz uma crítica, e acho que... Eu, por exemplo, enxergo que não é atribuição da Aneel se intrometer numa causa que é de interesse... A associação, a Abragel, a entidade que representa a entidade, o Governo do Estado, as entidades de classe dos produtores, essa união de força e essa demanda, essa pressão é que tem de ir para o Governo do Estado para dizer que assim não dá, que é necessário se criem condições. E discutir com os ambientalistas que fazem a fiscalização da concessão da licença ambiental essa questão da urgência e da necessidade.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – A senhora está correta nisso, porque, na hora em que o pessoal precisa do voto para se eleger, como neste ano, eles procuram quem? Procuram os moradores, os produtores, os associados, cooperativas ou associações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A classe política tem de...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – E, na hora de cobrar, é o seguinte: "E aí? A Secretaria de Meio Ambiente vai andar? Vai dar prosseguimento a esses projetos de aproveitamento?" Até poucos anos atrás, o povo pouco ligava – empreendedores e Governo também – para os pequenos potenciais hidráulicos, de um mega, de mil KVA, ou 2 mil KVA ou megawatts. Mas, hoje, não, tudo é importante, tudo é interessante, e é preciso que as secretarias ambientais deem prosseguimento. E nós podemos fazer essa ponte aqui.

No Rio Grande do Sul, V. Exª pode intervir, mas, se o governo de lá não quiser atender um pedido da Senadora Ana Amélia, por ser, por exemplo, de repente, um governo de oposição, mas o trabalho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – É uma questão de Estado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Deixe-me completar. O trabalho da senhora, mesmo assim... Por exemplo, no meu Estado de Rondônia, a necessidade é orientar o governo, porque, muitas vezes, o pessoal ao redor não o deixa enxergar. E a oposição ajuda muito a fazer esse papel, para que ele possa vir a atender essa demanda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, eu tenho um comportamento muito republicano nessas questões: quando a causa é coletiva, a questão, digamos, oposição ou situação fica em segundo plano. Penso que a minha responsabilidade me leva a assumir também junto ao Estado essas condições, como estamos fazendo agora em relação à dívida, à renegociação do indexador da dívida, alteração do indexador da dívida dos Estados e Municípios, não só do Rio Grande do Sul que tem uma situação mais complicada. Em Alagoas, do nosso Benedito de Lira e do Presidente Renan Calheiros, do ex-Presidente Fernando Collor, são situações muito críticas; as prefeituras de São Paulo. Estou trabalhando intensamente nisso. É uma questão de interesse republicano, eu diria, do Estado, e tenho esse compromisso.

Pois não, José Guilherme.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Só fazer um comentário sobre o que disse o Senador Ivo, que conhece esse assunto melhor do que eu. Está há mais de 20 anos mexendo com PCH.

A nossa colocação com relação à Aneel foi a seguinte: tudo o que o Senador falou é correto, mas acontece que os projetos são colocados lá – em Rondônia é diferente –, e, em alguns Estados, levamos de um a dois anos para tirar a licença prévia, e aí esses projetos ficam parados um ou dois anos.

Estávamos tentando ver se a Aneel poderia analisar isso, até porque há projetos bons e há projetos que não são bons. Então, ela eventualmente reprova: "Esse seu projeto não tem... Você tem de refazer." "Não, esse aqui tem toda condição de ser aprovado". E, até com isso, a gente tem um instrumento para ir a um órgão ambiental e falar que o projeto que está na Aneel...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Já está com o aval...

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Já está com o aval da Aneel e precisa apenas da emissão da licença. Então, isso ajudaria muito, até porque, assim como outros lugares, a equipe da agência muda muito. Então, a equipe da época em que entreguei o projeto é uma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Já é outra.

O SR. JOSÉ GUILHERME ANTILOGA NASCIMENTO – Dois anos depois, é outra. Às vezes, o critério de análise muda, e esse é um problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – A área técnica.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Agora, só para completar e concluir: ele está com a razão e, quando votamos e escolhemos os novos diretores que hoje fazem parte da Aneel, tanto o Juhrosa, como o Reive, nós discutimos aqui naquele momento e trocamos ideia também com o próprio diretor responsável pela pasta, como também com o André Pepitone nessa necessidade, porque não são apenas os grandes projetos que são interessantes para o Brasil, mas também os pequenos com maior dinamismo.

Eu conversava com o Dr. Odenir e ele dizia: "Olha, nós temos aqui projetos e projetos. E nós precisamos verificar quem, na verdade, vai pegar um projeto para barganhar", porque tem isso também: o cara faz um projeto para barganhar, para ganhar dinheiro em cima disso, e tem outro que faz o projeto para executar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Operar. Executar e operar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Executar, operar, construir. Então, a esse projeto que for para construir tem que ser dada maior prioridade para poder deslanchar e não ficar esperando dois anos, porque dois anos é muito tempo para poder fazer.

Então, tem tudo isso, mas é uma das reivindicações que nós podemos fazer por meio da Senadora Ana Amélia. Ela pode fazer essa ponte, como nossa Presidente aqui, nossa Vice-Líder do PP, para fazermos uma audiência com...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Com os diretores da Aneel.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – ... os diretores da Aneel e com o Romeu, que responde pela pasta, que é o Presidente, foi votado por nós aqui também, para que a gente possa dinamizar essa situação e deixar menos burocracia e mais resultado, porque nenhum empreendedor vai fazer um projeto furado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, eu espero até que a Aneel responda positivamente para compensar a ausência do representante nesta audiência pública, porque esta é uma Casa política e o nosso papel aqui é determinado pela Constituição brasileira. Defendemos os interesses dos nossos Estados – a Câmara é a defensora da população – e nós estamos aqui com essa missão. Então, queremos que seja assim.

Agradeço ao Senador Ivo Cassol pela colaboração, porque aqui nós ouvimos as entidades que são representativas dos diversos segmentos, desde a área pública, com a Eletronorte, do Sistema Eletrobras, à Abragel, à CNA, na casa dos produtores, e a Infracoop.

Queria, então, renovar muito os agradecimentos ao Marco Olivio de Oliveira, Assessor da Organização das Cooperativas (OCB); representando aqui a Infracoop e o seu Presidente, Jânio Stefanello; o Consultor Técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg); representando também a Confederação Nacional de Pecuária e Agricultura, Cristiano Palavro; o Conselheiro da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), Dr. José Guilherme Antiloga Nascimento e ao Dr. Wady Charone Júnior, Diretor de Operações das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte).

A todos os nossos telespectadores, aos Senadores que aqui compareceram, ao Marcello Varella que deu assessoria técnica na Comissão, nós agradecemos muito, porque foram duas horas e dez minutos de uma profunda reflexão sobre os problemas provocados pela falta de energia elétrica, Marcello Varella, sobre os problemas da falta de energia elétrica que nós temos em nosso País.

Eu penso que o que nós fizemos aqui foi uma contribuição para resolver ou tentar mitigar esses graves problemas que tenderão a se agravar se nada for feito.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Só para fortalecer, eu estava conversando com a Assessora da Aneel, Drª Rita, aqui presente, inclusive ela pede desculpa pela não presença do diretor, porque só chegou ao conhecimento da Aneel na segunda-feira, e como tinha outro compromisso, pede desculpas, mas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu já fiz o registro, Senador Ivo Cassol, sobre a Aneel, dizendo que a Aneel e a Anatel – nós fizemos uma análise aqui das agências reguladores – são as duas que funcionam em padrões internacionais. Então, eu sempre tenho feito esse registro aqui. Eu não tenho nenhuma dúvida sobre a eficiência. Eu só lamentei a ausência de dois representantes que poderiam ter vindo. Mas eu digo que temos a certeza de que a Aneel dará cobertura às demandas que esta Comissão levará a esse setor porque é de interesse da própria Aneel. É a imagem da agência que está em jogo. A Aneel faz a interface

entre os concessionários da energia e os consumidores. E para isso ela precisa ter uma visão de Estado, uma visão republicana também. Não tenho dúvida sobre isso, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Mas uma sugestão só, que a própria Drª Rita me deu, eu queria sugerir para o representante aqui desse empreendimento que, por intermédio da senhora, a gente já marcasse uma audiência com o Dr. Odenir, que cuida dessa área de concessões, de análise de inventário, para que a gente possa diminuir essa distância. Eu me coloco à disposição para poder fazer parte dessa audiência e a gente poder trabalhar, já que vocês representam esse setor, e nós, sob a sua tutela, Senadora, estaremos juntos para discutir esse assunto, ou fazemos um convite para que ele venha aqui ao Senado – não precisa ser em audiência pública – sentar para conversar sobre isso. Sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador Ivo Cassol, sua sugestão será acolhida.

Aqui, na presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, temos uma preocupação muito grande com a efetividade. O que é? Não deixar que a audiência se perca em mais uma audiência. Não, ela vai ter efetividade, e a minha conclusão aqui é de que é urgente um contato da Comissão com os representantes que aqui estiveram, nas suas respectivas áreas, de irmos à Aneel e também ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que também tem muita sensibilidade com os problemas.

Como V. Exª falou na sua exposição, é preciso que haja, digamos, uma decisão de governo para dar prioridade a esse setor. Por isso, às vezes, a sociedade não entende que o Governo financie, através do BNDES, um empreendimento grande em Cuba, como o Porto de Mariel – é importante termos isso – mas não tenha a mesma disposição e a mesma urgência para financiar, por exemplo, um setor que afeta a vida de todas as pessoas. Não é só para abastecer, não é só para fornecer no aviário, no criatório de suínos, na refrigeração do leite, nas frutas, em tudo o mais. Não é só para armazenagem; é para preservar os medicamentos que as pessoas precisam tomar; as vacinas que precisam ser guardadas sob refrigeração; as vacinas para o gado, que precisam ser de sanidade pecuária. É preciso pensar também na saúde das pessoas, que a falta de energia afeta. E hoje qualquer cidadão brasileiro tem um celular na mão e, para ter um celular na mão funcionando, é preciso de energia elétrica. Então, não só distribuição das redes das companhias telefônicas, mas é preciso...

Por isso, eu gosto de dar a simplificação da importância desse insumo chamado energia elétrica.

Então, agradeço mais uma vez a todos os senhores pela valiosa colaboração que emprestaram ao Senado Federal e à Comissão, em nome do nosso Presidente Benedito de Lira e aos demais Senadores que integram esta Comissão, especialmente ao Senador Ivo Cassol, que, como agente protagonista do sistema, veio dar o lado real, da situação real. Aqui, se falou na tese, nas dificuldades gerais, mas aqui ele veio com sua linguagem muito popular e que todo mundo entende, Senador, a linguagem direta. O senhor vai ao ponto da questão; não faz rodeio. Então, é isso o que nós também queremos aqui.

Muito obrigada, mais uma vez a todos, e vamos estar juntos.

Vamos marcar, agora, com a assessoria da Aneel, para estarmos juntos lá para ver o que pode avançar nesse aspecto, sobretudo em dois pontos: a questão dos projetos das PCHs e das cooperativas; reduzir um pouco esse trato desigual às cooperativas de eletrificação rural; e a questão da relação do usuário com o fornecedor de energia, que é a falta de informação e de acesso, levantada aqui pelo Cristiano. Realmente, são temas com grande grau de racionalidade e racionalização também. Sem mudanças nisso, vamos continuar patinando.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 08 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 13 DE MARÇO DE 2014.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia treze de março de dois mil e quatorze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, KÁTIA ABREU, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer, os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, comunica o encaminhamento dos ofícios ao Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Romeu Donizete Rufino, e ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Edson Lobão, solicitando audiência com membros desta Comissão, para tratar dos chamados "apagões" de energia elétrica na atividade agropecuária, conforme acordado na audiência pública realizada no dia 27 de fevereiro pró-

ximo passado. O Senhor Presidente chama a atenção da Comissão para a não execução da Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012, que estabelece o medicamento genérico de uso veterinário, e sugere que o ministério da agricultura seja convidado a prestar esclarecimento perante a Comissão. Os Senadores Waldemir Moka, Cyro Miranda, Ana Amélia, Acir Gurgacz, Jayme Campos e Ruben Figueiró usam da palavra para se manifestar sobre o tema. Após as manifestações, dá-se início à deliberação de proposições, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 - Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **1-** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2-** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: **a)** de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). **b)** de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3-** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4-** Matéria em fase de votação. **5-** O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª e 3ª Reunião em 2014. **6-** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2013 - Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 209, de 2013, e da Emenda nº 1-CCJ, com a Emenda que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas no prazo regimental perante a CCJ. **2-** A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **3-** Na 40ª Reunião da CRA realizada no dia 12/12/2013, colocada em discussão, após a leitura do Relatório pelo Senador Blairo Maggi, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 209, de 2013, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4**- Matéria em fase de votação. **5-** O Projeto constou também da Pauta da 1ª e 3ª Reunião da CRA. **6**- A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 - Terminativo - EMENTA:** Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 1-CAS, na forma da subemenda que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas no prazo regimental perante a CAS. **2-** A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **3-** Na 3ª Reunião da CRA realizada no dia 20/02/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Blairo Maggi, o Sr. Presidente concede vista do processo do PLS nº 323, de 2013, à Senadora Ana Amélia, nos termos do artigo 132, § 1º do RISF. **4-** A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2013 - Não Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da SUDENE dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei. **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 462, de 2013. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** O Projeto constou da pauta da 3ª Reunião da CRA. **3-** A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013 - Não Terminativo - EMENTA:** Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Mário Couto. **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 491, de 2013. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** O Projeto constou da pauta da 3ª Reunião da CRA. **3-** A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, passa a Presidência ao Senador Acir Gurgacz,

em razão de ser o relator do PLS nº 491, de 2013 (art. 89, § 1º, do RISF). Após a leitura do relatório e a discussão da matéria, o Senhor Presidente coloca em votação o relatório do Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 491, de 2013. O Projeto será encaminhado à CAS para apreciação em decisão terminativa. **EXTRAPAUTA: ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 7, de 2014.** Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater as providências que estão sendo encaminhadas pelos governos da União, Estado e dos Municípios atingidos pelas enchentes do Rio Madeira e afluentes, tendo em vista as perdas nas lavouras, pecuária, pesca e aquicultura e hortifrutigranjeiros dos produtores do estado de Rondônia, bem como as ações a serem implementadas de imediato. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, os Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Ana Amélia, Eduardo Suplicy e Ruben Figueiró usam da palavra. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado o Requerimento, com a inclusão do Ministério da Integração Nacional - MI. **ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 8, de 2014.** Requer, nos termos regimentais, audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para tratar da regulamentação do Medicamento Genérico de uso Veterinário, convidando o Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Autoria:** Senador Benedito de Lira e outros senhores senadores. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 9, de 2014.** Requer, nos termos regimentais, que seja incluída a pessoa do Sr. Osmar Fernandes Dias, Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, na Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 20, de 2013, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade discutir o endividamento dos pequenos e médios produtores rurais da Região Nordeste. **Autoria:** Senadores Cícero Lucena e Ruben Figueiró. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. A Senadora Ana Amélia expressa preocupação de o Governo do Distrito Federal ceder uma área de 90 hectares na BR-020, que é da Embrapa Cerrados, para assentamento e ainda transmite à Comissão queixa da D. Emília, Presidente da associação dos assentados de Padre Expedito no Município de Miranorte, no Estado de Tocantins, quanto à cessão de máquina da prefeitura ao assentamento. O Senador Jayme Campos expressa preocupação quanto ao sucateamento da extensão rural no País e quanto à política de exportação da carne brasileira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, dou por aberta a presente reunião extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Na última reunião, ficou decidido que esta Comissão pediria uma audiência ao Ministro Lobão para tratar de assunto que diz respeito aos apagões que têm acontecido com especialidade na zona rural. Os ofícios já estão prontos e nós vamos fazer o encaminhamento.

Mas, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, antes de nós começarmos o debate propriamente dito desta reunião, eu gostaria de voltar a tratar de um assunto aqui que eu considero da maior importância, que, infelizmente, não está sendo levado a sério pelo Ministério da Agricultura e que trata dos genéricos para produtos veterinários. Essa é uma matéria que tramitou nas duas Casas do Congresso Nacional durante sete anos. Depois ela conseguiu a aprovação e a sanção da Presidente da República em julho de 2011 e até hoje esse projeto não teve a menor eficácia. O Ministério da Agricultura não dá informações sobre o porquê. Trata-se de uma lei que, na verdade, traz no seu bojo benefícios consideráveis se aplicados ao agronegócio, com especialidade à agropecuária brasileira.

Quando se começou a tratar do assunto de genéricos para humanos, as pessoas imaginavam que ele não poderia ser viabilizado. Viabilizado foi – à época, era Ministro da Saúde o ex-Governador de São Paulo Serra –, e, nas prateleiras das farmácias e mercados, um grande estoque de remédios genéricos se encontra à disposição da população, diferentemente do que é no reino animal, onde meia dúzia de laboratórios nacionais e internacionais têm o monopólio desses produtos. É lógico que não há interesse por parte dessa indústria

farmacêutica, mas nós não estamos aqui para trabalhar para indústrias farmacêuticas, nós estamos aqui para trabalhar em benefício do segmento produtivo do País, da pecuária brasileira. E foi exatamente o que as duas Casas do Congresso fizeram.

Como é que pode, Senador Moka, o Congresso Nacional e o Poder Executivo terem oferecido um projeto viável, depois de todos os estudos e análises realizados, e esta lei se encontrar nas gavetas do Ministério da Agricultura – que tem a responsabilidade de gerenciar este segmento, de cuidar exatamente da sanidade dos animais –, a bem da verdade, há mais de dois anos, sem absolutamente nenhuma manifestação do Ministério? Estive lá por duas ou três vezes, conversei com o ministro que saiu...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – A lei foi aprovada?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Aprovada e sancionada em julho de 2011; ela foi aprovada em julho de 2011 e sancionada pela Presidenta da República.

Pois bem, estive com o ministro que saiu e estive com o ministro que está prestes a sair. Conversei com o Secretário de Sanidade Animal, com o que estava e com o que está, e não houve absolutamente nenhum passo à frente. Assim, eu queria, para que as coisas não fiquem da forma como estão – e se fala muito todos os dias que as duas Casas, que têm como fundamento principal exatamente legislar em benefício da população e dos segmentos produtivos do País, começam a criar leis vazias e leis que não têm absolutamente nenhuma eficácia até hoje.

Então, eu faço esta comunicação mais uma vez à Comissão para que a gente possa fazer uma arregimentação de forças no sentido de cobrar do Ministério, ao tempo em que eu estou propondo que nós possamos convidar para esta Comissão, a fim de prestar os esclarecimentos públicos à sociedade brasileira e ao agronegócio nacional, as razões e os motivos por que levaram até hoje o Ministério da Agricultura a não tomar nenhuma providência no que diz respeito a esta lei.

O Ministro deve estar saindo por esses dias. Logicamente não deverá ser mais o atual, mas convidaremos o futuro Ministro da Agricultura bem como o Presidente da Anvisa, porque uma coisa tem relação com a outra, para que aqui nós possamos ouvir deles o que é que está acontecendo, porque não tem absolutamente dado um passo à frente a lei que cuida dos genéricos para produtos veterinários.

Vejam bem. Quanto custa um litro de Ivomec? Hoje deve ser na faixa de 300 a 300 e poucos reais. O genérico daria a possibilidade de aquisição desse produto com o índice de preço menor, entre 30% e 40%. Isso ajuda a melhor cuidar dos rebanhos no País.

Pois bem, Srs. Senadores, essas eram as considerações preliminares que eu desejava fazer para que esse assunto seja tratado não pessoalmente pelo Presidente da Comissão, mas pela Comissão como um todo.

O nobre Senador Moka parece que se movimentou para pedir a palavra.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu sei da dificuldade que... Eu mesmo já fui autor e sei da dificuldade...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Esse projeto – sem atrapalhar V. Exª – tramitou quando nós éramos da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Essa questão dos genéricos, em se tratando de medicamentos veterinários, sempre encontraram essa dificuldade.

Eu acho que a forma de tratar, salvo melhor juízo, é convidar o Secretário de Vigilância Sanitária, o responsável, para que ele comparecesse à Casa e explicasse qual é a dificuldade que existe para implementar uma lei que foi sancionada. O encaminhamento seria por aí.

Ao invés de convidá-lo, eu também me proporia a ir com V. Exª e, tenho certeza, vários Senadores até o Ministério para sabermos o que acontece, o que impede. Mas V. Exª disse que já tratou disso, e não obteve resultado. Então a melhor forma é convidá-lo

Eu faria na forma de convite, porque acho que... E, em não acontecendo...

É uma situação que sempre vai encontrar resistência. E eu sei de onde partem as resistências.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – No decorrer do processo, na tramitação do projeto, a pressão foi muito grande, haja vista que ele tramitou na Casa por sete anos, entre Senado e Câmara dos Deputados. Sete anos. Pressão de toda ordem para o projeto não sair da gaveta. Saiu, hoje é lei e há dois anos ou mais se encontra no Ministério da Agricultura.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Bom dia, colegas.

Eu pergunto: V. Exª identificou se está faltando regulamentação por força... A lei exige alguma regulamentação por parte do Ministério? Se não há outras medidas legais para se tomar. Agora, se falta regulamentação não há nada que os force a fazer... Não há prazo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – A regulamentação, nobre Senador, a lei estabelece: ele teria 90 dias para fazê-la.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu lembro que fui relator de uma dessas... Era mais de uma medida na época do Presidente Acir Gurgacz. Foi realmente, se não me falha a memória... Acho que foi em 2011 – não é isso? – que ela foi aprovada. Em 2011, não foi?

Então, se ela tinha 90 dias para ser regulamentada, há alguma medida legal que pode ser tomada por nós, aqui pela Casa?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pressão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – A pressão é legal...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Democrática.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – ...democrática, mas ela não tem força para a execução.

Se for assim, os projetos serão engavetados. A gente aprova aqui, os Ministérios, o Governo não regulamenta do outro lado e as coisas vão ficando. Então o trabalho, como disse V. Exª, vai se tornando inócuo.

Eu não sei se ainda há alguma regulamentação ou... Vamos analisar bem a fundo, para que quando o Ministro convidado vier aqui nós tenhamos todos os dados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Nobre Senador Cyro Miranda...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria. DEM -MT) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – ...o art. 2º da lei:

Art. 2º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento regulamentará em cento e vinte dias:

I – Os critérios e condições para o registro e controle de qualidade dos produtos genéricos de uso veterinários;

II – Os critérios para a atenção da equivalência terapêutica, mediante as provas de bioequivalência de produtos genéricos de uso veterinário, para a caracterização de sua intercambialidade;

III- os critérios para as provas de biodisponibilidade de produtos genéricos de uso veterinário;

IV- Os critérios para a dispensação de produtos genéricos nos serviços de medicina veterinária governamentais e privados, respeitada a decisão expressada não intercambialidade do profissional prescritor.

O Ministério deveria ter regulamentado em 120 dias esses itens estabelecidos no art. 2º da lei. Nós estamos praticamente chegando ao terceiro ano agora em julho, e não há absolutamente nenhuma movimentação a respeito.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, eu lembro muito bem que foi amplamente debatido, discutido esse tema aqui na Comissão e nós todos colocamos um comparativo que é pertinente: nas farmácias, nós encontramos remédios genéricos para utilizar, mas os fazendeiros não podem comprar os genéricos para os animais. Isso é um fato. E nós não podemos deixar que uma lei não seja cumprida ou não seja executada por qualquer Ministério. Dá-me a impressão de que o Ministério da Agricultura não está sendo bem conduzido, não está levando a sério uma lei que foi votada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidente da República.

Realmente nós precisamos chamar o Ministro aqui, debater o assunto e pedir explicações com relação à falta de responsabilidade – eu diria assim – para com a política brasileira.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado aos Senadores.

Considerando esse item primeiro, vamos à ordem do dia.

Com a palavra o nobre Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Se me permite, Presidente Lira, eu quero cumprimentar V. Exª. Eu vinha me deslocando do meu apartamento até aqui, ao Senado, e estava ouvindo pelo rádio o início dos trabalhos desta Comissão, a sua manifestação e a sua indignação ao mesmo tempo pelo fato de que lamentavelmente o Governo Federal não colocou em prática uma lei que já foi aprovada há mais de dois anos.

Esse projeto é de autoria de V. Exª quando Deputado Federal. E, dessa feita, foi discutido de forma exaustiva aqui nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Todavia, percebe-se com muita clareza que a não regulamentação e sobretudo que essa lei prevaleça são de interesse comercial e financeiro. Ninguém pode desconhecer.

Ora, como é que o genérico para o humano prevaleceu e, sem dúvida alguma, tem dado condições a milhões de brasileiros de acesso a esses remédios para o tratamento da sua saúde? Por que não atender o

agronegócio, sobretudo de forma bem intencionada? E a pecuária brasileira, que já está sendo penalizada há alguns anos? Lamentavelmente, a renda do pecuarista é aquém daquilo que certamente seria o ideal.

E agora, quando nós temos a oportunidade de ter acesso aos remédios, aos produtos veterinários genéricos, o Governo não coloca! Sei lá se é culpa da Presidência da República, se é do Ministro da Agricultura, se é do Secretário Nacional. O que eu queria pedir a V. Exª, em nome da pecuária brasileira, é que V. Exª, como Presidente desta Comissão, que a bem dirige, sobretudo de forma altiva e independente, como é de conhecimento da Nação brasileira, tomasse algumas providências. Convoque ou convide algumas autoridades do setor para virem prestar esclarecimento.

Fazer lei no Brasil, meu caro Senador Ruben Figueiró, parece que é brincadeira. Nós temos leis demais. Todavia, elas, Senadora Ana Amélia, não prevalecem. O povo brasileiro está cansado de ver o Congresso Nacional aprovar leis todos os dias, e algumas leis bestas – é bom que se esclareça aqui –, que não têm nenhum fundamento, que são feitas aqui, muitas vezes, para aparecerem na televisão, no rádio, no jornal, e para terem o seu espaço, mas que não beneficiam, de maneira geral, em quase nada a população.

Entretanto, a visão que eu tenho, particularmente, é de que esse projeto, ou melhor dizendo, essa lei é extremamente pertinente e, acima de tudo, vai atender realmente os anseios da pecuária brasileira.

V. Exª, que é experto no assunto do agronegócio brasileiro, imagino que o seja também do setor da pecuária.

Hoje, esses custos com os produtos veterinários usados na pecuária, entre eles a vacina contra a aftose, contra a brucelose, o vermífugo etc., representam, matematicamente falando, até porque temos alguns dados de força, de 34% a 38%. Os custos operacionais de uma pecuária bem arrumada, bem organizada! Porque você tem facilidade para se fazer o custo, desde quantos gramas se consome um bovino a quantas vacinas você tem de dar todos os anos. E isso é cobrado do Governo Federal. Se você não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – E é daí para a frente. Há custos e mais custos. Há a perda, que é natural. No mínimo, a perda na pecuária, suportável, é de 1% a 2%, de morte natural. Dentro do contexto do custo operacional, é de 1% a 2%.

Quando eu vejo aqui a má vontade do Governo Federal, me cheira mal; dá a entender que há interesse econômico e financeiro. De maneira que eu acho que este seja um momento ímpar, Senadora Ana Amélia e demais pares aqui, de nós discutirmos e fazermos com que prevaleça aquilo que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Até quando o Congresso Nacional vai ficar de joelhos, vai ficar de quatro para o Poder Executivo, sobretudo quando se percebem, com muita clarividência, interesses escusos em cima dessa lei?

Essa lei foi muito bem elaborada. Houve um amplo e exaustivo debate sobre ela. Eu mesmo participei duas, três, quatro, cinco vezes desses debates, e o Senador Moka – e imagino que os demais colegas aqui – é testemunha disso. Então, nós estamos aguardando já há algum tempo, numa expectativa enorme.

Dessa forma, faço um apelo a V. Exª para que tomemos algumas providências, sobretudo convocando para esta Comissão as autoridades competentes para prestarem esclarecimentos e mostrarem os motivos e as razões por que até agora, lamentavelmente, esta lei não teve nenhuma praticidade.

Muito obrigado. Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Obrigado, nobre Senador Jayme Campos.

Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, eu ouvi com muita atenção as manifestações não só de V. Exª como dos demais nobres pares. E me lembrei aqui de que há um dispositivo, na Constituição Federal, Seção II, "Do Supremo Tribunal Federal", art. 102, I, "q", que prevê a figura do mandado de injunção, quando não houver o cumprimento de uma lei ou de sua regulamentação por parte de um dos poderes.

Eu entendo, Sr. Presidente, que, se, através do convite que V. Exª fará às pessoas do Ministério da Agricultura para prestar informações a respeito, isso não for possível, eu creio que a Comissão de Agricultura poderá entrar no Supremo Tribunal Federal com um mandado de injunção, obrigando que, num prazo x, se regulamente a lei.

Eu apenas estou lembrando que nós temos dispositivos legais para fazer cumpri-la.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito bem lembrado. Eu agradeço a V. Exª. As providências serão inicialmente tomadas, e, na hipótese derradeira, haveremos de agir dessa forma.

Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

A lei data de que ano e de que mês?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – A lei foi sancionada em julho, 12 de julho, se a memória não me falha, de 2011.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Em 2011? Nós estamos em 2014, 2014! Isso é uma coisa muito importante: 2014!

Na sanção da lei, V. Exª leu, Sr. Presidente, que o Ministério da Agricultura teria 120 dias para regulamentá-la.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É como o Senador Cyro Miranda disse aqui: "E que não sejam 120 anos!".

Parece que, pelo andar da carruagem, nós teremos 120 anos, porque decorreram mais de 2 anos, e os 120 dias não foram resguardados.

Vale lembrar também que, nessas matérias, existem muitas interferências – no próprio Ministério da Agricultura – de outras áreas que querem, digamos, dar o seu pitaco, meter o bedelho. Desde que seja para aperfeiçoar, para melhorar...

Senador Jayme Campos, V. Exª que conhece muito bem, na prática, essa vivência, temos de considerar outro dado lesivo ao produtor: a concentração de frigoríficos na venda do produto – a situação está, no máximo, em cachorro, para o pecuarista – e a dependência de poucos fornecedores desses produtos veterinários. E por quê? Porque, quando há uma solicitação de registro de um novo produto, tem-se mais "uns 120 anos", ou 120 meses, para se obter uma liberação da Anvisa, porque passa pela Anvisa a liberação desse medicamento.

É uma cadeia de burocracias, resguardando-se é claro, toda a seriedade que há na análise desses produtos, que vão ter impacto sobre o ambiente e sobre as pessoas. Portanto, é preciso uma segurança técnica na qualidade desses produtos, que são produtos químicos.

E, aí, temos de avaliar – e esta Comissão também já discutiu amplamente esses aspectos – a necessidade desse procedimento.

Já foi decidido também que, para aqueles medicamentos, genéricos ou originais, em cujo pedido de registro haja embutido interesse comercial, a empresa detentora daquela patente faça o registro para fazer uma reserva de mercado. E, aí, cria-se outro problema: a não abertura do mercado para outros, porque aquele produto, com aquela especificação, já está registrado na Anvisa. Aí, fica guardado.

Aqui, foi aprovado, por iniciativa da Comissão, aprovado em todas as Casas, que a propriedade dessa licença ou desse registro da Anvisa será por dois anos apenas, porque até agora não tinha prazo definitivo.

O Senador Moka acompanhou muito bem esse processo, e eu acho que isso já foi um passo muito importante para se evitar que o pecuarista, ou os produtores de leite, o pequeno produtor fiquem reféns. Leite, em geral, é tudo. A agricultura familiar produz leite; médio agricultor, grande produtor produzem leite. Isso também preserva exatamente uma segurança de produção do pecuarista, em todos os níveis.

Então, é preciso também entender esse processo, porque é muito mais do que nós estamos discutindo aqui, de se exigir que o Governo apresse o passo na regulamentação dessa matéria tão relevante, destacada tão bem por todos os Senadores.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço a V. Exª, aos Senadores, as informações.

É exatamente isto: o prazo que foi dado ao Ministério... Aliás, a lei estabelece que o Ministério cuide da regulamentação. Se, por acaso, tivesse acontecido isso, todos esses trâmites já teriam decorrido. Eu sei perfeitamente e eu imagino. Imaginem V. Exªs, no momento em que apresentamos, à época em que era Deputado, em 2003, se a memória não me falha, a pressão foi muito forte para evitar exatamente a aprovação da lei, do projeto.

Então, é por isso que digo que, no momento em que a gente decidir aqui convidar o Ministério da Agricultura, através do Ministro e de seu Secretário Nacional de Defesa Animal, também devemos convidar o Presidente da Anvisa porque há uma inter-relação entre o Ministério e a Anvisa, já que se trata de produtos químicos que serão aplicados nos animais. Lógico, que eles terão um período de decantação, para não trazer dificuldades para a população consumidora da carne com especialidade.

A pauta da Ordem do Dia.

Nós temos aqui cinco projetos pautados. O item 1 é terminativo, a Senadora Ana Amélia é a relatora, mas infelizmente não há número suficiente para aprová-lo. Portanto, será adiado.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.)

Dois projetos foram distribuídos para o Senador Blairo Maggi, que se encontra de licença. Portanto, eu vou fazer uma redistribuição, para que não fiquem parados.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal.
Autoria: Senador Ruben Figueiró
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 209, de 2013, e da Emenda nº 1-CCJ, com a Emenda que apresenta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013
- Terminativo -

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 1-CAS, na forma da subemenda que apresenta.)

Quanto ao item 4, houve um pedido de retirada para se fazer uma emenda. O projeto trata de incentivo para os produtores de cana do Nordeste e agora entrou também um pedido para que sejam atendidos o Norte de Minas e o Espírito Santo. Então nós precisamos apresentar uma emenda para ajustá-lo. Portanto, estou pedindo a retirada do projeto da pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2013
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da SUDENE dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei.
Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 462, de 2013.)

Quanto ao item 5, convido o Senador Acir para assumir a Presidência, porque sou Relator da matéria.
O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) –

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013
- Não Terminativo -

Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências.
Autoria: Senador Mário Couto
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 491, de 2013.

Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, deu entrada nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2013, do Senador Mário Couto, que altera a Lei nº 10.779, de 2003. A proposição visa a estender aos catadores de caranguejos e mariscos o benefício do seguro-desemprego no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso, na forma prevista para os pescadores profissionais artesanais, nos termos do art.1º da referida lei.

No que tange à constitucionalidade, à regimentalidade e à juridicidade, não há vícios que prejudiquem a proposição em apreço. O texto segue a boa técnica legislativa, sendo dotado de clareza, concisão e objetividade.

No que se refere ao mérito, nos termos do inciso V do art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria constitui iniciativa de grande relevo na medida em que normatiza o exercício profissional dos catadores de marisco e de caranguejo, garantindo-lhes uma renda na época de defeso, ao mesmo tempo em que proporciona o rearranjo da produção, organizando a catação em função da sazonalidade da atividade.

Em 2011, segundo dados do Ibama, a produção de mariscos foi de 16 mil de toneladas, havendo ainda mais de 10 mil toneladas no caso de caranguejo. Esses números dão conta da importância da produção, que, nos dois casos, conta com a participação de milhares de trabalhadores artesanais.

Portanto, o PLS nº 491, de 2013, constitui iniciativa de grande mérito, na medida em que consolida a atividade profissional de um grande contingente de catadores de marisco e de caranguejo, garantindo-lhes maior estabilidade e sustentabilidade.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 491, de 2013.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Meus cumprimentos, Senador Benedito de Lira.

O Relator da matéria concluiu pela aprovação do PLS nº 491, de 2013, ao qual damos total apoio. Trata-se de uma matéria importante para os catadores de marisco do País.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir o parecer da CRA, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2013.

Devolvo a Presidência ao Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Dando sequência à nossa Comissão, temos aqui ofícios que foram definidos na reunião próxima passada.

OFÍCIO Nº..., de 2014-CRA

Ao Ministro Edison Lobão,

Sr. Ministro, em audiência pública realizada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, de 27 de fevereiro do corrente ano, destinada a debater impactos dos chamados apagões de energia elétrica na atividade agropecuária, bem como possíveis soluções para o grave problema, ficou acordado que esta Presidência iria solicitar audiência a V. Exª, juntamente com os membros desta Comissão, para tratar sobre o tema, em especial sobre a questão dos projetos das pequenas centrais hidrelétricas e das cooperativas; reduzir o trato desigual das cooperativas de eletrificação rural; bem como a questão da relação do usuário com o fornecedor de energia.

Dessa forma, solicito a gentileza de V. Exª agendar reunião com esta Presidência e os Srs. Senadores membros desta Comissão com a finalidade de tratar do assunto acima citado.

Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, fizemos uma produtiva audiência pública nesta Comissão tratando exatamente deste dilema, o chamado apagão de energia elétrica, que não afeta apenas as áreas urbanas do País, mas, de modo mais dramático, os pequenos produtores rurais, os médios produtores rurais, em todos os recantos do País.

Isso tem provocado duplo prejuízo. O primeiro e imediato deles é a queima de equipamentos: transformadores; congeladores; refrigeradores do leite, por exemplo, que é armazenado e precisa ser cuidado; refrigeradores para as frutas, para os depósitos. E não há indenização sobre essas perdas. Além do mais, cada vez que há uma falha na energia, os produtores de aves, por exemplo, perdem... Aconteceu no Nordeste, no Piauí: um produtor médio de frangos perdeu centenas de aves porque faltou energia elétrica. Há perda também do leite que não pode ser armazenado, nem refrigerado. Esse leite tem de ser jogado fora. E assim sucessivamente.

Ademais, na lei que tratou do Plano Nacional de Energia Elétrica, agora se estão vendo os problemas, porque o Tesouro está bancando o pagamento. Claro, o meu Estado é beneficiado porque tem termelétricas com carvão mineral. Mas, de outro lado, há impacto sobre as contas públicas do País e o consumidor, o usuário final, aquele que, no começo, deveria ser beneficiado por uma redução da tarifa, vai pagar essa conta. Esse déficit que está no Tesouro vai ser pago pelo consumidor, pelo usuário.

Nesse plano, o Governo tratou de maneira igual situações absolutamente diferentes, pegando uma concessionária grande e comparando a uma pequena cooperativa de eletrificação, que tem custos maiores porque ela vai aonde os grandes querem só o filé-mignon, como foi na telefonia, mais ou menos, fazendo uma analogia, para se entender. Então, a pequena cooperativa de eletrificação rural vai nos recantos mais longínquos do País para atender àquelas comunidades. E o índice de satisfação do usuário dessa energia que ele recebe é muito alto, porque ele tem uma assistência, uma série de serviços e informações prestadas.

No mais, não é possível que a Aneel e o próprio Ministério tratem, de forma igual, situações absolutamente diferentes. Até porque uma cooperativa é formada por sócios, todos os que a integram, eu diria, é um capitalismo social o sistema cooperativista, que é muito forte. Então, a solicitação que foi feita como resultado final da audiência é que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, através de V. Exª, Presidente, encaminhe ao Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, e ao Presidente da Aneel – uma agência reguladora, aliás, muito atenta aos problemas; tem sido, até agora, sensível às demandas que temos apresentado, mas, de qualquer modo, também há certa demora na resolução desses graves problemas. Penso que uma iniciativa coletiva da Comissão poderia ter um peso político maior na solução desse problema que é nacional, não é um problema de um ou outro Senador, é de todos, de todo o País. A nossa missão aqui é tentar resolver o problema. Se o Governo resolver, ótimo, se não, teremos que encontrar outro caminho para buscar uma solução a essa questão, que a Comissão levantou e foi uma audiência muito, muito, produtiva.

Esse é o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Dando sequência, há um requerimento extrapauta.

Consulto os Senadores se concordam que entre na reunião de hoje como extrapauta que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Acir Gurgacz.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 7, de 2014

Debater as providências que estão sendo encaminhadas pelos governos da União, Estado e dos Municípios atingidos pelas enchentes do Rio Madeira e afluentes, tendo em vista as perdas nas lavouras, pecuária, pesca e aquicultura e hortifrutigranjeiros dos produtores do estado de Rondônia, bem como as ações a serem implementadas de imediato.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Observações:

- Inclusão do Ministério da Integração Nacional (MI).

Em discussão.

Com a palavra, o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos estão acompanhando o que está acontecendo no Estado de Rondônia. O Rio Madeira chegou ontem a dezeno-

ve metros e dez centímetros, com previsão de chegar até vinte metros no Estado de Rondônia, na cidade de Porto Velho.

Ontem, estivemos em uma audiência com a Presidenta Dilma, juntamente com Governador Confúcio Moura; o Prefeito Mauro, de Porto Velho; o Prefeito de Nova Mamoré, Laerte; o Prefeito Dúlcio, também, de Guajará-Mirim; onde fomos reforçar o apoio do Governo Federal para os desabrigados das enchentes.

A Presidenta Dilma determinou o apoio incondicional de todos o Ministérios ao governo do Estado e aos Municípios também. Já temos aproximadamente 100 mil pessoas isoladas nos Municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim, não há como sair e não há como receber mantimentos. E estamos trabalhando já há algum tempo para uma alternativa de ligação terrestre para chegar a Nova Mamoré e Guajará-Mirim, que é uma estrada que liga Ariquemes a Nova Mamoré. Acontece que, para fazer essa ligação, nós temos que atravessar dez quilômetros de uma reserva estadual. A assembleia legislativa votou e o governador sancionou a mudança dessa reserva para que fosse possível a abertura dessa estrada, mas, infelizmente, o Ministério Público entrou com uma ação e o juiz assim acatou, proibindo a liberação da construção dessa estrada. Ou seja, por conta de dez quilômetros de abertura de uma estrada dentro de uma reserva estadual, nós estamos deixando isoladas mais de cem mil pessoas para que não possam sair ou receber gás de cozinha, água portável, alimentação, combustível... É uma situação bastante delicada.

Nós estivemos ontem com a Presidenta, colocamos essa situação, e ela chamou, então, o Ministro da AGU para que ajudasse a resolver essa questão no STJ. E, assim, está se fazendo uma ação conjunta do Estado de Rondônia e também do Governo Federal, através da AGU para que possa ser liberada ou autorizada a construção dessa estrada. O Exército já se colocou à disposição para levar três pontes. Nesses 12 quilômetros que faltam para fazer a ligação, seriam necessárias três pontes, mas precisamos da autorização. Ninguém quer desobedecer ou enfrentar o Judiciário, muito pelo contrário, mas não podemos deixar cem mil pessoas isoladas, Presidente, por conta de não podermos atravessar uma reserva estadual. Não dá para admitir uma situação como essa.

É claro que temos que ter responsabilidade com o meio ambiente. É evidente que todos temos essa responsabilidade e cuidado com o meio ambiente. Agora, até que ponto essa questão de preocupação com o meio ambiente é superior a cuidarmos de cem mil pessoas que estão isoladas e não podem receber combustível, gás de cozinha, alimentos e água potável?

Foi nesse sentido que trabalhamos ontem com a Presidenta Dilma, com o nosso Governador Confúcio Moura, com os prefeitos, os demais Senadores de Rondônia e Deputados Federais também. Foi uma reunião bastante produtiva, e a Presidenta ficou sensibilizada com a situação e determinou que todos do Governo Federal venham a dar um apoio neste momento às pessoas que perderam as suas casas e estão sem moradia.

Mas esta audiência pública é para nos preparamos para o pós-enchente, que é a grande preocupação. Muitas pessoas perderam tudo, perderam as suas casas, perderam a sua produção agrícola, perderam a sua receita, perderam a sua renda. Então, nós queremos ouvir dos representantes dos ministérios como vamos reconstruir essa região que foi afetada pela enchente do Rio Madeira.

É importante esta audiência pública, e, mais uma vez, eu coloco aqui o apoio que o Governo do Estado e o Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, têm dado à população desabrigada. Nós precisamos agora estruturar o que vamos fazer com o pós-enchente. Essas famílias precisam do apoio para que possam retomar a sua vida normal. Para isso, entendemos que é importante esta audiência pública para nos prepararmos para o pós-enchente, que é muito mais difícil de ser enfrentada do que propriamente a enchente neste momento. Agora, pouca coisa pode ser feita, a não ser receber os flagelados que não têm onde morar nos colégios, nos ginásios. Não há o que fazer a não ser evitar que haja mortes, doenças, e que eles sejam bem atendidos. Isso tudo está sendo feito através da Defesa Civil dos Municípios, dos Estados e da União também. O Ministério da Integração tem dado apoio total aos Municípios e ao governo do Estado. Agora, depois da enchente é que nós precisamos trabalhar, e é nesse sentido que peço, então, esta audiência pública para debater este tema, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em votação.

Com a palavra o Senador Moka, para encaminhar a votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu só queria me solidarizar com o Senador Acir Gurgacz e com toda a população de Rondônia. Aliás, eu tive a oportunidade de ver isso pela imprensa e falei com o Senador Acir Gurgacz. Era um metro e meio da maior cheia da história de Rondônia. Eu imagino realmente a dificuldade – é o que ele está dizendo – do pós-enchente, de todas as doenças que vêm depois, no pós-enchente, mas principalmente da reconstrução de escolas, da infraestrutura, de tudo isso.

Eu acho que essa audiência pública que V. Exª está requerendo é da maior importância. Mais do que isso, ofereço a minha solidariedade e, tenho certeza, do povo sul-mato-grossense aos irmãos de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria também endossar a manifestação do Senador Moka à iniciativa do Senador Acir Gurgacz. Eu queria também render uma homenagem a ele, porque, quando presidiu, antecedendo V. Exª, esta Comissão, abriu um espaço, às sextas-feiras à tarde, para essas audiências públicas, que são, na verdade, seminários. Elas são realizadas em vários lugares, e isso dá um contato mais direto com os problemas locais. Eu tive a honra de estar em Ji-Paraná, com o Senador Acir, com o Senador Valdir Raupp, com o Senador Ivo Cassol, e percebi exatamente a relevância disso.

Eu mesma sou testemunha, Senador, porque fizemos durante a Expointer, no Rio Grande do Sul, um grande debate com a presença dos dois relatores do Código Florestal, no momento bem relevante do debate da matéria – o Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique. Então, foi muito rico também. Tivemos a participação muito ativa de todos os envolvidos, os protagonistas no processo.

Agora, também, aproveito a oportunidade porque amanhã, em Não-Me-Toque, onde está acontecendo a Expodireto, nós iremos realizar, e eu falarei em seguida sobre isso, mais uma audiência pública, à tarde, para debater a extensão rural, que é um tema muito relevante para todos os agricultores.

Eu fiquei, Senador Acir, muito triste com críticas de que aviões da FAB estariam usando o transporte de alimentos e de mercadorias naquela região. Só quem não vive o drama de estar desabrigado, desalojado da sua casa, com a família separada, sem poder andar, nem ir, nem vir, por conta da enchente, uma enchente da qual não se sabe o final, pode criticar esse serviço feito pela FAB, no socorro dessa situação de emergência. É não ter a sensibilidade em relação a um órgão público como a Força Aérea, que tem prestado relevantes serviços. E a FAB apenas obedece a ordens. Eu penso que é falta de sensibilidade para entender o drama que as populações, não só de Rondônia, mas também do Acre, estão vivendo por conta dessa gravíssima e histórica enchente, fazendo milhares de vítimas.

Então, eu fico muito triste quando vejo isso. Não se podem discutir as competências, mas eu penso que esse serviço da FAB é muito importante, assim como o que ela fez quando houve aquela tragédia em Santa Maria, transportando os doentes imediatamente, o que permitiu salvar muitas vidas de pessoas que sofreram queimaduras graves, indo para hospitais de excelência especializados em queimados. A FAB ali foi exemplar, e também o Exército. Todas as unidades das Forças Armadas tiveram papel relevante, nem sempre destacado.

Por isso, eu penso que a crítica feita a esse serviço em Rondônia e também no Acre, especialmente na região mais afetada pela enchente, é de quem não viveu um drama desses.

É essa a minha manifestação, apoiando novamente a iniciativa do Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, apenas gostaria também de manifestar apoio à iniciativa do Senador Acir Gurgacz e expressar a solidariedade, inclusive do povo de São Paulo, ao povo do Acre e de Rondônia.

Avalio como importante a audiência pública proposta com os Ministros que estão cuidando das medidas necessárias para dar o atendimento a todas as famílias atingidas pelas enchentes.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, eu desejo associar-me também às manifestações já feitas aqui pelo meus ilustres Pares com relação ao Requerimento do Senador Acir Gurgacz e dizer que as expressões feitas pelo Senador Waldemir Moka, em nome do sul-mato-grossense, evidentemente também têm o calor da minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Obrigado ao Senador Figueiró.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Agradeço, Senador Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não poderia ser diferente. O meu Estado também foi vítima de grande enchente que arrasou 12 Municípios do Estado e eu sei exatamente o que sofremos, e ainda continuamos a sofrer.

Quero também, nobre Senador, hipotecar a nossa solidariedade, em nome do povo do meu Estado, Alagoas, ao povo sofrido da sua região, Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em votação o Requerimento.

Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta audiência já está marcada para o dia 3 de abril, próximo dia 3 de abril.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 8, de 2014

Requer, nos termos regimentais, audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da regulamentação do medicamento genérico de uso veterinário, convidando o Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Exmo Sr. Ministro de Estado da Agricultura e o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

As razões para proposição desse requerimento já foram delineadas no primeiro momento desta reunião.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 9, de 2014

Requer, nos termos regimentais, que seja Inclusão da pessoa do Sr. Osmar Fernandes Dias, Vice-Presidente De Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas, na audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 20, de 2013, no âmbito desta Comissão, com a finalidade discutir o endividamento dos pequenos e médios produtores rurais da Região Nordeste

Autoria: Senador Cícero Lucena e outros

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta audiência já está marcada para o dia 20 de março.

Antes de encerrarmos a presente reunião, lembro às Srªs e aos Srs. Senadores o 1º Seminário do ano de 2014, no ciclo de palestras e debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovado em 6 de fevereiro, a realizar-se na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul, amanhã, dia 14 de março, às 14h, por ocasião da Expodireto Cotrijal 2014 – Feira Internacional, com a finalidade de debater o tema: o futuro da assistência técnica e extensão rural no Brasil e o papel da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural nesse setor.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores, o nosso colega Pedro Taques esteve na Expodireto pela primeira vez e voltou impressionado com o que viu, e não é para menos. A Feira tem padrão internacional e revela exatamente o esforço que os agricultores, especialmente os cooperativados, realizam para modernizar, atualizar e tornar cada vez mais competitiva a agropecuária brasileira.

Até ontem, caro Presidente, em três dias, de segunda a quarta-feira, quase 150 mil pessoas passaram pela Feira. Ali estão 505 expositores de todas as áreas e também representantes de 77 países, ou seja, não é um evento de discutível relevância, ao contrário, ali se processam operações de exportação, troca de experiências, e a Feira tem-se revelado a cada ano com crescimento substancial não só no nível e no número de participantes, mas especialmente no volume de negócios realizados com equipamentos, com insumos para a agropecuária. Vai desde agricultura familiar, que tem um espaço próprio também. Mas há novas tecnologias na área da genética, da produção a agrícola. Então, essa Expodireto Cotrijal Edição 2014 está-se revelando pela sua grandeza.

Estarão participando amanhã dessa audiência pública o Secretário de Desenvolvimento e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Caio Rocha; o Secretário Nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Agileu Martins da Silva; o Presidente da Emater do Rio Grande do Sul, Lino de Davi; o Presidente da Expodireto Cotrijal, Ney Manica; o Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Edson Brum, do PMDB, que tem sempre sido um parceiro desta Comissão nas iniciativas que tem no Estado; o Coordenador da Área de Assistência Técnica e Extensão Rural do Cenar, Mateus Ferreira da Silva; representante da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Asbraer; e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag.

Então, é dessa forma que nós precisamos, à luz da criação da Anater, que é a Empresa Federal que a União criou no ano passado na área da extensão rural, que nós vamos debater qual é a política que o Governo terá ou tem para a extensão rural, já que não adianta nós termos uma zona de excelência na área da pesquisa, como faz a Embrapa, por exemplo, ou outros centros de pesquisa em alguns Estados, como é o Mato Grosso, do Senador Jayme Campos, Pedro Taques e Blairo Maggi, ou Santa Catarina, com a Epagri, ou mesmo o meu Estado, o Rio Grande do Sul, com várias instituições na área do arroz, na área da pecuária. A Embrapa, sendo

essa zona de excelência fantástica. Eles têm a pesquisa e o conhecimento, desenvolvem grandes projetos, mas isso não chega ao conhecimento, porque aí a extensão rural não existe.

Então, a extensão rural é exatamente tirar da academia, que são os cientistas e os pesquisadores para praticar aquilo que eles descobriram. Então, é esse o trabalho que a extensão rural realiza. Isso vale para todos. A organização dos agricultores todos. Esse papel relevante que vai ser o tema do debate, qual é a política que o Governo tem para a extensão rural.

Eu penso que nós tivemos aí, houve um sucateamento do sistema, com os Estados fechando as suas entidades, criando um problema na questão da filantropia. É o caso que vive a Emater do Rio Grande do Sul, que será tema de debate. A Ministra Tereza Campelo anunciou uma prorrogação da filantropia até 2017, mas o problema persiste. E ontem o Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, STJ, deu uma sentença que anula praticamente o benefício dessa prorrogação da condição de entidade filantrópica Emater do Rio Grande do Sul, que tem um passivo superior a R$1 bilhão. Então, é um tema extremamente relevante, e eu queria agradecer e convidar todos os Senadores, a partir do nosso Presidente, Benedito de Lira, para a Expodireto, que encerra exatamente amanhã, e o evento mais importante é essa audiência pública.

Obrigada, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, quero, primeiro, parabenizar os expositores da senão a maior, pelo menos uma das mais tradicionais, uma das mais importantes exposições do País, na cidade de Não-Me-Toque, e dizer que as cooperativas, e o Rio Grande do Sul é um dos Estados muito organizados em termos de cooperativa, têm um papel fundamental, e o tema que a Senadora Ana Amélia vai debater é sem dúvida da maior importância.

Veja, nós temos uma empresa, a Embrapa, que realiza pesquisas. No passado, essas pesquisas geradas pela Embrapa eram levadas até as bases através de outra empresa, a chamada Embrater, e havia uma confusão com a Embratel, não é? Ela é uma empresa brasileira de extensão rural e era fundamental, porque você gerava pesquisa e tinha técnicos, engenheiros, agrônomos, técnicos, para levar aquilo que era gerado pela empresa. Então, a extensão rural, sobretudo para o pequeno e médio produtor rural, é fundamental, é necessária.

Então, o tema é da maior importância e nós sempre estimulamos, desde a época da Comissão de Agricultura, esse tema da extensão rural. A extensão rural é fundamental no país.

Ao tempo que me solidarizo, apoio o requerimento, parabenizando principalmente os expositores.

Senadora Ana Amélia, gostaria que, V. Exª, em meu nome, em nome da Frente Parlamentar do Cooperativismo, pudesse expressar exatamente aos cooperados do grande Estado do Rio Grande do Sul, o nosso apoio, mais do que isso, a nossa admiração por uma organização que, sem dúvida nenhuma, hoje é responsável por mais de 50% das exportações da chamada agropecuária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu agradeço a manifestação do Senador Moka. Como V. Exª fez um registro muito importante do papel que a nossa Embrapa tem, eu aduziria também uma preocupação que já foi manifestada pelo nosso colega Rodrigo Rollemberg. É uma preocupação daqui do Distrito Federal. Nós não podemos, nós, como senadores – e mesmo eu sendo do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Bauer, de Santa Catarina, Senador Figueiró, do Mato Grosso do Sul, Senador Moka, do Rio Grande do Sul, Senador Jayme Campos, do Mato Grosso...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu sou do Mato Grosso do Sul. V. Exª já me colocou no seu Estado em função dos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É que os dois são "do Sul".

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Senadora, nós somos considerados matutos, tal a importância do Rio Grande do Sul e de outros Estados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Ah! Esse aqui a família de Bagé e de São Borja. Ele é gaúcho. É "matucha".

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Paraguaio? Ah, está bom. É o Senador que está falando Senador Jayme Campos. Agora já achamos uma nacionalidade para o Moka.

O Senador Moka levantou sublinhando o papel da nossa Embrapa. Quero me expressar também, como já fez ontem o Senador Rollemberg, em nome até dos zelosos trabalhadores da Embrapa, pesquisadores, cientistas, todas as pessoas que formam a Embrapa.

A Embrapa tem um centro de excelência chamado Embrapa Cerrados, assim como tem a Embrapa Uva e Vinho, a Embrapa Pecuária, no meu Estado, a Embrapa Clima Temperado e a Embrapa Trigo, em Passo Fun-

do, Bagé, Pelotas e Bento Gonçalves. Então, para nós, do Rio Grande do Sul, a Embrapa é a menina dos olhos da área da pesquisa.

É justa a preocupação dos trabalhadores da Embrapa com a atitude tomada pelo Governo do Distrito Federal de ceder uma área de 90 hectares na BR-020, que é da Embrapa Cerrados, para assentamento. Penso que quem tem a Terracap, aqui, no Distrito Federal, tem condições de encontrar em uma área para colocar os assentados.

É absolutamente legítima e correta a iniciativa de fazer os assentamentos. Ninguém discute isso! O que nós questionamos, e com justiça, é por que pegar justamente uma área usada pela Embrapa Cerrados para pesquisas e onde estão muitos gaúchos que vieram para fazer a nova fronteira agrícola aqui no PAD/DF. O PAD/DF é formado exatamente por gente que veio do Sul para ajudar esse desenvolvimento. Brasília já tem uma bolsa de cereais e mercadorias com cotação de arroba de boi, de soja e de outros produtos, porque o cerrado está mostrando que pode.

Tirar a Embrapa Cerrados desta área para assentamento eu acho que é um erro de origem. O Governo do Distrito Federal tem muitas áreas. Poderia comprar uma área disponível, porque tem tanta área disponível à venda, para fazer os assentamentos. Deslocar a Embrapa Cerrados de onde ela está hoje não me parece uma atitude inteligente, para dizer o mínimo.

Então, já que estamos falamos em extensão rural, gostaria de também aduzir este problema, que, claro, não será motivo da audiência pública em Não-Me-Toque, mas está casado, pela relevância que é a Embrapa. Faremos tudo que esta Comissão puder para fortalecer, para prestigiar, para dar as condições não só orçamentárias, mas técnicas, para que a Embrapa seja cada vez maior. Penso que ela já justificou, através do trabalho exemplar de todos os seus servidores, do mais modesto ao maior cientista que tem a Embrapa. Eu acho que nós temos esse dever.

Obrigada, Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Sr. Presidente, antes de mais nada, queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia pela feira, exposição na cidade de Não-Me-Toque, e que vai realizar uma audiência sobre a questão da extensão rural da região, e eu quero crer que também, por extensão, de todo o Brasil.

Há um sucateamento comprovado na questão da extensão rural no País. Particularmente eu quero falar em relação ao Mato Grosso. A extensão rural no Mato Grosso era um verdadeiro cartão de visita no passado. Entretanto, no decorrer do tempo, foi se esvaziando, foi se empobrecendo de tal maneira, que...

O grande potencial, a riqueza da extensão rural é nas pessoas ali, era o técnico agrícola, era o veterinário, era o agrônomo, e etc., etc. Lá no Mato Grosso, sucateou de tal forma, meu caro Presidente, Senador Benedito de Lira, que ela vive hoje de migalha. Transfere-se pouco, quase nada, apenas para pagar a folha de pagamento. O custeio, o custeio é feito através dos recursos arrecadados dos projetinhos que eles fazem para o pequeno e médio produtor rural, porque o grande tem estrutura.

O que nós temos que fazer é fazer com que fortaleçamos a extensão rural no Brasil, particularmente, eu acho, naqueles onde há esse sucateamento. No Estado de Minas Gerais, funciona muito bem, o Governo valoriza, prestigia.

O senhor imagine, meu caro Senador Benedito de Lira, que, em Mato Grosso, a atividade econômica está calcada, algo parecido, quase em torno de 70% na área rural, seja na produção agrícola, seja na pecuária. Mas o que se percebe é que o Governo não tem uma visão, uma visão global de quanto é importante uma extensão rural para o pequeno. Sobretudo um Estado que tem hoje, Senador Ruben Figueiró, Mato Grosso tem 547 assentamentos. Há assentamento, Senadora Ana Amélia, que tem 1,8 mil famílias, sem nenhuma extensão, sem uma assistência técnica, sem uma política definida. É aquela velha história: é dizer que faz assentamento e jogar essas pessoas, e ali se cria um bolsão de miséria. Desde falta de infraestrutura, de escola, de estrada, de saúde, de educação... E, por conseguinte, o mínimo que o Governo tinha que oferecer era uma assistência técnica rural, para proporcionar até uma melhor produtividade daqueles que se propuseram estar ali plantando, seja a mandioca, seja o arroz, seja o milho, etc., etc., etc.

Por isso, quando V. Exª fala aqui da Embrapa, era um sonho nosso lá, após a divisão do nosso Estado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Lutamos, graças a Deus, no ano passado, se não me falha a memória no início do ano, e inauguramos lá uma agência da Embrapa, lá, no Município, na cidade de Sinop, que hoje verdadeiramente está contribuindo sobremaneira, até porque lá é uma região, minha cara Senadora Ana Amélia, diferenciada demais do Brasil. Por ser uma região da Amazônia brasileira, de clima tropical, várias culturas têm que ser naturalmente pesquisadas. A própria soja, em determinadas regiões daquele Estado, lá em cima, tem

que ser pesquisada. E agora estamos conseguindo avançar significativamente em todos os setores da produção agrícola.

Mas, Sr. Presidente, eu quero concluir dizendo para V. Exª que será de bom alvitre nós travarmos aqui nesta Comissão em relação à política de exportação da carne brasileira. Já foi anunciado, alguns dias atrás, que o Brasil vai conseguir abrir o mercado internacional com os Estados Unidos da América, com o Japão e com a China. Porque, na verdade, o Japão quase nunca comprou nenhuma carne nossa. O maior fornecedor são os Estados Unidos e outros países ali, a Austrália. Nossa aqui nunca comprou. E agora já está anunciado de antemão que vamos exportarmos carne para os Estados Unidos. É tão importante, Senadora Ana Amélia, na medida em que uma arroba de carne aqui no Brasil hoje, no mercado atual, dólar-dia hoje, está sendo praticado na ordem de US$50,00 a arroba. Os Estados Unidos da América pagam numa arroba de boi hoje US$90,00, ou seja, o pecuarista teria condições de melhorar a *performance* nossa na questão da venda do nosso produto.

Vi ontem V. Exª numa fala aqui – eu estava em meu gabinete – dizendo que apenas 20% da carne brasileira é exportada, 80% é para consumo interno. É verdade, porque eu tinha uma indústria frigorífica e conheço bem o setor. Agora, o que nós precisamos fazer é alertar o Governo Federal para que tome as devidas providências, com a maior agilidade possível, para nós tentarmos exportar mais e deixarmos de ser reféns do mercado atual. O pecuarista brasileiro, lamentavelmente, hoje é refém. Hoje você pega ou larga. Setenta por cento, meu caro Senador Ruben Figueiró, estão concentrados nas mãos de duas grandes empresas da indústria frigorífica brasileira. Isso é inconcebível!

Os cidadãos donos dessas indústrias hoje têm o privilégio de impor o preço e a escala e, com isso, é penalizado o pecuarista que luta com sacrifício, principalmente o pequeno, que tem dois, três, quatro caminhões de vacas. Ele expõe de tal forma esse cidadão que dá pena.

Dá pena pelo seguinte fato. Eles praticam dois preços hoje. Há o preço de balcão, que é pago para o cidadão que chega com dois, três, quatro caminhões de vacas – ele paga o que quer. E há o grande, ou seja, que tem confinamento, que tem um rebanho maior. Esse talvez vá para uma melhor negociação. Ou seja, enquanto paga R$100,00 por arroba para o pequeno, ele paga para o grande, que tem um rebanho maior para vender, R$102,00.

Então, acho que o momento é ímpar para negociarmos aqui e sabermos das providências que o Governo Federal está tomando, até porque, V. Exªs sabem, nós temos algumas restrições...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Há as barreiras sanitárias...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Como as barreiras sanitárias.

E há, sobretudo, o seguinte. Na exportação do enlatado, do embutido, houve, de fato, algumas indústrias frigoríficas que deixaram de trabalhar de forma séria, fazendo com que os Estados Unidos deixassem de comprar por algum tempo até os embutidos, que eram enlatados e exportados. Desta feita vão comprar nosso produto *in natura*, o que vai permitir que nossa produção seja aumentada no mínimo em 15% a 20% – dados estatisticamente já levantados – e isso vai permitir que a carne brasileira seja mais bem remunerada.

De maneira que é um assunto importante. Eu imagino que a Comissão tem a obrigação de, se for possível, convidar as autoridades do Ministério da Agricultura para ver que encaminhamento está sendo dado, porque a projeção inicialmente falada e comentada era agora, para o mês de abril, no máximo no mês de maio, e nós queremos saber qual é a situação de fato. Essa é uma angústia que todos os cidadãos que trabalham na pecuária brasileira estão sofrendo em seu cotidiano e, fundamentalmente, para sairmos dessa pendenga toda aí, precisamos conseguir abrir o mercado internacional, sobretudo esses mercados que certamente são mercados altamente consumidores, como é o caso dos Estados Unidos – o Japão nem tanto, mas vai comprar – e a própria China. Imaginem se a China conseguir comprar nosso produto: se cada cidadão daquele país comer 200g de carne bovina por ano, em quanto vai aumentar a exportação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Por ano. É uma população de 1,3 bilhão de habitantes...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É por ano!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Por ano. Isso já aumenta substancialmente nossas exportações, acho que chegam num patamar de pelo menos 30% a 40% da exportação que hoje é feita durante todo o ano.

O Brasil, Senador Benedito de Lira, exporta muito para Hong Kong, mas exporta o quê? Bucho, língua, mocotó. Hong Kong e esses países compram muito...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aquilo que desvalorizamos aqui...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM - MT) – Exato, que não tem preço no mercado interno, isso é que nós exportamos, mas carne de fato não exportamos quase nada. Tanto é verdade que a Senadora Ana Amélia falou aqui em 20%.

Então, acho que é um debate muito bom para encontrarmos definitivamente o encaminhamento adequado para essa matéria.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria apenas, Presidente, antes de V. Exª encerrar... O Senador Jayme Campos levantou uma questão crucial, e eu faço questão de apresentar um exemplo aqui.

No voo para Porto Alegre, o último que fui, na semana passada, eu encontrei uma senhora de quase 70 anos – fará em agosto ou brevemente –, D. Emília. Ela preside a associação dos assentados no assentamento Padre Expedito no Município de Miranorte, no Estado de Tocantins. Ela é do Rio Grande do Sul e foi reeleita presidente dessa associação.

Esse assentamento produz mandioca, que emprega mão de obra intensivamente, e também produz abacaxi, cultura na qual também a mão de obra tem uso intensivo. Eles produzem isso, e ela me veio um pouco queixosa dizendo que tinham esperado um trator que não tinha chegado na hora certa. Eu disse: mas as entregas dessas máquinas são para as prefeituras. O Governo está fazendo isso. A Presidente da República vai aos Municípios e entrega. Ela disse: "Nós sabemos disso. O problema é que a prefeitura tem as suas prioridades. É para uma estrada vicinal." Então, na hora em que sobra tempo, que a máquina está disponível, vai lá para o assentamento, só que a hora de plantar ou a hora de colher passa, e a agricultura não espera. O relógio da terra é como o nosso relógio biológico. Nós não podemos parar. Na hora do almoço, temos que almoçar. E assim sucessivamente.

Então, em homenagem à D. Emília, pela sua idade, pela sua coragem, eu acho que a Comissão poderia encaminhar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministro Pepe Vargas, que também tem sensibilidade para isso, ao conceder, ao entregar às prefeituras – e aí o Senador Jayme Campos lembrou da falta de assistência aos assentamentos –, para dar a eles uma prioridade no atendimento. A prefeitura recebe duas ou três máquinas. Então, uma ou duas máquinas seriam destinadas a atender esses assentamentos. É o mínimo que poderia haver num convênio de compartilhamento quando o Governo Federal repassa o maquinário para a prefeitura. Penso que seria uma iniciativa importante da Comissão ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Obrigada, Presidente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Serei breve, mas não poderia deixar de me manifestar sobre três assuntos que foram abordados agora aqui.

Primeiro, evidentemente, estender à Senadora Ana Amélia pela sua luta no sentido de projetar essa feira em Não-Me-Toque. É a segunda vez que tenho oportunidade, nesta Comissão, de ouvir as manifestações da Senadora Ana Amélia a respeito. Quero dizer a S. Exª que, no meu modo de entender, essa é a única feira realizada em nosso País, nos últimos tempos, que, realmente, trata da extensão rural, porque temos outras, como a de Ribeirão Preto, mas ela é de venda de equipamentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Não sabia. Cascavel. Mas eu creio que essa de Cascavel não tem, pelo menos no meu conhecimento, a expressão que tem a de Não-Me-Toque. Tenho quase certeza disso pela projeção nacional que, inclusive, V. Exª tem dado a ela. Portanto, meus cumprimentos por mais esse trabalho extraordinário que V. Exª realiza em favor da extensão rural em nosso País.

V. Exª mencionou também, Sr. Presidente – a Senadora Ana Amélia manifestou-se também –, com relação à Embrapa. Eu tenho razões afetivas para defender sempre os interesses da Embrapa, porque tenho um filho que é pesquisador.

Lá no meu Estado, temos três unidades da Embrapa: a Gado de Corte, em Campo Grande, que tem a maior expressão e tem prestado os mais relevantes serviços à área, sobretudo na seleção de sementes para as pastagens; a Embrapa Agropecuária Oeste, na cidade de Dourados, que é dedicada exclusivamente à agricultura; e a Embrapa Pantanal, o patinho feio da Embrapa, que devia ter uma expressão... Onde, aliás, o meu filho trabalha. Sei, inclusive, das dificuldades que a Embrapa tem passado, inclusive pela redução de recursos orçamentários a ela. Quando deveríamos dar um destaque especial à pesquisa, ela, infelizmente, neste Governo, tem sido abandonada.

Também foi tratada aqui a questão da extensão rural, a ação dos vários ramos da Embrater. No meu Estado, lamento dizer a V. Exª, Senadora Ana Amélia, e aos demais Pares que é um desastre. Eu fui Secretário da Agricultura durante algum período. Naquela época, a extensão rural era uma das metas mais importantes da ação da Secretaria da Agricultura, não por ação minha, mas que vinha dos meus antecessores. Hoje, eu não sei, inclusive, a ação dessa empresa que foi criada por decisão da nossa Embrater...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Anater.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Anater.

Eu não sei qual é a ação que ela tem tido, mas, sinceramente, tenho a impressão de que ela vai redundar num fracasso, porque não tem, infelizmente, na política, na mentalidade dos atuais dirigentes deste País e na dos que estão situados no Ministério da Agricultura, um desejo efetivo de aplicação da sua política, que é realmente o auxílio ao cooperativado, auxílio ao pequeno e também ao grande produtor.

Portanto, eu quero deixar aqui o meu registro, para finalizar, Sr. Presidente, dizendo que fiquei imensamente satisfeito em participar desta Comissão, porque eu, como aluno, aprendi muito aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Todos nós aprendemos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não havendo mais quem queira se manifestar, dou por encerrada a presente reunião, convocando os Srs. Senadores e Senadoras para a reunião da semana seguinte.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 54 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 20 DE MARÇO DE 2014.

Às oito horas e quatorze minutos do dia 20 de março de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, GIM e MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Sérgio Petecão, Benedito de Lira e Kátia Abreu. O Senador Flexa Ribeiro justifica a ausência, em razão de cumprir missão de interesse político-partidário no Estado do Pará/PA. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Cícero Lucena, comunica o recebimento do Aviso nº 76, datado de 17 de março do corrente ano, subscrito pelo Sr. Aloizio Mercadante, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento de Informações nº 1.323, de 2013 (Requerimento (RRA) nº 52, de 2013), que solicita, com o objetivo de conhecer o histórico da ocupação territorial nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, a disponibilização do resultado da análise de ocupação territorial e uso das terras rurais feita pela Embrapa, nas regiões de discussão pela demarcação de Terras Indígenas, que foi realizado utilizando técnicas de interpretação de imagens de satélites anteriores ao ano de 1988, cartografia digital e demais informações; e comunica ainda o recebimento do Aviso nº 248-MJ, datado de 13 de março do corrente ano, subscrito pelo Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, que encaminha o Memorando nº 77, de 2014, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, em resposta ao Requerimento de Informação 1.324, de 2013 (Requerimento (RRA) nº 53, de 2013), que solicita informações sobre a relação de processos administrativos da FUNAI, que objetivam a revisão de limites e/ou ampliação de terras indígenas já demarcadas. O Senhor Presidente informa que os Avisos lidos serão encaminhados aos gabinetes dos senhores senadores para conhecimento e em seguida dá início à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 20, de 2013, de sua autoria, aprovado em 16.05.2013, e ao Requerimento (RRA) nº 9, de 2014, de sua autoria e do Senador Ruben Figueiró, aprovado em 13.03.2014, com a finalidade de discutir o endividamento dos pequenos e médios produtores rurais da Região Nordeste, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Mário Borba** - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - **FAEPA**; Sr. **José Maria Vilar da Silva** - Superintendente Estadual da Paraíba do Banco do Nordeste do Brasil - **BNB**; Sr. **Nicola Moreira Miccione** - Gerente do Ambiente de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil – **BNB** (representante de: Ary Joel de Abreu Lanzarin); Sr. **João Pinto Rabelo Júnior** - Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - **SPE/MF** (representante de: Arno Augustin). Após a exposição dos senhores convidados, fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia e o Senhor Senador Cícero Lucena. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cícero Lucena,** PRESIDENTE DA CRA em exercício.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a mesa o Aviso nº 76 do Gabinete Civil datado de 17 de março do corrente ano, subscrito pelo Exmo Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.323, de 2013, de autoria desta Comissão, tendo como primeiro signatário o Senador Waldemir Moka, que solicitou informações sobre o histórico da ocupação territorial nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Há a disponibilização do resultado da análise de ocupação territorial e uso das terras rurais pela Embrapa nas regiões de discussão pela demarcação de terra indígena que foi realizada utilizando técnicas de interpretação de imagens de satélite anteriores ao ano de 1998, cartografia digital e demais informações.

Comunico ainda que o recebimento do Aviso 248, MJ, datado de 13 de março do corrente ano, subscrito pelo Exmo Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro do Estado da Justiça, encaminha o Memorando nº 77, de 2014, da Fundação Nacional do Índio, em resposta ao Requerimento de Informação 1.324, de 2013, de autoria desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que solicitou informações sobre os processos administrativos da Funai que objetivam a revisão dos limites e/ou a implantação de terras indígenas já demarcadas.

Informo que os avisos citados serão encaminhados aos gabinetes dos Srs. Senadores para conhecimento.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 20, de 2013, da Comissão de Agricultura, e Requerimento nº 9, também da mesma Comissão, de autoria do Senador Cícero Lucena, subscrito pelo Senador Ruben Figueiró, com a finalidade de discutir os endividamentos dos pequenos e médios produtores rurais da Região Nordeste, com a presença dos seguintes convidados: Sr. José Maria Vilar da Silva, representando o Banco do Nordeste, Superintendente Estadual do Banco do Nordeste na Paraíba; Sr. Nicola Moreira Miccione, Gerente de Ambiente e Recuperação do Banco do Nordeste, e o Sr. João Pinto Rabelo Junior, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Portanto, peço aos convidados que componham a Mesa. (*Pausa.*)

Conforme nossa intenção, trataremos desse assunto que tem muito a ver com a relação de financiamento rural na Região Nordeste, principalmente com os pequenos e médios agricultores que ao longo dos anos têm sido vítimas do processo de estiagem. Essa condição é, consequentemente, incompatível com a questão de financiamento para a sua produção, limitando muito a sua capacidade de produzir e, consequentemente, a sua capacidade de pagar esses empréstimos contraídos.

Então, conforme combinamos aqui, vou passar a palavra ao Sr. João Pinto Rabelo Junior, que é o Secretário-Adjunto da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, para que ele inicie a sua explanação.

Quero dizer que esta reunião é transmitida pela TV Senado e, consequentemente, também ficará nos arquivos para que aqueles que não tiveram oportunidade possam acessar na íntegra ou em parte em outra oportunidade.

Com a palavra o Sr. João Pinto Rabelo Junior. Agradeço a sua presença.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Senador Cícero Lucena, Presidente da reunião, na pessoa de quem cumprimento a todos, senhoras e senhores, antes de mais nada, agradecemos a oportunidade de aqui estar.

O objetivo nobre que nos traz é esclarecer essas medidas que foram tomadas, a abrangência delas, para que a maior parte possível de produtores possa fazer jus, possa se beneficiar com as medidas que foram tomadas por esta Casa e depois regulamentadas pelo Governo Federal.

Dentro das medidas para a seca, eu coloquei em três blocos as principais medidas. Vamos começar falando das prorrogações e renegociações.

Por causa do *stress* hídrico em que foi colocado às culturas, a maior parte dos produtores não teve condições de pagar as suas dívidas nem em 2012 nem em 2013. E, para que ele pudesse recompor as suas reservas, foi autorizada a renegociação das parcelas de 2012, 2013 e 2014. Essa renegociação seria feita em até dez parcelas anuais, com o primeiro vencimento em 2015, para a agricultura empresarial, e 2016, para o pessoal da agricultura familiar.

Os produtores teriam até 31 de dezembro de 2014 para fazer essa opção. Então, esse é o momento de procurar os bancos para fazer a opção da renegociação. Existe esse prazo, também foi feita a suspensão das execuções, mas é importante que os produtores procurem os bancos, que estão preparados para isso, para fazerem essa renegociação, esse reperfilamento das suas dívidas.

Com relação às operações contratadas até 2006, em Municípios com decretação de seca, foi criada uma linha de crédito para liquidação das operações até R$200 mil. Para essas operações, também são dez anos para pagamento com três anos de carência. Então, se há uma dívida até 2006 que não era enquadrável nessas par-

celas de 12, 13, 14, o produtor pode optar também por contratar uma nova linha de crédito com recursos do FNE para alongar as suas dívidas. As taxas de juros são de 0,5% a 2% para o Pronaf e de 3,5% para os demais, com bônus ainda nos encargos de 15% para o Semiárido.

Esse foi o pacote apresentado para as operações que estavam adimplentes, deixando mais claro, operações que estão pagando em dia. Essas foram as medidas colocadas.

E àquelas operações que estavam inadimplentes no começo da seca, em 2011 foram estabelecidas as seguintes medidas: para as operações contratadas a partir de 2007, houve reprogramação do saldo devedor, tirando juros, tirando multa, atualizando as operações pelos encargos de normalidade, e foi permitida essa renegociação em 10 parcelas anuais, com o primeiro vencimento em 2015 para a agricultura empresarial e em 2016 para a agricultura familiar. Nesse caso, o período de formalização é até 30/6/2014. Então, para essas operações que estavam inadimplentes, é mais urgente a ida dos nossos agricultores que estão nos Municípios de seca aos bancos para formalizarem.

A formalização normalmente demora um tempo. Senador, é preciso juntar o material, fazer o cálculo da dívida, concordar. Então, é importante que se vá o mais rapidamente possível para que dê tempo de se fazer todo o trâmite dentro das instituições.

Por isso, mais uma vez, agradeço a oportunidade que o senhor está nos dando de esclarecer esses pontos e chamar os produtores para que a gente possa atender o maior número possível de produtores rurais.

E às operações que foram contratadas até 2006, foi também autorizada uma linha de crédito, com recursos do FNE. Para as operações com valor original de até R$200 mil, eles podem reprogramar essa dívida em dez anos, com três anos de carência. Também há bônus nos encargos para a região do Semiárido e para as demais também.

Além disso, Senador, foi colocada à disposição daqueles que tiverem condições de liquidar as operações antigas que vêm desde a origem até 2006 a possibilidade da liquidação com um rebate, com um desconto bem alto. Então, para aquelas operações que estão no Semiárido e que tinha valor contratado de R$15 mil, o produtor tem um desconto de até 85%. Ele vai lá e, com 15% do valor da dívida, ele a liquida.

Então, só para dar um exemplo, se ele tem uma dívida de R$10 mil, com R$1,5 mil ele liquida a operação. Esse é apenas um exemplo, para ficar mais claro o que a gente está falando. O valor contratado é de R$15 mil, mas o desconto é sobre o valor atualizado. Então, esse valor vai ser atualizado pelos encargos de normalidade, pelas taxas de juros da data do contrato e, aí, aplica-se o desconto.

Bom, para as dívidas entre R$15 mil e R$35 mil, esse desconto é de 75% no Semiárido, e, para as operações de R$35 mil a R$100 mil, o desconto é de 50% no Semiárido. Para os demais Municípios atingidos pela estiagem, mas que não estão no polígono do Semiárido, os descontos são de 65%, 45% e 40%.

Ainda foram tomadas as seguintes medidas: o que está na Dívida Ativa da União, aquelas dívidas que já foram encaminhadas para o Governo, que já foram encaminhadas para a Dívida Ativa da União, que já estão no que nós chamamos de DAU, que fica sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, também foi definida a suspensão das suas execuções e dos prazos processuais. Então, as execuções são nulas. Mesmo que ela tenha acontecido, Senador, por alguma falha no Judiciário, elas são nulas de direito; não podem acontecer, desde a emissão de Lei nº 12.844.

Nesse sentido, a PGFN vai iniciar, a partir da próxima semana, uma conversa com todos os Tribunais dos Estados para esclarecer aos juízes e pedir para que eles informem nas comarcas que isso está acontecendo, para não termos esses fatos desagradáveis.

Além disso, foi dado um rebate para liquidação e renegociação das dívidas que também estão na dívida ativa da União. Uma empresa vai ligar para esses produtores oferecendo isso, mas é importante, no caso daquelas dívidas que já estão na Dívida Ativa da União, a partir da semana que vem, os produtores procurarem as agências, no caso, do Banco do Brasil, para buscarem a sua renegociação.

As dívidas são importantes, mas a chuva veio para alguns lugares e, agora, a chuva veio generalizada no Nordeste. Então, foram disponibilizadas algumas linhas de crédito emergencial. Foi disponibilizada uma linha no Pronaf, com limite de crédito que variava entre R$2,5 mil a R$12 mil, com taxa de 1% e bônus de 40% do principal, com dez anos para pagar. Essa linha boa parte dos agricultores familiares já tomaram, e vai começar a partir do ano que vem o período de pagamento. Para os produtores rurais não enquadráveis no Pronaf, esse limite era de R$100 mil, e a taxa era de 3,5%. Além disso, foi também permitida aos empreendedores uma linha de capital de giro de R$100 mil.

Essas, Senador, de uma maneira geral, são as medidas que foram tomadas, além da Bolsa Estiagem, do seguro Garantia-Safra e da venda de milho da Conab na região.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu agradeço ao Sr. João Pinto Rabelo pela sua explanação e passo a palavra para o Sr. Nicola Moreira Miccione, Gerente do Ambiente de Recuperação do Banco do Nordeste.

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – Bom dia, Senador Cícero Lucena, na pessoa de quem cumprimento todos à Mesa.

As medidas apresentadas pelo Secretário João Rabelo mostram instrumentos que o Banco vem adotando desde 2010. É importante destacar que o Banco do Nordeste, desde que essas medidas foram implementadas, vem adotando diversas ações para que sejam realizadas essas renegociações. A gente destaca, principalmente, a divulgação diretamente na mídia, jornais, rádio, televisão; o banco vem mantendo contato diretamente com os clientes através de central de relacionamento, mantendo contato através de telefone mesmo, quase que diariamente, procurando contatar toda a classe produtora, cujo enquadramento é possível fazer; há visitas gerenciais constantes na rede de agências e seções itinerantes. Principalmente, quando implementadas as medidas no segundo semestre do ano passado, o banco fez um esforço muito grande, organizando mutirões na sua rede de agências para contatar os produtores para aderirem às leis, considerando parte dos prazos termina agora em junho deste ano e a outra parte no final de 2014.

Naquele momento, então, empreendeu também um esforço grande de solicitar suspensão de todos os processos de execução contra os produtores que tinham enquadramento nas medidas do Governo, mas cujos processos já haviam sido iniciados, por algum motivo ou por falta de adesão, quando a lei, ajustada no segundo semestre do ano passado, determinou a suspensão imediata. Então, o banco fez um esforço hercúleo, com toda a rede de advogados internos e terceirizados da instituição, solicitou a suspensão de aproximadamente 20 mil processos em curso e peticionou em cada um deles, pedindo a suspensão e comunicando o enquadramento. Foi uma oportunidade até para os produtores, para que, em tendo conhecimento daquela suspensão, pudessem procurar o banco e realizar as suas renegociações.

Em alguns casos específicos efetivamente acabam demorando essa suspensão. O banco peticiona, mas tem que aguardar a determinação judicial de suspensão. Então, algumas medidas nesse intervalo ocorreram, mas foram pontuais, e o banco sempre se colocou à disposição para resolver os casos concretos.

O banco, no mesmo momento também, procedeu à simplificação de seu processo operacional: os instrumentos de renegociação foram simplificados e o processo interno; boa parte das renegociações aqui foi realizada via carimbo, o que simplifica demais o procedimento; a não realização do instrumento de aditivo, que geraria mais custos para o produtor.

Muitas dessas medidas – falando de custos – tiveram, quando já em execução, honorários advocatícios dos advogados dispensados, o que também gerou uma facilidade um pouco maior para os produtores na adesão. E o que a gente viu é que ainda temos um estoque relevante; o banco hoje conta, na área de crédito rural, com aproximadamente um milhão de operações passíveis de enquadramento nas diversas resoluções, leis e renegociação. Desde que as medidas foram implementadas, a partir de 2010, mais de 200 mil operações já foram renegociadas, muitas delas no último ano – como bem colocado pelo Secretário João Rabelo –, em função das medidas de combate à estiagem. E temos ainda um prazo relevante, até 30 de junho de 2014, e outro até 31 de dezembro de 2014, para cumprir.

O banco então está realmente à disposição, aberto, através de sua rede de agências. É relevante informar, como bem destacado pelo Secretário João Rabelo, que há todo um procedimento, antes de essa formalização se concretizar; portanto, quanto antes os produtores puderem chegar às agências melhor – para aderirem às medidas, seja recalculado o seu processo e alguns instrumentos formais sejam realizados –, para que haja tempo hábil para essa renegociação se concretizar dentro do prazo da lei.

A gente sabe que há algumas dificuldades. Há expectativas de muitos produtores de que muitas vezes possam vir medidas outras além daquelas que já estão, mas o banco trabalha exatamente com essas medidas.

Quanto a essa dificuldade que a gente às vezes tem de contato, uma audiência como esta é importante para levar ao conhecimento de todos e nos colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Sr. Nicola.

Passo a palavra ao Sr. José Maria Vilar da Silva, Superintendente Estadual do Banco do Nordeste da Paraíba.

O SR. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA – Obrigado, Senador. Gostaria de cumprimentar o Senador Cícero Lucena, o Secretário João Rabelo e o Sr. Nicola, representante da direção do Banco.

Senhoras e senhoras presentes e todos aqueles que nos assistem, eu gostaria, inicialmente, Senador, de agradecer pelo convite, porque eu entendo que esta Casa aqui é a Casa do povo e é momento importante para que a gente dê ciência daquilo que vem sendo feito em favor do setor primário – particularmente, aqui vou me referir ao estado da Paraíba, que é o seu Estado. Então, temos esta oportunidade de disseminar essas

informações para torná-las públicas o quanto mais possível e, também, até pedir ajuda ao senhor, que é uma liderança política importante no Estado da Paraíba, na disseminação dessas informações.

O Secretário João Rabelo já colocou que a legislação definiu prazos para a adesão e para a formalização. É de total e absoluto interesse do banco beneficiar, se possível, até 100% dos produtores enquadráveis na lei. Então, a disseminação da informação para que os produtores procurem o Banco é extremamente relevante, e a classe política pode nos ajudar muito nesse sentido.

Eu gostaria, Senador, de aproveitar para passar algumas informações sobre a atuação do Banco do Nordeste na Paraíba, especificamente em relação ao setor rural, que é objeto desta audiência pública.

Fiz um levantamento sobre os últimos dez anos de atuação do Banco do Nordeste lá na Paraíba. Para que o senhor tenha ideia da evolução e do apoio que o banco vem prestando ao setor primário daquele Estado, no ano de 2003, nós contratamos como recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) R$12 milhões. No ano de 2013, fechamos com R$210 milhões apenas para o setor rural no Estado da Paraíba.

Outro dado que eu considero relevante e que tem muito a ver com o tema desta audiência pública, já que ela diz respeito a pequenos e médios produtores rurais, é que nos anos de 2012 e 2013 nós contratamos, fora o Pronaf, mais de R$40 milhões apenas com esses segmentos, exatamente priorizando aqui o mini, o pequeno e médio produtores.

Há um dado estatístico relevante que mostra o apoio que o banco vem dando o setor primário na Paraíba. O setor rural, na Paraíba, representa 3,8% do Produto Interno Bruto do Estado. Na média, o Banco do Nordeste vem aplicando 25% dos seus recursos no setor primário, ou seja, o Banco do Nordeste vem aplicando cerca de seis vezes e meia a mais o equivalente à participação do setor primário no PIB, ou seja, nós vimos apoiando mais que proporcionalmente o setor rural na Paraíba em relação a sua participação no Produto Interno Bruto, como reconhecimento da importância que esse setor tem, sob diversos aspectos econômicos e sociais. Esse apoio, inclusive, se reflete na redução do êxodo rural para as cidades de médio e grande portes.

Ao longo dos anos, realmente, esse apoio tem aumentado ano a ano. Fechamos em 2013, como eu falei, com R$210 milhões.

Quando consideramos a participação da rede bancária no financiamento do setor primário da Paraíba, o Banco do Nordeste, sozinho, detém 74,5%, ou seja, de cada R$100,00 que a rede bancária empresta para o setor rural na Paraíba, R$74,50 saem do Banco do Nordeste, também numa demonstração inequívoca disso.

Conhecendo tão bem o seu Estado, Senador, em alguns Municípios a participação do Banco do Nordeste supera 90%. Por exemplo, no Município de Patos, a participação do Banco do Nordeste é de 93% do crédito rural; no Município de Alagoa Grande, 88%; no Município de Catolé do Rocha, 92%; ou seja, em alguns Municípios, se aproxima até de 100% a participação do Banco do Nordeste no financiamento do setor rural.

Há outros dados relevantes que poderíamos mencionar aqui em relação, especificamente, Senador, ao Estado da Paraíba. Refiro-me, por exemplo, aos mecanismos já divulgados pelo Secretário João Rabelo e pelo colega Nicola.

Na Paraíba, quando avaliamos os instrumentos legais já disponibilizados até agora, a partir do ano de 2010, quando começou esse processo de estiagem, apenas no Estado da Paraíba já foram negociadas as dívidas de mais 50 mil produtores rurais, envolvendo recursos de R$286,5 milhões – apenas o Estado da Paraíba. Mais de 50 mil produtores rurais já tiveram suas dívidas renegociadas, num total de aproximadamente 130 mil, envolvendo recursos de R$286 milhões.

E o Secretário João Rabelo também se referiu à questão das linhas de crédito para beneficiar os produtores afetados pela estiagem. Existem duas necessidades: a necessidade de renegociar a sua dívida; e a necessidade de se obter um novo crédito, exatamente para fazer investimentos e também operações de custeio para conviver com esse período de estiagem.

Senador, no período de 18 de maio de 2012 a 31 de dezembro de 2013, nós já contratamos, na Paraíba, 51 mil operações no crédito novo para produtores, envolvendo recursos de R$284 milhões. Ou seja, renegociamos com cerca de 50 mil produtores e concedemos crédito novo a cerca de 51 mil produtores, envolvendo recursos de R$286 milhões, apenas nesses créditos novos, de tal forma a auxiliá-los exatamente nessa convivência com esse período de estiagem.

Então, para finalizar, Senador, eu gostaria de dizer: o que nós estamos procurando fazer? A gente vem buscando utilizar todos os meios possíveis e imaginários de convite aos produtores rurais da Paraíba: divulgações em rádio, televisão, jornal; reuniões com a Federação da Agricultura; reuniões com a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; reuniões com o sindicato dos trabalhadores rurais; mutirões nas agências; realização de agências itinerantes em cada Município, exatamente levando a informação dos benefícios que esses instrumentos legais podem trazer.

Podem acreditar que o interesse é também do banco. Nós, como nordestinos que somos, não temos nenhum interesse em deixar de conceder um benefício a um produtor que a lei lhe assegura. Raciocinando até como banco, somente como banco, é de interesse também do banco que essas dívidas sejam regularizadas, porque, na hora em que elas são regularizadas, elas saem de um ativo que está inadimplente para um ativo normal. Então, por todas essas razões, é de nosso total e absoluto interesse.

Nesse sentido, eu gostaria de renovar o convite para as forças políticas nos ajudarem na disseminação dessas informações. Nós temos ido em busca dos produtores, mas é muito importante que eles também busquem o banco para que a gente possa, se possível, beneficiar 100% do público-alvo que essas medidas contemplam.

Muito obrigado.

Fico à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR - AM) – Muito obrigado, Sr. José Maria Vilar da Silva, Superintendente do Banco do Nordeste na Paraíba.

Temos também o prazer de – não foi preciso eu interromper – de convidar para a Mesa o Sr. Mário Borba, Presidente da Faepa – Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba, a quem passo a palavra também para fazer suas considerações.

O SR. MÁRIO BORBA – Em primeiro lugar, um bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar e agradecer até por esta audiência, mais uma audiência pública sobre a questão do endividamento do Nordeste brasileiro. Cumprimento aqui o Banco do Nordeste, na pessoa do José Maria Vilar, Superintendente da Paraíba, com quem temos um bom relacionamento, um bom entendimento com o banco na Paraíba. Quero também cumprimentar o Rabelo, representando aqui o Ministério da Fazenda. Cumprimento, mais uma vez, o Senador Cícero, justamente por esse esforço, por essa batalha aqui no Senado, nessa questão do endividamento, para resolvê-lo de uma vez por todas.

Antes de entrar no mérito da questão, eu queria aqui fazer algumas colocações.

O Nordeste brasileiro é a maior região semiárida do mundo, é a mais populosa. E tivemos, nesses últimos quinhentos anos, 76 secas cruéis. Até hoje eu pergunto o que foi que o Governo fez para amenizar essa seca, que é uma questão corrente, é uma coisa natural que acontece ao longo dos anos.

Nos anos 1840 – não me recordo bem o ano –, morreram 500 mil nordestinos de fome e de sede. Em 1942 e 1945, depois da Segunda Grande Guerra, levaram o cearense, levaram o nordestino para a Amazônia, para extrair borracha, porque o mundo não tinha borracha, e lá morreram com malária 50% dos que foram para aquela região.

Nos anos 90, em dez anos, tivemos sete anos de seca. Foram seis secas: em 1991, 1992, 1993, 1997, 1998 e 1999. E 1994 foi um ano de enchente em que ninguém lucrou nada, ninguém apurou nada. Em 2011, 2012 e 2013 tivemos mais três anos de seca e neste ano ninguém sabe o que pode acontecer. A gente tem três anos de seca, e ontem, em Patos, amanheci o dia debaixo d'água, com mais de 200 milímetros de chuva numa noite. O que se planta e o que se colhe com 200 milímetros de chuva numa noite?

Esse é o Nordeste. E o Governo Federal, independente de quem esteja no Governo, até hoje não entendeu o que é região semiárida, o que é região seca.

O Ministério da Fazenda… Eu não sei qual foi o mal que o Nordeste brasileiro fez ao Ministério da Fazenda, ao Governo, que até hoje não se sensibilizou com essa questão do Semiárido. Todas as regiões semiáridas do mundo têm um tratamento diferenciado: têm juros diferenciados, têm subsídios. Aqui, quando se fala isso, dizem: "Não, mas tem o Pronaf". Mas o Pronaf do Nordeste deveria ser diferente do Pronaf do Rio Grande do Sul, Rabelo. É totalmente diferente. Foram três anos de seca agora. Como é que essas pessoas vão se recuperar? Como é que essas pessoas vão pagar uma conta? Não têm como pagar uma conta com três anos de seca!

Semana passada, eu vinha do Maranhão – tenho um filho no Maranhão – e chovia até Ouricuri, em Pernambuco. No Maranhão e no Piauí estava chovendo. A gente chega ao Cariri da Paraíba e de Pernambuco e não há chuva, os açudes estão todos secos. Não é na lama, não; é no torrão seco. Esse é o retrato do nosso Semiárido.

Então é preciso que haja, na realidade, uma política diferenciada para essa região. O Governo não quer fala em perdão; tudo bem, mas dê condições de pagamento. As regulamentações não acontecem. Está aí a 12.844, aí vem a 12.872. Até hoje não foram regulamentadas. Então é preciso que haja uma conscientização.

E fico olhando este Congresso Nacional… Tivemos ainda correção monetária em financiamentos agrícolas, juros TJLP, de 1989 a dezembro de 2000. Quem tomou um está devendo 10, quem tomou 10 deve 100, quem tomou 100 está devendo 1,2 milhão, 1,3 milhão. Ele não paga essa conta mais nunca na vida dele, mais nunca na vida dele!

Vocês que pertencem ao Ministério da Fazenda deviam montar uma comitiva, junto com os Senadores, e ir conhecer a região semiárida, conhecer a nossa realidade, que é totalmente diferente da do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste. Aqui o cabra tira duas safras; no Nordeste você planta por dez anos para colher três, e você

não sabe em que ano vai colher. Você não sabe o ano em que colhe! Plantar grão no Nordeste é como tirar na loteria, porque você não sabe o ano em que vai colher. E até hoje o Ministério da Fazenda, o Governo…

Eu me lembro do Projeto nº 4.514, do Deputado Nélio Dias. Tinha um tal de API no Ministério da Fazenda. Esse foi o diabo que inventou esse cabra! Vocês me desculpem a expressão. Tem outro que está hoje na Casa Civil, que esteve no Ministério da Fazenda, o Gilson Bittencourt, que é paulista e parece que nem a turismo ele foi ao Nordeste. Não conhece a realidade da nossa região! O Brasil ou, vamos dizer assim, os administradores deste País desconhecem a realidade do nosso Semiárido. É totalmente diferente.

E tem outra coisa também, Senador. Eu fico revoltado quando vejo um governador, independente de quem seja ele, anunciar que vai distribuir grãos, sementes para os nossos produtores rurais. Isso é uma falácia! Não se planta grão, não se distribui semente em Semiárido. Toda região semiárida do mundo é pecuária; não tem outra alternativa. É o caprino, é o ovino, é o bovino. Não adianta. O Nordeste não ficou para se plantar grão. O Nordeste não é produtor de grão, exceto o sul do Maranhão, o sul do Piauí e o oeste da Bahia. E continuam insistindo com essa distribuição de sementes para arrumar votos. Só se for!

Mas quero dizer a vocês sobre essa correção monetária que houve: já são mais de 25 medidas provisórias. A primeira surgiu em 1992. São mais de 20 projetos de lei. Houve projeto de lei agora, em 2000, 2006, 2007, que só durou três dias, de tão ruim que foi, e o Governo teve que emitir uma nova medida provisória para suprir aquele projeto de lei que nada resolveu.

Eu acompanho esse processo há 13 anos nesta Casa, junto com Deputado e com Senador, com a CNA, com presidente de federações. Já participei de n audiências públicas neste Nordeste, falando de endividamento rural. São 22 anos que se carrega essa dívida no Nordeste. Pelo amor de Deus, não é possível mais continuar falando, e todo ano aqui, em vez de estarmos tratando do futuro do Nordeste, com transposição, com Transnordestina, com os grandes confinamentos que vão surgir… Os grandes confinamentos e bacias leiteiras do mundo estão nas regiões mais secas do mundo! Será que não se enxerga isso? O Ceará tem hoje os três maiores produtores de leite individual. Estão no Estado do Ceará. E o Nordeste com certeza vai ser um dos maiores produtores de leite deste País. Todo mundo está correndo para regiões semiáridas, com água, com integração de bacia, e não se chega a uma conclusão de tudo isso.

Lembro-me muito bem de julho do ano passado, quando a Presidenta Dilma foi a Salvador anunciar o plano agrícola do Semiárido. E lá dizia: prorrogar por dez anos as dívidas dos produtores. Era baseado na lei, e ela mesma fez questão de anunciar para um público de mais de mil pessoas que estavam presentes na Bahia. O Nordeste todo estava lá. E tudo que ela disse, as coisas não estão sendo colocadas em prática. A 12.844 está aí; cadê a 12.872 ou 12.876, não me recordo bem agora, que até hoje não foi regulamentada? Outras regulamentações do Banco Central não acontecem. Onde está o Ministério da Integração, Senador, que deveria estar aqui presente, que tem o domínio sobre o Banco do Nordeste, sobre a Sudene? O Ministério da Integração era para estar aqui, junto conosco. Estivemos, o ano passado, aqui, já no TCU, com o Senador Vital acompanhando, com o Deputado Quintans. Foi criado um grupo de trabalho do Ministério da Integração ano passado, do qual fizemos parte, e ninguém sabe qual foi o destino desse trabalho que foi feito.

Hoje, no Semiárido, mais de 50% da economia ativa do Semiárido, das pessoas que estão lá naquela região dependem da agropecuária, dependem da agricultura. E eu fico olhando que os nossos produtores estão desaparecendo. O próprio Senador pode confirmar isso. As pessoas estão fugindo do campo. Eu me lembro que, há dois anos, um técnico, um cientista da Embrapa fazia uma palestra na CNA e dizia que, em 2050, só ia haver 7% da população brasileira no campo. Eu pergunto, Senador: quantos vão ficar no nosso Semiárido? Quantos vão ficar? Porque estão indo embora da nossa região, pois a nossa atividade, hoje, não é mais rentável. Não se oferecem condições para aquelas pessoas permanecerem naquela região e não se resolve, de uma vez por todas, essa questão dessa inadimplência, dessa dívida do Semiárido, que se arrasta há 22 anos, Senadora Ana Amélia. Há 22 anos! Há 13 anos eu acompanho isso aqui em Brasília. Estou cansado de vir a esta Casa, de ir à CNA e vir a esta Casa. Os governos que passaram… Não quero criticar o Governo atual nem… Todos os que passaram não tiveram sensibilidade política com o Semiárido, com a nossa região semiárida. A Transnordestina está lá, parada. A água, a transposição está lá, parada também, em alguns canteiros é que estão fazendo alguma coisa. Se não chover corretamente, se não chover normalmente, alguns Municípios do Semiárido da Região Nordeste… São 1.700 Municípios que estão no Semiárido, e muitos já estão sendo abastecidos com carro-pipa, e outros terão que ser abastecidos com carro-pipa, o que é um caos para a região.

E aí eu fico olhando: o Governo Federal está construindo casas. O menor Município que você passa tem 50, 100, 150, 200 casas sendo construídas. E eu pergunto: quantas casas estão sendo construídas nas propriedades? Quantas? É manter o homem no campo?

E se fala na reforma agrária. Fazer reforma agrária no Semiárido? Isso é uma falácia! É preciso, em toda a região semiárida no mundo, de grandes áreas para você sobreviver nela. Estão fazendo minifúndios, estão fa-

zendo uma rede de retalhos Semiárido, e isso é uma bomba no futuro. É uma bomba. É um caos social no futuro. Hoje, temos Bolsa Família, bolsa renda, bolsa de tudo no mundo, seguro safra, por conta da perda de agricultura.

Eu já disse anteriormente: não se planta no Semiárido; no Semiárido se cria. É pecuária, como o é em toda região semiárida no mundo.

Fico pensando, quando ando de João Pessoa a Cajazeiras, e olhando o que há plantado e o que está se criando. Ando em outros Estados do Nordeste, e é do mesmo jeito. "Não, mas não tem miséria, não tem fome", mas e a dignidade das pessoas vai para aonde? Será que os filhos e netos dessas pessoas também vão ter Bolsa Família? Será que a sociedade está preparada para desembolsar mais dinheiro para segurar esses que estão lá na área rural, que estão na periferia com o Bolsa Família? E a dignidade dessas pessoas onde fica?

Há 15 anos, a gente já começava a fazer protesto. Fizemos um protesto há 15 anos, em Paulista, perto de Pombal, às margens do Rio Piancó, por 15 dias com mais de cem vacas na porta do Banco do Brasil. O Banco do Brasil, Senador, era para estar aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Foi convidado, mas é mais um órgão do Governo que não respeita o Nordeste.

O SR. MÁRIO BORBA – O Banco do Brasil, no passado, foi, vamos dizer assim, o grande pai do produtor rural no Nordeste. Eu comecei minha atividade, com 20 anos, na porta do Banco do Brasil. Comprei trator, comprei máquina, tinha quatro, cinco cédulas rurais, nunca deixei de pagar nenhuma. O Banco do Brasil, quando chegaram os anos 90, empurrou todo mundo para a Dívida Ativa da União. Transformar crédito rural em Dívida Ativa da União em uma região semiárida? Isso é um descaso total, é uma irresponsabilidade! O que estão fazendo com nosso Semiárido é uma irresponsabilidade do Governo.

Às vezes, a gente critica os bancos, faz críticas ao banco, porque há alguns gerentes que humilham o nosso produtor, há gerentes que não tratam bem o nosso produtor; há pessoas que não estão indo ao banco com vergonha. O produtor rural tem vergonha de dever; quando ele deve, é porque não pode pagar mesmo. Há suas exceções, mas, quando ele deixa de ir ao banco, é porque está envergonhado. Ele chega, senta na frente de um gerente e fica trêmulo. E há gerentes – não são todos eles – que, às vezes, exigem o último centavo daquele produtor. E o produtor fica acanhado, o produtor fica trêmulo, fica tenso. Quantos produtores já morreram?

No ano passado mesmo, um fornecedor de cana na Paraíba, com terra em Mamanguape, chegou na minha frente e chorava, dizendo: "Mário, o meu maior desgosto é porque a terra não foi minha, não foi de meu pai; a terra foi da minha mulher, da família dos pais dela. Fico envergonhado até de encarar meus filhos e minha esposa. Não estou indo para minha casa, estou ficando direto na propriedade, porque não tenho como encarar minha família". Eu chamei a família desse cidadão, conversei com a mãe, com a esposa e conversei com a filha, e disse: "Tenham cuidado, conversem com ele, falem com ele, chamem ele para casa. Ele não teve culpa. A culpa foi da economia na época. Então, conversem com ele". Elas conversaram com ele, e foi mesmo que nada: dias depois, esse cidadão, às 8h da manhã, quando os empregados foram lá e abriram a porta, esse cidadão estava morto por conta de um enfarte.

Com mais outros, meia dúzia deles, aconteceu isso. Pessoas tiveram derrame, enfarte; pessoas que tiveram que fazer cirurgias de cabeça por conta de derrame. São n casos que acontecem no Nordeste, dessa natureza. Há pessoas que construíram patrimônio e perderam tudo do dia para noite, e não foi culpa dele não; foi culpa da natureza, foi culpa de uma política agrícola para o Semiárido. O Brasil tem que criar uma política agrícola diferenciada para o Semiárido. Tem que criar. É responsabilidade do Congresso Nacional, do Senado Federal criar uma política agrícola diferenciada para a Região Nordeste, para o Semiárido.

O que está fazendo a Sudene? Abriram a Sudene para quê? Há lá cento e tantos funcionários velhos, foi um dos únicos órgãos e instituições do Governo que não fez nenhum. As pessoas que estão lá, os novos que estão lá são pessoas nomeadas pelo Governo Federal. Conheci pessoas na Paraíba que foram por quatro anos assessores parlamentares na Sudene e nunca assinaram ponto na Sudene. Nunca houve um concurso para a Sudene.

Então, é preciso, Senador, que haja realmente um diferencial com esse Nordeste, com o Semiárido.

Temos as questões do nosso endividamento, que, como disse, vêm se arrastando há muitos anos, há muito tempo. Não se encontra uma solução, não se encontra saída. Não sei o que acontece. As medidas provisórias chegam a Casa, mas, quando chegam à Presidência, à Casa Civil, ao Ministério da Fazenda, sempre esbarram, antes, como eu estava dizendo, com o API; hoje, com o Gilson Bittencourt. Não sei o que eles têm contra nós, nordestinos, porque até hoje ficam fazendo uma política contrária, uma política que não é digna com o nosso Semiárido.

Há uma coisa que também não foi incluída. Vocês vejam que, na Lei nº 12.844, só são contemplados os Municípios que estão em área de emergência, cujos prefeitos declararam estado de emergência. Há Municípios cujos prefeitos não declararam estado de emergência; há prefeitos que não declararam por outros motivos,

por exemplo, prefeito que estava com dinheiro para sair do Ministério de Turismo e, se ele pegasse o dinheiro, não receberia dinheiro para fazer a festa dele e preferiu não declarar estado de emergência; outros, por lapso, não fizeram também o que deveriam fazer naquela época. Queríamos que, na medida provisória anterior, na 12.844, justamente fosse incluído o Município que estivesse em área da Sudene. Vejo nesse momento tratamentos diferentes: no Nordeste propriamente dito, onde há uma incidência de seca maior, há Municípios não declararam estado de emergência e ficaram de fora, enquanto isso noto que os do Espírito Santo e os Municípios de Minas Gerais que estavam em área da Sudene foram contemplados. Então, são dois pesos e duas medidas.

A questão das custas judiciais foi outra coisa que ficou acertado para entrar e não entrou. Seria por contrato e não por CPF. Quando se trata de CPF, juntam-se dois ou três contratos, e as pessoas, no somatório, ficam fora desse processo e não têm condições de renegociar suas dívidas.

Outra coisa que a gente ignora é a questão dos extratos, no caso do Banco do Nordeste. Pedimos para colocar isso e também não foi colocado. Quando se chega a uma agência do Banco para solicitar um extrato, o que acontece? O Banco não fornece o extrato na sua evolução. Coloca o valor, o saldo devedor e o valor que tem para renegociar em um papel comum, não timbrado do Banco.

Também pedimos, e ficou de fora também, que o crédito emergencial de 1998, na hora do somatório dessas contas – e quando a gente fala em crédito emergencial já se está dizendo que é um crédito diferenciado – ficasse de fora, que fosse negociado por fora.

Outra coisa, no caso das cooperativas, é a não obrigação da apresentação de certidões negativas. Se a cooperativa que representa um grupo de cooperados está inadimplente, como ela vai conseguir uma certidão negativa para poder renegociar a conta daqueles cooperados? Outra coisa também

Outra coisa é que, na hora em que você renegocia, você fica devendo uma quantia menor, por conta dos rebates. Então, que se libere parte das garantias excedentes, até para que dê condições de o produtor tomar um novo dinheiro no banco, porque senão ele não toma. Em alguns casos, você prorrogou por dez anos e vai lá fazer um crédito emergencial para dez anos. E o que acontece? Você passa a ser um cliente de risco para o banco, e o banco não faz aquele crédito emergencial. Então é, na hora em que você renegocia, liberar aquelas garantias excedentes.

Outra coisa também que ficou de fora e vem ficando de fora é a questão dos prodesianos. O Prodesa, em 1996, se não me engano, foi um projeto do Banco do Nordeste que era para agrônomo, veterinário e zootecnista. Essas dívidas geralmente estão entre R$200 mil e R$300 mil, e essas pessoas sempre têm ficado de fora, Senador.

Então, está acontecendo neste momento a Medida Provisória nº 636, da qual o Senador Wellington Dias é Relator. Nós estivemos com ele ontem. Diversos Deputados e Senadores do Nordeste já fizeram diversas emendas – eu as tenho aqui, inclusive – à MP 636 no sentido de que essas coisas de que estou falando aqui sejam colocadas na medida provisória.

Só que não sei o que acontece que a gente sente no semblante dos Senadores, aqueles que são relatores geralmente dessas matérias do Nordeste, a dificuldade na hora de se sentar com a Casa Civil, com o Governo, com o Ministério da Fazenda. Há intransigência dessas pessoas em não querer ceder alguma coisa para o nosso Nordeste.

Enquanto isso, o Governo faz porto lá fora, perdoa dívida de A, B e C, de outros países, e o Nordeste… Somos irmãos também, Rabelo. Os nordestinos são brasileiros também. Por que não serem tratados também de uma maneira diferenciada, como são tratados os cubanos e venezuelanos, lá fora? Será que nós não somos brasileiros? Vamos levar a vida inteira sendo tratados desigualmente, neste País?

Mas um dia, eu tenho certeza, o Nordeste vai dar a resposta a este Brasil. Nós estamos numa região de turismo, que está despontando cada vez mais; e há a transposição, que eu não sei quando chega, mas tenho essa esperança que um dia chega. Vamos dar a volta por cima em muita coisa e vamos mostrar isso para o Brasil inteiro.

Então, esses prodesianos precisam ser incluídos nessa renegociação. Eu conheço um prodesiano cuja esposa trabalhava na Caixa Econômica. Ela teve que sair da Caixa, se aposentar, forçar uma aposentadoria, para ir para o interior, para ir para a propriedade. Toda vez que ela toca nesse assunto, ela chora, porque ela não tem uma casa na cidade, não tem uma casa em Campinas, não tem uma casa em João Pessoa. Saiu de lá para ir viver com o marido, que é um técnico agrícola, na propriedade. No entanto, ela hoje é decepcionada e arrasada com tudo isso que aconteceu na vida dela. Ela se arrepende e diz que por tudo no mundo não deveria ter feito isso.

Há a questão do Recopi. Também é o enquadramento na Lei nº 12.844.

Autorizar renegociações de dívidas contratadas antes de 31 de dezembro de 2006 com valores superiores a R$200 mil.

Eu não sei o que acontece, Senador, com o nosso Nordeste. Quando nós fizemos securitização, lá atrás, não havia limite. E hoje, em tudo que se vai fazer para o Nordeste, há um limite. Eu não sei que tratamento diferenciado é esse. Deveria dar um tratamento diferenciado para melhor, mas dá um tratamento diferenciado para pior. Por que não se pode renegociar acima de R$200 mil? O Sul, o Sudeste, o Centro-Oeste, quando fizemos securitização, todos podiam renegociar R$200 mil, R$300 mil, R$400 mil. O Nordeste fica limitado, não pode passar de R$100 mil. É até R$100 mil. Acima de R$100 mil, é uma operação como outra qualquer. Por que essa diferença? Quando a gente fala com o Senador relator, com o Deputado relator, é porque o Governo só quer beneficiar o pequeno.

Eu quero saber quem é grande no Nordeste brasileiro. Na Paraíba, mais de 90% das propriedades – isso é no Nordeste todo – tem menos de 100 hectares. E 100 hectares é menos do que dois módulos rurais no Nordeste.

E por que não negociar R$200 mil? Será que nós somos miseráveis e que só podemos tomar até R$100 mil, só podemos tomar até R$80 mil?

Pelo amor de Deus, eu não aguento mais isso! São 13 anos, andando aqui em Brasília, sentando com superintendente de banco, sentando com gerente de banco, discutindo as coisas, tentando resolver alguma coisa. Pega-se um técnico da CNA, coloca-se um técnico à nossa disposição no Ceará. Há uma cooperativa no Ceará cujo débito foi levantado pelo banco; deu mais de R$6 milhões. Foi contratado um perito para calcular essa conta, que baixou para R$1,2 milhão. Foi mostrada a planilha, no entanto, o Banco do Nordeste, de Fortaleza, ainda não mostrou essa planilha de volta, sobre essa conta encontrada, de mais de R$6 milhões. Então, a gente fica cansado de tudo isso.

Vejam o seguinte, outro problema:

Art. 1º Para os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os encargos financeiros e o bônus de adimplência passam a ser definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional…

O Ministério é da integração e até hoje não mandou essa proposta para o Conselho Monetário.

Mais à frente, está aqui:

Art. 15. São atribuições de cada uma das instituições financeiras federais de caráter regional, nos termos da lei: .....

§1º O Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, definirá as condições em que os bancos administradores poderão renegociar dívidas, limitando os encargos financeiros de renegociação aos estabelecidos no contrato de origem da operação inadimplida.

Quer dizer, as coisas não acontecem, não andam. Está aí a 12.876, que até hoje não foi regulamentada. Depois de regulamentada, vai para o banco, vai ser normatizada e já faz mais de seis meses. A lei foi em julho e, até hoje, não aconteceu isso. Por que não acontece? Quer dizer, parece que existe alguma coisa contra…

E está incluída na 12.876 a questão das dívidas que foram para a União. Estão lá, mas até hoje as pessoas…

Estou aqui e recebi uma correspondência hoje pela manhã, da Federação de Alagoas, em que um produtor que está com sua dívida executada, cujos bens sofreram arresto, porque, até hoje, não foi regulamentada uma lei publicada em julho pelo Governo Federal, sancionada pela Presidente em julho. As pessoas estão sendo executadas e perdendo seu patrimônio.

As dívidas públicas, as dívidas da União em Alagoas são de pequenos fornecedores de cana que estão sendo executados, perdendo cinco, perdendo dez hectares. Quer dizer, isso é um descalabro, vamos dizer assim.

Eu tenho o caso de um fornecedor de cana em Timbaúba, Pernambuco, na fronteira da minha cidade, na Paraíba. Esse cidadão, mais de 20 anos atrás, tomou um crédito rural, comprou máquina, fez algum financiamento e penhorou uma área de 100 hectares. Esse cidadão morreu há 12 anos com câncer. Ficou a viúva. Ela já tinha perdido uma filha com crupe e perdeu um filho, aos 13 anos, com câncer também. Os outros quatro herdeiros vivem aperreando essa viúva, porque a propriedade está penhorada, e até hoje o Banco do Brasil não resolve a conta dela. O Banco do Brasil entrou com ação de arresto contra essa senhora. Chegou lá, levou um trator com reboque, com pipa, com 12 bombas, um pulverizador, levou uma carregadeira, uma enchedeira, de cana, e levou uma carreta em que ele transportava, terceirizava, na usina, essa cana. E mais outro trator. Levou quatro equipamentos dessa senhora, viúva, que só tem hoje uma filha. Está com 62 anos essa senhora. O banco vive aperreando ela, de vez em quando, com audiência. E levaram tudo isso. O Banco do Brasil não consegue fazer um acerto de conta com essa senhora. Levaram tudo que é patrimônio desse rapaz. Faz 22 anos que essa questão está na Justiça.

Quer dizer, são exemplos e mais exemplos que acontecem. E, com isso, a nossa atividade no Semiárido está desaparecendo.

Mas eu entendo muito bem, Senador, porque, desde o meu avô, o meu pai, eu vivo em propriedade; não sei fazer outra coisa. Eu já fui prejudicado por governos anteriores, quando eu era arrendatário de uma pro-

priedade, que foi desapropriada porque os donos achavam que era muito dinheiro vender terra ao Incra. Eu saí, e faz 21 anos que brigo na Justiça, na rede federal, para receber os meus pertences e até hoje não recebi. Conheço n produtores nessa situação e entendo muito bem essas coisas. Eu venho dizendo aos nossos produtores: vocês se preparem, porque é disso para pior. Parece que é uma coisa crescente que todos os governos…

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Mário.

O SR. MÁRIO BORBA – Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu não estabeleci tempo, mas eu pediria que o senhor encerrasse.

O SR. MÁRIO BORBA – Está o.k. Vou encerrar agora.

Então, o que eu vejo é que é uma coisa premeditada contra o produtor rural neste País. E, no Nordeste, parece que só querem deixar os micros e pequenos como massa de manobra. Médio, grande não existe, já acabou há muito tempo. Restam algumas usinas lá que têm suas áreas para plantar cana. O resto são pequenos e médios produtores. Mas nem de médio o Governo quer saber mais.

Então, diz logo, manda a gente ir embora, deixa a gente… Este Brasil é imenso. As oportunidades estão aí por todo canto. Compra o que é nosso, mas compra pelo preço real. Não faz como alguns estão fazendo com o índio por aí afora, com milhares de propriedades invadidas.

Então, eu quero, neste momento, Senador, agradecer a oportunidade e me colocar à disposição. A gente fica cansado. Não sei de quantas audiências públicas eu já participei nesta Casa. Neste Brasil afora, protestos e mais protestos: acorrentar banco, botar osso em porta de banco, botar vaca em porta do Banco do Brasil. Enfim, tantas coisas já aconteceram, e nada se resolve. É uma insensibilidade política do Governo Federal – não só deste, mas também de outros – de não querer resolver o problema nosso do Semiárido.

Na próxima terça-feira, já vamos ter uma nova audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara – a CNA ontem me falava isso e o Deputado Raimundo Gomes de Matos também já falava isso para mim ontem. A CNA já me indicou para, na terça-feira, estar aqui de novo falando sobre a questão da inadimplência do produtor rural do Nordeste. É cansativo já esse negócio.

Então, muito obrigado.

Eu quero deixar aqui, Senador, alterações do art. 8º, inclusive para que V. Exª converse com o Senador Wellington Dias para discutir alguma coisa com ele nesse sentido.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Dr. Mário Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba.

Passo a palavra, agora, aos Senadores que assim desejarem. No caso, quem pediu a palavra, pela ordem de inscrição, foi a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Senador Cícero Lucena, eu queria, antes de mais nada, cumprimentá-lo pela iniciativa.

Tenho uma convicção, pela experiência em várias comissões das quais participo, entre elas esta, em que recentemente discutimos o impacto do apagão energético ou de energia elétrica sobre a atividade rural. Sou do Rio Grande do Sul, mas nós temos visto que fatos muito graves têm acontecido, como o exemplo de um produtor de aves, de frangos, no Piauí, que perdeu várias centenas de frangos, porque faltou energia e os frangos morreram.

Então, esse é apenas um dos problemas, além daqueles elencados aqui pelos expositores. Portanto, não é exclusivo, Mário Borba. Eu entendo perfeitamente o seu desabafo – isso é um desabafo –, o desabafo de quem já está quase cansando da luta. Mas não esmoreça. Lá no meu Estado – e imagino que na Paraíba também –, água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Então, temos que ter persistência nessas coisas, e muitos são os casos. Às vezes, demora 20, 30 anos, mas temos que continuar. No regime democrático, também.

Então, eu queria até cumprimentar muito a representação do Banco do Nordeste aqui – dois representantes do Banco do Nordeste –, o representante do Ministério da Fazenda.

V. Exª fez uma observação quando o Mário Borba se referiu à ausência do Banco do Brasil. V. Exª, com muita propriedade, disse que foi convidado e não apareceu. Acho que as instituições precisam, como está fazendo o Banco do Nordeste e o Ministério da Fazenda, comparecer aqui. A transparência, a disposição, o bom relacionamento das instituições… O que é o Banco do Brasil, pelo qual tenho enorme respeito, sou cliente do Banco do Brasil há muitos anos? É uma instituição pública, embora tenha ações na Bolsa com a participação de acionistas. Então, temos que ter também este compromisso, que é um compromisso que a sociedade exige de nós, dos agentes públicos, e o Banco do Brasil é um agente público, como é o Banco do Nordeste.

Então, queria destacar muito a presença do Banco do Nordeste aqui, porque está revelando, dos seus dirigentes, sensibilidade no trato de uma questão regional, e o Banco do Nordeste representa uma questão regional. Temos lá o Badesul e o BRDE, dos quatro Estados do Sul, mas não é o caso.

Queria aproveitar também, diante do que disse o Mário Borba, e informar que tentei, na semana passada, mais precisamente na sexta-feira, ter uma audiência com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Dyogo, para tratar de um assunto. Vários produtores queriam ir junto, mas eu disse: "Não, irei só eu e o Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos." Imagino que o Nordeste também tenha significação nessa produção para tratar de PGPM, que é a Política de Garantia de Preços Mínimos para a suinocultura.

Antes de pedir a audiência, falei com o Líder Eduardo Braga e faço questão de dar visibilidade e conhecimento, para mostrar que estamos trabalhando para isso. Fui demandada pelo Presidente da Associação dos Criadores de Suínos, Marcelo Lopes. A sede da entidade é Brasília. Ele também, claro, um criador. O Senador Eduardo Braga, muito prontamente, conversou com o Ministério da Fazenda e me deu uma informação, que repassei a eles, mas eles me contraditaram dizendo que não era assim. A garantia de preço mínimo não é o problema do que a indústria vai fazer conosco. A garantia do preço mínimo vai balizar os financiamentos, é um preço de garantia de referência, e quando há crise, temos proteção.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – É um seguro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Exatamente. E é um setor que tem crises cíclicas. Há dois anos atrás, houve uma crise violenta em todo o Brasil, fiz reuniões com representações do Nordeste.

Uma semana, hoje é quinta. Neste período, eu estive com o Ministro da Agricultura, que assumiu o cargo, um homem que é um produtor e que conhece, o Ministro Neri Geller, com quem conversei especificamente no dia da posse, fui lá antes porque tinha uma audiência pública. Ele disse: "Esse assunto foi tratado muito intensamente pelo Ministério da Agricultura e é uma questão relevante e fundamental." Ele mencionou o Dr. Rabelo, com quem conversou e disse que é o técnico no Ministério da Fazenda que cuidou disso, a menos que tenha um outro Rabelo no Ministério da Fazenda, na área de política agrícola.

Então, eu queria trazer para o Dr. João Rabelo essa preocupação e expor… Fui surpreendida porque o Dr. Dyogo… Um dia eu liguei para ele, e ele estava aqui, numa audiência na CAE, e ele atendeu na hora. Eu até fiz o registro: "Olha, estou sendo atendida aqui pelo Secretário." Era uma questão de dívida do Rio Grande do Sul, no Ministério da Fazenda. Fiz o registro e até brincaram na audiência dizendo: "Imagine, um Senador pedindo para registrar em Ata que um Secretário Executivo o atende na hora." Chamou atenção o episódio naquele momento.

Então, aproveito a sua presença, Dr. João Rabelo, para colocar isso, porque não é só o Sul que interessa, mas também o Nordeste, interessa… Apenas uma palavra sua sobre como está a questão. Porque o Conselho Monetário Nacional, pelo que estava entendido, pelo menos pelo que me disse o Ministro Neri Geller, deveria apreciar não, digamos, extrapauta, *ad referendum*, mas uma decisão consensuada dos membros do Conselho Monetário, especificamente sobre a questão da Política de Garantia de Preços Mínimos para a suinocultura.

Essa é a minha questão para o senhor. Quero saber como está isso.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Quero só dizer a senhora que eu tive oportunidade – antes de passar para o Dr. João Rabelo – de ser relator da Medida Provisória que tratava exatamente do endividamento dos agricultores do Nordeste e vou fazer referência a ela.

Quero lhe confortar, nobre Senadora, porque esse Dr. Dyogo a quem V. Exª fez referência tem um prestígio que não sei se é igual ou maior do que aquele que apresentou o relatório para a Petrobras comprar a refinaria nos Estados Unidos, que deu prejuízo à Petrobras de mais de R$1 bilhão e que, depois, por ter errado nessa compra, foi promovido para diretor internacional da BR Distribuidora. Tentei falar com ele duas vezes, quando era relator de uma matéria do endividamento, e até hoje não sei o retrato desse cidadão – o retrato –, então possivelmente deve ser um dos consultores da Presidência da República para ter tanto prestígio e desrespeitar o Poder Legislativo.

Passo a palavra ao Sr. João Pinto Rabelo para comentar sobre o que a Senadora fez referência.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Bom dia, Senadora. Tivemos uma sessão dos suínos há dois anos em que conseguimos, a bom termo, soltar a regulamentação necessária para o grande trabalho que a senhora apresentou, em que nós construímos uma solução para renegociação das dívidas e tudo mais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Preciso até – permita-me, Presidente – dar testemunho, porque, lá no Ministério da Fazenda, com o senhor, e fora do Ministério, inclusive aqui nesta Casa, da sua participação pessoal. Talvez eu tenha errado o endereço na procura pela audiência.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Não, senhora, a Secretaria Executiva é o órgão de relacionamento com os Parlamentares, mas estamos o tempo todo à disposição. Não lembro de nenhum convite que nos tenha sido feito que tenhamos recusado ou simplesmente não aparecido. Acho que, pelo que bem…

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – O senhor, sim.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Mas aqui, Senador, estou representando o Ministério da Fazenda de qualquer forma.

Se o senhor me permitir também, gostaria de falar alguma coisa sobre o que foi colocado pelo Dr. Mário, até para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Só pediria, porque não fiz em respeito à Senadora, porque sabemos que a Senadora tem várias audiências, então pediria que o senhor respondesse, porque também tenho algumas colocações sobre o que Mário Borba colocou.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Então vou só sobre os suínos.

Senadora, é o seguinte: já estamos trabalhando com o preço de referência para financiamento, isso é possível soltarmos, não haverá problema, mas essa é uma linha específica para financiamento.

O que a ABCS está solicitando agora é um preço mínimo em que há outras implicações, que são apoios, via Conab, não só de financiamento; então, apoio com subvenção.

O que estamos fazendo nesse momento, Senadora? Faz um mês, um mês e meio, que o Ministro Geller tem, que temos trabalhado isso intensamente, porque nos parece que precisamos ter uma visão mais estratégica da suinocultura. Acho que a senhora chegou a falar isso comigo há um tempo sobre esse assunto. Precisamos ter o pacote completo da suinocultura. O que efetivamente o Brasil precisa para mudar o patamar? Nós temos a suinocultura brasileira em que 85% da produção é consumida internamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Mercado interno. Carne bovina também.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Pois é, mas, na suinocultura, temos um espaço grande de crescimento no exterior, no mercado externo, há coisas a serem feitas.

Outra coisa que estamos vendo é que existe um problema muito sério, muito menos de preço, mas muito mais de custo na suinocultura, então, há uma necessidade também de atualização tecnológica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sustentabilidade também.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – De sustentabilidade.

Então, há necessidade de a gente colocar, e essa era minha intenção, montar um programa estruturado que leve em consideração a penetração no mercado externo, políticas de redução dos custos da suinocultura e, do outro lado, linhas de financiamento que permitam o desenvolvimento das novas tecnologias, aliadas ao equilíbrio ambiental.

Então, eu tive oportunidade de encontrar o Dr. Marcelo na posse do Ministro Geller e coloquei, exatamente, isso para ele, da necessidade de a gente sentar e discutir, profundamente, o tema e soltar um plano para a suinocultura, e as contribuições da senhora e da sua assessoria seriam muito bem-vindas. É nesse momento, mesmo, que a gente tem que trabalhar, e eu me coloco à disposição, quer dizer, na verdade, sou demandador, se a senhora puder nos dar as informações, nos ajudar a construir essa política para a suinocultura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu, agora, Senador Cícero Lucena, ao renovar os cumprimentos pela sua iniciativa, aqui, desse debate tão produtivo, queria agradecer ao Dr. Rabelo e dizer para ele que não me estranha a sua atitude. Todas as vezes em que nós o convidamos, o senhor veio. Eu, inclusive, fui autora de requerimento, e o senhor veio. E quero agradecer ao senhor essa porta aberta para tratar desse tema. É assim que nós esperamos que os agentes públicos ajam.

Então, V. Exª está limpando um pouco o conceito aqui emitido por mim, o que é muito bom, é muito positivo, porque nós não estamos aqui fazendo outra coisa senão atender essas demandas, porque nós somos também pressionados, legitimamente.

O senhor vê, quantas pessoas estão, lá, no cafundó do Judas, como a gente fala, lá nos confins do Brasil, em Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande, lá no Nordeste, na Paraíba, do Senador Cícero Lucena, ou em Pernambuco, ou no Piauí, em Minas Gerais, todos os Estados têm produção. Suinocultura existe em Rondônia, no Mato Grosso do Sul.

Quando eu vou, as pessoas… Eu até parei, porque a gente não tem garantia nenhuma, não tem uma política para a suinocultura.

Essa é a linha que V. Exª acabou de anunciar, a linha mais adequada, um conjunto de medidas, não pontualmente uma questão, que não vai resolver o conjunto dos problemas que o setor está enfrentando.

Evidentemente, também concordo, plenamente, com o senhor. Existe um espaço, eu diria, até, inesgotável, mas, aí, é preciso criatividade, talento e condições. Só que, veja só – e para terminar – o Proex, que é um programa de financiamento para estimular as exportações: as torneiras do Tesouro fecharam. Então, desde dezembro, esse dinheiro não está sendo repassado. E, lá, no Rio Grande do Sul, não só, e, aí, é aquela história, nós somos um parque produtor e exportador de calçados, que entra na agroindústria, porque calçado se faz com couro, Borba, não é? E o Nordeste é muito bom nisso, couro de cabra, couro de ovino, é uma maravilha, couro de bovino. Então, esse Proex, eu queria, Dr. Rabelo, por favor… As empresas estão sufocadas. Há a pressão da

Argentina, que não deixa entrar o calçado lá dentro, o Proex, que tira o gás que estava sustentando o setor, ou outros setores, não só calçadista, outras áreas.

Arroz, ele precisa desse recurso, e nós fizemos um esforço enorme para, também, desovar um estoque de arroz, para, na hora da safra, não ter problema.

Então, o País sai perdendo, porque essas linhas são, exatamente, para estimular novos mercados.

Então, eu fico muito feliz, V. Exª, eu vi que anotou aí, mas esse é… Ontem, mesmo, eu recebi muitas mensagens sobre isso.

Eu agradeço muito a V. Exª. Tomarei a liberdade de marcar um encontro. Eu irei lá, no seu gabinete, a hora que o senhor marcar, para a gente conversar um pouco mais sobre isso.

E, Senador Cícero, mais uma vez, queria cumprimentar o Mário Borba, que é o Presidente da Federação da Agricultura da Paraíba, o Sr. Nicolas – é Nicolas ou Nicola? Porque… Ah, Nicola. Desculpa, é Nicola –, ao Nicola Moreira Miccione, que é Gerente do Ambiente de Recuperação do Banco do Nordeste, jovem, aqui presente; ao José Maria Vilar da Silva, Superintendente Estadual do Banco do Nordeste, da Paraíba.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Então… Não. É que o senhor pinta o cabelo, está pintando o cabelo, para parecer mais velho – para parecer mais velho.

E agradeço a todos, e muito obrigada, Rabelo. Vou fazer isso.

Senador, mais uma vez, cumprimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Senadora. A presença de V. Exª sempre ilustra os debates.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Enriquece em todas as áreas.

A senhora é uma Senadora que tem exatamente a preocupação de cumprir o seu papel, a confiança que o povo do Rio Grande do Sul depositou na sua pessoa para representá-lo, e tem feito com reconhecimento de todos os pares da Casa, com muito brilhantismo, com muita correção e com muita justiça.

Então, eu que agradeço a presença da senhora aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Bom, eu vou voltar agora, antes de você poder responder João, e os demais também que acharem, porque a razão desta audiência pública é fruto da demanda que existe por parte dos pequenos agricultores, dos pequenos produtores do Nordeste, do sacrifício dos representantes. Então, essa é a razão dessa audiência pública.

Eu quero dizer que, em muitos desses assuntos que foram tratados pelo Sr. Mário Borba, nós tivemos a oportunidade de ser relator de uma medida provisória que tratava exatamente disso. E não custa dizer que fizemos audiências públicas aqui, fizemos audiências públicas nos Estados, e as demandas a que o senhor Mário Borba aqui fez referência, nós incluímos no nosso relatório. Foi inclusa a questão dos Municípios que não tinham emergência, mas que eram área da Sudene, porque é inconcebível para toda pessoa que tiver o mínimo de bom senso: nós tivemos casos na Paraíba de uma fazenda ter a sede num Município não incluso na questão da emergência, mas incluso na Sudene, e suas terras eram de outro Município, e não eram beneficiadas. Onde ele plantou não teve o benefício, porque não foi decretada emergência.

Então, nós tivemos essa preocupação. Tivemos a preocupação de individualizar o processo, os contratos, porque isso permitia, então, que a pessoa tivesse um pequeno benefício, 5% ou 10% a mais, mas era uma necessidade. Nós tivemos a preocupação com o extrato, responsabilizamos os funcionários do Banco Nordeste: se não dessem o extrato, eles seriam responsabilizados criminalmente se não o fizessem, porque essa realidade que Mário Borba disse aqui eu ouvi dele, eu ouvi de vários produtores que chegam ao Banco do Nordeste, e, em muitas vezes, o funcionário que dizia o valor do débito dele não queria nem anotar, mandava o agricultor anotar porque não queria se comprometer. Não era dar papel timbrado, não era dar um extrato não. Não queria nem anotar, Sr. José Maria. Não queria anotar, mandava o agricultor anotar, para não dizer que era o Banco Nordeste que estava dizendo o quanto ele estava devendo. Nós tivemos depoimento disso em várias audiências públicas. Nós tivemos a preocupação do custo dos advogados. E aí continua se repetindo. Eu fico olhando assim e vi aqui: paga com 15% a dívida contraída, mas tem que pagar 10% aos advogados que ele não contratou. Ele foi acionado, alguns com risco de perder a sua terra, porque ele não teve condição de contratar um advogado, mas, na hora de negociar, tem que pagar 10% aos advogados terceirizados do Banco Nordeste – terceirizados, não são do Banco Nordeste, mas promovido pelo Banco Nordeste. Ou seja, vamos ser verdadeiros: a dívida, o "cabra" – desculpem-me a expressão – não paga com 15% não, ele paga com 25%, porque ele tem que pagar 10% dos advogados.

Isso estava na nossa medida provisória, para que não houvesse esse custo dos advogados, para que a dívida fosse verdadeiramente 15%. Preocupa-me, Mário, quando você me disse que uma dívida que foi apresentada de R$6 milhões, quando foi verdadeiramente auditada, caiu para um milhão e pouco. Imagina o pobre agricultor que tomou R$10 mil emprestado.

Eu citei o caso duma carta. Eu fiz um pronunciamento, nessa semana, sobre o Sr. Francisco, de Boqueirão, e eu fiz pronunciamentos também quando eu era relator, porque eu fui a Boqueirão, que é ali junto ao Açude Epitácio Pessoa – José Maria, você conhece bem, porque é o maior açude que nós temos lá na Paraíba, maior não, maior é Coremas-Mãe D'Água, mas é que, por exemplo, abastece a grande Campina Grande, que vai ser um pulmão de transposição do Rio São Francisco –, e ele me contava a seguinte história: ele tinha tomado um empréstimo de R$10 mil para comprar umas vacas. Aí foi preciso… Por causa da seca, ele tomou outro empréstimo de R$12 mil, que era para comprar ração. Estou falando de R$12 mil, minha gente! Não é a Petrobras, que comprou uma refinaria de US$1 bilhão, não. Estou falando de R$10 mil e de R$12 mil para comprar ração, para manter o rebanho dele. Sabem qual é o tamanho do rebanho dele? Não é o rebanho da JBS, para a qual o BNDES empresta bilhões e bilhões de reais, para que ela crie. Não. Estou falando de quatro, seis vacas; estou falando de cinco ou seis ovelhas ou cabras. Para manter o rebanho, ele tomou R$12 mil; no outro ano, teve de tomar mais R$10 mil para perfurar um poço, para esse rebanho não morrer de sede, Dr. João.

Total: R$33 mil – foi o que ele tomou emprestado. Eu queria… Cada cédula dessa, ele teria um rebate de só pagar com 15. Como juntou, ele teria de pagar com 25, Dr. Nicola.

Esse cidadão disse: "Estou trabalhando, prestando serviço fora para poder… Eu paguei durante seis anos, mas aí não aguentei mais pagar. Vão tomar minha terra. Fui ao Banco do Nordeste, e o homem nem anotou, pediu para eu anotar: R$235 mil. É o que estou devendo."

Eu disse: "Mas rapaz, R$235 mil?" "Duzentos e trinta e cinco mil reais. E estão com uma ação. E mais: o gerente do Banco do Nordeste me disse que vão tomar minha terra e que vai para leilão a terra, e o que apurarem da terra, se não pagar esses R$235 mil, ainda vou continuar devendo."

Eu disse: "Quanto vale sua terra, se eu fosse comprar hoje?" Ele disse: "R$40 mil, R$45 mil."

Essa é a realidade do Nordeste, a realidade que os técnicos do Ministério da Fazenda, dos bancos que emprestam dinheiro…

O Superintendente nem digo tanto, porque está lá; deve receber demanda, se tiver oportunidade. Talvez não no seu gabinete, mas nas suas visitas ao interior, o senhor deve ter conhecimento dessa dificuldade.

Então, essa é a realidade.

Isso me faz lembrar – ele já se foi, não pediu reserva, já morreu – um comentário de um Embaixador, Azambuja. Eu era Governador da Paraíba e fui a Buenos Aires para divulgar o turismo do Nordeste – em cujo turismo Mário tem esperança –, para se ver como o Nordeste é sacrificado.

Aí, um parêntese, o Embaixador Azambuja, carioca, disse – foi a primeira vez em que tinha ouvido aquilo – que a construção de Brasília tinha sido a maior burrice pública do mundo – do mundo. Veja bem, eu nunca tinha…

Pelo contrário, eu lhe questionei: "Mas Embaixador, a centralização, vai ficar mais próximo, o projeto, não vai haver mais, por exemplo… as cidades estão crescendo…" Já naquela época – estou falando de 1994, dez anos atrás, 20 anos atrás – eu disse: "Mas as cidades estão crescendo, a parte burocrática funcionando nas cidades, se começa greve, interrompe-se a cidade. Brasília é uma coisa mais solta, mais preparada, planejada."

Ele disse: "Não, mas não estou urbanisticamente falando, Governador; estou dizendo que Brasília é a maior concentração do mundo, por metro quadrado, de burocrata e – o que é pior – tomando decisão longe das vítimas."

E está parecendo isso. Ele me falou isso há 20 anos, e fiquei sempre com isso na cabeça. Vinte anos atrás: "Brasília é a maior concentração do mundo de burocrata por metro quadrado, tomando decisões longe das vítimas."

Essa é a realidade. Mário Borba disse isso aqui no seu pronunciamento, pedindo que haja sensibilidade, que se vá conhecer a realidade, que se vá conhecer.

Já fui Ministro da Integração, e o Banco do Nordeste e o Ministério da Integração são uma falácia; não apita nada o Ministro, nada. Não é de hoje, não. Não fui Ministro deste Governo não. Mas não apita nada, porque é centralizado no Ministério da Fazenda.

Deveriam logo tirar e deixar dessa brincadeira. Deveriam tirar os bancos regionais do Ministério da Integração, porque é enganar o povo, talvez para dar jeton a quem represente-o no conselho desses bancos, porque operar, funcionar, não funciona. Essa é que a realidade.

Mário Borba, na nossa medida, que você acompanhou bem, nós tratamos do não pagamento dos honorários, nós tratamos da individualização dos contratos, nós tratamos do aumento desse rebate, nós tratamos da

responsabilidade do funcionário do Banco do Nordeste que não fornecesse o extrato, nós tratamos da questão do endividamento como um todo, reduzindo os custos, fazendo com que as coisas possam funcionar de uma forma verdadeira. Ouvimos todos. Falamos dos prodesianos, de quem nunca trataram, mas que nós incluímos na nossa medida provisória. E, para nossa tristeza, por eu ser um Senador de oposição… Vejam a que nível chegamos neste País, a que prática de governo nós chegamos neste País. Disse-me o Líder Eduardo Cunha, da Câmara, que a minha medida provisória não seria aprovada, que eles tinham combinado, na Casa Civil, que as medidas a serem atendidas seriam colocadas em outra medida provisória, que eu não sei se tratava do sexo dos anjos… Eu não sei do que era que tratava a outra medida provisória, que cabia lá penduricalhos… Não, eu lembrei: era a da Ferronorte, a da ferrovia. Eles derrotaram a minha e botaram nessa o atendimento parcial a isso aí que está dizendo que está funcionando. E que o Governo tinha feito isso em comum acordo e que a minha medida provisória não passaria. Ele me disse de forma honesta. Embora discordando, foi o único honesto que me disse que isso tinha sido tramado, arquitetado, elaborado na Casa Civil deste Governo que não queria atender àquilo que eu tinha… Era a da Valec, da Ferrovia do Norte, que era a Valec. Vejam bem: trataram de financiamento de R$10 mil numa medida provisória da Valec, mas não deixaram que todas essas reivindicações que o Sr. Mário Borba colocou fossem tratadas na medida provisória que foi editada para tratar do endividamento. Essa é a prática deste Governo, é o descompromisso deste Governo, porque este Governo tem na sua cabeça e na de seus burocratas que o Nordeste já está atendido por conta do Bolsa Família. Essa é que é a realidade.

Ontem, o Senador Aécio, num debate na Comissão de Assuntos Sociais, disse que o próprio Governo… Ele está querendo que o Bolsa Família seja algo em favor do povo nordestino, do povo brasileiro – mas o Nordeste, sem dúvida, tem o maior peso –, seja algo de Estado, não seja algo de chantagem política em véspera de eleição, dizendo que, se o outro ganhar a eleição, ele vai acabar com o Bolsa Família, porque ele faz isso nos bastidores, faz isso comunicando aos pequenos e sofridos povos do Nordeste que precisam do Bolsa Família como sobrevivência. Ele faz isso dessa forma. O Senador Aécio estava querendo dizer que isso é de governo… Entra governo, sai governo, independentemente de partido, o Bolsa Família não acabará mais. Terá, sim, de ser aprimorado, como ele propôs: em vez de ser três meses, se você tiver um emprego, você passa a ter seis meses, até para ver se deu certo, porque três meses é contrato provisório, é contrato instável. Mas o Governo não está querendo aprovar isso para continuar dizendo que foi o Governo que criou e que, se o outro ganhar, vai perder a coisa.

Eu faço referência a isso, porque o Senador Aécio disse que está disponível a informação: há R$10 bilhões que o beneficiário do Bolsa Família não foi buscar. Como não foi buscar? Um pobre que precisa disso? Há algo estranho nisso. No número que o Governo usa, dizendo que atende ao Bolsa Família, estão inclusos esses R$10 bilhões.

Do que nós precisamos – e este é o objetivo da audiência – é a realidade, Sr. José Maria, que é mais perto de mim, que é lá da Paraíba, dos nossos pequenos agricultores. Eles não estão tendo oportunidade naquilo que eles… Dos benefícios que foram dados, eu fico a me perguntar, quando tanto o senhor como o Sr. Nicola, que pede, e essa audiência é importante, para que possamos divulgar…

Quem estiver nos assistindo ajude esses pequenos agricultores, diga que está havendo a oportunidade. Não é o que queríamos, não é o que defendemos, não é o que relatamos, mas há um mínimo para aquele senão… Não vamos transformar o banco em "ele não vai ter o seu crédito negociado", senão vamos transformar o Banco do Nordeste no maior latifundiário do País de tanta terra que ele vai ter que tomar, se não atendermos esse prazo, se não fizermos essa negociação. Então, que essa audiência tenha, sim, oportunidade de divulgar, de esclarecer. E estamos à disposição. Se você for ao Banco do Nordeste e não for contemplado, conforme a legislação, avise-nos, que a tribuna daqui estará à disposição para que isso seja cobrado.

Após fazer essas colocações, passo à palavra ao Sr. João Pinto Rabelo, até porque ele queria responder já a Mário. E, depois, passarei a palavra, pedindo ao Sr. João Rabelo que já faça a resposta, bem como as suas considerações finais.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Mais uma vez, obrigado, Senador, obrigado a todos. Entendo a posição dos senhores, entendo a posição do Dr. Mário Borba, há uma necessidade de regulamentação, e a proximidade com o produtor mostra casos específicos que têm que ser tratados e que têm que ser olhados, sim, por nós, agentes do setor público; nós, servidores públicos – somos chamados servidores públicos, porque servimos ao público, essa é a nossa função. Mas sinto a necessidade de prestar alguns esclarecimentos que são fundamentais para que fique claro o que já foi feito e também não dê a impressão de que o produtor não deve ir – entende, Dr. Mário? –, é importante que o produtor vá, porque a maior parte das medidas provisórias já estão regulamentadas, sim, os seus prazos já estão em funcionamento, e precisamos utilizar desse espaço, utilizar o espaço na Federação da Agricultura, para que possamos ter uma quantidade maior de produtores; estamos apenas com um terço do público-alvo, que já fez as adesões que são necessárias.

Neste momento, é importante mandar uma mensagem clara aos produtores rurais que, pela liderança do Senador Cícero Lucena, nos assistem hoje: a importância de eles procurarem os bancos, para resolver as situações. É verdade que – há um ponto que o Dr. Borba colocou – falta regulamentação, falta regulamentação do art. 8º da Lei 12.844. Desculpe-me falar em termos técnicos assim, mas é necessário deixar bem claro que é dívida ativa da União. Essa dívida ativa da União, a suspensão das execuções já está valendo, mesmo que tenha acontecido dentro do período de validade da Lei 12.844, mesmo que tenha ocorrido, não deve ter acontecido, mas, mesmo que tenha ocorrido alguma execução. Essa execução de terras torna-se ilegal, torna-se sem efeito, porque havia uma lei federal que proibia a execução e suspendia os efeitos dessa execução.

Houve uma reunião, ontem, patrocinada pelo Deputado Afonso Florence, no Ministério da Fazenda, com o objetivo de tratar desse assunto com o Procurador-Geral da República, responsável pela Fazenda Nacional, pela dívida ativa, o Dr. Paulo Ricardo, que se comprometeu, afirmando que, na semana que vem, Senador, todas as unidades da PGFN estarão com a regulamentação sobre esse assunto. E vão começar tratativas com os tribunais, para deixar isso mais claro e evitar esses fatos que podem ter acontecido pontualmente, Dr. Mário Borba, para que isso não aconteça até dezembro de 2014, quando estão suspensas as execuções.

A respeito das operações de crédito que tinham parcelas em 12, 13 e 14 os produtores rurais têm 80% de desconto no principal, o pessoal da agricultura familiar tem 80% de desconto no principal, para pagar; aqueles que estavam adimplentes, as parcelas que venciam naquele período. Então, quem estava com a atividade normal e estava adimplentes, as parcelas de 12, 13 e 14 podem ser negociadas em 10 anos e, no caso da agricultura familiar, tem desconto de 80%. Esse é um tratamento diferenciado que está sendo feito pelo Nordeste, e algumas pessoas que o senhor citou ajudaram a construir essa medida.

Outra coisa é a operação de crédito de giro que foi tomada no passado para alimentação do rebanho. Ela tem 40% de desconto de principal também para a agricultura familiar e tem 10 anos para pagar para toda a agricultura.

Senador, as custas judiciais, o senhor tinha colocado no seu relatório, e elas foram absorvidos naquela outra medida provisória que se transformou na 12.872. O pagamento das custas judiciais, seguindo exatamente a orientação do senhor, foi retirado dos itens financiados.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Então, Dr. João, vamos aproveitar esta audiência para esclarecer isso de uma forma clara.

Um ex-prefeito de uma cidade do Vale do Piancó me ligou há 30, 40 dias atrás, dizendo que foi pagar a dívida da mãe dele, e o Banco do Nordeste disse que ele tinha… Sugeriu até o seguinte: o senhor tem que pagar ou, então, faça o depósito judicial.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Bom, vou deixar o Nicola responder esse ponto. Na verdade, esse item foi retirado com base no relatório do senhor.

Há uma série de pontos aqui, mas é importante, quanto à execução, deixar claro que a regulamentação, as soluções já estão nos bancos, pedir para que as cooperativas e os seus produtores, a federação nos ajude a abranger a adesão do maior número possível, que a solução é boa, está bem desenhada. Nós entendemos – nós, do Governo – que a solução é boa. Então, precisamos da análise de vocês para ver a orientação para os produtores rurais da região, para que a gente possa ter o maior número possível de aderentes a essas alternativas.

Senador, sei que o tempo da audiência pública está acabando, há alguns outros pontos, e, de novo, convido o Dr. Mário Borba para que possamos aprofundar esses pontos e esclarecer tecnicamente isso em reuniões lá, no Ministério da Fazenda. Quando o senhor quiser, a gente pode acertar essas conversas também, estamos à disposição das entidades. O interesse do Governo Federal é que a maior quantidade possível de pessoas faça adesão a essas renegociações e resolvam as suas situações daqui para frente, exatamente porque entendemos a fragilidade do tecido econômico que foi gerada por causa de três anos de forte seca que tem acontecido lá, no Nordeste.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer aos senhores pela atenção, em especial, ao Senador Cícero Lucena, sempre muito gentil por nos convidar para conversar aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu que agradeço a presença do senhor, e tenha a certeza de que a todas as audiências para as quais o senhor foi convidado, o senhor sempre se prestou a atender com muita gentileza. Permita-me só uma pequena… O sentimento do Governo, não o sinto exatamente com essa gentileza que o senhor faz, do senhor sim, mas do Governo, infelizmente, não sentimos. Estão aí os depoimentos da Senadora Ana Amélia e de tantos outros em outros momentos. Mas, sem dúvida nenhuma, o senhor faz um diferencial na forma com que o senhor respeita esta Casa e também cumpre o seu papel como agente público, até porque Governo passa, Dr. João, e o senhor, espero que continue lá, no Ministério.

Sr. Nicola.

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – Senador Cícero, levantando alguns pontos colocados pelo Sr. Mário Borba e já começando por esse ponto específico das custas. De fato, num recálculo das dívidas, as custas estão excluídas, o que ficou ainda foi a cobrança de honorários no art. 8º, já excluído do art. 9º. Então, esse ponto, eu diria que é o ponto ainda em que o banco não consegue ir além do que está disposto em lei. A gente, enquanto banco público, se restringe especificamente em relação aos termos da lei e regulamenta tal e qual a lei dispõe. Eu garanto ao senhor que é nosso interesse absoluto dar cumprimento.

Sabemos que, em alguns casos concretos, lá na ponta, na rede de agência relativamente grande, há alguns dissabores, alguns problemas, mas nos colocamos à disposição, na direção geral, na superintendência, para corrigir esses problemas. Não podemos pintar aqui um quadro de perfeição, de operacionalização de medidas, muitas vezes, complexas, e muitas se sobrepõem. São medidas que começam num semestre, e, às vezes, demora ainda um pouco a regulamentação. Depois, entra a nossa regulamentação interna, e há ainda alguns ruídos de comunicação na ponta que, com o tempo, vão sendo corrigidos. Como são medidas de curto prazo, ou seja, já se encerram, esse tempo de maturação, muitas vezes, não é suficiente. Quando se encerra, outra medida já vem com novos parâmetros, novas medidas.

Mas nós nos colocamos à disposição, dentro dessa transparência, colocada pela Senadora Ana Amélia. Não é nosso interesse não atender nenhum. Em absoluto, muito pelo contrário, queremos atender todo e qualquer produtor ou agricultor que tenha o seu enquadramento na lei. Gostaríamos até de fazer mais, mas temos um limite, as regras num contrato. De outro modo, se formos além do que dispõe a lei ou o contrato, há a responsabilização também do banco público pelos órgãos de controle, que não nos permitem ir além do que está disposto.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – O senhor me permite?

Há um jornalista na Paraíba que, quando quer fazer uma pergunta, ele diz assim: "Eu queria que o senhor respondesse à D. Maria, ao Sr. José, lá da Paraíba e do Nordeste como um todo. É para cobrar os honorários advocatícios ou não?"

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – No art. 8º, o banco, hoje, não tem autorização de dispensar. O que nós conseguimos, muitas vezes, em negociação interna, é não cobrar dos advogados internos – os advogados internos não cobram. É uma luta nossa da recuperação de crédito, propriamente. Agora, dos terceirizados, há um contrato, e nós não podemos descumprir esse contrato. Esse é um ponto.

Então, no art. 9º, não. Não é para cobrar…

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Então, hoje, o Banco do Nordeste já não cobra, se a medida for feita pelo advogado do Banco do Nordeste, só que, de 100% dessas medidas, 99% são feitas por terceirizados. Mas nós estamos tendo aqui uma disposição, mais uma vez, do Dr. João, para que, na próxima medida provisória, possamos deixar isso resolvido. E sai antes de junho?

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Daqui a três meses, acho que sim. Vamos trabalhar para isso.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Senão, a orientação que eu daria é a de que fosse depositado em juízo, mas nunca pago.

O SR. MÁRIO BORBA (*Fora do microfone.*) – Está sendo pedido na 636 que seja 50%.

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – Outra questão relevante levantada aqui é a questão dos extratos. Vou levar para a direção geral, conversar com a diretoria executiva do Banco. Já era algo que tínhamos, pelo menos, dirimido, ou em parte.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Tecnologicamente, isso é tão fácil.

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – E não há sentido… Também não podemos reconhecer aqui que há perfeição em relação a isso. É preciso haver uma orientação mais clara, talvez, e faremos isso ao retornar à direção geral, para colocar que, dentro desse contexto de transparência, não há como não entregar os extratos corretamente. Esse é um direito do agricultor. Talvez dentro de uma lógica, muitos desses processos são cobrados judicialmente. Então, há um receio natural e uma orientação, às vezes, do jurídico de não entregar o extrato, porque, muitas vezes, não há renegociação, o que gera depois uma discussão sobre o extrato. Enfim, é uma medida legal. Não podemos dar descumprimento a esse tipo de medida e vamos corrigir esse ponto.

Alguns pontos levantados, de fato, não podem ser adotados pelo Banco, como, por exemplo, fazer o recálculo de dívida por contrato e não por CPF. Os dispositivos legais são expressamente no sentido de um conjunto, e isso não depende de nós. Peço a compreensão.

Nas questões de certidão, o banco, em 2013, avançou em alguns pontos. Conseguiu dar interpretação com relativa segurança que permitisse renegociações e enquadramento legal sem algumas certidões, mas, em algumas outras, o dispositivo legal era muito firme, e não conseguimos avançar. Aí depende muito mais, talvez, de regulamentação.

Há outros pontos levantados pelo Sr. Mário Borba, como liberação de garantias, Prodecer e Recoop. Quanto a essas questões, de fato, nós estamos muito adstritos à lei. Então, são questões que aguardamos. Às vezes, até avançamos na regulamentação interna, mas só poderemos liberar quando houver qualquer tipo de disposição nesse sentido.

Enfim, o que eu posso dizer é que os números são relativamente alvissareiros em relação a números gerais, mas isso não resolve. Pegando as palavras do Senador Cícero, a D. Maria, lá na ponta, é que é relevante nos números gerais. E essa sensibilidade nós temos e nos colocamos à disposição para efetivamente, nos casos concretos em que a D. Maria e o Sr. José estejam com problema, colocar à disposição tanto pela superintendência da Paraíba, nos casos efetivamente lá do Estado, ou na direção geral. Vou deixar o meu cartão com o senhor para repassar o contato, para, qualquer dificuldade de operacionalização da lei, de acordo com o regramento do que dispõe a lei, podermos corrigir. Aquele caso concreto, muitas vezes corrigido, pode corrigir outros que sequer reclamam no dia a dia e perdem o prazo de medidas, que se não são as melhores, são as possíveis de serem adotadas pela instituição.

Encerrando, agradeço o convite. O Presidente do Banco agradece o convite pela participação. Estamos efetivamente à disposição do Senado, Senador Cícero Lucena, e quaisquer falhas identificadas tentaremos corrigir com a maior rapidez possível. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado Sr. Nicola, pela sua exposição, bem como as respostas. Essa sua sensibilidade é que nos permite acreditar que podemos avançar. O que fazemos aqui não é nada mais nem nada menos do que replicar ou ecoar a demanda do pequeno agricultor. No meu caso, como representante no Senado, é natural que eu traga a dos agricultores paraibanos.

Então, o nosso desejo é exatamente de ser um elo para que aqueles que não têm acesso ou que não têm oportunidade possam ter a chance de ter sua voz ouvida. Portanto, o que fazemos é isso. Espero, a exemplo do que o Dr. João Rabelo disse, que vai provocar junto ao Judiciário – que, com certeza, pode estar nos ouvindo também, que este seja um canal de divulgação –, que eles procedam dessa forma, não deem procedimento… O Judiciário já tem tanto processo, para que dar procedimento a algo que não cabe mais? Então, pegue todos os processos que estão nos gabinetes e faça de conta que já despachou; já arquivando, é um despacho.

Com a palavra o Sr. José Maria Vilar.

O SR. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA – Muito bem, Senador. Eu gostaria, inicialmente, de afirmar e reafirmar o nosso respeito para com esta Casa. Esta é uma casa do povo, o Banco do Nordeste é uma instituição pública e, portanto, também uma instituição do povo. Então, não viemos aqui como obrigação, mas prazerosamente, por acharmos que é uma oportunidade rica de discussão. Acho que as coisas se transformam mediante uma discussão, principalmente uma discussão que seja respeitosa – clara, mas respeitosa, como esta que vem ocorrendo neste momento.

Gostaria só de relembrar dois números que mencionei. Na Paraíba, o banco detém no seu ativo do crédito rural 138 mil operações. Dessas, 50 mil foram renegociadas, representando R$286 milhões, ou seja, é um universo bastante significativo.

Gostaria, Senador, de agradecer essa conclamação que o senhor fez aqui de público, em rede nacional, para que as pessoas procurem o banco, porque, infelizmente, diferentemente de sua postura, há lideranças, no Estado da Paraíba, que conclamam os produtores a não procurarem o banco, não renegociarem e não pagarem. Então, só há um perdedor nessa orientação: o próprio produtor rural, que vai continuar devendo, inadimplente, com restrições no sistema de crédito e sem gozar os benefícios que a legislação atual permite.

Então, gostaria de agradecer, porque é muito importante isso.

O Mário Borba já fez menção ao relacionamento respeitoso e cordial que temos na Paraíba.

Isso é verdadeiro, Mário, e mais uma vez nos colocamos à sua disposição, da Federação da Agricultura, da Federação dos Trabalhadores, Fetarn, Fetraf, sindicatos, porque é de nosso interesse, como falei, do nosso total e absoluto interesse, como cidadãos e como servidores públicos, levar o benefício dessa legislação a todos os servidores – por diversas razões, como falei: como cidadão e como servidor público e até uma outra razão que gostaria de dizer neste momento.

Ingressei no banco, Senador, aos 19 anos de idade – consequentemente, já faz alguns meses… E sou filho de agricultor familiar. O meu pai cuidava da terra com suas próprias mãos, não dispunha de tratores modernos, era arado movido a tração animal. Então, conheço muito de perto essa realidade. Então, como nordestino, como filho de agricultor familiar, tenho toda acessibilidade para isso. E, diante disso, eu posso lhe afirmar que a orientação que eu dou, no Estado da Paraíba, para todos os nossos gerentes, é que eles tratem com o máximo respeito e atenção o produtor rural, porque eles são cidadãos iguais a nós, eles têm o direito absoluto de serem bem tratados. Então, eu posso afirmar que essa é a orientação que nós damos.

Eu gostaria de aproveitar este momento também para, rapidamente – acho que não cabe talvez, neste momento, um aprofundamento dessa discussão –, relembrar que a seca não é um fenômeno isolado, a seca é uma certeza. Estatisticamente, a probabilidade de um ano de seca é muito maior do que de um ano de boa chuva. Então, é muito importante termos essa consciência de que o crédito é um elemento importante nessa cadeia, mas existe uma série de outras questões que, realmente, precisam ser tratadas conjuntamente: a questão da segurança hídrica, a questão de intercomunicação das bacias, a questão também da educação rural – o Mário Borba é uma pessoa preocupada com isso e vem trabalhando nesse sentido – e a questão também de disseminação de tecnologias.

É surpreendente vermos, Senador, na Região Nordeste, tecnologias, às vezes seculares, que ainda não são adotadas de forma sistemática, como, por exemplo, silagem e fenação. Se eu sei que, estatisticamente, em dez anos, seis ou sete são de seca, naqueles anos de bom inverno ou de inverno regular, eu tenho que estocar alimentação me precavendo para os anos de seca que certamente virão.

Eu acho que há também um desafio para que a sociedade construa, nos diversos níveis – municipal, estadual e federal –, mecanismos para uma melhor educação no meio rural, mecanismos para disseminação dessas tecnologias de convivência com o Semiárido, porque só assim nós ajudaremos mais o produtor e a própria região, transformando esses produtores, com uma maior produtividade, e assegurando uma melhor convivência com a seca.

O Mário Borba também falou aqui na questão da agricultura e da pecuária. Eu também entendo que, na região semiárida, a pecuária se apresenta como mais viável. Ficam esses desafios para todos nós construirmos.

Eu gostaria de agradecer primeiro o seu convite e a presença do Mário Borba. Cumprimento aqui o João Rabelo, o Nicola e todos os presentes. Fico à sua disposição e agradeço, mais uma vez, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Agradeço também ao Sr. José Maria Vilar da Silva, que é Superintendente no Estado da Paraíba, e, ao fazê-lo, faço também o agradecimento a Mário Borba, a João Rabelo, ao Nicola e a todos aqui presentes, renovando o nosso papel e o nosso compromisso e nos oferecendo para que nós possamos, quando possível, ser o elo entre a demanda do nosso cidadão e os órgãos públicos. Como vocês já disseram e renovaram aqui, todos nós somos servidores públicos e, no caso do Legislativo, além de servidor, nós representamos e temos que estar com a porta aberta para atender a todos.

Então, eu acho que essa audiência não só está…

Pois não, Mário.

Eu já tinha visto advogado e político falarem muito, mas agricultor, estou vendo agora que também fala.

O SR. MÁRIO BORBA – É de tanto sofrer.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Vamos lá, Mário.

O SR. MÁRIO BORBA – Só fazendo uma colocação, tivemos aqui uma audiência anterior, com o Rabelo também, e agora conversamos no sentido de que possamos estreitar esse laço com o Ministério da Fazenda.

Justamente já estamos marcando uma reunião com ele – conversamos aqui – no sentido de que possamos resolver algumas coisas, tirar algumas conclusões de alguns impasses que estão acontecendo nessa questão da resolução, num entendimento maior, num relacionamento maior, para que possamos chegar a um denominador comum.

Também já tivemos, em anos anteriores, reuniões com a diretoria do Banco do Nordeste, com o setor de recuperação de crédito, e eu queria propor aqui, com o Nicola também, que pudéssemos marcar uma reunião lá, em Fortaleza, com alguns técnicos das federações, para que pudéssemos estreitar justamente algumas questões, questões de honorários, algumas discussões que elencamos aqui, no sentido de estreitar isso aí. É interesse nosso querer resolver o problema e tenho certeza também do interesse do banco em querer resolver isso aí.

Eu queria aproveitar, neste momento, Senador, e dizer de um projeto que está acontecendo, através da CNA e do Senar, uma grande parceria com o Sebrae, que é o Sertão Empreendedor, do qual eu sou o coordenador institucional da CNA e do Senar. Nesse programa, vamos ocupar 25% dos Municípios do Semiárido, ou seja, mais de 400 Municípios do Semiárido vão ser ocupados.

O que é esse programa? Esse programa tem dois pilares principais, que é a aplicação de tecnologia e a mudança de conduta, ou seja, mudança comportamental dos produtores. Nesses Municípios, haverá grupos de 20 produtores, e o Senar passa a fazer a assistência técnica – já foi aprovado pelo conselho do Senar –, havendo um técnico para cada 20 produtores, num programa de continuidade de quatro anos.

Então, vamos fazer com que esses grupos sejam grupos de excelência, com aplicação de tecnologia e mudança comportamental.

Mais uma vez, quero agradecer este momento a V. Exª, Senador, nesta questão. Já falei demais, mas tem hora que a gente viaja, vem aqui, volta e não resolve nada, e o produtor pergunta o que foi, é uma medida, fica para outra semana, não tem audiência, é o relator, não vai haver quórum, fica sempre essa protelação. E aqui,

como o José Maria Vilar, a gente fica… Quer dizer, temos um bom relacionamento na Paraíba com o banco, com o José Maria Vilar, com o Silvio, que está aqui, e, depois disso, somos amigos, estamos lá no Conselho do Sebrae, do qual sou presidente, o Sílvio é presidente do Conselho Fiscal, o José Maria é conselheiro nosso, e a gente chega aqui numa sala, como se fôssemos, vamos dizer assim… Numa democracia, diplomaticamente, mas como se fôssemos inimigos e estivéssemos brigando por uma causa em que acho que a gente tem que sentar, conversar e pressionar o Governo…

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Nós estamos brigando pela boa causa, e não entre a gente.

O SR. MÁRIO BORBA – Pela boa causa.

Então, mais uma vez quero agradecer este momento e cumprimentar a todos. Terça-feira estou eu de volta. Não sei se o José Maria vem também. Mas estamos aí de novo nessa questão.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Mário. Obrigado a todos que vieram e acataram o nosso convite. Acho que esta audiência pública, sem dúvida nenhuma, cumpriu o seu papel. E estamos aqui para isso.

O avanço que vai haver, a desburocratização do encontro que você vai ter com o Dr. João Rabelo, com o próprio Banco do Nordeste e também a convocação para que os agricultores possam procurar o Banco do Nordeste, que vai passar a orientação da forma como devem ser atendidas essas pessoas sofridas, essas pessoas que, como o Mário disse em determinado momento da sua explanação, sentam na frente de um funcionário do banco tremendo… Você, que é filho de agricultor, sabe disso. Nada é mais forte, é mais sofrido, porque eles são honestos, são pessoas dignas, são pessoas trabalhadoras. Os que não pagam não é porque não querem, diferente de tantos outros que podem e não querem. O agricultor nordestino, em particular, deve porque não teve como pagar. Então, temos o dever e obrigação de olhar para essas pessoas, de defender essas pessoas dentro da legalidade, atendendo as suas necessidades.

Então, a todos que se fizeram aqui presentes, aos Senadores que aqui passaram, aos que estão nos assistindo, nós sentimos que esta audiência cumpriu o seu papel. E agradeço mais uma vez a todos. E peço que Deus continue nos protegendo.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE MARÇO DE 2014.

Às oito horas e vinte e seis minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e quatorze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ** e da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, EDUARDO SUPLICY, KÁTIA ABREU, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, FLEXA RIBEIRO e CÍCERO LUCENA**. Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, faz um relato sobre a situação do Estado de Rondônia em relação às enchentes, a enchente do Rio Madeira e em seguida dá início à deliberação de proposições, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 - Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **1-** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2-** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: **a)** de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). **b)** de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3-** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4-** Matéria em fase de votação. **5-** O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª e 5ª Reunião em 2014. **6-** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2007 – Não Terminativo - EMENTA: Dispõe sobre as sociedades cooperativas. **Autoria:** Senador Osmar Dias. **(TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2007 – Não Terminativo - EMENTA:** Dispõe sobre as sociedades cooperativas. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 3, de 2007, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 153, de 2007. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CCJ no prazo regimental. **2-** As matérias foram apreciadas pela CCJ, tendo sido oferecido Parecer favorável ao PLS nº 3/2007, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário ao PLS nº 153/2007. **3-** No dia 24.05.2012, a CRA realizou audiência pública para instrução dos projetos. **4**- As matérias serão apreciadas pela CAE em decisão terminativa. Após a leitura do relatório pelo Senador Waldemir Moka, os Senadores Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Gleisi Hoffmann e Ruben Figueiró usam da palavra para discutir. **Resultado:** A Presidência concede vista dos processos dos PLS nºs 3 e 153, de 2007, aos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann e Ruben Figueiró, nos termos do artigo 132, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal - RISF. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2012 – Não Terminativo - EMENTA:** Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com três emendas que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** A matéria será apreciada pela CDH, CCJ e, posteriormente, pela CAS em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Acir Gurgacz. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2013 - Não Terminativo - EMENTA:** Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria**: Senador Ruben Figueiró. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 133, de 2013, com a emenda que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CCT no prazo regimental. **2-** A matéria foi apreciada pela CCT, tendo sido aprovado Parecer favorável ao PLS nº 133/2013. **3-** A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa. **Resultado:** Adiado a pedido do Relator, Senador Ruben Figueiró. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2013 - Não Terminativo - EMENTA:** Acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para dispor sobre o fornecimento de alimentação aos trabalhadores rurais, no local de trabalho, sem desconto salarial e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 324, de 2013, com a emenda que apresenta. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** No dia 11/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresenta novo relatório que conclui pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **3-** A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2013 - Não Terminativo - EMENTA:** Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria**: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 552, de 2013. **1-** Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2-** A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Resultado:** A Presidência concede vista do processo do PLS nº 552, de 2013, ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos do artigo 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal - RISF. **ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, de 2014.** Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública, por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater sobre a ameaça de retirada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados, de uma área de 90 hectares, localizada próxima a BR-020, no Distrito Federal, onde desenvolve, há mais de 30 anos, relevantes pesquisas sobre solo e produção agropecuária. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia e o Senador Acir Gurgacz usam da palavra. **Autoria:** Senadores Rodrigo Rollemberg e Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **EXTRAPAUTA: ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, de 2014.** Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), consoante a Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2014, seja o planejamento, a execução e o controle do crédito rural no País. **Autoria:** Senador Benedito de Lira e outros senhores senadores. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no

Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz –** Senadora **Ana Amélia,** VICE-PRESIDENTE DA CRA PRESIDENTE DA CRA em exercício

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Gostaria de fazer um breve relatório sobre o nosso Estado de Rondônia com relação às enchentes, às chuvas amazônicas, que, somadas às chuvas que aconteceram na Bolívia e no Peru, resultaram na enchente do Rio Madeira. Hoje o Rio Madeira está com 19,6m acima do nível. A previsão pessimista que já tínhamos há duas semanas – a previsão otimista era de 19m – era de 20m. Estamos trabalhando com essa previsão pessimista, esperando que ela não aconteça, mas, infelizmente, ela já chegou a 19,64m ontem. Hoje ainda não recebi o boletim, mas a informação que temos é de que aumentou um pouco mais ainda. Então, deve chegar à casa dos 20m. Muitas ruas de Porto Velho estão alagadas, já há distritos sem acesso, assim como Guajará-Mirim e Nova Mamoré, e também o Acre, por onde passam a BR-364 e a BR-425, que liga a Guajará-Mirim. A situação é bastante delicada neste momento em algumas partes da cidade de Porto Velho.

Por outro lado, a Defesa Civil dos Municípios atingidos – Nova Mamoré, Guajará-Mirim e Porto Velho –, juntamente com a Defesa Civil do Estado, fizeram um trabalho excepcional no atendimento às famílias desabrigadas, tanto é que não houve nenhum incidente, Srªs e Srs. Senadores. Não houve nenhuma internação por acidente com relação às enchentes. Evidentemente que morte nem pensar.

Se podemos dizer que há alguma coisa positiva nisso tudo é exatamente esse fato de não haver nenhum incidente ou acidente. O que nós podemos fazer neste momento é trazer essas famílias, abrigá-las em ginásios de esporte, em abrigos, não nas escolas somente, até porque, se as colocamos nas escolas, não será possível haver aula. Então, estão levando essas famílias para abrigos construídos com o apoio da Força Nacional. O Ministério da Integração Nacional tem dado um apoio fundamental para o Estado de Rondônia. A Presidenta Dilma, que esteve no local, determinou que todos os ministérios dessem o apoio necessário neste momento para atender aos desabrigados.

Na sequência, já começaram a planejar o pós-enchente, que é o que nos preocupa. Muitas famílias, evidentemente, perderam as coisas das suas casas, mas muitas famílias perderam as casas também. No caso das pessoas que moram à beira do rio, a água leva; a água tem uma força impressionante, todos nós sabemos. E essas pessoas também não podem voltar para áreas de risco. Já era um local em que, de tempos em tempos, havia enchentes e essas pessoas eram removidas. Agora, é o momento de reestruturar essas regiões e, com o apoio do Ministério das Cidades, construir uma vila para essas famílias que estão desabrigadas e não têm mais onde morar.

Através do Programa Minha Casa, Minha Vida, Senador Ruben Figueiró, vai ser dada preferência para receber as casas a essas famílias desabrigadas. E, já de pronto, serão construídas outras casas para repor a quantidade a ser ocupada por essas famílias desabrigadas que não têm onde morar, Senador Moka, e precisam de um apoio. Nada mais justo do que essas famílias terem preferência com relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida. E a Presidenta já pediu que o Ministério da Integração, que faz todo essa trabalho de acompanhamento e de ação do Governo Federal, providencie a construção de outras casas para repor essas que já estão com os nomes das famílias prontas para entrar nas casas, mas vão aguardar em função da necessidade.

É um caso de emergência. Então, as coisas estão acontecendo, e o acompanhamento do Governo Federal, através do Ministério da Integração e também das Forças Armadas e da Força Nacional, tem feito a diferença no atendimento a essas famílias.

É evidente que não só a questão de moradias, mas o setor produtivo, a agricultura familiar, nessas regiões, são completamente afetados.

Vai ser necessário todo um trabalho – juntamente com a Secretaria do Estado de Agricultura, com as Secretarias dos Municípios de Agricultura, com o MDA – um acompanhamento para a reestruturação da cadeia produtiva da agricultura familiar.

Tudo isso está sendo pensado neste momento, juntamente com o Governo do Estado, através do nosso Governador Confúcio Moura; do Prefeito Mauro Nazif, de Porto Velho; do Prefeito Dúlcio, de Guajará; do Prefeito Laerte, de Nova Mamoré, no sentido de dar apoio a essas famílias, assim como DER e o DNIT também na reconstrução das BRs.

Há a BR-425, que é federal, e a BR-364, que também é federal. Mas há muitas ROs. Se a BR-425 e a BR-364 estão com problemas, imaginemos nós as vicinais dos Municípios. Elas realmente acabaram. Pontes que foram levadas, bueiros que foram levados. A situação realmente é muito grave.

Então, nós estamos, através do DER e do DNIT, pedindo apoio e fazendo uma ação, já com planejamento, para dar o atendimento às estradas rurais, às estradas estaduais e às estradas federais também. Mas tudo isso tem que aguardar o fim das águas.

Nós teríamos uma audiência pública aqui, dia 3, para discutir com os ministérios o que iríamos fazer pós-enchente. Mas a água não baixou ainda. É o motivo do pedido de adiamento dessa data da audiência pública, que eu entendo que ela só é eficaz quando as águas baixarem, e nós sabermos exatamente qual foi o estrago que aconteceu para, a partir daí, nós começarmos a discutir o que vamos fazer.

Então, nós vamos fazer um pedido para o adiamento da nossa audiência pública para aguardar e saber o que realmente aconteceu de estragos nas estradas, nas residências e no setor produtivo dos nossos Municípios no Estado de Rondônia.

Agradeço ao Senador Figueiró, que anteontem fez um pronunciamento citando o Estado e se colocando à disposição. É sempre importante recebermos o apoio dos nossos Estados vizinhos, Mato Grosso do Sul é um Estado muito próximo de Rondônia e que também tem a sua cadeia produtiva através do agronegócio, a agricultura familiar, a agricultura extensiva de produção de bovinos, etc, muito parecida com a de Rondônia. Então, agradeço a sua atenção sempre com o nosso Estado.

Vamos dar sequência aos nossos trabalhos.

Extrapauta.

Em cumprimento à Resolução nº 44, de 2013, do Senado Federal, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e nos termos do inciso IX do art. 90 do Regimento Interno, o qual determina que as comissões selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas implantadas pelo Poder Executivo, para serem avaliadas.

Há sobre a Mesa um requerimento que passo a ler.

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), consoante a Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2014, seja o planejamento, a execução e o controle do crédito rural no País.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, de 2014

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública, por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater sobre a ameaça de retirada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados, de uma área de 90 hectares, localizada próxima a BR-020, no Distrito Federal, onde desenvolve, há mais de 30 anos, relevantes pesquisas sobre solo e produção agropecuária. Para tanto, sugiro a presença de representantes das seguintes instituições: Embrapa Cerrados, Sedhab, Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Governo do Distrito Federal, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, Terracap, Superintendência do Patrimônio da União, Ministério de Ciência e Tecnologia e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

Esse requerimento foi subscrito também pela Senadora Ana Amélia.

Em discussão.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente desta Comissão, caros colegas Senadora Moka e Figueiró, Mato Grosso do Sul é assíduo nesta nossa audiência pública, que tem tudo a ver. Por isso, eu também procuro estar, porque o meu Estado, como o Mato Grosso do Sul, tem uma expressão muito grande no setor agropecuário.

No Rio Grande do Sul existem quatro unidades da Embrapa, Presidente Acir, Embrapa Pecuária de Corte, em Bajé; Embrapa Frutas de Clima Tropical, em Pelotas; Embrapa Uva e Vinho e a Embrapa Trigo e Soja. A Uva e Vinho, em Bento Gonçalves, que é a região da serra; e a Embrapa Trigo e Soja, em Passo Fundo, que talvez tenha sido uma das primeiras, com belíssimo trabalho em todas as quatro unidades.

Não tenho dúvida de que o Senador Figueiró, que sempre faz referências à Embrapa, porque tem um carinho especial; o Senador Moka, igualmente. Mas bom sujeito não é quem não fala bem da Embrapa, não é, Senador? Bom sujeito não é, como diz o samba.

Então, esse requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, assinado também por mim, faz todo sentido porque nós não podemos criar nenhum óbice, nenhum problema para uma estação ou para uma unidade de pesquisa, que a Embrapa vem fazendo aqui na área do Cerrado, para tirar a área que a Embrapa ocupa há várias décadas para uma finalidade social.

O que é a pesquisa para desenvolver? É uma finalidade social também. Então, é uma coisa incoerente, eu diria até, de tratar do tema desta forma. O Governo do Distrito Federal teria destinado a essa área, que é uma área muito importante de pesquisa de solo, de alimentação, de ração, de pecuária de corte, para um projeto de habitação popular. Nós somos os primeiros a defender projetos sociais nessa área, mas o Distrito Federal dispõe de muitas áreas, muitas áreas para isso. Se houvesse uma fiscalização rigorosa, todas as invasões em áreas urbanas, áreas nobres, que foram invadidas, nós teríamos mais áreas ainda para ocupação social.

Então, nós queremos discutir este tema aqui na Comissão de Agricultura, porque temos que preservar a Embrapa, não só o seu corpo diretivo, mas, sobretudo, esses pesquisadores e esses trabalhadores da Embrapa, que têm dedicado a sua vida com grande empenho a essa empresa, que é hoje um grande orgulho nacional.

Então, esse é o motivo dessa solicitação de audiência pública, que, não tenho dúvida, terá apoio também dos demais Senadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Com certeza, a Embrapa tem feito um trabalho excepcional no desenvolvimento da pecuária, do plantio de grãos, principalmente de soja. Em Rondônia, tem uma importância muito grande para nós, como tem também no Mato Grosso do Sul e nos demais Estados. Aqui no Cerrado, eu conheço esse local de pesquisa da Embrapa onde foi feito trabalho de clones de animais, que debatemos aqui e estivemos lá, acompanhamos. Ou seja, é um local de muita importância para o nosso País, não só para o Cerrado. portanto, discutir e debater este tema aqui é importante.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos passar para o item 2, porque o item 1 é terminativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Por gentileza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria que fosse retirado de pauta o item 5, pois eu preciso discutir mais esse tema. Está dando muita polêmica, então eu queria que fosse retirado de pauta. E embora o Senador Moka, como tenho certeza que o tema, que o relatório dele é um relatório extenso, eu tenho um projeto, Senador Moka, se me permitir, que é muito sintético, fazer uma inversão rápida, porque aí a gente já mata um projeto não terminativo, que é o item 6, porque é muito rápido.

Consultaria o Senador Moka, se ele não se opõe, porque é bem singelo e não dará tanto debate quanto o projeto do Senador Moka, que é muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, estão retirados de pauta, então, o item 5 e também o item 3, de que eu sou Relator, e consulto os Senadores se nós podemos inverter a pauta e colocarmos o item 6 antes do item 2.

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Então vamos ao item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica.
Autoria: Cícero Lucena
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

Com a palavra, a relatora, Senadora Ana Amélia, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores, agradecendo a gentileza dessa inversão de pauta.

O PLS nº 552, de autoria do Senador Cícero Lucena, altera o art. 1ª da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, para determinar que o benefício fiscal de que trata a Medida Provisória poderá ser utilizado em dez anos, a contar do início da fruição.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

O autor da Proposição aduz que a restrição ao benefício fiscal dos instrumentos de Política de Desenvolvimento Regional no País teria sido um equívoco da MP nº 613, de 2013, transformada na Lei nº 12.859, de 10 de dezembro de 2013.

Na aprovação da MPV nº 613, de 2013, convertida na Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, houve a mudança de tratamento para a recuperação do benefício fiscal, restringindo a utilização da fruição somente até 2024.

Antes dessa alteração legislativa, o prazo era de 10 anos, contado a partir do ano-calendário de início de sua fruição. Tal condição fora estabelecida na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Portanto, esse PLS do Senador Cícero Lucena, que está em análise, pretende retornar às condições que estavam estabelecidas antes da Lei nº 12.859, de 2013. A previsão da extinção desse benefício está projetada para 2024 e ainda não prejudicaria nenhum investidor, o que começaria a ocorrer a partir de 2016, quando o prazo para uso do crédito seria de período inferior, sendo gradativamente reduzido até 2024, quando é totalmente extinto o benefício citado nessa MP.

Assim, caso o Projeto de Lei do Senado não seja aprovado, a partir de 2016, os investidores perderão um incentivo fiscal de investimento na Região, chegando, no limite, a não terem nenhum benefício fiscal em 2024.

Portanto, parece justa a medida de não restringir o benefício fiscal dos instrumentos de Política Regional do País, que a gente discutiu ontem muito até, quando votamos o projeto do Senador Pedro Simon, da metade sul do Rio Grande, com fim de promover um desenvolvimento sustentável das regiões mais carentes, como é o caso do Nordeste ou da Região Norte.

Assim, eu voto pela aprovação do projeto do Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, parabenizando pelo seu relatório.

A Relatora concluiu pela aprovação do PLS nº 552, de 2013.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir,...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Quero cumprimentar o Senador Cícero Lucena pela autoria, e também a Senadora Ana Amélia pelo parecer que apresenta.

Eu recebi aqui uma solicitação para pedir vista para que o Poder Executivo possa, no prazo mais curto possível – espero que até a próxima semana –, aqui apresentar quaisquer preocupações com respeito ao impacto orçamentário e avaliar bem a proposta.Em princípio, acredito que ela poderá ser aprovada, mas eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vista concedida.

Item 2.

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2007
- Não terminativo -

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.
Autoria: Osmar Dias
Relatoria: Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 3, de 2007, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 153, de 2007.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CCJ no prazo regimental.
2- As matérias foram apreciadas pela CCJ, tendo sido oferecido Parecer favorável ao PLS nº 3/2007, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário ao PLS nº 153/2007.
3- No dia 24.05.2012, a CRA realizou audiência pública para instrução dos projetos.
4- As matérias serão apreciadas pela CAE em decisão terminativa.
REGULAMENTA O ARTIGO 5º, INCISO XVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2007
- Não Terminativo -

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 3, de 2007, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 153, de 2007.

Com a palavra o Relator, Senador Waldemir Moka, para proferir seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu quero crer que todos os Senadores e a Senadora Ana Amélia já têm uma cópia do relatório, que eu procurei sintetizar o máximo que pude. É claro que essa lei – vocês verão o substitutivo – é quase um código. É importante que eu faça a leitura – e a farei –, mas, sem prejuízo, começo pela análise, porque, na análise que faço, na verdade, eu coloco toda essa primeira parte. Então, vou direto à análise, e a análise apenas já é um relatório extenso.

Análise.

Compete a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 104-B, inciso XIV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre proposições pertinentes ao tema do cooperativismo e do associativismo rural.

Quero lembrar a todos que a discussão desse tema e a origem das propostas de revisão da Lei do Cooperativismo no Senado Federal se deu a partir da apresentação dos Projetos de Lei do Senado nºs 171, de 25 de março de 1999, do Senador Osmar Dias, 428, de 17 de junho de 1999, do Senador José Fogaça, e 605, de 5 de maio de 1999, do Senador Eduardo Suplicy, arquivadas por questões regimentais, o que levou os Senadores Osmar Dias e Eduardo Suplicy a reapresentá-las na legislatura que se iniciou em 2007. Portanto, já há muita discussão acumulada em torno do tema.

Entende-se que a atual Lei nº 5.764, de 1971, a "Lei Geral do Cooperativismo", precisa ser atualizada, sobretudo em virtude das profundas mudanças por que passou o País desde sua edição.

A Constituição de 1988 dispensou o Estado de tutelar o Sistema Cooperativista, previsto na Lei nº 5.764, de 1971, conforme manda o art. 5º, XVIII, da Carta Magna: "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento".

Os projetos possuem alguns pontos polêmicos, sobre os quais há opiniões divergentes, e até mesmo contrapostas, das diversas entidades representativas do cooperativismo. Isso levou o então Senador Renato Casagrande, hoje Governador, a convocar inúmeras reuniões com as entidades do setor e conseguir um acordo que resultou em um texto de consenso, que seria apresentado na forma de substitutivo em seu Parecer a ser oferecido à CCJ. No entanto, por um equívoco técnico, o Parecer lido pelo relator *ad hoc*, e aprovado pela Comissão, se refere a uma versão do substitutivo produzida antes do acordo final mencionado.

Na verdade, o Senador Renato Casagrande fez um acordo, só que a leitura feita pelo relator *ad hoc* foi de uma versão que ainda não era a do acordo final.

Por esse motivo, a Senadora Gleisi Hoffmann apresentou na CAE um novo substitutivo, que resgata integralmente o texto acordado entre o Senador Renato Casagrande e as entidades cooperativistas, que é a base

da nossa análise – eu procurei começar a análise a partir desse texto resgatado pela Senadora Gleisi, que era fruto já do acordo.

Entre os pontos polêmicos dos projetos, que foram de certa forma superados, estão:

a) A definição de ato cooperativo, que tem importantes implicações tributárias. Por isso, concordamos com a análise feita pela Senadora de que o Constituinte, como forma de incentivar o cooperativismo, determinou que o ato praticado entre a cooperativa e seus sócios tivesse tratamento tributário diferenciado em relação ao dispensado às empresas capitalistas, mas que, por força da própria Constituição, restringe-se ao ato cooperativo.

Para sanar essa questão, mantivemos o atual texto constante do art. 79 da Lei nº 5.764, de 1971, tendo em vista que existe matéria específica que trata do adequado tratamento tributário em tramitação na Câmara dos Deputados, através do PLP nº 271, de 2005, pautado para ser apreciado com urgência, portanto, a regulamentação do ato cooperativo para fins tributários obedecerá ao preceito do adequado tratamento tributário constitucionalmente referido, por lei complementar, conforme determina o art. 146, inciso III, alínea c, combinado com o §2º do art. 174, ambos da Constituição Federal.

Aqui eu abro parênteses.

Esse projeto, Sr. Presidente, o nº 271, está na Câmara e hoje está dependendo de uma questão que me parece pequena – e entendo que o Governo deveria concordar –, que é uma pequena questão entre uma das cooperativas, que é a Unimed. Mas eu penso que isso nós vamos votar ainda neste primeiro semestre, o chamado tratamento adequado, que é definido pelo ato cooperativo.

b) Quanto à forma de representação do setor cooperativista, com a contraposição entre os princípios da unicidade e da liberdade de associação em relação à questão da forma de representação do cooperativismo no Brasil, existem atualmente dois grandes subsistemas cooperativistas: o tradicional, que é representado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); e outro, cronologicamente mais recente, baseado na economia solidária, e representado pela União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (Unicopas). Assim, mantemos a opinião de que cada um deve ter o direito de se organizar da forma que entender mais adequada.

É importante destacar que a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas) foi constituída no dia 29 de janeiro de 2014 com o desafio de congregar e representar nacionalmente as organizações do cooperativismo e economia solidária. É a união da Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), Unisol (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Dessa forma, e conforme acordado como as entidades ainda quando os projetos foram relatados na CCJ e na CAE, o substitutivo estabelece que são duas entidades nacionais de representação do sistema cooperativista: a OCB e a Unicopas, e determina, também, a obrigatoriedade do registro de todas as cooperativas em uma das entidades nacionais de representação. Portanto, consideramos e entendemos que, no aspecto de representação, essa divergência também foi superada.

Em relação aos demais itens propostos nos projetos originais e nos relatórios já aprovados na CCJ e/ou apresentados na CAE, ratificamos a distinção entre registro, como o ato obrigatório que inscreve a cooperativa no sistema cooperativista, e filiação, como o ato de associação da cooperativa a uma entidade nacional de representação, que deve ser livre, conforme determina o art. 5º, inciso XVII, da Constituição.

Quanto à possibilidade de que a cooperativa venha a abrir seu capital, concordamos com o Parecer do Senador Renato Casagrande e com a avaliação da Senadora Gleisi Hoffmann, em relação a um mecanismo que permite a participação de capital de não-sócios na cooperativa, sem que esses possam interferir em sua gestão ou venham a obter participação nos resultados.

Também consideramos que a participação nos resultados é incompatível com o tratamento tributário diferenciado dispensado ao ato cooperativo, pois haveria, nesse caso, uma indevida transferência de isenção tributária para investidores não-cooperativados. Dessa forma, apoiamos, no substitutivo do Senador Renato Casagrande, a criação dos Certificados de Crédito Cooperativo (CCC), títulos com características próximas às de debêntures, com remuneração por meio de juros, sem participação nos resultados da cooperativa e com emissão limitada a 49% do capital social da cooperativa. Além disso, mantemos o mecanismo que permite às cooperativas estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a consecução de empreendimentos específicos.

Reiteramos que a categoria econômica das cooperativas é caracterizada pela solidariedade dos interesses econômicos ao adotarem por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade de natureza peculiar, ausente de fins lucrativos.

Adicionalmente estabelecemos que não haverá tratamento conferido às cooperativas que resulte situação mais gravosa aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente de atividades ou operações realizadas por conta própria, conforme determina o §2º do art. 174 da Constituição Federal.

Retiramos, também, a vedação da concessão pelas cooperativas de subvenções econômico-financeiras a quaisquer pessoas ou entidades, que poderia engessar suas atividades. Naturalmente o Estatuto ou a Assembleia Geral poderão instituir tal vedação, mas ela não deve constar da Lei.

Portanto, nós entendemos que essa é uma decisão de cada cooperativa.

Restabelecemos a ideia original de que cooperativas devam ser constituídas pelo número mínimo de cooperados pessoas naturais, necessário à composição dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e outros órgãos e conselhos que sejam instituídos pelo estatuto social, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos. Tal medida visa garantir a governança da cooperativa, com a formação de todos os conselhos e permitir a renovação de sua composição.

Retiramos a perspectiva do registro por escritura pública do ato constitutivo (ata de fundação) da cooperativa, pois as taxas cobradas pelos cartórios são por demais elevadas, sobretudo para as cooperativas formadas por pessoas economicamente mais frágeis. Nada impedirá, entretanto, que o grupo de pessoas que pretenda criar uma cooperativa faça seu registro por instrumento público, se assim desejar.

Modificamos as formalidades complementares à constituição para melhor estabelecer os procedimentos e prazos de registro de cooperativas junto às entidades nacionais de representação.

Restringimos ao órgão de administração a responsabilidade pela admissão de novos cooperados. Não é cabível que um não cooperado apresente recurso, uma medida interna da cooperativa, à Assembleia Geral, contra a negativa do órgão de administração, que tem as competências estatutárias para avaliar os pedidos de ingresso.

Para aumentar a segurança jurídica no que se refere às cooperativas de crédito, ressaltamos que os empregados dessas cooperativas não se equiparam a bancário, para efeito de aplicação do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considerando as diferenças estruturais e operacionais entre cooperativas e as demais instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Acrescemos aos itens que tratam da perda de qualidade de cooperado a situação em que haja inatividade voluntária de operações com a cooperativa por período superior a 120 (cento e vinte) dias.

Assim, no caso de um cooperado deixar a condição de ativo junto à cooperativa, por razão de doença, dificuldades operacionais de seu empreendimento, ou outro fator fora de seu controle, ele manterá a condição de cooperado. Se, no entanto, for constatado que ele tem condições de manter-se ativo junto à cooperativa, mas por razões de vontade própria, decidir operar diretamente no mercado, no prazo especificado de 120 dias, ele poderá perder a qualidade de cooperado.

Consideramos importante ressalvar que a decisão da Assembleia Geral relativa à destinação dos resultados do exercício social vincula também os cooperados que tenham perdido essa qualidade, na proporção de sua participação nas operações do exercício social.

Acrescentamos dispositivo para que, excepcionalmente na hipótese de se ultrapassar o prazo para a realização da Assembleia Geral Ordinária, as matérias que lhe são pertinentes possam ser deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária, perdurando a responsabilidade dos integrantes dos órgãos de administração e fiscalização até a data de sua efetiva realização, bem como sua penalização em caso de danos à sociedade e sua inelegibilidade para a gestão seguinte.

Propomos que na Assembleia Geral, em se tratando de cooperativa com mais de 1.000 (mil) cooperados, o quórum de instalação será de no mínimo de 100 (cem) cooperados, em terceira convocação.

Restituímos o voto na Assembleia Geral ao associado que tenha seus direitos suspensos.

Uma importante alteração que propomos é a de que a eleição do Conselho Fiscal se realize de forma separada da escolha dos administradores. Assim, chapas distintas e não vinculadas terão de ser apresentadas, evitando-se uma proximidade indesejada entre administradores e fiscais da cooperativa.

Assim como nos itens anteriores, mantivemos os requisitos estabelecidos pelo substitutivo aprovado na CCJ para a emissão do Certificado de Crédito Cooperativo (CCC).

O capítulo originalmente previsto nos projetos dos Senadores Osmar Dias e Eduardo Suplicy e que trata da moratória das cooperativas foi recolocado na Seção que trata da Dissolução e Liquidação, com alterações que, acreditamos, aperfeiçoam o Projeto e superam os problemas apontados no parecer da CCJ.

No caso de liquidação de cooperativa singular associada em centrais, propomos que o saldo remanescente da Reserva Legal – esse termo "Reserva Legal" é um termo que estamos acostumados a ver no Código Florestal, mas aqui faz referência a recursos financeiros – seja destinado às reservas da respectiva central a que estiver associada ou; nas liquidações de cooperativa central, federação ou confederação de cooperativas, seus respectivos valores se integrarão em idênticas contas das cooperativas associadas, na forma dos estatutos.

Quanto ao saldo do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), em qualquer caso de liquidação, defendemos que seja destinado ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), cujas atribuições se coadunam com os objetivos da Fates.

Desobrigamos as entidades nacionais de representação das cooperativas no Sistema Cooperativista de manter serviços de assistência geral às cooperativas filiadas registradas (art. 77, VII do substitutivo da CCJ), tendo que dispor, para esse fim, de setores consultivos e departamentos especializados, de acordo com os diversos ramos do cooperativismo. Uma vez que a filiação das cooperativas a entidades nacionais de representação é voluntária, consideramos essa uma ingerência desnecessária no funcionamento dessas entidades, que deverão ter a liberdade de definir quais serviços e estruturas serão oferecidos às cooperativas que lhes pretenda filiar.

Alteramos a base da Contribuição Cooperativista de 0,2%, que passa a ser sobre o valor do capital integralizado e fundos da cooperativa, no exercício social do ano anterior. Assim, além os saldos da Reserva Legal, os da Rates, que é o rateio, também contarão para o cálculo da Contribuição. Entretanto, ficam excluídos da base de cálculo da contribuição cooperativista os fundos, provisões e patrimônio constituídos pela cooperativa por determinação expressa dos órgãos normativos ou de fiscalização. Para evitar malfeitos na gestão de cooperativas, sugerimos a inclusão da Tipificação dos Crimes e das Penalidades, tais como fraude a credores, violação de sigilo, favorecimento de credores, desvio, ocultação ou apropriação de bens, e aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.

Além do já disposto pelo substitutivo aprovado na CCJ, estabelecemos que as cooperativas não estão obrigadas a se filiar em qualquer pessoa jurídica de direito privado para operarem, mas necessitam de registro que ateste a natureza jurídica de sociedade cooperativa.

Defendemos que o Poder Executivo Federal deva manter órgão especializado para apoio e estímulo ao cooperativismo, através da aplicação de um Plano de Desenvolvimento das Cooperativas Brasileiras, em conjunto com as entidades de representação do setor, nos termos da lei, e em cumprimento ao disposto ao já mencionado §2º do art. 174 da Constituição Federal.

Optamos por promover todas essas modificações na Lei nº 5.764, de 1971, em face da importância que esse Estatuto tem para o cooperativismo nacional. É fundamental destacar que essa lei é citada em nível internacional como modelo de cooperativismo para todo o mundo e seria uma perda de referência muito grande se em vez de a aprimorarmos fizéssemos uma nova lei.

Ademais, a eventual revogação poderia trazer insegurança jurídica porque, mesmo o legislador não tendo intenção, alguns segmentos poderiam bater às portas do Poder Judiciário para discutir questões já densamente sedimentadas no nível constitucional, que recepcionou a Lei nº 5.764, de 1971, para todos os efeitos.

E não menos importante, todos os segmentos cooperativistas veem na Lei nº 5.764, de 1971, o instrumento adequado para o desenvolvimento sustentável tendo como referência os princípios fundamentais da participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

Por fim, seguindo o preceito regimental do art. 260, inciso II, alínea *b*, que estabelece que, na tramitação conjunta de projetos, terá precedência o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa, entendo que deva ser aprovado o PLS nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias. Entretanto, salientamos que, embora formalmente não considerado, o PLS nº 153, de 2007, do Senador Eduardo Suplicy, é aproveitado, em muitos aspectos, na redação do substitutivo proposto.

Senador Eduardo Suplicy, eu quero fazer um registro aqui. Srª Presidente, nós estamos, há mais de ano, debatendo isso. A minha assessoria e a assessoria do Senador Eduardo Suplicy nos reunimos ao longo desse tempo. Eu posso dizer que este texto aqui só foi possível por conta da liderança do Senador Eduardo Suplicy com esse segmento. Foi muito difícil chegar a este texto. Não foi fácil.

V. Exª sabe, a própria OCB, em alguns momentos, acabou ficando meio chateada comigo. Mas eu entendo que o acordo da unicidade, o OCB tinha feito com a Senadora Gleisi Hoffmann. Porque eu li na ata que a OCB concordou que nós teríamos pelo menos duas representações nacionalmente. À época, era a OCB e a Unicafes. Hoje, a Unicafes fez... E este é um aparte importante. Todas as outras cooperativas se juntaram ao que eles chamam hoje de Unicopas.

Nós vamos ter duas representações nacionais: a OCB. Na minha avaliação, ela representa as cooperativas de médio e grande porte, a cooperativa tradicional. Eu disse para eles: não há como ignorar as chamadas cooperativas de agricultura familiar. Não há como ignorar. São cooperativas hoje formais. Elas existem e têm o direito de escolher. A questão da filiação é optativa; agora, o registro não, este é obrigatório. E nós estamos seguindo exatamente o que preceitua a Constituição Federal de 1988, que garante o direito de livre associação.

Então, é um esforço.

Só para terminar, pelas razões apresentadas, manifesto-me pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, na forma do Substitutivo a seguir.

Eu vou me permitir, Srª Presidente, não ler o substitutivo. Eu fiz um resumo desse substitutivo, quadro por quadro, mostrando, Senadora Gleisi, tudo que foi aproveitado, que é a maior parte do seu relatório e o do Senador Eduardo Suplicy. O seu relatório já era também muita coisa do então Senador e hoje Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Na verdade, esse texto só conseguiu – eu espero ter conseguido – superar aquelas divergências. Esse é o texto.

E eu quero, Srª Presidente, dizer que, se algum Senador quiser pedir vista para olhar, embora a votação seja simbólica, vou entender, porque se trata realmente de um relatório muito extenso e que altera muitas coisas. Eu entenderia se algum Senador ou Senadora quisesse pedir vista, para que pudéssemos votá-lo só na semana que vem. Mas o texto é esse. Eu o li simplificadamente, mas, mesmo assim, são mais de dez páginas só a leitura.

Eu peço que, se o senhor tiver cópia do quadro simplificado, poderia distribuí-la aos Senadores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Senador Waldemir Moka, eu quero, interinamente na Presidência desta comissão, a pedido do Senador Acir e do nosso Presidente Benedito de Lira, cumprimentá-lo, bem como o Senador Suplicy, a equipe dos dois Senadores pelo interesse e pelo trabalho que tiveram exaustivo.

Não é um tema fácil. Se fosse fácil, não estaria desde 2007 tramitando na Casa. Nós estamos em 2014.

Também o trabalho da Senadora Gleisi Hoffmann, digamos, no ajuste do tema, pela sua complexidade. E temos de ajustá-lo à realidade brasileira, do ponto de vista social, associativo, todo ele.

Não dá para ignorar essa realidade e é preciso acomodar todo esse jogo de interesses.

Eu queria, ao destacar o trabalho do Senador Moka, pelo esforço que fez, pela abertura que teve, colocar em discussão o projeto apresentado pelo Senador Moka, que é, na verdade, um substitutivo. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, quero cumprimentar o Senador Waldemir Moka pelo empenho que teve.

Ele realmente estudou a fundo, procurou reunir-se inúmeras vezes comigo e com todos os representantes, não apenas da OCB, mas também com a minha assessoria e com os representantes das entidades representativas das cooperativas da economia solidária na agricultura, sobretudo agricultores familiares, e com outras formas de cooperativa.

Primeiro, quero reconhecer esse esforço.

Antes de pedir vista, Srª Presidenta, conforme sugestão para estudar ainda em maior profundidade a complexidade de todo o projeto, quero aqui fazer algumas considerações.

Primeiramente, todas as Senadoras e Senadores sabem do meu empenho para logo instituirmos o que já é aprovado pelo Congresso Nacional, por todos os partidos, e sancionado pelo Presidente, de um dia termos uma renda básica de cidadania para toda a população.

Eu gostaria aqui de mostrar por que acredito tanto nas formas cooperativas, como também na renda básica de cidadania, contando uma breve história, relatada pelo Prêmio Nobel de Economia James Edward Meade, que pertenceu ao Círculo de Cambridge, junto com John Maynard Keynes, Joan Robinson, Edward Khan, e tantos outros grandes economistas.

Nos anos 30, ele foi o primeiro a escrever um livro didático sobre a Teoria Geral de John Maynard Keynes, mas, já em 1935, escreveu *An Outline of Economic Policy for the Labor Government;* e depois, nos anos de 1989, 1992 e 1995, escreveu uma trilogia sobre a *Agathotopia,* em que ele relata, em síntese, o seguinte: "Por muito tempo, ele esteve em busca de utopia. Por mais que navegasse, não conseguiu encontrá-la. No caminho de volta, se deparou com a *agathotopia,* que, em grego, significa um bom lugar. Ali chegando e, ao estudar os seus arranjos sociais, ficou muito interessado e deparou-se com um amigo agathotopiano que lhe disse que os agathotopianos não iriam lhe contar onde ficava a utopia, porque, afinal de contas, esse era um lugar onde moravam pessoas perfeitas, que haviam conseguido construir um lugar perfeito.

E os agathotopianos eram seres imperfeitos, que cometiam as suas bobagens e perfídias, mas que, entretanto, haviam conseguido construir um bom lugar que justamente iria fazer com que... E ele chegou à conclusão de que aqueles arranjos e instituições eram os melhores que até então havia conhecido para atender aos três objetivos que, de há muito, a sociedade, a humanidade e os economistas estavam procurando: liberdade, no sentido de todos poderem trabalhar no que desejam, gastar o que recebem no que desejam; igualdade no sentido de não haver grandes disparidades de renda e de riqueza e de se obter um melhor padrão de vida possível com os recursos e a tecnologia vigentes.

E quais eram as instituições? Flexibilidade de preços e salários para se alcançar um maior padrão de vida possível com a maior eficiência; muita interação entre trabalho e capital. Se possível, os trabalhadores serem contratados por quotas de participação nos resultados, e, assim, terem participação nos resultados; e, como haveria, então, flexibilidade de preços e de salários e participação nos resultados, poderia, eventualmente, até por causa de fenômenos climáticos – enchentes, inundações, terremotos –, fenômenos internacionais e assim

por diante – tsunamis –, haver momentos em que as pessoas viessem a ter prejuízos e muita desigualdade e pobreza. E, exatamente por isso, então, dever-se-ia instituir uma renda de cidadania para todos.

Agora, ele menciona, ao final, que era importante caminhar firmemente em direção a isso, passo a passo, porque, se se quisesse alcançar todos esses objetivos, de uma hora para outra, aí viriam todas as instabilidades que caracterizaram, por exemplo, tudo aquilo que ocorreu no século XX e que ele testemunhou.

Mas, até por causa disso, quando o Senador Francelino Pereira aqui me perguntou: "Que tal você aceitar um parágrafo que diga que a renda básica de cidadania irá ser instituída por etapas, gradualmente?", eu aceitei. E, graças a isso, o projeto foi por todos aprovado e sancionado pelo Presidente Lula.

Ora, eu quero dizer que caminhar na direção do aperfeiçoamento e do estímulo às sociedades cooperativas de produção tem, para mim, tanta importância quanto a instituição da renda básica de cidadania.

Mas eu gostaria aqui de transmitir aquilo que foi escrito por uma das pessoas que mais colaborou comigo e com todos os diálogos dos quais participaram a Unicafes, a Unisol, a Concrab e, ainda, o Movimento Nacional de organizações dos Catadores de Materiais Recicláveis, que enviou uma correspondência para mim e para o Senador Waldemir Moka, em que ressalta alguns aspectos que merecem ser objeto de reflexão de todos nós, inclusive levando em conta a contribuição tão importante do Senador Waldemir Moka.

Então, eu agradeço poder ler este texto, que é de muito significado e tem proposições sobre o parecer do Senador Moka.

Diz Daniel Rech, esse importante estudioso das formas cooperativas de produção:

"Na penúltima semana de janeiro [...], estivemos reunidos com o Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência [...], estando presentes [...] Secretários dos Ministérios do Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Agrário e representantes das organizações cooperativas de viés solidário: Unicafes, Unisol, Concrab, tendo representação do Movimento Nacional de Organizações de Catadores de Material Reciclável.

[...] manifestamos nosso contentamento pela formulação aceitável do relatório do Senador Waldemir Moka para o Projeto de Lei nº 003/2007, que trata das Sociedades Cooperativas.

As dificuldades existentes e que mantiveram o projeto sem andamento ao longo dos anos pareciam estar superadas, e caminhávamos para uma rápida aprovação pelo Senado, partindo da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

No entanto, agora estamos recebendo uma nova versão, [que é essa que foi lida pelo Senador Moka.]

A par de algumas correções adequadas ao texto, retornam [...] [algumas] pendências que demonstram a falta de vontade democrática de diálogo de alguns setores na construção efetiva do cooperativismo no Brasil e a necessidade da superação de privilégios absolutistas implantados a partir do Ato Institucional nº 5 da ditadura militar de 1969 e que não se adequam nem ao atual espírito constitucional e muito menos à convivência republicana.

São cinco os pontos que retomamos e desejamos destacar nesta nova versão do relatório que trata do Projeto de Lei nº 003/2007:

I – A constituição de cooperativas passa a exigir o número mínimo de 20 pessoas naturais – art. 4º, inciso I.

A par do fato de que o projeto não revoga o Código Civil (art. 1.094), que determina que o número mínimo é o necessário para compor a sua administração. e da Lei nº 12.690/2012, que claramente diz que o número mínimo para constituir a cooperativa de trabalho é de sete pessoas naturais, o que trará confusão jurídica efetiva, há de se considerar o argumento utilizado para este retorno.

O comentário à margem da proposta de relatório diz: "Número livre para constituição se revela extremamente temerário, possibilitando constituição de cooperativas sem o mínimo de estrutura de governança apta a assegurar a gestão e fiscalização. Sugestão é que permaneça como na atual legislação."

Já demonstramos, em parecer anterior, que, consideradas as características propostas neste mesmo projeto de lei, levando em conta das três pessoas do Conselho de Administração, três pessoas, no mínimo, no Conselho Fiscal e uma pessoa para a renovação anual do Conselho Fiscal, a conta chega a 07. Então, se assim for, 07 pessoas são suficientes para preencher a estrutura mínima de governança, tanto na gestão como na fiscalização.

Independentemente disso, não há na proposta anterior nem no Código Civil, "número livre" como [diz] [...] o comentário. Ou, porque 07 seria um número livre e 20 não?

Por outro lado, o que dizer de legislações europeias que admitem a constituição de cooperativas por apenas três pessoas naturais? Poderíamos dizer que a tradição cooperativista europeia é tremendamente temerária? Com a média de 30 a até 60 por cento da população, em vários países, cooperativada, seriam estes países muito mais temerários que o Brasil com sua pífia participação da população no campo do cooperativismo, exatamente por ter havido tantos obstáculos e dificuldades que grupos sociais menos favorecidos não conseguem e não possuem condições de optar pela constituição da cooperativa.

Somos de opinião, neste caso, que o argumento de insistir no mínimo de 20 pessoas não se sustenta e apenas revela uma teimosa insistência de criar obstáculos para um cooperativismo mais livre, sem ingerências ou subordinações, conforme, aliás, preconiza a nossa Constituição e que possa chegar a todos os grupos sociais no Brasil.

Reivindicamos que se retorne à formulação anterior:

1 - Singulares, as constituídas pelo número mínimo de cooperados pessoas naturais necessário à composição e renovação dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e outros órgãos e conselhos que sejam instituídos pelo estatuto, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos.

[O segundo ponto refere-se à] cobertura das despesas de preparação à fundação da cooperativa pelo SESCOOP – Artigo 8º, §3º.

Com muita sensatez, o Relatório [do Senador Moka] propõe atividades de formação às pessoas que desejam constituir uma cooperativa. Isso é bem-vindo. No entanto, estas atividades necessitam de uma fonte de recursos, mesmo porque para grupos sociais mais frágeis seria um obstáculo intransponível que mesmo antes de constituir a cooperativa tivessem de pagar a formação do grupo de pessoas que a integrariam, que agora se tornaria obrigatória.

Caso as organizações do cooperativismo previstas no próprio projeto tivessem acesso adequado aos recursos do SESCOOP, por exemplo, seria razoável que colocassem à disposição seu quadro de pessoal, mantido pelo SESCOOP, para esta atividade. Mas isso não ocorre exatamente.

Por causa disso, trabalhou-se a proposta de que o SESCOOP, que possui exatamente a finalidade de educação cooperativa, assumisse estas despesas.

No entanto, a proposta foi retirada, a partir do seguinte comentário: "Nesta hipótese, ao que parece, o treinamento seria para pessoas interessadas em criar/fundar uma cooperativa. Se ainda não são cooperados, há dificuldade de se enquadrar no público-alvo do SESCOOP, que pode se utilizar de seus recursos".

É de supor que a pessoa comentarista pode não ter se dado ao trabalho de ler o Artigo 7º da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.715, DE 3 DE SETEMBRO DE 1998, que instituiu o SESCOOP. Vejamos: "Art. 7º Fica autorizada a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo-SESCOOP, com personalidade jurídica de direito privado, sem prejuízo da fiscalização da aplicação de seus recursos pelo Tribunal de Contas da União, com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados".

**Chamamos a atenção da parte que diz ser objetivo do SESCOOP o "desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativas". Ou seja: É cristalino que a Medida Provisória citada trata de promover que o trabalhador se organize em cooperativas. Ora, nesta parte, a Medida Provisória não diz que é somente após a constituição da cooperativa, porque senão não acrescentaria, logo em seguida: "e dos cooperados". Ora, se fez este acréscimo é porque a intenção do legislador era atender preliminarmente os trabalhadores que desejam se constituir em cooperativas e , depois, aos que estão já nas cooperativas, ao falar dos cooperados.

Como se pode ver, o argumento pela retirada da proposta de §3º do artigo 8º não se mantém, a não ser que se queira reservar os recursos do SESCOOP para outras finalidades.

Frente a isso, defendemos a permanência da inclusão do §3º do artigo 8º: § 3º Observadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias, os custos das atividades de que trata o § 2º, para as cooperativas enquadradas na situação referida no § 3º do art. 2º desta Lei, poderão ser cobertos por recursos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), instituído pela Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, desde que observado o seu regulamento e atendidos os requisitos de enquadramento em seus programas.

3 – Quais as cooperativas se integram na entidade de representação. – Art. 93, inciso II.

Estivemos de acordo há muito tempo que as cooperativas tem liberdade de se filiar nas entidades de representação que desejam. O principio Constitucional de liberdade de associação deve ser garantido. Ora, como na constituição, as cooperativas precisam fazer um registro numa entidade de representação, isso não significa que devam se manter fiéis a esta entidade, porque serão livres a se associar a qualquer uma existente e legalmente constituída.

No entanto, no art. 93 começam os obstáculos a esta liberdade constitucional. O primeiro é aqui. Este inciso determina que as entidades de representação integrem todas as cooperativas que apresentaram pedido de registro na sua constituição. No entanto, na constituição o registro é um serviço apenas e não há qualquer possibilidade de se exigir agora no artigo 93 que todas as cooperativas que encaminharam o registro a uma determinada entidade de representação, sejam agora obrigatoriamente integradas à mesma, sendo inequívoca a garantir constitucional às cooperativas de que, após constituídas, tem liberdade para se filiar a uma ou a outra organização.

Por causa disso, é nosso parecer que obrigatoriamente, para não cometer uma afronta à nossa Constituição – artigo 5º - XVIII – que se mantenha a versão anterior: "II – integrar todas as cooperativas a elas filiadas". Portanto, apenas aquelas que optarem livremente pela filiação.

4 – Novo obstáculo à liberdade de associação – Art. 93 - § 2º

Surpreende a retomada deste parágrafo, com o seguinte teor:

"§2º Só haverá filiação de cooperativas se a Entidade de Representação mantiver serviços de assistência geral às cooperativas filiadas, e de apoio a sua estrutura social dispondo, para esse fim, de setores consultivos e departamentos jurídico e técnicos especializados, de acordo com os diversos ramos do cooperativismo".

Em parecer anterior, já havíamos nos posicionado contra este parágrafo e na revisão anterior do Relatório havia sido retirado, porque afronta pela segunda vez a liberdade de associação.

Temos claro que a Constituição Federal garante que as cooperativas devem ter liberdade para se associarem. No entanto, aqui se estabelecem impedimentos inaceitáveis para que isso ocorra.

É essencial aqui deixar claro que não estamos falando em licitação numa prestação de serviços onde a Lei determina a presença da capacidade técnica. Estamos falando em representação. Ora, se uma cooperativa deseja de filiar a uma organização de representação, legalmente constituída, que não lhe presta serviços amplos, ela tem liberdade para isso.

Por outro lado, o teor do parágrafo proposto deveria ser motivo para debater a disponibilidade de recursos vinculados ao cooperativismo para todas as organizações de representação. É fato que tendo acesso a quantias elevadas de recursos, a organização de representação não apenas tem obrigação de prestar serviços técnicos especializados como deveria ser processada por não prestar estes serviços a todas as cooperativas.

No entanto, seria afrontante e ilegal caso houvesse uma organização que canaliza os principais recursos para si, mantivesse estruturas amplas e serviços especializados com estes recursos e quisesse, a partir disso, garantir reserva para a integração de cooperativas.

O comentário à margem para esta inclusão diz:

"Esta previsão é imprescindível. Se quisermos ter um sistema forte, estruturado, organizado, as entidades de representação devem manter serviços consultivos e de orientação especializados, a disposição das cooperativas que a ela se filiarem".

Lembro que o mesmo argumento ("sistema forte, estruturado, organizado"), com substrato parecido, foi utilizado ao longo de décadas para garantir a absurda imposição de uma organização pela Ditadura Militar às cooperativas. Queria-se um cooperativismo forte ou, seja, unificado sob a mesma imposição, preferivelmente sem divergências, críticas e contestações.

Por tudo isso, somos pela retirada do §2º do art. 93 por ser um ultraje à democracia e à liberdade constitucional de associação.

Finalmente, o quinto item refere-se ao:

5 – O tratamento diferenciado às cooperativas populares – Art. 108

A inefável pessoa que realizou comentário em relação a este artigo, que é uma solicitação de inclusão feita pela Unicafes, inclusão esta aceita na versão anterior escreve:

"A terminologia tratamento diferenciado pode gerar interpretações extremamente nefastas ao cooperativismo, que vem lutando para apagar o preconceito de que o adequado tratamento tributário significa concessão de privilégios às cooperativas, quando na verdade está se falando em um tratamento que não coloque a cooperativa em situação mais onerosa que as demais pessoas jurídicas, diante de suas especificidades cooperativas".

A proposta visava abrir caminho para um tratamento diferenciado para cooperativas vinculadas a segmentos sociais de baixa renda, para promover sua constituição e desenvolvimento.

Deixamos claro anteriormente que compreendíamos que o tratamento diferenciado deveria ser instituído por outra lei (lei complementar), mas que aqui abriríamos caminho para este debate.

No entanto, temos um parecer contrário ao artigo. E motivado pelo fato de que as cooperativas não desejam ter tratamento diferenciado (ou "concessão de privilégios", como diz o comentário).

Não desejamos polemizar a respeito do fato de que não conhecemos exemplo de que cooperativas tenham se insurgido contra a não incidência de IRPJ e da CSLL para os atos cooperativos. Ao contrário, ações judiciais estão até no Supremo Tribunal Federal reclamando a não incidência de PIS e Cofins (cobrados sobre as entradas da cooperativa inconstitucionalmente) e de ISS sobre atos cooperativos. Nesses casos, efetivamente, não se trataria de concessão de privilégios para as cooperativas ? Ou no caso que pode ser analisado por analogia das microempresas situadas no Simples. Há de se reclamar contra os "privilégios" das microempresas ?

Compreendemos que setores capitalistas reclamam porque outros setores são incentivados quando queriam ter somente para si os ganhos e o apoio do Estado.

Somos de parecer, por outro lado, que sim as cooperativas devem ser incentivadas. Não apenas porque a Constituição Federal diz que o cooperativismo deve ser apoiado e incentivado (art. 174, §2º), mas porque o cooperativismo pode ser um instrumento de transformação social, superação das desigualdades e conquista de Justiça Social. O cooperativismo distribui, mobiliza, melhora as condições de seus integrantes. Pensar diferente e defender um cooperativismo empresarial esdrúxulo e que tomou lugar do verdadeiro cooperativismo de viés solidário e popular.

Por outro lado, ocorre-me que argumentos semelhantes foram brindados em relação a tratamentos diferenciados para negros, indígenas, quilombolas, mulheres, homossexuais, população da favela etc..

As cooperativas vinculadas a setores de baixa renda foram impedidas de se desenvolver especialmente após o começo da ditadura militar no Brasil, estiveram em posição subalterna, tendo de se incorporar a grandes ou deixar de existir pelas muitas obrigações e tributos e agora, devem sim ter tratamento privilegiado, não por privilégio, mas por Justiça, por terem sido oprimidas e por, ao se constituir, exercerem um papel essencial da cidadania de seus integrantes.

Por tudo isso, insistimos na manutenção do artigo 108:

"Art. 108. Fica autorizado, na forma da lei, tratamento diferenciado no âmbito tributário, fiscal e contábil às cooperativas em que seu quadro social, sejam formadas por cooperados de segmentos sociais de baixa renda, por pequenos produtores de bens e serviços ou que atuem em ações de redução das desigualdades econômicas e sociais".

Acrescento, a exemplo, das cooperativas dos catadores de material reciclável.

Essa, Srª Presidente, é a contribuição do assessor jurídico da Unicafes, Daniel T. Rech. Mas eu gostaria de dizer que, há poucos instantes, eu conversei com o Prof. Paul Singer, que me disse que a opinião da Secretaria de Economia Solidária está de acordo com esse comentário do Prof. Daniel Rech. Daí eu considerei muito importante aqui ler.

Eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Waldemir Moka pela disposição de diálogo, pela forma com que diversas vezes procurou chegar a um entendimento, inclusive com a OCB. Eu sei, ele me relatou todas as dificuldades, as pressões que sofreu e tudo. Mas é importante que nós aqui possamos externar, democraticamente, o nosso ponto de vista. Então, é com todo carinho que eu o cumprimento, mas estou no dever de aqui apresentar essas sugestões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador Suplicy, a democracia, que prevalece na Casa, não só nesta Comissão, é o espaço adequado para que se ouçam todos os pontos de vista adequado em um tema, como eu disse, bastante complexo. Então, cumprimento.

Passo a palavra ao Relator Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pelo tamanho do relatório ali, dá impressão de que eu nunca conversei com o Prof. Daniel e que eles nunca foram ouvidos. É isso que dificulta, Suplicy. Você passa um ano conversando, fazendo e, aí, na hora em que você... Ele tem que entender... Eu passar para os Senadores a pauta que eles trouxeram. Todos os itens aqui eu acatei. Os vermelhos, ou eu acatei parcialmente ou rejeitei. E V. Exª pode ver que são três ou quatro. Aí os três ou quatro viram todo esse relatório. Então, não que não aceite, mas, do ponto de vista do esforço que foi feito, a impressão que eu tive quando V. Exª leu esse relatório, é de que a gente nunca conversou, nunca deu abertura e eles não foram ouvidos nem foram acatados, quando a maioria das sugestões foi acatada.

Quer dizer, para ter alguma coisa teria que ser, então, 100% acatado, e eles têm que entender que há dois lados. Sempre há dois segmentos. Só o fato – e aí o mérito não é nem meu, Senadora Gleisi – de ter iniciado essa discussão de acabar com a unicidade, já é um grande avanço. Eles vão poder construir uma entidade, vão poder ter toda uma estrutura, um estatuto e lá fazer tudo isso. Essa lei é para todas as cooperativas e não específica para um segmento, o da chamada economia solidária.

Então, eu só espero que eles possam entender isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Senador, esse esclarecimento é extremamente relevante para entender o esforço feito na construção de um substitutivo. Então, eu cumprimento o relator pelo esclarecimento dado à manifestação.

Passo palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Presidente.

Bom dia à Presidência da comissão, aos Senadores aqui presentes. Eu também quero parabenizar o Senador Moka pelo relatório apresentado, pelo esforço feito. Essa é uma matéria fundamental para o País. Eu falo isso porque conheço de perto a realidade das cooperativas e do cooperativismo no Paraná. É um Estado que tem tradição, tem história e é referência hoje não só para o Brasil, mas para o mundo.

Eu não tenho dúvidas de que foi o cooperativismo no nosso Estado que melhorou e fez a pujança da nossa agricultura, principalmente porque é uma das áreas onde temos um cooperativismo forte, tanto de mé-

dia produção como de pequena produção, principalmente. O sudoeste do Paraná é basicamente composto de pequenos produtores e que utilizam muito o cooperativismo, não só para a produção, mas também para a assistência técnica, porque deu um salto de qualidade para aqueles produtores que se ressentiram de uma estrutura estatal de assistência técnica mais completa.

Nós tínhamos do Estado, não tínhamos a nacional, foi retomada no MDA, política de assistência técnica e nós criamos agora, com a ajuda desse Congresso Nacional, a Anater, que é a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Então, eu não tenho dúvidas da importância da matéria. Eu sei da complexidade, sei também do esforço do Senador Suplicy. Acho que chegamos a um ponto em que conciliamos tudo que era possível fazer. Eu acho importante que tenhamos uma semana, pelo menos, para ler o relatório – ele é mais complexo – em detalhes. Mas penso que vamos ter que votar essa matéria. Vai ter que haver uma decisão da Casa, porque a pior coisa é uma matéria sem decisão. Podemos até ter uma decisão e, depois, termos que corrigir, mas aí você tem um marco legal, institucional avançado, que dá a segurança para que aquilo que nós tenhamos consenso possa avançar; e, se nós tivermos algum dissenso que ficar, temos de trabalhar co foco nele. O que não me parece justo é que a gente atrase todo o marco por causa de alguns pontos.

Então, eu queria durante essa semana fazer um esforço com Senador Suplicy, consultar o Governo também, porque é importante. Quando eu estava na Casa Civil, acompanhei um pouco a tramitação da matéria, já que tinha sido relatora de uma versão, em determinado momento na Casa. Então, acho importante.

A ideia seria trazer para a próxima reunião da Comissão de Agricultura aquilo que é possível, focar naquilo que nos converge. E naquilo que nós por acaso não chegarmos a um entendimento, podermos ter a tramitação de uma matéria para que a gente possa discutir isso com mais tempo.

Eu queria deixar esse registro aqui. Não vou entrar no mérito agora, Presidente, porque temos vista da matéria e penso que o conteúdo a gente pode discutir na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria só dizer, Senadora Gleisi Hoffmann, que eu assino embaixo e repetiria todas as suas palavras.

Então, confiante de que a sua participação no processo, em que já esteve trabalhando nele, na condição de Ministra-Chefe do Gabinete civil, de compatibilizar.

Em uma situação complexa dessas, como disse muito bem o Senador Moka, que foi o Relator, e o Senador Suplicy também, as partes envolvidas precisam ceder um pouco. Se alguém fica fixado em um ponto de vista, seja de qualquer lado, é difícil chegar a um consenso. Então, essa atitude de tolerância para o encaminhamento de um trabalho tão importante como esse... como disse V. Exª, no meio do caminho, alguma coisa que não tenha a efetividade adequada, se corrige, seja na tramitação da matéria, de algum outro modo, na Câmara, na regulamentação, que é muito importante. Mas eu penso que a atitude correta é exatamente essa.

Então, pelo que está dito, eu queria saber apenas se o pedido de vista – o Senador Suplicy já solicitou, a senhora também está solicitando – é coletivo. Na semana que vem, eu lembro ao Senador Moka, ao Senador Figueiró, haverá uma reunião deliberativa. Sendo assim, gostaria de saber se a vista é coletiva ou simplesmente vista, que não terá definição de prazo para o exame da matéria, para o retorno da matéria à pauta desta Comissão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Acho que seria uma vista coletiva. Eu quero aqui, também, fazer um parêntesis e reconhecer o trabalho do Senador Eduardo Suplicy, que se dedicou muito a essa matéria...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Destacado bastante aqui.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito. Então, acho que ele também tem esse entendimento de que tem que encaminhar isso. Acho que nós vamos ter essa semana para conversar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Só para dizer que o Senador Moka sabe, acho que não passou um mês, no ano passado e nesse ano, que eu não dialogasse com ele. Então, é o nosso propósito comum de, efetivamente, votarmos e na semana que vem. Eu quero me colocar à disposição de todos os membros da comissão, Senador Moka, Senadora Gleisi, V. Exª e de todos para, se possível até termos um diálogo com o Prof. Paul Singer, que a Secretaria Economia Solidária, o Gilberto Carvalho que colaborou, para...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Certo. Esse será um trabalho dos protagonistas desse processo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) –... com o propósito de votarmos a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Encerrado, com o pedido de vista para a matéria.

Queria apenas, antes de passar a palavra o Senador Figueiró, que é Relator do próximo projeto... O senhor queria fazer manifestação a respeito do assunto, Senador Figueiró?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Mas serei absolutamente breve.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Desculpe, porque eu pensei...

Obrigada, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Eu acredito, Srª Presidente, Srª Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Suplicy e Senador Moka, que foram sete anos de estudo, tempo em que esse projeto está correndo pelo Senado. Ouvimos aqui, com muita atenção, o relatório do Senador Waldemir Moka. Há aspectos aqui que eu gostaria, sinceramente, de ressaltar, mas vou deixá-lo para outra oportunidade. Mas eu me sinto absolutamente convencido da justeza do parecer do Senador Waldemir Moka.

Assino, como os demais, para que haja vista coletiva para o esclarecimento democrático da questão. Mas quero confessar que é muito difícil conciliar interesses. Há, evidentemente, dois setores que reivindicam posições absolutamente justas. Em homenagem a esses que concordam e que divergem, sinceramente, vou aguardar a próxima reunião para uma decisão, esclarecendo que o parecer do Senador Moka me convenceu plenamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Rubem Figueiró.

Encerrada a discussão e o debate, já aprovada a vista coletiva para a próxima semana examinarmos o assunto. Peço as providências à Secretaria Executiva.

Queria fazer três comunicações breves. Pediria também ao Senador Moka, se puder, em seguida assumir a presidência.

O Ministro da Agricultura, Neri Geller, avaliou, ontem, de forma positiva, a união entre a Associação da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs) e a União Brasileira de Avicultura (Ubabef), anunciada segunda-feira, durante o Global Agrobusiness Forum, em São Paulo. O Ministro disse que a iniciativa fortalece as duas cadeias produtivas, da suinocultura e da avicultura.

O presidente da nova entidade é meu conterrâneo e ex-Ministro Francisco Turra, a quem esta Comissão deseja pleno êxito nesse novo grande desafio.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aliás o Francisco Turra é uma pessoal excepcional. Deu uma grande contribuição não só à avicultura quanto à agricultura deste País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada Senador, em nome do Rio Grande do Sul e do Ministro Francisco Turra.

Já que estamos falando na questão da suinocultura, ontem, estive participando, a pedido da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, na pessoa do seu Presidente Marcelo Lopes, e do Presidente da Associação de Criadores de Suínos do meu Estado do Rio Grande do Sul, Valdecir Folador, de uma reunião no Ministério da Fazenda com o Secretário-Adjunto de Política Agrícola e de Meio Ambiente, João Pinto Rabelo, para reforçar o pedido da inclusão da carne suína na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Estiveram presentes na reunião a Ana Paulo Vidal, da Coordenadoria-Geral da Pecuária e Cultura Permanente da Secretaria de Política Agrícola; também João Antonio Fagundes Salomão, do Ministério da Agricultura; dos técnicos do Ministério da Fazenda Valnício Colmanetti, Francisco Erismar e Mônica Netto e da assessora do meu gabinete Bonina Almeida.

O presidente da entidade que representou os suinocultores brasileiros, porque essa é uma demanda da comunidade dos produtores de suínos, o PGPM, Valdecir Folador reiterou que o Preço Mínimo, o PGPM, é fundamental como ferramenta que garanta estabilidade em um momento difícil, permitindo ao produtor que não coloque em risco sua produção e propriedade. Segundo ele, é uma tentativa de assegurar mecanismos de proteção para os suinocultores praticados, especialmente em épocas de crise, como aconteceu em 2012, quando o custo de produção era de R$3,00 o preço recebido por quilo do suíno e o preço caiu no mercado para R$1,60 e só sobreviveram aqueles que estavam trabalhando no setor.

Também queria informar que, no Município de Tupanciretã, que está a 350km de Porto Alegre, vai haver, sábado, a sétima colheita oficial da soja, no Rio Grande do Sul. Esse importante evento do calendário agrícola nacional é promovido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado e pela Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul (Aprosoja). O Presidente da Aprosoja Brasil, Glauber Silveira, e o Vice-Presidente da instituição, que é o gaúcho, e o Prefeito de Tapera Ireneu Orth, apostam no evento como uma oportunidade para incluir nos debates técnicos a grande gama de produtos e derivados da soja, que hoje também tem uma relevância.

Também é ocasião para reivindicar melhorias nas estradas que fazem o escoamento da safra. A rodovia RSC-392 é o único caminho que passa por Santa Tecla e serve de escoamento para a soja produzida nesta região. Essa estrada já foi alvo de protestos de produtores rurais, no ano passado, porque as obras na rodovia foram interrompidas. Há mais de 55 anos, essa via de acesso, que liga Tupanciretã à cidade vizinha de Joia está em situação precária. Por isso, a importância desse evento.

A realização de painéis com representantes da Embrapa (Empresa Brasileira de Agropecuária), a nossa querida Embrapa tão referida aqui, também é importante iniciativa para permitir melhores perspectivas para produção, escoamento da safra e a questão dos valores agregados e as novas variedades.

Vale lembrar que essa região, rica em proteínas e insumos, importantes do setor alimentício, é a principal cultura do Rio Grande do sul, a soja, e uma das maiores responsáveis pelos recordes de produção e de exportação da balança comercial agrícola brasileira, não só do Rio Grande do Sul, como do Paraná, da Senadora Gleisi; do Mato Grosso do Sul, dos Senadores Figueiró e Moka; também do Mato Grosso, do Senador Jayme Campos e Blairo Maggi e agora do Senador Santos, que assumiu a suplência. A abertura da colheita oficial é, portanto, um importante espaço no sábado para promoção dessa atividade agrícola focada na produção sustentável e no fortalecimento da cadeia produtiva da soja.

Então, convido todos que puderam ir a Tupanciretã, neste sábado, para colheita nacional da soja.

Passo a palavra ao Senador, pela ordem.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Solicito a V. Exª para transferir apreciação dessa matéria, da qual sou Relator, mas colocá-la como item 1 da próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Será atendida a solicitação de V. Exª.

Na verdade, será o item 2, porque o item 1 é terminativo e já estava na pauta. Então, será o item 2, atendendo ao seu pedido, Senador.

Na verdade, o item a que o Senador se refere é:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2013
- Não Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Ruben Figueiró

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 133, de 2013, com a emenda que apresenta.

Essa matéria será submetida como item 2 na pauta da próxima reunião deliberativa desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Grato à deferência de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada Senador Figueiró.

Não havendo mais nada de assuntos a serem realizados...

Queria comunicar também a todos os Senadores e a todos que participam desta cerimônia um fato bem importante. Hoje, dia 27 de março, às 14h30min, haverá reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária – o requerimento foi de minha autoria e de outros colegas Senadores –, de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, uma audiência pública com a presença do Embaixador Roberto Azevedo, que é o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), com a finalidade de tratar da normatização do comércio multilateral, principalmente relacionado aos subsídios agrícolas dos países envolvidos, que é o tema que interessa a esta Comissão especificamente, além dos outros todos relacionados a um eventual acordo do Mercosul e União Europeia, a posição da OMC a respeito desses acordos e também da posição brasileira, das questões relacionadas à competitividade, as barreiras não tarifárias e tudo isso que vem atrapalhando muito as questões das barreiras sanitárias. Temos que estar atentos a isso.

Hoje às 14h30min, Senador Suplicy, Senador Figueiró e demais Senadores.

Muito obrigada.

Está encerrada a presente sessão. Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 8 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.)

Edição de hoje: 722 páginas

(O.S. 11663/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL